III

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

III

CÉSAR E CRISTO

WILL DURANT

Esta História Brilhantemente Escrita Descreve Todos os Aspectos da Vida em Roma — Política, Economia, Literatura, Arte, Moral. Termina no Conflito das Forças Pagãs e Cristãs e Levanta a Cortina que Encobre a Grande Luta Entre Igreja e Estado

RECORD

III
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO
CÉSAR E CRISTO
WILL DURANT
RECORD

28823·3

Neste alentado volume, cujo escopo e espírito relembram os dias áureos dos grandes escritores de livros de História, o Dr. Durant relata o empolgante episódio da ascensão de Roma de pequena cidade a senhora do mundo. Conta de suas realizações através de dois séculos de paz e segurança, desde a Criméia até Gibraltar, do Eufrates à Muralha de Adriano, difundindo a cultura clássica pela zona mediterrânea e o mundo ocidental europeu. Fala da luta de Roma para preservar seus domínios contra um mundo bárbaro que a cercava, da fase do seu longo e lento desmoronamento, e por fim do colapso catastrófico e mergulho nas trevas e no caos.

Acima de tudo uma história social, *César e Cristo* é um livro que discute prodigamente assuntos como governo, indústria, costumes, moral, o *status* da mulher, lei, filosofia, ciência, literatura, religião e arte. Além de variadas passagens sobre a vida de Catão, dos Cipiões e dos Gracos, de Aníbal, Mário, Sila, Catilina, Pompeu, César, Antônio, Cleópatra, e dos imperadores, bons, maus e indiferentes, podemos ver Cícero (grande em todos os sentidos), Lucrécio, Catulo, Virgílio, Horácio, Ovídio, Tácito, Juvenal, e cultores do helenismo contemporâneo tais como Plutarco, Luciano e Marco Aurélio. Assistimos à construção de templos, basílicas e foros, passamos um dia de jogos e espetáculos no anfiteatro Flaviano (corretamente chamado de Coliseu). Caminhando em direção ao Mediterrâneo oriental, acompanhamos Cristo exercendo seu sacerdócio, presenciamos as trágicas cenas da Paixão, e navegamos e andamos lado a lado com Paulo no desempenho de suas tarefas missionárias. A púrpura empalidece, Palmira ascende e cai. O império atinge um novo — e espúrio

CÉSAR E CRISTO

Por WILL e ARIEL DURANT
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Vol. I — Nossa Herança Oriental
Vol. II — Nossa Herança Clássica
Vol. III — César e Cristo
Vol. IV — A Idade da Fé
Vol. V — A Renascença
Vol. VI — A Reforma
Vol. VII — Começa a Idade da Razão
Vol. VIII — A Era de Luís XIV
Vol. IX — A Era de Voltaire
Vol. X — Rousseau e a Revolução
Vol. XI — A Era de Napoleão

WILL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

III

CÉSAR E CRISTO

História da Civilização Romana e do Cristianismo até o ano 325

Tradução de Mamede de Souza Freitas

EDITORA RECORD

A ARIEL

Prefácio

ESTE volume, embora constitua obra autônoma, é a Terceira Parte de uma História da Civilização da qual *Nossa Herança Oriental* é a Primeira e *Nossa Herança Clássica*, a Segunda. Se a guerra e a saúde mo permitirem, a Quarta Parte — *A Idade da Fé* — estará pronta em 1950.

O método adotado é a história sintética, ou o estudo das principais fases da vida, do trabalho e da cultura de um povo, entrosadamente. A história analítica, igualmente necessária e base da erudição, estuda apenas fases separadas da atividade humana — política, economia, moral, religião, ciência, filosofia, literatura, arte — dentro de uma civilização ou em todas. O defeito do método analítico reside na distorção que sofre uma parte quando destacada do todo; e o defeito do método sintético está na impossibilidade de um mesmo homem falar com ciência de primeira mão de cada um dos aspectos de uma complexa civilização milenária. Tornam-se inevitáveis os erros de pormenores — mas só desse modo consegue um espírito amante da filosofia, isto é, da *compreensão com perspectivas,* satisfazer-se com os mergulhos no passado. Podemos alcançar a perspectiva por meio da ciência, estudando as relações das coisas no Espaço; ou por meio da história, com o estudo das relações entre os acontecimentos no Tempo. Apreendemos melhor a natureza do homem pela observação de sua conduta durante 60 séculos do que pela leitura de Platão, Aristóteles, Spinoza e Kant. "Toda filosofia", diz Nietzsche, "depende da história."

O estudo da antiguidade só não perde o valor quando se torna um drama vivo, ou quando lança luz em nosso viver contemporâneo. O soerguimento de Roma, de uma aldeia de encruzilhada à dominação do mundo; sua realização de dois séculos de paz e segurança desde a Criméia até Gibraltar e do Eufrates à Muralha de Adriano; sua extensão da cultura clássica à zona mediterrânea e à Europa ocidental; sua luta para preservar-se do barbarismo envolvente; sua longa e lenta fase de desmoronamento e por fim o colapso catastrófico e mergulho nas trevas e no caos — eis aqui, seguramente, o maior drama jamais representado pelo homem. O maior, antes do drama que teve início quando César e Cristo se defrontaram diante de Pilatos, e foi continuado até que um pequeno grupo de cristãos proscritos crescesse, fomentado pelo tempo e a paciência e, através das perseguições e do terror, se tornasse primeiramente o aliado, depois o senhor, por fim o herdeiro do maior império da História.

Mas esse variado panorama tem para nós significação maior que a de mero quadro majestático, porque se assemelha muito a nossa civilização e a nossos problemas de hoje, iluminando-os ameaçadoramente. Oferece-nos a vantagem de estudar uma civilização em sua finalidade e vida total; permite-nos comparar cada momento ou aspecto de seu curso com um momento ou elemento correspondente de nossa trajetória cultural de hoje, esclarecendo-nos, desse modo, por meio do quadro do que foi, sobre o que pode vir a ser a passagem de uma ordem social para outra. Na luta da civili-

zação romana contra o barbarismo interno e externo temos nossa própria luta de hoje; os problemas da decadência biológica e moral de Roma fornecem-nos "sinais de estradas" em nossa marcha de hoje; a guerra de classe dos Gracos contra o Senado, a guerra de Mário contra Sila, a de César contra Pompeu, a de Antônio contra Otaviano, é a guerra que consome nossos intervalos de paz; e o desesperado esforço da alma mediterrânea para, diante de um Estado despótico, conversar alguma liberdade é um augúrio da tarefa que temos pela frente. *De nobis fabula narratur*: a história romana diz de nossa história de hoje.

Desejo deixar aqui meu reconhecimento pelo valioso auxílio de Wallace Brockway em cada passo da preparação desta obra; pela paciência de minha filha, de Mrs. David Easton, e de Miss Regina Sands, que datilografaram 1.200 páginas de minha escrita tão minúscula; e, acima de tudo, pela afetuosa tolerância e apoio moral de minha mulher durante tantos anos de enfadonho, laborioso, mas feliz estudo.

Índice

INTRODUÇÃO

ORIGENS

LIVRO I
A REPÚBLICA — 508-30 a.C.

LIVRO IV
O IMPÉRIO — 30 a.C. — 192 d.C

LIVRO V
A JUVENTUDE DO CRISTIANISMO
4 a.C. — 325 d.C.

INTRODUÇÃO

ORIGENS

CAPÍTULO I

Prelúdio Etrusco

800 — 508 a. C.

I. ITÁLIA

MODESTAS casinhas pelos vales da montanha, pastagens de algum vulto nas encostas, lagos formados nas depressões, campos verdes ou amarelos com o mar azul ao fundo, aldeias e pequenos burgos, sonolentos nas horas de sol a pino e cheios de vida à tarde, cidades em que, em meio ao pó e ao lixo, tudo, desde o casebre até a catedral, parece belo — eis o que por dois milênios tem sido a Itália. "No mundo inteiro, por onde quer que a abóbada celeste se estenda, não há terra tão linda", foi como se expressou o prosaico Plínio, o Velho.[1] "A primavera aqui é eterna", disse Virgílio, "e também o verão, mesmo nos meses não estivais. Duas vezes por ano o gado dá cria, duas vezes as árvores nos oferecem seus frutos."[2] Duas vezes por ano floresciam as rosas em Pesto, e há ao norte muitas planícies férteis como a de Mântua, "que alimentam os cisnes brancos com a verdura marginal dos riachos."[3] Como espinha dorsal ao longo da grande península correm os Apeninos, livrando a costa ocidental do vento nordeste e beneficiando o solo com os rios de curso rápido que se vão perder em encantadoras baías. Ao norte montam guarda os Alpes, de todos os lados as águas se quebram em praias difíceis e às vezes escarpadas. Terra bem adequada a uma população industriosa, e estrategicamente disposta de través no Mediterrâneo para governar o mundo clássico.

As montanhas, além do esplendor, também traziam morte ao homem, porque os tremores de terra e as erupções vulcânicas a espaços reduziam a cinzas o trabalho de séculos. Mas aqui, como alhures, a própria morte produzia a vida, porque a lava misturada com matéria orgânica enriqueceu o solo por uma centena de gerações.[4] Parte dos terrenos revelava-se muito íngreme para a agricultura, e parte era tomada pelos pântanos maláricos; no resto, mostrava-se tão fértil que Políbio se maravilhou da abundância e barateza do alimento na antiga Itália,[5] e aventou que a quantidade e a qualidade das colheitas dependiam apenas da coragem e vigor dos homens da lida. Para Alfieri, o "homem-planta" floresceu melhor na Itália do que em qualquer outra parte do mundo.[6] Mesmo hoje sentimo-nos impressionados com a vivacidade de sentimentos do fascinante povo da Itália — sua rija musculatura, o ímpeto no amor e na cólera, os olhos langues ou chispantes, o orgulho e a fúria que nos dias de Mário, de César ou do Renascimento, fizeram a Itália tão grande e depois a despedaçaram, ainda corre hoje no sangue italiano, sempre à espera de uma boa causa ou de uma disputa para a explosão. Quase todos os homens são viris e bonitos, como quase todas as mulheres são formosas, fortes e decididas; que terra jamais apresentou a dinastia de

gênios que no decurso de 30 séculos as mães italianas deram ao mundo? Nenhum país foi por tão longo tempo o eixo da História — primeiramente no governo, depois na religião, e enfim na arte. Durante 1.700 anos, de Catão a Miguel Ângelo, Roma floresceu como o centro do mundo ocidental.

"Os de melhor ciência neste país", diz Aristóteles, "contam que depois que Ítalo se tornou rei da Enótria, as gentes mudaram de nome, passaram a chamar-se italianos, em vez de enotrianos."[7] A Enótria ficava nos dedos da bota italiana, e revelava-se tão pródiga de uva que esse nome queria dizer "terra do vinho". Ítalo, no dizer de Tucídides, era o nome do rei daqueles *sicels* que haviam ocupado e conquistado a Enótria, transformando-a na Sicília.[8] Assim como os romanos, com base em um punhado de *graii* emigrados do norte da Ática para Nápoles, chamavam a todos os helenos *graeci,* gregos, assim também o nome *Itália* aos poucos se estendeu a toda a península ao sul do Pó.

Não há dúvida que muitos capítulos da história da Itália jazem sepultos sob aquele solo tão povoado. Resíduos culturais da Idade da Pedra Lascada mostram que no mínimo por 30.000 anos antes de Cristo aquelas planícies já eram habitadas pelo homem. Entre 10000 e 6000 a. C. apareceu uma cultura neolítica. Uma raça de crânio alongado, a que antiga tradição dá o nome de lígures e sículos (*liguri et siceli*), modelava e decorava, com traços, rudes objetos de argila, fabricava armas e instrumentos de pedra polida, domesticava animais, caçava e pescava, enterrava seus mortos. Alguns viviam em cavernas, outros em redondas cabanas de pau-a-pique e barro; essa forma cilíndrica foi mantida e desenvolvida pela arquitetura, como vemos na "Casa de Rômulo", no Palatino, no Templo de Vesta no Fórum, e no Mausoléu de Adriano — o atual castelo de Santo Ângelo.

Lá por 2000 a. C. o norte da Itália foi invadido — e talvez não da primeira vez — pelas tribos da Europa central. Os invasores trouxeram o costume de construir as aldeias sobre esteios fincados na água para maior segurança contra ataques de animais e homens. Estabeleceram-se no Garda, no Como, no Maggiore e nos outros maravilhosos lagos que ainda hoje atraem tantos estrangeiros. Mais tarde alongaram-se, rumo sul e, encontrando menos lagos, passaram a construir em terra, mas sempre sobre um alicerce de estacas. Seu costume de rodear de muralhas e fossos as aldeias iria perpetuar-se nos acampamentos romanos e castelos medievais. Criavam gado, lavravam a terra, teciam as roupas, queimavam a argila, e com o bronze, aparecido na Itália lá pelo fim da Era Neolítica (cerca de 2500 a. C.) forjavam uma centena de tipos de utensílios e armas, inclusive pentes, grampos de cabelo, navalhas, tenazes bem como outros instrumentos velhíssimos.[9] Deixavam que o lixo se acumulasse tão abundante em redor das aldeias, que a cultura desses invasores recebeu o nome de *terramare* em vista da força fertilizante desses resíduos. No quanto sabemos, são eles os antepassados diretos da população fundamental da Itália nos tempos históricos.

No Vale do Pó os descendentes destes *terramaricoli* (1000 a. C.) aprenderam da Germânia o uso do ferro, com ele fabricaram melhores armas e instrumentos e, assim, apetrechados, puderam estender sua cultura "Vilanovana" desde o centro, em Vilanova, perto de Bolonha, até o sul da Itália. Deles provêm, supomos, o sangue, as línguas e as artes básicas dos úmbrios, sabinos e latinos. Depois, lá por 800 a. C., nova onda de imigrantes chegou, subjugou a população vilanovana e deu origem, entre

o Tibre e os Alpes, a uma das mais estranhas civilizações que já surgiram sobre a Terra.

II. VIDA ETRUSCA

Os etruscos constituem uma das irritantes obscuridades da História. Governaram Roma por 100 anos ou mais e nela exerceram tão variada influência que não se pode entender Roma sem tê-los em conta, mas apesar disso a literatura romana é muda sobre o assunto como a matrona interessada em que o mundo esqueça seus deslizes de moça. Com eles começa a civilização italiana: oito mil inscrições e inúmeros trabalhos de arte sobreviveram na massa residual etrusca, e também há indicações de uma literatura perdida — poética, dramática e histórica.[10] Mas só se decifraram umas tantas palavras pouco reveladoras, e os sábios permaneceram mais às cegas no mistério etrusco do que os que estudavam o Egito dos faraós antes de Champollion.

Com isto ainda está em debate a origem dos etruscos — donde vieram e quando. Talvez que a velha tradição haja sido relegada muito cedo, muito gostam os pedantes de contestar a matéria aceita, teimosa, aliás, em persistir. A maioria dos historiadores gregos e romanos tinha como assente a vinda dos etruscos da Ásia Menor.[11] Muitos elementos da religião etrusca, bem como o vestuário e a arte, sugerem a origem asiática, já outros elementos parecem de origem italiana. Talvez a civilização da Etrúria tenha sido um desenvolvimento da Cultura Vilanovana, comercialmente influenciada pelos gregos do Oriente Próximo, sendo os etruscos, como êles próprios supunham, invasores vindos da Ásia Menor, provavelmente da Lídia. Seja como for, o maior "poder de matar" tornou-os a casta dominante na Toscana.

Ignoramos em que ponto desembarcaram; mas sabemos que conquistaram, fundaram e desenvolveram muitas cidades, não meras aldeias de palha e barro como as existentes, mas muradas, com ruas geometricamente traçadas e casario de pedra e tijolo. Doze dessas comunidades agregaram-se na frouxa Federação Etrusca, dominada por Tarqüinos (hoje Corneto), Arretium (Anécio), Perusia (Perugia) e Veios (Isola Farnese). (Os nomes dados são romanos; desconhecem-se os etruscos.) Dificuldades de transporte nas montanhas e florestas colaboraram do mesmo modo que na Grécia, com a ciumenta pugnacidade dos homens para a formação de cidades-estado independentes, raro unidas contra o inimigos externos; cada qual cuidava de si e ficava de lado quando as vizinhas eram atacadas — e uma depois da outra foram caindo nas unhas dos romanos. Mas pela maior parte do século VI a. C. essas municipalidades aliadas constituíram a maior força política da Itália, com exército bem organizado, uma famosa cavalaria e a poderosa frota que por algum tempo dominou o ainda chamado Mar Tirreno, isto é, etrusco. (Os gregos davam aos etruscos o nome de *Tyrrhni* ou *Tyrseni*; os romanos denominavam-nos *Etrusci* ou *Tusci*. Possivelmente, como no caso de *tyrano*, o nome grego veio de Tyrrha, uma fortaleza da Líbia. A palavra *torre* terá também aí a sua raiz.)

Como no caso de Roma, o governo das cidades etruscas começou monárquico, tornou-se oligárquico — a oligarquia das "primeiras famílias" — e gradualmente evoluiu para uma assembléia de cidadãos proprietários, com o direito de escolher os magistrados anuais. No quanto podemos deduzi-lo das pinturas e relevos tumulares, era uma sociedade profundamente feudal, com uma aristocracia dona das terras e gozadora do saldo do trabalho dos servos vilanovanos e dos escravos feitos nas guerras. Sob esse regime foi a Toscana tirada das florestas e dos pântanos, e desenvolveu-se um sistema de irrigação rural e de esgotos urbanos a um ponto nem sequer sonhado na Grécia contemporânea. Engenheiros etruscos construíram drenos para dar vazão à água sobejante dos lagos e abriram vias bem drenadas através de morros e pedranceiras.[12] Em 700 a.C. já os etruscos extraíam o cobre na costa ocidental e o minério de ferro na ilha de Elba, fundiam-nos em Populônia e vendiam ao resto da Itália o metal produzido.[13] Mercadores etruscos varejavam o Mar Tirreno, comprando âmbar, estanho, chumbo e ferro provindos das zonas do Reno, Ródano e Alpes, e vendendo produtos etruscos em todos os

maiores portos do Mediterrâneo. Lá pelo ano 500 a.C. as cidades etruscas já cunhavam sua própria moeda.

O tipo etrusco aparece pintado nos túmulos: atarracado e forte, cabeça grande, feições quase anatolianas, tez rosada, sobretudo nas mulheres, mas o ruge é velho como a civilização.[14] As damas eram famosas pela beleza,[15] e com freqüência os homens revelavam no rosto finura e nobreza. A civilização já havia avançado bastante, pois que até "pontes dentárias" têm sido encontradas nos túmulos;[16] a cirurgia odontológica, assim como a medicina, viera do Egito e da Grécia.[17] Ambos os sexos usavam cabelos compridos, e os homens, bem cuidadas barbas. As vestes seguiam a moda jônica: camisa como o *chiton* grego e sobre ela a veste que iria tornar-se a toga romana. Homens e mulheres muito apreciavam os ornatos corporais; os túmulos etruscos são ricos em jóias.

A julgar pelas alegres pinturas dos túmulos, a vida dos etruscos, como a dos cretenses, era temperada nos combates, animada com o luxo e alegrada com festas e jogos. Os homens guerreavam com prazer e praticavam muitos esportes viris. Caçavam, toureavam na arena, conduziam nas perigosas corridas de carro duas parelhas de animais. Também arremessavam o disco e o dardo, praticavam o salto de altura, a corrida a pé, a luta livre, o boxe e o duelo a gládio. A crueldade punha sua nota em todos esses jogos, porque os etruscos, assim como os romanos, achavam perigoso edulcorar a civilização, afastando-a da brutalidade primeva. A gente menos heróica jogava a péla ou os dados, tocava flauta ou dançava. Cenas de alegres vinhaças figuram nas pinturas tumulares. Às vezes a reunião é só de homens, que bebem e conversam, mas aqui e ali aparecem elementos dos dois sexos, ricamente vestidos, reclinados aos pares em elegantes coxins, comendo e bebendo, servidos por escravos e entretidos por dançarinos e músicos.[18] Ocasionalmente a refeição se conjuga com enlaces amorosos.

Talvez que nestes casos a dama fosse uma cortesã ao tipo das heteras gregas. A crermos nos romanos, às moças da Etrúria, como às da Ásia Grega e do Japão Samurai, era-lhes permitido acrescer o dote com um bocado de prostituição;[19] certo personagem de Plauto acusa uma rapariga de "procurar à maneira toscana reunir o dote de casamento por agência de seu corpo".[20] Não obstante, as mulheres na Etrúria gozavam de elevado *status*, as pinturas mostram-nas sempre proeminentes em todos os aspectos da vida. O parentesco seguia a linha materna, ao modo asiático.[21] A educação não era exclusiva ao sexo masculino, pois que a mulher do primeiro Tarqüínio fora versada em matemática e em medicina como nas intrigas políticas.[22] Teopompo fala no comunismo das mulheres entre os etruscos,[23] mas não temos confirmação da existência lá dessa utopia de Platão. Muitas pinturas sepulcrais são cenas de família, de gente casada, com os filhos brincando em redor.

A religião incentivava a moralidade negativa. O panteão etrusco estava cheio de terrores tendentes a sufocar os ímpetos do ego e facilitar a tarefa da família. O deus supremo era Tinia, o manejador do raio e do trovão. Atento em seu redor, qual comitê executivo, os Doze Grandes Deuses, tão grandes que constituía sacrilégio pronunciar-lhes os nomes (e, obedientes, cá os deixamos em branco). Especialmente terríveis eram Mantus e Mania, o deus e a deusa dos infernos, dispondo cada qual de uma horda de demônios alados. E o menos apaziguável de todos era Lasa ou Mean, a deusa do destino, que brandia uma cobra ou uma espada, e trazia "estilo" e tinta de escrever, e ainda martelo e pregos para afixar seus irrecorrigíveis decretos. Deuses mais alegres, os Penates ou Lares — estatuetas que os fiéis conservavam na lareira, simbolizando o espírito da terra e do lar.

A sagrada ciência etrusca de sondar o porvir por meio do fígado dos carneiros ou do vôo das aves talvez tenha vindo da Babilônia; mas segundo a tradição popular fora revelada por um rapaz divino, neto de Tinia, que irrompeu de um sulco de arado e falou com sabedoria de mestre. O ritual etrusco culminava no sacrifício de um carneiro, touro ou homem. Vítimas humanas eram sacrificadas ou enterradas vivas nos funerais dos grandes. Em certos casos havia o massacre dos prisioneiros de guerra, em propiciação aos deuses; os fócios aprisionados em Alalia no ano 535 a. C. foram apedrejados até à morte no Fórum de Ceres, e uns 300 romanos capturados em 358 a. C. foram sacrificados em Tarqüinos. Admitiam os etruscos que cada inimigo morto lhes assegurava a libertação de uma alma caída no inferno.[24]

A crença no inferno: eis uma das feições características da teologia etrusca. Os espíritos dos mortos eram conduzidos por gênios ao tribunal do Inferno, onde, num Juízo Final, tinham a oportunidade de justificar sua conduta em vida. Se o não conseguiam, eram condenados aos tormentos que deixaram marca em Virgílio (criado na tradição etrusca de Mântua) e na primitiva concepção cristã do inferno; e séculos depois iria aparecer no *Inferno* do toscano Dante. Da condenação escapavam os bons, e o sofrimento dos precitos podia ser abreviado por meio das preces e sacrifícios dos vivos. Essas almas assim salvas eram transferidas do Inferno para a morada dos deuses, onde gozavam as festas e prazeres esperançosamente descritos nas pinturas tumulares.

Em regra os etruscos enterravam os mortos. Os que tinham posses para tanto repousavam em sarcófagos de pedra ou terracota, com esculturas alegóricas representando as feições do morto ou no amável estilo dos *Apolos* da Grécia arcaica: aqui também as tradições etruscas deram sua contribuição à arte medieval. Outras vezes os mortos eram cremados e as cinzas colocadas em urnas funerárias, que também podiam ser adornadas com o retrato do morto. Em muitos casos a urna ou o túmulo tinha a forma de uma casa: e se o túmulo era escavado na rocha, dividiam-no em cômodos, equipados com mobília, utensílios, vasos, armas, roupas, espelhos, cosméticos e gemas, para a vida *post-mortem* do defunto. Em um túmulo encontrado em Ceres o esqueleto de um guerreiro conservava-se perfeito numa cama de bronze, com as armas e os carros de combate em torno; em câmara contígua acharam-se os ornamentos e jóias femininas, presumivelmente da esposa dele. O pó da que fora o corpo de sua amada tinha sobre si o vestido de noiva.[26]

III. ARTE ETRUSCA

A arte etrusca é quase que tudo quanto conhecemos da história dos etruscos. Por ela é que deduzimos os costumes e a moral desse povo, a força da religião e da casta, bem como as mudanças econômicas e culturais conseqüentes aos contatos com a Ásia Menor, o Egito, Grécia e Roma. Era uma arte peada pelas convenções religiosas, mas que reagia à força de habilidade técnica; refletia a civilização obscurantista e brutal dos etruscos, mas expressava-a com muito caráter e força. As influências orientais — jônica, cipriota, egípcia — ditaram as primeiras formas e estilos, e os modelos gregos dominaram nos últimos períodos da escultura e da cerâmica. Na arquitetura e na pintura, na estatuária em bronze e demais trabalhos em metal, a arte etrusca revelou-se pessoal e única.

Da arquitetura restam apenas destroços ou túmulos. Partes da muralha da cidade de Etrúria ainda estão de pé — pesadas estruturas de pedra solta, firmemente bem ajustadas. A residência dos ricos repetia o clássico desenho da casa italiana: muro externo, átrio central, sala de visitas, uma abertura no teto do átrio para desvio das águas da chuva rumo ao poço e circuito de pequenos cômodos em redor do átrio, freqüentemente defrontados por um pórtico de colunas. Vitrúvio descreveu os templos etruscos, dos quais os túmulos às vezes tomavam a forma. Na essência seguiam os modelos gregos, mas o "estilo toscano" modificou o dórico em um ponto: deixou sem caneluras as colunas, dando-lhes base, e ampliou a nave à proporção de seis-para-cinco (comprimento e largura) em vez da proporção ática, mais graciosa, de seis-para-três. Nave de tijolo, peristilo de pedra, arquitraves e frontões de madeira, relevos e ornamentos de terracota, era o templo etrusco em conjunto repousando em um pódio, ou elevação, e brilhantemente pintado por dentro e por fora. Para a maciça arquitetura secular — portas de cidade, muralhas, aquedutos — os etruscos (supomos) foram os introdutores do arco na Itália. Aparentemente trouxeram-no da Lídia, que por sua vez o tomou da Babilônia. (O arco também aparece em túmulos e templos egípcios e nos palácios de Nínive. Alguns arcos romanos são tão velhos quanto os da Etrúria.[26]) Mas não insistiram nesse brilhante método de cobrir grandes espaços sem uma confusão de colunas e o opressivo peso das arquitraves. Seguindo em geral os passos dos gregos, os etruscos deixaram que os romanos viessem consumar a revolução do arco.

Os mais afamados produtos da Etrúria são os da cerâmica. Cada museu de hoje abunda em vasos etruscos nos quais o visitante cansado em vão procura encontrar excelências. Quando não são cópias de vasos gregos, mostram-se medíocres no desenho, crus na execução, bárbaros nos ornatos. Nenhuma outra arte produziu tanta distorção da forma normal humana, tantas máscaras hediondas, animais monstruosos, demônios e deuses terrificantes. Mas a porcelana negra *(bucchero nero)* do século VI a.C. revela o vigor italiano e talvez signifique um desenvolvimento local dos estilos vilanovanos. Lindos vasos foram descobertos em Vulcos e Tarqüinos mas eram importados de Atenas ou imitados. O Vaso François, enorme ânfora descoberta em Chiusi por um francês desse nome, parece trabalho de Clítias e Ergotimos, dois mestres gregos. A urnas da última fase, com figuras vermelhas em fundo preto, são elegantes, mas evidentemente de origem grega; sua abundância faz-nos crer que os oleiros da Ática haviam dominado o mercado etrusco e forçado os colegas nativos a se dedicarem apenas à grossa produção industrial. Os ladrões que saquearam os túmulos etruscos e não tocaram em tanta cerâmica deram provas de bom gosto.

Já não podemos falar dos bronzes etruscos com igual irreverência. Os fundidores da Etrúria eram dos melhores. E quase rivalizavam com os oleiros em produtividade; havia uma cidade com duas mil estátuas de bronze. O que dessa produção nos chegou pertence principalmente ao período da dominação romana. Entre esses restos destacam-se duas obras-primas: O *Orador,* que no Museu Arqueológico de Florença exibe sua dignidade romana, e, ainda em Florença, a *Quimera* encontrada em Arécio no ano 1553 e parcialmente restaurada por Cellini — desagradável representação do monstro que Belerofonte matou: cabeça e corpo de leão, cauda de serpente, cabeça de bode anomalamente brotada do pescoço; mas a força e o bem-acabado da obra nos reconcilia com a extravagância biológica. Os "bronzeiros" etruscos produziram, para consumo interno e exportação, milhões de estatuetas, espadas, elmos, couraças, lanças, escudos, utensílios, urnas, moedas, fechos, cadeias, leques, espelhos, camas, lâmpadas, candelabros e até carros de guerra. O visitante do Museu Metropolitano de Nova York tem ensejo de apreciar um carro etrusco: corpo e rodas de madeira, revestimento exterior e enfeites de bronze, a frente com figuras embossadas bastante graciosas. Muitos objetos de bronze eram delicadamente gravados. Depois de cobrir com uma camada de cera a superfície do metal e de feito o desenho a ponta de "estilo", ia a peça para um banho de ácido. O ácido corroía o metal nas linhas que a ponta do estilo livrara da cera, gravando assim o desenho; depois derretia-se a cera. No lavor do ouro, da prata, do marfim ou do osso, os artistas etruscos equiparavam-se a seus colegas egípcios e gregos.

A escultura em pedra nunca foi popular na Etrúria. Escassez de mármore. As pedreiras de Carrara ainda não tinham sido descobertas. Mas havia argila boa e fácil, e logo brotaram em profusão estatuetas, relevos e ornatos arquiteturais e sepulcrais de terracota. Lá pelo fim do século VI a. C., ignorado mestre etrusco abriu uma escola de arquitetura em Veios e produziu a obra-prima da arte etrusca — o *Apolo de Veios* encontrado lá mesmo em 1916 e até pouco tempo visível na Vila Júlia em Roma. Modelado nas linhas dos *Apolos* áticos e jônicos da época, essa curiosa estátua apresenta um rosto quase feminino, com o sorriso de Mona Lisa, olhos inclinados e corpo de muita saúde, beleza e vida; os italianos denominam-no *il Apollo que cammina.* Nesta obra, como em muitas excelentes figuras dos sarcófagos, os escultores etruscos levaram à perfeição o drapejamento asiático e o modo de tratar o cabelo; já no *Orador,* eles, ou seus herdeiros os romanos, iniciam a tradição do retrato realista.

A pintura etrusca colaborou com a grega no dotar Roma de mais uma arte. Plínio, o Velho, refere-se aos afrescos de Árdea, "mais antigos que a própria Roma", e fala de outros de Ceres, de "ainda mais remota antiguidade" e de "suprema beleza".[27] A pintura usava como tela os vasos, as paredes interiores das casas e os túmulos; só os afrescos tumulares e os vasos pintados chegaram até nós, mas em tal quantidade que cada período da pintura etrusca pode ser facilmente traçado, mostrando a influência do Oriente e do Egito, através de gregos e alexandrinos, na formação do estilo romano e pompeano. Em alguns túmulos vemos os primeiros exemplos, na Itália, de janelas, portais, colunas, pórticos e outras formas arquitetônicas reproduzidas pela pintura nas paredes internas, como se fazia em Pompéia. Em regra, as cores desses afrescos estão esmaecidas pelo tempo, mas alguns ainda se mostram extraordinariamente bri-

lhantes, apesar do decurso de tantos séculos. A técnica é medíocre. Nas pinturas mais antigas não há perspectiva, nem planos, nem jogo de luz e sombra, as figuras são esguias à moda egípcia, como se vistas num espelho convexo; sempre de perfil, embora com os pés para a frente. Nas dos últimos tempos os planos já aparecem e o corpo é representado com muito mais fidelidade e perícia. Mas nos dois casos há nestas pinturas uma tal vivacidade travessa, que nos faz pensar que se eram tão alegres assim nos túmulos, bem agradável vida deviam ter levado os etruscos.

Vemos homens em batalha tomados da alegria da luta; conduzem a guerra como uma justa na arena. Caçam o javali ou o leão com a bravura de quem se sente observado pelos olhos de uma assistência; jogam o boxe ou lutam nas palestras, enquanto os espectadores disputam ainda mais assanhadamente que os lutadores; correm em cavalos ou carros em redor do anfiteatro; às vezes, forçados à inação, pescam. Uma agradável cena mostra um casal deslizando de bote em um rio manso: bem velha é a sabedoria! Num túmulo em Ceres, o homem e a mulher representados na pintura reclinam-se sobre um coxim; coroado de louros, ele apresenta à companheira um copo de vinho e jura fidelidade eterna, a dama sorri e acredita em suas palavras — embora saiba que está mentindo. Em outra câmara mortuária um pintor etrusco dá sua idéia do paraíso: festa sem fim, com descuidosas jovens dançando com furor ao som das flautas duplas e da lira. Gaitas e liras, trombetas e flautas eram instrumentos obrigatórios em todos os banquetes, festas nupciais ou enterros; o gosto pela música e a dança é um dos graciosos aspectos da civilização etrusca. No Túmulo das Leoas, em Corneto, as figuras giram nuas num frenesi báquico.[28]

O destino dos etruscos foi expandir-se ao norte e ao sul alcançando os sopés dos Alpes e as cidades gregas da Campânia — mas, passado o Tibre, esbarraram em Roma. Estabeleceram colônias em Verona, Pádua, Mântua, Parma, Módena, Bolonha, e além dos Apeninos em Rimini, Ravena e Ádria; deste modesto posto avançado o Mar Adriático tomou o nome. Alcançaram Roma com estabelecimentos em Fidene, Preneste (Palestrina) e Cápua — e talvez também a Túsculo de Cícero ("Pequena Toscana"). E por fim, em 618 a. C., segundo a tradição, um aventureiro etrusco apossou-se do trono de Roma — e por um século a nação romana foi governada e ajeitada à civilização etrusca.

IV. ROMA SOB OS REIS

Por volta do ano 1000 a. C., emigrantes vilanovanos cruzaram o Tibre e estabeleceram-se no Lácio. Não se sabe se conquistaram, exterminaram ou simplesmente se misturaram à população neolítica lá existente. Aos poucos as aldeias agrícolas dessa histórica região entre o Tibre e a baía de Nápoles coligaram-se em umas tantas cidades-estado, relutantes em se misturarem exceto nas festas religiosas anuais e nas guerras. A cidade-estado mais forte foi Alba Longa, ao pé do Monte Albano, provavelmente onde se ergue hoje o Castel Gandolfo, palácio de verão dos papas. Foi de Alba Longa, talvez no século VIII, que uma colônia de latinos — sequiosos de conquista ou forçados pelo superpovoamento de suas terras — mudou-se para uns trinta e tantos quilômetros a noroeste e deu origem assim ao mais famoso centro urbano do mundo.

Nestas poucas palavras está tudo o que a História ousa dizer sobre a origem de Roma. Já não é assim parcimoniosa a tradição. Quando em 390 a. C. os gauleses queimaram a cidade, a maior parte dos documentos históricos desapareceu — e a fantasia patriótica pôde livremente imaginar um nascimento de Roma. O que podemos chamar o 22 de abril de 753 a. C. foi dado como a data natalícia, e os acontecimentos

eram referidos ao A. U. C. — *anno urbis conditae* — "ano da fundação da cidade". Cem histórias e mil poemas dizem como Enéias, filho de Vênus, fugiu da Tróia em chamas e depois de muitas tribulações trouxe para a Itália os deuses e as coisas sagradas da cidade de Príamo. Enéias desposou Lavínia, filha de um rei do Lácio; oito gerações depois seu descendente Numitor subiu ao trono de Alba Longa, a capital do reino. Amúlio, um usurpador, expeliu Numitor e, para dar cabo da linha de Enéias, matou os filhos de Numitor e forçou sua única filha, Réia Sílvia, a fazer-se vestal, com voto de virgindade. Réia, porém, deitou-se à margem de um rio e "abriu o seio ao sopro da brisa".[29] Muito confiante nos homens e deuses, adormeceu. Impressionado com sua beleza, Marte dotou-a de gêmeos. Amúlio toma providências, manda afogar os dois meninos. Colocados em uma balsa e soltos à deriva, bondosas ôndulas levam-nos a encalhar numa praia; uma loba (*lupa*) os amamenta, ou — como querem os cépticos — uma mulher de pastor, Aca Larência, apelidada Lupa, por ter o furor amoroso dos lobos. Depois de crescidos, Rômulo e Remo mataram Amúlio, restauraram Numitor e resolutamente se entregaram à tarefa de construir um reino só deles nas colinas de Roma.

A arqueologia não oferece nenhuma confirmação destas histórias, mas talvez haja nelas uma ponta de verdade. Talvez tenham os latinos deliberado mandar colonos para desenvolver Roma à guisa de barragem contra a expansão dos etruscos. O local escolhido foi a 20 milhas do mar, e pouco adaptado ao comércio marítimo; mas naqueles tempos de pirataria era vantajoso esse pequeno recuo da praia. Para o comércio interno estava Roma bem colocada nas vias de tráfego, pelo rio e estradas entre norte e sul. Não era boa a localização do ponto de vista da saúde; chuvas, inundações e olhos-d'água, mantinham em estado pantanoso as planícies próximas e também as partes baixas da cidade, favorecendo a malária; daí a popularidade das sete colinas de Roma. O primeiro a ser povoado, segundo a tradição, foi o Palatino, talvez porque uma ilhota próxima do sopé tornasse mais fácil a travessia do Tibre ou o lançamento de ponte. Uma a uma foram-se povoando as encostas vizinhas, e por fim a onda humana cruzou o rio e foi espraiar-se no Vaticano e no Janículo. (Havia mais de sete destas modestas elevações ou "colinas" ou montes de Roma, de modo que o número "sete" costuma variar. Nos tempos de Cícero eram elas os montes: Palatino, Capitólio, Célio, Esquilino, Aventino, Viminal e Quirinal.) As três tribos moradoras naqueles montes — latinos, sabinos e etruscos — ligaram-se em federações, formaram o Septimontium, e lentamente se foram fundindo na cidade de Roma.

A história antiga nos diz como Rômulo, com a idéia de conseguir esposas para seus homens, organizou uma grande festa para a qual convidou os sabinos e outras tribos. Durante as corridas os romanos agarraram as mulheres sabinas e expulsaram os sabinos. Tito Tácio, rei da tribo sabina, ou dos Curites, declarou guerra e avançou contra Roma. Tarpéia, a filha do romano encarregado da fortaleza capitolina, abriu as portas aos atacantes. Em bela recompensa, estes a esmagaram sob seus escudos; e gerações futuras deram o nome de Rocha Tarpéia ao pico de onde se atiravam os condenados à morte. Quando as tropas de Tácio se aproximaram do Palatino, as sabinas, sensíveis à homenagem que o rapto significava, obtiveram um armistício, sob pretexto de que iriam perder seus maridos romanos, caso os Curites vencessem, e perderiam seus pais e irmãos, caso os Curites perdessem. Rômulo persuadiu Tácio a partilhar consigo o reino, dando às tribos latinas e curites cidadania comum; vem daí a denominação que mais tarde passaram a ter os cidadãos livres de Roma: Curites ou Quirites.[30] Talvez

haja alguns elementos de verdade nestas histórias ou neste romance — ou talvez o "arranjo" patrioticamente esconda a conquista de Roma pelos sabinos.

Depois de longo reinado, foi Rômulo erguido ao céu por um remoinho, passando desde então a ser adorado como Quirino, um dos favoritos deuses romanos. E também já não existindo Tácio, os cabeças das famílias mais importantes escolheram para rei Numa Pompílio, um sabino. Provavelmente os poderes de governo, entre o período da fundação da cidade e o da dominação etrusca, estavam nas mãos desses velhos cabeças, ou *senatores,* enquanto as funções do rei, como as do *arconte basileu* na Atenas daquela época, eram exercidas pelos sumos sacerdotes.[31] A tradição pinta Numa como um Marco Aurélio sabino, ao mesmo tempo filósofo e santo. "Ele lutava", diz Tito Lívio,

> para inculcar o temor dos deuses como a maior força que pode atuar sobre... um povo bárbaro. Mas como esse esforço pudesse falhar, se não viesse acompanhado de um pouco de sobrenatural, Numa declarou que tivera encontros noturnos com a divina ninfa Egéria; e que era a conselho de Egéria que estava instituindo o ritual religioso mais aceitável ao Céu, e nomeando sacerdotes especiais para cada deidade principal.[32]

Estabelecendo um credo uniforme para as diversas tribos de Roma, fortaleceu a unidade e a estabilidade do Estado;[33] Interessando os belicosos romanos na religião, diz Cícero, Numa deu a seu povo 40 anos de paz.[34]

Seu sucessor, Túlio Hostílio, restaurou entre os romanos a vida normal. "Convencido de que o vigor do Estado debilitava-se com a inação, olhou em torno buscando um pretexto para a guerra."[35] Escolheu para inimigo a cidade-mãe de Roma, Alba Longa — atacou-a e destruiu-a completamente. Quando o rei albano rompeu sua promessa de aliança, Túlio amarrou-o a dois carros e, lançando-os em direções opostas, despedaçou-o.[36] Seu sucessor Anco Márcio concordou com aquela marcial filosofia; percebeu, diz Don Cássio,

> que para os homens desejosos de paz não basta fugirem ao mal-fazer... pois quanto mais se prolonga a paz, mais vulnerável vai-se tornando. Ele viu que o desejo de calma não dá proteção, a não ser que acompanhado do preparo e apetrechamento para a luta; percebeu também que o prazer de fugir a brigas com o estrangeiro rapidamente arruína os homens que o cultivam em excesso.[37]

V. A DOMINAÇÃO ETRUSCA

Em redor de 655 a. C., segundo a tradição, Demarato, um rico mercador banido de Corinto, veio residir em Tarqüinos e lá se casou com uma etrusca.[38] Seu filho Lúcio Tarqüínio imigrou para Roma, onde galgou alto posto e, por ocasião da morte de Anco, apossou-se do trono ou, mais provavelmente, foi escolhido por um conselho de famílias etruscas da cidade. "Foi ele o primeiro", diz Tito Lívio, "a solicitar a coroa e a fazer um discurso tendente a assegurar o apoio da plebe"[39] — isto é, dos cidadãos que não podiam ligar seu sangue aos fundadores da cidade. Sob este Tarqüínio Prisco a monarquia sobrepujou em poder a aristocracia e muito cresceu a

influência etrusca sobre a política, a religião, a engenharia e as artes. Tarqüínio lutou vantajosamente contra os sabinos e subjugou o Lácio inteiro. Empregava os recursos de Roma para enfeitar Tarqüinos e outras cidades etruscas, mas também trouxe artistas etruscos e gregos para embelezá-la com majestosos templos. (Talvez também a dotasse de esgotos. Os historiadores romanos dão-no como o criador da Cloaca Máxima, ou o Supremo Esgoto, mas há autoridades que reservam essa honra para o século II a.C.[40]). Aparentemente, representou o surto do poder do comércio e das finanças *versus* aristocracia rural.

Depois de um reinado de 38 anos, o primeiro Tarqüínio foi morto pelos patrícios que visavam reduzir a realeza a um papel religioso. Mas a viúva de Tarqüínio, Tanaquil, tomando a peito a situação, conseguiu transmitir o cetro a seu filho Sérvio Túlio. Sérvio, diz Cícero, foi o primeiro "a exercer o poder real independente da escolha do povo"[41] — isto é, das famílias principais. Governou bem; construiu a muralha e o fosso de proteção em redor de Roma; mas os maiores donos de terras ressentiram-se de seu governo e conspiraram para depô-lo. Isso levou-o a aliar-se aos membros mais ricos da plebe, e a reorganizar o exército e o corpo eleitoral de modo a fortalecer sua posição. Promovendo o censo das pessoas e das propriedades, ele classificou os cidadãos mais segundo a riqueza do que segundo o nascimento; e deixando intacta a velha aristocracia, ergueu para contrabalançá-la a classe dos *equites*, literalmente: cavaleiros — homens que podiam *equipar-se* com armas e um cavalo *(equus)* e servir na cavalaria. (Originalmente aplicado a cavalarianos, esse termo *equites* breve perdeu o primitivo sentido, passando a significar a alta classe média, ou os homens de negócio.) O censo revelou 80.000 homens capazes de pegar em armas; admitindo uma mulher e um filho para cada soldado, e um escravo para cada quatro famílias, podemos calcular a população de Roma, por volta de 560 a.C., em 260.000 almas. Sérvio dividiu o povo em 35 novas tribos, com base no lugar de residência, em vez de na posição social; vem daí que, como Clístenes uma geração mais tarde na Ática, ele enfraqueceu a coesão política e o poder eleitoral da aristocracia — a classe que se considerava como suprema por direito de nascimento. Quando outro Tarqüínio, neto de Tarqüínio Prisco, acusou-o de governar ilegalmente, Sérvio submeteu-se a um plebiscito e obteve, diz Tito Lívio, "votação unânime".[42] Aborrecido com a demonstração, Tarqüínio promoveu o assassinato de Sérvio e galgou o trono. (Poucos estudiosos inclinam-se a adotar o extremo cepticismo de Ettore Pais, autor que rejeita como lendária toda a história de Roma antes de 443 a.C. e admite que os dois Tarqüínios eram uma só pessoa que nunca existiu.[43] Uma variante da história tradicional de Rômulo parece "explicar os fenômenos" de maneira melhor que qualquer outra hipótese.)

Sob Tarqüínio, o Soberbo, a monarquia tornou-se absoluta e a influência etrusca, suprema. Os patrícios sempre haviam pensado no *rex* como o executor da vontade do Senado e o sumo sacerdote da religião nacional; não podiam de modo nenhum consentir no ilimitado poder real. Por pensarem assim haviam matado Tarqüínio Prisco e nada fizeram para defender Sérvio. Mas este novo Tarqüínio saíra-lhes pior que o primeiro. Sempre bem guardado, degradava cidadãos livres com a pena de meses de trabalhos forçados, crucificava-os no Fórum, condenava à morte chefes das classes superiores e governava com a mais insolente brutalidade; isso pôs contra ele todos os homens influentes.[44] (A história tradicional dos Tarqüínios está provavelmente obscurecida pela propaganda aristocrática e antietrusca. A história da primeva Roma foi escri-

ta sobretudo por patrícios ou admiradores da classe dos patrícios, do mesmo modo que mais tarde a história dos imperadores romanos foi escrita por partidários dos senadores, como Tácito.) A fim de ganhar popularidade por meio de um triunfo guerreiro, ele atacou os rutilos e os volscos. E estava no exército, quando o Senado se reuniu e o depôs (508 a.C.), numa das grandes viradas da história romana.

VI. O NASCIMENTO DA REPÚBLICA

Aqui a tradição torna-se literatura e a prosa da política funde-se em poética de amor. Certa manhã (diz Tito Lívio), no campo real em Árdea, seu filho, Sesto Tarqüínio entrou em debate com um parente, Lúcio Tarqüínio Colatino, sobre a virtude das respectivas esposas. Propôs Colatino que voassem a cavalo para Roma e as surpreendessem à noite. Encontraram a mulher de Sesto em festa com seus íntimos, mas Lucrécia, a mulher de Colatino, fiava na roca vestes para seu esposo. Sesto inflamou-se do desejo de pôr à prova a fidelidade de Lucrécia e gozar-lhe o amor. Poucos dias mais tarde volta secretamente à casa de Lucrécia e violenta-a. Lucrécia chama o pai e o marido, conta-lhes o ocorrido e depois apunhala-se. Em conseqüência desses fatos, Lúcio Júnio Bruto, amigo de Colatino, convida todos os homens sérios de Roma para expulsar Tarqüínio. Lúcio era sobrinho do rei, mas tivera o pai e um irmão condenados à morte, e adquirira o sobrenome de Bruto, isto é, idiota, por ter simulado idiotia a fim de sobreviver até o momento da vingança. Lúcio voa com Colatino à capital, conta a história de Lucrécia ao Senado e persuade-o a banir a família real. Nisto o rei deixa o exército e volta para Roma; Bruto aproveita-se da circunstância, corre ao exército, conta de novo a história de Lucrécia e consegue o apoio dos soldados. Tarqüínio foge para o norte e pede à Etrúria que o reponha no trono.[45] (Muitos estudiosos, a partir de Niebuhr, consideram Lucrécia uma figura de lenda, como muitas de Shakespeare. Na verdade não sabemos onde termina a história e começa a poesia. Outros chegam a dar Bruto como igualmente lendário;[46] mas aqui, de novo, o cepticismo foi longe demais.)

Reuniu-se uma assembléia de cidadãos-soldados, e em vez de um rei vitalício elegeram-se dois cônsules (ou dois pretores, ou dois generais, segundo outras versões); ambos tinham os mesmos poderes e governavam por um ano. Diz a tradição que os primeiros cônsules foram Bruto e Colatino; este logo resignou, sendo substituído por Públio Valério, que recebeu o nome de Publícola — "amigo do povo" — depois de ter feito a assembléia votar umas tantas leis fundamentais para Roma: qualquer homem que sem o consentimento do povo tentasse assumir o poder era punido com a morte; qualquer cidadão condenado à morte ou à flagelação tinha o direito de recorrer à assembléia. Foi Valério quem iniciou o costume de o cônsul separar, quando penetrava na assembléia, as varas dos machados e baixá-los como sinal da soberania do povo; e criou o direito de, na paz, só a assembléia poder impor a pena de morte.

A revolução teve dois grandes resultados: libertou Roma da ascendência etrusca e firmou a monarquia em um suporte aristocrático que iria manter-se até Júlio César. A posição política dos cidadãos mais pobres não melhorou; ao contrário, tiveram de entregar as terras concedidas por Sérvio e ainda perderam a modesta proteção que os amparava contra a opressão aristocrática.[47] Os vencedores chamaram à revolução triunfo da liberdade, mas naquele tempo, como hoje, liberdade queria dizer, na língua dos fortes, mãos livres para a exploração dos fracos.

A expulsão dos Tarqüínios somou-se à derrota dos etruscos pelos colonizadores gregos em Cumas, em 524, e ameaçou a liderança etrusca na Itália central. Atendendo a estas razões dadas por Tarqüínio, Lars Porsena, principal magistrado de Clúsio, levantou um exército nas cidades federadas da Etrúria e marchou contra Roma. Simultaneamente fazia-se em Roma uma tentativa para restaurar o rei deposto. Dois filhos de Bruto estavam entre os conspiradores presos, e o severo primeiro cônsul deu a todos os romanos um exemplo — talvez mítico — quando, envolto em um silêncio do maior estoicismo, testemunhou a flagelação e decapitação de seus filhos. As pontes do Tibre foram derrubadas antes que Porsena atingisse o rio — e na defesa da cabeça de uma dessas pontes imortalizou-se Horácio Cocles nos poemas latinos e ingleses. A despeito desta e outras lendas com que se procurava cobrir de glória a derrota, Roma rendeu-se a Porsena,[48] e cedeu parte de seu território a Veios e às cidades latinas despojadas pelos reis romanos.[49] Porsena mostrou bom gosto não exigindo a restauração de Tarqüínio; também por esse tempo a aristocracia na Etrúria tinha suplantado a monarquia. Ficou Roma enfraquecida por uma geração — mas a revolução permaneceu.

O poder dos etruscos fora eliminado, mas as marcas e relíquias da influência etrusca iam sobreviver até o fim na civilização romana. Essa influência era aparentemente menor na língua, mesmo assim os algarismos romanos são possivelmente etruscos,[50] e o nome *Roma* pode ter vindo do etrusco *rumon,* rio.[51] Os romanos admitiam como de origem etrúria as cerimônias de boas-vindas a um conquistador triunfante, como também as becas com barra púrpura, a curul dos magistrados, de marfim e em forma de carro, e as varas e machados que 12 litores conduziam diante de cada cônsul como símbolo da autoridade: as varas, o castigo; o machado, a morte.[52] (Em um túmulo etrusco em Vetulônia, anterior ao século VIII a.C., encontrou-se um machado de ferro de dois gumes, com o cabo envolvido em oito varas.[53] O machado duplo como símbolo do governo é pelo menos tão velho como a Creta Minoana. Os romanos deram-lhe o nome de *fasces,* feixe. Os litores [de *ligare,* amarrar] eram 12 por causa das 12 cidades da federação etrusca, cada uma das quais fornecia um litor para a guarda do chefe da federação.[54]) As moedas de Roma, séculos antes da esquadra, tinham como símbolo uma proa de navio — outro empréstimo da Etrúria, que desse modo simbolizava nas moedas a atividade comercial e o poder naval. Do VII ao IV século a.C. prevaleceu entre os romanos aristocratas o costume de educarem os filhos nas cidades etruscas, onde, entre outras coisas, aprendiam geometria, agrimensura e arquitetura.[55] O vestuário romano derivava da Etrúria — ou ambos, de uma fonte comum.

Os primeiros atores, bem como a palavra *histriones,* vieram da Etrúria. Segundo Tito Lívio foi Tarqüínio Prisco quem levantou o primeiro Circo Máximo e importou da Etrúria cavalos de corrida e pugilistas. Os etruscos deram a Roma a brutal luta dos gladiadores, e para equilíbrio também lhe proporcionaram o mais alto *status* da mulher, possível naquele tempo. Engenheiros etruscos construíram as muralhas e os esgotos de Roma, transformando-a do pântano que era numa cidade bem protegida e civilizada. Da Etrúria tomou Roma a maior parte de seu ritual religioso, os áugures, os arúspices, os prognosticadores ou videntes. Os prognosticadores etruscos faziam parte oficial de todos os exércitos romanos. Admitia-se que Rômulo tinha fixado os limites de Roma por meio de ritos etruscos. Da mesma fonte procedia o cerimonial funerário e o do casamento romano, com a captura simbólica da noiva. Também da Etrúria tomou Roma seus instrumentos musicais.[56] A maioria dos artistas de Roma

eram etruscos, e a rua onde trabalhavam tinha o nome de Vico Tusco; as artes, entretanto, podem ter-se infiltrado através do Lácio, vindas da Campânia grega. O retrato escultural em Roma era profundamente influenciado pelas máscaras dos mortos, guardadas na galeria de família — um costume da Etrúria. Os escultores etruscos adornaram os templos e palácios romanos com estatuária de bronze e figuras e relevos de terracota; arquitetos etruscos inocularam em Roma o "o estilo toscano", que ainda sobrevive na colunada da igreja de São Pedro; foi em Roma que os reis etruscos erigiram suas maiores construções, transformando-a de um conglomerado de casas de barro em uma cidade de madeira, tijolo e pedra. Até César, Roma não veria tanto movimento de construções como sob o governo etrusco.

Cumpre não exagerar. Por muito que Roma aprendesse de seus vizinhos, permaneceu pessoalíssima em todas as feições fundamentais. Nada na história etrusca sugere o caráter romano, a austera disciplina, a crueldade e a coragem, o patriotismo e a estóica devoção que com paciência conquistaram e depois pacientemente governaram os Estados mediterrâneos. Naquele momento Roma sentia-se livre — e o palco estava à espera do incomparável drama da grandeza e declínio do paganismo desenvolvido no mundo antigo.

LIVRO I

A REPÚBLICA

508-30 a.C.

TÁBUA CRONOLÓGICA

a.C.

813 (P): Fundação de Cartago
558f: Cartago domina a Sicília, a Sardenha, a Córsega, etc.
509: Estabelece-se a República romana
508: Guerra com os etruscos; Horácio Cocles
500: Hano explora a costa africana
494: Primeira parede da plebe; instituição do tribunato
492: Coriolano (?)
485: Condenação de Espúrio Cássio
458-439: Cincinato, ditador
451: Primeiro Decenvirato
450: As Doze Tábuas
449: Segunda parede da plebe
445: *Lex Canuleia* sobre o casamento
443: Instituição da censura
432: Primeira lei contra a corrupção eleitoral
396: Os romanos tomam Veios
390: Saque de Roma pelos gauleses
367: A *Lex Licinia* atenua a situação do devedor
343-341: Primeira guerra samnita
340-338: Guerra com os latinos; dissolução da Liga Latina
339: As *Leges Publiliae* suprimem o poder de veto do Senado
327-304: Segunda guerra samnita
326: A *Lex Poetelia* atenua a lei da dívida
321: Os romanos derrotados nas Forcas Caudinas
312: Censorato de Ápio Cláudio; começo da Via Ápia
300: A *Lex Valeria* sobre o direito de apelar; a *Lex Ogulnia* sobre a elegibilidade ao sacerdócio
280-290: Terceira guerra samnita
287: Última parede da plebe; *Leges Hortensiae* sobre os poderes da Assembléia
283: Roma ocupa a Itália grega
280-275: Pirro na Itália e na Sicília
280-279: "Vitórias de Pirro" em Heracléia e Ásculo
272: Roma toma Tarento
264-241: Primeira Guerra Púnica
248: Amílcar Barca invade a Sicília

a.C.

241: A frota de Cartago batida perto das ilhas Egadias; a Sicília, província romana
241-236: Os mercenários contra Cartago
240: Primeira peça de Lívio Andrônico
239: Cartago cede aos romanos a Sardenha e a Córsega
237: Amílcar na Espanha
235: Primeira peça de Névio
230: Guerra contra os piratas ilíricos
222: Roma toma a Gália Cisalpina
221: Aníbal na Espanha
219-201: Segunda Guerra Púnica
218: Aníbal cruza os Alpes e derrota os romanos em Ticino e Trébia
217: Aníbal derrota os romanos no Trasimeno; Fábio na ditadura
216: Vitória de Aníbal em Canas
215: Tratado entre Aníbal e Felipe V
214: *Fl.* Plauto
214-205: Primeira Guerra Macedônia
212: Os romanos tomam Siracusa
210-209: Cipião Africano na Espanha
207: Asdrúbal batido em Metauro
203: Aníbal chamado à África
202: Cipião bate Aníbal em Zama; Quinto Fábio publica a primeira história de Roma
201: Espanha, província romana
200-197: Segunda Guerra Macedônia
199: *Fl.* Ênio
189: Batalha de Magnésia
186: Fim da adoração de Baco
184: Censorato de Catão, o Velho
171-168: Terceira Guerra Macedônia
168: Batalha de Pidna
167: Políbio em Roma
160: Os *Adelphi* de Terêncio
155: Carnéades preleciona em Roma
155-138: Guerra com os lusitanos
150-146: Terceira Guerra Púnica
147-140: Vitórias de Viriato na Espanha
146: Cipião Africano Menor destrói Cartago; Múmio saqueia Corinto. O poder de Roma estende-se ao norte da África e à Grécia

CAPÍTULO II

A Luta pela Democracia

508 — 264 a.C.

I. PATRÍCIOS E PLEBEUS

QUEM eram os patrícios? Tito Lívio[1] admite que Rômulo escolheu em sua tribo 100 cabeças de clã para ajudá-lo a estabelecer Roma e funcionar como seu conselho ou senado. Esses homens foram mais tarde chamados *patres* — "pais" — e seus descendentes *patricii* — "oriundos dos *patres*". Modernas teorias, desprezando a tradição, gostam de explicar os patrícios como conquistadores estrangeiros, talvez sabinos, que invadiram o Lácio e passaram a tratar a plebe, ou a populaça latina, como casta inferior. O que sabemos certo é que os patrícios pertenciam a clãs que, por meio da superioridade econômica e militar, tinham adquirido as melhores terras e transformado sua liderança agrícola em dominação política. Esses clãs vitoriosos — os Mânlios, os Valérios, os Emílios, os Cornélios, os Fábios, os Horácios, os Cláudios, os Júlios, etc. — continuaram por cinco séculos a fornecer a Roma generais, cônsules e leis. Quando as três tribos originais se uniam, seus chefes de clã formavam um senado de uns 300 membros. Não eram homens de fausto, como iam ser seus descendentes; com freqüência pegavam na charrua ou no machado, viviam de maneira simples, teciam em casa suas roupas. Os plebeus admiravam-nos mesmo quando os tinham contra si, e a tudo que pertencia aos patrícios aplicavam o termo *classicus* — "clássico" — isto é, da mais alta categoria ou classe.[2]

Equivalentes aos patrícios em riqueza, mas muito abaixo em poder político, estavam os *equites,* ou homens de negócio. Muitos eram bastante ricos para entrar para o Senado, e nele constituíam a segunda parte dos *patres (et) conscripti* — isto é, "patrícios e homens conscritos". Essas duas classes compunham as "ordens", que se qualificavam de *boni,* os "bons"; nas antigas civilizações virtude queria dizer poder, habilidade, graduação; *virtus* para os romanos significava virilidade, as qualidades que fazem um homem *(vir). Populus,* "povo", referia-se apenas a essas classes superiores, e originalmente era nesse sentido que se explicavam as famosas iniciais — SPQR *(Senatus Populusque Romanus)* — que orgulhosamente figuram em centenas de milhares de monumentos.[3] Aos poucos, porém, com a marcha da democracia, a palavra *populus* passou a incluir a plebe.

Temos aqui o corpo principal dos cidadãos romanos. Alguns eram artesãos ou comerciantes; alguns, libertos; muitos, camponeses; e talvez que nos começos fossem os nativos daquelas colinas de Roma. Alguns eram agregados como *clientes,* ou dependentes, a um *patronus* da classe alta; em paga da terra e da proteção, os clientes aju-

davam os patrões na paz, serviam sob suas ordens na guerra e nas assembléias votavam como eles sugeriam.

Abaixo de todos vinham os escravos. Sob os reis os escravos eram caros e poucos, e por isso tratados com a consideração que merecem membros da família. No século VI a.C., quando Roma começou sua carreira de conquistas, os prisioneiros de guerra entraram, em escala crescente, a ser vendidos à aristocracia, às classes comerciais e mesmo aos plebeus e com isso o *status* do escravo baixou. Legalmente um dono de escravo podia fazer dele o que quisesse; em teoria, e de acordo com os antigos costumes, a vida do escravo equivalia a um penhor da derrota, pois que a escravidão era considerada como benigna comutação da morte. Às vezes o escravo dirigia as propriedades do senhor, seus negócios ou fundos; às vezes tornava-se professor, escritor, ator, artífice, jornaleiro ou artista, e dava ao senhor parte de seus ganhos. Desse modo e de outros podia acumular o suficiente para adquirir sua liberdade e integrar-se na plebe.

Tão raro é entre os homens o contentamento como natural entre os animais — e nenhuma forma de governo ainda satisfez aos governados. No sistema romano os homens de negócio ressentiam-se de sua exclusão do Senado; os plebeus ricos, de sua exclusão da classe dos *equites;* os pobres, de sua pobreza, de sua insuficiência política, da sujeição ao escravizamento por dívida. A lei da primeira República dava ao credor o direito de prender em cárcere privado o devedor insolvável, de vendê-lo como escravo e até de matá-lo. Os credores de um mesmo devedor, dizia a lei, podiam picá-lo em pedaços e distribuí-los entre si — provisão que aparentemente nunca foi posta em prática.[4] Os plebeus clamavam pela revogação dessas leis e a redução das dívidas acumuladas; como também pleiteavam que as novas terras conquistadas fossem distribuídas entre os pobres, em vez de dadas, ou vendidas aos ricos por preço nominal; e que os plebeus fossem elegíveis para a magistratura e o sacerdócio, que pudessem entrar nas "ordens" por meio do casamento e ter um representante no governo. O Senado procurou frustrar a agitação com o fomento de novas guerras, mas assustou-se ao ver desatendido seu apelo às armas. Em 494 a.C. grandes massas de plebeus aglomeravam-se no Monte Sagrado, junto ao rio Ânio, a três milhas de Roma, e declararam que não mais lutariam, nem voltariam ao trabalho, antes que suas exigências fossem atendidas. O Senado lançou mão de todos os recursos diplomáticos e religiosos para atrair os rebeldes; depois receando que o levante fora da cidade se somasse a uma rebelião intramuros, concordou em cancelar, ou reduzir, as dívidas, e em admitir dois tribunos e três edis como defensores eleitos da plebe. Os grevistas então voltaram, depois de um solene juramento: matarem qualquer homem que levantasse a mão contra os representantes da plebe no governo.[5]

Isto foi a abertura da guerra de classes que só terminou com a destruição da República. Em 486 o cônsul Espúrio Cássio propôs o loteamento entre os pobres das terras conquistadas; os patrícios acusaram-no de procurar o apoio popular com o fito de fazer-se rei — e assassinaram-no; provavelmente não foi esse o primeiro passo na longa lista de propostas agrárias e homicídios de senadores, culminante no dos Gracos e de César. Em 439, Espúrio Mélio, que durante um período de carestia distribuíra trigo aos pobres a baixo preço ou grátis, foi morto em sua casa por um emissário do Senado, sob pretexto de estar conspirando para ser rei.[6] Em 384, Marco Mânlio, o heróico defensor de Roma contra os gauleses, também foi morto sob a mesma acusação, depois de haver gasto sua fortuna em aliviar os devedores insolventes.

O passo imediato na ascensão da plebe deu-se com a exigência de leis escritas em matéria secular. Até então haviam sido os sacerdotes os guardiães e intérpretes dos estatutos; conservavam em segredo e monopólio os registros e as exigências rituais da lei para usá-los como armas contra qualquer mudança social. Depois de longa resistência a esses desejos da plebe, o Senado (454) enviou à Grécia uma comissão de três patrícios para estudar a legislação de Sólon e outros. Depois do retorno da comissão, a Assembléia (451) escolheu 10 homens — *decemviri* — para formular um novo código e deu-lhes por dois anos o governo supremo de Roma. Esta comissão, presidida pelo resoluto reacionário Ápio Cláudio, transformou as velhas leis consuetudinárias de Roma na famosa Lei das Doze Tábuas, submeteu-as à Assembléia, que as aprovou com algumas emendas, e afixou-as no Fórum para que todos as conhecessem. Este fato, na aparência tão simples, marcou época na história da humanidade; equivaleu à primeira forma escrita da estrutura legal — e ia ser a mais assinalada contribuição de Roma à civilização humana.

Quando terminou o mandato de dois anos da comissão, sobreveio a recusa de entregar o governo aos cônsules e tribunos, e continuou ela a exercer a autoridade suprema, e ainda com maior irresponsabilidade. E diz uma história, tão suspeita quanto a de Lucrécia, que Ápio Cláudio se tomou de paixão pela formosa plebéia Virgínia e para possuí-la declarou-a escrava. Lúcio Virgínio, pai da moça, protestou, e quando Cláudio se recusou a ouvi-lo, matou a filha, correu a sua legião e levantou-a para a derrubada do novo déspota. Os plebeus, enfurecidos pela segunda vez, amotinaram-se em greve no Monte Sagrado, "imitando", diz Tito Lívio, "a moderação de seus antepassados e abstendo-se de violências".[7] Ao saberem que o exército apoiava a plebe, os patrícios juntaram-se na casa senatorial, depuseram os decênviros, baniram Cláudio, restauraram o consulado, alargaram o tribunato, reconheceram a inviolabilidade dos tribunos e confirmaram o direito de apelação para a Assembléia das Centúrias de todas as decisões dos magistrados.[8] Quatro anos mais tarde (445) o tribuno Caio Canuleio propôs que os plebeus tivessem o direito de desposar os patrícios e fossem elegíveis ao Consulado. De novo o Senado, na iminência de guerra com vizinhos, cedeu no primeiro ponto e fugiu ao segundo, aceitando que dali por diante seis dos tribunos escolhidos pela Assembléia Centurial tivessem autoridade de cônsules. Os plebeus responderam com um belo gesto: a escolha na classe dos patrícios desses *tribuni militum consulari potestate.*

A demorada guerra contra Veios (405-396) e o assalto de Roma pelos gauleses unificaram a nação por algum tempo, aquietando a luta intestina. Mas tanto a vitória militar como a derrota deixavam os plebeus sem coisa nenhuma. Enquanto lutavam pelo país, ficavam as terras em abandono ou eram arrasadas, além do que os juros das dívidas subiam a nível de insolvência. Os credores não aceitavam escusas; queriam o pagamento do principal e dos juros, ou a prisão e escravizamento dos devedores. Em 376 os tribunos Licínio e Séstio propuseram que os juros já pagos fossem deduzidos do principal, com o balanço fechado em três anos; que nenhum homem pudesse deter mais de 500 *iugera* de terra (cerca de 121 hectares) ou empregar em suas culturas mais de tantos escravos para tantos trabalhadores livres; e que um dos cônsules fosse regularmente tirado da plebe. Durante 10 anos os patrícios resistiram a essas propostas; entrementes, diz Dion Cássio, fomentavam uma guerra em seguida a outra, de modo a manter o povotão ocupado que não pensasse nas terras.[9] Por fim, sob a ameaça de terceira greve, o Senado aceitou as "leis Licínias" — e Camilo, o chefe dos conservadores, celebrou a reconciliação das classes com o levantamento do majestoso Templo da Concórdia no Fórum.

Foi esse o maior passo dado no desenvolvimento da limitada democracia romana. Daí por diante os plebeus progrediram com rapidez rumo a uma formal igualdade com as "ordens", na política e nas leis. Em 356 um plebeu foi ditador por um ano; foram franqueados à plebe em 351 o censorato, em 337 a pretoria e em 300 o sacerdócio. E finalmente, em 287, o Senado concordou em que as decisões da Assembléia Tribal também tivessem força de lei, mesmo que

contrariassem decisões do Senado. E como nessa Assembléia os patrícios podiam facilmente ser batidos pelos votos dos plebeus, a *lex Hortensia* equivaleu ao ápice do triunfo da democracia romana.

Mas o poder do Senado breve se desforrou de tantas derrotas. O pedido de terras foi acalmado com a remessa de colonos romanos para o solo conquistado. O custo da obtenção e manutenção dos cargos — que não eram remunerados — automaticamente afastava os pobres. Depois de assegurada a igualdade política e de oportunidades, os plebeus mais ricos passaram a cooperar com os patrícios para impedir o surto de legislação radical; os plebeus mais pobres, destituídos de meios, deixaram por dois séculos de desempenhar papel de significação nos negócios de Roma. Os homens de negócio apoiavam a política dos patrícios porque disso lhes vinham contratos de obras públicas, ensejos de colonização e exploração das províncias e comissões na coleta das taxas. A Assembléia das Centúrias, cujo sistema de voto dava à aristocracia controle pleno, continuou a escolher magistrados e, portanto, a fazer o Senado. Os tribunos, sempre na dependência dos plebeus ricos, usavam o cargo de um modo muito conservador. Cada cônsul, mesmo que escolhido entre os plebeus, quando subia vitaliciamente ao Senado, tornava-se, por contágio, um zeloso conservador. O Senado detinha a iniciativa da legislação, e os costumes sancionavam sua autoridade muito mais que a letra da lei. Quando os negócios exteriores se tornaram importantes, a administração pelo Senado veio elevá-lo ao apogeu do prestígio. Em 264, ao tempo em que Roma iniciou sua luta de um século contra Cartago para domínio do Mediterrâneo, foi o Senado que levou Roma ao triunfo — o povo, ameaçado e sem esperança, submeteu-se sem protesto à dominação senatorial.

II. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

1. *Os Legisladores*

Tentemos figurar esse complexo Estado romano já com cinco séculos de desenvolvimento. Na opinião geral, Roma realizou um dos mais hábeis e bem-sucedidos governos que o mundo jamais vira; Políbio o considerou uma quase literal realização do governo ideal de Aristóteles. De fato proporciona a estrutura, às vezes o campo de batalha, da história romana.

Quem, no povo, eram os cidadãos? Tecnicamente, os nascidos ou adotados em uma das três tribos originais de Roma. Na prática isto queria dizer todos os do sexo masculino acima de 15 anos, não escravos nem estrangeiros, e todos os estrangeiros investidos da cidadania romana. Nunca antes nem depois foi a cidadania tão ciosamente guardada e prezada. Significava ser membro do grupo relativamente reduzido que breve iria dominar o Mediterrâneo; implicava imunidade à tortura legal e à coação, e o direito de apelar de qualquer autoridade para a Assembléia — mais tarde para o Imperador.

Estes privilégios impunham obrigações. Os cidadãos, exceto os muito pobres, tinham de fazer o serviço militar, eram mobilizáveis dos 16 aos 60 anos e não podiam ocupar nenhum cargo público antes de ter dado 10 anos ao exército. Os direitos políticos estavam tão ligados aos deveres militares, que o voto mais importante do cidadão era dado como membro do regimento, ou "centúria". No tempo dos reis também tinha votado nos *comitia curiata,* isto é, ele e outros chefes de família juntavam-se *(cum-ire)* em uma reunião das 30 *curiae* em que se dividiam as três tribos; e lá pelo fim da República era esta Assembléia Curial que conferia aos magistrados eleitos o *imperium,* ou autoridade para governar. Depois da queda da monarquia, a Assembléia Curial rapidamente perdeu seus outros poderes em favor dos *comitia centuriata* — ou soldados reunidos em "centúrias", originalmente de 100 ho-

mens. A Assembléia Centurial escolhia os magistrados, aprovava ou rejeitava as medidas propostas por funcionários ou pelo Senado, resolvia sobre as apelações, julgava todos os crimes sujeitos à pena de morte e decidia sobre a guerra e a paz. Constituía a larga base tanto do exército como do governo romano. Apesar disso, seus poderes eram estreitamente coarctados. Só podia reunir-se por apelo de um cônsul ou tribuno. Só podia votar sobre medidas propostas pelos magistrados ou pelo Senado. E não podia discutir essas medidas, nem emendá-las; tinha apenas de votar sim ou não.

O caráter conservador das decisões dessa assembléia decorria da classe de seus membros. No topo, 18 centúrias de patrícios e homens de negócios (equites). Depois, a "primeira classe" — homens com propriedades no valor de 100.000 asses (o asse equivaleria a seis dólares nos Estados Unidos de hoje); formavam 80 centúrias, ou 8.000 homens na Assembléia. A segunda classe compreendia cidadãos possuidores de 75 a 100 mil asses; a terceira, entre 50 e 75 mil; a quarta, entre 25 e 50 mil; e cada uma destas classes tinha 20 centúrias. A quinta classe incluía cidadãos com posses entre 11 e 25 mil asses, dos quais havia 30 centúrias. E todos os cidadãos de fortuna abaixo de 11 mil asses formavam uma centúria.[10] Cada centúria dava um voto, determinado pela maioria de seus membros; uma pequena maioria numa centúria podia cancelar uma grande maioria em outra e dar a vitória a uma minoria numérica. Desde que cada centúria votava na ordem de sua posição financeira e o voto era anunciado imediatamente, o acordo dos primeiros dois grupos dava 98 votos, grande maioria, de modo que as classes baixas raramente votavam. O voto era direto; os cidadãos impedidos de vir a Roma não tinham representação na Assembléia. Tudo isto não era um simples recurso para negar o voto aos campônios e plebeus. A classificação das centúrias fora feita pelo censo tanto com fins militares como de taxação; os romanos achavam justo que o direito de voto fosse proporcional às taxas pagas e ao dever militar requerido. Cidadãos com menos de 11 mil asses só tinham um voto centurial, mas em compensação pagavam uma taxa mínima e em tempos normais eram isentos do serviço militar.[11] Ao proletariado, até Mário, nada se pedia além de muitos filhos. A despeito das mudanças ulteriores, a Assembléia Centurial permaneceu uma instituição aristocrática e francamente conservadora.

Como "pendent", desde os começos da República, os plebeus tinham sua própria Assembléia, os *concilia plebis*. E desses dois conselhos provavelmente tiveram origem os *comitia populi tributa*, que vemos a exercer poder legislativo já em 357 a.C. Nesta Assembléia Tribal do Povo os votantes eram classificados segundo a tribo e a residência, com base no censo de Sérvio; cada tribo tinha um voto, sem nenhuma vantagem do rico sobre o pobre. Depois que em 287 o Senado lhe admitiu autoridade legislativa, o poder da Assembléia Tribal cresceu até o ano 200 e tornou-se a principal fonte de direito privado em Roma. Escolhia os tribunos (ou representantes tribais) do povo *(tribuni plebis)*, distintos dos *tribuni militares* eleitos pelas centúrias. Mas também aqui não havia discussão pelo povo; um magistrado propunha uma lei e defendia-a; outro podia falar contra; a Assembléia ouvia e votava sim ou não. Embora pela sua constituição fosse mais progressista que a Assembléia das Centúrias, estava longe de ser radical. Trinta e uma das 35 tribos eram rurais, e seus membros, em regra donos de terras, revelavam-se prudentes. Antes de Mário e depois de César, o proletariado urbano, enfeixado em quatro tribos, não teve poder político.

O Senado permaneceu supremo. Era no começo formado pelos chefes de clã, com a regular admissão dos ex-cônsules e ex-censores: e os censores tinham autoridade para manter o número de senadores em 300 por meio da nomeação de patrícios e *equites*; mandato vitalício; mas o Senado ou um censor podiam excluir qualquer membro culpado de crime ou séria ofensa moral. Ao apelo de qualquer magistrado superior o augusto corpo reunia-se na *curia*, ou casa do Senado, em frente ao Fórum. Um amável costume levava-os a trazerem os filhos, que a tudo assistiam em silêncio e aprendiam

o estadismo e a chicana política. Teoricamente o Senado só podia discutir e decidir a matéria apresentada por um magistrado, sendo suas decisões meramente consultivas *(senatus consulta)*, sem força de lei. Na prática, seu enorme prestígio fazia com que quase sempre os magistrados aceitassem suas recomendações, raramente submetendo às Assembléias assuntos ainda não sancionados pelo Senado. Suas decisões eram vetáveis por qualquer tribuno, e uma minoria senatorial derrotada podia apelar para as Assembléias;[12] mas isso era raro, a não ser durante os períodos de revolução. Os magistrados detinham o poder por um ano apenas, ao passo que os senadores gozavam da vitaliciedade; inevitavelmente este poder vitalício dominava os portadores de uma autoridade tão breve. A conduta das relações exteriores, a composição de alianças e tratados, o empreendimento da guerra, o governo das colônias e províncias, a gerência e distribuição dos dinheiros públicos, a fiscalização do tesouro e dos pagamentos — tudo era função exclusiva do Senado, e que lhe dava imenso poder. Ele era legislativo, executivo e judiciário a um tempo. Agia como juiz nos crimes de traição, conspiração e homicídio, e nomeava dentre seus membros os juízes para os mais importantes julgamentos civis. Quando sobrevinha uma crise, o Senado lançava seu mais formidável decreto, o *senatusconsultum ultimum*, "para que os cônsules providenciassem no sentido de que nenhum mal sofresse o Estado" — decreto que estabelecia a lei marcial e dava aos cônsules comando absoluto sobre todas as pessoas e propriedades.

O Senado da República (o termo *respublica* [coisa pública] foi aplicado pelos romanos a todas as três formas de seu Estado — monarquia, "democracia" e principado; os historiadores concordam em limitá-lo ao período entre 508 e 49 a.C.) com freqüência abusava da autoridade, defendia funcionários corruptos, conduzia a guerra impiedosamente, explorava com ganância as províncias vencidas e sufocava todas as aspirações do povo a uma parte maior na prosperidade romana. Mas em tempo nenhum, exceto no de Trajano a Aurélio, houve tanta energia, tanta sabedoria e habilidade aplicadas à política; e nunca em parte alguma a idéia do serviço público dominou tanto o governo de um povo. Os senadores não eram super-homens; cometiam erros graves; muitas vezes vacilavam na política adotada, ou levados pelo interesse pessoal perdiam a visão do império. Mas em sua maioria tinham sido magistrados, administradores e comandantes; e alguns, na qualidade de procônsul, tinham governado províncias grandes como reinos; muitos pertenciam a famílias que já de alguns séculos vinham dando a Roma estadistas e generais; impossível que um corpo assim constituído não fosse excelente. O Senado era grande na derrota e pequeno na vitória. Conduzia políticas que se prolongavam por gerações e até séculos; podia começar uma guerra em 264 e terminá-la em 146 a.C. Quando Cinéias, o filósofo que Pirro enviou a Roma como embaixador (280), assistiu a uma sessão do Senado e observou seus homens, escreveu ao novo Alexandre que aquilo não era nenhum ajuntamento comum de políticos venais, nenhum conselho de medíocres reunidos ao acaso, mas, de dignidade e estadismo, uma verdadeira "assembléia de reis".[13]

2. *Os Magistrados*

Os mais altos funcionários eram eleitos pela Assembléia Centurial, e os menores pela Tribal. Cada função era exercida por um *collegium* de dois ou mais colegas, de igual poder. E todas as funções, exceto a da censura, tinham o limite de um ano. Só

com intervalo de 10 anos o mesmo posto podia ser ocupado pela mesma pessoa; um ano tinha de passar-se entre o exercício de um cargo e a nomeação para outro; e nesse meio tempo o funcionário podia ser processado por má conduta na função. Ao aspirante à carreira política, depois de 10 anos no exército, era facultado eleger-se como um dos questores que, sob o Senado e os cônsules, dirigia o gasto dos dinheiros públicos e prestava assistência aos pretores em matéria de crimes. Se caía nas graças de seus eleitores ou das influências políticas, podia ser escolhido como um dos quatro edis encarregados das construções, aquedutos, ruas, mercados, teatros, bordéis, casas de bebidas, delegacias de polícia e jogos públicos. E continuando bem aceito, podia ser um dos quatro pretores que na guerra conduziam os exércitos e na paz agiam como juízes e intérpretes da lei. (*Quaestor*, "questor", provém de *quaerere*, inquirir — e daí ser o julgamento uma *quaestio*, "questão"; edil vem de *aedes*, edifício; pretor vem de *prae-ire*, ir na frente, chefiar; daí o chamar-se Guarda Pretoriana a coorte que o garantia.)

Nesse ponto de tal *cursus honorum*, ou seqüência de funções, o cidadão com fama de íntegro e sábio podia tornar-se um dos dois censores ("avaliadores") escolhidos cada 15 anos pela Assembléia das Centúrias. Um deles promovia o censo qüinqüenal dos cidadãos e aferia-lhes a propriedade para efeitos da taxação ou do *status* político e militar. Tinham os censores de examinar o caráter e a folha de cada candidato a cargos, de zelar pela honra das mulheres e educação das crianças, pelo tratamento dos servos, o recebimento ou arrendamento das taxas, as obras públicas, o aluguel das propriedades do Estado, os contratos e o próprio cultivo do solo. Podiam elevar ou rebaixar o *status* de qualquer cidadão ou removê-lo do Senado, quando em culpa de crime ou imoralidade, e nestas funções o poder de um censor não era coarctado pelo veto do outro. Podiam combater a prodigalidade por meio de elevação dos impostos sobre os artigos de luxo. Preparavam para períodos de cinco anos e publicavam o orçamento das despesas do governo. Ao fim de 18 meses de mandato, reuniam os cidadãos na solenidade da purificação *(lustrum)* a fim de manter cordiais relações com os deuses. Ápio Cláudio Caecus (o Cego), bisneto do decênviro, foi o primeiro a elevar a dignidade do censor ao nível da do cônsul. Durante seu termo (312) construiu o Aqueduto e a Via Ápia, colocou no Senado muitos plebeus ricos, reformou a lei das terras e das finanças públicas, ajudou a quebrar o monopólio sacerdotal e patrício e a manipulação das leis, deixou sua marca na retórica, na poesia e na gramática romana, e com seu último discurso, já perto da morte, induziu Roma a guerrear Pirro e conquistar a Itália.

Teoricamente, um dos dois cônsules ("consultantes") tinha de ser plebeu; na realidade poucos plebeus eram escolhidos, porque os próprios plebeus davam preferência a homens de educação e traquejo em um posto que tinha de se avir com todas as fases executivas da paz e da guerra em todo o Mediterrâneo. Nas vésperas do pleito o magistrado em função observava as estrelas para ver se favoreciam a apresentação dos diversos candidatos; presidindo no dia seguinte a Assembléia Centurial, oferecia-lhe à escolha só os nomes aprovados pelos augúrios;[14] desse modo a aristocracia desanimava os arrivistas e demagogos — e em muitos casos a Assembléia, com receio ou intimidada, submetia-se à pia fraude. O candidato vinha em pessoa, vestido de toga branca *(candidus)*, para frisar a simplicidade de sua vida e a moral, talvez também para dar relevo às cicatrizes ganhas nos campos de batalha. Se eleito, entrava em funções no 15 de março seguinte. O cônsul funcionava dentro dos mais solenes ritos religiosos. Na

paz, convocava e presidia o Senado e a Assembléia, propunha leis, administrava a justiça e era um agente executivo. Na guerra levantava exércitos e fundos e compartilhava com seu companheiro do comando das legiões. Se ambos morriam ou eram aprisionados, o Senado declarava um *interregnum* e nomeava um *interrex* (ou rei interino) por cinco dias, enquanto se processava nova eleição. Essas palavras sugerem que os cônsules haviam herdado poderes de rei, limitados ao tempo de suas funções.

O cônsul também era limitado pela autoridade do colega, pela pressão do Senado e pelo poder do veto tribunício. Depois do ano 367 a.C. 14 tribunos militares foram escolhidos para chefiar as tribos durante a guerra, e 10 "tribunos dos plebeus" para representá-los na paz. Estes 10 eram *sacrosancti;* quem contra eles levantasse a mão cometeria crime capital e sacrilégio, exceto ao tempo de uma ditadura legitimada. A função dos tribunos consistia em proteger o povo contra o governo e deter com a palavra *veto,* "eu proíbo", toda a maquinaria do Estado, sempre que lhes parecesse aconselhável. Como observador silencioso, o tribuno comparecia às reuniões do Senado, comunicava as decisões senatoriais ao povo e com o veto tirava-lhes toda a força legal. As portas da inviolável residência dos tribunos permaneciam dia e noite abertas a qualquer cidadão que a eles recorresse ou fosse pedir proteção; esse "direito de santuário ou de asilo" era o equivalente do *habeas-corpus.* Sentado em seu *tribunal,* o tribuno podia agir como juiz, e de suas decisões só se podia apelar para a Assembléia das Tribos. Era de seu dever assegurar aos réus perfeita legalidade de julgamento e quando possível minorar-lhes a pena ou obter o perdão.

Como conservava a aristocracia sua ascendência apesar desses poderes de obstrução? Primeiramente, limitando-os à cidade de Roma e ao tempo da paz; na guerra os tribunos obedeciam aos cônsules. Em segundo lugar, persuadindo a Assembléia Tribal a eleger como tribunos plebeus ricos; o prestígio da riqueza e a desconfiança da pobreza levava o povo a dar aos ricos a incumbência de defender os pobres. Em terceiro, permitindo que o número de tribunos fosse elevado de quatro a 10; se só um desses 10 se deixasse convencer ou subornar, sua decisão anularia a dos outros nove.[15] No decorrer do tempo os tribunos tornaram-se tão dignos de confiança que podiam convocar o Senado, tomar parte em suas deliberações e, findo o prazo do tribunato, tornarem-se senadores vitalícios.

Se todas estas manobras viessem a falhar, erguia-se o último baluarte da ordem — a ditadura. Os romanos concordavam que em tempos de perigo ou caos nacional, suas liberdades e privilégios, e mais todo o sistema criado para protegê-los, podiam impedir a ação rápida e direta, necessária à salvação do Estado. E nesta hipótese o Senado declarava a emergência e qualquer dos cônsules nomeava um ditador. Em todos os casos menos um, os ditadores foram tirados das classes altas — cumprindo dizer que a aristocracia raramente abusou das possibilidades da ditadura. O ditador recebia autoridade quase completa sobre todas as pessoas e coisas, mas não tinha licença de usar fundos públicos sem autorização do Senado, e seu termo era limitado a seis meses ou um ano. Todos os ditadores, menos dois, obedeceram a essas restrições, honrando a história de Cincinato, o qual, tirado da charrua para salvar o Estado (456 a.C.), voltou ao campo logo que concluiu a missão. Quando este precedente foi violado por Sila e César, a República voltou à monarquia da qual havia saído.

3. Os Começos da Lei Romana

Dentro desta constituição singularmente única, os magistrados dispunham de um sistema de leis baseado nas Doze Tábuas dos Decênviros. Antes deste grande feito a lei romana havia sido uma miscelânea de costumes tribais, editos reais e ordenações sacerdotais. *Mos maiorum* — a praxe dos antigos — permaneceu até o fim da Roma pagã a fonte da lei e o padrão da moral; e embora a imaginação e a "edificação moral" idealizasse os rudes cidadãos da república inicial, o que deles dizia a tradição ajudou os educadores a forjar um caráter estóico na mocidade romana. No restante, a primitiva lei era sacerdotal, um ramo de religião rodeado de sanções sagradas e ritos solenes. Lei era a um tempo *lex* e *ius* — comando e justiça; uma relação não só entre os homens como entre os homens e os deuses. O crime perturbava essa relação da *pax deorum*, ou paz dos deuses; em teoria, lei e penalidade tinham por fim manter ou restabelecer essa relação e essa paz. Os sacerdotes declaravam o que era certo e errado *(fas et nefas)*, em que dias as cortes podiam abrir-se e a Assembléia reunir-se. Todas as questões relativas a casamento e divórcio, celibato e incesto, testamento ou doações, ou direito da prole requeriam o sacerdote, como hoje essas mesmas questões requerem o advogado. Só os sacerdotes conheciam as leis sem as quais nada legal podia ser feito. Eram eles em Roma os primeiros *iurisconsulti*, conselheiros em leis; foram os primeiros a dar *responsa*, ou opiniões legais. As leis eram guardadas em seus livros, e estes livros mantinham-se tão ocultos aos olhos dos plebeus, que a suspeita acusava os sacerdotes de alterar os textos a fim de se favorecerem a si mesmos e à aristocracia.

As Doze Tábuas realizaram uma dupla revolução jurídica: a publicação e a secularização da lei romana. Como outros códigos dos séculos VI e V — os de Carondas, Zaleuco, Licurgo e Sólon — as Doze Tábuas representavam a passagem do costume incerto e não escrito para a bem definida lei escrita — e eram uma conseqüência da democracia e do aumento da cultura. Nas Doze Tábuas o *ius civile*, ou lei dos cidadãos, libertou-se do *ius divinum*, ou lei divina; Roma abandonava a teocracia. O monopólio sacerdotal foi mais tarde novamente podado quando o secretário de Ápio Cláudio, o Cego, publicou (304) um calendário de dias de corte *(dies fasti)* e um "formulário" do processo legal, coisa até então só do conhecimento de poucos, fora os sacerdotes. Essa secularização deu mais um passo quando Coruncânio (280) iniciou o ensino público da lei romana; daí por diante o advogado substituiu o sacerdote e passou a dominar a mentalidade e a vida de Roma. Breve as Doze Tábuas se tornaram a base da educação; até os dias de Cícero, todos os meninos de escola tinham de aprendê-las de cor, e ninguém duvida de que isso teve parte na formação da severa e ordenada, litigiosa e legalística, alma romana. Emendadas e acrescidas várias vezes — pela legislação nova, pelos editos dos pretores, pelos *senatusconsulta* e decretos imperiais — as Doze Tábuas permaneceram por 900 anos a lei básica de Roma.

A lei do processo já era complexa nesse código. Quase todos os magistrados podiam agir como juiz, mas os pretores constituíam a corte usual, e suas interpretações e revisões dos estatutos mantinham a lei romana como uma coisa viva, não como um cadáver de precedentes. Cada ano um *praetor urbanus*, magistrado da cidade, fazia a lista ou *album* ("tabuinha branca") dos senadores e *equites* elegíveis para o serviço do júri; o juiz presidente do ato escolhia dessa lista os jurados, sujeitos a um restrito número de recusas por parte do queixoso ou do réu. Aos advogados era permitido aconselhar os clientes e pleitear na corte; e alguns senadores davam pareceres legais em sede pública ou em casa. A lei de Cíncio (204 a.C.) proibia o recebimento

de paga por serviços legais — mas havia meios de contornar esse esforço rumo à perfeição. Os escravos eram com freqüência torturados para forçar-lhes a confissão.

As Doze Tábuas constituem um dos mais severos códigos que a história conhece. Retinham a velha onipotência paterna de uma sociedade agriculturesca e militar; permitia ao pai açoitar, encadear, encarcerar, vender ou matar os filhos — com uma atenuação apenas: um filho vendido três vezes ficava livre do pátrio poder.[16] As classes eram preservadas por meio da proibição do casamento entre patrícios e plebeus. Os credores tinham todos os direitos contra o devedor.[17] Havia plena liberdade de testar; tão sagrados os direitos de propriedade, que um ladrão apanhado em flagrante era entregue como escravo ao roubado. As penas iam de simples multas ao exílio, prisão ou morte. Várias tomavam a forma de retaliação *(lex talionis);* as multas ajustavam-se delicadamente à posição social da vítima. "Quebrar os ossos de um liberto, 300 asses; de um escravo, 150 asses."[18] A pena de morte sobrevinha por difamação, suborno, perjúrio, roubo de colheita, dano noturno à colheita de um vizinho, enganar um "cliente", "praticar encantamentos", incêndio proposital, homicídio e "reuniões sediciosas na cidade à noite".[19] O parricida era atado num saco, às vezes em companhia de um galo, um cão, macaco ou víbora, e lançado ao rio.[20] Dentro da capital, entretanto, o apelo de qualquer sentença de morte, menos a emanada de um ditador, podia subir de um cidadão para a Assembléia das Centúrias, e se o acusado notava que o voto lhe ia ser contrário, tinha o direito de comutar sua própria sentença em exílio, deixando Roma.[21] Como resultado, apesar da severidade das Doze Tábuas, a pena capital aplicada aos cidadãos era rara na Roma republicana.

4. O Exército da República

E, finalmente, a constituição romana apoiava-se na mais bem-sucedida organização militar da história. Os cidadãos e o exército eram uma e a mesma coisa; o exército reunido em suas centúrias constituía o principal corpo legislativo do Estado. As primeiras 18 centúrias davam a cavalaria; a "primeira classe" formava a infantaria pesada, cada homem armado de duas lanças, adaga e espada, e protegido por elmo de bronze, couraça, grevas e escudo; a segunda classe tinha tudo isso menos a couraça; a terceira e a quarta não tinham armadura nenhuma; e a quinta só usava a funda.

A legião consistia em uma brigada mista com uns 4.200 infantes, 300 cavalarianos e vários grupos auxiliares;[22] duas legiões faziam o exército de um cônsul. As legiões eram divididas em centúrias — originalmente de 100 homens, depois de 200 comandados pelos centuriões. Cada legião tinha o seu *vexillum* — a bandeira ou as cores; a honra vedava que o *vexillum* caísse em poder do inimigo e hábeis oficiais às vezes lançavam-no de encontro ao inimigo a fim de que seus soldados se precipitassem para reavê-lo. Na batalha, as primeiras linhas da infantaria, quando de 10 a 20 passos das linhas contrárias, projetavam uma revoada de dardos — lanças curtas com ponta de ferro — enquanto os arqueiros das alas e os fundibulários atacavam com flechas e pedras, e a cavalaria carregava com espadas e lanças; o combate era decidido na luta corpo-a-corpo, à espada curta. Nos assédios, as maciças catapultas de madeira, acionadas por tensão ou torção, lançavam pedras de cinco quilos a 300 metros de distância; enormes aríetes suspensos de cordas eram puxados para trás e largados contra as muralhas inimigas; havia o plano inclinado, de terra e madeira, por onde subiam as torres de rodas, de cima das quais se lançavam projéteis contra o inimigo.[23] Em vez da sólida e pesada falange — seis linhas de 500 homens cada uma — que a antiga república parece ter tomado da Etrúria, a legião passou, depois de 366 a.C., a ser disposta, em manípulos de duas centúrias; ficava um espaço livre entre um manípulo e outro. Esta formação possibilitava o reforço rápido de uma linha pela mais próxima e também a rápida manobra de um ou vários manípulos para enfrentar os ataques de flanco, e ainda permitia os combates individuais em que os soldados romanos eram especialmente treinados. (*Manipulus* — manípulo — significa um punhado de feno, de samambaia, etc.; parece que o primitivo estandarte militar não passava de um feixe desses, preso a um varapau; daí a palavra vir a significar um corpo de soldados que serve sob a mesma insígnia.)

O maior elemento de triunfo no exército romano estava na disciplina. Os moços recebiam educação guerreira desde meninos, estudavam a arte militar de preferência a qualquer outra, e passavam 10 anos de formação nos campos de Marte. A covardia tornou-se o pecado imperdoável, punido com açoite até à morte.[24] O general tinha o poder de cortar a cabeça de qualquer soldado ou oficial, não só por fuga à batalha como por desobediência às ordens, ainda que bem-sucedida. Os desertores ou ladrões tinham as mãos cortadas.[25] A alimentação no acampamento era simples: pão ou sopa, verduras, vinho azedo, raramente carne; o exército romano conquistou o mundo sob um regime vegetariano; as tropas de César queixavam-se quando por falta de trigo tinham de recorrer à carne.[26] Era tão duro e longo o labor da rotina que os soldados pediam a batalha; a melhor cautela residia no valor. Até 405 a.C. os soldados não recebiam pagamento, e depois desse ano passaram a recebê-lo pequeno, mas participavam dos despojos do vencido, segundo o posto — metal em barras ou amoedado, terras, prisioneiros e bens móveis. Semelhante treino produzia não só impetuosos guerreiros como intrépidos generais; a disciplina da obediência desenvolvia a capacidade de comando. O exército da República perdia batalhas, mas não as guerras. Os homens moldados pela educação estóica, pelos brutais espetáculos e familiarizados com a morte, obtiveram as vitórias que deram a Roma a Itália, depois Cartago e Grécia e por fim todo o mundo mediterrâneo.

Tal era a "a constituição mista" que Políbio admirava como "o melhor de todos os governos existentes": uma limitada democracia nas Assembléias soberanas, uma aristocracia na liderança do Senado patrício, uma "diarquia" espartana na breve realeza dos cônsules, uma monarquia nas ditaduras ocasionais. Em essência, uma aristocracia em que as velhas e ricas famílias, graças à capacidade e ao privilégio, mantiveram-se durante séculos no comando e deram à política de Roma a tenaz continuidade que foi o segredo de todas as suas realizações.

Mas tinha seus defeitos. Era uma tosca mistura de breques e equilíbrios em que cada diretriz podia em tempos de paz ser anulada por uma oposta. A divisão do poder favorecia a liberdade e por algum tempo freou a malignidade; em compensação levou Roma ao grande desastre de Canas e outros, dissolveu a democracia em governo da plebe e por fim trouxe a ditadura permanente do principado. O que nos espanta é que tal governo pudesse durar tanto tempo (508 a 49 a.C.) e realizasse tanta coisa. Talvez durasse tanto em conseqüência da adaptabilidade dos romanos e do orgulhoso patriotismo formado no lar, na escola, no templo, no exército, na Assembléia e no Senado. O devotamento ao Estado assinalou o zênite da República, assim como uma corrupção sem paralelo determinou sua queda. Roma permaneceu grande enquanto cercada de inimigos que a forçavam à unidade, à visão aguda e ao heroísmo. Depois de dominar todos os inimigos, floresceu por um momento e entrou em decadência.

III. A CONQUISTA DA ITÁLIA

Nunca esteve Roma tão rodeada de inimigos como no tempo em que abandonou a monarquia e não passava de uma cidade-estado soberana em um território de apenas 350 milhas quadradas — ou uma área de pouco menos de 19 por 19 milhas. Enquanto Lars Porsena avançava sobre Roma, muitas das comunidades vizinhas submetidas pelos reis romanos reconquistaram a independência e organizaram-se na Liga Latina, cujo fim principal era resistir ao ímpeto absorvente de Roma. Formava a Itália uma miscelânea de tribos, ou cidades independentes, cada qual com seu governo e seu dialeto: ao norte, os lígures, os gauleses, os úmbrios, os etruscos, os sabinos; ao sul, os latinos, os volscos, os samnitas, os lucanos, os brucianos; ao longo das costas ocidental

e meridional, a colônia grega de Cumas, Nápoles, Pompéia, Pesto, Locri, Régio, Crotona, Metaponto, Tarento. Roma ficava no meio de todas elas, em posição estratégica para a expansão, mas perigosamente vulnerável de qualquer lado. Sua salvação foi que seus inimigos raramente se uniram contra ela. Em 505, quando em guerra com os sabinos, um poderoso clã sabino — a *gens* claudiana — veio a Roma e obteve a cidadania em termos favoráveis. Em 449 foram os sabinos derrotados; em 290 todo o seu território foi anexado a Roma e em 250 toda a população recebeu a cidadania romana.

Em 496 os Tarqüínios persuadiram várias cidades do Lácio — Túsculo, Árdea, Lanúvio, Arícia, Tíbur e outras — a coligarem-se para uma guerra contra Roma. Diante de tal perigo os romanos nomearam seu primeiro ditador, Aulo Postúmio, e no lago Régilo conseguiram uma vitória salvadora, ajudados, segundo a lenda, pelos deuses Castor e Pólux, os quais desceram do Olimpo para lutar nas fileiras de Roma. Três anos mais tarde foi assinado um tratado no qual se estabelecia que "entre os romanos e as cidades latinas devia reinar paz tão duradoura quanto o céu e a terra... Todas compartilhariam igualmente dos despojos tomados numa guerra comum."[27] Roma entrou a fazer parte da Liga, da qual logo se tornou a cabeça e depois a senhora. Em 493 houve a luta com os volscos, na qual Caio Márcio recebeu o nome de Coriolano em virtude da conquista de Corioli, a capital volsca. Acrescentam os historiadores, provavelmente com um toque de romance, que Coriolano acabou-se transformando em um duro reacionário, foi banido por insistência da plebe (491), fugiu para os volscos, reorganizou-os e veio assediar Roma. Os romanos famintos enviaram-lhe sucessivas mensagens para dissuadi-lo do assédio, sem nenhum resultado; por fim sua mãe e a esposa foram-lhe ao encontro, e como nem a elas Coriolano cedesse, as duas ameaçaram bloquear com seus corpos o avanço dos atacantes. Ele então deu ordem de retirada e foi morto pelos volscos. Outra versão diz que Coriolano viveu entre os volscos até avançada idade.[28] Em 405 Veios e Roma começaram verdadeiro duelo por causa do controle do Tibre. Durante nove anos Roma sitiou Veios sem resultado nenhum, o que fez com que as reanimadas cidades da Etrúria aderissem à guerra. Atacada de todos os lados e com a existência em perigo, Roma elegeu um ditador, Camilo, o qual levantou novo exército, capturou Veios e dividiu as terras entre os cidadãos de Roma. Em 351, depois de várias guerras, a Etrúria meridional foi anexada a Roma sob o nome quase moderno de Túscia.

Entrementes, em 390, novo e grande perigo surgiu, no duelo travado entre Roma e a Gália, luta que só terminaria com César. Enquanto Roma e a Etrúria estiveram lutando suas 14 guerras, as tribos celtas da Gália e da Germânia infiltraram-se através dos Alpes e estabeleceram-se na Itália, rumo sul, até o Pó. Antigos historiadores davam aos invasores os nomes de keltai, ou celtas, gálatas ou gálios, indiferentemente. Nada se sabe da origem desse povo, mas podemos descrevê-lo como ramo da raça indo-européia que povoou a Germânia ocidental, a Gália, a Espanha do centro, a Bélgica, a Escócia, a Irlanda e o País de Gales, constituindo nessas regiões as línguas pré-romanas. Políbio pinta-os como homens "altos e belos", amigos da guerra, que lutavam nus, só com amuletos de ouro e cadeias no corpo.[29] Quando os celtas da Gália do sul provaram o vinho italiano, o gosto induziu-os a visitarem a terra das uvas; talvez a verdade é que teriam necessidade de obter bons pastos novos. Penetrando na Itália, viveram uns tempos em paz anormal, cultivando a terra e criando gado — e assimilando a cultura etrusca das cidades. Lá por 400 a.C. invadiram e saquearam a Etrúria, a qual resistiu debilmente; suas principais forças estavam defendendo Veios contra os romanos. Em 391, 30.000 gauleses chegaram a Clúsio; um ano depois enfrentavam os romanos no rio Ália, derrotando-os e penetrando na cidade de Roma. Houve o saque e o incêndio de grandes seções urbanas, e por sete meses estiveram sitiados os restos das forças romanas no Capitólio — os altos do Monte Capitolino. Os romanos submeteram-se por fim e pagaram mil libras de ouro aos gauleses para que se fossem embora. (A versão de Tito Lívio,[30] de que no último momento Camilo se recusou a entregar o ouro e expulsou os gauleses pela força, ninguém a aceita hoje, não passa de um arranjo do orgulho romano. Nenhuma nação jamais confessou derrota nos livros de seus historiadores.)

Foram-se, mas voltaram em 367, em 358 e em 350, sempre repelidos, contentaram-se afinal com o norte da Itália, que ficou sendo a então Gália Cisalpina.

Tão devastada encontraram os romanos sobreviventes sua cidade, que muitos pensaram em abandonar o sítio e fazer de Veios a nova capital. Camilo opôs-se, e o governo proveu os meios para a reconstrução. A pressa, diante de tantos inimigos, foi em parte a causa da falta de desenho urbanístico, da tortuosidade e estreiteza das ruas. Os povos sujeitos, vendo Roma tão abatida, revoltaram-se de novo — sendo preciso meio século de guerra interminente para curá-los do amor à liberdade. Os latinos, os equis, os hérnicos e os volscos atacaram alternadamente; se os volscos tivessem tido mais sorte, separada estaria Roma do mar e talvez com um ponto final em sua história. Mas em 340 as cidades da Liga Latina viram-se derrotadas; dois anos depois Roma dissolvia a Liga e anexava quase todo o Lácio. (Esta guerra foi marcada por dois feitos provavelmente lendários. Um cônsul, Públio Décio, atirou-se à morte no meio dos inimigos, em sacrifício para mover os deuses ao apoio de Roma; o outro cônsul, Tito Mânlio Torquato, decapitou seu próprio filho por ter vencido uma peleja com desobediência às ordens.[31])

A vitória dos romanos sobre os volscos deixou-os frente a frente com a poderosa tribo samnita. Esta gente ocupava a grande parte da Itália do Adriático a Nápoles, com ricas cidades como Nola, Benevento Cumas e Cápua. Haviam absorvido a maior parte dos estabelecimentos gregos e etruscos da costa ocidental e também assimilado bastante helenismo para produzir uma arte bem distinta na Campânia; provavelmente já estavam mais civilizados que os romanos. A luta durou três anos, e nas Forcas Caudinas (351) Roma sofreu uma de suas maiores derrotas; o exército batido teve de "passar sob o jugo" — um arco de lanças hostis — em sinal de submissão. Os cônsules assinaram uma paz humilhante, que o Senado não ratificou. Os samnitas tomaram os etruscos e gauleses como aliados e por algum tempo teve Roma de enfrentar quase toda a Itália em armas. Mas as legiões romanas ganharam a decisiva batalha de Sentino (295), e Roma acrescentou a Úmbria e a Campânia a seus domínios. Doze anos mais tarde empurrava os gauleses para além do Pó e de novo reduzia a Etrúria à sujeição.

Entre o norte gaulês e o sul grego, Roma dominava a Itália. Não saciada ainda, e insegura, ofereceu às cidades da Magna Grécia a escolha entre a aliança sob a hegemonia romana ou a guerra. Preferindo Roma ao risco de serem absorvidas pelas "bárbaras" tribos que se estavam multiplicando em redor (*i.e.*, os italianos), Túrio, Locro e Crotona aceitaram a proposta; talvez estivessem, como as cidades do Lácio, perturbadas com a guerra de classes, e recebessem as guarnições de Roma como proteção aos proprietários ameaçados pela plebe impaciente.[32] Tarento obstinou-se e pediu auxílio a Pirro, rei do Epiro. Este valente guerreiro, inflamado com a recordação de Aquiles e Alexandre, cruzou com seu exército o Adriático, bateu os romanos em Heracléia e proporcionou um adjetivo ao mundo no momento em que lamentou o custo de suas vitórias.[33] Todas as cidades gregas da Itália juntaram-se ao vencedor, e os lucânios, os brucianos e samnitas declararam-se seus aliados. Pirro mandou Cinéias a Roma com propostas de paz e libertou dois mil prisioneiros sob promessa de voltarem se Roma não aceitasse a paz; e o Senado estava a ponto de aceitá-la, quando o velho cego Ápio Cláudio, já de longo tempo retirado da vida pública, fez-se levar ao recinto e pediu que nunca Roma fizesse a paz com o inimigo em seu território. O Senado devolveu os dois mil prisioneiros e prosseguiu na guerra. Pirro obteve nova vitória; depois, desgostoso com a covardia de seus aliados, velejou para a Sicília com o que restava de seu exército. Lá libertou Siracusa do assédio dos cartagineses e expulsou-os de quase todas as suas possessões na ilha. O imperioso governo de Pirro ofendeu os gregos sicilianos, os quais, imaginando que podiam gozar de liberdade mesmo sem ordem e coragem, retiraram o apoio dado ao guerreiro que os salvara. Pirro voltou para a Itália, dizendo da Sicília: "Que prêmio deixo eu para ser disputado em Benevento!" Seu exército

defrontou os romanos em Benevento, onde pela primeira vez foi derrotado (275); os manípulos levemente armados e muito móveis revelaram-se mais eficientes que as pesadas falanges de Pirro — e teve início um novo capítulo da história militar. Pirro reclamou de seus aliados italianos novas tropas, mas na dúvida sobre sua fidelidade e persistência, nenhum o atendeu. O decepcionado rei voltou ao Epiro e morreu na Grécia como um aventureiro. Nesse mesmo ano (272) Milo traía Tarento em favor de Roma. Breve todas as cidades gregas cederam melancolicamente, e depois de dois séculos de luta Roma se fez, afinal, a senhora da Itália.

A conquista foi rapidamente consolidada por meio de colônias, umas organizadas pela Liga Latina, outras pelos romanos. Tais colônias serviam a muitos propósitos: aliviavam o desemprego ou a pressão da população sobre os meios de subsistência, afrouxando a guerra de classes em Roma; agiam como guarnições, ou núcleos leais em meio de súditos desafetos; provia entrepostos para a expansão do comércio romano e aumentava as fontes abastecedoras das bocas famintas da capital; as conquistas na Itália eram completadas com o arado, logo que a espada se recolhia. Graças à romanização pelo sistema de colônias é que tiveram início centenas de cidades italianas ainda hoje vivas. A língua e a cultura latinas foram-se espalhando pela península ainda poliglota e bárbara, transformando desse modo a Itália em um Estado unido. O primeiro passo fora brutal na execução, mas seria de grandiosos resultados.

Não obstante, na Córsega, na Sardenha, na Sicília e na África, fechando o Mediterrâneo ocidental ao comércio romano, e confinando a Itália a seus próprios mares, levantava-se um poder mais forte e rico do que Roma.

CAPÍTULO III

Aníbal contra Roma

264 — 202 a.C.

I. CARTAGO

UNS 11 séculos atrás os diligentes mercadores da Fenícia haviam descoberto as riquezas minerais da Espanha. Sem tardança uma frota de embarcações começou a sulcar os mares entre Sídon, Tiro e Biblos, em um extremo do Mediterrâneo, e a boca do Guadalquivir, no outro. Como essas viagens só podiam ser feitas com muitas estações pelo caminho e como a costa sul do Mediterrâneo era a via curta e segura, foram os fenícios espalhando entrepostos na fímbria africana, em Léptis (hoje Lebda), Hadrumeto (Sousse), Utica, Hippo Diarrhytus (Bizerta), Hippo Regius (Bone) e ainda, além de Gibraltar, em Líxus (sul de Tânger). Nesses entrepostos os colonizadores semitas casavam-se com mulheres do lugar e induziam os nativos à paz. Por volta de 813 a.C., um novo grupo de colonos, vindos talvez da Fenícia, talvez de Utica, naquela ocasião em franco desenvolvimento, ergueu casas num promontório 10 milhas a noroeste da Túnis de hoje. A estreita península podia ser defendida com facilidade, e as terras, irrigadas pelo Bágrada (Medjerda), eram tão férteis que rapidamente se restauravam depois de cada devastação. A tradição clássica atribui a fundação da cidade a Elisa ou Dido, filha do rei de Tiro: como seu irmão lhe assassinasse o esposo, ela partira com outros aventureiros para a África. O novo estabelecimento recebeu o nome de *Kart-hadasht* — Cidade Nova — para distingui-la de Utica; os gregos transformaram esse nome em *Karchedon* e os romanos em *Carthago*. Os latinos davam o nome de ''África'' à região em redor de Cartago e Utica, e seguindo os gregos chamavam àquelas gentes semitas *Poeni* — *i.e.*, fenícios. Os assédios de Tiro por Salmanassar, Nabucodonosor e Alexandre fizeram com que muitos tirinos ricos se mudassem para a África. Pela maior parte localizaram-se em Cartago, tornando-a um novo centro de comércio fenício. Cartago cresceu em poder e esplendor à medida que Tiro e Sídon declinavam.

A vigorosa cidade foi expulsando os nativos africanos cada vez mais para o interior; deixando de pagar-lhes tributos, passou a exigi-los, e por fim entrou a usá-los como escravos e servos nas casas e no campo. Grandes propriedades foram tomando forma, algumas com 20.000 homens na lida;[1] nas mãos dos práticos fenícios a agricultura tornou-se ciência e indústria, que o cartaginês Mago iria enfeixar em um manual famoso. Irrigado por meio de canais, o solo abria-se em hortos, campos de trigo, vinhedos e pomares de oliveiras, peras, romãs, cerejas e figos.[2] Criavam-se cavalos e bovinos, carneiros e cabras; o asno e a mula eram os animais de transporte, e o elefante um dos muitos animais domésticos. A indústria urbana mostrava-se ainda incipiente,

exceto quanto a obras de metal; como seus ancestrais asiáticos, os cartagineses preferiam negociar com produtos feitos por outrem. Lá iam com suas tropas de muares rumo oeste ou leste, e mesmo através do Saara, em busca de elefantes, marfim, ouro e escravos. Suas enormes galeras trafegavam entre a Ásia e a Bretanha, tocando em centenas de portos, porque os cartagineses se recusavam a regressar depois de atingidas as Colunas de Hércules, como faziam os demais navegantes. Presumivelmente foram eles que em 400 a.C. mais ou menos financiaram a viagem de Hano, o qual explorou a costa da África até 2.600 milhas ao sul, e também a viagem de Himilco ao longo das praias setentrionais da Europa. Embora seu sistema monetário não fosse notável, parece terem sido os primeiros a emitir um equivalente do papel-moeda: pedaços de couro estampado com sinais de valor e aceitos em toda a área cartaginesa.

Foram provavelmente os ricos mercadores, e não os aristocráticos donos de terras, os provedores de fundos para os exércitos e navios que transformaram o modesto entreposto de Cartago em um império.

Com exceção de Útica, toda a costa africana foi conquistada, da Cirenaica a Gibraltar e ainda além. Tartesso, Gades (Cádis) e outros centros foram capturados, e os cartagineses muito se enriqueceram com o ouro, a prata, o ferro e o cobre da Espanha. Também tomaram as ilhas Baleares e chegaram a alcançar a da Madeira; conquistaram Malta, a Sardenha, a Córsega e a metade oeste da Sicília. As terras assim havidas eram tratadas com variável severidade; eles impunham tributos anuais, sujeitavam os povos à conscrição e rigorosamente controlavam o comércio exterior. Em troca davam-lhes proteção militar, governo local independente e estabilidade econômica. Podemos julgar da riqueza dessas possessões, sabendo que a cidade de Léptis Menor pagava a seus dominadores um tributo de 365 talentos por ano ($ 1.314.000).

O comércio e a exploração desse império elevaram Cartago, no século III a.C., à posição da mais rica das cidades mediterrâneas. Tarifas e tributos produziam por ano 12.000 talentos — 20 vezes a renda de Atenas em seu fastígio. As classes superiores moravam em palácios, usavam vestes caras, consumiam alimentos exóticos. A cidade, com 250 mil habitantes, tornou-se famosa por seus templos e banhos públicos, e acima de tudo pela segurança do porto e a amplidão das docas. Cada uma das 220 docas era defrontada por dois pilares jônicos, de modo que o porto interior ("cothon") tinha a forma de um majestoso círculo de 440 colunas de mármore. Dali uma ampla avenida levava ao Fórum, a praça cercada de colunas e adornada de esculturas gregas, onde se erguiam as casas de comércio, as cortes e os templos; as ruas contíguas, estreitas à moda oriental, formigavam com mil lojas e centenas de oficinas. Havia casas de seis andares, e freqüentemente toda uma família morava em um cômodo só. No centro da cidade — uma das muitas sugestões aos construtores de Roma — ficava um morro ou cidadela, o Birsa; nele se levantavam o Tesouro, a Casa da Moeda, outras colunadas, santuários e o mais importante templo cartaginês, em honra ao grande Eshmun. Do lado do continente era a cidade defendida por uma tríplice muralha de 45 pés de altura, com torres e ameias. Intramuros havia acomodação para quatro mil cavalos, 300 elefantes e 20.000 homens.[3] Extramuros ficavam as propriedades dos ricos. Mais longe, os campos dos pobres.

Os cartagineses eram semitas, muito aparentados com os antigos judeus no sangue e nas feições. A língua freqüentemente relembrava o hebraico como quando dava aos magistrados o nome de *shofetes*, do hebreu *shophetim*, juízes. Usavam os homens barba inteira, mas raspavam com navalhas de bronze o lábio superior. Em sua

maioria traziam fez ou turbante, sapatos ou sandálias, e uma comprida veste solta; já as classes de cima vestiam-se à grega, tingiam de púrpura as vestes e usavam franjas de vidrilho. As damas, em sua grande maioria, levavam vida reclusa; podiam elevar-se a uma alta situação no sacerdócio, mas fora daí tinham de contentar-se com a soberania de seus encantos. Ambos os sexos usavam perfumes e jóias, e às vezes anel no nariz. Pouco sabemos da moral dos cartagineses, a não ser na versão de seus inimigos. Escritores gregos e romanos descrevem-nos como grandes comilões e beberrões, amigos de se reunirem em clubes gastronômicos, e tão soltos em sexo quanto corruptos em política. Os romanos, tão traidores, empregavam a expressão *fides punica* — fé cartaginesa — como sinônimo de traição. Conta Políbio que "em Cartago nada que dê resultado é considerado mau".[4] Plutarco denunciou-os como "severos e tristes, dóceis a seus dirigentes, duros com os subordinados, indo a extremos de covardia no medo e de selvageria na cólera, teimosos nas decisões, austeros, insensíveis às amenidades e graças do mundo".[5] Mas, embora usualmente leal, Plutarco era grego, e Políbio foi um dos amigos do peito de Cipião, o destruidor de Cartago.

Os cartagineses aparecem sob pior aspecto no que respeita à religião — coisa que também sabemos através de seus inimigos. Seus ancestrais fenícios haviam adorado Baal-Moloque e Astarte, personificações do princípio macho e fêmea na natureza e do sol e da lua no céu; os cartagineses devotavam-se a deidades correspondentes — Baal-Haman e Tanith. Esta deusa principalmente merecia-lhes muito; apinhavam-se os templos com seus adoradores e o nome da deusa aparecia em todos os juramentos. Terceiro em dignidade era o deus Melcarte, "Chave da Cidade"; vinha depois Eshmun, deus da riqueza e da saúde — e a seguir um exército de deidades menores — "baals" ou senhores; a própria Dido era adorada.[6] A Baal-Haman sacrificaram-se crianças vivas, até 300 em um dia. Eram colocadas nos braços estendidos do deus de bronze e roladas para o fogo embaixo; o soar das trombetas e címbalos abafava-lhes os gritos, e as mães tinham de olhar para a cena sem uma lágrima ou suspiro, sob pena de acusação de impiedade e de perderem todo o crédito na conta do deus. Tempos mais tarde os ricos passaram a recusar-se ao sacrifício dos filhos, davam substitutos comprados entre os pobres; mas quando Agátocles de Siracusa sitiou Cartago, as classes altas, receosas de que tal subterfúgio ofendesse ao deus, lançaram ao fogo 200 crianças aristocratas.[7] Cumpre notar que estas histórias são contadas por Diodoro, um grego siciliano que via com muita equanimidade o costume grego do infanticídio. Pode ser que o sacrifício cartaginês equivalesse a um esforço para controlar os excessos da proliferação humana.

Quando destruíram Cartago, os romanos fizeram presentes das bibliotecas lá existentes a seus aliados africanos. Dessas coleções nada sobreviveu, exceto os anais da viagem de Hano e trechos de Mago sobre a agricultura. Vagamente Santo Agostinho nos assegura que "em Cartago havia muita coisa sabiamente transmitida de cor".[8] Salústio e Juba recorreram aos historiadores cartagineses, mas não temos nenhuma história cartaginesa de fonte nativa. De sua arquitetura os romanos não deixaram pedra sobre pedra. Contam-nos que no estilo usado misturavam-se o fenício e o grego, e que os templos eram maciços e muito ornados; que o templo e a imagem de Baal-Haman tinham um revestimento de ouro no valor de mil talentos;[9] e que mesmo os orgulhosos gregos consideravam Cartago uma das mais belas capitais do mundo. Os museus de Túnis guardam alguns fragmentos de sarcófagos encontrados perto do local de Cartago; o melhor é uma graciosa e forte figura, talvez Tanith, em estilo essencialmente grego. Estátuas menores, desenterradas dos túmulos cartagineses nas ilhas Baleares, revelam-se

cruas e muitas vezes repulsivamente grotescas, como se tivessem por fim amedrontar crianças ou espantar demônios. E a cerimônia que sobreviveu é puramente utilitária — mas sabemos que os artesãos cartagineses faziam bom trabalho em tecidos, marfim, ébano, âmbar e vidro, e eram bons joalheiros.

Qualquer exposição clara do governo cartaginês está hoje fora do alcance de nossas penas. Aristóteles louvou a constituição de Cartago como "a muitos respeitos superior a todas as outras", porque "um Estado revela-se em boa ordem quando o povo comum se mantém constantemente leal à constituição, nenhum conflito civil de vulto sobrevém, nem surge o ditador".[10] Os cidadãos reuniam-se em Assembléia para aprovar ou rejeitar, sem discussão ou emenda, as propostas remetidas por um Senado de 300 anciãos; o Senado, entretanto, não era obrigado a propor à Assembléia nenhuma medida em que não concordasse.[11] O povo elegia o Senado, mas o suborno reduzia a virtude ou o perigo deste procedimento democrático, substituindo a aristocracia de nascimento pela oligarquia da riqueza. Mediante indicação apresentada pelo Senado a Assembléia escolhia cada ano dois *shofetes* para a administração do Estado e da justiça. E acima de tudo havia um corpo de 104 juízes vitalícios. Como tinha o poder de fiscalizar a administração e exigir contas de todos os funcionários ao fim do termo de cada um, este corpo de juízes obteve, lá pelo tempo das guerras contra Roma, o supremo controle de todos os ramos do governo e todos os cidadãos.

O comandante dos exércitos era indicado pelos senadores e nomeado pela Assembléia. Esse chefe gozava de melhor posição que o cônsul romano, porque podia manter-se na chefia enquanto o Senado quisesse. Mas os romanos tinham sobre Cartago a vantagem de suas legiões de colonizadores patriotas; o exército cartaginês compunha-se de mercenários, principalmente líbios, gente sem nenhuma afeição a Cartago e leal apenas ao pagador da tropa e ocasionalmente a seu general. A frota cartaginesa era sem discussão a mais poderosa do tempo; 500 qüinqüerremes, alegremente pintadas, esguias e velozes, davam com muita eficiência proteção às colônias cartaginesas, a seus mercados e rotas de comércio. Foi a conquista da Sicília por este exército e o fechamento do Mediterrâneo ocidental por meio da frota que determinaram o secular duelo de morte entre Cartago e Roma, que conhecemos sob o nome de Guerras Púnicas.

II. RÉGULO

As duas nações haviam sido amigas, enquanto uma delas se revelava bastante forte para dominar a outra. Em 508 assinaram um tratado reconhecendo a hegemonia de Roma sobre a costa do Lácio, mas impedindo os romanos de levar sua navegação a oeste de Cartago, bem como de desembarcar na Sardenha e na Líbia, exceto para breves reparos e aprovisionamento dos navios.[12] Tornou-se prática usual dos cartagineses, diz um geógrafo da Grécia, afogar qualquer marinheiro de fora, encontrado entre a Sardenha e Gibraltar.[13] Os gregos de Massália (Marselha) tinham pacificamente desenvolvido um comércio costeiro entre o sul da Gália e o norte da Espanha; Cartago depredava com sua pirataria esse comércio e Massália era uma aliada fiel de Roma. (Não sabemos o que há aqui de "propaganda de guerra" elevada à dignidade de história.) Mas quando Roma entrou a controlar toda a Itália, não podia sentir-se segura enquanto duas potências, a Grécia e Cartago, dominassem a Sicília, terra apenas quilômetro e meio distante da Itália. Ademais, a Sicília era fértil, podendo suprir de trigo metade da Itália. Tomada a Sicília, por si mesmas a Córsega e a Sardenha viriam ter às mãos de Roma. Estava ali um exemplo de "destino manifesto" — o próximo passo da expansão romana.

Como encontrar o *casus belli*? Em 264 a.C. um bando de mercenários samnitas, que a si mesmos se chamavam mamertinos, ou "Homens de Marte", apossaram-se da cidade de Messana, na costa da Sicília mais próxima da Itália. Lá mataram e expulsaram os cidadãos gregos, dividiram entre si as mulheres, as crianças e os bens das

vítimas, e passaram a viver de assaltos às cidades gregas vizinhas. Hierão II, ditador de Siracusa, sitiou-os; uma força cartaginesa desembarcada em Messana fez Hierão recuar e tomou posse da cidade. Os mamertinos apelaram para Roma. O Senado hesitou, conhecedor que já era do poder e riqueza de Cartago, mas os plebeus ricos dominantes na Assembléia Centurial clamaram pela guerra e pela Sicília. Roma decidiu, custasse o que custasse, manter Cartago afastada de um porto estratégico tão próximo. Aprestou uma frota e sob o comando de Caio Cláudio mandou-a em socorro dos mamertinos. Mas estes já haviam sido convencidos pelos cartagineses a retirar o apelo de socorro — e a mensagem nesse sentido alcançou Cláudio em Régio. Dando-a como inexistente, Cláudio cruzou o estreito, convidou para uma conferência o comandante cartaginês, aprisionou-o e mandou proclamar que o mataria se o exército cartaginês resistisse. Os mercenários aproveitaram-se de tão bela escusa para evitar o choque com as legiões — e Messana caiu em poder dos romanos.

Dois heróis emergem desta primeira guerra púnica: do lado romano, Régulo; do lado cartaginês, Amílcar. Poderíamos acrescentar um terceiro e um quarto — o Senado e o povo romanos. O Senado havia posto a favor de Roma o ditador de Siracusa, assegurando desse modo os necessários suprimentos para as forças romanas na Sicília; organizou a nação com sabedoria e resolução e conduziu-a à vitória através de tremendos desastres. E os cidadãos romanos entraram com o dinheiro, os materiais, o trabalho e os homens necessários para a primeira esquadra romana — 330 vasos, quase todos qüinqüerremes de 150 pés de comprimento e capacidade para 300 remadores e 120 soldados; foram equipados com uma novidade — ganchos e portalós móveis, para o agarramento e a abordagem das galeras inimigas; graças a isso, a guerra naval em que os romanos não tinham prática podia ser transformada em combate peito a peito, no qual eram peritos os legionários. "Este fato", diz Políbio, "mostra-nos melhor que tudo como são hábeis e ousados os romanos, quando entendem de fazer uma coisa. ...Jamais haviam dedicado um pensamento à esquadra, mas a partir do dia em que resolveram tê-la, entregaram-se à tarefa tão intrepidamente que, antes de adquirida a experiência, já se atracavam com os cartagineses, gente que de gerações mantinha indisputado o domínio dos mares."[14] Nas alturas de Ecnomo, costa sul da Sicília, as frotas inimigas, somando 300.000 homens, lutaram a maior batalha naval dos tempos antigos (256). Sob o comando de Régulo os romanos obtiveram vitória decisiva e navegaram livremente para a África. Desembarcados lá sem a preocupação dos reconhecimentos, foram derrotados por uma força cartaginesa superior em número, que quase os aniquila e faz prisioneiro o imprudente cônsul. Logo depois a frota romana é arremessada por um temporal contra as pedras da costa, com perda de 284 galeras e 80.000 homens afogados; foi a maior catástrofe naval de que há memória. Mas os romanos mostraram sua têmpera construindo 200 novas galeras e treinando outros 80.000 homens para equipá-las.

Depois de conservar Régulo prisioneiro durante cinco anos, seus captores permitiram-no acompanhar uma embaixada cartaginesa enviada a Roma para propor a paz, com sua promessa de regresso ao cativeiro caso Roma não acedesse. Mas Régulo aconselhou o Senado a rejeitar a proposta de paz, isso a despeito dos esforços de sua família e seus amigos — e voltou para a África com a embaixada cartaginesa. Lá foi torturado até à morte, com a privação do sono.[15] Seus filhos em Roma tomaram dois prisioneiros cartagineses de alta condição, fecharam-nos em uma arca revestida de

pontas e conservaram-nos despertos até que morressem.[16] Esses crimes pareceriam incríveis, se não tivéssemos diante dos olhos as barbaridades de hoje.

III. AMÎLCAR

Havia muitos Asdrúbal, Amílcar e Aníbal em Cartago, porque eram os nomes mais usados pelas velhas famílias. Nomes piedosos, ligados aos dos deuses: *Amîlcar*, "aquele que Melcarte protege"; *Asdrûbal*, "o ajudado de Baal"; *Anîbal*, "a graça de Baal". O nosso Amílcar tinha o sobrenome de Barca — "raio"; era de sua natureza o golpe repentino, fulminante. Era muito jovem ainda (247) quando Cartago lhe deu o comando supremo do exército. Com uma pequena esquadra hostilizou a costa italiana com desembarques de surpresa, destruindo postos avançados e fazendo muitos prisioneiros. Depois, bem diante do exército romano que ocupava Panormus (Palermo), desembarcou suas tropas e ocupou uma colina a cavaleiro da cidade. O contingente era muito pequeno para arriscar-se a mais, mesmo assim, de todas as surtidas feitas voltou com despojos. Amílcar pediu ao Senado cartaginês reforços e suprimentos; o Senado respondeu que vestisse e alimentasse as tropas à custa da terra invadida.

Entrementes a frota romana obtinha outra vitória e sofria séria derrota em Drépane (249). Igualmente afetadas, as duas potências repousaram nove anos. Mas enquanto durante todo esse tempo Cartago nada fez, confiada no gênio de Amílcar, um grupo de cidadãos romanos voluntariamente ofereceu ao governo uma frota de 200 vasos de guerra, com capacidade para 60.000 homens. Saindo em segredo, esta nova esquadra apanhou desprevenida a de Cartago lá pelas alturas das ilhas Egadianas, na costa oeste da Sicília, e a derrota foi de molde a forçá-la à paz (241). O território que os cartagineses ocupavam na Sicília teve de ser entregue aos romanos, todas as restrições ao comércio foram levantadas e houve ainda o compromisso de uma indenização anual de 440 talentos por 10 anos. A guerra havia durado cerca de 24 anos e fora tão fatal a Roma que sua moeda se desvalorizou em 83 por cento, levando-a quase à bancarrota. Mas provou a irredutível tenacidade do caráter romano e a superioridade de um exército de cidadãos livres sobre um composto de mercenários que só visavam uma coisa: o máximo de saque com o mínimo de perdas.

Cartago esteve prestes a ser destruída pela sua própria avareza. Atrasando-se na paga dos mercenários, mesmo dos que melhor haviam servido Amílcar, eles se espalharam pela cidade, reclamando, e quando viram o governo contemporizar e procurar dispersá-los, romperam em furiosa revolta. Os povos sujeitos a Cartago e taxados acima de suas forças aderiram ao levante, as mulheres da Líbia venderam as jóias para financiar a luta. Vinte mil mercenários e rebeldes, sob a chefia de Mato, um líbio liberto, e de Espêndio, um campaniano livre, assediaram Cartago, a qual não tinha um soldado a defendê-la internamente. Os ricos negociantes tremeram e apelaram para Amílcar. Apesar de sua afeição pelos mercenários, Amílcar organizou um exército de 10.000 cidadãos, treinou-os, levou-os à luta e rompeu o assédio. Os rebeldes batidos cortaram as mãos e os pés de Gesco, general de Cartago, e de mais 700 prisioneiros; depois quebraram-lhes as pernas e lançaram-nos vivos em uma cova comum.[17] E afundaram nas montanhas. Amílcar soube tangê-los para um desfiladeiro sem saída, onde 40.000 homens se viram bloqueados e condenados à fome. Houve resistência; comeram os prisioneiros e depois os escravos; por fim mandaram Espêndio pedir paz.

Amílcar crucificou Espêndio e esmagou centenas de prisioneiros à pata de elefantes. Os rebeldes tentaram abrir caminho, mas foram barrados. Mato, prisioneiro, teve de passar pelas ruas de Cartago sob a pancadaria e tortura dos cidadãos e assim morreu.[18] Quarenta meses (241-237) durou esta "Guerra dos Mercenários", e diz Políbio que foi "a mais sangrenta e impiedosa que jamais houve".[19] Findo o conflito, Cartago encontrou Roma já instalada na Sardenha. Protestou e Roma declarou-lhe guerra. Os desesperados cartagineses tiveram de comprar a paz com a entrega da Sardenha e da Córsega, e mais uma indenização adicional de 1.200 talentos.

Podemos avaliar a fúria de Amílcar diante de tais acontecimentos. Propôs ao governo que lhe fornecesse tropas e fundos para restabelecer o poderio de Cartago na Espanha, como ponto de apoio a um ataque a Roma por terra. A aristocracia dona de terras opôs-se, com medo de outra guerra, já a classe mercantil apoiou-o, ressentida com a perda de tantos portos e mercados estrangeiros. O acordo deu a Amílcar um modesto contingente com o qual ele navegou para a Espanha (238). Lá recapturou as cidades que haviam escapado à dominação de Cartago, aumentou o exército com recrutas nativos, financiou-o e equipou-o com o produto das minas locais e morreu numa refrega ao atacar uma tribo hispânica (229).

Amílcar tinha consigo seu genro Asdrúbal e seus filhos Aníbal, Asdrúbal e Mago — "uma ninhada de leões". Foi escolhido para comandante o genro, o qual durante oito anos dirigiu tudo muito bem; obteve a cooperação dos hispânicos e erigiu perto das minas uma grande cidade, conhecida em Roma como Nova Cartago — a Cartagena de hoje. Assassinado Asdrúbal em 221, o exército elegeu para o comando supremo o filho mais velho de Amílcar, então com 26 anos — e Aníbal surge na cena. Antes de deixar Cartago, seu pai o tinha levado, aos nove anos, ao altar de Baal-Haman para que jurasse vingança contra Roma. Aníbal jurou e não se esqueceu.

IV. ANÍBAL

Por que permitiu Roma a conquista da Espanha? Por estar às voltas com a luta de classe, com a guerra gaulesa e também com a expansão no Adriático. Em 232 um tribuno, Caio Flamínio, vislumbrou os Gracos com a apresentação à Assembléia, contra a violenta oposição do Senado, da proposta de distribuição entre os cidadãos mais pobres das terras recentemente tomadas aos gauleses. Em 230 Roma deu o primeiro passo para a conquista da Grécia com a limpeza feita nos piratas do Adriático e o domínio de parte da costa ilírica, para futura proteção do comércio italiano. Sossegada agora ao sul e a leste, resolveu Roma jogar os gauleses para além dos Alpes e unificar a Itália. Para ter sossego a oeste assinou com Asdrúbal um tratado pelo qual os cartagineses se comprometiam a ficar ao sul do Ebro, e ao mesmo tempo fez aliança com as cidades semigregas de Sagunto e Ampúrias, na Espanha. No ano seguinte (225) um exército gaulês de 50.000 infantes e 20.000 cavaleiros varreu a península. Tão apavorados ficaram os habitantes de Roma que o Senado reviveu o primitivo costume do sacrifício humano — e no Fórum, para aplacamento dos deuses, fez enterrar vivos dois gauleses.[20] As legiões romanas enfrentaram os invasores em Telamon, mataram 40.000, aprisionaram 10.000 e marcharam para a conquista de toda a Gália Cisalpina. Aos três anos estava completa a obra; foram estabelecidas colônias em Placência e Cremona — e dos Alpes à Sicília a Itália tornou-se una.

Foi uma vitória fora de tempo. Se tivesse deixado em paz os gauleses por mais uns anos, Roma podia ter detido Aníbal, mas estava agora com todos os gauleses inflamados contra ela. Aníbal percebeu que era o momento de atravessar a Gália sem oposição e invadir a Itália com os gauleses em seu exército.

O chefe púnico tinha então 28 anos, estava no apogeu físico e mental. Além da instrução comum aos da classe alta de Cartago, línguas, literaturas e história da Fenícia e da Grécia,[21] Aníbal recebera um treino militar de 19 anos. Havia acostumado o corpo às durezas do campo, ensinara ao seu apetite a moderação, à língua o silêncio e ao pensamento a objetividade. Podia correr com os mais rápidos, caçar ou lutar com os mais valentes; era "o primeiro a entrar na batalha", diz o hostil Tito Lívio "e o último a abandonar o campo".[22] Os veteranos amavam-no por verem em sua imponente presença o velho Amílcar restaurado em mocidade; os recrutas adoravam-no porque não o viam usar trajes diferentes do comum, porque não descansava antes de prover o exército e com eles compartilhava do mau e do bom. Os romanos acusavam-no de avareza, crueldade e traição, porque Aníbal não tinha escrúpulos no tomar suprimentos para suas tropas, porque punia com severidade aos desleais e ajeitava muitas armadilhas contra os inimigos. Não obstante, vemo-lo com freqüência revelar-se misericordioso e sempre cavalheiresco. "Nada fez", diz o judicioso Mommsen, "que não fosse justificado pelas circunstâncias e de acordo com a lei internacional da época."[23] Os romanos não podiam perdoar-lhe o fato de vencer as batalhas mais com o cérebro do que com a vida de seus homens. Os truques que Aníbal usava, a habilidade de sua espionagem, as sutilezas de seus golpes estratégicos, as surpresas de suas táticas assombravam os romanos.

Em 219 a.C. agentes romanos organizaram em Sagunto um golpe de Estado e instituíram um governo patrioticamente hostil aos cartagineses. Quando Aníbal assediou a cidade, Roma protestou e ameaçou guerra. Cartago respondeu que Sagunto estava a 100 milhas ao sul do Ebro e Roma não tinha o direito de interferir; e, mais, que havendo Roma assinado uma aliança com Sagunto tinha rompido o tratado feito com Asdrúbal. Aníbal continuou no assédio e Roma tomou as armas, jamais imaginando que essa Segunda Guerra Púnica ia ser a mais terrível de sua história.

Oito meses levou Aníbal para tomar Sagunto; ele não ousava investir contra a Itália deixando aos romanos um tão excelente porto de desembarque na retaguarda. Em 218 cruzou o Ebro, em desafio ao destino, como César no Rubicão. Chefiava um exército de 50.000 infantes e nove mil cavalarianos, já não mercenários mas na maioria espanhóis e líbios. Três mil hispânicos desertaram ao saber que Aníbal planejava a travessia dos Alpes, e outros sete mil foram dispensados, quando protestaram contra uma empresa que lhes parecia impossível.[24] Foi bastante dura a passagem dos Pireneus, e inesperada a feroz resistência das tribos gaulesas aliadas a Marselha; um verão de luta se passou antes de atingirem o Ródano, e rija batalha se travou para atravessá-lo. Mal havia Aníbal se afastado quando um exército de Roma chegou às bocas do Ródano.

Aníbal levou suas tropas no rumo de Viena, indo ter aos Alpes a leste. Hordas célticas já antes dele haviam cruzado aquelas montanhas, e ele o faria sem excessivo esforço, se não esbarrasse na hostilidade das tribos alpinas e no difícil que era passar os elefantes pela fímbria dos despenhadeiros. Logo em setembro, depois de nove dias de subida, alcançou o topo coberto de neve; deu lá dois dias de descanso aos homens e animais antes de começar a descer por sendas de gelo ainda mais íngremes que as da

subida e cortadas por desmoronamentos. Muitos soldados e animais perderam o pé e sumiram-se nos despenhadeiros. Aníbal estimulava seus homens já no fim acenando-lhes com os dourados campos da Itália; breve aquele paraíso lhes cairia nas mãos. Depois de 17 dias nos Alpes alcançaram a planície e descansaram. Tantos soldados e tantos cavalos pereceram na travessia que o exército ficou reduzido a apenas 26.000 homens — menos da metade de meses antes. Se a Gália Cisalpina lhe oferecesse a mesma resistência que a Gália Transalpina, o avanço de Aníbal teria terminado ali. Mas os boianos e outras tribos receberam-no como a um salvador e a ele se juntaram enquanto os colonos de Roma, atravessando o Pó, fugiam para o sul.

Ameaçada assim a vida de Roma pela segunda vez em sete anos, o Senado mobilizou todos os recursos possíveis e apelou para os outros Estados da Itália. Conseguiu levantar 300.000 homens, 14.000 cavalos e 456.000 reservistas. Um dos exércitos, sob o comando do primeiro dos muitos Cipiões famosos, enfrentou Aníbal no Ticino, pequeno afluente do Pó com foz em Pavia. A cavalaria númida de Aníbal pôs em fuga os romanos e, gravemente ferido, Cipião foi salvo pela corajosa interposição de seu filho — o homem destinado a, 16 anos mais tarde, enfrentar Aníbal em Zama. No lago Trasimeno, Aníbal foi defrontado por outro exército romano de 30.000 homens, comandado pelo tribuno Caio Flamínio; com esse exército vinham mercadores de escravos trazendo algemas para o "condicionamento" dos prisioneiros. Usando de parte de suas forças, Aníbal atraiu os romanos para uma planície rodeada de elevações com florestas, onde havia oculto a maior parte de seus homens; a um sinal, esses homens irromperam de todos os lados e a matança dos romanos foi de tal monta que nem Flamínio escapou (217).

Já estava Aníbal no controle de todo o norte da Itália, mas sabia que a proporção entre suas forças e as do teimoso inimigo era de um para dez. Sua única esperança: conseguir que pelo menos alguns dos Estados italianos se revoltasse contra Roma. Soltou todos os prisioneiros feitos entre os aliados de Roma, dizendo-lhes que não viera lutar contra a Itália mas sim libertá-la. E marchou através da inundada Etrúria, onde por quatro dias não encontrou terra seca em que pudesse acampar: cruzou os Apeninos rumo ao Adriático e concedeu às tropas um bom período de descanso para restauração das energias e cura dos ferimentos. Ele próprio viu-se atacado de oftalmia e como não perdesse tempo em tratá-la, acabou perdendo uma das vistas. Depois marchou para a costa oriental, sempre convidando as tribos italianas a juntarem-se a ele. Nenhuma o fez; ao contrário, todas as cidades lhe fecharam as portas e prepararam-se para a luta. Avançando mais ao sul, seus aliados gauleses, só interessados nas terras do norte, começaram a desertar. As conspirações contra a vida de Aníbal tornaram-se tão freqüentes, que ele tinha de recorrer a constantes disfarces. Dali pediu ao governo de Cartago que lhe enviasse homens e suprimentos por algum porto do Adriático. Nada obteve. Sugeriu então a Asdrúbal, que ele havia deixado no comando da Espanha, que organizasse um exército, cruzasse os Alpes e viesse, mas os romanos tinham invadido a Espanha e Asdrúbal não ousava sair de lá. Passar-se-iam dez anos antes que Asdrúbal atendesse ao pedido de Aníbal.

Roma havia adotado contra seu maior adversário a mesma política deste — de contemporização e atrito. Quinto Fábio Máximo, feito ditador em 217, popularizou com sua política dilatória, que retardava o mais possível um encontro direto com Aníbal, o adjetivo *Contactor* (Contemporizador); Quinto esperava que nesse entretempo os invasores se fossem reduzindo pela fome, a discórdia e as doenças. Mas depois de um

ano a sua "magistral inação" irritou a populaça de Roma, e infringindo todos os precedentes a Assembléia elegeu Minúcio Rufo co-ditador. Desprezando o parecer de Fábio, Minúcio avançou contra o inimigo, caiu numa armadilha, foi severamente surrado e afinal compreendeu o sentido das palavras de Aníbal, quando disse temer mais a Fábio, que fugia à luta, do que a Marcelo, que a ela se atirava.[25] Um ano mais tarde foi Fábio deposto e os exércitos romanos entregues a Lúcio Emílio Paulo e Caio Terêncio Varrão. Paulo, o aristocrata, aconselhava a cautela; o plebeu queria a ação — e, como de regra, a prudência foi vencida. Varrão saiu ao encontro de Aníbal em Canas, na Apúlia, a umas dez milhas da costa adriática. Tinham os romanos 80.000 homens de infantaria e seis mil de cavalaria; Aníbal dispunha de 19.000 veteranos, 16.000 gauleses pouco merecedores de confiança e 10.000 cavalarianos — mas soube atrair Varrão para a luta em campo ideal para as manobras da cavalaria. Lá dispôs os gauleses no centro, certo de que eles iam ceder. Assim aconteceu; e quando os romanos se lançaram a persegui-los, exatamente na direção que Aníbal desejava, o astuto cartaginês ordenou que seus veteranos atacassem os flancos do inimigo, enquanto sua cavalaria desbaratava a romana e atacava as legiões por trás. Assim envolvido, o exército de Roma perdeu a mobilidade e foi aniquilado; 44.000 homens caíram, inclusive Paulo e 80 senadores alistados; 10.000 fugiram para Canúsio, entre eles Varrão e Cipião, o mesmo que ia entrar na história com o nome de Cipião Africano Maior (216). Aníbal só perdeu seis mil homens, dois terços dos quais eram da Gália. A sua tática neste choque nunca foi sobrexcedida na história militar. Com a batalha de Canas Roma perdeu a confiança na infantaria e estabeleceu as novas regras de tática que iam durar dois mil anos.

V. CIPIÃO

O desastre abalou a hegemonia de Roma no sul da Itália. Samnitas, brucianos, lucanianos, bem como Metaponto, Túrios, Crotona, Locri e Cápua reuniram-se à Gália Cisalpina em aliança com Aníbal; somente a Úmbria, o Lácio e a Etrúria ficaram fiéis aos romanos. Hierão de Siracusa manteve-se leal até o fim, mas seus sucessores bandearam-se para Cartago. Felipe V da Macedônia, receoso da expansão romana pela Ilíria no rumo leste, aliou-se também a Aníbal e declarou guerra aos romanos. A própria Cartago saiu de sua indiferença e mandou a Aníbal recursos e homens. Alguns dos nobres romanos refugiados em Canúsio julgaram desesperadora a situação e pensaram na fuga para a Grécia, mas Cipião envergonhou-os e levantou-lhes o ânimo. Por um mês esteve Roma imersa na histeria do terror; dispunha apenas de escassa guarnição para proteger a cidade. Matronas das mais altas linhagens corriam em lágrimas para os templos e esfregavam com seus cabelos as imagens; algumas, cujos maridos e filhos tinham morrido na guerra, passaram a coabitar com estrangeiros e escravos, receosas de que sua raça se extinguisse. Para alcançar o favor dos deuses obviamente ofendidos, o Senado novamente sancionou sacrifícios humanos — e foram enterrados vivos dois gauleses e dois gregos.[26]

Os romanos, porém, diz Políbio, "eram mais de temer quando se sentiam ameaçados de verdadeiro perigo. ... Embora tão esmagadoramente derrotados e com a reputação militar destruída, graças à habilidade e a suas virtudes peculiares não só reconquistaram a supremacia na península... como dentro de poucos anos estavam senhores do mundo."[27] A guerra de classe cessara; todos os grupos se lançaram à tarefa da

salvação nacional. As taxas haviam subido a níveis aparentemente intoleráveis, mas os cidadãos, as próprias viúvas e crianças, voluntariamente, traziam para o Tesouro suas secretas reservas. Cada homem que pudesse pegar em armas era chamado a servir; aceitavam-se escravos na leva de tropas, com o aceno da libertação em caso de vitória. Nenhum soldado consentia em receber pagamento. Roma preparava-se para defender cada polegada de seu território contra o novo leão de Cartago.

Mas Aníbal não veio. Seus 40.000 homens eram força muito pequena para sitiar uma cidade em cuja defesa tantos exércitos podiam convergir dos Estados ainda leais; e mesmo que tomasse Roma, como mantê-la? Seus aliados italianos, em vez de fortalecê-lo enfraqueciam-no; Roma e outras cidades estavam levantando forças para atacar esses seus aliados, e sem a ajuda de Aníbal eles sucumbiriam. Os ajudantes de campo do general cartaginês censuravam-lhe a cautela, e melancolicamente um deles observou: "Os deuses não dão todos os dons a um mesmo homem. Tu sabes vencer, Aníbal, mas não sabes usar da vitória."[28] Aníbal resolveu esperar até que Cartago, a Macedônia e Siracusa a ele se unissem numa ofensiva que retomasse a Sicília, a Sardenha, a Córsega e a Ilíria, deixando Roma confinada na Itália. Soltou os cativos, exceto os romanos; ofereceu estes a Roma mediante pequeno resgate. Quando o Senado lhe recusou a proposta, mandou parte desses prisioneiros para Cartago, como escravos, e ao resto fez lutar como gladiadores para divertir suas tropas. Aníbal sitiou e tomou diversas cidades e em seguida levou o exército a invernar em Cápua.

Foi a mais agradável e perigosa estação que ele poderia escolher. Cápua, a segunda cidade da Itália, a umas 20 milhas ao norte de Nápoles, tinha aprendido com os etruscos e gregos todos os vícios, bem como todas as graças da civilização; e as tropas de Aníbal tiveram toda uma estação para o regalo da carne que havia sofrido tanto. Deixaram de ser invencíveis soldados, formados ao molde espartano de seu chefe, que tinha vencido tantas batalhas. Nos cinco anos seguintes Aníbal ainda obteve com eles alguns pequenos triunfos — entretanto os romanos assediaram Cápua. Aníbal aproveitou-se do ensejo para aproximar-se de Roma, mas lá já havia 35 legiões novas — 200.000 homens — e Aníbal, sempre limitado a seus 40.000, retirou-se para o sul. Em 211 rendeu-se Cápua; seus chefes, que tinham fomentado um massacre de romanos na cidade, foram decapitados ou suicidaram-se, e a população que dera tanto apoio a Aníbal foi dispersa pela Itália. Um ano mais tarde Marcelo tomava Siracusa, e meses depois Roma ocupava Agrigento.

Enquanto isso, um exército romano comandado pelos dois Cipiões mais velhos fora mandado à Espanha contra Asdrúbal, e o bateu no Ebro (215), mas logo depois os dois Cipiões morreram em combate. Suas conquistas já estavam sendo anuladas quando Cipião Africano, filho de um e sobrinho de outro, assumiu o comando supremo. Tinha apenas 24 anos, idade muito abaixo da legalmente requerida para tal posto, mas para salvar o Estado os senadores pulavam por cima das leis e a Assembléia consentia. O povo admirava Cipião não só porque era belo e eloqüente, inteligente e bravo, como pela sua piedade, cortesia e espírito de justiça. Antes de empreender qualquer coisa tinha o hábito de comungar com os deuses nos templos do Capitólio, e depois da vitória oferecia-lhes hecatombes. Cipião acreditava-se, ou simulava ser, um favorito dos céus; seus triunfos expandiam a fé e a confiança de seus seguidores. Breve restaurou a disciplina das tropas, capturou depois de longo assédio Nova Cartago e escrupulosamente enviou para o Tesouro os metais preciosos e gemas caídos em seu po-

der. As cidades espanholas, em sua maioria, se lhe renderam, e em 205 tornava-se a Espanha uma província de Roma.

Não obstante, a principal força de Asdrúbal havia escapado e agora cruzava os Alpes rumo à Itália. A interceptação de uma mensagem a Aníbal fez com que o plano de campanha de Asdrúbal caísse em poder do inimigo. Um exército romano enfrentou-o no rio Metauro e derrotou-o, apesar da excelência de seu comando; a desigualdade de forças era forte. Vendo perdida a batalha e já sem nenhuma esperança de alcançar seu irmão, Asdrúbal lançou-se contra as legiões para receber a morte. Dizem historiadores de Roma que o vencedor fez cortar a cabeça do jovem guerreiro e mandou-a para o acampamento de Aníbal. Abalado pelo triste fim do irmão, retirou-se Aníbal para Brúcio com as poucas forças que lhe restavam. "Nada mais houve com Aníbal naquele ano," diz Tito Lívio, "nem procuraram os romanos persegui-lo, tão grande era sua reputação mesmo no período em que sua causa desmoronava."[29] Cartago enviou-lhe 100 navios carregados de homens e abastecimentos, mas uma tempestade arremessou essa frota à Sardenha, onde os romanos capturaram 80; o resto fugiu para Cartago.

Em 205 o jovem Cipião, quente ainda das vitórias na Espanha, foi eleito cônsul; levantando novo exército, levou-o para a África. O governo cartaginês apelou para Aníbal, chamou-o a defender a cidade que nunca lhe atendera aos pedidos. Como imaginarmos os sentimentos desse guerreiro cego de um olho, encurralado a um canto da Itália por infindável corrente de inimigos, a ver todo o seu trabalho de 15 anos e tantas vitórias, tudo reduzido a nada? Metade de suas tropas recusou-se a embarcar para Cartago; segundo os historiadores romanos, Aníbal executou 20.000 homens por desobediência e de medo que fossem incorporar-se às legiões inimigas.[30] Pisando de novo o solo pátrio depois de uma ausência de 36 anos, rapidamente formou novo exército e correu a enfrentar Cipião em Zama, 50 milhas ao sul de Cartago (202). Os dois generais encontraram-se e confabularam cortesmente, mas não puderam chegar a acordo. Travada a peleja, pela primeira vez foi Aníbal derrotado; os cartagineses, na maior parte mercenários, cederam diante da infantaria romana e da cavalaria de Masinissa, o rei númida; 20.000 pereceram no campo da luta. Aníbal, então com 49 anos, lutou com a mesma energia da mocidade — atacou Cipião em luta corporal e feriu-o, atacou Masinissa, refez suas desmanteladas forças e contra-atacou desesperadamente. Quando perdeu todas as esperanças, esquivou-se à captura e correu para Cartago, declarando haver perdido não só a batalha como a guerra; aconselhou então o Senado a propor a paz. Cipião mostrou-se generoso. Permitiu a Cartago reter seu império africano, mas exigiu a entrega de todos os vasos de guerra, com exceção das trirremes; Cartago não poderia fazer guerra fora da África e mesmo na África a não ser com o consentimento de Roma, agora sua senhora, e tinha ainda de pagar 200 talentos ($ 720.000) por ano, durante 50 anos. Aníbal achou justo os termos e persuadiu o governo a aceitá-los.

A Segunda Guerra Púnica mudou a face do Mediterrâneo ocidental. Deu a Roma a Espanha com todas as suas riquezas, provendo-a desse modo de fundos para a conquista da Grécia. Reuniu toda a Itália sob a dominação romana e abriu aos romanos todas as vias e mercados. Mas foi a mais cara de todas as guerras antigas; destruiu ou estragou metade das culturas da península, arruinou 400 cidades e matou 300.000 homens; [31] depois dessa guerra o sul da Itália jamais se restaurou completamente. Enfraqueceu a democracia com a revelação de que uma Assembléia popular não pode

com sabedoria escolher generais nem dirigir uma luta. Deu início à transformação da vida e da moral romanas, em virtude da queda da agricultura e do fomento do comércio, da drenagem dos homens da paz dos campos para a violência das batalhas e a promiscuidade dos acampamentos, do emprego dos metais preciosos da Espanha no financiamento do luxo e na expansão imperialista, e do levar a Itália a viver do trigo extorquido à Espanha, Sicília e África. A Segunda Guerra Púnica constituiu um acontecimento-chave para muitos aspectos da história de Roma.

Para Cartago foi o começo do fim. Com muito de seu comércio ainda livre e ainda senhora de parte do império, estava Cartago em condições de sobreviver. Mas o corrupto governo oligárquico lançou aos ombros das classes baixas todo o peso do tributo anual devido a Roma e ainda o dilapidava em proveito próprio. O partido popular apelou para Aníbal em seu retiro, pediu-lhe que salvasse a nação. Em 196 Aníbal foi eleito sofete. Ofendeu logo os oligarcas com a proposição de que os juízes do Tribunal dos 104 fossem eleitos por um ano e não pudessem ser reeleitos senão depois do prazo também de um ano. Havendo o Senado repelido a proposta, ele a apresentou à Assembléia, que a aprovou; com essa lei o avanço democrático igualava-se ao de Roma. Aníbal puniu e impediu a venalidade, perseguindo-a nas fontes. Libertou os cidadãos das taxas extras e dirigiu tão bem as finanças que em 188 Cartago podia liquidar toda a indenização imposta.

A fim de se libertarem de Aníbal os oligarcas o denunciaram secretamente a Roma como planejando a renovação da guerra. Inutilmente empregou Cipião toda a sua influência para proteger seu rival; o Senado sossegou os oligarcas com o pedido de entrega de Aníbal. O velho guerreiro fugiu à noite, venceu 150 milhas até Tapso e lá tomou um navio para Antioquia (195). Encontrou Antíoco III hesitante entre a guerra e a paz com os romanos; Aníbal aconselhou a guerra e passou a servir no estado-maior do rei. Quando os romanos bateram Antíoco em Magnésia (189) estabeleceram como condição de paz a entrega de Aníbal — mas Aníbal fugiu para Creta e de lá para Bitínia. Os romanos perseguiram-no e cercaram-no em seu refúgio. Aníbal preferiu a morte à captura. "Aliviemos os romanos", disse ele, "da ansiedade que há tanto tempo experimentam, já que estão cansados de esperar pela morte de um velho."[32] E tomou o veneno que trazia sempre consigo. Morreu com a idade de 67 anos, em 184 a.C. Poucos meses depois acompanhava-o na paz eterna o seu vencedor e admirador Cipião.

CAPÍTULO IV

A Roma Estóica

508 — 202 a. C.

QUE espécie de gente eram esses invencíveis romanos? Que instituições os haviam formado para que tivessem tal força de caráter e de política? — que lar e que escola, que religião e que código moral? Como produziam, e com que organização econômica manipulavam para o uso as riquezas necessárias para equipar as cidades em expansão e aqueles sempre renovados e incalculáveis exércitos? Como eram nas ruas e lojas, nos templos e teatros, na ciência e na filosofia, na velhice e na morte? A não ser que visualizemos cena por cena esta Roma republicana da primeira fase, jamais compreenderemos a evolução dos costumes, da moral e das idéias que em um período produziu Catão, o Estóico, noutro o epicurista Nero e por fim transformou o Império na Igreja Romana.

I. A FAMÍLIA

O próprio nascimento já era uma aventura em Roma. Se a criança vinha deformada ou era do sexo feminino, o costume permitia ao pai abandoná-la à morte.[1] Se nascia bem-conformada e do sexo masculino, era bem recebida, porque embora já naquele tempo de algum modo os romanos restringissem o número de filhos, mostravam-se ansiosos por tê-los homens. A vida rural fazia dos filhos uma riqueza; a opinião pública não aprovava, e mesmo condenava, a deliberada falta de prole, e a religião favorecia a fecundidade proclamando o martírio sem fim da alma de quem não deixasse filhos para cuidar de seu túmulo. Depois dos oito anos o menino era aceito na família e no clã mediante solene cerimônia doméstica. O clã *(gens)* era constituído de um grupo de famílias livres com ancestral comum; todas traziam o nome desse ancestral, mantinham a mesma fé e ajudavam-se na paz e na guerra. O menino recebia um nome individual *(praenomen)* como Públio, Caio, Marco, depois o nome do clã *(nomen)* — Cornélio, Túlio, Júlio, e por fim o nome de família *(cognomen)* — Cipião, Cícero, César. As mulheres freqüentemente se designavam pelo nome do clã — Túlia, Júlia, Cornélia, Cláudia. E como no começo só houvesse uns 15 nomes masculinos, que tendiam a repetir-se confusamente no decorrer de muitas gerações da mesma família, a solução foi reduzi-los a uma inicial acrescentando um quarto e mesmo um quinto nome individualizante. Assim, P. Cornélio Cipião Africano Maior, o vencedor de Aníbal, diferenciava-se de P. Cornélio Cipião Emiliano Africano Menor, o destruidor de Cartago.

A criança era absorvida na mais fundamental e característica das instituições romanas — a família patriarcal. O pátrio poder mostrava-se quase absoluto, como se a família fosse organizada como unidade de um exército sempre em guerra. Só o pai tinha direitos na primitiva república; só ele podia comprar, possuir, vender propriedades ou fazer contratos; o próprio dote da esposa lhe pertencia. Se era esta acusada de um crime, ao marido cumpria julgá-la e puni-la, podendo condená-la à morte em caso de infidelidade ou de furto da chave da adega. Sobre os filhos tinha o pai o poder de matá-los ou vendê-los como escravos. Tudo quanto o filho adquirisse tornava-se legalmente propriedade do pai, e também não podia casar-se sem o consentimento paterno. A filha casada conservava-se sob o poder do pai, a não ser que este consentisse em casá-la *cum manu* — ou ser entregue à mão, ou ao poder do marido. Sobre os escravos tinha autoridade sem limites. Escravos, mulher e filhos eram para ele *mancipia* — literalmente "tomados na mão", e qualquer que fosse a idade ou o *status* desses subordinados, permaneciam em seu poder até que lhe aprouvesse emancipá-los — ou "soltá-los da mão". Esses direitos *paterfamilias* eram de algum modo atenuados pelos costumes, pela opinião pública, pelo conselho do clã e pela lei pretoriana, do contrário durariam até sua morte, não terminando nem com a demência — nem com sua própria desistência. Disso resultou a cimentação da unidade da família como a base moral do governo romano, e firmou a disciplina que iria levar o caráter romano ao estoicismo. O *pater* era mais duro em teoria do que na prática; os poderes extremos raramente eram usados e os outros raramente eram abusados. Tais poderes não anulavam a *pietas* natural, a afeição reverente, normal, ou mesmo o amor, entre pais e filhos. As estelas tumulares de Roma revelam-se tão afetuosas quanto as gregas ou os jazigos de hoje.

Como o desejo dos homens dota as mulheres de encantos mais potentes do que qualquer rei, o *status* da mulher em Roma não pode ser deduzido da sua incapacidade legal. Não podia aparecer nas cortes nem sequer como testemunha. Viúva, não podia reclamar nenhum direito dotal no acervo do marido, o qual tinha o poder, se quisesse, de não lhe legar coisa nenhuma. Em cada idade de sua vida estava a mulher sob a tutela de um homem — pai, irmão, marido, filho ou tutor — sem cujo consentimento não podia casar-se nem dispor de propriedade. Mas podia herdar, embora não acima de 100.000 sestércios ($15.000) — e podia possuir sem limites. Em muitos casos, tanto no começo como no fim, a mulher enriquecia em conseqüência de pôr o marido em nome dela o que tinha, a fim de livrar-se da bancarrota, de demandas de indenização, de taxas de transmissão e outros perigos. Na religião a mulher exercia o papel de sacerdotisa; quase todos os sacerdotes tinham esposa e perdiam o ofício quando a esposa falecia. Dentro da casa *(domus)* era a mulher honrada como a senhora, *mea domina* — madame, minha patroa. Não vivia como a grega confinada ao gineceu, ou cômodos das mulheres; fazia as refeições com o esposo, embora sentada enquanto ele se reclinava. Como quase todos os cidadãos tinham escravos, a mulher executava o mínimo de trabalho manual. Podia tecer, como signo de graça, mas sua principal função econômica era superintender os criados; em matéria de filhos, fazia questão de amamentá-los. E com profundo respeito e amor os filhos pagavam os pacientes cuidados da maternidade; já o marido raramente deixava que seus direitos legais perturbassem a paz caseira.

O pai e a mãe, a casa, a terra e as propriedades, os filhos solteiros ou casados, os netos, as noras, os escravos e agregados — tudo isto somava a *família* romana; não tanto

uma família como uma "casa"; não tanto um grupo aparentado como uma assembléia de pessoas e coisas possuídas ou sujeitas ao ascendente mais velho. Era dentro dessa miniatura social contendo em si as funções da família, da igreja, da escola, da indústria e do governo, que a criança romana se desenvolvia em piedade e obediência, e se transformava nos resolutos cidadãos daquele Estado invencível.

II. A RELIGIÃO DE ROMA

1. Os Deuses

A família romana era uma associação de pessoas com coisas e também uma associação de pessoas e coisas com os deuses. Centro e fonte da religião, da moral, da economia e do Estado, cada parte da propriedade da família e cada aspecto de sua existência estavam em solene intimidade com o mundo espiritual. Por meio do eloqüente silêncio do exemplo, a criança aprendia que o fogo perpétuo da lareira era a substância da deusa Vesta, a sagrada flama simbolizadora da vida e da continuidade da família, e que, portanto, não devia nunca ser apagado e sim cuidado com "religioso" carinho, além de alimentado com uma parte de cada refeição. Sobre a lareira a criança via as pequenas imagens coroadas de flores, representativas dos deuses ou espíritos da família, o deus Lar, que guardava os campos e as construções, e os Penates, ou os deuses do interior, protetores da abundância da casa. Invisível mas poderoso, pairando sobre a soleira, estava Jano, o deus de duas caras, não para enganar, mas para guardar tanto a entrada como a saída. A criança aprendia que seu pai era a personificação de um *genius* caseiro, ou poder gerador que não morria com o corpo e tinha de ser perpetuamente nutrido na campa. A mãe era também a portadora de uma deidade e tinha de ser tratada como divina; tinha uma *Juno* dentro de si, o espírito de sua capacidade de gestar, como o pai tinha dentro de si o *genius* com poder de gerar. Também o filho tinha em si o seu *genius* ou *Juno,* como alma e anjo da guarda — uma divina amêndoa da casca mortal. Por toda parte em seu redor (era o que a criança ouvia dizer), rondavam os vigilantes *Di Manes,* ou Sombras Benignas dos antepassados masculinos, cujas máscaras mortuárias ela via nas paredes, advertindo-a a não se afastar da senda de seus maiores e lembrando-lhe que a família não se compunha apenas dos poucos indivíduos daquele momento, mas também dos que tinham vivido no passado e iam viver no futuro, formando uma multidão espiritual e uma unidade eterna.

Outros espíritos acudiam em ajuda da criança, à proporção que ia crescendo. Cuba velava-lhe o sono, Abeona guiava-lhe os primeiros passos, Fabulina ensinava-lhe a falar. Quando saía de casa, ia a criança por toda parte sentindo deuses e mais deuses. A própria terra era uma deidade: às vezes Tellus ou Terra Mater, às vezes Marte — símbolos do solo que a criança pisava e de sua divina fertilidade; às vezes Bona Dea, a Boa Deusa, que proporcionava às mulheres e ao solo o poder de produzir. No campo havia para cada coisa um deus beneficente. Pomona, para os pomares; Fauno, para o gado; Pales, para os pastos; Stercules, para o esterco; Saturno, para as semeaduras; Ceres, para as colheitas, Fornax, para o pão ao forno; Vulcano, para o fogo. As divisas da propriedade eram guardadas pelo grande deus Terminus, figurado e adorado nas pedras ou árvores assinaladoras dos limites. Outras religiões punham os deuses no céu e também o romano concebia deuses lá; mas sua piedade mais profunda e suas propiciações mais sinceras iam-se para a terra como a fonte e a mãe de sua vida, o abrigo de seus mortos e o seio mágico que amamentava a semente. No mês de dezembro os deuses Lares do solo eram adorados na

alegre Festa das Encruzilhadas, ou *Compitalia;* em cada janeiro, ricas oferendas propiciavam a Tellus, para bem das coisas plantadas; cada maio os sacerdotes da Irmandade do Arval (ou Aramento) saíam à frente de uma procissão pelas divisas dos campos, para enfeitar com flores as pedras terminais e espargi-las com o sangue sacrificial, e ao mesmo tempo pedir a Marte (a Terra) frutos abundantes. E desse modo a religião santificava a propriedade, aquietava disputas, enquanto poética e dramaticamente enobrecia o labor dos campos e fortificava o corpo e a alma com fé e esperança.

Ao contrário dos gregos, os romanos não atribuíam forma humana as suas deidades; denominavam-nas simplesmente *numina,* ou espíritos, que às vezes eram puras abstrações, como Saúde, Mocidade, Memória, Fortuna, Honra, Esperança, Medo, Virtude, Castidade, Concórdia, Vitória ou Roma. Alguns deles, como os Lêmures ou Fantasmas, equivaliam a espíritos de doença, de difícil propiciação. Alguns eram espíritos da estação, como Maia, a alma do mês de maio, outros eram deuses das águas, como Netuno, ou espírito das selvas, como Silvano, ou deuses que moravam dentro das árvores. Alguns viviam nos animais sagrados, o cavalo ou o touro sacrificado, ou os gansos sagrados que uma travessa piedade mantinha intangíveis no Capitólio. Alguns eram espíritos da procriação: Tutumus cuidava da concepção, Lucina protegia a menstruação e o parto. Priapo, o deus grego da fecundidade, muito cedo se mudou para Roma: virgens e matronas (de acordo com o testemunho indignado de Santo Agostinho) sentavam-se no membro viril de sua estátua para assegurar a prenhez;[2] escandalosas figuras de Priapo adornavam muitos jardins e pequenas imagens fálicas eram usadas pelas pessoas simples para favorecer a fecundidade, dar sorte ou evitar o mau-olhado.[3] Nunca teve uma religião tantas divindades. Varrão calculava-as em 30.000 e Petrônio queixava-se de que em algumas cidades da Itália havia mais deuses do que gente. Mas *deus* para o romano significava ao mesmo tempo santo e deus.

Sob esses conceitos básicos refervia a massa polimorfa das fés populares no animismo, fetichismo, totemismo, magia, milagrismo, encantamentos, superstições e tabus, numerosas advindas da Itália pré-histórica e talvez da Ásia, através dos ancestrais indo-europeus. Muitos objetos, lugares ou pessoas eram sagrados *(sacer)* e portanto tabus — não podiam ser tocados ou profanados, como, por exemplo, os recém-nascidos, as mulheres menstruadas, os condenados por crime. Usavam-se centenas de fórmulas verbais ou jeitos mecânicos para a realização de fins naturais por meio de agências sobrenaturais. Toda gente usava amuletos. quase todas as crianças traziam *bulla*, ou talismã de ouro, ao pescoço. Pequenas imagens pendiam das árvores ou portas, para afugentar os maus espíritos. Feitiços e encantamentos tinham largo uso para evitar desastres, curar doenças, fazer chover, destruir um exército, prejudicar as culturas do inimigo ou fazer mal pessoalmente. "Todos temos medo", disse Plínio, "de pragas e feitiços."[4] Feiticeiras aparecem em Horácio, Virgílio, Luciano, Tibulo. Davam-nas como comedoras de cobras, seres que voavam à noite, preparavam venenos com ervas secretas, matavam crianças e reviviam os mortos. Com exceção de uns poucos cépticos, todos acreditavam em milagres e portentos, em imagens que falavam ou suavam,[5] em deuses que desciam do Olimpo para lutar a favor de Roma, em dias aziagos e dias de sorte, no presságio do futuro por meio de estranhos acontecimentos. A história de Tito Lívio menciona com a maior gravidade centenas de tais portentos; e de tal modo Plínio, o Velho, enche com eles seus livros, que bem poderiam chamar-se *História Sobrenatural.* A coisa mais séria no comércio, no governo ou na guerra podia ser deferida, ou finalizada, ao anúncio de um presságio desfavorável, como entranhas anormais em animal sacrificado ou uma trovoada em certo momento, inesperada.

Tudo fazia o Estado para combater esses excessos — precisamente chamados *superstitiones*. Mas ao mesmo tempo explorava a piedade do povo com o fim de favorecer a estabilidade social e do governo. Adaptou as deidades rurais à vida urbana, construiu uma lareira nacional consagrada à deusa Vesta e instituiu um colégio de Virgens Vestais para o serviço do fogo sagrado da cidade. Dos deuses da família, dos campos e das aldeias tirou os *di indigetes* do Estado — os deuses indígenas ou nativos — e dotou-os de uma solene e pitoresca adoração em nome de todos os cidadãos.

Entre estes deuses nacionais era Júpiter ou Jove o favorito, embora ainda não fosse o rei dos deuses, como Zeus. Nos primeiros séculos Jove não passava de uma força meio impessoal: a amplidão do céu, a luz do sol ou da lua, o raio e o trovão, ou, como Júpiter Pluvius, a "chuvinha criadora"; mesmo Virgílio e Horácio usam às vezes "Jove" como sinônimo de chuva ou céu.[6] Em tempo de seca as mais ricas damas de Roma galgavam em procissão, descalças, o Monte Capitolino, rumo ao templo de Júpiter Tonante — Jove, o Trovejante — para pedir chuva. O nome Júpiter é provavelmente corruptela de Diuspater, ou Diespiter, Pai do céu. Talvez nos começos se confundisse com Janus, na origem Dianus: primeiramente, o espírito de duas caras que tomava conta da porta da frente e dos fundos; depois, das portas da cidade; por fim, de qualquer abertura ou começo, como o do dia ou do ano. Os portais de seu templo só se abriam plenamente por ocasião das guerras, a fim de que o deus saísse e fosse, com os exércitos de Roma, combater os deuses do inimigo. Velho como Júpiter no respeito do povo, vemos Marte, no começo deus da lavoura, depois deus da guerra e por fim quase um símbolo de Roma; cada tribo da Itália dava seu nome a um mês do ano. De igual antiguidade era Saturno, o deus nacional das sementeiras *(sata)*. Pintava-o a lenda como o rei pré-histórico que havia reunido as tribos sob a mesma lei, ensinara-lhes a agricultura e estabelecera a paz e a ausência de classes no *Saturnia regna* — a Idade de Ouro do reino de Saturno.

Menos poderosas, porém mais amadas dos romanos, eram as deusas. Juno Regina, a rainha do céu, o gênio protetor da feminilidade, da maternidade e do casamento; seu mês, junho,[7] era o recomendado para o casamento feliz. Minerva, a deusa da sabedoria *(mens)* ou da memória, dos ofícios e associações, dos atores, músicos e escribas; o *Palladium*, de que a segurança de Roma dependia, era uma imagem de Palas Minerva plenamente armada, que por meio do amor e da guerra Enéias havia trazido de Tróia. A Vênus, o espírito do desejo, da união sexual, da fecundidade, consagravam-lhe abril, o mês da abertura dos botões *(aperire)*; poetas como Lucrécio e Ovídio nela encontravam a amorosa origem de todos os seres vivos. Diana, a deusa da lua, das mulheres e do parto, das caçadas, dos bosques e de seus habitantes silvestres, era um espírito de árvore trazido de Arícia quando essa parte do Lácio caiu em poder de Roma. Próximo de Arícia ficava o lago e o bosque de Nemi, onde se erguia o santuário de Diana, ponto de peregrinação dos crentes na tradição de que ali a deusa se conjugara com Vírbio, o primeiro "Rei das Florestas". Para assegurar a fecundidade de Diana e do solo, os sucessores de Vírbio — todos sacerdotes e esposos da caçadora — eram substituídos, cada um a seu turno, por um vigoroso escravo; esse escravo tomava como talismã um broto de visco (o Ramo de Ouro), tirado do carvalho sagrado da floresta, atacava e matava o rei — um costume que perdurou até o século II de nossa era.[8]

Temos aqui os deuses maiores da adoração oficial romana. Existiam os menores, mas não menos populares, também deidades nacionais. Hércules, deus da alegria e

do vinho, que não se pejava de divertir-se alegremente com o sacristão de seu templo diante de uma cortesã;[9] Mercúrio, o patrono dos negociantes, oradores e ladrões; Ops, deusa da riqueza; Belona, deusa da guerra; e inúmeros outros. Com a expansão da cidade surgiram divindades novas — *di novensiles*. Às vezes punha Roma no Panteão o deus de uma cidade vencida como signo e segurança da conquista; assim foi a Juno de Veios levada em cativeiro para Roma. Reversamente, quando os cidadãos de uma comunidade eram mudados para a capital, lá iam com eles os deuses, para amenizar o transplante; o mesmo fazem hoje os imigrantes que se mudam para a América. Os romanos não duvidavam da existência desses deuses de fora; muitos acreditavam que trazida a imagem vinha com ela o deus; outros queriam que a imagem fosse o próprio deus.[10]

Alguns dos *di novensiles* passaram de conquistados a conquistadores; insinuaram-se em Roma por meio do contacto comercial, militar e cultural com a civilização grega — primeiro na Campânia, depois na Sicília, finalmente na própria Grécia. Havia algo de frio e impessoal nos deuses da religião do Estado; eram deuses que podiam ser subornados com oferendas, mas não proporcionavam satisfação e inspiração; já os da Grécia apresentavam-se muito mais humanos, ricos de aventura, humor e poesia. A população romana os recebeu com entusiasmo, erigiu-lhes templos e gostosamente lhes aceitou o ritual. O sacerdócio, contente de alistar esses novos policiais no serviço da ordem e do contentamento público, admitiu os deuses gregos na divina família romana e, sempre que foi possível, fundiu-os com as divindades indígenas mais afins. Em 496 a. C. entraram em Roma Deméter e Dioniso, que ficaram adidos a Ceres e Líber (deus da uva); 12 anos mais tarde foram recebidos Castor e Pólux, que se tornaram os protetores de Roma; em 431 foi erguido um templo a Apolo, o Curador, com a esperança de que ele dominasse uma peste; em 294 Asclépio, o deus grego da medicina, passou-se de Epidauro para Roma sob forma de uma grande serpente,[11] e surgiu em sua honra um templo-hospital numa ilha do Tibre. Crono foi aceito como modalidade de Saturno, Possêidon identificou-se com Netuno, Ártemis com Diana, Hefesto com Vulcano, Héracles com Hércules, Hades com Plutão, Hermes com Mercúrio. Graças à colaboração dos poetas, Júpiter foi elevado à posição de outro Zeus — severo testemunho e guardião dos juramentos, juiz da moral, zelador das leis, deus de deuses; e lentamente os romanos educados foram-se preparando para os credos monoteísticos do estoicismo, do judaísmo e do cristianismo.

2. *Os Sacerdotes*

Para apaziguar ou conquistar o apoio desses deuses, a Itália utilizava-se de um bem organizado corpo de sacerdotes. No lar era o pai o sacerdote, mas a adoração pública tinha para conduzi-la diversos *collegia* — associações — de sacerdotes sob a chefia de um *pontifex maximus* eleito pelas centúrias. Nenhum treino especial se requeria para a entrada nesses sagrados colégios, qualquer cidadão cabia neles; os sacerdotes não formavam nenhuma ordem separada ou casta, e nada valiam politicamente, exceto como instrumentos do Estado. Recebiam a renda de certas propriedades e dispunham de escravos para servi-los; e através das gerações foram-se enriquecendo em virtude do acúmulo de legados pios.

No século III a. C. o principal colégio pontificial tinha nove membros que guardavam os anais históricos e arquivavam as leis, faziam auspícios, ofereciam sacrifícios e a cada cinco anos purificavam Roma na cerimônia lustral. No desempenho dos ritos eram os pontífices ajudados por 15 *flamines* — mantenedores das chamas sacrificiais. Outros colégios menores tinham funções específicas: os Salii, ou Saltadores, anunciavam o Ano-Novo com uma dança ritual dedicada a Marte; os *fetiales* santificavam a ratificação dos tratados e as declarações de guerra; e os *Luperci*, ou Irmandade do Lobo, conduziam o estranho rito das *Lupercalia*. O colégio das Virgens Vestais zelava pela lareira do Estado, e diariamente a borrifava com a sagrada linfa da fonte Egéria. Essas freiras vestidas de branco e de véu da mesma cor eram tomadas ainda meninas de seis a 10 anos; faziam voto de virgindade e serviço por 30 anos, mas em compensação beneficiavam-se de honras públicas e privilégios. As culpadas de relações sexuais eram flageladas e enterradas vivas; os historiadores romanos referem 12 casos desse castigo. Depois dos 30 anos de serviço eram livres de deixá-lo e casar-se, mas poucas o faziam.[12]

O mais influente dos colégios sacerdotais era o dos nove áugures dedicados ao estudo da vontade dos deuses, no começo pela observação do vôo das aves (As palavras *augur* — portador de aves [aves-gero], e *auspice* — inspeção de aves [aves-spicio] provêm do primeiro processo empregado. Os homens primitivos haviam realmente aprendido a prever o tempo por meio do movimento das aves) e mais tarde pelo exame das entranhas dos animais sacrificados. Antes de qualquer ato importante de política, de governo ou guerra, "auspícios eram tomados" pelos magistrados e interpretados pelos áugures ou pelos *haruspices* — inspecionadores de fígados — cuja arte vinha da Etrúria, da Caldéia e de mais longe ainda. E como ocasionalmente os sacerdotes se deixassem levar pelo dinheiro, os augúrios ajustavam-se às necessidades do comprador; uma legislação inconveniente, por exemplo, podia ser barrada com o anúncio de que os auspícios eram desfavoráveis ao prosseguimento do processo naquele dia, e por meio de auspícios "favoráveis" podia a Assembléia votar uma guerra.[13] Nas grandes crises do Estado o governo sondava a vontade dos céus por meio de consulta aos Livros Sibilinos — os arquivados oráculos da Sibila, ou sacerdotisa de Apolo em Cumas. Com esses meios, e ocasionais deputações ao oráculo de Delfos, a aristocracia influenciava o povo, levando-o para onde queria.[14]

O ritual da adoração visava apenas conseguir por meio de sacrifícios a boa vontade de um deus ou evitar-lhe a cólera. Para dar resultado, diziam os sacerdotes, a cerimônia tinha de ser feita com a precisão de palavras e movimentos que só o clero alcança. Qualquer erro ou engano que ocorresse e o rito era repetido — e assim 20, 30 vezes. *Religio* significava a realização do ritual com religioso cuidado.[15] A essência da cerimônia estava no sacrifício — literalmente, fazer *sacer* uma coisa, isto é, fazê-lo pertencer a um deus. No lar o sacrifício reduzia-se normalmente a um pedaço de bolo ou um pouco de vinho colocado sobre a lareira ou lançado ao fogo; nas aldeias eram as primícias das colheitas, ou um carneiro, um cão, um leitãozinho; nas grandes ocasiões, um cavalo, um porco, um touro ou um carneiro; e nas ocasiões supremas abatiam-se aos três juntos na *su-ove-taur-ilia*. As sagradas fórmulas pronunciadas sobre a vítima encaminhavam-se ao deus visado; neste sentido o próprio deus era sacrificado;[16] e como só as vísceras fossem queimadas no altar, indo o resto para o estômago dos sacerdotes e dos fiéis, a força e a glória do deus transmitiam-se para os adoradores. Primitivamente se sacrificavam vítimas humanas, como o indica a lei de 97 a. C. proibindo-o. Como variante destas idéias podia um homem oferecer sua vida ao Estado; assim fizeram os Décios, e fez Marco Cúrcio, quando, para propiciar os poderes subterrâneos, lançou-se a uma fenda que o terremoto havia aberto no Fórum — e diz a história que o abismo se fechou e tudo ficou muito bem.[17]

Mais agradável era a cerimônia da purificação de searas ou rebanhos, de uma cidade ou de um exército. Uma procissão fazia volta em redor do purificando, com preces e sacrifícios para que as más influências fossem afastadas e com elas o infortúnio. A prece ainda estava muito ligada aos encantamentos mágicos; a palavra latina para prece, *carmen*, significa ao mesmo tempo canto e *encanto*, e francamente Plínio admite a oração como forma verbal de magia.[18] Se a *carmen* era corretamente recitada a certo deus, de acordo com o *indigitamenta*, ou o rol dos deuses compilado e conservado pelos sacerdotes, o pedido feito recebia deferimento, e se o não era, a culpa cabia a qualquer erro no ritual. Aparentado com a magia era o *vota* ou as oferendas votadas ao deus para ganhar-lhe a boa vontade; em conseqüência de tais votos, ergueram-se

grandes templos. A quantidade de oferendas votivas encontradas nas ruínas de Roma indica que a religião do povo se aquecia com piedade e gratidão, num sentimento de intimidade com as forças ocultas da natureza, com as quais o homem queria estar harmonizado. Já a religião do Estado era meramente formal e fria, uma espécie de relação legal e contratual entre o governo e os deuses. Quando vieram novos cultos do Oriente conquistado, foi a adoração oficial a que primeiro declinou, a fé pitoresca e sincera do campo sobreviveu. O cristianismo vitorioso rendeu-se em parte, e sabiamente encampou muita daquela fé e muitos daqueles rituais — e sob novas formas e novas palavras essa fé e esses rituais até hoje persistem no mundo latino.

3. Festivais

Se a adoração oficial era triste e árida, seus festivais a redimiam, mostrando homens e deuses sob melhor aspecto. Distribuía-se pelo ano uma centena de dias santos ou feriados *(feriae)*, inclusive o primeiro de cada mês e às vezes o quinto e o décimo quinto. Algumas destas *fariae* eram consagradas aos mortos ou aos espíritos do mundo subterrâneo; as cerimônias nesses dias realizadas eram "apotropaicas", visavam acalmar o morto e desviar-lhe a cólera. De 11 a 13 de maio as famílias comemoravam com sagrado terror a festa dos *Lemures*, ou almas dos mortos; o pai da família lançava da boca feijões-pretos e exclamava: "Com estes feijões eu redimo a mim mesmo e aos meus. ... Sombras de meus antepassados, ide-vos!" A *Parentalia* e a *Feralia* em fevereiro também tinham por fim propiciar os temidos mortos. Mas em regra os festivais não passavam de ensejo para a folgança, e freqüentemente, na plebe, para a plena liberdade sexual; em tais dias (fala um tipo de Plauto), "Podes comer o que quiseres, ir para onde te aprouver... e amar à vontade, contanto que te abstenhas das mulheres casadas, das viúvas, das virgens e dos rapazes livres",[20] aparentemente ainda havia muito campo para o amor.

A 15 de fevereiro realizava-se a estranha festa da *Lupercalia*, consagrada ao deus Fauno, o afastador dos lobos *(lupercus)*; sacrificavam-se bodes e carneiros, e os *luperci*, ou sacerdotes das lupercais, com apenas uma tanga de pele de bode, corriam em torno do Palatino, rogando a Fauno que expulsasse os maus espíritos e batendo nas mulheres com chicotes de couro dos animais sacrificados — para purificá-las e torná-las fecundas; depois lançavam-se no Tibre bonecos de palha a fim de apaziguar o deus do rio, que no furor das cheias costumava tomar vítimas humanas. A 15 de março os pobres emergiam de seus casebres e, como os judeus na festa dos Tabernáculos, levantavam tendas no Campo de Marte, lá celebravam o Ano-Novo e pediam à deusa Anna Perenna (Roda dos Anos), tantos mais anos de vida quantos copos de vinho bebessem.[21] No mês de abril comemoravam-se seis festas, entre as quais a *Floralia* — a festa de Flora, deusa da primavera e das flores, uma folgança de seis dias de vinho e promiscuidade. No primeiro dia de maio caía a festa da Boa Deusa, Bona Dea. A 9, 11 e 13 de maio, Liber e Libera, o deus e a deusa da uva, eram celebrados na *Liberalia*; o falus, símbolo da fecundidade, era francamente honrado por alegres multidões de homens e mulheres.[22] No fim do mês a Irmandade Arval guiava o povo na solene mas alegre *Ambarvalia*. Os deuses passavam sem festas todo o outono, já asseguradas que estavam as colheitas, mas eram de novo muito festejados em dezembro. A *Saturnalia* ia de 17 a 23, nela se celebravam as semeaduras do ano próximo e o reino desprovido de classes de Saturno; trocavam-se presentes, permitiam-se muitas liberdades; momentaneamente desaparecia a distinção entre o homem livre e o escravo, e às vezes até se invertiam os papéis: os escravos podiam sentar-se com seu senhores e dar-lhes ordens, ou com eles ralhar, e os senhora os serviam como se escravos fossem, e só comiam depois deles.[23]

Estas festas, sempre de fundo agrícola, permaneceram populares nas cidades e sobreviveram a todas as vicissitudes até os séculos IV e V de nossa era. Tão numerosas

eram, que um dos primeiros cuidados do calendário romano consistia em alistá-las para orientação do povo. Segundo um velho costume italiano, o sacerdote-chefe convocava os cidadãos no começo de cada mês e declarava quais as festas a serem observadas nos seguintes 30 dias. Para os romanos, como também para os católicos e judeus de hoje, o calendário significava uma indicação sacerdotal dos dias santos e úteis, entremeada de informes legais, religiosos e astronômicos. A tradição atribui a Numa Pompílio o calendário em uso na cronologia romana até César. O ano dividia-se em 12 meses lunares, com intercalações que davam uma média de 366 dias por ano. Para remediar a "sobra de tempo", os pontífices foram autorizados (191 a.C.) a rever as intercalações, mas usavam dessa faculdade para dilatar ou encurtar as magistraturas que lhes agradavam ou desagradavam, de modo que lá pelo fim da República o calendário, já com um erro de três meses, não passava de monstruoso caos, filho da chicana.

Nas eras primitivas calculava-se o tempo pela altura do sol. Em 263 a.C. um relógio de sol foi trazido de Catana, Sicília, e colocado no Fórum; mas como Catana ficasse a quatro graus ao sul de Roma, o relógio não marcava certo e durante um século os sacerdotes não conseguiram realizar a necessária adaptação. Em 158 a. C. Cipião Nasica montou uma clepsidra, ou relógio de água. Os meses dividiam-se em três períodos, as calendas (primeiro), as nonas (5º ou 7º), e os idos (13º ou 15º); os dias eram indicados segundo a distância dessas linhas divisórias; assim, 12 de março era "o terceiro dia antes dos idos de março". A semana era marcada pelo *nundinae,* ou cada nove dias, quando a gente do campo vinha ao mercado das cidades. O ano começava com a primavera, e o primeiro mês, Martius, tinha o nome do deus da semeadura; depois vinha Aprilis, a germinação; Maius, mês de Maia ou talvez do aumento; Iunius, mês de Juno, ou possivelmente da prosperidade; depois, Quinctilis, Sextilis, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, nomeados segundo a ordem numérica no ano; depois, Janeiro, de Janus, e Fevereiro, de *februa,* ou objetos mágicos com que as pessoas podiam purificar-se. O nome "ano" vinha de *annus,* anel — como a significar que na realidade o tempo, o grande tempo, não tinha começo nem fim.

4. Religião e Caráter

Ajudaria esta religião o caráter dos romanos? De algum modo era imoral; a insistência do rito sugeria que os deuses não galardoavam o mérito das criaturas, mas sim as oferendas e fórmulas; e as preces eram sempre para obtenção de coisas materiais ou vitórias na guerra. As cerimônias davam teatralidade à vida do homem e do solo, mas multiplicavam-se, como se elas, e não a devoção da parte para com o todo, fossem a própria essência da religião. Com poucas exceções, os deuses não passavam de espíritos aterradores, sem nobreza nem qualidades morais.

Apesar disso a velha religião romana trabalhou pela moral, pela ordem e força do indivíduo, na família e no Estado. Antes que a criança chegasse à idade de duvidar, a fé já lhe havia moldado o caráter na disciplina, no dever, na dignidade. A religião dava à família apoio e sanções divinas: instilava nos pais e nos filhos um mútuo respeito e uma piedade jamais excedidas, dava dignidade e significação sacramental ao nascimento e à morte, estimulava a fidelidade conjugal e promovia a fecundidade quando ensinava ser a prole indispensável ao sossego dos mortos. Por meio de bem elaboradas cerimônias diante das tropas, levantava o moral dos soldados, induzindo-os a crer que

os deuses estavam lutando de seu lado. Fortalecia a lei emprestando-lhe origem divina e forma religiosa, fazendo do crime uma perturbação da ordem e da paz do céu, e colocando Jove como endossante de cada juramento. Cercava os atos públicos de cerimônias religiosas, precedia cada ato oficial com rituais e orações, e de tal modo fundia o Estado com os deuses, que a piedade e o patriotismo eram tudo um, e o amor à pátria tornou-se a paixão sem igual na história. A religião comparticipou da honra e da responsabilidade da família na formação daquele caráter de ferro que foi o segredo da dominação do mundo pelos romanos.

III. MORAL

Que espécie de moralidade emergiu desta vida na família e entre os deuses? De Ênio a Juvenal, a literatura romana idealizou as primeiras gerações e chorou a decadência da simplicidade e das virtudes antigas. Tais páginas também nos sugerem um contraste entre a Roma estóica de Fábio e a Roma epicurista de Nero. Mas cumpre não exagerar o contraste com uma visão tendenciosa. Houve epicuristas no tempo de Fábio, como houve estoicismo no tempo de Nero.

Do começo ao fim da história romana a moralidade sexual do homem comum permaneceu em essência a mesma: grosseira e livre, mas não incompatível com a vida familial. Nas classes altas exigia-se a virgindade das mulheres, e impressionantes histórias a exaltavam, porque o romano era dotado de um forte senso de propriedade e queria esposa segura, para que não houvesse possibilidade de serem seus bens herdados por um filho que não fosse seu. Mas em Roma, como na Grécia, a incontinência pré-marital nos homens não era censurada, se guardasse um decente respeito pelas hiprocrisias do mundo. Do primeiro Catão a Cícero[24] vemo-la expressamente justificada. O que aumenta com a civilização não é tanto a imoralidade de um ato, mas a oportunidade de praticá-lo. Na primitiva Roma havia poucas prostitutas. Proibiam-lhes o uso dos trajes matronais, indicativos da mulher de reputação, e confinavam-nas aos becos escusos de Roma e da sociedade romana. Ainda não havia cortesãs educadas como as heteras de Atenas ou as que posam nos versos de Ovídio.

Cedo casava-se o homem, em regra aos 20 anos, não por mero romantismo amoroso, mas com o sadio propósito de ter companheira, filhos e saudável vida sexual. Nas palavras cerimoniais das núpcias romanas era o casamento *liberum quaerendorum causa* — por amor à produção de filhos; no campo as crianças, do mesmo modo que as mulheres, equivaliam a valores econômicos, em vez de simples brinquedos biológicos. Os casamentos eram arranjados pelos pais, e muitas vezes desde a infância. E em todas as hipóteses exigia-se o consentimento do pai e da mãe. Esponsais solenes já constituíam um passo legal. Os parentes reuniam-se em festa para testemunhar o contrato nupcial; quebrava-se entre as partes uma *stipula,* ou palha, como sinal do acordo, e as estipulações, sobretudo concernentes ao dote, eram feitas por escrito, o homem punha um anel de ferro no quarto dedo da mão esquerda da noiva porque, segundo a crença, dali partia um nervo para o coração.[25] A idade legal mínima do casamento era de 12 anos para a mulher e 14 para o homem. A primitiva lei romana instituiu o casamento obrigatório,[26] mas quando em 413 a. C. Camilo impôs uma taxa sobre os solteiros, já devia ser letra morta aquela obrigatoriedade.

O casamento podia ser *cum manu* e *sine manu* — com ou sem entrega da noiva e suas posses à autoridade do marido ou sogro. O casamento *sine manu* dispensava a ce-

rimônia religiosa, só exigindo o consentimento dos nubentes. O casamento *cum manu* podia ser por *usus* — um ano de coabitação; ou por *coemptio* — compra; ou por *confarreatio* (literalmente, comer junto um bolo) o qual exigia cerimônia religiosa e só se usava entre os patrícios. O casamento por compra desapareceu muito cedo ou passou ao reverso; o comprado com o dote entrou a ser o homem. Ficava o dote à disposição do marido, mas seu equivalente tinha de voltar à mulher em caso de separação ou sobrevivência. A celebração do casamento se fazia com muita festa, sempre na casa da noiva; de lá partiam em alegre farrancho para a casa do pai do noivo, ao som das flautas, cantos nupciais e brincadeiras rabelaisianas. À chegada, perguntava o noivo à moça: "Quem és tu?" e ela respondia com uma fórmula de devoção, igualdade e unidade: "Se és Caio, então sou Caia." Ele a erguia e depunha-a na soleira, apresentava-lhe as chaves da casa e os dois metiam o pescoço em um jugo para significar a prisão de ambos num laço comum, daí ser o casamento chamado *coniugium* — um encangamento. Comemorando a entrada da noiva em sua família, o noivo tomava parte com os outros na adoração dos deuses caseiros.

Era difícil o divórcio, e raro, nos casamentos por *confarreatio;* os *cum manu* só podiam ser dissolvidos pelo homem; nos *sine manu* o divórcio dependia de ambas as partes, à vontade, e não impunha o consentimento do Estado. O primeiro divórcio que a história menciona ocorreu em 268 a. C., e diz a tradição, muito suspeita aliás, que antes disso jamais ocorrera nenhum, desde a fundação da cidade.[27] A lei do clã exigia que o homem se divorciasse da esposa infiel ou estéril. "Se encontrares tua mulher em ato de adultério", diz Catão, "a lei permite que a mates sem julgamento. Se ela te surpreende na mesma condição, não deve tocar-te nem com a ponta do dedo — a lei o proíbe."[28] Apesar destas distinções havia aparentemente muitos matrimônios felizes. Os túmulos romanos refletem a afeição conjugal. Uma inscrição honra certa dama que serviu bem a dois maridos.

> Foste sumamente bela, Statilia, e verdadeira a teus dois maridos!... O primeiro, se houvesse resistido aos fados, teria dedicado a ti esta pedra; enquanto que eu, ai, que durante estes 16 anos fui abençoado pelo teu puro coração, agora te perdi.[29]

As moças da primitiva Roma não seriam tão lindas como as da Roma no apogeu, às quais o entendido Catulo atribuía *laneum latusculum manusque mollicellas*[30] — "ilhargas macias como lã e mãos pequeninas". Naqueles dias rurais o trabalho estragava muito depressa a beleza adolescente. As feições da mulher romana revelavam-se classicamente regulares, nariz pequeno e fino, cabelos e olhos negros. As louras eram raras e bem cotadas como as tinturas alemãs que as fazem assim. Quanto ao homem romano, era mais impressionante que belo. A severidade da educação e os anos de vida militar endureciam-lhe o rosto, como as molezas de mais tarde os tornaram flácidos. Cleópatra devia ter amado Antônio por algo mais que suas faces inchadas pelo vinho e teria amado César por qualquer outro encanto que não seu nariz e sua cabeça de águia. O nariz tinha algo do caráter romano — pontudo e tortuoso. Barbas e cabelos compridos estiveram em uso até 300 a. C., quando os barbeiros entraram a prosperar em Roma. O vestuário, era essencialmente grego. Rapazes e raparigas, magistrados e altos sacerdotes usavam a *toga praetexta,* com franja púrpura; aos 16 anos o rapaz adotava a *toga virilis* — a veste branca da virilidade, como símbolo do direito de votar nas Assembléias e do dever de servir no exército. Dentro de casa as mulheres

usavam a *stola,* um vestido que chegava até aos pés, preso por cinto sob os seios; ao ar livre cobriam-se com a *palla,* ou capa. Dentro de casa os homens vestiam uma simples *tunica* ou camisa, e fora, a toga, e às vezes um manto. A toga (de *tegere,* cobrir) era uma veste de lã de uma só peça, duas vezes a largura e três vezes a altura de quem a usava. Enleada no corpo e trançada, o braço e o ombro esquerdos ficavam cobertos e o braço e o ombro direitos, livres. As dobras à altura do peito serviam de bolsos.

Os romanos da alta classe cultivavam uma severa dignidade *(gravitas)* como atitude indispensável a uma aristocracia que governou um povo, depois uma península, depois um Império. Sentimentos de ternura, só na vida privada; em público o homem tinha de ser severo como uma estátua e esconder sob a máscara da austeridade a excitabilidade e o humor que gritam não só nas comédias de Plauto como nos discursos de Cícero. E mesmo na vida privada tinham os romanos dos primeiros tempos de viver espartanamente. Os requintes do vestuário e da mesa incorriam na reprovação do censor; mesmo a lavoura desleixada podia provocar a interferência de um Catão. Na Primeira Guerra Púnica, os embaixadores cartagineses de volta de Roma divertiam os ricos mercadores de Cartago com a história dos mesmos talheres de prata que apareciam em todas as casas onde eram recebidos: um jogo de talheres, que passava secretamente de uma casa para outra, era bastante para todo o patriciado romano. Por esse tempo os senadores sentavam-se em bancos de pau em uma *curia,* ou *hall*, jamais aquecido no inverno.

Mas entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica a riqueza e o luxo começaram a mostrar-se. Aníbal juntou uma boa quantidade de anéis tirados dos romanos mortos em Canas,[31] e repetidamente (quer dizer que inutilmente) leis suntuárias proibiram jóias, trajes vistosos e mesa requintada. No século III a. C. o cardápio do romano médio ainda se mantinha simples: primeira refeição *(ientaculum)* de pão com mel, azeitonas e queijo; lanche (*prandium*) e jantar (*cena*) de cereais, verduras e frutas; só os ricos dispunham de peixe e carne.[32] O vinho, usualmente com água, figurava em quase todas as mesas; tomar vinho puro era sinal de intemperança. Festas e banquetes constituíam o necessário recreio dessa idade estóica, os que a isso refugiavam tornavam-se muito tensos, mostrando a fadiga nervosa que aparece nos retratos chegados até nós.

A caridade tinha muito pequeno campo nesta vida frugal. A hospitalidade sobreviveu como conveniência mútua, em um tempo de estalagens pobres e muito afastadas uma da outra, mas Políbio, tão admirador dos romanos, conta que "em Roma ninguém dá nada a ninguém, se pode"[33] — o que é evidentemente exagero. Os moços mostravam-se bondosos para com os velhos, mas de maneira geral as graças e cortesias da vida começaram a aparecer em Roma quando a República começou a morrer. A guerra e a conquista moldavam a moral e os costumes, deixando o homem grosseiro e duro, preparado para matar sem dó e ser morto sem queixumes. Aos prisioneiros de guerra vendiam-nos como escravos aos milhares, exceto se fossem reis ou generais. Estes recebiam a morte no triunfo vitorioso ou eram deixados morrer de fome. No mundo comercial tomavam estas qualidades o mais belo aspecto. Os romanos gostavam de dinheiro, mas Políbio (160 a. C.) os descreve como industriosos e honrados; um grego, diz esse grego, não pode deixar de defraudar, por mais olhos fiscais que tenha em cima, mas os romanos manipulam grandes somas dos dinheiros públicos com muito poucos casos de desonestidade comprovada.[34] Cumpre, entretanto, notar que uma lei contra a fraude eleitoral foi votada em 432 a. C. Os historiadores romanos contam

que a integridade política chegou ao apogeu nos primeiros três séculos da República, mas levantam a suspeita ao se referirem com altos louvores a Valério Corvo, que depois de ocupar 21 cargos na magistratura voltou a suas terras tão pobre como quando veio; ou quando se referem a Curius Dentatus, que nada guardou dos despojos tomados aos inimigos; e a Fábio Pictor e seus companheiros, que entregaram ao tesouro público os ricos presentes recebidos numa embaixada ao Egito.[35] Amigos davam de empréstimo grandes somas sem cobrar juros. O governo romano incidia em freqüentes traições no trato com os outros povos, e nas relações exteriores talvez se revelasse o Império mais honesto que a República. Mas o Senado recusou-se a aprovar o envenenamento de Pirro e preveniu-o da conspiração. Quando, depois de Canas, Aníbal enviou a Roma, sob palavra de que voltariam, 10 prisioneiros para a negociação do resgate de outros oito mil, só um não cumpriu a palavra; o Senado fê-lo prender e devolver algemado a Aníbal, cuja alegria naquela vitória, diz Políbio, "não foi tão grande quanto sua tristeza ao verificar como eram firmes os romanos".[36]

Em resumo, o típico romano educado era naquele tempo ordeiro, conservador, leal, sóbrio, reverente, tenaz, severo e prático. Apreciava a disciplina e não tinha idéias absurdas a respeito da liberdade. Sabia obedecer, como indispensável preparo para o comando. Admitia ter o governo o direito de inquirir tanto na sua moral como na sua renda, e de avaliá-lo segundo seus serviços ao Estado. O romano desconfiava da individualidade e do gênio. Não havia nele nada do encanto, da vivacidade e instável influência dos gregos de Atenas. Os romanos admiravam a vontade e o caráter como os gregos admiravam a liberdade e a inteligência. Não eram homens de imaginação, nem mesmo para criar uma mitologia própria. Podiam com algum esforço amar a beleza, mas raramente criá-la. Não havia entre eles uso para a ciência pura, e suspeitavam da filosofia como um diabólico dissolvente dos velhos credos e métodos. De nenhum modo podia o romano compreender Platão, ou Arquimedes, ou Cristo. Só podia governar o mundo.

IV. LETRAS

Na formação do romano entraram além da família, da religião e da moral, a escola, a língua e a literatura, embora em grau menor. Plutarco localiza a primeira escola mais ou menos em 250 a.C.;[37] mas Tito Lívio, talvez romanceando, descreve Virgínia, a desejada do decênviro, como "indo para uma escola de gramática do Fórum", lá pelo ano 450 a. C.[38] A exigência de leis escritas e a publicação das Doze Tábuas sugerem que naquele tempo já a maioria dos cidadãos podia ler.

O professor era em regra um escravo ou liberto, empregado por diversas famílias para instruir os filhos, ou que montava sua escola particular e recebia qualquer aluno que aparecesse. Ensinava leitura, escrita, gramática, aritmética, história e obediência; a educação moral era básica e contínua; discípulo e disciplina eram quase a mesma palavra. O treino da memória e do caráter fazia-se com a memorização das Doze Tábuas da lei. Notou Heine que os "os romanos não teriam tido tempo de conquistar o mundo se tivessem de aprender latim".[39] Mas a verdade é que também tinham de conjugar os verbos irregulares latinos e logo depois também de aprender o grego. Por meio da prosa e do verso os rapazes familiarizavam-se com as façanhas de sua pátria e seus heróis, e recebiam muitas lições patrióticas por meio da leitura de episódios edificantes jamais ocorridos. Nenhuma atenção era dada à ginástica; os romanos prefe-

riam enrijar o corpo em trabalhos úteis nos campos ou acampamentos a fazê-los em disputas nas palestras e ginásios.

A língua, como o povo, era prática e econômica, marcialmente cortante e breve; as sentenças e cláusulas em latim marcham em disciplinada subordinação rumo a um alvo. Mil similaridades ligam o latim dentro da família indo-européia, ao sânscrito, ao grego e às línguas célticas da Gália antiga, do País de Gales e da Irlanda. Era uma língua mais pobre que a grega, menos imaginosa e flexível, menos prestadia para a formação de compostos; Lucrécio e Cícero queixavam-se da limitação do vocabulário, da falta de nuanças sutis. Mas revelava o sonoroso esplendor, a força máscula que a tornou ideal para a oratória, e um frasear lógico e conciso muito adaptado à formulação das leis.

O alfabeto latino veio da Cálcis Eubéia, via Cumas e Etrúria.[40] Na mais velha inscrição latina, atribuída ao século VI a. C., todas as letras são gregas na forma. O C tinha o som do nosso K, o J equivalia ao Y, o V era o nosso U ou W — e as vogais, como no italiano de hoje. Os contemporâneos de Júlio César conheciam-no como *Yulius Kissar,* Cícero era *Kikero.*

Os romanos escreviam com tinta por meio de estilete metálico de ponta fendida *(calamus, stilus),* no começo, em folhas *(polia)* donde as nossas palavras modernas *folio* e *folha* (duas páginas); depois sobre tiras de embira *(liber)* e freqüentemente sobre tabuinhas brancas *(album)* de madeira encerada; finalmente, sobre couro, papel de linho e pergaminho. Como as formas escritas do latim resistissem mais às mudanças do que o latim falado, a linguagem literária foi divergindo cada vez mais do falar do povo, como hoje na moderna América ou na França. As melodiosas línguas românicas — italiano, português, francês, espanhol e romeno — evoluíram do cru latim popular, levado às províncias não pelos gramáticos e poetas mas pelos soldados, mercadores e aventureiros. Assim, as palavras para designar o *cavalo* nas línguas românicas — *cavallo, cavalo, cheval, caballo, cal* — provinham do latim falado *caballus* e não do latim escrito *equus.* No latim popular *ille* (ele) era unissílabo, como o francês e o italiano *il;* e, como nestas línguas, o final *-s* e *-m* caíam ou não soavam. O melhor vinha da corrupção do pior: *corruptio pessimi optima.*

Que é que liam os romanos dos primeiros séculos? Havia hinos e cantos religiosos, como o da Irmandade Arval, e havia os lais, ou poemas históricos ou lendários do passado remoto. Existiam fastos oficiais — regras sacerdotais — e arquivos de eleições e magistraturas, e relação de acontecimentos, portentos e informes calendários. (*Fasti consulares, libri magistratuum, annales maximi, fasti calendares.)* Com base nestes arquivos, Q. Fábio Pictor compilou em 202 a. C. uma respeitável *História de Roma* — mas em grego; o latim ainda não estava em ponto literário e até Catão não foi usado pelos historiadores. Formou-se uma farragem em prosa denominada *saturae* — miscelânea de disparates e graças eróticas, da qual Lucílio iria forjar uma nova forma para uso de Horácio e Juvenal. Também apareceram movimentadas pantomimas obscenas, geralmente representadas por atores da Etrúria, e como alguns deles provinham da Ístria, tomaram o nome de *istriones* e deram ao latim a palavra *histrio* (ator ou histrião) e às línguas neolatinas vários derivados. Nos dias de festa ou de feira representavam-se farsas meio improvisadas e cruas, donde saíram os "tipos" de milhares de comédias italianas antigas e modernas: o pai rico e estúpido, o moço loucamente apaixonado, a virgem difamada, o criado intrigante, o glutão sempre à caça de jantar, o palhaço sempre aos tombos, já vestido "apalhaçadamente" de remendos de cores vivas, calças-balão, largas mangas sobejantes e cabeça rapada, tipo tão familiar ainda em nossa mocidade. A figura exata do Polichinelo foi encontrada entre os afrescos de Pompéia.[41]

A literatura entrou em Roma lá pelas alturas do ano 272 a. C. trazida por um escravo grego. Por essa época ocorrera a tomada de Tarento onde muitos cidadãos gregos

foram massacrados, mas Lívio Andrônico teve a sorte de ser apenas escravizado. Levado para Roma, ensinou latim e grego aos filhos de seu senhor e a outros, e traduziu-lhes a *Odisséia* em versos "saturninos" — ou de ritmo irregular, escandidos pelo acento, não pela quantidade de sílabas. Liberto por amor de suas habilidades, foi contratado pelos edis para escrever uma comédia e uma tragédia para os *ludi,* ou jogos, de 240 a. C. Andrônico escreveu-as de acordo com os modelos gregos e dirigia as representações, funcionando como ator nos principais papéis e cantando-as ao som da flauta, isso até que perdeu a voz; depois outro ator recitava as linhas enquanto ele as representava — método que pegou em Roma e deu origem à pantomima. Tanto se agradou o governo com a introdução deste drama literário, que em honra a Andrônico concedeu aos poetas o direito de se agremiarem e terem suas reuniões no Templo de Minerva, no Aventino. E começou a moda de apresentar semelhantes *ludi scenici,* ou peças cênicas, nas festas públicas.[42]

Cinco anos depois desta *première* histórica, um ex-soldado plebeu da Campânia, Cneo Névio, escandalizou os conservadores com a produção de uma comédia em que, com a liberdade de Aristófanes, satirizava os abusos políticos da capital. As velhas famílias queixaram-se e Névio foi para a cadeia. Solto depois de desculpar-se escreveu outra sátira tão feroz quanto a primeira — e foi banido de Roma. No exílio e já velho compôs, com indomável patriotismo, um poema épico sobre a Primeira Guerra Púnica, na qual havia tomado parte; começou com a fundação de Roma pelos refugiados troianos, e proporcionou a Virgílio o tema de vários episódios. Sua condenação foi um duplo infortúnio: a originalidade e vitalidade da comédia romana muito perderam com a censura que fazia da crítica um crime de morte e a política viu-se privada dos benefícios da análise em público. Névio escreveu também um drama poético baseado na história romana; esta experiência deu cabo dele, e a partir daí a tragédia romana girou esterilmente em torno da já muito tosada mitologia grega. Apenas os fragmentos salvos nos revelam o valor de Névio. Aqui citamos um que descreve a coquete:

> Como quem joga a bola em um campo, ela corre de um para outro e a todos dá tudo, com suas palavras e piscadelas, suas carícias e abraços; agora um aperto de mão, depois uma pisadela no pé; os lábios mimam um convite ao beijo; e ela canta, e recorre à linguagem dos sinais.[43]

Agrada-nos ver que as moças daquele tempo eram tão encantadoras como as de hoje, que nem todos os romanos eram ao molde de Catão, e que à sombra do Pórtico a própria virtude podia espairecer em festas.

Além do essencial em aritmética e da geometria necessária para medir um campo e traçar a planta de um templo, a ciência ainda não fazia parte da cultura romana. O menino contava nos dedos (*digita*), e os algarismos empregados eram imitações de um dedo estendido, o "I"; da mão aberta, o "V"; de duas mãos abertas e unidas pelo pulso, o "X"; os outros algarismos formavam-se pela repetição desses símbolos, "II" e "III"; e pela pré ou posposição de um ao outro, "IV", "IX" — "VI", "XII", diminuindo o "V" e o "X" ou aumentando-os. Dessa aritmética de dedos saiu o sistema decimal, composto de partes ou múltiplos de 10, isto é, dos 10 dedos. Os romanos usavam muito bem a geometria nas construções e obras públicas, mas

não houve acréscimo de um só teorema ao já realizado pela mentalidade grega. Nada sabemos da astronomia romana dessa época; deu o complicado calendário e muito prosperou na sua irmã ou mãe, a astrologia.

Até o século III foi a medicina uma mistura de ervas caseiras, mágica e orações; os deuses é que agiam de modo que para assegurar a cura invocava-se um deus especial[44] — como hoje chamamos um especialista. Contra os mosquitos da campanha romana, o recurso estava nas deusas Febre e Mefítis — e até agora os habitantes de Roma se socorrem de *La Madonna della Febbre*.[45] Santuários e águas milagrosas tinham a mesma popularidade que hoje. O templo de Esculápio equivalia a um sanatório religioso, onde a dieta e a hidroterapia, os calmos arredores e o sossego da rotina, a oração e o consolo dos rituais se somavam à ação de médicos práticos e bons ajudantes, o que resultava em curas aparentemente milagrosas.[46] Existiam em Roma, cinco séculos antes de Cristo, escravos doutores e charlatães; alguns funcionavam como dentistas; as Doze Tábuas proibiam o emprego de ouro, exceto quando aplicado nos dentes.[47] Em 219 aparece (que saibamos) o primeiro médico não escravo em Roma — Arcagato, o Peloponesiano. Tais maravilhas cirúrgicas realizou, que o Senado lhe deu uma residência oficial e vida livre na cidade; com o tempo sua "mania de cortar e queimar" deu-lhe o nome de Carnifex, carniceiro.[48] Daí por diante os médicos gregos invadem Roma e monopolizam a medicina.

V. AGRICULTURA

Pouca necessidade da medicina tinham os homens daquele tempo, tanto os conservava em saúde e força a vida ativa do campo e dos acampamentos. O romano dava-se à terra, como o grego se entregava ao mar; baseava sua vida no solo, construía as aldeias em função dos agricultores e produtos das redondezas; e tinha o exército e o Estado em perpétua prontidão para a defesa e o aumento de suas posses. Até os deuses eles os concebiam como espíritos da terra viva e do céu dadivoso.

Por mais que recuemos no passado de Roma, nunca deixaremos de encontrar bem viva a propriedade privada.[49] Parte da terra, porém, era *ager publicus* — terra pública, geralmente adquirida à força de guerras. Na primitiva República a família rural dispunha de um ou dois hectares de campo no qual todos trabalhavam — mais um escravo às vezes — e viviam com bastante parcimônia. Dormiam na palha,[50] levantavam-se muito cedo e despidos até a cintura aravam[51] atrás dos morosos bois, cujo esterco adubava o solo e cuja carne era comida nas festas. Os resíduos caseiros também eram usados como esterco, e nisso ficava a adubação do solo na Itália daquele tempo. Manuais de agricultura científica vinham da Grécia e de Cartago.[52] Praticavam a rotação das culturas e periodicamente descansavam a terra, largando-a como pasto. Verduras e frutas em abundância, que depois dos cereais constituíam a alimentação mais procurada. O alho era o tempero preferido. Algumas das principais famílias tiravam o nome das plantas que de preferência cultivavam: os Lentuli, Caepiones, Fabii — de lentilhas, cebolas e favas. A cultura do figo, da oliva e da uva foi gradualmente superando a dos cereais. O óleo de oliva tomou o lugar da manteiga no regime alimentar e do sabão no banheiro, servia como azeite nas lâmpadas e era o principal ingrediente nas pomadas defensivas contra a ação dos ventos e do terrível sol do Mediterrâneo. Criação favorita, o carneiro, porque os italianos davam preferência às roupas de lã. Nos quintais criavam-se galinhas e porcos, e quase todas as famílias dispunham de um jardim de flores.[53]

A guerra veio transformar este panorama bucólico. Muitos dos camponeses mobilizados nunca mais voltavam, ou abatidos na luta ou engolidos pela cidade; outros vinham encontrar seus campos em ruínas, ou em tal estado de abandono que não se sentiam com ânimo de recomeçar; outros sucumbiam ao peso das dívidas acumuladas. Daí a venda das terras a baixo preço aos aristocratas ou capitalistas, os quais reuniam as pequenas propriedades em *latifundia* (literalmente, grandes propriedades) e reduziam tudo a pastagens, pomares e vinhedos, trabalhados por escravos feitos nas guerras, sob a direção de feitores freqüentemente também escravos. De quando em quando vinham os donos fazer uma vistoria em seus domínios, pois moravam em "vilas" suburbanas ou em Roma. Este sistema, já em curso no século IV a. C., começou a formar no interior a classe dos espoliados e na capital a dos que nada tinham, cujo triste descontentamento iria destruir a República formada pelo primitivo regime agrícola.

VI. INDÚSTRIA

A pobreza mineral daquele solo iria influir muito na história econômica e política da Itália. Nada de ouro e pouca prata, e o ferro existente, mais o cobre, o chumbo, o estanho e o zinco eram muito escassos para permitir o desenvolvimento industrial. Todas as minas do Império estavam na posse do Estado, que as arrendava a particulares — e a extração era feita proveitosamente com milhares de escravos. A metalurgia e a técnica fizeram progressos muito pequenos. O bronze ainda tinha mais aplicação que o ferro, e só as melhores minas usavam os guinchos, molinetes e correias de canecos que Arquimedes e outros haviam desenvolvido na Sicília e no Egito. Principal combustível, a lenha; as árvores também forneciam madeira para as casas e móveis, e cada vez mais se reduziam as florestas. A indústria mais próspera era a de armas e instrumentos na Campânia. Sistema fabril nenhum, exceto para armamento e cerâmica. Os oleiros fabricavam não só tijolos e telhas como panelas, vasilhame caseiro e manilhas; em Arécio e outros pontos os oleiros copiavam os modelos da Grécia e tentavam a cerâmica artística. Já no século VI a indústria têxtil, tanto no desenho, na fatura e na coloração do linho e da lã, havia ultrapassado o estádio doméstico, apesar do constante trabalho manual nas casas; tecelões livres e escravos eram reunidos em pequenas fábricas, as quais produziam não só para o consumo local como para a exportação.

O deslocamento da produção industrial esbarrava nas dificuldades de transporte: estradas más, pontes inseguras, carros de boi muito lentos, estalagens raras, abundância de salteadores pelo caminho. Daí a preferência do tráfego por água — rios e canais, e por isso também os centros urbanos da costa preferiam importar por mar a fazê-lo do interior. Mas já em 202 a.C. tinham os romanos construído três de suas grandes "estradas consulares" — assim chamadas por receberem o nome do cônsul ou censor que as iniciava. Breve iriam suplantar em extensão e durabilidade as da Pérsia e Cartago, que lhes tinham servido de modelo. A mais antiga de todas era a *Via Latina,* que em 370 a.C. partia dos montes Albanos. Em 312, Ápio Cláudio, o Cego, iniciou, com esforço de milhares de criminosos,[54] a construção da *Via Appia,* entre Roma e Cápua; mais tarde foi prolongada até Benevento, Venúsia, Brundísio e Tarento; desenvolvia-se por 333 milhas inglesas e ligava as duas costas, facilitando o tráfego com a Grécia e o Oriente e colaborando com as outras para fazer da Itália uma nação. Em 241 o censor Aurélio Cota deu começo à Via Aureliana, de Roma a Antibes, passando por Pisa e Gênova. Caio Flamínio abriu em 220 a Via Flamínia até Arímino, e ao mesmo tempo a Via Valeriana passou a ligar *Tívoli* a Corfínio. Lentamente ia crescendo a magnífica rede; a Via Emiliana subiu do norte de Arímino a Placência, passando por Bonônia e Mutina (187); a Via Postúmia ligou Gênova a Verona (148); e a *Via Popilia* saiu de Arímino, tocou em Ravena e chegou a Pádua (132). No século seguinte as estradas romanas partiam da Itália para York, Viena, Tessalônica

e Damasco, e beiravam a costa mediterrânea da Africa; tornaram-se grandes canais de comércio e desempenharam decisivo papel no povoamento e enriquecimento da Itália e da Europa.

A despeito deste sistema de rodovias, o comércio nunca floresceu na Itália como no Mediterrâneo oriental. As altas classes viam com desprezo a arte de comprar barato e vender caro, e deixavam-na entregue aos gregos e libertos orientais; o interior contentava-se com as feiras periódicas e o "mercado" de nove em nove dias nas aldeias e pequenas cidades. O comércio exterior era bastante moderado. Muitos riscos de transporte por mar; navios pequenos, com marcha de apenas seis milhas por hora, a remo ou vela, sempre rentando a costa e parados nos portos de novembro a março. Cartago estava no controle do Mediterrâneo ocidental, e as monarquias helenísticas controlavam o Mediterrâneo oriental — além de que amiúde os piratas saíam de seus antros para atacar os mercadores um pouco mais honestos que eles mesmos. O Tibre vivia acumulando lama na foz, e desse modo bloqueando Óstia, o porto de Roma; 200 navios lá afundaram num dia de tempestade; tão forte a correnteza, que a viagem rio acima até Roma dificilmente pagava o esforço e o custo. Lá por 200 a.C. a navegação começou a encaminhar-se para Puteoli, 150 milhas ao sul de Roma, para onde as mercadorias eram levadas por terra.

A fim de facilitar este comércio interno e externo foi necessário o estabelecimento de um sistema oficial de moedas, pesos e medidas. (Algumas medidas romanas: o *modius* valia aproximadamente dois galões; o pé equivalia a 11 5/8 polegadas; 5 pés romanos faziam um *passus;* 1.000 passos faziam a milha *[milia passuum];* um *iugerum* media 2/3 de um acre. Doze onças [*unciae*] equivalia a uma libra.) Até o século IV a.C. ainda era o gado aceito como moeda, por ter valor em toda parte e ser de fácil locomoção. Com o desenvolvimento do comércio entraram em uso rudes placas de cobre *(aes)* com função de moeda (mais ou menos em 330 a.C.); *estimar* no sentido de avaliar era originalmente *aes timare,* "avaliar em cobre". Unidade de valor, o *as* (um), isto é, uma libra-peso de cobre; *ex-pend* significava ter sido pesado. Quando lá por 338 a.C. o Estado cunhou o cobre, as moedas traziam a imagem de um boi, um carneiro ou um porco, e daí o nome de *pecunia (pecus,* gado). Na Primeira Guerra Púnica, diz Plínio "a República, não tendo meios de enfrentar as necessidades, reduziu o *as* (ou asse) a duas onças de cobre; deste modo operou uma redução de cinco sextos na dívida pública".[55] Em 202 caiu o asse a uma onça, e em 87 a.C., para atender ao financiamento da Guerra Social, foi reduzido a meia onça. Em 269 foram cunhadas duas moedas de prata: o denário, igual a 10 asses e correspondente à dracma de Atenas na sua depreciada forma helenística, e o sestércio, valendo dois asses e meio, ou um quarto do denário. Em 217 aparecem as primeiras moedas de ouro — o *aurei* — com o valor de 20, 40 e 60 sestércios. Em equivalência metálica o asse corresponde a dois *cents* americanos, o sestércio a cinco, o denário a 20; mas os metais preciosos eram muito menos abundantes que hoje e tinham, portanto, um poder aquisitivo várias vezes maior.[56] Podemos (pondo de lado as variações de preço anteriores a Nero) avaliar aproximadamente o asse, o sestércio e o denário da República Romana, em seis, 15 e 60 *cents;* e o *talento* (seis mil denários) em 3.600 dólares, moeda americana de 1942. (No norte da Itália, lá por 250 a.C., a fanga de trigo valia meio denário [30 *cents*]; cama e mesa numa hospedaria custava meio asse [três *cents*] por dia;[57] em Delos, no século II a.C., uma casa de tipo médio custava de aluguel quatro denários [dois dólares e 40 *cents*] por mês; o preço duma xícara com pires em Roma, no ano 50 a.C., era de meio asse [três *cents*].[58])

A emissão de moeda oficial trouxe como seqüência a "finança". Os antigos romanos faziam de seus templos os bancos, como hoje fazemos dos bancos nossos templos, e até o fim o Estado continuou a usar santuários, tão solidamente construídos, como repositórios dos fundos públicos, talvez na esperança de que os escrúpulos religiosos desanimassem o roubo. A usura já era um velho negócio, porque as Doze Tábuas proibiam juros de mais de oito e um terço por cento ao ano.[59] Juro legal, 5 por cento, mas essa aristotélica proibição era tão facilmente ignorada que a média real dos juros subia a 12 por cento. E a usura (mais de 12 por cento) espalhara-se tanto que os devedores tinham periodicamente de fugir ao acúmulo de interesses por meio da bancarrota ou da legislação. Em 352 a.C. o governo empregou um método muito moder-

no de alívio: encampou as hipotecas bem garantidas e persuadiu os emprestadores a baixar os juros das outras.[60] Uma das ruas próximas do Fórum tornou-se a rua das finanças, cheia de *argentarii* e *trapezitae* — emprestadores de dinheiro e cambistas. O dinheiro era dado mediante a garantia das terras, das colheitas, de obrigações ou contratos com o governo, e também para financiamento de empresas comerciais ou viagens. O empréstimo cooperativo fazia as vezes do seguro industrial; em vez de um só banqueiro realizar o financiamento, associavam-se para isso diversos. Companhias ou sociedades anônimas formavam-se principalmente para a execução dos contratos públicos postos em concorrência pelo censor; levantava-se o capital com a venda ao público de ações ou obrigações sob forma de *partes* ou *particulae*. Essas companhias de "publicanos", isto é, homens empenhados em empreendimentos públicos, desempenharam papel ativo no suprimento e transporte de materiais para o exército e a esquadra por ocasião da Segunda Guerra Púnica — sempre com as inevitáveis tentativas de lesar o governo.[61] Os homens de negócio *(equites)* dirigiam as empresas maiores; os libertos dirigiam as menores. Os negócios particulares eram conduzidos pelos *negotiatores,* de ordinário com recursos próprios.

A indústria estava nas mãos dos artífices independentes, que trabalhavam em oficinas autônomas. Muitos eram homens livres, e em número cada vez maior, libertos e escravos. O trabalho já estava altamente especializado, e produzia mais para o mercado geral do que para fregueses individuais. A concorrência dos escravos derrubou o salário dos trabalhadores livres e reduziu o operariado à amarga vida dos cortiços. As greves nesta classe de homens tornavam-se impraticáveis e raras,[62] mas os levantes de escravos não deixavam de ser freqüentes; a "Primeira Guerra Servil" (139 a.C.) não foi de fato a primeira. Quando o descontentamento público chegava a seu pique, a política lançava nova guerra, que provesse emprego para toda gente, espalhasse o dinheiro depreciado e voltasse a ira do povo contra algum inimigo externo, cujas terras iriam alimentar o povo romano em caso de vitória ou receber o corpo dos mortos na luta.[63] Esses operários livres formavam uniões e grêmios *(collegia),* mas raramente se preocupavam com salários, horas ou condições de trabalho. A tradição atribui a Numa o movimento trabalhista legal; no século VII havia organizações de tocadores de flauta, ourives, trabalhadores do cobre, ferreiros, sapateiros, oleiros, tintureiros e carpinteiros.[64] Os "Artistas Dionisíacos" — atores e músicos — constituíam as associações mais disseminadas do mundo antigo. Lá pelo século II a.C. encontramos associações de cozinheiros, tanoeiros, construtores, ferreiros e bronzeiros, cordoeiros e tecelões, provavelmente tão velhas quanto as outras. A principal finalidade de tais uniões era o simples prazer do convívio social; muitas se constituíam para benefício mútuo e custeio das despesas funerárias.

O Estado regulava não só as associações como muitos outros aspectos da vida romana. Fiscalizava a operação das minas e outras concessões oficiais ou contratos. Acalmava as inquietações da plebe com a importação de víveres e sua distribuição a preços nominais. Impunha multas aos açambarcadores e nacionalizou a indústria do sal a fim de pôr termo ao monopólio que havia elevado o preço acima do alcance da bolsa popular. A política econômica do Estado romano sempre foi liberal: depois de vencer Cartago abriu o Mediterrâneo ao comércio do mundo, e estendeu sua proteção a Utica, e em seguida a Delos, sob a condição de se tornarem portos livres, permitindo a entrada e saída dos navios sem pagamento de taxas. Em várias épocas, porém, proibiu a exportação de armas, ferro, vinho, óleo e cereais, criou um imposto alfandegário,

usualmente de 2,5 por cento, sobre a entrada da maior parte dos produtos em Roma, e mais tarde estendeu esta modesta tarifa às outras cidades. Até 147 a.C. cobrou um *tributum*, ou uma taxa sobre a propriedade em toda a Itália. As rendas do Estado romano eram modestas — e como os outros Estados civilizados Roma as empregava sobretudo na guerra.[65]

VII. A CIDADE

Por meio de taxas, despojos de guerra, indenizações e imigração, Roma tornara-se (202 a.C.) uma das maiores cidades do Mediterrâneo. O censo de 234 registrou 270.713 cidadãos, isto é, adultos livres do sexo masculino; esse número caiu muito durante a grande guerra, mas em 189 alçava-se a 258.318 e a 322.000 em 147. Podemos calcular para a cidade-estado uma população em 189 de aproximadamente 1.100.000 habitantes, dos quais 275.000 vivendo intramuros. A Itália ao sul do Rubicão teria uns cinco milhões.[66] A imigração, a absorção de povos conquistados, o afluxo e a emancipação dos servos já estavam operando as mudanças étnicas que ao tempo de Nero fez de Roma a Nova York da antigüidade — meio nativa, meio universal.

Duas vias principais dividiam Roma em bairros, cada qual com seus órgãos administrativos e deidades tutelares. Capelas erguiam-se nos mais importantes pontos de interseção, e estátuas nos de menor importância, devotadas aos *lares compitales*, ou deuses dos cruzamentos — um belo costume que ainda perdura na Itália. A maioria das ruas era de terra, havendo algumas pavimentadas com as pedras roliças dos rios, como ainda hoje em muitas cidades do Mediterrâneo; em 174 o censor começou a pavimentar as ruas principais com lajes de formação vulcânica. Em 312 Ápio Cláudio, o Cego, levantou o primeiro aqueduto para abastecimento de água potável; até então Roma se servia das águas sujas do Tibre. Com a água encanada dos reservatórios abastecidos pelo aqueduto, a aristocracia entrou no regime de banhos uma vez por semana, e depois da derrota de Aníbal abriram-se os primeiros banhos públicos. Em época desconhecida os engenheiros etruscos construíram a *Cloaca Maxima*, cujos maciços arcos de pedra tinham a largura necessária à passagem de um carretão de feno.[67] Esgotos menores foram estabelecidos para drenar os pântanos que rodeavam e invadiam Roma. Por meio de bueiros abertos nas ruas as águas sujas e pluviais iam ter a esses drenos, que as despejavam no Tibre, daí a poluição deste rio — eterno problema para a vida romana.

O embelezamento da cidade reduzia-se a seus templos. As casas mostravam o estilo etrusco que já descrevemos, com uma variante: o exterior era freqüentemente de tijolo e rebocados, com as paredes (sinal de cultura em ascensão) borradas de *graffiti* — rabiscos de coisas do momento em verso ou prosa. Eram os templos em geral de madeira, com revestimento de terracota e decorações, sempre segundo os planos etruscos. Havia no Monte Capitolino um templo a Júpiter, Juno e Minerva, outro a Diana no Aventino, e outros (antes de 201 a.C.) se ergueram a Juno, Marte, Jano, Vênus, Vitória, Fortuna, Esperança, etc. Em 303 Caio Fábio acrescentou a seu leguminoso nome o de Pictor, pintor, e executou pinturas a afresco no Templo da Saúde, no Capitolino. Escultores gregos residentes em Roma fizeram estátuas de deuses e heróis romanos em terracota, mármore e bronze.[68] Em 293 erigiram no Capitólio a estátua de bronze de Júpiter, de tais proporções que podia ser visto dos montes Albanos, a 20 milhas dali. Por volta de 296 os edis erigiram uma loba de bronze, à qual artistas posteriores acrescentaram as figuras dos meninos Rômulo e Remo. Não sabemos se foi este grupo o que Cícero descreveu, ou qual dos dois é idêntico ao grupo da loba hoje existente em Roma — *A Loba da Capital;* seja como for, temos neste grupo uma obra-prima de primeira ordem, em que o metal morto vive em cada músculo do animal representado.[69]

Enquanto por meio da pintura e da escultura a aristocracia comemorava suas vitórias e exaltava sua linhagem, o povo tinha o consolo da música e da dança, das comédias e dos jogos. As estradas e lares italianos ressoavam de cantorias; os homens cantavam nos banquetes, os meninos e meninas cantavam em coro nas procissões religiosas, noivos eram acompanhados com cantos himeneus e cada cadáver descia à cova ao som de cantos fúnebres. Instrumento mais popular: a flauta, mas a lira também tinha seus aficcionados, e era ao som da lira que se recitavam versos. Por ocasião das grandes festas os romanos enchiam o anfiteatro ou o estádio, e formigavam ao sol enquanto mercenários, cativos e criminosos, corriam e saltavam, ou lutavam e morriam. Dois grandes anfiteatros — o Circo Máximo, atribuído ao primeiro Tarqüínio, e o Circo Flamínio (221 a.C.) — abrigavam, sem pagamento de entrada, quem quer que viesse tomar assento. As despesas eram custeadas a princípio pelo Estado, depois pelos bolsos dos próprios edis, e na última fase da República pelos candidatos ao consulado; o custo ia sempre em crescendo de geração em geração, a ponto de, por fim, impedir aos pobres a disputa dos cargos.

Talvez possamos juntar a estes espetáculos os "triunfos" dos generais vitoriosos. Só eram elegíveis ao triunfo os vencedores numa campanha em que cinco mil inimigos fossem mortos; o general vitorioso com menor derramamento de sangue recebia apenas uma ovação — isto é, o sacrifício de um carneiro *(ovis).* A procissão triunfal formava-se fora da cidade, onde as tropas tinham de depor as armas, depois passavam por um arco de triunfo que estabeleceu a moda para milhares de monumentos. Trombeteiros abriam a marcha; em seguida vinham torres ou carros representando as cidades capturadas, e pinturas figurando as façanhas do vitorioso; depois, carretas e mais carretas com os despojos — objetos de ouro e prata, obras de arte, etc. O triunfo de Marcelo foi memorável, tantas estátuas trouxe ele de Siracusa (212); Cipião Africano em 207 exibiu 14.000 estátuas, e mais tarde (212) 123.000 libras de prata, tomadas da Espanha e de Cartago. Setenta bois brancos seguiam atrás, filosoficamente, em marcha para a morte; e vinham os litores, os harpistas, os flautistas, os turibulários; finalmente, em flamante carro de duas rodas, o general vitorioso, vestido da toga púrpura, coroa de ouro na cabeça e nas mãos um cetro de marfim e um ramo de louro — insígnia da vitória e emblema de Jove. Com ele no mesmo carro podiam vir seus filhos; atrás vinha a família; atrás da família, os secretários e demais ajudantes. Fechavam o cortejo os soldados, todos de coroa, muitos carregando os prêmios conquistados, outros rindo-se e mofando de tudo, porque era inviolável tradição que nesses breves momentos a liberdade de palavra fosse absoluta, para recordar aos orgulhosos vencedores sua condição de mortais como os outros. O triunfador subia ao Capitólio e no templo de Júpiter, Juno e Minerva depunha aos pés dos deuses o produto de sua pilhagem, apresentava um animal para o sacrifício — e costumava mandar matar os chefes prisioneiros, em sacrifício adicional às deidades. Cerimônia muito própria para estimular a ambição guerreira e recompensar o esforço militar, porque a vaidade dos homens só é menor que a fome e o amor.

VIII. POST-MORTEM

A guerra foi a mais dramática feição da vida romana, mas na realidade não representou papel tão absorvente como nas páginas dos historiadores de Roma. Talvez mais que entre nós, a existência do romano centralizava-se na família e no lar. As

notícias chegavam-lhe tarde, já velhas, de modo que suas paixões não eram diariamente fomentadas pelo conhecimento das agitações do mundo. Os grandes fatos de sua carreira não provinham da política e da guerra, mas dos ansiosos nascimentos, dos festivos casamentos e da tristeza das mortes.

A velhice não era o desolado abandono que tão freqüentemente a obscurece numa era individualística. Os moços nunca objetavam ao dever de cuidar dos velhos; o velho permanecia até o fim a primeira consideração e a última autoridade; e depois da morte era seu túmulo honrado enquanto existisse um descendente masculino. Os funerais eram tão requintados quanto os casamentos. Abria o cortejo um bando de carpideiras profissionais, cuja histeria organizada interessou a lei das Doze Tábuas;[70] figura lá a proibição de que elas arranquem os cabelos. Em seguida vinham os tocadores de flauta, limitados a 10 por uma lei como a de Sólon, e alguns dançarinos, um deles figurando o morto. E depois vinha uma estranha parada de atores com máscaras mortuárias ou imagens de cera dos antepassados do defunto que houvessem ocupado cargos públicos. E afinal aparecia o morto, num esplendor de triunfo, nos trajes de gala do mais alto posto que teve, caixão engalanado de ouro e púrpura e rodeado das armas e armaduras dos inimigos por ele mortos. Logo atrás do féretro vinham os filhos homens, vestidos de preto e velados, e as filhas, estas sem véu, e os parentes, os clientes, os amigos, os homens de seu clã e os libertos. O cortejo detinha-se no Fórum, onde um filho ou parente pronunciava o elogio fúnebre. Valia a pena viver, para gozar de semelhantes funerais.

Nos primeiros séculos de Roma os mortos eram cremados, depois passaram a ser enterrados, embora teimosos conservadores preferissem a combustão. Nas duas hipóteses os restos mortais repousavam em um verdadeiro altar a que os piedosos descendentes vinham periodicamente trazer flores e alimentos simbólicos. Em Roma, como na Grécia e no Extremo Oriente, a estabilidade da moral baseava-se na adoração dos antepassados e na crença de que o espírito sobrevivia e fiscalizava os vivos. Se o morto fora grande e bom, na terra, seu espírito, na mitologia romana helenizada, ia para os Campos Elísios ou Ilha dos Bem-Aventurados; quase todos, porém, desciam ao reino de Orco e Plutão, subterrâneo e sombrio. Plutão, forma romana do Hades grego, trazia um malho para tontear os mortos; Orco (nosso *ogre*) era o monstro que devorava o cadáver. Como Plutão fosse o mais exaltado dos deuses subterrâneos e sendo a terra a fonte inicial da riqueza e reservatório dos alimentos e bens, era ele também adorado como o deus das riquezas e dos plutocratas, e sua esposa Prosérpina — a raptada filha de Ceres — tornou-se a deusa dos cereais em germinação. Às vezes vemos o inferno romano concebido como um lugar de punição;[71] outras vezes pintavam-no como a morada de sombras dos que haviam sido homens, sem distinção de boas e más, todas igualmente a sofrer a eternidade das trevas e o final anonimato. A democracia, por fim, disse Luciano.[72]

CAPÍTULO V

A Conquista Grega

201 — 146 a.C.

I. A CONQUISTA DA GRÉCIA

QUANDO Felipe V da Macedônia aliou-se a Aníbal contra Roma (214), sua esperança era de que toda a Grécia o acompanhasse para derrubar o jovem gigante do Ocidente. Mas correram rumores de que ele estava planejando, se Cartago vencesse, dominar toda a Grécia com a ajuda dos cartagineses. Essa crença deu origem à formação da Liga Etólia contra Felipe e pró-Roma, e o hábil Senado romano, antes de mandar Cipião para a África, aproveitou-se do desânimo de Felipe para induzi-lo à paz em separado (205). A vitória de Zama veio mudar tudo, e fazer que aquele Senado, que nunca perdoou uma injúria, começasse a conspirar contra a Macedônia. Sim, pensavam os senadores, porque Roma não poderá estar segura enquanto tiver pelas costas um quase vizinho tão forte. Quando o Senado propôs a guerra, a Assembléia objetou; um tribuno acusou os patrícios de estarem querendo desviar dos males domésticos a atenção do povo.[1] Mas os oponentes da guerra foram facilmente silenciados com a coima de covardia e falta de patriotismo, e T. Quíncio Flamínio, em 200 a.C., velejou rumo ao reino de Felipe.

Era Quíncio um moço de 30 anos, do círculo liberal helenizante que se reunia em torno dos Cipiões em Roma. Depois de cuidadosas manobras encontrou Felipe em Cinocéfalo e venceu-o (197). Em seguida assombrou todo o Mediterrâneo, e talvez à própria Roma, quando restaurou em seu trono em bancarrota o castigado Felipe e ofereceu a liberdade a toda a Grécia. Os senadores imperialistas protestaram, mas os liberais dominaram momentaneamente, e em 196 o arauto de Flamínio anunciou a uma vasta multidão reunida para os jogos ístmicos que a Grécia estava livre de Roma, da Macedônia, dos tribunos e até das guarnições. Tamanha grita se ergueu do povaréu, diz Plutarco, que uns corvos que pairavam sobre o estádio caíram mortos.[2] E quando os cépticos duvidaram da sinceridade do general romano, sua resposta foi reconduzir o exército para a Itália. Temos aqui a mais brilhante página da história da guerra.

Mas uma guerra traz outra. A Liga Etólia ressentiu-se da emancipação das cidades gregas a ela sujeitas e apelou para Antíoco III, o rei selêucida, pedindo-lhe que relibertasse a libertada Grécia. Estimulado pelas fáceis vitórias obtidas no Oriente, Antíoco pensou em estender seu domínio sobre toda a Ásia ocidental. Pérgamo, receosa, apelou para Roma. O Senado enviou Cipião Africano e seu irmão Lúcio à frente do primeiro exército romano que ia penetrar em terra asiática; o choque se deu em Magnésia (189) e a vitória de Roma inaugurou a conquista do Oriente Helenístico. Os

romanos marcharam para o norte, empurraram para a Galácia (Anatólia) os gauleses que ameaçavam Pérgamo e ganharam o coração de todos os gregos jônicos.

Já os gregos da Europa não se mostraram assim tão contentes. Os exércitos romanos haviam, sim, poupado a Grécia, mas agora a envolviam a oeste e a leste. Roma havia libertado os gregos com a condição de que as guerras cessassem, inclusive a de classe. Mas liberdade sem guerras constituía uma novidade e um incômodo para as cidades-estado da Hélade; as classes superiores ansiavam por fazer política contra as cidades vizinhas, e os pobres se queixavam de que em toda parte Roma fortalecia os ricos em vez dos pobres. Em 171 Perseu, filho e sucessor de Felipe V ao trono da Macedônia, fez aliança com Seleuco IV e Rodes, e conclamou os gregos para um levante contra Roma. Três anos mais tarde Lúcio Emílio Paulo, filho do cônsul morto em Canas, derrotou e aprisionou Perseu em Pidna, arrasou 70 cidades macedônias e levou o rei cativo como destaque no desfile de seu esplêndido triunfo em Roma. (Foi durante esta campanha que Paulo fez o seu clássico cumprimento ao estrategista amador: "Nos lugares públicos e nas reuniões familiares, há homens que sabem para onde os exércitos devem ser dirigidos na Macedônia, que posições estratégicas devem ser tomadas. ... Não só estabelecem o que tem de ser feito, como, quando tudo se decide ao contrário do que eles prescreveram, acusam o cônsul, como se estivesse sob denúncia. ... Isto interfere seriamente com a bem-sucedida prossecução da guerra. ... Se alguém está convencido de que pode dar-me conselho, que venha a mim cá na Macedônia. ... Mas se acha que isso é muito incômodo, então que deixe de fazer-se de piloto em terra."[3]) O castigo de Rodes foi ficar sem as cidades tributárias da Ásia e ver surgir em Delos um porto competidor. Mil chefes gregos, inclusive o historiador Políbio, foram levados a Roma como reféns, e lá, em 16 anos, 700 morreram.

Durante os seguintes 10 anos as relações entre Grécia e Roma chegaram a ponto de franca inimizade. Cidades rivais, partidos políticos e classes da Hélade apelavam para o Senado, dando origem a interferências anuladoras da liberdade grega. Os amigos dos Cipiões em Roma foram sobrepujados pelos "realistas", os que só acreditavam em paz duradoura na Grécia se a dominação romana se efetivasse. Em 146 as cidades da Liga Aquéia, aproveitando-se da luta entre Roma e os cartagineses, anunciaram a guerra de libertação. Os líderes dos pobres assumiram a direção do movimento, libertaram e armaram os escravos, declararam moratória, prometeram a redistribuição das terras — somando assim revolução social à luta bélica. Quando os romanos, comandados por Múmio, penetraram em território grego, deram com o povo dividido e facilmente subjugaram as indisciplinadas tropas helênicas. Múmio incendiou Corinto, matou todos os homens, escravizou as mulheres e as crianças e levou para Roma tudo quanto tinha valor. A Grécia e a Macedônia tornaram-se província romana, com um governador romano; só Atenas e Esparta tiveram permissão de se governarem por suas próprias leis. E assim a Grécia desapareceu da história política pelo espaço de dois mil anos.

II. A TRANSFORMAÇÃO DE ROMA

Passo a passo crescia o Império Romano, não tanto em virtude de um desígnio consciente, como pela força das circunstâncias e o contínuo recuo das fronteiras. Em sangrentas batalhas em Cremona (200) e Mutina (193) as legiões de novo subjugaram a Gália Cisalpina e afastaram os limites da Itália até os Alpes. A Espanha, retomada

de Cartago, tinha de ser defendida para que Cartago não a retomasse; era além disso rica em ferro, prata e ouro. O Senado extorquia de lá um pesado tributo anual em moedas e barras, e os governadores romanos indenizavam-se principescamente de um ano de ausência de Roma. Quinto Minúcio juntou em seu breve proconsulado na Espanha 34.800 libras de prata e 35.000 denários. Os espanhóis eram conscritos para o exército romano; Cipião Emiliano tinha 40.000 espanhóis nas forças com que tomou Numância. Em 195 a.C. as tribos irromperam em revolta, e Marco Catão dominou-as com a dura integridade rememorativa das virtudes antigas. Tibério Semprônio Graco (179) soube ajustar seu governo ao caráter e grau de cultura dos espanhóis, fez amigos entre os chefes tribais e distribuiu terras aos pobres. Mas um de seus sucessores, Lúcio Lúculo (151), violou os tratados feitos por Semprônio, atacou sem motivo todas as tribos onde havia o que pilhar, matando e escravizando milhares de espanhóis sem darse ao incômodo de inventar um pretexto. Sulpício Galba (150) atraiu sete mil nativos ao seu acampamento com a promessa de terras, e logo que os teve à mão massacrou-os ou escravizou-os; em 154 as tribos da Lusitânia iniciaram contra Roma uma guerra de 16 anos, lideradas pelo hábil chefe Viriato, heróico em estatura, resistência, coragem e nobreza; durante oito anos bateu todas as forças mandadas contra ele — acabando finalmente assassinado por encomenda dos romanos. Os rebeldes celtibéricos da Espanha central suportaram um assédio de 15 meses em Numância, e para isso chegaram a comer os mortos; tiveram por fim (133) de render-se a Cipião Emiliano, vencidos pela fome. A política da República Romana na terra dos espanhóis foi tão brutal e desonesta que custava mais do que rendia. "Nunca", diz Mommsen, "foi a guerra levada com tanta perfídia, tanta crueldade e sordidez."[4]

O saque das províncias forneceu os fundos para a orgia de egoísmo que levou Roma à revolução. As indenizações pagas pelos cartagineses, pela Macedônia e a Síria, os escravos que de toda parte afluíam para Roma, os metais preciosos arrecadados na conquista da Gália Cisalpina e da Espanha, os 400.000.000 de sestércios ($60.000.000) tomados de Antíoco e Perseu, as 4.503 libras de ouro e as 220.000 de prata reunidas por Mânlio Vulso em suas campanhas na Ásia[5] — esses e outros golpes felizes transformaram os ricos de Roma em magnatas opulentos como reis. Simples soldados voltavam desses gigantescos *raids* atochados de despojos. Como a moeda circulante multiplicava-se mais depressa que as construções, os proprietários viram suas fortunas triplicadas sem que nada fizessem para isso. A indústria arrastava-se, mas o comércio florescia; Roma não sentia necessidade de produzir coisa nenhuma; tomava o dinheiro do mundo e com ele adquiria os produtos do mundo. As obras públicas expandiram-se como nunca, enriquecendo os "publicanos"; quem dispusesse de um pouco de dinheiro comprava ações em suas empresas.[6] Proliferavam e prosperavam os banqueiros; pagavam juros de depósitos, descontavam cheques (*praescriptiones*), honravam saques dos clientes, tomavam e emprestavam dinheiro, faziam ou dirigiam inversões de capital e engordavam com tal usura que corta-garganta (*sector*) e agiota eram expressões sinônimas.[7] Roma ia-se tornando, não o centro industrial e comercial da raça branca, mas seu centro financeiro e político.

De posse de tais meios, o patriciado romano e a classe média passaram com impressionante rapidez da estóica simplicidade primitiva ao mais desbragado luxo; uma vida como a de Catão (234-149) assistiria à mudança quase completa. As residências iam-se tornando maiores à proporção que as famílias diminuíam; o mobiliário requintava-se, numa verdadeira disputa do mais caro; grandes somas eram pagas por

tapetes da Babilônia, leitos engastados de marfim, prata ou ouro; mesas e cadeiras competiam com as mulheres e os arreios dos cavalos na rutilância das pedrarias. Com a diminuição da atividade corporal e a expansão da riqueza, o antigo regime alimentar desapareceu diante dos riquíssimos cardápios gastronômicos. Os homens de posição já não dispensavam os alimentos exóticos; um magnata pagou mil sestércios pelas ostras servidas numa refeição; outro importou anchovas a 1.600 sestércios a tina; outro pagou 1.200 por um pote de caviar.[8] Os bons cozinheiros alcançavam preços enormes nos leilões de escravos. A alcoolismo recrescia; as taças tinham de ser grandes e preferivelmente de ouro; o vinho já o tomavam sem água. O Senado teve de formular leis suntuárias limitando as despesas em banquetes e vestuários, mas como os próprios senadores ignoravam essas determinações, ninguém as tinha em conta. "Os cidadãos", lamentava-se Catão, "já não ouvem os bons conselhos, porque os ventres não têm ouvidos."[9] Recresceu o individualismo — do cidadão contra o Estado, do pai contra o filho, da mulher contra o homem.

Em geral o poder da mulher cresce com a riqueza da sociedade, porque quando o estômago está satisfeito a fome cede o campo ao amor. A prostituição floresceu. O homossexualismo era estimulado pelo contato da Grécia e da Ásia; muitos cidadãos ricos pagavam um talento ($3.600) por um favorito; afirmava Catão que um bonito escravo moço valia mais que uma quinta.[10] Mas as mulheres não recuavam diante desses invasores gregos e sírios. Recorriam a todas as escoras da beleza que o dinheiro proporciona. Os cosméticos tornaram-se uma necessidade, e o cáustico sabão importado da Gália proporcionava ao cabelo grisalho um tom quente.[11] O orgulho dos burgueses ricos estava no adorno da esposa e das filhas com o máximo de riqueza, para que todos lhes sentissem a prosperidade. Até no governo se iam insinuando as mulheres. Catão deplorava — que "todos os outros homens governam as mulheres, só os romanos, que governam todos os homens, são por elas governados".[12] Em 195 as mulheres de Roma invadiram o Fórum para reclamar a revogação da Lei Ópia de 215, que lhes proibia o uso de enfeites de ouro, vestes de várias cores e carros. Catão predisse a ruína de Roma se essa lei fosse revogada. Tito Lívio põe em sua boca um discurso que todas as gerações têm ouvido:

> Se tivéssemos, todos nós, mantido nossa autoridade dentro do lar, não estávamos nesta luta com nossas mulheres. O quadro agora é este: nossa liberdade de ação, já anulada em casa pelo despotismo feminino, está sendo apisoada e esmagada aqui no Fórum. ... Lembrai-vos de todas as regulações relativas às mulheres, com que nossos antepassados lhes dominaram a soltura e as puseram obedientes aos maridos; nada dessas restrições pôde dominá-las completamente. Se agora permitis que se revoguem essas últimas... e as pondes em pé de igualdade com os maridos, achais que será possível suportá-las? Assim que se tornarem vossas iguais elas se tornarão vossas dominadoras.[13]

As mulheres riram-se e lá ficaram firmes até que a lei fosse revogada. Catão vingou-se, como censor, multiplicando por 10 as taxas sobre os artigos que Ópio havia proibido — mas a maré estava em alta e nada haveria que pudesse detê-la. Outras leis desvantajosas para as mulheres foram revogadas ou ab-rogadas — ou permaneceram letra morta. As mulheres conseguiram a liberdade de administração de seus dotes; divorciavam-se e ocasionalmente envenenavam os maridos; daí em sua ascensão passaram a duvidar da sabedoria de ter filhos numa época de congestão urbana e de guerras imperialistas.

Já em 160 Catão e Políbio tinham observado o declínio da população e a incapacidade do Estado em mobilizar exércitos como os que enfrentaram Aníbal. A nova geração herdara o domínio sobre o mundo, mas não tinha tempo ou inclinação para defender a herança; a rápida adaptabilidade para a guerra, característica do romano rural de décadas anteriores, foi desaparecendo depois que a pequena propriedade cedeu ante os latifúndios e um proletariado já sem interesse no solo passou a encher os cortiços de Roma. Os homens realizavam a bravura por procuração; apinhavam o anfiteatro para assistir aos jogos sangrentos e alugavam gladiadores para lutar nos banquetes. Abriam-se escolas de aperfeiçoamento para ambos os sexos, nas quais os moços aprendiam a dançar e cantar, a tanger a lira e a exercitar-se na graça dos movimentos.[14] Nas classes superiores refinavam-se as maneiras à medida que a moral afrouxava. Nas classes baixas continuavam grosseiras, com diversões violentas e linguagem livremente obscena; sentimos o cheiro do *profanum vulgus* em Plauto, e compreendemos por que isso aborrecia Terêncio. Quando um grupo de flautistas quis realizar um concerto musical em um triunfo no ano de 167, a assistência forçou-os a transformar o concerto em luta de boxe.[15]

Na classe média, cada vez maior, o comercialismo dominava sem restrições. A riqueza dessa classe já não se constituía de bens reais, mas de inversões mercantis. A velha moralidade de uns tantos Catões não podia impedir que esse novo regime do capital móvel desse o tom da vida romana. Todo mundo só queria dinheiro e todo mundo só julgava ou era julgado à luz do dinheiro. Contratantes de obras públicas ou serviços roubavam de tal maneira que muitas propriedades do Estado, como as minas da Macedônia, tiveram de ser abandonadas porque a exploração se tornara mais uma tribulação do que um negócio.[16] A aristocracia que, a crermos nos historiadores (e não devemos crer), punha outrora a honra acima da vida, adotava a moralidade nova e compartilhava da nova riqueza; já não pensava na nação, mas nos interesses da classe; aceitava presentes e subornos em troca de favores, e prontamente encontrava razões para *casus belli* com países que tinham mais riqueza do que força. Patrícios detinham plebeus nas ruas e pediam-lhes, ou compravam-lhes, o voto. Tornou-se comum entre os magistrados a fraude com os fundos públicos, raramente sobrevindo a punição; como pensar em punição, quando metade dos senadores estava violando tratados, roubando aliados, saqueando províncias? "Quem furta de um cidadão", disse Catão, "termina seus dias com algemas nos pulsos, mas quem rouba a comunidade acaba no ouro e na púrpura."[17]

Não obstante, o prestígio do Senado era maior do que nunca. O Senado dera a Roma o triunfo nas duas guerras púnicas e nas três macedônicas; tinha desafiado e derrubado todos os rivais de Roma; conseguira a subserviente amizade do Egito e arrecadara tantas riquezas do mundo que em 146 a Itália viu-se livre de qualquer taxação direta. Nas crises bélicas ou políticas havia assumido muitos dos poderes da Assembléia e da magistratura, mas a vitória santificava semelhantes usurpações. O maquinismo dos *comitia* tornou-se grotesco depois que Roma transformou-se em um Império; os turbulentos povos agora submetidos ao governo de um Senado composto de estadistas amadurecidos e generais triunfantes teriam protestado se seus negócios fossem conduzidos pelo punhado de italianos que poderiam constituir as Assembléias de Roma. O princípio da democracia é liberdade, o princípio da guerra é disciplina; uma coisa exclui a outra. A guerra pede alta inteligência e coragem, decisões rápidas, ação una, obediência pronta; a freqüência da guerra condenou a democracia. Pela lei,

só a Assembléia Centurial tinha o direito de declarar a guerra e fazer a paz, mas graças a seu poder de dirigir as relações exteriores, o Senado levava as coisas a tal ponto que a Assembléia não tinha como escolher.[18] O Senado controlava o tesouro e todas as despesas públicas, e também controlava o judiciário, porque todos os júris importantes eram compostos de juízes tirados dentre os senadores. Nas mãos dos patrícios estavam a formulação e a interpretação das leis.

Dentro daquela aristocracia operava a oligarquia das famílias dominantes. Até Sila, a história romana é uma relação de famílias, antes que de indivíduos; nenhum grande estadista sobressai; gerações após gerações ocorrem os mesmos nomes nos altos cargos públicos. Entre 233 e 133 a.C., de 200 cônsules 159 pertenciam a 26 famílias, e 100 pertenciam a 10. A família mais poderosa nesse tempo foi a dos Cornélios. De Públio Cornélio Cipião, que perdeu a batalha de Trébia (218), passando pelo seu filho Cipião Africano, que derrotou Aníbal, ao neto adotivo deste, Cipião Emiliano, o destruidor de Cartago, a história da política romana e das guerras de Roma confundem-se com a história dessa família; e a própria revolução que destruiu a aristocracia foi começada pelos Gracos, netos de Emiliano. A salvadora vitória de Zama tornou Africano tão popular que Roma sempre esteve pronta para lhe dar tudo quanto ele quisesse. Mas quando Africano e seu irmão Lúcio voltaram da guerra na Ásia (187), o partido de Catão exigiu que este prestasse contas da indenização paga por Antíoco. Não permitiu o Africano que seu irmão respondesse e rasgou os registros diante do Senado. Lúcio foi levado a julgamento perante a Assembléia como peculatário; salvou-o do castigo o veto do tribuno Tibério Semprônio Graco, genro de Africano. Chamado por sua vez à barra do tribunal, Africano atrapalhou o processo convidando e levando a Assembléia ao templo de Júpiter para celebrar o aniversário de Zama. Intimado pela segunda vez, recusou-se a obedecer e retirou-se para sua propriedade em Liternum, nunca mais sendo incomodado. O surto de tal individualismo na política acompanhava o surto do individualismo no comércio e na moral. A República Romana iria ser arruinada pela incoercível força de seus grandes homens.

O que salva a aristocracia dessa época é sua intensa apreciação do belo. O contato com a cultura grega na Itália, Sicília e Ásia despertou os romanos não só para o luxo como para as mais altas obras da arte clássica.

Os conquistadores traziam para Roma famosas pinturas e estátuas, espelhos e taças de metal gravado, mobílias e tecidos preciosos. A velha geração mostrava-se ofendida com a colocação nas praças de Roma, por Marcelo, das esculturas roubadas de Siracusa; não se queixavam do roubo, mas da "vadiação e parolagem" de cidadãos antes industriosos e que agora paravam para "examinar e comentar bagatelas".[19] Fúlvio trouxe 1.015 estátuas da coleção de Pirro em Ambrácia; Emílio Paulo encheu 50 carros de seu triunfo com as preciosidades artísticas tomadas aos gregos, como parte do pagamento da libertação; Sila, Verres, Nero e mil outros romanos iriam fazer a mesma coisa durante dois séculos. A Grécia foi deixada nua para que o espírito de Roma se vestisse.

Esmagada por esta invasão, a arte italiana abandonou suas qualidades nativas e, com uma só ressalva, rendeu-se aos artistas gregos, aos temas gregos, às formas gregas. Escultores, pintores e arquitetos gregos, seguindo a senda do ouro, emigravam para Roma e paulatinamente helenizavam a capital de seus conquistadores. Os romanos ricos passaram a construir suas mansões em redor de um pátio, à moda grega, e a adorná-las com estátuas, colunas, pinturas e móveis requintados. Os templos mudaram mais lentamente, talvez com receio de que os deuses se contristassem; a nave curta e o pódio alto do estilo toscano permaneceram a regra, mas como os deuses olímpicos haviam-se mudado para Roma, pareceu apropriado desenhar seus templos no

estilo mais elegante dos gregos. Em um aspecto, porém, a arte romana, embora recebendo sugestões dos helenos, expressou com muita personalidade a robusta alma italiana. Nos monumentos triunfais e decorativos, nas basílicas e aquedutos, a arquitetura romana substituiu a arquitrave pelo arco. Em 184 Catão construiu a Basílica Pórcia toda de pedra; cinco anos depois Emílio Paulo dava a primeira forma à Basílica Emiliana, que seus descendentes iriam reparar e embelezar através das gerações. (A basílica [*stoa*, pórtico real] foi uma aplicação helenística do arco ao palácio em estilo persa e ao *hall* hipostilo dos egípcios; Delos e Siracusa já haviam usado essa estrutura no século III a.C.) A basílica romana típica, destinada ao movimento comercial e judiciário, consistia em um longo retângulo dividido em nave e corredores laterais por duas fileiras de colunas internas, e usualmente coberto com abóbada — um desenvolvimento que Roma tomou de Alexandria.[20] Como a nave era mais alta que os corredores, um clerestório de pedra *à jour* em cima de cada corredor deixava entrar o ar e a luz. Aqui está em essência a catedral medieval. Com esses enormes edifícios começou Roma a tomar o aspecto de magnificência e força que iria distingui-la entre tantas cidades, mesmo depois que ela deixou de ser a capital do mundo.

III. OS NOVOS DEUSES

Como se iam comportando os velhos deuses nessa época de tantas mudanças? Aparentemente a incredulidade da aristocracia já se instilara no coração do povo; do contrário não explicaríamos como um povo ainda fiel aos velhos deuses aceitava com tanta aprovação as comédias de Plauto, o qual motejava de Júpiter e fazia de Mercúrio um palhaço. O próprio Catão, sempre atento em manter as velhas formas, espantava-se da habilidade dos áugures em não se rirem quando se encontravam cara a cara.[21] Já de há muito vinham sendo esses tomadores de auspícios subornados pelos interesses políticos; organizavam sob medida prodígios e portentos, para condicionar a opinião pública; o voto popular fora anulado pela mistificação piedosa, e a religião tinha consentido em transformar a exploração em sacramento. Mau sinal que fez com que Políbio, depois de passar 17 anos nas mais altas rodas, considerasse a religião romana um simples instrumento de governo:

> A qualidade de mais destaque da república romana é, a meu ver, a natureza de sua religião. A superstição, isso que as outras nações condenam, é o que mantém a coesão do Estado romano. Vestem-na de tal pompa e tanto a embutem na vida pública e privada, que nenhuma religião pode servir de paralelo. ... Suponho que o governo adotou esse curso por causa do povo comum. Seria desnecessário, se fosse possível obter um país composto só de homens de boa cabeça, mas cada multidão está cheia de elementos levados de desejos inadmissíveis, de loucos apaixonamentos, de cóleras violentas, e é preciso segurá-los com terrores invisíveis e pompas religiosas.[22]

Políbio podia justificar-se, talvez, com matéria recente, reveladora de que a despeito de Plauto e da filosofia a superstição ainda imperava soberana. Quando o desastre de Canas deixou Roma indefesa diante de Aníbal, a populaça entrou em pânico. "A que deuses devemos pedir a salvação?" O Senado procurou serenar a comoção por meio de um sacrifício humano; em seguida recorreu a preces aos deuses gregos, depois, ao ritual grego aplicado a todos os deuses, gregos e romanos igualmente. E por fim decidiu que, uma vez que não podia evitar a superstição, cumpria organizá-la e controlá-la. Em 205 anunciou que os Livros Sibilinos prediziam a retirada de Aníbal se a Magna Mater — uma forma da deusa Cibele — fosse trazida de Pessino, na Frí-

gia, a Roma. Átalo, rei de Pérgamo, consentiu, e a "pedra preta", suposta encarnação da Grande Mãe, foi embarcada para Óstia, onde Cipião Africano e uma procissão de virtuosas matronas receberam-na com grande cerimonial. Quando o navio portador da pedra encalhou na lama do Tibre, a vestal Cláudia o desencalhou e o levou rio acima até Roma, com o poder mágico da castidade. E lá as matronas em solene procissão conduziram a pedra ao templo da Vitória, fumegada pelo incenso que o povo ia queimando pelas ruas da procissão. O Senado arrenegou ao saber que a nova deidade tinha de ser servida por sacerdotes auto-emasculados, e teve de descobrir tais homens, não romanos evidentemente. Daí por diante Roma passou a celebrar em cada abril a *Megalesia*, ou festa da Grande Deusa, primeiro com profunda dor, depois com selvagem alegria. Cibele era deusa da vegetação, e a lenda contava como seu filho Átis, símbolo do outono e da primavera, morrera e descera ao Hades, para depois ressuscitar.

Naquele mesmo ano (205) Aníbal deixou a Itália — e o Senado se deu parabéns pela habilidade com que agira na crise religiosa. Mas as guerras com a Macedônia abriram as portas à Grécia e ao Oriente; na esteira dos soldados em retorno com despojos, idéias e mitos orientais, vinham levas de escravos asiáticos e gregos, de refugiados, viajantes, atletas, artistas, atores, músicos, professores, conferencistas; e nessas migrações os homens levam consigo seus deuses. As classes baixas de Roma agradaram-se de ouvir falar de Dioniso-Baco, de Orfeu e Eurídice, do misticismo que proporcionava uma ebriedade divina, das iniciações que revelavam a ressurreição e prometiam vida eterna aos fiéis. Em 186 verificou o Senado que boa parte do povo havia aceito o culto de Dioniso, com celebrações de bacanais noturnas. A licença sexual era mais de homem com homem do que de homem com mulher, disse Tito Lívio, e acrescentou, provavelmente transformando rumores em história, que "quem se recusava à degradação... era sacrificado como vítima".[23] O Senado suprimiu esse culto, prendeu sete mil adeptos e condenou centenas à morte. Mas foi uma precária vitória na longa luta de Roma contra os cultos do Oriente.

IV. O ADVENTO DA FILOSOFIA

À conquista da Grécia os gregos revidaram introduzindo em Roma sua religião e sua comédia; isso na plebe; na aristocracia introduziram a filosofia e a arte. Esses presentes gregos entraram a conspirar, juntamente com a riqueza, para o solapamento da fé e do caráter dos romanos; assim os conquistados vingavam-se de seus conquistadores. E a conquista grega atingiu seu clímax na filosofia romana, do estóico epicurismo de Lucrécio ao epicurismo estóico de Sêneca. Na teologia cristã os metafísicos gregos suplantaram os deuses da Itália. A cultura grega triunfou com o crescimento de Constantinopla, a cidade que a princípio foi a rival, depois a sucessora de Roma; e quando Constantinopla caiu, a literatura, a filosofia e a arte gregas reconquistaram a Itália e a Europa no Renascimento. Isto constitui a corrente central da história da civilização européia; tudo mais é tributário. "Não foi um modesto riacho que fluiu da Grécia para nossa cidade", diz Cícero, "mas um poderoso caudal de cultura e ciência."[24] Daí por diante, a vida mental, artística e religiosa de Roma passou a fazer parte do mundo helênico. (Diz Horácio numa frase hoje vulgar: *Graecia capta ferum victorem cepit* — "a conquistada Grécia escravizou seu bárbaro conquistador".[25])

Nas escolas e salas de conferências de Roma os invasores gregos encontraram um caminho estratégico. Recrescente esteira de *Graeculi* — ou grecizantes, como dizia o desprezo romano — acompanhava os exércitos em retorno do Oriente. Muitos deles, escravos, tornaram-se professores nas famílias romanas; alguns, os *grammatici*, inauguraram a educação secundária em Roma com a abertura de escolas de língua e literatura gregas; outros, os *rhetores*, davam lições particulares ou públicas de oratória, composição literária e filosofia. Os oradores romanos — mesmo o anti-helenista Catão — passaram a modelar seus discursos pelos de Lísias, Ésquines e Demóstenes.

Poucos destes mestres gregos tinham alguma crença religiosa; e muito menos ainda eram os que a transmitiam; uns tantos acompanhavam Epicuro, precedendo Lucrécio no descrever a religião como a maior desgraça da vida humana. Os patrícios perceberam a direção dos ventos e procuraram barrá-los; em 173 o Senado baniu dois epicuristas, e em 161 foi decretado que "nem filósofos nem retóricos seriam permitidos em Roma". Mas os ventos não pararam. Em 159 Crates de Malo, o estóico chefe da real biblioteca de Pérgamo, veio a Roma numa embaixada oficial, quebrou uma perna, deixou-se ficar na cidade e durante a convalescença fez preleções sobre literatura e filosofia. Em 155 mandou Atenas como embaixadores a Roma os chefes de suas três grandes escolas filosóficas: Carnéades, o Acadêmico ou Platônico, Critolau, o Peripatético ou Aristotélico e Diógenes, o Estóico de Selêucia. Esse fato equivaleu ao estímulo que em 1453 Crisoloras iria trazer à Itália. Carnéades falava tão eloqüentemente sobre a eloqüência, que a fina flor da mocidade romana vinha ouvi-lo todos os dias.[26] Era de um cepticismo absoluto; punha em dúvida a existência dos deuses e demonstrava que tão boas razões podiam ser dadas para a prática da injustiça como para a da justiça — tardia rendição de Platão a Trasímaco.[27] O velho Catão, sempre alerta, propôs ao Senado o reenvio desses embaixadores. Foram-se eles — mas a mocidade já havia provado o gosto do vinho filosófico, e a partir daquele momento passou a procurar Atenas e Rodes com a finalidade de trocar as velhas crenças pelas novas dúvidas.

Os próprios conquistadores da Grécia tornaram-se os paladinos da cultura e da filosofia helenísticas em Roma. Flamínio, já amante da literatura grega antes de invadir a Macedônia e libertar a Grécia, comoveu-se profundamente com a arte e o drama que viu na Hélade. Temos de levar ao crédito de Roma o fato de alguns de seus generais alcançarem a compreensão de Policleto e Fídias, Escopas e Praxíteles, ainda que se excedessem nisso a ponto de roubarem as obras desses mestres. De todos os despojos trazidos por Emílio Paulo depois da vitória sobre Perseu, só a biblioteca desse rei iria ele guardar, como herança para seus filhos.

Por ocasião da morte de Paulo, seu filho mais moço foi adotado por P. Cornélio Cipião, filho do Africano. E segundo o costume de Roma o rapaz tomou o nome de seu pai adotivo, acrescentando-o ao do clã; passou a ser o P. Cornélio Cipião que daqui por diante nomearemos apenas como Cipião. Belo moço, cheio de saúde, simples de hábitos e discreto no falar, afetivo e generoso, tão honesto que ao morrer, isso depois de todas as riquezas de Cartago terem passado pelas suas mãos, só deixou 33 libras de prata e duas de ouro; sempre vivera mais como estudioso do que como homem de posses. Em sua mocidade o exilado Políbio conquistou-lhe a amizade com os bons conselhos e os bons livros que lhe deu. Cipião ganhou suas esporas na luta, sob o comando de seu pai, em Pidna; na Espanha aceitou o desafio do inimigo para combate singular e venceu.[28]

Em Roma reuniu ao seu redor um grupo de romanos de valor, interessados no pensamento grego, entre eles Caio Lélio, homem de larga sabedoria e seguro na amizade, de vida pura e só abaixo de Emiliano em eloqüência e estilo. Um século mais tarde iria Cícero apaixonar-se por Lélio, ao qual dedicou o *Ensaio Sobre a Amizade*, manifestando o desejo de ter vivido em seu tempo. A influência de Lélio na literatura foi considerável; graças a ele desenvolveu Terêncio a elegante precisão de seu estilo e talvez com ele tenha aprendido Gaio Lucílio (180-103) a dar fundo social às sátiras com que chicoteava o luxo e os vícios da época.

Políbio e Panécio foram os mentores gregos do grupo. Políbio morou anos em casa de Cipião. Era um realista e um racionalista, com poucas ilusões sobre os homens e os povos. Panécio viera de Rodes e, como Políbio, fazia parte da aristocracia helênica. Por muitos anos viveu na intimidade de Cipião, ao qual muito influenciou, impelindo-o para a nobreza do estoicismo — e talvez tenha sido Cipião quem o persuadiu a trocar o extremado moralismo dessa filosofia por um credo mais prático. No livro *Sobre os Deveres*, Panécio fixou as idéias centrais do estoicismo: o homem faz parte de um todo e com ele deve cooperar — com sua família, seus pais e a divina Alma do Mundo; o homem está aqui não para gozar os prazeres dos sentidos, mas para cumprir seu dever, sem restrição nem queixas. Panécio não exigia, como os primitivos estóicos, a virtude perfeita, ou a completa indiferença diante dos bens do mundo. Os romanos educados aceitaram esta filosofia, como a adequada substituta da fé religiosa já extinta, e na ética estóica encontraram um código moral de acordo com suas tradições e ideais. O estoicismo tornou-se a inspiração de Cipião, a ambição de Cícero, o melhor de Sêneca, o fanal de Trajano, o consolo de Aurélio e a consciência de Roma.

V. O DESPERTAR DA LITERATURA

O propósito básico da roda de Cipião era encorajar a literatura e a filosofia, moldar a língua latina num flexível instrumento literário, abeberar as musas romanas nas nutrientes fontes da poesia grega e formar público para os bons escritores em prosa e verso. Em 204 Cipião Africano deu boa mostra de seu caráter com a recepção que fez a um poeta introduzido em Roma pelo mais forte oponente a tudo quanto interessava aos Cipiões e seus amigos — Catão. Quinto Ênio nascera em Brundísio (239), de pais ítalo-gregos. Fora educado em Tarento, onde muito se impressionou com os dramas gregos lá representados. Sua coragem guerreira revelada na Sardenha chamou a atenção de Catão, que por esse tempo funcionava como questor da ilha. Em Roma Ênio viveu de ensinar latim e grego; recitava versos aos amigos e por fim teve entrada na roda de Cipião.

Não houve forma poética que não experimentasse. Escreveu várias comédias e pelo menos 20 tragédias. Apaixonado de Eurípides, enamorou-se como ele das idéias radicais e zombou dos piedosos com ironias deste jaez: "Asseguro-vos que há deuses, mas os deuses pouco se importam com o que os homens fazem, do contrário tudo correria bem com os bons e mal com os maus — coisa que raramente acontece";[29] e diz Cícero que a assistência muito aplaudiu a idéia.[30] Ênio traduziu, ou parafraseou, a *História Sagrada* de Enêmero, onde se diz que os deuses não passam de velhos heróis mortos, deificados pelo sentimento popular. Não era imune a certa teologia, pois anunciou que a alma de Homero, depois de passar por vários corpos, inclusive os de Pitágoras e de um pavão, passou a residir nele, Ênio. Escreveu com verve uma história épica de

Roma, de Enéias a Pirro — e esses *Annales* tornaram-se, até Virgílio, o poema nacional da Itália. Sobrevivem uns poucos fragmentos, dos quais o mais célebre é a linha que os conservadores romanos viviam a citar:

Moribus antiquis stat res romana virisque —

"O Estado romano apóia-se na antiga moral e em seus grandes homens." Do ponto de vista métrico, esse poema equivaleu a uma revolução, substituía os soltos versos "saturninos" de Névio pelos fluentes e flexíveis hexâmetros da épica grega. Ênio deu ao latim novas formas e nova força, recheou seus versos com a carne do pensamento e proporcionou a Lucrécio, Horácio e Virgílio método, vocabulário, tema e idéias. Para coroamento de carreira escreveu um trabalho sobre os prazeres da mesa, vindo a morrer de gota aos 70 anos, depois de traçar este orgulhoso epitáfio.

Não quero lágrimas nem lamentos de passagem.
Eu estou nos lábios dos homens, e vivo.[31]

Ênio foi bem-sucedido em tudo, menos na comédia, talvez tomasse muito a sério a filosofia, esquecido de seu próprio conselho de que "devemos filosofar, mas não muito".[32] Acertadamente o povo preferia rir a filosofar — e enriqueceu Plauto, deixando Ênio na pobreza. Por idênticas razões o povo não estimulou o drama trágico. As tragédias de Pacúvio e Ácio obtinham os aplausos da aristocracia mas eram ignoradas do povo — e foram logo esquecidas.

Em Roma, como em Atenas, as peças eram apresentadas ao público por funcionários do Estado como parte das festas religiosas ou exéquias de um cidadão ilustre. O teatro de Plauto e Terêncio consistia em uma armação de madeira com um fundo decorado (*a scaena*) e na frente uma *orchestra* circular, ou plataforma para as danças; metade desse círculo formava o *proscaenium,* ou palco. Essa estrutura provisória era desarmada depois de cada festa, como hoje as arquibancadas para as revistas militares. Os espectadores ficavam de pé, ou sentavam-se em banquinhos trazidos, ou acocoravam-se no chão ao ar livre. Só em 145 apareceu um teatro em Roma, ainda construído de madeira e sem teto, mas já com assentos no estilo semicircular grego. Entrada grátis; os escravos podiam comparecer mas não sentar-se, e as mulheres tinham de ficar no fundo. Assistência provavelmente das mais rudes da história dramática — rumorosa multidão de "gente da terra"; curioso observar quantas vezes os prólogos reclamavam silêncio e bom comportamento, e como além da crueza das graçolas, as idéias estereotipadas tinham de ser repetidas, para serem compreendidas. Alguns prólogos pedem às mães que deixem os filhos pequenos em casa, ou ameaçam os meninos barulhentos, ou advertem as mulheres para não tagarelarem tanto — advertências que aparecem até nas peças publicadas.[33] Se tinha de ser feita uma exibição de luta ou corda bamba, a representação interrompia-se, para continuar depois. As palavras *Nunc plaudite omnes* e outras, no fim das comédias romanas, indicavam o termo do espetáculo e davam sinal para os aplausos.

A melhor feição do teatro romano estava no trabalho dos atores. O papel principal cabia em geral ao empresário, um liberto; os demais atores eram sempre escravos gregos. Cidadão que virasse ator perdia os direitos civis — costume que perdurou até Voltaire. Papéis femininos representados por homens. Assistências pequenas, e por esse tempo os atores não usavam máscaras — contentavam-se com pintura do rosto e cabelos postiços. Lá por volta do ano 100 a. C., com assistências maiores, já se fazia necessária a máscara para marcar os tipos; a máscara tinha o nome de *persona,* aparentemente do etrusco *phersu,* máscara, e os papéis tinham o nome de

dramatis personae — máscaras da peça. Os atores trágicos usavam um calçado alto, o *cothurnus*, e os atores de comédia usavam sapatos baixos — *soccus*. Partes da peça eram cantadas ao *obbligato* de uma flauta; às vezes os cantores cantavam essas partes enquanto os atores as representavam em pantomima.

As comédias de Plauto foram escritas em versos jâmbicos, segundo os modelos da Grécia. A maioria das comédias latinas era tomada diretamente, ou por combinação, de um ou mais dramas gregos, em geral de Filêmon, Menandro ou outros profissionais da Nova Comédia em Atenas. O autor e o título do original grego vinham mencionados. Adaptações de Aristófanes e da Velha Comédia esbarravam na lei das Doze Tábuas, que proibia sob pena de morte a sátira política.[34] Talvez por causa dessa disposição os teatrólogos de Roma conservaram as cenas gregas, os tipos, os costumes, os nomes e até as moedas dos originais; e se não fosse Plauto a lei teria banido completamente do palco a vida romana. Esta fiscalização policial não alcançava a grosseria e a obscenidade; cuidavam os edis de divertir o povo, não de elevá-lo, e o governo de Roma nunca se desagradou da ignorância das massas. As assistências, sempre grosseiras, preferiam o humor popular à agudeza, a bufoneria à sutileza, a vulgaridade à poesia — Plauto a Terêncio.

T. Mácio Plauto — literalmente, Tito o palhaço de pé chato — aparece pela primeira vez na Úmbria em 254. Vindo de Roma, trabalhou como operário de palco, juntou dinheiro, empregou-o precipitadamente e perdeu-o. E para comer pôs-se a produzir peças; suas adaptações do grego agradaram pela introdução de alusões romanas; Plauto ganhou dinheiro novamente e recebeu a cidadania. Era um homem do povo, exuberantemente alegre, rabelaisianamente robusto; ria de tudo, mas tinha boa vontade para com todos. Escreveu ou refez 130 peças, das quais sobreviveram 20. O *Miles Gloriosus* é a alegre pintura de um soldado jactancioso, cujo criado o alimenta com mentiras.

> *Criado:* Viu aquelas duas raparigas que me detiveram ontem?
> *Capitão:* Que disseram?
> *Criado:* Quando o capitão passou uma exclamou: "Quê! O grande Aquiles por aqui?" E eu respondi: "Não, é o irmão dele." E então disse a outra: "Verdade! Ele é bonito! Que ar nobre! Que lindo cabelo!"... e pediram-me as duas que fizesse o capitão dar outro passeio hoje, para que o vissem melhor.
> *Capitão:* É um grande incômodo isto de ser belo![35]

O *Anfitrião* faz rir à custa de Jove, que, disfarçado em esposo de Alcmena, implora a si próprio para testemunhar seu próprio juramento e oferece piedosos sacrifícios a Júpiter.[36] Depois de seduzida, a dama no dia seguinte dá à luz dois gêmeos. No fim Plauto pede ao deus que o perdoe e que fique com a parte do leão nos aplausos. Esse caso de Júpiter e Alcmena mostrou-se tão popular na Roma de Plauto como na Atenas de Menandro, na Paris de Molière e na Nova York de nosso tempo. A *Aulularia* é a história do tesouro de um avarento narrado com mais simpatia que no *Avare* de Molière; o herói recolhe as aparas das unhas, e lamenta a perda da água nas lágrimas que derramou. Em *Menaechmi* temos a velha história dos gêmeos que se confundem — fonte da *Comédia dos Erros* de Shakespeare. Lessing achava *Captivi* a melhor peça jamais representada;[37] também Plauto a apreciava muito e no prólogo diz:

> Não é repetição ou coisa como o resto;
> Não tem frases sujas que ninguém pode citar,
> Nem alcoviteiro perjuro, nem meretriz malvada.

E é verdade, mas o enredo, muito intrincado, e dependente de coincidências e revelações quase impossíveis não nos prende hoje. O que nessas comédias nos interessa não são os entrechos, mas a riqueza dos incidentes humorísticos, os trocadilhos tão ruins como os de Shakespeare, a rumorosa indecência, a galeria de mulheres levianas e seus repentes; em cada peça tinha o público a certeza de encontrar um caso de amor, uma sedução, um herói virtuoso e belo, um escravo com mais cabeça que todos os outros tipos juntos. Ali quase nos seus começos, a literatura romana toca o homem comum e, sob disfarces gregos, mergulha nas realidades da vida de todos os dias — e a poesia latina jamais iria fazer isso outra vez.

Talvez no ano da morte de Plauto (184), tenha nascido Públio Terêncio Afer em Cartago da Fenícia, possivelmente de sangue africano. Dele nada sabemos a não ser quando começa a aparecer em Roma como escravo de Terêncio Lucano. Breve este senador percebeu o talento do rapaz, deu-lhe cultura e libertou-o; em sinal de gratidão Terêncio tomou-lhe o nome. No caso de Terêncio com Estácio temos um belo traço das maneiras romanas. Pobre e mal vestido, fora Terêncio à casa de Cecílio Estácio, cujas comédias, hoje perdidas, dominavam o palco da época, e lá leu para ele a primeira cena de *Andria*. Tão encantado ficou Cecílio que o convidou para jantar, e ouviu com admirada atenção o resto.[38] Também foi ouvido por Emiliano e Lélio, que o induziram a escrever no latim polido, tão caro a ambos. Daí os rumores de que Lélio escrevia as peças de Terêncio — boato que o autor, com muito tato e prudência, não negou nem confirmou.[39] Levado talvez pelo forte helenismo da roda de Cipião, Terêncio aderiu firmemente aos originais gregos, deu a suas peças títulos gregos, evitou alusões à vida romana e chamou-se a si próprio tradutor[40] — uma modesta diminuição de seu trabalho.

Não sabemos do destino da peça de que Cecílio gostou tanto. A *Hecyra*, que Terêncio escreveu a seguir fracassou porque a assistência saiu no meio para assistir a uma luta de ursos. A fortuna sorriu-lhe em 162, quando produziu sua peça de maior fama, *Heauton Timoroumenos*, o Atormentador de Si Próprio. Era a história de um pai que proibira o filho de casar-se com a amada; o filho casou-se; o pai deserdou-o e expulsou-o — e tomado de remorsos castigou-se repudiando suas riquezas e vivendo pobre no trabalho. Um vizinho propõe a mediação, o pai pergunta-lhe por que se interessa tanto pelas desgraças alheias, e a resposta se tornou uma frase eternamente citada e que toda a audiência aplaudiu:

Homo sum, humani nihil a me alienum puto —

"Homem sou e nada do que é humano me é estranho." No ano seguinte *O Eunuco* foi tão bem recebido que deu duas representações no mesmo dia, coisa rara, rendendo ao autor oito mil sestércios ($1.200) entre a manhã e a noite.[41] Alguns meses depois apareceu *Phormio*, o diligente criado que salvou o amo da ira paterna e serviu de modelo para o vigoroso Fígaro de Beaumarchais. Em 160 a última peça de Terêncio, *Adelphi*, ou "Irmãos", foi representada nos jogos funerais de Emílio Paulo. Logo depois partiu Terêncio para a Grécia e já de volta morreu de uma enfermidade na Arcádia com 25 anos.

Suas últimas peças sofreram em popularidade porque o helenismo já o dominava completamente. Faltava-lhes a vivacidade e o humor de Plauto; Terêncio nunca procurou refletir a vida romana. Não havia vilões em suas comédias nem atrevidas prosti-

tutas; seus tipos femininos são tratados com ternura e mesmo suas cortesãs elevam-se até aos umbrais da virtude. Era rico em frases sentenciosas que ficaram memoráveis; *hinc illae lacrimae* ("daí essas lágrimas"), *fortes fortuna adiuvat* ("a fortuna ajuda aos fortes"), *quot homines tot sententiae* ("tantos homens, tantas opiniões") e uma centena mais; isso, entretanto, exigia do público um nível literário inexistente na plebe de Roma. O povo dava o devido apreço a suas comédias meio trágicas, àqueles entrechos bem compostos mas de ação lenta, àqueles sutis estudos de tipos estranhos, ao estilo muito igual, à quase insultante pureza da linguagem; era como se a assistência sentisse a abertura de uma brecha entre o povo e a literatura romana — brecha que nunca seria eliminada. Cícero, muito perto de Catulo para vê-lo, e muito prudente para gostar de Lucrécio, viu em Terêncio o mais fino poeta da República. César julgou-o com mais justeza quando louvou nele o "amante da linguagem pura" e lhe deplorou a falta da *vis comica,* o poder de fazer rir, apelidando-o de *dimidiatus Menander* — "meio Menandro". Uma coisa, porém, alcançou Terêncio: esse semita de fora, inspirado por Lélio e a Grécia, modelou a língua latina num instrumento literário que no século seguinte iria tornar possível a prosa de Cícero e a poesia de Virgílio.

VI. CATÃO E A OPOSIÇÃO CONSERVADORA

A invasão grega na literatura, na filosofia, religião, ciência e arte, e a revolução nas maneiras, na moral e no sangue enchiam de medo e desprezo os romanos da velha cepa. Longe, em uma quinta sabina, um senador já retirado da lide, Valério Flaco, irritava-se com a decadência do caráter romano, a corrupção política, a substituição do *mos maiorum* pelas idéias e costumes gregos. Já estava muito velho para lutar contra a maré, mas numa propriedade próxima, nos arredores de Reate, vivia um jovem plebeu dotado de todas as velhas qualidades romanas: lá trabalhava de rijo no solo amado, economizava, cultivava a simplicidade e falava com o brilho de um radical. Marco Pórcio Catão. *Pórcio* porque era de uma antiga família criadora de porcos; *Catão* por causa da astúcia e perspicácia da família; Catão defendeu e ganhou causas de seus vizinhos nas cortes locais. Flaco aconselhou-o a mudar-se para Roma; Catão mudou-se, e com a idade de 30 anos obteve o lugar de questor (204). Em 199 era edil; em 198, pretor; em 195, cônsul; em 191, tribuno; em 184, censor. Entrementes serviu 26 anos no exército como valente soldado e hábil e impiedoso general. Catão considerava a disciplina como a mãe do caráter e da liberdade; desprezava o soldado que "mexia com as mãos na marcha e se preocupava com os pés na luta, e cujo ronco no sono era maior que seu grito de batalha", mas conquistou o respeito dos soldados marchando ao lado deles, dando a cada um uma libra de prata dos despojos, sem nada conservar para si.[42]

Nos intervalos de paz denunciava os retóricos e a retórica, e tornou-se o mais poderoso orador de seu tempo. Os romanos ouviam-no com relutante fascinação, porque ninguém jamais lhes falara com tão evidente honestidade e tanta agudeza; a chibata de sua língua podia cair sobre qualquer dos presentes, mas era agradável vê-la cair no lombo do vizinho. Catão combateu sem tréguas a corrupção, e raramente deixou o sol pôr-se sem fazer um novo inimigo. Pouca gente o amava; aquela cara cheia de cicatrizes, aqueles cabelos ruivos desconcertavam toda gente; seus dentes grandes ameaçavam, seu ascetismo e sua operosidade envergonhavam os outros, seu olhos verdes de-

vassavam todos os egoísmos. Quarenta e quatro vezes seus inimigos patrícios tentaram esmagá-lo por meio de denúncias públicas, e 44 vezes foi Catão salvo pelos votos dos agricultores que, com ele, ressentiam-se da venalidade e do luxo.[43] Quando esses mesmos votos o fizeram censor, Roma inteira estremeceu. Catão cumpriu as ameaças feitas durante a campanha e que lhe deram a vitória na eleição; impôs pesadas taxas sobre os objetos de luxo, multou senadores por vida de ostentação, excluiu do Senado seis membros cujo passado não os recomendava. Expulsou Manílio por ter beijado a mulher em público; quanto a ele, confessou que, jamais havia abraçado sua mulher exceto quando trovejava — embora gostasse do trovão. Completou o sistema de esgotos da cidade, cortou os canos que clandestinamente furtavam a água dos aquedutos públicos, compeliu proprietários a demolir as construções invasoras ou prejudiciais às vias públicas, fez baixar o preço pago pelas obras públicas e forçou os coletores a entrarem para o Tesouro com parte maior das receitas.[44] Depois de cinco anos de heróica oposição à natureza humana, retirou-se do cargo, empregou muito bem seu capital, eqüipou uma grande quinta com escravos, emprestou dinheiro a juros altos, comprou escravos baratos e depois de bem treiná-los vendeu-os caros; e ficou tão rico que pôde dar-se à tarefa de escrever — ocupação que desprezava.

Catão foi o primeiro grande escritor em prosa latina. Começou pela publicação de seus discursos. Depois editou um manual de oratória, em que reclamava o rude estilo romano em vez do macio de Isócrates e dos retóricos, e forneceu a Quintiliano um tema ao definir o orador como *vir bonus dicendi peritus*[45] — "um homem de bem, hábil no falar" (haverá união mais rara?). Deu a público suas experiências agrícolas no tratado *De agri cultura* — a única de suas obras, e a mais velha das obras latinas que se salvou. Estilo simples e vigoroso, compactamente substancioso, Catão não desperdiça palavras, e raramente recorre a uma conjunção. Dá minuciosos conselhos sobre a compra e venda de escravos (os velhos devem ser vendidos antes que se tornem um encargo), sobre a meação das terras, sobre a viticultura e a arboricultura, sobre a economia doméstica e industrial, sobre argamassas e confeitaria, sobre resfriado e diarréia, sobre o tratamento da mordedura de cobra com bosta de porco e sobre a oferta de sacrifícios aos deuses. Perguntado sobre qual o melhor emprego das terras na agricultura, respondeu: "Proveitosa criação de gado." E depois? "Criação de gado com lucros modestos." E em terceiro lugar? "Criação de gado sem lucros." E em quarto? "O aramento da terra." Foi o argumento criador dos latifúndios na Itália.

O mais importante de seus livros teria sido provavelmente uma obra perdida: *Origines,* corajosa tentativa de estudo das antigüidades, da etnologia, instituições e história de toda a Itália desde os começos até o ano de sua morte. Tudo quanto sabemos dessa obra é que, a despeito da aristocracia de seus antepassados, o autor não citava generais, mas elogiava um elefante que lutou muito bem contra Pirro.[46] Catão desejava que esse trabalho e seus ensaios sobre a oratória, agricultura, higiene, arte militar e leis formassem uma enciclopédia para a educação de seu filho. Escrevendo-os em latim esperava desalojar os textos gregos que, a seu ver, estavam estragando os miolos dos moços. Embora estudasse ele próprio o grego, Catão parece ter sido sincero em sua crença de que a educação na literatura e filosofia gregas dissolveria as crenças religiosas da mocidade romana, deixando-a indefesa contra os instintos de aquisição, pugnacidade e sexo. Sua condenação, como em Nietzsche, visava Sócrates, essa velha parteira, toda tagarelice (pensava Catão), que com justo motivo fora envenenada, porque de fato solapava a moral e a lei de Atenas.[47] Os próprios médicos da

Grécia irritavam-no; preferia as velhas mezinhas caseiras e desconfiava dos cirurgiões sempre prontos a recorrer à cirurgia.

> Os gregos (escreveu ele ao filho) são uma raça iníqua e intratável. Acredita no que digo: quando esse povo embutir em Roma sua literatura, tudo ficará arruinado. ... E com muita rapidez, se nos mandarem seus médicos. Eles conspiram entre si para dar cabo a todos os "bárbaros". ... Proíbo-te qualquer relação com médicos.[48]

Com essas idéias, era ele um natural antagonista da roda de Cipião, interessada na expansão da literatura grega em Roma como levedura indispensável ao crescimento da mentalidade romana e elevação das letras latinas. Catão deu apoio à denúncia de Africano e Lúcio; as leis contra os defraudadores não deviam respeitar ninguém. Quanto às relações exteriores, advogou a política da justiça e da não-intervenção — exceto em um caso. Desprezando os gregos, respeitava a Grécia; e quando os espoliadores imperialistas do Senado fomentaram a guerra contra Rodes, ele pronunciou discurso decisivo em favor da conciliação. A exceção a que nos referimos acima ocorreu no caso de Cartago. Catão esteve lá em missão oficial em 175 e impressionou-se com a rápida restauração da cidade depois da derrota de Aníbal — com a beleza dos vinhedos e pomares, com a riqueza que fluía do comércio renascido, com o armamentismo em surto nos arsenais. De retorno a Roma apresentou ao Senado uma cesta de figos apanhados em Cartago três dias antes, como odioso símbolo da prosperidade e proximidade de Cartago, e predisse que se a cidade inimiga fosse deixada à vontade breve estaria de novo em condições de recomeçar a luta pela hegemonia do Mediterrâneo. Desse momento em diante, com característica pertinácia, Catão passou a concluir seus discursos, sobre qualquer assunto que fosse, com o famoso estribilho: *Ceterum censeo delendam esse Carthaginem* — "E também penso que Cartago deve ser destruída." Os imperialistas do Senado concordaram, não porque cobiçassem o comércio de Cartago, mas porque viam nos bem irrigados campos do norte da África uma boa oportunidade para emprego de seus dinheiros — novos latifúndios a serem trabalhados por novos escravos. E ficaram ansiosos à espera de pretexto para a Terceira Guerra Púnica.

VII. *CARTHAGO DELETA*

O pretexto veio do mais extraordinário governante daqueles tempos. Masinissa, rei da Numídia, viveu 90 anos (238-248), teve um filho aos 86 anos de idade,[49] e por meio de um saudável regime conservou-se em plena saúde até o fim. Organizou seu povo nômade em sociedade agrícola sedentária, governou-o habilmente durante 60 anos, adornou Cirta, a capital, com arquitetura senhoril e deixou como seu túmulo a grande pirâmide que ainda hoje se ergue na Tunísia perto da cidade de Constantina. Havendo conquistado a amizade de Roma e conhecedor da fraqueza política de Cartago, muito amiúde Masinissa invadia e se apropriava de terras cartaginesas; tomou Léptis e outras cidades e por fim passou a controlar todo o território próximo da cansada metrópole. Impedida, pelo tratado de Zama, de fazer guerra sem o consentimento de Roma, Cartago mandou embaixadores ao Senado, que protestassem contra o procedimento de Masinissa. O Senado respondeu que todos os fenícios eram intrusos na África, e lá não tinham direitos que as nações bem armadas fossem obrigadas a

respeitar. Depois de haver pago a Roma a última das 50 prestações de 200 talentos anuais da indenização imposta, Cartago sentiu-se liberada de todas as obrigações do tratado. E em 151 declarou guerra à Numídia. Um ano mais tarde Roma lhe declarava guerra.

A notícia disto e de que a frota romana já havia levantado ferros rumo à África chegaram a Cartago ao mesmo tempo. A antiga cidade, conquanto rica em população e comércio, não estava preparada para a guerra com os romanos. Dispunha de pequeno exército, reduzida esquadra e não contava com aliados nem mercenários. Roma dominava o mar. Utica declarou-se logo favorável aos romanos, enquanto Masinissa bloqueava todas as saídas de Cartago para o interior africano. Nova embaixada seguiu para Roma com ordem de satisfazer a todas as exigências. O Senado prometeu que se Cartago entregasse como reféns, aos cônsules romanos na Sicília, 300 crianças das mais nobres famílias da cidade, e obedecesse a todas as ordens desses cônsules, sua liberdade e integridade seriam mantidas. E secretamente instruiu os cônsules sobre o que fazerem. Os cartagineses entregaram as crianças com muita tristeza e maus presságios; os parentes coalharam a praia para o melancólico adeus; no último instante as mães tentaram impedir a saída dos navios — e algumas nadaram atrás das embarcações para um último olhar aos filhinhos. Os cônsules enviaram a Roma esses pequenos reféns, passaram por Utica com exército e frota, chamaram embaixadores cartagineses à fala e intimaram a cidade a entregar todos os seus navios, todas as armas de guerra e ainda grande quantidade de trigo. Satisfeitas essas exigências, os cônsules exigiram que a população de Cartago se mudasse para 10 milhas distante da cidade, a qual iria ser incendiada. Inutilmente os embaixadores argüiram que a destruição de uma cidade que de boa mente havia entregue tantos reféns e todas as armas constituía uma atrocidade sem paralelo na história. E ofereceram suas próprias vidas em expiação; lançando-se por terra cobriram as cabeças com o pó. Os cônsules replicaram que eram ordens do Senado e não podiam ser modificadas.

Ao saber das imposições, o povo de Cartago perdeu a cabeça. Os pais dos reféns estraçalharam os chefes que haviam aconselhado a entrega das crianças; outros mataram os que haviam promovido a entrega das armas; outros arrastaram pelas ruas os embaixadores de volta e apedrejaram-nos; outros chacinaram os italianos existentes na cidade; muitos se foram aos arsenais vazios e lá choraram. O Senado cartaginês declarou guerra a Roma e chamou todos os adultos — homens e mulheres, livres e escravos — para a formação de novo exército e fabrico de novas armas de defesa O furor lhes dava resolução. Demoliam-se edifícios públicos para a obtenção de madeira e metal; as estátuas dos queridos deuses foram fundidas em espadas, e o cabelo das mulheres cortado para a produção de cordas. Em dois meses a cidade assediada fabricou oito mil escudos, 18 mil espadas, 30 mil lanças, 60 mil projéteis de catapulta, e o construiu em seus estaleiros interiores uma frota de 120 navios.[50]

Três anos suportou Cartago o sítio por terra e água. Sucessivamente os cônsules lançaram seus exércitos contra as muralhas e foram repelidos, só Cipião Emiliano, um dos tribunos militares, revelou-se à altura da empresa. Em 147 o Senado e a Assembléia o nomearam cônsul, com o assentimento do próprio Catão. Logo depois Lélio conseguiu escalar as muralhas. Embora enfraquecidos e dizimados pela fome, os cartagineses lutaram de casa em casa durante seis dias de massacre sem quartel. Hostilizado pelos guerrilheiros escondidos nas casas, Cipião ordenou que todas as ruas tomadas fossem queimadas e deixadas rasas com o chão. Centenas de cartagineses ocul-

tos pereceram nos incêndios. E por fim, reduzida de 500.000 a 50.000, a população se rendeu. Asdrúbal, o general, implorou a vida a Cipião e obteve-a — mas sua mulher denunciou-lhe a covardia e lançou-se com os filhos nas chamas. Os sobreviventes foram vendidos como escravos, e o que restava da cidade foi entregue ao saque das legiões. Relutando em arrasá-la, Cipião mandou pedir a Roma instruções finais; o Senado respondeu que não somente Cartago mas todos os seus arredores deviam ser completamente destruídos, o solo arado e espalhado de sal — e maldito fosse o homem que tentasse construir naquele sítio! O incêndio de Cartago durou 17 dias.

Não houve tratado de paz porque o Estado cartaginês já não existia. Utica e as outras cidades africanas que auxiliaram Roma ficaram livres, sob protetorado, e o remanescente território de Cartago tornou-se a província romana de "África". Vieram os capitalistas e dividiram-no em latifúndios, ao mesmo tempo que os mercadores romanos entravam na herança do comércio cartaginês. E o imperialismo tornou-se então o motivo franco e consciente da política romana. Siracusa foi incorporada à província da Sicília, o sul da Gália passou a apêndice da já completamente submetida Espanha, e as monarquias helenísticas do Egito e Síria foram levadas por bem — como Antíoco IV por Popílio — a submeterem-se à vontade de Roma. Do ponto de vista moral — que é sempre a vitrina da política internacional — a destruição de Cartago e de Corinto em 146 figuram entre as maiores brutalidades da história; do ponto de vista do Império Romano — o ponto de vista da segurança e da riqueza — equivaleu à colocação das duas pedras angulares da supremacia comercial e naval de Roma. A partir daí, a história política do Mediterrâneo entrou a fluir por dentro da cidade de Roma.

Quando a guerra já ia descambando para a vitória plena, faleceram seus principais instigadores — Catão em 149, Masinissa em 148. O velho censor deixou profunda marca na história romana. Depois de tantos séculos passados, ainda o vemos como o romano típico da República; Cícero iria idealizá-lo no ensaio *De Senactute;* seu tataraneto iria reencarnar sua filosofia, mas sem seu humor; Marco Aurélio o tomaria como exemplo; Fronto convidaria a literatura latina a voltar a sua simplicidade e a seu estilo direto. Apesar disso, a destruição de Cartago foi o único triunfo de Catão. Sua guerra contra o helenismo falhou. Todos os departamentos das letras romanas, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a religião, a moral, as maneiras e até o vestuário renderam-se à influência grega. Catão odiava os filósofos gregos; seu famoso descendente a eles iria render-se. A fé religiosa que ele havia perdido continuou a declinar a despeito de todos os seus esforços para mantê-la. E acima de tudo, a corrupção política, que em sua mocidade ele tanto combateu, foi-se desenvolvendo cada vez mais, à proporção que o Império se expandia. Cada nova conquista tornava o romano mais rico, mais corrompido, mais impiedoso. Roma venceu todas as guerras, menos a de classe, e a destruição de Cartago removeu a última barreira da guerra civil. Com um século de amarga revolução ia Roma pagar a pena da dominação do mundo.

LIVRO II

A REVOLUÇÃO
145-30 a. C.

TÁBUA CRONOLÓGICA

a. C.

139: Primeira Guerra Servil na Sicília
133: Tribunato e assassínio de Tibério Graco
132: *Fl.* Lucílio; Panécio em Roma
124-123: Caio Graco, tribuno
122: Caio Graco promove a distribuição do trigo
121: Suicídio de Caio Graco
119: Mário tribuno; 116: pretor
113-101: Guerras contra címbrios e teutões
112-105: Guerra jugurtina
107-104
100, 87: Mário, cônsul
106: Nascimento de Cícero e Pompeu
105: Os címbrios derrotam os romanos em Aráusio
103-99: Segunda Guerra Servil na Sicília
103-100: Saturnino tribuno
102: Mário derrota os címbrios em Aquae Sextiae
100: Mário suprime Saturnino; nascimento de Júlio César
91: Reformas e assassínio de M. Lívio Druso
91-89: Guerra Social na Itália
88: Sila cônsul; fuga de Mário
88-84: Primeira guerra de Mitrídates
87: Rebelião de Cina e Mário; reino do terror
86: Sila toma Atenas e derrota Arquelau em Queronéia
86: Mário e Cina depõem Sila; morte de Mário
85-84: Terceiro e quarto consulados; morte de Cina
83-81: Segunda guerra de Mitrídates
83: Sila desembarca em Brundísio
82: Sila toma Roma; reação; reino do terror
81: *Leges Corneliae,* de Sila
80-72: Revolta de Sertório na Espanha
79: Resignação e, 78: morte de Sila
76: *Fl.* Varrão
75-63: Terceira guerra de Mitrídates; vitória de Lúculo e Pompeu
75: Cícero questor na Sicília
73-71: Terceira Guerra Servil; Espártaco
70: Primeiro consulado de Crasso e Pompeu; julgamento de Verres Virgílio
69: Tito Pompônio Ático
68: César questor na Espanha
67: Pompeu vence os piratas
66: *Pro lege Manilia,* Cícero
63: Cícero denuncia Catilina, nasce Otávio

a.C.

63-12: M. V. Agripa, engenheiro
62: César pretor; má conduta de Clódio
61: César na Espanha; volta e triunfo de Pompeu
60: Primeiro Triunvirato: César, Crasso e Pompeu
60-54: Poemas de Catulo; Cornélio Nepos
59: César cônsul; *De rerum natura,* Lucrécio
58: Clódio, tribuno, exila Cícero; César bate Helvécio e Ariovisto na Gália
57: Volta de Cícero; César bate os belgas
56: Reunião dos triúnviros em Luca
55: Pompeu e Crasso cônsules; teatro de Pompeu; César na Germânia e Bretanha
54: Segunda invasão da Bretanha por César
53: Violências de Clódio e Milo em Roma; derrota de Crasso em Carras
52: Assassínio de Clódio; julgamento de Milo; Pompeu no consulado; revolta de Vercingetórige
51: Cícero no governo da Cilícia, *De re publica,* de Cícero; *De Bello Gallico,* de César
49: César cruza o Rubicão e toma Roma
48: Batalha de Dirráquio e Farsália
48-47: Vitórias de César em Tapso e Zela; suicídio de Catão, o Moço
47: César no Egito e na Síria; Vitrúvio, o arquiteto; Columela, o botânico
46: César ditador por 10 anos, revisão do calendário; Salústio, historiador; *Pro Marcello,* de Cícero
45: César derrota os partidários de Pompeu na Espanha; *Academica e De finibus,* de Cícero
44; Assassínio de César; *Disputationes Tusculanae, De natura deorum, De officiis.* de Cícero
43: Segundo Triunvirato: Antônio, Otávio, Lépido, assassínio de Cícero
42: Bruto e Cássio morrem em Filipos
41: Antônio e Cleópatra em Tarso
40: Reconciliação de Antônio e Otávio em Brundísio; Quarta Écloga de Virgílio
36: Antônio invade a Pártia
32: Antônio desposa Cleópatra
31: Otávio bate Antônio em Ácio
30: Suicídio de Antônio e Cleópatra; o Egito é anexado ao Império; Otávio soberano em Roma

CAPÍTULO VI

A Revolta Agrária

145 — 78 a. C.

I. CAUSAS DA REVOLUÇÃO

MUITAS foram as causas da revolução, sem conta os seus resultados, e as personalidades postas em relevo pela crise, desde os Gracos até Augusto, figuram entre as mais poderosas da história. Jamais tinham sido focalizados aqueles problemas, hoje novamente na berlinda, e nunca o drama mundial fora tão intenso. A primeira causa da crise temo-la no afluxo dos trigos da Sicília, Sardenha, Espanha e África, produzidos pelo trabalho servil; esse fato arruinou muitos agricultores da Itália com a derrubada dos preços abaixo do custo. A segunda foi o deslocamento dos trabalhadores livres dos campos e das cidades devido ao afluxo de escravos. A terceira foi o surto dos latifúndios. Uma lei de 220 proibia aos senadores contratar e colocar dinheiros no comércio; enriquecidos com os despojos das campanhas, eles passaram a adquirir extensos tratos de terra cultivável. O solo conquistado era às vezes vendido a colonos em pequenos lotes, e assim se aliviava a congestão urbana; mas a maior parte era comprada ou arrendada por senadores ou homens de negócio nas bases fixadas pelo Senado. Para concorrer com esses latifúndios, tinham os pequenos agricultores de levantar empréstimos a juros escravizantes, e lentamente mergulhavam na pobreza; depois da bancarrota vinham viver nos cortiços da capital. Finalmente, depois de como soldado ter posto a saque o mundo, o campônio perdeu o gosto pela vida monótona do campo; preferiu agregar-se ao turbulento proletariado assistindo de graça aos jogos do anfiteatro, recebendo do governo trigo a preços ínfimos, vendendo o voto a quem mais desse ou prometesse — e perdendo sua personalidade na massa anônima e empobrecida.

A sociedade romana, inicialmente uma comunidade de agricultores livres, passou a repousar, cada vez mais, no saque exterior e na escravidão interior. Nas cidades, todo o serviço doméstico, muitos ofícios, a maior parte do comércio e quase toda indústria fabril e todo o trabalho nas obras públicas eram desempenhados por servos, o que reduzia a tal ponto o salário dos operários livres que era melhor não fazer nada do que trabalhar. Nos latifúndios preferiam-se os escravos porque não estavam sujeitos ao serviço militar, além do que seu número podia ser mantido por gerações como um subproduto do prazer deles próprios e do vício de seus senhores. Toda a região do Mediterrâneo foi vasculhada em busca de máquinas vivas para essa agricultura industrializada; aos prisioneiros de guerra de cada campanha vitoriosa juntavam-se as vítimas dos piratas ou dos funcionários romanos que organizavam caçadas humanas onde podiam.[1] Semanalmente, vinham ter aos portos do Mediterrâneo e Mar Negro nego-

ciantes com levas de escravos da África, Espanha, Gália, Germânia, do Danúbio, da Rússia, da Ásia e da Grécia. Não era raro em Delos serem vendidos em leilão 10.000 escravos num só dia. Em 177, 40.000 habitantes da Sardenha, e 10 anos depois 150.000 do Epiro foram aprisionados pelos exércitos romanos e vendidos, neste último caso à razão de um dólar por cabeça.[2] Na cidade a sorte dos servos era mitigada pelo contato com os amos e a esperança de emancipação, mas nos grandes latifúndios nenhuma humanidade interferia com a exploração. O escravo não era membro do lar, como na Grécia e na Roma dos primeiros tempos, raramente via seu dono; e a recompensa dos feitores dependia do que arrancassem a chicote daqueles bens semoventes. O salário nas grandes culturas era a comida e a roupa necessária a habituá-lo a trabalhar de sol a sol até à velhice, com ocasionais dias de folga. Se se queixava ou desobedecia, tinha de trabalhar de grilheta aos pés e passar a noite no *ergastulum* — o cárcere subterrâneo que fazia parte de todos os latifúndios. Regime de pouco rendimento e brutal, pois sustentava a vigésima parte das famílias livres outrora localizadas na mesma área.

Se nos lembrarmos de que pelo menos metade destes servos tinham sido pessoas livres (porque os escravos raramente tomavam parte na guerra), poderemos fazer idéia do amargor de suas vidas quebradas, e temos de nos admirar da raridade das revoltas. Em 196, rebelaram-se tanto os servos como os trabalhadores livres da Etrúria; subjugados pelas legiões romanas, diz Tito Lívio, "muitos foram mortos ou feitos prisioneiros; outros, açoitados e crucificados".[3] Em 185 novo levante ocorreu na Apúlia; sete mil escravos foram presos e condenados às minas.[4] Só na mineração de Nova Cartago havia quatro mil servos espanhóis. Em 139 rebentou na Sicília a Primeira Guerra Servil. Quatrocentos escravos atenderam ao apelo de Euno e massacraram a população livre da cidade de Ena; de todas as propriedades agrícolas e cárceres privados da Sicília brotaram rebeldes, cujo número elevou-se a 70.000. Ocuparam Agrigento, bateram as forças do pretor romano e conservaram-se na posse de quase toda a ilha até 131, ano em que um exército consular os encurralou em Ena e os esfaimou até à rendição. Euno foi levado para Roma e lançado numa cela para que morresse de fome e piolhos.[5] Em 133 levantes menores deram como resultado a execução de 150 em Roma, 450 em Minturnas, quatro mil em Sinuessa. Nesse ano passou a lei agrária que iria abrir a Revolução Romana.

II. TIBÉRIO GRACO

Tibério era filho daquele Semprônio Graco de tão agradável recordação aos espanhóis pela generosidade de seu governo e que, depois de servir duas vezes como cônsul e uma como censor, veio a salvar seu irmão e desposou a irmã de Cipião Africano. Cornélia deu-lhe 12 filhos, dos quais três morreram na adolescência e a morte do esposo deixou sobre ela o encargo da criação de Tibério, Caio e uma filha, também de nome Cornélia, que iria casar-se com Cipião Emiliano. O grupo pertencia à roda helenística de Emiliano. Cornélia manteve um salão literário e escreveu cartas em estilo tão elegante e puro que entraram para o corpo da literatura latina. Diz Plutarco que um rei egípcio lhe ofereceu a mão e trono na viuvez dela; Cornélia preferiu conservar-se a filha de um Cipião, a sogra de outro e a mãe dos Gracos.

Criados em uma atmosfera de política e filosofia, Tibério e Caio estavam enfronhados tanto nos problemas do governo romano como nas especulações do pensamento

grego. Foram particularmente influenciados por Blóssio, um filósofo grego de Cumas, que neles instilou um apaixonado liberalismo, sem a devida avaliação da força dos conservadores em Roma. Eram ambos igualmente ambiciosos, orgulhosos, sinceros, extremamente eloqüentes e de bravura sem limites. Caio conta como Tibério teve a revelação da tragédia agrária no tempo em que passando pela Etrúria "notou a escassez de habitantes e viu que os que cultivavam o solo e cuidavam do gado eram servos estrangeiros".[6] Sabendo que só os donos de propriedades podiam servir no exército, Tibério perguntou a si mesmo de que modo poderia Roma preservar sua hegemonia, e mesmo sua independência, se os robustos camponios que outrora formavam as legiões tinham sido desalojados por servos estrangeiros. Como poderiam a vida e a democracia romanas manter-se saudáveis, com um proletariado urbano chagado pela pobreza, em lugar de uma orgulhosa população de homens do campo donos das terras que eles mesmos lavravam? A distribuição das terras entre os cidadãos pobres pareceu-lhe a solução óbvia e natural dos três problemas: escravismo rural, congestão e corrupção urbanas e decadência militar.

Eleito tribuno do povo, em 133, anunciou Tibério sua intenção de submeter à Assembléia três propostas: 1) que nenhum cidadão pudesse possuir mais de 333 acres de terras compradas ou arrendadas do Estado — ou 667 se tivesse dois filhos; 2) que todas as terras já vendidas ou arrendadas a particulares voltassem ao Estado por meio de compra e indenização do custo das benfeitorias; e 3) que as terras assim reconquistadas fossem divididas em lotes de 20 acres e entregues aos cidadãos pobres, com a condição de nunca as venderem e de pagarem anualmente uma taxa ao Tesouro. Não era nenhum plano utópico, mas a tentativa de pôr em prática a lei Licínia de 367 a. C., lei que nunca fora revogada nem executada. "Os animais das florestas e os pássaros do ar" disse Tibério aos plebeus pobres, num dos discursos que marcaram época na história romana,

> têm suas tocas e pousos. mas o homem que luta e morre pela Itália só dispõe da luz e do ar. Nossos generais estimulam seus soldados a lutarem pelos túmulos e relicários de seus antepassados. Esse estímulo é falso e vão. Onde o vosso altar paterno? Onde o vosso túmulo ancestral? Lutais e morreis para que outros tenham riquezas e luxo. Sois chamados os senhores do mundo, mas não há um pé de chão que seja vosso.[7]

O Senado denunciou as propostas de Tibério como confiscatórias, acusou-o de visar a ditadura e persuadiu Otávio, outro tribuno, a vetar a apresentação de tais propostas à Assembléia; Tibério revidou propondo que qualquer tribuno que agisse em contrário aos desejos de seus constituintes fosse imediatamente deposto. A Assembléia aprovou a medida, e Otávio foi removido da tribuna à força pelos litores de Tibério. Assim foram votadas e transformadas em leis as propostas de Tibério; receosos de sua segurança, seus amigos acompanharam-no até à casa.[8]

Aquele modo ilegal de tratar o veto tribunício, que de longa data a Assembléia mantinha absoluto, forneceu a brecha por onde os inimigos o iriam atacar. Firmaram-se no propósito de denunciá-lo no fim de seu período de tribuno como tendo violado a constituição e empregado a força contra um colega. Para proteger-se, Tibério burlou de novo a lei com a disputa da reeleição em 132. Como Emiliano, Lélio e outros senadores que o haviam defendido lhe negassem agora apoio, Tibério voltou-se completamente para a plebe. Prometeu, caso reeleito, diminuir o tempo do serviço militar, abolir o privilégio de servir no júri que tinham os senadores e estender aos aliados ita-

lianos a cidadania romana. Entrementes o Senado recusava fundos à comissão nomeada para executar as leis votadas. Quando Átalo III de Pérgamo doou seu reino a Roma (133), Tibério propôs que os bens de Átalo fossem vendidos e o produto distribuído aos novos que recebessem as terras do Estado, para o financiamento das culturas. A proposta enfureceu o Senado, que viu sua autoridade sobre as províncias e os dinheiros públicos transferida a uma Assembléia largamente de origem servil ou estrangeira. Chegado o dia da eleição, Tibério apareceu no Fórum rodeado de guardas armados e em trajes de luto querendo dizer que sua derrota significaria impedimento e morte. Durante a votação a violência irrompeu dos dois lados. Cipião Nasica, aos gritos de que Tibério queria fazer-se rei, levou ao Fórum os senadores armados de bastões. Os partidários de Tibério, tomados de respeitoso temor diante das vestes patrícias, recuaram; Tibério foi morto por uma pancada na cabeça — e centenas de seus amigos também pereceram. Ao seu irmão Caio foi denegada permissão para o enterro do corpo; as águas do Tibre receberam todas as vítimas, enquanto Cornélia chorava.

Procurou o Senado atenuar o amargor dos plebeus consentindo na execução das leis de Tibério. O aumento de 76.000 no registro dos cidadãos, entre 131 e 125, mostra que foram realmente feitas concessões de terras em grande quantidade. Mas a comissão agrária via-se em luta com muitas dificuldades. Muitas das terras em causa haviam sido obtidas do Estado já de anos ou de gerações atrás, e os possuidores insistiam em direitos santificados pelo tempo. Inúmeros lotes haviam sido adquiridos pelos novos proprietários por bom preço dos que as tinham obtido do governo por baixo preço. Os donos de terras nos Estados italianos, cujos direitos encontravam-se ameaçados por aquelas leis, apelaram para Cipião pedindo-lhe que os defendesse da comissão agrária, e a influência de Emiliano fez com que as operações fossem suspensas. Contra ele ergueu-se a opinião pública; Emiliano foi denunciado como traidor à memória já sagrada de Tibério, e certa manhã, em 129, encontraram-no morto na cama, aparentemente vítima de um assassino que nunca foi descoberto.

III. CAIO GRACO

Correram rumores de que Cornélia conspirara com sua filha, a deformada e desprezada mulher de Cipião, para matá-lo. Cornélia procurou consolação no devotamento ao filho sobrevivente, a última de suas "jóias". A morte de Tibério não despertou em Caio sede de vingança, mas a resolução de completar-lhe a obra. Caio havia servido com inteligência e coragem sob o comando de Emiliano em Numância, fazendo jus à admiração de todos os grupos pela integridade de conduta e simplicidade de vida. E a ardorosa paixão, recrescida pelo muito que viveu controlada, fez dele o maior orador romano antes de Cícero, abrindo-lhe todos os cargos em uma sociedade em que a eloqüência só cedia à bravura como credencial à elevação. No outono de 124 foi eleito tribuno.

Mais realista que Tibério, compreendeu que nenhuma reforma perdura se tem contra si o poder econômico e político do Estado. Sua idéia consistia em procurar apoio nas seguintes classes: os camponeses, o exército, o proletariado e os homens de negócio. Aos primeiros conquistou com a renovação das leis agrárias de Tibério, estendendo-as às terras do Estado nas províncias, restaurando a comissão agrária e dirigindo em pessoa as operações. Para satisfazer as classes médias estabeleceu novas colô-

nias em Cápua, Tarento, Nárbon e Cartago, e desenvolveu-as em prósperos centros de comércio. Aos soldados agradou com a lei que os provia de roupas à custa do Estado. E conquistou a boa vontade das massas urbanas com a *lex frumentaria,* ou lei do trigo, que autorizava o governo a distribuí-lo ao povo a 6,33 asses o módio (38 *cents* os dois galões — metade do preço corrente). Era medida chocante para as velhas idéias e destinada a representar grande papel na história de Roma. Caio admitia que os comerciantes estavam cobrando do público duas vezes o preço de custo do cereal, e que sua medida não impunha ao Estado nenhum sacrifício monetário. Seja como for, essa lei fez com que as massas pobres de Roma deixassem de ser clientes da aristocracia para se tornarem defensoras dos Gracos, e mais tarde de Mário e César: constituiu a pedra angular do movimento democrático, destinado a alcançar o apogeu com Clódio e a morrer em Ácio.

Com mais uma medida procurou Caio assegurar o poder de seu partido: a supressão do privilégio de votarem as classes mais ricas em primeiro lugar na Assembléia; as centúrias passariam a votar conforme a sorte o determinasse. A classe dos homens de negócio foi acalmada com a atribuição do direito de servir como jurados nos julgamentos de crimes provinciais, isto é, iam eles dali por diante, em boa parte, ser seus próprios juízes. Caio ainda lhes estimulou o apetite com a proposta de uma taxa de um por cento, a ser por eles coletada sobre todos os produtos da Ásia Menor. E enriqueceu os contratantes de obras públicas e reduziu o desemprego com um programa rodoviário que abrangia a Itália inteira. Estas leis em seu conjunto, apesar dos intentos políticos de algumas, constituíram o mais construtivo corpo da legislação de Roma antes de César.

Apoiado assim nesses vários suportes, pôde Caio afrontar o costume e reeleger-se ao tribunato — e então pensou em "dobrar" o Senado, acrescentando a seus 300 membros outros tantos, a serem escolhidos pela Assembléia na classe dos homens de negócio. Também propôs estender a plena cidadania romana a todos os homens livres do Lácio, e concedê-la com restrições aos homens livres do resto da Itália. Este arrojado passo para uma democracia mais larga foi o primeiro erro estratégico de Caio. Os votantes não mostraram nenhum entusiasmo em partilhar seus velhos privilégios, mesmo com homens que dificilmente poderiam tomar parte nas Assembléias de Roma. Os senadores aproveitaram-se do ensejo. Quase ignorado por Caio e reduzido a aparente impotência, o Senado só via no ardoroso tribuno um tirano demagogo a estender seu poder pessoal por meio da distribuição dos fundos e das propriedades do Estado. Súbito, encontrando aliança no ciumento proletariado de Roma, e aproveitando-se da ausência de Caio, que fora estabelecer sua colônia de Cartago, o partido senatorial sugeriu a outro tribuno, Marco Lívio Druso, a conquista da nova classe de proprietários rurais com uma lei cancelando a taxa sobre eles imposta pelas leis dos Gracos, e também lhe lembrou que podia ao mesmo tempo agradar e enfraquecer o proletariado com a proposta de 12 colônias novas na Itália, que absorvessem cada uma três mil homens de Roma. Prontamente votou a Assembléia essas leis, e quando Caio voltou viu sua liderança a cada momento embaraçada pelo popularíssimo Druso. Tentou fazer-se eleger pela terceira vez ao tribunato; foi derrotado; segundo seus amigos ele fora eleito, mas a fraude prevalecera. Caio preveniu-os contra o uso da violência e recolheu-se à vida privada.

No ano seguinte o Senado propôs o abandono da colônia de Cartago; era o primeiro passo para a revogação das leis gracas. Alguns partidários de Caio compareceram à

Assembléia armados, e um deles abateu um conservador que ameaçara erguer a mão contra o ex-tribuno. No dia seguinte os senadores compareceram em pé de guerra, cada qual com dois escravos armados, e agrediram o partido popular entrincheirado no Aventino. Caio fez o possível para evitar a tormenta. Como não conseguisse, lançou-se ao Tibre; salvo que foi, ordenou a um escravo que o matasse — e diante da recusa, matou-se por suas próprias mãos. Um seu amigo decepou-lhe a cabeça, encheu-a de chumbo derretido e levou-a ao Senado, que por ela tinha oferecido o seu peso em ouro.[9] Dos defensores de Caio 250 caíram na luta e três mil foram condenados à morte. A populaça de Roma, pela qual tanto trabalhara, não protestou quando seu cadáver e os de seus seguidores foram lançados ao Tibre; estava muito ocupada com o saque de sua residência.[10] E o Senado proibiu a Cornélia de tomar luto por seu filho.

IV. MÁRIO

A aristocracia triunfante aplicou sua melhor inteligência em desfazer, não a parte demagógica, mas a parte construtiva da legislação de Caio. Não ousou tirar do júri a classe dos homens de negócio, nem privar os contratantes e publicanos de seus "campos de caça" na Ásia; e também deixou que o trigo da distribuição popular agisse como amortecedor do espírito revolucionário. Em certa medida muito atraente introduziu uma cláusula permitindo aos que recebessem as novas terras pudessem vendê-las — e logo milhares de pequenos proprietários venderam seus lotes aos grandes senhores de escravos, o que fez ressuscitar o latifúndio. Em 118 foi abolida a comissão agrária. As massas da capital nenhuma objeção fizeram; achavam melhor comer o trigo do Estado ali em Roma do que suar na terra como pioneiros da colonização. A indolência combinou-se com a superstição (porque o solo de Cartago havia sido amaldiçoado) para frustrar, até César, a tentativa de vencer a pobreza urbana por meio da emigração. A riqueza crescia mas não se espalhava; em 104 a.C. um democrata moderado estimou que apenas dois mil cidadãos romanos eram proprietários.[11] "A condição do pobre", diz Apiano, "torna-se cada vez pior. ... Os plebeus perderam tudo. ... O número de cidadãos e soldados continua a declinar."[12] Cada vez mais tinham as legiões de ser preenchidas com conscritos dos Estados italianos, homens sem vontade de lutar por amor de Roma. As deserções multiplicavam-se, a disciplina decaía, a defesa da República desceu ao mais baixo nível.

E não tardou que Roma fosse atacada quase ao mesmo tempo a norte e sul. Em 113 duas tribos celtas, os címbrios e os teutões, como que para darem a Roma o antegosto de seu destino final, desceram através da Germânia numa avalanche de carros cobertos — 300 mil homens armados, seguidos das mulheres, crianças e animais. Talvez houvesse transposto os Alpes a notícia de que Roma, atenta apenas à riqueza, estava cansada de guerras. Aqueles homens eram fortes e intemeratos, tão louros que os italianos lhes descreviam as crianças como tendo o cabelo branco dos velhos. Aquela massa encontrou um exército romano em Noréia (hoje Neumarkt, na Caríntia) e destruiu-o; depois cruzou o Reno e destruiu outro exército romano; derramou-se pelo sul da Gália e destruiu um terceiro, um quarto e um quinto exército romano; em Aráusio (Orange) 80.000 legionários e 40.000 seguidores foram deixados mortos no campo.[13] A Itália viu-se aberta aos invasores — e o terror de Roma apresentou-se igual ao dos bons tempos de Aníbal.

Quase ao mesmo tempo rompia a guerra da Numídia. Quando Jugurta, neto de Masinissa, matou seu irmão na tortura e procurou privar seus primos da compartici-pação no reino, o Senado declarou-lhe guerra (111), com intenção de fazer da Numídia mais uma província aberta ao comércio e ao capital de Roma. Subornando patrícios, Jugurta pô-los a defender sua causa no Senado, e comprou os generais que Roma lançou contra ele. Intimado a vir a Roma, obedeceu, mas abriu a bolsa com real largueza e pôde voltar ao seu reino sem que nada lhe acontecesse.[14]

Só um homem emergiu com crédito daquela situação. Caio Mário, nascido como Cícero em Arpino, filho de um operário, alistou-se muito cedo no exército, foi ferido em Numância, desposou uma tia de César e a despeito ou talvez por causa de sua falta de educação e boas maneiras foi escolhido pelos plebeus como tribuno. Pelo outono de 108 voltou da África, onde prestara serviços ao incompetente Quinto Metelo e apresentou-se à eleição para o consulado; na sua plataforma ofereceu-se para substituir Metelo e levar a bom termo a guerra contra Jugurta. Foi eleito, assumiu o comando e forçou esse rei a render-se (106). O povo não se deu conta de que o principal agente da vitória fora um irrequieto e jovem aristocrata de nome Lúcio Sila, que iria subir à cena mais tarde. Mário foi recebido em Roma com um esplêndido triunfo, e fez-se tão querido que a Assembléia, pondo de lado a constituição moribunda, elegeu-o e reelegeu-o cônsul várias vezes em seguida (104-100). Os homens de negócio sustentavam-no parte porque suas vitórias lhes abriram novos campos para os empreendimentos, parte porque era o único homem capaz de repelir as hordas celtas. Com o tio de César, Roma já se aproximava do Cesarismo; a ditadura de um chefe popular, apoiada por devotado exército, parecia a muitos romanos a única alternativa para os oligárquicos abusos da liberdade.

Depois da vitória de Aráusio, os címbrios cruzaram os Pireneus para depredar a Espanha, proporcionando assim um alívio momentâneo a Roma. Mas em 102 voltaram à Gália em número maior do que antes e entraram em acordo com os teutões para um simultâneo assalto por pontos diversos às férteis planícies do norte da Itália. Enfrentando o perigo, Mário recorreu a uma nova forma de alistamento militar, que iria ser uma revolução, primeiro no exército, depois no governo. Mário abriu o alistamento a qualquer cidadão, proprietário ou não; ofereceu paga sedutora e prometeu desmobilizar os voluntários e dar-lhes terras depois de finda a campanha. O exército assim formado compunha-se principalmente de proletários urbanos, de sentimentos hostis à república patrícia; um exército que não lutava pelo país mas pelo seu general e os despojos; e desse modo, sem pensar, lançou Mário as bases da revolução de César. Era um soldado, não um estadista; não tinha tempo de pesar conseqüências políticas distantes. Levava seus recrutas aos Alpes, enrijecia-os em marchas e exercícios, desenvolvia-lhes a coragem por meio de ataques a objetivos facilmente alcançáveis e antes que estivessem no ponto não se arriscava a nenhum embate sério. Os teutões começaram a passear desembaraçadamente pelo acampamento desses recrutas e ironicamente lhes perguntavam se não queriam recados para as esposas em Roma, com as quais eles, invasores, brevemente iam regalar-se; o número dos teutões pode ser avaliado pelo número de dias que levaram desfilando: seis. Depois de findo o desfile, Mário deu ordem ao exército para cair-lhes em cima pela retaguarda. Na grande batalha de Aquae Sextiae (Aix en Provence) as novas legiões mataram ou capturaram 100.000 homens (102). Conta Plutarco que "os habitantes de Marselha construíram em redor de suas vinhas cercas de ossos, e que a terra se fertilizou tanto com as carnes

sobre ela apodrecidas que no ano seguinte deu uma colheita sem precedente''.[15] Depois de um descanso de vários meses, Mário levou seu exército para a Itália e enfrentou os címbrios em Vercelas, perto do Pó (101), no mesmo campo em que pela primeira vez Aníbal derrotou os romanos. Para mostrar força e coragem, os bárbaros se metiam nus pela neve, galgavam montanhas de gelo e desciam alegremente usando os escudos como trenós.[16] Na batalha que se seguiu foram mortos praticamente todos.

Mário entrou na capital em festas qual ''segundo Camilo'' ou outro Rômulo. Parte dos despojos trazidos lhe foram doados como recompensa pessoal, e assim se tornou muito rico, dono de propriedades do tamanho de reinos. No ano 100 foi eleito cônsul pela sexta vez, juntamente com Lúcio Saturnino, um violento radical disposto a realizar por bem ou à força os objetivos dos Gracos. Saturnino agradou Mário com a lei que concedia terras aos veteranos da última campanha, e Mário não objetou contra o abaixamento do trigo do Estado de 6,33 asses (38 *cents)* para 5,60 (5 *cents*) por módio ou oito litros. O Senado quis proteger o Tesouro e a si próprio fazendo um tribuno proibir a apresentação dessas propostas, mas apesar disso Saturnino submeteu-as à votação. A violência explodiu dos dois lados. Quando os bandos de Saturnino mataram Caio Mêmio, um dos aristocratas mais respeitados, os senadores reagiram e por meio de um *senatusconsultum de re publica defendenda*, deram ordem a Mário, como cônsul, para suprimir a revolta.

Mário enfrentou então o pior dilema de sua vida. Pareceu-lhe um miserável fim para sua dilatada carreira de serviços ao povo comum prestar obediência ao Senado e atacar seus chefes e velhos amigos. Mas também repudiava o recurso à violência e via na revolução mais males do que os que ela se propunha curar. E atacando os rebeldes, deixou que Saturnino fosse apedrejado até à morte; depois retirou-se melancolicamente, desprezado tanto pelo povo de que fora campeão como pela aristocracia que ele salvara.

V. A REVOLTA DA ITÁLIA

A revolução ia degenerando em guerra civil. Quando o Senado pediu aos reis aliados auxílio contra os címbrios, Nicomedes da Bitínia respondeu que todos os homens de valor militar de seu reino tinham sido vendidos como escravos para satisfazer às extorsões dos coletores romanos. Valendo-lhe mais no momento um exército do que dinheiro, o Senado decretou que todos os homens escravizados por não pagamento de taxas fossem postos em liberdade. Ao saberem disto, centenas de escravos na Sicília, muitos deles gregos do Oriente, abandonaram seus senhores e reuniram-se diante do palácio do pretor romano, pedindo a liberdade. Como os senhores protestassem, o pretor suspendeu o cumprimento do decreto. Os escravos organizaram-se sob a direção de um impostor religioso, Sálvio, e atacaram a cidade de Morgância. Os cidadãos de Morgância prometeram libertar seus servos, se eles repelissem o ataque — o que foi feito — mas como a liberdade não viesse, muitos dos servos enganados aderiram à revolta. Enquanto isso (103), no extremo ocidental da ilha uns seis mil servos se sublevaram sob o comando de Atênion, homem educado e resoluto. Esta força derrotou as sucessivas expedições mandadas ao seu encontro pelo pretor, e movendo-se para leste juntou-se à de Sálvio, batendo o exército enviado da Itália — mas Sálvio morreu no dia da vitória. Novas legiões cruzaram o estreito sob o comando de Mânio Aquílio (101); Atênion enfrentou-o em combate singular e foi morto — e os escravos sem chefe acabaram batidos; milhares morreram no campo da luta, milhares foram devolvidos a seus senhores e centenas enviados a Roma para a luta com as feras, nos jogos do triunfo de Aquílio. Mas na arena apunhalaram-se uns aos outros, não escapando nenhum.

Poucos anos depois desta Segunda Guerra Servil toda a Itália pegou em armas. Por quase dois séculos Roma — uma naçãozinha entre Cumas e Ceres, entre os Apeninos e o mar — havia governado a Itália, depois de submetê-la. O Senado, as Assembléias, e os cônsules decretavam leis para as comunidades italianas com o mesmo entono com que o faziam para as províncias conquistadas. Os recursos em dinheiro e homens dos "aliados" sofriam a drenagem da guerra, cujo principal efeito era enriquecer umas tantas famílias de Roma. Esses Estados haviam-se mantido fiéis durante a tremenda prova de Aníbal, mas bem pouca recompensa receberam, e os que de qualquer forma haviam ajudado Aníbal foram reduzidos a tal situação que muitos de seus homens livres reuniram-se aos escravos em revolta. Só a uns poucos ricos das cidades foi dada a cidadania romana; o poder de Roma era em toda parte usado contra o pobre. Em 126 a Assembléia proibiu que os habitantes das cidades italianas emigrassem para Roma, e em 95 um decreto promovido pelos ciosos capitalistas expulsou de Roma todos os residentes não romanos.

Um membro da aristocracia pagou com a vida o esforço feito para melhorar a situação. M. Lívio Druso era filho daquele tribuno Druso rival de Tibério Graco, e como seu filho adotivo se tornasse sogro de Augusto, essa família ligou as pontas do começo e do fim da revolução. Eleito tribuno em 91, Druso propôs três medidas: 1) dividir mais terras públicas entre os pobres; 2) restituir ao Senado seus direitos exclusivos ao júri, ao mesmo tempo que aumentava esse corpo de mais 300 senadores tomados da classe dos *equites*; 3) outorgar a cidadania romana a todos os homens livres da Itália. A Assembléia aprovou com prazer a primeira proposta e a segunda com indiferença; e o Senado rejeitou-as ambas, declarando-as nulas. A terceira nunca foi votada, porque um assassino desconhecido apunhalou Druso em sua própria residência.

Levantados de esperança com a proposta de Druso, e convencidos, com a violenta supressão deste tribuno, de que nem o Senado nem a Assembléia jamais consentiriam na diminuição de seus privilégios, os Estados italianos preparam-se para a revolta. Formou-se uma República Federal, tendo Corfínio como centro, e o governo foi atribuído a um Senado de 500 homens tirados de todas as tribos italianas, exceto os etruscos e úmbrios, que se recusaram a aderir. Imediatamente Roma declarou guerra aos separatistas. Todos os partidos na capital entraram a cooperar no que lhes pareceu a defesa da união, e todos os romanos tremeram diante da perspectiva de vingança que os federados exerceriam em caso de vitória na "Guerra Social". ("Guerra Social" é uma antiga tradução malfeita de *Bellum Sociale* — guerra dos aliados [*socii*] contra Roma.) Mário emergiu de seu retiro, tomou o comando e obteve vitórias sucessivas, enquanto os outros generais, com exceção de Sila, só conheciam derrotas. Em três anos de luta pereceram 300.000 homens e a Itália central foi devastada. Quando a Úmbria e a Etrúria estavam prestes a aderir à federação, Roma pacificou-as com a outorga da cidadania romana; e em 90 foi ela oferecida a todos os italianos livres ou libertos que jurassem fidelidade a Roma. Estas tardias concessões enfraqueceram os aliados, fazendo com que uma cidade depois da outra fosse depondo armas, e em 89 a demorada e custosa guerra terminou em uma paz melancólica. Os romanos anularam a cidadania outorgada por meio do alistamento dos novos cidadãos em 10 novas tribos, as quais só votavam depois de terem votado as 35 existentes — o que tirava qualquer valor ao voto; além disso, dos novos cidadãos poucos podiam comparecer às Assembléias em Roma. Quarenta anos mais tarde as iludidas e desoladas comunidades italianas iriam abrir suas portas a César, e dele obter, afinal, a cidadania — mas duma democracia já morta.

VI. SILA, O FELIZ

Depois de alguns anos de paz, a luta entre os italianos recomeçou com outro nome; em vez de "Guerra Social" passou a chamar-se "Guerra Civil", e vinha das cidades para Roma. Lúcio Cornélio Sila fora escolhido como um dos cônsules e assumira o comando do exército em preparo para a luta contra Mitrídates, rei do Ponto. Sulpício Rufo, tribuno, não querendo ver no comando um conservador como Sila, persuadiu a Assembléia a entregar o exército a Mário, o qual, a despeito da gordura e de seus 69

anos, ainda revelava ambições militares. Sila não quis que um comando de longo tempo desejado lhe escapasse das mãos em virtude do capricho de uma Assembléia manipulada por um demagogo bem-falante, e vendido, ele estava certo disso, aos homens de negócio partidários de Mário. E, voando para Nola, convenceu o exército a apoiá-lo e marchou contra Roma.

Sila foi uma criatura única — nas origens, no caráter, no destino. De nascimento pobre, tornou-se o defensor da aristocracia, do mesmo modo que os Gracos, Druso e César, todos nobres, tornaram-se os líderes da pobreza. Sila vingou-se de a vida tê-lo feito ao mesmo tempo aristocrata e sem vintém; ao ver-se rico, entregou-se ao regabofe sem conta nem medida. Era antipático — olhos azuis numa cara branca sarapintada de manchas vermelhas, "como uma amora espirrada de farinha".[17] Sua educação desmentia as aparências. Forte no grego e na literatura latina, distinguia-se como colecionador de objetos de arte (em regra obtidos por meios militares), tinha as obras de Aristóteles como parte dos mais ricos despojos trazidos de Atenas e ainda achava tempo, entre guerra e revolução, para escrever suas *Memórias*, tão desnorteadoras para a posteridade. Companheiro alegre e amigo generoso, devoto do vinho, das mulheres, das batalhas e do canto, "vivia ostentosamente", diz Salústio, "mas sem deixar que o prazer interferisse em seus deveres, salvo como esposo, cuja conduta podia ser mais honrosa".[18] Sila abriu caminho depressa, sobretudo no exército, o seu melhor instrumento; tratava os soldados como colegas, compartilhava de todos os trabalhos, das marchas, dos perigos; "seu máximo esforço era não deixar que ninguém o excedesse em sabedoria ou bravura".[19] Não acreditava nos deuses, embora fosse muito supersticioso. O mais realista e insensível dos romanos, com a imaginação e os sentimentos sempre controlados pelo cérebro. Diziam-no metade leão metade raposa — raposa bem mais perigosa que o leão.[20] Havendo passado metade de seu tempo nos acampamentos, e consumido metade de sua vida na guerra civil, jamais perdeu o bom humor; enfeitava suas brutalidades com epigramas, enchia Roma com seu riso, fez centenas de milhares de inimigos, realizou tudo quanto desejou e morreu na cama.

Semelhante homem parecia quimicamente composto das virtudes e vícios necessários para dominar a revolução na Itália e vencer Mitrídates no exterior. Seus 35.000 homens bem treinados facilmente bateram o exército que Mário improvisou em Roma. Vendo negra a situação, este general fugiu para a África, enquanto Sulpício era morto, traído por seu próprio criado; Sila fez pendurar a cabeça desse tribuno na tribuna onde ele brilhava; e depois de recompensar o criado em paga de seu serviço, mandou matá-lo em castigo da traição. Enquanto seus soldados dominavam o Fórum, decretou que dali por diante medida nenhuma fosse apresentada à Assembléia sem a aprovação do Senado, e que a ordem da votação fosse como na "constituição serviana", que dava prioridade e vantagem às classes altas. E fazendo-se nomear procônsul e permitindo que Cneu Otávio e Cornélio Cina fossem eleitos cônsules (87), marchou ao encontro de Mitrídates, o Grande.

Mal havia Sila deixado a Itália, irrompeu a luta entre os plebeus *populares* e os *optimates*, patrícios e eqüestres. Os conservadores de Otávio lutaram no Fórum com os seguidores de Cina — e em um dia foram mortos 10.000 homens. Venceu Otávio; Cina em fuga foi organizar a revolta nas cidades vizinhas. Depois de passar um inverno oculto, Mário retornou à Itália, proclamou a liberdade dos escravos e chefiou uma força de seis mil homens contra Otávio em Roma. Os rebeldes venceram, mataram milhares de adversários, enfeitaram as tribunas com cabeças de senadores e percorre-

ram as ruas com as dos nobres espetadas em paus — estabelecendo a moda para futuras revoluções. Calmamente Otávio recebeu a morte nas vestes oficiais, sentado em sua cadeira tribunícia. A carnificina durou cinco dias e cinco noites, e o terror um ano. O tribunal revolucionário intimava os patrícios, condenava os que se tinham oposto a Mário e confiscava-lhes as propriedades. Um aceno de Mário bastava para remeter um homem à morte. Todos os amigos de Sila foram destruídos e tiveram seus haveres confiscados; deposto do comando, foi Sila declarado inimigo público. Aos mortos recusavam enterro, deixavam-nos nas ruas para que os cães e as aves os comessem. E os escravos libertados entraram a saquear, a violar, a matar indiscriminadamente, até que Cina encurralou quatro mil deles e fez que os soldados gauleses os destruíssem a todos.[21]

Cina era cônsul pela segunda vez (86) e Mário pela sexta. Dias depois de seu novo termo Mário veio a falecer, aos 71 anos, gasto de trabalhos e violências. Valério Flaco, eleito em substituição, fez aprovar uma lei cancelando 75 por cento de todas as dívidas e partiu para o Oriente com 12.000 homens a fim de efetivar a deposição de Sila. Onipotente em Roma, Cina transformou a República em ditadura, fez as nomeações para os cargos principais e a si próprio se elegeu cônsul por quatro anos.

Quando Flaco deixou Roma, Sila estava assediando Atenas, que se juntara à revolta de Mitrídates. Nada recebendo do Senado para o pagamento das tropas, financiou a campanha com a pilhagem dos templos e tesourarias de Olímpia, Epidauro e Delfos. Em março de 86 seus soldados romperam as muralhas de Atenas, invadiram-na e vingaram-se da longa resistência em um desabafo de chacina e saque. Diz Plutarco que "não havia contar os mortos; ... o sangue corria pelas ruas até aos subúrbios".[22] Sila afinal pôs termo ao massacre, generosamente observando que "por amor dos mortos perdoava aos vivos". Descansou suas tropas ao norte, bateu um exército inimigo em Queronéia e em Orcômeno, perseguiu-o através do Helesponto até a Ásia e preparou-se para enfrentar as principais forças do rei do Ponto. Nesse entremeio Flaco entra na Ásia à frente de suas legiões e intima-o a entregar o comando. Mas Sila convence-o a deixá-lo completar a campanha; logo depois Flaco é morto por Fímbria, seu lugar-tenente, o qual assume o comando e avança contra Sila. Defrontado por aquela emergência, Sila assina com Mitrídates (85) um acordo em que o rei do Ponto se comprometia a abandonar todas as conquistas feitas na guerra, a entregar a Roma 80 galeras e a pagar uma indenização de dois mil talentos. Em seguida volta-se contra Fímbria e o empurra para a Lídia. Aí os soldados de Fímbria o abandonam e aderem a Sila. Fímbria suicida-se. Senhor agora da Grécia Oriental, Sila impõe às cidades revoltadas da Jônia uma indenização de 20.000 talentos, além da agravação das taxas. Embarca com o exército para a Grécia, marcha para Patras e chega a Brundísio em 83. Cina tenta detê-lo, mas é morto pelas suas tropas.

Sila vinha trazendo para o Tesouro 15.000 libras de ouro e 115.000 de prata, além do dinheiro e das obras de arte creditadas em sua conta particular. Mas os chefes populares ainda no poder em Roma, continuando a tê-lo como inimigo público, denunciaram o tratado com Mitrídates como humilhante para Roma. Relutantemente levou Sila seus 40.000 homens às portas de Roma. Muitos aristocratas vieram juntar-se-lhe; um deles, Cneu Pompeu, veio à testa de uma legião inteiramente formada de clientes e amigos de seu pai. O filho de Mário saiu com um exército a enfrentar Sila e foi batido, fugindo para Preneste depois de enviar ao pretor dos *populares* instruções para a chacina dos principais patrícios ainda existentes na cidade. O pretor convocou o Sena-

do — e os homens marcados foram mortos em suas cadeiras ou na fuga. Depois disso as forças democráticas evacuaram Roma, deixando que Sila entrasse sem embaraço; entrementes, um exército samnita de 100.000 homens veio do sul e juntou-se aos remanescentes democráticos. Saiu-lhes Sila ao encontro e com seus 50.000 homens obteve uma das mais sangrentas vitórias dos tempos antigos. Sila deu ordem para a morte a flechadas de oito mil prisioneiros, alegando que mortos eles causariam menos perturbações do que vivos. As cabeças dos generais capturados foram espetadas nos muros de Preneste, onde o último exército democrático estava sitiado. Preneste caiu; o jovem Mário suicidou-se e teve sua cabeça pendurada no Fórum, processo tão freqüente que se tornara constitucional.

Sila não teve dificuldade em induzir o Senado a fazê-lo ditador. E logo em seguida deu a público uma lista de proscrições com 40 senadores e 2.600 homens de negócio condenados à morte; eram os que haviam dado apoio a Mário e adquirido as propriedades dos senadores mortos sob o regime radical. Sila ofereceu recompensa aos delatores, e prêmios até 12.000 denários ($7.200) aos que lhe trouxessem os proscritos, vivos ou mortos. O Fórum viu-se festivamente enfeitado de cabeças humanas e com as listas de proscrições periodicamente renovadas, onde os cidadãos iam ver se ainda tinham direito à vida. Os massacres, os exílios e confiscos levaram o terror de Roma às províncias, por toda parte perseguindo os seguidores de Mário. Umas 4.700 pessoas pereceram vítimas desse terror aristocrático. "Homens eram chacinados nos braços de suas mulheres", diz Plutarco, "filhos nos braços das mães." Muitos que se tinham conservado neutros foram proscritos, exilados ou mesmo mortos; Sila, diziam, necessitava dos dinheiros desses homens para benefício de suas tropas, seus amigos e seus prazeres. A propriedade confiscada era vendida a quem mais desse ou aos favoritos de Sila — tornando-se a base de muitas fortunas, como a de Crasso e Catilina.

Usando seus poderes de ditador, Sila emitiu uma série de editos — as leis cornelianas — com as quais pretendia estabelecer permanentemente uma constituição aristocrática. Para substituir os cidadãos mortos deu a cidadania a muitos espanhóis e celtas e a alguns antigos escravos. Enfraqueceu as Assembléias com o acréscimo desses novos membros e também com a determinação de que matéria nenhuma lhe podia ser apresentada sem o consentimento do Senado. Para deter a constante entrada de italianos pobres em Roma, suspendeu a distribuição pública de trigo, e ao mesmo tempo aliviou o congestionamento da capital com a distribuição de terras a 120.000 veteranos. Para evitar a reeleição dos cônsules, o que era de fato uma ditadura, Sila insistiu na velha exigência do intervalo de 10 anos para uma reeleição. E baixou o prestígio do tribunato com a limitação do direito de veto, além de tornar os ex-tribunos inelegíveis para qualquer alto cargo. Também restituiu aos senadores o privilégio do júri e substituiu a cobrança de taxas pelos publicanos por diretos pagamentos das províncias ao Tesouro. Reorganizou as cortes de justiça, aumentando-lhes o número para apressar os julgamentos, e cuidadosamente lhes especificou as funções e a jurisdição. Todos os privilégios do Senado anterior aos Gracos foram restabelecidos, porque Sila se convencera de que só a monarquia ou uma aristocracia era capaz de bem administrar o Império. Para renovar o Senado, permitiu que a Assembléia Tribal promovesse a senadores 300 membros da classe eqüestre. Por fim, querendo demonstrar plena confiança na reforma feita, desmobilizou suas legiões e decretou a proibição de qualquer exército na Itália. Após dois anos de ditadura resignou todos os poderes, restabeleceu o governo consular e recolheu-se à vida privada (80).

Estava a seguro, porque havia mandado matar a todos quantos pudessem sugerir sua eliminação. Dispensando litores e guardas, passeava desarmado pelo Fórum — e prontificou-se a prestar contas de sua vida e atos a qualquer cidadão que o exigisse. Em seguida foi passar os últimos anos na sua vila de Cumas. Cansado de guerra, poder e glória, rodeou-se de cantores, dançarinos e atrizes; escreveu os *Commentarii*, entregou-se à caça e à pesca, sempre a comer bem e a beber melhor. Já de longo tempo os homens o vinham cognominando de Sylla Felix — Sila, o Feliz, porque havia vencido todas as batalhas, conhecido todos os prazeres, exercido todos os poderes e vivido sem temor nem pesar. Foi casado cinco vezes, divorciou-se quatro e compensou-se com amantes. Aos 58 anos rebenta-lhe uma úlcera no cólon, tão grave, diz Plutarco, que "a carne podre saía reduzida a piolhos. Muitos homens passavam o dia e a noite a destruí-los, mas os piolhos multiplicavam-se de tal modo que não só suas roupas, banheiros e bacias se contaminavam com eles, como até sua comida."[23] Sila morreu de hemorragia intestinal, quase um ano depois do abandono da vida pública (78). E não se esqueceu do próprio epitáfio: "Nenhum amigo me serviu, nem nenhum inimigo me fez mal, que não recebesse pleno pagamento."[24]

CAPÍTULO VII

A Reação Oligárquica

77 — 60 a.C.

I. O GOVERNO

NÃO obstante, por duas vezes Sila errou do lado da generosidade. Havia poupado o filho e sobrinho de seus inimigos, o alegre e brilhante Caio Júlio César, o qual entrara nos 20 anos ao tempo das proscrições; Sila o tinha inscrito no rol dos condenados, mas a instâncias de amigos comuns deixou-o escapar; sua apreciação, entretanto, era de que "naquele moço havia muitos Mários".[1] E talvez também errasse em resignar muito cedo. Se sua paciência e previsão lhe igualassem a coragem e a crueldade, poderia Sila ter poupado a Roma meio século de caos, dando-lhe já em 80 a.C. a paz e segurança, a ordem e a prosperidade que lhe daria Augusto depois de Ácio. Sila restaurou o velho em vez de criar o novo.

Dez anos depois de morto, seu trabalho já estava em ruínas. Afrouxados nos braços da vitória, os nobres fugiram às tarefas do governo para procurar a riqueza e gastá-la na ostentação. A luta entre os *optimates* e os *populares* continuava surdamente e só à espera de ensejo para explodir. Os *optimates*, ou "a melhor gente", faziam da *nobilitas* o seu credo, não no sentido do *noblesse oblige*, mas no de que o bom governo requer a restrição dos mais altos cargos da magistratura aos descendentes dos velhos magistrados. Quem quer que sem ter antepassados pretendesse tais cargos incorria na coima de *novus homo* — "homem novo", ou arrivista, como Mário e Cícero. Já os *populares* queriam todas as "carreiras abertas ao talento", todo o poder concentrado nas Assembléias — e terras gratuitas para os veteranos e pobres. Nenhum dos partidos acreditava na democracia; ambos suspiravam pela ditadura e praticavam sem reserva a intimidação e a corrupção. Os *collegia*, que antes haviam sido sociedades de auxílio mútuo, tornaram-se agências para a venda de grandes blocos de votos plebeus. O comércio de votos alcançou tal escala que passou a exigir especialização: havia os *divisores*, que compravam os votos; os *interpretes*, ou medianeiros; e os *sequestres*, que conservavam o dinheiro em depósito até que o voto fosse dado.[2] Cícero descreve candidatos passeando com a bolsa na mão por entre os eleitores no Campo de Marte.[3] Como elevou Pompeu ao consulado o medíocre Afrânio? Convidando os chefes das tribos a virem a seus jardins e negociando com eles os votos dos grupos.[4] Era tanto o dinheiro tomado de empréstimo para financiar candidaturas que as campanhas eleitorais elevavam os juros a 8 por cento ao mês.[5]

As cortes, agora formadas por senadores, rivalizavam com as urnas em corrupção. Os juramentos haviam perdido completamente o valor; o perjúrio era coisa tão comum quanto o suborno. Marco Messala, acusado de haver comprado sua eleição ao

consulado, foi unanimemente absolvido, embora até seus íntimos lhe reconhecessem a culpa.[6] "Tão venalmente eram conduzidos os julgamentos", escreveu Cícero a seu filho, "que nenhum homem jamais será condenado, exceto por homicídio."[7] Cícero devia ter dito "nenhum homem de meios", porque "sem dinheiro e um bom advogado", declarou outra personalidade da época, "um homem pode ser acusado de qualquer crime que não haja cometido e será certamente condenado".[8] Lêntulo Sura, absolvido por dois votos, lamentou o dinheiro inutilmente gasto a mais, pois lhe bastava a absolvição por um voto.[9] Quando o pretor Quinto Cálido foi condenado por um júri de senadores, calculou que "eles não podiam honestamente cobrar menos de 300.000 sestércios para condenar um pretor".[10]

Protegidos por tais cortes, os procônsules, os coletores de taxas, os emprestadores de dinheiro e os agentes de negócio extorquiam o leite das províncias em escala jamais vista. Certamente que havia governadores de províncias competentes e honestos, mas que esperar da maioria? O cargo era gratuito e geralmente por um ano; nesse curto prazo tinham de extorquir o necessário para pagar as dívidas e comprar novo cargo, e ainda se colocarem em boa posição financeira na sociedade de Roma. Só o Senado podia contrabater a venalidade desses homens — e está claro que os senadores não levantavam escândalos, já que quase todos haviam feito, ou esperavam fazer o mesmo. Quando em 61 César foi mandado à Espanha, como procônsul, estava devendo $7.500.000; de volta, um ano depois, saldava todas as dívidas. Cícero tinha-se como homem de bem; ganhara apenas $110.000 no seu ano de governador da Cilícia — e enchia suas cartas com espantos diante da sua própria moderação.

Os generais que conquistavam uma província eram os primeiros a se aproveitarem dela. Depois de suas campanhas no Oriente, o nome de Lúculo tornou-se sinônimo de ostentação. Desse mesmo Oriente trouxe Pompeu $11.200.000 para o Tesouro e $21.000.000 para si e os amigos; César trouxe da Gália incontáveis milhões. Depois dos generais vinham os publicanos, os quais arrancavam dos contribuintes o dobro do remetido para Roma. Quando uma província ou cidade não podia levantar de seus habitantes o dinheiro necessário para um tributo, os financistas ou estadistas romanos entravam com fundos aos juros de 12 a 48 por cento — fundos a serem cobrados, se necessário fosse, por meio de assédios, conquista e pilhagem. O Senado havia proibido que seus membros tomassem parte em tais empréstimos, mas ambiciosos aristocratas como Pompeu, e santos como Bruto, iludiam a lei agindo por meio de intermediários. Em alguns anos a província da Ásia pagou aos romanos, de juros de empréstimos, duas vezes mais do que pagou aos publicanos e ao Tesouro de Roma.[11] Os juros pagos e não pagos sobre o montante dos dinheiros tomados pelas cidades da Ásia Menor para atender às exações de Sila em 84 já equivaliam no ano 70 a seis vezes o principal. As cidades levantavam o dinheiro necessário, com a venda dos edifícios públicos e a estatuária, e os pais vendiam os filhos como escravos, pois os devedores insolventes eram submetidos à tortura.[12] Se alguma riqueza ainda subsistia, um bando de empreiteiros voava da Itália, da Síria e da Grécia munidos de contratos senatoriais para o "desenvolvimento" das minas, florestas e mais recursos da província; o comércio seguia a bandeira romana. Uns compravam escravos, outros vendiam ou compravam artigos, outros adquiriam terras para o estabelecimento de latifúndios ainda maiores que os da Itália. "Nenhum gaulês", disse Cícero em 69 com seu exagero habitual, "conduz qualquer negócio sem a intervenção de um cidadão romano; nem um vintém muda de mãos sem passar pelos livros de assentos de um romano."

A antigüidade jamais tinha visto governo tão poderoso, tão rico e ao mesmo tempo tão corrupto.

II. OS MILIONÁRIOS

As classes comerciais reconciliaram-se com o governo dos senadores porque estavam mais preparadas que a aristocracia para a exploração das províncias. Essa "concórdia das ordens", ou cooperação das duas classes superiores, que Cícero tinha como ideal, já em sua juventude constituía uma realidade; haviam acordado em unir-se e conquistar. Homens de negócio e seus ativos agentes formigavam nas basílicas e ruas de Roma e nos mercados das capitais das províncias. Banqueiros emitiam letras de câmbio contra filiais em outros centros, [13] e colocavam dinheiro em tudo, até na aventura de uma carreira política. Negociantes e financistas passavam a colaborar com os *populares* quando o Senado se mostrava egoísta, e colaboravam com os *optimates* quando os líderes democráticos procuravam cumprir as promessas feitas ao proletariado antes das eleições.

Crasso, Ático e Lúculo caracterizaram as três fases da riqueza romana: aquisição, especulação e ostentação. Marco Licínio Crasso vinha de estirpe aristocrática. Seu pai, famoso orador, cônsul e censor, lutara na facção de Sila e preferira suicidar-se a entregar-se a Mário. Sila recompensou o filho permitindo-lhe adquirir por baixo preço as propriedades confiscadas aos proscritos. Na mocidade havia Crasso estudado a literatura e a filosofia, e com assiduidade praticara a advocacia, mas passou a embriagar-se com o deleite do ouro. Organizou uma brigada de bombeiros, coisa nova em Roma; acudia aos incêndios, negociava no lugar os seus serviços, ou adquiria por preços nominais os prédios ameaçados — e punha-os a salvo do fogo; desse modo tornou-se dono de centenas de prédios e cortiços, que alugava rendosamente. Adquiriu as minas do Estado quando Sila as desnacionalizou. Rapidamente elevou sua fortuna de sete milhões para 170 milhões de sestércios ($25.500.000) — soma quase igual à renda anual do Tesouro. Nenhum homem pode considerar-se rico, disse Crasso, se não está habilitado a levantar, equipar e manter seu próprio exército[14] — e foi de seu destino perecer vítima dessa definição. Transformado no homem mais rico de Roma, mesmo assim se sentia infeliz; sonhava com um cargo público, uma província, a chefia de uma campanha asiática. Humildemente solicitava votos na rua, trazia de cor o nome de incontáveis cidadãos, vivia em notória simplicidade, e para atrair políticos influentes fazia-lhes empréstimos sem juros, mas pagáveis quando reclamados. Apesar desta ansiosa ambição, era homem acessível, ilimitadamente generoso para com os amigos, e contribuía para os dois partidos políticos com aquela sabedoria que sempre distinguiu os homens de sua classe. Crasso viu realizarem-se todos os seus sonhos: tornou-se cônsul em 70 e de novo em 55; governou a Síria e ajudou a levantar o grande exército com que atacou a Pártia. Mas no recontro de Carras foi traiçoeiramente capturado e barbaramente morto (53); o vencedor cortou-lhe a cabeça e encheu-a de ouro derretido.

Tito Pompônio Ático, embora de origem eqüestre, revelou-se mais aristocrata que Crasso e de um mais alto tipo de milionário: honesto como o Meyer Anschel do clã do *rot Schild*, bem-educado como Lourenço de Médicis, financeiramente astuto como Voltaire. Começa a aparecer como estudante em Atenas, onde sua conversa e sua de-

clamação de poesias latinas e gregas de tal modo encantaram Sila que o sanguinário invasor tudo fez para tê-lo em sua companhia. Era um erudito e um historiador, tendo escrito um apanhado da história do mundo;[15] passava a maior parte do tempo nas rodas filosóficas de Atenas e ganhou o cognome de Ático em vista de sua erudição e filantropia. Do pai e do tio herdou $960.000; empregou-os em uma grande criação de gado no Epiro, em compra de casas em Roma, no treino de gladiadores e secretários de aluguel e na edição de livros. Também passou a emprestar dinheiro a bons juros, exceto para seus amigos de Atenas, que o tinham de graça.[16] Homens como Cícero, Hortênsio e o jovem Catão confiavam-lhe as economias e a direção dos negócios, e muito lhe louvavam a cautela, a integridade e os bons dividendos. Cícero aconselhava-se com ele não só para a compra de uma casa como para a escolha das estátuas com que adorná-la e dos livros com que formar a biblioteca. Ático vivia na frugalidade e na modéstia de verdadeiro epicurista, mas sua cordial amizade e o primor de sua conversa fizeram-lhe da residência em Roma o salão das celebridades políticas. Contribuiu para todos os partidos e foi poupado em todas as proscrições. Com a idade de 77 anos, afligido por doença incurável, deixou-se morrer de inanição.

Lúcio Licínio Lúculo, de alta linhagem patrícia, partiu em 74 para completar a guerra de Sila contra Mitrídates. Durante oito anos comandou com muita habilidade e coragem forças bastante reduzidas; depois, perto já do pleno sucesso, suas tropas cansadas amotinaram-se e ele as guiou em retirada da Armênia à Jônia, através de perigos tão grandes como os contados por Xenofonte. Destituído do comando por intriga política, voltou a Roma, e com seu patrimônio, e mais os despojos tomados, passou o resto da vida em calmo regalo. Construiu no Monte Píncio um palácio de amplos salões, bibliotecas e jardins; em Túsculo suas propriedades estendiam-se por milhas; em Miseno adquiriu uma vila por 10.000.000 de sestércios ($1.500.000); e transformou a ilha de Nisida em residência de verão. Seus vários jardins tinham fama graças às novidades hortícolas; foi ele, por exemplo, o introdutor na Itália da cerejeira do Ponto, donde foi levada para o norte da Europa e daí para a América. Seus jantares faziam época em Roma. Cícero certa vez desejou verificar como Lúculo jantava quando sozinho, e pediu-lhe que o convidasse e a mais uns tantos amigos, mas de surpresa, sem que os criados fossem prevenidos. Lúculo concordou, declarando que apenas indicaria aos criados onde seria a refeição: na "Sala Apolo". Quando Cícero e os outros chegaram, deram com um verdadeiro banquete; Lúculo dispunha em seu palácio de várias salas de jantar, e escolhia-as de acordo com a importância e esplendor da festa; a Sala Apolo era reservada às refeições de 200.000 sestércios para cima.[17] Mas não se tratava de um *gourmand.* Suas casas eram verdadeiras galerias de arte; suas bibliotecas funcionavam como ponto de encontro de estudiosos e amigos; ele mesmo tinha bastante cultura clássica, em literatura e filosofia — favorecendo naturalmente a de Epicuro. Lúculo sorria do exagerado esforço de Pompeu; no seu modo de ver, uma campanha era o bastante para um general; tudo mais era pura vaidade.

Seu exemplo espalhou-se entre os ricos de Roma, mas não o seu bom gosto; breve lá estavam patrícios e magnatas competindo em ostentosa exibição, enquanto a revolta fermentava nas províncias em bancarrota e homens livres passavam fome nos cortiços. Os senadores deixavam-se ficar na cama até o meio-dia, e raramente se apresentavam às sessões. Filhos de senadores trajavam-se e movimentavam-se como cortesãs, com sandálias femininas e jóias, muito perfumados; fugiam ao casamento, evitavam filhos e mantinham-se na bissexual imparcialidade dos gregos. As residências senato-

riais valiam fortunas, às vezes mais de 10.000.000 de sestércios; Clódio, chefe dos plebeus, construiu a sua ao preço de 14.800.000. Advogados como Cícero e Hortênsio, a despeito da lei Cíncia sobre os honorários profissionais, tanto competiam nos palácios como na eloqüência; nos jardins de Hortênsio figurava a maior coleção zoológica da Itália. Todos os homens de alguma pretensão possuíam vilas em Baias ou arredores, onde a aristocracia tomava banhos de mar, gozava as belezas de Nápoles e punha em moratória a monogamia. Também nos arredores de Roma surgiam vilas; certos ricos eram donos de várias, que usavam conforme a estação. Grandes fortunas foram absorvidas na decoração dos interiores, em móveis e prataria. Cícero deu 500.000 sestércios por uma mesa de limoeiro; um milhão podia ser pago por uma de cipreste; até o jovem Catão, pilar de todas as virtudes estóicas, pagou 800.000 sestércios por uma mesa de luxo da Babilônia.[18]

Os palácios eram servidos por uma especializada horda de escravos — valetes, mensageiros, acendedores de lâmpadas, músicos, secretários, médicos, filósofos, cozinheiros. A mesa constituía a principal ocupação das altas classes, porque em Roma, como disse Metrodoro, "todas as coisas boas relacionavam-se com o ventre". Em um jantar oferecido no ano de 63 por um alto sacerdote e incongruamente assistido por Vestais e César, o *hors d'oeuvres* consistiu em mexilhões, tordos com aspargo, aves engordadas, algas marinhas, pastelões de ostras, costelas de cabrito montês, o marisco da púrpura, aves canoras. Depois veio o jantar — tetas de porca, cabeça de javali, peixes, marrecos, lebres, aves, pastelaria e doces.[19] Importavam-se petiscos de todas as partes do Império e povos vizinhos: pavões de Samos, faisões da Frígia, íbis da Jônia, atuns da Calcedônia, enguias de Gades, ostras de Tarento, esturjões de Rodes. Os alimentos produzidos na Itália eram considerados vulgares e só próprios de plebeus. O ator Esopo deu um jantar em que se consumiram $5.000 de aves canoras.[20] As leis suntuárias continuavam a denunciar a ostentação da mesa, mas ninguém as atendia. Cícero tentou submeter-se a essas leis entrando no regime dos vegetais permitidos, mas sofreu uma disenteria de 10 dias.[21]

Parte da nova riqueza atendia ao teatro e aos jogos. Em 58 Emílio Escauro construiu um teatro com oito mil assentos, 360 pilares, três mil estátuas, palco de três andares e três colunadas, uma de madeira, outra de mármore, outra de vidro; seus escravos, revoltados contra o trabalho excessivo, incendiaram-no logo depois, ocasionando um prejuízo de 100.000.000 de sestércios.[22] Em 55 Pompeu financiou o primeiro teatro de pedra de Roma — com 17.500 lugares e um espaçoso pórtico ajardinado para uso nos intervalos. Em 53, Escribônio Cúrio, um dos generais de César, ergueu dois teatros conjuntos de madeira, cada qual formando um semicírculo; de manhã representavam-se peças nos dois palcos; depois, sem que os espectadores deixassem seus assentos, as duas estruturas giravam em pivôs e rodas e os semicírculos formavam um anfiteatro, em que os palcos unidos serviam de arena de gladiadores.[23] Em tempo nenhum tais jogos foram mais freqüentes, mais caros e prolongados. Em um só dia, nos jogos dados por César, 10.000 gladiadores tomaram parte, muitos dos quais perderam a vida. Sila proporcionou uma luta de 100 leões; César, uma de 400; Pompeu, uma de 600. Luta das feras contra homens, de homens contra homens — e a enorme assistência aguardava ansiosa o sinal de morte...

III. A NOVA MULHER

O aumento da riqueza conspirou com a corrupção política para afrouxar a moral e o casamento. A prostituição florescia; os bordéis e tavernas tornaram-se tão populares que alguns políticos cabalavam votos por meio do *collegium lupanariorum*, ou associação dos donos de bordel.[24] O comum do adultério já não atraía a atenção de ninguém, exceto quando havia razão política, e praticamente pelo menos uma vez todas as mulheres da alta sociedade se divorciavam. Não cabia a elas a culpa; aquilo vinha da subordinação do casamento ao dinheiro e à política. Os homens escolhiam as esposas, ou as famílias as escolhiam, com olho no dote e nas relações influentes. Sila e Pompeu casaram-se cinco vezes. Querendo ligar Pompeu a seu destino, Sila persuadiu-o a divorciar-se da primeira mulher e desposar Emília, enteada de Sila, já casada e grávida; Emília concordou relutante, mas morreu de parto logo depois de entrar na casa de Pompeu. César deu a Pompeu sua filha Júlia como penhor da aliança no triunvirato. O Império, reclamava Catão, havia degenerado em agência matrimonial. Tais uniões eram *casamentos de política*; logo que a razão política desaparecia, o homem procurava outra consorte, como novo degrau de acesso ao poder ou à riqueza. Não lhe era necessário apresentar motivos, bastava uma carta à esposa declarando a liberdade dos dois. Muitos homens não se casavam, alegando o desplante e as extravagâncias da "nova mulher"; muitos viviam em uniões livres com concubinas ou escravas. O censor Metelo Macedônio (131) insistia em que o casamento e a prole era um dever dos homens para com o Estado, por maior incômodo (*molestia*) que uma mulher fosse;[25] mas o número de celibatários e de casais sem filhos aumentou depois de seu conselho. Os filhos tornaram-se um luxo só acessível aos pobres.

Em tais circunstâncias não podemos censurar as mulheres por falta de respeito ao voto matrimonial, e por procurarem em ligações extraconjugais o amor e o romance que o casamento político lhes negava. Havia, está claro, inúmeras mulheres perfeitas, mesmo entre os ricos, mas a nova liberdade estava quebrando o velho *patria potestas* e a antiga disciplina familiar. As mulheres romanas já agiam com quase a mesma liberdade dos homens. Vestiam-se das diáfanas sedas da Índia e China, e saqueavam a Ásia em busca de perfumes e jóias. O casamento *cum manu* desaparecera, e as casadas divorciavam-se dos maridos tão prontamente quanto no caso reverso. Numa crescente proporção as mulheres procuravam afirmação no estudo: aprendiam o grego, estudavam filosofia, compunham versos, faziam conferências, cantavam, dançavam, mantinham salões literários; outras entregavam-se ao comércio; algumas praticavam a medicina ou dedicavam-se às leis.

Clódia, mulher de Quinto Cúrcio Metelo, foi a mais proeminente dessas damas que suplantavam os maridos com uma sucessão de *cavalieri serventi*. Apaixonada paladina dos direitos femininos, Clódia escandalizou os velhos conservadores com suas saídas em companhia de amigos, depois do casamento; parava na rua para falar aos conhecidos e às vezes publicamente os beijava, em vez de baixar os olhos e encolher-se na carruagem, como era de bom-tom. Convidava os amigos para jantar, e o esposo ausentava-se com o cavalheirismo do marquês de Châtelet. Cícero, que aqui não nos merece fé, descreve-lhe "os amores, adultérios e luxúrias, a música e os cantos de suas ceias e beberetes em Baias e no mar".[26] Era uma mulher hábil, das que sabem pecar com irresistível graça, mas que não avaliava devidamente o egoísmo dos homens. Cada amante dela exigia tudo até que seu apetite se saciasse, e ficava seu inimigo quan-

do Clódia tomava outro. Assim Catulo (se é que é ela a Lésbia de seus poemas) crivou-a de epigramas, e Célio, aludindo ao preço pago às mais baixas prostitutas, apelidou-a em pleno tribunal de *quadrantaria* — isto é, mulher de metade de meio asse (1 *cent* e meio). Clódia o havia acusado de tentativa de envenenamento; Célio contratou Cícero para defendê-lo, e o grande advogado não hesitou em acusá-la de incesto e homicídio, protestando, todavia, que não era "inimigo das mulheres, ainda menos de uma tão amiga de todos os homens". O acusado foi absolvido, e Clódia pagou pelo fato de ser irmã de Públio Clódio, o mais radical dos líderes de Roma e implacável inimigo de Cícero.

IV. O OUTRO CATÃO

Em meio a essa corrupção e relaxamento de costumes, um homem emergiu como figura do passado. Marco Pórcio Catão, o Moço, havia violado um preceito de seu tataravô, pois estudara grego, e do grego tomara a filosofia estóica, que com suas convicções republicanas ia tornar-se a devoção de sua vida. Herdeiro de 120 talentos ($432.000) vivia na maior simplicidade. Fazia empréstimos, mas sem cobrar juros. Não possuía o rude humor do tataravô e amedrontava as pessoas com sua teimosa incorruptibilidade e a rija aderência a princípios fora de moda. Sua maneira de viver era uma condenação do modo de viver dos outros; todos ansiavam por que ele pecasse um bocadinho, quando mais não fosse como prova de respeito pelos hábitos da humanidade. E todos devem ter-se alegrado quando, em sua concepção da mulher como mero instrumento biológico, ele "emprestou" Márcia ao seu amigo Hortênsio — isto é, divorciou-se dela e assistiu ao casamento de Márcia com Hortênsio, e mais tarde, por morte de Hortênsio, desposou-a de novo.[27] Catão não podia ser popular por causa de seu incansável ódio à desonestidade; foi severo defensor do *patria potestas* e mais implacável *censor moralium* que o próprio Catão, o Censor. Raramente ria ou sorria, não fazia nenhum esforço para ser afável, e reagia com severidade contra quem se atrevesse a lisonjeá-lo. Foi derrotado na eleição para cônsul, diz Cícero, porque agiu como um cidadão da República de Platão em vez de agir como romano vivendo entre "as fezes da posteridade de Rômulo".[28]

Como questor fez-se o terror da incompetência e da fraude, e defendeu ferozmente o Tesouro contra todos os assaltos políticos — defesa que prosseguiu mesmo depois de deixar o cargo. Suas acusações recaíam sobre todos os partidos, e renderam-lhe milhares de admiradores mas nem um só amigo. Como pretor, persuadiu o Senado a emitir uma ordem para que todos os candidatos, logo depois da eleição, se apresentassem e sob juramento prestassem contas dos gastos e processos usados na campanha. Tal medida perturbou os políticos que se sustentavam nas posições à custa de venalidades, e eles vaiaram e apedrejaram Catão no Fórum, mas o vaiado ergueu-se na tribuna, arrostou a malta e fê-la baixar a cabeça. Como tribuno comandou uma legião na Macedônia; seus ajudantes seguiam a cavalo, ele a pé. Falava com desprezo das classes mercantis, e tinha a aristocracia, ou o governo do nascimento, como única alternativa para a plutocracia, ou governo da riqueza. Combateu sem tréguas os homens que corrompiam com o dinheiro a política de Roma e com o luxo lhe minavam o caráter, e manteve-se ausente de qualquer movimento pró-ditadura, tanto o de Pompeu como o de César. Quando este derrubou a República, Catão matou-se, com um livro de filosofia ao lado.

V. ESPÁRTACO

O desgoverno chegara ao clímax, e a democracia decaíra a um ponto incomum na história dos Estados. Em 98 a.C. o general romano Dídio repetiu a façanha de Sulpício Galba: atraiu toda uma tribo de nativos a um acampamento romano na Espanha, sob pretexto de registrá-los para uma distribuição de terras, e quando essa gente veio, acompanhada das mulheres e crianças, mandou chaciná-los a todos. De volta a Roma foi recompensado com um triunfo.[29] Horrorizado com semelhantes brutalidades, Quinto Sertório, um oficial sabino do exército romano, passou-se para os espanhóis, organizou-os, disciplinou-os e derrotou sucessivamente todas as legiões contra ele enviadas. Durante oito anos Sertório governou um reino rebelde, conquistando o amor do povo pela justiça da administração e o estabelecimento de escolas. Metelo, o general romano, ofereceu 100 talentos ($360.000) e 20.000 acres de terras a quem o matasse. Perpena, um romano refugiado no acampamento de Sertório, convidou-o para jantar, assassinou-o e fez-se o chefe do exército rebelde. Contra ele Roma enviou Pompeu, que facilmente o derrotou. Perpena foi executado — e a exploração da Espanha prosseguiu.

O ato seguinte da revolução não veio dos homens livres, mas dos escravos. Lêntulo Batíades mantinha em Cápua uma escola de gladiadores — escravos ou condenados da justiça que ele treinava para a luta entre si ou contra as feras, para a morte em público ou em residências particulares. Duzentos desses homens tentaram a fuga; 78 conseguiram escapar e, armando-se, ocuparam uma encosta do Vesúvio, dali assaltando as aldeias vizinhas para obter víveres (73). Como chefe escolheram a Espártaco, um trácio, "homem não só de alto espírito e bravura", diz Plutarco, "mas também superior aos de sua condição em inteligência e brandura".[30] Espártaco lançou um apelo a todos os escravos da Itália — e breve se viu com 70.000 homens ansiosos de liberdade e vingança. Ensinou-lhes a fabricar as armas necessárias e a lutar com disciplina — e durante anos essa força levou a melhor em todos os combates havidos. As vitórias de Espártaco enchiam de terror os ricos e de esperança o coração de todos os escravos da Itália. E tantos novos elementos foram acudindo que, alcançado o número de 120.000, ele recusou novos recrutas, dadas as dificuldades de alimentação. Espártaco levou sua horda rumo aos Alpes "pretendendo, depois de atravessá-los, que cada homem se dirigisse para sua casa".[31] Mas não compartilhando de tão altos e pacíficos sentimentos, os rebeldes puseram-se a saquear as aldeias e cidades do norte da Itália. O Senado enviou contra eles dois cônsules com dois grandes exércitos. Um deles encontrou uma parcela das forças de Espártaco e destruiu-a, mas o segundo foi batido pelo grosso dos rebeldes. Pondo-se de novo a caminho dos Alpes, Espártaco deu com um terceiro exército romano comandado por Cássio e dizimou-o; depois, vendo o caminho bloqueado por outras legiões, fez-se de volta ao sul e marchou contra a cidade de Roma.

Metade dos escravos da península estava à beira da insurreição, e ninguém em Roma poderia dizer quando o levante iria rebentar em sua casa. Aquela opulenta sociedade, sempre no gozo de todos os requintes que a escravidão podia proporcionar, tremia ao pensamento de perder tudo — a dominação, as propriedades, a vida. Senadores e milionários clamavam por melhores generais; poucos se apresentavam, tal o receio daquele inimigo novo e estranho. Finalmente apareceu Crasso e foi-lhe dado o comando de 40.000 homens; muitos elementos da nobreza, não esquecidos das tradições da classe, vieram servir como voluntários. Sabendo que tinha contra si um império, e que seus homens não podiam administrar nem esse império nem a capital, Espártaco deixou de lado Roma e continuou para o sul, rumo de Túrios, na esperança

de levar seus homens à Sicília ou África. E nesse terceiro ano ainda resistiu a todos os ataques. Mas de novo seus impacientes soldados rejeitaram-lhe o comando e voltaram ao saque das cidades vizinhas. Crasso deu em cima de uma horda desses saqueadores e matou 12.300; todos lutaram até o fim. Entrementes, as legiões de Pompeu, de volta da Espanha, foram mandadas como reforço a Crasso. Sem esperança de vitória contra tanta força, Espártaco atirou-se contra o exército de Crasso à procura da morte; dois centuriões caíram feridos por seus golpes; ferido também e por terra, continuou a lutar de joelhos; acabou de tal modo picado de golpes que se tornou irreconhecível. A grande maioria de seus seguidores pereceu com ele; outros fugiram, e internados nas florestas da Itália viraram caça; seis mil prisioneiros foram crucificados ao longo da Via Ápia, de Cápua a Roma (71). Seus corpos ficaram nas cruzes durante meses, para reconforto dos olhos dos senhores e lição a todos os escravos.

VI. POMPEU

Quando Crasso e Pompeu voltaram desta campanha, nenhum desmobilizou as tropas como a lei mandava e o Senado queria. Acampando fora das portas, pediram permissão para apoiarem o consulado sem entrarem na cidade — nova violação dos precedentes; Pompeu ainda reclamou terras para seus soldados e um triunfo para si. O Senado recusou, na esperança de voltar um general contra outro. Mas Crasso e Pompeu estavam de mãos dadas; fizeram uma súbita aliança com os *populares* e os negociantes e, à força de suborno, ganharam a eleição para o consulado em 70 a.C. Os magnatas entraram no conchavo com dois fins: recapturar o júri que os julgava e substituir Lúculo — então a governar o Oriente Romano com excessiva integridade — por um homem de sua classe e de suas vistas. Esse homem, todos o admitiam, era Pompeu.

Estava Pompeu com seus 35 anos e já era veterano de muitas campanhas. Filho de opulenta família eqüestre, havia conquistado a admiração de todos pela coragem, a temperança, a habilidade em todos os jogos e na guerra. Limpara a Sicília e a África dos inimigos de Sila, e pelas suas vitórias e seu orgulho havia ganho do humorístico ditador o cognome de Magno — o Grande. Seus triunfos começaram ainda antes de lhe nascer a barba.[32] Tão belo era, que a cortesã Flora declarou não poder nunca separar-se dele sem uma mordida.[33] Sensível e acanhado, corava quando tinha de dirigir-se ao público, mas nas batalhas exibia grande bravura; mais tarde a timidez e a corpulência prejudicaram-lhe o generalato — Pompeu tanto hesitou que perdeu. Seu espírito não tinha brilho nem profundidade, e sua política não era feita para ele, sim por ele — primeiramente a favor dos *populares*, depois em prol da oligarquia senatorial. Sua grande riqueza colocava-o acima das tentações comuns da política, e no meio da corrupção e egoísmo de seu tempo Pompeu brilhava pelo patriotismo e integridade; parece que pensava tão seriamente no bem público como em seu bem pessoal. Defeito maior: a vaidade. Os primeiros triunfos levaram-no a avaliar-se alto demais — e Pompeu admirava-se de Roma tardar tanto em fazer dele em tudo um rei.

Os dois favoritos de Sila, ambos agora no consulado, deram-se à tarefa de destruir a obra de Sila. Pompeu e Crasso pagaram a dívida contraída com os *populares* por meio da lei que restaurava o poder dos tribunos. E consolidaram a aliança com os homens de negócio mandando que Lúculo entregasse aos publicanos a tarefa de arrecadar as taxas no Oriente; também deram apoio à lei que entregava o júri, em quotas iguais,

aos senadores, à classe dos eqüestres e aos tribunos do Tesouro. Crasso teve de esperar 15 anos pela sua recompensa: ter a cabeça cheia de ouro derretido; Pompeu obteve a sua em 67, quando a Assembléia lhe outorgou ilimitada autoridade para agir contra os piratas da Cilícia. Tempos antes Rodes mantivera o Mar Egeu livre desses depredadores; agora, porém, humilhada e empobrecida por Delos e Roma, já não podia manter a esquadra necessária para tal fim, e a aristocracia territorial controladora do Senado não tinha grande interesse na segurança das rotas comerciais marítimas. Os negociantes e os plebeus sentiam melhor essa necessidade: o comércio tornara-se quase impossível no Egeu e mesmo no Mediterrâneo central; as importações de trigo desceram tanto que o preço em Roma subiu a 20 sestércios o módio, ou três dólares os dois galões. Os piratas impavam em milhares de navios com mastros dourados, velas vermelhas e remos revestidos de prata; haviam tomado e mantinham 400 cidades costeiras, pilhavam templos na Samotrácia, em Samos, Epidauro, Argos, Leucas e Ácio, seqüestravam funcionários romanos e levavam seus assaltos até às praias da Apúlia e da Etrúria.

Para atender à situação, Gabínio propôs no Senado que fosse dado a Pompeu, por três anos, o absoluto controle de todas as frotas romanas e pessoas dentro de 50 milhas de qualquer praia do Mediterrâneo. Com exceção de César, todos os senadores opuseram-se à medida — mas a Assembléia aprovou-a com entusiasmo, e deu a Pompeu um exército de 125.000 homens, uma esquadra de 500 vasos e 144 milhões de sestércios para as despesas. O efeito da lei foi degradar o Senado, pôr fim à restauração de Sila e estabelecer uma monarquia provisória como lição e prelúdio a César. Excelentes os resultados dessa política. No dia seguinte à nomeação de Pompeu o preço do trigo começou a cair. Em três meses ele realizou a tarefa — capturou os navios piratas, tomou suas praças fortes, executou os chefes, tudo sem abusar da excepcional autoridade que lhe fora conferida. Tomando fôlego, o comércio entrou em plena atividade — e um rio de trigo inundou Roma.

Pompeu ainda estava na Cilícia, quando seu amigo Manílio propôs a Assembléia lhe desse o comando dos exércitos e das províncias sob a autoridade de Lúculo (66) e aumentasse o prazo dos poderes que a lei Gabínia lhe conferira. O Senado resistiu, mas os comerciantes e financistas prestaram mão forte ao projeto. Esperavam que Pompeu fosse menos leniente que Lúculo em relação a seus deveres asiáticos; que devolvesse a arrecadação de taxas aos publicanos e conquistasse não só a Bitínia e o Ponto, como ainda a Capadócia, a Síria e a Judéia — novos campos para a exploração romana. Um "homem novo", Marco Túlio Cícero, eleito pretor para aquele ano com apoio da classe comercial, falou em prol da lei Maniliana e atacou a oligarquia do Senado com eloqüência rememorativa dos Gracos e candura inexplicável em um político:

> Todo o sistema de crédito e finanças em vigor em Roma está inextricavelmente ligado às rendas das províncias asiáticas. Se essas rendas caírem, nosso sistema de crédito virá abaixo. ... Se alguns perderem suas fortunas, arrastarão na queda inúmeros outros. Mas se prosseguirmos com toda a energia na guerra contra Mitrídates, a glória de Roma, a segurança de nossos aliados e de nossas melhores rendas, bem como a fortuna particular, serão preservadas.[34]

VII. CÍCERO E CATILINA

Diz Plutarco que Marco Túlio ganhou o nome de Cícero em conseqüência de uma verruga em forma de grão-de-bico (*cicer*) no nariz de um seu antepassado; é mais provável que seus antepassados hajam tomado esse cognome por serem cultivadores de grão-de-bico. Com muita ternura descreve Cícero a modesta aldeia em que nasceu perto de Arpino, a meia viagem entre Roma e Nápoles, no sopé dos Apeninos. Pôde seu pai dar-lhe a melhor educação possível nos tempos. Contratou-lhe como preceptor de latim e literatura ao poeta grego Arquias; depois mandou-o estudar direito com Q. Múcio Cévola, o maior jurista contemporâneo. Cícero assistiu atentamente aos julgamentos e debates no Fórum, e com rapidez assimilou as artes e tricas forenses. "Para ser bem- sucedido nesta profissão", disse ele mais tarde, "um homem tem de renunciar a todos os prazeres, evitar divertimentos, dizer adeus à recreação, aos jogos e o mais, e até ao convívio dos amigos."[35]

Breve entrou em cena com discursos cujo brilhantismo e coragem lhe valeram a gratidão das classes médias e dos plebeus. Em pleno regime do terror processou um favorito de Sila e denunciou as proscrições (80 a.C.).[36] Logo em seguida, talvez para escapar à vingança do ditador, foi para a Grécia, onde prosseguiu nos estudos da oratória e filosofia. Depois de três anos muito felizes em Atenas mudou-se para Rodes e lá ouviu as preleções de Apolônio sobre retórica e as de Possidônio sobre filosofia. Do primeiro assimilou a estrutura e pureza da frase que tanto iriam distingui-lo, e do segundo, o suave estoicismo que transparece nos ensaios sobre a religião, o governo, a amizade e a velhice.

De volta a Roma, com a idade de 30 anos, desposou Terência, cujo dote lhe permitiria entrar na política. Em 75 distinguiu-se no questorato da Sicília. Em 70, havendo retomado a prática do direito, despertou a fúria dos aristocratas com a defesa das cidades da Sicília no caso do senador Caio Verres, processado por haver, quando propretor lá, vendido nomeações e decisões, baixado as taxas individuais na proporção em que crescia o suborno, despojado Siracusa de quase todas as suas estátuas, atribuído a sua amante as rendas de uma cidade e praticado a extorsão e o roubo a ponto de deixar a ilha mais arruinada que depois das duas Guerras Servis. Pior ainda: Verres tinha-se apossado de despojos que normalmente cabiam aos publicanos. As classes comerciais sustentaram Cícero, ao passo que Hortênsio, o chefe aristocrático do Fórum romano, tomava a defesa de Verres. Foi-lhe concedido o prazo de 100 dias para juntar provas na Sicília; bastaram-lhe 50 para abastecer-se de tal modo que Hortênsio — o qual havia ornado seus jardins com parte das esculturas roubadas por Verres — abandonou aquela causa perdida. Condenado à multa de 40.000.000 de sestércios, Verres fugiu. Cícero deu à publicidade os cinco discursos adicionais que havia preparado, constitutivos da suculenta denúncia das dilapidações dos romanos nas províncias. Tanta energia e coragem lhe valeram a aclamação para o consulado em 63 a.C.

De modesta origem eqüestre, Cícero apoiava muito naturalmente a classe média e condenava o orgulho, os privilégios e desordem aristocráticos. Mas temia ainda mais os líderes radicais, cujo programa, a seu ver, ameaçavam o regime da propriedade com o domínio da populaça. Daí vem ter adotado como programa a promoção da "concórdia das ordens" — isto é, a cooperação com a aristocracia e os eqüestres — contra o retorno da onda revolucionária.

As causas e forças do descontentamento, entretanto, eram muito profundas e várias. Os pobres que ouviam os pregadores utópicos estavam maduros para a violência. Com eles encontravam-se os plebeus destituídos de propriedade pelo vencimento das hipotecas. Muitos veteranos de Sila, que não tinham conseguido renda de seus lotes de terras, estavam prontos para qualquer ação violenta que lhes proporcionasse pilhagem em vez de trabalho rural. Nas classes altas havia devedores insolventes e especuladores arruinados, sem esperança, ou sem vontade de cumprir as obrigações assumidas. Outros alimentavam ambições políticas e viam pela frente a obstrução dos conservadores de vida muito longa. Uns poucos revolucionários eram idealistas sinceros, convencidos de que só uma completa reviravolta poderia sanar a corrupção e a iniqüidade do Estado romano.

Um homem surgiu disposto a reunir estes grupos esparsos numa força política una. Conhecemos Lúcio Sérgio Catilina só através de seus inimigos — na história escrita pelo milionário Salústio e nos violentos vitupérios de Cícero nas orações *Contra Catilina.* Salústio o descreve como uma "alma tão criminosa para com os homens e os deuses que não encontrava sossego nem andando nem dormindo, de tal modo o remordia a consciência. Daí sua voz pálida, seus olhos vermelhos, seu andar ora rápido ora lento, em tudo nele transparecia o louco."[37] Tal descrição lembra o retrato que os que lutam pela vida ou o poder fazem de seus inimigos; depois de findo o choque, vai o retrato gradualmente se modificando — mas no caso de Catilina nunca houve modificação nenhuma. Na mocidade haviam-no acusado do defloramento de uma vestal, irmã consangüínea da primeira esposa de Cícero; a justiça absolveu a vestal, mas a opinião pública não fez o mesmo a Catilina, ao contrário, passou a atribuir-lhe a morte de seu filho para agradar a sua ciumenta amante.[38] Quatro anos depois da morte de Catilina, entretanto, o povo de Roma, "a miserável canalha faminta" — como dizia Cícero — ainda lhe levava flores ao túmulo.[39] Salústio cita um de seus pretensos discursos:

> Quando o Estado vai para as mãos de uns poucos homens poderosos... toda a influência, todas as posições e riquezas caem-lhe nas unhas. E nossa parte fica sendo o perigo, a derrota, as perseguições, a pobreza. ... Que nos resta senão o sopro de vida?... Não será melhor morrer corajosamente do que perder nossa vida miserável e desonrada depois de servirmos de diversão à insolência de outros homens?[40]

Simples era o programa sob o qual queria Catilina reunir os variegados elementos da revolução: *novae tabulae* — "novos registros", isto é, abolição de todas as dívidas. E neste propósito trabalhava com a energia de um César — e na realidade teve por uns tempos a simpatia, senão o apoio, de César. "Nada havia", diz Cícero, "que ele não suportasse, nenhum sofrimento a que se poupasse, de cooperação, vigilância e trabalho duro. Sabia agüentar o frio, a fome, a sede."[41] Por informação de seus inimigos sabemos que Catilina organizou um bando de 400 homens para matar os cônsules e tomar o governo no primeiro dia do ano 65. O dia chegou sem que nada houvesse. No fim de 64 Catilina disputou com Cícero a eleição ao consulado, numa vigorosa campanha. (Foi nessa campanha que Quinto, o irmão de Cícero, organizou para ele um manual de técnica eleitoral. "Sê pródigo em promessas", aconselhava Quinto, "os homens preferem promessa vã à recusa categórica. ... Procura levantar algum escândalo contra teu rival, por crime, corrupção ou imoralidade."[42]) O capital atemorizou-se e começou a fugir da Itália. As classes superiores uniram-se para sustentar

Cícero e proporcionar-lhe todo o apoio; durante um ano houve a *concordia ordinum* de que era ele o oráculo.

Politicamente barrado, Catilina recorreu à guerra. Em segredo organizou na Etrúria um exército de 20.000 homens e formou em Roma um grupo de conspiradores com representantes de todas as classes, dos senadores aos escravos, e dois pretores urbanos, Cetego e Lêntulo. No outubro seguinte disputou de novo as eleições para o consulado. Para assegurar sua eleição, dizem seus inimigos historiadores, planejou o assassínio do rival durante a campanha, e também o de Cícero. Afirmando que estava a par de tudo, Cícero encheu de guardas o Campo de Marte e superintendeu a votação. A despeito do entusiasmo dos proletários, Catilina perdeu a eleição. A 7 de novembro, diz Cícero, vários conspiradores bateram em sua porta, mas foram corridos pelos guardas. No dia seguinte, vendo Catilina no Senado, Cícero lançou-lhe a soberba interpelação que todos os estudantes de latim sabem de cor (*Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*). À medida que Cícero falava todos iam-se afastando de Catilina, que por fim se viu sozinho, a receber em cheio a torrente de acusações que lhe caíam sobre a cabeça como chibatadas. Cícero recorreu a todas as emoções, falou da nação como o pai comum e de Catilina como um parricida, acusou-o, não com provas mas com insinuações, de conspirar contra o Estado e acusou-o de roubo, adultério e anormalidade sexual, e por fim pediu a Jove que protegesse Roma e desse a Catilina punição eterna. Quando terminou, Catilina saiu sem que ninguém o embaraçasse e foi reunir-se a suas forças na Etrúria. O general dessas forças, L. Mânlio, mandou ao Senado um último apelo:

> Apelamos para o testemunho dos deuses e dos homens: não é contra nosso país que tomamos armas, nem contra a segurança de nossos concidadãos. Nós, os miseráveis pobres, que graças à violência e crueldade dos agiotas vivemos sem pátria, condenados ao desprezo e à indigência, só alimentamos um desejo: garantir nossa segurança pessoal contra a perseguição. Não pedimos riquezas nem poder, essas grandes causas da luta entre os homens. Apenas pedimos liberdade, esse tesouro que o homem só põe em pé de igualdade com a vida. Imploramos a vós, senadores, que tenhais piedade de vossos concidadãos miseráveis![43]

No dia seguinte, na segunda oração de Cícero descreve os rebeldes como reunidos em torno de uma corriola de perfumados pervertidos, e dá largas a seu gênio sarcástico, terminando de novo com uma nota religiosa. Nas semanas imediatas apresentou ao Senado provas de que Catilina tentara fomentar uma revolução nas Gálias. A 3 de dezembro conseguiu que Lêntulo, Cetego e mais cinco adeptos de Catilina fossem detidos. Numa terceira oração denunciou-lhes o crime, anunciou a prisão realizada e disse ao Senado e ao povo que a conspiração estava finda e todos podiam recolher-se em segurança e paz. A 5 de dezembro convocou o Senado e interpelou-o sobre o que fazer dos presos. Silano propôs que fossem executados. César propugnou pela prisão simples, lembrando que a Lei Semprônia proibia a execução de cidadãos romanos. Na quarta oração Cícero serenamente aconselhou que se aplicasse a pena de morte. Catão lhe sancionou a proposta com sua filosofia — e a morte foi votada. Alguns moços da aristocracia tentaram matar César à saída do Senado. Cícero, à frente de homens armados, vai à prisão e faz com que a sentença se cumpra sem delongas. Marco Antônio, pai do famoso Marco Antônio, foi mandado com um exército destruir as forças de Catilina, e o Senado prometeu o perdão e mais 200.000 sestércios para os que

abandonassem as fileiras rebeldes — nenhum, porém, desertou, diz Salústio. Nas planícies de Pistóia deu-se o encontro das tropas (61). Os três mil rebeldes foram batidos, depois de lutarem até o fim em torno de uma preciosa bandeira, as águias de Mário. Nenhum se rendeu ou fugiu; todos pereceram no campo da luta, inclusive Catilina.

Essencialmente homem de pensamento e não de ação, Cícero se surpreendeu com a própria habilidade e coragem no suprimir a perigosa revolta. "A direção de tamanha empresa", diz ele ao Senado, "parece quase impossível à simples sabedoria humana."[44] E comparou-se a Rômulo, embora achando feito maior haver preservado do que haver fundado Roma.[45] Os senadores e magnatas sorriram, mas concordaram que ele os havia salvo, e Catão e Catulo o louvaram como *pater patriae* — pai da pátria. Quando no fim de 63 deixou Cícero o consulado, todas as classes proprietárias (diz ele) trouxeram-lhe agradecimentos, aclamaram-no como imortal e acompanharam-no até sua residência.[46] Os proletários não aderiram a essas manifestações. Não podiam perdoar-lhe o haver levado à morte cidadãos romanos, sem o benefício da apelação, e ressentiam-se de não haver Cícero feito nenhum esforço para remover as causas da revolta de Catilina, atenuando a pobreza das massas. Impediram-no de falar na Assembléia neste último dia, e ouviram encolerizados o seu juramento de que havia salvo a cidade. A revolução fora abafada. Iria recomeçar com o consulado de César.

CAPÍTULO VIII

A Literatura sob a Revolução

145 — 30 a.C.

I. LUCRÉCIO

EM meio a essa turbulenta transformação da economia, do governo e da moral, a literatura não foi esquecida e não escapou à febre e aos estímulos ambientes. Varrão e Nepos encontraram a segurança na erudição antiquária ou nas investigações históricas; Salústio aposentou-se de suas campanhas para defender o partido e enfeitar sua moral com brilhantes monografias; César desviou-se do Império para a literatura, e continou suas guerras em seus *Comentários*; Catulo e Calvo refugiram à política para se dedicarem à poética do amor; espíritos tímidos e sensíveis como Lucrécio abrigaram-se nos jardins da filosofia; e a intervalos Cícero afastava-se do calor do Fórum para refrescar o sangue nos livros. Mas nenhum encontrou a paz. A guerra e a revolução infeccionavam-nos; o próprio Lucrécio devia sentir-se inquieto quando escreveu:

> Há um peso em todos os espíritos e uma montanha de miséria em todos os corações. ... Porque cada um, não sabendo o que quer, procura sempre mudar de posição, como se quisesse lançar de si a carga. Aqui, um mortalmente entediado em casa, afasta-se dela de quando em quando, mas não se sentindo melhor fora, volta. Ou vai a galope para sua vila de campo. ... Mal lhe cruza a soleira e já abre a boca, bocejando, ou procura o esquecimento no sono, ou volta apressado para a cidade. E assim cada homem foge de si mesmo, mas, como era de esperar, o eu de que ele não pode fugir impõe-se-lhe ainda mais, contra sua vontade. O homem detesta-se a si mesmo porque, doente, não sabe a causa de seu mal. Mas o homem que vê claro lança de si os negócios e procura antes de tudo compreender a natureza das coisas.[1]

Seus poemas, a nossa única biografia de Tito Lucrécio Caro, mostram-se muito reticentes sobre seu autor; fora deles, além de umas poucas alusões, a literatura romana silencia estranhamente sobre um de seus maiores homens. A tradição coloca o nascimento de Lucrécio em 99 ou 95, e sua morte em 55 ou 51 a.C. Viveu meio século dentro da revolução romana: a Guerra Social, os massacres de Mário, as proscrições de Sila, a conspiração de Catilina, o consulado de César. Estava em óbvia decadência a aristocracia de que ele fazia parte; o mundo de Lucrécio rolava para o caos da insegurança. Seus poemas são um anseio de paz física e mental.

Lucrécio procurou refúgio na natureza e na poesia. Talvez também o procurasse no amor, mas teria sido infeliz, porque fala sem nenhuma galanteria das mulheres, de-

nuncia a atração da beleza, e aconselha a ardente juventude a sossegar a carne na calma promiscuidade.[2] Nas florestas e campos, nas plantas e nos animais, nas montanhas, nos rios e no mar, encontrou um deleite só rivalizado por sua paixão pela filosofia. Era impressionável como Wordsworth, penetrante como Keats, e como Shelley inclinado a descobrir metafísica numa pedrinha ou numa folha. Nada perdia da beleza ou do terror cósmico; agitavam-no os sons e formas das coisas, os sabores e perfumes; sentia o silêncio dos recantos segregados, o calmo descer da noite, o lento ressurgir do dia. Tudo na natureza o maravilhava — o paciente defluir das águas, a germinação das sementes, a constante mudança do céu, a imperturbável persistência das estrelas. Com simpatia e curiosidade observava a vida dos animais, amava-lhes as formas de força ou graça, sentia-lhes os sofrimentos, admirava-se de sua filosofia muda. Antes dele nenhum poeta expressou tão bem a grandeza do mundo em sua minuciosa variedade e em seu poder total. E nele, afinal, a natureza venceu as cidadelas da literatura e o recompensou com uma força de descritivo que só existiu maior em Homero e Shakespeare.

Um espírito tão sensível a estímulos deve ter-se comovido profundamente, na mocidade, com o mistério e o espetáculo da religião. Mas a velha fé, que já havia servido à família e à ordem social, perdera o domínio sobre as classes educadas de Roma. César sorria indulgentemente quando se apresentava como *pontifex maximus*; e os banquetes dos sacerdotes eram as grandes festas dos epicuristas romanos. Pequena minoria do povo mostrava-se abertamente ateísta; de quando em quando um Alcibíades romano mutilava à noite as estátuas dos deuses.[3] Já pouco inspirados ou consolados pelo rito oficial, muita gente da classe baixa acorria aos sangrentos santuários da Grande Mãe frígia, ou da deusa Ma dos capadócios, ou de alguma das deidades orientais introduzidas na Itália pelos soldados vindos do Oriente ou pelos cativos. Sob a influência dos cultos gregos e asiáticos a velha idéia romana do "Orco", a descolorida morada subterrânea de todos os mortos indiscriminadamente, desenvolvera-se na crença de um Inferno — de um "Tártaro" ou "Aqueronte" de eternos sofrimentos para todos, menos uns poucos iniciados "renascidos".[4] O Sol e a Lua os romanos os concebiam como deuses, e cada eclipse espalhava o terror pelas aldeias e cortiços formigantes. Caldeus ledores da sorte e astrólogos percorriam a Itália, tirando horóscopos a pobres e milionários, revelando tesouros ocultos ou futuros acontecimentos, interpretando presságios e sonhos com cautelosa ambigüidade e proveitosa lisonja. Cada incomum ocorrência natural valia como advertência dos deuses. Semelhante massa de superstição, ritualismo e hipocrisia era o que Lucrécio conhecia como religião.

Não admira que se rebelasse e a atacasse com o ardor de um reformador religioso. Pela vivacidade de seu ressentimento podemos julgar de sua piedade nos anos verdes e do desapontamento da desilusão. Procurando alguma alternativa, passou do cepticismo de Ênio ao grande poema em que Empédocles expõe a evolução e o conflito dos contrários. Ao descobrir os escritos de Epicuro, pareceu-lhe ter encontrado a resposta a todas as suas perguntas; aquela estranha mistura de materialismo e livre-arbítrio, de deuses alegres e de um mundo sem deus, agradou-o como a resposta do homem livre à dúvida e ao medo. Do jardim de Epicuro vinha como que um sopro de liberação dos terrores sobrenaturais, revelando a onipresença da lei natural, a natureza como criadora de si mesma, a perdoável naturalidade da morte. Lucrécio resolveu passar essa filosofia, da desgraciosa prosa de Epicuro, para uma elegante forma poética, e oferecê-la a sua geração como o caminho, a verdade e a vida. Sentia em si um raro e duplo po-

der — a percepção objetiva do cientista e a emoção subjetiva do poeta; e viu na ordem total da natureza uma sublimidade, e uma beleza que animavam e justificavam o casamento da filosofia com a poesia. O grande propósito de Lucrécio deu-lhe forças, elevou-o a uma exuberância intelectual única, e deixou-o, antes de completada a obra, exausto e talvez louco. Mas seu "longo e deleitoso trabalho" proporcionou-lhe a felicidade e um vazadouro para sua alma profundamente religiosa.

Lucrécio escolheu para a obra um título mais filosófico do que poético — *De Rerum Natura*, Da Natureza das Coisas — simples tradução do *Peri Physeos* (Sobre a Natureza) com que os pré-socráticos denominavam seus tratados. Ofereceu-a aos filhos de Caio Mêmio, pretor em 58, como o caminho que vai do medo à compreensão. Tomou como modelo a épica exposição de Empédocles; como estilo, a bela rudeza de Ênio; e como metro, o hexâmetro. E então, esquecendo a remota despreocupação dos deuses, começou com fervorosa apóstrofe a Vênus, símbolo do desejo criador e dos caminhos da paz, como no Amor de Empédocles:

> Mãe da raça de Enéias, deleite dos homens e deuses, ó dadivosa Vênus!... Através de ti, todas as formas de vida são geradas e nascem e vivem sob o sol; diante de ti fogem os ventos e as nuvens do céu se apagam; para ti a milagrosa terra se abre em flores; para ti as ondas do mar sorriem, e os céus calmos brilham na difusão da luz. Porque logo que a primavera sobrevém, e o fertilizante vento sul refresca e esverdece tudo, começam os pássaros do ar a proclamar-te, e teu advento, ó divina, transparece em todos os corações; e então os rebanhos de animais selvagens brincam nas pradarias alegres e cruzam as correntezas rápidas; e, cativos de teu encanto, todos te seguem para onde quer que os conduzas. E através dos mares, montanhas e rios precípites, e nas copadas moradias das aves, e nos campos viridentes, tu acendes o amor no seio de todas as criaturas, e fá-las propagar todas as espécies. Assim, pois, só tu governas a natureza das coisas, e como sem ti nada se ergue para a luz, nada alegre ou belo nasce, eu sonho contigo como inspiradora destes versos. ... Dá às minhas palavras, ó deusa, a beleza imperitura. Faze que se detenha em sono o silêncio o feroz trabalho da guerra. ... Quando Marte se reclinar sobre tuas formas sagradas, cobre-o, inebria-o com as doces palavras de tua boca e pede para teus romanos o presente da paz.[5]

II. *DE RERUM NATURA*

Se tentarmos reduzir a apaixonada desordem do argumento de Lucrécio a uma forma lógica, sua tese inicial cabe neste verso famoso:

Tantum religio potuit suadere malorum—

"a tantos males a religião persuadiu o homem".[6] Refere ele a história de Ifigênia em Áulis, os inumeráveis sacrifícios humanos, as hecatombes aos deuses concebidos à imagem da voracidade humana; recorda o terror da simplicidade e juventude perdidas numa congérie de divindades vingativas, o medo ao raio e ao trovão, à morte e ao inferno, e os terrores subterrâneos descritos na arte etrusca e nos mistérios orientais. Incrimina a humanidade por preferir os sacrifícios rituais à compreensão filosófica:

> Ó miserável raça humana, que imputas aos deuses atos tais e lhes atribui tamanha ira! Quanto sofrimento (por meio de tais credos) os homens preparam para si mesmos, que feridas para todos nós, quantas lágrimas para nossos filhos! Porque a devoção não consiste em voltar para as pedras um rosto velado, nem em aproximar-

> se de cada altar, nem em se prostrar diante dos templos dos deuses, nem em espargi-los com o sangue de animais... mas na capacidade de *olhar para todas as coisas com paz de espírito*.[7]

Os deuses existem, diz Lucrécio, mas moram muito longe, em feliz isolamento das preocupações humanas. Lá, "para além das flamantes extremidades do mundo" (*extra flammantia moenia mundi*),[8] fora do alcance de nossas preces e de nossos sacrifícios, lá vivem os deuses como seguidores de Epicuro, evitando os negócios humanos, contentes com a contemplação da beleza e a prática da amizade e da paz.[9] Não são os autores da criação, nem a causa dos eventos; quão desassisado atribuir-lhes as desordens, os sofrimentos, as injustiças do viver terreno! Não, o universo infinito, composto de tantos mundos, contém-se a si mesmo; não se guia por outra lei que não a sua própria; a natureza tudo faz por si mesma. "Por que, quem bastante forte para governar a soma das coisas, há de manter na mão as rédeas do insondável mar? E conservar todos os céus em giro... e sacudir o espaço com trovões, lançar o relâmpago que às vezes sacode templos e o raio que mata o inocente e não toca no criminoso?"[10] O único deus é a lei, e a verdadeira adoração, bem como a única paz, é aprender a lei e amá-la. "Esse sombrio terror da mente deve ser dissipado não pelos raios do sol... mas pelo aspecto e lei da natureza."[11]

E desse modo, "tocando com o mel das Musas" o rude materialismo de Demócrito, Lucrécio estabelece como teorema básico que "nada existe senão átomos e vácuo"[12] — isto é, matéria e espaço. E em seguida firma um princípio hoje cardeal para a ciência moderna — que a quantidade de matéria e movimento não varia nunca; nada provém do nada (*ex nihilo nihil fit*), e a destruição é apenas mudança de forma. Os átomos são indestrutíveis, imutáveis, sólidos, elásticos, sem som, sem cheiro, sem gosto, incolores, infinitos. Interpenetram-se, para produzir infindáveis combinações e qualidades, e movem-se sem cessar na aparente imobilidade das coisas imóveis.

> Porque freqüentemente numa encosta... o carneiro retouça onde o pasto orvalhado o tenta, e os cordeirinhos refartos brincam às cabeçadas; mas a distância tudo se funde e não aparece mais que leve brancura em fundo verde. Às vezes grandes exércitos cobrem extensos campos de manobras militares; o bronze brilhante dos escudos ilumina os arredores e se espelha no céu; a terra treme e ressoa sob os pés que marcham e os cavalos no galope; e as montanhas, batidas pelos sons, ecoam-nos para as estrelas: mas de um pico distante esse exército parece imóvel — um leve brilho em repouso na planície.[13]

Os átomos têm partes — *minima*, ou "as mínimas coisas", e cada *minimum* é sólido, indivisível, último. (Lucrécio nunca emprega a palavra "átomo"; dá a suas partículas primordiais o nome de *primordia*, *elementa* ou *semina*, sementes.) Talvez por causa do diferente arranjo dessas partes, os átomos variem de tamanho e forma, tornando assim possível a variedade da natureza. Os átomos não se movem em linha reta ou uniforme; há em seu movimento incalculável "declinação", ou desvio, uma espontaneidade elementar que perpassa em todas as coisas e culmina no livre-arbítrio do homem. (É a "indeterminação" atribuída aos eléctrons por alguns físicos de hoje.)

Tudo no começo foi informe, mas o gradual ajustamento por tamanho e forma dos átomos móveis produziu — sem desígnio — o ar, a água, o fogo e a terra, e ademais o

Sol, a Lua, os planetas e as estrelas. No espaço infinito novos mundos estão sempre nascendo e velhos mundos se desintegrando. As estrelas são fogos acesos no anel de éter (um nevoeiro dos menores átomos) que envolve cada sistema planetário: essa muralha cósmica de fogo constitui "as flamantes extremidades do mundo". Parte do nevoeiro primordial destacou-se da massa, revolveu-se separadamente, resfriou-se e deu origem à Terra. Os terremotos não são roncos de deuses, mas a expansão de gases e águas subterrâneos. Trovão e raio não são a voz e o sopro de um deus, mas os naturais resultados da condensação e choque das nuvens. Chuva: não mercê de Jove, mas retorno à Terra da umidade que se evaporou por ação do sol.

A vida não difere essencialmente da outra matéria; é o produto de átomos moventes e individualmente mortos. Assim como o universo tomou forma por força das leis inerentes à matéria, assim a Terra, por uma seleção puramente natural, produziu todas as espécies e todos os órgãos da vida.

> Nada surge no corpo para que nós o usemos, mas o que surge traz em si o seu próprio uso.[14] ... Não foi o desígnio dos átomos que os levou a se arranjarem ordenadamente com fina inteligência. ... Mas porque depois de um infinito de tempo em que se moveram e se chocaram de todos os modos, tentando combinações, por fim se ajustaram. ... Assim começam as grandes coisas... e as gerações das criaturas vivas.[15]... Muitos foram os monstros que a Terra tentou produzir: ... alguns sem pés, outros sem mãos ou boca ou cara, ou com membros incluídos em suas estruturas. ... Tudo em vão; a natureza denegou-lhes desenvolvimento, ou eles não puderam encontrar alimento ou meio de se juntarem no amor. ... Muitas espécies de animais devem ter perecido no tempo, incapazes de forjar as cadeias da procriação... porque aqueles aos quais a natureza não dá qualidades (de defesa) ficam à mercê dos outros e breve se extinguem.[16]

Mente (*animus*) é um órgão precisamente como os pés ou os olhos; é, como os pés e os olhos, um instrumento ou uma função da alma (*anima*) ou o sopro vital espalhado como matéria muito fina por todo o corpo e que o anima em todas as suas partes. Sobre os extremamente sensíveis átomos formadores da mente caem as imagens ou fantasmas perpetuamente emanados da superfície das coisas, e aqui temos a fonte da sensação. Sabor, cheiro, audição, vista e tato são causados por partículas vindas dos objetos e dando de encontro à nossa língua ou pele, aos nossos ouvidos, olhos, nariz ou paladar; os sentidos são formas de toque. E são o teste último da verdade; se parecem errar, é que há má interpretação, e só outro sentido pode corrigi-los. A razão não pode ser o teste da verdade, porque a razão depende da experiência — isto é, da sensação.

Não é a alma nem espiritual nem imortal. Não poderia mover o corpo se não fosse também material; desenvolve-se e envelhece com o corpo; é, como o corpo, afetada por doenças, por drogas, pelo vinho, e seus átomos aparentemente se dispersam quando o corpo morre. Alma sem corpo não tem sentido nem significação; que uso teria uma alma sem órgãos para sentir a matéria? A vida nos é dada não como propriedade absoluta, mas como empréstimo, e pelo tempo que possamos fazer uso dela. Esgotadas que sejam nossas forças, temos de levantar-nos da mesa da vida, tão gentilmente como um hóspede grato se levanta de uma festa. Em si não é terrível a morte; nosso medo do além é que a faz terrível. Mas não há além. O inferno é aqui, nos sofrimentos que brotam da ignorância, da paixão, da pugnacidade, da cobiça; e o céu é aqui, nos *sapientum templa serena* — "nos calmos templos da sabedoria".[17]

A virtude não está no temor aos deuses, nem no tímido repúdio do prazer; está na harmoniosa operação dos sentidos e faculdades, guiados pela razão. "Alguns homens gastam sua vida com uma estátua ou a fama", mas a "verdadeira riqueza do homem consiste em viver com simplicidade e em paz de espírito" (*vivere parce aequo animo*).[18] Melhor que viver enfatuadamente em salões de ouro é "reclinar-se com amigos na grama fofa, à margem de um regato, à sombra das árvores",[19] ou ouvir agradável música, ou esquecer o ego no amor e cuidado de nossos filhos. O casamento é bom, mas o amor apaixonado perturba a claridade do espírito e da razão. "Se alguém é ferido pelas setas de Vênus — quer sejam de um rapaz de formas femininas quer sejam de uma mulher a irradiar amor por todo o corpo — sente-se arrastado e anseia pela união."[20] Nenhum casamento, nenhuma sociedade encontrará alicerces sólidos nessa ebriedade erótica.

Assim como levado pela paixão da filosofia, Lucrécio não encontra lugar para o amor romântico, assim também rejeita a romântica antropologia dos Rousseaus gregos enaltecedores da vida primitiva. No começo eram os homens muito mais rijos, não há dúvida, mas moravam em cavernas sem fogo, uniam-se sem casamento, matavam sem lei, ou pereciam de fome com a freqüência com que hoje tanta gente morre por comer demais.[21] O desenvolvimento da civilização, Lucrécio no-la conta em um elegante resumo da antropologia antiga. A organização em sociedade deu ao homem o poder de sobreviver a animais muito mais fortes. E o homem descobriu o fogo na fricção da madeira, e desenvolveu gesto em linguagem, e aprendeu a cantar com os pássaros; e domesticou animais para seu uso, e domesticou-se a si mesmo com o casamento e a lei; e lavrou o solo, vestiu o corpo, moldou metais em instrumentos; observou os céus, mediu o tempo, aprendeu a navegar; melhorou a arte de matar, conquistou os fracos e construiu cidades e Estados. A História é um desfile de Estados e civilizações que se erguem, prosperam, decaem e morrem; mas a seu turno transmitem a herança de costumes, moral e artes; "como corredores que entregam a outros o archote da vida" (*et quasi cursores vitae lampada tradunt*).[22]

Todas as coisas que crescem decaem: órgãos, organismos, famílias, Estados, raças, planetas, estrelas; só os átomos não morrem nunca. As forças da criação e do desenvolvimento são equilibradas pelas forças da destruição em uma vasta sístole e diástole de vida e morte. Na natureza coexistem o bem e o mal; o sofrimento, ainda que imerecido, é de cada vida, e a desintegração segue os passos de cada evolução. A própria terra está morrendo; terremotos a rompem. O solo vai-se exaurindo, rios e chuvas corroem-no e levam para o mar as montanhas. Um dia todo o nosso sistema estelar sofrerá uma semelhante morte; "as muralhas dos céus serão varejadas de todos os lados e se desmoronarão em ruínas".[23] Mas no próprio momento da morte revela-se a invencível vida do mundo. "O vagido da criança que nasce mistura-se com o canto fúnebre do morto."[24] Novos sistemas se formam, novas estrelas, novos planetas, outra terra e vida mais fresca. A evolução prossegue.

Recapitulando a "mais maravilhosa realização de toda a literatura antiga",[25] temos de lhe reconhecer as falhas: o caos de seu conteúdo deixado sem revisão pela morte prematura do poeta; a repetição de frases, de linhas, de passagens inteiras; a concepção do sol, da lua e das estrelas não maiores do que os vemos;[26] a inabilidade do sistema em explicar como os átomos sem vida se arranjam em vida e consciência; a insensibilidade a intuições, consolações, inspirações, à comovente poesia da fé, às funções morais e sociais da religião. Mais que mínimos são estes defeitos diante da audaciosa

tentativa de uma interpretação racional do universo, da História, da religião, da doença. ("Há muitas sementes de coisas que sustentam nossa vida, e por outro lado deve haver muita coisa voando em redor, que produz a doença e a morte."[27]) É o quadro da natureza como lei, em que cada matéria e movimento não aumenta nem diminui; é a grandeza do tema e a nobreza com que foi tratado; é o poder contínuo da imaginação que por toda parte sente a "majestade das coisas", e ergue as visões de Empédocles, a ciência de Demócrito e a ética de Epicuro aos mais altos páramos a que a poesia jamais alcançou em qualquer idade. Temos em Lucrécio uma linguagem rude e ainda imatura, despida de termos filosóficos ou científicos; ele cria não só um novo vocabulário como força o velho para dentro de novos canais de ritmo e graça; e, enquanto dá ao hexâmetro uma inigualável força de masculinidade, alcança aqui e ali a suave ternura e fluência de Virgílio. A constante vitalidade de seu poema mostra-nos Lucrécio como um ser que em meio a todos os sofrimentos e desapontamentos gozou e tudo tirou da vida, desde o berço até a morte.[28]

De que modo morreu o poeta? Conta São Jerônimo que "Lucrécio enlouqueceu com um filtro amoroso depois de haver escrito vários livros. ... Morreu por suas próprias mãos aos 44 anos."[29] Essa história não foi corroborada e tem sido posta em dúvida; nenhum santo merece fé ao dar uma visão objetiva de Lucrécio.[30] Alguns críticos encontram base para a versão do santo na incomum tensão de seu poema, na composição pobremente disposta e em seu repentino fim, mas não é preciso ser um Lucrécio para alguém revelar-se excitável, desordenado — e morrer.

Como Eurípides, Lucrécio é um moderno; seu pensamento e seus sentimentos mostram-se mais de nosso tempo que de um século anterior a Cristo. Horácio e Virgílio foram em moços profundamente influenciados por ele, e sem citá-lo deixam-no transparecer em muitas frases soberbas, mas a tentativa de Augusto para restaurar a velha fé impedia que esses imperiais protegidos expressassem abertamente a admiração por Lucrécio e confessassem o que a ele deviam. A filosofia epicurista não se adequava à mentalidade romana, tão bem quanto a prática epicurista o fazia ao gosto romano no tempo do poeta. Roma necessitava de uma metafísica que exaltasse os poderes místicos mais do que as leis naturais, e uma ética que produzisse um povo viril e marcial, antes que humanitário e amigo da paz; necessitava também de uma filosofia política que, como a de Horácio e Virgílio, justificasse o imperialismo. Na ressurreição da fé depois de Sêneca, Lucrécio foi quase esquecido. Só depois de redescoberto por Poggio em 1418 é que começou a influenciar o pensamento europeu. Um médico de Verona, Girolamo Fracastoro (1483-1553), tomou de Lucrécio a teoria das moléstias como causadas por "sementes" nocivas (*semina*) flutuantes no ar, e em 1647 Gassendi reviveu a filosofia atomística. Voltaire leu com devoção o *De Rerum Natura* e concordou com Ovídio que aqueles versos rebeldes durariam tanto quanto a humanidade.[31]

Na infinda luta entre o Oriente e o Ocidente, no eterno choque entre fés suaves e consoladoras e a áspera ciência materialista, Lucrécio batalhou sozinho a mais vigorosa batalha de seu tempo. É ele, sem dúvida, o maior dos poetas filosóficos. E nele, como em Catulo e Cícero, a literatura latina alcança a emancipação — fazendo com que a liderança nas letras se passe afinal da Grécia para Roma.

III. O AMANTE DE LÉSBIA

No ano 57 a.C., o Caio Mêmio a quem Lucrécio dedicou seu poema saiu de Roma para ocupar o cargo de propretor na Bitínia. Segundo o costume dos governadores romanos, levou consigo um homem de letras — não Lucrécio, mas um poeta muito diferente, Quinto (ou Caio) Valério Catulo. Este tinha vindo para Roma uns cinco anos antes, de Verona, onde nascera e seu pai gozava da posição necessária para hospedar a César com muita freqüência. Também Quinto devia ter posição, porque nos aparece dono de vilas em Tívoli e no lago Garda — e ainda possuía elegante vivenda em Roma. Falava das hipotecas dessas propriedades e com freqüência se referia a sua pobreza, mas o que deduzimos de seus poemas é que era um mundano despreocupado de ganhar a vida e que a gozava entre os doidivanas da capital. Na roda de seus amigos figuravam os mais hábeis oradores e políticos do tempo: Marco Célio, o aristocrata sem dinheiro que iria fazer-se comunista; Licínio Calvo, brilhante na arte poética e em leis; e Hélvio Cina, um vate que a malta de Antônio matou, tomando-o como um dos assassinos de César. Esses homens opunham-se a César com todos os epigramas que lhes saíam da cabeça, sem pensar que a revolta literária refletia a revolução em processo. Cansados das velhas formas literárias, da crueza bombástica de Ênio e Névio, queriam cantar os sentimentos dos jovens em lírica e métrica novas, com requintes de delicadeza técnica já em uso na Alexandria de Calímaco, mas novidade em Roma. E ressentindo-se da velha moral, do *mos maiorum* perpetuamente incutido pelos mais velhos, proclamavam a santidade do instinto, a inocência do desejo, a beleza da libertinagem. Não eram piores que outras vergônteas da mesma geração ou da seguinte; Horácio, Tibulo, Ovídio, Propércio, e mesmo o acanhado Virgílio ainda moço, fizeram suas vidas e seus versos girarem em torno de qualquer mulher, casada ou não, que lhes animasse a musa com uma facilidade de amor.

A mais galharda dama desse grupo era Clódia, da velha e orgulhosa estirpe dos Cláudios que até imperadores tinham nos calcanhares. Apuleio[32] informa-nos que era Clódia a Lésbia de Catulo, nome dado em memória de Safo, cujos poemas ele às vezes traduzia, às vezes imitava, e sempre exaltava. Chegado a Roma aos 22 anos de idade, Catulo cultivou a amizade de Clódia enquanto o marido dela governava a Gália Cisalpina. Sentiu-se fascinado no momento em que ela "pisou com o pé brilhante a desgastada soleira"; tratava-a de "radiosa deusa de delicados passos"; e na realidade um andar de mulher, assim como a voz, pode constituir em si uma sedução. Ela o aceitava com agrado como um de seus adoradores, e não podendo o enlevado poeta competir em presentes com seus rivais ricos, depôs-lhe aos pés os mais belos poemas líricos da língua latina. Para Clódia traduziu maravilhosamente a descrição que Safo traçara do amor que ele sentia,[33] e ao pardal que ela apertava contra o seio endereçou uma jóia de ciúme:

> Pardal, deleite de minha amada
> Que contigo brinca, que te aperta ao seio,
> Que te bole com o dedo
> E provoca tuas bicadas;
> Não sei que brinquedo gosta a minha radiosa
> De fazer com o meu desejo!...[34]

Por algum tempo deleitou-se na felicidade, freqüentou-a diariamente, leu para ela seus poemas, esqueceu-se de tudo por aquela paixão.

Vivamos, Lésbia minha, meu amor,
E não demos nenhum valor
Ao severo rosnar dos velhos.
O sol se põe e renasce;
Para nós, quando nosso breve sol
Se puser, chegado estará o sono da noite eterna.
Dá-me mil beijos, depois mais cem,
E outros cem, e ainda cem, e depois
Outros mil e mais duzentos.
E quando estivermos em muitos milhares
Nós atrapalharemos a conta, de medo de
Ficarmos sabendo, ou de que almas mesquinhas
Nos invejem, conhecendo ao certo
A grande soma de nossos beijos.[35]

Não sabemos quanto tempo durou esse enlevo; provavelmente tantos milhares de beijos cansaram-na e ela, que por ele traíra o esposo, também o traiu com terceiros para variar. Os favores da amada foram estendidos a tantos que o poeta imaginou-a "abraçando a um tempo três centenas de adúlteros".[36] No fogo do amor chegou a odiá-la (*odi et amo*[37]) e à maneira de Keats repeliu-lhe os protestos de fidelidade:

Palavras de mulher ditas ao amante afogueado
São sons escritos no vento,
Sons na correnteza dos rios gravados.[38]

Quando sua dúvida sedimentou-se em certeza, a paixão degenerou em amargura e sede de vingança; ele a acusou de ceder a freqüentadores de tavernas, denunciou-lhe de modo obsceno os novos amantes, e pensou no suicídio — poeticamente. Mas ao mesmo tempo mostrou-se capaz de mais nobres sentimentos: endereçou a seu amigo Mânlio um comovente epitalâmio ou canto de núpcias, no qual invejava a sadia camaradagem do casamento, a segurança e estabilidade do lar, as felizes tribulações da prole. E, abandonando a cena, foi com Mêmio para a Bitínia, onde, aliás, não restaurou a bolsa nem a alma. Desviou-se do caminho para visitar o túmulo de um irmão morto na Tróade; lá cumpriu os ritos funerários e compôs os famosos versos:

Irmão querido, através de muitas terras
E mares hei vindo para neste
Rito trazer-te o último presente aos mortos...
Aceita a oferta molhada em lágrimas
E adeus para sempre, meu irmão.[39]

Sua estada na Ásia mudou-o, amaciou-o. O céptico que falara no "sono da noite eterna" sentiu o enleio das religiões e cerimônias do Oriente. Nos ricos versos de *Atys*, o seu maior poema, Catulo descreve com vívida intensidade a adoração de Cibele, e toma-se de exótico fervor no lamento dos auto-emasculados devotos sobre as alegrias e os amigos da juventude. No *Peleu e Tétis* pinta o caso de Peleu e Ariadne em hexâmetros de tal delicadeza e melodia que mesmo Virgílio dificilmente iria igualar. Em um pequeno iate adquirido em Amástris navegou pelo Mar Negro, pelo Egeu e o Adriático, e subiu o rio Pó até o lago do Garda, rumo a sua vila em Sírmio. "Que melhor caminho para fugir aos cuidados do mundo", escreve ele, "do que voltar a

nossa terra e aos nossos altares, e descansar em nossa querida cama?"[40] Os homens começam procurando a felicidade e afinal contentam-se com a paz.

Conhecemos Catulo mais intimamente que a maioria dos poetas romanos porque seu assunto é quase sempre ele mesmo. Seus cantos de amor e ódio revelam um espírito sensível, capaz de generosos sentimentos até para com os parentes, mas desagradavelmente egoísta, deliberadamente obsceno e implacável para com os inimigos. Catulo expunha-lhes as peculiaridades mais íntimas, a propensão à pederastia, os odores corporais. Um deles lava os dentes com urina, segundo velho costume espanhol;[41] outro possui tão mau hálito, que se abre a boca todos em redor caem mortos.[42] Catulo passa de amor a resíduos, de beijos a nádegas; rivaliza com Marcial como guia pelos becos urológicos de Roma, e faz de seus contemporâneos e de sua classe uma mistura da grosseria primitiva e refinamento civilizado, como se os romanos cultos, embora versados na literatura da Grécia, ainda recendessem a estábulo. E, como Marcial, diz que tem de espargir com sujeiras seus versos para interessar aos leitores.

Redime-se destes defeitos pela conscienciosa perfeição de sua arte. Seus hendecassílabos movem-se com a naturalidade e espontaneidade que faltam a Horácio, e muitas vezes suplantam todas as graças de Virgílio. Catulo esconde o esforço de sua arte, e várias vezes refere-se ao penoso trabalho de onde provinha a sua aparente facilidade. Dispunha de um vocabulário que o ajudava nos propósitos; adaptava à poesia termos populares, e enriqueceu a literatura latina com afetuosos diminutivos e também muito calão de taverna. Evitando inversões e obscuridades, dava a suas linhas uma límpida fluência agradável aos ouvidos. Meditou os poetas de Alexandria e da Jônia, senhoreou-se da variegada técnica de Calímaco, da forte "linha reta" de Arquíloco, da violenta exuberância de Anacreonte, do amoroso êxtase de Safo, e realmente é em Catulo que entrevemos como esses poetas escreviam. E tão a fundo aprendeu sua lição, que de discípulo passou a igual. Catulo fez para a poesia latina o que fez Cícero para a prosa: tomou-a como pedra bruta e transformou-a em uma arte que só Virgílio iria exceder.

IV. OS ERUDITOS

Como eram escritos os livros latinos, como eram ilustrados, publicados, encadernados e vendidos? Para os exercícios escolares ou cartas breves ou notas comerciais, os romanos escreviam com o estilo sobre tabuinhas enceradas, e usavam as unhas como borrachas. O mais velho latim literário que nos chegou está escrito a tinta com pena de ave em papel manufaturado no Egito — lâminas de papiro grudadas e imprensadas. Nos primeiros séculos de nossa era, o pergaminho ou pele de carneiro começou a rivalizar com o papiro. Uma folha dobrada de pele, ou *vellum*, constituía um *diploma*, ou "dobrado em dois". Os trabalhos literários extensos eram editados em rolo (*volumen*, "enrolado"), que ia sendo desenrolado à medida que era lido. O texto vinha habitualmente em duas ou três *columnae* em cada página, muitas vezes sem pontuação nenhuma, nem mesmo separação das palavras. Já havia manuscritos ilustrados com desenhos a pena; as *Imagines* de Varrão, por exemplo, consistiam em 700 retratos de homens de fama, cada um acompanhado de nota biográfica. Qualquer pessoa podia publicar um manuscrito; alugava escravos para fazer as cópias e vendia-as. Os ricos mantinham copistas permanentes para irem reproduzindo as obras que desejavam ter, e como esses homens custavam apenas o que comiam, o processo não era caro. Primeiras edições de habitualmente mil exemplares. Livreiros adquiriam edições inteiras de editores como Ático e vendiam-nas a retalho nas bancas sob a arcadas. Nada recebia o autor, salvo agradecimentos e de vez em quando presentes; não existia o sistema de *royalties*. Abundavam as livrarias, e em 40 a.C. Asínio Polião fez de sua grande coleção de livros a primeira biblioteca pública de Roma. César planejou outra ainda

maior e pôs Varrão como diretor, mas essa idéia, como tantas outras de César, tiveram de esperar por Augusto para a completa realização.

Estimulada por tais facilidades, a literatura romana começou a industrializar-se como em Alexandria. Poemas, panfletos, histórias, livros de texto rivalizavam com as enchentes do Tibre; cada aristocrata floria seus amores com versos, cada dama compunha música e palavras, cada general escrevia suas memórias. Era uma idade de "apanhados". Resumos sobre todos os assuntos procuravam atender às necessidades de uma apressada era comercial. Marco Terêncio Varrão, apesar de muitas campanhas militares, encontrou folga em seus 89 anos de vida (116-26 a.C.) para fazer a sinopse de quase todos os ramos do conhecimento; seus 620 "volumes" (uns setenta e tantos livros) constituíram a enciclopédia dos tempos. Fascinado pela origem das palavras, escreveu o ensaio *Sobre a Língua Latina*, hoje nosso melhor guia para o latim arcaico. Talvez de conformidade com os desejos de Augusto procurou no tratado *De Re Rustica* (36 a.C.) estimular o retorno aos campos como o melhor refúgio contra a desordem da luta civil. "Meu octogésimo ano", diz ele na introdução, "adverte-me de que devo fazer as malas para deixar esta vida";[43] seu último testamento seria um guia para a felicidade e paz rural. Ele admirava as valentes mulheres que davam à luz no campo e retornavam em seguida ao trabalho.[44] Lamentava a baixa natalidade de Roma: "antigamente os filhos vinham como bênção de que se orgulhavam as mulheres; agora elas declaram, com Ênio, que preferem enfrentar três batalhas a dar à luz um filho". Nas *Antigüidades Divinas* conclui que a fecundidade, a ordem e coragem de uma nação requerem base moral, sustentada pela fé religiosa. Adotando a distinção do grande jurista Q. Múcio Cévola entre dois tipos de religião, uma para os filósofos, outra para o povo,[45] Varrão sustenta que a segunda deve ser mantida apesar de seus defeitos intelectuais; e conquanto ele próprio só aceite um vago panteísmo (em que acredita que "a alma do mundo é Deus, e suas partes são as verdadeiras divindades"),[46] sugere uma vigorosa tentativa para restaurar a adoração das antigas deidades romanas. Influenciado por Catão e Políbio, Varrão afetou decisivamente a política religiosa de Augusto e o piedoso ruralismo de Virgílio.

Como para completar o trabalho do velho Catão em todos os setores, Varrão escreveu a continuação das *Origines* na sua *Vida do Povo Romano* — uma história da civilização de Roma, ao mesmo tempo que preservava as biografias escolares de Cornélio Nepos. A história em Roma era arte, jamais também ciência; nem mesmo em Tácito elevou-se à crítica e sumário das fontes. A história como retórica, entretanto, encontrou naquele tempo um brilhante realizador em Caio Salústio Crispo (86-35 a.C.). Salústio desempenhou um vigoroso papel como político e militar ao lado de César, governou a Numídia, roubou com habilidade e gastou uma fortuna com mulheres; depois recolheu-se a uma vida de luxo e arte numa vila romana que se tornou famosa por seus jardins e iria ser residência de imperadores. Seus livros, como sua política, eram a continuação da guerra por outros meios; *Histórias, Guerra Jugurtina* e *Catilina* valem como engenhosas defesas dos *populares*, e poderosos ataques contra a "velha guarda". Salústio expôs a decadência moral de Roma, acusou o Senado e os tribunais de colocarem os direitos de propriedade acima dos direitos humanos. (Conta Varrão que "Salústio, apanhado em adultério por Anio Milo, foi valentemente surrado e só se livrou depois do pagamento de certa quantia";[47] mas isto também pode ser política.) Salústio atribuiu a Mário uma oração afirmando a igualdade natural de todas as classes e pedindo que todas as carreiras fossem abertas ao talento.[48] Suas narrativas, insertadas de comentários filosóficos e análise psicológica de tipos, revelam um estilo compacto como o dos epigramas e muito vívido.

Esse estilo tornou-se o modelo de Tácito e, como quase toda a prosa latina do século de Salústio e o seguinte, inspirava-se, em matéria de cor e tons, na oratória do Fórum e das cortes. O desenvolvimento da profissão dos legistas e de uma democracia oratória havia alargado a procura do bem-falar em público. As escolas de retórica multiplicavam-se a despeito da hostilidade do governo. "Os retóricos", diz Cícero, "andam por toda parte." Grandes mestres na arte surgem: Marco Antônio (o pai), Lúcio Crasso, Sulpício Rufo, Quinto Hortênsio. As copiosas assistências que inundavam o Fórum, os templos vizinhos e os balcões nos dizem da fortaleza dos pulmões desses homens. A flamante eloqüência do venal Hortênsio fê-lo o mimoso da aristocracia e um dos homens mais ricos de Roma; só em vinho deixou aos herdeiros 10.000

barris.[49] Tão perfeita era sua dicção, que atores de fama, como Róscio e Esopo, vinham ouvi-lo para se aperfeiçoarem na arte de bem-dizer. Seguindo o exemplo do velho Catão, Hortênsio reviu e publicou seus discursos — gênero que seu rival Cícero iria aperfeiçoar, acentuando a influência da retórica em toda a prosa romana. Foi graças à oratória que a língua latina alcançou os picos da eloqüência colorida, a força viril e a graça quase oriental. Os jovens oradores vindos depois de Hortênsio e Cícero condenaram a adornada e luxuriante turbulência do que eles chamavam estilo "asiático"; e César, Calvo, Bruto e Polião firmaram-se no estilo "ático", mais calmo, mais honesto, mais comedido. Lavrava já naqueles tempos a batalha entre o "romantismo" e o "classicismo" — entre o tom intelectual e o tom emotivo. Até na oratória estava o Oriente conquistando Roma — queixavam-se os jovens classicistas.

V. A PENA DE CÍCERO

Orgulhoso de seus discursos e certo de que "eram literatura", Cícero se ressentiu da crítica da escola "ática" e defendeu-se em uma longa série de tratados sobre oratória. Em diálogos muito vivos traçou a história da eloqüência romana e estabeleceu as regras da composição, do ritmo e da elocução. Não concordava que seu estilo fosse "asiático", pois que o havia modelado, afirmou, pelo de Demóstenes; e recordou aos aticistas que a frieza de suas orações levava a assistência ao sono e à fuga.

Os 57 discursos que temos de Cícero esclarecem-nos sobre todos os truques de sua eloqüência. Incomparável na apaixonada apresentação de um lado da questão ou de um caráter, no entreter os ouvintes com o humor e a anedota, no falar à vaidade, ao preconceito, ao sentimento, ao patriotismo, à piedade, na implacável exposição do fato real, público ou privado, na revelação dos defeitos do adversário ou no hábil disfarce dos do cliente, na barragem de perguntas retóricas feitas para dificultar a resposta ou prejudicá-la, no amontoamento de acusações em períodos chicoteantes ou torrenciais. Esses discursos não pretendem ser honestos; são mais difamações do que declamações — são memoriais que se aproveitavam da liberdade de palavra no Fórum e nas cortes — coisa inexistente no teatro. Cícero não hesitava em aplicar a suas vítimas termos como "porco", "peste", "carniceiro", "imundície"; diz de Pisão que as virgens se matavam para escapar a sua luxúria, e flagela Antônio por mostrar-se em público afeiçoado à esposa. A assistência e os jurados gostavam desses vitupérios, não os tomando, porém, ao pé da letra. Cícero correspondera-se amistosamente com Pisão poucos anos antes de atacá-lo tão brutalmente no *In Pisonem*. Suas orações abundam mais em egoísmo e retórica do que em sinceridade moral, sabedoria filosófica e mesmo profundidade legal. Mas que eloqüência! O próprio Demóstenes não era tão vivido, tão exuberantemente agudo, tão cheio de sal e do gosto da humana desordem. E nenhum homem antes nem depois de Cícero falou um latim tão encantador e fluente, tão elegante e apaixonado; com ele a prosa latina alcança o apogeu. "Descobristes todos os tesouros da oratória", diz o generoso César ao dedicar-lhe o livro *Sobre a Analogia*; "e fostes o primeiro a usá-los. Com isso honrastes vossa pátria e pusestes o povo romano em séria obrigação. Obtivestes um triunfo preferível aos dos grandes generais. Porque é mais nobre dilatar os limites da inteligência humana que as fronteiras do Império Romano."[50]

Os discursos traem o político; as cartas revelam o homem e fazem com que perdoemos ao primeiro. Quase todas ditadas a um secretário e nunca revistas pelo autor, na maioria traçadas sem idéia de publicação, vem daí que raramente a alma de um homem se revelou tão nua. "Quem lê essas cartas", diz Nepos, "fica senhor da história

dos tempos'';[51] a parte mais vital do drama revolucionário nelas transparece, todos os véus se desfazem. Estilo sem preocupação de arte, direto, que dança de humor e agudeza;[52] a linguagem é uma atraente mistura de graça literária e facilidade coloquial. Constituem o melhor do que temos de Cícero — o melhor de toda a prosa latina. Nada mais natural que em tão grande correspondência (864 cartas, das quais 90 para Cícero) apareçam contradições e insinceridades. Não há sinal ali de piedade religiosa e da fé revelada em suas orações, quando recorria aos deuses como último recurso. Sua verdadeira idéia sobre vários homens, especialmente César, não coincide com a que mostrava em público.[53] E sua incrível vaidade aparece mais amável nas cartas que nos discursos, nas quais o vemos carregando sua própria estátua para onde quer que vá; é sorrindo que confessa que ''o meu próprio aplauso é o que para mim mais pesa.''[54] Cícero assegura-nos, com encantadora inocência, de que se ''jamais um homem foi estranho à vanglória esse homem era ele.''[55] Diverte-nos encontrar tantas cartas sobre o assunto dinheiro, e tantos rumores sobre tantos lares. Além de modestas vilas em Arpino, Astura, Putéolos e Pompéia, Cícero possuía em Fórmias uma propriedade avaliada em 250.000 sestércios, outra em Túsculo do valor de 500.000, e um palácio no Palatino que lhe custara 3.500.000 sestéricos, soma que obteve de um cliente por empréstimo, e não sabemos se foi paga. Tantos regalos parecem excessivos num filósofo. (Proibidos por lei de receberem honorários, os advogados pagavam-se sob forma de empréstimos. Outro meio era ser lembrado no testamento dos clientes. Com legados dessa espécie Cícero herdou 20.000.000 em 30 anos.[56] A constituição dos homens sempre reescreve as constituições dos Estados.)

Mas qual de nós é bastante virtuoso para que seu nome resista à publicação da correspondência privada? E à medida que vamos lendo as cartas de Cícero vamos amando o homem. Não tinha mais defeitos, talvez nem tivesse mais vaidade do que nós; seu erro foi imortalizá-los em uma prosa perfeita. Era um rijo trabalhador, pai terno, bom amigo. Vemo-lo no lar às voltas com os livros e as crianças, procurando amar sua mulher, a reumática e irritável Terência, cuja riqueza e brilho punham-na em pé de igualdade com o esposo. Eram muito ricos para serem felizes; os aborrecimentos e disputas vinham sempre com cifras altas; na velhice divorciaram-se, sempre por motivos financeiros. Logo depois Cícero desposou Publília, que o interessou por ter mais dinheiro que anos; mas como a nova esposa não simpatizasse com sua filha Túlia, mandou-a embora. Cícero amava essa filha fora de conta e razão; seu desespero ao perdê-la foi tamanho que pensou em construir-lhe um templo, dela fazendo uma deidade. Mas agradáveis são as cartas a Tiro ou a respeito de Tiro, seu principal secretário, o que lhe estenografava os ditados e lhe dirigia as finanças com tal habilidade e honestidade que Cícero o alforriou. Há numerosas cartas a Ático, o financista que lhe empregava o capital, tirava-o de dificuldades, editava-lhe os escritos e dava-lhe excelentes conselhos não pedidos. Quando em viagem pela Grécia, lá pelo clímax da revolução, escreve Cícero uma carta bem típica, cheia de cordialidade e encanto, a Ático:

> Nada me faz tanta falta do que aquele a quem posso dizer tudo o que me concerne; aquele que me quer bem e é prudente; aquele ao qual falo sem lisonja, sem dissimulação ou reserva. Meu irmão, que é todo candura e bondade está fora... E tu, que tantas vezes me tens curado das ansiedades e preocupações com o remédio dos conselhos, que eras o meu companheiro em matéria pública e meu confidente nas particulares, o compartícipe de todas as minhas palavras e pensamentos — onde andas?[57]

Nos tumultuosos dias em que César cruzou o Rubicão, derrotou Pompeu e assumiu a ditadura, Cícero afastou-se por algum tempo da vida política, consolando-se com os estudos. "Lembra-te", pediu ele a Ático — "não dês teus livros a ninguém, guarda-os para mim, como prometeste. Sinto pelos livros a maior afeição, agora que tudo mais me aborrece."[58] Em sua mocidade, defendendo o poeta Arquias no mais modesto e amável de seus discursos, Cícero louvou o estudo da literatura "como nutrindo a nossa adolescência, adornando-nos a prosperidade e deleitando-nos a velhice."[59] Estava agora seguindo o conselho, pois em menos de dois anos escreveu toda uma biblioteca de filosofia. (*De Republica*, 54 a.C.; *De Legibus*, 52; *Academica, De Consolatione* e *De Finibus*, 45; *De Natura Deorum, De Divinatione, De Fato, De Virtutibus, De Officiis, De Amicitia, De Senectute, De Gloria, Disputationes Tusculanae*, todos em 44 a.C. Nos anos de 44 e 45 escreveu cinco livros sobre oratória.) A dissolução da fé religiosa nas altas classes havia deixado um vazio moral, que aparentemente arrastaria o caráter e a sociedade romana à desintegração. Cícero alimentou o sonho de que na filosofia estava o sucedâneo da teologia, e resolveu sumariar os ensinamentos dos sábios gregos para oferecê-los como um último presente ao povo.[60] Foi bastante honesto para confessar que pela maior parte estava adaptando, às vezes traduzindo, os tratados de Panécio, Possidônio e outros gregos recentes.[61] Mas transformou a má prosa dos modelos em límpido e gracioso latim, deu vida aos discursos com os diálogos e passou rápido pelos desertos da metafísica para abordar os problemas de interesse mais geral da conduta e do estadismo. Como Lucrécio, teve de inventar uma terminologia filosófica; foi bem-sucedido, ficando a língua e a filosofia grandemente endividadas para com ele. Desde Platão que a sabedoria não se expressava em tão bela forma.

Era sobretudo em Platão que ia beber suas idéias. Cícero desadorava o dogmatismo dos epicuristas, "que falam das coisas divinas com igual segurança de quem acaba de chegar de uma reunião de deuses"; também não gostava da filosofia estóica, que repelia o desígnio a ponto de "dar-nos a impressão de que até os deuses foram feitos para o uso humano"[62] — teoria que o próprio Cícero, em estado de ânimo diferente, não acharia desassisada. Seu ponto de partida era o da Nova Academia — um suave cepticismo que negava todas as certezas e tinha a probabilidade como o bastante para a vida humana. "Na maioria das coisas", diz ele, "minha filosofia é a da dúvida.[63] ...Como posso ensinar-te o que não sei?"[64] "Os que procuram apreender minhas opiniões pessoais revelam desassisado grau de curiosidade"[65]; mas essa reserva cedeu, diante de seu talento de expressão. Cícero moteja dos sacrifícios, oráculos, augúrios, consagrando todo um tratado ao combate da adivinhação. Sobre o tão espalhado culto da astrologia pergunta se todos os soldados mortos em Canas haviam nascido sob a mesma estrela.[66] E duvida que o conhecimento do futuro seja um bem; o futuro pode ser desagradável, como a verdade que tão tenazmente perseguimos. Não se ri das velhas verdades na tribuna: "Quando ao trigo chamamos Ceres e ao vinho chamamos Baco, estamos empregando uma figura de retórica — pois haverá tonto que admita serem o trigo e o vinho deuses que o alimentam?"[67] Mas Cícero é tão céptico em matéria de ateísmo como em tudo mais. Refuga o atomismo de Demócrito e Lucrécio: acha tão improvável que átomos sem nenhum guia — mesmo num infinito de tempo — se tenham arranjado na atual disposição do mundo, como se as letras do alfabeto espontaneamente se tivessem arranjado nos *Annales* de Ênio.[68] Nossa ignorância dos deuses não lhes assegura a inexistência; e Cícero julga que o geral consenso humano dá probabilidades a favor da Providência. E conclui que a religião é indispensável à moral individual e à ordem pública, não devendo ser atacada por nenhum homem de bom senso.[69] Daí o fato de, após haver escrito contra a adivinhação, continuar nas funções de áugure oficial. Não era propriamente hipocrisia, sim estadismo. A moral romana, a sociedade e o governo estavam atados

à velha religião e não podiam deixá-la perecer. (Foi como raciocinaram os imperadores que perseguiram o cristianismo.) Quando sua amada Túlia faleceu, Cícero inclinou-se mais do que nunca para a admissão da imortalidade pessoal. Muitos anos depois, no "Sonho de Cipião" com que fecha o *De Republica*, toma de Pitágoras, Platão e Ludóxio uma complexa e eloqüente concepção da vida depois da morte, na qual os bons gozam de eterna bênção. Mas na sua correspondência particular — mesmo nas cartas de consolação aos amigos — não há referência à vida do Além.

Conhecedor do cepticismo dos tempos, Cícero baseava seus tratados morais e políticos em alicerces seculares, que independiam de sanções sobrenaturais. Em *De Finibus* começa indagando sobre o caminho da felicidade e hesitantemente concorda com os estóicos que basta a virtude. No *De Officiis*, examina o caminho da virtude e, graças ao encanto de seu estilo, consegue por algum tempo interessar o leitor no dever. "Todos os homens são irmãos; o mundo deve ser considerado a cidade comum dos deuses e dos homens."[70] A mais perfeita moralidade seria uma conscienciosa lealdade para com o todo. Mais restritamente, ao homem cumpre ser leal a si próprio e à sociedade, dar boa base econômica a sua vida e depois desempenhar seus deveres de cidadão. Uma sábia política é mais nobre que a mais sutil filosofia.[71]

A monarquia é a melhor forma de governo, quando o soberano é bom, e a pior quando ele é mau — truísmo que breve seria demonstrado em Roma. A aristocracia é boa quando os realmente melhores governam; mas Cícero, membro da classe média, não admite que as velhas famílias de Roma sejam realmente as melhores. A democracia é boa quando a virtude é geral — caso que para ele não existe; em regra vicia-se com a falsa admissão da igualdade. A melhor forma de governo está em uma constituição mista, como a romana anterior aos Gracos: poder democrático das Assembléias, poder aristocrático do Senado e poder quase de rei dos cônsules eleitos por um ano. Sem freios e contrapesos, a monarquia degenera em despotismo, a aristocracia passa a oligarquia, a democracia torna-se demagógica, caótica, ditatorial. Escrevendo cinco anos depois sobre o consulado de César, lança um dardo em sua direção:

> Diz Platão que da exagerada soltura que o povo chama liberdade brotam os tiranos como de uma raiz... e que no fim tal liberdade reduz o país à escravidão. Tudo em excesso passa ao oposto. ...Da desenfreada populaça um homem usualmente emerge como chefe... um homem intrépido e sem escrúpulos... que corteja o favor popular à custa da propriedade alheia. E tal homem, que muitas razões tem para não permanecer como simples cidadão, abroquela-se no cargo e nele se reelege. Rodeia-se de guardas e vira o tirano da própria gente que o elevou ao poder.[72]

Não obstante, César venceu, e Cícero achou melhor afogar seu descontentamento nas melodiosas trivialidades da lei, da amizade, da glória e da velhice. *Silent leges inter arma* — "as leis se calam em tempo de guerra"; mas pelo menos podia absorver-se na filosofia da lei. Seguindo os Estóicos, definiu a lei como "a razão em acordo com a natureza";[73] isto é, as leis procuram ordenar e estabilizar as relações criadas pelos impulsos sociais do homem. "A natureza nos inclina a bem-querer os homens" (sociedade), "e aqui está o fundamento da lei."[74] Porque a amizade não se deve basear em vantagens recíprocas, mas em compreensão, de interesses comuns, ligados e limitados pela justiça e pela virtude; as leis da amizade não se devem prestar a propostas desonestas, nem a sua realização."[75] Uma vida honrada é a melhor garantia para uma agradável velhice. A vida de dissipações entrega à velhice um corpo gasto antes do tempo, mas um viver bem conduzido pode levar-nos aos 100 anos, como Masinissa. A dedicação ao estudo distrai-nos da "sub-reptícia aproximação da velhice."[76] A velhice, como a mocidade, tem suas glórias — uma tolerante sabedoria, a respeitosa afeição dos filhos, o arrefecimento dos desejos e ambições. A velhice pode temer a morte, mas só se não estiver enfibrada de filosofia. Para além do túmulo, na melhor das hipóteses, está uma vida mais feliz, e na pior, a paz eterna.[77]

No conjunto, os ensaios filosóficos de Cícero não nos adiantam grande coisa. Como seu estadismo, eles se apegam demais à ortodoxia e à tradição. Cícero era dotado da

curiosidade de um cientista e das cautelas de um burguês; mesmo em sua filosofia permanece um político, dos que relutam em ofender qualquer idéias dos outros e balanceava-lhes de tal modo os prós e os contras, que delas saímos pela mesma porta por onde entramos. Só uma coisa lhe salva os ensaios — a beleza do estilo. Que agradável é o latim de Cícero, quão fácil de ler-se, como flui sereno! Quando narra qualquer coisa, conserva a vivacidade que em seus discursos prendia a atenção geral; se descreve um tipo, é com tal habilidade que ele mesmo lamenta não ter tempo de ser o maior historiador romano;[78] e quando se deixa arrastar, resplandece na beleza dos períodos que aprendeu de Isócrates e com que encheu o Fórum. Suas idéias são as das classes superiores, mas seu estilo procura alcançar o povo por meio da clareza, do impressionismo, da anedota e do humor.

Cícero remodelou a língua latina. Aumentou-lhe o vocabulário, e durante 17 séculos fê-la o dócil instrumento da filosofia e o veículo da ciência e das letras na Europa ocidental. A posteridade o relembrará mais como escritor do que como estadista. Quando os homens já estiverem esquecidos da glória de seu consulado, continuarão a louvar-lhe as conquistas nas letras e na eloqüência. E como o mundo honra tanto a forma como a substância, tanto a arte como a ciência e o poder, Cícero, entre todos os romanos, gozou de uma fama só abaixo da de César — exceção que ele não perdoaria nunca.

CAPÍTULO IX

César

100 — 44 a. C.

I. O LIBERTINO

CAIO JÚLIO CÉSAR entronca-se em Iulus Ascanius, filho de Enéias, filho de Vênus, filha de Júpiter: César começa deus e acaba como um deus. A gente juliana, embora empobrecida, figura entre as mais antigas e nobres da Itália. Um Caio Júlio foi cônsul em 489, outro em 482, Vopisco Júlio em 473, um Sexto Júlio em 157, outro em 91.[1] De Mário, seu tio por afinidade, herdou a inclinação para o radicalismo na política. Sua mãe Aurélia foi matrona de grande dignidade e sabedoria; frugalmente dirigia um lar modesto na popular Subura — o bairro das lojas, tavernas e bordéis. Lá nasceu César, 100 anos antes de Cristo, por meio da operação cirúrgica que traz o seu nome. (A operação cesariana já era um sistema de parturição mencionado nas leis atribuídas a Numa. O cognome de César não decorre da operação *caesus ab utero matris;* muito antes dele já havia Césares entre os Júlios.)

"E agora havia esse César", diz o Suetônio de Holland, "extraordinariamente dócil e apto no aprender." Teve como mestre de latim, grego e retórica um gaulês com o qual inconscientemente começou a preparar-se para sua grande conquista. O jovem discípulo deu-se à oratória e quase se perdeu por precocidade literária. Salvou-o o fato de ser escolhido para ajudante de ordens de Marco Termo na Ásia. Tanto se encantou com ele Nicomedes, rei da Bitínia, que, mais tarde, Cícero e outros murmuravam que "havia perdido a virgindade para um rei".[2] De volta a Roma em 84 desposou Cossúcia para agradar a seu pai; falecido este, divorciou-se e desposou Cornélia, filha daquele Cina continuador da revolução de Mário. Quando subiu ao poder, Sila ordenou-lhe que repudiasse Cornélia; César resistiu; Sila confiscou-lhe os bens e o dote de Cornélia — e incluiu-o na lista das proscrições.

Foge César da Itália e junta-se ao exército na Cilícia. Depois da morte de Sila volta a Roma (78), mas encontrando no poder inimigos, parte de novo para a Ásia. Piratas capturam-no em caminho, seqüestram-no em um dos seus antros na Cilícia e exigem 20 talentos em troca de sua liberdade ($72.000); César censura-os por estarem subestimando o seu valor e promete-lhes pagar 50. E enquanto seus servos andam a levantar o dinheiro, diverte-se a escrever poemas e a lê-los a seus captores. Os piratas torcem o nariz. Indignado, César acusa-os de bárbaros e promete enforcá-los a todos na primeira oportunidade. Pago que foi o resgate, volta César para Mileto, reúne navios e tripulação, ataca e prende os piratas; retomou o dinheiro do resgate e crucificou-os; mas como fosse homem de grande clemência, fê-los antes decapitar.[3] Em seguida foi estudar filosofia e retórica em Rodes.

Novamente em Roma, dividiu-se entre a política e o amor. Era belo, embora já no começo da calvície. Após a morte de Cornélia (68), desposou Pompéia, neta de Sila. Foi um matrimônio de pura conveniência política, e César não teve escrúpulos em levar uma vida amorosa desbragada; tal o número de suas ligações, que Cúrio (pai do general) denominou-o *omnium mulierum vir et omnium virorum mulier* — "o marido de todas as mulheres e a mulher de todos os homens".[4] Em suas campanhas continuaria com esses hábitos, ligando-se com Cleópatra no Egito, com a rainha Êunoe na Numídia, e com tantas damas na Gália que seus soldados o tratavam de *moechus calvus,* "o adúltero calvo", e em seu triunfo, depois da conquista das Gálias, cantavam umas quadras advertindo aos maridos que fechassem em casa suas esposas enquanto César estivesse em Roma. A aristocracia odiava-o por duas razões: minar seus privilégios e seduzir suas mulheres. Pompeu divorciou-se por causa da intimidade de sua mulher com César; e a violenta hostilidade de Catão não era apenas filosófica: sua irmã germana, Servília, foi a mais devotada de todas as amantes de César. Quando no Senado Catão desconfiou da cumplicidade de César com Catilina e intimou-o a ler em voz alta um bilhete que acabava de receber, César passou-lho sem comentário: era um bilhete amoroso de Servília.[5] Sua paixão por César durou a vida inteira, e cruéis boatos acusaram-na mais tarde de lhe haver entregue sua filha Tércia. Durante a Guerra Civil, em um leilão, César arrematou para Servília algumas propriedades confiscadas aos irredutíveis aristocratas; e quando alguém estranhou o baixo nível do preço, Cícero observou, numa piada que talvez lhe tenha custado a vida: *Tertia deducta,* que tanto podia significar a dedução de um terço como referir-se ao boato sobre a filha da amante. Tércia afinal veio a casar-se com um dos assassinos de César, Cássio — tanto os amores dos homens se misturam com as comoções políticas e os interesses financeiros.

É possível que essa vida amorosa o ajudasse tanto na elevação como na queda. Cada mulher conquistada lhe valia como influência, sobretudo no campo adverso; e muitas lhe permaneceram devotadas mesmo depois de extinta a paixão. Embora sua esposa Tertula fosse dada como amante de César, Crasso forneceu-lhe grandes somas de dinheiro para o financiamento de sua política e de jogos; e certa época César lhe devia 800 talentos ($2.880.000). Tais empréstimos não eram atos de amizade ou generosidade, sim negócio; tinham de ser pagos com despojos de guerra ou favores políticos. Crasso, do mesmo modo que Ático, tinha necessidade de proteger seus milhões. A maioria dos romanos daquela época contraía dívidas semelhantes: Marco Antônio devia 40.000.000 de sestércios, Cícero, 60.000.000, Milo, 70.000.000 — números que podem ser exagero dos conservadores. Temos de pensar em César como um desbragado libertino e um político sem escrúpulos que por força das responsabilidades transformou-se num dos mais profundos e conscienciosos estadistas da História. Ao regalar-nos com seus defeitos, cumpre termos em vista que ele era um grande homem. Jamais nos igualaremos a César provando que ele seduzia damas, subornava a guarda dos chefes e escrevia livros.

II. O CÔNSUL

César começou como aliado secreto de Catilina e acabou como o remodelador de Roma. Um ano apenas depois da morte de Sila já perseguia Cneu Dolabela, um instrumento da reação aristocrática; o júri votou contra César mas o povo aplaudiu sua

ofensiva democrática e seu brilhante discurso. Não podia rivalizar com a verve e a agudeza de Cícero; na verdade César desprezava o estilo "asiático" e procurava dar ao seu a severa simplicidade e a máscula concisão que iriam distingui-lo nos *Comentários* sobre as Guerras na Gália e Civil. Apesar disso, classificaram-no em eloqüência como logo depois de Cícero.[6]

Em 68 foi escolhido como questor na Espanha. Lá conduziu expedições militares contra as tribos rebeldes, saqueou cidades e juntou o dinheiro necessário para o pagamento de todas as suas dívidas. Mas ao mesmo tempo conquistou a gratidão das cidades espanholas com a redução dos juros sobre as somas por elas levantadas entre os banqueiros de Roma. Em Gades, diante da estátua de Alexandre, lamentou-se de haver feito tão pouco em uma idade em que o macedônio já havia conquistado metade do mundo mediterrâneo. De volta a Roma, entregou-se de novo à caça do poder. Em 65 foi eleito edil, ou comissário de obras públicas, e gastou o seu dinheiro — isto é, o de Crasso — em adornar o Fórum de novas construções e colunadas, e em cortejar a populaça com grandes jogos. Sila havia removido do Capitólio os troféus de Mário — bandeiras, retratos, despojos das vitórias do velho radical; César tudo restaurou, com grande alegria dos veteranos de Mário — e com esse ato anunciou sua política rebelde. Os conservadores protestaram — e marcaram-no.

Em 64, como presidente de uma comissão nomeada para investigar sobre casos de homicídio, chamou a contas os agentes das proscrições de Sila ainda vivos e sentenciou diversos ao exílio ou à morte. Em 63 votou no Senado contra a execução dos cúmplices de Catilina, observando, em seu discurso, de passagem, que a personalidade humana não sobrevive à morte;[7] aparentemente foi o único trecho em que não ofendeu ninguém. No mesmo ano viu-se eleito *pontifex maximus,* ou chefe da religião romana. Em 62 é escolhido pretor e processa por dilapidação de fundos públicos um importante conservador. Em 61 foi escolhido para propretor na Espanha, mas os credores impedem-no de partir. César admitiu necessitar de 25.000.000 de sestércios para não ter nada.[8] Crasso o socorre, endossando-lhe todas as obrigações. Na Espanha César dirige brilhantes campanhas militares contra tribos amigas da independência e volta a Roma com despojos suficientes para saldar todas as suas dívidas e ainda enriquecer o Tesouro; o Senado vota-lhe um triunfo. Talvez isso fosse uma sutileza dos *optimates*; sabedores de que César almejava o consulado e a lei proibia a apresentação das candidaturas na ausência dos candidatos, César estaria barrado, isso porque por lei o *triumphator* tinha de ficar fora da cidade até o dia do triunfo — e o Senado marcara o triunfo para depois das eleições. Mas César conseguiu habilidosamente apressar o triunfo, entrou na cidade e com a maior energia e inteligência dirigiu a campanha eleitoral em seu favor.

Obteve a vitória por meio da hábil atração de Pompeu à causa liberal. Pompeu tinha chegado do Oriente, depois de uma série de realizações militares e diplomáticas. Com a eliminação dos piratas, havia restaurado a segurança do comércio do Mediterrâneo; havia agradado os capitalistas de Roma com a dominação da Bitínia, do Ponto, da Síria; tinha deposto e elevado reis aos quais fizera bem remunerados empréstimos com o dinheiro dos despojos, a excelentes juros; aceitara forte peita do rei do Egito para ir lá suprimir uma revolta, mas guardou o dinheiro e não foi, sob pretexto de que seria ilegal;[9] pacificara a Palestina e a fizera cliente de Roma; fundara 39 cidades, e por toda parte estabelecera a lei, a ordem, a paz; e no conjunto seu comportamento fora sábio, político e proveitoso. E agora surgia em Roma com tais riquezas em taxas e

tributos, em despojos e escravos vendidos ou resgatados, que pôde entrar com 200.000.000 de sestércios para o Tesouro, acrescentar outros 350.000.000 às rendas anuais, distribuir 384.000.000 entre seus soldados — e ainda reter para si o suficiente para rivalizar com Crasso em riqueza, tornando-se assim os dois os homens mais ricos de Roma.

Ao Senado tudo isso causou mais medo que prazer, e os senadores tremeram à notícia do desembarque de Pompeu em Brundísio (62) à frente de um exército que o amava e a um gesto seu o faria ditador. Magnanimamente os sossegou Pompeu com a desmobilização das tropas e a entrada em Roma com o seu estado-maior apenas. Seu triunfo durou dois dias — e o tempo não chegou para o desfile completo de todos os carros alegóricos e despojos. Mas o ingrato Senado rejeitou seu pedido de doação de terras públicas aos soldados, recusou-se a ratificar seus acordos com os reis conquistados e restaurou os arranjos que Lúculo havia feito e Pompeu ignorava. A conseqüência foi a ruptura da *concordia ordinum* de Cícero, ou aliança das altas classes — e lá foram Pompeu e os capitalistas para os braços dos *populares*. Aproveitando-se da situação, César formou com Pompeu e Crasso o Primeiro Triunvirato (60), cada um se comprometendo a opor-se a qualquer legislação que não conviesse ao outro. Pompeu concordou em sustentar a candidatura de César para cônsul e César prometeu, se eleito, realizar o que Pompeu pedira e o Senado negara.

Amarga foi a campanha, com muito suborno dos dois lados. Quando Catão, chefe dos conservadores, soube que seu partido estava a comprar votos, afrouxou a rigidez e achou que em virtude da nobreza do objetivo o processo se justificava. Os *populares* elegeram César e os *optimates* elegeram Bíbulo. Imediatamente depois de assumir o cargo propôs César as medidas desejadas por Pompeu: distribuição de terras a 20.000 cidadãos pobres e soldados; ratificação dos acordos de Pompeu no Oriente; e redução de um terço na soma que os publicanos se haviam comprometido a extorquir das províncias asiáticas. O Senado opôs-se a tudo tenazmente e, da mesma forma que os Gracos, César se dirigiu à Assembléia. Os conservadores induziram Bíbulo a usar seu poder de veto para impedir a votação daquelas medidas na Assembléia, e fizeram que os presságios lhes saíssem desfavoráveis. César ignorou os presságios e convenceu a Assembléia a denunciar Bíbulo, sobre cuja cabeça, nesse dia, um exaltado popular despejou um vaso de coisas malcheirosas. As propostas de César foram aceitas; eram medidas que, como as dos Gracos, combinavam uma política agrária com um programa financeiro favorável aos comerciantes. Calou no ânimo de Pompeu aquele leal cumprimento de promessa por parte de César. Casa-se então pela quarta vez com Júlia, a filha de César, e a *entente* entre os plebeus e a burguesia torna-se uma festa de amor. Os triúnviros prometem à ala esquerda de seu grupo sustentar a candidatura de Clódio para o tribunato no outono de 59. Entrementes, conservam os eleitores em bom humor por meio de grande profusão de festas e jogos.

Em abril César apresenta sua segunda proposta agrária, mandando que as terras do Estado na Campânia fossem distribuídas entre os cidadãos pobres que tivessem de três filhos para cima. De novo foi o Senado esquecido e a Assembléia aprovou a proposta — fazendo assim triunfar, depois de um século de esforços, a política dos Gracos. Bíbulo ficou em casa e contentou-se com anunciar que os presságios eram adversos àquela legislação. César dirigia os negócios públicos sem consultá-lo, de modo que os espirituosos da cidade não falavam no consulado de César e Bíbulo, mas no "consulado de Júlio e César". Para manter o Senado às claras César estabeleceu o pri-

meiro jornal, fazendo que funcionários registrassem tudo e afixassem uma *Acta Diurna* — "Atos do Dia" — nas paredes do Fórum. Dali eram tiradas cópias e mandadas por mensageiros a todas as partes do Império.[10]

Lá pelo fim deste consulado histórico César fez-se nomear por cinco anos governador das Gálias Cisalpina e Narbonense. Como legalmente nenhuma tropa pudesse estacionar na Itália, o comandante das legiões acampadas no norte dominava toda a península. Para assegurar a permanência de sua legislação, César conseguiu eleger cônsules para 58 os seus amigos Gabínio e Pisão — dando a este como esposa sua filha Calpúrnia. E para segurar os plebeus, trabalhou pela eleição de Clódio ao tribunato. Não se deixou influenciar pela circunstância de ter-se recentemente divorciado de sua terceira mulher, Pompéia, por suspeita de adultério com Clódio.

III. MORAL E POLÍTICA

Públio Clódio Pulcro (o Belo), rebento da *gens* claudiana, era um jovem aristocrata de coragem sem limites e de moral sem freios. Como Catilina e César, descera das alturas para chefiar os pobres contra os ricos. Para tornar-se elegível como tribuno do povo teve de fazer-se adotar por uma família plebéia. Visava redistribuir as riquezas altamente concentradas de Roma e destruir Cícero — que havia insultado sua irmã Clódia e tinha a propriedade como sagrada; para isso serviu como subalterno de César até que pudesse alcançar o poder. Admirava a política de César e amava a mulher de César. A fim de aproximar-se de Pompéia, disfarçou-se em trajes femininos e tomou parte nos ritos caseiros da Bona Dea; foi descoberto, preso e publicamente julgado por violação dos mistérios da deusa. Chamado como testemunha, César declarou nada ter a dizer contra Clódio. "Por que então se divorciou de Pompéia?", perguntou o acusador. "Porque minha esposa deve estar acima de qualquer suspeita", foi a hábil resposta com que nem absolvia nem condenava um valioso elemento de sua política. Várias testemunhas — talvez subornadas — depuseram que Clódio havia tido relações com Clódia e seduzira sua irmã Tércia depois que ela se casara com Lúculo. Clódio protestou que estivera ausente de Roma no dia do alegado sacrilégio, mas Cícero afirmou haver estado com ele em Roma naquele dia. Tomando o caso como trama dos senadores para destruir um chefe dos *populares*, a populaça clamou pela absolvição. Crasso — dizem que a mandado de César — subornou certo número de juízes e Clódio foi absolvido. César aproveitou-se do episódio para trocar uma esposa inconvenientemente conservadora pela filha de um senador aliado à causa popular.

Assim que terminou o árduo consulado de César, vários conservadores propuseram a completa anulação das leis liberais promulgadas por ele. Catão não escondia sua idéia de que as "leis julianas" deviam ser varridas para o esquecimento, mas o Senado hesitou nesse desafio a um homem que estava à testa de legiões e apoiado pelo tribuno Clódio. Em 63 Catão havia cortejado a populaça com o reinício da distribuição de trigo barato; agora (58) Clódio o excedia, dando o trigo de graça. Também propôs na Assembléia leis vedando o uso do veto religioso contra medidas legislativas, e restaurando a legalidade dos *collegia,* que o Senado tentara dissolver. Reorganizou essas associações em blocos eleitorais — e como protesto de fidelidade elas lhe deram uma guarda armada. Receosos de que findo seu ano de tribunato Catão ou Cícero tentassem destruir a obra de César, Clódio persuadiu a Assembléia a mandar Catão para Chipre no posto de comissário, e obteve um decreto banindo quem quer que houves-

se condenado à morte um cidadão romano sem o consentimento da Assembléia como a lei requeria. Vendo que esse decreto o visava, Cícero fugiu para a Grécia, onde cidades e dignitários disputaram a honra de hospedá-lo. A Assembléia decretou o confisco de seus bens e o arrasamento de seu palácio no Palatino.

A sorte de Cícero foi que Clódio, embriagado pelos triunfos, resolveu atacar Pompeu e César, com o plano de tornar-se o chefe da plebe. Pompeu revidou, sustentando a petição de Quinto, irmão de Cícero, para que o orador voltasse. O Senado apelou para todos os cidadãos da Itália, convidando-os a virem a Roma votar a proposta. Clódio colocou no Campo de Marte numerosos capangas para fiscalizar a votação, e Pompeu induziu Ânio Milo, um aristocrata falido, a fazer o mesmo. Ocorreu um choque entre os dois grupos, com muitos mortos, no qual Quinto escapou por milagre. Mas sua proposta foi aprovada, de modo que depois de alguns meses no exílio Cícero voltou triunfalmente à Itália (57). Multidões o aclamaram pelo caminho, de Brundísio a Roma; tanta festa, que Cícero se declarou com medo de que o acusassem de ter contribuído para seu próprio banimento com vistas naquela gloriosa restauração.

Aparentemente Cícero comprometera-se com Pompeu, e talvez mesmo com César, em troca de sua chamada. César emprestou-lhe sem juros as altas somas necessárias à restauração,[11] e por vários anos o teve como advogado dos triúnviros no Senado. Quando a carestia de cereais ameaçou Roma (57), Cícero conseguiu para Pompeu uma comissão extraordinária, com plenos poderes durante seis anos sobre todos os suprimentos de Roma e todos os portos. De novo Pompeu agiu bem, mas a constituição da República sofrera outro golpe, e o governo por homens continuou a substituir o governo pelas leis. Em 56 Cícero persuadiu o Senado a votar uma grande soma para pagamento das tropas de César nas Gálias. Em 54 defendeu, sem sucesso, a extorsiva administração provincial de Aulo Gabínio, um amigo dos triúnviros. Em 55 perdeu todo o crédito que tinha com César ao atacar insultuosamente outro governador de província, Calpúrnio Pisão. Cícero lembrava-se com muita vivacidade do voto de Pisão a favor de seu banimento, mas esquecia-se de que a filha de Pisão era a esposa de César.

Quando em 57 Catão voltou depois de brilhantemente organizar os negócios de Chipre, os conservadores alinharam-se de novo. Clódio, agora inimigo de Pompeu, aceitou o convite da aristocracia para apoiá-la com sua popularidade e seus capangas. A literatura do momento assumira um tom anticesáreo; os epigramas de Catulo e Calvo caíam como setas no acampamento dos triúnviros. À proporção que César ia mais e mais penetrando na Gália, e notícias chegavam dos muitos perigos existentes, os nobres enchiam-se de esperanças; porque afinal, disse Cícero, há muitos meios de um homem morrer. A crermos em César, vários conservadores entraram em negociações com Ariovisto, o chefe germânico, para o seu assassínio.[12] Domício, então candidato ao consulado, declarou que se fosse eleito recolheria César imediatamente — o que significava denúncia e julgamento. Vendo mudada a direção dos ventos, Cícero propôs que a 25 de maio de 56 o Senado discutisse a ab-rogação das leis agrárias de César.

IV. A CONQUISTA DA GÁLIA

Na primavera de 58 assumiu César o governo das Gálias Cisalpina e Narbonense, isto é, do norte da Itália e do sul da França. Ariovisto entrara na Gália com 15.000 guerreiros germânicos, a pedido de uma tribo em luta com outra. Deu à tal tribo a ajuda reclamada e ficou por lá, com a idéia de cominar todo o nordeste do país. Uma das tribos da região, os éduos, pediu socorro aos romanos em 61 e o Senado autorizou o governador da Gália Narbonense a proporcioná-lo, mas ao mesmo tempo arrolou Ariovisto entre os chefes amigos de Roma. Entrementes, 120.000 germânicos cruzaram o Reno, estabeleceram-se em Flandres e de tal modo fortaleceram Ariovisto que ele passou a tratar os povos nativos como súditos e a sonhar com a conquista de toda a Gália.[13] Ao mesmo tempo os helvécios, centralizados em redor de Genebra, começaram a emigrar rumo oeste — eram 368.000 — e César foi avisado de que tencionavam cruzar a Gália Narbonense, de caminho para o sul da França. "Das nascentes do Reno ao Atlântico", diz Mommsen, "as tribos germânicas estavam em movimento, toda a linha do Reno se via ameaçada; era um impulso como o dos germânicos e francos quando se lançaram sobre o vacilante Império dos césares... 500 anos mais tarde."[14] Enquanto Roma conspirava contra César, César conspirava para salvar Roma.

À própria custa, e sem ordens do Senado, levantou e armou quatro novas legiões além das quatro de que já dispunha. E enviou um peremptório convite a Ariovisto para que viesse debater a situação; como era de esperar, o chefe germânico recusou-se. Deputações começaram a chegar a César de muitas tribos gaulesas, pedindo proteção. César declarou guerra a Ariovisto e aos helvécios, marchou para o norte e enfrentou a avalanche helvética numa sangrenta batalha em Bibracte, capital dos éduos, perto da moderna Autun; as legiões de César venceram por pequena margem — e nestes assuntos temos de seguir seus próprios informes. Os helvécios propuseram-se a voltar para a Suíça; César concordou em dar-lhes salvo-conduto, sob a condição de que seu território aceitasse o governo de Roma. Toda a Gália mandou-lhe agradecimentos pelo feito, e pediu-lhe ajuda contra Ariovisto. César enfrentou os germânicos perto de Ostheim (10 milhas a leste do Reno e 160 ao sul de Colônia), e matou ou capturou (diz-nos ele) a todos (58). Ariovisto escapou, mas veio a morrer logo depois.

César tomou como líquido que sua libertação da Gália era também a conquista da Gália, e começou imediatamente a organizá-la sob a autoridade romana, sob pretexto de só assim poder defendê-la de novos ataques germânicos. Muitos gauleses não se deixaram convencer e rebelaram-se, invocando o auxílio dos belgas, poderosa tribo germano-celta estabelecida entre o Sena e o Reno. César derrotou-os nas margens do Aisne e depois, com tal rapidez que não dava tempo de os inimigos se reunirem, lançou-se sucessivamente contra os suessiones, ambianis, nervis e aduaticis, conquistou-os, saqueou-os e vendeu os prisioneiros aos mercadores de escravos da Itália. E um tanto prematuramente anunciou a conquista da Gália. O Senado proclamou-a província romana (56), e o povo comum de Roma, tão imperialista como qualquer general, aclamou o herói distante. César cruzou de novo os Alpes rumo à Gália Cisalpina, ocupou-se com as urgências da administração, refez o exército e convidou Pompeu e Crasso para um encontro em Luca, a fim de planejarem a defesa contra a reação conservadora.

Para barrar Domício, os três concordaram em que Pompeu e Crasso disputassem o consulado para o ano 55; que Pompeu fosse feito governador da Espanha e Crasso governador da Síria (54-50); que César continuasse governador da Gália por mais cinco anos e que depois tentasse um novo consulado. Com fundos tirados da Gália, César abasteceu os colegas e amigos para o financiamento das campanhas; enviou a Roma grandes somas destinadas a aliviar o desemprego, a subvencionar seus sustentáculos e prestigiar-se a si próprio com um extenso programa de obras públicas; e de tal modo lubrificou as mãos dos senadores, que o movimento para a revogação de suas leis agrárias morreu. Pompeu e Crasso foram eleitos cônsules e César voltou à tarefa de persuadir os gauleses de que a paz é melhor do que a liberdade.

Perturbações explodiram no Reno, abaixo de Colônia. Duas tribos germânicas haviam entrado na Bélgica lá pelas alturas de Liège, e os nacionalistas da Gália procuravam atraí-las para a luta contra Roma. César defrontou os invasores perto de Xanten (55), fê-los recuar até o Reno e matou os que não se afogaram no rio — homens, mulheres e crianças. Em 10 dias seus engenheiros lançaram uma ponte sobre o grande rio, que ali mede 1.400 pés de largura, e as legiões de César cruzaram-no e penetraram em solo germânico, estabelecendo o rio como fronteira. Duas semanas depois voltava para a Gália.

Não sabemos por que nessa ocasião ele invadiu a Bretanha. Talvez levado pela lenda do ouro ou pérolas lá abundantes; ou talvez quisesse apossar-se das jazidas de estanho e ferro para abastecer Roma; ou pensara em vingar-se do auxílio dado pelos bretões aos rebeldes gauleses; ou achou que a dominação romana na Gália devia estar segura de todos os lados. Com uma pequena força atravessou o canal da Mancha no ponto mais estreito, bateu os bretões não preparados, tomou umas tantas notas e voltou (55). Um ano mais tarde cruzou de novo o canal, derrotou os bretões comandados por Cassivelano, chegou ao Tâmisa, obteve promessa de tributos e voltou novamente à Gália.

Talvez lhe houvessem chegado notícias de que novas revoltas lavravam entre os gauleses. César dominou os eburones e penetrou novamente na Germânia (53). De volta, deixou o principal do seu exército no norte da Gália e com o remanescente foi passar o inverno no norte da Itália, a fim de devotar uns meses ao fortalecimento de suas defesas em Roma. Mas em princípios de 52 foi informado de que Vercingetórige, o mais hábil dos chefes gauleses, havia coligado quase todas as tribos para uma guerra de independência. A situação de César tornou-se precária. Tinha a maior parte de suas legiões no norte, dele separadas por um território rebelde. Partiu com uma pequena força através das Cevenas cobertas de neve, rumo a Auvergne; quando Vercingetórige se movimentou para defender aquele passo, César transferiu o comando a Décimo Bruto e com uns poucos homens a cavalo varou incógnito toda a Gália de sul a norte, alcançou seu exército e imediatamente levou-o ao ataque. Sitiou, capturou e saqueou Avaricum (Bourges) e Cenabum (Orléans), massacrou as populações, abasteceu-se com a pilhagem. Depois assaltou Gergóvia, mas os gauleses resistiram com grande energia forçando-o a retirar-se. Os éduos que ele havia salvo dos germânicos e desde então tivera como aliados, agora os abandonaram, apossaram-se de suas bases e depósitos em Soissons e prepararam-se para expeli-lo da Gália Narbonense.

Foi o ponto mais baixo da sorte de César, que por algum tempo se viu perdido. Jogou tudo no sítio de Alésia (Alise-Sainte-Reine), onde Vercingetórige reunira 30.000 homens. Nem bem acabara de distribuir uma força equivalente em redor da cidade,

quando soube que 250.000 gauleses vindos do norte marchavam contra ele. César ergueu duas muralhas concêntricas em redor da cidade, dispondo entre elas as suas forças — e contra essas muralhas o exército de Vercingetórige dentro de Alésia e o de socorro de fora se atiraram várias vezes, inutilmente. Depois de uma semana o exército de socorro desorganizou-se por falta de disciplina e víveres e entrou a desintegrar-se em grupos sem forma militar, justamente quando as provisões de César chegavam ao fim. Logo depois a cidade sitiada e faminta rendeu-se, com a entrega de Vercingetórige por sugestão dele próprio. Alésia foi poupada, mas com seus soldados reduzidos à escravidão. Vercingetórige seguiu acorrentado para Roma, onde iria enfeitar o triunfo do vencedor e pagar com a vida o seu anseio de liberdade.

O sítio de Alésia decidiu dos destinos da Gália e do caráter da civilização francesa. Acrescentou ao Império Romano um país duas vezes maior que a Itália e deu aos romanos um mercado de cinco milhões de fregueses. Salvou por quatro séculos a Itália e o mundo mediterrâneo das invasões dos bárbaros e elevou César da beira da ruína a um novo degrau no fastígio do poder, da riqueza e da fama. Depois de mais um ano de revoltas esporádicas, que o general encolerizado castigou com excepcional dureza, toda a Gália se submeteu ao domínio de Roma. Seguro da vitória, César voltou à generosidade dos começos, tratando com tal leniência as tribos que durante a seguinte Guerra Civil, quando tanto ele como Roma ficaram impotentes para retaliar, não houve nenhum movimento contra os romanos. Pelo espaço de três séculos permaneceu a Gália como província romana, prosperou sob o regime da paz romana, assimilou e transformou a língua latina e fez-se o canal por onde a cultura da antigüidade clássica se passaria para o norte da Europa. Certamente que nem César, nem seus contemporâneos previram as amplíssimas conseqüências daquele triunfo na Gália. Ele imaginava ter salvo a Itália apenas, ter dado ao Império uma nova província e forjado um exército; não suspeitou de que estava assentando os fundamentos como o criador da civilização francesa.

Roma, que apenas conhecia César como libertino, perdulário, político e reformador, sentiu-se tomada de admiração ao ver que nele também havia um incansável administrador e um general de grandes recursos. E ainda um emérito historiador. Durante suas campanhas, perturbado pelos ataques que sofria em Roma, achou tempo e disposição para memorar suas conquistas nos *Comentários*, cuja precisão militar e desartificiosa simplicidade, a despeito de milhares de *milia passuum*, os erigiram de panfleto partidário em um dos monumentos da literatura latina. O próprio Cícero louvou-os e antecipou a sentença da história:

> Não são as barreiras dos Alpes nem o caudal do Reno, sim-as armas e o generalato de César que eu tenho como o verdadeiro escudo e muralha contra a invasão dos gauleses e das bárbaras tribos da Germânia. A ele devemos o fato de que, ainda que as barreiras das montanhas fossem niveladas e os caudais se secassem, manteríamos a nossa Itália fortalecida não pelos baluartes naturais, mas pelas façanhas e vitórias de César.[15]

E a isso cumpre acrescentar o tributo de um grande alemão:

> O fato de haver uma ponte ligando a passada glória da Grécia e de Roma às mais orgulhosas nações modernas, e de ser a Europa Ocidental românica, e a Europa Germânica ser clássica... tudo isto é o trabalho de César; e enquanto a criação de

seu grande predecessor no Oriente foi quase totalmente reduzida a ruínas pelas tempestades medievais, a estrutura de César subsistiu através desses milhares de anos, modificadores de tantas religiões e Estados.[16]

V. A DEGRADAÇÃO DA DEMOCRACIA

Durante o segundo qüinqüênio de César na Gália, a política romana degenerou no maior caos de corrupção e violência. Pompeu e Crasso, como cônsules, prosseguiam em suas políticas, mas à força de subornos, intimidação de jurados e até homicídios.[17] Quando o ano consular chegou ao fim, Crasso levantou um exército e partiu para a Síria. Cruzou o Eufrates e defrontou os partos em Carras. Foi derrotado pela superioridade da cavalaria inimiga, perdendo o filho na luta. Mas estava Crasso operando em boa ordem a retirada quando o general parto o convidou para uma conferência — e nela traiçoeiramente o mataram. Sua cabeça foi mandada para figurar a parte de Penteu em uma representação do *Bacchae* de Eurípides na corte do rei da Pártia, e seu exército, já sem chefe e exausto de canseiras, desintegrou-se completamente (53).

Nesse meio tempo Pompeu também formara um exército, presumivelmente para completar a conquista da Espanha. Houvessem seguido os planos de César, Pompeu teria trazido toda a Espanha, e Crasso a Armênia e a Pártia, para a órbita romana, enquanto César expandia as fronteiras do Império até o Tâmisa e o Reno. Mas em vez de levar suas legiões à Espanha, Pompeu deixou-as na Itália, exceto uma que mandou em auxílio de César, então às voltas com a rebelião gaulesa. Em 54 o mais forte laço que prendia Pompeu a César foi cortado com a morte de sua esposa Júlia, que morreu de parto. César ofereceu-lhe a mão de sua sobrinha Otávia, e pediu a da filha de Pompeu; mas Pompeu recusou ambas as propostas. A derrocada de Crasso no ano seguinte veio eliminar outra força de equilíbrio, porque um Crasso vitorioso teria impedido a ditadura tanto de César como de Pompeu. Daí por diante passou Pompeu a fazer abertamente o jogo dos conservadores, com o plano de açambarcar o poder supremo; para isso havia apenas um obstáculo: a ambição de César e o exército que ele comandava. Mas como o comando de César expirava em 49, Pompeu obteve decretos que prolongavam seu próprio comando até 46 e exigiam que todos os italianos capazes de pegar em armas lhe jurassem fidelidade, a ele pessoalmente; desse modo esperava que legalmente o poder supremo lhe viesse ter às mãos.[18]

Enquanto os ditadores potenciais assim manobravam, na capital do Império, o regime democrático apodrecia. Decisões judiciárias, cargos, províncias, tudo era vendido a quem mais desse. No ano de 53 a primeira cisão na Assembléia foi obtida ao custo de 10.000.000 de sestércios.[19] E se o dinheiro falhasse, recorria-se ao assassínio,[20] ou o passado de um homem era vasculhado para que a chantagem o fizesse render-se. Vicejava em Roma o crime, e no país inteiro o banditismo, sem que nenhuma força policial se lhe opusesse. Políticos dinheirosos alugavam bandos de gladiadores para protegê-los ou sustentá-los nos *comitia*. Os piores elementos da Itália mudavam-se para Roma, atraídos pelo dinheiro ou pelo trigo de graça, e faziam das reuniões da Assembléia uma vergonha. Quem quer que fosse pago para votar tinha acesso às urnas, cidadão ou não; às vezes só uma pequena minoria de votantes dispunha do direito de voto. O privilégio de falar à Assembléia cabia muitas vezes a quem se apossava da tribuna pela força e a mantinha. A legislação dependia da ocasional superioridade

das maltas rivais, os que "votavam mal" eram de quando em vez moídos a pancadas, e tinham as residências queimadas. De uma dessas reuniões, disse Cícero: "O Tibre está cheio de cadáveres de cidadãos, os esgotos públicos entupidos, e os escravos tiveram de absorver com esponjas o sangue que escorria do Fórum."[21]

Clódio e Milo tornaram-se os grandes especialistas nessa espécie de parlamento. Organizavam maltas rivais de capangas com propósitos políticos, e era raro o dia em que não se pegavam. Certa vez Clódio assaltou Cícero na rua; de outra feita sua gente queimou a casa de Milo; e por fim o próprio Clódio foi agarrado e morto pela malta de Milo (52). Desconhecedor de suas façanhas, o proletariado fez de Clódio mártir, deu-lhe um funeral imponente, levou-lhe o corpo à casa do Senado e queimou o edifício como sua pira funerária. Pompeu acudiu com soldados e dispersou a multidão — e como recompensa obteve que o Senado o nomeasse "cônsul sem colega", frase que Catão recomendava como melhor que a palavra "ditador". Em seguida Pompeu propôs à Assembléia — acovardada pela presença de seus soldados — diversas medidas relativas à corrupção política; uma delas revogava o direito de um cidadão fora de Roma candidatar-se ao consulado (em 55 uma lei de Pompeu outorgara esse direito a César). E com força militar Pompeu imparcialmente fiscalizou o funcionamento das cortes; Milo foi julgado como assassino de Clódio; condenado apesar da defesa de Cícero, fugiu para Marselha. (Essa defesa foi muito modificada pela revisão — e assim nos chegou. Diferia tanto da realmente pronunciada, que quando Milo a leu exclamou: "Ó Cícero! Se de fato tivesses dito o que escreveste, eu não estaria agora comendo o excelente pescado de Marselha.")[22] Cícero foi governar a Cilícia (51), e desempenhou-se com tal integridade e competência, que surpreendeu e ofendeu a seus amigos. Todos os elementos conservadores de Roma resignaram-se à ditadura de Pompeu, enquanto as classes pobres aguardavam, cheias de esperança, a volta de César.

VI. GUERRA CIVIL

Um século de revolução havia quebrado a aristocracia egoísta, mas sem tirá-la do governo. Desemprego, suborno, "pão e circo" reduziram a Assembléia a uma multidão mal informada, dominada pelas paixões, incapaz de governar-se a si mesma e muito menos a um Império. A democracia tinha incidido na fórmula de Platão: a liberdade degenerara em licença e o caos suplicava pelo fim da liberdade.[23] César concordou com Pompeu: a República já não existia, não passava de "mero nome, sem corpo nem forma",[24] a ditadura tornou-se inevitável. Mas César esperava estabelecer uma chefia progressista, que em vez de congelar o *status quo* diminuísse os abusos, as iniqüidades e a miséria que tinham degradado a democracia. Estava então com seus 55 anos, e certamente cansado das campanhas na Gália; não lhe agradava uma guerra entre seus próprios concidadãos e velhos amigos. Mas ressentia-se dos laços que lhe tinham armado: não era o que o salvador da Itália merecera. Seu termo na governança da Gália terminava a 1º de março de 49 e ele não podia concorrer ao consulado até o outono desse ano; no intervalo cessavam suas imunidades de funcionário e ele não poderia entrar em Roma sem submeter-se às proscrições que eram a arma favorita na luta partidária. Marco Marcelo já havia proposto ao Senado a deposição do governador da Gália mesmo antes do termo — o que significava exílio voluntário ou julga-

mento. Salvou-o o veto dos tribunos populares, mas ficou patente que o Senado favorecia a proposta; Catão expressou francamente sua esperança de que César fosse acusado, julgado e banido da Itália.

César fez todo o esforço possível para a conciliação. Quando, por proposta de Pompeu, o Senado pediu aos dois generais que cedessem uma de suas legiões para uso na Pártia, César imediatamente atendeu, embora seu exército fosse pequeno; e quando Pompeu lhe pediu que devolvesse a legião que lhe mandara de auxílio um ano antes, César devolveu-a sem demora. Mas seus amigos informaram-no de que em vez de seguirem para a Pártia essas legiões estavam acampadas em Cápua. Por intermédio de seus partidários no Senado, César pediu a revalidação daquele decreto da Assembléia que permitia a um candidato ao consulado apresentar-se às eleições mesmo de longe. O Senado repeliu a moção e mandou que César desmobilizasse suas tropas. César sentiu que sua única proteção estava naquelas tropas, e talvez houvesse alimentado a lealdade de seus homens justamente por previsão de uma crise como a que chegara. Não obstante, propôs ao Senado que tanto ele como Pompeu fossem descomissionados — oferta que fez o povo de Roma cobrir de flores o mensageiro que a trouxe, tão razoável parecia. O Senado concordou por 370 votos contra 22 — mas Pompeu reagiu. Nos últimos dias do ano 50 o Senado declarou César inimigo público caso não deixasse o comando até 1º de julho. No primeiro dia de 49 Cúrio leu no Senado uma carta de César em que se propunha desmobilizar oito de suas 10 legiões, caso fosse mantido no governo até 48; mas estragou a proposta dizendo que consideraria a recusa como declaração de guerra. Cícero falou sobre a proposta, e Pompeu deu-lhe sua aprovação, mas o cônsul Lêntulo interveio e expulsou da casa do Senado dois lugar-tenentes de César, Cúrio e Antônio.[25] Depois de longo debate, e persuadido por Lêntulo, Catão e Marcelo, o Senado deu ordem e poderes a Pompeu para "agir de modo que nenhum dano sobreviesse ao Estado" — frase romana significativa de ditadura e lei marcial.

César hesitava. Legalmente o Senado estava certo. Um general não tinha autoridade para estabelecer as condições em que deixaria o comando. Ademais uma guerra civil traria a perda da Gália e a ruína da Itália. Mas ceder era entregar o Império à incompetência e à reação. Nesse tempo soube que um de seus amigos mais chegados, o seu hábil lugar-tenente Tito Labieno, havia-se transferido para Pompeu. César reuniu os soldados da 13ª Legião, que era a favorita, e expôs o que havia. Sua primeira palavra já os conquistou: *Commilitones!* "Companheiros soldados". Os que o tinham visto comparticipar de todos os trabalhos e perigos, os que chegavam a se queixar de que ele se arriscava demais reconheciam-lhe o direito de empregar essa palavra; César sempre se dirigia a eles assim, não com o breve *Milites!* dos outros generais. Muitos de seus homens provinham da Gália Cisalpina, à qual ele estendera a cidadania romana; sabiam que o Senado se recusara a aprovar essa medida e que um senador havia açoitado um gaulês justamente para mostrar seu desprezo pela concessão de César; era contra a lei açoitar um cidadão romano. Aqueles homens haviam aprendido a respeitá-lo durante as numerosas campanhas e mesmo a amá-lo à sua maneira rude. César sempre fora duro para com a covardia e a indisciplina, mas leniente para com seus pecados humanos, as escapadas sexuais; poupara-lhes perigos inúteis, salvara-os com sua habilidade militar, dobrara-lhes a paga e sempre fora generoso na distribuição dos despojos. César falou-lhes de suas propostas ao Senado e de como tinham sido encaradas; acentuou-lhes que uma aristocracia ociosa e corrupta não podia dar a Roma or-

dem, justiça e prosperidade. Quereriam segui-lo? Nenhum se recusou. E quando lhes disse que não tinha fundos para pagar-lhes eles lhe entregaram suas economias.

A 10 de janeiro de 49 César fez com que uma de suas legiões cruzasse o Rubicão, riacho em Arimino que marcava o limite sul da Gália Cisalpina. *Alea jacta est* — "a sorte está lançada" — são as palavras que lhe atribuem nesse momento.[26] Aquilo parecia um ato de loucura, porque o remanescente de seu exército ainda estava longe e só poderia alcançá-lo depois de semanas — e Pompeu dispunha de 60.000 homens e de autoridade e fundos para mobilizar quantos mais quisesse. A 12ª Legião de César alcançou-o em Piceno, a 8ª, em Corfino, e com prisioneiros, voluntários e conscritos formou ele mais três. Nenhuma dificuldade em obter recrutas; a Itália não se esquecera da Guerra Social (88) e via em César o campeão dos direitos italianos: uma a uma as cidades abrem-lhe as portas; outras levantam-se em massa para saudá-lo;[27] "as cidades", escreveu Cícero, "saúdam-no como a um deus".[28] Corfino oferece-lhe alguma resistência, mas rende-se logo; César não permite o saque, liberta os oficiais aprisionados e manda para o acampamento de Pompeu a bagagem e os fundos que Labieno havia deixado atrás. Embora sem dinheiro, não confiscava as propriedades dos adversários que lhe caíam nas mãos — medida sábia, asseguradora da neutralidade da maior parte da classe média. Era de sua política, declarou ele, considerar todos os neutros como amigos. Depois de cada novo avanço tentava a reconciliação.

A Lêntulo enviou uma mensagem pedindo-lhe que usasse sua influência de cônsul a favor da paz. Em carta a Cícero propõe-se a retirar-se da vida pública, abandonando o campo a Pompeu, se lhe fosse permitido viver em segurança.[29] Cícero tentou um acordo, mas esbarrou no dogmatismo das duas facções em choque.[30]

Embora suas forças sobrepujassem em número as de César, Pompeu retirou-se da capital e uma desordenada onda de aristocratas o seguiu, deixando à mercê de César as esposas e filhos. Pompeu repeliu todas as propostas de acomodação, e declarou-se inimigo de qualquer senador que não saísse de Roma e não viesse para seu acampamento. A maioria do Senado ficou — e o vacilante Cícero, que condenava com desprezo as vacilações de Pompeu, passou a dividir-se entre suas propriedades rurais. Pompeu marchou para Brundísio e atravessou o Adriático. Suas forças sem disciplina necessitavam de longo treino antes que pudessem lutar com as de César; entrementes — era o cálculo de Pompeu — a frota romana sob seu comando bloquearia a Itália e forçaria César à rendição.

A 16 de março César entrou na capital desarmada, deixando suas tropas nos arredores. Proclamou anistia geral e restaurou a administração municipal e a ordem social. Os tribunos convocaram o Senado; César pediu sua nomeação para ditador; não foi atendido; pediu que mandassem emissários a Pompeu negociar a paz; não foi atendido. Tratou de recorrer aos fundos do Tesouro Nacional; o tribuno Lúcio Metelo barrou-lhe o caminho, mas cedeu quando César observou que lhe era mais difícil fazer ameaças do que executá-las. Daí por diante passou a usar livremente os dinheiros do Estado; mas com escrupulosa imparcialidade depositou no Tesouro os despojos de suas últimas campanhas. Em seguida regressou para o meio de seus homens e preparou-se para enfrentar os três exércitos que Pompeu estava organizando na Grécia, na África e na Espanha.

Para assegurar o abastecimento do trigo necessário à Itália, César mandou Cúrio com duas legiões tomar a Sicília. Catão retirou-se para a África; Cúrio perseguiu-o

com a precipitação de Régulo, enfrentou-o prematuramente, foi derrotado e pereceu na ação — lamentando não o seu fim, mas o mal que havia feito a César. Entrementes, César levara um exército à Espanha, parte para assegurar a remessa de trigo, parte para prevenir um ataque pela retaguarda quando fosse ao encontro de Pompeu. Na Espanha, como na Gália, incidiu em graves erros estratégicos.[31] Ficou certa vez com o exército à beira da fome e da derrota, mas redimia-se com a brilhante improvisação de sempre e a bravura pessoal.[32] Alterando o curso de um rio e transformando um bloqueio em contrabloqueio, esperou pacientemente que o inimigo encurralado se entregasse, embora suas tropas ardessem pela ação; o adversário por fim cedeu e toda a Espanha lhe veio ter às mãos em agosto de 49. Voltando por terra à Itália, viu-se barrado em Marselha pelo exército de Lúcio Domício — que em Corfino ele havia capturado e libertado. Depois de duro sítio César tomou a cidade, reorganizou a administração da Gália e em dezembro estava de novo em Roma.

Sua posição fortalecera-se com essa campanha, por meio da qual assegurou o abastecimento de Roma. O Senado então nomeia-o ditador, título que César rejeita depois de ser eleito cônsul para o período de 48. Vendo a Itália em crise de crédito, em virtude de haver a retenção da moeda deprimido os preços, e os devedores se recusarem a pagar com dinheiro caro, dívidas feitas com dinheiro barato, decretou o pagamento das dívidas em gêneros, avaliados por árbitros públicos com base nos preços anteriores à guerra; "isto", dizia ele, "é o melhor meio de manter a solvência dos devedores e de remover, ou diminuir, o medo de um geral repúdio das dívidas, tão freqüentes depois das guerras".[33] Demonstração de quão lentas se faziam as reformas em Roma, temos na sua insistência em proibir o escravizamento dos devedores insolventes. César permitiu que os juros já pagos fossem deduzidos do capital, e limitou o interesse a um por cento ao mês. Estas medidas satisfizeram à maioria dos credores receosos do confisco, mas desapontaram aos radicais, esperançosos de que César abolisse todas as dívidas e redividisse as terras, como o sonhara Catilina. Também distribuiu trigo aos necessitados, cancelou todas as sentenças de banimento (exceto a de Milo) e perdoou a todos os aristocratas que voltaram. Nenhum lhe agradeceu a moderação, continuaram a conspirar contra sua vida. E enquanto enfrentava Pompeu na Tessália, os radicais abandonaram-no, seduzidos por Célio com a promessa de integral abolição das dívidas, confisco das grandes propriedades e redivisão de todas as terras.

Lá pelo fim de 49 foi César reunir-se às tropas e à frota que seus ajudantes haviam concentrado em Brundísio. A travessia do Adriático em pleno inverno era coisa até então inadmissível para um exército; os 12 navios de que César dispunha podiam transportar apenas um terço de seus 60.000 homens em cada viagem, e forças de Pompeu, superiores, patrulhavam todas as ilhas e portos do lado fronteiro. Não obstante, César atravessou o mar, rumo ao Epiro, com 20.000 homens, mas de retorno a Brundísio seus navios naufragaram. Admirando-se da demora do resto das forças, César tenta voltar em um pequeno caíque. Os remadores lutam contra a rebentação e quase perecem. Indomável no meio deles, César anima-os com a exortação famosa: "Nada temais, pois conduzis César e sua fortuna."[34] Mas o caíque é arremessado à praia de onde partira e ele tem de abandonar a empresa. Entrementes Pompeu, com 40.000 homens, toma Dirráquio e apossa-se dos ricos depósitos; mas com a indecisão que caracterizou seus anos de obesidade deixa de atacar as forças famintas e exaustas de César. Esta falha dá tempo a Marco Antônio para organizar outra frota e realizar a travessia do remanescente do exército.

Pronto agora para dar batalha, mas ainda com repugnância de voltar romanos contra romanos, César manda a Pompeu um emissário com proposta de largarem ambos do comando. Pompeu não respondeu. (Nossa única autoridade com referência a esta embaixada é o próprio César.[35]) César ataca e é repelido — mas Pompeu não completa a vitória com a perseguição. E contra a vontade de Pompeu seus oficiais matam todos os prisioneiros, enquanto César poupa aos que fizera[36] — contraste que elevou o moral das tropas de um e baixou o das de outro. Os homens de César pedem-lhe que os puna pela covardia que mostraram naquele primeiro choque. César recusa-se; eles lhe pedem que os conduza de novo à batalha — mas César acha mais prudente retirar-se para a Tessália e dar-lhes descanso.

Pompeu dá então o passo que lhe custou a vida. Afrânio aconselhara-o a voltar e recapturar a Itália sem defesa, mas a maioria de seus oficiais opina pela perseguição e destruição de César. Os aristocratas que o seguiam exageraram a importância da vitória de Dirráquio, achando que o certo era completá-la. Cícero, que também lá estava, impressionou-se ao ouvi-los disputar sobre as respectivas quotas na restauração iminente, e ao ver com que excessos de luxo viviam no meio da guerra — refeições servidas em baixela de prata, tendas forradas de tapetes, quadros e flores.

> Com exceção do próprio Pompeu (escreve Cícero), seus partidários conduzem a guerra com tal rapacidade, e denunciam nas conversas tal crueldade, que eu não posso pensar em seu triunfo sem me sentir tomado de horror. ... Não havia nada de bom entre eles a não ser suas causas. ... Falam em proscrição, já não individual, mas coletiva. ... Lêntulo reclama para si a casa de Hortênsio e os jardins de César em Baias.[37]

Pompeu dava preferência à estratégia de Fábio, contemporizadora, mas amedrontava-o o opróbrio de covarde — e deu ordem de marcha.

A 9 de agosto de 48, em Farsália, travou-se o choque decisivo. Pompeu dispunha de 48.000 infantes e sete mil cavalarianos; César, só de 22.000 infantes e mil soldados de cavalaria.[38] "Alguns dos mais nobres romanos", diz Plutarco, "ali como espectadores da batalha... ponderavam sobre até que ponto havia levado o Império a ambição dos homens. ... Toda a flor, a força de uma mesma cidade em colisão consigo mesma, mostrava como é cega e louca a natureza humana quando a empolga a paixão."[39] Parentes próximos, às vezes até irmãos, lutavam como inimigos. César pediu a seus homens que poupassem a todos os que se rendessem; e quanto ao jovem aristocrata Marco Bruto, pediu que o capturassem sem feri-lo, e se não fosse possível que o deixassem fugir.[40] Os homens de Pompeu foram vencidos totalmente pela superioridade de comando, de treino e de moral; 15.000 deles perderam a vida, 20.000 se renderam, o resto fugiu. Pompeu arrancou de si a insígnia de comandante e fugiu também. Conta-nos César que só perdeu 200 homens[41] — o que nos faz duvidar de todos os seus livros. Os vencedores divertiram-se de ver nas belas tendas dos aristocratas as mesas postas para a celebração da vitória. César serviu-se do jantar de Pompeu na própria tenda de Pompeu.

Toda a noite galopou Pompeu rumo a Larissa, e de lá alcançou o mar e se foi para Alexandria. Em Mitilene, onde se reuniu à esposa, os cidadãos pediram-lhe que ficasse; Pompeu recusou-se, e aconselhou-os a sem medo nenhum se submeterem ao vencedor, porque "César era homen de grande bondade e clemência".[42] Também Bruto fugiu para Larissa, donde escreveu a César. O vencedor mostrou grande alegria ao

sabê-lo em segurança; prontamente lhe perdoou tudo e a seu pedido também perdoou Cássio. Para com as nações do Oriente que, controladas pelas altas classes, tinham apoiado Pompeu, usou César de igual leniência. Distribuiu as reservas de trigo de Pompeu pelas populações famintas da Grécia, e aos atenienses, que lhe pediram perdão, respondeu com um sorriso: "Quantas vezes a glória de vossos antepassados não vos tem salvo da destruição?"[43]

É provável que César fosse advertido da intenção de Pompeu, de retomar a luta com o exército e os recursos do Egito, mais as forças que Catão, Labieno e Metelo estavam reunindo em Utica. Mas quando Pompeu chegou a Alexandria, Potino, vizir do jovem Ptolomeu XII, deu ordem a seus criados para que o matassem, talvez com esperança de um prêmio de César. Pompeu foi apunhalado logo ao desembarcar, à vista de sua horrorizada esposa ainda a bordo. Quando César apareceu, Potino presenteou-o com a cabeça do degolado. César voltou o rosto com horror e chorou diante daquela prova de que por diversos meios todos os homens chegam ao mesmo fim. Estabeleceu-se no palácio dos Ptolomeus e pôs-se a organizar os negócios do antigo reino.

VII. CÉSAR E CLEÓPATRA

Depois da morte de Ptolomeu VI (145) o Egito entrara em rápida decadência. Seus reis já não conseguiam manter a ordem social, nem a liberdade nacional; cada vez mais o Senado Romano ditava-lhes a política, e já guarnecera Alexandria com tropas romanas. O testamento de Ptolomeu XI, que Pompeu e Gabínio haviam posto no trono, passava o governo a seus filhos Ptolomeu XII e Cleópatra, que deviam casar-se e reinar juntos.

Era Cleópatra de origem macedônica, e provavelmente mais loura que morena.[44] Não tinha grande beleza, mas a graça de seu porte, sua vivacidade de corpo e espírito, a variedade de suas prendas, a suavidade de suas maneiras, a melodia de sua voz, tudo combinado com a posição de rainha fazia-a um vinho muito forte mesmo para um general romano. Familiarizara-se com a história, a literatura e a filosofia gregas; falava bem os idiomas grego, egípcio e sírio, e à fascinação intelectual de uma Aspásia aliava a sedução da mulher que não conhece inibições. Atribui-lhe a tradição um tratado sobre cosméticos e outro sobre medidas, pesos e moedas egípcias.[45] Hábil na administração, soube fomentar o comércio e a indústria de seu reino, e revelava muita competência em finanças, mesmo quando amava. A essas qualidades somava uma sensualidade oriental, a impetuosa brutalidade que se compraz na crueldade e na morte, e uma ambição política sem outro código moral além do triunfo. Se não tivesse nas veias o desordenado sangue dos últimos Ptolomeus, poderia ter alcançado o propósito de ser a rainha de um grande reino mediterrâneo unificado. Como o Egito não podia manter-se independente de Roma, Cleópatra planejava dominar a união dos dois povos.

Desagradou a César o fato de Potino haver banido Cleópatra e ocupar a regência em nome do jovem Ptolomeu XII. E secretamente mandou chamá-la — e secretamente Cleópatra veio. Para chegar até ele embrulhou-se em roupas de cama que seu serviçal Apolodoro introduziu nos aposentos de César. O espantado romano, que nunca deixara que suas vitórias bélicas fossem mais numerosas que as do amor, sentiu-se cativo da coragem e agudeza de Cleópatra. Reconciliou-a com Ptolomeu e

recolocou-a no trono ao lado do irmão. Vindo a saber, pelo seu barbeiro, que Potino e o general egípcio Aquilas estavam conspirando para matá-lo e massacrar a pequena força que o acompanhara, delicadamente promoveu a eliminação de Potino. Aquilas fugiu para o exército egípcio, indo tramar um levante — e breve Alexandria fervilhava de soldados ansiosos pela morte de César. A guarnição romana lá posta pelo Senado foi induzida por seus oficiais a levantar-se contra o intruso que talvez premeditasse ocupar o trono dos Ptolomeus e dar origem a uma nova dinastia.

César agiu naquela emergência com a habilidade do costume. Transformou o palácio real em fortaleza e mandou vir reforços da Ásia Menor, da Síria e de Rodes. Quando viu que sua débil frota estava ameaçada de cair nas mãos do inimigo, ordenou que a incendiassem — e esse incêndio alcançou uma parte da biblioteca de Alexandria. Por meio de desesperadas escaramuças César capturou, perdeu e capturou de novo a ilha de Faros, ponto essencial para o recebimento dos esperados reforços; em um desses encontros teve de salvar a vida a nado, sob uma chuva de setas inimigas, quando os egípcios o repeliram, e aos seus 400 homens, do molhe ali existente. Supondo que os rebeldes haviam vencido, Ptolomeu XII abandonou o palácio real, foi juntar-se a eles — e desapareceu da história. Chegados os reforços, César derrotou os egípcios e a guarnição senatorial na Batalha do Nilo, e em recompensa da fidelidade de Cleópatra, durante a crise, colocou no trono, como co-regente, ao seu irmãozinho Ptolomeu XIII — o que de fato dava à rainha o governo supremo do Egito.

É difícil perceber a razão de ter ficado César nove meses em Alexandria, enquanto exércitos hostis se organizavam perto de Utica, e Roma, agitada pela revolta radical de Célio e Milo, ansiava pela sua hábil administração. Talvez se julgasse com direito a um agradável descanso depois de 10 anos de guerra. Diz Suetônio que "freqüentemente César se banqueteava com Cleópatra até a madrugada, e teria ido com ela em seu bergantim pelo rio Nilo abaixo até a Etiópia, se seus soldados não o ameaçassem de motim";[46] nem todos tinham encontrado rainhas. Talvez que galantemente César desejasse compartilhar do confinamento de Cleópatra. Um menino nasceu em 47, ao qual deram o nome de Cesarião; segundo Marco Antônio, César reconheceu-o como filho.[47] Talvez lhe houvesse Cleópatra sugerido a idéia de desposá-la e fazer-se rei, unindo sob a mesma cama o mundo mediterrâneo.

Tudo, porém, não passou de conjectura; provas não existem. Mas César voltou à ativa quando soube que Farnaces, filho de Mitrídates, havia retomado o Ponto, a Armênia Menor e a Capadócia, e conclamava o Oriente a mais uma vez levantar-se contra a dividida Roma. Sua sabedoria em pacificar a Espanha e a Gália antes de combater Pompeu tornava-se agora evidente; se o Ocidente e o Oriente se rebelassem ao mesmo tempo, o Império estaria destruído; os "bárbaros" invadiriam o sul e Roma não teria conhecido a era de Augusto. Depois de reformar suas três legiões, César partiu em junho de 47, marchou com rapidez ao longo da costa egípcia, alcançou, através da Síria e da Ásia Menor, o Ponto, bateu Farnaces em Zela (2 de agosto) e mandou a um amigo de Roma a famosa notícia, *Veni, vidi, vici* — "vim, vi e venci".[48]

Em Tarento (26 de setembro) encontrou Cícero, que lhe pediu leniência para si e outros conservadores. Amavelmente César assentiu. Impressionava-o o fato de, durante seus 20 meses de ausência de Roma, ter a Guerra Civil degenerado em revolução social; Dolabela, o genro de Cícero, juntara-se com Célio e propusera uma lei cancelando todas as dívidas; Antônio lançara seus homens contra os proletários armados de

Dolabela, fazendo com que 800 romanos perecessem no Fórum. Célio, então pretor, havia chamado Milo, e juntos organizaram no sul um exército aberto aos escravos que quisessem bater-se pela revolução. Não obtiveram grande sucesso, mas a revolução estava no ar. Em Roma, celebrando a memória de Catilina, os radicais cobriram-lhe de flores o túmulo. Entrementes, o exército dos aristocratas na África já atingia o vulto do de Pompeu em Farsália. Sexto, filho de Pompeu, também havia organizado um exército na Espanha — o que novamente viria perturbar a remessa de trigo para Roma. Tal a situação em outubro de 47, quando César chegou, trazendo consigo Cleópatra, o seu irmão-esposo e o pequeno Cesarião.

Nos poucos meses de folga entre as campanhas entregou-se à tarefa da restauração da ordem. Reeleito ditador, sossegou por uns momentos os radicais com a revogação das últimas leis de Sila e o cancelamento em Roma, por um ano, de todos os aluguéis abaixo de dois mil sestércios; aos conservadores consolou nomeando Marco Bruto governador da Gália Cisalpina, assegurando a Cícero e Ático que não moveria guerra contra a propriedade e ordenando a recomposição das estátuas de Sila, que os proletários haviam posto abaixo. Quando voltou o pensamento para a luta, desanimou ao saber que suas melhores legiões, em revolta por atraso de pagamento, recusavam-se a embarcar para o Egito. Nada havia no Tesouro. César fez dinheiro por meio do confisco e venda dos bens dos rebeldes aristocratas; havia aprendido que soldados dependem de dinheiro, dinheiro depende de poder, poder depende de soldados.[49] César apresentou-se de súbito às legiões rebeldes e calmamente declarou aos homens que estavam liberados do serviço e podiam voltar para suas casas; e acrescentou que pagaria os atrasados depois que triunfasse na África com "outros soldados". "Ao ouvirem isto," diz Apiano, "encheram-se de vergonha, vendo que estavam desertando de seu chefe no momento que inimigos o rodeavam de todos os lados. ... E declararam-se arrependidos da revolta e desejosos de continuar nas fileiras."[50] César cedeu com encantadora relutância e com eles partiu para a África.

Em Tapso, 6 de abril de 46, defrontou as forças combinadas de Metelo, Catão, Labieno e Juba I, rei da Numídia. Mais uma vez é César batido no primeiro choque; e novamente reorganiza-as forças, ataca e vence. Seus soldados, com sede de sangue e considerando a clemência de César em Farsália como causa daquela segunda luta, massacraram 10.000 dos 80.000 pompeanos, não querendo encontrar aqueles homens outra vez. Juba suicidou-se; Metelo fugiu e pereceu em um combate no mar; Catão, com uma pequena força, conseguiu escapar para Utica. E lá quando os oficiais pensaram em defender a cidade contra César, persuadiu-os de que era impossível; forneceu dinheiro aos que tencionavam fugir, mas aconselhou a seu filho submeter-se a César. Quanto a si, não fez nem uma coisa nem outra. Passou a tarde numa discussão filosófica; depois recolheu-se e releu o *Fedo* de Platão. Suspeitando de que premeditava matar-se, seus amigos tiraram-lhe a espada do quarto. Mas assim que relaxaram a vigilância, Catão mandou que o criado a repusesse no lugar de costume. Fingiu dormir por algum tempo; súbito, toma da espada e mergulha-a no ventre. Acodem amigos. Um médico recolhe os intestinos expostos e costura a ferida. Assim que todos saem do quarto, Catão reabre a ferida, deixa que os intestinos escapem e assim morre.

Ao entrar em Utica, César lamentou-se de lhe haver escapado o ensejo de perdoar a Catão; só pôde perdoar ao filho. Os habitantes de Utica honraram o suicida com fu-

nerais magnificentes, como se simbolicamente estivessem enterrando uma República de quase cinco séculos de vida.

VIII. O ESTADISTA

Depois de nomear Salústio para governador da Numídia e reorganizar as províncias africanas, César, lá pelo outono de 46, voltou a Roma. Os atemorizados senadores, reconhecendo como já efetivada a passagem da República para a monarquia, elegeram-no ditador por 10 anos e votaram-lhe um grandioso triunfo.

César pagou a cada soldado cinco mil dracmas áticas ($3.000) muito mais do que havia prometido. Deu aos cidadãos um banquete de 22.000 mesas, e proporcionou-lhes como divertimento uma batalha naval simulada em que tomaram parte 10.000 figurantes. Em começos de 45 partiu para a Espanha e em Munda derrotou o último exército pompeano. Quando em outubro voltou a Roma, encontrou toda a Itália mergulhada no caos. O mau governo oligárquico e um século de revolução haviam desorganizado a agricultura, a indústria, as finanças, o comércio. A exaustão das províncias saqueadas, o aferrolhamento do capital e a insegurança das aplicações de dinheiro haviam perturbado a fundo a vida financeira. Inúmeras propriedades caíam em ruínas; 100.000 homens haviam sido desviados da produção para a guerra; milhares de camponeses viram-se expulsos dos campos pela importação barata do trigo e pelo braço escravo dos latifúndios — e foram agravar a situação do proletariado urbano, fornecer auditório faminto aos demagogos que tudo prometem. A aristocracia restante, salva pela clemência de César, conspirava nos clubes e palácios. César advertiu-a no Senado, convidou-a a reconhecer a necessidade da ditadura e a cooperar nos trabalhos de reconstrução. Os aristocratas mofaram dessas advertências; denunciaram a presença de Cleópatra em Roma e murmuraram que o ditador estava planejando fazer-se rei e mudar a capital do Império para Alexandria ou Ílio.

Prematuramente envelhecido aos 55 anos, teve César de dedicar-se sozinho ao trabalho de refazer o Estado romano. Suas vitórias perderiam a significação se ele não pudesse construir algo melhor que o que encontrara. Quando, em 44, sua ditadura de 10 anos foi declarada vitalícia, ele não sentiu muito a diferença, embora não pudesse prever que estava apenas com cinco meses de vida. O Senado cumulava-o de adulações e títulos, talvez para torná-lo odioso a um povo que tanto execrava a palavra rei. Permitiu-lhe usar a coroa de louros com que disfarçava a calvície, e, mesmo em tempo de paz, usar os poderes de *imperator*. Assim controlava o Tesouro, e na qualidade de *pontifex maximus* controlava os sacerdotes; como cônsul, podia propor e executar leis; como tribuno, tinha a pessoa inviolável; como censor, podia fazer e desfazer senadores. As Assembléias conservavam o direito de votar sobre as medidas apresentadas, mas os lugar-tenentes de César, Dolabela e Marco Antônio, manipulavam as reuniões. Como outros ditadores, César procurou basear o poder na popularidade. Transformou o Senado em órgão de conselho, apenas. Elevou o número de senadores de 600 para 900; dos novos nomeados muitos eram negociantes em Roma; outros, cidadãos notórios nas cidades da Itália ou províncias; alguns haviam sido centuriões, ou soldados ou filhos de escravos. Causou alarma aos patrícios ver chefes regionais da conquistada Gália entrarem para o Senado Romano e se misturarem com os orgulhosos e "civilizados" dirigentes do Império; uma sátira começou a circular nas ruas:

Gallos Caesar in triumphum ducit, idem in curiam;
Galli braccas deposuerunt, latum clavum sumpserunt —

"César traz gauleses em seu triunfo e depois mete-os no Senado; os gauleses tiraram as calças e vestiram a toga romana" dos senadores.[51]

Talvez haja César feito o Senado assim pesadão e incômodo para incapacitá-lo de eficiência e oposição séria. Iria criar órgãos novos. Escolheu um grupo de amigos — Balbo, Ópio, Mácio — para formar uma espécie de gabinete executivo particular, e inaugurou a burocracia do Império subdividindo as funções administrativas entre escravos e libertos de sua casa. À Assembléia permitiu que elegesse metade dos magistrados urbanos; ele escolhia a outra metade por meio de "recomendações" que a Assembléia nunca deixava de aprovar. Como tribuno podia vetar as decisões de outros tribunos e dos cônsules. Elevou o número dos pretores para 16 e dos questores para 40, a fim de que os negócios municipais e judiciários tivessem mais presteza. Fiscalizava pessoalmente a administração da cidade, não tolerando a incompetência e o desperdício. No regime municipal que estabeleceu havia severas injunções e penalidades contra os faltosos e culpados de corrupção eleitoral. Para acabar com a dominação dos políticos compradores de votos, e talvez pôr-se a salvo de revoltas proletárias, aboliu os *collegia*, exceto alguns de antiga origem e as associações religiosas dos judeus. Restringiu o serviço no júri às duas classes superiores e reservou para si o direito de julgar as causas de importância vital; muitas vezes funcionou como juiz e ninguém pôde negar a sabedoria e imparcialidade de suas decisões. Aos juristas da época lembrou uma consolidação das leis romanas — mas sua morte prematura viria adiar o plano.

Retomando o trabalho dos Gracos, César distribuiu terras a seus veteranos e aos pobres; e tal política, continuada sob Augusto por muitos anos, acabou com a agitação agrária. Para impedir que a terra distribuída se concentrasse em latifúndios, foi impedida de mudar de mãos por compra e venda pelo espaço de 20 anos; e para refrear o escravismo rural, César fez passar uma medida exigindo que um terço dos trabalhadores de cada granja fosse composto de homens livres. Depois de transformar muitos proletários sem ocupação em soldados e de fixar a estes na terra, ainda diminuiu a massa proletária de Roma localizando 80.000 em Cartago, Sevilha, Corinto, Arles e outros centros. E para dar trabalho aos que continuavam na cidade, empregou 160.000.000 de sestércios em um grande programa de construções. Ergueu no Campo de Marte um novo e mais espaçoso ponto de reunião das Assembléias, e aliviou a congestão do Fórum construindo perto dele o Forum Iulium. Igualmente embelezou muitas cidades da Itália, da Espanha, da Gália e da Grécia. E aliviada que foi desse modo a pressão da pobreza, exigiu condições para o direito de receber de graça o trigo do Estado — o que provocou imediatamente a queda do número dos postulantes de 320.000 para 150.000.

Até aquele momento havia César permanecido em seu papel de paladino dos *populares*. Mas desde que a revolução romana era mais agrária do que industrial, e visava principalmente a aristocracia rural escravista, depois os agiotas e só medianamente a classe comercial, César persistiu na política dos Gracos de induzir os homens de negócio a sustentar as reformas agrárias e fiscais. Cícero pensou em unir as classes médias à aristocracia; César queria uni-las à plebe. Muitos dos grandes capitalistas, desde Crasso até Balbo, ajudaram a financiar sua carreira, como mais tarde homens desse tipo iriam ajudar a revolução francesa e americana. Não obstante, César pôs fim

a uma das mais ricas fontes de renda da alta especulação: a coleta de taxas nas províncias por meio de associações de publicanos. Reduziu as dívidas, criou leis contra juros de agiotagem e aliviou os casos de bancarrota com a lei de falências que ainda hoje é essencialmente a mesma. Restaurou a estabilidade da moeda baseando-a no ouro e emitindo o *aureo*, de poder aquisitivo equivalente à libra esterlina do século XIX. Lançou moedas estampadas com sua efígie e desenhadas com arte ignorada em Roma. A ordem passou a reinar nas finanças do Império, de modo que por ocasião de sua morte havia no Tesouro 700.000.000 de sestércios — e em seu tesouro particular 100.000.000.

Para dar uma base científica à administração e ao imposto, mandou levantar o censo da Itália, e planejou-o para todo o Império. E para elevar o número de cidadãos romanos, tão dizimados pela guerra, facilitou largamente a outorga da cidadania — conferindo-a entre outros aos médicos e professores de Roma. Já de muito tempo preocupado com a queda da natalidade, havia em 59 dado precedência, na distribuição de terras, aos pais de três filhos, e por fim instituiu recompensas para as famílias numerosas e proibiu que mulheres com menos de 45 anos sem filhos andassem de liteira e usassem jóias — e foi a parte mais vã de sua variada legislação.

Agnóstico, embora não completamente livre de superstições,[53] César conservou-se o sumo sacerdote da religião oficial e proveu-a dos fundos necessários. Restaurou velhos templos e ergueu novos, honrando sobretudo a sua *alma mater*, Vênus. Mas concedeu plena liberdade de consciência e culto, suprimiu as velhas proibições contra o culto de Ísis e protegeu os judeus no exercício de sua fé. Vendo que o calendário sacerdotal não concordava com as estações, comissionou um grego de Alexandria, Sosígenes, para, nos moldes egípcios, organizar o "Calendário Juliano": e daí por diante o ano passou a ter 365 dias, com o quadrienal acréscimo de mais um dia em fevereiro. Queixava-se Cícero de que, não contente de governar o mundo, César estava a regular as estrelas, mas o Senado aceitou a reforma e deu o nome de família do ditador, Júlio, ao mês Quinctilis — mês que havia sido o quinto quando o ano começava em março. Equiparáveis em grandeza foram os trabalhos por ele começados ou planejados — e adiados em conseqüência de seu trágico fim. Lançou os alicerces de um grande teatro, e de um templo a Marte proporcionado à voracidade deste deus. Colocou Varrão à frente da organização das bibliotecas públicas. Planejou libertar Roma da malária por meio da drenagem do lago Fúcino e dos pântanos pontinos, com aproveitamento, para a agricultura, do solo drenado. Propôs-se a controlar as inundações do Tibre por meio de diques; desviando o curso desse rio esperava melhorar o porto de Óstia, periodicamente obstruído pelos aluviões. Ordenou a seus engenheiros o preparo de planos para uma estrada através da Itália central e para a abertura de um canal em Corinto.

A sua medida causadora de maiores ressentimentos foi a equiparação da cidadania dos italianos em geral, e depois dos homens livres das províncias, a dos romanos de Roma. Em 49 concedeu direitos civis à Gália Cisalpina; e agora, em 44, em uma carta municipal aparentemente para todas as cidades da Itália, equiparou-as em matéria de direitos a Roma; é provável que estivesse planejando alguma espécie de governo representativo, por meio do qual essas cidades comparticipassem de sua monarquia constitucional.[52] Tomou sobre si, em vez de deixá-la com o corrupto Senado, a prerrogativa de nomear os governadores de províncias, e soube escolher homens de comprovada capacidade, destituíveis a qualquer momento. Reduziu de um terço as taxas

impostas às províncias e confiou a arrecadação a funcionários responsáveis perante ele próprio. Desprezou antigas maldições para poder restaurar Cápua, Cartago e Corinto — completando desse modo mais um trabalho dos Gracos. Concedeu direitos civis de cidadão romano aos colonos de uma vintena de cidades, de Gibraltar ao Mar Negro, e evidentemente esperava estender a cidadania romana a todos os adultos livres do Império; o Senado não iria representar então uma classe em Roma, mas a mentalidade e a vontade de cada província. Esta concepção de governo, mais a sua reorganização de Roma e da Itália, vieram completar o milagre que transformou o antigo libertino e perdulário em um dos mais hábeis, mais bravos, mais honestos e esclarecidos políticos do mundo.

Como Alexandre, César não sabia onde parar. Contemplando sua obra, via o Império, agora recolocado na ordem, sob ameaça de ataque no Reno, no Danúbio e no Eufrates. E sonhou uma grande expedição para capturar a Pártia e vingar a morte de seu antigo financiador Crasso; e outra pelo Mar Negro para o domínio da Cítia; e sonhou a exploração do Danúbio e a conquista da Germânia.[54] Depois, firmada a segurança do Império, voltaria a Roma carregando honras e despojos, suficientemente rico para acabar com a depressão econômica, suficientemente poderoso para ignorar a oposição, apto enfim para nomear seu sucessor e para, ao morrer, dar ao mundo o supremo legado da *Pax Romana*.

IX. BRUTO

Quando rumores sobre os planos de César começaram a percorrer as ruas de Roma, o povo comum, tão amigo da glória, exultou; as classes comerciais, cheirando encomendas de guerra e pilhagens no exterior, lamberam os beiços; e os aristocratas, prevendo sua extinção quando César retornasse vitorioso, resolveram matá-lo sem mais delongas.

César tratara a esse sangue-azul com tal generosidade que comoveu a eloqüência de Cícero. Havia perdoado a todos os que se renderam, e só condenara à morte os oficiais que, derrotados e perdoados, insistiram em lutar contra ele. Queimara, sem ler, a correspondência encontrada nas tendas de Pompeu e Metelo. Quando capturou a filha e os netos de Pompeu, mandou entregá-los a Sexto, filho de Pompeu, que ainda estava em armas contra ele, e restaurou as estátuas de Pompeu que haviam sido derrubadas. Deu o governo de províncias a Bruto e Cássio e nomeou para altos cargos muitos outros aristocratas. César sofria com paciência todas as difamações, e não iniciou nenhum processo contra os suspeitos de conspiração contra sua vida. A Cícero, tão inconstante, ofereceu não só o perdão mas honrarias, e nada recusou do que Cícero pediu para si ou para seus amigos pompeanos; perdoou até, a pedido dele, ao irredutível Marco Marcelo. Em seu belo discurso *Pro Marcello* (46) Cícero louvou a "incrível liberalidade" de César, e admitiu que Pompeu, caso vencesse, mostrar-se-ia mais vingativo. "Tenho ouvido com pesar", disse Cícero, "vossa célebre e altamente filosófica observação, *Iam satis vixi* (vivido já sou bastante). ... Ponde de lado, peço-vos, essa sabedoria do sábio; não sejais sábio à custa do perigo de vida. ... Ainda estais longe da realização de vossos maiores trabalhos; ainda não lançastes os alicerces." E solenemente prometeu-lhe, em nome de todo o Senado, que iriam olhar por sua segurança e antepará-lo com seus próprios corpos, se alguém o atacasse.[55] Cícero estava prosperando tanto que planejava construir outro palácio, não inferior ao do próprio

Sila. Tomava parte nos jantares para que era convidado por Antônio, Balbo e outros ajudantes de César, e nunca suas cartas foram tão alegres como nesse período.[56] Mas César não se iludia; a Mácio escreveu: "Ninguém mais afável que Cícero, mas sinto que me odeia amargamente."[57] Quando os pompeanos, já sem medo, prosseguiram na oposição, esse melífluo Talleyrand da pena escreveu um elogio de Catão, o Moço, que certamente pôs César de sobreaviso. A resposta foi o *Anti-Catão*, no qual César não aparece com a melhor de suas inspirações; deixara a Cícero a escolha das armas e o orador bateu o ditador. A opinião pública louvou o estilo de Cícero e a leniência de um governante que traçou um panfleto em vez de assinar uma sentença de morte.

Homens privados do poder a que estavam afeitos não se amolecem quando se lhes perdoam a resistência; porque é tão difícil perdoar o perdão como perdoar aos que nos injuriam. Os aristocratas irritavam-se em um Senado que não ousava repelir as propostas que, constitucionalmente, César lhe submetia. E com ardor patriótico denunciaram a destruição da liberdade que lhes havia enchido a bolsa, não admitindo que a restauração da ordem se fizesse à custa de qualquer restrição em seus velhos direitos. Mostravam-se horrorizados com a presença de Cleópatra e Cesarião em Roma, embora César estivesse vivendo com sua esposa Calpúrnia, aparentemente em boa harmonia; mas quem lá sabia do que se passava nas freqüentes visitas do ditador à graciosa rainha? Persistiam os rumores de sua intenção de fazer-se rei, desposá-la e mudar a capital do Império para o Egito. Não havia ele mandado erguer sua própria estátua no Capitólio próxima à dos antigos reis? Não tinha estampado a própria efígie nas moedas — insolência jamais vista? Não usava vestes de púrpura, reservadas aos reis? Nas Lupercais, a 15 de fevereiro de 44, o cônsul Antônio, sacerdotalmente nu e impiamente bêbado, tentou três vezes colocar uma coroa real na cabeça de César. Três vezes César o repeliu — mas não seria porque a assitência mostrava desaprovação? Não demitiu os tribunos que removeram de sua estátua o diadema de rei nela colocado por amigos? Quando o Senado se aproximou, no templo de Vênus, ele não se levantou para recebê-lo. Disseram uns que César estivera momentaneamente dominado por um ataque epilético; outros, que estava com disenteria e permanecera sentado para evitar um movimento de seus intestinos em ocasião tão imprópria.[58] Muitos patrícios receavam que de um momento para outro ele se proclamasse rei.

Logo depois das Lupercais, Gaio Cássio, um homem doente — "magro e pálido", como o pinta Plutarco[59] — aproximou-se de Marco Bruto e sugeriu-lhe o assassínio de César. Já havia conquistado para esse plano vários senadores, alguns capitalistas cujas pilhagens nas províncias haviam cessado com as novas restrições e mesmo alguns generais de César que se tinham como mal recompensados. A grande reputação de Bruto como o mais virtuoso dos homens punha-o em posição excepcional para chefe ostensivo da conspiração. Davam-no como descendente do outro Bruto que expulsara os reis de Roma 464 anos atrás. Sua mãe Servília era irmã germana de Catão, e Pórcia, sua esposa, era filha de Catão e viúva de Bíbulo, o inimigo de César. "Corria", diz Apiano, "ser Bruto filho de César, visto que fora amante de Servília ao tempo do nascimento de Bruto";[60] e acrescenta Plutarco que César tinha Bruto como seu filho.[61] Muito possível que também Bruto compartilhasse dessa opinião e odiasse o ditador por haver seduzido sua mãe e feito dele, nos mexericos de Roma, um bastardo em vez de um Bruto. Sempre se mostrara taciturno, como quem remói um mal secreto; mas comportava-se orgulhosamente como quem traz sangue nobre nas veias. Professor de grego, em filosofia acompanhava Platão; na ética, Zenão. Não ignorava que o estoi-

cismo, bem como a opinião grega e romana, aprovava a eliminação violenta dos tiranos; "nossos antepassados", escreveu a um amigo, "querem que não toleremos um tirano, mesmo que seja nosso próprio pai".[62] Compôs um tratado sobre a virtude e perturbou-se com essa abstração. Por meio de intermediários forneceu dinheiro a 48 por cento aos cidadãos da Salamina de Chipre; e quando eles se atrasaram no pagamento dos juros, insistiu com Cícero, então procônsul na Cilícia, para promover o recebimento à força de armas.[63] Governou com integridade e competência a Gália Cisalpina e, de volta a Roma, César o fez pretor urbano em 45.

Os elementos generosos de sua natureza rebelaram-se contra a proposta de Cássio. Mas Cássio recordou-lhe a rebeldia ancestral e talvez Bruto se tenha sentido desafiado a prová-la por imitação. E o sensível moço corava quando via nas estátuas do velho Bruto inscrições como esta: "Bruto, estás morto?" — "Tua descendência é indigna de ti, Bruto."[64] Entrementes, murmurava-se nas rodas patrícias que na próxima reunião do Senado, a 15 de março, Lúcio Cota proporia que César fosse feito rei, porque de acordo com um oráculo sibilino os partos só seriam conquistados por um rei.[65] Um Senado composto em sua maioria de elementos nomeados por César — argumentou Cássio — aprovaria a proposta, e toda a esperança de salvar a República estaria perdida. Bruto cedeu, e os conspiradores estabeleceram o plano definitivo. Pórcia arrancou o segredo ao esposo depois de esfaquear a própria coxa para demonstrar que nenhuma dor física a faria falar contra a vontade. E, revelando-se mau profeta, Bruto insistiu em que Antônio fosse poupado.

Na tarde de 14 de março, numa reunião em sua casa, César propôs uma questão: "Qual a melhor morte?" e sua resposta pendeu para "a repentina". Na manhã seguinte Calpúrnia advertiu-o de que não fosse ao Senado porque havia tido um sonho trágico: vira-o coberto de sangue; e para aumentar a força do presságio uma criada fez que um quadro caísse da parede. Mas Décimo Bruto, que era um de seus mais íntimos amigos e também um dos conspiradores, insistiu com César para que comparecesse à sessão, ainda que apenas para adiá-la. Um amigo que descobrira a conspiração e viera avisá-lo chegou tarde — César já havia saído. No caminho para o Senado encontrou um adivinho que já uma vez lhe havia murmurado: "Cuidado com os idos de março"; César disse-lhe sorrindo que os idos de março haviam chegado e nada acontecera. "Chegaram mas ainda não passaram", replicou Espurina. Enquanto estava César a fazer diante do teatro de Pompeu o sacrifício usual que precedia cada sessão, entregaram-lhe um bilhete informando-o de tudo. César não o leu — e diz a história que ainda o tinha na mão no momento da morte. (Esta história dos idos de março aparecem em Suetônio, Plutarco e Apiano;[66] mas apesar disso pode ser lenda.)

Trebônio, um conspirador que como general havia sido muito beneficiado por César, ocupou-se com Antônio para que ele ficasse longe da sessão. Assim que César entrou e tomou assento, os "libertadores" avançaram contra ele. "Tem-se escrito", informa Suetônio, "que quando Marco Bruto se lançou, César disse-lhe em grego, *kai su teknon* — 'Também tu, meu filho?'"[67] E quando Bruto o feriu, diz Apiano, César cessou de oferecer resistência; cobrindo o rosto com a toga, entregou-se aos golpes e caiu aos pés da estátua de Pompeu.[68] Fora satisfeito um dos desejos do homem mais completo que a antigüidade produziu.

CAPÍTULO X

Antônio

44 — 30 a.C.

I. ANTÔNIO E BRUTO

O ASSASSÍNIO de César foi uma das maiores tragédias da História. Não apenas no sentido de que interrompeu um grande trabalho de estadismo e trouxe mais 15 anos de caos e guerra, porque afinal de contas a civilização sobreviveu e Augusto completou a obra começada. Foi tragédia no sentido de que os dois lados estavam certos: os conspiradores, julgando que César premeditava a monarquia, e César, julgando que a desordem e o domínio haviam tornado inevitável a monarquia. Os homens dividiram-se nesse ponto desde o instante em que o Senado, após um momento de consternação, abandonou a sala em tumulto e terror. Antônio, que entrara depois da tragédia, ponderou sobre o valor da discrição e foi fortalecer-se em casa. A eloquência de Cícero emudeceu, mesmo quando Bruto, de adaga em punho, o saudou como o "Pai de Sua Pátria". Saindo do edifício, os conspiradores encontraram fora a populaça excitada e gritaram-lhe os clássicos chavões da Liberdade e da República, mas aquele povo já não reagia a frases tão usadas para encobrir a ambição e sede do poder. Receando pelas próprias vidas, os assassinos esconderam-se nos edifícios do Capitólio, guardados por um magote de gladiadores. Lá pela tarde Cícero juntou-se a eles. E Antônio, procurado por emissários dos matadores de César, revelou-se amistoso.

No dia seguinte grande multidão encheu o Fórum. Os conspiradores puseram em campo agentes instruídos em seduzir a massa e organizá-la em Assembléia; depois aventuraram-se a deixar o abrigo no Capitólio e Bruto pronunciou a oração que havia composto para o Senado. O discurso não comoveu os ouvintes. Cássio fez outra tentativa, mas esbarrou em um silêncio de gelo. Os "libertadores" voltaram para o Capitólio, e depois que a multidão se dispersou esgueiraram-se para suas casas. Antônio, considerando-se o herdeiro de César, obteve da estonteada Calpúrnia todos os papéis e fundos que o ditador tinha no palácio, e ao mesmo tempo, secretamente, chamou para Roma os veteranos de César. No dia 17, com a autoridade de tribuno, convocou o Senado, e a todos espantou com sua amabilidade e calma. Aceitou a proposta de Cícero para uma anistia geral, e concordou que Bruto e Cássio fossem nomeados governadores de províncias (isto é, fugissem com toda a segurança e garantia), com a condição de ratificar o Senado todos os decretos, leis e nomeações de César. A maioria da casa devia a esses atos os cargos e emolumentos de que se beneficiava, de modo que assentiu; e ao encerrar-se a sessão Antônio foi aclamado como um estadista que tinha salvo a paz das fauces da guerra. Nesse dia Antônio convidou

Cássio para o jantar. No dia 18 reúne-se novamente o Senado Romano, reconhece o testamento de César, vota-lhe solene funeral público e nomeia Antônio para o elogio de costume.

No dia 19 Antônio obtém das Virgens Vestais o testamento de César com elas guardado, procede à leitura, primeiro diante de poucas pessoas, depois diante de muitas. César deixava sua fortuna a três sobrinhos e, com espanto e cólera de Antônio, nomeava um deles, Caio Otávio, como seu filho adotivo e herdeiro. Correu pela cidade a notícia daquelas e de outras disposições. O ditador havia deixado seus jardins ao povo, e mais 300 sestércios a cada cidadão de Roma. A 20, quando o corpo de César, já embalsamado em sua casa, foi levado ao Fórum para os últimos ritos, grande concurso de povo, incluindo veteranos do exército, lá se aglomerou para reverenciá-lo. Antônio parece ter falado a princípio cautelosamente, mas foi-se deixando levar pelo que sentia e por fim flamejou de eloqüência. Ao erguer do esquife de marfim a toga toda esfuracada e manchada de sangue, a comoção do povo atingiu o apogeu. Num coro de gemidos e lamentos a multidão começou a trazer de todos os lados lenha, e acendeu uma fogueira debaixo do esquife. Veteranos lançavam nela suas armas, qual oferendas, atores, suas vestes de teatro, músicos, seus instrumentos, as mulheres, os seus mais preciosos ornatos. Tomando tições da fogueira um grupo tentou incendiar as casas dos conspiradores — mas estavam bem guardadas e eles já longe de Roma. Grande multidão passou a noite diante da pira em brasas; e numerosos judeus, gratos pela legislação de César a eles tão favorável, ali ficaram por três dias, entoando seus velhos cânticos fúnebres. Durante todo esse tempo não cessou o tumulto na cidade; por fim Antônio dirigiu seus soldados no restabelecimento da ordem, fazendo lançar da rocha Tarpéia os principais agitadores.

Antônio era metade do que César fora, como Augusto seria a outra metade; Antônio, um bom general — Augusto, um grande estadista; nem um nem outro podiam ser simultaneamente as duas coisas. Nascido em 82 a.C., havia Antônio passado a maior parte da vida nos acampamentos, e sempre em busca de vinho, mulheres, boa comida e diversões. Conquanto de alta linhagem e de belas feições, tinha as características do homem comum: força física, espírito animalesco, bom gênio, generosidade, coragem e lealdade. Havia escandalizado ao próprio César com a manutenção em Roma de um harém dos dois sexos, e com o sair de liteira em companhia de uma cortesã da Grécia.[1] Comprara em leilão a casa de Pompeu, ocupara-a e depois recusara-se a pagar.[2] Havia agora encontrado nos papéis de César (ou colocado entre eles, como certas pessoas sugeriram) tudo quanto lhe era de importância — nomeações de amigos, decretos ajeitados aos seus propósitos, benefícios pessoais; em duas semanas pagou dívidas na importância de $1.500.000 e tornou-se um homem rico. Apossou-se de $25.000.000 que César depositara no templo de Ops e mais cinco milhões do tesouro privado. Como Décimo Bruto, que César havia nomeado governador da Gália Cisalpina, tivesse tomado posse do rendoso emprego apesar de ser um dos participantes no assassínio do ditador, Antônio fez a Assembléia aprovar a sua nomeação para essa província estratégica e a transferência de Décimo para a Macedônia, a título de consolação. Também Marco Bruto e Cássio tinham de entregar a Macedônia a Domício e a Síria a Dolabela, contentando-se com Cirene e Creta.

Alarmado com o poder cada vez maior de Antônio, os senadores convidam para vir a Roma o filho adotivo de César. Caio Otávio, que iria tornar-se o maior de todos os estadistas da história romana, estava em 44 com 18 anos de idade. De acordo com o

costume, tomou o nome de seu pai adotivo, e, acrescentando o seu como modificativo, passou a chamar-se Caio Júlio César Otaviano; 17 anos mais tarde receberia o alto nome de Augusto, que é como o conhecem os séculos. Sua avó fora Júlia, irmã de César; seu avô havia sido um banqueiro de origem plebéia, de Velitras, no Lácio; seu pai servira como edil plebeu, depois como pretor, depois como governador da Macedônia. O rapaz fora treinado à espartana, e educado na literatura e filosofia da Grécia e Roma. Nos últimos três anos vivera a maior parte do tempo no palácio de César, o qual se lamentava de não ter um filho legítimo e acertou em cheio na adoção de Otávio. Em 45 tinha-o levado à Espanha — e muito se agradou de ver como o frágil e nervoso rapaz suportava as durezas e perigos da campanha. Fê-lo instruir cuidadosamente nas artes da guerra e do governo.[3] Numerosas estátuas têm-nos familiarizado com suas feições: refinado, delicado, sério, a um tempo desconfiado e resoluto, dócil e tenaz; um idealista forçado a ser realista, um homem de pensamento penosamente aprendendo a ser homem de ação. Era magro e pálido e sofria de dificuldades digestivas. Comia pouco, bebia menos e por meio da abstinência e regularidade de vida viveu mais que os homens fortes que o rodeavam.

Em fins de março de 44 chegou um liberto a Apolônia, na Ilíria, onde se achava Otávio com o exército e deu-lhe as notícias da morte e do testamento de César. O sensível rapaz horrorizou-se da ingratidão dos homens; toda a sua gratidão pelo tio-avô, que tanto o quisera e tão febrilmente trabalhara para reconstruir um Estado em ruínas, transformou-se em seu imo na silenciosa resolução de vingar-lhe a morte e completar-lhe a obra. Otávio partiu rumo ao mar, cruzou-o, desembarcou em Brundísio e encaminhou-se para Roma. Seus parentes aconselharam-no a ficar escondido, de medo que Antônio o matasse; sua mãe também lhe recomendou a inação, mas vendo o rapaz rir-se de tal hipótese, rejubilou-se, aconselhando-o apenas a usar da paciência e da sutileza antes que da guerra aberta. Esse conselho jamais ele o esqueceria.

Otávio visitou Antônio para saber o que estava sendo feito contra os matadores de César. Impressionou-o ver Antônio planejando uma campanha contra Décimo Bruto, que se recusava a entregar a Gália Cisalpina, e pediu-lhe que cumprisse as disposições testamentárias de César quanto aos $45 de cada cidadão. Antônio apresentou muitas razões para a delonga. Em vista disso Otávio fez essa distribuição aos veteranos, depois de tomar por empréstimo os fundos necessários — desse modo pôde organizar seu próprio exército.

Furioso com a insolência "daquele rapaz", como o chamava, Antônio espalhou que haviam tentado contra sua vida e o criminoso apontara Otávio como instigador. Otávio protestou sua inocência. Cícero aproveita-se do ensejo para persuadi-lo de que Antônio era um rufião que cumpria ser afastado da cena. Otávio concordou. Reuniu suas duas legiões às dos cônsules Hírcio e Pansa e marchou para o norte a fim de dar combate a Antônio. Cícero põe a serviço desta nova guerra a contribuição de suas invectivas, em 14 poderosas "filípicas" contra a vida pública e privada de Antônio, algumas pronunciadas no Senado ou na Assembléia, outras publicadas como propaganda, nas melhores tradições da difamação. Antônio foi vencido na batalha de Mutina (Modena) e fugiu (44); mas como Hírcio e Pansa perecessem, Otávio voltou para Roma no comando das legiões do Senado e das suas. Apoiado por essa força compeliu o Senado a nomeá-lo cônsul, a revogar a anistia geral concedida aos conspiradores e a condená-los todos à morte. Descobrindo que no fundo o Senado e Cícero eram seus

inimigos e apenas o aproveitavam como instrumento momentâneo na luta contra Antônio, Otávio ajustou com Antônio suas diferenças e com ele e Lépido formou o Segundo Triunvirato (43-33). Os exércitos combinados marcharam sobre Roma e ocuparam-na sem resistência. Muitos senadores e conservadores fugiram para o sul da Itália e as províncias. A Assembléia ratificou o Triunvirato e deu-lhe poderes plenos por cinco anos.

A fim de pagar as tropas, encher os cofres e vingar César, os três homens deram início ao mais sangrento reinado do terror da história romana. Fizeram uma lista de 300 senadores e dois mil homens de negócios condenados à morte, e ofereceram 25.000 dracmas ($ 15.000) a qualquer homem livre, e $ 10.000 a qualquer escravo, que apresentasse a cabeça de um proscrito.[4] Ter dinheiro tornou-se um crime capital; crianças a quem couberam fortunas, eram condenadas e mortas; seqüestravam-se os bens legados às viúvas; 1.400 ricos foram intimados a entregar grande parte de seus bens aos triúnviros; e por fim até os depósitos da economia feitos às Virgens Vestais foram confiscados. Ático salvou-se por haver dado auxílio a Fúlvia, mulher de Antônio; agradeceu a cortesia mas enviou grandes somas a Bruto e Cássio. Os triúnviros puseram guardas em todas as saídas de Roma. Os proscritos ocultavam-se em poços, águas-furtadas, esgotos, chaminés. Muitos morriam resistindo, outros entregavam-se calmamente aos verdugos; outros pereciam de fome, enforcavam-se ou afogavam-se; alguns se atiraram dos telhados ou lançaram-se no fogo; havia os mortos por engano e os não-proscritos que se suicidavam sobre cadáveres dos parentes mortos. Sálvio, o tribuno, sabendo-se condenado, deu uma última festa aos amigos; os emissários dos triúnviros vieram, cortaram-lhe a cabeça, deixaram o cadáver na mesa e mandaram que a festa prosseguisse. Muitos escravos aproveitaram-se do ensejo para se libertarem dos senhores severos; outros lutaram até à morte na defesa de seus amos; um disfarçou-se como o amo e foi decapitado em seu lugar. Filhos morreram para proteger os pais; outros, com os olhos na herança, os traíram. Esposas enganadas ou adúlteras entregavam os maridos. A mulher de Copônio salvou-o, entregando-se a Antônio. Fúlvia, a mulher de Antônio, tentara inutilmente comprar a mansão de seu vizinho Rufo; agora, apesar de Rufo lha oferecer de presente; Fúlvia fê-lo incluir na relação dos proscritos e acabou pregando-lhe a cabeça cortada na porta da frente da própria casa.[5]

Antônio havia colocado o nome de Cícero no alto da lista fatal. Como fosse marido da viúva de Clódio e enteado daquele Lêntulo, do grupo de Catilina, que Cícero havia feito matar na prisão, Antônio ressentia-se com alguma razão dos vitupérios das *Filípicas*. Otávio resistiu, mas não por muito tempo; como esquecer a glorificação que Cícero fizera dos assassinos de César e do ferino trocadilho com que justificara sua aliança com o herdeiro de César? (Cícero havia dito de Otávio: *laudandum adolescentem, ornandum, tollendum.* — "O rapaz merece ser louvado, decorado e exaltado"; mas *tollendum* também significava "ser morto."[6] Cícero procurou escapar; mas atormentado pelo enjôo desembarcou do navio e passou a noite em sua vila de Fórmias. No dia seguinte resolveu ficar e esperar os verdugos, achando isto preferível a enfrentar novamente o enjôo, mas seus escravos o meteram à força em uma liteira, e estavam a levá-lo para o navio quando surgem os soldados de Antônio. Os escravos querem resistir, mas Cícero pede-lhes que pousem a liteira e se entreguem. E então, "coberto de pó, cabelos e barba despenteados, rosto cavado pelas inquietações",[7] o grande orador põe a cabeça para fora da liteira para que os soldados mais facilmente a decepassem (43). A ordem de Antônio foi para que lhe trouxessem a cabeça e também a mão

direita. E recebeu-as sorrindo triunfalmente; recompensou com 250.000 dracmas os assassinos e pendurou no Fórum aqueles dois troféus.[8]

Nos começos de 42 os triúnviros atravessaram o Adriático e através da Macedônia invadiram a Trácia. Lá Bruto e Cássio haviam concentrado as últimas forças republicanas, que eles financiavam com extorsões sem precedentes nem mesmo no Império Romano. Das cidades orientais exigiram e receberam 10 anos de taxas adiantadas. Quando os habitantes de Rodes se mostraram relutantes, Cássio assaltou o grande porto, ordenou que todos os cidadãos entregassem suas riquezas, matou os que hesitavam e retirou-se com $10.000.000. Na Cilícia aquartelou suas tropas nos lares de Tarso ali ficando até que lhe pagassem $9.000.000; a fim de levantar tamanha quantia os cidadãos licitaram todas as terras municipais, fundiram todos os vasos e ornamentos das igrejas, e venderam como escravos inúmeras pessoas livres — primeiro meninos e meninas, depois mulheres e velhos, finalmente moços; muitos, ao saberem que tinham sido vendidos, suicidaram-se. Na Judéia Cássio levantou $4.200.000 e vendeu como escravos os habitantes de quatro cidades. Também Bruto extorquiu dinheiro da mesma forma. Quando os cidadãos de Xanto se recusaram a satisfazer suas exigências, ele sitiou a cidade — mas ninguém se rendeu, preferiram, suicidar-se em massa.[9] Amigo da filosofia, passava Bruto a maior parte do tempo em Atenas, cidade já cheia de moços da nobreza romana que clamavam pela guerra de restauração. Depois de reunidos os fundos necessários, Bruto fechou os livros, juntou suas tropas com as de Cássio e saiu a campo.

Os exércitos rivais chocaram-se em Filipos, em setembro de 42. A ala de Bruto obrigou Otávio a recuar, e capturou-lhe o acampamento, mas Antônio derrotou as legiões de Cássio, o qual ordenou a seu escudeiro que o matasse — e assim acabou. Antônio não pôde completar imediatamente o triunfo; as tropas de Otávio estavam em desordem e ele doente em sua tenda. Antônio reorganizou todo o exército e depois de uns poucos dias de descanso lançou-se em perseguição de Bruto. Vendo que seus homens cediam, Bruto compreendeu, talvez com alívio estóico, que tudo estava no fim; projetou-se contra a espada de um amigo e morreu. Antônio deteve-se diante de seu cadáver e cobriu-o com seu próprio manto de púrpura. Tinham sido amigos, bons amigos.

II. ANTÔNIO E CLEÓPATRA

A velha aristocracia lutara sua última refrega em Filipos. Muitos acompanharam Bruto e Cássio no suicídio — o filho de Catão, o filho de Hortênsio, Quintílio Varo e Quinto Labeão. Os vencedores dividiram o Império entre si: a Lépido foi dada a África, Otávio ficou com o Ocidente e Antônio escolheu o Egito, a Grécia e o Oriente. Sempre necessitado de dinheiro, Antônio perdoou às cidades a contribuição que deram aos republicanos, com a condição de lhe entregarem igual soma — 10 anos de taxas adiantadas. Sua antiga amabilidade voltava à proporção que sua vitória se ia firmando. Reduziu as exigências impostas a Éfeso quando as mulheres, vestidas de bacantes, saudaram-no como o deus Dioniso; mas deu a seu cozinheiro a casa de um magnata da Magnésia como prêmio por um excelente jantar. Reuniu em Éfeso os representantes das cidades jônicas e acertou-lhes os limites e os negócios com tal sabedoria que Augusto, 10 anos depois, pouco teve que mudar. Perdoou a todos que haviam lutado contra ele, exceto os comparticipantes no homicídio de César. Deu fôle-

go às cidades que mais haviam sofrido com as exações de Bruto e Cássio, liberou várias delas das taxas romanas, restituiu à liberdade os que haviam sido vendidos como escravos pelos "libertadores" e varreu das cidades da Síria os déspotas que as tinham empolgado.[10]

Enquanto mostrava assim as boas disposições de seu caráter simples, entregava-se também a tal exuberância de sensualidade que foi perdendo o respeito de seus súditos. Rodeava-se de dançarinos, músicos, cortesãs e fanfarrões, e tomava como mulher ou amante quantas belezas lhe feriam a imaginação olímpica. Mandou mensageiros a Cleópatra intimando-a a apresentar-se em Tarso para responder à acusação de haver ajudado Cássio a levantar dinheiro e tropas. Cleópatra veio, mas quando quis e como quis. Enquanto Antônio, sentado em um trono no Fórum, esperava que a denunciada aparecesse para o julgamento, Cleópatra subia o rio Cidno em sua barca de velas de púrpura e popa de ouro, cujos remos de prata feriam as águas ao ritmo da música das harpas, flautas e pífanos; suas damas de honra, vestidas como nereidas e graças, constituíam a tripulação, enquanto ela, vestida como Vênus, reclinava-se sob um dossel de brocado. Quando a notícia da maravilhosa aparição espalhou-se pelo povo de Tarso, todos correram à praia, deixando Antônio sozinho em seu trono. Cleópatra mandou convidá-lo para o jantar. Antônio veio com grande comitiva, e Cleópatra festejou-os com todos os requintes, corrompendo-lhe os generais com presentes e sorrisos. Antônio já se havia enlevado nela, quando não passava de uma moça de Alexandria; agora encontrava-a nos 29 anos, na plena maturidade de seus encantos. Começou censurando-lhe o procedimento e terminou presenteando-lhe a Fenícia, a Cele-Síria, a ilha de Chipre, a Cilícia, a Judéia e partes da Arábia.[11] Cleópatra recompensou-o como ele desejava e convidou-o a ir para Alexandria. Lá passou Antônio um descuidoso inverno (41-40), embriagado pelo amor da rainha, a ouvir conferências no Museu, inteiramente esquecido de que tinha um Império a cuidar. Cleópatra não o amava. Mas sabia que, dada a fraqueza do Egito, breve seria seu reino engolido pela voracidade de Roma. A única salvação estava em seu casamento com um chefe romano. Sonhara essa ligação com César; sonhava-a agora com Antônio. E Antônio, que não tinha outra política que não a de César, sentiu-se tentado a unificar Roma e o Egito e chegou mesmo a sonhar em estabelecer a capital do Império no fascinante Oriente.

Enquanto Antônio se regalava em Alexandria, sua esposa Fúlvia e seu irmão Lúcio conspiravam para lançar Otávio do poder. O jovem triúnviro não encontrara felicidade em Roma: o Senado era um bando de aventureiros e generais, o proletariado estava descontente com o desemprego, os *populares* não tinham organização, Sexto Pompeu bloqueava a importação de trigo, os negócios mantinham-se paralisados pelo terror, as taxas e as espoliações haviam arruinado toda gente, e muitos homens viviam no maior desregramento, certos de que inevitavelmente o amanhã traria o repúdio da moeda, mais espoliação ou morte. O próprio Otávio não era nenhum modelo de castidade nesse tempo. E para remate da confusão, Fúlvia e Lúcio levantaram um exército e pediram o apoio da Itália. Marco Agripa, general de Otávio, sitiou Lúcio em Perúgia até exterminá-lo pela fome (março 40). Fúlvia morreu de doença, ambição frustrada e desgosto do marido. Otávio perdoou Lúcio, na esperança de manter-se em paz com Antônio — mas Antônio cruzou o mar e veio sitiá-lo em Brundísio. Mostrando mais sensatez que seus chefes, as tropas recusaram-se a lutar entre si e compeliram-nos a um acordo (40). Como penhor de boa conduta Antônio desposou a irmã

de Otávio, a doce e virtuosa Otávia. A felicidade brilhou por algum tempo — e, escrevendo a sua Quarta Écloga, Virgílio predisse a volta do reino utópico de Saturno.

No ano 38 Otávio apaixonou-se por Lívia, a esposa então grávida de Tibério Cláudio Nero. Otávio divorciou-se de sua primeira esposa Escribônia, persuadiu Nero a deixar Lívia, desposou-a e nela encontrou um instrumento de reconciliação com as classes proprietárias. Reduziu taxas, devolveu aos donos 30.000 escravos fugidos e pôs-se pacientemente a restaurar a ordem na Itália. Com o auxílio de Agripa e dos 120 navios fornecidos por Antônio, destruiu a frota de Sexto Pompeu, assegurou o abastecimento de Roma e acabou com a resistência dos pompeanos (36). O Senado o elegeu tribuno vitalício, por aclamação.

Depois de casar-se com Otávia em uma cerimônia oficial em Roma, Antônio foi com ela para Atenas. Lá por algum tempo usufruiu da novidade de viver com uma mulher honesta. Pôs de lado a política e a guerra, e com Otávia ao lado assistia às preleções dos filósofos. Enquanto isso, estudava os planos de César sobre a conquista da Pártia. Labieno, filho do outro Labieno general de César, havia entrado para o serviço do rei dos partos e lhe conduzira vitoriosamente os exércitos pela Cilícia e Síria adentro — duas rendosas províncias romanas (40). Para enfrentar essa ameaça Antônio necessitava de soldados; para pagar soldados necessitava de dinheiro — e dinheiro só com Cleópatra. Súbito, cansado de virtude e paz, manda Otávia para Roma e pede um encontro com a rainha do Egito em Antioquia. Cleópatra levou-lhe alguma força, mas desaprovou seus grandiosos planos e aparentemente não lhe deu muita coisa em matéria de dinheiro. Antônio invadiu a Pártia com 100.000 homens (36), procurou em vão tomar suas fortalezas e perdeu quase todo o exército numa heróica retirada de 300 milhas através de território inimigo. De passagem anexou a Armênia ao Império. Recompensou-se a si mesmo com um triunfo e ofendeu (32) a Itália celebrando-o em Alexandria. Mandou carta de divórcio a Otávia e desposou Cleópatra; confirmou-a, bem como a Cesarião, como soberanos conjuntos do Egito e Chipre, e deu as províncias orientais do Império Romano ao casal de filhos que tivera com Cleópatra. E certo de que iria ter de ajustar contas com Otávio, entregou-se a todo um ano de regalos. Cleópatra animou-o a uma corrida louca no jogo pela onipotência: deu-lhe elementos para levantar um exército e uma esquadra e escolheu como juramento favorito esta bazófia: "Tão certa como estar eu um dia no Capitólio."[12]

III. ANTÔNIO E OTÁVIO

Otávia suportou silenciosamente o repúdio de Antônio; vivia serena em sua casa em Roma, criando os filhos que ele tivera de Fúlvia e as duas meninas que ela lhe havia dado. O espetáculo daquela muda tristeza foi firmando em Otávio a convicção de que tanto a Itália como ele estavam condenados, se os planos de Antônio fossem bem-sucedidos. Antônio havia desposado Cleópatra; havia-lhes dado, a ela e aos filhos ilegítimos, as mais rendosas das províncias romanas; desejava fazer de Alexandria a capital do Império e iria rebaixar Roma e a Itália a papéis subordinados. Quando Antônio mandou ao Senado (que havia anos ele ignorava) uma mensagem propondo que tanto ele como Otávio deixassem a vida pública e que a velha República fosse restaurada, Otávio escapou à difícil situação com a leitura ao Senado do suposto testamento de Antônio, arrancado à força das Virgens Vestais. Por esse documento seus únicos herdeiros eram os filhos de Cleópatra, e ele declarava sua vontade de ser enter-

rado ao lado da rainha em Alexandria.[13] A última cláusula foi decisiva para o Senado; em vez de estranharem que um testamento feito em Roma pudesse conter semelhante provisão, os senadores e a Itália convenceram-se de que realmente Cleópatra estava planejando absorver o Império Romano por meio de Antônio. E com característica sutileza Otávio declarou guerra a Cleópatra antes que a Antônio, de modo a fazer do conflito uma guerra santa pela independência da Itália.

A 23 de setembro a frota de Antônio e Cleópatra entrou em águas do mar Jônio, poderosa de 500 navios, coisa jamais vista. Conjugado à frota havia um exército de 100.000 homens de infantaria e 12.000 de cavalaria, na maior parte fornecidos pelos príncipes orientais esperançosos de se libertarem de Roma. Otávio cruzou o Adriático com 400 navios, 80.000 infantes e 12.000 cavalos. Durante quase um ano as forças rivais prepararam-se e manobraram, e por fim, a 2 de setembro de 31, chocaram-se em Ácio, no golfo Ambraciano, em uma das batalhas decisivas da História. Agripa demonstrou ser melhor tático que Antônio e seus navios revelaram-se de maior mobilidade que os pesados leviatãs egípcios. Vários foram devorados pelos incêndios produzidos por archotes que as tripulações de Otávio lançavam. "Muitos marinheiros", diz Dion Cássio,

> morreram asfixiados pela fumaça antes que pudessem alcançar os adversários; outros ficaram cozidos dentro de suas armaduras superaquecidas; outros foram assados nos navios em fogo, como se estivessem em um forno. Inúmeros lançaram-se ao mar, e os que não eram tragados pelos monstros acabavam espetados pelas setas romanas, ou afogavam-se. Só obtiveram morte suportável os que se mataram entre si.[14]

Vendo que ia perder a batalha, Antônio sinalou para Cleópatra que pusesse em execução o plano de retirada. Cleópatra levou seu esquadrão para o sul e esperou Antônio; impossibilitado de manobrar sua nau almiranta, ele a abandonou e alcançou a rainha de bote. Ao velejarem para Alexandria, Antônio sentou-se sozinho à proa, com a cabeça entre as mãos, cônscio de que havia perdido tudo, inclusive a honra.

De Ácio foi Otávio para Atenas e de lá para a Itália, a fim de aquietar o amotinamento de suas tropas, ansiosas pelo saque do Egito; depois dirigiu-se à Ásia, para punir os príncipes aderentes de Antônio e arrancar novos fundos àquelas cidades sofredoras. Finalmente tomou o rumo de Alexandria (30). Antônio havia deixado Cleópatra e encontrava-se em uma ilha perto de Faros; de lá mandou a Otávio ofertas de paz, que este ignorou. E sem que Antônio soubesse, Cleópatra enviou a Otávio um cetro, uma coroa e um trono de ouro, como símbolos de sua submissão; segundo Dion Cássio, Otávio respondeu que a deixaria no Egito em paz se ela matasse Antônio.[15] O derrotado triúnviro escreveu de novo ao vencedor, recordando a antiga amizade e "as licenciosas brincadeiras de seu tempo de moços";[16] e concordou em matar-se, se Cleópatra fosse poupada. Novamente Otávio não respondeu. Cleópatra reuniu na torre de um palácio o que pôde do tesouro egípcio e informou Otávio de que destruiria tudo, e a si também, se não obtivesse uma paz honrosa. E Antônio lançou-se à luta com as poucas forças que lhe restavam. Obteve uma vitória temporária, mas no dia seguinte, vendo que os mercenários de Cleópatra se rendiam, e recebendo informação de que a rainha estava morta, apunhalou-se. Era falsa a informação, e Antônio, ferido, pediu que o levassem à torre em cuja parte superior a rainha se trancara com suas damas; foi içado por uma janela e morreu-lhe nos braços. Otávio permitiu a

Cleópatra sair e enterrar seu amado, e recebeu-a em audiência, na qual, imune à influência de uma abatida mulher de 39 anos, impôs-lhe suas condições. Eram insuportáveis para quem havia sido rainha. Convencida de que Otávio tencionava levá-la em cativeiro para Roma a fim de enfeitar seu triunfo, vestiu-se com os trajes reais, abrigou uma áspide no seio e morreu. Charmion e Íris, suas camareiras, mataram-se também.[17]

Otávio permitiu que a rainha fosse enterrada ao lado de Antônio. A Cesarião e ao filho mais velho de Antônio e Fúlvia fez matar, e os de Antônio e Cleópatra foram enviados a Roma, onde Otávia os criou como se seus fossem. O vencedor encontrou o tesouro egípcio intacto e abundante como havia sonhado — mas o Egito escapou à indignidade de descer à categoria de província romana. Otávio simplesmente ocupou o trono dos Ptolomeus, sucedeu-os em suas riquezas e deixou um *praefectus* administrando o país em seu nome. O herdeiro de César havia conquistado os herdeiros e absorvido o reino de Alexandre; de novo o Ocidente, como em Maratona e Magnésia, havia triunfado do Oriente. Estava finda a batalha dos gigantes — e um homem frágil a ganhara.

A República morreu em Farsália; a Revolução terminou em Ácio. Roma havia completado o ciclo fatal de Platão — e nosso: monarquia, aristocracia, exploração oligárquica, democracia, caos revolucionário, ditadura. Mais uma vez, na grande sístole e diástole da História, uma era de liberdade chegava ao fim e começava uma era de disciplina.

LIVRO III

O PRINCIPADO

30 a.C.— 192 d.C.

TÁBUA CRONOLÓGICA

a.C.

30: Otávio recebe vitaliciamente o poder tribunício; 2.° livro das *Sátiras* de Horácio.
29: *Geórgias*, de Virgílio; *Epodos*, de Horácio
27: Otávio torna-se Augusto
27 d.C. 68: DINASTIA JÚLIO-CLAUDIANA
27 d. C. 14: *Principado de Augusto*
25: Panteão de Agripa; *fl.* Tibulo
23: Os três primeiros livros das *Odes* de Horácio
20: O primeiro livro das *Epístolas* de Horácio
19: Morte de Virgílio; *fl.* Propércio
18: *Lex Iulia de adulteriis*
13: Teatro de Marcelo; 4.° livro das *Odes* de Horácio
12-9: Campanhas de Druso na Germânia; Tibério domina a Panônia
9: *Fl.* Tito Lívio; *Ara Pacis* de Augusto
8: Morte de Mecenas e Horácio
6: Tibério em Rodes
2: Banimento de Júlia
d. C. 4: Augusto adota Tibério
8: Ovídio exilado em Tomi
9: Derrota de Varrão na Germânia; *lex Papia Poppaea* e *lex Iulia de maritandis ordinibus*
14: Morte de Augusto
14-37: *Principado de Tibério*
14-16: Germânico e Druso na Germânia
17-18: Germânico no Oriente Próximo
18: Morte de Ovídio
19: Morte de Germânico; julgamento de Pisão
20: *Les maiestatis*
23-31: Governo de Sejano
27: Tibério em Capréia
29: Morte de Lívia; banimento de Agripina
30: *Fl.* Celso, enciclopedista
31: Morte de Sejano
37-41: *Principado de Gaio (Calígula)*
41-54: *Principado de Cláudio*
41-49: Exílio de Sêneca
43: Conquista da Bretanha
48: Morte de Messalina; Cláudio desposa Agripina, a moça
49: Sêneca pretor e tutor de Nero
54-68: *Principado de Nero*
55: Sêneca dedica *De Clementia* a Nero; envenenamento de Britânico
59: Nero manda matar Agripina
62: Queda de Sêneca; morte de Pérsio; Nero mata Otávia e desposa Popéia

d.C.

64: Incêndio de Roma; primeira perseguição dos cristãos em Roma
65: Execução de Sêneca e Lucano
66: Morte de Petrônio e Peto
68-69: *Principado de Galba*
69: (Jan.-Abr.): *Principado de Otão*
69: (Jul.-Dez.): *Principado de Vitelo*
69-96: DINASTIA FLAVIANA
69-79: *Principado de Vespasiano*
70: O Coliseu; Quintiliano
71: Vespasiano bane os filósofos
72: Suicídio de Prisco
79-81: *Principado de Tito*
79: Erupção do Vesúvio; morte de Plínio, o Velho
81: Arco de Tito
81-96: *Principado de Domiciano; fl.* Marcial e Estácio
81-84: Campanhas de Agrícola na Bretanha
93: Perseguição dos judeus, cristãos e filósofos
96-98: *Principado de Nerva*
98: Tácito, cônsul
98-117: *Principado de Trajano*
101-2: Primeira guerra contra os dácios
105: *Histórias*, de Tácito
105-7: Segunda guerra contra os dácios
111: Plínio, o Moço, *curator* na Bitínia
113: Fórum e coluna de Trajano
114-6: Campanhas contra a Pártia
116: *Anais*, de Tácito; *Sátiras* de Juvenal
117-38: *Principado de Adriano*
119: Suetônio, *Vida dos Césares*
121-34: Viagem de Adriano pelo Império
134: *Fl.* Sálvio Juliano, jurista
138-61: *Principado de Antônino Pio*
139: Mausoléu de Adriano
161-80: *Principado de Marco Aurélio Antonino*
161-9: Co-reinado de Lúcio Vero
161: *Institutiones*, de Gaio
162-5: Guerra contra a Pártia
166-7: A peste no Império
166-80: Guerra com os marcomanos
174 (?): Marco escreve as *Meditações*
175: Rebelião de Ovídio Cássio
180: Morte de Marco Aurélio
180-92: *Principado do Cômodo*
183: Conspiração de Lucila
185: Execução de Perene
189: Fome; execução de Cleandro
190: Pertinaz, prefeito
193: (Jan. 1.º) Assassínio de Cômodo

CAPÍTULO XI

A Política de Augusto

30 a.C. — 14 d.C.

I. O CAMINHO PARA A MONARQUIA

DE Alexandria Otávio passou-se à Ásia e continuou a reformar reinos e províncias. Só pelo verão de 29 iria regressar à Itália. Todas as classes festejaram-no como a um salvador, em um triunfo que durou três dias. O Templo de Jano foi fechado em sinal de que, por um momento, Marte estava satisfeito. A valente península fora castigada por 20 anos de guerra civil. Granjas agrícolas em abandono, cidades saqueadas ou assediadas, muita riqueza destruída ou roubada. A administração, por terra, proteção pública, nenhuma; os ladrões tornavam um perigo as ruas à noite; salteadores vagueavam pelos caminhos, raptavam viajantes, e vendiam-nos como escravos. Comércio morto, emprego de capital estagnado, juros altíssimos, desvalorização da terra. A moral, tão afrouxada pelas riquezas e o luxo, não havia melhorado com a miséria e o caos subseqüentes, porque nada desmoraliza tanto como a pobreza que sobrevém à riqueza. Roma estava cheia de homens que com a perda dos bens haviam perdido a estabilidade moral: soldados que haviam aprendido a matar tomaram gosto pela vida de aventuras; cidadãos que tinham visto suas economias se derreterem na inflação da guerra ou serem absorvidas pela taxação aguardavam ociosos uma virada; as mulheres, tontas com a liberdade, multiplicavam os divórcios, os abortos e adultérios. A esterilidade espalhava-se como o ideal da vitalidade em declínio; artificialismo, pessimismo, cinismo. Perigoso veneno fermentava no sangue de Roma. Renascera a pirataria no mar. Cidades e províncias lambiam as feridas causadas pelas sucessivas exações de Sila, Lúculo, Pompeu, Gabínio, César, Bruto, Cássio, Antônio e Otávio. A Grécia, que havia sido o campo de batalha, estava em ruínas; o Egito, saqueado. O Oriente Próximo tivera de alimentar uma centena exércitos e subornar mil generais; suas gentes odiavam Roma como a um senhor que lhes roubara a liberdade e não lhes dera em troca segurança ou paz. Que sucederia se algum chefe se erguesse por lá e, vendo a exaustão da Itália, coligasse o Oriente numa guerra de libertação?

O viril Senado de outrora teria enfrentado esse perigo, levantado robustas legiões, nomeado hábeis capitães, guiando-se com larga visão de estadista. Mas o Senado já não passava de um nome. As grandes famílias, que outrora foram a sua força, haviam desaparecido na luta ou na esterilidade e as tradições do estadismo não foram passadas aos homens de negócio, aos soldados e provincianos que as sucederam. O novo Senado de boa mente cedeu seus poderes a um homem que podia planejar, assumir a responsabilidade e liderar.

Otávio hesitou antes de abolir a velha constituição, e Dion Cássio o representa dis-

cutindo exaustivamente o assunto com Mecenas e Agripa. Como no pensar desses homens todos os governos eram oligarquias, o problema não se lhes apresentava como uma escolha entre monarquia, aristocracia e democracia; eles tinham de decidir se sob dadas condições a oligarquia era preferível a uma forma monárquica baseada em um exército, ou uma forma aristocrática baseada na hereditariedade, ou uma forma democrática baseada na riqueza da classe comercial. Otávio combinou essas formas em um "principado", que misturava as teorias de Cícero, os precedentes de Pompeu e a política de César.

O povo aceitou filosoficamente a sua solução. Já não se sentia enamorado da liberdade, e sim da segurança e da ordem; governasse lá quem fosse, contanto que lhe desse jogos e pão. Vagamente o povo percebera que seus grosseiros *comitia*, viciados pela corrupção e a violência, não podiam governar o Império, nem restaurar a saúde da Itália, nem mesmo administrar a cidade de Roma. Os embaraços da liberdade multiplicam-se com a expansão da área alcançada. Quando Roma deixou de ser uma cidade-estado, o imperialismo forçou-a inexoravelmente à imitação do Egito, da Pérsia, da Macedônia. O colapso da liberdade, dando origem ao individualismo e ao caos, tinha de criar um novo governo e forjar uma nova ordem para o Império alargado. Todo o mundo mediterrâneo, em desordem, estava aos pés de Otávio, à espera de das soluções do estadista.

Otávio foi bem-sucedido onde César falhara porque era mais paciente e tortuoso, porque jogava com a estratégia das palavras e formas, porque se movia lenta e cautelosamente onde seu tio-avô era forçado, pela brevidade do tempo, a ferir tradições muito vivas e acumular uma geração de mudanças em meio ano de vida. Ademais, Otávio dispunha de meios. Quando trouxe para Roma o tesouro do Egito, diz Suetônio, "o dinheiro tornou-se tão abundante que os juros caíram" de 12 para 4 por cento, e o valor das propriedades subiu enormemente. E logo que Otávio proclamou sagrada a propriedade e deu como finda a era das proscrições e confiscos, o capital emergiu dos esconderijos à procura de aplicação, o comércio expandiu-se, a riqueza voltou a acumular-se, fluindo até para os trabalhadores e escravos. Todos exultaram ao saber que a Itália permaneceria a beneficiária do Império, sempre com a cidade de Roma como a capital; que a ameaça de um Oriente reerguido estava temporariamente afastada; e que o sonho de César, de uma República universal com igualdade de direitos, fora substituído pelo calmo retorno aos privilégios de uma raça senhora de tudo e de todos.

Com o produto da tremenda rapina Otávio pagou em primeiro lugar aos soldados. Conservou 200.000 homens em armas, todos presos por um juramento de lealdade a sua pessoa; os remanescentes 300.000 ele os desmobilizou e fixou na terra; e a cada soldado deu uma substanciosa quantia de dinheiro. Também não poupou generosos presentes aos generais, seus sustentáculos e amigos. Em várias ocasiões saldou déficits do Tesouro com seu dinheiro particular. Às províncias muito escoriadas pelas depredações políticas ou calamidades naturais perdoou um ano de tributo e fez grandes donativos de socorro. Dispensou aos proprietários em atraso o pagamento dos impostos devidos e publicamente queimou os documentos dessas dívidas ao Estado. Distribuía trigo de graça, prodigalizava espetáculos e jogos, presenteava com dinheiro cada cidadão. E empreendeu grande programa de obras públicas, para atender ao desemprego e embelezar Roma. Não admira, pois, que as nações o vissem como um deus.

Enquanto caudais de dinheiro passavam por suas mãos, esse *imperador burguês* vi-

via com simplicidade, retraindo-se ao luxo dos nobres, não recorrendo aos emolumentos do cargo, usando roupas feitas em casa e dormindo sempre em um pequeno cômodo do antigo palácio de Hortênsio. Quando esse palácio desapareceu em um incêndio depois de Augusto tê-lo ocupado durante 28 anos, conseguiu um novo igual ao antigo e continuou a dormir no mesmo *cubiculum* de outrora. Mesmo longe dos olhos do público vivia mais como filósofo do que como príncipe. Seu único regalo era fugir dos negócios públicos e velejar preguiçosamente ao longo da costa.

Passo a passo persuadiu, ou graciosamente permitiu que o Senado e as Assembléias o fossem cumulando de poderes iguais aos de um monarca. Conservou sempre o título de *imperator*, ou comandante supremo de todas as forças do Estado. Mas como o exército não ficava na capital e usualmente andava fora da Itália, os cidadãos esqueciam-se de que o regime era uma monarquia militar em que a força não aparecia enquanto as frases bastassem — e todas as formas extintas da República continuavam presentes. Otávio foi escolhido cônsul em 43 e 33, e em cada ano de 31 a 23. Com a autoridade tribunícia que recebeu em 36, 30 e 23, gozava da inviolabilidade de tribuno, do direito de propor leis ao Senado ou à Assembléia e do poder de vetar as ações de qualquer funcionário do Estado. Os comerciantes que se enriqueciam naquela paz, os senadores que haviam tomado o gosto dos tesouros do Egito, os soldados que graças a Otávio eram proprietários de terras, os beneficiados pelas leis, nomeações e o testamento de César — todos concordavam que o governo de um homem só é o melhor pelo menos quando esse homem é tão liberal como Otávio, tão industrioso e competente e tão devotado ao bem público.

Em 28, na qualidade de co-censor com Agripa, promoveu o censo do povo, renovou o Senado, reduziu o número de membros para 600, e foi nomeado *princeps senatus* perpétuo. Esse título queria dizer "o primeiro na lista de chamada dos senadores", breve significaria "príncipe" no sentido de governante, do mesmo modo que *imperator*, graças ao uso vitalício que ele fez desse nome, passaria a significar "imperador". Com justeza a História chamou ao seu governo e aos de seus sucessores "principado", em vez de estritamente monarquia; até à morte de Cômodo todos os "imperadores" reconheciam, pelo menos em teoria, que eram apenas chefes (*principes*) do Senado. Para realçar a fachada constitucional, Otávio abdicou todos os seus cargos no ano 27, proclamou a restauração da República e expressou o desejo (aos 35 anos) de recolher-se à vida privada. Talvez tudo fosse um arranjo; Otávio era desses que têm a honestidade como a melhor política mas quando sabiamente praticada. O Senado negou-se a sancionar a abdicação, devolvendo-lhe todos os poderes e, implorando que os aceitasse, conferiu-lhe o título de *Augustus*, que a História confunde com seu nome. Até então era esse nome aplicado apenas a objetos e lugares sagrados, e a certas divindades criadoras ou "aumentativas" (*augere*, aumentar); outorgado a Otávio, vestia-o com um halo de santidade, dando-lhe a proteção da religião e dos deuses.

O povo de Roma parece ter admitido por algum tempo que a "restauração" era real, e que ele estava recebendo de volta a República em troca de um adjetivo. Não eram o Senado e as Assembléias que faziam as leis e nomeavam os magistrados? Sim, porque Augusto ou seus agentes apenas "propunham" as leis e "indicavam" os candidatos aos cargos mais importantes. Como *imperator* e cônsul ele dirigia o exército e o Tesouro, e administrava as leis; e com o poder tribunício controlava todas as outras atividades do governo. Seus poderes não eram muito maiores que os de Péricles ou Pompeu, ou de qualquer enérgico presidente americano de

nossos dias; a diferença estava na permanência desses poderes. Em 23 Otávio resignou o consulado mas recebeu do Senado uma "autoridade proconsular" que o colocava no controle de todos os funcionários em todas as províncias. E novamente ninguém objetou; ao contrário, quando houve uma falta de trigo, o povo sitiou o Senado com pedidos para elevar Augusto à ditadura. Tanto sofrera o povo sob a oligarquia do Senado, que se inclinava para a ditadura. Augusto recusou, mas encarregou-se da *annona*, ou suprimento de víveres, e rapidamente eliminou a escassez; fez jus a tal gratidão, que com olhos complacentes Roma o via remodelar as instituições à sua imagem.

II. A NOVA ORDEM

Este governo de principado merece nossa atenção, porque sob vários aspectos foi uma das mais sutis realizações políticas da História.

Os poderes do príncipe eram a um tempo legislativo, executivo e judiciário: podia propor leis ou decretos às Assembléias e ao Senado, podia fazê-las executar e administrar, podia punir quem as violasse. Augusto, diz Suetônio, funcionava como juiz às vezes até ao cair da noite, "tendo uma liteira à mão para o caso de se sentir indisposto. ... Era altamente consciencioso e muito leniente."[1] Sobrecarregado com os deveres de tantas funções, Augusto organizou um gabinete particular, de conselheiros como Mecenas, executivos como Agripa, generais como Tibério; e um começo de burocracia administrativa composta principalmente de seus escravos e libertos.

Caio Mecenas foi um opulento homem de negócios que devotou metade de sua vida a ajudar Augusto na guerra e na paz, na política e na diplomacia; e por fim, de má vontade, também no amor. Seu palácio no Esquilino era famoso pelos seus jardins e piscinas de água quente. Os inimigos de Mecenas descrevem-no como um efeminado epicurista, porque usava sedas e jóias e conhecia todos os segredos do *gourmet* romano. Mecenas apreciava, e generosamente fomentava, a literatura e a arte; restaurou a granja de Virgílio e deu uma a Horácio, inspirou as *Geórgicas* e as *Odes*. Recusou-se a desempenhar cargos públicos, embora pudesse escolher; trabalhou anos nos princípios e pormenores da administração e política exterior; tinha a coragem de censurar Augusto quando o julgava errado; e quando morreu (8 a.C.), o príncipe sentiu sua perda como algo irreparável.

Talvez fosse a conselho de Mecenas que Augusto — homem da classe média e isento do desprezo dos aristocratas pelo comércio — nomeou tantos homens de negócio para altos cargos administrativos, inclusive o de governador de província. Ao Senado, ofendido com essa inovação, ele aplacou por meio da extensão dos poderes das comissões senatoriais e da formação de um *concilium principis* de uns 20 homens, quase todos senadores. No decorrer do tempo as decisões deste conselho alcançaram a força dos *senatusconsulta*, ou decretos do Senado; seus poderes e funções cresciam à proporção que os do Senado se apagavam. Por mais cortesias, entretanto, que Augusto lhe fizesse, o Senado não passava apenas do seu mais alto instrumento. Como censor, teve ensejo de, por quatro vezes, reformar a sua composição; podia — e o fez — afastar daquela corporação os membros que se revelassem incompetentes ou de má vida privada; muitos dos novos membros foram da nomeação de Augusto; e os questores, pretores e cônsules entrados para o Senado depois de deixarem os postos, tinham sido escolhidos por ele, ou com seu consentimento. Os mais ricos homens de negócio da Itália faziam parte do Senado, e as duas ordens de algum modo realizavam aquela *concordia* proposta por Cícero. O poder da riqueza punha em cheque o orgulho e privilégio de nascimento, e a aristocracia hereditária fazia o mesmo à irresponsabilidade da riqueza.

Por sugestão de Augusto as reuniões do Senado limitavam-se a duas por mês, uma no dia

1º, outra no dia 15, e só duravam um dia. Não se propunha qualquer medida sem o consentimento do *princeps senatus* que o presidia; e na realidade todas as medidas eram preparadas pelo próprio Augusto ou seus auxiliares. As funções judiciais e executivas do Senado tornaram-se mais importantes que as legislativas. O Senado funcionava como supremo tribunal, governava a Itália por meio de comissões, dirigia a execução de trabalhos públicos. Também governava as províncias que não exigiam extenso controle militar, mas as relações exteriores passaram a ser dirigidas pelo príncipe. Podado assim na sua antiga autoridade, o Senado tornou-se negligente em suas limitadas funções e foi cada vez mais passando toda a responsabilidade para o imperador e seu estado-maior.

As Assembléias ainda se reuniam, embora com freqüência decrescente; ainda votavam, mas só medidas e nomeações aprovadas pelo príncipe. O direito dos plebeus de ocupar cargo público praticamente terminou no ano 18 a.C., com a lei que fechava os cargos a homens que possuíssem menos de 400.000 sestéricos ($60.000).[2] Augusto candidatou-se ao consulado 13 vezes e acabou como os outros; era uma graciosa concessão técnica. Para obtar à corrupção, cada candidato tinha de dar uma garantia financeira de que se absteria do suborno.[3] O próprio Augusto, entretanto, distribuiu certa vez mil sestércios a cada eleitor de sua tribo para ter segurança de seus votos.[4] Até o século V os tribunos e cônsules continuaram a ser eleitos;[5] mas como seus principais poderes haviam passado para o príncipe, esses cargos se foram tornando mais administrativos que executivos, e por fim degeneraram em meras dignidades. O real governo de Roma fora colocado por Augusto nas mãos de funcionários regionais assalariados, equipados com uma força policial de três mil homens sob o comando de um *praefectus urbi*, ou comissário de polícia municipal. Mais tarde, para assegurar a ordem e sustentar seu próprio poder, Augusto violou os precedentes, conservando seis coortes de mil homens nas vizinhanças de Roma e três dentro da cidade. Essas nove coortes tornaram-se a Guarda Pretoriana, isto é, a guarda do *praetorium*, ou o Q. G. do comandante. Foi este corpo que no ano 41 de nossa era fez Cláudio imperador, dando início à sujeição do governo ao exército.

De Roma o zelo administrativo de Augusto passou à Itália e às províncias. Conferiu a cidadania romana, ou, mais limitadamente, os "direitos latinos", a todas as comunidades italianas que haviam contribuído para a guerra contra Cleópatra. Auxiliou as cidades italianas com donativos, embelezou-as de novas construções e estabeleceu um processo pelo qual os conselheiros provincianos podiam votar de longe nas Assembléias de Roma. Dividiu as províncias em duas classes: as que necessitavam e as que não necessitavam de defesa ativa. A estas permitiu que o Senado as governasse — Bética, Sicília, Gália Narbonense, Macedônia, Aquéia, Ásia Menor, Bitínia, Ponto, Chipre, Creta, Cirene e norte da África; as outras — "províncias imperiais" — eram governadas pelos legados, procuradores ou prefeitos do príncipe. Este inteligente arranjo permitiu a Augusto manter o controle do exército, que em sua maior parte vivia aquartelado nas províncias "perigosas"; deu-lhe a gorda renda do Egito e habilitou-o a manter sob fiscalização os governadores senatoriais por meio dos procuradores que ele nomeava para receber o tributo das províncias. Cada governador tinha um ordenado fixo, o que muito reduzia a tentação de impor multas aos súditos; ademais, um corpo de funcionários civis permitia uma administração contínua e funcionava como freio à malfeitoria de seus superiores temporários. Os reis dos Estados clientes eram tratados com sábia cortesia e davam a Augusto toda a lealdade. Muitos foram persuadidos a mandar os filhos educarem-se em Roma, com residência em seu palácio; com este generoso arranjo os jovens rebentos serviam de reféns até que subissem ao trono — e neles se tornavam instrumentos de romanização.

Depois da batalha de Ácio, quando na posse de um grande exército e de enorme esquadra, Augusto aparentemente planejou estender o Império até o Atlântico, o Saara, o Eufrates, o Mar Negro, o Danúbio e o Elba; a *Pax Romana* tinha de ser mantida, não passivamente, mas por uma política agressiva em cada fronteira. O Imperador em pessoa completou a conquista da Espanha, e com tanta habilidade organizou a administração da Gália que o país se manteve em paz durante quase um século. No caso da Pártia contentou-se com o retorno dos estandartes e prisioneiros sobreviven-

tes, tomados de Crasso em 53; mas no trono da Armênia pôs um Tigranes favorável a Roma. Para a conquista da Etiópia e da Arábia enviou expedições que não deram resultado. Na década de 19 a 9 a.C. fez que seus enteados Tibério e Druso subjugassem a Ilíria, a Panônia e a Récia. Agradavelmente provocado pelas invasões da Gália pelos germânicos, Augusto mandou Druso cruzar o Reno e rejubilou-se ao saber que o brilhante moço abrira caminho até o Elba. Mas em conseqüência de uma queda Druso passou em dores 30 dias e afinal morreu. O reservado Tibério, que o amava com apaixonamento, viajou 400 milhas a cavalo da Gália à Germânia para amparar em seus braços o irmão em suas últimas horas de vida; depois levou-lhe o corpo para Roma, caminhando na frente do cortejo todo o percurso (9 a.C.). De volta à Germânia, em duas campanhas (8-7 a.C., 4-5 d.C.), Tibério forçou a submissão das tribos entre o Elba e o Reno.

Dois desastres, sobrevindos quase juntos, transformaram essa febre de expansão em política de paz. No ano 6 de nossa era, as províncias de Panônia e Dalmácia, recentemente dominadas, revoltaram-se, massacraram todos os romanos que lá viviam e com um exército de 200.000 homens ameaçaram invadir a Itália. Tibério fez as pazes com as tribos germânicas e levou à Panônia suas legiões já desfalcadas. Com paciente e impiedosa estratégia capturou ou destruiu as colheitas do inimigo, e com guerrilhas impediu novas plantações, ao mesmo tempo que atendia ao perfeito abastecimento das tropas. Por três anos persistiu nessa tática, a despeito da geral crítica dos romanos; por fim teve a satisfação de ver os rebeldes cederem à fome — e restabeleceu o poder de Roma. Nesse mesmo ano (9 d.C.) Armínio organizou uma revolta na Germânia e, atraindo a uma armadilha três legiões de Varo, o governador romano, matou a todos os homens, exceto os que como Varo se mataram a si mesmos. Quando a notícia chegou a Augusto, diz Suetônio, sua dor foi tanta que "passou meses sem cortar o cabelo e a barba; e às vezes encostava a cabeça a uma porta e exclamava: — Quintílio Varo, devolve-me as minhas legiões!"[6] Tibério correu para a Germânia, reorganizou o exército, mas por ordem de Augusto recuou para o Reno, a fronteira romana.

Foi uma decisão penosa para o orgulho do Imperador, mas sábia. Se a Germânia ficava entregue ao "barbarismo", isto é, a uma cultura não clássica, e de mãos livres para lançar sua gente contra Roma, as mesmas razões alegáveis para a conquista da Germânia ocorriam no caso da Cítia — a Rússia do sul. Em algum ponto o Império teria de parar — e o Reno era uma fronteira, melhor do que qualquer outra a oeste dos Urais. Havendo anexado a Espanha, a Récia, Nórico, Panônia, Mésia, Galácia, Lícia e Panfília, Augusto sentiu que já justificara suficientemente seu título de "deus aumentativo". Por ocasião de sua morte o Império abrangia a área de 3.340.000 milhas quadradas, mais que o território continental dos Estados Unidos e 100 vezes a área de Roma antes das Guerras Púnicas. Augusto aconselhou seu sucessor a contentar-se com isso, o maior Império da História; a uni-lo e fortificá-lo em vez de estendê-lo. E manifestou surpresa de que "Alexandre não considerasse a tarefa de dar ordem ao Império como maior, do que a de conquistá-lo".[7] A *Pax Romana* tinha começado.

III. *SATURNIA REGNA*

Não se pode dizer que Augusto haja criado um deserto com o nome de paz. Dez anos depois de Ácio encontrava-se o Mediterrâneo em um desenvolvimento econômico sem paralelo. A restauração da ordem fora o grande estímulo. A segurança da na-

vegação, a estabilidade do governo, o conservantismo de Augusto, a entrada no giro comercial dos aferrolhados tesouros egípcios, a abertura de novas minas e a cunhagem de moedas, a confiança no dinheiro romano e a rapidez da circulação, o alívio da congestão urbana com a abertura de colônias — como poderia a prosperidade resistir a tais convites? Um grupo de marinheiros de Alexandria, desembarcando em Putéolos quando Augusto estava por lá, aproximou-se dele em vestuário de gala e ofereceu-lhe incenso como a uma deidade. Graças a ele, disseram, podiam viajar com segurança, comerciar confiantemente e viver em paz.[8]

Augusto estava convencido, como convinha a um neto de banqueiro, de que a melhor política era a da liberdade e segurança. Protegia todas as classes com leis bem concebidas, guardava as rotas de transporte, emprestava dinheiro sem juros aos proprietários de terras,[9] e contentava os pobres com o trigo do Estado, loterias e donativos ocasionais; tudo mais que se desenvolvesse como pudesse, livre — mais livre do que antes. As obras públicas eram agora maiores do que nunca e muito contribuíam para a restauração da vida econômica. Ergueram-se 82 templos; um novo Fórum e uma nova basílica foram acrescentados aos existentes para facilitar as operações monetárias e os julgamentos judiciários; nova casa do Senado substituiu a que servira de fogueira a Clódio, com colunadas para anteparo do sol; o teatro começado por César foi concluído, recebendo o nome de Marcelo, genro de Augusto; e os ricos eram estimulados pelo Imperador a dispender parte da fortuna na construção de basílicas, templos, bibliotecas, teatros e estradas. "Aos que celebravam triunfos," diz Dion Cássio, "ele recomendava a ereção, à custa dos despojos, de qualquer monumento público comemorativo."[10] Augusto queria que a majestade de Roma realçasse o seu poder. Lá pelo fim da vida observou que tinha encontrado uma Roma de tijolos e deixava uma de mármore.[11] Perdoável exagero: ele encontrara muito mármore e deixava muito tijolo. Mas raramente um homem fez tanto por uma cidade.

Seu ajudante na reconstrução de Roma foi Marco Vipsânio Agripa, o amigo perfeito que com Mecenas ajudava-o na política. Em seu ano como edil (33 a.C.) Agripa conquistou para Augusto as graças do povo com a abertura de 170 banhos públicos, distribuição gratuita de azeite e sal, jogos durante 55 dias seguidos e barbeiros de graça para todos os cidadãos por um ano — aparentemente à custa de seu próprio bolso. Sua habilidade podia ter feito dele um novo César; preferiu servir Augusto pelo espaço de uma geração. Nada sabemos contra sua vida particular ou pública; o mexerico romano, que não respeitava ninguém, nunca se lembrou dele. Agripa foi o primeiro romano a bem compreender a importância do poder marítimo. Construiu e dirigiu a esquadra que derrotou Sexto Pompeu, suprimiu os piratas e em Ácio entregou o mundo a Otávio. Três vezes ofereceram-lhe o triunfo, depois destas vitórias e da pacificação da Espanha, da Gália, da Trácia, e das três vezes Agripa recusou. Enriquecido por um príncipe grato, continuou a viver sem luxo, tão devotado agora às obras públicas como antes o fora à preservação do Estado. Com recursos de sua própria bolsa pôs centenas de trabalhadores no reparo das estradas, de edifícios, dos esgotos, e restaurou o aqueduto Marciano. Construiu novo aqueduto, o Juliano, e melhorou o serviço de águas de Roma com 700 poços, 500 chafarizes e 130 reservatórios. Quando o povo se queixou do alto preço do vinho, Augusto respondeu alusivamente: "Meu genro Agripa vai providenciar para que Roma não sofra de sede."[12] Agripa, o maior dos engenheiros romanos, criou um espaçoso porto e um centro de construções navais com a ligação dos lagos Lucrino e Averno com o mar. Construiu com imponência os

primeiros banhos públicos, que iriam distinguir Roma das outras cidades. E, mais uma vez à sua custa, elevou um templo a Vênus e Marte, mais tarde reconstruído por Adriano e que conhecemos como o Panteão — e ainda traz no pórtico as palavras, M. AGRIPPA ... FECIT. Organizou uma inspeção de 30 anos no Império, escreveu um tratado de geografia e gravou em mármore o mapa do mundo. Como Leornado da Vinci, era cientista, engenheiro, inventor de projéteis bélicos e artista. Sua morte, tão antes do tempo (12 a.C., com 50 anos), figura entre as muitas mágoas que entristeceram os últimos anos de Augusto, o qual lhe dera em casamento sua filha Júlia e esperava legar-lhe o Império, como ao homem mais adequado a governá-lo com honestidade e eficiência.

Os dispendiosos trabalhos públicos combinaram-se com a extensão dos serviços governamentais para a elevação das despesas públicas a números sem precedentes. Salários aos funcionários provinciais e municipais, aos burocratas e à polícia; manutenção de exército e esquadra; trigo e jogos para sossego da plebe. Como as despesas não podiam ser atendidas pela receita comum e não havia os saques contra o futuro dos empréstimos, a taxação no tempo de Augusto tornou-se uma ciência e uma atividade incessante. Augusto não era inexorável; freqüentemente perdoava taxas a indivíduos ou cidades em má situação, ou pagava-as de seu bolso. Devolveu às municipalidades 35.000 libras de ouro que lhe foram oferecidas como "presente da coroação" durante o seu quinto consulado, e recusou muitos donativos.[13] Aboliu a taxa territorial imposta à Itália ao tempo da Guerra Civil; em substituição lançou uma taxa de 5 por cento nas heranças, excetuados os parentes próximos e os pobres.[14] Nas vendas em leilão impôs a taxa de 1 por cento; a de 4 por cento na venda de escravos; a de 5 por cento na alforria; e direitos alfandegários de 2,5 a 5 por cento eram coletados em quase todos os portos. Todos os cidadãos também eram sujeitos a taxas municipais, e o negócio de terrenos em Roma não comparticipava da isenção de taxa territorial concedida à Itália. Pagava-se taxa pela água das fontes públicas. Considerável renda advinha do arrendamento de terras públicas, minas e centros de pesca, bem como do monopólio do sal e das multas impostas pela justiça. As províncias pagavam um *tributum soli*, ou taxa da terra, e um *tributum capitis* — literalmente taxa por cabeça, mas na realidade taxa sobre a propriedade pessoal. Os impostos fluíam para dois cofres em Roma, ambos guardados em templos: o Tesouro nacional (*aerarium*), controlado pelo Senado e o Tesouro imperial (*fiscus*), do imperador. (Os *fisci* eram, na República, os cestos selados em que o dinheiro das províncias vinha para Roma.) Para o imperador iam as rendas de suas vastas propriedades pessoais e também os legados de amigos e bem-intencionados. Durante a vida de Augusto esses legados subiram à soma de 1.400.000.000 de sestércios.

Em resumo, a taxação sob o Principado não era opressiva, e até Cômodo superava de muito a arrecadação. As províncias prosperavam e erguiam altares de gratidão ao divo Augusto; mesmo na artificialíssima Roma teve ele de censurar o povo pelo excesso de elogios que lhe dava. Um entusiasta percorreu as ruas convidando homens e mulheres a se "devotarem" a Augusto, isto é, a se matarem quando ele morresse. No ano 2 a.C. Messala Corvino, que havia tomado o acampamento de Otávio em Filipos, propôs que lhe concedessem o título de *pai da pátria*. E o Senado, satisfeito de trazer sobre si tão poucas responsabilidades e dispor de tantas honras e riquezas, alegremente lhe concedeu esse e outros títulos. A classe comercial, agora mais rica do que nunca, celebrava-lhe o aniversário com uma festa de dois dias cada ano. "Toda espécie de gente", escreveu Suetônio,[15] "trazia-lhe presentes nas calendas de janeiro" — dia de Ano-Novo. Quando um incêndio destruiu seu velho palácio, todas as tribos e associações do Império contribuíram para a construção do novo; Augusto só aceitou um

denário de cada pessoa e isso foi mais que suficiente. Todo o mundo mediterrâneo, depois da longa tragédia, parecia feliz; e Augusto estava autorizado a crer que sua grande paciência e seu aturado trabalho eram a causa de tal felicidade.

IV. A REFORMA DE AUGUSTO

Augusto destruiu sua própria felicidade ao procurar fazer o povo, além de feliz, bom; foi uma imposição que Roma nunca perdoou. A reforma moral é o mais difícil e delicado ramo do estadismo; poucos governantes ousaram tentá-la; a maioria deles deixa-a aos hipócritas e santos.

Augusto começou modestamente, procurando obstar a transformação racial de Roma. A população não estava em declínio; ao contrário, aumentava com a atração exercida pelo trigo de graça, pelo afluxo de riquezas e pela importação de escravos. Como os libertos também tinham direito ao trigo, muitos cidadãos alforriavam os escravos velhos ou doentes para que fossem alimentados pelo Estado; outros eram libertados por motivos especiais e muitos compravam a liberdade com suas próprias economias. Como os filhos dos libertos tornavam-se automaticamente cidadãos, a emancipação dos escravos e a fecundidade dos estrangeiros combinavam-se com a baixa natalidade da cepa nativa para mudar o caráter étnico de Roma. Augusto sentia-se inquieto quanto à estabilidade em tão heterogênea população — e o que poderia esperar em matéria de lealdade ao Império de homens em cujas veias corria o sangue dos povos sujeitos? Por sugestão sua, a *lex Fufia Caninia* (2 a.C.) e outras estabeleceram que o dono de até dois escravos podia libertá-los todos; o dono de três a 10 podia libertar metade; o dono de 11 a 30 podia libertar um terço; o dono de 31 a 100 podia libertar um quarto; o de 101 a 300, um quinto — e nenhum dono de escravos podia libertar mais de 100.

Era de desejar que Augusto limitasse a escravidão, em vez da liberdade. Mas a antigüidade aceitava a escravidão como natural, e teria considerado os efeitos econômicos e sociais de uma emancipação em massa, do mesmo modo que os patrões de hoje temem a indolência que pode sobrevir com a segurança do operário. Augusto pensava como sua raça e sua classe; não podia conceber uma Roma forte sem o caráter, a coragem, a habilidade política do velho romano; e, acima de tudo, da velha aristocracia. A decadência da antiga fé nas classes altas havia alijado os sustentáculos sobrenaturais do casamento, da fidelidade, da paternidade; a transição da granja agrícola para a vida urbana fizera dos filhos um encargo em vez de bênção. As mulheres preferiam ser sexualmente belas, em vez de maternalmente belas; e em geral o anseio pela liberdade individual parecia estar em conflito com as necessidades da raça. Para acentuar o mal, a caça à herança tornou-se a mais rendosa ocupação da Itália.[16] Os homens sem filhos nunca deixavam de ser vivamente cortejados por esperançosos vampiros; e tão grande número de romanos se regalavam com essa situação que ela constituía mais uma causa da esterilidade. O prolongado serviço militar afastava do casamento considerável proporção de moços, justamente nos anos mais núbeis. E grande número de romanos da boa cepa evitavam em absoluto o casamento, preferindo o convívio de prostitutas ou concubinas. Dos que se casavam, a maioria parece ter limitado a família por meio do aborto, do infanticídio, do *coitus interruptus* e dos preservativos.[17]

Augusto incomodava-se com estes sinais da civilização. Começou a sentir a necessidade de um movimento de recuo — para a velha fé, para a velha moral. Nele foi revi-

vendo o respeito pelo *mos maiorum* à medida que clareava sua visão e seu corpo se enfraquecia. Não era bom, pensava ele, que o presente rompesse tão abruptamente com o passado; para a sanidade de uma nação é preciso que haja continuidade de tradições, como para o indivíduo é preciso que haja memória. Augusto leu com crescente seriedade os historiadores de Roma e invejou as virtudes atribuídas aos antigos. O muito apreciado discurso de Quinto Metelo sobre o casamento, ele o leu no Senado e o recomendou ao povo em uma proclamação imperial. Grande parte da geração mais velha concordou com Augusto; formava uma espécie de partido puritano, ansioso pela reforma moral à força de leis; e provavelmente lhe haja dado Lívia o apoio de sua influência. Na qualidade de censor e tribuno Augusto promulgou — ou fez passar na Assembléia — umas tantas leis de seqüência e datas hoje incertas, todas visando a restauração da moral, do casamento, da fidelidade, da descendência e da vida simples. Leis que proibiam aos adolescentes os espetáculos públicos, exceto na companhia de um parente adulto; excluíam as mulheres das exibições esportivas e as confinavam aos últimos bancos nos jogos dos gladiadores; limitavam as despesas caseiras em criados, banquetes, casamentos, jóias e vestidos. A mais importante dessas "Leis Julianas" (assim denominadas em homenagem ao clã em que Augusto entrou por adoção) era a *lex Iulia de pudicitia et de coercendis adulteriis* (18 a.C.) — "a lei Júlia da castidade e repressão do adultério". Pela primeira vez na história romana o casamento era posto sob a proteção do Estado, em vez de ficar sob *patria potestas*. O pai retinha o direito de matar a filha adúltera e seu cúmplice; o marido podia matar o amante da esposa só se o apanhasse em flagrante dentro de sua própria casa. Até 60 dias da descoberta do adultério da esposa, o marido podia levá-la perante o tribunal; se o não fizesse, o pai da adúltera tinha de o fazer; e se também não o fizesse qualquer cidadão podia acusá-la. A adúltera era banida, perdia um terço de sua fortuna e metade do dote, e ainda ficava impedida de casar-se novamente. Penas iguais incidiam no marido conivente no adultério da esposa. Mas uma mulher não podia acusar de adúltero ao marido, cujas relações com prostitutas eram coisa legal. E a lei aplicava-se unicamente aos cidadãos romanos.

Talvez na mesma época tenha sido promulgada outra lei, a *lex Iulia de maritandis ordinibus*, nome tomado do capítulo sobre o casamento nas "ordens", isto é, nas duas classes superiores. Os propósitos eram tríplices: encorajar o casamento restrito às duas classes, retardar a mistura do sangue romano com o sangue estrangeiro e restaurar o velho conceito do casamento como união para fins procriativos. O casamento era obrigatório para todos os homens núbeis abaixo de 60 anos e para as mulheres abaixo de 50. Eram nulos os legados que impunham ao legatário o celibato, e havia penalidades impostas aos solteiros: não podiam herdar, exceto de parentes, a não ser que se casassem dentro de 100 dias após a morte do testador, e não podiam comparecer a espetáculos públicos e jogos. Viúvas ou divorciadas só herdavam se se casassem dentro de seis meses depois do divórcio ou da morte do marido. Solteironas e esposas estéreis não podiam herdar depois dos 50 anos, nem antes se já possuíssem 50.000 sestércios ($7.500). Homens da classe senatorial não podiam contrair núpcias com mulher liberta, nem atriz, nem prostituta, e nenhum ator ou liberto podia casar-se com a filha de um senador. Mulheres devedoras de mais de 20.000 sestércios eram obrigadas a pagar a taxa de 1 por cento ao ano até que se casassem; depois do casamento o imposto decrescia com cada filho que tivesse até o terceiro, e então cessava. De dois cônsules, o que fosse pai de mais filhos tinha precedência sobre o outro. Nas nomeações para car-

gos públicos tinha preferência o candidato de mais filhos. A mãe de três filhos adquiria o *ius trium liberorum* — que significava o direito de usar um traje especial, e libertava-se do poder marital.

Essas leis ofendiam a todas as classes, mesmo à dos puritanos — os quais se queixavam de que o *ius trium liberorum* perigosamente emancipava a mãe da autoridade do homem. Outros escusavam-se do celibato alegando que a mulher moderna tornara-se muito independente, imperiosa, caprichosa e perdulária. A barragem das festas públicas aos solteiros era considerada, além de excessiva, de impossível execução; Augusto ab-rogou essa parte em 12 a.C. e a 9 d.C., a *lex Papia Poppaea* atenuou as leis julianas, facilitando a herança aos celibatários e dobrando o período em que as viúvas e divorciadas podiam casar-se para fazer jus a heranças, e também dobrou a soma que os herdeiros sem filhos podiam receber. As mães de três filhos ficaram livres das limitações impostas aos legados pela *lex Voconia* (169 a.C.). A idade limite para a ocupação de cargos foi baixada proporcionalmente ao tamanho da família. Depois de passada a lei verificou-se que os cônsules que a promoveram eram solteirões sem filhos. E o mexerico murmurava que tais leis provinham da sugestão de Augusto, que só tinha um filho, e de Mecenas que não tinha nenhum; e que enquanto as leis eram postas em vigor, Mecenas vivia em um luxo sibarítico e Augusto seduzia a mulher de Mecenas.[18]

Difícil calcular a eficácia dessas leis, a mais importante legislação social da antigüidade. Eram frouxamente aplicadas, e os recalcitrantes descobriam muitas escapatórias. Alguns casavam-se para obedecer à lei e divorciavam-se logo depois; outros adotavam crianças para fazerem jus a empregos e depois de obtidos "emancipavam-nas", isto é, desfaziam-se delas.[19] Tácito, um século mais tarde, ia considerá-las como fracassos; "o casamento e a criação de filhos não se tornaram freqüentes, tais os atrativos da vida sem filhos".[20] A imoralidade continuou, porém mais discreta e polida do que antes; Ovídio faz dela uma das belas-artes, tema de cuidadosa instrução dada aos alunos pelos mestres. O próprio Augusto duvidava da eficácia dessas leis e concordou com Horácio que as leis são inúteis quando os corações não mudam.[21] Heroicamente lutou para alcançar o coração do povo: em sua frisa nos jogos ele costumava exibir os numerosos filhos do exemplar Germânico; deu um prêmio de mil sestércios aos pais de muitos filhos;[22] ergueu um monumento à escrava que (indubitavelmente) deu à luz cinco gêmeos;[23] e rejubilou-se quando um camponês entrou em Roma com oito filhos, 36 netos e 19 bisnetos.[24] Dion Cássio pinta-o fazendo discursos públicos sobre o "suicídio da raça".[25] Augusto apreciava, talvez inspirado, o prefácio moral da história de Tito Lívio. Sob sua influência a literatura da época iria tornar-se didática e prática. Por meio de Mecenas, ou pessoalmente, persuadiu Virgílio e Horácio a porem as musas a serviço da reforma religiosa e moral; Virgílio tentou nas *Geórgicas* atrair os romanos para os campos, e tentou levá-los aos velhos deuses na *Eneida*; e Horácio, depois de muito refocilar nos prazeres do mundo, voltou sua lira para os temas estóicos. Em 17 a.C. Augusto promoveu os *ludi saeculares* — três dias de cerimônias, concursos e espetáculos comemorativos da volta da Idade de Ouro de Saturno; e Horácio foi comissionado para escrever o *carmen saeculare*, a ser cantado em procissão por 27 rapazes e 27 moças. A própria arte era usada para moralizar: o lindo *Ara Pacis* mostrava em relevo a vida e o governo de Roma; magnificentes edifícios públicos ergueram-se para representar a força e a glória do Império; vintenas de templos procuravam estimular uma fé já quase morta.

No fim, Augusto, céptico e realista, convenceu-se de que a reforma moral aguardava um renascimento religioso. A agnóstica geração de Lucrécio, Catulo e César tinha seguido seu curso, e os filhos dessa geração descobriram que o temor dos deuses é o princípio da sabedoria. O próprio Ovídio, tão cínico, iria escrever voltairianamente: *expedit esse deos, et ut expedit esse putemus* — "é conveniente que haja deuses, e que nós admitamos que eles existam".[26] Os conservadores atribuíam a Guerra Civil e os sofrimentos padecidos ao desprezo pela religião e conseqüente cólera dos céus. Por toda parte na Itália o povo castigado ansiava pela volta aos velhos altares, a fim de agradecer aos deuses a feliz restauração. Quando em 12 a.C. Augusto, depois de pacientemente esperar que Lépido morresse, sucedeu-o como *pontifex maximus*, "tamanha multidão afluiu da Itália inteira para me eleger", disse ele, "que Roma se encheu como nunca".[27] Augusto fomentava a revivescência da fé com esperança de que sua reconstrução política e moral de Roma se consolidaria com o adjunto dos deuses. E elevou os quatro colégios sacerdotais à maior dignidade e riqueza, figurou em cada um deles, tomou sobre si a nomeação de novos membros, assistia a suas reuniões, figurava em suas solenes cerimônias. Baniu de Roma os cultos egípcios e asiáticos, só abrindo exceção ao dos judeus, e permitiu franca liberdade religiosa nas províncias. Prodigalizou donativos aos templos, renovou as velhas cerimônias religiosas, as procissões, as festas. Os *ludi saeculares* não eram seculares; cada dia deles era assinalado com cânticos e rituais religiosos; sua principal significação era a volta de uma feliz amizade para com os deuses. Assim nutridos, os velhos cultos rejuvenesceram-se, animando os impulsos dramáticos e as esperanças sobrenaturais do povo. Em meio ao caos de fés e credos que fluíram para Roma depois de Augusto, os que foram por ele restaurados mantiveram-se por mais de três séculos; e depois de mortos ressuscitaram sob nomes e símbolos novos.

O próprio Augusto tornou-se um dos principais competidores de seus deuses. O tio-avô havia dado o exemplo: dois anos depois de morto, o Senado reconhecera César como uma deidade, e sua adoração espalhou-se por todo o Império. Já em 36 a.C. algumas cidades italianas haviam dado a Otávio um lugar nos panteões locais; em 27 a.C. foi o seu nome acrescentado aos dos deuses nos hinos oficiais em Roma; seu aniversário tornou-se, além de feriado, dia santo, e depois de morto decretou o Senado que seu *genius*, ou alma, seria dali por diante adorado como uma das divindades oficiais. Tudo isto era o que havia de natural na antigüidade, pois nunca houvera uma separação absoluta entre homens e deuses; estes freqüentemente tomavam formas humanas, e o *genius* criador de um Hércules, um Licurgo, um Alexandre, um César ou um Augusto parecia, sobretudo para as religiões orientais, miraculoso e divino. Os egípcios olhavam os faraós, os ptolomeus e mesmo Antônio como deidades; e como poderiam pensar diferentemente de Augusto? Os antigos não eram em tais casos tão simplórios como os simplórios de hoje imaginam. Sabiam, está claro, que Augusto era homem; deificando-lhe o *genius*, ou o de outros, usavam a palavra *theos*, "deus", como equivalente do nosso "santo canonizado"; e de fato a canonização romana decorre da deificação romana, e orar para um desses homens deificados não era mais absurdo que o rezar para um santo de hoje.

Nos lares italianos a adoração do *genius* do Imperador associou-se à adoração dos deuses Lares e do *genius* do pater-famílias; nenhuma dificuldade nisso para um povo que já de séculos vinha deificando os antepassados, erguendo-lhes altares, tomando seus túmulos como templos. Quando em 21 a.C. Augusto visitou a Ásia grega, teve

ensejo de ver os progressos de seu culto por lá. Dedicações e orações exaltavam-no como o "salvador", "o mensageiro da boa nova", "deus, o filho de deus"; afirmava-se que em sua pessoa estava o longo esperado Messias, portador de paz e felicidade ao mundo.[28] Os conselhos provinciais fizeram da adoração de Augusto o centro de suas cerimônias; um novo sacerdócio, os *Augustais*, foi nomeado pelas províncias ou municipalidades para o serviço do novo deus. Augusto refranziu a testa; por fim aceitou, como apoio espiritual ao Principado, como valiosa cimentação da igreja ao Estado, aquela adoração comum surgida no meio de tantos credos diversos e opostos. E o neto do banqueiro consentiu em tornar-se deus.

V. AUGUSTO EM PESSOA

Que espécie de homem era esse que aos 18 anos surge como o herdeiro de César, aos 31 está dono do mundo, e por meio século governa Roma, arquitetando o maior Império da antigüidade? Augusto era insípido e ao mesmo tempo fascinante; ninguém mais prosaico, e no entanto metade do mundo o adorava; sempre doentio e nada bravo, mas capaz de submeter todos os inimigos, de refazer reinos e moldar um governo que daria ao Império uma prosperidade sem exemplo durante dois séculos.

Muito mármore e bronze gastaram os escultores para fixar a figura de Augusto; alguns o mostram no tímido orgulho de uma refinada e séria mocidade; alguns, na sombria pose de um sacerdote; outros, a meio coberto pela insígnia do poder; outros, em trajes militares — um filósofo desajeitadamente representando o general. Estas efígies não revelam, embora às vezes sugiram, a má saúde que fez sua guerra contra o caos depender a cada passo de sua guerra contra a doença. Augusto não era atraente. Tinha cabelos ruivos, rosto triangular, sobrancelhas unidas, olhos claros e penetrantes, mas a expressão era tão calma, diz Suetônio, que um gaulês, que viera para matá-lo, mudou de idéia. Pele muito sensível e intermitentemente atacada de impingens; o reumatismo lhe enfraquecera a perna esquerda, fazendo-o mancar um pouco, e uma espécie de artritismo às vezes inutilizava sua mão direita. Foi um dos muitos romanos atacados em 23 a.C. por uma epidemia semelhante ao tifo; sofria de pedras na bexiga e de sono difícil; cada primavera vinha-lhe "um alargamento do diafragma; e nos dias de vento sul encatarrava-se". Tão pouco resistente ao frio que no inverno "usava um protetor sobre o peito e ceroulas de lã, camisa, quatro túnicas (blusas) e uma pesada toga". Não se atrevia a expor a cabeça ao sol. Cansava-o andar a cavalo e às vezes ia para o campo de batalha de liteira.[29] Aos 35 anos, tendo vivido dentro de um dos mais furiosos dramas da história, era já um velho — nervoso, doentio, de cansaço fácil; ninguém podia imaginar que ainda fosse viver mais 40 anos. Experimentou numerosos médicos e largamente recompensou Antônio Musa por curá-lo de certa enfermidade (abscesso no fígado?) com fomentações e banhos; em honra a Musa isentou de impostos todos os médicos de Roma.[30] Mas quase sempre era ele o médico de si mesmo. Para o reumatismo usava banhos quentes de água salgada sulfurosa; comia pouco e só coisas simples — pão comum, queijo, peixe e frutas; era tão cuidadoso com seu regime, que "às vezes comia só, antes ou depois de um banquete, nada tomando durante o seu curso".[31] Nele, como em alguns santos medievais, o corpo era conduzido pela alma, qual uma cruz.

Mas que vitalidade nervosa, que inflexibilidade de resolução, que mente penetrante, calculista e cheia de recursos! Aceitou numerosos ofícios e tomou a si responsabili-

dades só menores que as de César. Desempenhava conscienciosamente as funções desses cargos, presidia com regularidade o Senado, assistia a inúmeras conferências, julgava centenas de casos, submetia-se a cerimônias e banquetes, planejava campanhas distantes, governava legiões e províncias, visitava-as a quase todas, atendia a uma infinidade de pormenores da administração. Fez centenas de discursos e preparava-os com muita atenção à clareza, à simplicidade e ao estilo; lia-os em vez de falar espontaneamente, de medo de pronunciar alguma palavra inconveniente. Suetônio quer fazer-nos crer que pelas mesmas razões ele escrevia suas conversas e lia-as, até mesmo com a esposa.[32]

Como muitos cépticos de seu tempo, Augusto conservava as superstições mesmo depois de perdida a fé. Trazia consigo uma pele de foca para proteção contra o raio; respeitava presságios e auspícios e às vezes obedecia a avisos derivados de sonhos; recusava começar uma viagem em dia tido como azarento.[33] E era ao mesmo tempo notável pela objetividade de suas decisões e pela visão prática das coisas. Aos moços aconselhava que entrassem cedo em uma carreira ativa, de modo que o aprendido nos livros se apurasse nas experiências e imposições da vida.[34] Conservou até o fim o seu bom senso burguês, o seu conservadorismo, a parcimônia e a cautela. *Festina lente* — "apresse-se devagar" — era seu lema favorito. Mais que qualquer outro homem de sua posição, aceitava conselhos e com humildade suportava a crítica. Atenodoro, um filósofo de volta a Atenas depois de viver com ele durante anos, deu-lhe um conselho ao despedir-se: "Sempre que se encolerizar, nada diga nem faça antes de repetir as 24 letras do alfabeto." Augusto mostrou-se tão grato pelo conselho que pediu a Atenodoro para ficar mais um ano, dizendo: "Nenhum risco acompanha a recompensa que o silêncio traz."[35]

Ainda mais surpreendente que a evolução de César, de turbulento político em grande general e estadista, foi a transformação do implacável e egoístico Otávio no modesto e magnânimo Augusto. O moço que deixou que Antônio pendurasse no Fórum a cabeça de Cícero, que sem nenhum escrúpulo passava de uma facção para outra, que percorrera toda a gama dos requintes sexuais, que sem se deixar influir pela amizade ou o cavalheirismo perseguiu Antônio e Cleópatra até matá-los — esse teimoso e desagradável governante, em vez de deixar-se envenenar pelo poder, fez-se em seus últimos 40 anos um modelo de justiça, moderação, fidelidade, magnanimidade e tolerância. Ria-se dos pasquins que circulavam a seu respeito. Aconselhou Tibério a limitar-se a proceder contra ações hostis, não contra palavras hostis. Não insistia em que os outros vivessem tão simplesmente como ele; quando tinha hóspedes para jantar, retirava-se cedo da mesa para que não houvesse constrangimento. Não era arrogante; fazia parar eleitores para pedir-lhes o voto; saía e entrava em Roma secretamente para evitar a pompa; nos relevos do *Ara Pacis* não figurou destacado dos outros cidadãos por nenhuma insígnia. Suas recepções matutinas eram abertas a todos, e a todos ele afavelmente recebia. Quando um homem hesitava em apresentar alguma petição, Augusto sorria — "ele está agindo como se estivesse dando um vintém a um elefante".[36]

Nos anos de velhice, quando o amarguraram decepções e já se acostumara à onipotência e mesmo a ser um deus, deslizou para a intolerância, perseguiu escritores hostis, suprimiu obras e não deu atenção aos versos em que Ovídio se penitenciou. Certa vez mandou partir as pernas ao seu secretário Talo por haver aceito o suborno de 500 denários para revelar o conteúdo de uma carta oficial; e forçou um dos seus libertos a

suicidar-se por crime de adultério com uma dama romana. Em resumo: é difícil amar Augusto. Antes que nosso coração se vá para ele, como vai para César assassinado e para Antônio batido, temos de nos representar a fragilidade de seu corpo e as tribulações que lhe entristeceram a velhice.

VI. ÚLTIMOS DIAS DE UM DEUS

Suas tragédias eram quase sempre caseiras. De três esposas — Cláudia, Escribônia e Lívia — só tivera uma filha: involuntariamente Escribônia vingou-se do divórcio dando-lhe Júlia. Augusto esperou que de Lívia lhe viesse um filho homem, que ele treinasse e educasse para o governo; mas Lívia, mãe já de dois filhos esplêndidos, Tibério e Druso, não lhe correspondeu às esperanças. Fora daí, uma união muito feliz. Tratava-se de uma mulher de senhoril beleza, caráter firme, grande compreensão; com ela debatia Augusto as medidas de maior importância, e atendia-lhe as observações como às de seus mais sábios amigos. Perguntada como adquirira tal influência sobre o esposo, respondeu: "sendo escrupulosamente casta... nunca me metendo em seus negócios e fingindo nada saber das favoritas com quem ele tinha amores".[37] Lívia era um modelo das antigas virtudes romanas e talvez insistisse nelas demais. Seu tempo de folga devotava-o à caridade, ajudando pais de grandes famílias, provendo dotes para noivas pobres, custeando a manutenção de muitos órfãos. Seu palácio virara asilo de órfãos; porque era lá, e em casa de sua irmã Otávia, que Augusto superintendia a educação de seus netos, sobrinhos e sobrinhas, e ainda dos seis filhos sobreviventes de Antônio. Cedo mandava os rapazes para o exército, e às meninas fazia-lhes ensinar a fiar e tecer, e "proibia-lhes de dizer ou fazer qualquer coisa às ocultas, que não pudesse ser anotada no diário da casa".[38]

Augusto aprendeu a amar Druso, filho de Lívia; adotou-o e criou-o, e de bom grado lhe legaria a fortuna e o poder; a prematura morte do moço foi uma de suas primeiras amarguras. A Tibério respeitava, mas não amava, porque seu futuro sucessor era de caráter imperioso, taciturno e muito fechado. Mas a vivacidade e graça de Júlia em menina devem ter dado à Augusto muitos momentos felizes. Chegada aos 14 anos, Augusto persuadiu Otávia a consentir no divórcio de seu filho Marcelo e casou-o com Júlia. Dois anos depois Marcelo morria; e Júlia, após breve luto, entrou a gozar a liberdade com que sempre sonhara. Mas não tardou que o casamenteiro Augusto, sempre ansioso por um herdeiro, induzisse o relutante Agripa a também divorciar-se e casar-se com a alegre viuvinha (21 a.C.). Estava Júlia com seus 18 anos; Agripa nos 44 — mas era um grande homem, bondoso e agradavelmente rico. Júlia fez de sua residência um salão encantado e tornou-se a alma da turma alegre da cidade, sempre em choque com os puritanos chefiados por Lívia. O mexerico acusava Júlia de enganar o esposo e atribuem-lhe uma incrível resposta à incrível pergunta de como, a despeito de seus adultérios, todos os seus cinco filhos serem parecidos com Agripa: *Numquam nisi nave plena tollo vectorem.*[39] Depois da morte de Agripa (12 a.C.), Augusto voltou suas esperanças para os filhos mais velhos de Júlia, Gaio e Lúcio; dedicou-lhes a maior afeição, educou-os e pô-los em cargos públicos antes da idade legal.

Viúva novamente, Júlia, mais rica e bela do que nunca, deu-se a uma série de amores que se tornaram o escândalo de Roma e contrariavam as "leis julianas". Para sanar a situação, e talvez também para reconciliá-la com sua esposa Lívia, Augusto arran-

jou-lhe um terceiro casamento. Tibério foi compelido a divorciar-se de Vipsânia Agripina, filha de Agripa e então grávida, para relutantemente casar-se com a também relutante Júlia (9 a.C.). Tibério fez o que pôde para ser um bom marido; mas Júlia desistiu de ajustar-se ao estoicismo do esposo e voltou aos amores livres. Tibério tudo suportou em um silêncio enfurecido. A *lex Iulia de adulteriis* exigia que como esposo ele a denunciasse à justiça; Tibério desobedeceu à lei para proteger seu autor, e talvez a si mesmo, já que tanto ele como sua mãe Lívia esperavam que Augusto o adotasse como filho e herdeiro do Império. Quando se tornou claro que o Imperador favorecia os filhos de Júlia com Agripa, Tibério resignou seus cargos e retirou-se para Rodes. Sete anos lá permaneceu como cidadão comum, entregue à solidão e a estudos astronômicos e astrológicos. Mais livre do que nunca, Júlia borboleteava de um amor para outro; as festas de seu bando enchiam o Fórum à noite.[40]

Augusto, um inválido de 60 anos (2 a.C.), sofria tudo que um pai e um príncipe podem sofrer do simultâneo colapso de sua família, sua honra e suas leis. Por essas leis tinha o pai da adúltera de acusá-la publicamente, caso não o fizesse o esposo. Provas da má conduta de Júlia foram-lhe apresentadas, e amigos de Tibério fizeram-lhe ver que se ele, como pai, não agisse, eles, como cidadãos, agiriam e levariam Júlia aos tribunais. Augusto resolveu antecipá-los — e estava a festança do amor no auge, quando saiu o decreto banindo Júlia para a ilha de Pandatária, um rochedo árido na costa da Campânia. Um de seus amantes, filho de Antônio, viu-se forçado a matar-se; outros foram exilados. Febe, uma liberta de Júlia, preferiu enforcar-se a testemunhar contra a ama; "Eu antes quisera ser pai de Febe do que de Júlia", foi o comentário do Imperador. O povo de Roma pediu-lhe que perdoasse a filha, e Tibério também. Mas quando Tibério subiu ao trono apenas mudou o lugar de residência da exilada — passou-a para Régio, e lá faleceu Júlia, arrasada e esquecida, depois de 16 anos de confinamento.

Seus filhos Gaio e Lúcio já de muito tempo a tinham precedido na morte: Lúcio, vítima de uma doença em Marselha (2 d.C.) e Gaio, de um ferimento recebido na Armênia (4 d.C.). Assim deixado sem ajudante ou sucessor, num tempo em que a Germânia, a Panônia e a Gália ameaçavam revoltar-se, Augusto relutantemente chamou Tibério (2 d.C.), adotou-o como filho e co-regente e mandou-o combater. De volta, depois de cinco anos de duras e bem-sucedidas campanhas, toda Roma, que o detestava pela sua severidade de puritano, resignou-se ao fato de que, embora ainda vivo Augusto, Tibério já começasse a governar.

A última tragédia da vida é viver demais — sobreviver a si mesmo e sentir-se proibido de morrer. Quando Júlia partiu para o exílio, Augusto não era velho em anos; muitos homens de sua idade mostram-se ainda perfeitamente vigorosos. Mas Augusto vivera muitas vidas e morrera muitas mortes desde o dia de sua chegada a Roma para vingar a morte de César. Por quantas guerras e batalhas e quase-derrotas, quantas dores e doenças, quantos perigos e conspirações e fracassos de nobres intentos não havia ele passado naqueles 42 anos tão cheios! E quantas esperanças falhadas, até que só ficasse em campo aquele taciturno Tibério! Quiçá fosse mais sábio morrer como Antônio — no apogeu da vida e nos braços do amor. Que saudades do tempo em que Júlia e Agripa eram felizes e seus netos brincavam pelo palácio! Agora, outra Júlia, filha de sua filha, estava moça e seguindo o caminho da mãe, como resolvida a ilustrar ao vivo os versos da *Arte de Amar* de seu amigo Ovídio. No ano 8 de nossa era, havendo recebido provas do adultério da segunda Júlia, Augusto exilou-a para uma ilha

do Adriático, ao mesmo tempo que bania Ovídio para Tomos, no Mar Negro. "Antes nunca me houvesse casado", dizia o velho Imperador, "ou tivesse morrido sem prole." Augusto chegou até a pensar na morte por inanição.

Toda a grande estrutura que erguera parecia-lhe agora em ruínas. Os poderes que por amor à ordem ele assumira haviam deixado em desfalque o Senado e as Assembléias. Cansados de ratificações e adulações, os senadores pouco iam às sessões, e muita pouca gente afluía aos *comitia*. Postos que outrora despertavam as ambições dos homens mais enérgicos eram agora desprezados como coisas vazias, meras vaidades. A própria paz que Augusto organizou e a segurança que conquistou para Roma iam afrouxando a fibra do povo. Ninguém queria alistar-se no exército, não reconhecendo a inexorável periodicidade da guerra. A ostentação tomara o lugar da simplicidade; a luxúria substituía a união fecunda; a grande raça estava começando a morrer.

Tudo isto o velho Imperador via e sentia. Ninguém para lhe dizer que apesar de uma centena de defeitos e da meia dúzia de idiotas que subiram ao trono, o estranho e sutil Principado por ele estabelecido estava destinado a dar a um Império o mais longo período de prosperidade que jamais se vira ; e que a *Pax Romana* iniciada com a *Pax Augusta*, iria, com o tempo, ser considerada a maior de todas as realizações políticas. Como Leonardo da Vinci, Augusto admitiu que houvesse falhado.

A morte o levou calmamente em Nola, com 76 anos de idade (14 d.C.). Aos amigos à cabeceira repetiu as palavras de uso no fim das comédias romanas: "Desde que representei bem o meu papel, batei palmas e entre aplausos, deixai-me afastar do palco." Augusto abraçou a esposa dizendo: "Recorda a nossa longa união, Lívia. Adeus!" e com isto finou-se.[41] Dias depois seu corpo entrava em Roma conduzido ao ombro de senadores, e foi cremado no Campo de Marte, enquanto crianças das classes altas entoavam a lamentação dos mortos.

CAPÍTULO XIII

A Idade de Ouro

30 a.C. — 18 d.C.

I. O ESTÍMULO DE AUGUSTO

SE para a produção literária e artística a paz e a segurança mostram-se mais favoráveis que a guerra, a guerra e as perturbações sociais revolvem o solo em redor das plantas do pensamento e nutrem as sementes que vão amadurecer na paz. A vida calma não produz grandes idéias nem grandes homens, mas as compulsões das crises, os imperativos da sobrevivência arrancam as coisas velhas e apressam o crescimento das novas. A paz logo depois de uma guerra vitoriosa é estimulante como uma convalescença rápida; os homens rejubilam-se do simples fato de viverem, e muitas vezes rompem em cantos.

A gratidão dos romanos por Augusto vinha de haver ele curado, por meio de grave operação cirúrgica, o cancro do caos que lhes ia devorando a vida cívica. E admiravam-se de se verem tão ricos logo depois da devastação, e exaltavam-se ao notar que a despeito da desordem anterior, que os deixara sem defesa, ainda eram senhores do que lhes parecia o mundo inteiro. Olhavam para a história, do primeiro ao segundo Rômulo, do criador ao restaurador, e julgavam-na epicamente admirável; e não se surpreenderam quando Virgílio e Horácio puseram em verso a gratidão, a glória, o orgulho que sentiam, e Tito Lívio fez o mesmo em prosa. Melhor ainda, a vasta região que Roma havia conquistado não era toda barbaresca; uma grande área abrangia os povos de cultura helenística, refinados de língua, literatura e ciência, maduros em filosofia e belas-artes. Esta riqueza espiritual estava agora fluindo para Roma, estimulando a imitação, e a rivalidade forçando a língua e as letras latinas a se expandirem. Dez mil palavras gregas tinham entrado para o vocabulário latino, 10.000 estátuas e pinturas gregas enfeitavam o Fórum romano, os templos, as ruas, as casas.

O dinheiro passava dos captores do tesouro egípcio, dos negligentes donos do solo italiano e dos exploradores dos recursos do Império até para a mão de artistas e poetas. Escritores dedicavam suas obras aos ricos na esperança de receberem recompensas que lhes permitissem mais produção; assim, Horário ofertava suas odes a Salústio, Élio Lâmia, Mânlio Torquato e outros. Messala Corvino reunira ao seu redor um grupo e cuja estrela era Tibulo, e Mecenas fazia-se perdoar de sua opulência e de seus versos por meio de presentes a Virgílio, Horácio e Propércio. Antes da irascibilidade dos últimos anos seguiu Augusto, em matéria literária, uma atitude liberal; agradava-lhe ver as letras e as artes absorverem as energias que outrora se encaminhavam para a política; ele pagaria para que se escrevessem livros contanto que o deixassem só com o Estado. Sua generosidade para com os poetas tornou-se tão notória que um enxame

de vates lhe esvoaçava em torno onde quer que ele estivesse. A um grego que insistentemente o aguardava na porta do palácio para oferecer-lhe uns versos, Augusto retaliou detendo-se, compondo algumas linhas e mandando entregá-las ao importuno. O grego leu-as e ofereceu ao Imperador uns tantos denários, lamentando não poder dar mais. Augusto recompensou com 100.000 sestércios a sua agudeza — não a sua poesia.[1]

A torrente de livros assumiu proporções nunca vistas. Todo mundo, desde o tonto até o filósofo, escrevia versos.[2] E como toda aquela poesia, e a maior parte da prosa, era destinada à leitura em voz alta, amiudavam-se reuniões em que os autores liam suas coisas para convidados ou anônimos. Disse Juvenal que uma das razões para viver no campo era escapar dos poetas que infestavam Roma.[3] Nas inúmeras livrarias da rua Argiletum os escritores faziam ponto para o debate literário, enquanto os bibliófilos sem dinheiro filavam leituras dos livros que não podiam comprar. Cartazes nas paredes anunciavam as obras novas e o preço. Os volumes pequenos eram vendidos a três e cinco sestércios, os volumes médios a 10 ($ 1,50); edições elegantes como a dos epigramas de Marcial, quase sempre com o retrato do autor, valiam em média cinco denários ($ 3,00).[4] Exportavam-se livros para todos os pontos do Império, e muitos eram publicados simultaneamente em Roma, Lião, Atenas, Alexandria;[5] Marcial ficou muito contente em saber que seus livros eram vendidos na Bretanha. Até poetas mantinham bibliotecas; Ovídio descreve afetuosamente a sua.[6] Marcial informa-nos que já havia colecionadores de edições de luxo ou manuscritos raros. Augusto montou duas bibliotecas públicas; Tibério, Vespasiano, Domiciano, Trajano e Adriano estabeleceram outras; lá pelo século IV existiam 28 bibliotecas públicas em Roma, constituindo verdadeiros centros de estudos. Estudantes e escritores de fora vinham consultá-las e os arquivos públicos; Dionísio veio de Halicarnasso; Diodoro, da Sicília. Roma tornara-se a rival de Alexandria como centro literário do mundo ocidental.

Esta eflorescência transformou tanto a literatura como a sociedade. As letras e as artes assumiram uma nova dignidade. Conferencistas prelecionavam sobre autores vivos; o povo recitava-lhes trechos nas ruas. Escritores ombreavam com homens de Estado e damas da alta sociedade em luxuosos "salões" como a História só os veria novamente na França. A aristocracia afinou-se literariamente e a literatura tornou-se aristocrática. O rude vigor de Ênio e Plauto, de Lucrécio e Catulo, cedeu a uma delicada beleza, ou a uma travessa complexidade, na expressão e no pensamento. Os escritores afastaram-se do povo comum, deixaram de descrever-lhe os costumes e de falar a sua linguagem; entre a literatura e a vida real acabou ocorrendo o divórcio que iria esterilizar as letras latinas. As formas decorriam dos moldes gregos, os termos eram propostos pela tradição grega ou pela corte de Augusto. Quando escapava dos pastores de Teócrito e do amor de Anacreonte, a Poesia cantava didaticamente as alegrias da agricultura, a moralidade dos antepassados, a glória de Roma e o esplendor de seus deuses. A literatura tornou-se a serva da política, um sermão polifônico que atraía o país para as idéias de Augusto.

Duas forças opuseram-se a esta mobilização das letras pelo Estado. Uma era o "profano vulgo" detestado por Horácio, vulgo que preferia a independência e o sal das velhas sátiras e comédias à encaracolada e perfumada beleza da literatura nova. A outra força era o submundo de festa e pecado a que Clódia e Júlia pertenciam. A mocidade deste grupo vivia em franca rebelião contra as leis julianas, não queria saber de reforma moral, tinha seus próprios poetas, seus salões, suas normas. Nas letras, como na vida, as duas forças se entrechocavam, cruzando-se em Tibulo e Propércio, om-

breando a casta piedade de Virgílio com as obscenas audácias de Ovídio, lançando no exílio duas Júlias e um poeta, e por fim exaurindo-se ambas na Idade de Prata. Mas o fermento dos grandes acontecimentos, o lazer da riqueza e da paz, a majestade do mundo a reconhecer o predomínio de Roma venceram a corrosão dos subsídios oficiais e produziram uma Idade de Ouro cuja literatura foi a mais perfeita, na forma e no fundo de todas as registradas pela História.

II. VIRGÍLIO

O mais amável dos poetas romanos nasceu em 70 a.C. em uma granja perto de Mântua, onde o rio Míncio corre preguiçosamente rumo ao Pó. A capital do Império dali por diante iria dar berço a poucos eminentes romanos; os grandes homens viriam da Itália e depois das províncias. Talvez houvesse nas veias de Virgílio algum sangue celta, porque por longo tempo fora Mântua ocupada pelos gauleses; tecnicamente Virgílio era um gaulês de nascimento, porque só 21 anos depois iria a Gália Cisalpina receber de César a equiparação de cidadania. O homem que com mais eloqüência cantou a majestade e o destino de Roma não mostrava a rude masculinidade da velha cepa; tangia as cordas celtas com um misticismo, uma ternura e uma graça inexistentes no romano puro.

Como funcionário da justiça, o pai de Virgílio junta bastante para adquirir uma granja e montar uma criação de abelhas. Naquela murmurejante quietude passou o poeta a meninice; a abundante vegetação do bem irrigado norte ficou para sempre em sua memória, e Virgílio nunca se sentiu verdadeiramente feliz senão naqueles campos e à margem daqueles riachos. Aos 12 anos foi mandado para a escola em Cremona, aos 14 para Milão, aos 16 para Roma, onde estudou retórica e matérias anexas com o mesmo professor de Otávio. É provável que depois disso haja freqüentado as preleções de Siro, o Epicurista, em Nápoles. Muito se esforçou Virgílio para aceitar a filosofia do prazer, mas a ruralidade o impedia. Parece ter voltado para o norte depois desse período de estudos, porque em 41 a.C. vamos encontrá-lo fugindo a nado para escapar aos esbirros que seqüestraram violentamente a granja de seu pai; Otávio e Antônio haviam-na confiscado porque a região fora favorável a seus inimigos. Asínio Polião, o erudito governador da Gália Cisalpina, tentou, mas não conseguiu, a devolução da propriedade. À guisa de compensação protegeu o moço e estimulou-o a prosseguir nas *Éclogas* já começadas.

Em 37 já estava Virgílio a se embriagar com o vinho da fama em Roma. As *Éclogas* (Seleções) acabavam de vir a público, e foram muito bem recebidas; trechos recitados por uma atriz no palco foram aplaudidos com calor.[7] Eram pastorais à maneira de Teócrito, belos de estilo e ritmo, os mais melodiosos hexâmetros de ternura e amor romântico que Roma jamais ouvira. Sua vida na capital do Império distanciara-o do solo e fazia-o idealizar a vida do campo; e os leitores gostavam de imaginar-se transformados em pastores de carneiros nas costas dos Apeninos, com o coração magoado de amor não retribuído.

Mais vivas que estas reminiscências de Teócrito eram as cenas rurais. Também aqui Virgílio idealizava, mas já não imitava. Havia de fato ouvido os rudes cantos dos lenhadores e o incessante zumbido das abelhas;[8] havia sentido o desespero do agricultor que, como milhares de outros, tinha perdido sua terra.[9] E acima de tudo refletia as esperanças de todos pelo fim da guerra e do facciosismo. Os Livros Sibilinos tinham

predito que depois da Idade do Ferro voltaria a Idade Áurea de Saturno. Quando em 40 a.C. um filho nasceu a Asínio Polião, o protetor de Virgílio, o poeta anunciou na *Quarta Écloga* o começo da nova idade:

Ultima Cumaei venit iam carminis aetas;
magnus ab integro saeclorum nascitur ordo.
Iam redit et Virgo, redeunt Saturnia regna;
iam nova progenies, caelo demittitur alto.
Tu modo nascenti puero, quo ferrea primum
desinet, ac toto surget gens aurea mundo,
casta fave Lucina, tuus iam regnat Apollo —

"E agora vem a última idade (anunciada) no canto da Cumas (sibila de); a grande sucessão das épocas renasce de novo. Agora volta a Virgem, volta o reino de Saturno; uma nova raça desce do alto dos céus. Ó casta Lucina (deusa dos partos), sorri para o infante que acaba de nascer, em cujo tempo a raça do ferro chegará ao fim e a raça do ouro se erguerá no mundo. Teu Apolo é agora rei."

Dez anos depois estas profecias se realizavam. Foram postos de lado os instrumentos da guerra; nova geração emergiu, já não armada com o ferro, mas com o ouro. Pelo resto da vida de Virgílio em Roma não temos notícia de nenhuma perturbação; a prosperidade e a felicidade cresciam e Augusto era saudado como o salvador, embora não um Apolo. Sua corte quase real aplaudiu o otimismo dos versos do poeta; Mecenas quis conhecê-lo, teve boa impressão e nele viu um bom instrumento popular para as reformas de Otávio. Isto mostra a penetrante visão desse homem, pois que para todos Virgílio, então com 33 anos, não passava de um pobre rústico, acanhado a ponto de gaguejar, sempre a fugir dos lugares públicos onde pudesse ser reconhecido e apontado, sempre pouco à vontade na impertinente e volúvel sociedade de Roma. E além disso era ainda mais doente que Otávio — um verdadeiro inválido, vítima de dores de cabeça e garganta, perturbações de estômago, freqüentes escarros de sangue. Virgílio nunca se casou, e parece não ter sentido mais que o seu Enéias a completa falta de amor. Aparentemente se consolou durante certo tempo com a afeição de um rapaz escravo; em Nápoles era conhecido como "o virgem".[10]

Mecenas tratou-o generosamente, fez Otávio restituir-lhe a velha granja confiscada e sugeriu-lhe a composição de alguns poemas glorificadores da vida agrícola. Por esse tempo (37 a.C.) estava a Itália pagando o preço pelo crime de reduzir tão grande parte do solo a pastagens, pomares e vinhedos; Sexto Pompeu bloqueava os cereais da Sicília e da África, de modo que a carestia ia fermentando uma nova revolução. A vida urbana era enervante para a mocidade italiana; do ponto de vista da sanidade nacional impunha-se a restauração das granjas. Virgílio prontamente concordou; conhecia a vida rural, e conquanto muito fraco para suportar-lhe as durezas, era o homem para pintar com encanto o viver campesino. Localizou-se em Nápoles e depois de sete anos de trabalho de polidor emergiu com seus poemas de maior perfeição, as *Geórgicas* — literalmente "o trabalho da terra". Mecenas encantou-se e levou-o consigo para o sul (29 a.C.) ao encontro de Otávio, de volta da guerra contra a rainha do Egito. Na pequena cidade de Atela o cansado general fez pouso e durante quatro dias ouviu os dois mil versos do poema. Aquilo ajustava-se a sua política ainda mais completamente do que Mecenas havia previsto. Otávio tinha de desmobilizar a maior parte dos imensos exércitos que lhe haviam conquistado o mundo; tinha de fixar os

veteranos em lotes de terras — e aquietá-los, e alimentar as cidades, preservar o Estado, tudo por meio do trabalho rural. Daquele momento em diante, Virgílio ficou em situação de só pensar na poesia.

Nas *Geórgicas* um grande artista joga com a mais nobre das artes — o cultivo do solo. Virgílio tira muito de Hesíodo, Arato, Catão, Varrão, mas transforma-lhes a prosa rude ou os maus versos em jóias finamente cinzeladas. Abrange respeitosamente todos os ramos da agricultura — a variedade e o tratamento do solo, as estações de semeadura e colheita, a plantação da oliveira e da vinha, a criação de bois, cavalos e carneiro e o cuidado das abelhas. Todos os aspectos da lavoura interessam-no e encantam-no, e ele chega a precaver-se:

Sed fugit interea, fugit irreparibile tempus,
Singula dum capti circum vectamur amore — [11]

"Foge o tempo, foge de modo irreparável, enquanto, enleados no amor (de nossos temas), nós nos demoramos em cada minúncia." Ele tem uma palavra para as doenças dos animais e o como tratá-los. Descreve com simpatia e compreensão os animais comuns na vida agrícola; não cessa de admirar-lhes a simplicidade dos instintos, a força de suas paixões, a perfeição de suas formas. Idealiza a vida rural mas não lhe esconde as rudezas e vicissitudes, o trabalho extenuante, a eterna luta contra os insetos, o torturante pêndulo da seca e do aguaceiro. Não obstante, *labor omnia vincit*[12](o trabalho a tudo vence); há no trabalho agrícola um propósito e um resultado que lhe dão dignidade; nenhum romano deve envergonhar-se de conduzir a charrua. O caráter moral, diz Virgílio, desenvolve-se na granja; todas as velhas virtudes que fizeram a grandeza de Roma foram plantadas e nutridas na granja; não há nenhum processo de semeadura, proteção, cultivo e colheita que não tenha a sua contraparte no desenvolvimento da alma. E em pleno campo, lá onde o milagre do crescimento e os caprichos do céu sugerem mil forças místicas, a alma do homem, mais prontamente do que nas cidades, percebe a presença da vida criadora e enche-se de humildade, reverência, intuição religiosa. Aqui Virgílio compõe seus mais famosos versos, começando como um nobre eco de Lucrécio mas "virgilizando-se" de maneira mais pura:

Felix qui potuit rerum cognoscere causas,
atque metus omnis et inexorabile fatum
subiecit pedibus strepitumque Acherontis avari;
fortunatus et ille deos que novit agrestis,
Panaque Silvanumque senem Nymphasque sorores.[13]

"Feliz o homem que consegue conhecer as causas das coisas e domina o medo, o inexorável fado e o voraz tumulto do Inferno. Mas feliz também o que conhece as deidades rurais, Pã e o velho Silvano e as irmãs ninfas." O camponês está certo no propiciar os deuses com sacrifícios para lhes conquistar a boa vontade; esses exercícios de piedade enfeitam com festas a rotina do trabalho e dão ao solo e à vida significação, romance e poesia.[14]

Dryden considerava as *Geórgicas* "o melhor poema do melhor poeta".[14] Com o *De Rerum Natura*, as *Geórgicas* distinguem-se pela união do belo com o didático. Roma não as tomou a sério como livro de agricultura, e não sabemos de ninguém que de-

pois de lê-las haja trocado o Fórum por uma granja; como disse Sêneca, Virgílio deve ter escrito esses êxtases rurais precisamente para agradar o gosto urbano. Seja como for, Augusto sentiu que o poeta havia realizado maravilhosamente a sugestão de Mecenas. Chamou-o a palácio e propôs-lhe trabalho ainda mais duro e amplo.

III. A *ENEIDA*

A idéia no começo era apenas cantar as batalhas de Otaviano.[15] Mas a suposta descendência divina de César — Vênus e Enéias — levou o poeta, ou talvez mesmo o Imperador, a conceber o plano de um poema épico sobre a fundação de Roma. O desenvolvimento incluía, profeticamente, a expansão de Roma no Império e na paz de Augusto. Também mostraria o papel do caráter romano nas realizações, popularizando as velhas virtudes, e pintaria seu herói reverente aos deuses e por eles guiado, como o convinha à reforma da fé e da moral em curso. Virgílio retirou-se para vários recantos da Itália e gastou 10 anos (29-19) no apuro da *Eneida*. Escrevia lentamente com a devoção de Flaubet, ditando alguns versos pela manhã e refazendo-os à tarde. Augusto esperou com impaciência a conclusão do poema; dele se informava sempre, e importunava o poeta com pedido dos trechos terminados. Virgílio retardou a remessa o mais que pôde, mas por fim leu-lhe o segundo, o quarto e o sexto livros. Otávia, viúva de Antônio, desmaiou na passagem relativa a seu filho Marcelo, recentemente falecido.[16] O poema nunca foi completado, nem teve revisão definitiva. Em 19 a.C. Virgílio visitou a Grécia, encontrou Augusto em Atenas, sofreu em Mégara um ataque de insolação, voltou e faleceu logo depois de chegar a Brundísio. No leito de morte pediu aos amigos que destruíssem o manuscrito do poema, pois só com mais três anos de trabalho o terminaria, se vivesse. Augusto não deixou que respeitassem aquela vontade do morto.

Não há estudante de latim que ignore a história da *Eneida*. Tróia está em chamas; a sombra de Heitor aparece diante do capitão dos dardânios, o "piedoso Enéias", e pede-lhe que retome dos gregos as "coisas sagradas e os deuses lares" de Tróia — e acima de tudo o *Palladium*, ou a imagem de Palas Atena, de cuja retenção dependia a existência dos troianos. "Procura para sede desses sagrados símbolos", diz a sombra de Heitor, "a cidade em que, depois de errares pelo oceano, vieres por fim te estabelecer."[17] Enéias foge de Tróia com o velho pai Anquises e o filho Ascânio. Põe-se à vela e aporta em diversos pontos, mas sempre a voz dos deuses o impele a seguir avante. Os ventos levam-no a certa praia da África onde uma princesa fenícia, Dido, está fundando uma cidade. (Quando Virgílio escreveu isto, Augusto reconstruía Cartago, segundo os planos de César.) Enéias apaixona-se por Dido. Uma oportuna tempestade leva os dois a se refugiarem em uma gruta e a consumarem o que a princesa considera seu casamento. Por algum tempo Enéias aceita essa interpretação e ajuda-a nos trabalhos da cidade. Mas os inexoráveis deuses — que, entre parêntesis, nunca deram importância ao casamento — avisam-no de que é tempo de partir; não era aquela a *sua* cidade. Enéias obedece, e abandona Dido com estas palavras:

> Jamais negarei, rainha, o muito que de mim mereces. ... Não sustive o archote de noivo, nem fiz voto de casamento. ... Mas hoje Apolo me intima a velejar. ... Deixa de consumir-te, e a mim, com essas queixas. Não é por vontade própria que procuro a Itália.[18]

Italiam non sponte sequor: aqui está o segredo do poema. Nós, que depois de 18 séculos de literatura sentimental, julgamos hoje as idéias de Virgílio e do seu herói, damos muito mais importância ao amor romântico e às relações extramaritais do que o faziam gregos e romanos. Para os antigos era o casamento mais uma união de famílias que de duas almas ou corpos; as exigências da religião ou da pátria ficavam acima dos direitos ou caprichos individuais. Virgílio trata Dido com simpatia e eleva-se a um de seus apogeus quando a pinta lançando-se à fogueira funerária e assando-se viva; depois leva Enéias para a Itália.

Desembarcados em Cumas, os troianos marcham para o Lácio e recebem as boas-vindas do rei Latino, cuja filha Lavínia está noiva de Turno, o formoso chefe de um povo vizinho, os rutulos. Enéias conquista o coração de Lavínia e do rei; Turno declara guerra ao Lácio e grandes batalhas se seguem. Para refrescar e animar Enéias, a Sibila de Cumas leva-o pela gruta do lago Averno até ao Tártaro. Assim como Virgílio das viagens de Enéias faz uma *Odisséia* e de suas guerras uma breve *Ilíada*, assim também toma Ulisses como guia no Hades e a seu turno torna-se o guia de Dante no *Inferno*. *Facilis descensus Averni* — "é fácil descer ao inferno", diz Virgílio,[19] mas seu herói acha tortuoso o caminho e confusamente complicado aquele mundo subterrâneo. Lá encontra Dido, que despreza seus protestos de amor; lá vê os vários tormentos com que são punidos os pecados da vida terrena, e a prisão onde sofrem, como Lúcifer, os semideuses rebeldes. Depois a Sibila o leva, por místicas passagens, aos Bem-Aventurados Bosques onde os de vida perfeita se aquecem ao sol nos verdes vales da alegria eterna. A sombra de seu pai Anquises, que morrera no caminho, expõe-lhe a teoria órfica do céu, purgatório e inferno, e mostra-lhe em visão panorâmica a futura glória e os futuros heróis de Roma. Num último quadro Vênus antecipa a batalha de Ácio e os triunfos de Augusto. Enéias se anima; volta à superfície da terra, elimina Turno e com mão heróica espalha em seu redor a morte. Desposa Lavínia e herda o trono do Lácio. Logo depois tomba em uma refrega e é transportado para os Campos Elísios. Seu filho Ascânio, ou Júlio, constrói Alba Longa para servir de capital das tribos latinas — e de lá partem seus descendentes Rômulo e Remo para fundar Roma, a cidade-mãe.

Parece descortesia censurar uma alma tão fina como Virgílio por causa destas amáveis lisonjas ao seu país e ao seu imperador; ou apontar defeitos em uma obra que ele talvez nunca desejasse escrever e não conseguiu completar. Não há dúvida que imita os modelos gregos, como praticamente toda a literatura romana, exceto na sátira e no ensaio, o fazia em todos os campos. As cenas bélicas não passam de débeis ecos das clangorosas batalhas da *Ilíada*, e a Aurora de dedos cor-de-rosa ergue-se tão freqüentemente como em Homero. De Névio, Ênio e Lucrécio toma episódios e frases, às vezes linhas inteiras; e Apolônio de Rodes lhe dá na *Argonáutica* o modelo para o amor trágico de Dido. Esses empréstimos eram julgados legítimos nos tempos de Virgílio como nos de Shakespeare; a literatura mediterrânea constituía uma herança ou depósito comum a todos. O fundo mitológico hoje nos cansa, agora que temos um fundo humano, pessoal, nosso, mas aquelas alusões divinas e interposições eram familiares naquele tempo e agradáveis até aos leitores mais cépticos. Na suave épica do poeta doentio sentimos saudades do torrencial de Homero da realidade sangue-e-carne dos gigantes da *Ilíada* ou da prosaica gente de Ítaca. A história de Virgílio amiúde se arrasta, e seus tipos são quase todos anêmicos, exceto os que Enéias abandona ou destrói. Dido é uma mulher viva, graciosa, sutil, apaixonada; Turno, um

guerreiro honesto e simples, traído por Latino e condenado à morte imerecida por grotescos deuses. Depois de 10 cantos de hipocrisia cansamo-nos da "piedade" de Enéias — sentimento que o deixa sem vontade própria, que lhe justifica as traições, e o leva ao triunfo unicamente por intervenção divina. Não nos causam prazer os ocos discursos com que ele mata homens bons, agravando com fastidiosa retórica a matança — esse último teste da verdade entre os homens.

Para boa compreensão e apreciação da *Eneida* cumpre não esquecermos de que Virgílio não estava escrevendo nenhum romance e sim as sagradas escrituras de Roma. Não que ele apresentasse uma clara teologia. Os deuses que movem os cordéis de seu drama são tão cheios de vício como os de Homero, e dotados de menos humor e humanidade; e de fato, todo o mal e sofrimento do enredo provêm, não dos homens e das mulheres, mas dos deuses. Talvez Virgílio concebesse essas divindades como maquinaria poética, símbolos das circunstâncias tirânicas ou de explosões do acaso; em geral oscilam entre Jove e um Destino impessoal, dirigente de todas as coisas. Virgílio gosta mais dos deuses das aldeias e campos que dos do Olimpo; não perde ensejo de comemorá-los e descrever seus ritos; e deseja que os homens readquiram a *pietas* — a reverência pelos pais, pela pátria e pelos deuses — nutrida por aquele credo rural primitivo. *Heu pietas! Heu prisca fides!* exclama — "Ai da piedade! Ai da velha fé!" Mas rejeita a tradicional concepção de um Hades em que os mortos, bons ou maus, compartilham de um destino comum; e joga com as idéias pitagóricas e órficas da reencarnação e da vida futura, tornando bem viva a noção de um céu de recompensas, de um purgatório mundificador e de um inferno de castigos.

A verdadeira religião da *Eneida* é o patriotismo, e o grande deus do poema chama-se Roma. O destino de Roma move o enredo, e todas aquelas tribulações visam a "pesada tarefa de estabelecer a raça romana" — *tantae molis erat Romanam condere gentem*. Tão orgulhoso do Império se sente o vate que não inveja a superior cultura dos gregos. Outros povos que transformem em figuras vivas a pedra e o bronze, e ponham em mapa o curso das estrelas:

> Mas tu, ó romano, tens de governar os povos.
> Tua arte é ensinar os caminhos da paz,
> Poupar aos humildes e derrubar os orgulhosos.[20]

E Virgílio também não se dói da morte da República; sabe que não foi César quem a matou, sim a guerra de classe; em cada estágio do poema ele prevê o governo restaurador de Augusto, exalta-o como a volta do reino de Saturno — e como recompensa promete-lhe admissão na companhia dos deuses. Homem nenhum jamais desempenhou melhor uma comissão literária.

Por que conservamos nós tamanha afeição por esse pietista, esse moralista, esse chauvinista, esse propagandista do imperialismo? Parte por causa da suavidade de seu espírito, entremostrada a cada instante; parte por sentirmos que suas simpatias se derramaram da Itália sobre todos os homens — e, ainda mais, sobre toda a vida. Virgílio conhece os sofrimentos dos humildes e dos grandes, o obsceno horror da guerra, a morte sempre nas pegadas dos homens mais nobres, as aflições e dores, *lacrimae rerum*, ou "lágrimas das coisas". Não se limita a imitar Lucrécio quando fala do "rouxinol chorando à sombra do álamo a perda dos filhotes, que um bruto lavrador viu e lançou, implumes, fora do ninho; toda a noite chora o rouxinol e, pousado num ga-

lhinho, renova seu canto lastimoso, enchendo de tristeza a floresta''.[21] Mas o que mais nos prende a Virgílio é a inalterável beleza do estilo. Não foi em vão que se demorou sobre cada linha, ''lambendo-a para alisá-la como faz a ursa com seus filhotes'';[22] e só o leitor que também escreve pode avaliar o esforço oculto atrás de narrativa tão fluente; quantas passagens sonoras não nos tentam a citação e a vontade de recitá-las! Talvez seja o poema muito uniformemente belo — mesmo a beleza fica sem gosto, se sua eloqüência se prolonga demais. Há um delicado encanto feminino em Virgílio, mas raramente o másculo poder de Lucrécio ou a maré montante do tumultuoso oceano chamado Homero. Começamos a compreender sua melancolia quando o representamos a pregar crenças que já não lhe animavam o peito, a escrever durante 10 anos um poema épico em que cada linha exigia o esforço do artifício e afinal morrendo com a obsedante idéia de que havia fracassado. Mas quanto ao instrumento de expressão, e mesmo quanto ao assunto, a vitória de Virgílio foi perfeita. Jamais o artifício alcançou tamanho milagre.

Dois anos depois de sua morte os testamenteiros deram publicidade ao poema. Surgiram alguns detratores: certo crítico publicou uma antologia dos defeitos; outro apontou as suas pilhagens; outro compôs oito volumes de *Semelhanças* entre versos de Virgílio e versos já existentes.[23] Mas Roma perdoou esse comunismo literário. Horácio colocou Virgílio na plana de Homero, e as escolas inauguraram 19 séculos de memorização da *Eneida*. Plebeus e aristocratas declamavam-no; artesãos e lojistas, pedras tumulares e paredes, citavam-no, os oráculos dos templos davam respostas em versos — e os versos eram da *Eneida*; começou o costume — que perdurou até o Renascimento — de abrir Virgílio ao acaso e apontar algum conselho ou profecia na primeira passagem lida. Sua fama cresceu a ponto de na Idade Média ser considerado mágico e santo. Não havia ele na *Quarta Écloga* predito o advento do salvador? E na *Eneida* não havia ele descrito Roma como a Cidade Santa da qual o poder da religião iria espalhar-se pelo mundo? Não havia, no terrível Livro VI, pintado o Juízo Final, o sofrimento dos maus, o fogo purificador do purgatório, a felicidade dos bem-aventurados no paraíso? Virgílio, como Platão, era uma *anima naturaliter christiana*, apesar de seus deuses pagãos. Dante exaltou-lhe a pureza dos versos e tomou-o como guia não só do inferno e do purgatório, como da arte de bem narrar e falar. Mílton pensava nele ao escrever o *Paraíso Perdido* e os pomposos discursos de homens e demônios. E Voltaire, de quem poderíamos esperar juízo mais severo, considerou a *Eneida* o mais belo monumento literário da antigüidade.[24]

IV. HORÁCIO

Um dos mais agradáveis quadros do mundo das letras — onde o ciúme só é menor que no mundo do amor — temo-lo em Virgílio apresentando Horácio a Mecenas. Os dois poetas encontraram-se em 40 a.C., Virgílio com 30, Horácio com 25 anos. Virgílio abriu-lhe as portas de Mecenas um ano depois — e os três conservaram-se amigos até à morte.

Em 1935 a Itália celebrou o 2.000º aniversário de Quinto Horácio Flaccus, nascido na pequena cidade de Venúsia, na Apúlia. Fora seu pai um ex-escravo elevado à dignidade de coletor de impostos — ou, dizem alguns, peixeiro.[25] Flaccus significava de orelhas acabanadas; Horácio seria provavelmente o nome do senhor de quem o pai fora escravo. Vindo aquele liberto a prosperar, mandou o filho a Roma a estudos de

retórica, e à Grécia para filosofia. Lá o rapaz juntou-se ao exército de Bruto e recebeu o comando de uma legião. Era *dulce et decorum pro patria mori* — "doce e honroso morrer pela pátria";[26] mas Horácio, que várias vezes imitou Arquíloco, no meio da batalha deita fora o escudo e põe-se a fugir. Depois de finda a luta encontrou-se privado de todas as propriedades de seu patrimônio — e "a nudez da pobreza me impeliu a escrever versos".[27] Na realidade passou a ganhar a subsistência como escrevente de um questor.

Era de baixa estatura e robusto, orgulhoso e acanhado; não gostava da gente comum mas não possuía o garbo nem os meios de freqüentar os círculos de educação igual à sua. Muito cauteloso para casar-se, satisfez-se com várias cortesãs, que podem ter sido reais ou "licenças poéticas" inventadas para demonstrar maturidade. Sobre elas escreveu com sábio constrangimento e intrincada prosódia, considerando-se merecedor de muito por não seduzir mulheres casadas.[28] Muito pobre para arruinar-se sexualmente, entregou-se aos livros e compôs perfeitos versos líricos em grego e latim. Vendo um desses poemas, Virgílio louvou-o e mostrou a Mecenas. O generoso epicurista recebeu como um cumprimento a gaguejante timidez de Horácio, em cujo pensamento encontrou um fino sabor. Em 37 Mecenas saiu com Virgílio, Horácio e outros em uma pequena excursão pela Itália até Brundísio, de barco, liteira e carruagem. Logo depois apresentou-o a Otávio, que o quis para secretário. O poeta escusou-se; não tinha paixão pelo trabalho. Em 34 Mecenas deu-lhe de presente uma casa e uma rendosa granja no vale sabino de Ustica, a 45 milhas de Roma. Estava o poeta habilitado a viver na cidade e no campo, e a escrever como os autores gostam de fazer — sem pressa e com meticuloso cuidado. (A propriedade de Horácio, desenterrada em 1932, revelou uma espaçosa mansão de 120 metros por 47, com 24 cômodos, três piscinas, diversos pavimentos de mosaico, grande jardim rodeado de um pórtico recoberto. A quinta dispunha de bastante terra e era cuidada por oito escravos e cinco famílias de *coloni.*[29])

Por algum tempo residiu o poeta em Roma, gozando a vida como espectador. Aparecia em toda parte, estudava os tipos sociais, contemplava com prazer de clínico as loucuras e vícios metropolitanos. Retratou a alguns deles em seus dois livros de *Sátiras* (34 a 30 a.C.), modeladas a princípio pelas de Lucílio e depois mais tolerantes. Denominava a esses poemas *sermones* — não no sentido de hoje mas no de conversas e diálogos íntimos, em hexâmetros quase coloquiais; ele confessava que tais versos eram prosa em tudo, salvo no metro "porque não chamaríeis poeta a quem, como eu, escreve versos tão próximos da prosa". Nesses capitosos versos "vemos" os homens e as mulheres de Roma e "ouvimo-los" falar como os romanos falavam; nada dos pastores, camponeses e heróis de Virgílio, nem os lendários libertinos e as heroínas de Ovídio, mas o escravo insolente, o ávido semita, o homem de negócios, o filósofo avarento, o pomposo conferencista, o poeta fútil, o gabola, o estadista, o transeunte da rua — tudo que era Roma. Com perigosa alegria, Horácio formula para o caçador de heranças as regras do vampiresco jogo.[30] Ri-se dos glutões que se regalam de quitutes e andam mancando com a gota.[31] Recorda o *laudator temporis acti* — "o celebrador dos tempos passados" — tempo que se os deuses no-lo quisessem devolver "nós o recusaríamos de pé firme";[32] o principal encanto do passado está em não termos de vivê-lo de novo. Horácio admira-se, como Lucrécio, dos que na cidade só pensam no campo, e no campo só pensam na cidade; dos que nunca podem gozar o que têm porque há outro que tem mais; dos que não contentes com a esposa suspiram, com mui-

to pouca imaginação, pelos encantos de outras mulheres que, a seu turno, já se tornaram prosa para outros homens. A loucura do dinheiro, conclui Horácio, é a grande doença de Roma. E pergunta ao caçador de ouro: "Por que te ris de Tântalo, de cuja boca sequiosa a água fugia sempre? Muda o nome e a história será a tua": *mutato nomine, de te fabula narratur*.[33] Satiriza-se a si próprio também: figura um escravo lançando-lhe em rosto que ele, o moralista, é um homem colérico, nunca sabe o que quer e vive qual joguete das paixões, como qualquer outro. E é sem dúvida tanto para si como para os outros que Horácio recomenda a mediania, a *aurea mediocritas*;[34] *est modus in rebus*, diz ele — "há uma medida nas coisas",[35] que o homem inteligente não excede. Na abertura da segunda série de *Sátiras* queixa-se a um amigo de que as primeiras tenham sido consideradas muito selvagens e muito fracas. E pergunta que fazer. "Tome um descanso." "Quê? Parar de escrever versos?" objeta Horácio. "Sim". "Mas não posso dormir."[36]

Horácio devia ter por algum tempo aceitado o conselho. Sua publicação seguinte, os *Epodos*, ou "Estribilhos", é a menos boa de todas as suas obras: grosseira, falta de generosidade, sem gosto e bissexualmente obscena, unicamente perdoável como experiência dos metros jâmbicos de Arquíloco. Talvez seu aborrecimento com a "fumaça, a riqueza e o barulho de Roma"[37] o amargassem; ele não podia tolerar a pressão das "multidões ignorantes e más de pensamento". Pinta-se jogado de lá para cá no tumulto da capital e exclama: "Casa de campo, oh! quando te verei? Quando poderei, agora com livros antigos, agora com tempo de lazer, saborear o esquecimento dos cuidados da vida? Quando feijões, os verdadeiros irmãos de Pitágoras, me serão servidos, e quando terei a boa verdura fresca lardeada de toicinho? Ó noites e ceias divinas!"[38] Suas estadas em Roma tornam-se mais curtas; passa tanto tempo na casa de campo que os amigos, e o próprio Mecenas, consideram-se esquecidos. Depois de anos de calor e pó da cidade ele encontrou no ar puro, na calma rotina, na gente simples de sua granja, um grande deleite. Fraco de saúde, vivia em regime quase que só vegetariano, como Augusto. "Meu arroio de água pura, minhas poucas jeiras de mata, minha certeza da colheita de cereais dão-me mais felicidade que as férteis terras de África de um poderoso senhor."[39] Em Horácio, como em outros poetas do tempo, o amor à vida rural encontra um calor muito raro na literatura grega. *Beatus ille qui procul negotiis* —

> Feliz o que longe das preocupações de negócios,
> Mesmo os da mais velha cepa,
> Lavra com seus bois a terra de que é dono,
> Livre de toda sorte de dívidas...
> Que bom deitar à sombra de um velho azevinho,
> Ou sobre a relva macia,
> Enquanto o riacho flui entre barrancas
> E os pássaros da floresta gorjeiam
> E esfrolam as águas
> Convidando-nos ao sono![40]

Devemos, entretanto, acrescentar que estas linhas ele as põe com ironia na boca do agiota citadino que, depois de pronunciá-las, esquece-as e continua a contar o seu dinheiro.

Foi provavelmente nesses calmos recantos da natureza que Horácio trabalhou com *curiosa felicitas* (feliz expressão de Petrônio aplicada a Horácio[41]) nas odes que lhe

iam imortalizar o nome. Andava ele cansado da interminável marcha dos hexâmetros, da aguda cesura cortando as linhas como cutelo impiedoso. E como houvesse na mocidade saboreado os vívidos metros de Safo, Alceu, Arquíloco e Anacreonte, teve a idéia de transpor esses metros "sáficos" e "alcaicos", esses hendecassílabos e jâmbicos, para a lírica latina, a fim de exprimir-se sobre o amor e o vinho, a religião e o Estado, a vida e a morte, por meio de estâncias frescas e novas compactamente epigramáticas, melódicas e engenhosas. Não as queria para as criaturas muito simples, vulgares ou apressadas; foi avisando de começo:

Odi profanum vulgus et arceo.
Favete linguis. Carmina non prius
audita Musarum sacerdos
virginibus puerisque canto: —

"Detesto e fujo da gente vulgar e profana. Silêncio! Eu, sacerdote das Musas, canto para a juventude e as virgens como nunca se cantou antes."

Se as virgens desembaraçassem o pensamento do poeta das engenhosas inversões de forma, haveriam de sentir-se agradadas pelo cinzelado epicurismo dessas odes. Horácio pinta os prazeres da amizade, do comer e beber e do fazer amor; dificilmente pode quem o lê admitir que o autor fosse um recluso que comia pouco e bebia menos. Por que nos preocuparmos com a política de Roma e as guerras distantes?, pergunta ele (antecipando-se ao leitor destas páginas). Por que planejar tão cuidadosamente um futuro, cuja forma se rirá dos nossos planos? A mocidade e a beleza apenas nos visitam e somem-se; gozemo-lhes a visita, "reclinando-nos debaixo dos pinheiros, nossos cabelos em coroa de rosas e trescalando ao nardo da Síria".[42] Mesmo enquanto falamos o invejoso tempo está fluindo; aproveita a ocasião, *carpe diem*, "agarra o dia".[43] E vem um desfile de damas fáceis que ele pretende ter amado: Lálage, Glicéria, Neera, Înaca, Cinara, Lice, Pirra, Lídia, Cândia, Tîndaris, Cloe, Fílis, Mírtale. Não é preciso que admitamos todos os seus protestos de culpa; eram exercícios literários quase obrigatórios entre os poetas daquele tempo; as mesmas damas, ou nomes, andavam a serviço de outras penas. O agora virtuoso Augusto não se deixava enganar por essas fornicações jâmbicas, e agradava-se de ver entre elas magníficos louvores a seu reinado, a suas vitórias, seus ajudantes, suas reformas morais e sua paz. O célebre canto vinolento de Horário — *Nunc est bibendum* [44] — foi composto ao chegarem as notícias do fim de Cleópatra e da ocupação do Egito; até a alma sofisticada do poeta vibrou ao pensamento da vitoriosa expansão do Império. Horácio adverte seus leitores de que novas leis não podem tomar o lugar da velha moral; lamenta a expansão dos requintes e do adultério, da frivolidade e da falta de fé. "Ai!" exclama, referindo-se à última guerra, "a vergonha de nossos gilvazes e crimes, e dos irmãos mortos! Que deixou de fazer dura geração? Que iniqüidade não perpetrou?"[45] Nada podia salvar Roma senão a volta à simplicidade e firmeza dos tempos antigos. O céptico que não conseguia crer em coisa nenhuma baixava a cabeça encanecida diante dos velhos altares, reconhecendo que sem o mito os povos perecem e graciosamente punha sua pena a serviço dos deuses moribundos.

Nada há na literatura que valha esses poemas — tão delicados e no entanto fortes, tão requintados e viris, sutis e complexos, perfeitos na arte de ocultar a arte e esconder o esforço na facilidade aparente. É música em outra escala da de Virgílio, menos melodiosa e mais intelectual, já não para virgens e jovens, sim para artistas e filósofos.

Raramente deixam transparecer paixão ou entusiasmo, ou "literatura". Mas nas maiores odes há um orgulho e uma majestade de pensamento, como se um imperador estivesse falando palavras de bronze:

> *Exegi monumentum aere perennius*
> *regalique situ pyramidum altius,*
> *quod non imber edax, non Aquilo impotens*
> *possit diruere, aut innumerabilis*
> *annorum series et fuga temporum.*
> *Non omnis moriar.*[46]

"Ergui um monumento mais duradouro que o bronze, mais alto que as pirâmides dos reis; nenhuma tempestade pode derrubá-lo, nem o impotente Aquilão, nem a inumerável série dos anos, nem o suave correr do tempo. Eu não morrerei totalmente." O "profanum vulgus" ignorou as *Odes*, os críticos denunciaram-nas como um cansativo artifício, os puritanos gritaram contra os cantos de amor. Mas Augusto proclamou a imortalidade desses poemas e pediu mais uma série em que fossem cantadas as façanhas de Druso e Tibério na Germânia; e também escolheu Horácio para escrever o *carmen saeculare* para os Jogos Seculares. Horário escreveu-os, sem nenhuma inspiração. O esforço das *Odes* o havia exaurido. Nos trabalhos finais descansou nos hexâmetros coloquiais das *Sátiras* e escreveu as *Epístolas* como se estivesse em uma cadeira de balanço. Sempre quisera ser filósofo e agora abandonava-se à sabedoria, se bem que ao modo de um *causer*. Já que um filósofo não passa de um poeta morto e de um teólogo moribundo, Horácio, então com 45 anos, estava maduro para discutir Deus e o homem, moral, literatura e arte.

A mais famosa dessas epístolas, que mais tarde os críticos batizaram de "Arte Poética", era dirigida *Ad Pisones* — uns vagos representantes do clã dos Pisões; não um tratado em regra, mas um punhado de bons conselhos sobre como escrever. Escolhe um assunto ao alcance de tuas forças, diz Horácio; e "cuidado em não fazer como a montanha que deu à luz um ratinho".[47] O livro ideal é o que ao mesmo tempo instrui e diverte; o escritor que "mistura o útil com o agradável recebe todos os votos" — *omne tulit punctum qui miscuit utile dulci*.[48] Evitar palavras novas ou antiquadas — ou "sesquipedais", isto é, palavras de um pé e meio. Ser breve no quanto permitido pela clareza. Entrar diretamente no assunto — em *medias res*. Ao escrever poesia, não imaginar que a emoção é tudo. Mas é verdade que tens de sentir emoção, se a queres transmitir ao leitor — *si vis me flere, dolendum est primum ipsi tibi*.[49] Mas arte não é sentimento, é forma (aqui de novo transparece o choque entre o estilo clássico e o romântico). (Quase esquecido na Idade Média, Horácio voltou à berlinda nos séculos XVII e XVIII, o tempo do classicismo moderno, quando cada estadista e panfletário, sobretudo na Inglaterra, reduzia frases do poeta a chapas. *L'Art Poêtique* de Boileau reviveu o *Ad Pisones* de Horácio e congelou o drama francês até o advento de Victor Hugo; o *Essay on Criticism* de Pope tentou semelhante congelamento na Inglaterra, mas o gelo se fundiu aos jatos de fogo de Byron.) Para adquirir forma, estudar os gregos dia e noite; podar muito no que escreve, podar quase a metade; apagar todas as "manchas vermelhas" (*purpureus pannus*); submeter o trabalho a um crítico de valor e cuidado com os amigos! Se consegues tudo isto, encosta o trabalho por oito anos; se então ainda o achares bom, publica-o, mas lembra-te que não pode ser avocado exceto pelo tempo: *verba volant, scripta manent.* Se escreves um drama, deixa

que a ação, não as palavras, conte a história e pinte os tipos. Não ponhas o horror em cena. Obedece às unidades de ação, tempo e lugar. Estuda a vida e a filosofia, porque sem observação e compreensão até mesmo o mais perfeito estilo passa a ser uma coisa vazia. *Sapere aude*: ousa saber.

Horácio havia seguido todos estes conselhos, exceto um: não aprendeu a chorar. Porque seus sentimentos eram muito finos, ou se tinham ressecado no silêncio, raramente ele se ergue aos píncaros da arte que dá forma à simpatia sincera, ou à "emoção recordada na tranqüilidade". Era muito urbano. *Nil admirari*, "não se admirar de nada",[50] bem pobre conselho; para o poeta, tudo deve ser um milagre, mesmo que, como o nascer do sol ou de uma árvore, ele o veja todos os dias. Horácio observava a vida, mas sem profundezas; estudava filosofia, mas se mantinha com tanta insistência na "imparcialidade mental"[51] que somente nas *Odes* ele se ergue acima da "áurea mediocridade".[52] Honrava a virtude como um estóico, e respeitava o prazer como um epicurista. "Quem, pois é livre?" pergunta, e responde com Zenão: "O sábio, o que é senhor de si mesmo, e nem a pobreza, nem a morte, nem nada atemoriza — e desconfia de suas paixões, despreza a ambição e é em si mesmo um todo."[53] Um dos seus mais nobres poemas canta a virtude estóica:

Iustum et tenacem propositi
si fractus inlabatur orbis
impavidum ferient ruinae —

"Se um homem é justo e resoluto, o mundo inteiro pode rebentar e cair-lhe em cima: lá estará ele entre as ruínas, impávido."[54] Mas apesar disto Horácio, com encantadora honestidade, chama-se a si próprio "um porco do chiqueiro de Epicuro".[55] Como Epicuro, ele dá mais pela amizade do que pelo amor; e como Virgílio, exalta as reformas casamenteiras de Augusto e conserva-se solteirão. Pregava muito bem religião, mas não tinha nenhuma. Para Horácio a morte punha fim a tudo.[56]

Seus últimos dias nublaram-se com esta idéia. Ele teve a sua quota de dores — perturbações de estômago, reumatismo e mais coisas. "Os anos passam e nos vão levando as alegrias uma a uma", lamenta-se ele.[57] E para um amigo: "Ai, Póstumo, os anos velozes esgueiram-se; a piedade não nos desfaz as rugas nem afasta a morte indomável."[58] E recorda-se de que em sua primeira sátira esperou que, quando a hora chegasse, deixaria a vida com o contentamento no coração, "como o hóspede que já se fartou".[59] Agora diz a si mesmo: "Já representaste bastante, comeste bastante, bebeste bastante; é tempo de te retirares."[60] Quinze anos já tinham passado de sua previsão de que não sobreviveria ao generoso magnata.[61] No ano 8 a.C. morria Mecenas, poucos meses depois o seguia Horácio, legando sua granja ao Imperador. Foi enterrado junto ao túmulo de Mecenas.

V. TITO LÍVIO

A prosa no tempo de Augusto não alcançou triunfos iguais aos da poesia. A oratória murchou, depois que as leis e decisões passaram a ser elaboradas nas recâmaras do palácio. A erudição continuou seu sereno curso, abrigada espiritualmente das tempestades sociais. Só no campo da história aquela idade iria produzir uma obra-prima.

Nascido em Patavium (Pádua) no ano 59 a.C., Tito Lívio mudou-se para a capital, devotou-se à retórica e à filosofia e empregou os últimos 40 anos de sua existência (23 a.C.-17 d.C.) à composição de uma história de Roma. É tudo quanto dele sabemos. "O historiador de Roma não tem história."[62] Como Virgílio, veio da região do Pó; conservou as velhas virtudes da simplicidade e da piedade; talvez levado pela ternura da distância tornou-se de apaixonada reverência pela Cidade Eterna. Planejou a obra em ampla escala e completou-a; de seus 142 "livros" só nos chegaram 35; e como enchem seis volumes, podemos avaliar a magnitude da obra inteira. Aparentemente foi publicada por partes, cada uma com um título autônomo, sob a rubrica geral de *Ab urbe condita* — "Da fundação da cidade". Augusto perdoou a Tito Lívio seus sentimentos e heróis republicanos, já que o tom religioso, moral e patriótico não destoava da política imperial. Fez-se amigo do historiador e estimulou-o como a um Virgílio em prosa que começava onde o poeta havia acabado. A meio caminho da obra, do ano 753 ao ano 9 a.C., Tito Lívio pensou em interrompê-la achando suficiente para sua glória a parte já escrita, mas continuou, diz ele mesmo, porque se sentiu inquieto quando parou de escrever.[63]

Os historiadores romanos consideravam a história como um hibridismo de retórica e filosofia: escreviam para ilustrar preceitos éticos por meio de narrativas eloqüentes — para dar realce à moral. Tito Lívio havia treinado como orador; vendo a oratória censurada e perigosa, "passou-se para a história", diz Taine, "a fim de permanecer orador".[64] Começou com a severa introdução em que denuncia a imoralidade, o luxo, a efeminação dos tempos; quanto a si próprio, diz-nos ele, mergulhou no passado para esquecer os males do presente, "do qual não suportava nem as doenças nem os remédios". Ia mostrar através da história as virtudes que fizeram Roma grande — a unidade e santidade da família, a *pietas* das crianças, as sagradas e constantes relações dos homens com os deuses, o rigor da palavra dada, a estóica dominação de si mesmo e a *gravitas*. Pintaria a Roma estóica tão nobre, que a conquista do Mediterrâneo se sublimaria como um imperativo moral, uma ordem divina para bem do caos do Oriente e do barbarismo do Ocidente. Políbio atribuía o triunfo de Roma a sua forma de governo; Tito Lívio ia dá-lo como corolário moral do caráter romano.

Os principais defeitos da obra provêm dessa intenção moral. Tito Lívio dá muitos sinais de ser racionalista, mas seu respeito pela religião leva-o a aceitar todas as superstições e enche-lhe as páginas com presságios, portentos e oráculos; chega a dar-nos a impressão, como em Virgílio, de que os verdadeiros atores da História são os deuses. Exprime suas dúvidas quanto aos mitos da primitiva Roma; apresenta, com um sorriso, os menos críveis, mas na continuação deixa de distinguir entre lenda e história; segue sem nenhuma discriminação os predecessores e aceita sem crítica os romances laudatórios de velhos historiógrafos que só pensavam em nobilitar seus avoengos.[65] Raramente consulta as fontes originais ou os monumentos, como também não se dá ao trabalho de visitar o teatro de uma ação. Às vezes parafraseia Políbio durante páginas.[66] Adota o velho método sacerdotal de anais, narrando os acontecimentos segundo os consulados; vem daí não se encontrar nele nenhum tracejamento de causas e sim uma sucessão de brilhantes episódios. Não distingue entre os rudes *patres* da primitiva República e a aristocracia de seu tempo, nem entre os viris plebeus criadores da democracia romana e a populaça venal que a destruiu. Seus preconceitos são sempre patrícios.

O patriótico orgulho que o faz dar sempre razão a Roma foi o segredo da grandeza

de Tito Lívio. Proporcionou-lhe permanente felicidade em seu longo esforço; raras vezes um autor executou com mais fidelidade um plano preliminarmente traçado. Soube dar a seus leitores, e a nós, um alto senso da grandeza e do destino de Roma. Essa consciência imperial contribuiu para a energia de seu estilo, o vigor de seus tipos, o brilho e a força de suas descrições, a majestosa marcha de sua prosa. Os discursos inventados, tão abundantes em sua história, constituem obras-primas de eloqüência que se tornaram modelares. O encanto das belas maneiras pervaga em tudo quanto escreveu: Tito Lívio não se exalta aos berros, jamais condena com severidade; tem a simpatia mais ampla que a cultura e mais profunda que o pensamento. Essa simpatia falha muito perdoavelmente quando Aníbal aparece, mas salva-se com o esplendor da narrativa da segunda Guerra Púnica.

Seus leitores vão pondo de lado as inexatidões e tendenciosidades. Admiram-lhe o estilo e a narrativa, e exaltam-no em seu grande desenho do passado. Tomam o *Ab urbe condita* como prosa épica, um dos mais nobres monumentos da era e da alma augustina. Dali por diante, e por 18 séculos, seria ele o moldador de nossa opinião sobre a história e o caráter dos romanos. Mesmo os leitores pertencentes aos países sujeitos espantavam-se com tamanho rol de conquistas e feitos titânicos. Plínio, o Moço, conta de um espanhol que se impressionou com a história de Tito Lívio a ponto de ir de Cádis a Roma na esperança de vê-lo. Viu-o e, sem querer mais nada de Roma, fez-se de volta para Cádis.[67]

VI. A REVOLTA AMOROSA

Entrementes, a poesia continuava a florescer, embora não nas linhas dos desejos de Augusto. Unicamente artistas supremos, como Virgílio e Horácio, podem criar versos segundo as especificações do governo; os grandes artistas recusam-se, e os artistas menores não conseguem produzir o encomendado. Das três maiores fontes da poesia — religião, natureza e amor — duas já se haviam submetido ao Imperador; a terceira permaneceu insubmissa, mesmo nas *Odes* de Horácio. De leve em Tibulo e Propércio, indomável em Ovídio, a poesia escapou do departamento de propaganda e lançou uma rebelião, que prosseguiu nervosa nun crescendo de alegria até desfechar em tragédia.

Álbio Tibulo (54-19), como Virgílio, perdeu as terras patrimoniais quando a Guerra Civil alcançou sua cidade natal de Pedo, perto de Tívoli. Messala salvou-o da pobreza e levou-o em sua comitiva para o Oriente; mas adoecendo no caminho, Tibulo voltou para Roma. Foi feliz de libertar-se da guerra e da política e poder entregar-se ao amor e ao polimento de versos à maneira dos gregos alexandrinos. A Délia (dama desconhecida, talvez um nome para muitas) dirige o poeta as súplicas do costume, ''sentado como um porteiro (*janitor*) em sua teimosa porta''[68] e a adverti-la, como tantas outras donzelas foram advertidas, de que a mocidade é passageira e curta. Não o perturbava o fato de ser Délia casada; ele punha o marido a dormir à força de vinho — mas enfureceu-se quando um novo amante lhe fez a mesma coisa.[69] Esses velhos temas podiam não ter incomodado Augusto; o que tornava Tibulo, Propércio e Ovídio desagradáveis a um governo em apuros para engajar recrutas, era o persuasivo antimilitarismo dos três. Tibulo ria-se dos guerreiros que saqueiam e matam quando podiam estar seduzindo mulheres. E chora pela idade de Saturno, na qual

> não havia exércitos, nem ódios, nem guerras. ... Não havia guerra quando os homens bebiam em taças de madeira. ... Dai-me amor e os outros que vão para a matança. ... Herói é o que depois de gerar os filhos envelhece em sua humilde cabana. Pastoreia os carneiros, os filhos lidam com os cordeirinhos, enquanto a esposa aquece água para o banho de seu corpo cansado. Deixa-me viver até que os cabelos brancos me cubram a cabeça e eu conte, com minhas palavras de velho, como eram os dias passados.[70]

Sexto Propércio (49-15) cantou menos simplesmente, com menos ternura e mais ornamentação literária, o mesmo idílio de paz e amor. Nascido na Úmbria e educado em Roma, breve se deu aos versos; e embora fosse pedante, Mecenas o chamou para sua roda no Esquilino. Propércio fala com orgulho e prazer nos jantares à margem do Tibre, quando ele bebia vinho de Lesbos em taças cinzeladas por grandes artistas e, "sentado como em um trono em meio de alegres damas", via barcos deslizando sobre o rio próximo.[71] Para agradar Mecenas e o príncipe, de quando em quando, arrancava à lira uns louvores à guerra; mas a sua amante Cíntia dirigia-se em outro tom: "Por que hei de criar filhos para os triunfos partianos? Nenhum rebento nosso será soldado."[72] Nem toda a glória do mundo podia igualar uma noite passada com Cíntia, dizia ele.[73]

De todos estes epicuristas que passavam a vida às voltas com Vênus, Públio Ovídio Naso foi o mais feliz modelo e o poeta laureado. Nasceu em Sulmão (Soloma — 43 a.C.) em um ameno vale dos Apeninos, a umas 90 milhas de Roma; e que belos lhe iriam parecer no exílio os vinhedos de Sulmão, as plantações de oliveiras, os campos de trigo, os riachos! Seu pai, homem rico da classe média, mandou-o a Roma estudar leis, e recebeu mal a notícia de que o jovem desejava ser poeta; receou para o filho o destino de Homero, que, segundo as melhores autoridades, morrera cego e pobre. E aconselhou-o a tudo fazer para alcançar o cargo de juiz na justiça pretorial. Mas com grande desapontamento viu o filho não disputar o questorato (do qual emergiria senador) e entregar-se exclusivamente ao culto do amor e da literatura. Ovídio declarou não poder evitar a poesia.[74]

Viajou sem pressa pelo Oriente Próximo e a Sicília, e esteve em Atenas; de volta aderiu às mais livres rodas da capital. Dotado de muito encanto e agudeza, e possuidor de bastante dinheiro e educação, todas as portas se lhe abriram. Casou-se duas vezes e duas vezes divorciou-se, ficando por uns tempos solto nos pastos públicos. "O passado que enleve aos outros," cantava ele, "eu me congratulo de ter nascido nesta época de moral tão conforme à minha."[75] Motejava da *Eneida*, e apenas concluía que se um filho de Vênus fora o fundador de Roma, pelo menos por piedade devia Roma tornar-se a capital do amor.[76] Andou de cabeça virada por uma cortesã oculta sob o nome de Corina — ou escondia sob esse nome várias. Seus dísticos tão picantes sobre Corina facilmente encontraram editor, e sob o título de *Amores* (14 a.C.) passaram a morar nos lábios e na lira dos jovens romanos. "Toda gente quer saber quem é a Corina que eu canto."[77] E numa segunda série de *Amores*, ele mistificou os curiosos, proclamando a promiscuidade.

> Não é a beleza parada que me provoca a paixão; há cem causas que me mantêm sempre em amor. Se é clara e de pudicos olhos baixados sobre o colo, sinto-me em chamas e sua inocência é o laço que me prende; se tem o picante tom de jade, eu me sinto excitado porque não é rústica e simples e me dá esperança de gozar de seu macio abraço em fofo coxim. Se se me apresenta austera como a grave dama sabina, sei que vai ceder, mas sempre atenta a seu amor-

próprio. Se és versada em livros, vences-me com tuas finuras. ... Uma caminha de mansinho e eu me apaixono pelo seu andar; outra pisa duro, mas pode ser amaciada pelo toque do amor. Porque esta canta suavemente... eu sinto ímpetos de beijá-la enquanto canta; aquela corre os dedos sobre queixosas cordas — e quem não se apaixonaria por mãos assim hábeis? Outra conquista-me pelos seus movimentos, os meneios do corpo, o ritmo dos braços — e eu me incendeio por muitas causas; ponde Hipólito em meu lugar e ele virará Priapo!... Meu amor é candidato aos favores de todas.[78]

Ovídio escusa-se de não cantar a glória da guerra; Cupido vem, furta-lhe um pé de um verso e deixa-o aleijado.[79] Compôs uma peça perdida, *Medéia*, que foi bem aceita; mas quase sempre preferia a "preguiçosa sombra de Vênus", e contentava-se de ser chamado "o bem conhecido cantor das coisas sem valor".[80] Temos nele as trovas dos trovadores com mil anos de antecipação, dirigidas às damas casadas e transformando o namoro na coisa principal da vida. Ovídio instrui Corina sobre o modo de comunicar-se com ele quando estiver no leito conjugal.[81] Jura-lhe eterna fidelidade, em seu adultério rigorosamente monógamo: "Não sou nenhum amante volúvel, dos que amam centenas de mulheres ao mesmo tempo." Por fim conquista-a e entoa um hino de vitória. Elogia-a por haver resistido tanto, e aconselha-a a continuar a resistir de quando em quando, para que ele a ame sempre. Brigam, ele bate na amante, arrepende-se, lamenta, e volta a amá-la com mais fúria que antes. Como Romeu, pede que o dia retarde sua vinda, e espera que um abençoado vento quebre o eixo ao carro da Aurora. Corina a seu turno engana-o e ele se enfurece de verificar que a amante não considera seus favores suficientemente recompensados com os versos do poeta. Corina dá-lhe um beijo de perdão — mas Ovídio não lhe perdoa esse beijo, evidentemente um recurso ensinado pelo rival.[82] Poucas páginas adiante encontramo-lo "de amores com duas meninas ao mesmo tempo, ambas formosas e de muito gosto no vestir e nos modos".[83] Receia que a duplicidade dê cabo dele, mas será feliz de morrer no campo do amor.[84]

Esses poemas foram tolerantemente aceitos em Roma quatro anos depois da promulgação das leis julianas. Grandes famílias senatoriais, como os Fábios, os Corvinos, os Pompônios, continuaram a receber Ovídio. Entusiasmado com o triunfo, o poeta lançou um manual de sedução denominado *Ars amatoria* (2 a.C.). "Fui nomeado por Vênus," diz ele, "mestre do amor."[85] E castamente adverte os leitores de que aqueles preceitos só devem ser aplicados às cortesãs e escravas, mas sua pintura de cochichos confidenciais, de combinação de encontros, de bilhetinhos amorosos ou irônicos, de maridos enganados e criadas medianeiras sugerem as classes alta e média de Roma. Com medo de que suas lições fossem boas demais, compõe outro tratado, *Remedia amoris*, ou a terapêutica do amor. O melhor remédio contra o amor reside no trabalho rijo; depois é a caçada; depois a ausência; "é também de vantagem surpreender o objeto amado pela manhã, antes que haja concluído a toalete."[86] E por fim, para equilibrar, Ovídio escreveu o *De medicamina faciei femininae*, manual em verso sobre cosmética, pilhado dos gregos. Seus livros vendiam-se tão bem que Ovídio subiu aos mais atrevidos cumes da fama. "Se me celebram pelo mundo inteiro, que me importa o que um ou dois chicanistas dizem de mim?"[87] Ele não sabia que um desses chicanistas era o Imperador, o qual lhe considerava os poemas como insultos às leis julianas — e não se esqueceria disso quando o escândalo imperial alcançasse o descuidado poeta.

Lá pelo ano 3 da nossa era Ovídio casou-se novamente dentro de uma das mais distintas famílias de Roma. Já nos 46 anos, acomodou-se na vida caseira e parece ter vivido feliz com Fábia. A idade fizera o que a lei não conseguira: esfriou-lhe o fogo e tornou respeitável sua musa. Em *Heroides* conta ele a história das grandes amorosas — Penélope, Fedra, Dido, Ariadne, Safo, Helena, Hero; conta-as, porém, com demasiada extensão — e a repetição consegue até o amor transformar em tédio. Digna de nota, entretanto, é a sentença em que Fedra exprime a filosofia de Ovídio: "Jove decretou como virtude tudo quanto nos traz prazer."[88] Lá pelo ano 7 de nossa era foi dada a público a sua maior obra, *Metamorphoses.* Esses 15 "livros" contavam, em belos hexâmetros, as famosas transformações de coisas, animais, homens e deuses. Como nas lendas gregas e romanas quase tudo mudava de forma, Ovídio pôde abarcar em sua obra toda a mitologia clássica, da criação do mundo à deificação de César. Existem velhas lendas que até uma geração atrás eram de rigor em todas as escolas e cuja lembrança ainda não foi apagada pela revolução de nossos tempos: o carro de Faetonte, Píramo e Tisbe, Perseu e Andrômeda, o Rapto de Prosérpina, Aretusa, Medéia, Dédalo e Ícaro, Baucis e Filêmon, Orfeu e Eurídice, Atalanta, Vênus e Adônis e tantas mais; temos aqui um tesouro em que vêm mil poemas, pinturas e estátuas colherem seus temas. Quem quiser conhecer os velhos mitos basta recorrer a este caleidoscópio de homens e deuses — histórias traçadas com humor céptico e inclinação amorosa, e com infinita arte só ao alcance dos grandes. Não admira que no fim o poeta proclamasse sua própria imortalidade: *per saecula omnia vivam* — "eu viverei sempre".

Mal acabara de escrever essas palavras, chega-lhe a notícia de que o Imperador o banira para a bárbara e enregelada Tomos, no Mar Negro — a pouco atrativa Constança de hoje. Era um golpe para o qual o poeta, já com 51 anos, não se achava preparado. Havia ele composto, como fecho das *Metamorphoses*, um gracioso tributo ao Imperador, cuja política era a fonte da paz, da segurança e da riqueza que sua geração havia gozado. E estava em meio de um poema quase piedoso, *Fasti*, sobre as festas religiosas do ano romano. Compunha uma verdadeira épica do calendário, porque aplicava às coisas da velha religião a mesma lúcida facilidade, delicadeza de fraseado e fluência de narrativa que usara com o amor e a mitologia grega. Pensava em dedicar esse trabalho a Augusto, como achega à restauração religiosa e pedido de escusas à crença de que na mocidade ele motejara.

O Imperador não deu justificativas de seu decreto, e ninguém pode hoje apreendê-las. Há uma sugestão, entretanto, no fato de ter o exílio de sua neta Júlia sobrevindo ao mesmo tempo, e na ordem para que as obras de Ovídio fossem retiradas das bibliotecas públicas. Aparentemente Ovídio desempenhou algum papel nas desordens de Júlia — talvez como testemunha, ou cúmplice, ou ator principal. Ele próprio declarou que fora punido por causa de "um erro" e de seus poemas, e supõe-se que tenha sido um involuntário observador de alguma cena indecente.[89] Ovídio ocupou os últimos meses do ano 8 de nossa era na arrumação de seus negócios. O decreto era de *relegatio*, situação mais suave que o exílio, pois permitia a retenção da propriedade, e era situação mais severa quanto ao estabelecimento de uma residência fixa. Ovídio queimou o manuscrito das *Metamorphoses*, mas salvaram-se algumas cópias já espalhadas. Muitos de seus amigos passaram a evitá-lo,[90] mas houve os que, arrostando o raio, com ele estiveram até o momento da partida; e sua esposa, que a pedido seu iria ficar em Roma, nunca deixou de o apoiar com sua amizade e lealdade. Roma nem

deu tento quando o poeta de seus amores largou de Óstia, na longa viagem que o afastava do mundo. O mar conservou-se agitado o dia inteiro, e em certo momento o poeta julgou-se no fim. Ao chegar a Tomos lamentou não ter perecido — e entregou-se ao desespero.

Durante a viagem começou os versos que conhecemos como *Tristia*. Em Tomos continuou-os, e mandou-os à mulher, à filha, à enteada e aos amigos. É possível que um tão sensível romano haja exagerado os horrores de Tomos: uma rocha desnuda onde nada crescia, sempre enevoada pelos vapores do Euxino — tão glacial que às vezes a neve perdurava durante todo o verão; o Mar Negro congelava-se nos sombrios invernos, e também o Danúbio, deixando de ser obstáculo aos bárbaros do interior, em suas incursões contra aquela cidade habitada por getas de faca à cinta e gregos meio sangue. Quando Ovídio pensava nos céus de Roma e nos campos de Sulmão sentia o coração confranger-se e seus versos adquiriam uma profundidade nunca antes alcançada.

Essa *Tristia* e as cartas *Ex Ponto* — "Do Ponto" ou Mar Negro — endereçadas a seus amigos acentuam quase todos os encantos de suas obras anteriores. Vocabulário simples que se torna agradável até aos estudantes; cenas vividamente compostas por intuição, tipos animados com toques de sutil psicologia, frases cheias de pensamento e experiência (exemplos: *video meliora proboque, deteriora sequor* — "vejo e aprovo o melhor, sigo o pior"; *est deus in nobis agitante calescimus illo* — "há em nós um deus e é graças a ele que sentimos o calor da vida"), uma ininterrupta graça de expressão e fluência: tudo isso cooperou com ele no exílio, e ainda uma seriedade e uma ternura cuja falta muito inferioriza sua obra anterior. Força de caráter nunca transparece em Ovídio; do mesmo modo que antes prejudicava sua poesia com a sensualidade superficial, no exílio passou a impregná-la de lágrimas e rastejante adulação do príncipe.

Como invejava seus poemas que podiam ir para Roma! "Vai, livro meu, e em meu nome saúda os lugares que amo" e "o querido solo de minha terra natal";[91] talvez, diz ele, algum amigo o faça chegar a um imperador mais abrandado. Todas as suas cartas revelam a esperança do perdão ou pelo menos mudança para terra melhor. Pensa incessantemente na esposa e chama-a pelo nome à noite; quer beijar-lhe os cabelos encanecidos antes que a morte o leve.[92] Mas não veio o perdão, e depois de longo tempo de exílio o alquebrado poeta recebeu como presente o fim. Cumpriram-lhe a vontade: seus ossos foram levados à Itália e enterrados perto de Roma.

O tempo confirmou a previsão de Ovídio quanto à durabilidade de sua fama. Durante a Idade Média seu nome rivalizou com o de Virgílio; as *Metamorphoses* e *Heroides* tornaram-se opulentas fontes para o romance medieval; Bocácio e Tasso, Chaucer e Spencer nelas beberam sem reservas; e naqueles versos tão sensuais os pintores do Renascimento descobriram um verdadeiro tesouro de temas. Ovídio ficará como o grande romancista da era clássica.

Com sua morte terminou uma das magníficas florescências na história das letras. A era de Augusto não foi das mais altas em literatura, como a de Péricles ou a de Isabel; mesmo no que apresentou de mais exponencial, há, na prosa, uma pompa retórica, e na poesia, uma perfeição convencional, que raramente procedem da alma. Não produziu nenhum Ésquilo, nenhum Eurípides, nenhum Sócrates, nem mesmo nenhum Lucrécio ou Cícero. O patrocínio imperial inspirava e nutria, mas reprimia e estreitava a literatura de Roma. As eras aristocráticas — como esta de Augusto, a de Luís XIV ou

a do século XVIII inglês — exaltam a moderação e o bom gosto e nas letras tendem para o estilo "clássico", em que a razão e a forma dominam o sentimento e a vida. Semelhante literatura é mais bem-acabada e menos poderosa, mais amadurecida e menos influente que a dos períodos apaixonados e criadores. Mas dentro do gênero clássico a era de Augusto merece o renome que tem. Nunca o pensamento sóbrio e comedido encontrou melhor expressão artística; o próprio estouvamento orgíaco de Ovídio resfriou dentro do molde clássico. Nele, em Virgílio e Horácio, a língua latina, como meio de expressão, atinge o zênite. Nunca mais seria tão ressoante e rica, tão sutil e compacta, tão dúctil e melódica.

CAPÍTULO XIII

O Outro Lado da Monarquia

14 — 96

I. TIBÉRIO

QUANDO os grandes homens inclinam-se para o sentimento, o mundo apaixona-se por eles, mas quando o sentimento governa a política, os impérios cambaleiam. Augusto escolheu muito bem Tibério, mas muito tarde; e quase o amou quando o viu salvar o Estado com sua paciente estratégia bélica. "Adeus" é como termina Augusto uma de suas cartas, "adeus eu digo ao mais agradável dos homens... ao mais valente, ao mais consciencioso dos comandantes."[1] Mas a ternura cegou Augusto, como mais tarde iria cegar Marco Aurélio, e ele trocou Tibério pelos seus netos; forçou-o a renunciar a um casamento feliz para tornar-se o resignado esposo de Júlia; e melindrado com o natural ressentimento de Tibério, deixou-o envelhecer filosoficamente em Rodes. Quando afinal Tibério subiu ao trono, já estava com 55 anos — um desiludido misantropo que não encontrou nenhuma alegria no poder.

Para podermos compreender este homem temos de recordar que foi um claudiano; com ele começa o ramo claudiano da dinastia júlio-claudiana que desfecha em Nero. Dos dois lados herdou o mais orgulhoso sangue da Itália, a maior força de vontade e os mais acanhados preconceitos. Era alto, bem-conformado, forte, mas a acne veio acentuar sua esquivança, suas maneiras bruscas, desconfiadas e o amor pelo isolamento.[2] A bela cabeça do Museu de Boston mostra-o como um jovem sacerdote, de testa larga, grandes olhos profundos e ar pensativo; era tão sério em moço que o tratavam de "o velho". Havia assimilado toda a educação possível em Roma e na Grécia; estudara as duas línguas e as duas literaturas clássicas, compunha versos líricos, cultivava a astrologia e "desdenhava os deuses".[3] Revelou muito amor por seu irmão Druso, a despeito da grande popularidade de Druso; foi um devotado esposo de Vipsânia e muito generoso para com os amigos: tudo retribuía quadruplicadamente. Como o mais severo e hábil general de seu tempo, conquistou a admiração e a afeição do exército por atentar sempre nos mínimos detalhes do bem-estar dos soldados e obter vitórias mais por estratégia do que à força de sangue.

As virtudes de Tibério arruinaram-no. Crente nas histórias contadas sobre o *mos maiorum* e desejoso de ver na nova Babilônia as rígidas qualidades da Roma antiga, aprovou as reformas moralizantes de Augusto e tornou clara sua intenção de fazê-las valer. Tibério não simpatizava com a promiscuidade étnica que fervia no caldeirão romano; deu-lhe pão mas negou-lhe a arena — e ofendeu-a com seu não comparecimento aos jogos oferecidos ao povo pela gente rica. Estava convencido de que Roma só podia ser salva da degeneração por uma aristocracia estóica na conduta e refinada

no gosto. Mas, do mesmo modo que o povo, a aristocracia desgostava dos modos de Tibério: seu "pescoço teso" e sua carranca, seus longos silêncios e o falar muito baixo, a visível consciência do valor pessoal e, pior que tudo, a resistência ao esbanjamento dos dinheiros públicos. Erradamente Tibério nascera estóico em uma idade epicurista — e era muito honesto para aprender a arte de Sêneca, de pregar uma coisa e fazer outra.

Quatro semanas depois da morte de Augusto, apresentou-se diante do Senado e propôs a restauração da República. Declarou que se sentia incapaz de assumir o governo de tamanho Estado; "numa cidade tão cheia de homens de alto caráter... os vários departamentos públicos podiam ser mais bem conduzidos por uma coligação dos melhores e mais hábeis cidadãos".[4] Não ousando aceitar sua proposta como sincera, o Senado desmanchou-se em cortesias e insistências, até que ele aceitou o mando supremo "como calamitosa e pesada escravidão", e na esperança de que um dia lhe permitissem voltar à liberdade de um simples cidadão.[5] A peça foi bem representada dos dois lados. Tibério queria o Principado, pois do contrário não o teria aceito; o Senado detestava-o e temia-o, mas não tinha ânimo de restabelecer uma República teoricamente baseada, como a antiga, em Assembléias soberanas. Os tempos impunham menos democracia, não mais, de modo que o Senado exultou quando Tibério (14 d.C. — todas as datas a partir de agora, sem anotação, serão consideradas da era cristã) o persuadiu a retirar da *comitia centuriata* o poder de escolher funcionários públicos. Os cidadãos que a compunham queixaram-se por algum tempo, lamentando a perda do negócio, ou dos dinheiros que recebiam em troca do voto. O único poder político deixado ao homem comum ficou sendo o assassínio do Imperador. Depois do Principado de Tibério, a democracia passou das Assembléias para o exército e votava com a espada.

Parece que Tibério desgostava sinceramente da monarquia e considerava-se apenas a cabeça administrativa e o braço do Senado. Recusou todos os títulos que cheiravam à realeza, contentando-se com o de *princeps senatus*; neutralizou todos os esforços feitos para divinizá-lo ou oferecer adoração ao seu *genius*, e tornou palpável o seu desprezo pela lisonja. Quando o Senado quis dar seu nome a um dos meses do ano, como havia feito com César e Augusto, Tibério repeliu o cumprimento com secura: "Que fareis se houver 13 césares?"[6] (O Senado podia dividir o ano em 13 meses de 28 dias, com um feriado intercalar, de dois em dois anos, no fim.) Também rejeitou a proposta para a revisão da lista senatorial. Nada podia exceder a sua cortesia para com aquela outrora "Assembléia de Reis"; Tibério nunca deixava de comparecer a suas sessões, submetia-se ao julgamento "ainda os menores assuntos", falava sentado como se fosse um simples membro, figurava freqüentemente na minoria e nunca protestou quando a votação veio contrariar sua opinião pessoal.[7] "Era", diz Suetônio, "contido e paciente em face do agravo, da difamação e dos pasquins, e achava que em um país livre, deve haver liberdade de expressão de pensamento."[8] As nomeações de Tibério, depõe o hostil Tácito,

> eram estudadas com muito discernimento. Os cônsules e pretores gozavam das antigas honras desses cargos. Os funcionários exerciam suas funções livres do controle imperial. As leis, exceto as de lesa-majestade, seguiam seus canais regulares. ... A administração das rendas estava nas mãos de homens de notória probidade. ... Nenhuma sobrecarga foi imposta às províncias, sendo as velhas taxas cobradas sem crueldade ou extorsão. ... Perfeita ordem prevalecia entre seus escravos. ... Em to-

das as questões, entre o Imperador e os particulares, o que decidia era a lei aplicada pelos tribunais.[9]

Esta lua-de-mel de Tibério durou nove anos, durante os quais Roma, a Itália e as províncias gozaram de um dos melhores governos de sua história. Sem taxas adicionais, a despeito dos muitos donativos a cidades e famílias em má situação, da cuidadosa conservação de todas as propriedades públicas, da ausência de despojos de guerra e da não aceitação de legados quando havia filhos e herdeiros próximos, mesmo assim Tibério encontrou no Tesouro 100.000.000 de sestércios e deixou-o com 2.700.000.000, por ocasião de sua morte. Procurava corrigir a prodigalidade com o exemplo, não por meio de leis. Estudava cuidadosamente todos os negócios domésticos e exteriores. Aos governadores de província ansiosos por maior arrecadação, escreveu que "o bom pastor tosa a lã do carneiro, não lhe arranca a pele",[10] Embora perito na arte da guerra, não procurou glórias militares, e depois do terceiro ano de seu longo reinado soube manter inalterável a paz do Império.

Foi justamente esta política de paz que frustrou os progressos de seu governo. Seu formoso e popular sobrinho Germânico, que depois da morte de Druso ele adotara como filho, tinha obtido vitórias na Germânia e ansiava por mais. Tibério, porém, o conteve, ofendendo assim a populaça imperialista. E como Germânico fosse neto de Marco Antônio, os que ainda mantinham o sonho da República usaram-no como símbolo da restauração. Quando Tibério o transferiu para o Oriente, metade de Roma passou a considerar Germânico um mártir do ciúme imperial, e quando Germânico subitamente adoece e morre (19), Roma quase inteira começa a farejar um crime: Tibério o mandara envenenar. Cneu Pisão, um de seus nomeados para a Ásia Menor, foi acusado e julgado pelos senadores; prevendo condenação, suicidou-se para salvar a família ao confisco. Nenhum fato emergiu que provasse a inocência ou a culpabilidade de Tibério; só sabemos de seu pedido ao Senado para um julgamento leal, e que Antônia, a mãe de Germânico, permaneceu até o fim a mais fiel de suas amigas.[11]

A agitada participação do público nesse famoso caso, as infamantes narrativas que circulavam em Roma a respeito do Imperador e o movimento contra ele criado por Agripina, viúva de Germânico, induziu Tibério a servir-se daquela *lex Iulia de maiestate*, ou lei da traição, que César promovera para definir os crimes contra o Estado. Como Roma não tivesse procurador ou promotor público, nem (antes de Augusto) nenhuma polícia, qualquer cidadão tinha o dever e o poder de perante os tribunais acusar qualquer pessoa de violação da lei. Em caso de condenação, o *delator* ou informante recebia como recompensa um quarto dos bens do réu, e o Estado o restante. Augusto havia usado desse perigoso processo para fazer cumprir suas leis sobre o casamento. Agora como as conspirações contra Tibério se multiplicassem, a fauna dos delatores recrescia, ansiosa por colher as vantagens da denúncia, e os partidários do príncipe no Senado estavam sempre prontos para dar andamento aos processos. Mas Tibério os coibiu. Interpretou a lei como restrita aos casos de difamação da memória ou das estátuas de Augusto; fora daí, diz Tácito, "as ofensas ficavam impunes". E Tibério assegurou ao Senado que sua mãe Lívia desejava a mesma leniência para os que lhe difamavam o bom nome.[12]

Lívia tornara-se um sério problema para o Estado. Como não se casou mais, ficou Tibério sem proteção diante dessa matrona de espírito forte e habituada a impor sua autoridade. Lívia convencera-se de que fora graças às suas manobras que ele subira ao

trono e portanto queria vê-lo como mero representante seu no governo.[13] Durante os primeiros anos do reinado de Tibério, homem já quase com 60 anos, suas cartas oficiais eram tanto assinadas por ele como por ela. "Mas não contente de governar em pé de igualdade com o filho", diz Dion, "queria ainda ficar acima... e dirigir tudo como a governante única."[14] Tudo suportou Tibério com a maior paciência, mas como Lívia vivesse mais 15 anos que Augusto, Tibério, por fim, construiu para si próprio um novo palácio e deixou sua mãe na posse exclusiva do velho. Rumores acusavam-no de crueldade para com sua mãe, e também de haver matado de fome a sua exilada esposa. Entrementes Agripina tramava para que seu filho Nero sucedesse ou, se possível, substituísse Tibério.[15] Também isto suportou ele com grande paciência, limitando-se a repetir uma citação grega: "Achas, cara filha, que o não seres imperatriz é crime cometido contra ti?" (Agripina, filha de Júlia e Agripa, tornara-se enteada de Tibério depois de seu casamento, e era também sua nora depois que Tibério adotou Germânico. Seu filho Nero foi tio, e sua filha Agripina foi a mãe, do Imperador Nero.) Pior que tudo quanto lhe faziam, porém, era a idéia de que seu único filho, Druso, era um libertino grosseiro e cruel.

O recalque com que Tibério suportava essas tribulações punha-lhe os nervos à flor da pele, e fê-lo recolher-se ainda mais em si mesmo, assumindo a taciturnidade e a severidade de que todos fugiam. Um homem pareceu-lhe irredutivelmente leal — Lúcio Aélio Sejano. Como prefeito da Guarda Pretoriana, Sejano estabeleceu, como de seu dever, a rigorosa proteção do príncipe, e breve ninguém era admitido à sua presença senão por intermédio e sob a vigilância do astuto vizir. Gradualmente lhe foi Tibério passando mais e mais coisas do governo. Sejano persuadiu-o de que sua segurança reclamava maior proximidade da Guarda Pretoriana, que Augusto havia fixado nos arredores de Roma, e Tibério fez com que as nove coortes que a compunham fossem aquarteladas na Porta Viminal, a poucos quilômetros do Palatino e do Capitólio; e foi assim que a Guarda Pretoriana tornou-se primeiro a guardiã e depois a senhora dos imperadores romanos. Firme no apoio de Tibério, Sejano exercia seus poderes com recrescente desplante. Recomendava candidatos para todos os postos, e vendia sua recomendação a quem mais dava; por fim passou a aspirar o posto supremo. Um Senado de verdadeiros romanos tê-lo-ia destruído logo no começo mas com muitas exceções o Senado tornara-se um clube de epicuristas sem empenho sequer de conservar a autoridade que Tibério insistia em respeitar. Em vez de alijar Sejano, encheu Roma de estátuas em sua honra, e por sugestão sua baniu, um depois do outro, todos os partidários de Agripina. Quando Druso, o filho de Tibério, morreu, Roma murmurou que fora envenenado por Sejano.

Amargurado e profundamente desiludido, Tibério, já com 67 anos, melancolicamente deixou a tumultuosa capital para recolher-se à ilha de Capri. Mas os rumores ferveram ainda mais: que ele queria esconder o rosto desfigurado pela escrófula e mergulhar na bebida e nos vícios antinaturais.[16] Tibério bebia bastante, mas não se embriagava, e a história de seus vícios tem todas as probabilidades de ser calúnia;[17] muitos de seus companheiros de Capri, diz Tácito, "eram gregos que só se distinguiam no campo literário".[18] Tibério continuou a administrar os negócios públicos com o cuidado de sempre; a única diferença é que comunicava suas idéias e desejos não mais pessoalmente, mas por intermédio de Sejano. E como o Senado o temesse cada vez mais, e também a Sejano e à Guarda Pretoriana, aceitava os desejos de Tibério como mandamentos absolutos, e, desse modo, sem mudança nenhuma na

constituição e sem pressão de Tibério, o Principado degenerou em monarquia, justamente sob o governo do homem que, com toda a sinceridade, havia proposto a restauração da República.

Sejano aproveitou-se de sua posição para exilar inimigos depois de acusá-los como incursos na "lei da majestade", e o cansado Imperador já não interferia. A crermos em Suetônio, Tibério passou a cometer atos de crueldade,[19] e temos a afirmação de Tácito, bem pouco merecedor de confiança por sinal, de que Tibério pediu e obteve a pena de morte para Pompeu Sabino sob pretexto de conspirar contra o governo.[20] Um ano depois (27) Lívia morria, triste e só na casa de seu primeiro esposo; Tibério, que só a tinha visto uma vez depois do abandono de Roma, não assistiu aos funerais. Livre da influência que a "Mãe da Pátria" pudesse exercer, Sejano convenceu Tibério de que Agripina e o filho estavam implicados na conspiração de Sabino. Agripina foi banida para Pandatária e seu filho para a ilha de Pontia, onde logo depois se suicidou.

Faltava a Sejano um só degrau para alcançar a meta suprema. Irritado com a carta de Tibério ao Senado recomendando Gaio, filho de Agripina, como seu sucessor no trono, o audacioso vizir tramou a morte do Imperador (31). Tibério foi salvo por Antônia, mãe de Germânico, a qual arriscou a vida para avisá-lo. O velho príncipe, não ainda destituído de resolução, nomeou secretamente outro prefeito para a Guarda Pretoriana, fez prender Sejano e denunciou-o ao Senado. Nunca essa corporação atendeu mais alegremente os desejos do Imperador. A condenação de Sejano foi rápida, e rapidíssima a sua execução: estrangularam-no no mesmo dia do julgamento. A essa morte seguiu-se um reinado de terror, promovido parte por senadores e famílias vítimas de Sejano, parte por Tibério, cuja cólera e medo, excedendo a medida das desilusões, levou-o à fúria da vingança. Todos os agentes ou partidários de Sejano foram condenados à morte; até sua jovem filha — e como a lei proibisse a execução de uma virgem, foi primeiramente desvirginada, depois estrangulada. Apicata, mulher divorciada de Sejano, suicidou-se, depois de mandar a Tibério uma carta denunciando Livila, filha de Antônia, como ligada a Sejano no envenenamento de seu esposo Druso, filho do Imperador. Tibério mandou que Livila fosse julgada — o suicídio por inanição de sua nora evitou o julgamento. Dois anos depois (33) Agripina também se matou no exílio, e também mais um de seus filhos deixou-se morrer de inanição depois de preso.

Tibério ainda viveu seis anos. Provavelmente já estava com o cérebro em desordem, pois do contrário não haveria explicações para as incríveis crueldades que lhe atribuem. Passou a sustentar, em vez de afastar, as acusações por *maiestas*; ao todo 63 pessoas foram acusadas desse crime durante seu reinado. Chegou a pedir ao Senado proteção para "um homem velho e solitário". Em 37 deixou Capri, depois de nove anos de reclusão e visitou algumas cidades da Campânia. Numa parada em Miseno, na vila de Lúculo, caiu com um ataque, desacordado. Imediatamente os cortesãos rodearam Gaio, o futuro Imperador, mas foram decepcionados com a volta a si do velho príncipe. Um travesseiro manejado a tempo resolveu o embaraço (37).[31]

"Foi Tibério", diz Mommsen, "o mais hábil governante que Roma teve."[22] Não houve infortúnio que em vida não lhe caísse sobre a cabeça — e depois de morto caiu-lhe em cima a pena de Tácito.

II. GAIO

A populaça festejou a morte do velho Imperador aos gritos de "Tibério para o Tibre" e aplaudiu a ratificação senatorial de Gaio César Germânico para seu sucessor. Dado ao mundo por Agripina, quando acompanhava Germânico nas campanhas do norte, Gaio passou a meninice nos acampamentos; vestia-se como os soldados e deles recebeu o afetuoso apelido de Calígula, ou Botinha, por causa da meia bota (*caliga*) usada no exército. Começou anunciando que ia seguir a política de Augusto, e respeitosamente colaboraria com o Senado em tudo. Distribuiu entre os cidadãos 90.000.000 de sestércios que herdara dos pais, mais um donativo de 300 sestércios a cada um dos 200.000 fregueses do trigo gratuito do Estado. Restituiu aos *comitia* a faculdade de escolher os magistrados, prometeu taxas baixas e muitos jogos, revogou os banimentos de Tibério e piedosamente trouxe para Roma as cinzas de sua mãe. Parecia em tudo o contrário de seu predecessor — pródigo, alegre, humano. Nos três primeiros meses o povo sacrificou às divindades 160.000 vítimas, em gratidão por lhes terem dado um tão encantador e beneficente príncipe.[23]

Esqueciam-lhe a linhagem. Sua avó paterna, uma filha de Antônio e a materna, a filha de Augusto; no sangue de Gaio iria renovar-se a luta entre Antônio e Otávio — e com a vitória de Antônio. Calígula tinha grande orgulho de sua habilidade como duelista, gladiador e corredor de carro, mas era afetado de "ataques epilépticos", e às vezes "mal podia andar ou controlar os pensamentos".[24] Escondia-se debaixo da cama quando trovejava e fugiu tomado de pavor ao ver as chamas do Etna. Vítima de insônias, errava a noite inteira pelo enorme palácio, chorando para que amanhecesse. Era alto, grandalhudo, cabeludo, mas calvo no topo da cabeça; seus olhos no fundo e a depressão nas têmporas faziam-no repelente — com grande regalo seu, pois Calígula "praticava ao espelho toda sorte de caras apavorantes".[25] Havia recebido boa educação, era orador eloqüente, tinha muita agudeza e seu senso de humor não conhecia escrúpulo nem lei. Apaixonado pelo teatro, subvencionava muitos atores, e em exibições particulares ele próprio representava e dançava; quando queria reunir assistência, convocava os líderes do Senado como para matéria de alta importância, e punha-se a dançar diante deles.[26] Uma vida calma, com trabalho, poderia ter curado esse homem, mas o veneno do poder o enlouqueceu. A sanidade mental, como os governos, necessita de pesos e contrapesos; nenhum mortal pode ser onipotente e perfeito de cabeça. Quando Antônia sua avó lhe fez uma advertência, sua resposta foi: "Lembre-se de que tenho o direito de fazer o que quiser a quem quer que seja." No meio de um banquete recordou aos comensais que podia fazê-los matar a todos ali onde se encontravam; e, quando nos braços de sua esposa ou amante, dizia brincalhonamente: "Uma palavra que eu dê, e esta cabeça cai."[27]

Muito breve o mesmo príncipe que havia prometido tanto respeito ao Senado, começou a dar-lhe ordens e a exigir uma subserviência oriental. Deixava senadores beijarem-lhe os pés — e aqueles homens lhe agradeciam a honra.[28] Admirador do Egito, introduziu muitos costumes egípcios em Roma, e desejou ser adorado à moda dos faraós. Tornou o culto de Ísis um dos cultos oficiais do Estado. E não esquecido dos projetos de seu avô Marco Antônio, de reunir todo o Mediterrâneo sob uma monarquia oriental, Calígula também pensou em mudar a capital para Alexandria — mas receou a zombaria daquela gente. Descreve-o Suetônio a viver "em habitual incesto com todas as suas irmãs";[29] pois era um costume egípcio que ele achava excelente. Certa vez

que adoeceu, constituiu sua irmã Drusila a herdeira do trono; quando Drusila se casou, fê-la divorciar-se e "tratou-a como sua esposa legal".[30] Se desejava uma mulher casada expedia-lhe uma carta de divórcio e convidava-a para seu leito — e dificilmente haveria uma que recusasse o convite. Apesar desses amores e de outros homossexuais, ainda achou tempo para casar-se quatro vezes. Assistindo ao casamento de Lívia Orestila com Gaio Pisão, levou a noiva para o palácio, desposou-a e dias depois divorciou-se. Ouvindo contar que Lólia Paulina era de grande beleza, mandou buscá-la, divorciou-a do marido, desposou-a, divorciou-se pouco depois e proibiu que dali por diante ela tivesse relações com qualquer homem. Cesônia, sua quarta esposa, estava grávida quando ele a desposou. Não era moça nem bonita, mas Calígula amou-a fielmente.

Nesta imperial folia era o governo coisa de somenos; mesmo assim Calígula reviu a lista dos homens de negócio e promoveu ao Senado seus melhores membros. Mas sua dissipação breve exauriu o Tesouro, tão apojado ao tempo da morte de Tibério. Calígula não tomava banhos em água, mas em perfumes; em um só banquete gastou 10.000.000 de sestércios.[31] Construiu grandes barcaças de festa, com colunadas, salões de banquetes, jardins, árvores frutíferas e proas cravejadas de gemas. Mandou que seus engenheiros construíssem através da baía de Baias uma ponte apoiada em tamanho número de barcos que Roma veio a sofrer carestia em virtude da perturbação que isso trouxe ao transporte do trigo. A festa inaugural dessa ponte ficou memorável, e custou a vida de muitas pessoas que morreram afogadas. Do teto da Basílica Júlia, Calígula jogava ao povo embaixo moedas de ouro e prata, para divertir-se com o fatal atropelamento. Era tão partidário do grupo verde nas corridas de carros, que presenteou um dos concorrentes com 2.000.000 de sestércios. Construiu uma estrebaria de mármore, com manjedoura de marfim, para seu cavalo de corridas Incitatus; convidou-o para jantar e propôs-se a fazê-lo cônsul.

Com o propósito de levantar dinheiro para a permanente saturnal que foi sua vida no trono, Calígula restaurou o costume dos presentes ao Imperador, e aceitava-os em pessoa, no terraço de sua residência. Estimulou os cidadãos a contemplá-lo em seus testamentos como herdeiro. Impôs taxas sobre tudo: uma sobre a venda de todos os artigos de alimentação, outra sobre os processos judiciários, outra de 12,5 por cento sobre os salários dos carregadores. Conta Suetônio que "às prostitutas foi imposta uma taxa equivalente ao recebido por um encontro; e a lei determinava que essa taxa fosse paga ainda que as prostitutas se casassem".[32] Homens de muito dinheiro eram acusados de traição e condenados à morte e ao confisco — meio de criar renda para o Tesouro. Calígula em pessoa funcionava como leiloeiro de gladiadores e escravos, e forçava a gente nobre e rica a assistir à festa; certa vez em que um aristocrata cochilou e pôs-se a cabecear, Calígula interpretou cada cabeceamento como um lance — e ao despertar era o homem dono de 13 gladiadores arrematados enquanto dormia e devedor de nove milhões de sestércios.[33] Chegou até a compelir senadores e éqüites a lutarem na arena como gladiadores.

Ao cabo de três anos formou-se uma conspiração para pôr fim àquela humilhante palhaçada. Foi descoberta e Calígula vingou-se cruelmente. Os carrascos eram instruídos a dar cabo das vítimas por meio de "numerosos ferimentos leves, de modo que o padecente sentisse a morte".[34] E, segundo Dion Cássio, sua avó Antônia foi obrigada a matar-se.[35] Conta Suetônio que certa vez com a falta de carne para a alimentação das feras do circo, Calígula ordenou que todos os "prisioneiros carecas"

fossem lançados às jaulas; e também conta que homens de alta situação social eram marcados a ferro em brasa, ou condenados às minas, ou dados às feras, ou metidos em caixas e serrados em dois.[36] São casos de que não temos provas absolutas, mas constam das tradições; cumpre entretanto não nos esquecermos de que Suetônio gostava de anotar boatos, e que o senador Tácito tinha ódio aos imperadores, e que Dion Cássio escreveu 200 anos após os acontecimentos.[37] Mais crível é que Calígula deu começo à guerra entre o principado e a filosofia com o exílio de Carrinate Segundo e a pena de morte aplicada a mais dois professores. Também o jovem Sêneca esteve marcado para a execução, mas foi poupado por estar muito doente e com probabilidade de morrer por si mesmo. Cláudio, tio de Calígula, escapou à força de fingir-se um insignificante pateta sempre às voltas com livros.

A última farsa de Calígula foi proclamar-se deus, igual a Júpiter. Famosas estátuas de Júpiter e outros deuses foram decapitadas e coroadas com a cabeça do Imperador. Calígula ocupava um trono no templo de Castor e Pólux e lá recebia a adoração do povo. Às vezes conversava com uma imagem de Júpiter, freqüentemente em tom de censura; e fez construir uma engenhoca por meio da qual respondia taco a taco aos trovões e relâmpagos do deus supremo.[38] Ergueu um santuário a si próprio, com um corpo de sacerdotes e suprimento de vítimas selecionadas; também nomeou um de seus cavalos favoritos para o corpo de sacerdotes. Certa vez, pretendendo que a deusa lua havia descido para beijá-lo, perguntou a Vitélio se a não estava vendo. "Não", respondeu o astuto cortesão, "só os deuses podem ver-se uns aos outros."[39] O povo não se iludia. Quando um sapateiro gaulês viu Calígula fantasiado de Júpiter, exclamou, em resposta à pergunta sobre a idéia que fazia do Imperador: "Um grande charlatão." Calígula ouviu, mas não puniu tamanha sinceridade.[40]

Aos 29 anos esse deus estava alquebrado pelos excessos, provavelmente atacado de sífilis, com a pequena cabeça semicalva sobre o corpo balofamente gordo; compleição lívida, olhos muito fundos, ar sinistro. O desfecho da tragicomédia veio de súbito e por mãos da Guarda Pretoriana que ele tanto subornara com presentes. Um tribuno da Guarda, Cássio Quérea, ofendido com as obscenidades que todos os dias Calígula lhe propunha como senha, matou-o no corredor secreto de um teatro (41). Quando correu a notícia, ninguém se animou a dar-lhe crédito; todos receavam um truque do sinistro palhaço imperial para descobrir os que desejavam sua morte. Para esclarecer a situação, os assassinos mataram-lhe também a mulher e esmagaram contra a parede a cabeça da filha. Naquela hora Calígula verificou que não era deus,[41] diz Díon Cássio.

III. CLÁUDIO

O Império fora arrastado a uma perigosa situação: Tesouro vazio, Senado dizimado, povo alheio ao governo, a Mauritânia em rebelião, a Judéia em armas diante da insistência de Calígula em colocar sua estátua no Templo de Jerusalém. Onde descobrir um governante capaz de atender a tantos problemas? Os pretorianos lembraram-se do aparentemente imbecil Cláudio, desencovaram-no lá de seu canto e proclamaram-no *imperator*. O Senado, com medo da Guarda e talvez aliviado com a perspectiva de lidar com um inofensivo estudioso em vez de um demente, confirmou a escolha; e, hesitante, Tibério Cláudio César Augusto Germânico subiu ao trono.

Era filho de Antônia e Druso, irmão de Germânico e Livila, neto de Otávia e Antônio, de Lívia e Tibério Cláudio Nero. Nascido em Lugduno (Lião) no ano 10 a.C., es-

tava agora com 50 anos de idade. Alto e forte, cabelos brancos e feições agradáveis, mas a paralisia infantil e outras doenças o haviam combalido. Pernas muito finas e andar vacilante, sua cabeça oscilava no pescoço. Cláudio gostava do vinho e da mesa, e sofria de gota. Gaguejava um bocado, tinha o riso muito barulhento para um imperador. Quando tomado de cólera (dizia o mexerico) "sua boca espumava e o nariz tremia".[42] Educado por mulheres e libertos, adquirira uma timidez e uma sensibilidade muito impróprias para um governante, e poucas oportunidades teve de exercer o mando. Seus pais consideravam-no um inválido mental; sua mãe, herdeira da suavidade de Otávia, apelidava-o "um monstro inacabado", e quando queria um termo de comparação para alguém, dizia, "um bobo ainda maior que o meu Cláudio". Desprezado por todos, viveu em segura obscuridade, absorvido em jogatinas, livros e bebidas. Tornou-se filólogo e antiquário, muito sabido em arte "antiga", religião, ciência, filosofia e leis. Escreveu a história da Etrúria, de Cartago e de Roma, e tratados sobre o jogo de dados e o alfabeto, uma comédia grega e uma autobiografia. Correspondia-se com cientistas e sábios, alguns dos quais lhe dedicaram livros; Plínio, o Velho, cita-o quatro vezes como autoridade. Já no trono, ensinou ao povo o meio de tratar a mordedura de cobra, e impediu os terrores da superstição prevendo um eclipse do sol para o dia de seu aniversário e explicando a causa dos eclipses. Falava bem o grego, língua em que escreveu vários livros. Tinha o juízo perfeito, e talvez tenha sido sincero quando declarou ao Senado que se fingira de bobo e estúpido para salvar a cabeça.

Seu primeiro ato como imperador foi recompensar com 15.000 sestércios os soldados da Guarda que o elevaram ao trono. Calígula havia feito donativos semelhantes, mas não assim declaradamente como pagamento do trono; desse modo Cláudio reconheceu a soberania do exército e cancelou de novo o poder da Assembléia para a escolha de magistrados. Com sábia generosidade pôs termo às acusações *de maiestate*, soltou os que se achavam presos, revogou todos os exílios, restaurou as propriedades confiscadas, devolveu à Grécia as estátuas roubadas por Calígula e aboliu as taxas por ele impostas. Mas condenou à morte seus assassinos, baseado na teoria de que era perigoso perdoar o homicídio de um imperador. Suprimiu a prática da prosternação e anunciou que não queria ser adorado como deus. Inspirado por Augusto, reparou os templos, e com fervor de antiquário procurou reanimar a velha religião. Aplicava-se conscienciosamente ao estudo dos negócios do Estado, e chegou a "revisar as contas de bens vendidos e edifícios alugados para corrigir o que ele considerava abuso".[43] Conquanto procurasse imitar a moderação de Augusto, sua verdadeira política ia além do cauteloso conservadorismo e, como César, Cláudio planejou coisas novas; daí a reforma do governo e das leis, a construção de grandes obras públicas, a instalação de serviços novos, a elevação das províncias, a emancipação da Gália e a conquista e romanização da Bretanha.

Cláudio surpreendeu a todos com a revelação de seu caráter, cultura e inteligência. Como César e Augusto, convenceu-se de que os magistrados locais eram muito poucos e mal treinados, e o Senado muito orgulhoso e impaciente para realizar o complexo trabalho da administração imperial e municipal. Cláudio curvava-se diante do Senado e deixou-o com muitos poderes e ainda mais dignidades; o verdadeiro trabalho do governo, entretanto, era realizado por ele mesmo e um gabinete de auxiliares de sua escolha, mais uma burocracia civil formada, como no tempo de César, Augusto e Tibério, com libertos da própria casa do Imperador; para as tarefas de rotina havia os escravos "públicos". Quatro membros do gabinete chefiavam essa

burocracia: um secretário de Estado (*ab epistulis* — "para comunicações"), um tesoureiro (*a rutionibus* — "para contas"), outros secretário para petições (*a libellis*) e um promotor geral (*a cognitionibus* — "para ações legais"). Libertos de valor, como Narciso, Palas e Calisto — ocuparam os primeiros três postos. A elevação desses homens ao poder e à riqueza era o símbolo de uma ampla elevação da classe dos libertos, que já de muitos anos vinha subindo e alcançou o ponto mais alto no governo de Cláudio. Quando a aristocracia protestou contra a "elevação desses arrivistas", o Imperador restabeleceu e assumiu o cargo de censor, reformou a lista dos elegíveis para o Senado, eliminou os principais oponentes a sua política e escolheu novos senadores entre os éqüites e nas províncias.

Fortalecido por estes órgãos de administração, Cláudio entregou-se a um ambicioso programa de construções e reformas. Melhorou o processo civil, decretou penalidades para as dilatações forenses ilegais, sentava-se pacientemente como juiz durante muitas horas cada semana e proibiu a aplicação da tortura aos cidadãos. Para atender às inundações que ameaçavam cada vez mais a cidade de Roma, à proporção do desflorestamento dos Apeninos, mandou abrir um canal de escoamento para os excessos de vazão do baixo Tibre. E para facilitar a importação de cereais, fez construir um novo porto (Portus) perto de Óstia, dotado de amplos armazéns e docas, dois grandes quebra-mares e um canal de ligação com o Tibre, em um ponto acima da lamacenta foz. Terminou o aqueduto "Claudiano" começado no tempo de Calígula e construiu outro, o Anio Novus — duas imensas obras de engenharia, notáveis pela beleza dos arcos. Observando que as terras dos marcianos eram periodicamente inundadas pela enchente do lago Fúcino, proveu fundos para que durante 11 anos, 30.000 homens rasgassem na montanha um túnel de três milhas, para ligação do lago com o rio Círis. Antes de abrir as comportas do lago, promoveu uma grande festa: uma batalha naval simulada entre duas frotas tripuladas por 19.000 condenados, diante de espectadores vindos de todas as partes da Itália e espalhados pelas encostas vizinhas. Os combatentes saudavam o Imperador com a frase histórica: *Ave, Caesar! morituri salutamus te* — "Salve César! Nós que vamos morrer te saudamos."[44]

As províncias prosperaram sob o governo de Cláudio, como haviam prosperado sob o de Augusto. A má conduta dos funcionários ele sempre puniu com todo rigor — exceto no caso de Félix, procurador da Judéia, cujos deslizes Palas, irmão do inquisidor de São Paulo, escondeu do Imperador. Cláudio ocupava-se muito com os negócios provinciais; seus editos e suas inscrições, espalhados por todo o Império, caracteristicamente barulhentos e prolixos, mostravam sua dedicação ao bem público. Muito trabalhou para melhorar as comunicações e os transportes, proteger os viajantes contra os salteadores de estrada, reduzir o custo do correio oficial em benefício das comunidades por ele servidas. Como César, aspirava levantar as províncias ao nível civil da Itália, formando uma federação romana. E realizou aquele propósito de César de emancipar a Gália Transalpina; se estivesse em suas forças, teria outorgado a cidadania a todos os homens livres do Império.[45] Uma placa de bronze desenterrada em Lião em 1524 mostra-nos parte do discurso com que Cláudio levou o Senado a admitir em seu seio, e nos serviços imperiais, os gauleses emancipados. Entrementes, não deixava que o exército se deteriorasse, ou que as fronteiras fossem ultrapassadas; suas legiões eram mantidas em perfeita forma, e ele formou grandes generais, como Corbulão, Vespasiano e Paulino. Querendo completar os planos de César, invadiu a Bretanha em 43, conquistou-a e voltou para Roma seis meses depois da partida. No triunfo que lhe foi oferecido, Cláudio violou todos os precedentes com o perdão concedido a Caráctaco, o rei bretão aprisionado. O povo romano ria-se de seu estranho Imperador, mas amava-o; quando, em uma de suas ausências da capital, correu a notícia de sua morte, o tumulto na capital foi tamanho que o Senado teve de reunir-se e proclamar oficialmente que Cláudio estava vivo e breve voltaria a Roma.

Mas o complexo aparelhamento estatal por ele criado dependia muito de sua superintendência pessoal; isso trouxe o fracasso da organização; e também seu espírito amável era facilmente manejável pela família e seus libertos. A burocracia tinha melhorado o serviço público, mas simultaneamente abrira mil novos canais à corrupção. Narciso e Palas revelaram-se excelentes executivos, mas excessivamente gananciosos. Vendiam empregos, extorquiam dinheiro com ameaças, e acusavam de crimes os detentores de propriedades por eles cobiçadas. Acabaram tornando-se os homens mais ricos da época. Narciso juntou 400.000.000 de sestércios ($60.000.000) e Palas sentia-se infeliz por só ter juntado 300.000.000 de sestércios.[46] Quando Cláudio se queixou de um déficit no Tesouro Imperial, os espirituosos de Roma observaram que ele teria mais que o bastante, se tomasse seus dois libertos como sócios.[47] As velhas famílias aristocráticas, agora comparativamente pobres, olhavam com horror para esses acúmulos de dinheiro e poder, e se queimavam em cólera quando tinham de cortejar ex-escravos para conseguirem uma palavra com o Imperador.

Cláudio ocupava-se muito em escrever cartas aos funcionários de sua nomeação e a homens eruditos, em preparar leis e discursos — e em satisfazer as exigências de sua esposa. Um tal homem devia viver como monge, e entrincheirado contra o amor; suas esposas saíram-lhe uma ruinosa distração, e sua política doméstica nunca foi tão bem-sucedida como sua política exterior. Como Calígula, casou-se quatro vezes. A primeira esposa veio a morrer no dia do casamento; das duas seguintes se divorciou; e na idade de 48 anos desposou Valéria Messalina, então nos seus 16 anos. Não era criatura excepcionalmente bonita — cabeça chata, corada demais, tórax malformado — [48]mas uma mulher não necessita de beleza para o adultério. Com a subida de Cláudio ao trono, Messalina assumiu ares e maneiras de rainha; passeava triunfalmente e fazia com que seu aniversário fosse festejado em todo o Império. Apaixonando-se pelo dançarino Mnester e vendo-o esquivo, queixou-se a Cláudio de que Mnester lhe desobedecia as ordens; Cláudio ordenou ao dançarino que obedecesse a ela em tudo — e patrioticamente Mnester cedeu aos desejos da Imperatriz. Encantada com os bons resultados da fórmula, Messalina empregou-a em outros casos, e os que mesmo assim se recusavam a ceder a suas propostas, ela os fazia acusar de supostos crimes, privando-os de seus bens, da liberdade e algumas vezes até da própria vida.[49]

Talvez tolerasse o Imperador essas irregularidades a fim de que lhe tolerassem as suas. "Ele era imoderado em sua paixão pelas mulheres", diz Suetônio, e acrescenta, como coisa notável, que Cláudio "não tinha nenhuma atração pelo vício antinatural".[50] Messalina, conta Dion Cássio, "deu-lhe algumas belas raparigas como camareiras".[51] Necessitada de fundos para suas escapadas, a Imperatriz vendia cargos, recomendações e contratos. Conta Juvenal que Messalina disfarçava-se, ia para um bordel, recebia quem quer que aparecesse e alegremente embolsava o dinheiro; esta história deve ter saído da imaginação da segunda Agripina, inimiga e sucessora da Imperatriz. "Enquanto Cláudio devotava o tempo a seus deveres de censor", diz Tácito,[52] entre os quais se incluía a fiscalização da moral romana, Messalina "dava-se às soltas ao amor"; e por fim, quando o marido estava em Óstia, desposou o belo moço Caio Sílio, "com a pompa e ritual do costume".[53] Narciso, por meio das concubinas de Cláudio, informou-o da conspiração em andamento para matá-lo[54] e colocar Sílio no trono. Cláudio regressa precipitadamente a Roma, chama a Guarda, manda matar Sílio e outros amantes de Messalina e recolhe-se exausto a seus aposentos. A Imperatriz tinha-se ocultado nos jardins de Lúculo, que ela havia feito confiscar para

pô-los a serviço de seus prazeres. Cláudio manda convidá-la a vir dar explicações. Narciso, receoso de que o fim de tudo fosse o perdão e ele, como denunciante, se visse em apuros, despachou alguns soldados com ordem de matá-la. Encontraram-na com sua mãe, cujos braços receberam a filha morta de um só golpe (48). Finda a tragédia, Cláudio autorizou aos pretorianos a matarem-no, se porventura se casasse de novo. E nunca mais falou em Messalina (Ferrero[55] e Bury[56] tentaram modificar esta história da bigamia da Imperatriz, mas Tácito a acentua como "bem atestada pelos escritores da época e por graves e respeitáveis anciões, seus coevos, que o informaram de todas as circunstâncias."[57])

Um ano depois já Cláudio hesitava entre casar-se com Lólia Paulina ou com a segunda Agripina. Lólia, ex-esposa de Calígula, era bastante opulenta; dizem que usava jóias no valor de 40.000.000 de sestércios;[58] talvez Cláudio admirasse mais o dinheiro dela do que seu bom gosto. Agripina, filha da primeira Agripina com Germânico, também trazia em seu sangue a rivalidade entre Antônio e Otávio e mostrava-se uma boa sucessora de sua mãe em beleza, habilidade, resolução e espírito vingativo. Enviuvara já duas vezes. De Cneu Domício Aenobarbo, seu primeiro marido, tivera Nero, cuja elevação ao trono constituía a grande paixão e obsessão de sua vida; e do segundo marido, Caio Crispo, por ela envenenado (ao que diziam), herdara sua bela fortuna. A mira de Argipina tornou-se uma só: desposar Cláudio, libertar-se de Britânico e impor Nero como herdeiro do trono. O fato de ser sobrinha de Cláudio não a embaraçava; ao contrário, dava ensejo a intimidades que excitavam o velho Imperador de um modo nada avuncular. Súbito, Cláudio se apresenta ao Senado e sugere que lhe peçam que se case de novo para bem do Estado. O Senado atendeu-o, a Guarda Pretoriana sorriu e Agripina galgou o trono (48).

Estava com 32 anos, com as energias no apogeu, e Cláudio, nos 57, tinha as suas no fim. Enfeitiçando-o com todos os seus encantos, conseguiu que o Imperador adotasse o jovem Nero e o casasse com sua filha Otávia. Nero tinha 16 anos e Otávia 13 (53). Agripina foi conquistando cada vez mais o poder político, e por fim acabou sentada no trono a seu lado. Fez voltar o filósofo Sêneca do exílio, a que tinha sido condenado por Cláudio, para fazê-lo preceptor de seu filho Nero (49), e colocou como prefeito da Guarda Pretoriana seu amigo Burro. Firmada assim, passou a governar com mão viril, e entronizou a ordem e a economia na mansão imperial. A ascendência dessa mulher poderia ter sido uma bênção para Roma, não fosse sua avareza e seu espírito vingativo. Fez com que condenassem Lólia Paulina à morte só porque Cláudio, num momento de descuido que nenhuma mulher perdoa, fez uma observação sobre a elegância de seu tipo. Mandou envenenar Marco Silano de medo que Cláudio o nomeasse herdeiro. Conspirou com Palas para derrubar Narciso — e conseguiu que o poderoso endinheirado terminasse sua carreira na prisão. Enfraquecido pela má saúde, pelo muito trabalho e os excessos sexuais, Cláudio deixou que Palas e Agripina estabelecessem num novo reino do terror. Homens eram acusados, exilados ou executados com o fim único de lhes confiscarem os bens para o Tesouro exausto. Trinta e cinco senadores e 300 eqüites foram condenados à morte nos 13 anos do reinado de Cláudio. Algumas destas execuções devem ter-se justificado, nós não sabemos. Mais tarde Nero declarou que tinha examinado todos os documentos de Cláudio e verificara que nenhuma perseguição se baseava em ordem sua.[59]

Só no quinto ano de seu casamento percebeu o iludido Imperador a política de Agripina. Resolveu então pôr-lhe termo ao poder e atrapalhar os planos a respeito de

Nero com a nomeação de Britânico como seu herdeiro. Era tarde. Agripina mostrou mais decisão e menos escrúpulos. Desconfiando das intenções do Imperador, lançou uma cartada suprema: deu-lhe a comer cogumelos venenosos. Cláudio veio a falecer depois de 12 horas de agonia, sem ter conseguido pronunciar uma só palavra (54). Quando o Senado o divinizou, Nero, já no trono, fez a curiosa observação de que os cogumelos deviam ser o alimento dos deuses, já que depois de comê-los Cláudio se tornara deus.[60]

IV. NERO

Do lado paterno procedia Nero dos Domícios Aenobarbos — assim chamados por causa das barbas cor de bronze predominantes na família. Já de 500 anos eram famosos em Roma pela habilidade, coragem, temeridade, crueldade e altivez. O avô de Nero por parte de pai tinha paixão por jogos e pelo teatro; conduzia carros nas corridas, gastava sem conta com feras e lutas de gladiadores e foi censurado por Augusto pelo modo cruel como tratava seus empregados e escravos. Casou-se com Antônia, filha de Antônio e Otávia. Seu filho Cneu Domício acentuou a reputação da família quanto à tendência para o adultério, o incesto, a brutalidade, a traição. No ano 28 casou-se com a segunda Agripina, jovem ainda de 13 anos, e conhecedor de sua raça e da de sua esposa, concluiu que "nada de bom pode nascer de nós".[61] O único filho do casal recebeu o nome de Lúcio e o cognome de Nero, palavra que em língua sabina queria dizer valente e forte.

Os principais mentores da educação de Nero foram Querêmon, o Estóico, seu mestre de grego, e Sêneca, seu professor de literatura e moral, mas não de filosofia. Agripina proibira o ensino da filosofia, como inadequado para um futuro governante;[62] o resultado não depôs contra a filosofia. Como muitos mestres, queixava-se Sêneca de que seu trabalho era anulado pela mãe do aluno, o qual corria para ela, certo do apoio, sempre que o preceptor o reprovava. Sêneca procurou treiná-lo em modéstia e cortesia, em simplicidade e estoicismo. Se não pôde recheá-lo das doutrinas e disputas dos filósofos, pôde ao menos dedicar-lhe os eloqüentes tratados filosóficos que escreveu, com esperança de que Nero os lesse um dia. O jovem príncipe revelou-se bom estudante, escrevia versos aceitáveis e dirigia-se ao Senado na maneira graciosa de seu professor. Vagando o trono com a morte de Cláudio, nenhum embaraço encontrou Agripina em assegurá-lo para seu filho, sobretudo depois que Burro lhe deu o pleno apoio da Guarda Pretoriana.

Nero recompensou os soldados, presenteou com 400 sestéricos cada cidadão de Roma e pronunciou sobre Cláudio um elogio composto pelo mesmo Sêneca[63], que em breve iria publicar anonimamente uma impiedosa sátira (*Apocolocyntosis* ou *Aboborificação*) sobre a expulsão de Cláudio do Olimpo. Nero fez ao Senado o protesto de obediência de praxe, modestamente escusou-se de sua mocidade e anunciou que dos poderes que cabiam ao príncipe ia assumir apenas o de comandante dos exércitos — escolha altamente prática para um aluno de filósofo. A promessa devia ser sincera, porque por cinco anos Nero só ficou nisso[64] — nesse *quinquennium Neronis* que mais tarde Trajano iria citar como o melhor período da história do governo imperial.[65] Quando o Senado propôs que estátuas de ouro e prata fossem erguidas em sua honra, o Imperador de 17 anos rejeitou a oferta; quando dois homens foram acusados por favorecer Britânico, fez com que a acusação fosse retirada; e em um discurso ao Senado

comprometeu-se a observar durante todo o seu reinado a virtude que Sêneca tanto exaltava no ensaio *De clementia.* Tendo de assinar a sentença de morte de um criminoso, Nero suspirou: "Por que aprendi eu a escrever?" Aboliu ou reduziu as taxas opressivas e concedeu pensão anual a senadores distintos mas empobrecidos. Admitindo sua pouca maturidade, deixou que Agripina lhe administrasse os negócios; ela recebia as embaixadas e figurava nas moedas com sua efígie junto da do filho. Receosos desse matriarcado, Burro e Sêneca reagiram; procurando apoio no orgulho de Nero; levaram-no a tomar de Agripina as rédeas do governo. A enfurecida mãe declarou que era Britânico o legítimo herdeiro do Império e ameaçou derrubar o filho do trono sobre o qual o havia colocado. A réplica de Nero foi o envenenamento de Britânico. Agripina retirou-se de Roma e como derradeiro golpe escreveu suas *Memórias* — difamando todos os inimigos seus e de sua mãe e fornecendo a Tácito e Suetônio o museu de horrores de onde extraíram as tintas sinistras com que pintaram os retratos de Tibério, Cláudio e Nero.

Sob a liderança do filósofo-ministro, e com o ímpeto da organização administrativa já instalada, o Império prosperou em todos os setores. As fronteiras estavam bem guardadas; o Mar Negro viu-se varrido da pirataria; Corbulão submeteu a Armênia e a Pártia assinou um tratado de paz que iria durar meio século. Muito se reduziu a corrupção nos tribunais e nas províncias; a burocracia foi melhorada no pessoal; os dinheiros públicos eram gastos com propósito e economia. Talvez por sugestão de Sêneca, Nero propôs a abolição de todas as taxas indiretas, especialmente as alfandegárias, cobradas nas fronteiras e nos portos, como modo de fomentar o comércio em todo o Império. A excelente medida encalhou no Senado graças à influência das corporações arrecadadoras de taxas — derrota significativa de que o Principado ainda reconhecia os limites constitucionais.

Para que Nero não interferisse nos negócios públicos, Sêneca e Burro deixaram-no mergulhar livremente noz prazeres sensuais. "Num tempo em que o vício tinha encantos para todas as classes", diz Tácito,[66] "não era de esperar que o soberano levasse uma vida de restrições e austeridades." Nem tampouco que a crença religiosa o coibisse, porque uma superficial filosofia tinha libertado seu espírito sem que concomitantemente lhe amadurecesse o juízo. "Ele desprezava todos os cultos", diz Suetônio, "e esvaziava a bexiga em cima da deusa que mais respeitava, Cibele."[67] Seus instintos levavam-no para os excessos da mesa, para os exotismos, para os banquetes suntuários em que só as flores iam a 4.000.000 de sestércios;[68] os avarentos, dizia ele, é que fazem a conta do que gastam. Nero admirava e invejava Caio Petrônio, um aristocrata hábil na combinação do vício com o bom gosto. Petrônio, diz Tácito em sua clássica descrição do ideal epicurista,

> passava os dias no sono e as noites nos negócios, na alegria e na festa. A indolência era ao mesmo tempo sua paixão e seu caminho para a fama. O que outros faziam a força de vigor e industriosidade ele o conseguia com seu amor ao prazer e ao luxurioso ócio. Ao contrário dos homens que professam compreender os prazeres sociais e esbanjam suas fortunas, Petrônio levava uma vida cara, mas não profusa; era um epicurista, não um pródigo; satisfazia aos apetites, mas com refinamento e discernimento; em suma, um voluptuoso elegante e bem-educado. Alegre e leve na conversação, encantava com sua graciosa negligência, sedutora sobretudo por ser natural. Apesar de todas estas qualidades de requintes, mostrou, quando no governo da Bitínia, e depois quando cônsul, que o vigor da determinação e a suavidade de maneiras podem juntar-se na mesma pessoa. ... Das salas do trabalho público ele saía

para a usual satisfação de seus desejos viciosos. ... Querido por Nero e seus companheiros... tornou-se o árbitro da elegância e do bom gosto. Sem sua sanção, nada conseguia renome de requintado, delicioso ou raro.[69]

Não havia em Nero a sutileza necessária para realizar um tão artístico epicurismo. Tinha o hábito de disfarçar-se para correr bordéis; de vaguear pelas ruas e freqüentar baiúcas noturnas com camaradas de seu tipo; e roubava lojas, insultava mulheres, "praticava atos lascivos em rapazes, despindo os que encontrava, espancando-os, ferindo-os e até matando-os".[70] Um senador que se defendeu vigorosamente do Imperador travestido, foi logo depois obrigado a suicidar-se. Sêneca procurou canalizar a luxúria de Nero para a ex-escrava Cláudia Acte. Mas, muito fiel que lhe era, Acte não soube conservá-lo preso; e breve foi trocada por uma dama de grandes requintes nas artes do amor. Popéia Sabina pertencia a uma família nobre e de grande riqueza; "possuía tudo", diz Tácito, "exceto honestidade"; era uma dessas criaturas que passam o dia a enfeitar-se e só existem quando são desejadas. Seu marido, Sálvio Otão, gabou-lhe a beleza diante de Nero; imediatamente o Imperador o comissionou para o governo da Lusitânia e pôs-se a rodear Popéia. A grande dama recusou o papel de amante, mas declarou aceitar o de esposa, se ele se divorciasse de Otávia.

Silenciosamente vinha Otávia tolerando as transgressões de Nero, sempre modesta e casta no meio da torrente de sexualismo em que vivia desde o berço; e faz muita honra a Agripina o fato de que tenha perdido a vida na defesa de Otávia contra Popéia. Agripina lutou o que pôde contra o divórcio em causa, chegando até, diz Tácito, a oferecer ao filho seus próprios encantos. Popéia antepôs os seus e venceu — vitória da mocidade. Escarnecia Nero, acusava-o de ter medo da mãe e acabou induzindo-o a acreditar em uma trama de Agripina para abatê-lo. E tais coisas fez que Nero, na loucura de sua paixão, consentiu em matar a mulher que o pusera no mundo e lhe havia dado o trono. Pensou primeiramente em envenená-la, mas Agripina aprendera a imunizar-se por meio de antídotos. Tentou afogá-la, mas Agripina, que sabia nadar, salvou-se de um naufrágio arranjado. Os homens perseguiram-na e foram alcançá-la na vila a que se acolhera; lá Agripina abriu as vestes e disse-lhes: "Mergulhai a espada no meu ventre." E foram precisos muitos golpes para matá-la. Vendo-lhe o corpo nu, Nero exclamou: "Nunca pensei que minha mãe fosse tão bela!"[71] Sêneca, ao que se disse, não tomou parte no crime, mas a mais triste passagem na história da filosofia está no fato de ter sido escrita por ele a carta em que Nero explica ao Senado como Agripina se matou ao ser detida por crime de conspiração.[72] De boa mente aceitaram os senadores a justificativa, e foram em grupo receber Nero de volta a Roma e dar graças aos deuses por lhe terem conservado a vida.

É difícil acreditar que o matricida fosse um rapaz de 22 anos dotado de paixão pela poesia, pela música, o teatro e os jogos atléticos. Nero admirava os concursos de habilidade física e artística dos gregos e quis introduzi-los em Roma. No ano 59 instituiu os *ludi iuvenales* ou Jogos da Mocidade; um ano depois inaugurou as *Nerônias,* ao molde das festas quadrienais de Olímpia, com corridas de cavalos, atletismo e "música" na qual estavam incluídas as oratória e a poesia. Nero construiu um anfiteatro, um ginásio e um banho público de grande magnificência, e como praticasse ginástica e fosse um corredor de carro dos mais entusiastas, resolveu competir nos jogos. Para seu cérebro embrechado de helenismo isso parecia não só próprio como nas melhores tradições da antigüidade grega. Sêneca desaprovou-o e tentou confinar as exibições

do Imperador a um estádio particular. Nero insistiu em que o povo presenciasse suas proezas — e o povo o aplaudiu gostosamente.

O que esse sátiro totalmente despido de inibições realmente desejava era ser um grande artista. Senhor de todos os poderes, ansiava também por todas as realizações. Vai a seu crédito o ter-se aplicado com o maior afinco à arte da gravação, à pintura, à escultura, à música e à poesia.[73] Para melhorar no canto "costumava deitar-se de costas com uma placa de chumbo sobre o peito, purgar-se com vomitório ou clisteres, e nada comer que lhe prejudicasse a voz";[74] e com o mesmo fim em certos dias só se alimentava de alho e azeite. Certa tarde convidou os mais distintos senadores a virem a palácio, e lá lhes mostrou um novo órgão de água e prelecionou sobre a teoria dos órgãos e o modo de construí-los.[75] De tal maneira ficou fascinado pela música do harpista Terpno que passava com ele noites inteiras a praticar no instrumento. Reunia a sua volta artistas e poetas, competia com eles no palácio, comparava suas pinturas com as deles, ouvia-lhes os versos e recitava-lhes os seus. O louvor desses homens o mantinha iludido quanto ao valor próprio, e quando um adivinho lhe predisse a queda do trono, alegremente respondeu que nesse caso iria viver de sua arte. Sonhava tocar em público no órgão de água, na flauta, na gaita de fole e depois aparecer como ator e representar o papel do Turno de Virgílio. No ano 59 deu um concerto quase totalmente público, como harpista (*citharoedus*), em seus jardins do Tibre. Por cinco anos mais ainda sofreu a tentação do concerto público, e por fim realizou-o em Nápoles, onde o espírito grego dominava e o povo iria compreendê-lo. A concorrência foi tanta que logo depois do espetáculo a estrutura desmoronou. Animado pelo triunfo, o jovem príncipe apareceu como harpista e cantor no grande teatro de Pompeu em Roma (65). Nesses recitais cantava poemas aparentemente de sua própria autoria; os fragmentos que sobreviveram mostram algum talento. (Afirma Suetônio que viu os manuscritos de Nero, com texto e correções de próprio punho.) Além de poesias líricas escreveu um longo poema épico sobre Tróia (Páris como herói) e começou um ainda maior sobre Roma. Para acentuar essa versatilidade, ainda apareceu no palco como ator, nos papéis de Édipo, Héracles, Alcmeon, e mesmo no do matricida Orestes. A populaça regalava-se no deleite de ter um imperador que a divertia e se ajoelhava no palco à espera de aplausos, como de costume. E decoravam os cantos de Nero, repetindo-os por toda parte. Seu entusiasmo pela música contaminava os outros — e em vez de decair, a popularidade de Nero crescia.

O Senado horrorizava-se mais com essas exibições do que com os rumores da licenciosidade sexual dominante no palácio. Nero respondia que o costume grego de limitar à classe dos cidadãos as disputas atléticas e artísticas era melhor que o costume romano de deixá-las aos escravos; as competições não deviam tomar a forma de uma lenta execução de criminosos. E o jovem assassino decretou que enquanto vivesse nenhum combate na arena seria de morte.[77] Para restaurar a tradição grega e dignificar suas próprias representações, persuadiu, ou compeliu, certos senadores a também atuarem publicamente como atores, músicos, atletas, gladiadores e corredores de carro. Patrícios, como Traséia Peto, mostravam sua desaprovação ausentando-se do Senado quando Nero ia falar; outros, como Helvídio Prisco, denunciavam-no violentamente nos salões da aristocracia, último refúgio da livre manifestação do pensamento; e os filósofos estóicos de Roma falavam cada vez mais abertamente do endiabrado epicurista do trono. Começaram as conspirações para depô-lo. Foram descobertas — e novo reino de terror se seguiu. Nero reviveu a *lex maiestas* (62); as acusações recaíam

de preferência sobre os homens cuja oposição ou riqueza tornavam sua eliminação culturalmente ou financeiramente desejável. Porque com suas dissipações Nero, como Calígula, já havia esgotado o Tesouro; daí sua idéia de confiscar todos os bens dos cidadãos em cujos testamentos não constassem grandes legados ao Imperador. E despojou muitos templos das ofertas votivas, e fundiu-lhes as imagens de ouro e prata. Quando Sêneca protestou e em particular criticou sua conduta — e, pior que isso, seus versos — Nero o afastou da corte (62), fazendo com que o velho filósofo passasse seus últimos três anos em uma vila. Burro já havia falecido dois anos antes.

Rodeou-se Nero agora de novos ajudantes, na maioria de rude linhagem. Tigelino, o prefeito da cidade, tornou-se seu principal conselheiro — e era-o como Nero queria, indulgentíssimo. Em 62 ocorreu o divórcio e afastamento de Otávia sob pretexto de esterilidade — e 12 dias depois Nero desposava Popéia. O povo protestou a seu modo, derrubando à noite as estátuas erguidas a Popéia e coroando de flores as de Otávia. A crermos em Tácito, Nero induziu Aniceto, o homem que havia matado Agripina, a confessar adultério com Otávia e a implicá-la numa conspiração. Aniceto assim o fez; foi banido para a Sardenha, onde viveu regaladamente na ociosidade e na riqueza, enquanto Otávia seguiu para o exílio em Pandatária. Dias depois chegaram agentes imperiais para matá-la. A pobre moça tinha apenas 22 anos e não podia crer que a vida de uma inocente tivesse de acabar tão cedo; pediu aos assassinos que poupassem a quem agora não passava da única irmã de Nero. Eles lhe cortaram a cabeça e levaram-na a Popéia. Informado o Senado da morte de Otávia, mais uma vez aquela corporação agradeceu aos deuses o ter preservado a vida do Imperador.[78]

E Nero acabou promovido a deus. Depois da morte de Agripina um cônsul havia proposto a ereção de um templo "ao deificado Nero". Quando em 63 Popéia teve uma filha, que morreu logo depois, a criança foi divinizada. Quando Tiridates veio receber a coroa da Armênia, ajoelhou-se e adorou o Imperador como Mitra. E quando Nero construiu sua Casa de Ouro, na frente foi erigido um colosso de 40 metros de altura — a sua própria estátua com uma auréola solar em redor da cabeça para identificá-lo com Febo Apolo. Na dura realidade nada tinha Nero de apolíneo; não passava aos 25 anos de um degenerado de pernas finas e ventre inchado, cara gorda, pele manchada, cabelo amarelo e muito crespo, estúpidos olhos cinzentos.

Como deus e artista, Nero irritava-se com os defeitos dos palácios herdados e queria construir um novo. Mas o Palatino já não dispunha de espaço baldio; na base ficava, de um lado, o Circus Maximus e do outro o Fórum; o mais era o casario comum. Nero lamentava que Roma houvesse crescido ao acaso, em vez de dentro de um plano, como Alexandria e Antioquia. E sonhava com a remodelação de Roma — ou de Nerópolis, já que seria ele o segundo fundador.

A 18 de julho de 64 irrompeu forte incêndio no Circus Maximus, espalhou-se com rapidez e durante nove dias destruiu dois terços da cidade. Nero estava em Âncio quando o fogo irrompeu; voou para Roma a tempo de assistir ao incêndio do palácio do Palatino. O Domus Transitoria, que ele havia construído para ligar seu palácio aos jardins de Mecenas, foi uma das primeiras estruturas a ruírem. O Fórum e o Capitólio se salvaram, bem como a região a leste do Tibre, mas não teve conta o número de casas, templos, manuscritos preciosos e obras de arte que o fogo destruiu. Milhares de pessoas perderam a vida nos desmoronamentos, centenas de milhares ficaram sem abrigo e erravam tontas de terror, a ouvirem boatos de que fora Nero o autor do incêndio, espalhara incendiários para prolongá-lo, e a tudo assistira da torre de Mece-

nas, recitando ao som da lira seus versos da queda de Tróia. (Tácito, Suetônio e Dion Cássio são acordes em acusá-lo de haver posto fogo e mantido o incêndio de Roma para depois reconstruí-la — mas esta concordância não prova que Nero seja culpado ou inocente.) Mas Nero agiu energicamente nas tentativas de controlar ou localizar o fogo e dar assistência às vítimas; ordenou que todos os edifícios públicos e jardins imperiais fossem abertos aos desabrigados, fez erguer uma cidade de tendas no Campo de Marte, requisitou alimentos dos distritos vizinhos, impediu que sobreviesse a fome.[79] E enfrentou sem revide os pasquins acusatórios e as inscrições nas paredes com que o povo enfurecido se desabafava. Segundo Tácito (cujos preconceitos senatoriais nunca devemos esquecer), Nero procurou de qualquer maneira um bode expiatório e encontrou-o em uma

> raça de homens detestados por suas más práticas e o comumente chamado *Chrestiani.* Esse nome era derivado de Chrestus, que, durante o reinado de Tibério, sofreu sob Pôncio Pilatos, Procurador da Judéia. Com essa execução a seita de que ele era o fundador recebeu um golpe, o qual por algum tempo refreou o desenvolvimento de perigosa superstição; mas reviveu logo depois e espalhou-se com vigor não só na Judéia... como também na cidade de Roma, este poço para onde flui em torrente tudo quanto há de abominável e infame no mundo. Nero procedeu com sua habitual malícia. Conseguiu que um grupo de miseráveis vítimas do fogo se confessassem culpadas de incendiarismo, e com base nesse depoimento certo número de cristãos foram acusados, não própria e provadamente como tendo posto fogo na cidade, mas de terem um sinistro ódio a toda a raça humana. Foram todos executados com requintada crueldade, e a seus sofrimentos Nero acresceu o escárnio e a derrisão. Uns eram revestidos de peles de animais ferozes e lançados aos cães para serem devorados; outros eram pregados em cruzes; muitos foram queimados vivos; muitos, embebidos de matéria inflamável, eram acesos para servirem de tochas durante a noite. ... A brutalidade destas medidas encheu todos os peitos de piedade. A humanidade pendeu a favor dos cristãos.[80]

Removidos que foram os escombros, Nero empreendeu com visível prazer a obra de reconstrução da cidade segundo seus sonhos. Solicitaram-se ou se obtiveram contribuições de todas as cidades do Império, de modo que os que haviam perdido suas casas puderam reconstruí-las com fundos públicos. Traçaram-se ruas largas e retas, com as casas obrigatoriamente de pedra nos primeiros andares e espaço preventivo de fogo entre uma residência e outra. Os cursos de água próximos foram canalizados em reserva para o caso de futuros incêndios. À custa do Tesouro Imperial ergueu Nero pórticos ao longo das ruas principais, favorecendo com sombra milhares de residências. Os antiquários e os velhos ressentiam-se da perda do pitoresco, mas breve estavam todos acordes em que uma Roma muito mais saudável, segura e bela havia saído do incêndio.

Nero teria obtido o perdão de seus crimes, se remodelasse sua vida como remodelou a capital. Mas Popéia morrera em 65, em adiantado estado de gravidez, de um pontapé no estômago, segundo se disse; e também se disse que fora a resposta de Nero à queixa de Popéia ao vê-lo voltar muito tarde das corridas.[81] Muito se afligiu ele com a morte da esposa, da qual ansiosamente esperava um herdeiro. Mandou embalsamá-la, deu-lhe pomposos funerais e ele próprio fez o elogio fúnebre dela junto ao corpo. Depois, havendo descoberto o jovem Esporo que muito se parecia com Popéia, fê-lo castrar, desposou-o com toda a cerimônia "e usou-o de todos os modos

como mulher''; uma piada circulou em Roma lembrando o ótimo que seria para o mundo se o pai do Imperador tivesse tido uma tal mulher.[82] No mesmo ano começou a erguer a Casa de Ouro, e como sua extravagante decoração, o seu custo e a área ocupada privasse de espaço a muitos milhares de pobres, renasceu o ressentimento da aristocracia e as suspeitas populares.

Súbito, seus espiões descobrem vasta trama para colocar no trono Calpúrnio Pisão (65). Agentes imperiais prendem certos elementos menores e à força de torturas ou ameaças lhes extraem confissões implicando entre outros o poeta Lucano e o velho Sêneca. Pouco e pouco todo o plano foi desvendado. Tão feroz foi a vingança de Nero, que Roma se convenceu de que toda a classe senatorial estava condenada. Quando Sêneca recebeu ordem de suicidar-se, discutiu um bocado, depois obedeceu; Lucano igualmente teve de abrir as veias e morrer recitando versos próprios. Enciumado com a preeminência de Petrônio, Tigelino subornou um dos escravos do epicurista para testemunhar contra ele, e desse modo conseguiu de Nero ordem de suicídio para Petrônio. O epicurista morreu preguiçosamente, abrindo e fechando as veias, conversando da maneira habitual com seus amigos, lendo-lhes versos; depois de curto passeio e de um sono, abriu novamente as veias e deixou-se esvair serenamente.[83] Traseia Peto, o principal expoente da filosofia estóica no Senado, foi condenado não por estar com os conspiradores mas por não mostrar entusiasmo pelo soberano, não apreciar seus versos e ter escrito uma biografia laudatória de Catão. Seu genro Helvídio Prisco incidiu apenas em banimento, mas dois outros senadores foram condenados à morte por louvarem Prisco e Peto. Musônio Rufo, filósofo estóico, e Cássio Longino, grande jurista, foram exilados; dois irmãos de Sêneca — Aneu Mela, pai de Lucano, e Aneu Novato, aquele gálio que em Atenas libertou São paulo, receberam ordem de suicídio.

Havendo limpado assim a retaguarda, Nero saiu de Roma no ano de 66 para competir nos Jogos Olímpicos e fazer uma *tournée* musical pela Grécia. ''Os gregos'', observou ele, ''são os únicos homens que têm ouvidos para a música.''[84] Em Olímpia conduziu uma *quadriga* nas corridas; caiu e quase foi esmagado, mas ergueu-se, retomou o carro e prosseguiu ainda por algum tempo, abandonando a prova antes do fim. Os juízes, não obstante, deram-lhe a coroa do triunfo. Felicíssimo com os aplausos do público, anunciou que dali por diante não só Atenas e Esparta como toda a Grécia seria livre, isto é, não pagaria tributos a Roma. As cidades gregas corresponderam-lhe ao gesto realizando em um mesmo ano os Jogos Olímpicos, Ístmicos, Píticos, Nemeanos; Nero tomou parte em todos como cantor, ator, harpista ou atleta. Religiosamente obedecia às regras das várias competições, mostrava-se muito cortês com os oponentes e dava-lhes a cidadania romana como consolação de suas invariáveis derrotas. Em meio à *tournée* recebeu notícia de que a Judéia estava rebelada e todo o Oriente refervia. Nero suspirou e prosseguiu em seu itinerário. Quando cantava em um teatro ''ninguém tinha licença de levantar-se nem pelos motivos mais urgentes. Isso fez com que algumas mulheres dessem à luz na platéia e outros se fingissem de mortos para serem levados.''[85] Em Corinto ordenou que se iniciasse o corte do istmo por um canal, como César havia planejado; o trabalho começou mas foi interrompido pela agitação que logo depois sobreveio. Alarmado com mais notícias de levantes e conspirações, Nero voltou para Roma (67) e entrou em triunfo, exibindo como troféus os 1.808 prêmios conquistados na Grécia.

A tragédia vinha-se aproximando como desfecho da comédia. Em março de 68 Júlio Víndice, o governador gaulês de Lião, proclamou a independência da Gália, e quando Nero ofereceu 2.500.000 sestércios pela sua cabeça, Víndice retrucou: "Dou a minha em troca, a quem me trouxer a cabeça de Nero."[86] Ao preparar-se para enfrentar aquele rijo adversário, a primeira preocupação de Nero foi condicionar carretas para o transporte de seus instrumentos musicais e coisas de teatro.[87] Mas em abril chegou notícia de que Galba, comandante do exército romano na Espanha, ligara-se a Víndice e marchava contra Roma. Sabedor de que a Guarda Pretoriana estava pronta para abandonar Nero em troca de remuneração, o Senado proclamou Galba Imperador. Nero arrumou veneno em uma caixinha e assim armado fugiu de sua Casa de Ouro para os Jardins Servilianos, na estrada para Óstia. Antes de partir pediu aos oficiais da Guarda no palácio que o acompanhassem; todos se recusaram e um recitou-lhe um verso de Virgílio: "É então coisa difícil morrer?" Nero não podia acreditar que a onipotência que o havia arruinado tivesse desaparecido assim tão repentinamente. Mandou pedir socorro a vários amigos — nenhum respondeu. Abeirou-se do Tibre para afogar-se; não teve coragem. Fáon, um de seus libertos, ofereceu-se para ocultá-lo em sua casa, na Vila Salária; Nero agarrou-se a essa tábua de salvação e galopou quatro milhas, do centro de Roma até lá, dentro da noite. E oculto ficou no fundo da adega de Fáon, numa túnica suja, faminto e sonolento, a estremecer a cada rumor. Um emissário de Fáon trouxe a notícia de que os senadores o haviam declarado inimigo público, ordenando sua prisão e punição "segundo a maneira antiga". Nero perguntou como era essa tal maneira. "Despem o condenado, prendem-no a um poste por um gancho que lhe segura o pescoço, e batem nele até que morra", foi a resposta. Nero, aterrorizado, tenta apunhalar-se, mas cometeu o erro de experimentar a ponta do punhal; achou-a muito aguda. *Qualis artifex pereo!* — "Que artista morre em mim!" exclamou.

Lá pela madrugada ouviu tropel de animais. Eram soldados do Senado que vinham em sua procura. Nero ainda citou um verso. "Escuta!... Chega-me aos ouvidos o tropel de céleres cavalos" — e cravou o punhal na garganta; sua mão vacilou — e o liberto Epafrodito teve de ajudá-lo a enterrar a lâmina. Havia pedido que não lhe mutilassem o corpo, e os agentes de Galba lhe atenderam a vontade. Suas velhas amas e Acte, sua primeira amante, enterraram-no no túmulo dos Domícios (68). Muita gente da plebe rejubilou-se com a morte de Nero e passeou pelas ruas de Roma com barretes libertários na cabeça. Outros choraram-lhe a morte, porque Nero havia sido tão generoso para com os pobres quanto implacavelmente cruel para com os grandes. Os que assim sentiam deram voga ao boato de que o Imperador não estava morto e sim lutando para voltar a Roma; quando se convenceram de que realmente morrera, levaram muito tempo, meses, a trazer flores para seu túmulo.[88]

V. OS TRÊS IMPERADORES

Sérvio Sulpício Galba chegou a Roma em junho de 68. Era de nobre nascimento, pois do lado paterno entroncava em Júpiter e do materno em Pasífae, mulher de Minos, e no touro. No ano de sua subida ao trono mostrava-se um homem já calvo, com pés e mãos tão deformados pela gota que não podia usar sapatos nem segurar um livro.[89] Tinha os vícios normais e anormais da época, mas não foi esse fato o que o perdeu e sim o mau efeito produzido no exército e na populaça pela sua economia nos

gastos públicos e a rigorosa administração da justiça.[90] Quando Galba determinou que os que se haviam locupletado com donativos e pensões de Nero tinham de restituir nove décimos ao Tesouro, mil novos inimigos se levantaram contra ele.

Um senador em bancarrota, Marco Otão, anunciou que só poderia saldar suas dívidas se se tornasse imperador.[91] A Guarda Pretoriana declarou-se a seu favor e marchou para o Fórum; em caminho encontraram Galba em sua liteira. Não houve resistência. O Imperador ofereceu o pescoço às lâminas; cortaram-lhe a cabeça, os lábios e os braços. Um soldado levou-lhe a cabeça ao senador Otão; como não pudesse segurá-la pelo cabelo muito ralo e molhado de sangue, introduziu o polegar na boca. O Senado apressou-se em aceitar Otão, ao mesmo tempo que os exércitos do Egito e da Germânia aclamavam como imperadores seus respectivos generais, Aulo Vitélio e Tito Flávio Vespasiano. Vitélio invadiu a Itália com seus homens e dominou a resistência das guarnições do norte e dos pretorianos. Otão matou-se depois de um reinado de 95 dias, e Vitélio subiu ao trono.

Não depõe a favor do sistema militar romano que um inválido como Galba comandasse o exército da Espanha e um indolente epicurista como Vitélio, o da Germânia. Vitélio não passava de um glutão; durante seu governo o Principado se resumiu em uma folgança em que cada refeição era um banquete. Governava nos intervalos; e como fosse sobremodo curto esse tempo, entregou os negócios públicos a seu liberto Asiático, o qual em quatro meses tornou-se o homem mais rico de Roma. Quando Vitélio soube que Antônio, general de Vespasiano, marchava para a Itália à frente de um exército com o fim de destroná-lo, entregou a defesa a outros e prosseguiu na festa. Em outubro de 69 as tropas de Antônio derrotaram as de Vitélio em Cremona, em uma das batalhas mais sangrentas da antigüidade. Os vencedores avançaram para Roma, onde os remanescentes do exército derrotado lutaram com a maior bravura, enquanto o Imperador se escondia no palácio. A populaça, diz Tácito, "reuniu-se em multidão para assistir à luta, como se a carnagem fosse mais um dos espetáculos sangrentos a que todos viviam afeitos"; enquanto a batalha prosseguia, muitos saqueavam casas e lojas, e as prostitutas afanavam-se em seu negócio.[92] Triunfaram os soldados de Antônio, mataram sem dó, pilharam à larga; e a plebe, sempre pronta no aplauso aos vencedores, ajudou-os a caçar os inimigos. Conduzido seminu pelas ruas, foi Vitélio, de corda ao pescoço, coberto de esterco, torturado com requintes, até que em um impulso de misericórdia o mataram (dezembro de 69). E com um gancho arrastaram-lhe o cadáver para o Tibre.[93]

VI. VESPASIANO

Que alívio o encontro de um homem de bom senso, honesto e capaz! Ocupado na luta contra a Judéia, Vespasiano levou tempo para vir ocupar o perigoso posto em que seus soldados o haviam colocado e que os senadores haviam confirmado. Chegou em outubro do ano seguinte e entregou-se com a maior energia a restaurar a ordem perturbada em todos os setores. Percebendo que tinha de repetir o trabalho de Augusto, moldou sua política e seus atos pelos daquele príncipe. Fez as pazes com os senadores e restabeleceu o governo constitucional; restituiu a liberdade a todos os condenados por lesa-majestade nos períodos de Nero, Galba, Otão e Vitélio; reorganizou o exército, limitou o número e os poderes da Guarda Pretoriana, nomeou generais compe-

tentes para suprimir a rebelião nas províncias e em breve pôde fechar o Templo de Jano, como sinal e penhor da paz.

Era um homem de 60 anos, mas de excepcional constituição física, tão rijo de corpo quanto de caráter, cabeça grande e maciça, nua de cabelos no alto, feições rudes mas imperiosas, olhos pequenos mas com aquela penetração que vareja todos os embustes. Nenhum sinal de genialidade; apenas um homem de inteligência prática e vontade firme. Nascera numa aldeia sabina perto de Reate, filho de gente nitidamente plebéia. Sua subida ao trono equivaleu a uma quádrupla revolução: 1) um homem comum alcançava o poder supremo; 2) um exército da província abatia a Guarda Pretoriana e punha seu chefe no comando; 3) os Flavianos haviam sucedido aos Júlio-Claudianos; 4) e os hábitos simples e as virtudes da burguesia italiana substituíam na corte imperial o epicurismo desordenado dos descendentes de Augusto e Lívia. Vespasiano jamais esqueceu, ou procurou ocultar, a sua modesta ascendência. Quando esperançosos genealogistas entroncaram sua família em um companheiro de Hércules, ele os silenciou com uma sadia risada. Periodicamente ia à casa em que nascera matar saudades do velho ambiente — e não deixava que a alterassem em coisa nenhuma. Desprezava o luxo e a indolência, comia a mesma comida dos camponeses, jejuava um dia por mês e declarou guerra ao desregramento. Quando um romano a quem ele nomeara para um posto apareceu-lhe todo perfumado, Vespasiano observou: "Eu preferia que me aparecesse fedendo a alho" — e cassou a nomeação. Extremamente acessível, vivia em pé de igualdade com o povo, caçoava de si próprio, e dava a todos plena liberdade de crítica a seus atos e a seu caráter. Havendo descoberto uma conspiração para derrubá-lo, perdoou os conspiradores dizendo que não imaginavam a tremenda carga de cuidados de um governante. Só em um caso Vespasiano perdeu a cabeça. Helvídio Prisco, restituído ao Senado depois do exílio a que Nero o condenou, propôs a restauração da República e francamente injuriou Vespasiano. Este ordenou-lhe que não voltasse ao Senado, se tinha a intenção de continuar naquele tom. Helvídio não atendeu. Voltou e continuou nos ataques. Vespasiano baniu-o — e manchou a excelência de seu reinado mandando que o matassem. Muito iria depois lamentar esse impulso, e pelo resto da vida, diz Suetônio, "mostrou a maior paciência diante da linguagem franca de seus amigos... e da impudência dos filósofos".[94] Estes já não eram os estóicos e sim os cínicos — filósofos anarquistas que consideravam todos os governos como uma imposição e atacavam todos os imperadores.

Para injetar sangue novo no Senado, vítima da limitação familial e da guerra civil, Vespasiano assumiu o cargo de censor, trouxe para Roma um milheiro de boas famílias da Itália e das províncias ocidentais, alistou-as nas ordens patrícia e eqüestre e, apesar de todos os protestos, delas tirou o novo Senado. A nova aristocracia, estimulada pelo exemplo de Vespasiano, muito melhorou a moral e a sociedade de Roma. Era gente não estragada pela riqueza ociosa, ainda muito próxima do trabalho da terra para desdenhar os trabalhos e tarefas da administração; e mostravam na conduta muito da ordem e da decência do Imperador. Dela procedem os governantes que a partir de Domiciano deram a Roma bons governos durante um século. Cônscio dos males decorrentes do emprego de libertos nos altos cargos, Vespasiano substituiu-os por elementos da infiltração provinciana e da classe dos homens de negócio. E em nove anos conseguiu o milagre da reabilitação romana.

Vespasiano calculou que seriam necessários 40.000.000.000 de sestércios para arrancar o Império à insolvência.[95] (Este número dado por Suetônio é freqüentemente

rejeitado como incrível; mas pode ser aceito em virtude da depreciação da moeda.) Para levantar tamanha soma foram taxadas todas as coisas, e elevado o tributo das províncias, restaurados os da Grécia, arrendadas as terras públicas, vendidos palácios imperiais e propriedades, e mantida uma tão rigorosa economia que os cidadãos o denunciavam como um camponês avarento. A propósito da taxa imposta nos mictórios públicos de Roma, seu filho Tito fez objeções, achando que era uma renda indecorosa; o velho Imperador levou às narinas do moço um punhado de moedas: "Vê se têm algum cheiro, meu filho."[96] Suetônio acusa-o de também auferir vantagens para o Tesouro com a venda de cargos públicos, e colocar os homens de maior rapacidade nas províncias em que pudessem "encher-se" depressa — depois os chamava às contas, examinava tudo e por meio do confisco os esvaziava em proveito do Tesouro. O hábil financista, entretanto, nada punha de lado para si; empregava todas as rendas no reerguimento econômico, no embelezamento arquitetônico e na melhora cultural de Roma.

Coube a este rude soldado a honra de estabelecer o primeiro sistema de educação pública na antigüidade clássica. Foi Vespasiano quem determinou que certos professores de literatura e retórica fossem pagos pelo governo e pudessem aposentar-se depois de 20 anos de serviço. Talvez o velho céptico sentisse que os professores influíam na opinião pública, e mostrar-se-iam bons defensores de um governo que os pagasse. E talvez por igual razão haja restaurado muitos templos antigos, mesmo em distritos rurais. Reconstruiu o templo de Júpiter, Juno e Minerva, incendiado pelas tropas de Vitélio; ergueu majestoso santuário a Pax, deusa da paz, e deu início à construção da mais famosa de todas as estruturas romanas, o Coliseu. As altas classes murmuravam ao verem suas fortunas taxadas a fim de prover fundos para obras públicas e salário de trabalhadores, e estes não se mostravam particularmente gratos. Vespasiano lançou um enérgico movimento para a limpeza geral de todos os destroços deixados pelas recentes guerras civis, e deu o exemplo transportando ele próprio a primeira carga. Ao lhe apresentarem um maquinismo que muito reduzia o trabalho manual na remoção de entulho, recusou-o, dizendo: "Tenho de dar comida aos meus pobres."[97] Nesta moratória da invenção Vespasiano admitiu o problema do desemprego tecnológico, e decidiu contra a revolução industrial.

As províncias passaram a prosperar como nunca. Dobraram de riqueza — pelo menos em termos monetários — comparativamente à era de Augusto, e com facilidade suportaram a agravação dos impostos. Vespasiano colocou o hábil Agrícola no governo da Bretanha e delegou a Tito a tarefa de suprimir a rebelião dos judeus. Tito capturou Jerusalém e voltou a Roma com todas as honras que usualmente cabem aos grandes matadores. Majestosa procissão triunfal precedeu o desfile de inúmeros prisioneiros e despojos, e foi erigido o famoso Arco de Tito para comemorar o feito. Vespasiano sentiu-se orgulhoso da vitória de seu filho, mas ficou perturbado com a linda princesa judia Berenice, que Tito fizera sua amante e com a qual queria casar-se; novamente, *capta ferum victorem cepit*. O Imperador não compreendia isso de desposar a amante; ele próprio, depois da morte da esposa, vivia com uma liberta sem se preocupar com casamento; e quando Cênis faleceu, passou a distribuir seu amor entre várias concubinas.[98]

Vespasiano estava convencido de que ou fixava de antemão seu sucessor ou Roma de novo mergulharia na desordem. O Senado concordou com a idéia e pediu-lhe que escolhesse ou adotasse "o melhor dos melhores" — presumivelmente um senador;

Vespasiano respondeu que em Tito reconhecia o melhor. Para facilitar a situação, o jovem conquistador desfez-se de Berenice e procurou consolar-se na promiscuidade.[99] A partir daí Vespasiano o associou no governo e foi-lhe transmitindo cada vez mais todas as funções de comando.

Em 79 fez Vespasiano a última visita a Reate. Por lá bebeu em excesso a água purgativa do lago Cutílias e foi atacado de forte diarréia. Embora acamado, continuou a receber embaixadas e a trabalhar como sempre. Sentindo que a sombra da morte aos poucos se aproximava, nem por isso perdeu o velho humor. *Vae! puto deus fio*, exclamou — "Ai, sinto que estou-me tornando um deus."[100] Já sem forças, ergueu-se com o auxílio dos presentes, dizendo: "Um Imperador deve morrer de pé." E com essas palavras chega ao fim aquela vida tão cheia. Vespasiano morreu aos 69 anos, depois de um decênio de magnífico reinado.

VII. TITO

Tito Flávio Vespasiano foi o mais afortunado de todos os imperadores. Faleceu no ano seguinte ao seu acesso, aos 42 anos de idade, quando ainda era "as delícias do gênero humano"; não teve tempo de corromper-se com o poder ou desiludir-se do desejo. Em moço havia-se distinguido na guerra impiedosa e sombreado seu nome com a vida solta, mas agora, em vez de embriagar-se com o poder, reformou sua moral e fez de seu governo um modelo de sabedoria e honra. O maior defeito de Tito era a generosidade ilimitada. Considerava perdido o dia em que não fizesse a felicidade de alguém; gastou muito em espetáculos e jogos para divertir o povo, acabando por deixar o Tesouro quase tão vazio como seu pai o encontrara. Completou o Coliseu e construiu outro banho municipal. Ninguém sofreu pena de morte durante seu reinado; ao contrário, mandava flagelar os delatores e bania-os. Jurou que antes queria ser morto do que matar. Quando dois patrícios foram presos por conspiração para depô-lo, contentou-se em fazer-lhes uma advertência, e para aliviar a aflição da mãe de um deles, despachou um mensageiro para avisá-la de que o filho dela estava salvo.

Os infortúnios do reinado de Tito foram desastres que ele não podia prevenir. Um incêndio de três dias destruiu em 79 vários edifícios importantes, inclusive, de novo, o templo de Júpiter, Juno e Minerva; nesse mesmo ano o Vesúvio engoliu Pompéia com milhares de habitantes; e no ano seguinte Roma foi martirizada por uma peste, a pior que sua história jamais registrou. Tudo fez ele para aliviar os sofrimentos produzidos por essas calamidades; "mostrou não apenas a solicitude de um imperador como também o amor de um pai".[101] Tito faleceu de uma febre em 81, na mesma casa de campo em que dois anos antes morrera Vespasiano. Roma inteira chorou sua morte — exceto o irmão que iria sucedê-lo no trono.

VIII. DOMICIANO

É mais difícil pintar o retrato de Domiciano do que o de Nero. As principais fontes sobre seu reinado são Tácito e Plínio, o Moço, dois historiadores que prosperaram nesse período, mas faziam parte do grupo senatorial em luta de morte com Domiciano. Só temos a opor-lhes dois poetas, Estácio e Marcial, protegidos de Domiciano, que literalmente o elevavam às nuvens. Talvez todos quatro estivessem certos, porque

o último dos Flavianos começou como o anjo Gabriel e acabou como Lúcifer. A alma de Domiciano caminhava de par com seu corpo; na mocidade foi uma criatura modesta, graciosa, formosa; acabou "barrigudo, de pernas finas e careca" — apesar de haver escrito um livro *Sobre o Cuidado dos Cabelos*.[102] Na adolescência havia escrito versos; na obsolescência passou a desconfiar de sua própria prosa e a mandar que outros lhe escrevessem os discursos e proclamações. Domiciano teria sido feliz se não fosse Tito; mas unicamente os mais nobres espíritos podem receber com equanimidade o triunfo dos amigos. O ciúme de Domiciano mergulhou-o em um azedume taciturno, e por fim o induziu a secretas maquinações contra o irmão; teve Tito de pedir ao pai que o perdoasse. Depois da morte do velho Imperador, Domiciano insistiu em que o poder fora legado a ele e a Tito conjuntamente, mas que o testamento havia sido sonegado. Tito replicou pedindo-lhe que viesse compartilhar do governo e fosse o seu sucessor; Domiciano recusou e continuou a conspirar. Quando Tito caiu doente, diz Dion Cássio, Domiciano apressou-lhe a morte abarrotando-o de neve.[103] Não podemos garantir a veracidade destas histórias, nem a de sua licenciosidade sexual — Domiciano a nadar com prostitutas, a fazer da filha de Tito uma de suas concubinas, e "tanto dado a mulheres como a rapazes".[104] Toda a historiografia latina se viciou de intenso partidarismo.

Mas o que podemos deduzir sobre Domiciano é que em sua primeira década de governo ele se mostrou extraordinariamente puritano e capaz. Como seu pai tomara Augusto por modelo, Domiciano orientou-se pela política e pelos processos de Tibério. Fazendo-se censor vitalício, acabou com a publicação de pasquins (embora gostasse dos epigramas de Marcial), deu força às leis julianas contra o adultério, procurou acabar com a prostituição de crianças e reduziu o vício antinatural; proibiu a representação de pantomimas indecentes, ordenou a execução de uma Vestal culpada de adultério e incesto, e proibiu a prática da castração, que se ia expandindo com o alto preço alcançado pelos eunucos. Acabou com todas as formas de derramamento de sangue, inclusive a de bois nos altares dos deuses. Era um homem de honra, liberal, generoso. Recusava legados quando havia filhos herdeiros, cancelou as taxas cujo pagamento estava atrasado de mais de cinco anos e acabou com a delação. Revelou-se juiz rigoroso, mas imparcial. Teve libertos como secretários, mas soube mantê-los na linha.

Seu reinado foi um dos grandes períodos da construção romana. Como os incêndios de 79 e 82 causassem muita ruína e miséria, Domiciano organizou um vasto programa de obras públicas que desse trabalho aos desempregados e distribuísse a riqueza.[105] Também procurou estimular a velha fé com a multiplicação e embelezamento dos santuários. Ergueu de novo o templo de Júpiter, Juno e Minerva, gastando $22.000.000 nas portas e tetos de ouro; Roma extasiou-se com a obra e lamentou o desperdício. Quando Domiciano construiu para si e seus auxiliares o enorme palácio Domus Flavia, os cidadãos muito justamente se queixaram do custo, mas nenhum levantou a voz contra os caríssimos jogos com que ele procurava atenuar a sua impopularidade tiberiana. Ao pai e ao irmão dedicou um templo; restaurou os Banhos e o Panteão de Agripa, o Pórtico de Otávia, os templos de Ísis e Serápis; prosseguiu nas obras do Coliseu; concluiu os Banhos de Tito e deu começo aos que foram acabados por Trajano.

Ao mesmo tempo tudo fez para estimular as artes e letras. A escultura romana alcançou o zênite em seu reinado; suas moedas são da mais alta qualidade. Para fomen-

tar a poesia, estabeleceu em 86 os Jogos Capitolinos, em que havia concursos de música e literatura, dotando-os de um estádio e de um salão de música no Campo de Marte. Subvencionou modestamente o pudico talento de Estácio e o impudico talento de Marcial. Restaurou as bibliotecas públicas destruídas pelo fogo, abastecendo-as com cópias de manuscritos da biblioteca de Alexandria, que mandou tirar pelos seus escribas — outra prova de que essa grande coleção de livros não perdera grande coisa no incêndio provocado por César.

Domiciano dirigiu bem o governo. Tinha a firmeza de Tibério como administrador, perseguia o peculato e mantinha todos os funcionários sob rigorosa fiscalização. Como Tibério havia colhido as rédeas de Germânico, assim Domiciano retirou Agrícola da Bretanha depois que esse excelente general empurrou as fronteiras do Império até à Escócia; aparentemente Agrícola desejava ir além e Domiciano opôs-se. A chamada de Agrícola foi levada à conta de ciúme — e o Imperador pagou caro o ato, quando a história de seu reino foi escrita pelo genro do general. Domiciano não foi feliz nas guerras. Em 86 os dácios cruzaram o Danúbio, invadiram a província romana da Mésia, derrotando o exército imperial. O Imperador assumiu o comando, planejou muito bem a campanha e estava já a ponto de invadir a Dácia quando Antônio Saturnino, o governador romano da Alta Germânia, persuadiu duas legiões em Mainz a proclamá-lo imperador. Essa revolta foi abafada pelos generais de Domiciano, mas permitiu que os dácios se preparassem. Domiciano cruzou o Danúbio, enfrentou-os e aparentemente sofreu um revés. Fez a paz com Decebalo, o rei dácio — paz comprada, e de volta a Roma celebrou um duplo triunfo, comemorativo de suas vitórias sobre os dácios e os chatis. Depois disso contentou-se com uma via fortificada entre o Reno e o Danúbio e outra entre a curva norte do Danúbio e o Mar Negro.

A rebelião de Saturnino foi a virada de esquina do governo de Domiciano — a linha que dividiu o bom do mau. Fora sempre um homem severo; passou daí por diante à crueldade. Tinha capacidade para bem governar, mas só autocraticamente; bem depressa foi tirando do Senado todos os poderes, e sua autoridade como censor tornou essa corporação ao mesmo tempo servil e vingativa. A vaidade o empolgou: Domiciano encheu o Capitólio de estátuas de si mesmo, proclamou sua divinização, mais a de seu pai, seu irmão, sua esposa, suas irmãs, e organizou uma ordem sacerdotal, os *Flaviales*, para atender ao culto das novas deidades, mandando que nos documentos o tratassem de *Dominus et Deus Noster* — "Nosso Senhor e Deus". Sentava-se em um trono, exigia que os visitantes lhe abraçassem os joelhos e estabeleceu em seu opulento palácio a etiqueta das cortes orientais. Fez, em suma, que à custa do poder do exército e da decadência do Senado, o Principado virasse monarquia inconstitucional.

A rebelião breve referveu não só na aristocracia como entre os filósofos e as religiões que do Oriente se passavam para Roma. Judeus e cristãos recusaram-se a adorar o deus Domiciano; os filósofos cínicos arrasavam todos os governos, e os estóicos, embora aceitassem reis, opunham-se aos déspotas e honravam os tiranicidas. Em 89 Domiciano expulsou-os de Roma; em 95 baniu da Itália todos os filósofos. Esta condenação alcançava também os astrólogos, cujas predições sobre a morte do Imperador haviam trazido novos terrores a um espírito vazio de fé e aberto à superstição. Em 93 alguns cristãos foram executados por se negarem a oferecer sacrifícios à imagem do Imperador; e segundo a tradição estava entre eles o seu sobrinho Flávio Clemente.[106]

Nos últimos anos o medo do Imperador chegou quase ao delírio. Forrou de pedra rebrilhante as paredes dos pórticos sob os quais passeava, para, pelos reflexos, ver se era seguido. Queixava-se do triste destino dos governantes, pois ninguém acreditava nas conspirações em curso senão quando bem-sucedidas. Como Tibério, quanto mais envelhecia mais ouvidos dava aos delatores, e como estes se multiplicassem, nenhum cidadão de alguma importância estava livre de espionagem mesmo dentro de sua casa. Depois da revolta de Saturnino as acusações e condenações foram em um crescendo; aristocratas eram exilados ou mortos; suspeitos eram torturados, até com "fogo introduzido nas partes privadas".[107] Os aterrorizados senadores, incluindo Tácito, que com tanto amargor historia este período, eram os instrumentos das condenações; e depois de cada execução agradeciam aos deuses a salvação da vida do príncipe.

Domiciano cometeu o erro de apavorar até a gente do palácio. Em 96 mandou matar seu secretário Epafrodito por ter, 27 anos antes, ajudado Nero a suicidar-se. Os demais libertos da casa imperial sentiram-se ameaçados, e para se protegerem deliberaram eliminar o Imperador; a essa conspiração aderiu Domícia, a Imperatriz. Na noite anterior à tragédia Domiciano havia saltado do leito tomado de um súbito acesso de terror. Chegado o momento da execução, um criado de Domícia deu o primeiro golpe; mais quatro o secundaram; o Imperador lutou como um louco, mas foi abatido; estava com 45 anos e no 15º de seu reinado (96). Chegada a notícia ao Senado, os senadores destruíram-lhe todos os retratos ali existentes e ordenaram que o mesmo fosse feito a todas as suas estátuas e a todas as inscrições que trouxessem seu nome — isso em todo o Império.

A falta de lealdade da história para com esta "idade de déspotas" vem de ter sido escrita pelo mais brilhante e parcial dos historiadores. É verdade que Suetônio com freqüência confirma — ou segue — as invectivas de Tácito, mas o estudo da literatura e das inscrições condena-os aos dois por confundirem os vícios de 10 imperadores com as realizações de todo um Império e de todo um século. Houve coisas boas mesmo nos piores destes governantes — devotamento ao bem público em Tibério, encantadora alegria em Calígula, laboriosa sabedoria em Cláudio, exuberante estetismo em Nero, severa competência em Domiciano. Atrás dos adultérios e homicídios formara-se uma organização administrativa, mantenedora de alta ordem no governo provincial. Os próprios imperadores eram as principais vítimas do poder imperial. Alguma doença do sangue, estimulada pela soltura sensual, havia perseguido os Júlio-Claudianos com a mesma fatalidade com que perseguiu os filhos de Atreu; e qualquer falha no sistema levou os Flavianos, em uma geração, da melhor política à mais terrível crueldade. Sete desses homens acabaram de morte violenta; quase todos foram infelizes, sempre cercados de conspiradores, de desonestidades, de intrigas — e era da anarquia do lar que procuravam governar o Império. Entregavam-se à satisfação de todos os apetites porque sabiam como era curta a onipotência; viviam no perpétuo terror do homem condenado a precoce e repentino fim. Arrastavam-se porque estavam acima da lei; tornaram-se menos que homens porque o poder os fazia deuses.

Mas não podemos absolver a época ou o Principado de suas ignomínias e crimes. Se os imperadores deram paz ao Império, também perpetuaram o terror em Roma; maltrataram a moral com os exemplos de crueldade e luxúria; despedaçaram a Itália com uma guerra civil ainda mais feroz que a de César e Pompeu; encheram as ilhas de exilados e destruíram os melhores homens. Alimentaram a traição de parentes a amigos

com os prêmios ao delator. Substituíram em Roma o governo da lei pela tirania de homens. Ergueram enormes edifícios mas apequenaram a alma com a redução do talento ao servilismo ou à mudez. E acima de tudo colocaram o exército em posição suprema. O poder do príncipe sobre o Senado não se baseava em nenhuma genialidade, nem nos costumes, nem no prestígio, mas pura e simplesmente na Guarda Pretoriana. Quando os exércitos das províncias viram como os imperadores eram feitos, quão ricos eram os donativos e os despojos da capital, depuseram os pretorianos e tomaram a si a função de fazer reis. Ainda por um século a sabedoria de grandes dirigentes, escolhidos mais por adoção do que por hereditariedade, violência ou riqueza, iria manter as legiões em choque e conservar seguras as fronteiras. Mas quando o amor de um filósofo conduziu de novo a idiotia ao trono, os exércitos se amotinaram, o caos irrompeu através da frágil camada da ordem e a guerra civil deu mãos aos bárbaros para deitar por terra a nobre, mas precária, estrutura de governo que o gênio de Augusto havia criado.

CAPÍTULO XIV

A Idade de Prata

14 — 96

I. OS DILETANTES

A TRADIÇÃO tem dado às letras latinas de 14 a 117 o nome de Idade de Prata, implicando isto um juízo de queda cultural em relação à idade de Augusto. A tradição é a voz do tempo e o tempo é o meio de seleção; os espíritos cautelosos respeitam-lhe o veredicto, porque só os calouros sabem mais do que 20 séculos. Podemos, entretanto, suspender esse juízo e sem nenhuma idéia preconcebida analisar Lucano, Petrônio, Sêneca, Plínio, o Velho, Celso; Estácio, Marcial, Quintiliano — e em capítulo adiante — Tácito, Juvenal, Plínio, o Moço, e Epícteto — encarando-os como se não soubéssemos que pertencem a um período de decadência. Em cada época alguma coisa está decaindo e outra brotando. No epigrama, na sátira, na novela, na história e na filosofia a Idade de Prata marca o zênite da literatura romana — como também marca o clímax da arte de Roma na escultura realista e na arquitetura grandiosa.

O falar do homem comum penetrou na literatura, diminuindo as inflexões, afrouxando a sintaxe e com gaulesa impertinência deixando cair as consoantes finais. Lá pela metade do século I o V latino (que era pronunciado como o W inglês) e o B (entre vogais) amaciaram-se em um som como o do V inglês; de modo que *habere*, ter, tornou-se na pronúncia *havere*, denunciando o italiano *avere*, o francês *avoir* e o português *haver*; ao passo que *vinum*, vinho, começou a aproximar-se, com queda da última consoante, do italiano *vino*, do francês *vin* e do português *vinho*. A língua latina estava-se preparando para rebrotar no italiano, no francês, no espanhol bem como no português.

Temos de concordar que a retórica havia crescido à custa da eloqüência e a gramática às expensas da poesia. Homens de valor devotavam-se como nunca ao estudo da forma, evolução e primores da língua, e já publicavam textos "clássicos" em que estabeleciam as augustas regras da composição literária, da oratória forense, da poética, do ritmo da prosa. Cláudio tentou reformar o alfabeto; Nero pôs em moda a poesia, ao sistema japonês; e o velho Sêneca escreveu manuais de retórica sob pretexto de que a eloqüência dobra a força de todos os poderes. Sem eloqüência só os generais podiam elevar-se em Roma, e mesmo os generais tinham que ser oradores. A mania da retórica invadiu todos os setores da literatura: a poesia tornou-se retórica, a prosa tornou-se poética e o próprio Plínio escreveu uma página eloqüente nos seis volumes de sua *História Natural*. Os homens começaram a preocupar-se com o equilíbrio e a melodia da frase; historiadores compuseram declamações, filósofos ardiam por epigramas e todo mundo escrevia *sententiae* — comprimidos de sabedoria. A gente da alta sociedade compunha poesia e lia-a aos amigos em salões alugados ou teatros, à mesa e até nos banhos (queixava-se Marcial). Poetas que em competições públicas obtinham prêmios eram festejados pelas municipalidades e coroados pelos imperadores; aristocratas e príncipes recebiam com agrado dedicatórias e as re-

tribuíam com jantares ou dinheiro. A paixão pela poesia proporcionou um agradável aspecto de amadorismo a uma época e a uma cidade deterioradas pela licenciosidade sexual e periódicos "reinos do terror".

Terror e poesia cruzam-se na vida de Lucano. O velho Sêneca fora seu avô e o Sêneca filósofo era seu tio. Nascido em Córdova em 39, Marco Aneo Lucano foi trazido menino para Roma e cresceu em meios aristocráticos onde a poesia e a filosofia rivalizavam com as intrigas políticas e amorosas. Aos 21 anos concorreu aos Jogos Neronianos com um poema "Em louvor de Nero" e alcançou um prêmio. Sêneca introduziu-o na corte e breve o poeta e o Imperador estavam jogando as cristas na arena épica. Lucano cometeu o erro de conseguir o primeiro prêmio em um concurso em que Nero figurava, e recebeu ordem para nada mais publicar; vingou-se lá consigo mesmo compondo um vigoroso, embora muito retórico, poema épico, *Pharsalia*, em que encarava a Guerra Civil do ponto de vista aristocrático de Pompeu. Mostra-se justo com César, sobre o qual tem uma frase iluminante: *nil actum credens cum quid superesset agendum* — "não dando uma coisa como feita antes que algo restasse por fazer".[1] Mas o verdadeiro herói do livro é Catão, o Moço, que em um verso famoso Lucano equipara aos deuses: *victrix causa deis placuit, sed victa Catoni* — "a causa vencedora agradava aos deuses mas a perdida agradava a Catão".[2] Lucano também esposou uma causa perdida e por ela morreu. Tomou parte na trama para substituir Nero por Pisão; foi preso, fraquejou (tinha apenas 26 anos) e revelou o nome dos demais conspiradores e dizem que até o de sua mãe. Ao saber que Nero confirmara sua sentença de morte, recobrou a coragem, convidou os amigos para uma festa, com eles jantou animadamente; depois abriu as veias e morreu recitando seus versos contra o despotismo (65).

II. PETRÔNIO

Não temos a certeza, embora seja a opinião geral, de que Petrônio, autor do *Satyricon*, seja o mesmo Caio Petrônio que por ordem de Nero se suicidou um ano depois de Lucano. O *Satyricon* não nos proporciona a menor pista, e Tácito, que descreve o *arbiter elegantiarum*, não faz nenhuma referência a essa desonrosa obra-prima. Uns 40 epigramas são atribuídos a Petrônio, inclusive uma linha que praticamente resume Lucrécio: *primus in orbe deos fecit timor* — "o medo criou no mundo os primeiros deuses",[3] mas esses fragmentos nada dizem sobre a identidade do autor.

É o *Satyricon* uma coleção de sátiras, provavelmente em 16 livros, dos quais só se salvaram dois e assim mesmo incompletos. São *saturae* no sentido latino de miscelânea — aqui de prosa e verso, aventura e filosofia, gastronomia e erotismo. A forma lembra algo das sátiras de Menipo, aquele cínico da Síria que escrevia em Gádaros lá por 60 a.C., e também os "Contos Milesianos", ou romances de amor, que se tinham tornado populares no mundo helenístico. E como tudo isto é posterior a Petrônio, tem o *Satyricon* a honra de ser a mais antiga novela que conhecemos.

Muito difícil acreditar que um aristocrático e fino cultor do prazer e mestre do bom gosto haja produzido obra tão vulgar como o *Satyricon*. Todos os tipos são plebeus, escravos ou ex-escravos, e todas as cenas são da vida baixa; é um livro que violentamente pôs termo à preocupação da literatura com as classes altas, característica da era de Augusto. Encólpio, o contador da história, é um adúltero, homossexual, mentiroso, ladrão — e admite que todo mundo é como ele. "Fique entendido entre nós", diz a um amigo, "que, sempre que a oportunidade surja, pilharemos o que nos cair sob as mãos, para aumento de nosso tesouro comum."[4] A história começa em um bordel, onde Encólpio encontra Ascilto, ali refugiado depois de uma preleção de filosofia. As escapadas dos dois pelas cidades do sul da Itália formam o enredo da obra; a rivalidade de ambos relativa ao belo e jovem escravo Giton une-os e divide-os em

aventuras picarescas. Por fim chegam à casa do negociante Trimalcião — e o resto da obra se passa na pintura da *Cena Trimalchionis*, o mais prodigioso banquete descrito pela literatura.

Trimalcião, ex-escravo enriquecido e dono de enorme latifúndio, vivia com luxo de novo-rico em um palácio abafado como as estufas. Tamanhas eram suas propriedades, que tinha de ser composto um jornal diário só para mencionar seus lucros. Trimalcião dirige-se aos comensais e convida-os a beber.

> Se o vinho não vos agrada, pedi outro. Não tenho de comprá-lo, graças aos deuses. Tudo aqui que vos faz vir água à boca é produção de minhas terras — terras que ainda não vi, mas informam-me que ficam lá dos lados de Terracina e Tarento. Ando com idéias de agregar a Sicília às minhas outras pequenas posses, de modo que se eu quiser ir para a África possa navegar ao longo de minhas próprias costas. ... Em matéria de prataria, sou um conhecedor; possuo taças do tamanho de jarrões de vinho. ... Sou dono dos mil vasos que Múmio deixou ao meu protetor. ... Eu compro barato e vendo caro — outros que pensem como quiserem.[5]

No fundo é um bom camarada: grita com os escravos mas perdoa-os depressa. É dono de tantos que só um décimo deles o conhece de vista. "Escravos são homens como os outros", diz generosamente, lembrando-se de sua origem, "mamaram o mesmo leite que nós... e os meus hão de beber a água da liberdade, se viverem até lá." Para provar suas intenções manda vir o testamento e o lê aos comensais. Nele aparecem especificações para seu epitáfio, o qual terminará com o lembrete de que "ficou rico partindo do nada, deixou 30.000.000 de sestércios e nunca ouviu um filósofo".[6]

Quarenta páginas são consumidas na descrição do jantar; um trecho nos dará o tom geral:

> Havia uma espécie de bandeja redonda com os signos do zodíaco; sobre cada signo o intendente havia disposto o prato mais próprio. Assado de carneiro no signo de Áries, filé no de Taurus... o útero de uma porca que nunca deu cria no signo de Virgem... no de Libra, uma balança com uma torta em um prato e um bolo no outro. ... Quatro dançarinos entram ao som da música e levantam a tampa da bandeja. Aparecem capões recheados e carnes de porca e no meio uma lebre. Nos cantos quatro figuras de Márcias esguichavam das bexigas, sobre o peixe que nele boiava, um molho extremamente condimentado. ... Seguiu-se outra bandeja em que vinha um javali assado; de suas presas pendiam cestinhas de tâmaras; em redor, pequeninos leitões feitos de massa de pastel. ... Quando o trinchador cravou a faca no javali, tordos voaram, um para cada conviva.[7]

Três porcos brancos entram na sala e os convidados escolhem um deles; e enquanto comiam, o animal é preparado; reaparece e ao ser trinchado, salsichas e chouriços emergem-lhe do ventre. À hora da sobremesa Encólpio já não tem mais lugar no estômago, mas Trimalcião o estimula, dizendo que a sobremesa foi feita inteiramente de porco. Um gancho desce do teto trazendo para cada comensal um vaso de alabastro cheio de perfume, enquanto os servos reenchem os copos com vinhos raros. Trimalcião embebeda-se e faz amor com um rapaz; sua gorda mulher protesta, lança-lhe uma xícara no rosto. "Esta prostituta", diz ele, "tem má memória. Encontrei-a em um lote de leilão e fi-la uma mulher, e ei-la inchada como um sapo. ... Mas é isso mesmo; quem nasce em porão não pode dormir em palácio."[8] E Trimalcião determi-

na que seu mordomo conserve a estátua da esposa longe de seu túmulo, "para que ela não me aborreça depois de morta".

É uma sátira forte e feroz, realista nos pormenores e talvez bom espelho de um pequeno setor da vida romana. Se foi o Petrônio de Nero quem a escreveu, temos de tomá-la como impiedosa caricatura do liberto *nouveau-riche*, feita pelo aristocrata que jamais trabalhou para ganhar a vida. Não há no *Satyricon* nenhuma ternura, nenhuma generosidade, nenhum ideal; a imoralidade e a corrupção aparecem como coisas aceitas e a vida dos patifes e criminosos é apresentada com prazer, sem indignação e comentário. Com este livro a sarjeta flui diretamente para a literatura clássica, revelando seus gostos e predileções, seu vocabulário próprio e licencioso e sua hilariante vitalidade. Às vezes a história atinge aqueles sublimes picos de absurdo, obscenidade e vitupério que coroam a épica de Gargantua e Pantagruel. O *Asno de Ouro* de Apuleio iria seguir na pegada do *Satyricon*; e também *Gil Blas*, 17 séculos depois; e *Tristram Shandy* e *Tom Jones* continuariam a tradição. *Satyricon* é o mais estranho livro da literatura romana.

III. OS FILÓSOFOS

Nesta época solta e complexa, de tão limitada liberdade e vida tão livre, a filosofia vicejava ao lado da sensualidade e por pouco não se deram as mãos. A decadência da religião pagã ia abrindo uma lacuna que a filosofia procurava preencher. Os pais mandavam os filhos, ou iam eles próprios, assistir às preleções de homens que se propunham apresentar um código de conduta racional e civilizado, ou um vestuário formal para a nudez dos desejos. Os que dispunham de meios pagavam filósofos para viverem com eles, na função de educadores, conselheiros espirituais ou agradável companhia erudita; assim tinha Augusto consigo o filósofo Areu, a quem consultava sobre quase tudo — e por amor de Areu (se podemos crer no que diz um soberano) mostrou-se tão compassivo para com Alexandria. Quando Druso faleceu, Lívia foi procurar o "filósofo de seu marido" — conta Sêneca — "para ajudá-la a suportar a dor".[9] Nero, Trajano e, sem dúvida, também Marco Aurélio mantinham filósofos na corte, como os reis de nossos dias mantêm capelães. Nos últimos momentos os homens chamavam filósofos para ajudá-los no transe, como séculos depois iriam chamar padres.[10]

O público nunca perdoava a esses mestres da sabedoria o fato de aceitarem salários e outras remunerações. Era como se a filosofia fosse um substituto de tudo mais, inclusive casa e comida, e os filósofos de opinião menos exaltada sobre sua profissão eram vítimas do motejo popular, da crítica de Quintiliano, das sátiras de Lucano e da hostilidade imperial. Muitos o mereciam, porque vestiam a grosseira capa do filósofo e deixavam-se ficar barbudos apenas como meio de se darem à glutoneria, à avareza e ao cultivo da vaidade. "Uma rápida visão da vida", diz um tipo de Luciano,

> convenceu-me do absurdo e vileza... de todos os propósitos mundanos. ... Neste estado de espírito o melhor que me pareceu foi procurar a verdade nos filósofos. E dentre eles escolhi os melhores — se gravidade de aspecto, palidez do rosto e comprimento da barba valem como critério. ... Coloquei-me em suas mãos. Por boa soma paga adiantadamente e mais a ser pago depois que eles me houvessem aperfeiçoado em sabedoria, eu iria ser ensinado a respeito da ordem do universo. Infelizmente, em vez de me varrerem a ignorância, tornavam-me cada vez mais perple-

> xo com diárias injeções de princípios e fins, átomos e vácuos, matérias e formas. Minha maior dificuldade era que, embora eles diferissem entre si e tudo quanto me dissessem estivesse cheio de contradições, todos esperavam que neles eu acreditasse e cada qual me puxava em sua direção. ... Freqüentemente um dos meus filósofos não podia dizer-me certo o número de milhas entre Mégara e Atenas, mas falava sem hesitação sobre a distância em pés da lua ao sol.[11]

Em sua maioria os filósofos romanos seguiam o credo estóico. Os epicuristas não tinham tempo para formular teorias, tanto se ocupavam com a caça ao vinho, às mulheres e aos petiscos. E aqui e ali, em Roma, apareciam filósofos cínicos mendicantes, alheios à especulação e que conclamavam os homens à vida simples sem sabão; concordavam com a idéia popular de que os filósofos devem ser pobres e em conseqüência sua escola era a menos respeitada de todas. Sêneca, entretanto, fez-se amigo de um cínico. "Por que não terei Demétrio em alta estima?" exclamou ele. "É um homem a quem nada falta"; e o sábio milionário admirou-se quando aquele cínico, que andava quase nu, recusou de Calígula um donativo de 200.000 sestércios.[12] Como o romano estóico fosse mais homem de ação do que contemplativo, claro que considerava a metafísica como coisa inútil e procurava no estoicismo uma filosofia prática que favorecesse a decência humana, a unidade da família e a ordem social, independente de fiscalização sobrenatural. A essência do código estóico era o autodomínio: a subordinação da paixão à razão, e o treino da vontade para que o homem não desejasse nada que pusesse a paz de espírito na dependência das coisas do mundo exterior. Na política reconhecia a universal fraternidade humana sob a paternidade de Deus; ao mesmo tempo amava a pátria e conservava-se sempre pronto a morrer por ela ou para evitar desgraça a si próprio. A vida ficava na dependência da vontade; o estóico era livre de abandoná-la sempre que a via tornar-se mais um mal que um bem. A consciência de um homem tinha de ficar acima de qualquer lei. A monarquia não passava de triste necessidade para o governo de reinos grandes e diversificados, mas matar um déspota não deixava de ser uma excelente coisa.

No começo o estoicismo romano beneficiou-se com o Principado; as limitações da liberdade política haviam conduzido os homens do Fórum para o estudo, e encaminhavam os melhores à filosofia que faz o súdito que se domina a si próprio um soberano maior que o rei dominado por paixões. O governo não procurava embaraçar a liberdade de pensamento ou de palavra enquanto daí não provinham ataques ao imperador e sua família, ou aos deuses oficiais. Mas quando os professores filósofos e seus patronos senatoriais começaram a denunciar a tirania, irrompeu a guerra entre a filosofia e a autocracia, a qual durou até que os imperadores adotivos ligassem os filósofos ao trono. Quando Nero mandou que Traséia se suicidasse (65), exilou ao mesmo tempo Musônio Rufo, amigo de Traséia e o mais sincero e coerente de todos os filósofos estóicos daquele tempo. Rufo considerava a filosofia como a procura da conduta justa, e impregnara-se profundamente dessa idéia. E denunciou o concubinato, apesar de sua legalidade, exigindo dos homens o mesmo padrão de moralidade sexual por eles imposto às mulheres. As relações sexuais, disse esse antigo tolstoísta, só deviam ser toleradas no casamento e para fins de procriação. Rufo acreditava na igualdade de educação para os dois sexos, saudava as mulheres que compareciam a suas preleções e aconselhava-as a procurarem na educação e na filosofia os meios de se aperfeiçoarem como mulheres.[13] Escravos também lhe freqüentavam as preleções; um deles, Epíteto, muito honrou ao mestre, excedendo-o. Quando irrompeu a guerra civil em Roma depois da morte de Nero, Musônio dirigiu-se ao exército atacante e descreveu-lhe os horrores da guerra e as bênçãos da paz. As tropas de Antônio riram-se e continuaram na mesma. Vespasiano expulsou de Roma os filósofos, com exceção de Rufo, mas conservou suas concubinas.

IV. SÊNECA

A filosofia estóica apresenta em Lúcio Aneu Sêneca o seu mais perfeito expositor, mas muito ambíguo na prática pessoal. Nascido em Córdova no ano 4 a.C., cedo foi levado a Roma, onde recebeu a melhor educação possível. Aprendeu retórica com seu próprio pai, estoicismo com Átalo, pitagorismo com Sócion, e política prática com o esposo de sua tia, o governador romano do Egito. Sêneca experimentou por um ano o vegetarianismo e abandonou-o, mas conservou-se sempre sóbrio na mesa e abstêmio no vinho; era milionário na moldura envolvente mais do que nos hábitos. Sofria muito de asma e fraqueza dos pulmões, o que o fazia freqüentemente pensar no suicídio. Praticou as leis e foi questor no ano 33. Em 35 desposa Pompéia Paulina, com a qual viveu na maior harmonia até à morte.

Ao herdar a fortuna abandonou a prática jurídica e começou a escrever. Quando Cremúcio Cordo foi forçado por Calígula a matar-se (40), Sêneca dirigiu a Márcia, filha de Cordo, uma *consolatio* — ensaio de condolência que se vulgarizou nas escolas de filosofia. Calígula pensou em mandar executá-lo por motivo dessa impertinência, mas Sêneca foi salvo pelos amigos, sob a alegação de que a moléstia o levaria logo. Mais tarde Cláudio acusou-o de relações impróprias com Júlia, filha de Germânico, e o Senado o condenou à morte; Cláudio comutou a pena para exílio na Córsega: Nessa rude ilha, em meio a uma população primitiva como a da Tomos de Ovídio, passou o filósofo oito anos de vida solitária (41-49). No começo recebeu o infortúnio com verdadeiro estoicismo, e confortou sua mãe com a tocante *Consolatio ad Helviam*, mas como o exílio se prolongasse seu espírito fraquejou e ele dirigiu ao secretário de Cláudio uma *Consolatio ad Polybium*, humilde apelo de perdão. Falhando a tentativa, e já sem esperanças de retornar à terra natal, consolou-se a si próprio com a composição de tragédias.

Essas estranhas produções, em que cada tipo é um orador, foram feitas mais para o estudo do que para o teatro; não sabemos de nenhuma que tenha sido representada; só alguns brilhantes episódios, ou ressoantes discursos, foram postos em música e representados. O suave filósofo dotava o teatro de violência, como se quisesse fazê-lo rival do circo de gladiadores. Apesar desses heróicos esforços, Sêneca é muito bom pensador para ser bom dramaturgo: prefere idéias a homens, e não perde vaza para a reflexão, o sentimento, o epigrama. Suas peças contêm algumas linhas dignas de leitura; quanto ao resto, podem impunemente ficar no esquecimento. Temos de acrescentar, todavia, que muita boa gente não concorda com esta opinião. Escalígero, o rei dos críticos do Renascimento, preferia Sêneca a Eurípides. Quando a literatura clássica renasceu, foi Sêneca quem serviu de modelo para os dramas iniciais em língua moderna: dele provém a forma clássica das tragédias de Corneille e Racine, a qual dominou o teatro francês até o século XIX. Na Inglaterra, onde sua influência foi menor, a tradução dos dramas de Sêneca por Heywood (1559) estimulou o aparecimento da primeira tragédia inglesa, *Gorboduc*, e deixou marcas em Shakespeare.

Em 48 a segunda Agripina substituiu Messalina no poder sobre Cláudio e sobre Roma. Ansiosa por transformar seu filho de 11 anos num Alexandre, a ambiciosa mãe procurou um Aristóteles — e encontrou-o na Córsega. Fez com que Sêneca fosse chamado, restituído em seus direitos e reposto na senadoria. Durante cinco anos o filósofo educou Nero e por mais cinco anos dirigiu o Imperador e o Estado. Durante essa década escreveu, para uso de Nero, umas tantas exposições da filosofia estóica — *Sobre a Cólera, Sobre a Brevidade da Vida, Sobre a Tranqüilidade da Alma, Sobre a*

Clemência, Sobre a Vida Feliz, Sobre a Constância do Sábio, Sobre os Benefícios, Sobre a Providência. Mas esses tratados não mostram o melhor de Sêneca. Como suas peças, cintilam de epigramas; mas tanto epigrama assim em jato contínuo, por páginas e páginas a fio, acaba cansando o leitor de hoje e perde o encanto. Mas o leitor daquele tempo lia-os a intervalos e não se ressentia do alegre engenho que desagradava o austero Quintiliano,[14] ou os "rebuçados" ou os "brilhantes enfeites" que ofendiam o gosto arcaico de Fronto; o público de Roma rejubilava-se de que o opulento "primeiro-ministro" falasse tão amavelmente e, como seu imperial aluno, tanto se esforçasse por obter aplausos. Durante muitos anos foi Sêneca o principal escritor, estadista e vinhateiro da Itália.

Multiplicou seu patrimônio com aplicações de dinheiro que aparentemente se aproveitavam de sua posição oficial. A crermos em Dion Cássio, emprestava às províncias com juros tão altos que o pânico e a insurreição chegaram a irromper na Bretanha, quando de súbito ele quis receber dinheiros na importância de 40.000.000 de sestércios.[15] Sua fortuna era calculada em 300.000.000 ($30.000.000).[16] Em 58 um velho delator, amigo de Messalina, Públio Suílio, atacou-o como "hipócrita, adúltero e dissoluto; homem que denuncia os cortesãos e nunca sai do palácio; que denuncia o luxo e possui 500 mesas de jantar de cedro e marfim; que denuncia a riqueza e exaure as províncias com a usura."[17] Como César, Sêneca contentava-se com uma refutação, quando podia obter uma execução. Em seu ensaio *Sobre a Vida Feliz* abordou esses pontos e disse que o fato de ser sábio não implicava obrigatoriamente ser pobre; se a riqueza lhe vem honestamente, pode o sábio tomá-la, mas deve ser capaz de abandoná-la sem pesar em qualquer momento.[18] Mas a despeito da riqueza vivia de um modo ascético, dormia em cama dura, só tomava água e alimentava-se tão pouco que por ocasião da morte sua magreza era a dos subnutridos.[19] "Excesso de comida", escreveu ele, "embrutece a mente e estrangula a alma."[20] As acusações sobre as irregularidades sexuais talvez fossem justas, mas só na mocidade, porque Sêneca se notabilizou pela constância da ternura pela esposa. Na verdade nunca se definiu sobre o que mais amava — filosofia ou poder, sabedoria ou prazer, e nunca se convenceu de que fossem incompatíveis. E admitia que era um sábio muito imperfeito. "Persisto em louvar não a vida que levo, mas a que devia levar. Sigo-a de longe, me arrastando"[21] — e para quem de nós não é isso verdade? Se o não achamos sincero ao dizer que "a ninguém a bondade melhora tanto como ao rei e ao príncipe",[22] ele pelo menos veste a idéia tão bem quanto Pórcia. Condenou os combates mortais de gladiadores,[23] e Nero os proibiu. Desarmou muita crítica com o que Tácito chama "a graça com que apresentava a sabedoria".[24] Sêneca não exigiu a perfeição e também não a praticava.

Vimos quão bem governou o Império, mas que manchou seu nome indultando os piores crimes de Nero, "deixando que muito mal passasse para que ele pudesse fazer algum bem".[25] Por fim sentiu-se infeliz e ansioso por libertar-se da servidão imperial; descreveu o palácio do Imperador como um *triste ergastulum* — "uma triste prisão de escravos". Lamentou não haver dedicado a existência unicamente ao estudo da sabedoria, em vez de tatear pelos escuros labirintos do poder. Com prazer punha de lado, de quando em quando, os trabalhos da política, e aos 60 anos ouviu com atenção juvenil as preleções filosóficas de Metrônax.[26] Na idade de 66 anos quis deixar o governo, mas Nero não concordou. Depois do grande incêndio de 64, quando Nero pediu a todos contribuições para reconstruir Roma, Sêneca fez o donativo da maior parte de sua fortuna. Foi-se retirando gradualmente da corte, cada vez mergulhava mais

em suas vilas da Campânia, esperando com uma reclusão quase monástica distrair a atenção da espionagem imperial. Chegou até a passar uns tempos alimentando-se só de maçãs silvestres e água corrente, de medo de ser envenenado na comida.

Foi nessa atmosfera de lazer e terror que escreveu (63-65) seus estudos de ciência natural (*Quaestiones Naturales*), e a melhor de suas obras, as *Epistulae Morales*, conversas íntimas com Lucílio, o opulento governador da Sicília, poeta e filósofo francamente epicurista. Poucos livros há na literatura romana mais agradáveis que essas tentativas de adaptar o estoicismo às necessidades de um milionário. Nesta obra aparece pela primeira vez o gênero "ensaio", que seria o meio de fixar o pensamento preferido por Plutarco e Luciano, Montaigne e Voltaire, Bacon, Addison e Steele. Ler essas cartas é entrar em comunhão com um esclarecido, humano e tolerante cidadão de Roma que havia alcançado os cumes e descido às profundezas da literatura, da política e da filosofia. Temos aqui Zenão falando com a brandura de Epicuro e o encanto de Platão. Sêneca pede a Lucílio desculpas do desleixo do estilo (ótimo latim, aliás): "Quero que estas minhas cartas sejam exatamente o que minha conversa seria, se estivéssemos sentados ou passeando juntos."[27] "Escrevo isto", acrescenta, "não para muitos, mas para um só; cada um de nós constitui público bastante para o outro" (*satis magnum alter alteri theatrum sumus*)[28] — embora no fundo o velho diplomata tivesse esperança de que a posteridade metesse o nariz naquela prosa. Sêneca descreve sua asma com muita vivacidade e nenhuma lamentação; alegremente classifica-a como "prática da morte", com "últimos alentos" tomados por uma hora. Estava então com 67 anos, mas só no físico: "meu espírito sente-se forte e alerta, discute comigo o assunto velhice e declara que a velhice é o seu período de florescência".[29] Sêneca rejubila-se de ter tempo, afinal, de ler os grandes livros que foi pondo de lado. Aparentemente releu Epicuro, porque o cita com freqüência e entusiasmo escandaloso em um estóico. Arrepia-se com o excesso de individualismo e indulgência para consigo mesmo, de Calígula, Nero e milhares de outros; deseja oferecer algum contrapeso às tentações que rodeiam os cérebros emancipados antes de moralmente maduros; e parece resolvido a refutar os epicuristas com palavras do próprio Epicuro, de cujo nome eles abusam e cuja doutrina não ousam compreender.

A primeira lição dos filósofos é que não podemos alcançar a sabedoria em todos os setores. Somos fragmentos da infinidade e momentos da eternidade; por meio de átomos descrever o Universo e o Ser Supremo é coisa de arrancar aos planetas acessos de riso. Daí o pouco uso que Sêneca faz da metafísica ou da teologia. Com base em seus escritos podemos provar que foi monoteísta, panteísta, materialista, monista, dualista e platônico. Deus é para ele, às vezes, uma Providência pessoal que tudo fiscaliza, "ama os homens bons",[30] responde-lhes às preces, ajuda-os com a graça divina;[31] em outras passagens Deus é a Primeira Causa em uma cadeia de causas e efeitos — e a última força é o Destino, "causa irrevogável que dirige igualmente os negócios dos homens e dos deuses... queiram uns, não queiram outros".[32] Igual indecisão obscurece seu conceito sobre a alma, mas a alma "é a passageira hospedagem de Deus no corpo humano".[33] Fala esperançosamente da vida do além, onde os conhecimentos e as virtudes se aperfeiçoam,[34] e apesar disso chama a imortalidade "um belo sonho".[35] Na verdade Sêneca nunca levou estes assuntos a uma sólida (ou pública) conclusão; sobre eles fala com a cautelosa incoerência de um político que quer ficar bem com todos. E como segue de perto as lições oratórias de seu pai, expressa todos os pontos de vista com irresistível eloqüência.

As mesmas hesitações enchem e dão encanto a sua filosofia moral. Sêneca é muito estóico para ser prático, e muito bondoso para ser estóico. Em volta de si vê um oceano de imoralidade que exaure o corpo e degrada a alma, jamais satisfazendo a um ou a outro; a avareza e o luxo destroem a paz e a saúde, e o poder dá mais amplitude à brutalidade do homem. Como pode alguém libertar-se dessa ignominiosa agitação?

> Li isto em Epicuro hoje: "Se queres gozar da verdadeira liberdade escraviza-te à filosofia." O homem que a ela se submete emancipa-se em um ponto ou noutro. ... O corpo, uma vez curado, freqüentemente dói outra vez... mas o espírito, uma vez curado, sara para sempre. Vou dizer o que entendo como saúde: é quando o corpo está contente e confiante; é quando compreendemos que todas as coisas que perseguimos ou com as quais sonhamos nenhuma relação têm com a felicidade. ... Darei o meio de medires o teu desenvolvimento: é compreender que de todos os homens os mais infelizes são os mais bem-sucedidos.[36]

A filosofia é a ciência da sabedoria; e a sabedoria, a arte de viver. A felicidade é a mira suprema — mas na virtude, não no prazer, está o caminho. As velhas máximas ridicularizadas são verdadeiras e perpetuamente comprovadas pela experiência; no fim das contas, a honestidade, a justiça, a paciência, a bondade dão-nos mais felicidade do que a que nos vem da contínua busca do prazer. O prazer é bom, mas só quando ligado à virtude; não pode constituir a mira única do homem; os que assim procedem fazem como o cachorro que se lança a cada pedaço de carne que vê e em vez de gozá-lo, engole-o e fica de boca aberta esperando mais.[37]

Mas como adquirir sabedoria? Praticando-a diariamente, ainda que em escala pequena; diariamente examinando a nossa conduta no fim do dia; mostrando-nos duros para com nossas faltas e compassivos para com as dos outros; associando-nos com os que nos excedem em sabedoria e virtude; tomando um sábio de reconhecido valor como nosso invisível guia e juiz. A leitura dos filósofos nos ajudará; não resumos das filosofias, mas as obras originais; "percamos a esperança de podermos assimilar a sabedoria dos grandes homens por meio de meros epítomes".[38] "Cada um deles nos deixará mais felizes e devotados, nenhum deles nos deixará partir de mãos vazias. ... Que felicidade e que nobre velhice espera os que se entregam ao patrocínio desses homens!"[39] Reler muitas vezes os bons livros, em vez de ler muitos livros; viajar vagarosamente e não muito; "o espírito não pode amadurecer na unidade a não ser que adormente a curiosidade e a agitação".[40] "A principal marca de um espírito bem-ordenado está na nossa capacidade de permanecermos em um mesmo ponto e satisfazer-nos com nossa própria companhia."[41] Evitar as multidões. "Os homens mostram-se piores juntos do que separadamente. Se formos obrigados a estar em meio a uma multidão, temos de recolher muito de nós dentro de nós mesmos."[42]

A lição final do estoicismo está no desprezo e na escolha da morte. A vida nem sempre merece ser continuada; depois da espasmódica febre da vida, o sono é bom. "Que mais vil do que afligir-se na soleira da paz?"[43] Se um homem acha má a vida e pode abandoná-la sem causar mal sério a outrem, que escolha livremente o tempo e o meio de morrer. Sêneca prega a Lucílio o suicídio, como se fosse o seu herdeiro:

> Em um ponto não nos podemos queixar da vida: ela não nos conserva em seu poder contra nossa vontade. ... Para vararmos nosso coração, nenhum largo ferimento se torna necessário; uma lanceta abre o caminho da libertação, e a tranqüilidade pode ser obtida com uma simples punção.[44] ... De todos os lados vemos términos

para nossos males. Aquele precipício ali? Pois é um caminho para a liberdade. Aquele rio lá? aquele poço? aquele mar? A liberdade reside no fundo deles.[45] ... Mas estou correndo muito. Como pode um homem pôr fim a sua existência, se não pode concluir uma carta?[46] ... Quanto a mim, caro Lucílio, já vivi mais do que o bastante. Enchi minha medida. Espero a morte. Adeus.[47]

A morte pegou na palavra de Sêneca. Um tribuno mandado pelo Imperador veio saber dele se havia tomado parte na trama para elevar Pisão ao trono; o filósofo respondeu que já não estava interessado na política e só queria paz e sossego, para atender a "uma fraca e desequilibrada constituição". "Ele não mostrou nenhum sintoma de medo", declarou de volta o tribuno, "nem nenhum sinal de mágoa... suas palavras e seu olhar demonstravam uma alma serena, erecta, firme." "Volte", ordenou Nero, "e diga-lhe que se mate." "Sêneca recebeu a ordem com serena compostura", diz Tácito. Abraçou a mulher e animou-a a consolar-se com a honorabilidade de sua vida e as lições de sua filosofia. Mas Paulina recusou-se a sobreviver-lhe. Quando o viu abrir as veias, também abriu as suas. Sêneca chamou um secretário e ditou uma carta de adeus ao povo romano. Pediu uma taça de cicuta, como se quisesse morrer como Sócrates. Como o médico o colocasse em um banho quente para alívio, ele jogou água nos criados que o rodeavam, dizendo que era "uma libação a Jove, o Libertador", e depois de muito sofrimento morreu (65). Por ordem de Nero os médicos estancaram à força a hemorragia de Paulina, obrigando-a assim a viver ainda alguns anos — mas a mortal palidez de seu rosto recordava aquela heróica resolução.

A morte glorificou Sêneca e fez com que as gerações esquecessem suas atitudes e incoerências. Como todos os estóicos, ele não dava o devido valor ao sentimento e à paixão, exagerava a solidez da razão e confiava muito em uma natureza em que igualmente crescem as flores do mal e do bem. Mas Sêneca humanizou o estoicismo, pô-lo ao alcance do homem e deixou-o como um amplo vestíbulo para o cristianismo. Seu pessimismo, sua condenação da imoralidade da época, seu conselho de retribuir a cólera com a bondade,[48] e sua preocupação com a morte[49] fizeram Tertuliano chamá-lo de "nosso",[50] e levou Santo Agostinho a exclamar: "Que pode um cristão dizer que este pagão já não tenha dito!?"[51] Não era Sêneca um cristão, mas clamava pelo fim da matança e da devassidão, chamava os homens à vida simples e decente e reduzia as distinções entre homens livres, libertos e escravos a "meros títulos, filhos da ambição ou do erro".[52] Um escravo de Nero foi quem mais aproveitou os ensinamentos de Sêneca: Epicteto. Nerva e Trajano de algum modo foram moldados por seus escritos e com o seu exemplo inspirados na política humanitária e conscienciosa. Sêneca conservou-se popular por todo o fim da antigüidade e durante a Idade Média; quando sobreveio o Renascimento, Petrarca o colocou junto de Virgílio e moldou sua prosa pela do filósofo romano. O cunhado de Montaigne traduziu-o em francês e Montaigne citava-o com o mesmo carinho com que Sêneca citava Epicuro. Ralph Waldo Emerson lia-o e relia-o[53] — a ponto de tornar-se um Sêneca americano. Pouca coisa original nele encontramos, mas temos de perdoá-lo, porque em filosofia toda verdade é velha e só o erro é original. Com todos os seus defeitos, foi Sêneca o maior filósofo romano e, pelo menos em seus livros, um dos mais sábios e bondosos homens que existiram. Depois de Cícero, ele é sem dúvida o mais louvável hipócrita da História.

V. A CIÊNCIA ROMANA

Abrimos muito espaço para o filósofo romano — e não acabamos ainda, porque Sêneca foi também um cientista. Nos fecundos anos entre sua aposentadoria e a morte, entreteve-se com as *Quaestiones Naturales*, procurando explicações para a chuva, a neve, o granizo, o vento, os cometas, o arco-íris, os terremotos, os rios e fontes. Em seu drama *Medéia* sugeriu a existência de outro continente do outro lado do Atlântico.[54] Com igual intuição, vendo a inumerável multidão das estrelas, escreveu: "Quantos mundos, movendo-se nos abismos do espaço, ainda não chegaram ao alcance dos olhos dos homens!"[55] E diz ainda com muita clarividência: "Quantas coisas não vão aprender nossos filhos, que nem sequer suspeitamos! Quantas outras coisas esperam os séculos nos quais nossos nomes já estarão esquecidos!... Nossos descendentes ficarão maravilhados de nossa ignorância."[56] Assim tem sido. Sêneca, embora sempre eloqüente, quase nada acrescenta a Aristóteles e Arato, e toma muito de Possidônio. Acreditava na adivinhação, a despeito de Cícero; compraz-se em grotesca teleologia, a despeito de Lucrécio; e a cada passo interrompe o estudo científico para moralizar; passa habilmente do mexilhão ao luxo, e dos cometas à degeneração das raças. Os padres da Igreja apreciaram essa mistura de meteorologia e moral e fizeram das *Quaestiones Naturales* o mais popular dos livros didáticos durante a Idade Média.

Havia em Roma uns tantos homens de espírito científico, como Varrão, Agripa, Pompônio Mela e Celso, mas pouco se afastavam da geografia, horticultura e medicina. Para o resto, a ciência ainda não se tinha desembaraçado da magia, da teologia, da filosofia e da superstição; cifrava-se na reunião de observações e tradições, elevando-se raramente à pesquisa nova de fatos e mais raramente ainda à experimentação. A astronomia estava no ponto em que Babilônia e Grécia a deixaram. O perpassar do tempo ainda era marcado por meio de relógios de água e de sol, e pelo grande obelisco que Augusto roubara do reino de Cleópatra e erguera no Campo de Marte; sua sombra projetava-se em um pavimento de bronze todo marcado, indicando as horas e a estação.[57] O dia e a noite eram variavelmente definidos pelo nascer e o pôr-do-sol — dia e noite de 12 horas, de modo que as horas da noite eram mais curtas no verão e mais longas no inverno. A astrologia gozava de geral aceitação. Notou Plínio que em seu tempo (70) tanto os cultos como os incultos acreditavam no destino do homem determinado pelo astro sob o qual nascera.[58] Admitiam plausivelmente que a vegetação e talvez o tempo de união dos animais dependem do sol (muitos agricultores de hoje plantam de acordo com as fases da lua); que as qualidades físicas e morais de um povo são afetadas por fatores climáticos, os quais, por sua vez, são determinados pelo sol; e que o caráter individual e o destino dos homens, do mesmo modo que esses fenômenos gerais, resultam de condições celestes inadequadamente conhecidas. Os astrólogos só eram repelidos pelos cépticos da última Academia, que lhes negavam os pretensos conhecimentos, e pelos cristãos, que os desprezavam como idólatras. Os estudos geográficos eram feitos realisticamente para uso da navegação. Pompônio Mela (43) publicou mapas em que a superfície do globo aparece dividida em zona central tórrida e zonas norte e sul temperadas. Os geógrafos romanos conheciam a Europa, parte da Asia sul, e o norte africano; sobre o resto havia idéias vagas e lendas fantasiosas. Navegantes hispânicos e africanos chegaram até à ilha da Madeira e às Canárias,[59] mas nenhum Colombo apareceu para pôr à prova o sonho de Sêneca.

O mais extenso, trabalhoso e incientífico produto da ciência italiana foi a *Historia Naturalis* (77) de Caio Plínio Segundo. Embora toda a vida ocupado como soldado, advogado, viajante, administrador e chefe da esquadra romana do ocidente, Plínio escreveu tratados sobre oratória, gramática, o dardo de arremesso, uma história de Roma, outra sobre as guerras na Germânia e — únicos sobreviventes de tanta coisa — 37 "livros" de história natural. Como conseguiu tudo isso em 55 anos de vida está explicado em uma carta de seu sobrinho:

> Tinha uma apreensão muito rápida, inacreditável empenho e uma grande capacidade de dormir pouco. Levantava-se à meia-noite ou à uma da madrugada, nunca depois das duas, e punha-se a escrever. ... Antes do romper do dia já estava com Vespasiano, amigo também de trabalhar a essas horas. Quando terminava a tarefa que o Imperador lhe impunha, voltava para casa e retomava os estudos. Em seguida a breve repasto feito ao meio-dia, costumava no verão repousar ao sol, mas aproveitava o tempo ouvindo a leitura de algum livro e tomando notas... como era seu sistema com tudo quanto lia. ... Depois, no banho frio, refrescava-se e tomava breve descanso. Em seguida, como se um novo dia houvesse começado, voltava a seus estudos até a hora de jantar, e novamente ouvia ler algum livro e tomava notas. ... Tal era sua maneira de viver, na pressa e tumulto da cidade. Mas no campo o seu tempo era devotado ao estudo, exceto os momentos em que estava realmente se lavando; mas enquanto era esfregado e enxugado ouvia ler ou ditava. Em suas viagens tinha sempre ao lado, na carruagem, um estenógrafo. ... Certa vez censurou-me por passear a pé com a finalidade de exercitar-me; "não há motivo para perder esse tempo todo", disse ele, porque é tempo perdido todo aquele que não é dado ao estudo.[60]

Seu livro, tão podado e costurado, foi uma enciclopédia que resumia a ciência e os erros de seu tempo. "Meu propósito", diz Plínio, "é dar uma descrição geral de tudo quanto é conhecido na terra."[61] Nele trata de 20.000 tópicos e desculpa-se da omissão de outros; faz referência a dois mil volumes de 473 autores, e cita-lhes os nomes com uma honestidade incrível na literatura antiga; e de passagem anota que descobriu muitos autores, transcrevendo palavra por palavra trechos de seus antecessores sem a menor menção da fonte. Tem o estilo pesado — mas não podemos esperar que as enciclopédias sejam fascinantes.

Plínio começa com a rejeição dos deuses; são eles meros fenômenos naturais, ou planetas, ou serviços, personificados e divinizados. O único deus é a Natureza, isto é, a soma das forças naturais, e este deus parece não dar nenhuma atenção aos negócios humanos.[62] Modestamente se recusa a medir o universo. Sua astronomia é uma galáxia de absurdos (exemplo: "Na guerra entre Otávio e Antônio o sol permaneceu oculto por quase um ano"[63]); mas refere-se à aurora boreal,[64] estabelece com muita aproximação o período orbitário de Marte, Júpiter e Saturno, 2, 12 e 30 anos, respectivamente, e discute a esfericidade da Terra.[65] Fala de ilhas que se ergueram no Mediterrâneo e sugere que a Sicília e a Itália, a Beócia e a Eubéia, Chipre e a Síria tenham sido gradualmente separadas do continente pela paciência do mar.[66] Trata da mineração de metais preciosos por meio de escravos e lamenta que "tantas mãos se gastem para que um dedinho seja enfeitado".[67] Preferia que o ferro nunca tivesse sido descoberto, já que tornou as guerras mais terríveis; "como que para tornarmos mais rápida a morte infligida ao homem, demos asas ao ferro e ensinamo-lo a voar"[68] — referência aos projéteis de ferro com aletas de couro para mantê-los na direção. Segundo Teofrasto, menciona com o nome de *anthracitis* "uma pedra que queima",[69] e só diz isso do carvão. Fala de um "linho incombustível" que os gregos chamam *asbestinon*, "usado para embalsamar os cadáveres dos reis".[70] Descreve, ou menciona, muitos animais, elogia-lhes a sagacidade e fala como predeterminar-lhes o sexo: "Se queres ter crias fêmeas, deixa que as mães olhem para o norte no momento de serem cobertas."[71] Plínio escreveu 12 pasmosos livros sobre medicina, isto é, sobre o valor curativo de vários minerais e plantas. Os livros de XX a XXV são um herbário romano, que a Idade Média nos transmitiu como base vegetal da medicina moderna. Há remédios

para tudo, do envenenamento e mau hálito[72] à "dor de pescoço",[73] e "estimulantes para a paixão sexual";[74] e adverte ele as mulheres para que não espirrem depois da cópula a fim de evitar o aborto.[75] Recomenda o coito para fraqueza física, rouquidão, dor nas costas, vista fraca, melancolia e "alienação das faculdades mentais"[76] — uma panacéia como a água de alcatrão de Berkeley. Em meio a tantos absurdos aparecem boas informações, principalmente sobre a indústria antiga, práticas e drogas, e interessantes referências ao atavismo, ao petróleo e à mudança de sexo depois do nascimento. "Muciano informou-nos que viu certa vez em Argos uma pessoa de nome Aréscon, a qual antes se chamara Arescusa; que essa pessoa se casara com um homem, e, como depois lhe crescesse barba e outros característicos de homem, casou-se com uma mulher."[77] Aqui e ali surgem excelentes sugestões; em 1800 Himly foi induzido a investigar a ação da beladona sobre a pupila graças à leitura de uma passagem de Plínio[78] sobre o uso do suco da anagalis antes da operação de catarata.[79] Há nele preciosos capítulos sobre a pintura e a escultura, os quais são as nossas mais antigas e principais fontes sobre a arte antiga.

Não contente só com a história natural, Plínio também aborda a filosofia; através de sua obra vai fazendo comentários sobre a espécie humana. Acha que a vida dos animais é preferível à dos homens, "porque não pensam em glória, dinheiro, ambição ou morte;[80] sabem sem aprender e não necessitam de vestuário; também não fazem guerra dentro da mesma espécie. A invenção do dinheiro foi fatal à felicidade humana; tornou o juro possível, e é graças ao juro que uns vivem na indolência à custa do trabalho de outros";[81] daí a existência de grandes propriedades possuídas por donos ausentes, e a ruinosa transformação de terras de cultura em terras de pasto. A vida para Plínio dá muito mais aflições e dores do que felicidade, e a morte constitui uma suprema bênção.[82] Depois da morte, nada mais.[83]

A *História Natural* é um duradouro monumento erguido para ilustrar a ignorância romana. Plínio menciona mais superstições, portentos, filtros de amor e curas mágicas do que qualquer outra coisa, e aparentemente crê na maioria de tais crendices. Pensa que o homem, especialmente se está em jejum, pode matar uma cobra cuspindo-lhe na boca.[84] "É bem sabido que na Lusitânia as éguas ficam prenhas com o sopro do vento oeste"[85] — circunstância que faz falta na ode de Shelley. Plínio condena a magia, mas informa-nos de que "a aproximação de uma mulher menstruada esteriliza as sementes e azeda coisas, e os frutos da árvore sob a qual ela se senta caem. Com um seu olhar o corte do aço desaparece, o brilho do marfim enubla-se, e um enxame de abelhas morre imediatamente".[86] Plínio repele a astrologia, mas enche suas páginas de "prognósticos" derivados da conduta do sol e outros astros.[87] "No consulado de M. Acílio, e freqüentemente em outras épocas, choveu leite e sangue."[88] Quando refletimos que este livro e as *Quaestiones* de Sêneca foram os principais legados que em matéria de ciências naturais Roma transmitiu à Idade Média, e comparamo-los com as obras de Aristóteles e Teofrasto publicadas 400 anos antes, sentimos a tragédia de uma cultura a morrer lentamente. Os romanos haviam conquistado o mundo grego, mas já tinham perdido a mais preciosa parte de sua herança.

VI. A MEDICINA ROMANA

A coisa melhora na medicina. Tinham-na os romanos tomado por empréstimo dos gregos, mas formulavam bem e cultivavam a higiene pessoal e pública. Rodeada de pântanos e sujeita a inundações mefíticas, Roma sentiu cedo a urgência de um bom serviço sanitário urbano. Lá pelo século II antes de Cristo irrompe a malária na cidade, os mosquitos anófeles tinham-se estabelecido nos brejos pontinos.[89] A gota espalhou-se com o aumento do luxo; Plínio, o Moço, conta-nos que seu amigo Corélio Rufo suportou as dores reumáticas desde os 33 anos até os 67, só para ter o gosto de sobreviver um dia "àquele bandido do Domiciano".[90] Algumas passagens das sátiras romanas sugerem o aparecimento da sífilis no século I de nossa era.[91] Grandes pestes varreram a Itália central nos anos 23 a. C. e 65, 79 e 166 de nossa era.

De longo tempo vinha o povo enfrentando as doenças e pestes com magias e orações, e ainda pedia ao céptico, mas complacente, Vespasiano para curá-lo da cegueira com seu cuspe, e dos aleijões com um toque do pé.[92] Ofertas votivas eram levadas aos templos do Esculápio e Minerva, e muitos lhes deixavam legados em gratidão pelas curas. Mas do século I a. C. em diante os romanos passaram a voltar-se cada vez mais para a medicina secular. Não havia ainda nenhuma interferência do Estado no exercício da medicina; sapateiros, barbeiros, carpinteiros exerciam-na conjuntamente com suas profissões normais, recorriam à magia e mercadejavam suas próprias drogas.[93] E lá vinham as queixas e sátiras de sempre. Plínio repetiu as imprecações do velho Catão sobre os médicos gregos que "seduzem nossas mulheres, enriquecem com os venenos que nos vendem, aprendem à custa de nossos sofrimentos e fazem experiências à custa de nossa morte".[94] Petrônio, Marcial e Juvenal não poupam sátiras contra os médicos, e um século mais tarde Luciano iria mofar dos que escondem sua incapacidade sob a elegância das aparências.[95]

Não obstante, a medicina fez grandes progressos em Alexandria, Cós, Trales, Mileto, Éfeso e Pérgamo; vieram desses centros os médicos gregos que elevaram o nível da medicina em Roma — e elevaram-no tanto que César emancipou na capital essa profissão e Augusto isentou-a de taxas. Asclepíades de Prusa conquistou a amizade de César, Crasso e Antônio. Dizia que era o coração que bombeava o sangue através do corpo; raramente prescrevia drogas ou purgativos fortes, e realizava impressionantes curas com a hidroterapia (banhos, fomentações, clisteres), com massagens, sol, exercícios (andar a pé ou a cavalo), regime, jejuns e abstenção de carne. Notabilizou-se no tratamento da malária e dos loucos e, em operações da garganta.[96] Rodeava-se de discípulos e levava-os nas visitas aos doentes. Depois de sua morte esses estudantes e outros formaram um *collegia* e construíram um ponto de reunião no Esquilino — a *Schola Medicorum*.

No reinado de Vespasiano abriram-se *auditoria* para o ensino da medicina, com professores de reconhecida competência pagos pelo governo. Usavam a língua grega nas receitas, como mais tarde seria usado o latim — e pela mesma razão: maior inteligibilidade em um mundo de línguas diversas. Os graduados por essas escolas recebiam o título de *medicus a republica*, e depois de Vespasiano só eles podiam exercer a medicina em Roma.[97] A *lex Aquilia* regulamentou a profissão e tornou os médicos responsáveis por negligência, e a *lex Cornélia* punia com severidade aos que por descuido ou culposa ignorância causavam a morte de um cliente.[98] O charlatanismo continuou, mas a medicina séria progrediu. As parteiras eram em geral bem treinadas.[99] Lá pelo ano 100 a medicina militar alcançou o zênite: cada legião dispunha de 24 cirurgiões, serviços de emergência e ambulância bem organizados, com hospitais próximos dos acampamentos.[100] Havia hospitais particulares (*valetudinaria*) abertos por médicos, dos quais se originaram os hospitais públicos da Idade Média. O Estado nomeava e pagava médicos para o tratamento gratuito dos pobres.[101] Os ricos tinham seus próprios médicos, e bem pagos *archiatri* ("principais curadores") cuidavam do Imperador, sua família, auxiliares e servos. Às vezes uma família contratava um médico para lhe zelar pela saúde durante certo período de tempo; graças a esse sistema Quinto Estertínio fez 600.000 sestércios em um ano.[102] O cirurgião Álcon, multado por Cláudio em 10.000.000 de sestércios, pagou a multa com o trabalho de uns poucos anos.[103]

A medicina chegou a um alto grau de especialização. Havia urologistas, ginecologistas, obstétricos, oftalmologistas, veterinários, dentistas, especialistas de olhos e ouvidos. Os romanos usavam dentes de ouro ou postiços, pontes e dentaduras.[104] E havia médicas, algumas das quais escreveram livros sobre o aborto, muito populares entre grandes damas e prostitutas. Também os cirurgiões especializavam-se e nunca praticavam a clínica geral. O suco da mandrágora (a nossa atropina) era usado como anestésico.[105] Encontraram-se mais de 200 instrumentos cirúrgicos nas ruínas de Pompéia. A dissecção era ilegal, mas o exame de gladiadores feridos ou moribundos oferecia um freqüente substituto. Muito popular era a hidroterapia, e as grandes *thermae* correspondiam aos institutos hidroterápicos de hoje. Charmis de Marselha fez fortuna com a administração de banhos frios. Para os tuberculosos havia o Egito e todo o norte da África. Muito usado o enxofre para moléstia da pele e fumigações de casas infectadas.[106] As drogas eram um recurso final, mas freqüente. Fabricavam-nas os médicos por processos secretos e vendiam-nas aos doentes em condições de pagar.[107] Muita importância dada a drogas repugnantes: excremento de lagarto como purgativo, entranhas humanas; Antônio Musa receitava bosta de cachorro para angina e Galeno aplicava fezes de criança nas inchações da garganta.[108] Em contrapartida, um alegre charlatão propôs-se a curar quase todas as doenças com o vinho.[109]

Dos mais notórios escritores sobre medicina naquele tempo só um era romano — e não médico: Aurélio Cornélio Celso, o aristocrata que lá pelo ano 30 reuniu na enciclopédia *De Artibus* seus estudos sobre a agricultura, guerra, oratória, leis, filosofia e medicina; só esta última parte — *De Medicina* — se salvou. Constitui o maior trabalho sobre medicina que chegou até nós, dos seis séculos que medeiam entre Hipócrates e Galeno, e está escrito em latim tão puro que Celso recebeu o apelido de *Cícero medicorum*. Os termos latinos que ele deu à nomenclatura grega ficaram na ciência até hoje. O sexto livro mostra considerável conhecimento das doenças venéreas. O sétimo é uma ótima exposição dos processos cirúrgicos; descreve a amigdalectomia, a litotomia lateral, a cirurgia plástica e a operação das cataratas. Em conjunto constitui a mais alta realização da literatura científica romana — e por meio dela teríamos hoje uma idéia muito melhor da ciência romana, se a obra de Plínio não houvesse sobrevivido. Pena é que o tratado de Celso seja em grande parte uma compilação ou uma paráfrase de obras gregas.[110] Perdido durante a Idade Média, foi encontrado no século XV, e, impresso antes de Hipócrates ou Galeno, constituiu parte importante na construção da medicina dos tempos modernos.

VII. QUINTILIANO

Quando Vespasiano estabeleceu em Roma o curso oficial de retórica, nomeou para a cadeira um homem que, como muitos autores daquele tempo, era hispânico de nascimento. Marco Fábio Quintiliano nasceu em Calagorra (35?), estudou oratória em Roma e abriu um curso pelo qual passaram Tácito e Plínio, o Moço. Juvenal descreve-o como formoso, nobre, bem-educado, bela voz, bela dicção e dignidade senatorial. Na velhice retirou-se do mundo para escrever o *Institutio Oratoria* (96) destinado à educação de seu filho.

> Penso que este trabalho constituirá a parte mais preciosa da herança que deixo a meu filho, cujas altas aptidões exigem ansioso cultivo por parte de seu pai. ... Noite e dia prossegui neste desígnio, e apressei a conclusão de medo que a morte me apanhasse em caminho. Mas o infortúnio esmagou-me tão inesperadamente, que o sucesso desta obra me interessa menos que a qualquer outro. ... Perdi aquele em quem depositava tantas esperanças e seria o consolo de minha velhice.[111]

Sua esposa faleceu com 19 anos, deixando dois filhos; um se foi com cinco anos, "lesando-me como se algo me roubasse um dos meus olhos"; depois se foi o outro, deixando o velho professor "a sobreviver a todos os meus entes mais próximos e caros".

Quintiliano define a retórica como a ciência do bem-falar. O treino do orador deve começar ainda antes do nascimento, é desejável que proceda de pais bem-educados, de modo que tenha desde o berço um ambiente de linguagem correta e boas maneiras — porque é impossível em uma mesma geração alcançar a educação perfeita e a fidalguia. O futuro orador deve estudar música, para habituar o ouvido à harmonia; e estudar a dança para senhorear o ritmo; e estudar o teatro, para animar sua eloqüência com o gesto e a ação; e a ginástica, para conservá-lo em boa forma física; e a literatura, para adquirir estilo, treinar a memória e armá-la com o tesouro dos grandes pensamentos; e estudará ciência para ter alguma compreensão da natureza; e filosofia, para moldar o caráter aos ditames da razão e preceitos da sabedoria. Mas nada disto valerá, se não houver integridade de conduta e nobreza de espírito, qualidades criadoras da irresistível sinceridade do falar. E então o estudante deve escrever o mais que possa e com o maior cuidado. O treino é duro — "e espero", diz Quintiliano, "que nenhum de meus leitores pensará em reduzir isto a valores monetários".[112]

O discurso tem cinco fases: concepção, arranjo, estilo, memorização e elocução. Depois de escolhido o assunto e claramente definido seu propósito, o orador que junte o material, tirado da observação ou investigação pessoal ou dos livros, e disponha-o lógica e psicologicamente, de modo que cada parte esteja em seu lugar e determine naturalmente a seguinte, como na geometria.[113] Um discurso bem organizado deve compor-se de introdução (*exordium*), proposição, prova, refutação e peroração. Deve ser escrito só se tem de ser decorado; de outro modo fragmentos guardados na memória virão obstruir e confundir o estilo improvisado. E se for escrito, que o seja cuidadosamente. "Escrevei depressa, e nunca escrevereis bem; escrevei bem e nunca escrevereis depressa"; evitar o comodismo do "luxo de ditar, hoje tão em moda entre os escritores".[114] "Clareza antes de tudo", depois concisão, beleza e vigor. Corrigir repetidamente e sem dó:

> Suprimir é tão importante como escrever. Podar o que está turgido, elevar o que é lugar-comum, dar ordem ao desordenado, introduzir ritmo na frase áspera, modificá-la onde está absoluta. ... O melhor método de corrigir é por algum tempo encostar o que se escreveu, de modo que quando o relermos nos dê impressão de novidade ou de feito por outra pessoa; deste modo evitaremos o mal que é vermos nossos escritos com a ternura com que olhamos para um filhinho recém-nascido.[115]

A elocução, como a composição, deve ser emotiva, mas cumpre evitar o gesto exuberante. "O sentimento e a força da imaginação fazem-nos eloqüentes", mas "berrar de braços erguidos, arquejar, sacudir a cabeça, contorcer as mãos, dar palmadas na coxa, no peito, na testa — tudo isso apenas impressionará os elementos mais baixos da assistência."[116]

A todos estes excelentes conselhos Quintiliano acrescenta em seus 12 livros, a melhor crítica literária que sobreviveu da antigüidade. Vemo-lo entrar com ímpeto na velha guerra entre passadistas e modernistas, e precariamente encontrar a verdade no meio. Não quer, como Fronto, a volta à rude simplicidade de Catão e Ênio, mas evita ainda mais a "voluptuosa e afetada" fluência de Sêneca; prefere como modelo para

os estudantes o falar polido e másculo de Cícero, o único escritor romano que na sua especialidade excedeu aos gregos.[117] O estilo do próprio Quintiliano é freqüentemente o de um mestre-escola, pesado de definições, classificações e distinções, e só alcançando a eloqüência quando denuncia Sêneca; mas é um estilo vigoroso, com uma dignidade aqui e ali iluminada de toques de humanidade e humor. Por trás do bom senso das palavras sentimos a serena bondade do homem, de modo que lê-lo equivale a um grande estímulo moral. Talvez se deva a Quintiliano a renovação moral que, mais que o brilho das letras, enobreceu a época de Plínio, o Moço, e Tácito.

VIII. ESTÁCIO E MARCIAL

Deixamos para o último lugar dois poetas que pertenceram ao mesmo período, procuraram o favor do mesmo imperante e dos mesmos patronos e no entanto jamais se mencionaram reciprocamente; um, o mais puro, outro o mais grosseiro de todos os poetas romanos. Públio Papínio Estácio era filho de um poeta e gramático napolitano; o meio em que viveu e a educação que recebeu deram-lhe tudo, menos dinheiro e gênio. Era ceceoso, improvisava versos nos salões, e escreveu um poema épico sobre a guerra dos sete chefes contra Tebas, a *Tebaida,* hoje ilegível, porque tem a ação excessivamente obstruída por deuses mortos e os versos possuem uma irresistível *virtus dormitiva.* Mas os contemporâneos apreciavam-no, e multidões se reuniam no teatro de Nápoles para ouvi-lo recitar; os homens do tempo andavam a par daquelas maquinações mitológicas, enlevavam-se na delicadeza de sentimentos de Estácio e sentiam-lhe os versos como rolando na língua. Os juízes no concurso de poesia albana deram-lhe o primeiro prêmio; homens ricos arrancaram-no da penúria;[118] o próprio Domiciano convidou-o para jantar no *domus Flavia.* Estácio pagou a amabilidade descrevendo aquele palácio como um céu e o Imperador como um deus.

Para Domiciano e outros patronos, inclusive o pai do poeta e seus amigos, escreveu ele o mais agradável de seus poemas, *Silvae,* idílios cheios de pudor e elogios em versos leves e felizes. Mas nos Jogos Capitolinos outro poeta ganhou o prêmio; a estrela de Estácio empalideceu na volúvel Roma e, persuadindo a relutante esposa, voltou com ela para o torrão natal. Em Nápoles deu início a outro poema épico, a *Aquileida,* mas morreu subitamente em 96, aos 35 anos de idade. Não foi um grande poeta, mas amenizou com uma nota de delicadeza a literatura amarga e sarcástica da época, produto de uma sociedade ilimitadamente corrupta e grosseira. Estácio teria atingido a fama de Marcial se fosse obsceno como ele.

Marco Valério Marcial nasceu em Bílbilis na Espanha, no quadragésimo ano de nossa era. Aos 24 anos veio para Roma e fez-se amigo de Sêneca e Lucano. Recebeu de Quintiliano o conselho de estudar leis e enriquecer, mas preferiu fazer versos e morrer de fome. Seus amigos desapareceram de um momento para outro em conseqüência da trama de Pisão, vendo-se ele forçado a endereçar seus poemas aos homens que lhe podiam dar um jantar em troca de um epigrama. Vivia na água-furtada de um terceiro andar, provavelmente sozinho, porque embora tenha composto dois poemas para a mulher que chamava sua, são coisas tão sujas que essa esposa deve ser invenção — ou alguma alcoviteira.[119]

Seus poemas, contà-nos ele, eram lidos no Império inteiro, até entre os godos; e Marcial regala-se de ser tão famoso como um cavalo de corrida, mas enfurece-se de ver seu editor enriquecer-se enquanto ele nada recebe pelos produtos de sua cabeça. Em

um dos epigramas sugeriu que estava muito necessitado de uma toga; o rico liberto do Imperador, Partênio, manda-lhe uma; Marcial responde em duas estâncias, uma para celebrar o bom estado do presente, outra para realçar a má qualidade da fazenda. Encontrou depois patronos mais generosos; um deu-lhe pequena granja em Nomento, e de outro conseguiu fundos para comprar uma casinha no monte Quirinal. E passou a viver como "cliente" de homens ricos, ora de um, ora de outro; servia-os pela manhã e de vez em quando recebia um presente; mas sentindo vergonha dessa situação lamentou-se de não ter coragem de ser pobre e portanto livre.[120] Não se dava ao regalo de ser pobre porque tinha de viver na sociedade dos que estavam em situação de lhe pagar os versos. Inundou Domiciano de louvores e proclamou que se ao mesmo tempo Júpiter e Domiciano o convidassem para jantar, viraria as costas ao deus; mas o Imperador preferia Estácio. Enciumado com o jovem poeta napolitano, disse que um simples epigrama vivo valia mais que um grande poema épico morto.[121]

Até então o epigrama havia sido um belo conceito sobre um assunto leve, como dedicatória, cumprimento, epitáfio; Marcial enriqueceu-o dos venenosos espinhos da sátira. Quem lê de fio a pavio os 1.561 epigramas de Marcial não faz justiça ao poeta; tais produções vieram à luz aos poucos, sucessivamente em 12 livros, e o leitor tem de ingeri-las em pequenas porções, como *hors-d'oeuvres*. Em sua maioria, os epigramas de Marcial nos parecem hoje triviais, alusivos a coisas locais e do momento. Marcial não os tomava muito a sério, concordando que os maus venciam em número os bons — mas era preciso encher o volume.[122] Muito firme na métrica, conhecia todos os truques da arte da versificação, mas evitava a retórica, como a evitava Petrônio em sua prosa patrícia. Pouco dava Marcial pelo mobiliário mitológico da literatura da época; punha todo o seu interesse nos homens e nas mulheres de carne e osso e na vida íntima que levavam, descrevendo-os com prazer e malevolência; "minhas páginas sabem a homens".[123] Podia "pegar" algum empertigado aristocrata ou milionário avarento, ou pomposos advogados e oradores de fama, mas preferia falar de remendões, barbeiros, bufarinheiros, leiloeiros, envenenadores, pervertidos, acrobatas e prostitutas. Suas cenas não se passam na Grécia antiga, mas em teatros, banhos públicos, ruas, circos, residências e baiúcas de Roma. Marcial foi o poeta laureado dos miseráveis.

Interessava-se mais pelo dinheiro do que pelo amor, e freqüentemente dá ao amor um gênero só. Há nele algum sentimento; fala com ternura de uma criança que morreu, filha de um seu amigo, mas não há uma linha nobre em seus livros, nem mesmo uma em que transpareça uma nobre cólera. Marcial canta a ladainha dos maus cheiros e acrescenta: "Todos estes odores eu os prefiro aos teus, Bassa."[124] Descreve uma de suas amantes:

> Tuas tranças, Gala, são manufaturadas longe daqui; quando de noite vestes a camisola de seda, pões de lado teus dentes; deitas-te guardada em cem caixas, e teu rosto não dorme contigo; piscas com uma sobrancelha que te trouxeram de manhã. Nenhum respeito tens por tua estragadíssima carcaça, que podes contar como sendo a de um de teus antepassados.[125]

Escreve com desumana crueldade as mulheres que o recusaram e maneja sua lama epigramática com a delicadeza de um varredor de rua. Seu lirismo amoroso é endereçado a rapazes; e sobe ao êxtase com a fragrância de "teus beijos, rapaz cruel".[126] Um de seus poemas de amor deu origem a uma famosa contraparte inglesa.

I do not love you, Sabidius, the reason I cannot tell;
This only I can say — I dislike you very well.

Non amo te, Sabidi, nec possum dicete quare;
Hoc tantum possum dicere, non amo te.[127]

Não gosto de você, Sabídio, não posso dizer a razão:
Só posso dizer uma coisa: de você não gosto não.

De fato, há muita gente de quem Marcial não gosta. Ele os descreve ocultos em transparentes pseudônimos e numa linguagem de parede de mictório.[128] Está sempre acusando os inimigos, como Estácio está sempre festejando os amigos. Algumas das vítimas retaliavam publicamente em seu nome poesias mais sujas ainda, ou de ataque a homens que ele queria agradar. Dos epigramas tecnicamente perfeitos de Marcial pode-se extrair um completo vocabulário de sentina.

Mas a obscenidade de Marcial era dos tempos, e ninguém duvida de que as próprias donzelas nas recâmaras dos palácios deixassem de apreciá-la. "Lucrécia corou e pôs de lado o meu livro, mas Bruto estava presente. Bruto saiu; ela então me leu."[129] A licença poética dos tempos permitia a obscenidade, contanto que os versos fossem perfeitos. Às vezes Marcial faz alarde de sua lascívia; "página minha nenhuma é sem luxúria".[130] Às vezes envergonha-se e diz que tem a vida mais limpa que os versos.

Cansou-se por fim de ganhar a vida com insultos e cumprimentos, e começou a pensar em vida mais saudável e já de retorno à Espanha natal. Estava então com 57 anos, cabelos grisalhos, barba cerrada, tão moreno, diz-nos ele, que se via logo de relance que nascera à margem do Tejo. Um buquê poético mandado a Plínio, o Moço, valeu-lhe o montante de sua viagem de volta a Bílbilis. A pequenina cidade recebeu-o de braços abertos, esquecida de sua moral e fama; e lá encontrou ele patronos mais simples que os de Roma, e de mãos mais abertas. Bondosa dama presenteou-o com modesta vila, na qual passou Marcial seus últimos anos. Em 101 Plínio escreveu: "Acabo de saber da morte de Marcial. A notícia afligiu-me muito. Era um homem de espírito picante e ferino, que em seus versos misturava sal e mel, e às vezes candura."[131] Se Plínio o amava, então devia haver alguma secreta virtude em Marcial.

CAPÍTULO XV

Roma no Trabalho

14 — 96

I. OS SEMEADORES

PERTENCE à Idade de Prata a obra clássica sobre a agricultura romana — *De Re Rustica* (65) de Júnio Columela. Como Quintiliano, Marcial e os Sênecas, Columela também procedia da Espanha; havia cultivado várias terras na Itália e depois fixara residência em Roma. Os melhores terrenos estavam então ocupados por vilas e campos de recreação dos ricos; depois vinham as glebas ocupadas com oliveiras e a vinha; a terra mais inferior era a cultivada. "Nós abandonamos o cultivo de nossas terras aos mais baixos escravos e eles as tratam barbarescamente." Os homens livres estavam degenerando nas cidades em vez de se enrijecerem no trabalho do solo; "empregamos nossas mãos nos circos e teatros em vez empregá-las nas colheitas e nas vinhas". Columela tinha amor ao solo, achando que a cultura física que a terra impõe é mais sã que a cultura literária das cidades; a lavoura é "consangüínea da sabedoria" (*consanguinea sapientae*). A fim de atrair os homens para o campo ele tratava do assunto no mais primoroso latim, e se falava em jardins e flores alçava-se com entusiasmo à poesia.

Foi nesse tempo que Plínio, o Naturalista, pronunciou aquele epitáfio: *latifundia perdidere Italiam* — "o latifúndio arruinou a Itália". Igual pensamento ocorre em Sêneca, Lucano, Petrônio, Marcial e Juvenal. Sêneca refere-se a fazendas de criação maiores que reinos, cultivadas por escravos em algemas; tão grandes algumas, diz Columela, que os donos nunca lhes deram a volta completa.[1] Plínio fala em uma fazenda com 4.117 escravos, 7.200 bois e 257.000 outros animais.[2] As distribuições de terra feitas pelos Gracos, por César e Augusto aumentaram o número das pequenas propriedades, mas muitas foram abandonadas durante a guerra e compradas pelos ricos. Quando a administração imperial reduziu o saque das províncias, muito capital dos patrícios foi empregado em grandes fazendas. Os latifúndios espalharam-se porque a criação de gado e a produção de azeite e vinho davam mais lucro que a de cereais e verduras; mas para isso era necessário que a terra fosse muita e sob uma só administração. Lá pelos fins do século I, estas vantagens já não eram as mesmas, em conseqüência do alto custo dos escravos e do pouco rendimento do trabalho servil.[3] E ia começar a longa transição do regime de escravatura para o regime de servos da gleba. Como a paz estancou o fluxo de prisioneiros de guerra, os donos das grandes fazendas foram obrigados a dividi-las em pequenos lotes e arrendá-los aos *coloni*, ou cultivadores, que pagavam a renda com produtos ou trabalho. A maior parte do *ager publicus* pertencente ao governo passou a ser trabalhado dessa maneira. Também assim as extensas propriedades que Plínio, o Moço, descreve, com seus campônios fortes, ricos de saúde e bom gênio, tagarelas — exatamente como os encontramos hoje na Itália, porque bem pouco mudaram.

Os instrumentos e métodos agrícolas eram na essência os mesmos que se conheciam já de séculos. Arado, pá, enxada, forcado, ancinho, foice — tudo isso conserva a mesma forma de três mil anos atrás. O trigo era moído entre mós giradas pela ação da água ou do músculo animal. Usavam-se bombas ou rodas hidráulicas para esvaziar minas ou abastecer canais de irrigação. O solo era protegido pela rotação das culturas, pela adubação com esterco animal e plantio de leguminosas — a alfafa, o trevo, os feijões.[4] Muito desenvolvida a seleção de semen-

tes. Nas terras boas da Campânia e no vale do Pó obtinham-se três e até quatro colheitas por ano;[5] os alfafais davam de quatro a seis cortes anuais durante um decênio.[6] Quase todas as verduras eram cultivadas, algumas em estufas para uso no inverno. Abundavam frutas e nozes; generais, negociantes romanos e mercadores de escravos haviam trazido mudas e sementes de toda parte: o pêssego da Pérsia, o abricó da Armênia, a cereja do Ceraso, no Ponto (e daí lhe veio o nome), a uva da Síria, a ameixa-roxa de Damasco (*pruna damascena*), a ameixa-amarela e a avelã da Ásia Menor, a castanha da Grécia, a azeitona e o figo da África. ... Hábeis horticultores haviam enxertado a castanha em cavalo de árbuto, a ameixa no de plátano, a cereja no de olmo. Enumera Plínio 29 variedades de figos cultivados na Itália.[7] "Graças ao zelo de nossos lavradores", diz Columela, "a Itália aprendeu a cultivar frutas de quase todo o mundo."[8] E transmitiu essa arte à Europa inteira. Nosso rico regime alimentar tem hoje muita geografia e história atrás de si, e o que comemos faz parte de nossa herança oriental e clássica.

Muito numerosos eram os olivais, e mais ainda os vinhedos, belamente dispostos em terraços nas encostas dos montes. A Itália produzia 50 famosos tipos de vinho, dos quais só Roma consumia 25.000.000 de galões por ano — mais de dois litros *per capita* e semana. A maior parte desse vinho era produzida por organizações capitalistas, em larga extensão financiadas pelo dinheiro de Roma.[9] Muito vinho era exportado — e ia ensinar as graças anacreônticas a terras bebedoras de cerveja, como a Germânia e a Gália. Durante o século I a Espanha, a África e a Gália começaram também a cultivar a vinha; com a perda desses mercados sobrevieram à economia romana umas tantas crises de "superprodução". Domiciano procurou atender a uma delas com decretos: restaurando o cultivo dos cereais, proibindo mais plantações de vinha na Itália e suprimindo metade dos vinhedos das províncias.[10] Essas medidas provocaram tremenda reação — e não puderam ser executadas. No século II os vinhos da Gália e o óleo de oliva da Espanha, da África e do Oriente passaram a expulsar do Mediterrâneo os produtos da península — e teve começo o declínio econômico da Itália.

Grande parte da península dedicava-se à indústria pastoril. As terras e escravos mais baratos tinham emprego na criação de bovinos, carneiros e porcos. Muita atenção se dava à zootecnia científica. Criavam-se cavalos para a guerra, para a caça e os esportes, raramente para o tiro; a puxada dos carros fazia-se com o boi e para o transporte em lombo havia as mulas. Três tipos de leite — de vaca, de cabra e de ovelha — davam os excelentes queijos italianos, como os temos ainda hoje. Os porcos criavam-se debaixo dos castanheiros e das carvalheiras; Roma, diz Estrabão, vivia principalmente de porcos engordados nas florestas de carvalho do norte da Itália. A criação de aves fertilizava as hortas e ajudava na alimentação da família, e a de abelhas fornecia o antigo mel que o açúcar iria deslocar. Se ajuntarmos ao quadro pequenas culturas de cânhamo e linho, um pouco de caça e muito pescado, teremos a figuração do interior italiano há 19 séculos — a mesma coisa que é hoje.

II. OS ARTESÃOS

Não houve na vida romana — e talvez não o tenha havido em nenhuma economia "certa" — essa divisão geográfica entre agricultura e indústria que vemos nos países modernos. A antiga moradia rural — cabana, vila ou fazenda — era literalmente um foco manufatureio, onde se elaborava uma dúzia de produtos vitais, e a habilidade das mulheres enchia a casa e os arredores com uma vintena de artes sadias. Lá se trabalhava a madeira em todas as suas aplicações, abatia-se o gado e preparava-se a carne, moíam-se os grãos, espremiam-se a azeitona e a uva, preparavam-se as conservas, cardava-se a lã, branqueava-se a fibra do linho e faziam-se tecidos; às vezes também se queimava a argila sob forma de vasos e reduzia-se o ferro a instrumentos; reinava uma plenitude educativa e uma variedade que poucos de nós hoje conhecemos, nesta nossa era de mais ampla mobilidade e de mais estreita especialização. A diversidade das ocupações na Itália não era sinal de uma economia primitiva e pobre; as casas

mais ricas eram as que mais se bastavam a si mesmas, e orgulhavam-se de produzir a maior parte do necessário. Cada família era uma unidade econômica de feição agrícola e industrial.

Quando, a fim de trabalhar para diversas famílias, um artesão montava sua oficina em algum centro ao alcance de todos, esse artesão urbano apenas completava, não substituía, a indústria doméstica. Quarenta padarias foram desenterradas em Pompéia, e em Roma os pasteleiros formavam uma associação autônoma. Havia intermediários que adquiriam as azeitonas na árvore e faziam a colheita;[11] na maior parte, porém, as propriedades assavam seu próprio pão e colhiam e espremiam as azeitonas. A roupa dos camponeses e dos filósofos era de fiação caseira, mas a da gente rica, embora também tecida em casa, era feita de lã cardada, modificada, clareada e preparada em oficinas especiais. Certos panos de lã muito finos procediam de fábricas, e também o linho não destinado a velas e redes vinha de fábricas produtoras de roupas brancas femininas e lenços para os homens.[12] E os panos passavam também pela tinturaria, que não só lhes dava cor como ainda os estampava dos delicados desenhos que vemos nas pinturas murais de Pompéia. O curtume do couro também alcançou estágio fabril, mas a indústria dos sapatos conservou-se sempre nas mãos dos sapateiros que os faziam por encomenda; alguns especializavam-se exclusivamente em lindas sandálias.

Na mineração todo o trabalho cabia aos escravos ou criminosos. O ouro e a prata das jazidas da Espanha, da Gália e da Dácia, o chumbo e o estanho da Espanha e da Bretanha, o cobre de Chipre e Portugal, o enxofre da Sicília, o sal-gema da Itália, o ferro de Elba, o mármore de Luna, do Himeto e de Paros, o pórfiro do Egito e em geral todas as reservas do subsolo eram propriedades do Estado, o qual as explorava por conta própria ou arrendamento e nelas tinha a principal fonte das rendas públicas; só o ouro da Espanha rendia a Vespasiano $44.000.000 por ano.[13] A sede de minérios constituía o principal estímulo das conquistas romanas; a riqueza mineral da Bretanha, diz Tácito, foi o "prêmio da vitória" na campanha de Cláudio.[14] Principais combustíveis: lenha e carvão de madeira. O petróleo era conhecido da Babilônia, na Pártia, em Comagena,[15] e os defensores de Samosata lançaram contra as tropas de Lúculo archotes ardentes embebidos em petróleo; mas não há sinal de que o tenham usado como combustível. (No século IV aparece entre as armas de guerra um dardo flamante, lançado com o arco ou a catapulta. "Fica a arder onde quer que caia", diz Amiano Marcelino; "e se lançam água em cima, cresce o fogo e o calor; e não há meio de apagar esse fogo, exceto cobrindo-o com areia."[16]) Encontrou-se carvão mineral no Peloponeso e no norte da Itália, sendo usado principalmente pelos ferreiros.[17] A arte de carburar o ferro para transformá-lo em aço espalhou-se do Egito por todo o Império. A maioria dos ferreiros, caldeireiros e ourives de ouro e prata operavam em pequenas oficinas com um ou dois aprendizes. Em Cápua, Minturnas, Putéolos, Aquiléia, Como e outros pontos ocorreu a fusão de várias forjas e fundições em fábricas de vulto; parece que as de Cápua foram largamente financiadas por grupos de capitalistas.

A indústria da construção estava bem organizada e especializada. Os *dendrophoroi* (madeireiros) cortavam e entregavam a madeira, os *fabri lignarii* (carpinteiros) faziam casas e mobílias, os *caementarii* preparavam o cimento, os *structores* faziam os alicerces, os *arcuarii* construíam os arcos, os *parietarii* levantavam as paredes, os *tectores* aplicavam o reboco, os *albarii* caiavam, os *artifices plumbarii* cuidavam dos encanamentos em geral de chumbo (*plumbum*), e os *marmorii* incumbiam-se dos pavimentos de mármore; e podemos imaginar as disputas jurisdicionais. Telhas e tijolos vinham das olarias, muitas das quais já bastante industrializadas. Trajano, Adriano e Marco Aurélio foram donos de olarias e nelas se enriqueceram.[18] Os fornos de Arécio, Mutina, Putéolos, Sorrento e Polência forneciam a louça comum a toda a Itália e províncias européias e africanas. Esta produção em massa não procurava a excelência artística; só queria quantidade; e a *terra sigillata* (terra assinada) que por aquele tempo enchia os mercados italianos eram inferiores à produção anterior de Arécio. Mas trabalho melhor, como veremos, era feito em vidro.

A produção fabril do vidro, telhas, tijolos, louça grosseira e artigos de ferro não nos autoriza a admitir na antiga Itália um capitalismo industrial. A própria cidade de Ro-

ma possuía apenas duas fábricas de bom tamanho — uma de papel e uma de tingir pano;[19] talvez não houvesse facilidade de obtenção de metais e combustíveis — e os lucros da política parecessem mais honrosos que os procedentes da indústria. Nas fábricas da Itália central quase todos os trabalhadores, e mesmo bom número dos gerentes, eram escravos; nas do norte da Itália aumentava bastante a proporção dos homens livres. Havia ainda muita abundância de trabalho escravo, o que não estimulava o desenvolvimento da máquina; o negligente labor servil, sem nenhuma coparticipação no produto, evidentemente não criava coisa nenhuma nova; e qualquer proposta de mecanização economizadora do trabalho manual era repelida pelo receio de causar desemprego; além do que o poder aquisitivo do povo era baixo demais para estimular ou manter a produção mecanizada.[20] Havia sem dúvida umas tantas máquinas simples, comuns à Itália, ao Egito e à Grécia: prensas de parafuso, rocas de fiar, teares, guindaste e polia, bombas de pressão, rodas hidráulicas, moinhos, torno de oleiro. ... Mas a vida italiana nessa época (96) mostrava-se tão industrializada como iria ficar até o século XIX. Dada a concentração da riqueza e o regime servil, dificilmente poderia a indústria ir além do que foi. A lei romana embaraçava o surto das grandes organizações com a exigência de que cada co-participante em uma indústria fosse legalmente responsável; proibia as companhias de "responsabilidade limitada", permitindo apenas sociedades anônimas para a realização de contratos com o governo. Como essas e outras restrições afetavam os bancos, não podiam eles financiar empresas de vulto. Em tempo nenhum o desenvolvimento industrial da Itália igualou o de Alexandria ou o do Oriente helenístico.

III. OS TRANSPORTES

De César ao Imperador Cômodo vigorou na cidade de Roma a proibição de veículos de roda durante o dia; a população circulava a pé ou em liteiras levadas por escravos. Para as longas distâncias viajava-se em lombo de animal ou em carros. As diligências públicas faziam em média uns 100 quilômetros diários. Certa vez César viajou de carro 1.280 quilômetros em oito dias; os mensageiros que levaram a Galba na Espanha a notícia da morte de Nero venceram 530 quilômetros em 36 horas; Tibério, correndo dia e noite, fez em três dias 960 quilômetros para alcançar o irmão com vida. O correio em carro e cavalo alcançava a média de 160 quilômetros por dia. Augusto organizou-o segundo o sistema persa, como indispensável à administração imperial. Tinha o nome de *cursus publicus* porque servia à *res publica,* ou República, levando a correspondência oficial. Os particulares só podiam recorrer a esse correio mediante permissão especial dada por um *diploma* ("dobrado em dois") ou passaporte que dava ao portador certos privilégios e apresentava-o em caminho a certas pessoas de importância diplomática. O meio de comunicação mais rápido era o semafórico, ou transmissão visual de sinais de um ponto a outro; por esse meio a notícia da chegada de um comboio de trigo a Putéolos sem demora alcançou a faminta Roma. A correspondência particular era conduzida por portadores, mercadores em trânsito ou amigos em viagem; existem vestígios da existência de empresas postais particulares. Escrevia-se muito menos que hoje, e melhor. Não obstante, o movimento de comunicação mental entre a Europa do norte e a do sul foi no tempo de César o mais rápido que se conheceu antes do aparecimento dos trens de ferro. Em 54 a. C. a carta de César a Cícero veio da Bretanha a Roma em 29 dias; em 1834 Sir Robert Peel, correndo à toda, gastou de Roma a Londres 30 dias.[21]

As comunicações e o transporte muito se beneficiavam com as estradas consulares — esses tentáculos da lei romana, essa rede de nervos por meio da qual a inteligência de Roma se tornou a vontade do Império. O sistema de estradas de rodagem romanas realizou no mundo antigo uma revolução comercial ao tipo da operada pelas estradas de ferro no século XIX. Até ao

advento da locomotiva a vapor as estradas medievais e da moderna Europa não valiam as romanas do tempo dos imperadores antoninos. Só a Itália possuía então 372 estradas mestras e 19.000 quilômetros de vias pavimentadas; e o Império todo, 80.000 quilômetros de vias pavimentadas e mais a rede de vias secundárias. Estradas reais corriam dos Alpes a Lião, Bordéus, Paris, Reims, Ruão e Bolonha; outras iam ter a Viena, Mogúncia, Augsburgo, Colônia, Utrecht e Leide; e de Aquiléia partia uma beirando o Adriático até ligar-se à Via Egnatia, rumo à Tessalônica. Magníficas pontes substituíram as balsas em inúmeras passagens de rios. De milha em milha nas estradas consulares havia marcos de pedra com indicações das distâncias; quatro mil desses marcos ainda sobrevivem. A espaços, pontos de repouso para os viajantes; e de 10 em 10 milhas uma *statio,* ou muda de cavalos; e de 30 em 30 milhas, a *mansio,* ou estalagem, que era ao mesmo tempo armazém, taverna e bordel.[22] Os principais pontos de parada eram as *civitates,* ou cidades, usualmente dotadas de bons hotéis, em alguns casos dirigidos pela própria municipalidade.[23] Muitos estalajadeiros roubavam os hóspedes sempre que podiam, e também os salteadores tornavam as estradas inseguras à noite, apesar da existência de um destacamento de soldados em cada *statio.* Havia à venda "itinerários", com a lista das estradas, estações de pouso e distâncias intermediárias.[24] Os ricos desdenhavam as estalagens; traziam numerosos escravos e a tralha toda, e dormiam bem guardados nas carruagens ou casas de amigos ou funcionários das vias públicas.

A despeito dos óbices, talvez tenha havido mais viagens no tempo de Nero do que em qualquer época antes de nosso nascimento. "Muitas pessoas", diz Sêneca, "fazem longas viagens por amor a certas vistas distantes";[25] e Plutarco fala dos "turistas que passam a melhor parte da vida em estalagens de barcos".[26] Os romanos educados flanavam pela Grécia, pelo Egito e Oriente Próximo, gravando os nomes nos monumentos históricos, procurando águas minerais e climas, colecionando coisas, seguindo cursos de filósofos, médicos ou professores de retórica, e sem dúvida usavam Pausânias como um Baedeker.[27]

Essas "grandes viagens" em geral se faziam parcialmente nos navios mercantes que sulcavam o Mediterrâneo em centenas de rotas de tráfego. "Olhai para os portos e mares", exclama Juvenal, "cheios de grandes barcos, mais povoados que a terra."[28] Putéolos, Óstia e Portus, por onde Roma se abastecia, fervilhavam de *fabri navales* (estaleiros), *stuppatores* (calafates), *saburarii* (carregadores de areia para lastro), *sacrarii* (estivadores), *mensores* (pesadores), *lenuncullarii* (patachos de transbordo), e *urinatores* (mergulhadores que recapturavam coisas caídas no mar). Vinte e cinco barcaças de trigo trafegavam diariamente pelo Tibre; e se acrescentarmos as de transporte de pedras, metais, óleo, vinho e mil outras coisas, teremos a imagem de um rio como o Hudson ou o Tâmisa.

Os navios eram de vela, mas também apetrechados de uma ou mais carreiras de remos. Em média maiores que os anteriores; Ateneu refere-se a um cargueiro de trigo de 420 pés de comprimento,[29] mas era coisa excepcional. Alguns barcos tinham três cobertas: muitos arqueavam 250 toneladas e havia-os até de mil. Fala Josefo de um que levava 600 pessoas — passageiros e tripulação;[30] outro trouxe para Roma um obelisco egípcio do tamanho do que figura no Parque Central de Nova York, 200 marujos, 1.300 passageiros, 338 toneladas de trigo e ainda um carregamento de papel, linho, pimenta e vidro.[31] Mas fora das costas, como São Paulo notou, as viagens eram perigosas: entre os meses de março e novembro muito poucos barcos se aventuravam no alto Mediterrâneo, e durante o verão eram quase impossíveis as viagens por causa dos ventos etérios, ou do norte. A navegação noturna ia-se tornando cada vez mais freqüente, com a multiplicação dos faróis nos portos. O perigo dos piratas já estava afastado. A fim de desanimá-los Augusto manteve duas esquadras de prontidão, uma em Ravena, no Adriático e outra em Miseno, na baía de Nápoles — além de flotilhas menores em dez outros pontos do Império. Podemos julgar do que Plínio chamou "a imensa majestade da paz romana" pelo fato de, durante dois séculos, quase não haver referências a essas esquadras.

Nada de horário para os passageiros, já que a navegação estava condicionada ao tempo e às conveniências comerciais. Preços baixos: duas dracmas ($1,20) de Atenas a Alexandria; mas os passageiros levavam víveres e certamente que dormiam no convés. Velocidade tão baixa como o preço das passagens, e dependente do vento; média, 6 nós por hora; levava-se um dia para cruzar o Adriático — e Cícero gastou três semanas para ir de Patras a Brundísio. Um navio

rápido podia fazer 230 nós em 24 horas.[32] Com ventos favoráveis, em seis dias ia da Sicília a Alexandria, ou de Gades a Óstia — e em quatro, de Utica a Roma.[33] A viagem mais longa e perigosa era a de Áden, na Arábia, à Índia, porque os ventos de alto-mar forçavam os navios a velejarem rente à costa fervilhante de piratas. Lá pelo ano 50 Hipalo, um grego de Alexandria, levantou a carta da periodicidade dos ventos monções e verificou que em certo período do ano tornava-se possível a navegação direta através do Oceano Índico. Para este mar o fato foi de tanta importância como a viagem de Colombo para o Atlântico. Dos portos egípcios no Mar Vermelho os navios passaram a alcançar a Índia em 40 dias. No ano 80 outro capitão alexandrino, cujo nome se perdeu, compôs o *Périplo do Mar Eritreu,* manual para os mercadores que faziam o comércio entre a costa oriental africana e a Índia. Entrementes, outros navegantes abriram rotas no Atlântico para a Gália, a Bretanha, a Germânia, e mesmo para a Escandinávia e Rússia.[34] Nunca os mares haviam carregado tantas mercadorias nem tanta gente.

IV. OS ENGENHEIROS

Navios e estradas, pontos, portos e docas, aquedutos e esgotos, drenagem de pântanos, todos os trabalhos de engenharia eram realizados por engenheiros romanos, gregos e sírios, com exércitos de operários livres, escravos e soldados. Erguiam-se ou arrastavam-se pesados blocos de pedra com guindastes movidos por homens ou animais.[35] Canalizou-se o traiçoeiro Tibre com muramentos em tríplice recuo de modo que na vazante não ficasse exposto o leito lodacento. (Em 1870 o governo italiano construiu muramentos de largura uniforme com desagradáveis resultados na estação da seca.) Os engenheiros também dragaram no tempo de Cláudio, Nero e Trajano o porto múltiplo de Óstia, e abriram outros menores de Marselha, Putéolos, Miseno, Cartago, Brundísio e Ravena, e renovaram o maior de todos em Alexandria. Esvaziaram o lago Fúcino por meio da perfuração de um túnel em montanha de pedra, e aproveitaram-lhe o leito para a agricultura. Embrecharam o subsolo romano de esgotos de concreto, tijolo e manilhas que duraram centenas de anos. Drenaram os pauis da Campânia no suficiente para torná-la habitável, como mostram as ruínas dos palácios nela erguidos.[36] (Aparentemente os volscos haviam drenado os pântanos pontinos em época anterior a 600 a. C. Os seus conquistadores romanos abandonaram a conservação dos canais e a região voltou a ser pantanosa e malárica. César planejou o restabelecimento da drenagem e Augusto e Nero deram andamento às obras, que, entretanto, só foram concluídas em 1931.) Foram os executantes, em suma, dos prodigiosos trabalhos públicos com que César e os imperadores mitigaram o desemprego e embelezaram Roma.

As estradas consulares eram das mais simples dessas obras públicas. Que características tinham? A largura ia de 16 a 24 pés, e nas proximidades de Roma parte dessa largura era tomada pelas *margines,* ou calçadas feitas com lajes retangulares. Essas estradas sacrificavam a economia inicial em favor da economia da duração; cruzavam inumeráveis rios por meio de custosas pontes de pedra, varavam pântanos com viadutos de tijolo ou pedra, subiam e desciam morros sem recorrer a cortes e aterros, e galgavam montanhas apoiadas em poderosos muros de sustentação. O calçamento dependia das condições locais. Em regra a camada-leito (*pavimentum*) era de quatro a seis polegadas de areia e uma de cimento; sobre este leito se sobrepunham quatro camadas de alvenaria: o *statumen,* ou camada de pedra britada, misturada com cimento ou argila; o *rudens,* ou 10 polegadas de concreto calcado; o *nucleus,* 12 a 18 polegadas de concreto sucessivamente espalhado e comprimido; e a *summa crusta* de lajes poligonais de sílex ou lava, medindo de um a três pés de diâmetro por oito a 12 polegadas de espessura. Superfície externa lisa, com juntas tão bem-feitas que se tornavam invisíveis. Às vezes a superfície era de concreto, e em estradas de menos importância, de pedregulho. Na Bretanha usava-se uma mistura de sílex com cimento, sobre uma camada de pedregulho. Tão profunda era a subestrutura que não havia necessidade de drenagem. Daí o tornarem-se as mais duradouras estradas da história. Muitas ainda estão em uso, mas as rampas muito fortes tornaram-nas inconvenientes ao transporte motorizado moderno.[37]

As pontes eram modelos de ciência e arte. Do Egito dos Ptolomeus herdaram os romanos os princípios da engenharia hidráulica e empregaram-nos em escala sem precedentes; seus métodos ainda vigoram hoje. As fundações debaixo da água eram inexcedíveis. Fincavam na água um duplo cilindro de estacas, forravam-no de tábuas bem ligadas entre si e extraíam a água de dentro; depois cobriam com pedra ou cal o fundo exposto e sobre essa base erguiam o pilar. Oito pontes cruzavam o Tibre em Roma; algumas sagradas, como a antiga Pons Sublicius, em que nenhum metal podia ser usado; e algumas tão bem construídas que perduram até hoje. Dali saiu o arco romano para multiplicar-se em pontes sobre centenas de milhares de cursos de água, por todos os domínios da raça branca.

Plínio considerava os aquedutos romanos uma grande realização. "Se atentarmos na abundância de água habilmente trazida para a cidade, se observarmos os altos aquedutos necessários para manter o declive exigido, e as montanhas perfuradas, e as depressões aterradas, concluiremos que o mundo não oferece nada mais maravilhoso."[38] Quatorze aquedutos, em uma extensão total de 1.300 milhas, traziam para Roma, através de túneis e majestosos arcos, 300.000.000 de galões de água por dia — quantidade *per capita* tão grande quanto a de qualquer cidade de hoje.[39] Essas estruturas tinham seus defeitos; rombos desenvolviam-se nos canos de chumbo, impondo freqüentes reparos; lá pelo fim do Império Ocidental todos os aquedutos já estavam inutilizados. (Um deles, o Aqua Virgo, alimenta hoje a Fontana di Trevi; três outros foram restaurados e abastecem a Roma atual.) Mas se considerarmos que por intermédio deles se abasteciam as casas, cortiços e palácios, as fontes e jardins, os parques e as termas públicas onde milhares de pessoas se banhavam simultaneamente, e ainda sobrava água para a criação de lagos artificiais com batalhas navais de fantasia, começamos a perceber que, apesar da corrupção e do terror, era Roma a capital mais bem dirigida dos tempos antigos e uma das mais bem equipadas de todos os tempos.

À testa do serviço de águas no fim do século I estava Sexto Júlio Frontino, cujos livros lhe deram o renome de o mais famoso engenheiro romano. Já havia funcionado como pretor, governador da Bretanha e cônsul diversas vezes. Como os modernos estadistas ingleses, Frontino achou tempo para alternar a administração com a composição de livros; publicou um trabalho sobre a ciência militar, do qual nos chegou a última parte, *Stratagemata.* (O livro III abre com esta nota: "A invenção das máquinas de guerra já de muito tempo alcançou seu limite, e não vejo possibilidade de se aperfeiçoar daqui por diante."[40]) Deixou-nos também um relatório sobre o serviço de águas de Roma — *De aquis urbis Romae.* Nele descreve a corrupção encontrada no departamento, e como palácios e bordéis secretamente filavam a água pública — em tal proporção que certa vez Roma ficou a seco.[41] Expõe as enérgicas reformas que fez e com muito orgulho menciona as fontes, a extensão e a função de cada aqueduto; e conclui, como Plínio: "Quem se aventurará a comparar estes maravilhosos condutos de água às inúteis pirâmides do Egito ou às famosas, mas estéreis, obras dos gregos?"[42] Apalpamos aqui o visceral utilitarismo romano, com seu pouco caso pela beleza pura; compreendemo-lo; concordamos que antes de possuir Partenons, uma cidade deve dispor de água boa e abundante. Por meio destes livros sem arte vemos que ainda na era dos déspotas havia romanos da velha têmpera, homens de capacidade e integridade moral, conscienciosos administradores que mesmo debaixo dos maus governos mantinham a prosperidade do Império e preparavam-no para a Idade de Ouro da monarquia.

V. O COMÉRCIO

A melhoria do governo e do transporte trouxe uma expansão sem precedentes do comércio mediterrâneo. No extremo da distribuição havia os mascates mercadejando pelo interior todas as coisas imagináveis, desde fósforos de enxofre até caríssimas sedas importadas; leiloeiros ambulantes que também serviam de pregoeiros de objetos perdidos e escravos fugidos; feiras diárias e periódicas; lojistas a debaterem preços com a freguesia regateadora, a enganá-la no peso, com espiadas de esguelha aos fiscais da edilidade. Um pouco acima na hierarquia comercial estavam os estabelecimentos que manufaturavam as mercadorias vendidas e constituíam a

verdadeira espinha dorsal da indústria e do comércio. Junto aos portos ficavam os *magnarii*, ou atacadistas, que vendiam aos retalhistas ou aos consumidores as mercadorias vindas do exterior; às vezes o dono ou o capitão de um navio mesmo de bordo vendia o carregamento.

Durante dois séculos viveu a Itália sob o regime de balança comercial "desfavorável", alegremente comprando mais do que vendia. Exportava alguma produção oleira de Arretino, algum vinho e óleo, objetos de metal, vidros, perfumes da Campânia; o mais era para consumo interno. Os atacadistas espalhavam agentes compradores por todas as partes do Império, e exportadores estrangeiros mantinham na Itália seus vendedores. Isso permitia que os primores de metade do mundo viessem deliciar o paladar, vestir o corpo e enfeitar a mansão dos aristocratas romanos. "Quem quiser ver todos os bens do mundo", disse Aélio Aristides, "tem de viajar pelo mundo inteiro ou fazer uma estação em Roma."[43] Da Sicília vinha trigo, vinho, gado, peles, lã, mobília fina, estatuária, jóias; do norte da África, trigo e óleo; da Cirenaica, o sílfio usado na medicina grega; da África central, feras para a arena; da Etiópia e da África Oriental, marfim, macacos, mármores raros, cascas de tartaruga, obsidiana, especiarias e escravos negros; da África Ocidental, animais, limão, pérolas, madeira, matérias corantes, cobre; da Espanha, peixe, gado, lã, ouro e prata, chumbo e estanho, ferro e cinábrio, trigo, linho, cortiça, cavalos, presuntos, toucinho defumado, ótimas azeitonas e o melhor azeite doce; da Gália vinham roupas, vinho, trigo, madeira, gado, aves, objetos de cerâmica e queijos; da Bretanha, chumbo, prata, estanho, couros, gado, trigo, ostras, cães, escravos, pérolas e objetos de madeira. Bandos de gansos vinham tangidos da Bélgica até Roma para abastecer com seus fígados os estômagos aristocratas. Da Germânia vinham escravos, âmbar e peles; do Danúbio, trigo, ferro, gado, prata e ouro; da Grécia e ilhas gregas, seda barata, roupa branca, vinho, óleo, mel, madeira, mármore, drogas, esmeraldas, obras de arte, perfumes, diamantes e ouro. Do Mar Negro vinham trigo, peixe, peles, couros, escravos; da Ásia Menor, panos finos de linho e lã, vinho, pergaminho, figos de Esmirna e outros, mel, queijo, ostras, tapetes, óleo, madeira; da Síria, vinho, linho, seda, vidro, óleo, maçãs, peras, ameixas, figos, tâmaras, romãs, nozes, nardo, bálsamos, púrpura de Tiro, e cedro do Líbano; de Palmira, tecidos, perfumes, drogas; da Arábia, incenso, goma, aloés, mirra, láudano, gengibre, canela, e pedras preciosas; do Egito, papel, linho, trigo, jóias, basalto, alabastro e pórfiro. E vinham artigos e produtos de mil espécies de Alexandria, Sídon, Tiro, Antioquia, Tarso, Rodes, Mileto, Éfeso e outras grandes cidades do Oriente, enquanto o Oriente recebia matérias-primas e dinheiro do Ocidente.

Havia além disto uma forte importação de produtos extra-Império. Da Pártia e da Pérsia vinham gemas, e essências raras, marroquim, tapetes, feras e eunucos. Da China, através da Pártia, da Índia ou do Cáucaso, vinha a seda, crua ou manufaturada; os romanos julgavam que a seda fosse um produto vegetal e pagavam-na a peso de ouro.[44] Muita dessa seda ia para Cós, onde era tecida para uso das damas de Roma e outras cidades; no ano 91 o relativamente pobre Estado de Messênia proibiu a suas mulheres o uso nas iniciações religiosas de tecidos de seda transparente; foi vestida com tais sedas que Cleópatra seduziu César e Antônio.[45] E os chineses recebiam do Império tapetes, jóias, âmbar, metais, drogas, tintas e vidro. Os historiadores da China falam de uma embaixada que por via marítima o Imperador Huan-ti recebeu em 166 do Imperador "An-Tun" — Marco Aurélio Antônio; mais provavelmente era um grupo de mercadores que se davam como embaixadores. Dezesseis moedas romanas do tempo de Tibério a Aurélio foram encontradas em Shansi. Da Índia vinham pimenta e outras especiarias (as mesmas que preocupavam Colombo), ervas, marfim, ébano, sândalo, índigo, pérolas, sardônicas, ônix, ametistas, carbúnculos, diamantes, produtos de ferro, cosméticos, tecidos, tigres e elefantes. Para avaliarmos da importância deste comércio basta sabermos que a Itália importava mais da Índia do que de qualquer outro país, exceto a Espanha.[46] De um só porto do Egito, diz Estrabão, partiam anualmente para a Índia 120 navios.[47] Já a Índia comprava pouca coisa da Itália, algum vinho, metais e púrpura; em pagamento do resto de sua exportação recebia mais de 100.000.000 de sestércios por ano, em barras de ouro ou moeda. Igual soma ia para a Arábia e a China, e provavelmente também para a Espanha.[48]

Este imenso comércio manteve a prosperidade de Roma por dois séculos, mas acabou arruinando a economia romana. A Itália nunca se esforçou por equilibrar a im-

portação com a exportação; apropriava-se das minas e taxava as populações de meio cento de Estados a fim de prover-se de dinheiro e tapar os déficits da balança comercial. Quando as minas começaram a esgotar-se, Roma, sempre embriagada pela tentação dos requintes exóticos, experimentou conservar o equilíbrio por meio da conquista de novas regiões minerais, como a Dácia, e também pela degradação da moeda, até então mantida incorruptível: com menos ouro passou a cunhar maior número de moedas. Quando o custo da administração e da guerra quase se equiparou à renda que Roma auferia do Império, teve ela de pagar mercadorias com mercadorias e não se achava habilitada para isso. A dependência em que a Itália viveu em matéria de alimentação foi a sua maior fraqueza; quando não pôde mais forçar os outros povos a mandar-lhe trigo e fornecer-lhes soldados, sentiu-se perdida. Enquanto isso as províncias reconquistavam não só a prosperidade como a iniciativa econômica: no século I os mercadores italianos já estavam quase desaparecidos dos portos do Oriente, ao passo que traficantes gregos e sírios fixaram-se em Delos e Putéolos e multiplicavam-se na Espanha e na Gália. Na lenta oscilação da História, o Oriente estava uma vez mais se preparando para dominar o Ocidente.

VI. OS BANQUEIROS

Como se financiava a produção romana? Primeiramente, com a manutenção de uma moeda de confiança, internacionalmente honrada. Todas as moedas romanas haviam sofrido gradual depreciação a partir da Primeira Guerra Púnica, porque o Tesouro achara conveniente pagar as dívidas de guerra por meio da inflação que vem naturalmente do aumento do meio circulante e diminuição dos bens. O asse, originalmente uma libra de cobre, foi reduzido a duas onças em 241, a uma onça em 202, a meia onça em 87 a.C. e a um quarto de onça no ano 60 de nossa era. Durante o último século da República os generais emitiam sua própria moeda, usualmente o *aurei*, do valor de 100 sestércios. Desta moeda militar saiu a dos imperadores, e os imperadores seguiram o costume de César de estampar nas moedas as efígies, como símbolo da garantia do Estado. O sestércio passou então a ser de cobre em vez de prata, com o valor de quatro asses. (No período logo depois de Nero o valor da moeda romana foi de dois terços do que tinha sob a República; o asse, 2,5 *cents*; o sestércio, 10 *cents*; o denário, 40; e o talento, $2,400.) Nero reduziu de 90 por cento o teor de prata do denário; Trajano reduziu-o de 85 por cento, Aurélio, de 75, Cômodo de 70, Septímio Severo, de 50. Nero reduziu o áureo de 1/40 de libra de ouro para 1/45, e Caracala para 1/50. Um geral aumento de preço acompanhava essas depreciações, mas as rendas parece terem-se elevado proporcionalmente até Aurélio; talvez essa inflação controlada fosse um simples meio de aliviar os devedores à custa dos credores, homens estes de tanta habilidade e com tantas oportunidades que sem isso concentrariam excessivamente a riqueza, podendo perturbar a economia e determinar a revolução. A despeito dessas mudanças temos de considerar o sistema monetário romano um dos mais bem-sucedidos e estáveis da História. Por dois séculos foi a moeda comum do Império e por todo ele honrada, e graças a sua estabilidade, a aplicação de capital e o comércio floresceram como em nenhum período anterior.

Em conseqüência disso, pululavam banqueiros. Funcionavam como cambistas, aceitavam depósitos vencendo juros, emitiam letras de câmbio e cartas de crédito para viajantes, eram corretores de propriedades, colocavam dinheiro, cobravam dívidas,

faziam empréstimos. O sistema bancário romano tinha vindo da Grécia e do Oriente helenista, e estava sobretudo nas mãos de gregos e sírios, tanto na Itália como nas províncias. Na Gália a palavra "sírio" era sinônimo de "banqueiro".[49] A taxa de juros que caíra a 4 por cento com o derrame do ouro tomado ao Egito já estava em 6 por cento por ocasião da morte de Augusto, e chegou ao máximo legal de 12 por cento no tempo de Constantino.

O famoso "pânico" do ano 33 ilustra o desenvolvimento e a complexa interdependência dos bancos e do comércio do Império. Augusto cunhara e gastara prodigamente, com a teoria de que o aumento da circulação, o juro baixo e a alta de preços estimulariam os negócios. Assim foi, mas não podia ser dessa maneira indefinidamente e a reação sobreveio no ano 10 a.C., quando o fluxo de cunhagem cessou. Tibério pensava o contrário — era partidário da economia no governo. E severamente restringiu as despesas públicas e as emissões, deixando que no Tesouro se acumulasse a soma de 2.700.000.000 de sestércios. E a escassez de meio circulante ainda mais se agravou com a saída de numerário para o Oriente, em troca de mercadorias de luxo. Caem os preços, a taxa de juros sobe, credores denunciam hipotecas, devedores processam usurários, e quase que cessa o movimento de empréstimos de dinheiro. O Senado experimenta impedir a saída de capital por meio de uma exigência: alta percentagem da fortuna de cada senador tinha de ser empregada na Itália; ora, para levantar dinheiro os senadores cobram os empréstimos e surge a crise. Quando o senador Públio Espínter notificou o banco de Balbo & Ólio de que ia retirar 30.000.000 de sestércios a fim de cumprir a nova lei, a firma entrou em falência. Nesse meio tempo a quebra em Alexandria da firma Seutes & Filho, em conseqüência do naufrágio de três naus com carregamento de especiarias, e logo depois a bancarrota da grande empresa de tinturaria Malco, em Tiro, fazem correr em Roma o boato de que a casa bancária Máximo & Vibo, grandes credores daquelas firmas, estava abalada. Assim que começou a "corrida" dos depositantes esse banco fechou as portas, e nesse mesmo dia um banco ainda maior, Irmãos Pétio, também suspendeu pagamentos. Quase que ao mesmo tempo chegaram notícias de falências de grandes estabelecimentos bancários em Lião, Cartago, Bizâncio e Corinto — e um depois do outro os bancos de Roma começaram a fechar. Só era possível obter dinheiro a juros muito acima da taxa legal. Para enfrentar a crise Tibério teve de revogar a lei que a havia causado e fazer um adiantamento de 100.000.000 de sestércios aos bancos, para ser distribuído sem juros pelo prazo de três anos e com garantia real. Os capitalistas foram desse modo forçados a baixar a taxa de juros; o dinheiro saiu dos esconderijos e a confiança foi lentamente voltando.[50]

VII. AS CLASSES

Quase todo mundo em Roma adorava com furor o dinheiro e ao mesmo tempo o denunciava. "Quão pouco sabes da era em que vives", diz um deus de Ovídio, "se supões que o mel é mais doce que o dinheiro na mão!"[51] — e um século depois Juvenal fala sarcasticamente na *sanctissima divitiarum maiestas* — "a santíssima majestade da riqueza". Lá pelo fim do Império Romano, a lei proibiu à classe senatorial empregar dinheiro no comércio e na indústria, e embora os senadores iludissem a lei por meio de seus libertos, que secretamente agiam por eles, mesmo assim menosprezavam suas próprias procurações, achando que o governo dos aristocratas de nascimento

é a única alternativa para o governo da plutocracia, da espada ou do sacerdote. Apesar de todas as revoluções e matanças, as velhas divisões de classes subsistiam, apenas com nomes mudados: os membros das ordens senatorial e eqüestre, os magistrados e funcionários eram chamados *honestiores*, isto é, "homens de honras" ou cargos; os demais eram os *humiliores*, os "humildes" ou os *tenuiores*, "fracos". Um senso de honra freqüentemente se misturava com a orgulhosa gravidade do senador: muitos serviam sucessivamente em vários cargos públicos sem receber paga nenhuma e ainda fazendo a sua custa os gastos de representação, desempenhavam importantes funções com muita competência e integridade, contribuíam com dinheiro para os jogos públicos, ajudavam seus "clientes", libertavam alguns de seus escravos e restituíam ao povo, por meio de donativos e legados, parte da fortuna antes e depois da morte. Em conseqüência das obrigações que a posição impunha, só os homens possuidores de mais de um milhão de sestércios podiam entrar e permanecer na classe senatorial.

Um senador, Gneu Lêntulo, possuía 400.000.000 de sestércios, mas, com exceção dele, as maiores fortunas de Roma eram as dos homens de negócio. À proporção que reduziam os poderes do Senado, os imperadores estimulavam a classe comercial, dela tirando altos funcionários, e protegiam a indústria, o comércio, as finanças, desse modo baseando na classe eqüestre a segurança do Principado sempre ameaçado pela intriga dos patrícios. Para pertencer à classe eqüestre um homem precisava de ter pelo menos 400.000 sestércios e ser nomeado pelo príncipe. Daí muitos homens de meios serem plebeus.

Os plebeus formavam então uma variegada miscelânea de homens de negócio de todas as categorias, operários livres, camponeses proprietários, professores, doutores, artistas e libertos. O censo definia os *proletarii* não pela ocupação mas pelos filhos (*proles*); um velho tratado latino classificava-os como "plebeus que nada oferecem ao Estado além de filhos".[52] Em sua grande maioria empregavam-se em oficinas, fábricas e no comércio em geral da cidade, mediante o salário médio de um denário (meio dólar) por dia; este salário subiu nos últimos séculos, mas não tão depressa quanto os preços.[53] A exploração do fraco pelo forte é tão natural como o comer; encontramo-la em todas as épocas e sob todas as formas de governo ou sociedade, mas raramente foi tão completa e pouco sentimental como na antiga Roma. No começo todos os homens eram pobres e portanto não sentiam a pobreza; agora a penúria ombreava com a opulência e conscientemente sofria com isso. A pobreza absoluta, entretanto, era evitada por meio da assistência alimentar, de donativos de patronos a clientes, e de legados, alguns verdadeiramente régios, como o de Balbo, que deixou 25 denários a cada cidadão romano. A divisão de classes ia-se tornando divisão em castas; mesmo assim um homem hábil podia libertar-se da escravidão, fazer fortuna e ocupar altos postos na administração. Os filhos dos libertos eram cidadãos plenamente livres, e os netos podiam ser senadores — e por fim até imperadores, como aconteceu com Pertinaz.

Durante o século I muitos altos postos foram desempenhados por libertos — cargos financeiros nas províncias, serviço de águas em Roma, de minas e pedreiras imperiais, de intendência militar. Libertos e escravos, quase todos gregos e sírios, dirigiam os palácios imperiais e ocupavam altas posições no gabinete. Cada vez mais as pequenas indústrias e o comércio caíam sob o controle desses homens. Alguns tornaram-se grandes capitalistas ou proprietários de terras chegando mesmo a acumular as maiores fortunas do tempo. Petrônio pintou ferozmente um deles em Trimalcião, e Sêneca,

menos amargo, sorria dos novos-ricos que tinham obras literárias em casa para enfeite, não para lê-las.[54] Talvez essas sátiras fossem a natural revanche de uma casta que se via invadida e não perdoava aos invasores.

O sucesso dos libertos dava alguma esperança à classe que executava quase todo trabalho manual na Itália. Beloch calculou em 400.000 os escravos existentes em Roma no ano 30 a.C., praticamente metade da população; na Itália haveria 1.500.000. E a crermos em Ateneu, alguns cidadãos romanos possuíam até 20.000 escravos.[55] Uma proposta para que os escravos usassem roupa que os distinguisse não passou no Senado, em conseqüência do receio de que desse modo soubessem de seu número.[56] Galeno admitiu a proporção 1 para 3 entre escravos e livres (isto é: 33 por cento) em Pérgamo, lá pelo ano 170; provavelmente não diferiria muito a proporção em outras cidades.[57] O preço variava de 330 sestércios para um escravo agrícola a 700 mil ($105.000), pagos por Marco Escauro pelo gramático Dáfnis;[58] o preço médio por aquele tempo era de quatro mil sestércios ($400). Oitenta por cento dos homens empregados na indústria e no comércio retalhista eram escravos, e a maior parte do trabalho manual e de amanuense no governo era feito por *servi publici* — "escravos públicos". Entre os escravos domésticos havia-os de toda sorte e condição: criados pessoais, mecânicos, preceptores, cozinheiros, cabeleireiros, músicos, copistas, bibliotecários, artistas, médicos, filósofos, eunucos, rapazes bonitos que servissem pelo menos de copeiros, e aleijados que divertissem com sua disformidade; existia em Roma um mercado especial para compra e venda de homens sem pernas ou braços, de três olhos, gigantes, anões, hermafroditas.[59] Os escravos domésticos apanhavam, e às vezes eram até mortos. O pai de Nero matou seus libertos por se recusarem a beber tanto quanto ele desejava.[60] Em uma indignada passagem do ensaio sobre a cólera, Sêneca descreve o "potro de madeira e outros instrumentos de tortura, os calabouços, o fogo aceso em redor do prisioneiro em um poço, o gancho de suspender os cadáveres, as muitas espécies de correntes, os vários castigos, o arrancamento de membros, a marcação a fogo na testa";[61] coisas todas que aparentemente faziam parte do regime do escravo agrícola. Juvenal descreve a dama que enquanto se fazia encaracolar assistia à flagelação de seus escravos,[62] e Ovídio fala de outra que enterrava grampos nos braços de suas criadas;[63] mas muitas destas narrativas trazem o sinal do enfeite literário e não podem ser tomadas como história.

Corremos o perigo de exagerar a crueldade dos romanos pela mesma razão que exageramos o crime e a imoralidade do presente — pois a crueldade interessa justamente por causa de sua raridade. A sorte do escravo no Império era muito aliviada pela sua crescente aceitação na família, pela mútua lealdade evolvente, pelo belo costume de servirem os senhores aos escravos em certas festas, e pela segurança e permanência da situação econômica — coisa que não se dá no mundo de hoje. Os prazeres da vida de família não eram negados aos escravos, e seus túmulos revelam tanta ternura quanto o dos homens livres. Em um deles se lê: "A Eucópio, que só viveu seis meses e três dias, seus pais ergueram este monumento; essa encantadora criança, embora ainda não falasse, era nossa maior felicidade."[64] Outros epitáfios revelam afetuosas relações entre senhores e escravos: um senhor declara que o escravo morto lhe era tão caro como um filho; um jovem aristocrata lamenta a morte de sua ama; uma serva confessa sua dor de perder a criança alheia e livre que amamentava; uma dama erudita ergue belo túmulo em honra de seu bibliotecário.[65] Estácio escreveu o *Poema de Consolação para Flávio Urso pela morte de um Escravo Favorito*.[66] Era Freqüente escravos arrisca-

rem a vida para proteger os senhores; muitos acompanhavam-nos voluntariamente no exílio. Havia senhores que libertavam suas escravas e desposavam-nas; outros tratavam-nos como amigos; Sêneca fazia refeições com os seus.[67] O refinamento das maneiras e da sensibilidade, a ausência da distinção de cor epidérmica entre o senhor e o escravo, os preceitos da filosofia estóica, e as crenças religiosas que não distinguiam classes vindas do Oriente, tudo contribuía para a mitigação do *statŭs* do escravo; porém mais que tudo havia o interesse decorrente da vantagem de tratá-lo bem — e o custo cada vez maior dos escravos. Inúmeros eram respeitados em virtude do valor cultural — estenógrafos, pesquisadores, secretários financeiros e gerentes, artistas, filósofos, gramáticos. Em muitos casos podia o servo trabalhar por conta própria, dando parte do ganho ao senhor e conservando o resto como *peculium*, ou "dinheirinho" só seu. Com esse pecúlio, ou pelas qualidades pessoais que demonstrasse, podia em meia dúzia de anos comprar sua liberdade.[68]

A condição dos trabalhadores, e mesmo a dos escravos, era de algum modo aliviada pelos *collegia*, ou associações de trabalhadores, das quais por esse tempo existiam muitas e especializadas: associação de trombeteiros, de tocadores de trompa, ou clarim ou tuba ou flauta ou gaita de fole, etc. Os *collegia* costumavam modelar-se pela municipalidade italiana: tinham uma hierarquia de magistrados e uma ou mais deidades favoritas, que eles honravam com um templo e uma festa anual. Como as cidades, os *collegia* descobriam homens ou damas de dinheiro que lhes servissem de patronos e os financiasse. Seria erro considerar estas associações como equivalentes aos nossos atuais sindicatos; aproximam-se mais de nossas associações beneficentes ou fraternais, com inúmeros cargos e títulos honrosos. Os ricos muitas vezes fomentavam a formação dessas associações e delas não se esqueciam em seus testamentos. Em um *collegium* todos os associados eram "irmãos", e em alguns o escravo sentava-se à mesa ou em conselho junto com o homem livre. Cada "membro em bom pé" tinha assegurado um bom enterro.

No último século da República, os demagogos de todas as ordens descobriram que muitos *collegia* podiam ser induzidos a votar em massa em um candidato, e muitas associações tornaram-se instrumentos políticos dos patrícios, dos plutocratas e dos radicais; e como competissem em corrupção, isso ajudou a destruir a democracia romana. César colocou-as fora da lei, mas as associações voltaram; Augusto dissolveu-as todas, com exceção de algumas úteis; Trajano também as proibiu mas Aurélio as tolerou; e obviamente os *collegia* nunca deixaram de existir, ora dentro, ora fora da lei. No fim tornaram-se os veículos por meio dos quais o cristianismo conseguiu penetrar e espalhar-se na vida romana.

VIII. A ECONOMIA E O ESTADO

Em que extensão o governo romano tentou controlar a vida econômica? Houve a tentativa (e o fracasso) de restaurar a propriedade camponesa; e aqui os imperadores mostraram-se mais esclarecidos que o Senado, instituição em que preponderavam os donos de latifúndios. Domiciano procurou fomentar o cultivo de cereais na Itália, mas sem sucesso; e a Itália sempre viveu à beira da fome. Segurando o Egito, a principal fonte de trigo na época, Vespasiano forçou o Senado a aceitá-lo como Imperador; Septímio Severo fez o mesmo, quando teve sob seu controle o norte da África. O Estado tinha de assegurar, e portanto de fiscalizar, a importação e distribuição do trigo, e concedia privilégios aos negociantes que o traziam para a Itália; Cláudio segurou-os contra perdas, e Nero liberou-lhes de taxas os navios. A demora ou perda de um comboio era a única coisa que poderia levar a populaça romana à revolta.

A economia de Roma seguia o sistema do *laissez-faire*, temperado com a socialização de certos recursos naturais — minas, pedreiras, estações de pesca, jazidas de sal

e consideráveis extensões de terras aráveis.[69] As legiões fabricavam os tijolos e telhas necessários a suas construções, e com freqüência eram empregadas nos trabalhos públicos, especialmente nas colônias. A manufatura de armas e máquinas bélicas devia competir aos arsenais do Estado, e talvez já no século I houvesse fábricas de propriedade do governo, como as havia no século III.[70] Os trabalhos públicos eram normalmente contratados com particulares e tão rigorosamente fiscalizados que se faziam da melhor maneira e com um mínimo de corrupção.[71] Lá pelo ano 80 já ia tomando vulto o sistema de obras públicas construídas por escravos do governo sob a direção dos libertos do Imperador. E em todos os tempos um dos propósitos das obras públicas consistia em proporcionar trabalho aos desempregados.[72]

Sobre o comércio recaía o imposto bastante moderado de 1 por cento sobre o sal, leves impostos alfandegários e taxa sobre mercadoria em passagem nas pontes ou através das cidades. Por meio de excelente sistema de posturas os edis fiscalizavam o comércio retalhista, mas a crermos em um indignado personagem de Petrônio tais homens não eram melhores que os edis de outros tempos: "eles nos defraudam de acordo com os padeiros e outros patifes... e as goelas dos capitalistas andam sempre abertas".[73] As finanças estavam sujeitas à manipulação da moeda pelo governo e à competição do Tesouro, que parece ter sido o maior banqueiro do Império; financiava agricultores com penhor das colheitas, e fazia empréstimos aos moradores das cidades com garantia do mobiliário.[74] O comércio era muito auxiliado pelas guerras, que lhe abriam novos mercados e novas rotas de tráfego; assim a expedição de Galo à Arábia assegurou o caminho para a Índia, em competição com os árabes e partos. Plínio queixou-se de ter havido guerras para que as damas e os pelintras de Roma pudessem dispor de maior variedade de perfumes.[75]

Cumpre não exagerarmos a riqueza da antiga Roma. A renda total do Estado era no tempo de Vespasiano de 1.500.000.000 de sestércios, ou $150.000.000 — menos de um quinto do orçamento da cidade de Nova York. Não existiam fortunas amontoadas por meio da produção em larga escala, nem as imensas possibilidades de taxação da indústria e do comércio de hoje. O governo romano gastava muito pouca coisa com a esquadra e nada com o serviço da dívida nacional, inexistente; vivia de suas taxas, não vivia de dívidas. Como a indústria fosse pela maior parte doméstica, os produtos passavam ao consumidor com menos taxação interposta do que hoje. A produção era para o consumo local, não para um mercado geral. Fabricavam mais para si mesmos, do que para invisíveis consumidores, como nós hoje. Usavam mais os músculos, trabalhavam maior número de horas, porém menos intensamente, e não sentiam falta de milhares de coisas com as quais nem sequer sonhavam. Não podiam rivalizar a riqueza de nossos anos ainda menos prósperos, mas gozavam de um grau de prosperidade como jamais a gente mediterrânea conhecera e não iria mais conhecer. Estavam no zênite da prosperidade material do mundo antigo.

CAPÍTULO XVI

Roma e Suas Artes

30 a.C. — 96 d.C.

I. A DÍVIDA PARA COM A GRÉCIA

NÃO eram um povo artista os romanos. Guerreiros antes de Augusto, passaram depois a governantes; tinham o estabelecimento da ordem e da segurança como coisa maior e mais nobre do que a criação da beleza. Pagavam grandes somas pelas obras de mestres já mortos, mas para os artistas vivos olhavam como subalternos. "Adoramos as imagens e desprezamos os que as esculpem", disse o bondoso Sêneca.[1] Só a política e a advocacia, e das artes manuais só a agricultura (e esta mesma por procuração) eram consideradas nobres meios de vida. Com exceção dos arquitetos, a maioria dos artistas em Roma era constituída de escravos ou libertos gregos, e de gregos livres contratados; o trabalho feito com as mãos era classificado como trabalho de artesão; os autores latinos raramente mencionam o nome dos artistas. Vem daí ser tão anônima a arte romana; nenhuma personalidade lhe humaniza a história como humanizam a história da arte grega os nomes de Míron, Fídias, Praxíteles e Protógenes. Aqui é o historiador constrangido a falar de coisas, em vez de falar de homens; a catalogar moedas, vasos, estátuas, relevos, pinturas e edifícios na desesperada esperança de que o acúmulo possa dar idéia da majestade de Roma. Os produtos da arte romana falam à alma através dos olhos, dos ouvidos ou da mão, antes que por meio do intelecto; sua beleza esmorece quando eles se diluem em idéias e palavras. O universo do pensamento é um só para vários mundos; cada sentido tem o seu mundo próprio; cada arte tem seus meios característicos que não podem ser representados com palavras. Até os artistas escrevem em vão sobre a arte.

Um infortúnio muito especial embaça a arte romana: sua vizinhança com a arte grega, que à primeira vista parece o modelo. Como a arte da Índia nos perturba com a estranheza de formas, assim a de Roma nos esfria com a monótona repetição de formas familiares. Já de longo tempo vínhamos vendo aquelas colunas e capitéis coríntios, jônicos, dóricos, aqueles relevos idealizados, aqueles bustos de poetas, governantes e deuses; mesmo os afrescos de Pompéia eram cópias de originais gregos; unicamente a ordem compósita revela-se peculiarmente romana — e ofende nossas noções de unidade, simplicidade e medida clássicas. A arte da era de Augusto foi esmagadoramente grega. Através da Sicília e da Itália grega, através da Campânia e da Etrúria, e finalmente através da Grécia, Alexandria e Oriente Helenístico, as formas, métodos e ideais da Hélade passaram-se para a arte romana. Quando Roma se tornou senhora do Mediterrâneo, os artistas gregos afluíram para o novo centro de riqueza e realizaram inúmeras cópias de obras-primas gregas para os templos, praças e palácios

romanos. Cada conquistador voltava com obras gregas em sua bagagem, e cada magnata vasculhava as cidades gregas à procura das preciosidades ainda existentes. Aos poucos a Itália foi-se tornando um museu de esculturas e pinturas roubadas ou compradas — e por um século esse museu deu o tom à arte romana. Quer dizer que artisticamente Roma foi engolida pelo mundo helenístico.

Temos aqui uma meia verdade. De um certo ponto de vista, como vamos ver, a história da arte romana é um conflito entre a arquitrave e o arco; de outro ponto de vista, é a luta do realismo nativista da Itália para defender-se da invasão da arte grega, a qual representava mais os deuses do que os homens, mais o tipo ou a idéia platônica do que o indivíduo terreno, procurando uma nobre perfeição de formas antes que a verdade da expressão. A viril arte indígena dos túmulos etruscos hibernou entre a conquista grega e o êxtase helênico de Nero, mas por fim a arte romana quebrou o molde helenístico e revolucionou a arte clássica com a escultura realista, a pintura impressionista, o arco e a abóbada. E com esses elementos, junto ao mais tomado de empréstimo, Roma tornou-se por 18 séculos a capital artística do mundo ocidental.

II. OS QUE MOUREJAM

O antigo viajante que fizesse uma visita à Roma flaviana e subisse o Tibre, vindo de Óstia, notaria em primeiro lugar o forte da correnteza e o lamacento das águas; nelas o solo dissolvido de montanhas e vales era carreado para o mar. Bem patente a tragédia da erosão, a dificuldade da navegação rio acima, a periódica obstrução da boca do Tibre e as inundações que quase todos os anos alcançavam a parte baixa de Roma, fazendo os residentes se acolherem aos andares superiores e se comunicarem por meio de botes; várias vezes os cereais foram destruídos nos armazéns do cais. Quando as águas desciam, muitas casas estavam em ruínas, com homens e animais desaparecidos.[2]

Ao aproximar-se da cidade os olhos do viajante seriam empolgados pelo Emporium — uma extensão de mil pés na margem oriental do rio, coberta de armazéns, mercados, trabalhadores bulhentos e tráfego. Adiante erguia-se o Aventino, o morro em que os plebeus foram sentar-se nas greves de braços cruzados dos anos de 494 e 449 a.C. Na margem esquerda, nesse ponto, ficavam os jardins que César legara ao povo, e atrás o Janículo. Na margem oriental, perto da bela ponte Emílio, erguia-se o Forum Boarium, ou Feira de Gado, com os templos (ainda hoje de pé) da Fortuna e de Mater Matuta, a deusa do amanhecer. Mais para o norte à direita elevavam-se os morros Palatino e Capitolino, cheios de palácios e templos. Na margem esquerda, os jardins de Agripa, e adiante, o monte Vaticano. Ao norte da cidade, e à direita, estendiam-se os amplos gramados e as construções decorativas do Campus Martius, ou Campo de Marte; lá ficavam os teatros de Balbo e Pompeu, o Circo de Flamínio, os Banhos de Agripa e o estádio de Dominicano; nesse campo treinavam-se as legiões, competiam atletas e carros de corrida e o povo jogava bola[3]; e sob os imperadores também ali se reunia a Assembléia, em um último simulacro de democracia.

Desembarcando nos limites norte da cidade, o viajante veria os restos da muralha atribuída a Sérvio Túlio. Roma provavelmente a reconstruiu depois do assalto dos gauleses em 360 a.C., mas o poder das armas romanas e a aparente segurança da capital tornaram-na inútil — e lá a deixaram cair em ruínas; só no reinado de Aureliano (270) ergueu-se outra muralha — símbolo de uma segurança que já não existia. As

portas eram simples arcos abertos no muramento, às vezes triplos, para dar passagem às estradas, e tomavam-lhes os nomes. Dando volta pelos limites da cidade a leste e depois ao sul, o turista veria os luxuriantes jardins de Salústio, o poeirento campo dos pretorianos, os arcos dos aquedutos Marciano, Apiano e Claudiano, e à direita os montes Píncio, Quirinal, Viminal, Esquilino e Célio. Deixando as muralhas e avançando para o norte da Via Ápia, ele passaria pela Porta Capena, ao pé da encosta sul do Palatino, entrando na Nova Via e estaria diante do amontoado de construções do Fórum, o coração e a cabeça de Roma.

No começo havia sido o Fórum uma praça de mercado de 600 por 200 pés; agora (ano 96 de nossa era) os feirantes haviam-se retirado para as ruas vizinhas ou para outras feiras; mas nas basílicas ali existentes homens vendiam ações das empresas dos publicanos, faziam contratos com o governo, defendiam-se nos tribunais ou consultavam advogados sobre os meios de escapar à lei. Junto ao Fórum, como em Nova York junto à Wall Street, havia modestos templos aos deuses, e outros, grandes, a Mamona. Adornavam-nos toda uma população de estátuas e os renques de colunas dos grandes edifícios davam a sombra que umas tantas árvores velhas negavam. De 145 a.C. até César fora aquele lugar o ponto de reunião das Assembléias. Nos dois extremos erguiam-se a plataforma do presidente, chamada *rostrum*, porque uma primitiva plataforma fora decorada com as *rostra* ou proas dos navios capturados em Âncio, no ano 338 a.C. No extremo oeste ficava o Millenarium Aureum, ou Marco de Ouro, uma coluna de bronze dourado erguida por Augusto para assinalar a junção ou origem de diversas estradas consulares; nele inscreviam o nome das principais cidades, com as distâncias a que estavam de Roma. Do lado sudoeste estendia-se a Sacra Via, que levava aos templos de Júpiter e Saturno, no monte Capitolino. Ao norte desse Fórum o visitante encontraria outro ainda maior, o Forum Iulium, construído por César para descongestionar o velho, e veria a seguir os fóruns adicionais de Augusto e Vespasiano; breve iria Trajano construir o maior de todos.

Mesmo nessa apressada corrida o nosso viajante sentiria a congesta diversidade da população de Roma e a tortuosidade daquelas ruas filhas do acaso. Umas tantas mediam de 16 a 19 pés de largura, e em sua maioria eram serpenteantes, ao estilo oriental. Juvenal queixava-se das carretas que à noite não o deixavam dormir, enquanto a agitação do movimento diurno lembrava uma forma de guerra. "Na pressa em que vamos, uma hoste nos surge à frente e nos bloqueia, como nos bloqueia a massa de povo que se comprime atrás. Um crava em mim o cotovelo, agora espeta-me um varal de liteira, agora bate em mim uma ponta de vara, e dou com a cabeça em um casco de vinho que vai passando. Tenho as pernas respingadas de lama, e pisam-me os pés à direita e à esquerda; um soldado planta sua bota ferrada sobre meus dedos."[4] As ruas principais eram calçadas com lajes pentagonais de lava, às vezes tão firmemente cimentadas que muitas subsistem até hoje. Iluminação nenhuma; quem se aventurava à noite levava lanterna ou um escravo à frente com archote, e corria o risco de ser assaltado pelos ladrões. As portas eram fechadas com ferrolhos e chaves, as janelas, travadas à noite, e as do andar térreo fechavam-se com trancas de ferro — como hoje. E Juvenal não esquece as coisas líquidas ou sólidas jogadas dos andares superiores, acrescentando que só um louco saia para jantar fora sem primeiramente fazer o testamento.[5]

Como não houvesse veículos públicos para o transporte dos trabalhadores, a maioria dos plebeus vivia em cortiços perto do coração da cidade, ou em cômodos embaixo

ou sobre as oficinas em que trabalhavam. Um cortiço usualmente ocupava toda uma quadra antiga e por isso tinha o nome de *insula*, ilha. Eram construções de até sete andares, mas ligeiras; diversas desmoronaram, com a morte de centenas de ocupantes. Augusto fixou a altura fronteira dos prédios em setenta pés romanos, mas aparentemente a lei permitia maior altura atrás, porque Marcial fala em um "pobre-diabo cuja água-furtada fica a 200 passos acima".[6] Muitos cortiços tinham lojas no andar térreo; outros eram dotados de sacadas no segundo andar; e ainda outros ligavam-se por meio de passagens de arco a uma construção do outro lado da rua, contendo cômodos adicionais — precários alpendres para certos plebeus caprichosos. Essas *insulae* quase enchiam a Nova Via, o Clivus Victoriae (Monte Vitória) no Palatino e a Subura — o barulhento distrito dos bordéis entre o Viminal e o Esquilino. Neles moravam os estivadores do Emporium, os carniceiros do Macellum, os peixeiros do Forum Piscatorium, os negociantes de gado do Foro Boarium, os verdureiros do Forum Holitorium e os operários das fábricas e empregados de lojas e oficinas. Os cortiços de Roma chegavam até à beira do Forum.

As ruas do Fórum eram ladeadas de lojas e zumbiam de trabalho e falatório. Vendedores de frutas, de livros, de perfumes; modistas, floristas, tintureiros, cuteleiros, serralheiros, boticários e mais fornecedores do que as necessidades e as vaidades humanas pedem bloqueavam as ruas com a saliência de seus mostruários. Os barbeiros trabalhavam ao ar livre — falando de modo que todos ouvissem; as casas de bebidas eram tão numerosas que Marcial considerava Roma uma grande taverna.[7] Cada comércio tendia a concentrar-se em um ponto ou rua, e freqüentemente dava o nome ao lugar; os fazedores de sandálias aglomeravam-se no Vicus Sandalarius, os seleiros no Vicus Lorarius, os vidraceiros no Vicus Vitrarius, os joalheiros no Vicus Margaritarius.

Nessas oficinas faziam os artistas da Itália o seu trabalho — menos os grandes, porque estes viviam no luxo e obtinham alta remuneração. Lúculo encomendou a Arcesilau, por um milhão de sestércios, uma estátua da deusa Felicidade; e Zenodoro recebeu 400.000 por uma grande de Mercúrio.[8] Arquitetos e escultores eram classificados com os médicos, professores e químicos na categoria dos cultores de *artes liberales* — artes dos homens livres, mas os executantes da maior parte do trabalho artístico de Roma eram, ou haviam sido, escravos. Alguns donos de escravos tinham o costume de aperfeiçoá-los no entalhe, na pintura e mais habilidades, punham-nos a produzir e vendiam os produtos na Itália ou fora. Em tais oficinas o trabalho especializara-se nitidamente: uns dedicavam-se a figuras votivas; outros a cornijas decorativas; outros só faziam olhos de vidro para as estátuas; vários pintores especializavam-se em flores ou paisagens, animais ou figura humana — e em uma mesma pintura cada um fazia a sua parte. E havia os artistas falsificadores de obras antigas muito cotadas.[9] Os romanos do último século a.C. facilmente se deixavam enganar, porque, como os nossos *nouveaux-riches*, avaliavam os objetos pelo preço e raridade, não pela beleza ou utilidade. Durante o Império, quando o ser rico já não era forma de distinção, o bom gosto melhorou e um sincero amor pela excelência levou milhares de famílias a cultivar todos os requintes, como poucas haviam feito no Egito, na Mesopotâmia e na Grécia. A arte foi para a antigüidade o que a indústria é para nossos tempos. Os homens não podiam gozar a pródiga abundância de produtos com que a era da máquina nos inunda, mas podiam gradualmente rodear-se de objetos afeiçoados de modo a dar-lhes a sutil e calma sensação da beleza.

III. AS RESIDÊNCIAS DOS GRANDES

O visitante que quisesse estudar a moradia da classe média tinha de procurá-la longe do centro de Roma, à beira das estradas suburbanas. As fachadas de tijolo e reboco ainda eram construídas, como antes, no estilo simples e sólido ditado pelas exigências do calor e da segurança; o burguês de Roma não gastava arte para regalo dos transeuntes. Poucas casas iam além de dois andares. Raramente com porões; telhados de telhas vermelhas, janelas com portadas e às vezes vidraças. Portas quase sempre de duas folhas, girantes em pivôs de metal. Chão de concreto ou ladrilho, com freqüência de mosaico — e nada de tapetes. Ao redor do átrio central agrupavam-se os principais cômodos e daqui saiu o claustro e o pátio quadrangular dos colégios. Nas casas de mais luxo havia um ou mais quartos de banhos com banheiras semelhantes às nossas. A arte do encanamento foi levada pelos romanos a uma perfeição só rivalizada em nossos tempos. Canos de chumbo levavam a água dos aquedutos para as casas e cortiços; encaixes e torneiras de bronze, às vezes, altamente ornamentais.[10] Calhas de chumbo recebiam e encaminhavam a água do telhado. O aquecimento dos cômodos era feito com braseiros portáteis; algumas casas, vilas e palácios, bem como os banhos públicos, dispunham de aquecimento central, com o ar quente levado a todos os cômodos por meio de canalização com manilhas por dentro das paredes. (Vitrúvio descreve esses *hypocausta* como introduzidos lá pelo ano 100 a.C.[11] No ano 10 de nossa era já estavam muito espalhados principalmente no norte, e mesmo na Bretanha, que lentamente ia aproveitando a idéia.)

Nos começos do Império houve uma contribuição helenística para a residência nobre. A fim de prover a intimidade, nem sempre possível sob o sistema do átrio, surgiu o *peristylium*, um pátio aberto, plantado de flores e arbustos enfeitado de estátuas, com fonte ou piscina ao centro e pórtico dos quatro lados. Dispunham-se de frente para esse pátio, o *triclinium* ou sala de jantar, o *oecus* ("casa") para as mulheres, a *pinacotheca* para os objetos de arte, a *bibliotheca* para os livros e o *lararium* para os deuses caseiros; também havia outros quartos de dormir e pequenas alcovas chamadas *exedrae* — recantos de sentar. Casas de menos vulto substituíam o *peristylium* por um jardim; e se não havia espaço para o jardim, colocavam "jardineiras" nas janelas e vasos de plantas no teto. Certos tetos muito grandes, diz Sêneca, comportavam videiras, árvores frutíferas ou de sombra, plantadas em caixas com terra;[12] e algumas casas dispunham de *solaria* para banhos de sol.

Muitos romanos irritavam-se com o barulho e o tumulto de Roma e procuravam a paz no sossego do campo. Tanto os ricos como os pobres revelavam um amor pela natureza que a Grécia desconhecia. Juvenal tinha como tonto o homem que com o que lhe custava o aluguel anual de uma baiúca em Roma, não comprava uma bonita casinha em alguma quieta aldeia italiana, rodeada de "jardim onde pudesse festejar uma centena de Pitagóricos".[13] No começo da primavera os abastados saíam de Roma para vilas no sopé dos Apeninos, ou praias de lago ou mar. Plínio, o Moço, faz uma agradável descrição de sua casa de campo em Laurento, na costa do Lácio. Considerava-a "bastante ampla para suas necessidades e de custeio não muito caro"; mas faz-nos suspeitar de sua modéstia, pois descreve "um pequeno pórtico abrigado por envidraçados e calhas... uma bela sala de jantar com vista para a praia", e tão clara em suas amplas janelas que "davam para três direções, como se fossem três diferentes mares"; um átrio "cuja perspectiva acaba na floresta e na montanha"; duas salas de estar; "biblioteca semicircular cujas vidraças recebem o sol o dia inteiro"; dormitório e diversos quartos de criado. Na ala oposta havia "elegante sala de visitas", uma segunda sala de jantar e quatro quartos pequenos; banheiro com "elegante vestiário", *frigidarium* ou banho frio e *tepidarium* com três banheiras com águas de temperaturas diferentes e um *calidarium* ou banho quente; e aquecimento central. Fora havia piscina de natação, campo de bola, dependências, jardim, estúdio, salão de banquete e torre de observações com dois apartamentos e sala de jantar. "Digam-me agora", conclui Plínio, "se não tenho razão de passar meu tempo neste agradável retiro."[14]

Se um simples senador podia ter uma vila assim, à beira-mar, e outra no lago de Como, podemos imaginar o que era a residência de Tibério em Capri ou a de Domiciano em Alba Longa — para não falar da que breve iria Adriano construir em Tívoli.

Na arquitetura doméstica os romanos não procuravam imitar a Grécia clássica, onde os lares eram modestos e só os templos grandes; os romanos modelavam seus palácios segundo as residências dos reis helenísticos semi-orientalizados; o estilo ptolomaico entrou em Roma com o ouro de Cleópatra, e a arquitetura real acompanhou o desenvolvimento da monarquia. O *palácio* de Augusto recebeu o nome do morro em que estava situado e alargou-se com apêndices à medida que se desenvolviam as funções administrativas da casa imperial. A maior parte de seus sucessores construíram palácios adicionais para si e sua gente: Tibério, o *domus Tiberiana*, Calígula, o *domus Gaiana*, Nero, o *domus Aurea*.

A Casa de Ouro de Nero tornou-se a maravilha de Roma. As construções cobriam uma área de 900.000 pés quadrados, e não passavam de pequena parte de uma vila que cobria uma milha quadrada de extensão do Palatino aos morros próximos. Grande parque rodeava o palácio, com jardins, gramados, tanques de peixe, florestas de caça, aviários, vinhedos, riachos, fontes, cascatas, lagos com galeras, casas de recreio, estufas e pórticos com três mil pés de extensão. Uma inscrição colérica riscada no muro traduzia o pensamento romano a respeito: "Roma tornou-se a habitação de um homem. É tempo, cidadãos, de imigrar para Veios — a não ser que Veios também vá ser compreendida na casa de Nero."[15] O interior do palácio reluzia de mármores, bronze e ouro; colunas coríntias com capitéis dourados, milhares de estátuas, relevos, pinturas e objetos de arte comprados ou saqueados do mundo clássico; entre eles figurava o *Laocoonte*. Algumas paredes embutidas de madrepérola e custosas gemas. O teto do salão de banquete era revestido de flores de marfim, das quais a um gesto do imperador vaporizava-se perfume sobre os comensais. A sala de jantar tinha um teto esférico de marfim pintado representando o céu, com as estrelas mantidas em movimento por meio de um maquinismo secreto. Uma série de banheiros proporcionava banhos frios e quentes, e mornos, e com sais, e sulfurosos. Quando os arquitetos Celer e Severo estavam já com a imensa estrutura quase construída, Nero mudou-se, dizendo: "Afinal estou alojado". Uma geração depois, aquela Versalhes romana, muito cara e perigosa para manter-se no meio da pobreza envolvente, caía em abandono. Sobre suas ruínas Vespasiano construiu o Coliseu, e Tito e Trajano ergueram os enormes banhos públicos que levaram seus nomes.

Domiciano compartilhou da loucura arquitetônica de Nero. Fez construir pelo arquiteto Rabírio o *domus Flavia*, não imensa como o museu de Nero, mas de igual esplendor. Uma das alas constituía ampla basílica, provavelmente a corte onde o Imperador julgava os casos de última apelação; essa mesma ala encerrava um peristilo de 30.000 pés quadrados de área. Contíguo ficava o salão de banquetes, cujo pavimento de pórfiro vermelho e serpentina verde ainda subsiste; mas nada resta das delicadas gelosias de mármore e das janelas colunadas através das quais os hóspedes podiam ver as águas caindo nas bacias de mármore das *nymphaea*, ou fontes do lado de fora. E não se pode deixar de acrescentar que Domiciano só usava esse *domus* para a administração e as recepções; em geral vivia nos mais modestos cômodos do palácio de Augusto. Tão majestosos edifícios faziam parte do frontispício do Império, e tinham por fim impressionar visitantes e embaixadas, enquanto os imperadores, talvez com a só exceção de Calígula e Nero, fugiam da constrangedora formalidade dos salões cerimoniosos para o aconchego da família, a gozarem, como teria dito Antonino Pio, o "prazer de serem homens".[16]

IV. AS ARTES DECORATIVAS

Nesses palácios e nas casas dos ricos, centenas de artes esforçavam-se para tornar tudo belo — ou pelo menos caro. O chão era muitas vezes de mármore policrômico, ou de mosaico formado de pequenos cubos de todas as cores (*tesserae*), representando quadros de notável realismo e permanência. Mobiliário menos abundante e cômodo que o nosso, mas em geral superior em desenho e feitura. Mesas, cadeiras, camas, bancos, lâmpadas e utensílios feitos de materiais duradouros e abundantemente ornados; as melhores madeiras, o marfim, o bronze, a prata, o ouro eram primorosamente trabalhados e decorados com formas de plantas e animais, ou embrechados de tartaruga, filetes de bronze, pedras preciosas. Mesas do caro cipreste ou limoeiro, algumas de prata ou ouro, muitas de mármore ou bronze. Cadeiras de todos os tipos, desde as singelas de dobrar ao trono, mas menos calculadas que as nossas com respeito à anatomia humana. Camas de madeira e metal, com pernas esguias mas fortes e sempre terminadas com cabeça ou pata de animais; o enxergão de bronze, sem molas, suportava o colchão de palha ou lã. Trípodes de bronze de elegantes formas ocupavam o lugar de nossas mesas encostadas; e aqui e ali gabinetes com escaninhos para guardar "rolos" ou livros. Braseiros de bronze aqueciam os quartos, e lâmpadas do mesmo metal os iluminavam. Espelhos de bronze ultrapolido, com desenhos florais ou mitológicos; alguns côncavos ou convexos para a distorção cômica das imagens.[17]

As fábricas da Campânia, operando com a opulenta produção das minas espanholas, produziam objetos em quantidade e para um grande mercado; serviços de prata eram comuns nas classes alta e média. Em 1895 um escavador encontrou na cisterna de uma vila em Boscoreale notável coleção de objetos de prata, aparentemente ali depositados pelo dono antes de inutilmente tentar fugir à sanha do Vesúvio no ano 79. Uma das 16 taças mostra uma quase perfeita representação de motivo vegetal; duas figuram esqueletos em alto-relevo; outras mostram Augusto entronizado entre Vênus e Marte — as deidades rivais da humanidade; a mais engenhosa mostra Zenão, o Estóico, apontando com desprezo para Epicuro, o qual está-se servindo de enorme pedaço de bolo, enquanto um porco, de pé sobre as patas traseiras, polidamente pede sua parte.

As moedas e gemas romanas mostram os progressos da arte do gravador. As do tempo de Augusto revelam o mesmo bom gosto, e trazem às vezes os mesmos desenhos do Altar da Paz. Gemas preciosas vindas da África, Arábia e Índia eram cortadas e cravejadas em anéis, broches, colares, braceletes, taças e até em paredes. A vida social exigia pelo menos um anel no dedo; alguns usavam-nos em todos os dedos, exceto um. O romano selava sua assinatura com o anel, o que exigia neste uma gravação individual. Eram cortadores de gemas alguns dos artistas mais bem pagos de Roma, como aquele Dioscórides de Egéia que fez o sinete de Augusto. No corte de camafeus a Idade de Ouro chegou a nível jamais ultrapassado; a *gemma Augusta*, hoje em Viena, é o que de mais fino o mundo conhece. Colecionar camafeus e gemas tornou-se verdadeira mania entre os romanos opulentos — Pompeu, Augusto, César; graças aos legados, o gabinete imperial das gemas foi num crescendo até Marco Aurélio, que as pôs à venda para custeio da guerra contra os marcomanos. Do guardião oficial dos selos imperiais romanos, tirou a Inglaterra o seu Guarda do Grande Selo ou do Selo Privado.

Enquanto isso os oleiros de Cápua, Putéolos, Cumas e Arécio dotavam os lares italianos de toda sorte de artigos de barro. Arécio produzia cubas com capacidade de 10.000 galões. Sua louça vidrada vermelha foi durante um século o produto mais espalhado pela Itália; espécimes sobreviventes aparecem por toda parte. Com carimbos de ferro em relevo os fabricantes marcavam todos os seus produtos, às vezes indicando o nome do cônsul em exercício, à guisa de data. Quer dizer que a arte de imprimir estava descoberta; não se desenvolveu porque o trabalho dos copistas escravos era muito barato.[18]

Da cerâmica os artesãos de Cumas, Literno e Aquiléia passaram à produção de vidros artísticos, de que temos no Vaso Portland um exemplar famoso. (Duzentos anos antes de Cristo haviam os egípcios e sírios descoberto que a fusão da areia com uma

substância alcalina produzia um líquido semitransparente, esverdeado [devido à presença do óxido de ferro na areia]; também descobriram que a adição dos óxidos de manganês e chumbo tornava o produto completamente incolor e transparente; e que diferentes tons podiam ser dados com a adição de diferentes substâncias químicas — o cobalto, por exemplo, dava o azul. A pasta fluida era moldada à mão ou assoprada em moldes; ou então deixada resfriar e cortada com um disco. O Vaso Portland de camadas de vidro superpostas era provavelmente de origem grega. Foi encontrado em 1770 perto de Roma e comprado pelo duque de Portland, que o emprestou ao Museu Britânico em 1810. Em 1845, um maníaco quebrou-o em 250 pedaços, mas tão perfeita foi a restauração que por ele recebeu o duque uma oferta de $152.000, recusada como muito baixa.[19]) Mais fino ainda é o "Vaso de Vidro Azul" encontrado em Pompéia e que representa muito graciosamente uma festa báquica.[20] Durante o reinado de Tibério, dizem Plínio e Estrabão,[21] a arte do vidro assoprado foi trazida de Sídon ou Alexandria para Roma, e breve estava produzindo redomas e frascos policrômicos, taças, malgas, tudo com tanta beleza que por uns tempos só iam ter às mãos dos colecionadores ou milionários. No tempo de Nero, duas taças conhecidas como *millefiori*, "mil flores", foram vendidas por seis mil sestércios; o efeito era obtido pela fusão de varetas de vidros cada qual de uma cor. E ainda mais apreciados eram os vasos murrinos vindos da Ásia e África, e obtidos por meio da colocação lado a lado de filamentos de vidro púrpura e branco de modo a formar um desenho, isso antes da queima; ou embebiam-se peças de vidro de cor no corpo incolor do vaso. Depois da vitória sobre Mitrídates, Pompeu voltou para Roma com alguns desses vidros; Augusto gastou o tesouro de Cleópatra, mas conservou para si a taça de vidro murrino da rainha. Por uma dessas taças pagou Nero um milhão de sestércios, e Petrônio moribundo quebrou uma para que não caísse nas mãos de Nero. Em suma, os romanos não tiveram quem os excedesse na arte do vidro, e poucas coleções de arte no mundo serão mais preciosas que as dos vidros romanos do Museu Britânico e do Museu Metropolitano de Nova York.

V. ESCULTURA

A cerâmica passou para os domínios da escultura por meio da terracota — relevos e estatuetas, brinquedos, imitações de frutas e peixes, e por fim estatuetas em tamanho natural. Terracota esmaltada — maiólica — abunda nas ruínas de Pompéia. Frontões de templos e beirais eram adornados com palmetas de terracota, acrotérios, gárgulas e relevos. Riam-se os gregos destes ornatos, que sob o Império saíram da moda; Augusto não era amigo do barro.

Foi talvez graças a seu gosto ático que a escultura em Roma atingiu excelência só comparável à dos melhores trabalhos helenísticos. Durante uma geração os artistas de Roma esculpiram fontes, túmulos, arcos e altares, com refinamento tal que colocou os relevos romanos entre as obras-primas do mundo da arte — grande apuro de sentimento, perícia de execução, calma dignidade da forma, bom modelado, boa perspectiva. No ano 13 a.C. o Senado celebrou a volta de Augusto, vindo da pacificação da Espanha e da Gália, com o decreto determinando a ereção no Campo de Marte da *Ara Pacis Augustae*, ou "Altar da Paz Augusta". É a mais nobre escultura que nos chegou de Roma. Talvez o monumento deva sua forma ao altar de Pérgamo, e o motivo processional à frisa do Partenon; o altar foi erguido sobre uma plataforma, em um re-

cinto cujas paredes eram parcialmente em relevo de mármore; o que hoje resta são lajes dessas paredes. (Os maiores fragmentos estão ou estavam no Museu delle Terme, em Roma; há outros no Vaticano, na Galeria dos Uffizi em Florença e no Museu de Louvre.) Uma das lajes figura Tellus — Mãe Terra — com duas crianças nos braços, trigo e flores crescendo ao redor, e animais felizes a seus pés. Estavam ali simbolizadas as principais idéias da reforma de Augusto: a família restaurada no patriarcado, a nação voltada para a agricultura e o Império dominado pela paz. A figura central é inexcedível; realmente, na união da maturidade maternal com a beleza feminina, a ternura e a graça, há uma perfeição inigualada pelas majestosas deusas do Partenon. A frisa da parede externa mostrava um painel de acantos, peônias, papoulas de largas pétalas, belos cachos de bagas; trabalho também inigualado. Nesses grupos aparecem figuras calmas, provavelmente Augusto, Lívia e a família imperial, com sacerdotes, nobres, Virgens Vestais e crianças. Estas mostram-se magníficas em sua inocência acanhada. Uma vacila, sem nenhum gosto pela cerimônia; outra é um menino já orgulhoso da idade que tem; outra é uma menina com um ramalhete; outra está sendo repreendida pela mãe. Daí por diante a criança iria representar um papel cada vez maior na arte italiana. Nunca mais, porém, a escultura de Roma revelará tanta segurança no panejamento, tanta arte no agrupar figuras e harmonizar sombra e luz. Aqui, como em Virgílio, a propaganda de Augusto encontrou um instrumento perfeito.

Rivais destes relevos só os encontramos nos arcos de triunfo romanos. O mais belo dos sobreviventes é o de Tito, começado por Vespasiano e completado por Domiciano para comemorar a captura de Jerusalém. Um dos relevos mostra a cidade em chamas, com as muralhas em ruínas, o povo tonto de terror, as riquezas em saque pelos legionários; outro mostra Tito entrando em Roma em seu carro, no meio de soldados, animais, magistrados, sacerdotes, prisioneiros e seguido pelo sagrado candelabro do Templo de Jerusalém e mais despojos de guerra. Os artistas arrojaram-se: cortaram figuras em diversos planos, cinzelaram o fundo para dar a impressão de profundidade e recorreram a tintas para acentuar os planos. A ação não se cinde em episódios; mantém-se uma contínua, como nas frisas da Mesopotâmia e do Egito e mais tarde nas colunas de Trajano e Marco Aurélio; e desse modo o artista consegue alcançar movimento e vida. As figuras não são idealizadas nas atitudes do repouso ático, tais as da *Ara Pascis*; são tomadas diretamente da vida e arrancadas à pedra com muito realismo. Não representa ali deuses perfeitos, mas homens de carne e osso.

É neste vigoroso realismo que a escultura romana se distingue da grega; mas com essa insistente fidelidade a sua própria inclinação os romanos pouco acrescentaram à arte. Lá por volta do ano 60 a.C. um grego do sul da Itália, Pasíteles, foi para Roma e lá viveu 60 anos trabalhando marfim e ouro; introduziu os espelhos de prata, produziu belas cópias de obras-primas gregas e escreveu cinco volumes sobre a história da arte; foi ao mesmo tempo o Vasari e o Cellini de Roma. Arcesilau, outro grego, fez para César a famosa estátua de sua distante ascendente olímpica — Venus Genitrix. Apolônio de Atenas esculpiu, provavelmente em Roma, o poderoso *Torso Belvedere* do Vaticano: trabalho concebido com moderação, sem empelotamento de músculos mas mostrando o homem na pujança da saúde física; dessa obra só podemos dizer que é perfeita. Por uns tempos os estúdios ocuparam-se em dar forma grega aos deuses romanos e mesmo a divinas abstrações como a Sorte e a Castidade. Talvez tenha sido nesse período que Glícon de Atenas esculpiu em Roma o *Hércules Farnese*. Não

podemos saber da idade e da nacionalidade do *Apolo Belvedere*; talvez fosse uma cópia romana de um original de Leocares de Atenas. Todos os estudantes sabem como a serena beleza dessa estátua extasiou Winckelmann.[22] A deusa Juno teve duas concretizações que chegaram até nós: a *Juno Farnese* de pórfiro que está no Museu de Nápoles e a *Juno Ludovisi* do Museu delle Terme — fria, severa, justiceira — e quem a contempla perdoa as escapadas de Júpiter.

Tudo isto, mais o gracioso *Perseu e Andrômeda* do Museu Capitolino, são obras de estilo grego, muito idealizadas e cansativamente divinas. Mais próximos de nós estão os bustos que formam verdadeiro dicionário da fisionomia romana, de Pompeu a Constantino. Alguns também muito idealizados, como as cabeças júlio-claudianas; mas o velho realismo etrusco e a constante presença das máscaras mortuárias fizeram com que os romanos se resignassem a aparecer feios, contanto que aparecessem fortes. Tantos homens legavam seus bustos às praças públicas, que em certo tempo Roma dava a idéia de pertencer mais aos mortos do que aos vivos. Alguns nem tinham paciência para esperar a morte e erigiam-se estátuas em vida; por fim os imperadores, enciumados, proibiram essa imortalização prematura.

O maior desses bustos-retratos é a chamada *Cabeça de César* hoje em Berlim, feita de pórfiro. Não sabemos quem realmente tal busto representa, mas a escassez de cabelos, o queixo fino, o rosto ossudo, as rugas de preocupação na testa, o ar de resolução meio desiludida concordam com a descrição do tipo físico de César. E há a colossal cabeça de César que está em Nápoles: as rugas já aparecem quase amargas, como se o gigante tivesse afinal percebido que mente nenhuma é bastante grande para compreender e, muito menos, para governar o mundo. Realista até à repulsão é o busto de Pompeu hoje na Ny Calrsberg Glyptotek de Copenhague: todos os valentes triunfos de sua mocidade esquecidos em um homem obeso e batido. De Augusto temos meio cento de estátuas, algumas primorosas: Augusto rapaz (no Vaticano), sério, penetrante, nobre — o mais belo retrato de um "jovem real" que conhecemos; Augusto aos 30 anos (Museu Britânico) — firme de determinação, recordando-nos o que disse Suetônio, que o Imperador abafava um motim com um olhar; Augusto como sacerdote (no Museu delle Terme), rosto pensativo e profundo, emergindo de uma prisão de panejamento; e o Augusto *imperator* encontrado nas ruínas da vila de Lívia na Prima Porta e hoje no Vaticano. O peitoral dessa estátua famosa está coberto de relevos esotéricos. (Retratam a volta dos estandartes partianos, a submissão das províncias conquistadas, a fertilidade da terra [Terra Mater] na paz e o manto da proteção que Jove abria sobre todos os homens.) A atitude é firme; as pernas, muito fortes para um tal inválido; mas a serena e confiante expressão de poder revelam no autor dessa estátua um grande artista — e lembramo-nos do *Doryphoros* de Policleto.

Lívia também teve a sorte de ser retratada por excelente artista, como nos revela seu busto hoje em Copenhague. Cabelo majestoso, nariz romano indicativo de caráter, olhos cismadores e ternos, lábios firmes, porém bonitos; ali está a mulher que se manteve segura atrás do trono de Augusto, venceu todas as rivais e todos os inimigos e só não dominou ao próprio filho. Tibério foi bem tratado pela arte, embora com idealização; o Tibério sentado que vemos no Museu Laterano é uma obra digna de quem esculpiu o Quéfren de diorito, hoje no Cairo. Já Cláudio não foi tão feliz; certamente que o escultor estava brincando, ou queria ilustrar a *Aboborização* de Sêneca, quando o representou no mármore como um entediado Júpiter, amável, gordo e mudo. Nero esforçou-se por desenvolver em si um senso de beleza, mas sua verdadei-

ra paixão era pela fama e pelo tamanho; daí o não ter encontrado para Zenódoto, o Escopas da época, melhor função do que gastar seu tempo na feitura de um colosso de 117 pés, representando Nero como Apolo. (Com o pedestal, 153 pés. A estátua da Liberdade, no porto de Nova York, tem, sem a base, 104 pés de altura.) Adriano removeu esse colosso para o Anfiteatro Flaviano — que desde então passou a chamar-se Colosseum — Coliseu.[23]

Com o honesto Vespasiano a escultura volta ao realismo. Deixou-se ele representar como era, um verdadeiro plebeu de rudes feições, testa enrugada, calvo, orelhas enormes. Do mesmo tipo são o seu busto no Museu delle Terme, no qual transparece um espírito preocupado com os negócios públicos, e a maciça cabeça que está em Nápoles. Também as feições de Tito chegaram até nós realisticamente fixadas — crânio cúbico, expressão comum; difícil sentirmos nessa cara de vendedor de rua o homem que foi as "Delícias do Gênero Humano". De Domiciano nada temos; tão odiado foi em vida, que depois de sua morte tudo que o representava foi destruído.

Quando o artista deixava o palácio e errava solto pelas ruas, podia dar rédeas ao humor. Algum velhote, evidentemente menos dotado de sabedoria e dinheiro do que o filósofo-ministro de Nero, serviu de modelo para o descabelado espantalho que tem o nome de *Sêneca*. Os atletas tiveram seus músculos imortalizados por famosos artistas; e transfeitos em estátuas os gladiadores eram recebidos nos melhores lares, desde as vilas patrícias até aos palácios Farnese. Os escultores romanos enterneciam-se quando tratavam figuras de mulher; é certo que de quando em vez lhes saía uma megera irascível, mas modelaram vestais de graciosa gravidade, encarnações da ternura como a *Clítia* do Museu Britânico, e damas aristocráticas encantadoramente frágeis como as bonecas de Watteau e Fragonard.[24] Gostavam de retratar crianças, como no *Rapaz* do Museu Metropolitano ou a *Innocenza* do Museu Capitolino. Cinzelavam ou moldavam a forma dos animais com impressionante vivacidade, como as cabeças de lobo encontradas em Nemi (1929) ou os cavalos empinados da igreja de São Marcos. Raramente o artista romano chegava à macia perfeição dos gregos do tempo de Péricles; isso porque dava mais preferência ao indivíduo do que ao tipo, e gostava de fixar as vívidas imperfeições do real. Com todas as suas limitações, a arte romana ocupa o pináculo supremo da história da arte do retrato.

VI. PINTURA

O antigo visitante verificaria que a pintura era ainda mais popular que a escultura nos templos romanos, nos lares, nos pórticos e nas praças. Veria muitas obras de velhos mestres — Polignoto, Zêuxis, Apeles, Protógenes e outros — tão caros ao opulento Império como a nós hoje nos são caras as pinturas do Renascimento; e veria na maior abundância, graças à melhor conservação, os produtos das escolas alexandrina e romana. A arte era velha na Itália, onde cada muro exigia ornamentação. Tempo houve em que até os romanos da nobreza praticavam a arte, mas a invasão helenística, servilizando a pintura e fazendo-a grega, mudou tudo; e Valério Máximo admirou-se de que Fábio Pictor se houvesse curvado para executar as pinturas murais do Templo da Saúde.[25] Houve exceções: lá pelo fim da República, Arélio ganhou fama alugando prostitutas para posar para suas deusas; e no tempo de Augusto um aristocrata mudo, Quinto Pédio, dedicou-se à pintura porque um defeito físico lhe fe-

chava todas as profissões; e Nero fez trabalhar no interior da Casa de Ouro um tal Amúlio que "pintava com a maior gravidade e sempre de toga".[26] Porém tais homens eram *rari nantes* na multidão de gregos que, em Roma, Pompéia e toda a península, faziam cópias ou variações de pinturas sobre temas gregos e egípcios.

A pintura romana praticamente se limitava à têmpera e ao afresco. Neste processo, uma parede recém-rebocada e ainda úmida recebe cores diluídas em água; na têmpera a matéria corante é misturada com cola e espalhada sobre a superfície seca. Os pintores de retrato usavam às vezes o processo do encáustico, em que se misturam as tintas com cera derretida. Nero mandou pintar seu retrato em uma tela de 120 pés de altura — e foi a primeira vez, ao que sabemos, que esse material teve emprego para tal fim. A pintura era aplicada em estátuas, templos, cenários de teatro e em panos para exibição nos triunfos e no Fórum, mas o receptáculo favorito eram as paredes, internas ou externas. Raramente os romanos punham móveis encostados às paredes ou nelas penduravam quadros; preferiam usá-las inteiras para uma pintura única, ou um grupo de pinturas relacionadas entre si. Dessa maneira a pintura mural integrava-se na casa, ficava fazendo corpo com a arquitetura.

O humor cáustico do Vesúvio nos preservou em Pompéia uns 3.500 afrescos — mais do que em todo o resto do mundo clássico. E como era Pompéia uma cidade pequena, podemos imaginar o tremendo número de pinturas murais que embelezavam as casas e templos da Itália clássica. Dessa pintura sobrevivente o melhor está no Museu de Nápoles, e mesmo descoradas nos impressionam; mas só os antigos as conheceram na entonação exata com que as fez o artista, e na harmonia do enquadramento local. Na casa de Vétio as pinturas murais foram deixadas *in situ*: na sala de jantar Dionísio surpreende Ariana no sono; mais adiante Hermes vê com toda calma Hefesto amarrar Íxion à roda de tortura; e em outro cômodo, uma série de afrescos humorísticos mostra alegres Cupidos parodiando as indústrias de Pompéia, inclusive o negócio de vinhos dos Vétios. A lima do tempo muito desfez dessas superfícies, mas o que resta ainda tem força para chocar o pudor do visitante; as figuras são quase que perfeitamente desenhadas, e tão bem "encarnadas" que ainda bolem com o sangue dos vivos.

Com base nas pinturas de Pompéia os "conhecedores" têm procurado compreender a natureza e classificar os períodos e estilos da arte pictórica da antiga Itália. Mas cumpre notar que essa cidade era mais grega do que latina; mesmo assim a pintura remanescente em Roma e subúrbios coincide toleravelmente com o desenvolvimento pompeano. No Primeiro Período, ou no Estilo Incrustação (século II a.C.), as paredes eram muitas vezes pintadas com veios para imitar o mármore em lajes (*crustae*) como na "Casa de Salústio" em Pompéia. No Segundo Período, ou Estilo Arquitetural (século I a.C.), as paredes eram pintadas de modo a simular uma construção, ou uma colunada, ou uma fachada. Havia colunas representadas como vistas de dentro, com paisagem de entremeio; desse modo o artista refrescava com árvores e flores, com campos e riachos e animais brincalhões, salas provavelmente sem janelas; com um simples volver de olhos às paredes o morador prisioneiro podia imaginar-se nos jardins de Lúculo; podia pescar, caçar ou remar, ou brincar com passarinhos sem os inconvenientes da realidade; tinha a natureza dentro de casa. No Terceiro Período, ou Estilo Ornado (1-50 de nossa era), empregavam-se formas arquitetônicas unicamente para ornato, servindo as paisagens de fundo às figuras. No Quarto Período, ou Estilo Intrincado (50-79), o artista dava livre curso à imaginação, inventava estruturas e for-

mas fantásticas, dava-lhes equilíbrios impossíveis, amontoava jardins e colunas, vilas e pavilhões, em um desarranjo perfeitamente modernista,[27] e às vezes conseguia um efeito impressionista, em que a memória do espectador colabora com as sugestões do artista. Em todos esses estilos a arquitetura se subordina à pintura, dando corpo a uma tradição que 16 séculos mais tarde iria ressurgir com Nicolau Poussin.

Pena que os assuntos da maior parte das pinturas sobreviventes não se aventurem fora do campo da mitologia grega. Cansam-nos tantos deuses, sempre os mesmos, e sátiros e heróis e pecadores — Zeus e Marte, Dioniso e Pã, Aquiles e Ulisses, Ifigênia e Medéia, embora igual acusação possa ser dirigida à pintura santeira do Renascimento. Pouca coisa da vida real; aqui e ali um pisoeiro, um estalajadeiro ou carniceiro iluminam as paredes pompeanas. Em regra, o amor domina a cena: senta-se a moça a ruminar suas secretas preocupações traídas pela presença de Eros ali atrás; um casal brinca amorosamente na grama; Psiques e Cupidos fazem travessuras, como se a cidade só cuidasse de amor e vinho. A julgarmos pelas pinturas murais de Pompéia, as pompeanas mereciam que a vida se concentrasse ao redor delas. Vemo-las absorvidas em um jogo, ou graciosamente inclinadas sobre a lira, ou compondo versos com a concentração marcada nos lábios; rostos serenos da maturidade, formas saudavelmente cheias, vestes que caem com a amplitude e o ritmo de Fídias. Caminham como Helenas conscientes de sua divindade. Uma delas executa uma dança báquica, aparentemente no ar; seu braço direito, a mão e o pé excedem a tudo quanto há de bonito na história da pintura. Alguns tipos masculinos merecem o mesmo louvor: Teseu, o vencedor do Minotauro, Hércules salvando Dejanira ou adotando Telefo, Aquiles relutantemente entregando Briseida: nesta última representação temos o melhor da pintura pompeana. Também transparece o humor: um descabelado pedagogo tropeça no bordão; um belo sátiro pinoteia e um Sileno careca é fixado em êxtase musical. Aparecem tavernas e bordéis — e aos turistas que lá estiveram não é preciso dizer que Priapo pavoneia seu poder nas paredes de Pompéia. No outro extremo da escala, vemos na Vila Item uma série de pinturas religiosas que nos sugerem o uso do local para a celebração dos mistérios dionisíacos: em um afresco, uma menina em êxtase lê um livro presumivelmente sagrado; em outro, uma procissão de donzelas avança soprando gaitas e conduzindo oferendas sacrificiais; em terceiro quadro uma dama nua dança na ponta dos pés enquanto um neófito se ajoelha exausto de alguma flagelação ritual.[28] Melhor que tudo isto, a pintura mural encontrada nas ruínas de Estábias, *Primavera*, na qual entrevemos Botticelli: uma mulher caminha lentamente em um jardim, colhendo flores; só lhe vemos as costas e um gracioso movimento da cabeça — mas raramente a arte fixou melhor a poesia desse tema tão simples.

A mais poderosa pintura das ruínas das cidades vítimas do Vesúvio é a *Medéia*, encontrada em Herculano, hoje no Museu de Nápoles — uma mulher magnificamente vestida que rumina a matança dos filhos; aparentemente cópia da pintura pela qual César pagou 40 talentos a Timomaco de Bizâncio — ou seja, $144.000.[29]

Poucas pinturas de tal mérito têm sido encontradas em Roma. Mas na vila suburbana de Lívia na Prima Porta descobriu-se uma bela paisagem, na qual a Itália sobrepuja os gregos. As flores são reproduzidas com tanto escudo que os botânicos podem identificá-las e catalogá-las; a vegetação é pintada folha por folha; pássaros aqui e ali pousados por um momento e até insetos se movem na folhagem. Pouco menos magistrais são as *Núpcias Aldobrandinas*, obra encontrada no Esquilino em 1606 e entusiasticamente estudada por Van Dyke, Rubens e Goethe. Talvez seja cópia de um tra-

balho grego, ou pode ser original de um grego romano ou mesmo de um romano puro; só podemos dizer que essas figuras — a calma e tímida noiva, a deusa que a aconselha, a mãe absorvida nos preparativos, as donzelas que se preparam para tanger a lira e cantar — enfim tudo revela uma delicadeza e sensibilidade que elevam esta pintura à categoria de precioso documento da arte clássica.

A pintura romana não tem originalidade; os artistas gregos levavam consigo para toda parte as mesmas tradições e métodos; e ainda o vago impressionismo observado pode ser produto da habilidade alexandrina. Mas há nelas uma finura de linha e uma riqueza de cor que explicam por que pintores como Apeles e Protógenes tinham tanta fama como Policleto e Praxíteles na escultura. Às vezes a cor nos lembra a palheta de Giorgione; às vezes a gradação da luz nos faz pensar em Rembrandt; às vezes a crueza de uma figura nos sugere o rude realismo de Van Gogh. Freqüentes defeitos de perspectiva e execução por vezes precipitadas; mas a vida que transpiram redime tais defeitos, o ritmo do panejamento seduz-nos os olhos, e as paisagens murais devem ter sido um deleite para os moradores de um superpopuloso centro urbano. Nosso gosto hoje é diferente; agrada-nos deixar as paredes como simples paredes, e até pouco tempo hesitávamos em cobri-las de tinta. Mas para o italiano as paredes eram uma prisão raramente com janelas; e para esquecer a reclusão pedia ele o socorro da pintura. Talvez estivesse certo: melhor a representação de uma árvore na parede do que a perspectiva de milhares de telhados que sujam o céu e escondem o sol.

VII. ARQUITETURA

1. Princípios, Materiais e Formas

Para a "edificação" de nosso imaginário visitante deixamos para o fim o setor de arte em que os romanos melhor se defenderam contra a invasão da Grécia e revelaram mais coragem, originalidade e força. Originalidade não quer dizer partenogênese; é, como a filiação, uma nova combinação de elementos preexistentes. Todas as culturas em sua mocidade são ecléticas, como toda educação principia pela imitação; mas quando a alma ou o povo se emancipa, a cultura imprime seu caráter, se o tem, sobre todas as obras e palavras. Roma, como outras cidades do Mediterrâneo, tomou do Egito e Grécia as ordens dórica, jônica e coríntia, mas também tomou da Ásia o arco, a abóbada e a cúpula, e com esses elementos ergueu uma cidade de palácios, anfiteatros, basílicas e banhos públicos como a História nunca viu outra. A arquitetura romana tornou-se a expressão artística do espírito e do Estado romano: intrepidez, organização, grandeza e força brutal caracterizam essas estruturas levantadas sobre os montes de Roma. Eram a própria alma transferida em pedra.

A maioria dos arquitetos de Roma eram romanos, não gregos. Um deles, Marco Vitrúvio Pólio, escreveu uma obra clássica, *Sobre a Arquitetura* (*ca.*27 de nossa era). (Alguns estudiosos pretendem que esta obra seja uma falsificação do século III, mas tudo nos leva a crer em sua autenticidade.[30]) Tendo servido como engenheiro militar sob César na África e como arquiteto sob Otávio, Vitrúvio na velhice aposentou-se para formular os princípios da grande arte romana. "A natureza não me deu estatura", confessa ele, "meu rosto traz a impressão dos anos e a doença me tirou a força; espero pois que me valham meus conhecimentos e meu livro."[31] Como Cícero e

Quintiliano tinham a filosofia como indispensável ao orador, assim Vitrúvio a requeria para o arquiteto; a filosofia torna o arquiteto "leal, justo, urbano e generoso; porque nenhum bom trabalho pode ser feito sem boa fé e mãos limpas".[32] Descreve os materiais da arquitetura, as ordens e seus elementos, e os diversos tipos de construção em Roma; preleciona sobre maquinários, relógios de água, velocímetros (mais precisamente, odômetros: um pino fincado no eixo da roda move, por meio de uma rodinha dentada, uma roda menor, cuja revolução, muito mais lenta, faz um pedregulho cair em uma caixa[33]), aquedutos, planejamento de cidades e serviço sanitário. Contrariamente ao desenho retangular estabelecido por Hipódamo em muitas cidades gregas, Vitrúvio recomenda o sistema radial de Alexandria (o usado em Washington); os romanos, entretanto, continuaram a projetar cidades retangulares como seus acampamentos. Vitrúvio adverte a Itália de que em diversas localidades a água de beber produz papo, e o atribui à canalização de chumbo. Explicou o som como vibração do ar e escreveu o mais velho manual de acústica. Descobertos no Renascimento, seus livros influenciaram profundamente Paládio, Leonardo e Miguel Ângelo.

Os romanos, diz ele, constroem com madeira, argamassa, concreto, pedra e mármore. Os tijolos entram usualmente nas paredes, arcos e abóbadas, e também servem para revestir o concreto. Também a argamassa servia para revestimento; feita de areia, cal ou pó de mármore e água, adquiria um belo brilho e era disposta em camadas, alcançando às vezes a espessura de oito centímetros, daí o conservar-se durante séculos, como em certas partes do Coliseu. No preparo do cimento os romanos conservaram-se inigualáveis até nossos tempos. Usavam a cinza vulcânica muito abundante nas proximidades de Nápoles; misturando-a com calcário e água, fragmentos de tijolos, cacos de objetos de cerâmica, pedaços de mármore e pedra, produziram a partir do século II a.C. um *opus caementicum* que endurecia como rocha. Para a mistura usavam tinas ou cubos de madeira. Com esse cimento conseguiram erguer cúpulas sem apoio lateral — como a do Panteão e das grandes termas. Para a maioria dos templos e das casas ostentosas o material usado era a pedra. Havia uma pedra da Capadócia tão translúcida que um templo com ela construído conservava-se suavemente claro ainda que com todas as aberturas fechadas.[34] A conquista da Grécia desenvolveu em Roma o gosto pelo mármore, o qual foi primeiramente satisfeito com a importação de colunas já feitas, depois com a de blocos apenas e por fim com o corte do mármore nas pedreiras de Carrara, perto de Luna. Antes de Augusto o uso do mármore confinava-se a colunas e lajes; no tempo de Augusto passou a ser empregado como revestimento; paredes todas de mármore eram raras — e a "cidade de mármore" que Augusto deixou só o era aqui e ali, e superficialmente. Os romanos gostavam de reunir no mesmo edifício o granito vermelho e cinzento do Egito, o verde *cipollino* da Eubéia, os mármores negros e amarelos da Numídia e o branco de Carrara — e ainda o alabastro, o basalto e o pórfiro. Nunca o homem recorreu a materiais arquitetônicos tão complexos e variadamente coloridos.

Às ordens dórica, jônica e coríntia os romanos acrescentaram os estilos toscano e compósita, além de certas modificações. Colunas de uma pedra só em vez de uma série de troncos superpostos. A coluna dórica com base jônica adquiriu maior esbelteza; ao capitel jônico davam às vezes quatro volutas para que produzisse o mesmo efeito de qualquer lado. A coluna e o capitel coríntios foram desenvolvidos de modo a sobreexcederem em beleza os padrões da Grécia, mas por fim caíram no excesso da superornamentação. Esse mesmo excesso derramou flores nas volutas jônicas e produziu

o capitel compósita, como o vemos no arco de Tito; às vezes as volutas representavam formas humanas ou animais pressagiando as gárgulas e mais medievalismo. A ostentação romana misturava na mesma estrutura diversas ordens arquitetônicas, como no teatro de Marcelo; outras vezes deixava, com perversa economia, as colunas laterais encostadas à cela, como na Maison Carrée de Nîmes. Mesmo quando o desenvolvimento do arco tirou à coluna seu velho papel de suporte, os romanos continuaram a usá-la como enfeite sem função — costume que sobrevive até nossa era incerta.

2. Os Templos de Roma

Em quase todos os seus templos conservou Roma o princípio grego das arquitraves (isto é, vigas-mestras) apoiadas sobre colunas e por sua vez sustentando o teto. Augusto era conservador em arte, como em tudo, de modo que quase todos os templos erigidos por sua ordem não saem da tradição ortodoxa. De seu reinado em diante os imperadores multiplicaram o número dos templos dedicados a seus rivais do Olimpo. Júpiter, está claro, foi o mais favorecido. Havia, entre outros, o Templo de Júpiter Tonante, ou Trovejante; o de Júpiter Stator, que sustentava os romanos nos combates; e com Juno e Minerva Júpiter ainda compartilhava do principal santuário romano, no topo do monte Capitolino. Na grande nave central, flanqueado de colunas coríntias, erguia-se o "colosso" de Júpiter Optimus Maximus — Jove, o Melhor e o Maior. A tradição atribui a primeira construção deste templo a Tarqüínio Prisco; foi diversas vezes queimado e reconstruído; em 404 Estilicão roubou-lhe as portas de bronze para pagar as tropas, e os vândalos levaram-lhe as telhas revestidas de ouro. Hoje só restam fragmentos do assoalho.

Ao norte do cume desse mesmo monte erguia-se o templo de Juno Moneta, Juno Instrutora ou Guardiã; era ali a casa da moeda romana — e de seu nome vem a nossa palavra moeda. Na encosta sul ficava o santuário de Saturno, o mais velho dos deuses do Capitólio; os romanos o datavam de 497 a.C.; oito colunas jônicas e uma arquitrave sobrevivem. No Fórum, ao pé do monte, existia o pequeno templo de Jano, o deus de todos os começos; suas portas só se abriam em tempo de guerra — e na história da antiga Roma só se fecharam três vezes. A sudoeste do Fórum ficava o Templo de Castor e Pólux erigido em 495 a.C.; três esbeltas colunas coríntias nos restam desse templo, de sua fase de reconstrução por Tibério — e no consenso geral têm fama de serem as mais belas colunas de Roma.

No fórum que recebeu o seu nome, Augusto levantou um templo a Marte Ultor — o Vingador — do qual nos restam três colunas. Um dos extremos da nave era em abside semicircular, forma que iria ser a mais freqüente nas primitivas igrejas cristãs. No Palatino, Augusto construiu, todo de mármore, um suntuoso templo a Apolo, agradecido pelo que esse deus fez por ele em Ácio; adornou-o com esculturas de Míron e Escopas, dotou-o de esplêndida biblioteca e galeria de arte — fez tudo, em suma, para dar a impressão de que o deus havia trocado a Grécia pela cidade de Roma, dando-lhe a liderança espiritual e cultural do mundo. E os amigos de Augusto murmuravam que Apolo transfeito em serpente havia fecundado a mãe do Imperador, que agora já não mais existia.

Na parte norte de Roma erguia-se o grande santuário de Ísis, e no monte Palatino o de Cibele. Belos templos também foram consagrados a abstrações personalizadas — Saúde, Honra, Virtude, Concórdia, Fé, Fortuna e outras mais. Quase todos continham galerias de arte. No grande templo da Paz dispôs Vespasiano, para satisfação do público, muita coisa dos tesouros artísticos da Casa de Ouro de Nero, e também relíquias de Jerusalém. O Templo da Fortuna Viril, no Forum Boarium, foi de todas as estruturas romanas anteriores a Augusto a que me-

lhor se conservou. As damas da capital muito o freqüentavam, para que a deusa lhes ensinasse como esconderem aos homens seus defeitos.

A esses e a uma centena de outros, em estilo retangular, os arquitetos de Roma acrescentaram diversos templos circulares, em que se resolviam os problemas da cúpula. A tradição derivava esse tipo arquitetural da cabana redonda de Rômulo, por muitos séculos religiosamente preservada no Palatino. Quase da mesma idade, a bonita *Aedes Vestae*, ou Casa de Vesta, perto do Templo de Castor e Pólux; sua nave circular, revestida de mármore branco, era rodeada de belas colunas coríntias; e o teto, uma cúpula de bronze dourado. Junto ficava o Palácio das Vestais — 84 cômodos construídos à moda dos claustros, em redor de um átrio com peristilo, o *Atrium Vestae*. O Panteão ainda não era um templo circular; Agripa fizera-o em retângulo, mas com uma praça circular defronte; nessa praça os arquitetos de Adriano ergueram o templo redondo e de poderosa cúpula, que ainda é uma das mais valentes obras do homem.

3. A Revolução do Arco

Roma revelou-se maior na arquitetura secular do que na sagrada. Porque na secular escapava aos embaraços da tradição e de maneira peculiar casava a engenharia e a arte — utilidade e força com beleza e forma. O princípio da arquitetura grega sempre fora a linha reta (tão delicadamente modulada no Partenon): a coluna vertical, a arquitrave horizontal, o frontão triangular. Já o princípio da arquitetura romana ia ser a curva. Os romanos procuravam exprimir a grandeza, a audácia, o tamanho; mas não podendo cobrir suas vastas estruturas com arquitraves (a não ser que as obstruíssem de colunas de suporte) resolveram o problema com o arco, com a abóbada, que é um arco prolongado, e com a cúpula, que é um arco em rotação. Talvez os generais romanos e seus auxiliares tenham trazido da Ásia e do Egito a impressão das formas arqueadas, e provocado o renascimento de velhas tradições romanas e etruscas há longo tempo afogadas pelos estilos gregos. E Roma passou a empregar o arco em tão grande escala que uma revolução se operou — justamente a Revolução do Arco. Por meio de nervuras de tijolos ao longo das linhas de pressão, construídas antes de derramar concreto no molde de tábuas, os romanos desenvolveram a abóbada articulada; cruzando duas abóbadas em ângulo reto, produziram uma rede de nervuras de curvas de interseção capaz de sustentar estruturas ainda mais pesadas e suportar maior pressão lateral. Eis aqui os princípios da Revolução do Arco realizada pelos romanos.

Nos grandes anfiteatros e banhos públicos o novo estilo iria chegar ao apogeu. Os banhos de Agripa, Nero e Tito aparecem como os primeiros no longo rol que culmina no de Diocleciano. Consistiam em monumentais estruturas de concreto revestidas de argamassa ou tijolos, com interior ricamente ornado de pavimentos de mármore e mosaico, multicoloridas colunas, tetos côncavos, pinturas e esculturas. Nessas *thermae* havia banhos tépidos e frios, vestiários, salas intermédias de ar aquecido, piscinas de natação, bibliotecas, salas de leitura e pesquisas, antecâmaras de repouso, e provavelmente galerias de arte. Aquecimento central, com manilhas de barro correndo sob o pavimento ou pelo interior das paredes. Foram os maiores e mais suntuosos edifícios públicos jamais levantados — e jamais igualados em seu gênero. Faziam parte do programa de socialização do recreio, com que o Principado se redimia de seu crescente monarquismo. (Os banhos romanos serviram de modelo para muitas estruturas modernas defrontadas com o problema da cobertura de enormes espaços com o mínimo de obstrução de suporte. A Pennsylvania Station e a Grande Central Terminal em Nova York são notáveis no gênero.)

A esse mesmo paternalismo se devem os mais imponentes teatros da História. Os de Roma eram em menor número, porém maiores que os das capitais modernas. O menor de todos, o de Cornélio Balbo, construído no Campo de Marte em 13 a.C., comportava 7.700 espectadores; Augusto reconstruiu o de Pompeu, com 17.500 lugares, e completou o de Marcelo, com capacidade para 20.500 pessoas. Ao contrário dos teatros gregos, os romanos eram fechados, com a platéia sobre uma estrutura de alvenaria arqueada e abobadada, em vez de numa encosta de colina. Só o palco tinha cobertura, mas a assistência era às vezes abrigada do sol por toldos de linho (*velarium*), que no teatro de Pompeu cobria um espaço de 550 pés de largura. Sobre as entradas havia camarotes para os dignitários e magnatas. Em alguns palcos o pano de boca descia, em vez de subir, como os de hoje. Palcos a cinco pés de altura. O fundo em geral formado de uma bem elaborada construção contínua de uma ala a outra, que ajudava a recambiar a voz dos atores para a enorme assistência. Sêneca fala de "mecânicos teatrais que inventaram plataformas que sobem como por si mesmas, ou chão que se ergue silenciosamente no ar".[35] A mudança de cenário era efetuada por meio de prismas girantes ou recolhendo um painel e deixando que atrás aparecesse outro. Acústica obtida por meio de jarros ou botijas insertas no chão e nas paredes do palco.[36] Platéia refrescada com fios de água a correrem pelos corredores; às vezes uma mistura de água, vinho e açafrão descia vaporizada sobre os espectadores.[37] Grandes pinturas nos cenários e muitas estátuas. É possível que nenhum teatro moderno, de qualquer país do mundo, se equipare em tamanho e esplendor ao teatro de Pompeu.

Mais populares ainda eram o circo, o estádio e o anfiteatro. Roma possuía vários estádios, de uso principalmente nas competições atléticas. Corridas de cavalo e carro e outros espetáculos eram realizados no Circo Flamínio, no Campo de Marte, ou mais freqüentemente no Circo Máximo, reconstruído por César entre os montes Aventino e Palatino. Este circo formava imensa elipse de 2.200 pés de comprimento por 705 de largura, com assentos de madeira para 180.000 espectadores.[38] Trajano reconstruiu esses assentos em mármore, o que nos dá uma idéia da riqueza de Roma.

Em comparação, o Coliseu era uma modesta estrutura, pois só comportava 50.000 espectadores. Nada de novidade no palco; as cidades da Itália grega já conheciam o anfiteatro; Cúrio, como já vimos, *compôs* um em 53 a.C.; César construiu outro em 46; Estatílio Tauro, outro em 29 a.C. O Anfiteatro Flaviano, como Roma denominava o Coliseu, foi começado por Vespasiano e acabado por Tito no ano 80 de nossa era. Ignora-se quem foi o arquiteto. Situava-se entre os montes Célio e Palatino, no ponto dos lagos da Casa de Ouro de Nero, feito de pedra travertina, em forma elíptica, com 1.790 pés de roda. O muro externo elevava-se a 157 pés de altura, e era dividido em três andares, o primeiro parcialmente sustentado sobre colunas toscano-dóricas, o segundo sobre colunas jônicas, e o terceiro sobre colunas coríntias, com um arco em cada espaço intercolunar. Corredores em abóbadas, às vezes cruzadas no estilo dos claustros medievais. O interior também dividido em três bancadas, sustidas sobre arcos, com fileiras concêntricas de camarotes e lugares, a intervalos interrompidas por *cunei*, ou "cunhas", que eram as escadarias. O aspecto que o interior apresenta hoje é a enorme massa de alvenaria que algum gigante teria rasgado de arcos e corredores. Estátuas e outras decorações adornavam o Coliseu, cujos assentos em boa parte eram de mármore. Havia 80 entradas, das quais duas reservadas para o Imperador e sua comitiva; graças a essas entradas e às saídas (*vomitoria*) o Coliseu podia esvaziar-se em poucos minutos. A arena, com 287 pés por 180, era rodeada de um muro de 15 pés,

encimado por gradil de ferro para proteção do público contra as feras. Não existe beleza no Coliseu, e sua imensidade revela uma certa rudeza no caráter romano — mas rudeza com grandeza. Suas ruínas são as mais imponentes de todas do mundo clássico. Os romanos construíam como gigantes; seria demais que deles exigíssemos um acabamento de ourives.

A arte romana *misturou* os estilos ático, asiático e alexandrino — significativos de medida, imensidade e elegância, mas não os *combinou* na unidade orgânica que é uma condição de beleza. Há algo de oriental na força crua dos edifícios tipicamente romanos; impressionam mais do que encantam; o próprio Panteão de Adriano revela-se mais maravilhoso do que artístico. Salvo em certos momentos, como no apogeu dos relevos e vidros da era de Augusto, não devemos procurar em Roma delicadeza de sentimento ou requinte de execução; a arte a ser procurada ali é a do engenheiro que visa a perfeição da estabilidade, da economia de materiais e da boa adaptação ao uso; quanto ao mais, o que transparece é a paixão do *parvenu* pela imensidade e o enfeite, e a insistência do soldado pelo realismo da força. Os romanos não levavam nada ao acabamento perfeito, porque os conquistadores não se tornam joalheiros. O acabamento romano era um acabamento de conquistadores.

Não há dúvida de que criaram a cidade mais fascinante e influente da História. Também criaram uma arte plástica pictórica e estrutural que todos os homens podiam entender, dentro da cidade que todos os cidadãos podiam usar. A massa da população livre era pobre, embora comparticipasse dos produtos da riqueza romana: alimentava-se com o trigo do governo, sentava-se quase sem nenhuma despesa nos teatros, anfiteatros, estádios e circos; exercitava-se, refrescava-se, educava-se nos banhos públicos, gozava-lhe da sombra das colunas e passeava sob pórticos decorados em uma extensão de muitas milhas de rua — três milhas só no Campo de Marte. Nunca vira o mundo uma metrópole assim. Em seu centro, o tumultuoso Fórum rumorejava de discursos e debates de todos os negócios do Império; depois, a série enorme dos majestosos templos, das basílicas e palácios, dos teatros e banhos, numa profusão sem rival; depois, as lojas cheias e os cortiços formigantes; e o casario da gente abastada e os jardins, e mais templos e mais banhos públicos; e por fim a zona de vilas e propriedades que projetavam a cidade, campo adentro, ligando a montanha ao mar. Eis a Roma dos césares — orgulhosa, poderosa, caótica, brilhante, materialista, cruel, iníqua e sublime.

CAPÍTULO XVII

Roma Epicurista

30 a.C. — 96 d.C.

I. O POVO

ENTREMOS nessas casas, nesses templos, banhos e teatros, e observemos como aquele povo vivia, pois certamente o acharemos mais interessante que sua arte. Cumpre, porém, não esquecermos que lá pelo tempo de Nero os romanos só eram romanos geograficamente. Aquelas condições que Augusto procura alterar — celibato, esterilidade voluntária, aborto e infanticídio na velha cepa, bem como alforria e maior fecundidade entre os elementos mais novos — haviam transformado o caráter racial, o temperamento moral e até a própria fisionomia do povo romano.

Nos começos multiplicaram-se, arrastados pelo ímpeto do sexo, desejosos de muitos filhos para depois da morte terem quem lhes cuidasse dos túmulos; mas já no final as classes alta e média aprenderam a distinguir entre sexo e proliferação, e começaram a ficar cépticos quanto ao outro mundo. Nos primeiros tempos a criação de filhos constituía dever de honra para com o Estado; agora o absurdo era querer mais gente numa metrópole já tão povoada. E ao contrário do que fora, os solteiros abastados e os maridos sem prole eram trazidos nas palmas das mãos pelos sicofantas desejosos de sua herança. "Nada", diz Juvenal, "nos torna tão caros a nossos amigos como uma esposa estéril."[1] E um tipo de Petrônio diz: "Crotona só tem duas classes de habitantes — os lisonjeados e os lisonjeadores; e o crime único em Crotona é criar filhos que vos herdem o dinheiro. Tal qual um campo de batalha em repouso: nada senão cadáveres e corvos a devorá-los."[2] À mãe que havia perdido o filho único, Sêneca procurou consolar dizendo que ela ia tornar-se muito querida, "porque entre nós a ausência de filhos nos dá mais força do que a presença".[3] Cornélia, mãe dos Gracos havia tido 12 filhos; mais tarde talvez nem cinco famílias desse tamanho fossem encontradas entre os patrícios e eqüestres da Roma de Nero. O casamento, aquela antiga união econômica para toda a vida, era agora para milhares de romanos uma aventura passageira sem grande significação espiritual, um frouxo contrato para troca de satisfações fisiológicas e ajuda política. A fim de manter-se com a mesma liberdade de testar dos solteiros, algumas mulheres casavam-se com eunucos;[4] outras, com maridos de fachada, pobres homens que lhes permitiam ter quantos amantes quisessem.[5] Os sistemas para evitar filhos eram mecânicos e químicos.[6] E quando falhavam, recorria-se ao aborto, condenado pela lei e pelos filósofos, mas praticado até pelas melhores famílias. "As mulheres pobres", diz Juvenal, "sofrem os perigos do parto e todos os incômodos da criação do filho... mas quantas vezes um leito dourado recebe uma mulher grávida? Grandes são a habilidade e a força das drogas dos produtores de

aborto!" Não obstante, Juvenal diz ao marido, "rejubila-te; dá-lhe a beber a poção... porque se ela der à luz um filho poderás vir a ser pai de um etíope."[7] Em uma sociedade tão esclarecida o infanticídio tinha de tornar-se raro. (Às vezes, no século I, meninas ou filhos ilegítimos eram expostos, em regra, na base da Coluna Lactária, assim chamada porque o Estado provia amas-de-leite para as crianças lá encontradas.[8] Mas o abandono de recém-nascidos é coisa de todas as sociedades, menos as não-civilizadas.)

Mas a esterilidade dos ricos era neutralizada pelo fluxo imigratório e pela fecundidade dos pobres, de modo que a população de Roma e do Império crescia sempre. Beloch calculou a população de Roma, no começo do Principado, em 800.000 almas; Gibbon, em 1.200.000; Marquardt, em 1.600.000. (Em 1976 a população de Roma era de 2.884.000 habitantes.) Para a população do Império, Beloch dava 54.000.000 e Gibbon, 120.000.000.[9] A aristocracia mostrava-se tão numerosa quanto antes, mas já com as origens muito alteradas. Não se ouve mais falar de Emílios, Cláudios, Fábios, Valérios; de todos os orgulhosos clãs que até César davam o tom a Roma, só perduravam os Cornélios. Algumas famílias tinham sido tragadas pela guerra ou pelas execuções políticas; outras pereceram por falta de descendência, por degeneração fisiológica ou empobrecimento — o que as lançava na massa dos plebeus. O lugar dessas famílias foi logo ocupado pelos homens de negócio, pelos dignitários municipais italianos e pelos nobres das províncias. No ano 56 de nossa era declarou um senador que "a maioria dos cavaleiros e muitos senadores eram descendentes de escravos".[10] Depois de uma geração ou duas, os novos aristocratas adotavam os costumes de seus predecessores, passavam a ter menos filhos e mais luxo, e rendiam-se à inundação vinda do Oriente.

Os primeiros chegados foram os gregos, não tanto do continente como da Cirenaica, Síria, Egito e Ásia Menor. Eram semi-orientais, muito vivos e hábeis, em regra dedicados ao pequeno comércio ou à importação; vinham entre eles escritores, cientistas, artistas, professores, atores, médicos, músicos; e alguns sincera ou venalmente devotados à filosofia; e também hábeis administradores e financistas, em geral sem escrúpulos e sem crenças religiosas. Em sua maioria vinham como escravos; quando libertos, conservavam exteriormente o servilismo e por dentro o ódio ao romano rico que intelectualmente parasitava a cultura da antiga Hélade. As ruas de Roma enxameavam de inquietos e volúveis gregos, e a língua grega era ouvida com mais freqüência que o latim; quem quisesse ser lido por todas as classes, tinha de escrever em grego. Quase todos os cristãos primitivos de Roma falavam grego, e o mesmo acontecia aos egípcios, sírios e judeus. Uma grande colônia de egípcios — negociantes, artesãos e artistas — localizava-se no Campo de Marte. Sírios delicados, afáveis, astuciosos espalhavam-se por toda a cidade, no comércio e nos ofícios, como secretários, financistas ou chicanistas.

No tempo de César os judeus formavam uma parte substancial da população. Uns tantos tinham vindo para Roma já em 140 a.C.,[11] e muitos foram trazidos como prisioneiros de guerra depois das campanhas de Pompeu em 63 a.C. Rapidamente se alforriaram, parte em conseqüência do espírito industrioso e capacidade de economizar, parte porque seus costumes religiosos desagradavam aos senhores. Em 59 a.C. já havia nas Assembléias tantos judeus, que Cícero considerava uma temeridade política desafiar a oposição dessa gente.[12] De um modo geral, o partido republicano hostilizava os judeus, e os populares e os imperadores os favoreciam.[13] (Os judeus sustentavam

a política de César, que em retribuição os protegia. Augusto seguiu César, mas Tibério, hostil a todos os credos de fora, recrutou quatro mil judeus para trabalhos de guerra quase suicidas na Sardenha, e expulsou de Roma o resto [19 d.C.][14] Doze anos depois, convencido de que fora induzido em erro por Sejano, revogou o edito e proibiu que alguém molestasse os judeus em suas práticas religiosas e costumes.[15] Calígula protegeu-os em Roma e oprimiu-os fora. Por causa de tumultos de rua, Cláudio exilou alguns, mas em um edito de 42 confirmou o direito de viverem os judeus de acordo com sua lei em todo o Império. Em 94 Domiciano baniu-os para o vale de Egéria; em 96 Nerva revogou o banimento e restaurou-os em seus direitos civis, seguindo-se uma geração de paz.) Lá pelo fim do século I já eram em número de 20.000 na capital.[16] Em sua maioria residiam no lado oeste do Tibre, periodicamente suportando os efeitos da inundação. Trabalhavam nas docas próximas e no comércio miúdo de mascateação. Havia entre eles alguns ricos, mas poucos grandes negociantes; o comércio internacional estava dominado pelos sírios e gregos. Numerosas sinagogas foram aparecendo em Roma, cada qual com sua escola, seus escribas e sua *gerousia*, ou senado de anciãos.[17] O separatismo dos judeus, o desprezo que mostravam pelo politeísmo e a adoração de imagens, a severidade de sua moral, a recusa de freqüentar jogos e teatros, seus costumes e cerimônias tão estranhos, a pobreza em que viviam e a conseqüente sujeira, tudo coisas provocadoras dos inevitáveis antagonismos de raça. Juvenal denunciou-lhes a fecundidade; Tácito, o monoteísmo; Amiano Marcelino, o gosto pelo alho.[18] O antagonismo foi agravado pela sangrenta captura de Jerusalém e a procissão de prisioneiros e despojos sagrados no triunfo de Tito e nos relevos de seu arco. Vespasiano agravou a situação, ordenando que o meio siclo anualmente pago pelos judeus dispersos em benefício do Templo em Jerusalém fosse empregado na reconstrução de Roma. Não obstante, muitos romanos cultos admiravam o monoteísmo dos judeus; vários converteram-se ao judaísmo e até membros de grandes famílias observavam o sábado como dia de prece e repouso.[19]

Se aos gregos, sírios, egípcios e judeus acrescentarmos os númidas, núbios e etíopes do norte da África; e um pouco de árabes, partas, capadócios, armênios, frígios e bitínios da Ásia; e robustos "bárbaros" da Dalmácia, Trácia, Dácia e Germânia; e bigodudos nobres da Gália; e poetas e campônios da Espanha, e "tatuados selvagens da Bretanha"[20] — teremos o mosaico étnico da heterogênea e cosmopolita Roma. Marcial admirava-se da facilidade com que as cortesãs romanas ajustavam sua língua e seus encantos a uma clientela tão sortida.[21] Juvenal queixava-se de que o Orontes, o grande rio da Síria, estava despejando no Tibre;[22] e Tácito descreveu Roma como "a cloaca do mundo".[23] Rostos orientais, vestes, palavras, gestos, brigas, crenças e idéias orientais constituíam boa parte da vida de Roma. No século III já o governo estaria reduzido ao monarquismo oriental e no século IV a religião de Roma seria uma religião oriental, com os senhores do mundo de joelhos diante do deus dos escravos.

Nessa população assim misturada havia elementos nobres, capazes de mostrar desprezo pela Popéia de Nero em um tempo em que nenhum senador ousava abrir a boca; e esses elementos invadiram o Senado para protestar contra a execução em massa dos escravos de Pedânio Secundo.[24] Não faltavam nos judeus as singelas virtudes do homem comum; exemplares na vida de família, a piedade e decência das pequenas associações cristãs punham em relevo a soltura romana. Mas a maior parte da gente vinda de fora mostrava-se completamente desmoralizada pelo desenraizamento do meio natal e da cultura em que havia nascido; os anos de escravidão destruíam-lhe o

amor-próprio, que é a espinha dorsal da boa conduta humana; e os constantes atritos com grupos de outros costumes e idéias haviam carcomido o que ainda lhes restava da moralidade tradicional. Se em tão pouco tempo não houvesse engolido tantos homens de sangue estrangeiro, se houvesse feito passar esses novos elementos pelo crivo das escolas em vez de largá-los nos cortiços, se os houvesse tratado como homens dotados de excelências potenciais, se a espaços fechasse a porta para que a assimilação se pusesse em dia com a infiltração, Roma teria ganho com essa infusão de sangue nova vitalidade racial e literária e poderia permanecer romana — a Roma romana, voz e cidadela do Ocidente. Mas não foi assim. A vitoriosa Roma iria ser condenada pela própria vastidão de suas conquistas; teria seu velho sangue diluído naquele oceano de súditos; e arrastadas pela força do número, suas classes superiores seriam absorvidas pelos outrora escravos. A quantidade abafa a qualidade; o conquistado fecundo assenhoreou-se da casa do conquistador estéril.

II. EDUCAÇÃO

Pouco sabemos da criança romana, mas a julgarmos pelos epitáfios e documentos da arte, quando os filhos vinham, tornavam-se muito queridos. Juvenal suspende sua cólera para escrever uma enternecida passagem sobre os bons exemplos que cumpre dar aos filhos, e o que é preciso afastar de seus olhos, e o respeito que devemos mostrar ainda nos excessos de nosso amor.[25] Em um discurso que nos lembra Rousseau, Favorino pedia às mães que amamentassem os filhos.[26] Sêneca e Plutarco disseram o mesmo; a amamentação por meio de amas era a regra em todas as famílias abastadas, sem que nenhuma tragédia decorresse disso. (Brinquedos e jogos, muitos como os de hoje. Os meninos jogavam a amarelinha, a corda puxada por dois grupos, o tento, a cabra-cega, o esconde-esconde; e havia as bonecas, o arco de rodar, o cavalo-de-pau, o papagaio de hoje. Cinco jogos de bola diferentes. Um era parecido com o futebol, embora jogado mais com os braços e mãos do que com os pés.[27])

A primeira educação vinha das amas, em geral gregas. O conto de fadas: "Era uma vez um rei e uma rainha..." Estudos primários também em casa. Os ricos tomavam mestres para os filhos, embora Quintiliano, como mais tarde Emerson, os tenha advertido do mal que é privar os filhos da criação conjunta, que desenvolve as amizades e as rivalidades estimulantes. Em regra o menino e a menina, depois de algum estudo em casa, ia para a escola elementar, lá pelos sete anos; era acompanhado na ida e na volta por um *paedagogus* ("condutor de menino"), encarregado da segurança e da moral do pequeno. Tais escolas existiam por toda parte do Império, mesmo nas menores cidades; o que aparece escrito nas paredes de Pompéia sugere a generalização do ensino; e talvez a educação estivesse mais difundida no Mediterrâneo como em tempo nenhum antes ou depois. O pedagogo e o professor (*ludi magister*, "mestre-escola") eram quase sempre gregos libertos ou escravos. Na cidade natal de Horácio cada aluno pagava ao professor oito asses por mês (48 *cents* americanos);[28] 350 anos depois fixava Diocleciano o máximo de pagamento a um professor primário em 50 denários ($20) por mês e aluno; por estes números podemos julgar tanto do salário dos professores como da queda de valor do asse.

Lá pelos 13 anos os bons alunos de ambos os sexos passavam para a escola secundária, das quais no ano 130 de nossa era, havia 20 em Roma. Estudavam mais gramática, língua grega, literaturas latina e grega, música, astronomia, história, mitologia e filosofia, geralmente por meio da leitura comentada dos poetas clássicos. Até aí, o mesmo ensino para os dois sexos; daí por diante passavam as meninas a receber ensino adicional de música e dança. Como os professores secundários (*gramatici*) fossem quase sempre gregos, muito naturalmente puxavam para a história e a literatura gregas, e a cultura romana foi tomando um tom grego; até o fim do século II quase toda a educação superior era dada em grego, de modo que a literatura latina encontrou-se envolvida e apagada pelo *koinê* helênico e a cultura geral grega.

O equivalente romano de nossa educação universitária estava nas escolas de retórica. O Império enxameava de retóricos, que defendiam clientes nos tribunais ou para eles compunham discursos, ou produziam conferências públicas, ou ensinavam a arte de bem-falar — ou faziam todas as quatro coisas ao mesmo tempo. Muitos viajavam de cidade em cidade, prelecionando sobre literatura, filosofia ou política, e mostrando como tratar de qualquer assunto com habilidade oratória. Plínio, o Moço, fala de um grego de 63 anos de idade de nome Iseu:

> Ele apresenta para o debate diversas questões, dando à assistência liberdade de escolha ou pede que indiquem que lado ele deve defender; e então levanta-se, arruma as vestes e começa. ... Sabe apresentar o tema com grande propriedade, sua exposição é clara, a controvérsia engenhosa, a lógica inexorável e a retórica sublime.[29]

Tais homens abriam escolas, empregavam assistentes e reuniam bom número de alunos, em geral meninos de 16 anos que pagavam até dois mil sestércios pelo curso. Matérias principais: retórica, geometria, astronomia e filosofia; entrava nesta muito do que hoje chamamos ciência. Temos aqui a "educação liberal" — isto é, a educação do homem livre e abastado (*homo liber*), que com toda probabilidade não terá nunca de trabalhar manualmente. Petrônio queixava-se, como todas as gerações se queixam, de que a educação daquela época não preparava a mocidade para os problemas da idade madura: "As escolas são culpadas das grandes tontices de nossos moços, já que nelas nada aprendem das realidades da vida."[30] Mas nós sabemos que a escola romana dava a seus alunos a clareza e agilidade mental que distinguem os advogados em todos os tempos e a capacidade de eloqüência sem escrúpulos, própria dos oradores romanos. Pelo que sabemos, as escolas não conferiam graus. O estudante podia freqüentá-las o tempo que quisesse e seguir quantos cursos lhe aprouvesse; Aulo Gélio deixou-se ficar na escola 25 anos. Também a freqüentavam as mulheres, algumas depois do casamento. As desejosas de mais instrução iam para Atenas beber filosofia na fonte, ou para Alexandria estudar medicina, ou para Rodes, apurar-se nas últimas sutilezas da retórica. Cícero gastava quatro mil dólares por ano com a manutenção de seu filho na universidade de Atenas.

No tempo de Vespasiano as escolas de retórica já haviam crescido tanto em número e influência, que o esperto Imperador teve como de bom aviso colocar as mais importantes sob o controle do governo, por meio do pagamento pelo Estado dos professores; os salários iam até 100.000 sestércios ou $10.000 por ano. Mas não temos informes sobre o número de professores assim subvencionados nem em quantas cidades entrou a vigorar o regime. Surgiam dotações de vulto para a educação superior, como a de Plínio, o Moço.[31] Trajano proporcionou educação para cinco mil meninos com mais cérebro do que dinheiro. No reinado de Adriano o financiamento da cultura pelo governo já se havia espalhado por muitas municipalidades do Império, e um fundo de aposentadoria foi previsto. Adriano e Antonino isentaram os professores de todas as taxas e mais encargos cívicos. A Educação alcançava o apogeu, mas a superstição crescia, a moral declinava e a literatura entrava em decadência.

III. OS SEXOS

A vida moral da juventude era muito fiscalizada nas meninas, mas indulgente nos rapazes. Como os gregos, os romanos não condenavam a aproximação entre os homens e as cortesãs. A profissão era legalizada e restrita; bordéis (*lupanaria*) extramuros e só abertos de noite; prostitutas (*meretrices*) registradas na municipalidade e obrigadas a usar a toga em vez da estola. Algumas mulheres registravam-se para evitar as penalidades que incidiam sobre as adúlteras. O pagamento era ajustado de modo que essas mulheres ficassem ao alcance de todas as bolsas; já fizemos referências às "mulheres-de-um-quarto-de-asse". Mas havia um número cada vez maior de cortesãs bem-educadas, que tentavam os homens com a poesia, o canto, a música, a dança,

a conversa culta. Não era preciso sair fora da cidade para encontrá-las; viviam intramuros, com outras damas de fácil acesso; Ovídio assegura-nos que podiam ser encontradas sob os pórticos, no circo, nos teatros, e "tão numerosas quanto as estrelas do céu";[32] e Juvenal mostra-as nos precintos dos templos, particularmente no de Ísis, a deusa amiga do amor.[33] Os autores cristãos dizem que o amor era praticado até dentro das naves e entre os altares dos templos romanos.[34]

A prostituição masculina acompanhava a feminina. Condenado pela lei mas tolerado pelos costumes, o homossexualismo florescia como no Oriente. "Fui ferido pelo dardo do amor", canta Horácio — e por quem? — "por Lisisco, que em matéria de ternura suplanta qualquer mulher"; dessa paixão só poderá libertar-se com "outro amor por alguma linda virgem ou gracioso rapaz".[35] Os melhores epigramas de Marcial giram em torno da pederastia; e uma das menos publicáveis sátiras de Juvenal é sobre a queixa de uma mulher contra a ultrajante competição.[36] A *Priapéia*, poesia erótica, hetero e homossexual, circulava livre em Roma.

O casamento lutava bravamente contra esses substitutos e, ajudado pelos pais ansiosos e pelos corretores matrimoniais, procurava encontrar para cada moça pelo menos um marido temporário. Moças solteiras acima de 19 anos eram consideradas "tias" — embora fossem coisa rara. Os noivos raramente se viam; nada de galanteios nem noivado — nem havia palavra para designá-lo; Sêneca se queixa de que tudo era experimentado antes da compra, menos a noiva pelo noivo.[37] Muito raro o apego sentimental antes do casamento; a poesia de amor era endereçada às damas casadas ou a mulheres com quem o poeta jamais pensou em casar-se; as escapadas femininas vinham depois do matrimônio, como na França medieval e moderna. O primeiro Sêneca dava o adultério como generalizado entre as damas romanas,[38] e o segundo Sêneca comentava que a mulher casada que se satisfazia apenas com dois amantes era um modelo de fidelidade.[39] "Mulher pura", canta o cínico Ovídio, "só as que nunca foram solicitadas; e não passa de um bruto o marido que se zanga com os amores da esposa."[40] Mas isto são conceitos literários; de mais confiança nos parece o singelo epitáfio de Quinto Vespilo no túmulo de sua mulher: "Raramente o matrimônio vai sem divórcio até o fim; o nosso durou feliz 41 anos."[41] Fala Juvenal da mulher que se casou oito vezes em cinco anos.[42] Como se casassem por considerações de dote ou aliança política em vez de amor, muitas mulheres tinham como certo entregar o dote ao esposo e o corpo ao amante. "Acaso não combinamos", diz uma adúltera de Juvenal ao esposo que entra inesperadamente, "que viveríamos os dois como quiséssemos?"[43] A "emancipação" das mulheres de Roma era tão completa naquele tempo como hoje, apesar da letra morta das leis. A legislação conservava a mulher sujeita ao homem; os costumes libertavam-na.

Em certo número de casos a emancipação, como hoje, significava industrialização. Algumas mulheres trabalhavam em lojas ou fábricas, principalmente no ramo têxtil; outras profissionalizavam-se advogadas e médicas;[44] algumas tornavam-se politicamente poderosas; as mulheres dos governadores de províncias passavam em revista as tropas e dirigiam-lhes a palavra.[46] As Virgens Vestais conseguiam a nomeação de seus candidatos, e as damas de Pompéia gravavam nas paredes as suas predileções políticas. Os conservadores murmuravam, queixavam-se da realização da advertência de Catão, de que se as mulheres conseguissem a igualdade passariam a dominar. Juvenal horrorizava-se de ver atrizes, atletas, gladiadoras e poetisas;[46] Marcial descreve-as lutando na arena até contra leões;[47] Estácio fala de outras que morreram em tais jus-

tas.[48] Damas passavam pelas ruas em cadeirinhas, "expondo-se à vista de todos os lados";[49] conversavam como homens nos pórticos, nos parques, nos jardins, nos templos; iam com eles aos banquetes públicos ou não, ao anfiteatro e ao teatro, onde "seus ombros nus", diz Ovídio, "nos dão algo encantador para o regalo dos olhos".[50] Em suma, uma sociedade alegre, colorida e multissexual, que espantaria os gregos do tempo de Péricles. Na estação própria as damas elegantes enchiam com seus risos, com sua orgulhosa beleza, com suas audácias de amor e intrigas políticas, os barcos de recreio, as praias, as Vilas de Baias e outras estações. E os velhos, tomados de saudades, denunciavam aquilo.

As mulheres frívolas ou imorais eram, como hoje, forte minoria. Tão numerosas quanto estas — embora com menos notoriedade — as que se apaixonavam pela arte, a religião ou a literatura. Os versos de Sulpícia foram equiparados aos de Tibulo; altamente eróticos, mas dirigidos ao esposo, o que os fazia quase virtuosos.[51] Teófila, a amiga de Marcial, era filósofa, profunda conhecedora dos sistemas estóico e epicurista. Outras entregavam-se à filantropia e ao serviço social, doavam templos, teatro e pórticos a suas cidades, e patrocinavam associações de classe ou *collegia*. Uma inscrição em Lanúvio fala de uma *curia mulierum*, "assembléia de mulheres"; Roma tinha um *conventus matronarum*; e talvez houvesse na Itália uma federação nacional de clubes femininos. Em todo caso, depois da leitura de Marcial e Juvenal ficamos desapontados de descobrir em Roma tantas mulheres honestas. Otávia, fiel a Antônio apesar de todas as traições e a criar devotadamente os filhos exóticos do mau esposo; Antônia, filha de Otávia, a casta esposa de Druso e a mãe perfeita de Germânico; Malônia, que publicamente reprovou a maldade de Tibério e depois se matou; Árria Peta, que quando Cecina Peto recebeu de Cláudio ordem para suicidar-se cravou no peito o punhal e, moribunda, entregou-o ao marido dizendo, "não dói";[52] Paulina, que tentou matar-se juntamente com Sêneca; Polita, que quando Nero lhe executou o esposo começou a matar-se de inanição, e quando seu pai também foi sentenciado, suicidou-se com ele;[53] Epícaris, a liberta que padeceu todas as torturas mas não traiu a conspiração de Pisão; as inúmeras mulheres que esconderam e protegeram os maridos no tempo das proscrições, ou com eles foram para o exílio, ou, como Fânia, a mulher de Helvídio, defenderam-nos com grande risco: bastam estas para anular na balança todas as malucas de Marcial e Juvenal.

Atrás dessas heroínas estão as mulheres anônimas cuja fidelidade marital e cujos sacrifícios maternais sustentavam toda a estrutura da vida romana. As velhas virtudes — *pietas, gravitas, simplicitas*, a mútua devoção entre pais e filhos, o severo senso da responsabilidade, o desprezo da extravagância e da ostentação — tudo isso ainda enfibrava o lar romano. As belas e saudáveis famílias que Plínio conta não surgiram subitamente no reinado de Nerva e Trajano; vinham do tempo dos déspotas, sobreviveram à espionagem dos imperadores, à degradação da populaça, à vulgaridade do submundo. Podemos visualizar de relance tais lares nos epitáfios conjugais e filiais. "Aqui", diz um, "jazem os ossos de Urbília, esposa de Primo. Foi-me mais cara que a vida. Faleceu com 23 anos, amada de todos. Adeus, consolação minha!" E outro: "A minha cara mulher, com quem passei 18 felizes anos. E por amor dela jamais me casarei de novo."[54] Estamos vendo essas mulheres em suas casas — fiando na roca, educando e ralhando com os filhos, comparticipando com os maridos na imemorial adoração dos deuses lares. A despeito de toda a sua imoralidade, foi Roma, não a Grécia, que ergueu a família a uma nova altura no mundo antigo.

IV. O VESTUÁRIO

A julgarmos por umas tantas centenas de estátuas, os homens do tempo dos primeiros imperadores eram mais fortes e bem afeiçoados que os da jovem República. A governança do mundo tornava muitos deles caracteristicamente duros e severos, mais de temer que de amar, mas a mesa, o vinho e a indolência haviam dado a outros um aspecto físico desagradável para os Cipiões. Ainda barbeavam-se totalmente ou eram barbeados pelos *tonsores*. A primeira barba feita marcava um dia de festa na vida de um moço, e com freqüência dedicavam a um deus o produto da primeira tosa.[55] Os romanos comuns continuaram o velho costume do cabelo cortado rente, mas aumentava o número dos moços que o usavam crespo; Marco Antônio e Domiciano aparecem assim nas esculturas. Muitos homens usavam perucas, e alguns calvos apareciam com mechas de cabelo pintadas no couro reluzente.[56] Todas as classes traziam uma simples túnica ou blusa; a toga era veste para as ocasiões cerimoniosas, como a casaca e o fraque modernos. César usava uma toga púrpura, simbólica do posto; muitos dignitários imitaram-no, mas em breve a toga púrpura tornou-se privativa dos imperadores. Nada de calças incômodas, nem de botões, nem os nossos canudos de mangas, embora no século II os homens começassem a enlear as pernas em *fasciae*, ou faixas. O calçado ia das sandálias — uma sola de couro ou cortiça firmada à moda nipônica por uma correia entre o dedão e seu vizinho — ao sapato alto todo de couro, ou de couro e pano, usualmente trazido com a toga em *synthesis*, ou no traje de rigor.

As romanas do começo do Império, como as vemos nos afrescos, esculturas e moedas, aproximavam-se muito das americanas do começo do século XX, embora quase todas fossem morenas. Moderadamente esbeltas, e de uma graça hipnótica nas vestes que traziam. Conheciam o valor do sol, dos exercícios, do ar livre; manejavam os halteres algumas, outras nadavam assiduamente, outras faziam regime; e mantinham os seios em corpetes.[57] O cabelo feminino era penteado para trás com um coque na nuca, freqüentemente preso em redinha e atado com fita à cabeça. Mais tarde a moda exigiu um penteado mais alto, com suporte interno e cabelos postiços importados da Germânia.[58] Uma dama elegante ocupava diversas escravas durante horas para lhe fazer as unhas e penteá-la.[59]

Cosméticos tão variados quanto hoje. Juvenal descreve o "embelezamento" como uma das mais importantes técnicas dos tempos; médicos, rainhas e poetas escreveram volumes sobre o assunto.[60] O *boudoir* de uma dama romana era um arsenal de tesouras, frisadores, navalhas, cremes, óleos, pincéis e escovas, pentes, raspadeiras, redinhas de cabelo e perucas; e vidros e potes de perfumes, cremes, pastas; e pedras-pomes, e sabonetes. Muito uso de depilatórios e pomadas para ondear ou segurar o cabelo. Muitas aplicavam no rosto, à noite, máscaras de massa e leite de jumenta, numa mistura arranjada por Popéia, que a tinha como muito boa para sua má cutis; daí andar nas viagens seguida de jumentas; às vezes um rebanho inteiro, para seus banhos de leite.[61] Empoamento do rosto e aplicação do ruge; sobrancelhas e pestanas pintadas de preto — e até as veias eram às vezes acentuadas com tinta azul.[62] Juvenal queixava-se de uma rica dama que "exsuda tanta pomada popeana que deve grudar nos lábios do infeliz esposo",[63] o qual nunca lhe vê a cara. Ovídio acha que tais truques decepcionam, e aconselha às mulheres elegantes a ocultarem-nos de seus amantes — menos o pentear-se, que era coisa muito do gosto do poeta.[64]

Fina roupa branca foi-se acrescentando ao singelo vestuário da Roma anterior a Aníbal. *Écharpes* para os ombros e véus davam ao rosto das mulheres uma atração misteriosa. No inverno, peliças. Tão comum se tornou a seda, que era usada por ambos os sexos. Seda e linho estampados com tintas caras; os romanos às vezes pagavam mil denários por uma libra de lã de Tiro duplamente tingida.[65] Bordados de ouro e fios de prata enfeitavam os vestidos, as cortinas, os tapetes, as colchas. Os sapatos femininos eram de couro macio ou pano, às vezes finamente recortados *à jour* ou marchetados de ouro e mesmo cravejados de gemas;[66] os saltos altos corrigiam a pequena estatura.

A jóia ocupava muito espaço no equipamento feminino. Anéis, brincos, amuletos, colares, braceletes, cadeias, broches — tudo necessidades da vida. Lólia Paulina usou certa vez um vestido de alto a baixo recoberto de pérolas e esmeraldas e trouxe consigo os recibos para provar o

custo: 40.000.000 de sestércios.[67] Plínio descreve mais de 100 pedras preciosas usadas em Roma — e o negócio das imitações tornou-se grande; as "esmeraldas" romanas feitas de vidro eram superiores às imitações modernas, sendo até o século XIX vendidas como verdadeiras.[68] Homens e mulheres tinham paixão pelas belas gemas. Um senador romano apareceu com um anel em que havia uma opala do tamanho de uma avelã. Sabendo disso, Antônio o proscreveu, mas o homem fugiu, levando dois milhões de sestércios no dedo; provavelmente eram as jóias naquele tempo, como tantas vezes, um recurso contra a inflação e a revolução. Baixela de prata, muito comum nas classes alta e média. Tibério e outros imperadores lançaram editos contra o luxo, mas, leis de impossível execução, ficaram letra morta. Tibério cedeu, e confessou que a ostentação dos patrícios e *parvenus* dava emprego aos artesãos de Roma e do Oriente, e fazia com que o dinheiro voltasse às províncias muito tributadas. "Sem o luxo", disse ele, "como Roma e as províncias poderiam viver?"

O vestuário romano de modo nenhum era mais luxuoso que o da mulher moderna, e não se equiparava em esplendor e preço ao dos senhores medievais. A moda em Roma não mudava tão depressa como as nossas; um bom traje podia ser usado a vida inteira sem sair da moda. Mas comparados com os padrões da República, antes que Lúculo e Pompeu introduzissem com o saque a ostentação oriental, as classes superiores de Roma viviam em um paraíso de roupas finas, de requintes de mesa, de elegância de mobiliário e suntuosidade de moradia. Podada em seu poder político, a aristocracia retirou-se das *curia* para seus palácios e entregou-se, sem moral mas com filosofia, ao cultivo do prazer e da arte de viver.

V. UM DIA ROMANO

O luxo da casa ia muito além do luxo da indumentária. Pavimentos de mosaico e mármore; colunas de mármore policrômico, alabastro e ônix; paredes recobertas de pinturas murais ou incrustadas de pedras semipreciosas; tetos chapeados de ouro,[65] prata e vidro;[70] mesas de limoeiro com pernas de marfim; divãs decorados com embutidos de tartaruga, marfim, prata e ouro; brocados alexandrinos ou da Babilônia, pelos quais milionários comuns pagaram 800.000 sestércios e Nero pagou quatro milhões;[71] leitos de bronze com cortinados; candelabros de bronze, de mármore, de vidro; estátuas, pinturas, objetos de arte; vasos de bronze de Corinto ou de vidro murrino — eis alguma coisa do que se via nas mansões romanas do tempo de Nero.

Em tais residências vivia o dono como em um museu. Escravos para guardar tantas riquezas, e mais escravos para guarda dos escravos. Residências havia com 400, empenhados no serviço, na fiscalização ou na indústria; a vida dos grandes homens, mesmo na intimidade dos quartos, era passada à vista dos escravos. À mesa, um de cada lado; ao despir-se, dois a seus pés, um a descalçá-lo; ao repousar, um em cada porta — isso não era o paraíso. Para acentuar a miséria da riqueza, o grande homem começava o dia lá pelas sete com a recepção de seus "clientes" e parasitas, aos quais dava o rosto a beijar. Depois de duas horas desta maçada, o "café" da manhã. Depois, visitas a amigos ou de amigos. A etiqueta social exige que todas as visitas sejam pagas, que os amigos sejam ajudados nas demandas e processos ou em suas candidaturas, e sejam visitados por ocasião do contrato de casamento da filha, ou da emancipação do filho, ou para ouvir-lhe a leitura de um poema do amigo, ou para assistir à assinatura de seu testamento. Essas e outras obrigações sociais eram cumpridas com graça e cortesia inexcedíveis. Depois ia o grande homem para o Senado, para alguma comissão governamental, ou atendia a seus negócios pessoais.

Para o homem de meios mais modestos era a vida mais simples, embora não menos árdua. Depois das visitas sociais da manhã, trabalhava em seus negócios até o meio-

dia. A gente humilde punha-se no trabalho ao nascer do sol; como houvesse pouca vida noturna, os romanos aproveitavam-lhe bem a luz. Leve almoço ao meio-dia, jantar às três ou quatro — quanto mais alta a classe, mais tarde o jantar. Depois do almoço e da sesta, o camponês e o proletário punham-se de novo na tarefa até o pôr-do-sol; outros procuravam distrair-se fora de casa ou nos banhos públicos. Os romanos do Império tinham mais devoção pelos banhos do que pelos deuses. Como os nipônicos, suportavam melhor o mau cheiro público do que qualquer bodum particular; e, fora os egípcios, nenhum povo antigo rivalizou com os romanos em limpeza. Traziam lenços (*sudaria*) para enxugar o suor,[72] e para escovar os dentes usavam pastas e pós. Nos começos da República um banho por semana bastava; agora, ou tomavam banho diariamente ou tome epigrama de Marcial; até a gente do campo, diz Galeno, se lavava todos os dias.[73] A maioria das casas tinha banheiras; e as casas ricas, quartos de banho reluzentes de mármores, vidros e torneiras de prata.[74] Mas a maioria dos romanos livres contentava-se com os banhos públicos.

Comumente esses banhos eram de propriedade particular. Em 33 a.C. já havia 170 em Roma; no século IV de nossa era o número subira a 856, fora 1.352 piscinas de natação públicas.[75] Mais populares que esses estabelecimentos eram os grandes banhos de construção do governo, servidos por centenas de escravos e dirigidos por concessionários. Essas *thermae* — "(águas) quentes" — erigidas por Agripa, Nero, Tito, Trajano, Caracala, Alexandre Severo, Diocleciano e Constantino eram verdadeiros monumentos do socialismo estatal. Os banhos de Nero acomodavam 1.600 banhistas a um só tempo; os banhos de Caracala e Diocleciano, 3.000 cada um deles. Custava a entrada o equivalente a 1.5 *cents*, moeda americana de hoje;[76] o Estado cobria os déficits; e aparentemente o serviço e o óleo usado na fricção do corpo estavam incluídos no preço da entrada. Conservavam-se abertos do amanhecer às 13h, para as mulheres; e das 14h às 20h para os homens; mas o banho misto foi autorizado pela maioria dos imperadores. Usualmente o visitante ia primeiro a um vestiário, preparar-se; depois, na palestra, fazia exercícios de luta, boxe, pulo, lançamento do disco ou dardo e jogo de bola. Um dos jogos de bola era como o *medicine ball* dos americanos — grande esfera de couro com enchimento macio, jogada de um para outro; e havia o que lembrava o nosso futebol.[77] Às vezes profissionais desses jogos vinham exibir-se nos banhos.[78] A gente mais velha, que preferia ver os outros se exercitarem, desbastava as banhas em compartimentos próprios, com massagens feitas por escravos ágeis e habilidosos.

Depois, o banho; o cidadão entrava no *tepidarium* — recinto de ar levemente aquecido; dali se passava para o *calidarium*, onde o ar era muito mais quente; e se desejava transpirar, ia para o *laconicum*, ambiente de vapor superaquecido. Depois mergulhava no banho e lavava-se com uma novidade vinda da Gália, chamada sabão e feita com sebo e cinzas vegetais.[79] Esses recintos quentes eram popularíssimos e deram aos banhos o seu nome grego, *thermae*; provavelmente foram uma tentativa para impedir ou combater o artritismo.[80] Depois do banho quente vinha o banho frio no *frigidarium*; também podia o cidadão mergulhar e nadar na *piscina*. E por fim era esfregado com óleo de oliva ou outro, para recuperação da oleosidade natural da pele que o banho eliminava.

Mas o banhista ainda continuava na *thermae* depois da esfregação, porque lá havia de tudo — clubes, salas de jogos como os dados e o xadrez,[81] galerias de pinturas e escultura, *exedrae* em que os amigos se sentavam para longas conversas, bibliotecas, sa-

las de leitura e salões onde um músico ou um poeta podiam dar um recital ou um filósofo explicava o mundo. Era à tarde nos banhos que a gente de Roma "fazia sociedade"; os dois sexos misturavam-se livremente em alegre e polido convívio, com flertes ou discussões; ali, como nos jogos públicos e nos parques, os romanos davam largas à paixão pela conversa, ao gosto pelo mexerico e punham-se a par de todas as novidades da política e do escândalo.

Podia ainda jantar nos restaurantes das termas, mas em sua maioria jantavam em casa. Talvez em conseqüência do cansaço provocado por um banho tão complexo veio o costume de reclinar-se, em vez de sentar-se, durante as refeições. No começo homens e mulheres reclinavam-se separados; depois passaram a fazê-lo conjuntamente. O triclínio, ou sala de jantar, tinha esse nome porque em regra continha três divãs ao redor da mesa. Cada divã acomodava três comensais, com a cabeça apoiada no braço esquerdo e este em um coxim, e o corpo estendido ao longo da mesa.

As classes mais pobres alimentavam-se principalmente de grãos, laticínios, frutas, verduras, castanhas. Plínio arrola um grande sortimento de verduras, do alho ao nabo. Os abastados comiam carne com a avidez dos grandes carnívoros. A carne de porco era a favorita; Plínio exalta o porco por oferecer-se em 50 formas variadas.[82] Salsichas de carne de porco (*botuli*) eram vendidas nas ruas, em fogões portáteis, como em nossas estradas hoje.

Nos banquetes apareciam iguarias raras. Começavam às quatro horas da tarde e iam até à noite ou mesmo o dia seguinte. As mesas semeadas de flores e folhas de salsa, o ar vaporizado de perfumes exóticos, os divãs bem quinhoados de coxins macios, os servos de libré a postos. Entre o aperitivo (*gustatio*) e a sobremesa (*secunda mensa*) vinham os pratos de luxo de que tanto se orgulhavam o anfitrião e o cozinheiro-chefe. Aves, frutas e peixes raros, que tanto falavam ao paladar como à curiosidade. Barbos comprados a mil sestércios a libra; Asínio Céler pagou oito mil por um; Juvenal reclama de que "um pescador custa menos que um peixe". Para recreio adicional dos hóspedes, o barbo deve ser trazido vivo e cozido diante de seus olhos, a fim de que todos gozem a mudança de cor que a agonia da morte opera no pobre peixe.[83] Védio Polião criava esse peixe sesquipedal em um grande tanque, e alimentava-os com a carne de seus escravos.[84] Enguias e caracóis eram considerados quitutes, mas a lei proibia que se comesse o arganaz.[85] Asas de avestruz, línguas de flamingo, carne de aves canoras, fígado de ganso — eis os pratos prediletos. Apício, famoso epicurista do tempo de Tibério, inventou o *pâté de fois gras*, feito com o fígado hipertrofiado de porcas submetidas a um regime de figos.[86] (Esse Apício esbanjou grande fortuna em extravagâncias; quando a viu reduzida a 10.000.000 de sestércios [$ 1.500.00], suicidou-se.[87] Duzentos anos depois uma obra clássica de gastronomia lhe foi atribuída, *De re coquinaria*, mas sem nenhuma prova.) Era costume aliviar o estômago com um emético depois de pesado banquete. Alguns glutões faziam-no ainda durante a festa e voltavam à mesa para continuar; *vomunt ut edant, edunt ut vomant*, disse Sêneca — "vomitam para comer, e comem para vomitar".[88] Tal conduta era exceção, e de nenhum modo pior que a jactanciosa bebedice dos convencionais americanos. Mais agradável, o costume de dar presentes aos convivas, ou aspergi-los com flores ou perfumes caídos do teto, ou diverti-los com música, dança, poesia e representações. E a conversa animada pelo vinho e estimulada pela presença do outro sexo rematava a noite.

Cumpre não pensar em banquetes como o fecho comum de um dia romano, ou mais freqüentes na vida romana que os jantares-*cum*-oratória tão populares hoje. A

história, do mesmo modo que a imprensa, não figura com equanimidade a vida real, porque dá grande relevo ao que é exceção e esquece-se de contrapor-lhe a vida vazia de extravagâncias dos homens honestos ou a calma rotina do viver cotidiano. A maioria daquela gente era como são os nossos vizinhos de hoje e como somos nós mesmos: levantavam-se com preguiça, comiam muito, trabalhavam muito, brincavam pouco, amavam bastante, raramente odiavam, brigavam um bocado, falavam talvez demais, sonhavam acordados — e dormiam.

VI. UM DIA SANTO ROMANO

1. O Teatro

Tendo muitos deuses a adorar e muitas províncias a explorar, Roma tornou-se a cidade dos dias santos, no começo festejados religiosamente depois secularmente. No verão a gente pobre refugiava-se do calor úmido nas estalagens à beira-rio ou nos bosques suburbanos, e lá dançava, amava a céu aberto, comia e bebia. Os que dispunham de meios iam para as estações balneárias ao longo da costa ocidental, Baias e outras. O desejo de todos no inverno era ir para o sul, se possível até Régio ou Tarento, e voltar com a queimadura de sol comprovadora da estação. Os que ficavam em Roma tinham de satisfazer-se com os divertimentos locais, abundantes e baratos. Recitativos, conferências, concertos, pantomimas, representações teatrais, competições atléticas, corridas de cavalo ou de carro, combates de morte entre homens e homens e entre homens e feras, pretensas batalhas navais simuladas em lagos artificiais — nunca existiu cidade tão opulenta em diversões.

Nos começos do Império havia no calendário romano 76 dias de jogos (*ludi*). Destes, 55 eram *ludi scenici*, com peças ou pantomimas; 22 com jogos no circo, no estádio ou no anfiteatro. O número de *ludi* foi crescendo até 354 de nossa era, quando então já alcançavam 175 dias do ano.[89] Isto não equivaleu a nenhum desenvolvimento do drama romano; ao contrário, o drama decaiu enquanto o teatro prosperava. Os novos dramas eram compostos mais para serem lidos do que representados; o teatro contentava-se com velhas tragédias gregas e romanas, velhas comédias e farsas. Os teatrólogos em evidência faziam grandes fortunas. Esopo, o Trágico, depois de uma vida de constante dissipação, deixou 20.000.000 de sestércios. Róscio, o ator cômico, ganhava 500.000 sestércios por ano, e tornou-se tão abastado que em diversas estações representou sem paga nenhuma — desprezo do dinheiro que transformou esse ex-escravo no leão das reuniões aristocráticas. Os jogos do circo e do anfiteatro absorviam o interesse e inferiorizavam o gosto do público, de modo que o drama romano morreu na arena — outro mártir do circo.

Por meio da exageração histriônica, em vez do requinte do enredo e do pensamento, o drama foi cedendo o palco às farsas e pantomimas. A farsa continha pouco diálogo, tomava os temas da vida baixa e girava em torno de tipos ressaltados com muita mímica. A liberdade de expressão de pensamento desaparecida das Assembléias e do Fórum sobreviveu por um momento nessas farsas, em que um ator arriscava a cabeça para obter aplauso do público, sempre que lançava uma indireta a um imperador ou a seus favoritos. Calígula mandou queimar vivo um ator no anfiteatro por causa de uma dessas alusões.[90] No dia em que o parcimonioso Vespasiano foi enterrado, em uma cena imitativa do enterro um ator senta-se no caixão e pergunta quanto iria cus-

tar ao Estado aquelas exéquias. "Dez milhões de sestércios", respondeu-lhe alguém. "Dêem-me 100.000", retruca o cadáver do Imperador, "e joguem-me no Tibre."[91] Só nas farsas é que se admitiam atrizes; e como por esse motivo fossem automaticamente classificadas como prostitutas, nada tinham a perder com a obscenidade. Em certa ocasiões, como nas *Floralia*, a assistência as fazia desnudarem-se completamente.[92] As representações eram assistidas pelos dois sexos, como hoje. Cícero encontrou lá noivas que por sua vez lá encontraram Cícero.

Com a supressão total da fala, e tomando temas da literatura clássica, a pantomima ("tudo mímica") evoluiu da farsa. Havia uma vantagem: a população poliglota de Roma, que em boa parte só podia compreender o latim mais simples, acompanhava muito melhor a ação quando não havia palavras a atrapalhá-la. No ano 21 a.C. dois atores, Pílades da Cilícia e Batilo de Alexandria, trouxeram para Roma a pantomima já popular no Oriente helenístico; peças de um ato compostas só de ação, música e dança. Cansada dos pomposos dramas antigos, a cidade recebeu de braços abertos a nova forma de arte, vibrando com a habilidade e graça dos atores, gozando a opulência dos trajes, o esplendor ou humor das máscaras, a requintada perfeição de seus rostos, o expressivo dos gestos à moda oriental, a viva personificação de tipos, a sensual expressão das cenas eróticas. O público dividia-se em torcidas partidárias deste ou daquele ator, e deles se apaixonavam damas de alta sociedade, perseguindo-os com presentes e abraços, até que um literalmente perdeu a cabeça por causa da mulher de Domiciano. A pantomima aos poucos alijou do palco todos os seus rivais, exceto a farsa. O drama romano sucumbiu diante do balé.

2. A Música Romana

Tal triunfo só poderia viabilizar-se por meio do alto desenvolvimento da música e da dança. Sob a República a dança esteve em desgraça; Cipião fechou as escolas de música e dança,[93] e Cícero escreveu que "sem estar bêbado, só um lunático pode pôr-se a dançar".[94] Mas as pantomimas instalaram a dança da moda, e foi um furor; quase em todas as casas, diz Sêneca, havia uma sala de dança; e nas ricas o mestre de dança era tão indispensável quanto o filósofo e o cozinheiro. A dança praticada em Roma envolvia o movimento rítmico das mãos e da parte superior do corpo ainda mais que o das pernas e pés. As mulheres cultivavam-na não só pelos atrativos inerentes como também pela flexibilidade e graça que o exercício lhes proporcionava. Para os romanos a dança só estaria abaixo do dinheiro, do poder, da mulher e do sangue. Como quase tudo mais em sua vida cultural, a música romana procedia da Grécia e precisou lutar contra o velho preconceito que identificava arte com degeneração. Em 115 a.C. os censores proibiram o uso de qualquer instrumento musical, exceto a curta flauta italiana. Um século depois o velho Sêneca ainda considerava a música como coisa pouco varonil; mas a esse tempo Varrão lançava sua obra *De Musica*, que, conjuntamente com as fontes gregas, iria tornar-se fundamental para a música romana.[95] Finalmente a sensual maneira grega e os instrumentos musicais da Grécia suplantaram as resistências e a música entrou em Roma; fez-se complemento da educação feminina e muitas vezes também da do homem. Lá pelo ano 50 de nossa era já havia conquistado todas as classes e aos dois sexos; homens e mulheres passavam dias inteiros ouvindo, compondo ou cantando árias; até os imperadores dedicavam-se à música; tanto o filosófico Adriano como o efeminado Nero orgulhavam-se de suas habilidades

harmônicas. A poesia lírica destinava-se a ser cantada ao som da música, e raramente tinha esta outra função além de acompanhar a poesia; a velha música subordinava-se ao verso, ao contrário da nossa que tende a afogar as palavras. Muito se espalhou a música coral, freqüentemente ouvida nos esponsais, nos jogos, nas cerimônias religiosas e enterros. Horácio comovia-se diante da juventude a cantar o seu *carmem saeculare*. Nesses coros todas as vozes cantavam a mesma nota, conquanto em diferentes oitavas; não se conhecia o canto de partes.

Instrumentos básicos: a flauta e a lira. Nossas orquestras de instrumentos de corda e sopro não passam de variações desses modos de produzir sons; a mais heróica sinfonia é uma judiciosa combinação de assopramentos, vibração de corda e percussão. A flauta acompanhava o drama, com o propósito de acentuar-lhe a emoção; já a lira se propunha a elevar a alma. A flauta romana era longa e de muitos furos; tinha maior amplitude de expressão que a moderna. A lira e a cítara lembravam nossa harpa, mas assumiam grande variedade de formas. Entre os gregos haviam sido modestas no tamanho, em Roma ampliaram-se; Amiano fala em cítaras do "vulto de carruagens";[96] os instrumentos romanos em geral melhoraram com relação aos anteriores em sonoridade e tamanho, como os nossos. As cordas da lira eram em número de 18 e feitas de nervo ou tripa; tocavam-nas com o plectro ou os dedos — e somente com os dedos conseguia o executante os efeitos muito rápidos. Logo no início do século I veio de Alexandria o órgão hidráulico, com diversos registros e ordens de tubos. Nero apaixonou-se pelo órgão, que ao calmo Quintiliano iria impressionar pelas suas potencialidades.

Realizavam-se concertos de cerimônia, e nos jogos públicos eram freqüentes os concursos musicais. Até os mais modestos jantares exigiam um pouco de música; Marcial promete a seu conviva pelo menos um tocador de flauta;[97] no banquete de Trimalcião as mesas são tiradas ao ritmo de cantos. Calígula mantinha em sua barca uma orquestra. Executavam-se *symphoniae* nas pantomimas — isto é, dança e canto de coro com acompanhamento da orquestra. Às vezes o ator cantava os solos; outras vezes um cantor profissional (*cantor*) cantava as palavras enquanto o ator gesticulava ou dançava. Falava-se de pantomimas com três mil cantores e outros tantos dançarinos.[98] A orquestra compunha-se principalmente de flautas, e de liras, címbalos, gaitas, trombetas, *syringes* e *scabella* — tábuas presas aos pés do executante com as quais ele produzia um pandemônio ainda mais terrível que uma orquestra moderna no apogeu da sonorização. Sêneca fala em harmonia nas execuções individuais,[99] mas não há sinal de que as antigas orquestras usassem o contraponto. Acompanhamento em geral em nota mais alta que o canto, mas sem seqüência distinta.

Numerosos eram os virtuoses e muitos os executantes de menor força. Os talentos de todas as províncias convergiam para a capital do ouro, e a escravidão permitia o treino em larga escala de coros e orquestras, com pequeno dispêndio. Muitos estabelecimentos tinham seus próprios músicos, e mandavam os mais promissores aperfeiçoarem-se com mestres de fama. Alguns tornavam-se *citharoedi* e davam concertos nos quais cantavam e tangiam a lira; alguns especializavam-se em canto, compondo geralmente suas próprias músicas; outros davam concertos de órgão, ou de flauta, como Cano, o qual bazofiava no estilo de Beethoven, que sua música podia aliviar as dores da alma, aumentar a alegria, exaltar a piedade e a chama do amor.[100] Esses profissionais saíam em *tournées* pelo Império, e além de aplausos ganhavam dinheiro, monumentos públicos e amores; alguns, diz Juvenal, vendiam amor além de

música.[101] Damas da sociedade disputavam o plectro com que famosos executantes haviam tangido a lira, e ofereciam sacrifícios nos altares pela vitória de seus músicos favoritos nos jogos neronianos ou capitolinos. Com dificuldade podemos figurar-nos a imponência do espetáculo em que músicos e poetas de toda sorte, depois de competirem diante de enormes multidões, recebiam a coroa de folhas de carvalho das mãos dos imperadores.

Pouco sabemos da música romana quanto à qualidade. Aparentemente era mais alta, cheia e impetuosa que a grega; e o Egito, a Ásia Menor e a Síria a teriam inoculado de um mágico tom oriental. Queixavam-se os velhos de que os compositores dos últimos tempos estavam abandonando a reserva e dignidade do estilo clássico, e estragando a alma e os nervos dos moços com árias extravagantes e instrumentos produtores de barulho. Talvez povo nenhum fosse mais melômano que o romano. As músicas estreadas nos teatros eram decoradas e no dia seguinte circulavam pela cidade inteira; pela primeira nota de uma ária muita gente dizia de que peça fazia parte. Mas nenhuma contribuição deu Roma para a música, a não ser quanto à organização dos executantes em vastos grupos. Honrou-a apenas e expandiu-a; convergiu a herança musical do mundo antigo para seus templos, teatros e lares; e no fim passou à Igreja os instrumentos e elementos musicais que ainda hoje emocionam e interiorizam tanta gente.

3. Os Jogos

Agora que a guerra parecia extinta, os grandes jogos eram os acontecimentos mais excitantes de Roma. Realizavam-se principalmente para celebração dos festivais religiosos — da Grande Mãe, de Ceres, de Flora, de Apolo, de Augusto; podiam tomar a forma de "Jogos Plebeus" para apaziguar a plebe, ou de "Jogos Romanos" em honra à cidade ou a sua deusa Roma; eram realizados em ligação com triunfos, candidaturas, eleições ou nascimentos na família imperial; podiam, como os *ludi saeculares*, comemorar algum ciclo da história romana. Como os jogos de Aquiles em honra a Pátroclo, os da Itália haviam sido na origem um sacrifício a algum morto. No funeral de Bruto Pera em 264 a.C. seus filhos deram um "espetáculo" de três duelos; no de Marco Lépido em 216 a.C. realizaram-se 22 combates; e em 174 a.C. Tito Flamínio celebrou a morte de seu pai com lutas em que tomaram parte 74 gladiadores.

Os mais simples jogos públicos eram as competições atléticas realizadas nos estádios. Os concorrentes, na maioria profissionais e estrangeiros, corriam a pé, lançavam o disco, lutavam corpo a corpo ou boxeavam. Afeito às sangrentas exibições dos gladiadores, o público romano não dava muita importância ao simples atletismo, mas gostava das lutas em que alentados gregos se batiam com luvas reforçadas de ferro. O suave Virgílio descreve uma festa pugilística das menos violentas com palavras quase modernas:

> E então o filho de Anquises trouxe luvas de couro de igual peso e enfiou-as nas mãos dos antagonistas. ... Cada qual tomou posição, equilibrado na ponta dos pés e com um braço erguido. ... Lançando a cabeça para trás para fugir aos golpes, mão contra mão. Visam terríveis golpes, ferozmente se socam no peito e nos lados, nos ouvidos e nas faces — e o ar ressoa de golpes. ... Entelo furiosamente derruba Dares e redobra de golpes, já com a mão direita, já com a esquerda. ... Enéias então põe

fim à luta; os companheiros de Dares levam-no para bordo, com os joelhos trêmulos, a cabeça dançando no pescoço, a cuspir dentes e sangue.[102]

Ainda mais excitantes eram as corridas no Circo Máximo. Durante dois dias seguidos, 44 páreos, entre os de parelheiros e os de carros de duas rodas puxados por dois, três e quatro cavalos. As despesas eram feitas pelas escuderias rivais mantidas pelos homens abastados; jóqueis e cocheiros, bem como os carros, traziam cores distintas — verde, branco, vermelho ou azul; Roma inteira, quando as disputas se aproximavam, dividia-se em facções ou cores — sobretudo a vermelha e a verde. Por toda parte, nas escolas, nas salas de conferências, nas praças, metade da conversa recaía sobre jóqueis favoritos e cocheiros, cujos retratos andavam por toda parte e cujas vitórias eram anunciadas no *Acta Diurna*. Alguns faziam grandes fortunas, outros tinham estátuas nas praças públicas. No dia da festa 180.000 homens e mulheres encaminhavam-se vestidos de gala para o enorme hipódromo. O entusiasmo chegava ao delírio. Jogadores cheiravam o excremento dos animais para ver se os cavalos de seus jóqueis favoritos andavam bem tratados.[103] Os espectadores passavam pelas lojas e bordéis que beiravam as muralhas exteriores; metiam-se por centenas de entradas e acomodavam-se, suados e ansiosos, na grande arquibancada em forma de ferradura. Grande era a venda de almofadas, porque os assentos eram de madeira e a festa iria durar o dia todo. Senadores e outros dignitários dispunham de assentos especiais de mármore, com enfeites de bronze. Atrás da frisa imperial havia uma série de luxuosos cômodos onde o Imperador e sua gente podiam comer, beber, repousar, tomar banho e até dormir. Todo mundo jogava; verdadeiras fortunas mudavam de mãos no decorrer do dia. Das aberturas sob as arquibancadas emergiam os cavalos e carros, com os jóqueis e cocheiros — e grandes aplausos os saudavam. Os cocheiros, geralmente escravos, traziam túnicas brancas e elmos rebrilhantes; em uma das mãos o chicote e na cintura a faca com que nos acidentes cortavam os tirantes que os atavam pela cintura. No meio da arena elíptica ficava a *spina* ("espinha"), uma ilha de mil pés de comprimento, enfeitada de estátuas e obeliscos; no extremo da arena, as *metae* ("medidas"), pilares redondos que serviam de metas. O percurso usual de uma corrida de carro era de sete circuitos, cerca de cinco milhas. A prova consistia em dar essas voltas com a maior rapidez permitida pela segurança; nas colisões, muito freqüentes, homens, carros e animais embolavam, numa pitoresca tragédia. Quando os corredores alcançavam a meta final, a assistência hipnotizada erguia-se como vagalhão de um mar revolto e berrava, gesticulava, sacudia lenços, rugia maldições, insultava. Os aplausos ao vencedor eram ouvidos até além dos limites da cidade.

De todos os espetáculos romanos o mais famoso era a batalha naval simulada. A primeira *naumachia* foi dada por César em um lago aberto para esse fim nos arredores da cidade. Augusto assinalou a dedicação de seu templo a Marte, o Vingador, com a réplica da batalha de Salamina, representada por três mil lutadores em um lago artificial de 1.800 por 1.200 pés. Cláudio, como já notamos, festejou a inauguração do túnel do lago Fúcino com uma luta entre trirremes e quadrirremes em que tomaram parte 19.000 homens. Lutaram com desapontadora cortesia, a ponto de ser preciso lançar soldados, contra eles, a fim de que houvesse derramamento de sangue.[104] Na inauguração do Coliseu, Tito encheu de água a arena e reproduziu a batalha entre os homens de Corinto e de Corcira, que deu origem à guerra do Peloponeso. Os combatentes nessas batalhas "simuladas" eram prisioneiros de guerra ou criminosos conde-

nados. Trucidavam-se uns aos outros até que um partido fosse exterminado; os sobreviventes do partido vencedor podiam obter como prêmio a liberdade.

Os jogos chegaram ao clímax com as lutas entre homens e feras no Coliseu, depois de Vespasiano. A arena consistia em enorme assoalho coberto de areia; partes desse assoalho podiam ser abaixadas e depois rapidamente levantadas, com mudança de cena; e a arena também podia em muito pouco tempo encher-se de água. Em grandes recintos embaixo ficavam os animais, as máquinas e os homens programados para o dia. Acima do muro que guarnecia a arena erguia-se um *podium*, ou terraço de mármore destinado aos senadores, sacerdotes e altos funcionários; mais acima ficava o *suggestum*, a elevada frisa imperial, com tronos de marfim e ouro. Atrás desta zona aristocrática sentavam-se as pessoas da ordem eqüestre, em 20 fileiras de assentos. Uma parede alta, decorada com esculturas, separava as ordens superiores das classes baixas, que ocupavam o resto das arquibancadas. Tinham ingresso todos os cidadãos livres, homens ou mulheres, e aparentemente nada pagavam. O povo aproveitava-se da presença do príncipe para em clamor pedir o perdão de um prisioneiro ou de um lutador caído, ou a emancipação de um corajoso escravo, ou a apresentação dos gladiadores favoritos e ainda outras coisas menores. Do alto das paredes circundantes podiam desenrolar-se toldos contra o sol. Aqui e ali, fontes em repuxo refrescavam o ar com água perfumada. Ao meio-dia a maior parte da assistência precipitava-se para o lanche, fornecido pelos concessionários. Às vezes toda a multidão lanchava e bebia por conta do Imperador; ou guloseimas e presentes eram distribuídos à populaça, que se atirava sofregamente ao que se lhe jogavam. Em caso de festa noturna, um círculo de luzes baixava sobre a arena. Bandas de música tocavam nos intervalos, e acompanhavam as crises dos combates com excitantes crescendos.

O acontecimento mais simples nos anfiteatros era a exibição de animais exóticos. Vindos de todas as partes do mundo conhecido, elefantes, leões, lobos, tigres, crocodilos, hipopótamos, linces, macacos, panteras, ursos, javalis, girafas, avestruzes, cervos, leopardos, antílopes e aves raras eram mantidos nos jardins zoológicos dos imperadores e dos magnatas e amestrados no possível. Macacos aprendiam a cavalgar cachorros, a puxar carrinhos ou representar em peças; bois deixavam meninos pular em seus lombos; focas eram ensinadas a latir quando alguém as chamava pelos nomes; elefantes dançavam ao som de címbalos tangidos por outros elefantes, ou andavam na corda, ou sentavam-se à mesa, ou traçavam letras do alfabeto. Havia a simples exibição de animais e de suas artes; e havia a luta entre eles ou entre eles e homens; ou eram caçados a flecha ou dardo. Certo dia, no tempo de Nero, houve uma luta entre 400 tigres contra touros e elefantes; outra vez no tempo de Calígula abateram-se 400 ursos; a inauguração do Coliseu custou a vida de cinco mil animais.[105] Quando as feras se recusavam à luta, eram espicaçadas ou enfurecidas a chibatadas, pontaços e ferro em brasa. Cláudio fez uma divisão de pretorianos lutar contra panteras; e Nero fê-los lutar contra 400 ursos e 300 leões.[106]

Os combates entre touro e homens, já de muito tempo populares na Tessália e em Creta, foram introduzidos em Roma por César e tornaram-se freqüentes no anfiteatro.[107] Criminosos condenados pela justiça eram às vezes enfiados em peles de animais e lançados às feras famintas; a morte sobrevinha com a maior agonia, e os ferimentos eram de tal ordem que os médicos se aproveitavam dos feridos para o estudo da anatomia interna. Toda gente sabe a história de Ândrocles, o escravo fugido; preso, foi lançado à arena para ser comido por um leão, mas o leão reconheceu nele o homem

que outrora lhe havia extraído um espinho da pata — e nada lhe fez. Perdoado, Ândrocles passou a ganhar a vida exibindo seu leão domesticado nas tavernas.[108] O condenado tinha às vezes de aparecer em algum famoso papel trágico: podia figurar como rival de Medéia e aparecer num belo vestido, que de repente se incendiava e o consumia; ou podia ser queimado como Héracles em uma pira; ou ser publicamente castrado como Átis (assim nos conta Tertuliano); podia representar o papel de Múcio Cévola e manter a mão sobre um braseiro até destruí-la; podia fazer o papel de Ícaro e cair do céu sobre um oceano de feras; podia ser Pasífae e sofrer a chifrada de um touro. Uma vítima foi vestida de Orfeu e posta na arena, em um agradável bosque com riozinho ao lado; súbito, entram as feras e estraçalham-no.[109] Lauréolo, um ladrão, foi crucificado na arena para divertir o povo; mas como estivesse demorando muito a morrer, lançaram-lhe em cima um urso, que o foi comendo aos pedaços. Marcial descreve a cena com aprovação e entusiasmo.[110]

O maior atrativo dessas festas eram os duelos de dois competidores, ou em massa, em geral cativos de guerra, criminosos condenados, ou escravos desobedientes. O direito atribuído ao vencedor de matar seus prisioneiros sempre foi reconhecido na antigüidade, e os romanos consideravam-se generosos ao darem aos cativos oportunidade de emancipação na arena. Os condenados à pena de morte vinham de toda parte para Roma, onde eram mandados para as escolas de gladiadores e depois de instruídos para o circo. Caso lutassem com excepcional bravura, podiam imediatamente obter a liberdade; se apenas sobreviviam, tinham de lutar outra vez ou outras; se conseguiam manter-se vivos durante três anos, transformavam-se em escravos; e se bem servissem a seus senhores durante mais dois anos, eram libertos. O homicídio, o roubo, o incendiarismo, o sacrilégio e a rebelião, só esses crimes podiam determinar a condenação à carreira de gladiador, mas diligentes governadores de províncias desrespeitavam essas limitações quando a arena em Roma estava em falta de carne.[111] Mesmo *éqüites* e senadores podiam ser sentenciados ao "gladiadorismo"; e às vezes a paixão pelos aplausos do povo levava membros da classe eqüestre a se oferecerem como voluntários. Não foram poucos os homens que por espírito de aventura matricularam-se nas escolas de gladiadores.

Tais escolas já existiam em Roma no ano 105 a.C. No Império funcionavam ali quatro, além de outras pela Itália e uma em Alexandria. Nos tempos de César certos magnatas mantinham suas escolas próprias, para transformar escravos em gladiadores. Na paz usavam os graduados por essas escolas como capangas e na guerra como ajudantes; alugavam-nos para lutar em banquetes particulares, e também os cediam para os jogos na arena. Quem entrava para a escola dos gladiadores tinha de prestar o juramento de submeter-se à sina de "ser chibateado com varas, queimado com fogo e morto com ferro".[112] Muito rigor e disciplina no treino; regime alimentar fiscalizado por médicos, os quais prescreviam a cevada para o desenvolvimento dos músculos; punia-se a violação das regras com flagelação, marca a fogo e encadeamento. Nem todos os candidatos à morte deixavam de gostar desse destino. Alguns exultavam com as vitórias e pensavam mais nas façanhas do que nos perigos a elas inerentes; outros queixavam-se da pouca freqüência das lutas;[113] e quantos não odiaram Tibério por ter permitido tão poucos jogos? Havia para eles o estímulo e a consolação da fama, do ver os nomes louvados pelos fãs e escritos nas paredes; poetas cantavam-nos em poemas, pintores faziam-lhes os retratos, escultores reproduziam-nos em pedra — e quantas damas por eles não se apaixonavam? Muitos, entretanto, enlouqueciam com a prisão,

com a brutalidade da rotina, com a expectativa da morte próxima. Chegavam até ao suicídio; um matou-se tapando a garganta com a esponja de limpar a latrina; outro, enfiando a cabeça entre os raios de uma roda em movimento; diversos praticaram o haraquiri na arena.[114]

Na véspera do combate davam-lhes um rico banquete. Os mais rudes comiam e bebiam à farta; outros despediam-se com tristeza da mulher e dos filhos; e os que eram cristãos reuniam-se em um último *agapê*, ou "ceia de amor". No dia seguinte entravam na arena em veste de gala e desfilavam de um extremo a outro. Vinham em geral armados de espadas, lanças ou facas, com escudos de bronze, peitorais, ombreiras e perneiras. Eram classificados segundo as armas; havia os *retiarii,* que atacavam os adversários com uma rede e os liquidavam a faca; os *secutores*, hábeis no duelo a espada e escudo; os *dimachae*, com uma espada curta em cada mão; os *essedarii*, que lutavam em carros; os *laqueatores*, ou fundibulários; os *bestiarii*, que lutavam com as feras. Além disso os gladiadores empenhavam-se em duelos aos pares ou aos grupos. Se um duelista em combate singular era ferido gravemente, o promotor da festa consultava o povo — e o povo ou baixava o polegar (*pollice verso*), significando que o vencedor tinha de matar o vencido, ou erguia o polegar — ou sacudia o lenço — em sinal de perdão.[115] Qualquer combatente que mostrasse relutância em morrer provocava o ressentimento do povo e era empurrado para a luta a ponta de ferros em brasa.[116] As mais belas matanças provinham das batalhas em massa em que milhares de homens lutavam com desesperada ferocidade. Nos oito espetáculos dados por Augusto 10.000 homens tomaram parte nessas chacinas. Auxiliares vestidos de Caronte verificavam com chuços de ferro se os mortos estavam realmente mortos, e aos que fingiam de mortos matavam com marretadas na cabeça. Outros auxiliares vestidos de Mercúrio arrastavam os corpos por meio de ganchos, enquanto escravos africanos removiam com pás a areia ensangüentada e espalhavam areia nova.

A maioria dos romanos defendia a luta dos gladiadores sob o fundamento de que eram homens condenados por crimes sérios e que seus sofrimentos ensinavam a assistência, agindo como intimidação; e que a coragem com que esses homens enfrentavam a morte servia para inspirar ao povo as virtudes espartanas; e que a vista da luta e do sangue acostumava os romanos às exigências e sacrifícios da guerra. Juvenal, que denunciava tudo, não denunciou a arena; Plínio, o Moço, homem altamente civilizado, louvou Trajano por proporcionar espetáculos que impeliam os homens "aos nobres ferimentos e ao desprezo da morte";[117] e Tácito ponderou que o sangue jorrado na arena era afinal de contas *vilis sanguis* — o "sangue barato" do homem comum.[118] Cícero revoltava-se com a matança: "que divertimento", pergunta ele, "pode proporcionar a um espírito humano a vista de um nobre animal ferido no coração por seu implacável caçador, ou um representante de nossa própria espécie cruelmente estraçalhado por um animal de maior força?" Mas acrescenta: "Nenhuma melhor disciplina contra o sofrimento e morte pode ser apresentada aos nossos olhos do que a luta compulsória dos criminosos condenados."[119] Sêneca, aparecendo nos jogos ao meio-dia, hora em que quase todos abandonavam seus lugares para o lanche, impressionou-se ao ver centenas de criminosos arrastados para a arena a fim de divertir com o derramamento de seu sangue os que haviam ficado nas arquibancadas.

> Voltei para casa mais áspero, mais cruel e desumano, por ter estado entre criaturas humanas. Por acaso assisti a uma exibição ao meio-dia, esperando encontrar al-

gum recreio de espírito... com o qual os homens descansam da chacina de seus semelhantes. Mas foi o contrário. ... Aqueles lutadores do meio-dia foram introduzidos sem armadura de espécie alguma; ficaram expostos a todos os golpes e nenhum errava. ... De manhã haviam lançado homens aos leões; ao meio-dia lançaram-nos aos espectadores. A assistência exigia que o vencedor enfrentasse o oponente que por sua vez ia matá-lo; e que o último vencedor fosse reservado para outra chacina. ... O homem, uma coisa sagrada, para o homem, é morto por esporte e divertimento.[120]

VII. AS NOVAS CRENÇAS

A religião aceitava os jogos como formas de celebração religiosa, e inaugurava-os com solenes procissões. As Vestais e os sacerdotes ocupavam os assentos de honra nos teatros e no circo. O Imperador, presidindo o festival, era o sumo sacerdote da religião do Estado.

Augusto e seus sucessores fizeram tudo para reerguer a velha fé, menos moralizar suas próprias vidas; até ateístas confessos, como Calígula e Nero, não deixavam de manter o credo oficial. Os sacerdotes das Lupercais ainda dançavam na rua nos dias da festa; a Irmandade Arval ainda elevava preces a Marte em um latim que já ninguém compreendia. A adivinhação e o augúrio eram assiduamente praticados e largamente cridos; com exceção de poucos filósofos, todos acreditavam na astrologia, e os próprios imperadores que a baniram eram os primeiros a consultá-la. Magia e feitiçaria, sortilégios e encantamentos, interpretação de sonhos e "portentos", tudo estava intimamente entretecido na vida romana. Augusto estudava seus sonhos com a diligência de um moderno psicólogo; Sêneca viu mulheres sentadas nos degraus do Capitólio à espera de Júpiter: haviam sonhado que eram desejadas do deus.[121] Os cônsules celebravam sua instalação no poder com um sacrifício de novilhos; Juvenal, que se ria de tudo, piedosamente cortou a garganta de dois cordeiros e um novilho em sinal de gratidão pela feliz viagem de um amigo. Os templos enchiam-se de oferendas de ouro e prata; velas ardiam nos altares; a boca, as mãos, os pés das imagens desgastavam-se sob os beijos dos devotos. A velha religião parecia ainda vigorosa; criava divindades novas, como Anona (coletora do trigo do mundo para Roma), animava o culto das deusas Fortuna e Roma, e dava pleno apoio à lei, à ordem e à tirania. Se um ano depois de sua morte Augusto ressuscitasse, ter-se-ia convencido da feliz realização de seu programa de renascimento religioso.

Mas a despeito de todas essas aparências a fé antiga estava abalada em sua própria essência. A deificação dos imperadores revelava não tanto o muito que as altas classes pensavam de seus governantes mas o pouco que pensavam dos deuses. Entre os homens educados a filosofia minava a crença religiosa mesmo quando procurava estimulá-la. Lucrécio não escrevera em vão; se os homens o não mencionavam, era simplesmente por ser mais fácil praticar o epicurismo do que estudar Epicuro e o seu apaixonado expositor. Os moços de meios que iam para Atenas, Alexandria e Rodes em busca de altos estudos não encontravam lá nenhum apoio para os credos romanos. Os poetas gregos ridicularizavam o panteão de Roma, e os poetas latinos apressaram-se em imitá-los. Nos poemas de Ovídio os deuses aparecem como fábulas; os epigramas de Marcial tinham-nos como pilhérias; em um deles, Diana é surrada no palco; outro mostra Júpiter, ameaçado de morte, a fazer o testamento.[122] Juvenal, como Platão cinco séculos antes e nós 18 séculos depois, notava que o temor a uma divindade sem-

pre alerta já havia perdido a força de evitar o perjúrio.[123] Até no túmulo dos pobres observamos um cepticismo cada vez maior e um cândido materialismo. *Non fui, fui, non sum, non curo,* reza um epitáfio — "Eu não era, fui, não sou, não me importa ser"; e outro: *Non fueran, non sum, nescio* — "Não fui, não sou, não sei"; e outro: "O que comi e bebi é o que sou; eu tive minha vida."[124] "Não creio em nada além do túmulo", diz uma lápide; "Não há Hades, nem Caronte, nem Cérbero", afirma outra. E uma alma de sofredor escreve: "Já não terei fome, nem terei necessidade de pagar aluguel, nem mais me atormentará o reumatismo"; e um sóbrio seguidor de Lucrécio escreve da carne enterrada: "Os elementos com que fui formado estão de novo livres. A vida é apenas emprestada ao homem; ele não pode conservá-la para sempre. Com a morte o homem paga à Natureza sua vida."[125]

Mas a dúvida, embora honesta, não pode fazer as vezes da crença por muito tempo. Em meio a todos os seus prazeres, a sociedade romana não encontrava a felicidade. Tantos refinamentos cansavam-na, aquelas orgias deixavam-na exausta; ricos e pobres, todos continuavam sujeitos à dor, à aflição, à morte. A filosofia em geral — e muito menos uma tão friamente superior como o estoicismo — jamais poderia dar ao homem comum força para suportar a pobreza, viver com decência, aliviar suas dores e inspirar-lhe esperança. A velha religião tinha desempenhado a primeira dessas funções, e falhara nas outras. Os homens queriam revelação e a religião oficial só lhes proporcionava ritual. Os homens que, livres ou escravos, tinham vindo de outros lugares sentiam-se excluídos daquela adoração nacionalística; e como houvessem trazido seus deuses, erguiam-lhes templos e praticavam seus próprios ritos; em pleno coração do Ocidente plantavam as religiões do Oriente. E travou-se então a luta entre o credo dos conquistados e o dos conquistadores, guerra em que de nada valiam as legiões; os anseios do coração humano iriam decidir da vitória.

As novas deidades vinham com os prisioneiros de guerra, os soldados que voltavam e os negociantes. Mercadores da Ásia e do Egito ergueram templos em Putéolos, Óstia e Roma para o culto de seus deuses tradicionais. O governo tratava a esses credos exóticos com muita tolerância; não admitindo estrangeiros no culto romano, preferia que cultuassem seus próprios deuses a não terem religião nenhuma. Em troca exigia que essas crenças se tolerassem umas às outras, como eram por ele toleradas, e que incluíssem no ritual a obediência ao *genius* do Imperador e à deusa Roma, como expressão de lealdade ao Estado. Sob o estímulo desta leniência, as fés orientais já domiciliadas em Roma tornaram-se as religiões mais difundidas no seio da população. Querendo civilizar o culto, Cláudio removeu as restrições que embaraçavam a adoração da Grande Mãe; permitiu que romanos se tornassem seus ministros e fixou sua festa no equinócio da primavera, de 15 a 27 de março. A principal rival da Grande Mãe no século I foi Ísis, a deusa egípcia da maternidade, da fecundidade e do comércio. Por várias vezes o governo proibiu em Roma esse culto, mas a deusa voltava sempre; a piedade de seus devotos era maior que o poder do Estado; e Calígula afinal o reconheceu com a construção de imenso santuário a Ísis no Campo de Marte. Otão e Domiciano tomavam parte nas festas isíacas; Cômodo, de cabeça rapada, seguia humilde atrás dos sacerdotes, reverentemente conduzindo nos braços a imagem de Anúbis, o divino macaco do Egito.

A invasão dos deuses estrangeiros crescia de ano para ano. Do sul da Itália veio a adoração de Pitágoras — vegetarianismo e reencarnação. De Hierápolis veio Atargátis, conhecida em Roma como *dea Syria*, "a deusa síria"; e Aziz o "Zeus de Dóli-

que'', e outros deuses alienígenas cuja adoração se espalhava entre os mercadores sírios e os escravos; e por fim o jovem sacerdote de um Baal sírio subiu ao trono como Heliogábalo — adorador do deus sol. Da Pártia sempre hostil veio o culto de outro deus sol, Mitras; seus devotos alistavam-se como soldados na grande guerra cósmica da Luz contra as Trevas, do Bem contra o Mal; era uma religião varonil, que seduzia mais aos homens que às mulheres, e agradava às legiões romanas estacionadas ao longo de remotas fronteiras de onde não podiam ouvir as vozes dos deuses de Roma. Da Judéia veio Yahweh, ou Jeová, um intransigente monoteísta que impunha a mais rigorosa conduta individual e social mas dava a seus seguidores coragem para suportar todas as tribulações e vestia de certa nobreza a vida do mais humilde pobre. Entre os judeus romanos adoradores de Jeová existiam alguns, mal distintos do resto, que adoravam o filho desse Deus, encarnado e ressurreto.

CAPÍTULO XVIII

Lei Romana

146 a.C. — 192 d.C.

I. OS GRANDES JURISTAS

A LEI foi a mais característica e duradoura expressão do espírito romano. Como a Grécia surge na história como a campeã da liberdade, Roma aparece como a paladina da Ordem; e assim como a Grécia nos deu a democracia e a filosofia como alicerces da liberdade individual, Roma legou-nos suas leis e tradições administrativas como bases da ordem social. Fundir esses diferentes legados, harmonizar-lhes a oposição: eis a tarefa dos estadistas.

Sendo a lei a essência da história romana, é impossível mantê-la separada, e este capítulo só pode ser uma sinopse de batalhas já expostas ou em via disso. A constituição romana era como a inglesa — não se cristalizava em escrita; consistia em uma caudal de precedentes que davam a diretriz mas não impediam mudanças de curso. Com o aumento da riqueza e da complexidade da vida, as Assembléias, o Senado, os magistrados e príncipes criaram novas leis; o corpo da legislação crescia tão rapidamente quanto o Império e estava sempre alcançando fronteiras novas. A carreira do advogado, a conduta dos juízes e a proteção do homem contra a ilegalidade exigiam a organização do conjunto de leis sob forma ordenada e acessível. Em meio ao tumulto da revolução dos Gracos e de Mário, Públio Múcio Cévola (cônsul no ano 133 a.C.) e seu filho Quinto (cônsul em 95 a.C.) esforçaram-se para reduzir as leis de Roma a um sistema inteligível. Cícero, discípulo de outro Quinto Múcio Cévola (cônsul em 117 a.C.), escreveu eloqüentemente sobre a filosofia da lei e construiu um código ideal destinado a preservar a fortuna que ele havia ganho e a fé que havia perdido. As contraditórias prescrições de Mário e Sila, os poderes sem precedentes dados a Pompeu, a revolucionária legislação de César e a constituição de Augusto criaram novos problemas para os interessados na codificação das leis, e o brilhante jurista Antístio Labeão aumentou a confusão declarando nulos os decretos de César e Augusto por emanarem de uma autoridade usurpada e ilegal. Só depois que o Principado se firmou, primeiro pela força militar, depois pela força do hábito, é que a nova legislação conseguiu ser aceita tanto no espírito dos homens como nos tribunais de justiça. Aos séculos II e III de nossa era pertence a honra da formulação da lei romana no Ocidente — uma realização só comparável à formulação da ciência e da filosofia na Grécia.

Aqui também agiu César, mas o trabalho efetivo só teve começo em 117. Adriano, o mais culto de todos os imperadores, reuniu um grupo de juristas como seu Conselho Privado e encarregou-o de substituir os variáveis editos anuais dos pretores por um Edito Perpétuo, a ser observado por todos os futuros juízes da Itália. Os gregos, de-

pois de Sólon, não produziram nenhuma obra-prima de jurisprudência, e nunca tiveram um sistema codificado de leis, mas as cidades gregas da Ásia e da Itália desenvolveram excelentes códigos municipais. O viajadíssimo Adriano, familiar a essas cidades, talvez delas haja recebido inspiração para melhorar e coordenar as leis romanas. Sob seus sucessores, os Antoninos, o trabalho da codificação prosseguiu, e a reputação de semi-oficial de que gozava a filosofia estóica permitiu uma profunda influência grega na lei romana. Os estóicos declaravam que a lei não se divorciava da moralidade, e que a culpa residia na intenção e não nos resultados. Antonino, um produto da escola Estóica, decretou que os casos duvidosos fossem resolvidos em favor do acusado, e que um homem permanecia inocente até que sua culpabilidade fosse provada[1] — dois princípios supremos da lei moderna.

Favorecida pelo patrocínio imperial, a jurisprudência deu origem a uma série de gênios. Sálvio Juliano, de procedência africana, mostrou-se tão elevado como *quaestor Augusti*, ou consultor do imperador, que o Senado dobrou a remuneração desse posto. Suas *responsa* eram aclamadas pela clareza e força da lógica; seus *Digesta* apresentavam uma disposição sistemática das leis civis e pretorianas, e foi ele, como principal membro do Conselho de Adriano, quem formulou o Edito Pretoriano Perpétuo. Conhecemos outro jurista só pelo primeiro nome, Gaio; suas famosas *Institutiones* foram descobertas por Niebuhr em 1816 em um velho palimpsesto com ensaios de S. Jerônimo; e é ele hoje nossa maior autoridade em lei romana antes de Justiniano As *Instituições* de Gaio saíram mais ou menos no ano 161 de nossa era como simples manual para uso dos estudantes; e se as temos como obra-prima de exposição bem-ordenada, o que não seria a obra original de que elas não passam de simples resumo? Sessenta anos depois Papiniano, Ulpiano e Paulo levaram a jurisprudência romana ao apogeu; enquanto a aplicação da lei desmoronava no caos da violência, formulavam-na eles racional e coerentemente. Depois desses homens a grande ciência afundou na ruína geral.

II. AS FONTES DA LEI

Assim como a terminologia filosófica e científica provém sobretudo dos gregos, traindo a origem, assim também a linguagem da lei procede sobretudo do latim. Lei em geral tinha o nome de *ius*, justiça ou direito; *lex* significava uma lei específica. (Em francês *droit* e *loi*; em alemão *Recht* e *Gesetz*; em inglês, *right* e *law*.) Jurisprudência — "sabedoria na lei" — era definida no Digesto de Justiniano (ano 533) como ciência e arte: a "ciência do justo e do injusto" e a "arte (isto é, administração) do bom e do eqüitativo".[2] *Ius* incluía a lei não escrita ou costume, tanto quanto a lei escrita. Esta compunha-se da *ius civile* — a "lei dos cidadãos (romanos)" e o *ius gentium*, a "lei das nações". A lei civil era "lei pública" quando dizia respeito ao Estado ou ao culto oficial, e "lei privada" quando dizia respeito aos cidadãos entre si.

A lei romana como um todo promanava de cinco fontes. 1. Durante a República a fonte última da lei era a vontade dos cidadãos expressa em *leges* nas Assembléias Curial e Centurial, e em *plebiscita* ("decidido pelos plebeus") na Assembléia Tribal. O Senado só reconhecia as *leges* quando propostas às Assembléias com as devidas formalidades e por um magistrado da classe senatorial. Quando o Senado e as Assembléias chegavam a um acordo na adoção de uma medida, era ela promulgada em nome do *Senatus Populusque Romanus*.

2. Teoricamente, durante a República, o Senado não possuía poder legislativo; seus *senatusconsulta* eram formalmente recomendações aos magistrados; aos poucos é que se foram tornando imperativos e no fim da República e sob o Império adquiriram força de lei. O conjunto de leis passado nas Assembléias e no Senado no decurso de seis séculos foi tão pouco que nos espanta, a nós acostumados ao tremendo fluxo legislativo dos países modernos.

3. A necessidade de leis menos importantes ou mais específicas era satisfeita pelos *edicta* dos funcionários municipais. Cada novo pretor urbano emitia um *edictum praetorium*, anunciado no Fórum por um arauto e inscrito na parede, no qual estatuía os princípios legais a que tinha de submeter-se durante seu termo de um ano. Iguais editos eram lançados pelos pretores provinciais e pelos juízes de circuito (*praetores peregrini*). Com seus poderes de *imperium*, ou governo, os pretores podiam não só interpretar as leis existentes como fazê-las novas. Deste modo a lei romana combinava a estabilidade da legislação básica com a flexibilidade das decisões pretorianas. Quando uma lei ou cláusula era por muitos anos mantida de um edito pretoriano para outro, tornava-se parte definida do *ius honorarium*; no tempo de Cícero esse tipo de lei havia deslocado as Doze Tábuas como o texto principal da instrução legal de Roma. Não obstante, um pretor freqüentemente invertia as decisões, e mesmo contrariava os princípios, de um predecessor, de modo que as incertezas da lei e o arbitrário dos julgamentos se ajuntavam aos naturais abusos de todo o sistema judicial humano. A fim de acabar com esta incerteza, Adriano mandou Juliano consolidar todas as decisões existentes do *ius honorarium* em um Edito Perpétuo só alterável pelo Imperador.

4. As *constitutiones principum*, ou estatutos dos príncipes, tornaram-se no século II uma variada fonte da lei. Tomavam quatro formas: a) O príncipe emitia editos em virtude de seu *imperium* como funcionário da cidade; esses editos eram válidos para todo o Império, mas aparentemente se extinguiam com a morte do príncipe; b) Seus *decreta* como juiz tinham força de lei, como acontecia aos outros magistrados; c) Os *rescripta* imperiais, ou restritos imperiais, eram as respostas do príncipe às consultas. Em regra tinham a forma de *epistulae* — epístolas — ou *subscriptiones*, breves respostas "escritas sob" a petição ou consulta. As sábias e sentenciosas epístolas com que Trajano respondia às consultas dos funcionários romanos foram incorporadas ao sistema de leis do Império e conservaram a validade até muitos anos depois de sua morte; d) Os *mandata* dos imperadores eram instruções aos funcionários; no decorrer do tempo constituíram um minucioso código de lei administrativa.

5. Em certas circunstâncias a lei podia ser criada pela *responsa prudentium*. Devia ser quadro muito digno de ver-se o de sábios juristas sentados no Fórum (ou nos últimos tempos em suas casas) a darem pareceres legais sobre tudo que lhes era perguntado, recebendo remuneração indireta. Muitas vezes eram esses conselhos solicitados por advogados ou juízes municipais. Como os grandes rabinos da Judéia, eles conciliavam contradições, estabeleciam sutis distinções, interpretavam e ajustavam a antiga lei às necessidades da vida ou às exigências da política. Suas respostas escritas tinham autoridade só menor que a lei. Em dois casos dava Augusto força legal a tais pareceres: quando o jurista havia recebido do imperador o *ius respondendi*, ou o direito de dar respostas legais, e quando a resposta era mandada sob selo ao juiz interessado na questão. No tempo de Justiniano essas *responsa* tornaram-se uma vasta escola jurídica, a fonte e o alicerce de seu *Digesto* e de seu *Código*.

III. A LEI DAS PESSOAS

"Toda lei", diz o preciso Gaio, "diz respeito a pessoas, a propriedade ou a processo."[3] A palavra *persona* significara a princípio a máscara do ator; mais tarde passou a aplicar-se à parte que um homem representava na vida; finalmente passou a significar o próprio homem — como quem diz que nunca podemos conhecer um homem, mas só o papel que ele representa ou a máscara que ele usa na vida.

A primeira pessoa na lei romana era o cidadão, definido como o homem aceito na tribo romana por força do nascimento, da adoção, da emancipação ou de concessão do Estado. E havia uma tríplice graduação: 1) os cidadãos plenos, no gozo dos direitos de votar (*ius suffragii*), de ocupar cargos (*ius honorum*), de casamento com uma pessoa livre (*ius connubii*) e de empenhar-se em atos de comércio protegidos pela lei romana (*ius commercii*); 2) "cidadãos sem sufrágio", que tinham os direitos de casamento e de contratar, mas não os de voto e de ocupar cargos; e 3) os libertos, que ti-

nham os direitos de votar e contratar, mas não os de casar e ocupar cargos. O cidadão pleno possuía ainda certos direitos privativos, como poder do pai sobre os filhos (*patria potestas*), o poder de marido sobre a mulher (*manus*), o de dono sobre a sua propriedade, inclusive os escravos (*dominium*) e o de um homem livre sobre outro em virtude de contrato (*mancipium*). Conferia-se uma espécie de cidadania potencial, a *Latinitas* ou *ius Latii*, aos homens livres de certas cidades ou colônias favorecidas, por meio da qual adquiriam o direito de contratar, mas não o de casar, com romanos, e seus magistrados recebiam a plena cidadania romana depois de completarem o termo. Cada cidade do Império tinha seus próprios cidadãos e suas condições especiais de cidadania; e por uma singular tolerância um homem podia ser cidadão — e gozar dos direitos políticos — de várias cidades ao mesmo tempo. O mais precioso privilégio de um cidadão romano era a salvaguarda de sua pessoa, bens e direitos, pela lei romana, e a imunidade contra a tortura e a violência quando julgado pela justiça. A glória da lei romana estava na proteção que dava ao indivíduo contra o Estado.

A segunda pessoa na lei romana era o pai. O *patria potestas* havia-se enfraquecido com a extensão da lei a regiões antes governadas pelo costume, mas podemos aquilatar sua força de sobrevivência por um fato: quando Aulo Fúlvio partiu para juntar-se ao exército de Catilina, seu pai o fez voltar e matou-o. Mas em geral o poder do pai ia declinando à proporção que o do governo aumentava; a democracia entrou nas casas depois que deixou o Estado. Nos começos da República os pais tinham sido o Estado; os chefes de família formavam a Assembléia Curial, e os cabeças de clãs provavelmente constituíam o Senado. O governo por meio da família e do clã diminuiu à medida que a população foi crescendo e se diversificando, e a vida foi-se tornando mais móvel, mais comercial e complexa; parentesco, *status* e costume foram substituídos por contrato e lei.[4] Os filhos obtiveram de seus pais maior soma de liberdade; as esposas obtiveram-na de seus maridos; e os indivíduos, dos grupos a que pertenciam. Trajano compeliu um pai que maltratara o filho a emancipá-lo; Adriano tirou do pai o direito de vida e morte sobre os de sua casa e deu-o às cortes; Antonino proibiu ao pai vender o filho como escravo.[5] O costume já havia de longa data reduzido estes velhos poderes a letra morta. A lei tende a ficar atrás do desenvolvimento moral, não porque a lei não possa aprender, mas porque a experiência mostra que é sábio provar praticamente as novas coisas antes de cristalizá-las em lei.

A mulher romana adquiriu novos direitos enquanto os homens perderam alguns velhos, mas foi hábil no disfarçar sua liberdade sob a continuação da tutela. A lei da República estabelecera que a mulher nunca estaria *sui iuris*, ou "sob seu próprio direito", mas sempre na dependência de um tutor homem; "de acordo com nossos antepassados", disse Gaio, "mesmo a mulher de idade madura deve ser mantida em tutela, por causa da frivolidade de seu espírito".[6] No fim da República e durante o Império esta dependência legal foi largamente anulada pelos encantos e caprichos femininos, que sempre atuam vigorosamente sobre a suscetibilidade e a afeição dos homens. De Catão, o Velho, a Cômodo, a sociedade romana, legalmente patriarcal, foi governada por mulheres, com toda a graciosa mestria dos salões do Renascimento italiano ou da França dos Bourbons. As leis de Augusto cederam algo aos fatos, libertando da *tutela* qualquer mulher que tivesse tido três filhos legítimos.[7] Adriano decretou que a mulher podia dispor de sua propriedade como bem entendesse, contanto que obtivesse o consentimento do seu tutor, mas na realidade não se fazia mister esse con-

sentimento. Lá pelo fim do século II a tutela compulsória foi suprimida para todas as mulheres livres de mais de 25 anos.

O consentimento dos pais ainda era requerido para o casamento.[8] O matrimônio por *confarreatio* estava então (ano 160) confinado a poucas famílias senatoriais. O casamento por compra (*coemptio*) tornara-se meramente formal; o noivo pagava pela noiva pesando um asse de ouro ou uma barra de bronze em uma balança diante de cinco testemunhas, depois de obtido o consentimento do pai ou tutor.[9] Muitos casamentos eram feitos agora por *usus*, isto é, coabitação. Para não cair sob a *manus potestas*, ou o poder proprietarial do marido, a mulher ausentava-se três noites cada ano; desse modo mantinha-se no controle de sua propriedade, com exceção do dote. E muitas vezes o marido punha seus próprios bens em nome da esposa para evitar demandas por danos ou as penalidades da falência.[10] Tais casamentos *sine manu* podiam dissolver-se à vontade de ambas as partes; já o casamento segundo as outras formas só se dissolvia por vontade do marido. O adultério ainda era falta de somenos no homem; na mulher, culpa gravíssima contra as instituições da propriedade e da herança. Mas o marido já não tinha o direito de matar a mulher apanhada em adultério; esse direito cabia agora tecnicamente ao pai e na realidade às cortes; e a pena, banimento. O concubinato era reconhecido pela lei como um substituto do casamento, mas não coisa que o acompanhasse; um homem não podia legalmente ter duas concubinas ao mesmo tempo. Os filhos da concubina eram ilegítimos e não herdavam — o que tornava o concubinato mais atraente para os homens amigos de serem cortejados pelos caçadores de heranças. Vespasiano, Antonino Pio e Marco Aurélio viveram em concubinato depois da morte de suas esposas.[11]

A lei esforçava-se por estimular a proliferação entre as pessoas livres, mas com poucos resultados. Proibia o infanticídio, exceto em caso de criança deformada ou atingida por doença incurável. O agente do aborto era punido com banimento e perda de parte dos bens, ou com a morte, caso a mulher morresse;[12] essas leis, porém, eram largamente evadidas, como hoje. Os filhos de qualquer idade permaneciam sob o poder paterno, salvo quando vendidos três vezes pelo pai como escravos, ou quando formalmente emancipados, ou quando detinham um cargo público, ou se tornavam *flamen dialis*, ou quando uma filha se casava *cum manu* ou tomava o hábito das Vestais. Se um filho se casava durante a vida de seu pai, a *patria potestas* sobre os netos residia no avô.[13] Pela legislação de Augusto, o que um filho ganhasse no exército, em função pública, como sacerdote ou nas profissões liberais não pertencia ao pai, como mandava a legislação anterior. Um filho podia ser vendido como servo (*mancipium*); mas isso era diferente da escravidão (*servitus*) porque o vendido não perdia os direitos civis.

O escravo não tinha qualquer direito, e a lei romana, hesitante em lhe aplicar o termo *persona*, classificava-o de "homem sem *persona*".[14] É apenas por erro consciente que Gaio o discute sob a lei das *personas*; logicamente o escravo era *res*, coisa, propriedade. Não podia possuir, herdar ou legar, nem casar-se legalmente; seus filhos eram todos ilegítimos, e os filhos de uma escrava nasciam escravos ainda que o pai fosse livre.[15] Escravos de qualquer sexo podiam ser seduzidos pelo senhor sem que pudessem recorrer à lei; e não podiam dar queixa contra os que os maltratavam, a não ser por intermédio de seus donos. E sob a lei romana do tempo da República o dono podia espancá-lo, prendê-lo, condená-lo a lutar com as feras na arena, fazê-lo morrer de fome ou matá-lo por outro meio qualquer, com ou sem causa, e sem outra sanção

além da opinião pública — uma opinião pública de donos de escravos. Se um fugia e era preso, podia ser marcado a ferro em brasa ou crucificado; Augusto gabava-se de ter recapturado 30.000 escravos fugidos e de ter crucificado a todos os que não foram reclamados.[16] Se um escravo matava o dono, a lei mandava que fossem mortos todos os escravos pertencentes a esse dono. Quando Pedânio Secundo, prefeito urbano, foi morto por um escravo, seus 400 escravos viram-se condenados à morte; houve protesto da minoria dos senadores e a multidão revoltada encheu as ruas, pedindo clemência; o Senado mandou que se cumprisse a lei, alegando que somente com tais medidas os senhores estariam seguros.[17]

Vai a crédito do Império — e talvez da diminuição do suprimento de escravos novos — a melhora progressiva da condição do escravo sob os imperadores. Cláudio proibiu que matassem os já inúteis para o trabalho, e estabeleceu que se um escravo abandonado por doença se restabelecesse, automaticamente adquiria a liberdade. A *lex Petronia*, talvez do tempo de Nero, proibia aos senhores condená-los à luta na arena, sem a aprovação de um magistrado. E Nero permitiu que os escravos maltratados usassem sua estátua como asilo, e nomeou um juiz para atender-lhes as queixas — concessão que Roma recebeu como revolucionária, pois que abria para os escravos o recurso à justiça. Domiciano considerou crime a mutilação de escravos para propósitos sensuais. Adriano suprimiu o direito de matá-los sem sanção judicial. Antonino Pio permitiu que o escravo seviciado se asilasse em qualquer templo, devendo ser vendido a outro senhor, caso provasse a sevícia. Marco Aurélio estimulou os senhores a submeter os escravos aos tribunais, em vez de puni-los; esperava que desse modo a lei e o julgamento aos poucos substituíssem a brutalidade e a vingança.[18] E finalmente um grande jurista do século III, Ulpiano, proclamou o que muito poucos filósofos ainda ousavam sugerir — que "pela lei da natureza todos os homens eram iguais".[19] Outros juristas estabeleceram como máxima que onde quer que a liberdade e a escravidão estivessem em causa, todas as dúvidas deviam favorecer a liberdade.[20]

A despeito dessas mitigações, a sujeição legal dos escravos foi a mais negra mancha da lei romana. A última indignidade eram as taxas e restrições sobre a emancipação. Muitos senhores escapavam à *lex Fufia Canina* por meio da libertação do escravo sem nenhuma testemunha oficial, nem cerimônia legal; semelhante emancipação, porém, não dava ao alforriado a cidadania, mas apenas a *Latinitas*. O escravo liberto segundo o processo legal tornava-se um cidadão com direitos cívicos limitados, mas o costume exigia que fosse todas as manhãs apresentar seus respeitos ao ex-senhor, e que o servisse quando necessário, e lhe desse o voto nas eleições, e em certos casos lhe deixasse uma parte de seus bens.[21] Só quando o ex-senhor morria e estava bem enterrado, é que os libertos respiravam realmente livres.

A essas divisões gerais da lei das pessoas temos de acrescentar o que nos códigos modernos é separadamente conhecido como lei criminal. A jurisprudência romana reconhecia os crimes contra o indivíduo, o Estado e os grupos sociais considerados como pessoas jurídicas. Os crimes contra o Estado podiam ser de *maiestas*, traição por ato ou palavra; de *vis publica*, ou sedição; de *sacrilegium*, ou ofensa contra a religião do Estado; de *ambitus*, ou suborno; de *crimen repetundarum*, extorsão ou corrupção de funcionários públicos; de *peculatus*, apropriação fraudulenta de fundos públicos; de *corruptio judicis*, suborno de juiz ou jurados; por esta lista vemos que a corrupção humana tem um bem velho passado — e muito futuro. Contra o indivíduo, os crimes eram de *iniuria*, ou ofensa física; de *falsum*, falsidade; de *stuprum*, violência carnal,

e de *caedes*, homicídio. Cícero menciona a *lex Scantinia* contra a pederastia;[22] Augusto atendia ao caso com multa, Marcial com epigramas e Domiciano com a morte. A ofensa física já de longa data não era punida com retaliação equivalente, como mandava a lei das Doze Tábuas, mas com multa. O suicídio não era crime; ao contrário, antes de Domiciano, chegava de algum modo a ser premiado; um homem condenado à morte podia pelo suicídio validar seu testamento e assegurar a transmissão de seus bens aos herdeiros. A lei lhe deixava livre esse caminho.

IV. A LEI DA PROPRIEDADE

Os problemas da propriedade, da obrigação, da troca, do contrato e da dívida ocupavam largamente a atenção da lei romana. As posses materiais eram da máxima importância para a vida de Roma, e o aumento da riqueza e a expansão comercial exigiam um corpo de leis imensamente mais complexas que o singelo código dos Decênviros.

A propriedade (*dominium*) constituía-se por herança ou aquisição. Desde que o pai era o dono, como representante legal da família, os filhos e netos eram donos potenciais — *sui heredes* na curiosa frase da lei — "herdeiros de si mesmos".[23] Se o pai morria sem deixar testamento, automaticamente os filhos o sucediam na propriedade da família; e entre os filhos o pai mais velho herdava o *dominium*. O direito de testar estava sujeito a várias restrições legais, e sua composição exigia como hoje uma opulenta e sonora tautologia. O testador era compelido a deixar uma parte específica de seus bens aos filhos, outra à mulher que lhe houvesse dado três filhos e em alguns casos partes também aos irmãos, irmãs e ascendentes. O herdeiro não podia receber sua quota sem assumir todas as dívidas e obrigações do defunto; e não era raro que um romano fosse vítima de uma *damnosa hereditas* — um legado danoso. Quando um proprietário morria sem filhos e sem testamento, seus bens e dívidas passavam automaticamente para o agnado, ou parente mais próximo por consangüinidade masculina. Nos últimos tempos do Império este orgulho masculino murchou, e no reinado de Justiniano agnados e cognados (parentes por via masculina ou feminina) herdavam em igualdade de condições. Uma velha lei sugerida por Catão em 169 a.C. proibia a qualquer romano possuidor de 100.000 sestércios para cima ($15.000) legar uma parte de seus bens a uma mulher. Esta *lex Voconia* ainda estava nos livros no tempo de Gaio, mas o amor a transformara letra morta. O testador deixava os bens sob a guarda (*fideicommissum*) de um dos herdeiros qualificados, solenemente comprometido a transferi-los em certa data a uma tal mulher. Por este canal e outros, boa parte da riqueza romana foi transferida para as mãos das mulheres. As doações formavam outra escapatória da lei testamentária, mas quando feitas sob a perspectiva da morte ficavam pendentes de exame legal — e sob Justiniano passaram a incidir na mesma lei de Catão.

A aquisição realizava-se por transferência voluntária ou determinada por sentença do juiz. A transferência (*mancipatio*, "tomar na mão") era uma doação ou venda formal, diante de testemunhas e com a balança tocada por uma barra de cobre como símbolo de venda; sem este velho ritual nenhuma troca tinha a sanção ou proteção da lei. O domínio potencial ou intermediário era reconhecido sob o nome de *possessio* — direito de manter ou usar a propriedade; os arrendatários das terras públicas, por exemplo, eram *possessores* ("sentados", agachados), não *domini*; mas pelo direito prescritivo (*usucapio*, "tomar pelo uso") tornavam-se *dominium*, e não podiam mais ser questionados depois de dois anos de ocupação mansa e pacífica. É provável que este leniente conceito da ocupação como rápida criadora de domínio tenha vindo dos patrícios, que desse modo ficavam donos das terras públicas.[24] Pelo mesmo direito de *usucapio* a mulher que vivesse um ano com um homem sem se ausentar no mínimo três noites, tornava-se propriedade (*in manu*) do homem.

Obrigação era qualquer compulsão legal para a realização de um ato. Podia originar-se de delito ou contrato. Os delitos ou danos — detrimentos não contratuais contra uma pessoa ou sua propriedade — eram em muitos casos punidos com a obrigação de pagar ao lesado certa quantia de dinheiro, como compensação. Contrato: o acordo sustentado pela lei. Não precisa-

va ser escrito; até o século II de nossa era o acordo verbal, feito diante de uma testemunha com a pronúncia da palavra *spondeo* — "Eu prometo" — era mais sagrado que qualquer contrato escrito. As muitas testemunhas e as solenidades outrora requeridas para a legalidade do contrato já de muito tempo não eram necessárias; e os negócios ganharam em rapidez com o reconhecimento legal de qualquer ajuste claro — usualmente a escrita feita pelas partes em seus livros de contas (*tabulae*). Mas a lei fiscalizava cuidadosamente as transações: avisava o vendedor com um *caveat venditor*, e ao comprador com um *caveat emptor*, contra as mil formas de lesar o próximo que surgem com a vida civilizada. Qualquer vendedor de gado ou escravos, por exemplo, era obrigado por lei a denunciar os defeitos físicos da mercadoria, e responsável se o não fizesse ainda que alegasse ignorância.[25]

A dívida contraía-se por empréstimo, hipoteca, depósito em confiança. Empréstimos para consumo eram geralmente garantidos com hipotecas de bens reais ou móveis. À falta de pagamento o credor ficava com a garantia hipotecária. Nos começos da República a falta de pagamento permitia ao credor escravizar o devedor. (O credor hipotecário estava legalmente amarrado [*nexus*] ao devedor, mas o obscuro termo *nexum* era aparentemente aplicado a qualquer obrigação solenemente jurada.) A *lex Poetelia* (326 a.C.) modificou isto, permitindo que o devedor trabalhasse para satisfazer a obrigação, mas sem perda da liberdade. Depois de César, as hipotecas vencidas eram usualmente satisfeitas por meio da venda dos bens do devedor, sem riscos para sua pessoa, mas mesmo assim até o tempo de Justiniano ainda havia casos de escravizamento por dívida. A falta de pagamentos comerciais era atendida pela lei de falências, sob a qual se vendiam os bens para pagamento das dívidas, mas ao devedor era permitido conservar algo de suas últimas aquisições, no necessário a sua subsistência.

Os principais crimes contra a propriedade eram o dano, o furto e o roubo — furto com violência. As Doze Tábuas condenavam o ladrão a ser chibateado e depois entregue à vítima como escravo; e se já fosse escravo, era, depois da chibata, lançado da rocha Tarpéia. O aumento da segurança social permitiu à lei pretoriana trocar estas severidades pela restituição em dobro, em triplo, em quádruplo.[26] Em sua forma final a lei da propriedade tornou-se a parte mais perfeita do código romano.

V. A LEI PROCESSUAL

De todos os povos antigos foram os romanos os mais inclinados a demandar, a despeito da complexidade e confusão das leis processuais. Mas nossas leis processuais também haviam de lhes parecer embaraçosas e dilatórias. Quanto mais velha a civilização, mais compridas as demandas. Qualquer homem, como já vimos, podia querelar nas cortes romanas. Na República patrícia o acusador, o defensor e o magistrado tinham de seguir uma forma chamada *legis actio*, ou processo de lei, e o mais leve desvio das normas invalidava a ação. "Assim", diz Gaio, "um homem que aciona outro por haver cortado suas vinhas, e a estas chama 'vinhas', perde o processo, porque devia ter falado de 'árvores', já que a lei das Doze Tábuas fala em árvores e não em vinhas."[27] Cada parte depunha na mão do magistrado uma quantia (*sacramentum*), em benefício da religião do Estado, caso perdesse a demanda. O demandado tinha também de fazer um depósito, ou prestar fiança (*vadimonium*), como garantia de seus futuros comparecimentos perante a corte. O magistrado entregava então o caso a uma pessoa tomada da lista dos qualificados a funcionar como juízes. Em alguns casos o juiz emitia um *interdictum*, mandando que uma ou mais partes fizessem ou deixassem de fazer certas ações. Se o demandado perdia, sua propriedade, e às vezes até sua pessoa, podia ser detida pelo demandante até que a sentença fosse satisfeita.

Lá por 150 a.C. a *lex Aebutia* aboliu a necessidade do *legis actio* e aceitou em substituição o processo *per formulam*. Tais e tais atos específicos e palavras deixaram de ser exigidos; as partes compartilhavam com o magistrado na determinação da forma sob que a matéria iria ser submetida ao juiz; e o magistrado mandava ao juiz uma instrução (*formula*) sobre o fato e suas implicações legais; era parcialmente desta maneira que o pretor, como magistrado, executava a "lei pretoriana". No século II de nossa era, um terceiro modo de ação — *cognitio extraordinaria* — entrou em uso: o magistrado decidia ele mesmo o caso. No fim do século III esse proces-

so por fórmula já havia desaparecido, e o julgamento sumário, por um juiz só responsável perante o Imperador e que a ele devia o cargo, passou a refletir o advento da monarquia absoluta.

Os litigantes podiam conduzir seu caso, e o pretor ou juiz julgá-lo sem necessidade de advogados; mas como raramente era o *iudex* um profissional treinado em leis, e os litigantes podiam a cada passo tropeçar nos trâmites, os demandistas em geral recorriam à ajuda de *advocati*, ou a praxistas (*pragmatici*) e a consultores (*iurisconsulti*) ou a juristas (*iurisprudentes*). E não havia falta de tais elementos, porque cada pai sonhava com o filho advogado, e como hoje era essa profissão o vestíbulo dos cargos públicos. Um personagem de Petrônio dá ao filho uma coleção de livros de dorso vermelho (*codices*) "para que aprenda um pouco de lei" porque "isso dá dinheiro".[28] O estudante de leis começava aprendendo com algum professor particular; depois passava a freqüentar as consultas de algum eminente jurista; e por fim aperfeiçoava-se praticando.

Logo no século II certos *iurisconsulti* estabeleceram em Roma escolas (*stationes*) onde ministravam instrução ou conselhos em matéria legal. Amiano queixa-se dos altos preços exigidos, e diz que eles punham na conta até os bocejos dados, e que reduziriam o matricídio a um simples pecado venial, se o cliente pagasse bem.[29] Esses mestres tinham o nome de *iuris civilis professores*; aparentemente o título de *professor* vem do fato de exigir a lei que declarassem (*profiteri*) a intenção de ensinar, munindo-se de licença da autoridade pública.[30]

Nada mais inevitável que alguns advogados defendessem causas sórdidas,[31] aceitassem suborno para sacrificar a causa dos clientes,[32] descobrissem na lei escapatórias para todos os crimes, fomentassem disputas entre os homens ricos, prolongassem lucrativamente as demandas,[33] impressionassem as cortes ou o Fórum com interrogatórios intimidantes e citações insultuosas. Forçados pela concorrência, alguns faziam propaganda de si próprios, passando apressados pelas ruas cheios de papéis e documentos, com anéis tomados de empréstimo nos dedos, com clientes ansiosos a esperá-los e com grupos de vagabundos pagos para lhes aplaudir os discursos.[34] Tantos eram os modos de rodear a velha lei Cíncia contra honorários excessivos, que Cláudio os fixou em 10.000 sestércios para cada caso; qualquer pagamento que fosse feito acima disso podia ser reclamado por lei.[35] Mas esta restrição devia ser facilmente contornável, porque sabemos de um advogado que no tempo de Vespasiano fez uma fortuna de 300.000.000 de sestércios (ou $30.000.000).[36] Como em todas as gerações, havia juízes e advogados sempre do lado do direito e da justiça, independentes de paga; e a existência dos desonestos era redimida pela dos grandes juristas, cujos nomes os situam no mais alto da história da lei.

As cortes para o julgamento dos acusados variavam de simples audição de juízes singulares até as Assembléias, o Senado e o Imperador. Em vez de um juiz singular, o pretor podia escolher pela sorte, conforme o caso, um corpo de juízes, que usualmente ia a cinco ou seis, tomados dentre 850 nomes de senadores e éqüites na lista do júri. Duas cortes especiais funcionavam permanentemente: os *decemviri* ou Dez Homens, para julgamento dos casos civis; e os *centumviri*, ou Cem Homens, para os casos de propriedade e herança. O funcionamento desses corpos era público; Plínio, o Moço, descreve a grande multidão que vinha ouvir suas defesas no tribunal.[37] E Juvenal[38] e Apuleio[39] queixam-se das delongas e da venalidade judicial, mas a própria indignação que ambos demonstram significa que isso constitui exceção.

Os julgamentos eram marcados por uma liberdade de palavra e ação raramente vista nos tribunais de hoje. Cada parte podia apresentar diversos advogados, uns especializados em provas, outros em produzi-las. A marcha do processo ia sendo reduzida a escrita por vários amanuenses (*notarii, actuarii, scribae*), e era muitas vezes estenografada; Marcial fala de certos escribas que "por mais rápidas que as palavras saiam da boca do orador ficam em atraso da mão que as toma".[40] Plutarco nos conta a fidelidade com que os estenógrafos tomavam os discursos de Cícero, a ponto de às vezes deixá-lo embaraçado.[41] O depoimento das testemunhas se fazia de acordo com velhos precedentes. Diz o modelar Quintiliano:

> Na inquirição de testemunhas é essencial conhecer-lhes o tipo. Porque uma testemunha tímida pode ser aterrorizada, uma tola pode ser enganada, uma irascível pode ser provocada, uma vaidosa pode ser lisonjeada. As testemunhas muito perspicazes e seguras de si devem ser afastadas, porque podem tender para a malícia e a obstinação; ou... se têm a vida passada criticável, seu crédito pode ser prejudicado pelas escandalosas acusações que contra elas se levantem.[42]

O advogado podia recorrer a quase toda sorte de argumentos. Podia apresentar à corte a representação pictórica do crime alegado, feita em tela ou madeira; podia erguer uma criança nos braços, enquanto argüía certo ponto; podia exibir as cicatrizes de um soldado submetido a acusação, ou os ferimentos do cliente. A parte contrária esperava esses golpes e revidava. Quintiliano fala de um que, quando seu oponente ia ilustrar um ponto com a entrada dos filhos do cliente, jogou diante deles uns dados; as crianças lançaram-se para pegar os *tesserae* — e estragaram a peroração.[43] Os escravos podiam ser submetidos à tortura, mas a prova desse modo obtida não tinha valor contra seus senhores. Adriano decretou que o escravo só fosse torturado em último caso e sob estritas condições, e preveniu aos juízes de que prova assegurada por esse meio nunca seria merecedora de confiança. A tortura legal, entretanto, persistiu, e no século III tornou-se extensiva aos homens livres.[44] O júri votava por meio do depósito de signos em uma urna; a maioria absoluta bastava para a decisão. Em muitos casos havia apelação para tribunal superior, e por fim, para o Imperador.

As penas eram estabelecidas pela lei, não ficavam à vontade dos juízes. Variavam com a posição social do criminoso, sendo mais severas para o escravo. Nenhum cidadão romano, como os Atos dos Apóstolos nos mostram, podia ser flagelado e torturado — nem executado antes do apelo ao Imperador. Para o escravo havia o suplício da cruz. As penas para o mesmo crime variavam, conforme era o réu *honestiores* ou *humiliores*; também variavam conforme o *status* social do réu, se livre ou liberto, soldado ou civil, solvente ou falido. Pena mais simples, a multa, mas como o valor da moeda mudava mais depressa que a legislação, ocorriam estranhas anomalias. No caso do espancamento de um homem livre as Doze Tábuas fixavam a multa de 25 asses (originalmente 25 libras de cobre); quando o asse baixou ao valor de 6 *cents*, Lúcio Verácio saiu a esbofetear homens livres no rosto, seguido de um escravo que pagava 25 asses a cada vítima.[45] Para certos crimes a pena era a *infamia* ("mudez"), e principalmente a proibição de aparecer, ou ser representado por outro, diante da lei. Punição mais severa consistia na perda dos direitos civis (*capitis deminutio*), que tomava as formas progressivamente agravadas de incapacidade para herdar, deportação e escravização. A deportação equivalia à mais dura forma de exílio: o condenado, em cadeias, era confinado a um retiro inóspito e privado de todos os seus bens. No *exilium*, forma

suavizada da deportação, o condenado podia viver onde quisesse, menos na Itália; na *relegatio* (o caso de Ovídio) não havia confisco dos bens, mas o relegado era mantido em certo ponto, geralmente longe de Roma. Pena de prisão permanente, raro usada; mas havia a de trabalho forçado nas minas, obras públicas e pedreiras do Estado. Durante a República, o homem livre condenado à morte podia escapar à pena com o abandono de Roma e da Itália; sob o Império a pena capital passou a ser imposta com freqüência cada vez maior e mais implacavelmente. Prisioneiros de guerra e condenados podiam ser reclusos no Carcer Tullianum, para que morressem de fome no meio de ratos, piolhos e da permanente imundície daquela escuridão subterrânea.[46] Assim morreram Jugurta e Simão Ben-Giora, o heróico defensor de Jerusalém contra Tito. E diz a tradição que antes de serem crucificados, lá apodreceram Pedro e Paulo, as vigas-mestras do cristianismo, e lá escreveram a sua última mensagem ao jovem mundo cristão.

VI. A LEI DAS NAÇÕES

O mais difícil problema da lei romana foi ajustar-se aos vários códigos e costumes das terras que as armas ou a diplomacia de Roma haviam conquistado. Muitos desses países eram mais velhos que Roma; o que haviam perdido em coragem militar compensavam com o orgulho das tradições e o cioso apego aos velhos costumes. Roma mostrou-se hábil no enfrentar a situação. Um *praetor peregrinus* foi nomeado primeiramente para atender aos estrangeiros da cidade de Roma depois para a Itália inteira, depois para as províncias. Sua função era harmonizar a lei romana com as leis locais. Os editos destes pretores mais os dos governadores provinciais e edis foram gradativamente criando e desenvolvendo o *ius gentium* pelo qual o Império se governava.

Esta "Lei das Nações" não era uma lei internacional — um corpo de disposições aceitas pela generalidade dos Estados para o norteio das inter-relações. Em um sentido frouxo, ainda como hoje, havia na antigüidade uma lei internacional, isto é, um conjunto de costumes respeitados na paz e na guerra: mútua salvaguarda dos mercadores internacionais e diplomatas, concessão de tréguas para o enterro dos mortos, abstenção do uso de flechas envenenadas, etc. Os juristas de Roma, por meio de patriótica ficção, definiam o *ius gentium* como lei comum a todas as nações — mas eram muito modestos quanto à parte de Roma nesse direito. Na realidade o *ius gentium* não passava da lei local adaptada à soberania romana e destinada a governar os povos da Itália e províncias sem lhes dar a cidadania romana e os outros direitos do *ius civile*.

Por meio de ficção equivalente os filósofos tentavam identificar a Lei das Nações com a "Lei da Natureza". Os estóicos definiam esta última como um código moral implantado no homem pela "razão natural". A Natureza, diziam eles, era um sistema de razão, a lógica e a ordem de todas as coisas; esta ordem, espontaneamente desenvolvida em sociedade e adquirindo consciência no homem, era a lei natural. Cícero formulou a teoria em uma passagem famosa:

> A verdadeira lei é a razão em acordo com a natureza, universal em seu escopo, imutável, eterna. ... Não podemos opor-nos ou alterar essa lei, não podemos aboli-la, não podemos libertar-nos de suas obrigações por meio de outras leis que façamos, e é dentro de nós mesmos que encontramos o expositor da lei natural. É ela a

> mesma em Roma ou Atenas, a mesma para o presente e o futuro;... é e será válida para todas as nações e todos os tempos. ... Quem a desobedece, nega-se a si próprio e a sua própria natureza.[47]

Temos aqui a perfeita fixação de um ideal que se fortaleceu quando o estoicismo subiu ao trono com os Antoninos. Ulpiano desenvolveu-o em um princípio de grande alcance: "as distinções de classes e privilégios são acidentais e artificiais"; daí à concepção cristã da igualdade dos homens a distância era só de um passo. Mas quando Gaio muito simplesmente definiu o *ius gentium* como "a lei que a razão natural estabelece para toda a humanidade",[48] ele estava confundindo as armas de Roma com a Divina Providência. A lei romana era a lógica e a economia da força; os grandes códigos do *ius civile* e do *ius gentium* não passavam das regras por meio das quais um povo conquistador dava ordem, regularidade e a sanção do tempo a uma soberania baseada na força das legiões. Eram natural, sim, mas só no sentido de que nada mais natural do que o forte usar e abusar de sua força contra o fraco.

Não obstante há algo nobre na imponente estrutura de governo chamada lei romana. Já que o vitorioso tem de governar, é uma bênção que as regras de sua dominação estejam claramente fixadas; neste sentido é a lei a coerência do poder. Nada mais natural que os romanos criassem o maior sistema de leis da História: eram amigos da ordem e tinham os meios de impô-la; e sobre o caos de centenas de nações diversas eles sobrepuseram a autoridade e a paz, imperfeitas mas sublimes. Outros Estados tinham tido leis; e legisladores como Hamurabi e Sólon criaram códigos de legislação humana, mas povo nenhum ainda havia realizado a imensa coordenação, unificação e codificação que tanto preocupou os mais altos espíritos legislativos ou jurídicos de Roma, desde os Cévolas até Justiniano.

A flexibilidade do *ius gentium* facilitou a transmissão da lei romana para os Estados medievais e modernos. Vale por feliz acidente que enquanto o caos da invasão dos bárbaros mutilava a herança legal no Ocidente, o *Código*, o *Digesto* e os *Institutes* de Justiniano fossem em Constantinopla mantidos na relativa continuidade do Império no Oriente. Por meio desse trabalho e centenas de menores canais, e da silenciosa tenacidade dos meios comuns, a lei romana penetrou no direito canônico da Igreja medieval, inspirou os pensadores do Renascimento e fez-se a lei básica de numerosos países — Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Hungria, Boêmia, Polônia e também — dentro do Império Britânico — da Escócia, de Quebec, de Ceilão e da África do Sul. A própria lei inglesa, o único monumento legal de escopo equiparável, foi da lei romana que tirou suas regras de eqüidade, almirantado, curatela e herança. Ciência grega e filosofia, cristianismo greco-judaico, democracia greco-romana e Lei Romana: eis os supremos legados que recebemos do mundo antigo.

CAPÍTULO XIX

Os Reis Filósofos

96 — 180

I. NERVA

COM o assassínio de Domiciano o princípio de hereditariedade no trono desapareceu de Roma por todo um século. O Senado não o havia reconhecido como fonte de soberania; e agora, depois de 123 anos de submissão, os senadores reconquistaram sua autoridade, e como nos começos de Roma haviam escolhido um rei, escolheram um colega para príncipe e imperador. Torna-se inteligível semelhante ato de coragem, se atentarmos para o fato de que o vigor da família flaviana se tinha exaurido na mesma geração em que a energia do Senado ganhou reforço com as injeções de sangue italiano e das províncias.

Marco Coceio Nerva estava com 66 anos quando a supremacia o surpreendeu. Sua colossal estátua no Vaticano mostra um rosto belo e viril, não denunciando vestígios do respeitável jurista de mau estômago, nem do amável poeta que fora saudado como "o Tibulo de nosso tempo".[1] Talvez o Senado o tivesse escolhido por motivo de sua inofensibilidade. Nerva o consultava em tudo, e manteve sua palavra de nunca ser o causador da morte de nenhum de seus membros. Chamou os exilados de Domiciano, restituiu-lhes os bens e arrefeceu-lhes a sede de vingança. Distribuiu entre os pobres terras no valor de 60.000.000 de sestércios e criou o *alimenta* — um fundo estatal para estímulo e financiamento da fecundidade entre os camponeses. Surprimiu muitas taxas, baixou as que incidiam sobre as heranças, libertou os judeus dos tributos impostos por Vespasiano, e ao mesmo tempo reparou as finanças públicas por meio de economias na corte e no governo. Com muita razão afirmou que fora justo para com todas as classes — "nada fiz que me prive de sair do trono e voltar a minha vida anterior com toda a segurança".[2] Mas um ano depois de seu acesso, a Guarda Pretoriana, que não fora ouvida e se ressentia do novo regime de finanças, assediou o palácio, exigiu a entrega dos assassinos de Domiciano e trucidou diversos conselheiros de Nerva. O Imperador ofereceu-se à espada dos pretorianos, mas foi poupado. Na humilhação, quis abdicar; seus amigos persuadiram-no a, em vez disso, fazer o que Augusto fizera: adotar como filho e sucessor um homem aceito pelo Senado e capaz de governar não só o Império como a Guarda. A grande dívida que Roma contraiu com Nerva foi a escolha de Marco Úlpio Trajano para sucedê-lo. Três meses depois, havendo reinado 16 meses, falecia (98).

O princípio da adoção assim acidentalmente restaurado significava que o Imperador, ao sentir-se em declínio de forças, podia associar-se no governo ao melhor homem possível, de modo que por sua morte não ocorresse o absurdo de uma escolha

pretoriana ou o risco de um herdeiro natural mas indigno, nem guerra civil entre competidores do trono. E grande sorte foi que Trajano, Adriano e Antonino Pio não tivessem filhos, podendo desse modo, sem complicações na família, adotar semelhante sistema de sucessão. Enquanto o princípio foi mantido, Roma se beneficiou "com a mais bela série de bons e grandes soberanos que o mundo jamais conhecera".[3]

II. TRAJANO

Trajano estava à testa de um exército em Colônia quando recebeu a notícia de seu acesso. Continuou ainda por quase dois anos naquele trabalho na fronteira, em vez de vir imediatamente para Roma. Nascera na Espanha, de uma família da Itália já com longo tempo de residência ali; com ele e Adriano, a Espanha romana alcançava a hegemonia política, como havia alcançado a literária com Sêneca, Lucano e Marcial. Foi o primeiro do longo rol de generais cujo nascimento e treino provincianos parece terem-lhe dado a vitalidade já em declínio na pura cepa romana. E que Roma não protestasse contra a escolha de um provinciano já era em si um "sinal dos tempos" na história romana.

Trajano jamais deixou de ser um general. Tinha o porte militar; sua presença impunha-se pela energia das feições. Alto e robusto, estava acostumado a seguir à frente das tropas e vadear centenas de rios com todo o equipamento às costas. Estoicamente imparcial entre a vida e a morte. Prevenido de que Licínio Sura conspirava contra ele, foi a sua casa e lá jantou sem nenhum exame dos pratos, e fez-se barbear pelo barbeiro de Sura.[4] Não era de nenhum modo um filósofo. Costumava levar em seu carro Díon Crisóstomo, o "boca de ouro", para ouvi-lo dissertar sobre filosofia, mas confessava não entender uma só palavra[5] — coisa muito má para a filosofia. Tinha o espírito claro e direto, e tinha um bom senso admirável. Vaidoso como todos os homens, mas completamente despretensioso; não se aproveitava do cargo, reunia-se aos amigos na mesa e na caça, com eles bebia abundantemente e ocasionalmente se dava à pederastia como que por deferência aos costumes do tempo. Roma louvava-o por não haver nunca interferido nos amores lésbicos de Plotina, sua esposa.

Quando aos 42 anos de idade voltou a Roma, achava-se no apogeu das faculdades. Sua simplicidade, sua afabilidade e moderação rapidamente conquistaram o povo ainda não totalmente afeito à tirania. Plínio, o Moço, foi escolhido pelo Senado para pronunciar o "panegírico" de saudação. Quase ao mesmo tempo Díon Crisóstomo pronunciava diante dele um discurso sobre os deveres do monarca segundo a filosofia estóica. Tanto Plínio como Díon distinguiam entre *dominatio* e *principatus*: o príncipe não era o senhor do Estado, mas seu primeiro servidor, o delegado executivo do povo, escolhido por intermédio dos representantes do povo, os senadores. *Imperaturus omnibus elegi debet ex omnibus*, disse Plínio — "aquele que vai comandar a todos deve ser eleito por todos".[6] O general ouviu cortesmente.

Tão belos começos não eram novos na história; o que espantava Roma era que Trajano cumprisse suas promessas. Começou doando a seus associados ou ajudantes as vilas em que seus predecessores costumavam passar umas poucas semanas por ano; "não considerava coisa nenhuma como sua própria", diz Plínio, "a não ser que os amigos a possuíssem";[7] e por si mesmo vivia à maneira simples de Vespasiano. Pedia sobre todas as coisas do momento a opinião do Senado e descobriu que pode exercer um poder quase absoluto quem não for absoluto nas palavras. De boa mente deixava

o Senado que Trajano o governasse, contanto que respeitasse as fórmulas que lhe davam prestígio e dignidade; como todos os mais em Roma, os senadores tinham muito amor à segurança para se atreverem ao uso da liberdade. Talvez também gostassem de ver em Trajano um conservador sem nenhuma intenção de tirar do rico para aplacar o pobre.

Trajano foi hábil e incansável administrador, financista judicioso, bom juiz. A ele o *Digesto* de Justiniano atribui o princípio de que é melhor que um criminoso fique impune do que seja condenado um inocente.[8] Por meio da cuidadosa fiscalização das despesas (e algumas conquistas lucrativas) pôde completar grandes obras públicas sem agravar as taxas; ao contrário, baixou-as e publicou um orçamento em que a receita e a despesa do governo ficavam expostas à crítica de todos. E dos senadores que gozavam de sua camaradagem exigia um devotamento administrativo igual ao seu. Os patrícios entraram na burocracia e trabalharam admiravelmente; a correspondência de Trajano mostra-nos como eles se esforçavam sob a liderança e inspiração do Imperador. Para as cidades do Oriente cuja desordem nas finanças levara à bancarrota, mandou ele *curatores*, como Plínio, o Moço, para ajudá-las na reconstrução. Se isso enfraquecia a autonomia municipal, era por outro lado indispensável para salvá-las da incompetência que as havia arruinado.

Filho da guerra, foi Trajano um franco imperialista que punha a ordem e o poder acima da liberdade e da paz. Mal se passara um ano de sua chegada a Roma e já partia para conquistar a Dácia, país que, como a Romênia de 1940, mergulhava, qual um punho, no coração da Germânia e seria de grande valor estratégico na luta que Trajano previa entre a Itália e a Germânia. A anexação da Dácia poria Roma no controle da estrada que ia do Save ao Danúbio e daí a Bizâncio — preciosa rota terrestre para o Oriente. A Dácia além do mais possuía minas de ouro. Na campanha brilhantemente planejada e rapidamente executada, Trajano levou suas legiões através de todos os obstáculos até Sarmizegetusa, a capital da Dácia, e forçou-a a render-se. Um escultor romano deixou-nos impressionante retrato de Decibalo, o rei vencido — um nobre rosto em que transparece muito caráter. Trajano reintegrou-o no trono como delegado de Roma e voltou (102); mas sem demora Decibalo rompeu o acordo e passou a agir com a independência de outrora. Trajano volta com seu exército à Dácia (105), atravessa o Danúbio em uma ponte famosa como uma das maravilhas do século e toma de novo a capital rebelde. Decibalo foi morto; forte guarnição ficou em Sarmizegetusa e o imperador seguiu para Roma, onde celebrou o triunfo com 10.000 gladiadores (provavelmente cativos de guerra) em 123 dias de jogos públicos. Assim tornada província do Império, a Dácia recebeu colonos romanos que lá se casaram e corromperam o latim, dando origem à língua romena. As minas de ouro da Transilvânia foram postas sob a direção de um procurador imperial — e breve pagaram todo o custo da guerra. Para reembolsar-se de seu esforço Trajano tomou da Dácia um milhão de libras de prata e meio milhão de libras de ouro — a mais substancial presa de guerra que as legiões romanas conquistaram para a ociosidade de Roma.

Com esses despojos foi possível uma distribuição de 650 denários ($260) a cada cidadão que os quis receber — talvez uns 300.000 — e muito ainda sobrou para atender ao desemprego fruto da desmobilização, com o maior programa de obras públicas e suntuárias que a Itália vira depois de Augusto. Trajano melhorou os velhos aquedutos e mandou construir um novo que ainda está em operação. Construiu em Óstia um espaçoso porto ligado por canais ao alto Tibre e ao porto de Cláudio, e dotou-o de ar-

mazéns que se distinguiam pela beleza e adaptabilidade aos fins. Seus engenheiros repararam velhas estradas, abriram uma nova através dos pântanos pontinos e a Via Trajana de Brundísio a Benevento. Também foi restaurado o Túnel Claudiano e dragados os portos de Centuncela e Ancona; em Ravena construiu-se um aqueduto e em Verona um anfiteatro. Trajano proveu fundos para novas estradas, pontes e construções pelo Império inteiro. Mas não fomentou a rivalidade arquitetônica entre as cidades, antes insistiu para que gastassem os saldos na melhoria da condição dos pobres. Mostrou-se sempre pronto a auxiliar qualquer cidade vítima de terremoto, fogo ou tempestade. Para estimular a agricultura na Itália fez com que os senadores empatassem um terço de seu capital em terras italianas; e ao notar que isso aumentava os latifúndios, estimulou a pequena propriedade com o adiantamento de fundos a juros baixos para a compra e melhoramento de terras e benfeitorias.[9] Para melhorar o índice de natalidade, ampliou o *alimenta*, ou fundo de alimentação; o Estado fazia empréstimos hipotecários aos camponeses italianos ao juro de 5 por cento (metade do usual) e permitia que as associações de caridade distribuíssem essa renda pelos pais pobres à razão de 16 sestércios mensais para cada filho que criassem, e 12 para cada menina. A soma parece pequena, mas testemunhas contemporâneas afirmam que nas pequenas propriedades italianas do século I a quantia de 16 a 20 sestércios bastava para o custeio de uma criança.[10] Com o mesmo fito permitiu Trajano que as crianças de Roma recebessem na distribuição do trigo do Estado quota igual à dos pais. Esse sistema de *alimenta* foi ampliado por Adriano e pelos Antoninos, e estendido a várias partes do Império — além de suplementado pela filantropia privada; Plínio, o Moço, dava 30.000 sestércios por ano como *alimenta* para as crianças de Comum, e Cecília Macrina deixou um milhão para as crianças de Terracina, na Espanha.

Como Augusto, Trajano favorecia a Itália mais que as outras províncias, e Roma mais que a Itália. Muito se aproveitou do gênio artístico de Apolodoro, o grego de Damasco que desenhou o novo aqueduto e a ponte do Danúbio. Comissionou-o para arrasar vários quarteirões de Roma, cortar 130 pés da base do Quirinal, projetar nesse espaço um novo Fórum, igual em área a todos os anteriores juntos, e rodeá-lo de monumentos dignos da majestade de Roma, que atingia o pináculo de seu poder e opulência. O *Forum Trajanum* abria com o Arco Triunfal de Trajano. O interior — 370 por 354 pés — era calçado de pedra e rodeado de alta muralha e pórtico; na parte leste e oeste a muralha indentava-se de êxedras em hemiciclo, formadas de colunas dóricas. No centro erguia-se a Basílica Úlpia, nome do clã de Trajano, destinada a usos do comércio e das finanças; tinha o exterior adornado de 50 colunas monolíticas, chão de mármore, a imensa nave cercada de colunas de granito, o teto revestido de bronze. Perto do extremo norte do novo Fórum ergueram-se duas bibliotecas, uma para obras gregas, outra para obras latinas; entre elas emergiu a coluna de Trajano e atrás o templo de Trajano. Esse fórum ganhou fama de uma das maiores maravilhas arquitetônicas do mundo.

A coluna de Trajano, que ainda está de pé, constituiu verdadeira façanha em matéria de transporte. Foi cortada em 18 cubos de mármore de 50 toneladas cada um, trazidos da ilha de Paros em navios, transferidos para barcaças da navegação Tibre acima e levados sobre roletes até o ponto requerido. Esses cubos foram cortados em 32 blocos. Oito formaram o pedestal, decorados com esculturas em três lados; o quarto abria-se numa escada em espiral de 185 degraus. O fuste, de 12 pés de diâmetro na base e 97 pés de altura, compunha-se de 21 blocos, tendo em cima a estátua de Traja-

no a sustentar na mão o mundo. Ornamentavam-no relevos representando cenas da campanha da Dácia, nos quais culminam o realismo flaviano e a antiga escultura histórica. Não visam a calma beleza dos gregos com seus tipos idealizados; procuram, ao contrário, dar realisticamente a impressão de indivíduos e do tumulto da guerra; correspondem a Balzac e Zola depois de Corneille e Racine. Nas duas mil figuras desses 124 painéis espiralados podemos acompanhar passo a passo a conquista da Dácia: as coortes romanas partem de seus aquartelamentos com todas as armas; cruzam o Danúbio sobre pontões; acampam em terra inimiga; confusão de lanças, flechas, pedras; uma aldeia dácia incendiada com a população pedindo misericórdia a Trajano; mulheres dácias torturando prisioneiros romanos; soldados exibindo ao Imperador cabeças de inimigos; cirurgiões a tratar dos feridos; príncipes dácios tomando veneno; a cabeça de Decibalo trazida por Trajano como troféu; a longa fila dos cativos, homens, mulheres e crianças: — na coluna de Trajano temos a melhor narrativa em relevo jamais conhecida na história da escultura. Os mestres que a lavraram não eram chauvinistas; mostravam os atos de clemência de Trajano mas também deixavam ver o heroísmo de um povo a defender sua liberdade — e de todo o conjunto a mais bela figura é a do rei dácio. Trata-se de um estranho documento, muito sobrecarregado para que dê a impressão que podia dar; algumas figuras tão cruas que mais parecem obra de algum guerreiro dácio; superposição de cenas sem perspectivas, e o conjunto, tal qual a frisa de Fídias no Partenon, só observável por algum passarinho inimigo do chão. Mas constitui interessante desvio da arte grega, cuja placidez jamais expressaria a superabundante energia do caráter romano. A "continuidade",[11] isto é, cada cena a fundir-se na seguinte, desenvolve as sugestões do arco de Tito e abre caminho para os relevos medievais. Apesar de suas falhas, a história espiral desta coluna foi imitada diversas vezes; vemo-la na coluna de Aurélio em Roma, na de Arcádio em Constantinopla, na de Napoleão na praça Vendôme em Paris.

Trajano fechou seu programa de construções com a conclusão dos banhos começados por Domiciano. Seis anos de paz o haviam cansado; a administração era tarefa insuficiente para o consumo de suas energias; ele não se sentia vivo no palácio. Por que não retomar os planos de César no ponto em que Antônio falhara e liquidar com o caso da Pártia de uma vez para sempre, e estabelecer melhor as fronteiras orientais com dominação das rotas de comércio da Armênia e Pártia para a Ásia Central, o Golfo Pérsico, a Índia?

Depois de cuidadosa preparação partiu com seu exército em 113. Um ano depois tomava a Armênia; mais um ano e marchava através da Mesopotâmia, capturava Ctesifonte e alcançava o Oceano Índico — o primeiro e último general romano a defrontá-lo. O povo em Roma ilustrava-se em geografia com o simples seguir de suas vitórias; semanalmente eram os senadores informados da conquista de um novo país: Bósforo, Cólquida, Ibéria Asiática, Albânia Asiática, Osroene, Messênia, Média, Assíria, Arábia Petreia e por último a Pártia. A Armênia, a Mesopotâmia, a Assíria e a Pártia foram constituídas em províncias e o novo Alexandre teve a glória de coroar os novos reis daqueles velhos inimigos de Roma. Às margens do Mar Vermelho, Trajano lamentou estar já muito idoso para repetir o avanço do macedônio rumo ao rio Indo. Contentou-se com a construção de uma frota que no Mar Vermelho controlasse o comércio com a Índia; deixou guarnições nos pontos estratégicos e com relutância retomou o caminho de volta para Roma.

Como Antônio, Trajano andara muito depressa e fora muito longe, sem dar tempo à consolidação de suas vitórias e linhas. Ao chegar a Antioquia recebeu notícia de que Ósroes, o destronado rei da Pártia, reunira um exército e conquistara a Mesopotâmia central; essa rebelião, espalhou-se por todas as novas províncias; os judeus da Mesopotâmia, do Egito e de Cirene pegaram em armas, e a agitação era grande na Líbia, na Mauritânia e na Bretanha. O velho guerreiro quis de novo entrar em ação, mas seu corpo não o ajudou. Estava gasto pela vida ativa no calor do Oriente; tornou-se hidrópico e por fim a paralisia o colheu. Melancolicamente encarregou Lúcio Quieto de sufocar os levantes na Mesopotâmia, enviou Márcio Turba contra os judeus da África e pôs seu sobrinho Adriano à frente do exército romano na Síria; depois fez-se carregar para a costa da Cilícia, na esperança de por via marítima alcançar Roma, onde o Senado lhe preparava um triunfo como o de Augusto. Mas faleceu no caminho, em Selino (117), com a idade de 64 anos, depois de reinar 19. Suas cinzas foram levadas para a capital e enterradas sob a grande coluna que ele escolhera para jazigo final.

III. ADRIANO

1. O Governante

Nunca saberemos se o mais brilhante de todos os imperadores romanos subiu ao trono por amorosa conivência ou pela consciência de Trajano quanto a veu valor. "A nomeação de Adriano", diz Dion Cássio, "foi devida à circunstância de que quando Trajano morreu sem herdeiro designado, sua esposa Plotina, de amores com Adriano, conspirou para assegurar-lhe a sucessão."[12] Espartiano repete a história.[13] Plotina e Adriano negaram o fato, mas a suspeita persistiu até o fim de seu reinado. Ele minimizou o assunto distribuindo generosos donativos entre as tropas.

Públio Aélio Adriano ligava seu cognome à cidade de Ádria, na costa adriática; de lá, diz sua biografia, seus antepassados se foram para a Espanha, onde ele nasceu em 76 na cidade de Itálica, a mesma em que Trajano nascera em 52. Por morte de seu pai (86) foi posto sob a tutela do tio e de Célio Atiano. Célio imbuiu-o de tanta paixão pela literatura grega que o jovem recebeu o apelido de Graeculus. Também estudou música, medicina, escultura, pintura, matemáticas e meia dúzia de artes. Trajano chamou-o para Roma e deu-lhe em casamento sua sobrinha (100). Vívia Sabina, se não mente um seu busto de mármore, era mulher de notável beleza e com bastante consciência disso; não deu felicidade ao marido. Talvez Adriano amasse em excesso aos cães e cavalos e gastasse muito tempo na companhia deles nas caçadas ou construindo-lhes túmulos quando morriam. Vívia não lhe deu filhos; embora quase sempre viajassem juntos eram indiferentes um ao outro. Adriano dava-lhe todas as demonstrações de cortesia, mas nada de afeição. Quando Suetônio, um de seus secretários, dela falou com desrespeito, ele o demitiu.

A primeira decisão de Adriano como Imperador foi corrigir a política imperialista do tio. Sempre fora adverso à expedição contra a Pártia, por achá-la muito dispendiosa em homens e meios em um tempo ainda tão próximo da guerra contra a Dácia, e difícil de manter em caso de vitória; e os generais de Trajano, ansiosos de glória, nun-

ca lhe perdoaram essa oposição. Ao ver-se no trono, um dos primeiros atos de Adriano foi retirar as legiões da Armênia, Assíria, Mesopotâmia e Pártia; da Armênia fez um reino dependente, em vez de província, e aceitou o Eufrates como a fronteira oriental do Império; agindo como Augusto depois de César, consolidou na administração pacífica o máximo que pôde daquilo que fora conquistado pelas armas. Os generais de Trajano — Palma, Celso, Quieto e Nigrino — condenaram semelhante política como imprudente e covarde; deixar de atacar, pensavam eles, era passar para a defensiva — e apenas defender-se era começar a morrer. Adriano estava com suas legiões no Danúbio quando o Senado anunciou que os quatro generais haviam sido presos por conspiração e executados. Roma impressionou-se com o fato da execução sumária e sem processo, e embora Adriano, que voltou para Roma apressadamente, protestasse nada ter com o assunto, ninguém lhe deu crédito. E por duas décadas Adriano permaneceu impopular, a despeito de seu compromisso de não condenar à morte nenhum membro do Senado, apesar de suas distribuições de dinheiro ao povo, da abundância de jogos, do cancelamento de taxas em atraso na importância de 900.000.000 de sestércios, com queima pública da papelada fiscal, e de haver governado com a maior sabedoria, justiça e paz.

Seu antigo biógrafo descreveu-o como um homem alto e elegante, de cabelo crespo "e barba inteira, para esconder uma mancha do rosto";[14] e disso veio a moda da "barba toda" em Roma. Compleição atlética e mantida em forma pelo exercício, sobretudo a caça; com suas próprias mãos matou vários leões.[15] Tantos traços aparecem em sua descrição que o retrato perde por confuso. Era "severo e alegre, chistoso e grave, sensual e cauto, duro e liberal, rigoroso e leniente, ilusoriamente simples e volúvel em tudo".[16] Mentalidade céptica e penetrante; imparcial, mas respeitosa da tradição, pois que a tinha como o tecido conectivo das gerações passadas. Lia e admirava o estóico Epicteto, mas não rejeitava os prazeres. Irreligioso e supersticioso, motejava dos oráculos, brincava com a astrologia, estimulava a fé nacional e assiduamente executava os deveres de *pontifex maximus*. Cortês e obstinado, às vezes cruel, usualmente bom; talvez suas contradições fossem meras adaptações às circunstâncias. Visitava os doentes, ajudava os desgraçados, muito beneficiou os órfãos e as viúvas, os artistas, escritores e filósofos. Cantava e dançava bem, era bom harpista e bom pintor, mas medíocre escultor. Escreveu diversos livros — uma gramática, uma autobiografia, poemas decentes e indecentes[17] em latim e grego. Preferia a literatura grega à latina, e o velho latim de Catão à macia eloqüência de Cícero — e com seu exemplo muitos autores de sua época passaram a afetar o estilo arcaico. Organizou em universidade os professores pagos pelo governo, melhorou-lhes o ordenado, e construiu-lhes um magnífico Ateneu nos moldes do Museu de Alexandria. Gostava de ter a seu lado eruditos e pensadores, aos quais propunha perguntas, rindo-se de suas contradições e disputas. Favorino, o Gaulês, era o mais profundo de todos aqueles filósofos; quando seus amigos o censuraram de ter cedido diante de um argumento do Imperador, respondeu que qualquer homem que tem atrás de si 30 legiões deve ter razão.[18]

Além de todos esses múltiplos interesses intelectuais, o bom senso prático de Adriano era notável. Seguindo a idéia de Domiciano, passou seus libertos para funções subalternas, escolheu para os mais altos postos administrativos homens de negócio de comprovada habilidade; e com eles, mais uns senadores e uns juristas, formou um *concilium* que se reunia em sessões regulares focalizando os problemas da política. Nomeou um *advocatus fisci*, ou Procurador do Tesouro, para obstar a de-

fraudação fiscal, conseguindo que sem nenhum aumento de taxas as rendas crescessem bastante. Adriano trazia de olho cada departamento governamental e, como Napoleão, espantava os chefes de serviço com o conhecimento demonstrado em cada setor. "Tinha excelente memória", diz Espartiano, "escrevia, ouvia e ditava enquanto conversava com os amigos, tudo ao mesmo tempo"[19] — embora a freqüência com que nos contam esta história nos traga suspeitas. Sob sua fiscalização e com a melhoria dos serviços civis, o Império foi em seu tempo mais bem governado do que nunca, nem antes nem depois. Mas isso à custa do aumento da burocracia e da "mania da regulamentação" — o que começava a aproximar o principado da monarquia absoluta. Adriano observou todas as formas de cooperação com o Senado, embora sua "máquina" invadisse cada vez mais as funções daquela outrora "assembléia de reis". Vendo de muito perto o quadro, não podia prever que o aumento da burocracia era de molde a tornar-se com o tempo uma carga insuportável para os contribuintes. Ao contrário, imaginava que dentro da trama de governo por ele estabelecida todas as pessoas do Império encontrariam carreiras abertas ao talento de cada um, podendo qualquer homem subir rapidamente de uma classe para outra.

Seu espírito claro e lógico ressentia-se do caos das leis acumuladas, obscuras e contraditórias. Daí comissionar Juliano para a coordenação das decisões pretorianas em um Edito Perpétuo, e estimular outras codificações, abrindo o caminho para Justiniano. Agia como tribunal supremo tanto em Roma como em suas jornadas, e ganhou reputação de grande juiz bondoso no quanto a lei permitia. Assinou inúmeros decretos, em regra a favor do fraco contra o forte, do escravo contra o senhor, do pequeno agricultor contra o grande, do inquilino contra o senhorio, do consumidor contra os retalhistas e intermediários.[20] Não deu prosseguimento às acusações por *maiestas*, recusou legados de parentes e de pessoas dele desconhecidas e ordenou uma tolerante aplicação das leis contra os cristãos.[21] Com seu exemplo nas terras do Estado estimulou a prática da enfiteuse ("implantação"), por meio da qual os proprietários davam terras em arrendamento, sem nenhuma paga até às primeiras colheitas. Não era um reformador radical, mas um alto administrador que dentro dos limites das desigualdades humanas procurava o bem da maioria. Preservou as velhas formas, mas deu-lhes um conteúdo completamente novo, de acordo com as necessidades da época. Certa vez, talvez por cansaço, recusou audiência a uma mulher peticionária, "Não tenho tempo", disse. A mulher respondeu: "Então não seja Imperador." Adriano voltou atrás e concedeu a audiência pedida.[22]

2. *O Excursionista*

Ao contrário de seus predecessores, Adriano interessava-se tanto pelo Império como pela capital. Seguindo o saudável precedente de Augusto, decidiu visitar todas as províncias, examinar suas condições e necessidades e aliviá-las no que fosse possível. Também se mostrava muito curioso a propósito de tudo, artes, indumentária e crenças de todos os povos do Império; insistiu em conhecer os lugares famosos da história grega e em mergulhar a fundo na cultura que lhe havia formado o espírito. "Ele gostava", diz Fronto, "não só de governar como de perambular pelo mundo."[23] Em 121 saiu de Roma acompanhado, não da usual comitiva das realezas pomposas, mas de peritos, arquitetos, construtores, engenheiros e artistas. Foi primeiramente à Gália "e beneficiou todas as comunidades com seus atos de generosidade".[24] Na Germânia es-

pantou a todo mundo o cuidado com que inspecionava as defesas do Império contra seus futuros destruidores. Ampliou, reorganizou e melhorou o *limes* entre o Reno e o Danúbio. Apesar de amigo da paz, conhecia as artes da guerra e não deixava que seu temperamento pacífico enfraquecesse os exércitos e estimulasse os inimigos. Promulgou severos regulamentos sobre a disciplina militar e obedecia-lhes quando visitava os acampamentos; aí vivia como os soldados, comendo o que eles comiam, nunca usando um veículo; marchou certa vez 20 milhas com o equipamento completo, mostrando incrível resistência em um homem de seu tipo. E ao mesmo tempo recompensava a excelência, elevava o *status* legal e econômico dos legionários, dotava-os de melhores armas e mais abundantes suprimentos, e afrouxava a disciplina nas horas de folga, só exigindo que os divertimentos não os prejudicassem na saúde. Nunca o exército romano esteve em melhores condições.

Adriano desceu o Reno até a embocadura e foi para a Bretanha (122). Nada sabemos do que lá fez, exceto que ordenou a construção de uma muralha de Solway Firth à embocadura do Tyne "para separar os bárbaros dos romanos". De volta à Gália estacionou demoradamente em Avinhão, Nîmes e outras cidades da província, e foi passar o inverno em Tarragona, no norte da Espanha. Estando sozinho em um jardim, um escravo lançou-se sobre ele de espada em punho. Adriano dominou-o e entregou-o aos fâmulos, que verificaram tratar-se de um louco.

Na primavera de 123 conduziu legiões contra os mouros da costa da África, afeitos a invadir as cidades romanas da Mauritânia. Depois de derrotá-los e expulsá-los para as montanhas embarcou para Éfeso. Lá passou o inverno, e visitou as cidades da Ásia Menor, sempre a receber petições e ouvir queixas, a punir maus e premiar a competência, a fornecer dinheiro, planos e operários para obras municipais, templos, banhos e teatros. Cízico, Nicéia e Nicomédia muito haviam sofrido em decorrência de um severo terremoto; Adriano mandou que todos os prejuízos fossem cobertos pelo Tesouro Imperial e construiu em Cízico um templo considerado uma das sete maravilhas do mundo.[25] Depois chegou, ao longo do Euxino, até Trapézio, onde deu ordem ao governador da Capadócia — o historiador Arriano — para que examinasse e lhe relatasse as condições de todos os portos do Mar Negro; atravessou a Paflagônia rumo sul e invernou em Pérgamo. Pelo outono de 125 navegou para Rodes e de lá seguiu para Atenas. Depois de um feliz inverno passado nesta cidade voltou para Roma. Sempre curioso, de passagem deteve-se na Sicília para galgar o monte Etna e ver o pôr-do-sol a 11.000 pés acima do nível do mar.

Curiosa a circunstância de ter podido ficar ausente de Roma por cinco anos, tudo deixando a cargo de seus subordinados; quer dizer que, como bom organizador ele pusera o governo sob regime automático. Depois de um ano em Roma, a sede de viagens empolgou-o de novo — e quanta coisa a fazer no mundo! Em 128 partiu para Utica, visitou Cartago e mais cidades do norte africano. Regressando pelo outono, logo depois seguia a passar o inverno em Atenas (128-9), onde foi feito arconte, presidiu jogos e festivais e regalou-se de ser chamado Libertador, Hélios, Zeus e Salvador do Mundo. Misturava-se com filósofos e artistas mas sem cair na loucura de Antônio e Nero. Impressionado com o caos das leis atenienses, comissionou um corpo de juristas para codificá-las. Sempre céptico em matéria religiosa, fez-se iniciar nos mistérios de Elêusis. Encontrando Atenas muito abatida pelo desemprego, resolveu restaurá-la no esplendor dos dias de Péricles; convocou os escultores, engenheiros, arquitetos e hábeis artesãos e deu começo a um programa de obras públicas ainda mais amplo que o

conduzido em Roma. Construiu uma biblioteca de mármore, com 120 colunas e teto dourado, espaçosas salas rebrilhantes de alabastro, pinturas e estátuas. E também um ginásio, um aqueduto, um templo a Hera e outro a Zeus Pan-helênico — o "deus de todos os gregos". A mais audaciosa de suas atividades arquitetônicas foi a conclusão (131) do Olímpion — o majestoso templo de Zeus Olímpico que Pisístrato começara seis séculos antes e Antíoco Epifânio não pudera acabar. Quando Adriano deixou Atenas, a cidade estava mais limpa, bela e próspera do que nunca em toda a sua história.[26]

Na primavera de 129 navegou Adriano rumo a Éfeso e foi de novo para a Ásia Menor, derramando construções e cidades por onde passava. Visitou as guarnições da Capadócia. Em Antioquia forneceu fundos para um aqueduto, um templo, um teatro e banhos públicos. No outono visitava Palmira e a Arábia e em 130 rumava para Jerusalém. A cidade sagrada dos judeus ainda jazia em ruínas, quase como Tito a deixara 60 anos antes; um punhado de judeus miseráveis vivia ali como em cavernas. Adriano comoveu-se com tamanha tristeza e sua imaginação voou alto. Com a restauração da Grécia e do Oriente helenístico ele havia desejado erguer ainda mais as barreiras entre a civilização greco-romana e o mundo oriental; agora sonhava transformar a própria Sião em uma cidadela pagã. Ordenou que Jerusalém fosse reconstruída como colônia romana e rebatizou-a de Aélia Capitolina, em memória de seu clã e do Capitólio de Júpiter em Roma. Foi o maior erro psicológico do mais sábio estadista da História.

De lá foi para Alexandria (130), onde sorriu com tolerância às disputas populares, enriqueceu o Museu, reconstruiu o túmulo de Pompeu, e indo além de César, abandonou-se a uma prazerosa descida do Nilo em companhia de sua esposa Sabina e do amado Antínoo. Havia encontrado esse jovem grego alguns anos antes na Bitínia; e empolgado por sua beleza, pela ternura dos olhos e os lindos cabelos crespos, transformou-o em seu pajem favorito e consagrou-lhe viva afeição. Ignoramos qualquer protesto de Sabina, mas na voz do povo o belo grego representava para o novo Zeus o papel de Ganimedes; talvez, entretanto, aquele Imperador sem prole o amasse como a um filho caído do céu. Súbito, talvez afogado no Nilo, Antínoo desaparece aos 18 anos de idade. O monarca do mundo "chorou como uma mulher", conta Espartiano; mandou erguer um templo na praia, onde o enterrou e o ofereceu ao mundo como uma deidade. Junto ao santuário construiu a cidade de Antínoé, destinada a ser uma capital bizantina. Enquanto tristemente Adriano voltava para Roma, a lenda punha-se a reformar a história: o Imperador fora informado por adivinhos de que seus maiores planos só seriam bem-sucedidos se a pessoa a quem ele mais amasse viesse a morrer; Antínoo soubera da profecia e voluntariamente se matou. Talvez a lenda se formasse cedo demais e acabou amargurando os anos de velhice de Adriano.

De volta a Roma (131), pôde sentir que tornara o Império bem melhor do que o encontrara. Nunca anteriormente, nem no tempo de Augusto, estivera o mundo romano tão próspero — nunca o mundo mediterrâneo iria alcançar de novo tamanha exuberância de vida; nunca a civilização se espalhara tanto; e homem nenhum jamais havia governado mais beneficamente do que Adriano. Augusto pensava nas províncias como lucrativos apêndices da Itália, colônias agrícolas para uso da Itália, mas agora, pela primeira vez, as idéias de César e Cláudio alcançavam plena corporificação; Roma já não era apenas a coletora de taxas, mas a responsável administradora de um reino imenso no qual todas as partes recebiam do centro os mesmos cuidados e onde o espírito grego dominava a mentalidade e o Oriente tão abertamente como o espírito

romano dominava o Estado e o Ocidente. Adriano visitara todo o Império e o unificara. Havia prometido que "dirigiria a República como propriedade do povo e não sua própria"[27] — e cumprira a promessa.

3. *O Construtor*

Uma só coisa faltava: também tornar Roma uma cidade mais bela do que nunca. O artista em Adriano competia com o dirigente: ele reconstruiu o Panteão enquanto reorganizava a lei romana. Nenhum outro homem jamais construiu com tanta abundância, como nenhum governante jamais governou tão diretamente. As estruturas por ele erigidas eram muitas vezes por ele mesmo desenhadas, e sempre sujeitas a sua fiscalização enquanto em obra. Adriano reparou ou restaurou uma centena de edifícios, sem deixar seu nome gravado em nenhum deles. Em todos os setores beneficiava-se Roma com a raríssima união do poder e da sabedoria. Adriano revogava o *Si jeunesse savait et vieillesse pouvait.*

Sua mais famosa construção foi o Panteão — o mais bem conservado de todos os edifícios antigos. O templo retangular erguido por Agripa fora devorado por um incêndio, e parece que só o pórtico de colunas coríntias ficara de pé. Ao norte desse pórtico ergueu Adriano um templo circular no mais puro estilo indígena. O gosto helenístico do Imperador levava-o quase sempre a preferir as formas gregas na arquitetura da capital. O novo templo constituía exceção; não formava com o pórtico um conjunto harmonioso, mas o interior — um círculo de 133 pés de diâmetro sem nenhuma coluna de suporte — proporcionava uma sensação de espaço livre só igualado pelas catedrais góticas. Paredes de tijolos de 20 pés de espessura, com a parte de baixo revestida de mármore e o resto de argamassa com reforço de pilastras. O teto do pórtico era forrado de chapas de bronze tão espessas que quando o Papa Urbano VIII as removeu produziram metal suficiente para a fundição de 110 canhões e mais o baldaquino do altar-mor da igreja de São Pedro.[28] As maciças portas de bronze eram originariamente revestidas de ouro. Sete nichos abriam-se no interior ao rés-do-chão, nas paredes sem janelas, adornados de altas colunas e entablamentos de mármore; outrora escrínios para estátuas, hoje são modestas capelas no seio de um templo magnífico. De certo ponto para cima eram as paredes interiores recobertas de painéis lavrados em pedra, separados por pilastras de pórfiro. O domo abobadado constituía o supremo triunfo da engenharia romana. Construído com derrame de concreto em molde, de maneira a formar um todo sólido. Seu caráter monolítico impedia-o de exercer pressão lateral, mas por segurança o arquiteto escorou as paredes com contrafortes. No topo do domo uma abertura (*oculus,* "olho") de 26 pés de diâmetro dava entrada à luz — era a única abertura com esse fim, e suficiente. Desse majestoso domo, o maior que jamais se construiu, derivam todos os outros, bizantino românicos, inclusive os de São Pedro e do Capitólio de Washington.

Talvez o próprio Adriano tenha desenhado o templo de dupla abside erguido em honra a Vênus e Roma em frente ao Coliseu; diz a lenda que ele mandou a planta a Apolodoro, e condenou o velho arquiteto à morte por devolvê-la com observações desairosas.[29] Diversas particularidades o distinguiam: era o maior de Roma; tinha duas naves, uma para cada deusa, que recuavam juntas até dois tronos sem comunicação entre si; e seu teto de telhas de bronze dourado constituía uma das belezas da cidade. Para si próprio construiu uma residência mais ampla — a vila cujas ruínas ainda

atraem visitantes ao agradável subúrbio de Tívoli, naquele tempo Tibur. Em um terreno de sete milhas de circunferência levantava-se aquele palácio com enorme variedade de cômodos, e jardins tão cheios de famosas obras de arte que todos os grandes museus da Europa se enriqueceram só com suas ruínas. Nessa construção o arquiteto mostrou mais uma vez a indiferença dos romanos pela simetria; uma coisa era erguida ao lado de outra sem nenhuma preocupação de harmonia de conjunto, tal qual o caos arquitetônico do Forum; talvez os romanos, como os japoneses, estivessem cansados da simetria e apreciassem as surpresas da irregularidade. Além de pórticos, bibliotecas, templos, um teatro, salão de música, hipódromo, o profuso arquiteto ainda acrescentou pequenas cópias da Academia de Platão, do Liceu de Aristóteles e da Stoa de Zenão — como se no meio de toda sua riqueza o Imperador quisesse pedir desculpas à filosofia.

A construção foi concluída nos últimos anos do reinado. Não sabemos se o Imperador se sentiu feliz na nova residência. A revolta dos judeus em 135 o havia amargurado; ele a abafou duramente irritado de que seu governo não pudesse chegar ao fim sem sangue. No mesmo ano, com 59 anos de idade, viu-se atacado de dolorosa moléstia — aparentada com a tuberculose e a hidropisia — e foi decaindo de corpo e espírito. Tornou-se áspero, impertinente, suspeitoso de que os amigos conspiravam para matá-lo; por fim condenou diversos à morte — não sabemos com que base ou se foi ato de momentâneo desarranjo cerebral.

Para pôr termo à crise da sucessão que rebentara na corte, nomeou herdeiro Lúcio Vero. Mas havendo Lúcio morrido logo depois, Adriano chamou à cabeceira em Tívoli um homem de impoluta integridade e alta sabedoria, Tito Aurélio Antonino, e adotou-o como filho e sucessor. Vendo longe, aconselhou Antonino a desde logo adotar e educar para o governo dois moços ali da corte, Marco Ânio Vero, então com 17 anos e Lúcio Élio Vero, com 11, o primeiro era sobrinho de Antonino e o segundo, filho de Lúcio Vero. E Adriano conferiu a Antonino o título de *Caesar,* daí por diante usado pelos imperadores e seus descendentes agnatos; os imperadores passaram a usar o título de *Augustus* e os presuntivos herdeiros do trono, o de *Caesar.*

Os sofrimentos de Adriano aumentavam; passou a ter hemorragias pelo nariz, e em sua tristeza ansiava pela morte. Já havia construído seu túmulo à margem do Tibre — o enorme mausoléu cujos restos formam hoje o Castelo de Santo Ângelo, ao qual se chega ainda hoje pela ponte Aélia, também por ele construída. Adriano muito se impressionara com o exemplo do filósofo estóico Eufrates, que vivia em Roma, o qual, sentindo-se muito velho e doente, pediu ao Imperador licença para matar-se — e bebeu cicuta.[30] E Adriano reclamou veneno ou uma espada — mas ninguém o atendeu. Pediu então a um escravo danubiano que o matasse — e o escravo fugiu; ordenou ao médico que o envenenasse — o médico suicidou-se.[31] Conseguindo alcançar uma adaga, com ela ia-se ferindo quando lha arrebataram das mãos. Lamentou-se, então, de que um homem como ele, com poder para matar qualquer outro, não pudesse matar-se a si próprio. Mandou embora os médicos, retirou-se para Baias e deliberadamente passou a comer só coisas nocivas. Por fim, exausto e enlouquecido de dor, faleceu (133) aos 62 anos, depois de 21 de reinado. Deixou um poema em que, como Dante, expressava a dor de recordar na desgraça os dias de felicidade:

Animula vagula, blandula,	Alma minha, bela, esvoaçante,
Hospes comesque corporis,	Hóspede e sócia de meu corpo,

Quae nunc abibis in loca,	Por que não te vais embora —
Pallidula, rigida, nudula,	Já que pálida, rígida, nua,
Nec ut soles dabis iocos?	Não tens a alegria de outrora?[32]

IV. ANTONINO PIO

Antonino é um imperador sem história, porque nada fez de mau nem cometeu nenhum crime. Seus avós tinham vindo de Nîmes duas gerações antes e sua família era das mais opulentas de Roma. Subiu ao trono aos 51 anos e deu ao Império o mais eqüitativo governo que jamais houve, e não dos menos eficientes.

Foi o homem mais afortunado que já se sentou em um trono. Pintam-no alto de porte e belo, cheio de saúde e serenidade, amável e resoluto, modesto e poderoso, eloqüente e motejador da retórica, popular e imune à lisonja. A crermos em seu filho adotivo, era o "monstro mais puro que o mundo jamais vira". Deu-lhe o Senado o nome de *Pius*, como modelo que era das mais belas virtudes e *Optimus Princips*, como o melhor dos príncipes. Não tinha inimigos e contava os amigos às centenas. Mas sofreu aflições. Sua filha mais velha faleceu quando ele partia para a Ásia como procônsul; sua filha mais moça foi a segunda Faustina de Marco Aurélio; e o rumor público acusava sua própria esposa de ser tão bela quanto infiel. Antonino tudo suportou em silêncio; e depois da morte da primeira Faustina criou em sua honra um fundo para a educação de raparigas e ainda ergueu em sua memória um dos mais belos templos do Fórum. Não se casou novamente, receoso de perturbar a felicidade e a herança dos filhos; contentou-se com uma concubina.

Não era intelectual no sentido rigoroso da palavra. Não teve grande cultura e olhava com aristocrática indulgência para os homens de letras, de filosofia e da arte. Preferia a religião à filosofia, adorava os velhos deuses com aparente sinceridade e fez a seus filhos adotivos um lembrete que Marco Aurélio nunca haveria de esquecer. "Age em tudo como um discípulo de Antonino", aconselhava Marco Aurélio a si próprio; "lembra-te de sua constância em tudo, de quanto era razoável, de sua imparcialidade em todas as coisas, sua piedade, a serenidade de seu rosto e a despreocupação da vanglória... lembra-te do pouco com que ele se satisfazia, de como era laborioso e paciente, e religioso sem superstição."[28] E Antonino ainda foi tolerante para com os credos não-romanos; moderou as medidas contra os judeus e manteve-se na linha da brandura para com os cristãos, característica de seus antecessores. Não era nenhum macambúzio estragador da alegria alheia; gostava do chiste e tinham muita agudeza; jogava, pescava e caçava com os amigos, agindo em tudo de modo a não denunciar o Imperador. Preferia o sossego de sua vila em Lanúvio ao luxo do palácio oficial, e quase sempre passava as noites na intimidade da família. Ao herdar o trono, pôs de lado todos os projetos da vida descuidosa que havia imaginado para consolo da velhice. Percebendo que sua mulher sonhava com a grandeza, reprovou-a: "Não compreendes que perdemos o que tínhamos?"[34] Não ignorava que havia herdado a grande preocupação dos negócios do mundo.

Antonino começou doando sua imensa fortuna ao Tesouro Imperial. E cancelou as taxas em atraso, custeou muitos jogos festivais, aliviou carestias de vinho, óleo e trigo, adquirindo grandes partidas e distribuindo-as entre os necessitados. Prosseguiu, mas moderadamente, no programa de construções de Adriano, tanto na Itália como nas províncias. E tão habilmente zelou pelas finanças que ao morrer havia no Tesouro

2.700.000.000 de sestércios. Prestava contas de toda a receita e despesa pública. Comportava-se em relação ao Senado como um simples senador, jamais tomando nenhuma medida importante sem consultar seus líderes. Entregava-se integralmente aos trabalhos da administração e da política; "cuidava de todos os homens e de todas as coisas como se seus fossem".[35] Continuou o liberalismo de Adriano, tornou as penalidades do adultério as mesmas para ambos os sexos, restringiu a tortura legal dos escravos e decretou penas severas para o senhor que matasse um escravo. Estimulou a educação custeada pelo Estado e proveu-a para as crianças pobres; aos professores de mérito e aos filósofos estendeu muitos privilégios da classe senatorial.

Governou as províncias tão bem quanto possível a um imperador não itinerante como o fora Adriano. Em todo o seu longo reinado jamais deixou a capital por um só dia. Insistia em colocar no governo das províncias homens de comprovada competência e honra. Seu maior anseio era conservar a paz; "vivia citando aquele dito de Cipião que antes salvar um só cidadão do que matar mil inimigos".[36] Mas teve de fazer algumas pequenas guerras a fim de suprimir revoltas na Dácia, na Aquéia e no Egito; deixou, entretanto, essas tarefas a seus subordinados e contentou-se com as fronteiras estabelecidas por Adriano. Interpretando tamanha benignidade como fraqueza, algumas tribos da Germânia animaram-se a preparar as invasões que depois de sua morte abalaram o Império; e temos aqui um dos erros de seu governo. As demais províncias mostravam-se felizes durante seu reinado, aceitando o Império como a única alternativa para o caos e a discórdia. E bombardeavam-no com petições, quase sempre atendidas; nunca deixou de ajudá-las em tempos de calamidade. Autores provincianos — Estrabão, Filo, Plutarco, Apiano, Epicteto, Aélio Aristides — cantavam louvores à *Pax Romana;* e Apiano assegura-nos que vira em Roma enviados de países estrangeiros inultimente pedindo a admissão de suas pátrias na comunhão do Império.[37] Jamais monarquia alguma dera tanta liberdade aos homens ou respeitara os direitos de seus propósitos.[38] O grande ideal parecia atingido. Reinava a sabedoria — e "por 30 anos foi o mundo governado por um pai".[39]

A Antonino só restava coroar tão perfeita vida com uma boa morte equivalente. Aos 74 anos caiu com uma perturbação do estômago e febre alta. Chamando a sua cabeceira Marco Aurélio, entregou-lhe as rédeas do poder. E mandou que transferissem para o quarto dele a estátua de ouro da Fortuna, que a tantos anos se encontrava no quarto de dormir do Príncipe. E ao oficial da guarda deu como senha do dia a palavra *aequanimitas;* em seguida voltou-se como para dormir e morreu (161). Todas as classes e cidades rivalizaram em honrar a sua memória.

V. MARCO AURÉLIO: O FILÓSOFO COMO IMPERADOR

Antonino, disse Renan, "teria na história a reputação de ser o melhor de todos os soberanos, mesmo se não houvesse designado Marco Aurélio para seu sucessor".[40] E diz Gibbon que "se um homem fosse chamado a dizer qual o período da História em que a raça humana foi mais feliz, sem hesitação indicaria o período que vai de Nerva à morte de Marco Aurélio. Toda essa série de reinados constitui possivelmente o único período da História em que a felicidade de um grande povo foi o único objeto do governo."[41]

Marco Ânio Vero nasceu em Roma no ano 121. Os Ânios tinham vindo um século antes de Sucubo, perto de Córdova, onde, parece, por força de honestidade ganha-

ram o cognome de *Verus* — vero, verdadeiro. Três meses depois do nascimento de Marco morria seu pai, e o menino foi levado para a casa do avô, então cônsul. Adriano visitava freqüentemente esse avô, e atentando no menino, sentiu que tinha qualidades de rei. Raramente gozou um rapaz de melhor sorte em sua juventude. "Tenho para com os deuses", iria ele escrever 50 anos mais tarde, "a grande dívida de ter nascido rodeado de bons avós, bons pais, uma boa irmã, bons professores, bons parentes e amigos — quase tudo bom";[42] o destino rompeu tão admirável equilíbrio dando-lhe uma esposa discutível e um filho péssimo. Nas *Meditações* enfileiram-se as virtudes dessas pessoas e as lições que delas recebeu ele em modéstia, paciência, valor, sobriedade, piedade, benevolência e "simplicidade de vida bem distante dos hábitos da riqueza"[43] — embora a riqueza o rodeasse de todos os lados.

Nunca houve um menino tão persistentemente educado. Entrou ainda bem criança para o serviço dos templos; decorou todas as palavras da antiga e ininteligível liturgia, e embora mais tarde a filosofia lhe abalasse a fé, nunca o levou a desdenhar das práticas rituais. Era apreciador de jogos e esportes, e mesmo da arte de apanhar passarinhos, e algum esforço foi feito para treinar seu corpo tanto quanto lhe educavam a mente e o caráter. Mas 17 professores na meninice parece demais. Quatro gramáticos e quatro mestres de retórica, um jurista, e oito filósofos dividiam entre si a alma do menino. O mais famoso desses professores foi Fronto, o mestre de retórica. Marco amava-o, dava-lhe toda a afeição e ternura de um discípulo real, e com ele trocou cartas de muito encanto íntimo — mas o extraordinário rapaz voltou as costas à eloqüência como arte vã e desonesta, passando a dar-se todo à filosofia.

Mais tarde agradeceu àqueles mestres o livrarem-no da lógica e da astrologia; a Diogneto, o Estóico, agradeceu o livrá-lo da superstição; a Júnio Rústico, o familiarizá-lo com Epicteto; e a Sexto de Queronéia, o ensinar-lhe a viver em harmonia com a natureza. Mostrou-se grato a seu irmão Severo por esclarecê-lo sobre Bruto, Catão de Utica e Helvídio; "dele recebi a idéia de um Estado com a lei igual para todos, da política de igualdade de direitos e liberdade de palavra, e a idéia de um governo real que acima de tudo respeita a liberdade dos governados";[44] e aqui o ideal estóico da monarquia toma posse do trono. Também agradece a Máximo o ensinar-lhe a "governar-nos a nós próprios, a não nos deixar dominar por coisa nenhuma; a mantermos a alegria em todas as circunstâncias e uma justa combinação de brandura e dignidade, executando sem queixas as tarefas de que nos incumbem".[45] Os filósofos dos tempos eram antes padres sem religião do que metafísicos sem vida. Marco tomava tudo tão a sério que por algum tempo quase arruinou com o ascetismo das devoções a sua fraca natureza. Na idade de 12 anos vestia o áspero capote dos filósofos, dormia sobre o chão na palha e por muito tempo resistiu aos pedidos de sua mãe para utilizar-se da cama. Já era um estóico antes de tornar-se homem. Agradecia o "ter preservado a flor de minha mocidade, não ter procurado ser homem antes do tempo e, ao contrário disso, haver dilatado mais que o necessário esse tempo... que eu nunca tivesse nada com Benedita... e depois, quando eu caía em algum acesso de amor, breve me curava".[46]

Duas influências desviaram-no da filosofia e da santidade como profissão. Uma, a série de pequenos cargos políticos para os quais foi nomeado; o realismo do administrador entrecruzou-se com o idealismo do rapaz contemplativo. Outra influência foi sua íntima associação com Antonino Pio. Marco não se impacientava com a longevidade de Antonino; sempre ali no palácio prosseguia em sua vida de estóica simplici-

dade, de estudos filosóficos e deveres oficiais; o exemplo do pai adotivo, de sua devoção e honestidade no governo tornou-se poderosa influência em seu desenvolvimento. O nome de Aurélio vinha do nome do clã de Antonino, que, como Lúcio, ele havia tomado com a adoção. Lúcio tornou-se um alegre mundano, um gracioso amigo dos prazeres da vida. Quando em 146 Pio desejou um companheiro de governo, chamou a Marco e deixou a Lúcio o império do amor. E por morte de Pio quem subiu ao trono foi Marco; mas lembrando-se Marco dos desejos de Adriano, imediatamente chamou Lúcio Vero para companheiro e deu-lhe em casamento sua filha Lucila. Já no começo de seu reinado, como ia acontecer no fim, o filósofo errava por excesso de bondade. A divisão do governo criou um mau precedente, que nos herdeiros de Diocleciano e Constantino iria dividir e enfraquecer o Império.

O novo Imperador sugeriu que o Senado votasse a Antonino honras divinas, completou com muito bom gosto o templo que se construía em honra da esposa dele e reconsagrou-o a ambos, Pio e Faustina. (Suas 10 colunas monolíticas figuram entre o melhor que nos resta do Fórum. O pórtico está intacto e a nave, embora estragada em seu revestimento de mármore, vem sobrevivendo como a igreja de São Lourenço em Miranda.) Prestava ao Senado todas as cortesias, e rejubilava-se de ver entre seus membros muitos amigos. Toda a Itália e todas as províncias aclamaram-no como a realização do sonho de Platão: o filósofo-rei. Mas Aurélio não pensou na Utopia. Era, como Antonino, um conservador; os radicais não são criados em palácios. Um filósofo-rei, sim, mas mais no sentido estóico do que no platônico. "Nunca esperes", dizia ele a si mesmo, "realizar a República de Platão. Basta que melhores de um pouco a humanidade — e não penses que esse melhoramento seja matéria de pouca importância. Quem pode mudar a opinião dos homens? E sem mudança de sentimentos, que podemos fazer senão relutantes escravos ou hipócritas?" Descobriu que nem todos os homens queriam ser santos; e melancolicamente reconciliou-se com um mundo de corrupção e maldade. "Os deuses imortais assentem, há incontáveis séculos, em tolerar sem cólera, e mesmo abençoando, tais e tantos maus homens; e tu, que tens tão pouco tempo a viver, já estás cansado?"[47] E decidiu confiar mais no exemplo do que na compulsão da lei. Fez-se de fato um servidor do povo; tomou sobre os ombros toda a carga da administração e da decisão, mesmo a parte que competia a Lúcio e este desleixava; fugia a todos os regalos da riqueza e do poder, tratava todos os homens com camaradagem, até com excesso de acessibilidade. Não era um grande estadista: despendia muito dos fundos públicos em presentes de dinheiro ao povo e ao exército; deu a cada membro da Guarda Pretoriana 20.000 sestércios; aumentou o número dos que podiam reclamar trigo do Estado, proporcionou muitos jogos públicos e perdoou grande quantidade de taxas em atraso e tributos; era generosidade com muitos precedentes, mas perigosa em um tempo em que a rebelião e a guerra estavam no ar, em diversas províncias e em fronteiras distantes.

Marco Aurélio prosseguiu com afinco na reforma da lei começada por Adriano. Aumentou o tempo de trabalho dos tribunais e reduziu o prazo de julgamento. Ele próprio sentou-se muitas vezes como juiz, inflexível nos crimes graves, mas geralmente compassivo. Estabeleceu a proteção legal dos tutelados contra tutores desonestos, dos devedores contra os credores, das províncias contra os governadores. Consentiu na restauração dos *collegia,* legalizou as associações de auxílio mútuo e funerais, tornando-as pessoas jurídicas com capacidade para herdar, criou um fundo de internação para os pobres. Quanto ao programa *alimenta,* deu-lhe a maior expansão possível. De-

pois da morte de sua esposa promoveu uma dotação para as moças; um lindo baixo-relevo mostra-as ao redor da jovem Faustina, a qual lhes derrama trigo no regaço. Aboliu os banhos promíscuos, proibiu a exagerada remuneração a atores e gladiadores, restringiu de acordo com sua riqueza as despesas das cidades em jogos, exigiu o uso de armas emboladas nas lutas de circo e tudo fez para banir da arena o sangue e a morte. O povo amava-o, mas não a suas leis. Quando alistou os gladiadores no exército para a guerra com os marcomanos, circulou um dito irônico: "Está-nos tirando os divertimentos; quer forçar-nos a ser filósofos."[48] Roma estava-se preparando ainda para o puritanismo.

O infortúnio do reinado de Marco Aurélio foi que sua fama de filósofo e o longo período de paz sob Adriano e Antonino, estimularam os rebeldes de dentro e os bárbaros de fora. Em 162 irrompeu a rebelião na Bretanha, ao mesmo tempo que os chatis invadiam a Germânia romana e Vologases III, rei da Pártia, declarava a guerra a Roma. O Imperador enviou hábeis generais contra a rebelião no norte, mas para a tarefa maior — a Pártia — escolheu Lúcio Vero. Lúcio não passou além de Antioquia. Porque lá vivia Pantéia, tão bela e perfeita, diz Luciano, como se todas as perfeições de todas as obras-primas da escultura para ela confluíssem; a isso juntava uma voz de inebriante melodia, dedos habilíssimos na lira e inteligência abeberada de literatura e filosofia.[49] Viu-a Lúcio e, como Gilgamesh, esqueceu-se de que era nascido. Entregou-se ao prazer, à caça e por fim à orgia, enquanto os partos varejavam a aterrorizada Síria. Marco Aurélio não fez nenhum comentário; apenas mandou a Avídio Cássio, o comandante logo abaixo de Lúcio, um plano de campanha cuja excelência permitiu não só a expulsão dos partos para além da Mesopotâmia como ainda plantar novamente o estandarte romano em Selêucia e Ctesifonte. Dessa vez foram as duas cidades completamente arrasadas, para que não mais servissem de bases de operações aos partos. Lúcio voltou de Antioquia para Roma e foi premiado com um triunfo, para o qual generosamente convidou Marco Aurélio.[50]

Haviam os romanos trazido consigo o invisível vencedor dessa guerra — a peste. O mal irrompera nas tropas de Avídio, na capturada Selêucia, e tão rapidamente se espalhou que o general teve de retraí-las para a Mesopotâmia, enquanto os partos se rejubilavam com aquela vingança de seus deuses. As legiões em retirada introduziram a peste na Síria; e como houvesse Lúcio levado para Roma, a fim de tomar parte em seu triunfo, algumas daquelas tropas, a infecção foi-se alastrando. Os velhos historiadores falam-nos mais de seus estragos do que da natureza do mal, mas parece ter sido o tifo exantemático ou possivelmente a peste bubônica.[51] Galeno identificou-a com a peste de Atenas no tempo de Péricles: nos dois casos cobriam-se os doentes de pústulas negras, sobrevinha horrível tosse e o "hálito fedia".[52] Rapidamente o mal se difundiu pela Ásia Menor, Egito, Grécia, Itália e Gália; e dentro de um ano havia morto mais gente que a perdida na guerra. Duas mil pessoas faleceram em Roma em um só dia, inclusive muitos nobres;[53] os cadáveres eram levados aos montes. Impotente em face daquele inimigo invisível, Marco Aurélio tudo fez para minorar o desastre; mas de pouco valia a ciência médica; o mal só cessou depois de naturalmente criada a imunidade ou de mortos todos os portadores do vírus. O efeito foi terrível. Muitas localidades despovoaram-se de modo tão completo que a vegetação as invadiu voltando ao estado natural, anterior ao povoamento; a produção de cereais esmoreceu, desorganizou-se o transporte, permitindo que as enchentes destruíssem grandes quantidades de trigo — e depois da peste veio a fome. A feliz *hilaritas* que havia assinalado o co-

meço do reinado de Marco Aurélio desapareceu; os homens caíram em um negro pessimismo, passaram a recorrer a videntes e oráculos, enchendo os altares com sacrifícios e incensos — e procurando consolação nos novos credos de imortalidade pessoal e paz do céu.

E estava nisso o mundo quando (167) chegam notícias de que ao longo do Danúbio os chatis, os quadis, os marcomanos, os iaziges e outras tribos tinham cruzado o rio e estavam sem oposição a se espalhar pela Dácia, Récia, Panônia, Norico; e que muitas forças haviam atravessado os Alpes e batido os exércitos enviados contra elas, e que estavam ameaçando Verona e sitiando Aquiléia, e devastando os belos campos de cultura do norte da Itália. Nunca as tribos germânicas haviam-se aproximado tanto de Roma. Marco Aurélio agiu com surpreendente decisão. Pondo de lado os prazeres contemplativos da filosofia tomou a peito a situação, que era a mais grave de quantas enfrentara Roma desde Aníbal. E abalou a Itália com a mobilização de todos os homens disponíveis — polícia, gladiadores, escravos, bandidos e mercenários, tudo incluiu ele nas legiões dizimadas pela guerra e a peste. Os próprios deuses foram mobilizados: o Imperador pediu aos sacerdotes de todos os credos que suplicassem em favor de Roma de acordo com seus diversos ritos; e ele próprio dirigiu tais hecatombes nos altares oficiais que chegou a circular um dito irônico segundo o qual uma mensagem a ele enviada pelos touros brancos pedia para não ser tão vitorioso: "Se conquistas, nós estamos perdidos."[54] Para fazer dinheiro sem agravamento de taxas, pôs em leilão no Fórum todas as preciosidades e jóias dos palácios imperiais. Tomou cuidadosas medidas de defesa — fortificou as cidades fronteiriças da Gália ao Mar Egeu, bloqueou os desfiladeiros de passagem para a Itália e subornou tribos germânicas e citas para que atacassem os invasores pela retaguarda. Com energia e coragem admiráveis em um homem que detestava a guerra, Marco Aurélio forjou o novo exército nos rigores da disciplina, levou-o a uma áspera campanha planejada com grande habilidade, derrotou os assediadores de Aquiléia e perseguiu-os até o Danúbio, capturando ou matando a quase todos.

Compreendeu muito bem que esse feito não era o ponto final no perigo germânico; mas considerando a situação segura por algum tempo, voltou com seu colega para Roma. Em viagem faleceu Lúcio de um ataque apoplético — e o boato, que como a política não tem entranhas, fez correr que Marco Aurélio o havia envenenado. De janeiro a setembro de 169 o esfalfadíssimo Imperador, cujas energias estavam no fim, restaurou-se no repouso de sua casa. Atacara-o uma doença do estômago que às vezes o punha sem forças até para falar; tratou-se com regime, comendo muito pouco, apenas uma leve refeição por dia. Os que lhe conheciam a condição e o regime maravilhavam-se do trabalho que o Imperador produzia em sua casa e no campo; ele transformava resolução moral em força física. Diversas vezes visitou o mais famoso médico do seu tempo, Galeno de Pérgamo, e louvou-o pelos despretensiosos remédios prescritos.[55]

Talvez que uma série de desapontamentos de família cooperassem com as crises militares e políticas para agravar sua doença e fazê-lo um velho aos 48 anos. Sua esposa Faustina, cujo lindo rosto nos chegou em muitas esculturas, talvez não se agradasse de compartilhar cama e mesa com a filosofia personificada; alegre que era, não podia contentar-se com a vida melancólica e sóbria que o esposo lhe proporcionava. O mexerico de Roma passou a atribuir-lhe infidelidades; os atores satirizavam no palco o Imperador enganado, chegando até a citar os nomes de seus rivais.[56] Como havia feito

Antonino no caso da mãe de Faustina, Marco Aurélio nada disse; ao contrário, promoveu os supostos amantes de sua esposa a altos cargos, deu a Faustina todas as demonstrações de ternura e respeito e divinizou-a depois de morta (75); e nas *Meditações* agradece aos deuses o terem-lhe destinado "uma mulher tão obediente e afetuosa".[57] Ao historiador cumpre frisar que não existem provas da infidelidade de Faustina.[58] Dos quatro filhos que ela deu ao esposo — e que ele amou com uma paixão que chega a transparecer nas cartas a Fronto — uma menina morreu pequena; outra, amargurada pela vida de Lúcio, enviuvou com sua morte. Dois gêmeos nasceram em 161; um morreu logo em seguida, outro foi Cômodo. O mexerico deu-o como o presente de um gladiador a Faustina,[59] e não se pode negar que Cômodo se esforçou toda vida por confirmar essa paternidade. Mas era um belo e vigoroso rapaz; perdoavelmente nele confiou Marco Aurélio, apresentou-o às legiões — modo simbólico de anunciar um sucessor, e deu-lhe os melhores mestres de Roma. Mas Cômodo só queria saber de modelar taças, dançar, cantar, caçar e esgrimir; foi desenvolvendo uma compreensível aversão pelos livros, pelos eruditos e os filósofos — só se dava bem na companhia de gladiadores e atletas. Breve estava sobrepujando todos os companheiros na mentira, na crueldade, na grosseria do falar. Marco Aurélio tinha muito bom coração para disciplíná-lo ou repudiá-lo; esperava que a educação e as responsabilidades o melhorassem e dele fizessem um bom rei. O solitário Imperador, magro, de barba maltratada, olhos cansados de insônia e ansiedade, voltava-se da mulher e do filho para os trabalhos do governo e da guerra.

Os assaltos das tribos centrais da Europa contra as fronteiras do Império só haviam cessado para tomar um fôlego; na luta do barbarismo contra a cultura romana a paz não passava de armistício. Em 169 os chatis invadiram os territórios romanos do alto Reno. Em 170 os chaucis atacaram a Bélgica e outra força sitiou Sarmizegetusa; os costobois penetraram na Grécia e saquearam o templo de Elêusis, a 22 quilômetros de Atenas; os mauris ou mouros da África invadiram a Espanha, e uma nova tribo, os longobardos, ou lombardos, fizeram sua primeira aparição no Reno. Apesar de derrotados centenas de vezes, os fecundos bárbaros estavam crescendo em força à medida que os estéreis romanos se enfraqueciam. Marco Aurélio viu que se tratava de luta de morte, daquelas em que um lado tinha de destruir o outro ou sucumbir. Unicamente um homem formado no estóico senso do dever podia transformar-se de modo tão completo em um competente e bem-sucedido general. O filósofo ocultou-se sob a armadura do Imperador; em pleno tumulto de sua Segunda Guerra contra os marcomanos (169-175), no acampamento à margem do rio Grana (provavelmente o Gran, um tributário do Danúbio), escreveu ele um pequeno livro *Meditações,* até hoje lido. Essa manifestação de um frágil e falível santo, a ponderar sobre os problemas da moralidade e do destino enquanto chefiava um grande exército em uma luta que iria decidir dos destinos do Império, é uma das pinturas mais íntimas que o tempo nos preservou de seus grandes homens. Perseguindo os sármatas de dia, à noite sobre eles filosofava generosa e simpaticamente: "Uma aranha quando agarra uma mosca imagina que realizou um grande feito. Assim faz o que pega uma lebre... ou um que aprisiona sármatas... Não são todos eles, igualmente, salteadores?"[60]

Não obstante, Marco Aurélio lutou mais de um lustro contra os sármatas, os marcomanos, os quadis, os iaziges; e penetrou com suas legiões até o norte da Boêmia. Aparentemente tinha o plano de estabelecer como fronteiras as montanhas da Hercínia e dos Carpatos; e se o houvesse conseguido teria feito com a Germânia o que

fez com a Gália: teria assegurado mais uma herdeira da língua latina e da cultura clássica. Mas em meio a seus triunfos recebeu a notícia de que Avídio, depois de abafar a revolta do Egito, tinha-se declarado Imperador. Marco Aurélio surpreendeu os bárbaros com uma inesperada proposta de paz, em que simplesmente anexava uma faixa de 10 milhas na margem norte do Danúbio e deixava fortes guarnições no lado sul. Reuniu os soldados e declarou-lhes que de bom grado entregaria o posto a Avídio, se Roma o desejasse; prometeu perdoar ao rebelde e partiu para a Ásia ao seu encontro. Nesse meio tempo um centurião matou Avídio e a revolta caiu em colapso. Marco Aurélio atravessou a Ásia Menor e a Síria rumo a Alexandria, lamentando, como César, não ter tido oportunidade para a clemência. Em Esmirna, Alexandria e Atenas andou pelas ruas sem guardas, vestido no manto dos filósofos, e assistindo preleções de grandes professores e a reuni-los para debates em grego. Durante sua estada em Atenas criou e dotou cadeiras em todas as grandes escolas doutrinárias — a platônica, a aristotélica, a estóica, a epicurista.

No outono de 176, após quase sete anos de guerra, reentrou em Roma e recebeu um triunfo como o salvador do Império. Associando Cômodo a sua vitória, fê-lo — àquele rapaz de 15 anos — seu colega no trono. Pela primeira vez em que quase um século o princípio da adoção foi posto de lado e o princípio da hereditariedade reentrou em cena. Marco Aurélio não ignorava os perigos da mudança, mas tomou de dois males o menor, porque ou escolhia Cômodo ou este e seus amigos desencadeavam a guerra civil. É muito fácil apresentar palpite certo depois de corrido o jogo — mas cumpre notar que nem a Roma daquele tempo previu as conseqüências do amor paternal de Marco Aurélio. A peste já passara e os homens começavam de novo a sentir-se felizes. Pouco sofrera a capital com as guerras, todas financiadas com a estrita economia nas finanças e um mínimo de taxação extraordinária; enquanto as batalhas referviam nas fronteiras o comércio em Roma prosperava, o dinheiro abundava por toda parte. Esse período iria marcar o apogeu da maré montante da prosperidade de Roma e da popularidade do Imperador; o mundo inteiro o aclamava como grande soldado, grande sábio e grande santo.

Mas aquele triunfo não enganava o triunfador; Marco Aurélio sentia que o problema germânico não fora solvido. Sabia que para obstar novas invasões era necessário manter a política ativa de extensão das fronteiras até às montanhas da Boêmia — e em 178 partiu com seu filho para a terceira guerra contra os marcomanos. Cruzou o Danúbio e novamente depois de longa e dura campanha derrotou os quadis. Nada mais havia em sua frente; e estava ele a ponto de anexar o território dos quadis, marcomanos e sármatas, quando a doença o derrubou em seu acampamento de Vindobona (Viena). Sentindo aproximar-se a sombra da morte, chamou Cômodo a sua cabeceira e aconselhou-o a concluir aquela política tão próxima do termo — realizando o sonho de Augusto de estender as fronteiras do Império até o Elba. ("Não temos apenas de reconhecer a resolução e tenacidade do governante", diz o imparcial Mommsen, "mas cumpre também admitir que ele fez o que a boa política mandava."[61]) Em seguida recusou qualquer alimento ou bebida. No sexto dia levantou-se e com as forças que lhe restavam apresentou o filho ao exército como o novo Imperador. Voltando ao leito, cobriu a cabeça com o lençol e morreu logo depois. Quando seu corpo chegou a Roma, o povo já havia começado a adorá-lo como a um deus que por algum tempo consentira em viver na terra.

CAPÍTULO XX

Vida e Pensamento no Século II

96 — 196

I. TÁCITO

A POLÍTICA de Nerva e Trajano libertou o espírito de Roma e deu à literatura do reinado de ambos um feroz tom de ressentimento contra o despotismo já passado — mas que podia voltar. O *Panegírico* de Plínio expôs o caso, ao dar as boas-vindas ao primeiro dos três grandes espanhóis que subiram ao trono; Juvenal nunca tratou de outra coisa; e Tácito, o mais brilhante dos historiadores, fez-se o *delator temporis acti* — o acusador dos tempos passados, e com sua pena escalavrou todo um século de governo.

Não sabemos quando nem onde nasceu Tácito, nem qual o seu primeiro nome. Talvez fosse filho de Cornélio Tácito, procurador do Tesouro na Gália belga; por meio das promoções deste homem a família passou da classe eqüestre para a nova aristocracia.[1] É o próprio Tácito quem declara: "Agrícola, durante seu consulado (78)... concordou com meu casamento com sua filha, a qual podia certamente olhar para mais alto."[2] Tácito havia recebido a educação comum da época e assimilara as artes oratórias que lhe alertam o estilo, aquela habilidade em prós e contras característica de suas histórias. Plínio, o Moço, ouviu-o muitas vezes nas cortes, admirava-lhe a "senhoril eloqüência" e tinha-o na conta do maior orador de Roma.[3] Tácito em 88 foi pretor; daí por diante sentou-se no Senado — e confessa com vergonha ter deixado de falar contra a tirania e estar entre os que aplaudiram Domiciano na condenação de senadores. Nerva o fez cônsul (97), e Trajano o nomeou procônsul da Ásia. Era evidentemente um homem de negócios e de traquejo prático; seus livros foram-lhe a preocupação da vida inteira e o produto de uma sossegada velhice, em que seu espírito pôde mostrar a mais perfeita maturidade e grande profundidade.

Uma idéia central unifica sua obra — o ódio à autocracia. Seu *Diálogo sobre Oradores* (se é dele) atribui o declínio da eloqüência à supressão da liberdade. Seu *Agrícola* — a mais perfeita de todas as breves monografias a que os antigos reduziam a biografia — orgulhosamente conta as realizações do sogro como general e governador — e amargamente recorda a demissão de Domiciano e o esquecimento em que caiu. Foi provavelmente em 98, antes da campanha de Trajano contra os dácios, que ele escreveu o breve ensaio *Sobre a Situação e Origem dos Germânicos*, no qual põe em contraste as virtudes viris de um povo livre e a degeneração dos romanos sob os déspotas. Quando Tácito louva os germânicos por considerarem crime o infanticídio e não darem apoio à esterilidade, não está descrevendo os germânicos mas denunciando os romanos. O propósito filosófico destrói a objetividade do estudo, mas nos pro-

porciona o quadro notável de um funcionário romano a louvar o povo que resistia à força de Roma.[5]

O brilhante sucesso desses ensaios induziu Tácito a ilustrar os males da tirania com o impiedoso esquadrinhamento da vida dos déspotas. Começou com o que estava mais fresco em sua memória e na de seus amigos de mais idade — o período que vai de Galba à morte de Domiciano; e quando essas *Historiae* (*Histórias*) foram aclamadas pela aristocracia como o melhor trabalho no gênero depois de Tito Lívio, Tácito continuou sua história para a frente, descrevendo em os *Annales (Anais)* os reinados de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Dos 15 (alguns dizem 30) "livros" de suas *Historiae* salvaram-se quatro e meio, relativos aos anos de 69 e 70; dos *Anais* sobreviveram 12 de 16 ou 18 que eram. Mesmo com esta mutilação, a obra de Tácito é a mais poderosa de todas as que Roma nos transmitiu e ficamos a imaginar o que seria em sua totalidade. Tácito também esperava poder traçar a crônica dos reinados de Augusto, Nerva e Trajano, desse modo mitigando a tristeza dos trabalhos já publicados com alguma comemoração de estadismo construtor, mas não teve tempo; e a posteridade o vê como ele viu o passado romano, apenas sob seu aspecto sombrio.

"O principal dever do historiador", pensava ele, "é julgar as ações dos homens, de modo que os bons tenham a recompensa devida à virtude e os maus, o castigo a que fazem jus no tribunal da posteridade."[6] Trata-se de uma estranha concepção, que transforma a História em Juízo Final e o historiador em Deus. Assim concebida, a História não passa de um sermão — ou de moral ensinada por meio de terríveis exemplos — e cai, como Tácito o admite, sob a rubrica da retórica. Muito fácil à indignação ser eloqüente, mas é difícil à imparcialidade; nenhum moralista pode escrever História. Tácito recordava-se muito vividamente da tirania para que pudesse estudar com calma os tiranos; nada via em Augusto afora a destruição da liberdade, e imaginava que todo o gênio romano havia-se afogado em Ácio.[7] Nunca lhe ocorreu temperar suas denúncias com o fato da excelente administração e da crescente prosperidade das províncias sob os monstros imperiais; ninguém que o leia suspeita de que Roma além de cidade era um Império. Talvez os "livros" que se perderam tratassem das províncias; os que nos chegaram fazem de Tácito um guia inseguro, que nunca mente mas nunca revela a verdade. Com freqüência cita, e às vezes examina criticamente, as fontes a que recorre — histórias, discursos, cartas, *Acta Diurna, Acta Senatus* e as tradições das velhas famílias; mas em regra só ouve as histórias da nobreza perseguida e nunca imagina que as execuções de senadores e os assassínios de imperadores eram atritos no longo choque entre monarcas cruéis, viciosos e competentes e uma aristocracia cruel e incompetente. Tácito nos fascina com sua pintura de personalidades e acontecimentos, antes que pelo destrinçar da trama de forças, causas, idéias e processos; traça os mais brilhantes e injustos retratos da História, mas não tem nenhuma idéia sobre o fator econômico na política, nem revela qualquer interesse pela vida e atividade do povo, pelo comércio, condições da ciência, *status* da mulher, vicissitudes da fé, realizações da poesia, filosofia ou arte. Nele vemos Sêneca, Lucano e Petrônio morrerem, mas não os vemos escreverem; seus imperadores matam, mas não constroem. Talvez o grande historiador fosse assim limitado por causa de sua platéia; provavelmente lia por partes sua obra — conforme o costume dos tempos — aos amigos aristocráticos que segundo Plínio lhe enchiam a casa nas recepções; esquece-se de nos avisar que aqueles homens eram plenos conhecedores da vida, da indústria, da literatura e da arte romanas, e pois não lhe era necessário estar a dizer coisas de todos sabi-

das; o que eles queriam era ouvir, uma e muitas vezes, a história dos maus imperadores, os feitos heróicos dos senadores, a prolongada luta entre as classes nobres e a tirania do poder. Não podemos condenar Tácito por não haver feito o que não pensou em fazer; só podemos lamentar a estreiteza de seu grande propósito e as limitações de seu poderoso espírito.

Tácito não pretende ser filósofo. Louva a mãe de Agrícola por dissuadir o filho, o qual "interessava-se mais em ser filósofo do que romano e senador".[8] Sua imaginação e sua arte, como em Shakespeare, eram muito pletóricas de força criadora para que ele ficasse calmamente a remoer a significação e as possibilidades da vida. Tácito aparece-nos tão rico em comentários fulgurantes como em revelação de escândalos; mas nele não encontramos uma concepção de Deus, do homem ou do Estado. Mostra-se cuidadosamente ambíguo em matéria de fé, e acha[9] que é mais prudente aceitar a religião nativa do que tentar substituí-la pela ciência. Repele a maior parte dos augúrios, milagres, portentos e previsões astrológicas, mas aceita alguns; muito cavalheiresco para negar a possibilidade do que tanta gente afirmava. Em regra os acontecimentos servem para provar a "indiferença dos deuses tanto pelo bem como pelo mal"[10] e a existência de uma desconhecida, e talvez caprichosa, força que arrasta os homens e os Estados para seu destino[11] — *urgentibus imperii fatis*.[12] Espera que Agrícola tenha partido para uma vida feliz no além, mas obviamente duvida de que assim seja, e contenta-se com a última ilusão dos grandes espíritos — a imortalidade da fama.[13]

A Tácito nenhuma aspiração utópica lhe traz consolação. "Quase todos os planos de reforma no começo são abraçados com ardor, mas logo a novidade passa e o objetivo desaparece."[14] As coisas melhoraram um pouco em seu tempo, Tácito o admite com relutância; mas nem mesmo o gênio de Trajano poderia evitar que a deterioração retomasse seu curso.[15] Roma está literalmente podre até ao âmago do coração dos homens, de uma plebe cuja desordem da alma transformou a liberdade em anarquia,[16] uma patuléia "sequiosa de inovação e mudanças, sempre pronta para aplaudir o mais forte".[17] E lamenta a "malignidade do espírito humano",[18] e despreza, como Juvenal, a gente alienígena de Roma. Depois de pintar com cores negras o Império, não sonha com a volta da República, mas espera que os imperadores adotivos reconciliem o Principado com a Liberdade.[19] No fim, pensa ele, o caráter é mais importante que o governo; o que torna grande um povo não são suas leis, mas seus homens.

Se a despeito de nossa surpresa de encontrar sermão e drama onde só queríamos história continuamos a incluir Tácito entre os maiores historiadores, é porque a força de sua arte lhe redime todas as limitações. Acima de tudo, ele tudo *vê* intensamente, às vezes profundamente, sempre de maneira muito vívida. Os retratos que pinta não encontram iguais na literatura histórica. Mas ainda aqui há falhas. Tácito atribui a seus personagens discursos sempre em seu próprio estilo pessoal tão majestoso; descreve Galba como um simplório mas o faz falar como um sábio.[20] Não alcança a arte difícil de fazer com que os tipos se desenvolvam com o tempo. Tibério é o mesmo no começo e no fim do reinado; e quando Tibério se mostra humano como no começo, Tácito fulmina-o: É dissimulação!

A grande excelência de Tácito reside no esplendor do estilo. Ninguém jamais disse tanto com tão pouco. Isto não quer dizer que Tácito seja breve, ao contrário, é difuso e consagra 400 páginas de sua obra *Histórias* a apenas dois anos de tempo. Às vezes a concisão levada ao extremo degenera em afetação ou obscuridade; cada palavra exige

toda uma sentença para traduzi-la; verbos e conjunções ele os conserva ocultos, como muletas só próprias para cérebros aleijados. Temos aqui a culminância da concisa rapidez de Salústio, dos enérgicos epigramas de Sêneca, do bom equilíbrio das cláusulas ensinadas nas escolas de retórica. Em uma obra longa, tal estilo, não aliviado com passagens menos tensas, torna-se exaustivo para o leitor, embora o mantenha fascinado. A marcial brusquidão de Tácito, mais econômico de palavras do que de homens; seu desprezo pelas "articulações" da sintaxe; sua paixão e sua clareza de visão; o sabor de um vocabulário de romance e a cruel pungência da frase não desgastada proporcionam a seus escritos um ímpeto, uma força e uma cor que não encontramos em nenhum escritor antigo. O tom geral é sombrio, o estado de alma é soturno, o sarcasmo punge, lembrando-nos um Dante sem ternura; mas o efeito cumulativo é surpreendente. À deriva deste rio de águas negras de incansável acusação, a despeito de todas as suas reservas e objeções, o leitor continua arrastado pela correnteza majestática ou turbulenta, impetuosa ou imponente. Personagens e mais personagens sobem ao palco e são escorchados; cenas após cenas perpassam, até que toda Roma parece arruinada e todos os participantes, mortos. Quando sai dessa câmara de horrores, o leitor com dificuldade acredita que tal era de despotismo, covardia e imoralidade preparava o zênite da monarquia sob Adriano e os Antoninos, e a calma decência dos amigos de Plínio.

Tácito errou ao desprezar a filosofia, porque filosofia é perspectiva; todos os seus defeitos decorrem daí. Houvesse disciplinado a pena para pô-la a serviço de uma mentalidade aberta, e seu nome estaria em primeiro lugar na lista dos que trabalharam para fixar a memória e a herança da humanidade.

II. JUVENAL

Infelizmente Juvenal corrobora Tácito. O que sobre príncipes e senadores um escreve em prosa mordente, o outro conta em versos amargos sobre homens e mulheres.

Décimo Júnio Juvenal, filho de abastado liberto, nasceu em Aquino, no Lácio, em 59. Veio educar-se em Roma, e "para divertir-se" praticou no foro. Suas sátiras traem o choque da mentalidade rural com o tumulto da vida urbana; mas parece que foi amigo de Marcial, cujos epigramas não exaltam a moralidade. Logo depois da morte de Domiciano, diz uma tradição pouco segura, compôs e fez com que circulasse entre amigos uma sátira sobre a influência dos dançarinos na corte; o ator de pantomimas, Páris, de quem já falamos, achou-se ofendido e conseguiu que exilassem Juvenal para o Egito. Não sabemos o que há de verdade nisto, nem quando Juvenal retornou; em todo caso, nada publicou até a morte de Domiciano. O primeiro volume de suas 16 sátiras apareceu no ano 101, e o resto, em quatro volumes, veio a lume a intervalos, durante sua longa vida. Talvez fossem implacáveis memórias do tempo de Domiciano, mas a indignação que as faz tão vívidas e pouco merecedoras de confiança sugere que uns poucos anos de "bons imperadores" não haviam curado os males que ele denunciou. Talvez tenha escolhido a sátira como uma forma caracteristicamente romana, encontrando modelos, e até material, em Lucílio, Horácio e Pérsio, e talvez tenha dado a sua indignação os moldes retóricos aprendidos em Roma ao chegar. Não podemos saber o quanto o gosto da denúncia entra no enegrecimento dos quadros da Roma imperial.

Juvenal tira assunto de tudo, e com facilidade encontra em tudo um lado condenável. "Chegamos ao clímax do vício", diz ele, "e a posteridade não conseguirá nunca nos exceder";[21] e até aqui foi verdade. A raiz do mal está na pouco escrupulosa caça à riqueza. Juvenal despreza os plebeus que outrora governavam exércitos e derrubavam reis e agora eram comprados com *panem et circenses,* pão e circo;[22] três palavras para as quais a vitalidade de Juvenal deu vida para sempre. Ressente-se do influxo das caras orientais, do vestuário, dos modos, dos cheiros e dos deuses orientais; protesta contra o espírito de clã dos judeus e detesta sobretudo o *graeculus esuriens,* o "greguinho ganancioso" — o degenerado descendente de um povo outrora grande, embora nunca honesto. Repugnam-lhe delatores que, como o Régulo de Plínio, enriquecem com a denúncia de observações "impatrióticas"; os caçadores de heranças que enxameam ao redor dos velhos sem filhos; do procônsul aposentado em uma vida de luxo à custa do que extorquiu na província; dos astutos advogados que tecem uma demanda como a aranha tece a teia. E repugnam-lhe sobretudo os excessos e perversões sexuais: o viciado que ao casar-se verifica que está impotente, os elegantes que com suas maneiras, perfumes e desejos tornam-se semelhantes às mulheres, e as mulheres que consideram a emancipação o meio de se tornarem indistinguíveis dos homens.

A sexta sátira, a mais amarga, volta-se contra o belo sexo. Póstumo está pensando em casamento; não te cases, diz-lhe Juvenal — e põe-se a pintar as mulheres de Roma como egoístas, astuciosas, supersticiosas, dissipadoras, briguentas, orgulhosas, tolas, miúdas, adúlteras — criaturas que equiparam o casamento ao divórcio, substituem as crianças por cachorrinhos de colo,[23] saem para assistir a competições atléticas e, pior ainda, literárias; citam Virgílio, tagarelam retórica e filosofia[24] — "oh, livrem-nos os deuses da mulher sabichona!"[25] E conclui que dificilmente haverá na cidade uma que mereça casar-se. Mulher perfeita é ave rara *(avis rara),* mais rara ainda que um corvo branco. Espanta-se de que Póstumo pense em casamento "quando há tanta corda à mão, tanta janela alta e a ponte Emiliana tão perto". Não, fique solteiro. E saia dessa casa de loucos chamada Roma; vá viver em alguma cidade italiana em que haja homens honestos e esteja livre de criminosos, poetas, cortiços prestes a cair, e gregos.[26] Abandone as ambições; o alvo não merece o esforço; longo é o trabalho e muito breve a fama. Viva com simplicidade, cultive seu jardim, deseje apenas o que lhe sugerirem a fome e a sede, o frio e o calor;[27] aprenda a piedade, seja bom para com as crianças, conserve o espírito são no corpo com saúde (*mens sana in corpore sano*[28]). Mas só um tonto anseia por vida longa.

Compreendemos muito bem esse estado de alma; é agradável contemplar as imperfeições de nossos vizinhos e a desprezível inferioridade do mundo, quando o comparamos com nossos sonhos. E no caso de Juvenal nosso prazer se sente estimulado por sua linguagem tão chã, por seus hexâmetros tão fáceis, seu humor azedo, seu estilo suculento. Mas cumpre não o tomarmos ao pé da letra. Juvenal azedou; não abriu caminho em Roma com a rapidez sonhada; e sua consolação foi desancar a torto e a direito com a marreta de um ódio que nunca pretendeu a imparcialidade. O padrão moral do poeta era alto e sadio, embora tinto com os preconceitos conservadores e muita ilusão quanto à virtude do passado; com base nesses preconceitos, é-nos possível condenar todas as gerações, de todos os países. Sêneca sabia como era velho este divertimento. "Nossos avós queixavam-se", disse ele, "nós nos queixamos, e nossos descendentes se queixarão, de que a maldade sempre impera e os homens estão cada

vez mais afundando no pecado, sendo condição da espécie humana o ir de mal a pior.''[29] Ao redor do núcleo imoral de qualquer sociedade há sempre uma zona de vida sã em que os fios da tradição, os imperativos morais da religião, as compulsões econômicas da família, o instintivo amor e cuidado dos filhos, a vigilância das mulheres e dos policiais bastam para conservar-nos publicamente decentes e moderadamente sãos. Juvenal é o maior de todos os poetas satíricos romanos, como Tácito é o maior dos historiadores romanos; mas erraríamos se os tomássemos ao pé da letra, como erraríamos se aceitássemos sem reservas as maravilhas que de seu tempo conta Plínio em suas cartas.

III. UM CAVALHEIRO ROMANO

Nasceu em Como no ano de 61 e recebeu o nome de Públio Cecílio Segundo. Seu pai, dono de uma vila e uma granja perto do lago, era alto funcionário na cidade. Ficando órfão muito cedo, Públio foi educado primeiramente por Virgínio Rufo, governador da Alta Germânia, e depois por seu tio Caio Plínio Segundo, autor da *História Natural,* o qual o adotou como filho e herdeiro e logo depois faleceu. De acordo com o costume, o filho adotivo tomou o nome do pai, o que determinou uma confusão de 20 séculos. Em Roma Quintiliano o fez estudar Cícero e talvez lhe haja inoculado no estilo a influência do grande escritor. Aos 18 anos é admitido no foro; aos 39 escolhem-no para saudar Trajano, e por esse tempo sobe ao consulado; em 103 vemo-lo aparecer como áugure; em 105, ''curador do leito e margens do Tibre e dos esgotos da cidade''. Nenhuma remuneração recebeu Plínio pelos serviços prestados; sua fortuna pessoal permitia-lhe ser magnânimo. Possuía propriedades na Etrúria, em Benevento, Laurento e Como, e certa vez ofereceu três milhões de sestércios por outra.[30]

Como tantos aristocratas de seu tempo, divertiu-se em escrever: a princípio, uma tragédia grega; depois, alguns poemas alegres e ocasionalmente obscenos. Reprovado por alguns, confessou o fato sem se penitenciar, antes prometendo continuar a ''regalar-se na alegria, de mãos dadas à musa solta''.[31] Vendo que lhe louvavam as cartas, escreveu algumas para publicação e soltou-as a intervalos, de 97 a 109. Como não fossem para o público e mas apenas para uma roda, evitou os aspectos negros da vida romana e deixou de lado, como coisas muito sérias, os maiores problemas da filosofia e da política. O valor dessas cartas reside na graciosa intimidade e no tom róseo com que tinge o caráter romano e os costumes patrícios.

Plínio apresenta-se com a metade da candura e toda a felicidade de Montaigne. Era vaidoso, mas tão naturalmente que não nos choca. ''Nada, confesso, me seduz mais que o desejo de construir um nome duradouro.''[32] Fala bem dos outros e também de si próprio, acrescentando que ''se um homem admira as virtudes dos outros é porque também as possui muitas''; e não há maior alívio para quem sai de Tácito e Juvenal do que ouvir um autor falar bem de seus contemporâneos. Plínio foi tão generoso nos atos como nas palavras; vivia fazendo empréstimos e distribuindo favores, dando presentes; ora descobria um marido para a sobrinha de um amigo, ora enfeitava um pouco mais sua cidade natal. Sabendo que Quintiliano não podia dar à filha um dote à altura do homem com quem ia casar-se, mandou-lhe 50.000 sestércios, desculpando-se do pouco.[34] A um velho colega de escola deu 300.000 sestércios para que pudesse entrar na classe dos eqüestres; quando a filha de um amigo se viu herdeira de um legado de dívidas, ele as pagou; e com grande risco emprestou considerável soma a um

filósofo banido por Domiciano. À cidade de Como doou um templo, uma escola secundária, um instituto para crianças pobres, um banho municipal e 11.000.000 de sestércios à biblioteca.

O que há nele de especialmente agradável é seu amor pelo lar, ou pelos seus lares. Ele não denuncia Roma, mas sente-se mais feliz em Como ou Laurento, perto do lago e do mar. E o que lá ele faz resume-se em ler e "não fazer nada". Adora seus jardins e o cenário de montanhas ao fundo; não foi Rousseau quem descobriu o encanto pela natureza. Fala com o maior enternecimento de sua terceira mulher Calpúrnia, gabando-lhe o bom gênio e o espírito puro, o prazer que sentia com os triunfos literários do esposo. Calpúrnia lera-lhe todos os livros e decorara muitas páginas; pusera os poemas do marido em música e cantava-os, e além disso mantinha em ação um corpo de correios para informar-se de todos os desenvolvimentos, quando ele estava julgando um caso importante. Mas Calpúrnia não passa de uma entre as muitas mulheres perfeitas da roda de Plínio. Ele fala da modéstia, da paciência e coragem de uma jovem de 14 anos que, logo depois de ficar noiva, soube que estava atacada de doença incurável e alegremente esperou a morte;[35] fala da mulher de Pompeio Saturnino, cujas cartas ao esposo eram poemas de afeição e bom latim;[36] fala de Fânia, filha de Traséia, que sem uma queixa suportou o exílio por amor de seu esposo Helvídio, tratou de uma parenta enferma de doença perigosa, contraiu a moléstia e dela veio a morrer: "Que perfeitas", exclama Plínio, "são a sua virtude, a sua santidade, a sua sobriedade, a sua coragem!"[37]

Teve centenas de amigos, alguns grandes, muitos perfeitos. Trabalhou com Tácito na acusação de Mário Prisco por desonestidade e crueldade como procônsul na África; mutuamente os dois oradores corrigiam os respectivos discursos e mutuamente se cumprimentavam; Tácito eleva Plínio ao céu ao dizer que o mundo literário os estava irmanando como os dois maiores escritores do tempo.[38] Plínio conheceu Marcial, mas de uma distância aristocrática. Levou Suetônio consigo para a Bitínia e ajudou-o a "ter direito a três filhos" sem possuir nenhum. Sua roda vibrava de poesia, discursos e música. "Não creio", diz o erudito Boissier, "que em qualquer outro tempo a literatura fosse tão amada."[39] Homero e Virgílio eram estudados nas margens do Danúbio e do Reno, e o Tâmisa tremia com a vibração da retórica.[40] As classes do meio para cima constituíam uma sociedade elegante e amável, rica de casamento de amor, de afeição familial, de senhores de escravos humanos, de amizades sinceras, de fina cortesia. "Aceito seu convite para jantar", diz uma carta de Plínio, "mas tenho de fazer uma proposta antes — que me dispense cedo e me trate frugalmente. Encha-se a mesa só de conversa filosófica — e não haja abuso nem nisto."[41]

Muitos homens descritos por Plínio eram membros da nova aristocracia provinciana; não se trata de gente ociosa, pois quase todos exerciam cargos públicos e compartilhavam da admirável administração do Império sob Trajano. O próprio Plínio fora mandado à Bitínia como propretor, para restaurar a solvência de algumas cidades. Entre suas cartas há algumas de consulta ao Príncipe, com as enérgicas respostas de Trajano; mostram-nos Plínio a desempenhar sua missão com habilidade e honra, embora com muito minuciosa dependência dos conselhos do imperador. Sua última carta pede perdão por ter-se utilizado da diligência postal imperial para o regresso da esposa doente — e Plínio desaparece da literatura e da História, deixando atrás de si um consolador retrato de um *gentleman* de Roma e da Itália em seu período mais feliz.

IV. O DECLÍNIO CULTURAL

Iríamos obscurecer essas figuras de destaque, se as rodeássemos de menores luzes. Depois delas não mais apareceram gigantes nas letras latinas pagãs. De Ênio a Tácito a razão fizera seu esforço maior e esgotara-se. Sentimo-nos chocados ao passar da grandeza das *Histórias* e dos *Anais* às escandalosas crônicas de Suetônio em *Vidas dos Homens Ilustres* (110); a história degenera em biografia e a biografia em anedota; portentos, milagres e superstições enchem páginas, e é somente depois da tradução inglesa elisabetana de Philemon Holland (1606) que Suetônio entra para a literatura. Menos chocante, a descida das cartas de Plínio às de Fronto, que talvez não se destinassem a publicação e por isso não podem, com lealdade, ser comparadas àquelas; muitas se prejudicam com a intencional fraseologia arcaica, mas muitas denunciam real afeição do mestre pelo aluno. Aulo Gélio apoiou o movimento arcaizante em suas *Noites Áticas* (169) — a maior coleção de bagatelas da literatura antiga; e Apuleio levou-o ao apogeu em *O Asno de Ouro*. Apuleio e Fronto vieram da África — e a moda arcaizante pode em parte provir da circunstância de que lá o latim escrito se afastara menos do latim falado do que em Roma. Fronto acreditava em fortalecer a literatura com a aceitação do falar do povo, como o jardineiro fortalece uma planta chegando-lhe terra. Mas a mocidade não volta duas vezes a um homem, uma nação, uma literatura, uma língua. A orientalização havia invadido Roma e nada a deteria. O grego comum do Oriente helenístico e da Roma Oriental estava-se tornando a língua comum da literatura e da vida; foi nessa língua que o discípulo de Fronto escreveu as suas *Meditações*. Apiano, um grego de Alexandria morador em Roma, escolheu o grego para suas vívidas *Histórias* das guerras de Roma (*ca.* 160); e o mesmo fez Cláudio Élio, romano por nascimento e sangue; meio século depois Dion Cássio, senador romano, escreveria a história de Roma em grego. A liderança da literatura ia passando de Roma para o Oriente Grego; não para o espírito grego, mas para a alma oriental que se utilizava da língua grega. Os futuros gigantes do latim iriam ser os santos do cristianismo, os padres da Igreja.

A arte romana declinou mais lentamente que as letras. A habilidade técnica persistia e produziu boas obras de arquitetura, escultura, pintura e mosaico. A cabeça de Nerva no Vaticano mantém o realismo dos retratos flavianos, e a despeito de sua crueza a coluna de Trajano impressiona. Adriano trabalhou para reviver o classicismo helênico, mas não surgiu nenhum Fídias a ajudar o novo Péricles; a inspiração que tanto estimulara a Grécia depois da batalha de Maratona, e aos romanos depois de Ácio, perdeu-se em uma era de autolimitação, satisfação e paz. Os bustos de Adriano perdem o caráter à força de maciez helenística; há beleza nas cabeças de Plotina e Sabina, mas os retratos de Antínoo afiguram-se-nos insipidamente efeminados. Talvez tenha sido um erro a reação clássica de Adriano: pôs fim ao forte naturalismo da escultura flaviana e trajânica, a qual tinha raízes na tradição e no caráter da Itália. Nada alcança a maturidade, se não se desenvolve dentro de sua própria natureza.

Na época dos Antoninos a escultura romana dá o penúltimo arranco. Pelo menos uma vez alcançou a perfeição na figura da jovem cuja cabeça velada revela a maior delicadeza e firmeza de linhas.[42] Quase tão bom é o retrato de Faustina, a esposa de Marco Aurélio, aristocraticamente fino, e sensual no suficiente para justificar as insinuações da história. O próprio Aurélio foi esculpido ou fundido em mil formas; não há turista que não conheça o magnífico bronze de *Aurelius Imperator* a cavalo, que Miguel Ângelo restaurou e domina a praça do Capitólio em Roma. Até o fim, o relevo permaneceu a arte romana favorita. O costume etrusco e helenístico de esculpir nos túmulos cenas históricas ou mitológicas voltou no tempo de Adriano, quando a esperança da imortalidade pessoal recresceu e o enterro substituiu a cremação. Os 11 painéis sobreviventes dos arcos erigidos para comemorar as campanhas de Marco Aurélio (oito enfeitam o arco de Constantino; três estão no Museu do Conservatório) mostram o estilo naturalista em seu apogeu: nada é idealizado, todos os participantes são indivíduos; Marco recebendo sem orgulho a submissão de um inimigo caído é uma figura humaníssima; e os derrotados não são exibidos como barbarescos, mas como homens dignos de sua longa luta pela liberdade. Em 174 o Senado e o povo de Roma levantaram a Coluna de Aurélio que vemos na Piazza Colona; inspirada, pela de Trajano, representa a guerra contra os marcomanos com uma arte simpática, que tanto honra os conquistadores como os conquistados.

O espírito de Marco Aurélio ajudou a formar a moral e a arte de seu tempo. Tornaram-se menos cruéis os jogos, as leis mais atentas ao fraco, o casamento mais duradouro e na aparência mais satisfatório. A imoralidade continuou, como em todos os tempos, abertamente em uma minoria, secretamente na maioria, mas já não estava no clímax atingido no tempo de Nero e deixara de ser elegante. Os homens e as mulheres voltavam-se para a velha religião ou devotavam-se às novas; e os filósofos aprovavam. Roma enxameava de filósofos, convidados, tolerados ou acolhidos por Marco Aurélio; e aproveitando-se do ensejo eles se beneficiavam da generosidade do imperador, enchiam a corte, recebiam nomeações e emolumentos, faziam inúmeras preleções e abriam muitas escolas. Em seu imperial discípulo eles deram ao mundo a culminação e a desintegração da filosofia antiga.

V. O IMPERADOR COMO FILÓSOFO

Seis anos antes da morte começou Marco Aurélio em sua tenda de campanha a fixar os pensamentos que tinha sobre a vida e o destino do homem. Não podemos ter certeza de que o *Ta eis heauton* — "para si mesmo" — tivesse em vista publicação; talvez que sim, porque até nos santos há vaidade, e nos maiores homens de ação há momentos de fraqueza em que aspiram escrever um livro. Marco Aurélio não tinha traquejo de ator; a prática que Fronto lhe proporcionara de nada lhe valeu porque concretizou seus pensamentos em grego; ademais esses "Pensamentos de Ouro" eram escritos no intervalo de viagens, batalhas, revoltas e muitas tribulações; temos de perdoar-lhe o desconexo, o informe, as repetições e às vezes o tedioso. Mas o livro é precioso pela essência — sua ternura e simplicidade, semiconsciente revelação de um pagão-cristão, de uma alma medieval.

Como tantos autores de seu tempo, Marco Aurélio não considerava a filosofia como a especulação do infinito e sim uma escola de virtude e norteio de vida. Não se preocupa de formar sua idéia sobre Deus; às vezes fala como um agnóstico, reconhecendo que nada sabe, mas depois de o admitir, aceita com singela piedade a velha fé tradicional. "De que me vale", diz ele, "viver em um universo sem deuses ou Providência?"[43] Ora fala da deidade no singular, ora no plural, com toda a indiferença do Gênese. Em público faz preces e sacrifícios aos deuses, mas em particular é um panteísta profundamente impressionado com a ordem do cosmos e a sabedoria de Deus. Revela o senso indiano da interdependência do homem e do mundo. Maravilha-se do crescimento da criança nascida de minúsculo germe, da miraculosa formação dos órgãos, da força, do espírito, das aspirações, tudo mantido com um pouco de alimento.[44] Acredita que se pudéssemos compreender, encontraríamos no universo a mesma ordem e poder criador que encontramos no homem. "Todas as coisas se ligam entre si, e o liame é sagrado. ...Há uma razão comum em todos os seres inteligentes; um deus penetra todas as coisas — uma substância, uma lei, uma verdade. ... Poderia uma ordem clara subsistir em nós ao mesmo tempo que a desordem do Todo?"[45]

Marco Aurélio admite a dificuldade de reconciliação do mal, do sofrimento, do infortúnio imerecido com uma boa Providência; mas não podemos julgar de um elemento ou de um acontecimento no esquema das coisas sem ver o todo; e quem pretende conhecer a perspectiva total? É insolência nossa, e grotesca, pretender julgar o mundo; a sabedoria está em reconhecer nossas limitações, em procurar harmonizar-nos com a ordem universal, em tentar sentir o Espírito atrás do corpo do mundo e com ele cooperar voluntariamente. Para quem chega a esta conclusão, "tudo quanto acontece, acontece justamente" — isto é, segundo o curso da natureza;[46] nada que

está de acordo com a natureza pode ser mau;[47] tudo que é natural é belo para quem compreende.[48] Todas as coisas são determinadas pela razão universal, a inerente lógica do todo; e cada parte deve alegrar-se com seu modesto papel e seu fado. "Equanimidade" (a palavra de senha de Antonino moribundo) "é a voluntária aceitação das coisas que nos são designadas pela natureza do todo."[49]

> Tudo que harmoniza contigo também harmoniza comigo, ó Universo! Nada que contigo está em tempo, é muito cedo ou muito tarde para mim. Tudo que tuas estações trazem, ó Natureza, é fruto para mim. De ti saem todas as coisas, em ti estão todas as coisas, para ti voltam todas as coisas.[50]

O conhecimento só tem valor como instrumento da vida perfeita. "Que, portanto, pode dirigir um homem? Uma só coisa — a filosofia"[51] — não como jogo de lógica, mas como o contínuo exercício da excelência moral. "Sê firme, ou faze-te firme."[52] A cada homem deu Deus um *daimon,* um espírito guia — sua razão. A virtude é a vida da razão.

> Estes são os princípios da alma racional. Ela perpassa todo o universo e superintende sua forma, e projeta-se na infinidade do tempo, e abarca a renovação cíclica de todas as coisas, e compreende que os que vierem depois de nós nada verão de novo, como os que vieram antes nada viram mais que nós; mas de certo modo quem chegou aos 40 anos, se tem boa compreensão, viu, em virtude desta uniformidade, todas as coisas que foram ou serão.[53]

As premissas de Marco Aurélio conduzem-no ao puritanismo. "O prazer não é nem bom nem útil."[54] E renunciando à carne e todas as suas tentações ele fala às vezes como Antônio na Tebaida:

> Observa quão efêmeras e sem valor são as coisas humanas, e como o que ontem era muco insignificante torna-se amanhã múmia ou pó. ...Pequeno é o espaço de vida do homem, e com quantas aflições está cheio... e com que fraqueza de corpo tem que ser passado!... Volta-o de dentro para fora e vê que espécie de coisa é.[55]

A mente deve ser uma cidadela livre dos desejos corporais, das paixões, da cólera ou do ódio. Deve de tal modo absorver-se em seu trabalho que dificilmente perceba as adversidades da fortuna ou as farpas de inimizade. "Cada homem vale tanto quanto as coisas com as quais se ocupa."[56] Com relutância o filósofo concede que haja homens maus neste mundo. O meio de lidar com eles é tendo em mente que são impotentes vítimas de seus próprios defeitos, por força do determinismo da circunstância.[57] "Se um homem te faz mal, o prejuízo é dele; teu dever é perdoá-lo."[58] Se a existência do homem mau te entristece, pensa nas muitas pessoas boas que encontraste, e nas muitas virtudes que se misturam em um caráter imperfeito.[59] Bons ou maus, todos os homens são irmãos ou irmanados em um Deus; mesmo o mais rude bárbaro é um cidadão da pátria a que todos nós pertencemos. "Como Aurélio, tenho Roma como minha pátria; como homem, minha pátria é o mundo."[60] Será isto uma filosofia impraticável? Ao contrário, nada é tão invencível como uma boa disposição, se é sincera.[61] Um homem realmente bom nada tem a temer do infortúnio, porque ainda que todos os males lhe caiam em cima, sua alma permanece.

> Impede-te o mal que te acontece de ser justo, magnânimo, temperado, prudente... modesto, livre?... Supõe que os homens te maldiçoam, te matam, te picam em pedaços: podem essas coisas impedir teu espírito de permanecer puro, alto, sereno e justo? Se um homem pára diante de uma fonte e a amaldiçoa, nem por isso a água límpida cessa de fluir; se nela lança ele imundície, rapidamente a linfa a arreda e continua impoluta. ...Sempre que te sobrevier desgraça, lembra-te de aplicar este princípio: que isso não é infortúnio, mas que suportá-lo com nobreza é uma grande ventura. ...Bem pouco valem as coisas, de modo que o homem que as suporta vive uma vida que flui calma como a existência dos deuses.[62]

A vida de Marco Aurélio, entretanto, não fluiu calmamente; tinha de matar os bárbaros da Germânia enquanto escrevia o seu Quinto Evangelho, e no fim enfrentou a morte sem o consolo da esperança no filho que o iria suceder — e sem esperanças além-túmulo. Alma e corpo voltam a seus elementos originais.

> Porque como a mutação e dissolução dos corpos abre caminho para outros corpos condenados a morrer, assim as almas que deixam o corpo depois da existência terrena transmutam-se e difundem-se... na inteligência seminal do universo e abrem caminho para novas almas.[63]... Existe como parte; desaparecerás naquilo que te produziu. ...Isto também a natureza quer. ...Passa, então, através deste pequeno espaço de tempo que é tua vida sempre de conformidade com a natureza, e termina teus dias contentes, como a azeitona que cai da árvore quando madura, abençoando a natureza que a produziu e agradecendo à árvore na qual cresceu.[64]

VI. CÔMODO

Quando o oficial da guarda pediu a Marco Aurélio a senha do dia, a resposta foi: "Procura o sol nascente; o meu está-se pondo." O sol nascente estava então com 19 anos, um robusto e impetuoso jovem sem inibições, sem moral nem medo. Dele todos esperavam, como não haviam esperado de Marco Aurélio, o santo doente, uma política de guerra, de vitória ou morte; Cômodo, entretanto, ofereceu imediata paz ao inimigo. Tinham de retirar-se das vizinhanças do Danúbio, entregar a maior parte das armas e todos os romanos prisioneiros ou desertores, pagar a Roma um tributo anual em trigo e persuadir 13.000 de seus soldados a se alistarem nas legiões.[65] Toda Roma condenou esta política, menos a plebe; os generais de Cômodo enfureceram-se de ver a presa já caída na armadilha ser solta, para voltar à luta mais tarde. Mas durante o reinado de Cômodo nada aconteceu no setor do Danúbio.

O jovem príncipe, embora não fosse covarde, já estava farto de guerra; queria a paz para gozar Roma. De volta, desprezou o Senado e refartou a plebe em escala nunca vista — distribuiu 725 denários a cada cidadão. Não encontrando na política do dia campo para a sua exuberante vitalidade, passou a gastá-la em caçadas nas propriedades imperiais; e tal perícia desenvolveu no arco e no manejo da espada que resolveu exibir-se publicamente. Por algum tempo deixou o palácio para viver na escola dos gladiadores; conduziu carros nas corridas e lutou na arena com homens e animais.[66] É de supor que os homens que com ele lutavam tudo faziam para não vencê-lo, mas Cômodo enfrentou sozinho um hipopótamo, um elefante e um tigre famintos e sem razões para respeitar a realeza.[67] Atirava tão bem com o arco que em uma exibição

com 100 setas, matou 100 tigres. Esperava que uma pantera saltasse sobre um condenado e a matava no ar com uma flechada, deixando a vítima intacta, para morrer em outra vez.[68] Suas façanhas eram registradas no *Acta Diurna*, e ele fazia questão de receber do Tesouro por cada um dos seus mil combates como gladiador.

Os historiadores aos quais temos de recorrer escreveram, como Tácito, do ponto de vista da aristocracia ofendida, e por isso não podemos saber o quanto das maravilhas que relatam é história e o quanto é vingança. Asseguram-nos esses historiadores que Cômodo se embebedava e jogava com os fundos públicos, e mantinha um harém de 300 mulheres e 300 rapazes, gostando de variar de sexo, ou pelo menos usando trajes femininos em certas ocasiões e até em jogos públicos. Contam-nos coisas incríveis de sua crueldade: Cômodo ordenou a um devoto de Belona que amputasse um braço como prova de piedade; forçou algumas devotas de Ísis a baterem nos seios com pinhas até que morressem; com sua "clava de Hércules" matava homens indiscriminadamente; reunia aleijados em um ponto e abatia-os um por um a flechadas...[69] Uma de suas amantes, Márcia, era aparentemente cristã, e a pedido dela Cômodo perdoou vários cristãos condenados às minas da Sardenha. A devoção de Márcia por esse homem tão bestial mostra que nele havia qualidades de que não falam os historiadores.

Como seus predecessores, o medo de ser assassinado foi tornando o imperador cada vez mais feroz. Sua tia Lucila armou uma conspiração para matá-lo; descoberta, ele a executou — e por suspeita matou tantos homens eminentes, que muito poucos sobraram do reinado de Aurélio. Os delatores, que já de um século haviam desaparecido, voltaram a enxamear, e novamente o terror invadiu Roma. Cômodo entregou as rédeas do governo a Perenis, prefeito da Guarda Pretoriana, e (diz a tradição) deu-se todo aos prazeres sensuais. Perenis governou eficientemente, com impiedade; organizou seu próprio terror e matou a todos que lhe faziam oposição. Cômodo, por fim, com medo de que Perenis visasse o trono, entregou esse segundo Sejano ao Senado — e a vingança foi pronta. Cleandro, antigo escravo, substituiu Perenis (185) e excedeu-o em corrupção e crueldade; todos os postos eram negociados, e qualquer sentença dos tribunais podia ser invertida. Por ordem sua, senadores e cavaleiros eram mortos, acusados de traição ou crítica. Em 190 a multidão assediou a vila onde estava Cômodo e pediu a morte de Cleandro. O imperador acomodou-a. Laeto, o sucessor de Cleandro, depois de três anos de governo, viu que sua hora tinha chegado. Por acaso caiu-lhe sob os olhos uma lista de proscrição com o nome de todos os seus amigos e de Márcia. No último dia de 192 Márcia deu ao Imperador uma taça de veneno, mas como a droga estivesse agindo muito lentamente, o atleta com quem ele ia exercitar-se estrangulou-o no banho. Cômodo tinha 31 anos de idade.

Ao tempo da morte de Marco Aurélio havia Roma atingido o ponto supremo de sua curva ascensional e estava pronta para a descida. As fronteiras estendiam-se além do Danúbio, passavam pela Escócia e o Saara, e o Cáucaso e a Rússia e pelas portas da Pártia. Para aquela confusão de povos e crenças Roma realizara uma unidade, senão de língua e cultura, pelo menos de economia e lei. Tinha-os entretecido em uma República majestosa, na qual a troca mercantil alcançara níveis inéditos dentro da máxima liberdade; e por dois séculos os romanos defenderam aquela República contra as incursões dos bárbaros, dando-lhe segurança e paz. O mundo branco olhava pa-

ra Roma como o centro do universo, a cidade onipotente e eterna. Nunca a História presenciara tanta riqueza, tanto esplendor e poder.

Mas no seio da grande prosperidade do século II estavam germinando todas as sementes da crise que no século III arruinaria a Itália. Muito contribuiu Marco Aurélio para a derrocada com a colocação de Cômodo no poder, e com as guerras que centralizaram ainda mais a autoridade nas mãos do imperador. Cômodo ia conservar na paz as prerrogativas que Aurélio tinha assumido na guerra. A independência privada e local, a iniciativa e o orgulho murchavam à proporção que o poder e as funções do Estado aumentavam; e por meio de uma taxação cada vez maior a riqueza das províncias era drenada para Roma a fim de manter a burocracia sempre crescente e a eterna ofensiva da defesa. A riqueza mineral da Itália diminuía,[70] a peste e a fome haviam feito muito estrago, o sistema da agricultura servil ia decaindo, as despesas governamentais e de assistência à plebe tinham esvaziado o Tesouro e depreciado a moeda. Com o desenvolvimento das indústrias locais, a indústria italiana perdia os mercados provincianos, e nenhuma política econômica vinha fortalecer aquela anemia do comércio com o aumento do poder aquisitivo italiano. As províncias já se tinham restaurado das exações de Sila, Pompeu, César, Cássio, Bruto e Antônio; suas indústrias reviveram e floresceram, e a nova riqueza estava financiando a ciência, a filosofia e a arte. Eram os filhos das províncias que preenchiam os claros das legiões e lhes davam generais; não tardaria que esses exércitos provincianos vissem a Itália a seus pés e pusessem seus generais no trono. Invertera-se o processo de conquista; os conquistados iam absorver os conquistadores.

Consciente talvez destes problemas e sinais, o cérebro de Roma, no fim da idade antonina, afundou na fadiga espiritual e cultural. Praticamente suprimidos, primeiro as Assembléias e depois o Senado, suprimiu-se também o estímulo mental decorrente da livre atividade política e do largo senso de liberdade e poder. Já que o príncipe detinha toda a liberdade, que ficasse também com toda a responsabilidade. Cada vez mais os cidadãos de relevo social se encolhiam, ou se afastavam da coisa pública; tornaram-se átomos e a estrutura social romana começou a trincar internamente, na hora exata em que a unidade parecia mais completa. À desilusão da democracia seguiu-se a desilusão da monarquia. Os "Pensamentos de Ouro" de Aurélio eram freqüentemente pensamentos plúmbeos, pois davam a entender que os problemas romanos não tinham solução e que a fecundidade dos bárbaros não podia ser barrada por uma geração estéril e pacífica. O estoicismo que começara pregando a força pregava agora a resignação. Quase todos os filósofos tinham feito as pazes com o céu. Por 400 anos o estoicismo fora para as classes altas o substituto da fé; esse substituto era agora posto de lado e as classes dirigentes trocavam os livros dos filósofos pelos altares dos deuses. Mas o paganismo também estava morrendo. Como a Itália, o paganismo apenas se sustinha com o apoio oficial e já beirava a exaustão. Havia derrotado a filosofia, mas em seus templos ressoava em sussurro o nome de novas deidades invasoras. O ar estava pesado com a ressurreição das províncias e a inacreditável vitória do Cristo.

LIVRO IV

O IMPÉRIO

146 a.C. — 192 d.C.

TÁBUA CRONOLÓGICA

a.C.
1200: Celtas goidélicos invadem a Inglaterra
900: Celtas britônicos e belgas invadem a Inglaterra
350: Píteas de Marselha explora o Mar do Norte
248: Começo dos Arsácidas na Pártia
241-10: A Sicília torna-se província
238: Anexação de Sardenha e Córsega
211-190: Arsaces II da Pártia
197: Aquisição da Espanha
170-38: Mitrídates I da Pártia
168: Aquisição da Macedônia
167: Ilírico
146: Aquéia, "África", Epiro
145-130: Ptolomeu VII
135-105: João Hircano, rei da Judéia
135-51: Possidônio
133: Atalo III herda Pérgamo
124-88: Mitrídates II da Pártia
121: Gália Narbonense
112-05: Guerra Jugurtina
110: Filo de Bizâncio, físico
104-78: Alexandre Janeu, rei da Judéia
102: Cilícia, Panfília
88-4: Primeira Guerra contra Mitrídates
88: Chacina de romanos no Oriente Próximo
83-1: Segunda Guerra contra Mitrídates
78-69: Alexandra, rainha da Judéia
76: Tomonaco de Bizâncio, pintor
75-63: Terceira Guerra contra Mitrídates
74: Bitínia
74-67: Cirene e Creta
69-63: Aristóbulo III, da Judéia
64: Síria
63: Ponto e Judéia, províncias romanas
63-40: Hircano II, da Judéia
58: Chipre
58-50: César conquista a Gália
55-54: César na Bretanha
50: Hero de Alexandria; Meleagro de Gadara
46: Numídia
40: Os partos invadem a Síria
37-4: Herodes, o Grande
30: Egito
25: Galácia

a.C.
25-4: Expedição de Aélio Galo na Arábia Felix
17: Aquisição da Alta e Baixa Germânia
15: Norico; Récia
14: Alpes Marítimos
11: Mésia
7: *Fl.* Estrabão, geógrafo
4 (?): Nascimento do Cristo
4 a.C. — 6 d.C.: Arquelau, da Judéia; Herodes Antipas, Tetrarca da Galiléia

d.C.
17: Capadócia
40: Mauritânia
43: Bretanha
47: Revolta de Caractaco
50: Dioscórides, farmacêutico
51-63: Guerra entre a Pártia e Roma
55-60: Corbulão subjuga a Armênia
61: Revolta de Boudica
64: Alpes Cotianos
70-80: Conquista de Gales
77-84: Agrícola governa a Bretanha
72: Extinção dos Selêucidas
89: Plutarco em Roma
90: Epicteto
95: Díon Crisóstomo
100: Apolodoro de Damasco, arquiteto
105: Arábia Petréia
107: Dácia
114: Armênia, Assíria, Mesopotâmia
115: Sorano de Éfeso, médico
117: Adriano abandona a Armênia e a Assíria
120: Marino de Tiro, geógrafo
122: Muralha de Adriano, na Inglaterra
130: Aélia Capitolina fundada no lugar de Jerusalém; Teon de Esmirna, matemático; Arriano da Nicomédia, historiador; Cláudio Ptolomeu, astrônomo
142: Muralha de Antonino na Inglaterra
147-91: Vologeses III da Pártia
150: Luciano; Aélio Aristides
160: Galeno, médico; Pausânias, geógrafo
190: Sexto Empírico, filósofo
227: Fim da Dinastia Arsácida

CAPÍTULO XXI

Itália

I. UM ROL DE CIDADES

UMA pequena parada neste precário zênite e vejamos como o Império sobrepujava Roma. Detivemo-nos demais neste centro brilhante, que hoje hipnotiza os historiadores como outrora fascinava os provincianos. A vitalidade do grande reino já não residia na capital moribunda; a saúde e a força do Império, muito de sua beleza e vida mental encontravam-se mais na Itália e nas províncias. Não podemos fazer uma idéia justa da significação de Roma, nem de sua extraordinária façanha de organização e pacificação, sem sairmos da capital e darmos uma volta pelas mil cidades que formavam o mundo romano.

"Como dar começo a esta empresa?" pergunta Plínio, o Velho, ao iniciar sua descrição da Itália. "Tão grande é o número de lugares que nenhum homem pode enumerá-los todos — e tão grande é a fama de cada um!"[1] Perto e ao sul de Roma ficava o Lácio, primeiro a terra *mater*, depois a terra inimiga, depois o celeiro de Roma e por fim um paraíso de vilas suburbanas pertencentes aos homens de bom gosto ou dinheiro. Ao sul e oeste da capital, belas estradas e também o Tibre iam ter aos portos rivais de Portus e Óstia, no Mar Tirreno. Óstia teve seu esplendor nos séculos II e III da nossa era. Mercadores e estivadores enchiam-lhe as ruas e teatros; o casario era notavelmente como o de hoje; nos fins do século XV um viajante florentino maravilhou-se da riqueza da cidade e do suntuoso de seus monumentos. Algumas colunas sobreviventes, e um belo altar com relevos florais mostram que mesmo aquela população comercial havia assimilado as idéias clássicas da beleza.

Ao sul da costa erguia-se Ântio — Antium (Anzio) — onde os mais ricos cidadãos de Roma e muitos imperadores e deuses tinham palácios e templos, que se projetavam até o Mediterrâneo para se beneficiarem com as brisas marinhas; em seus cinco quilômetros de ruínas foram encontrados primores como o *Gladiador Borghese* e o *Apolo de Belvedere*. Nas proximidades, um monumento, ainda de pé, aos "excelentes cidadãos", desaparecidos há já 19 séculos, que haviam gozado o prazer de assistir à morte de 11 gladiadores em luta com 10 ursos ferozes.[2] Ao norte, para além das montanhas da costa, erguiam-se Aquino, onde nasceu Juvenal, e Arpino, a terra de Mário e Cícero. A 20 milhas de Roma ficava a antiga cidade de Preneste (Palestrina), com suas bonitas casas na encosta aterraçada, seus jardins célebres pelas rosas, um famoso templo à deusa Fortuna Primigênia no ponto mais elevado — a deusa que dava sorte às mulheres nos partos e vendia respostas oraculares. Tusculum (Túsculo), a 10 milhas de Roma, também era rica em jardins e vilas; lá nasceu o velho Catão e localizou Cícero as suas *Tusculanas*. (Frascati, a herdeira de Tusculum, é ainda uma estação freqüentada pelos italianos abastados; ficam lá as vilas Aldobrandini, Torlonia, Mondragone, etc.[3]) E vinha depois o mais afamado de todos os subúrbios romanos, Tibur (Tívoli), onde Adriano teve sua casa de campo e Zenóbia, rainha de Palmira, passou os anos de cativeiro.

A Etrúria ao norte de Roma experimentou sob o Principado uma modesta ressurreição. Perúgia foi em grande parte destruída e parcialmente restaurada por Augusto, cujos artistas lhe embelezaram um velho arco etrusco. Arretium (Arécio) deu Mecenas a Roma e ao mundo muita cerâmica. Pisae (Pisa) já era velha naquele tempo: recuava seu nome e sua origem a uma colônia de gregos de Pisa, no Peloponeso, e vivia do negócio de lenha ao longo do Arnus (Arno). Rio acima ficava uma jovem colônia romana, Florentia (Florença), que nunca sonhou com o futuro que teria. Na extremidade noroeste da Etrúria ficavam as pedreiras de Carrara; o mais belo mármore de Roma era de lá levado para o porto de Luna e embarcado para a capital. Genua (Gênova) por longo tempo serviu de porta de saída para os produtos do noroeste; já em 209 a.C. os cartagineses procuravam destruí-la em impiedosa guerra comercial; foi desde então arrasada muitas vezes e sempre renasceu mais bela.

Ao sopé dos Alpes estava plantada Augusta Taurinorum, fundada pelos gauleses taurinos e transformada por Augusto em colônia romana; pedras de seu antigo calçamento e canos de drenagem ainda podem ser vistos sob as ruas de Turim; e sobrevive uma porta dos dias de Augusto para recordar-nos a fortaleza outrora erigida contra os invasores do norte. Ali o preguiçoso Padus (rio Pó), vindo dos Alpes, corre rumo leste por 250 milhas, para dividir a Itália no que a primitiva República conhecia como Gália Transpadana e Gália Cispadana. De toda a península era o vale do Pó a região mais fértil, mais populosa e próspera. Ao pé dos Alpes dormiam os lagos Verbanus (Maggiore), Larius (Como) e Benacus (Garda), cuja beleza encantaram as gerações daquele tempo como nos encantam hoje. Da cidade de Comum (Como), onde nasceu Plínio, o Moço, uma estrada real corria para o sul até Mediolanum (Milão). Fundada pelos gauleses no século V a.C. já era um centro comercial e educacional nos dias de Virgílio; em 286 de nossa era substitui Roma como capital do Império do Ocidente. Verona controlava o comércio pelo Passo do Brenner e dava-se ao luxo de um anfiteatro (hoje restaurado) com capacidade para 25.000 espectadores. Ao longo do sinuoso Pó erguiam-se Piacenza, Cremona, Mântua e Ferrara — originalmente cidades fronteiriças, cuja função era conter os gauleses.

Ao norte do Pó e leste do Ádige, ficava a região de Venetia (Veneza), nome tomado dos veneti (vênetos), primitivos imigrantes vindos do Ilíria. Conta Heródoto que os chefes dessas tribos anualmente traziam para as aldeias as meninas casadouras, punham-lhes preço conforme a beleza, casavam-nas com os homens que o aceitavam e empregavam o dinheiro para dote das menos bonitas.[4] A Veneza de hoje ainda não havia nascido, mas Pola, na Ístria, e Tergeste (Trieste), Aquiléia e Patavium (Pádua), boas cidades, coroavam a costa do Adriático. Pola ainda conserva dos tempos romanos um imponente arco, um lindo templo e um anfiteatro só menos impressionante que o seu modelo em Roma, o Coliseu. Ao sul do Pó uma linha de cidades importantes ia de Piacenza, através de Parma, Mutina (Modena), Bononia (Bolonha) e Faventia (Faenza) até Ariminum (Arímino). Aqui, na hoje Rimini, vemos uma das mais bem preservadas pontes construídas pelos engenheiros de Roma; por ela passava a Via Flamínia, penetrando na cidade por um arco tão forte e dominador como o caráter romano. Uma estrada ramal ia de Bononia a Ravena, a Veneza daquele tempo, construída sobre estacas nos pântanos formados pelos rios que despejam no Adriático; Estrabão descreve-a como provida de "ruas sobre pontes de barcos de transbordo", ou *ferries*.[5] Augusto ancorava lá a sua frota do Adriático, e diversos imperadores do século V fizeram de Ravena residência oficial. A alta fertilidade do norte da Itália, o bom clima, as riquezas minerais, as muitas indústrias e o baixo custo do transporte fluvial deram àquela zona a supremacia econômica sobre a Itália central durante o século I e a liderança política no III.

Ao sul de Arímino, na costa oriental, rochosa, tempestuosa e sem portos, desenvolveram-se poucas cidades de importância além de Brudisium (Brundísio). Mesmo assim havia na Úmbria Picenum e Samnium, e na Apúlia muitas pequenas comunidades cuja riqueza só pode ser imaginada pelo estudo de Pompéia. Asisium deu nascimento a Propércio e Francisco de Assis; Sarsina, a Plauto; Amiternum, a Salústrio; Sulmo (Sulmão), a Ovídio; Venúsia, a Horácio. Beneventum ficou célebre não só por causa de uma das derrotas de Pirro como pelo grande arco erigido por Trajano e Adriano; nos enérgicos relevos Trajano conta a história de suas realizações na paz e na guerra. Na costa sudeste Brundisium controlava o comércio com a Dalmácia, a Grécia e o Oriente. Dentro do "calcanhar da bota", Tarentum, outrora arrogante cidade-

estado, achava-se reduzida a decadente estação hibernal dos magnatas e aristocratas de Roma. No sul da Itália, grandes propriedades haviam absorvido a maior parte das terras, reduzindo-as a pastos; as cidades perderam a freguesia campônia e a classe comercial desapareceu. As comunidades gregas que nos primeiros tempos alardeavam sibaritismo foram arruinadas pela infiltração barbaresca e pela Segunda Guerra Púnica, ficando reduzidas a pequenos centros em que o latim lentamente ia substituindo o grego. No "dedão" da bota, Régio — Rhegium (Reggio) — apresentava um bom porto e prosperava no comércio com a Sicília e a África. Costa oeste acima, Vélia já não lembrava os dias em que Parmênides e Zenão a fizeram vibrar de poesia metafísica e endiabrados paradoxos. Possidônia, que ainda hoje espanta os turistas com a majestade de seus templos, passou a chamar-se Paestum (Pesto) — nome da colônia romana vizinha; e sua população grega estava desaparecendo sob o fluxo dos "bárbaros" — neste caso os italianos do interior. Só na Campânia a civilização grega ainda se mostrava viva na Itália.

Geograficamente a Campânia — as montanhas e a costa ao redor de Nápoles — fazia parte de Samnium (Sâmnio); econômica e culturalmente era por si própria um mundo, industrialmente mais adiantado que Roma, financeiramente poderoso e que em um pequeno espaço revelava uma vida intensa de agitações políticas, de competições literárias, de exuberância artística, de luxo epicurista e excitantes jogos públicos. Fértil era o solo, produtor das melhores uvas e azeitonas da Itália; de lá procediam os famosos vinhos de Falerno e Surrentum (Sorrento). Talvez Varrão estivesse com o pensamento na Campânia quando desafiou o mundo: "Vós, que correstes tantas terras, vistes acaso alguma mais bem cultivada que a Itália?... Não é a Itália uma terra tão abarrotada de frutas que mais parece um grande pomar?"[6] No extremo sul da Campânia, escarpada península corria de Salernum (Salerno) a Surrentum. Vilas se amoitavam entre os vinhedos, e os pomares das encostas enfeitavam a fímbria costeira. Surrentum tinha a mesma beleza da Sorrento de hoje; Plínio, o Velho, chamava-a "Deleite da Natureza", seio em que a natureza derramara todos os seus dons.[7] Nossa impressão é de que nada lá mudou em dois mil anos; o povo e os costumes parecem os mesmos, e quase os mesmos os deuses; aqueles recifes continuam enfrentando eternamente o assédio do mar.

Em frente a esse promontório ficava a ilha de Capreae (Capri). Do lado sul do golfo o Vesúvio fumava e as cidades de Pompéia e Herculanum (Herculano) dormiam sob sua coberta de lava. Depois vinha Neapolis, "Cidade Nova" (Nápoles), a mais grega das cidades da Itália nos dias de Trajano; na atual indolência de Nápoles vemos um eco de sua antiga inclinação para o amor, o esporte e a arte. O povo era italiano; a cultura, os costumes, os jogos, tudo grego. Belos templos, palácios e teatros; a cada cinco anos realizavam-se lá concursos de música e poesia, em um dos quais coube a Estácio o prêmio. No recanto ocidental do golfo ficava Puteoli (Putéolos, hoje Pozzuoli), nome dado por causa do cheiro de seus poços sulfurosos;[8] a cidade prosperou com a manufatura de objetos de ferro, barro e vidro; um anfiteatro mostra-nos em suas bem preservadas galerias subterrâneas como os gladiadores e os animais ferozes eram introduzidos na arena. Perto ficavam as vilas de Baias, duplamente atrativas na moldura de montanha e mar; ali César, Calígula e Nero divertiam-se e os romanos gotosos vinham para os banhos. A cidade aproveitou-se da reputação de suas fontes minerais para instituir jogo e sensualismo; conta Varrão que as moças lá eram propriedade comum e muitos rapazes faziam as vezes de raparigas;[9] Cláudio julgou Cícero perdido por ter estado em Baias uma vez.[10] "Supondes acaso", diz Sêneca, "que Catão se te-

ria hospedado em um palácio de prazer de onde pudesse contar as mulheres impudicas que passavam em barcos de todas as cores e as rosas que flutuavam no lago?"[11]

A poucas milhas ao norte de Baias, na cratera de um vulcão extinto, o lago Avernus (Averno) emitia fumo sulfuroso de tal potência que, segundo a tradição, pássaro nenhum podia esvoaçar por cima. Perto ficava a gruta por onde Enéias, no poema de Virgílio, realizou a sua *facilis descensus Averni*. Ao norte do lago erguia-se a velha cidade de Cumae (Cumas), lentamente a morrer vítima da concorrência de sua jovem filha Neapolis, dos portos de Putéolos e Óstia e das indústrias de Cápua. Esta jazia a 30 milhas interior adentro, numa região fértil que às vezes dava quatro colheitas no ano;[12] seus objetos de ferro e bronze não tinham rivais na Itália. Com tanta severidade Roma a puniu por haver dado apoio a Aníbal, que Cápua passou moribunda dois séculos; dela falou Cícero como a "morada dos politicamente mortos".[13] César restaurou-a com milhares de colonos novos, e no tempo de Trajano já a vemos com a antiga prosperidade restabelecida.

Repassadas assim às pressas, estas cidades da Itália não passam de nomes; nos mapas nós as tomamos como palavras, e dificilmente nos figuramos que eram a sede residencial de milhares de homens, que lutavam afanosamente pela vida, comendo e bebendo, disputando a mulher e o ouro. Levantemos as cinzas de uma habitação romana e vejamo-la como foi em vida.

II. POMPÉIA

Pompéia era uma das menores cidades da Itália, em cuja literatura só é mencionada por motivo de seus molhos de peixe, de seus repolhos e afinal do soterramento. Fundada pelos oscanos talvez ainda antes de Roma, e povoada de imigrantes gregos, foi conquistada por Sila, que a transformou em colônia romana; no ano 63 a.C. um terremoto a destruiu parcialmente; estava sendo reconstruída quando as cinzas do Vesúvio a tragaram.

No dia 24 de agosto de 79 a.C. o vulcão explodiu e projetou para o céu cinza e pedras em meio de rebojos de fumo e chamas. Pesada chuva transformou o material da erupção em torrente de lama e pedra, que em seis horas se acamou sobre Pompéia e Herculano em uma espessura de oito a 10 pés. Todo aquele dia e o seguinte passou a terra a tremer e as construções ruíram. As assistências foram enterradas sob as ruínas dos teatros.[14] Centenas de pessoas pereceram asfixiadas pela fumaça e o pó — e os vagalhões imensos impediam a fuga pelo mar. Plínio, o Velho, por esse tempo no comando da frota ocidental ancorada em Miseno, perto de Putéolos, movido pela vontade de ajudar e a curiosidade de ver de perto, saiu em um pequeno barco, desembarcou na praia ao sul do golfo e salvou diversas pessoas; mas essas pessoas vinham fugindo à onda de cinza e fumo — onda que alcançou o velho cientista e o asfixiou.[15] Na manhã seguinte sua esposa e seu sobrinho juntaram-se à apavorada multidão em fuga, enquanto de Nápoles a Sorrento a erupção contínua escurecia o céu como noite. Muitos refugiados, perdidos de seus parentes — maridos, esposas e filhos — agravavam o terror com lamentos e gritos. Alguns pediam socorro aos deuses; outros clamavam que todos os deuses estavam mortos e que havia chegado o fim do mundo, a muito tempo predito.[16] Quando no terceiro dia o céu clareou, a lava e a lama cobriam Herculano totalmente, e de Pompéia só deixavam de fora o topo dos telhados.

Dos 20.000 habitantes de Pompéia uns dois mil perderam a vida. Muitos dos mortos tiveram seus corpos preservados por um verdadeiro embalsamamento vulcânico: a chuva de pó de pedra-pomes que sobre eles caiu endureceu como cimento, deixando horríveis moldes de criaturas "embalsamadas". Finda a tragédia, muitos sobreviventes fizeram escavações nas ruínas para salvar coisas; o sítio foi abandonado e lentamente desapareceu recoberto pelos detritos do tempo. Em 1709 um general austríaco por acaso escavou ali à procura de pedra de construção, mas a camada sedimentar era tão espessa (em alguns lugares 75 pés) que houve necessidade de lenta e cara perfuração — e as ruínas de Herculano foram reveladas. A exumação de Pompéia começada em 1749 foi-se fazendo a intervalos. Hoje a maior parte da antiga cidade está descoberta, e apareceram tantas casas, objetos e inscrições, que sob muitos pontos conhecemos melhor Pompéia do que a antiga Roma.

O centro da vida de Pompéia, como de todas as cidades italianas, era o Fórum. Ali sem dúvida se reuniam nos dias de mercado os camponeses com os produtos trazidos para vender; e ali se realizavam os jogos e se representavam os dramas. Também no Fórum os pompeanos levantaram templos a seus deuses; em um dos extremos, um templo a Júpiter; e no outro, um a Apolo, com o da Vênus Pompeana perto — a padroeira da cidade. Mas não eram um povo religioso; muito ocupados com a indústria e a política, com jogos e caçadas para terem tempo de rezar; e mesmo quando faziam preces era o falo ou Priapo que coroava o rito dionisíaco ali vigente.[17] Quando Pompéia se enriqueceu, grandes edifícios se ergueram ao redor do Fórum para a administração, os negócios, o comércio.

Podemos julgar pelas modernas cidades italianas como as ruas de Pompéia adjacentes ao Fórum vibravam com o pregão dos vendedores ambulantes, em suas arengas com os fregueses, o barulho das oficinas e dos divertimentos à noite. Nos escombros das lojas os escavadores encontraram nozes petrificadas, pães e frutas que não tiveram tempo de ser vendidos. Nas extremidades das ruas ficavam as tavernas, os bordéis, as casas de jogo.

Não teríamos nunca adivinhado o espírito da vida de Pompéia se as paredes não fossem um espelho dos sentimentos de seus habitantes. Três mil *graffiti* puderam ser copiados das paredes desenterradas, e com certeza havia milhares mais. Às vezes os autores apenas escreviam seus nomes, ou indecências, como ainda hoje os homens gostam de fazer; às vezes desejavam coisas aos inimigos, como *Samius Cornelio, suspendere* — "Sâmio a Cornélio: vai-te enforcar!" Muitas inscrições são mensagens de amor freqüentemente em verso: Rômula nota que "ali se irritou com Estéfilo"; e um devotado jovem escreve: *Victoria vale, et ubique es, suaviter sternutas* — "Adeus, Vitória, e espirra agradavelmente onde quer que estejas."[18]

Quase tão numerosos quanto estas inscrições são os anúncios gravados ou pintados, de acontecimentos públicos ou do tipo "procura-se" e "precisa-se". Patrões anunciam férias; este descreve um objeto perdido; associações e outros grupos declaram-se a favor de candidatos nas campanhas municipais. Assim, "os pescadores indicaram Popídio Rufo para edil"; "os madeireiros e os carvoeiros propõem que se eleja Marcelino".[19] Alguns *graffiti* anunciam jogos de gladiadores, outros proclamam o valor de lutadores famosos, como Celado, *suspirium puellarum*, "o suspiro das donzelas", ou denuncia entusiasmo por um ator favorito — "Ácio, querido do povo, volta logo!"[20] Pompéia vivia para divertir-se. Tinha três banhos públicos, uma palestra, um pequeno teatro com 2.500 lugares, e um grande com cinco mil; e um anfiteatro

onde 20.000 pessoas podiam regalar-se com a agonia da morte alheia. Diz uma das inscrições: "Trinta pares de gladiadores fornecidos pelo duúnviro... lutarão em Pompéia nos dias 24, 25 e 26 de novembro. Haverá uma caçada (*venatio*). Viva Maio! Bravo, Páris!" Maio era duúnviro ou o magistrado da cidade, e Páris, um gladiador favorito.

Os remanescentes dos interiores domésticos sugerem vida cômoda e variada arte. As janelas constituíam exceção, e também o aquecimento interno; banheiros só aparecem nas casas ricas, e poucas casas tinham piscinas em jardim com peristilo. O chão era de cimento ou pedra, às vezes de mosaico. Um caçador de dinheiro inscreve francamente em sua porta: *Salve lucrum* — "Salve o lucro!" Outro inscreve: *Lucrum gaudium* — "O lucro é a alegria."[21] Muito pouca coisa se encontrou da mobília pompeana; quase toda de madeira, pereceu carbonizada; mas salvaram-se umas tantas mesas, cadeiras, camas e lâmpadas de mármore ou bronze. Nos museus de Pompéia e Nápoles há toda uma miscelânea de coisas caseiras: penas, tinteiros, balanças, utensílios de cozinha, artigos de toalete, instrumentos de música.

A arte revelada em Pompéia demonstra que não somente os aristocratas que possuíam vilas, mas, também, os negociantes da cidade gozavam dos acessórios culturais da vida. Uma biblioteca particular desenterrada em Herculano continha 1.756 volumes, ou "rolos". Nem é necessário repetir o que dissemos das taças de Boscoreale e das belas vistas e graciosas mulheres pintadas nas paredes de Pompéia. Muitas casas continham excelentes esculturas, e no Fórum havia 1.500 estátuas. No Templo de Júpiter foi encontrada uma cabeça de Júpiter que Fídias poderia assinar — força e justiça emolduradas pelo abundante cabelo cacheado e a barba olímpica. No Templo de Apolo havia uma estátua de Diana com um furo na nuca, por onde um sacerdote escondido emitia os oráculos. Em uma vila de Herculano foram encontrados os bronzes de primeira ordem que hoje enchem uma famosa sala do Museu de Nápoles. Talvez sejam de origem grega as obras-primas dessa coleção — o *Mercúrio em Repouso*, o *Narciso* ou *Dioniso*, o *Sátiro Ébrio* e o *Fauno Dançando*; de qualquer modo revelam a habilidade técnica e a franca alegria animal, características da arte de Praxíteles. Uma, entretanto, um corajoso bronze realista, mostra a cabeça calva e o rosto rapinante, mas não desagradável, de L. Cecílio Jucundo, um leiloeiro pompeano cujas contas, inscritas em 154 tabuinhas enceradas, foram descobertas em sua residência ali. Supremamente humana em sua mistura de grosseria e inteligência, de sabedoria e verrugas, esta obra de um escultor contemporâneo — talvez italiano — é um sopro de realidade entre os impassíveis deuses que o rodeiam no Museu de Nápoles, e que com aquela maciez e serenidade de feições confessam que nunca existiram.

III. VIDA MUNICIPAL

A vida — privada e pública, individual e social — nunca foi mais intensamente vivida do que na velha Itália. Mas os acontecimentos de nossa vida presente absorvem-nos demais para que tenhamos interesse nos pormenores da organização municipal sob os Césares; a confusa diversidade de constituição e as ciosas gradações da cidadania já não fazem parte daquele passado vivo que é nossa matriz e nosso tema.

Uma das feições básicas do Império Romano era que, embora dividido em províncias, compunha-se de um conjunto de cidades-estado relativamente bem governadas, cada qual com

amplo território sob sua jurisdição. Normalmente satisfaziam-se os homens livres de cada comunidade com a cidadania local; e os não-romanos que haviam adquirido a cidadania raro iam a Roma para votar. Como o exemplo de Pompéia nos mostra, a decadência da Assembléia na capital não foi seguida de igual declínio nas cidades do Império. A maioria das municipalidades italianas tinha um senado (*curia*) — e a maioria das cidades orientais tinha um conselho (*boulê*) — que formulava posturas, e uma Assembléia (*comitia, ekklesia*) que escolhia os magistrados. Cada magistrado tinha de dar à cidade apreciável quantia de dinheiro (*summa honoraria*, de *bonos*, cargo) em troca do privilégio de servi-la, e o costume ainda exigia que ocasionalmente fizesse donativos para os jogos ou o bem público. Como os cargos não tivessem remuneração, a democracia ou a aristocracia dos homens livres resultava, quase em toda a parte em oligarquia de riqueza e de poder.

Por 200 anos, de Augusto a Aurélio, as municipalidades italianas prosperaram. Havia nelas, está claro, uma maioria de pobres; a natureza e o privilégio cuidavam disso; mas nunca antes nem depois, ao que saibamos, o rico fez tanto pelo pobre. Praticamente todas as despesas municipais, inclusive aquelas feitas com o teatro, os jogos, as construções de templos, estádios, palestras, bibliotecas, basílicas, aquedutos, pontes e banhos, esculturas ornamentais, arcos, pórticos e pinturas recaíam sobre os abastados; e nos primeiros dois séculos do Império essa generosidade mostrou-se tão intensa, que muitas vezes arruinavam as famílias contribuintes e também as cidades que tinham de atender ao custeio. Em tempos de carestia nada mais comum que os ricos comprarem víveres para fornecê-los gratuitamente aos pobres; certas ocasiões davam-lhes vinho e óleo, ou proporcionavam-lhes banquetes públicos, ou faziam presentes em dinheiro a todos os cidadãos e até a todos os habitantes de uma cidade. Um milionário deu a Altino, na Venetia, 1.600.000 sestércios para a construção de banhos públicos; opulenta dama ofereceu a Casino um templo e um anfiteatro; Desúmio Tulo doou a Tarqüinos banhos públicos orçados em cinco milhões de sestércios; Cremona, destruída pelas tropas de Vespasiano, foi rapidamente restaurada por meio de donativos; e dois médicos gastaram suas fortunas em presentes à cidade de Nápoles. Na populosa Óstia, Lucílio Gemala convidou a todos os habitantes para um jantar, pavimentou uma longa avenida, reparou ou restaurou sete templos, reconstruiu os banhos municipais e deu ao tesouro local três milhões de sestércios.[22] Era costume de muitos homens abastados convidar um povaréu para festas, por motivo de aniversário, ou eleição para cargos, ou casamento da filha, ou emancipação do filho, ou inauguração de alguma estrutura oferecida à municipalidade. Em retribuição a cidade votava ao doador uma estátua, uma inscrição, um panegírico, ou concedia-lhe um cargo. Mas, os pobres é que não se entusiasmavam com esses donativos; antes, os acusavam de terem enriquecido à custa do povo, e pediam menos edifícios belamente ornados e trigo mais em conta, menos estátuas e mais divertimentos públicos.[23]

Se à beneficência privada acrescentarmos os donativos dos imperadores às cidades, as grandes construções erguidas, a assistência por ocasião de calamidades paga pelo Tesouro Imperial e as obras públicas e custeios por conta dos tesouros municipais, começamos a sentir o esplendor e a compreender o orgulho das cidades italianas sob o Principado. Ruas calçadas, drenadas, policiadas, adornadas, serviços médicos gratuitos para os pobres, água canalizada fornecida em troca de pequena taxa, víveres vendidos aos pobres por baixos preços, banhos públicos gratuitos graças a contribuições de particulares, *alimenta* concedido às famílias de poucos meios para ajudá-las na criação dos filhos, escolas e bibliotecas, concertos musicais, jogos e teatros — tudo como Roma fazia. Mas a civilização nas cidades italianas não era tão materialista como em Roma. Se as cidades rivalizavam entre si na ereção de anfiteatros, também erguiam nobres templos que muitas vezes se equiparavam aos melhores de Roma,[24] e alegravam os meses do ano com pitorescas festas religiosas. Gastavam liberalmente com obras de arte, e proviam salões para conferencistas, poetas, filósofos e músicos. Supriam os cidadãos com facilidades para aquecimento, limpeza, recreio e uma vigo-

rosa vida cultural. Dessas cidades, não de Roma, saiu a maioria dos grandes autores latinos e algumas das mais belas obras-primas de nossos museus, como a *Nikê* de Nápoles, o *Eros* de Centuncelas, o *Zeus* de Otricoli. Nelas vivia uma população tão grande como das suas modernas sucessoras antes de nosso século, e em seu conjunto davam ao Império grande segurança contra a guerra. Os primeiros dois séculos de nossa era viram a grande península alcançar o seu zênite.

CAPÍTULO XXII

Civilizando o Ocidente

I. ROMA E AS PROVÍNCIAS

O DEFEITO da prosperidade italiana — posta de parte a escravidão, falha comum a todos os Estados antigos — era a dependência econômica em que vivia a península. A Itália não pagava impostos porque as províncias rendiam muito em pilhagem e tributos; e só as províncias explicam a riqueza que afluiu para as cidades italianas. Antes de César, Roma francamente as tratava como territórios conquistados; todos os seus habitantes eram súditos de Roma e só uns poucos tinham a honra de ser cidadãos romanos; todas as suas terras constituíam propriedade do Estado romano, que as concedia a título precário. Para diminuir as probabilidades de revolta, Roma dividia em Estados menores as regiões conquistadas, proibia a uma província entendimentos políticos com outra, e favorecia as classes comerciais contra as baixas. *Divide et impera* — "dividir para governar" — eis o segredo de Roma.

Talvez Cícero tivesse exagerado quando, ao atacar Verres, pintou as nações do Mediterrâneo com as cores da desolação. "Todas as províncias lamentam-se, toda a gente livre clama, todos os reinos protestam contra nossa cupidez e crueldade; de um oceano a outro não há lugar, por mais remoto e oculto, que não haja sentido nossa ganância e nossa iniqüidade."[1] O Principado tratou mais liberalmente as províncias, não por generosidade, mas por conveniência. Tornou mais suportável a taxação; as religiões locais, a língua e os costumes foram respeitados; a palavra era livre, exceto nos ataques ao poder soberano; e as leis locais vigoravam em tudo quanto não ofendesse a dominação e os interesses de Roma. Uma sábia flexibilidade criou uma útil diversidade de hierarquia e privilégio entre os Estados sujeitos e dentro deles. Certas cidades, como Atenas e Rodes, eram "cidades livres"; não pagavam tributos, não estavam sujeitas a nenhum governador provincial e dirigiam seus negócios sem interferência de Roma, enquanto mantinham a ordem social e a paz. Velhos reinos, como a Numídia e a Capadócia, tinham licença de conservar seus reis, mas conservavam-se como "clientes" de Roma — dependiam-lhe da proteção e da política e tinham de ajudá-la com homens e materiais sempre que exigido. Nas províncias, o governador (procônsul ou propretor) legislava, administrava e julgava ao mesmo tempo; nas cidades livres tinha o poder limitado pelo direito de apelação ao imperador e pela fiscalização financeira exercida pelo questor ou procurador provincial. Semelhante quase-onipotência convidava ao abuso; e a despeito da extensão do termo dos governadores sob o Principado, o alto salário que recebiam e a responsabilidade financeira perante o imperador diminuíssem muito os abusos, das cartas de Plínio e de algumas passagens de

Tácito[2] vemos que a extorsão e a corrupção ainda não eram coisas raras no fim do século I.

A taxação constituía a indústria elementar do governador e seus assistentes. Sob o Império foi levantado um censo em cada província com o propósito de realizar o lançamento da taxa territorial e sobre a propriedade na qual se incluíam os animais e os escravos. Para estimular a produção, o tributo fixo foi substituído pelo percentual. Os "publicanos" já não coletavam essa taxa, mas sim os direitos alfandegários nos portos, e administravam florestas do Estado, minas e obras públicas. Cada vez que subia um novo imperador, as províncias tinham de contribuir para uma coroa de ouro; também pagavam o custo da administração provincial e em alguns casos mandavam fortes carregamentos de trigo para Roma. O velho costume das liturgias era mantido no Oriente e passou-se para o Ocidente; por meio dele o governo podia "pedir" aos ricos que fornecessem dinheiro para a guerra, navios para a esquadra, edifícios para propósitos públicos, víveres para os pobres nas ocasiões de carestia, ou coros para os festivais e representações.

Cícero alegou que as taxas pagas pelas províncias mal davam para o custeio da administração e da defesa;[3] "defesa" incluía a supressão das revoltas, e "administração" provavelmente abarcava os requisitos que produziam tantos milionários romanos. Temos de nos reconciliar com a probabilidade de que onde quer que o poder estabeleça a segurança e a ordem, os coletores arrecadam algo mais do que o custo. A despeito de todas as coletas, as províncias prosperaram sob o Principado. O imperador e os senadores exerciam cuidadosa fiscalização sobre os funcionários, sendo severamente castigados os que abusavam mais que o admissível. Por último, o dinheiro tomado às províncias para elas voltava em pagamento de produtos; e as províncias parasitadas ficaram mais fortes que a Itália parasitante. Um governo, disse Plutarco, deve acima de tudo dar ao povo duas bênçãos: liberdade e paz. "Quanto à paz", escreveu ele, "não temos que pensar nisso, porque todas as guerras cessaram. Quanto à liberdade, temos a que o governo (Roma) nos deixa e talvez não fosse bom que tivéssemos mais."[4]

II. ÁFRICA

A Córsega e a Sardenha eram classificadas como uma só província, não como partes da Itália. A Córsega não passava de um deserto montanhoso no qual os romanos caçavam os nativos por meio de cães para vendê-los como escravos.[5] A Sardenha fornecia escravos, prata, cobre, ferro e trigo; possuía mil milhas de estradas e excelente porto, Carales (Cagliari). A Sicília fora reduzida a uma província quase que exclusivamente agrícola — era um dos sustentáculos "frumentários" de Roma; seu solo arável havia sido entregue sob forma de latifúndios à criação, com escravos tão pobremente vestidos e maltratados que periodicamente fugiam para formar bandos de salteadores. Nos tempos de Augusto contava a ilha com 750.000 almas (3.972.000 em 1930). De suas 65 cidades as mais florescentes eram Catânia, Siracusa, Tauromenium (Taormina), Messana, Agrigento e Panormus (Palermo). Siracusa e Tauromenium possuíam magníficos teatros gregos, ainda em uso atualmente. A despeito das depredações de Verres, Siracusa permaneceu tão opulenta de monumentos arquitetônicos, famosas esculturas e sítios históricos, que os guias de profissão prosperavam no negócio do turismo,[6] e Cícero considerava-a a mais bela cidade do mundo. Muitas famílias abastadas tinham granjas e vilas nos subúrbios, e todo o interior da ilha trescalava de árvores frutíferas e vinhedos, como hoje.

Tudo quanto a Sicília perdeu com a dominação romana, a África do Norte ganhou. Tornou-se à força o celeiro de Roma, mas em compensação os soldados romanos, colonos, homens de negócios e engenheiros fizeram aqueles territórios florescer como nunca. Não há dúvida de que os novos conquistadores encontraram certas regiões já bem cultivadas; entre as montanhas rentes ao Mediterrâneo e a cadeia do Atlas rente ao Saara estendia-se o vale semitropical irrigado pelo Bágrada (Medjerda) e beneficiado por dois meses de chuva por ano — e a agricultura que Mago havia ensinado e Masinissa desenvolvera ali. Mas Roma melhorou e desenvolveu aqueles começos. Seus engenheiros represaram os rios provenientes do sul, em benefício da irrigação.[7] Roma não exigia taxas mais altas que as anteriormente impostas pelos chefes nativos, e suas guarnições e fortificações protegiam melhor aquele povo contra as incursões dos montanheses nômades; e, milha a milha, novas terras aráveis foram ganhas do deserto e entregues ao cultivo. O vale passou a produzir tanto óleo que os árabes vindos no século VII espantaram-se de poderem ir de Trípoli a Tânger sempre à sombra das oliveiras.[8] Árvores e cidades multiplicavam-se, a arquitetura as exaltava, a literatura encontrava vozes novas. As ruínas dos fóruns romanos, templos, aquedutos e teatros que ainda vemos hoje nessas áridas regiões revelam a que ponto chegou a riqueza da "Africa" romana. Decaíram aqueles campos, tornaram-se areia morta, não por força de nenhuma mudança de clima, mas por causa da mudança de um governo que dava segurança econômica, ordem e disciplina para o regime do caos e da negligência, com abandono das estradas, canais de irrigação e represas.

À frente daquela prosperidade figurava um centro ressurgido: Cartago. Depois da batalha de Ácio, Augusto retomou o antigo projeto de Caio Graco e César, e para lá mandou como colonos muitos dos soldados aos quais desejava recompensar com terras. As vantagens geográficas do local, o ótimo porto, a fertilidade do delta do Bágrada e as excelentes vias abertas ou reabertas pelos engenheiros romanos breve habilitaram a nova Cartago a desviar de Utica o comércio de importação e exportação da zona; em um século a ressuscitada Cartago voltou a ser a maior cidade das províncias romanas ocidentais. Ricos mercadores e proprietários ergueram mansões na histórica Birsa, ou vilas em seus florescentes subúrbios, enquanto agricultores vencidos pela competição dos latifúndios iam juntar-se nos cortiços aos proletários e escravos, cuja miserável pobreza os levava a bendizer o evangelho igualitário do cristianismo. Erguiam-se casas de seis e sete andares, os edifícios públicos reluziam de mármores, e abundavam nas ruas e praças estátuas do bom estilo grego. Construíram-se de novo templos aos velhos deuses da Cartago de Aníbal, e por longo tempo Melkart ainda recebeu o sacrifício de crianças.[9] Os habitantes de Cartago rivalizavam com os romanos na paixão do luxo, nos cosméticos, nas jóias, nos cabelos tingidos, nas corridas de carro e lutas de gladiadores. Entre os monumentos da cidade sobressaíam os banhos públicos, presente de Marco Aurélio. Havia salas de conferências, escolas de retórica, filosofia, medicina, leis; como cidade universitária, Cartago só ficava abaixo de Atenas e Alexandria. Apuleio e Tertuliano lá fizeram todos os seus estudos, e Santo Agostinho maravilhava-se da indisciplina dos estudantes, cujo brinquedo favorito era invadir uma sala de aula e dispersar a classe mais o professor.[10]

Cartago era a capital da província "África", hoje Tunísia Oriental. Ao sul, o comércio florira a costa oriental de cidades, cuja riqueza estava revivendo quando a guerra de nossos dias veio feri-las: Hadrumetum (Sousse), Léptis Minor, Thapsus e Tacapae (Gabes). Mais a leste ficava o

distrito de nome Trípolis com sua federação de três cidades: Oea (Trípoli), fundada em 900 a.C. pelos fenícios, Sabrata e Léptis (Labda). Nesta última cidade nasceu o Imperador Septímio Severo em 146 de nossa era; logo que subiu ao trono dotou-a de uma basílica e de um banho municipal cujas ruínas espantam o turista de hoje. Vias calçadas e movimentadas, cheias de caravanas de camelos, ligavam esses portos às cidades do interior; Sufetula, hoje insignificante aldeia com restos de um grande templo romano; Thysdrus (El Djem), dotada de anfiteatro para 60.000 pessoas; e Thugga (Dougga), cujo teatro em ruínas atesta nas suas graciosas colunas coríntias a riqueza e o bom gosto de seus cidadãos.

Ao norte de Cartago ficava sua mãe e implacável rival, Utica. Para termos uma idéia de sua importância no passado, basta sabermos que no ano 46 a.C. uns 300 banqueiros e atacadistas romanos mantinham lá filiais.[11] Seu território ia ao norte até Hippo Diarrhytus (Bizerta); daí seguia uma estrada até Hippo Regius (Bone), que mais tarde iria ser a sede episcopal de Agostinho. Ao sul, no interior, ficava Cirta (Constantina), capital da Numídia. A Oeste, Thamugadi (Timgad), hoje quase tão bem preservada quanto Pompéia, com ruas calçadas e colunadas, canalização de esgotos, elegante arco, um fórum, casa senatorial, basílica, templos, banhos, teatro, biblioteca e muitas residências. No pavimento do fórum há um tabuleiro de xadrez com as palavras, *Venari, lavari, ludere, ridere, hoc est vivere* — "caçar, tomar banho, brincar e rir — isto é viver".[12] Thamugadi foi fundada em 117 a.C. pela Terceira Legião, única força preposta à guarda das províncias africanas. Lá por 123 essa legião estabeleceu aquartelamento mais definitivo a umas tantas milhas para o oeste, onde levantou a cidade de Lambaesis (Lambeses). Os soldados casaram-se e fixaram-se, vivendo mais em suas casas que no acampamento; mesmo assim o seu *praetorium* era um esplêndido edifício com banhos tão bons como qualquer outro na África. Esses soldados ajudaram a construir um capitólio, templos, arcos triunfais e o circo onde o espetáculo da luta e da morte mitigavam o monótono de sua vida pacífica ali.

A rede de estradas, militares no propósito mas comerciais no resultado, que ligava Cartago ao Atlântico e o Saara ao Mediterrâneo foi o que tornou possível a Roma proteger todo o norte da África só com uma legião. A estrada principal ia, através de Cirta, para Cesaréia, capital de Mauritânia (Marrocos). Aqui o rei Juba II ensinou a civilização aos mauri ou mouros, dos quais a província tomou o antigo nome. Filho do Juba, que morrera em Thapsus, fora levado criança para Roma, a fim de enfeitar o triunfo de César; lá ficou a estudar e tornou-se um dos sábios do seu tempo. Augusto fê-lo rei da Mauritânia, para que disseminasse pelo seu povo a cultura assimilada em Roma. Juba assim o fez, e foi favorecido por um reinado de 48 anos; seus súditos maravilhavam-se de que o homem pudesse escrever livros e ao mesmo tempo governar tão bem. Seu filho e herdeiro, também levado para Roma, teve sorte diferente da do pai: Calígula condenou-o a morrer de fome. O Imperador Cláudio anexou o reino de Juba e dividiu-o em duas províncias: Mauritânia Ceasariensis e Mauritânia Tingitana, nome tirado da capital, Tingis — hoje Tânger.

Havia nessas cidades africanas muitas escolas, abertas tanto aos ricos como aos pobres. Até cursos de estenografia,[13] e Juvenal chamava a África *nutricula causidicorum* — a ama-de-leite dos causídicos.[14] De lá saíram, naquele tempo, um nome pequeno e um grande — Fronto e Apuleio; somente em seu apogeu cristão iria a literatura africana liderar o mundo. Lúcio Apuleio foi um tipo estranho, mais "ondulante e diverso" do que Montaigne. Nascido em Madaura, em 124, em uma família de destaque, lá estudou antes de ir para Cartago e Atenas; esbanjou uma grande herança, errou de cidade em cidade, iniciou-se em vários mistérios religiosos, brincou com a magia, fez conferências em Roma e outros pontos sobre filosofia e religião, voltou à África e, em Trípoli, casou-se com uma dama muito mais rica que ele em dinheiro e anos. Seus amigos e os herdeiros quiseram anular o casamento, alegando que seduzira a viúva por meio de magia; Apuleio defendeu-se com uma *Apologia* que chegou até nós em sua forma final. Ganhou o pleito e a noiva, mas o povo persistiu em considerá-lo ma-

go; e sua posteridade pagã procurou desmerecer de Cristo contando os milagres de Apuleio. Passou a última parte da vida em Madaura e Cartago, praticando a medicina, advogando e também escrevendo. Muitos de seus trabalhos versavam sobre temas científicos e filosóficos; depois de morto ergueram-lhe um monumento no qual aparece rotulado de *Philosophus Platonicus*. Apuleio ficaria decepcionado se ressuscitasse e visse que só é lembrado pelo seu *Asno de Ouro*.

Trata-se de um trabalho que sugere o *Satyricon* de Petrônio, mas muito mais bizarro. Apareceu com o título *Metamorphoseon Libri XI — Onze Livros de Metamorfoses* — e desenvolve fantasticamente uma história de Lúcio de Patras sobre um homem transformado em asno. É uma frouxa concatenação de aventuras, descrições e estranhos episódios, temperados com magia, horror, cinismo e condescendente piedade. O Lúcio da história conta sua estada na Tessália, como se divertiu com várias donzelas e como sentiu por toda parte um ambiente de feitiçaria.

> Logo que a noite chegou ao fim e um novo dia começou, tive a sorte de acordar, e levantei-me da cama meio surpreso e realmente desejoso de ver coisas estranhas e maravilhosas. ... Nada do que vi me pareceu já visto; tudo como que se transformara pelo poder do encantamento; as pedras em que eu podia tropeçar eram homens transformados em pedras, e as aves que eu ouvia piar, e as árvores e as águas correntes eram coisas transformadas em penas, folhas e água. E depois tive a sensação de que as estátuas e imagens iriam mover-se, e as paredes falar, e as vacas e outros brutos contar estranhas coisas, e que a seguir eu ouviria algum oráculo vindo do céu e dos raios do sol.[15]

Pronto para a aventura, Lúcio fricciona-se com uma pomada mágica, enquanto pensa fortemente no que quer transformar-se: ave. Mas acontece o imprevisto: transforma-se em asno. Daí por diante a história é a enumeração das tribulações de um asno "com sentidos e compreensão de homem". Seu consolo único está nas "compridas orelhas que me permitiam ouvir tudo que soava longe". Lúcio será restituído à forma humana se puder comer uma certa rosa — e consegue-o depois de longa *Asineida* de vicissitudes. Desencantado da vida, volta-se para a filosofia, depois para a religião, e compõe uma prece de louvor a Ísis, prodigiosamente semelhante a uma apóstrofe cristã à Mãe de Deus.[16] Raspa a cabeça. É recebido na terceira ordem dos iniciados de Ísis e prepara o caminho de volta à terra revelando um sonho em que Osíris, "o maior dos deuses", pede-lhe que volte para casa e se dedique à profissão de advogado.

Poucos livros encerram tantos absurdos, mas poucos os pintam de modo mais agradável. Apuleio experimenta todas as maneiras literárias, e em todas se sai bem; dá preferência a uma rica verbosidade enfeitada com aliteração e assonância, gíria pitoresca e toques arcaicos, diminutivos sentimentais, prosa ritmada e às vezes poética. Um quente colorido oriental acompanha seu misticismo e sua sensualidade também orientais. Talvez quisesse sugerir, com base em sua experiência, que a sensualidade é um fermento embriagador que nos transforma em brutos, e que só podemos de novo nos humanizar por meio da rosa da sabedoria e da piedade. Mostra-se melhor nas passagens em que reflete o que viu e ouviu; em uma delas uma anciã reconforta uma donzela raptada com a narração do romance de Cupido e Psiquê[17], no qual o filho de Vênus apaixona-se por uma linda jovem e dá-lhe todas as alegrias, menos a de vê-lo;

Vênus enciúma-se, mas tudo acaba bem no céu. Ninguém melhorou a maneira de Apuleio fazer falar essa velha contadeira de histórias.

III. ESPANHA

De Tânger, cruzando o estreito, passamos de umas das mais novas a uma das mais antigas províncias romanas. Estrategicamente colocada na porta do Mediterrâneo, dotada de preciosas reservas minerais que lhe ensangüentaram o solo, atravessada por cadeias de montanhas que sempre lhe dificultaram as comunicações, a assimilação da unidade, a Espanha sentiu toda a febre da vida desde o tempo em que na Idade da Pedra Lascada seus artistas pintavam bisões nas cavernas de Altamira até nossos atormentados tempos.

Por 30 séculos mostraram-se os habitantes da Península Ibérica um povo guerreiro e orgulhoso, enxuto e rijo, estoicamente bravo, apaixonado e teimoso, sóbrio e tristonho, frugal e hospitaleiro, cortês e cavalheiresco, facilmente arrastado ao ódio e ainda mais facilmente ao amor. Quando os romanos chegaram, encontraram uma população complexa: iberos da África (?), ligurianos da Itália, celtas da Gália e uma camada de cartagineses por cima. A crermos em seus conquistadores, os iberos pré-romanos eram bastante barbarescos, vivendo muitos em choupanas e cavernas, dormindo no chão, lavando os dentes com urina choca.[18] Usavam os homens capotes pretos e as mulheres, "grandes xales e vestidos vivamente coloridos". Em certas partes, acrescenta Estrabão em tom de censura, "as mulheres dançavam promiscuamente com os homens, segurando-lhes as mãos".[19]

Lá pelo ano 2000 a.C. os habitantes do sudeste da Espanha — Tartessus, a fenícia "Tarshish" — haviam desenvolvido uma indústria metalúrgica com base no bronze, cujos produtos eram vendidos em todo o Mediterrâneo. Lá floresceu uma arte e uma literatura que alegrou uma antigüidade de seis mil anos. Poucos remanescentes ficaram, além de umas rudes estátuas e um estranho busto policrômico, *A Dama de Elche,* esculpido em arenito segundo modelos gregos e forte estilo celta. Por volta do ano 1000 a.C. começaram os fenícios a tocar na riqueza mineral da Espanha; em 900 tomaram Cádis e Málaga, onde construíram grandes templos. Em 500 a.C. colonos gregos fixaram-se ao longo da costa nordeste, e mais ou menos ao mesmo tempo os cartagineses, convidados pelos fenícios a ajudá-los na sufocação de uma revolta, conquistaram Tartessus e todo o sul da Espanha oriental. A intensa exploração da península pelos cartagineses entre a Primeira e a Segunda Guerras Púnicas abriu os olhos dos romanos quanto aos recursos da terra a que eles davam o nome de "Ibéria"; e a entrada de Aníbal na Itália foi finalmente equilibrada pelos movimentos dos Cipiões na Espanha. Ferozmente lutaram pela independência as tribos desunidas; mulheres matavam os filhos para que não caíssem nas mãos dos romanos, e os prisioneiros cantavam seus cantos de guerra quando pregados na cruz.[20] A conquista durou dois séculos, mas revelou-se de maior importância básica que a da maioria das outras províncias. Os Gracos, César e Augusto mudaram a política da República, da feroz implacabilidade para a cortesia e a consideração — com bons e duradouros resultados. A romanização se processou com rapidez; o latim foi adotado e adaptado, a economia expandiu-se e prosperou, e breve estava a Espanha contribuindo para a cultura com poetas, filósofos, senadores e imperadores para Roma.

De Sêneca a Marco Aurélio a Espanha constituiu o principal esteio econômico do Império. Depois de haver enriquecido Tiro e Cartago, os minérios hispânicos passaram a enriquecer Roma; a Espanha tornou-se para a Itália o que o México e o Peru iriam ser para ela. Ouro, prata, cobre, estanho, ferro, chumbo eram mineirados com perícia moderna; em Rio Tinto ainda podemos ver galerias abertas pelos romanos na dureza do quartzo maciço, e as escórias deixadas pelos romanos mostram um baixíssimo teor de cobre não extraído.[21] Nessas minas escravos e prisioneiros trabalhavam diariamente, muitas vezes passando meses sem virem à superfície.[22] Grande indústria metalúrgica desenvolveu-se ao lado das minas. Enquanto isso, o solo da Espanha produzia fibra de esparto, cordas, sândalo, carneiros para exposições, roupa de cama e afamadas lãs, cestos de vime, e a melhor azeitona, o melhor óleo e o melhor vinho da antigüidade. O Guadalquivir, o Tejo, o Ebro e outros rios completavam a rede de estradas para o carreio dos produtos da Espanha a suas inúmeras cidades e portos.

A mais notável característica do governo romano na Espanha, como em toda parte, foi a multiplicação e expansão das cidades. Na província da Baetica (Andaluzia) vemos Carteia (Algeciras), Munda, Málaca, Itálica (berço de Trajano e Adriano), Corduba, Hispalis (Sevilha) e Gades (Cádis). Corduba, fundada em 152 a.C., tornou-se um centro famoso pelas suas escolas de retórica; nela nasceram Lucano, os Sênecas e aquele cônsul Gálio do apóstolo São Paulo; essa tradição de cultura iria prolongar-se pela Idade Média adentro, e fazer de Córdova a mais ilustrada cidade da Europa. Gades tornou-se a cidade mais populosa da Espanha; situada na embocadura do Guadalquivir, dominava o comércio do Atlântico com a África, a Espanha, a Gália e a Bretanha. A sensual dança das moças de Gades (*puellae gaditanae*) contribuiu também modestamente para seu renome.

Roma conheceu Portugal como a província da Lusitânia, e Lisboa como Olisipo. Na Norba Cesarina, a que os árabes deram o atual nome de Alcântara (A Ponte), os engenheiros de Trajano lançaram sobre o Tejo a mais perfeita de todas as pontes romanas; seus majestosos arcos de 100 pés de abertura e 180 de altura acima das águas ainda hoje suportam um tráfego de quatro vias. A capital da Lusitânia era Emerita (Mérida), com muitos templos, três aquedutos, um circo, um teatro, uma naumaquia e uma ponte de 2.500 pés. Mais a leste, na província de Tarraconense, Segóvia ainda hoje usufrui da excelente água trazida por um aqueduto do tempo de Trajano. Ao sul ficava Toletum (Toledo), já conhecida no tempo dos romanos pelos seus trabalhos em aço. Na costa oriental erguia-se a grande cidade de Nova Cartago (Cartagena), rica de minas, peixe e comércio. Mar adentro ficavam as ilhas Baleares, onde Palma e Pollentia (Polência) já eram velhas e prósperas cidades. Ao norte, na costa, ficavam as cidades de Valentia, Tarraco (Tarragona), e Barcino (Barcelona); e, agasalhada ao sopé dos Pireneus dormia a velha cidade grega de Emporiae (Empórias). Em seguida vinha a Gália.

IV. GÁLIA

Naqueles dias de barcos de pequena tonelagem, mesmo os da navegação oceânica podiam subir o Ródano, de Marselha a Lião; barcos menores prosseguiam dali por diante, rio acima, até 30 milhas; e depois de arrastadas de carro em um trecho de terras sem declive, as mercadorias corriam a ser vendidas em centenas de cidades e mil

aldeias até o Mar do Norte. Semelhante sistema ligava o Ródano e o Saône ao Loire e o Atlântico; o Aude ao Garona e Bordéus; o Saône ao Sena e ao Canal da Mancha. O comércio seguia essa rede fluvial criando cidades nos pontos estratégicos. A França, como o Egito, foi um dom de suas águas.

Em certo sentido a civilização francesa começou com o "homem aurignaciano", 300 séculos antes de Cristo; porque mesmo então, como as cavernas de Montignac nos mostram, havia artistas capazes de significativos desenhos. Dessa Idade da Pedra Lascada, de caça e pastoreio, a França levou 12.000 anos para alcançar a vida sedentária e agriculturesca da Era Neolítica; e depois mais 10.000 anos para chegar à Idade do Bronze. Lá por 900 a.C. uma nova raça, "alpina" e de cabeça redonda, começou a se filtrar da Germânia e espalhou-se até à Bretanha e a Irlanda, e também até à Espanha. Esses "celtas" trouxeram consigo a metalurgia de Halstatt na Áustria, e por volta do ano 550 a.C. importaram da Suíça a técnica de trabalho de ferro de La Tène. Quando pela primeira vez os romanos pensaram na França deram-lhe o nome de *Céltica*; só depois do tempo de César é que adotaram o nome de *Gallia*.

Os imigrantes deslocaram alguns grupos nativos e estabeleceram-se em tribos independentes, cujos nomes ainda transparecem no das cidades por eles construídas. (Os ambianis em Amiens, os belovacis em Beauvais, os bituriges em Bourges, os parisis em Paris, os pictonis em Poitiers, os remis em Rheims, os suessones em Soissons, etc.) Os gauleses eram altos, musculosos e fortes, diz César;[23] penteavam o belo cabelo louro para trás, caído sobre a nuca; alguns usavam barbas e muitos só bigodes, grandes, de volta inteira. Haviam trazido do Oriente, talvez dos antigos iranianos, o costume dos calções aos quais juntavam túnicas policromas e bordadas de flores, e mantos listrados presos aos ombros. Gostavam de jóias e traziam ornamentos de ouro, senão sempre, pelo menos nas guerras.[24] Amigos da carne em abundância, da cerveja e do vinho forte, sendo "intemperantes por natureza", a crermos no que diz Apiano.[25] Estrabão acoima-os de "ingênuos e exaltados, jactanciosos... insuportáveis quando triunfantes, apavorados fora da conta quando derrotados";[26] não é nada agradável que nossos inimigos escrevam livros. Possidônio impressionou-se de vê-los pendurar no pescoço do cavalo as cabeças cortadas dos inimigos.[27] Eram facilmente levados a discutir e brigar, e para se divertirem nos jantares às vezes lutavam entre si até a morte. "Eram", diz César, "nossos iguais em valor e disposição guerreira."[28] Amiano Marcelino descreve-os como

> aptos para o serviço militar em todas as idades. Os velhos marchavam para uma campanha com a mesma coragem dos moços. ... De fato, um grupo de estrangeiros não consegue enfrentar um gaulês que reclama sua mulher, a qual em regra é mais feroz e forte que ele, sobretudo quando, raivosa e ofendida, incha o pescoço, cerra os dentes e erguendo os enormes braços começa a chover socos e pontapés como tiros de catapulta.[29]

Acreditavam os gauleses em numerosos deuses, hoje muitos mortos para se incomodarem com o anonimato. A crença em uma agradável vida além-túmulo era tão forte que a isso atribuiu César muito da bravura gaulesa. Valério Máximo conta que faziam empréstimos uns aos outros para liquidação no céu; e Possidônio diz ter visto gauleses lançarem na pira crematória cartas destinadas aos amigos do além e que o "cremando" entregaria;[30] temos de formar nossa opinião sobre os gauleses com base nestas histórias romanas. Uma classe sacerdotal controlava toda a educação, e vigoro-

samente inculcava a fé religiosa — os druidas. Mantinham um vivo ritual, mais realizado nos bosques sagrados do que em templos; e para aplacar os deuses ofereciam-lhes em sacrifícios os homens condenados à morte pela justiça; este costume parecerá bárbaro para os que não viram uma cadeira elétrica. Formavam os druidas a parte culta da comunidade — e talvez a única. Compunham hinos, poemas e anais históricos; estudavam "as estrelas e seus movimentos, o tamanho do universo e a terra e a ordem da natureza",[31] e formularam um calendário aceitável. Serviam como juízes e exerciam grande influência nas cortes dos reis tribais. A Gália pré-romana, do mesmo modo que a Gália medieval, era um feudalismo político sob forma de teocracia.

Sob o governo desses reis e sacerdotes a Gália céltica alcançou o zênite no século IV a.C. A população cresceu, favorecida pela produtividade das chamadas técnicas de La Tène, e disso resultou uma série de guerras em busca de espaço vital. Lá pelo ano 400 a.C. os celtas, que já dominavam a Gália e a maior parte da Europa central, conquistaram também a Bretanha, a Espanha e o norte da Itália. Em 390 chegaram até Roma; em 278 saquearam Delfos e conquistaram a Frígia. Um século depois o ímpeto começou a cair, parte em conseqüência da riqueza e da civilização grega, parte por causa da subdivisão política dos barões feudais. Na França medieval os reis quebraram a força dos barões e criaram a unidade do Estado; na Gália, um século antes de César, ocorreu justamente o contrário: os "senhores" quebraram o poder dos reis e deixaram o país mais fragmentário do que antes; e a frente celta teve de recuar em toda parte, exceto na Irlanda; os cartagineses abateram os celtas na Espanha, os romanos expulsaram-nos da Itália e os címbrios e teutões os sobrepujaram na Germânia e sul de Gália. Em 125 a.C. os romanos, ansiosos por controlar o caminho para a Espanha, dominaram o sul da Gália transformando-a em província. Em 58 a.C. os chefes gauleses pediram a César para ajudá-los a repelir uma invasão germânica. César assentiu e cobrou a ajuda.

César e Augusto reorganizaram a Gália em quatro províncias: Gália Narbonense ao sul, conhecida pelos romanos como *província* e por nós como Provence, então largamente helenizada por influxo das colônias gregas estabelecidas na costa mediterrânea; Aquitânia a sudoeste, onde a população era predominantemente ibérica; Gália Lugdunense ao centro, predominantemente celta; e a nordeste a Bélgica, predominantemente germânica. Roma reconhecia e incitava essas divisões étnicas para melhor dominá-las. Os cantões tribais foram conservados como áreas administrativas; os proprietários escolhiam os magistrados, e Roma conseguia-lhes a lealdade sustentando-os contra as classes mais baixas; e a cidadania romana era conferida como prêmio aos gauleses úteis e leais ao Império. Reunia-se em Lião anualmente uma assembléia de representantes de cada cantão; no começo essa Assembléia limitava-se cautelosamente à adoração de Augusto, mas passou a mandar petições ao governador romano, depois a fazer recomendações e por fim exigências. A administração da justiça foi passada das mãos dos druidas para a lei romana — e suprimiram-se esses sacerdotes. Por quase um século a Gália se submeteu ao novo jugo; por um momento a revolta explodiu em 68 de nossa era e de novo em 71, chefiada por Vindex e Civilis; mas o povo não deu apoio a esses movimentos; o amor à liberdade havia cedido ao gozo da prosperidade, da segurança e da paz.

Sob o regime da *Pax Romana* a Gália tornou-se uma das partes mais ricas do Império. Maravilhou-se Roma da riqueza dos nobres gauleses que no tempo de Cláudio vieram para o Senado; e um século depois Floro ressaltava o contraste entre a próspera economia gaulesa e o declínio da Itália.[32] Florestas abatidas, pântanos drenados, a agricultura melhorada até com a introdução de uma segadeira mecânica,[33] e a vinha e a oliveira disseminadas por todos os cantões. Já no século I Plínio e Columela haviam louvado os vinhos da Borgonha e de Bordéus. Havia grandes propriedades lavradas por servos e escravos, cujos donos foram os precursores

dos barões feudais; mas também havia muitos pequenos proprietários, e a riqueza era mais bem distribuída na velha Gália, como na França de hoje, do que em qualquer outro país civilizado. Progressos rápidos sobretudo na indústria. Lá por 200 de nossa era, os produtos dos oleiros e serralheiros gauleses estavam invadindo os mercados da Germânia e outros com prejuízo da Itália; os tecelões gauleses atendiam à maior parte do comércio de tecidos do Império, e as fábricas de Lião produziam não só vidros comerciais como de grande excelência artística.[34] A técnica industrial era passada de pais a filhos, constituindo uma parte preciosa da herança clássica. Mais de 13.000 milhas de estradas, construídas ou melhoradas pelos engenheiros romanos, serviam o comércio local.

Enriquecidas com esta expansão econômica, as cidades da antiga Céltica tornaram-se as cidades da Gália romana. Burdigala (Bordeaux), capital da Aquitânia, era um dos mais movimentados portos do Atlântico; Limonum (Limoges), Avaricum (Bourges) e Augustonemetum (Clermont-Ferrand) já se mostravam ricas; esta última pagou a Zenódoto 400.000 sestércios por uma grande estátua de Mercúrio.[35] Na Gália Narbonense havia tantas cidades que Plínio a descreveu "mais como a Itália do que como uma província".[36] A oeste Tolosa (Toulouse) era famosa pelas suas escolas. Narbo (Narbonne), capital da província, foi no século I a maior cidade da Gália e o principal porto de saída para a Itália e a Espanha. "Aqui", iria dizer Sidônio Apolinário, "existem muralhas, passeios públicos, tavernas, arcos, pórticos, um fórum, um teatro, templos, banhos, mercados, relvados, lagos, uma ponte e o mar."[37] No extremo leste, na grande Via Domícia que ligava a Espanha à Itália, erguia-se a cidade de Nemausus (Nîmes). A bela Maison Carrée de Nîmes foi construída por Augusto em homenagem a seus netos Lúcio e Caio César; a colunada interior é lamentavelmente colada à parede da nave, mas as demais colunas coríntias são tão belas quanto as mais belas de Roma. O anfiteatro para 20.000 espectadores ainda está em uso atualmente. O aqueduto romano que trazia água para Nîmes tornou-se com o tempo a Ponte do Gard; em estado hoje de magnífica ruína, seus maciços arcos inferiores contrastam com os menores da série de cima, realçando-os; é uma estrutura altamente reveladora da engenharia artística de Roma.

A oeste, na costa mediterrânea, na embocadura do Ródano, César fundou Arelate (Arles), com esperança de que a nova cidade substituísse a rebelde Massália como porto e centro de construção naval. Massália (Marselha), já antiga ao tempo em que César veio ao mundo, permaneceu até sua morte grega na língua e na cultura. Pelo seu porto a agricultura, a arboricultura, a viticultura e a cultura literária gregas penetraram na Gália; e era ali que a Europa ocidental trocava seus produtos com os do mundo clássico. Foi um dos grandes centros universitários do Império, afamado principalmente pela escola de direito. Depois da morte de César, Massália declinou, mas manteve seu *status* de cidade livre, independente do governador provincial. No extremo leste havia as cidades de Forum Julii (Frejus), Antípolis (Antibes) e Nicaea (Nice), esta na pequena província dos Alpes Marítimos. Ródano acima, o viajante saído de Arelate ia ter a Avênio (Avignon) e Arausio (Orange); nesta cidade ainda vemos hoje um poderoso e maciço arco do tempo de Augusto, e em um imenso teatro romano ainda se representam peças principalmente antigas.

A maior das províncias gaulesas era a Gália Lugdunense, de Lugdunum (Lião), a capital; esta cidade, que ficava na confluência do Ródano com o Saône e no cruzamento da grande estrada real construída por Agripa, tornou-se o centro de uma rica região e a capital de toda a Gália. O ferro, o vidro, e as indústrias cerâmicas ajudavam a manter uma população de 200.000 almas, no século I de nossa era.[38] Ao norte ficava Cabillonum (Chalon-sur-Saône), Caesarodunum (Tours), Augustodunum (Autun), Cenabum (Orléans) e Lutetia (Paris). "Passei o inverno em nossa amada Lutetia", escreve o Imperador Juliano, "que é como os gauleses chamam a cidadezinha dos parisis, uma ilha no rio. ... Bons vinhos se fazem lá."[39]

A Bélgica, que incluía partes da França e da Suíça, era quase que só agrícola; indústria em sua maior parte adstrita às vilas, cujos numerosos remanescentes nos sugerem vida senhoril de comodidades e luxo. Nela, Augusto fundou as cidades hoje denominadas Soissons, Senlis, Beauvais, St. Quentin e Trèves. Esta última, Augusta Trevirorum, tornou-se proeminente como quartel-general do exército do Reno; sob Diocleciano substituiu Lião como capital da Gália, e no século V transformou-se na maior cidade ao norte dos Alpes. Da velha Trevirorum

ainda existem a Porta Nigra aberta em sua muralha romana, os Banhos de Santa Bárbara, o Túmulo da família Secundini na vizinha Igel e os rudes relevos da fortaleza também vizinha de Neumagen.

Estas cidades lentamente mudavam e renovavam seus elementos por dentro e ao redor. Os gauleses conservaram o caráter étnico, os calções, e por três séculos a língua. No século VI o latim venceu, sobretudo por ser usado pela Igreja Romana, mas já se ia transformando no francês. Foi na Gália que Roma alcançou seu maior triunfo no que diz respeito à transmissão da cultura clássica. Grandes historiadores franceses, como Jullian e Funck-Brentano,[40] admitem que teria sido melhor para a França o desenvolvimento natural, sem a conquista romana; mas um historiador ainda maior acha que a conquista romana era a única alternativa para a conquista germânica da Gália. Se César não tivesse vencido, diz Mommsen,

> a migração dos povos teria ocorrido 400 anos mais cedo do que ocorreu, em um tempo em que a civilização italiana ainda não se havia naturalizado nem na Gália, nem no Danúbio, nem na África, nem na Espanha. Pelo fato de grandes generais e estadistas romanos terem sentido nas tribos germânicas a força antagônica do mundo greco-romano, e de haver Roma, com mão firme, criado um agressivo sistema de defesa bastante minucioso, e ensinado os homens a protegerem as fronteiras do Império por meio de rios e baluartes artificiais... a cultura greco-romana ganhou o tempo necessário para civilizar o Ocidente.[41]

O Reno era a fronteira entre a civilização clássica e a civilização primitiva. A Gália não podia defender essa fronteira. Roma defendeu-a — e esse fato determinou a história da Europa até o dia de hoje.

V. BRETANHA

Lá por 1200 a.C. um ramo do povo celta cruzou o Canal e estabeleceu-se na Inglaterra. Encontraram uma população mista de gente morena, possivelmente iberos, e escandinavos ultralouros. Dominando-os e fundindo-se com eles, espalharam-se por toda a Inglaterra e o País de Gales. Mais ou menos em 100 a.C. (como o telescópio da história salta por cima de gerações!) outro ramo de celtas veio do continente e alijou os primeiros, repelindo-os do sul e do leste da Bretanha. Por ocasião do advento de César, a ilha estava povoada por várias tribos independentes, cada qual com seu rei guerreiro. César deu a toda a população o nome de *britanni*, de uma tribo gaulesa que tinha esse nome e se localizava ao sul do Canal, na crença de que os habitantes do outro lado eram os mesmos.

Em costumes, língua e religião a Bretanha Celta não se distinguia essencialmente da Gália Celta, mas sua civilização era menos adiantada. Havia passado do bronze para o ferro uns seis séculos a.C., três depois da Gália. Píteas, o explorador marselhês, navegou de Massália para a Inglaterra lá pelo ano 350 a.C., encontrando o Cantii de Kent já com a agricultura e o comércio prósperos. Terra fértil, era bem irrigada pelas chuvas, e rica de minérios de cobre, ferro, estanho e chumbo. No tempo de César a indústria caseira mostrava-se capaz de manter ativo comércio entre as tribos e destas com o continente, e já cunhavam moedas de ouro e bronze.[42] As invasões do general romano eram apenas "reconhecimentos"; e logo verificou ele que as tribos eram in-

capazes de resistência unida, e que a produção local bastava para o sustento de um exército invasor que viesse na estação própria. Um século mais tarde (43 d.C.) Cláudio cruzou o Canal com 40.000 homens, cujo armamento, disciplina e perícia militar provaram ser muita coisa para os nativos; e a seu turno a Bretanha também se tornou província romana. Em 61 uma rainha tribal inglesa, Boudicca ou Boadicéia, chefiou uma furiosa revolta, alegando que oficiais romanos haviam raptado suas filhas, saqueado seu reino e vendido muitos cidadãos livres como escravos. Enquanto o governador romano Paulino se ocupava com a conquista da Ilha de Man, o exército de Boadicéia dominou a única legião romana que se lhe opunha e marchou para Londinium, que, como diz Tácito, "já era a principal residência dos mercadores e grande centro comercial".[43] Todos os romanos lá encontrados, e em Verulamium (St. Albans), foram mortos; 70.000 romanos e aliados caíram antes que Paulino acudisse. Boadicéia, de pé com suas filhas em um carro de combate, lutou heroicamente ao ser derrotada. Presa, envenenou-se — e 80.000 bretões foram passados a fio de espada.

Tácito conta como seu genro Agrícola, governador da Bretanha (78-84 d.C.), levou a civilização a um "povo rude e guerreiro, e muito espalhado", estabelecendo escolas, difundindo o uso do latim e estimulando cidades e homens ricos a construírem templos, basílicas e banhos públicos. "Gradativamente", diz o cáustico historiador, "os encantos do vício penetraram nos corações britânicos; banhos, pórticos e banquetes elegantes ganharam voga; e as novas modas e maneiras, que na realidade só serviam para adoçar a escravidão, foram tidas pelos ingênuos bretões como artes da humanidade polida."[44] Em rápidas campanhas Agrícola levou essas artes e o governo romano até o Clyde e o Forth, bateu um exército de 30.000 escoceses, e preparava-se para avançar, quando o Imperador Domiciano o chamou. Adriano construiu uma muralha (122-27) de 112 quilômetros de Solway Firth à embocadura do Tyne, para resguardo contra os escoceses; e 20 anos depois Lólio ergueu outra mais ao norte, a Muralha de Antonino, com 33 milhas, entre os braços do Clyde e do Forth. Por dois séculos essas duas fortificações mantiveram Roma firme na Bretanha.

À proporção que o domínio romano ganhava em estabilidade, crescia em leniência. As cidades eram dirigidas por senados locais, assembléias e magistrados; e a zonal rural vivia sob o governo de chefes tribais dóceis à vigilância de Roma. Não havia lá uma civilização tão urbana como a da Itália, nem tão rica como a da Gália; mas foi sob o estímulo e a proteção romanas que as cidades inglesas em sua maioria tomaram forma. Quatro eram "colônias" romanas cujos homens livres gozavam da cidadania romana: Camulodunum (Colchester), a primeira capital romana da Bretanha e sede do conselho provincial; Lindum, cujo nome atual Lin*coln* declara seu antigo privilégio; Eboracum (York), importante posto militar, e Glevum, cujo nome atual, Gloucester, funde Glevum como *chester*, a palavra anglo-saxônia para designar "cidade". (Assim Haverfield;[45] a derivação mais largamente aceita é a do latim *castrum*, fortaleza, ou *castra*, campo. Muitas cidades romano-britânicas foram desenhadas com a regularidade de tabuleiro de xadrez dos acampamentos romanos.) Chester, Winchester, Dorchester, Leicester, Chichester, Silchester e Manchester parecem ter começado nos primeiros dois séculos da dominação romana. Eram pequenas cidades de seis mil almas, mas já com ruas calçadas, fóruns, basílicas, templos e casas de telha com alicerces de pedra. Viroconium (Wroxeter) tinha uma basílica com capacidade para seis mil pessoas, e banhos públicos para centenas de banhistas. As termas de Acquae Salis, hoje Bath, eram uma estação da moda naquele tempo, como o demonstram as *thermae* sobreviventes. Londinium cresceu de importância comercial e militar em conseqüência de sua posição no Tâmisa e das suas estradas radiais. A população subiu a 60.000 almas, e Londinium breve substituiu Camulodunum como capital da Bretanha.[46]

A maior parte das casas da Londres romana eram de tijolo, em contraste com as das cidades pequenas, de madeira. O clima condicionava a arquitetura: telhados de águas íngremes por causa da neve, e muitas janelas para aproveitar o sol, porque "mesmo nos dias claros", diz Es-

trabão, "o sol só aparece por três ou quatro horas".[47] Mas o interior seguia o estilo romano: pavimento de mosaico, amplos quartos de banho e aquecimento central em maior proporção que nas casas italianas. O carvão de pedra, extraído das camadas superficiais, tinha emprego não só no aquecimento das casas como em processos industriais, como a fusão do chumbo. Aparentemente eram as minas britânicas de propriedade do Estado e arrendadas a concessionários.[48] Em Bath havia uma *fabrica* para manufatura de armas de ferro,[49] e é possível que a olaria houvesse chegado ao estádio fabril; a maior parte das indústrias, porém, eram domésticas ou pequenas oficinas e vilas. Cinco mil milhas de estradas romanas e inúmeros canais formavam as artérias do vivo comércio interno. E um pequeno comércio externo, ao contrário de hoje, exportava matéria-prima e importava produtos manufaturados.

A que profundidade a civilização romana, em seus quatro séculos de domínio, penetrou na vida e na alma da Bretanha? O latim tornou-se a língua da política, da lei, da literatura e da minoria educada, mas no campo e entre os trabalhadores a língua celta sobreviveu; ainda hoje no País de Gales e na Ilha de Man é a que perdura. As escolas difundiram o alfabeto romano; uma corrente de palavras latinas fluiu para o linguajar britânico. Templos se erguiam aos deuses romanos, mas o homem comum mantinha-se fiel às deidades e festas celtas. Mesmo nas cidades Roma não deixou raízes profundas. Apaticamente se submetia o povo a um governo que lhe dava paz e uma prosperidade que só se repetiria muito depois, ao tempo da Revolução Industrial.

VI. OS BÁRBAROS

A decisão de Augusto e Tibério de não tentarem a conquista da Germânia constitui acontecimento decisivo na história européia. Se a Germânia tivesse sido conquistada e romanizada como a Gália, quase toda a Europa a oeste da Rússia ficaria com uma mesma organização, um mesmo governo, a mesma cultura clássica e talvez a mesma língua; e a Europa central iria servir de tampão contra as hordas orientais, cuja pressão forçou os germânicos a invadir a Itália.

Dizemos hoje "germânicos", mas eles próprios nunca usaram esse nome, que ninguém sabe quando apareceu. (Roma empregava o adjetivo *germanus* de *[germen]* para significar nascido dos mesmos pais; aplicando-o aos alemães talvez tivessem em mente significar parentesco com as tribos teutônicas.) Havia naquele tempo uma miscelânea de tribos independentes que ocupavam a Europa entre o Reno e o Vístula, entre o Danúbio e o Mar do Norte. Aos poucos, nos dois séculos de Augusto a Aurélio, essas tribos passaram do estádio migratório da caça ao fixo da agricultura e vida em aldeias; mas eram ainda tão nômades que rapidamente exauriam a terra cultivada e, pela violência, conquistavam solo novo. Se dermos crédito a Tácito, a guerra constituía a comida e a bebida dos germânicos.

> Cultivar a terra e esperar a produção regular das estações não é a máxima de um germânico; mais facilmente o persuadireis a atacar o inimigo e provocar honrosos ferimentos no campo de batalha. Ganhar com o suor do rosto o que podeis ganhar com o preço de vosso sangue é na opinião dos germânicos um princípio timorato, indigno de um soldado.[50]

O historiador romano, lamentando a deterioração de sua própria gente por força da paz e do luxo, descreveu, com a exageração de um moralista, as qualidades marciais dos germânicos e o ardor com que as mulheres os impeliam à luta, muitas vezes batendo-se a seu lado. Fugir do inimigo significava desmoralização pelo resto da vida e muitas vezes conduzia ao suicídio. Estrabão pinta os germânicos como "mais selvagens e mais altos que os gauleses",[51] e Sêneca, como se houvesse lido Tácito, chega a estas proféticas conclusões: "Àqueles vigorosos corpos, àquelas almas inconscientes dos prazeres, do luxo e da riqueza, acrescentai um pouco mais de

habilidade tática e disciplina — e não digo mais nada; vós (romanos) só podereis subsistir contra eles se voltardes às virtudes de vossos avós."[52]

Na paz, refere Tácito, esses guerreiros cultivavam a indolência. O homem passava o tempo (presumivelmente depois de caçar ou colher) comendo muita carne e bebendo rios de cerveja, enquanto as mulheres e crianças faziam o serviço doméstico.[53] O germânico adquiria a esposa, dando ao pai dela um presente de armas e gado; tinha sobre ela e os filhos poder de vida e morte, mas sujeito à aprovação da Assembléia tribal; não obstante, as companheiras eram tidas em alta honra, freqüentemente convidadas a decidir as disputas tribais, e tão livres de se divorciarem dos maridos quanto estes delas.[54] Alguns chefes possuíam várias mulheres, mas em geral a família germânica monógama mantinha (asseguram-nos) um alto grau de moralidade marital. De adultério falava-se raramente; a punição da adúltera consistia em cortarem-lhe o cabelo e fazerem-na fugir pela rua despida e surrada. Aborto permitido;[55] mas normalmente a mulher tinha muitos filhos. Era coisa tão rara um homem sem filhos, que não se usavam testamentos; era assente que a propriedade passaria de pais a filhos através das gerações.[56]

De quatro classes compunha-se a população: 1. servos da gleba, obrigados a pagar ao proprietário em produtos; 2. libertos, rendeiros não emancipados; 3. homens livres — proprietários e guerreiros; e 4. nobres — proprietários que ligavam sua descendência aos deuses, mas baseavam seu poder em substanciais patrimônios e na guarda (*comites*, companheiros, "condes"). A Assembléia tribal compunha-se de nobres, guardas e homens livres; compareciam armados, escolhiam o chefe ou rei, aprovavam as propostas apresentadas com o entrechocar das lanças ou rejeitavam-nas com rosnados da maioria. A segunda e terceira classes inclinavam-se para as indústrias metalúrgicas, nas quais os germânicos eram excelentes; a quarta forneceu os senhores, os condes e a cavalaria da Alemanha feudal.

Pouca superestrutura cultural se acrescentava a esta organização simples de sociedade. A religião havia emergido da adoração da natureza para o culto de deidades antropomórficas. Tácito menciona Marte, Mercúrio e Hércules — provavelmente Tiu (Tyr), Wodin (Odin) e Donar (Tor); inconscientemente comemoram os ingleses esses deuses, mais à deusa Fréia, nos nomes de quatro dias da semana. Houve uma deusa Herta (Mãe Terra) fecundada por um deus-céu; e cada imaginação ou necessidade era suprida com uma verdadeira população de fadas, elfos, anões, gigantes, silfos, gênios. Wodin recebia sacrifícios humanos, e aos outros deuses sacrificavam-se animais de melhor carne. A adoração era feita ao ar livre em florestas e bosques, porque os germânicos tinham como absurdo confinar um espírito da natureza em um recinto construído por mãos humanas. Não existia nenhuma poderosa classe sacerdotal como os druidas, mas os sacerdotes e sacerdotisas funcionavam como juízes no julgamento dos crimes e adivinhavam o futuro pela observação dos movimentos e relinchos dos cavalos brancos. Como na Gália, havia bardos que cantavam em rudes versos as lendas e a história das tribos. Só pequena minoria cultivava a leitura e a escrita; o alfabeto grego foi adaptado e produziu os caracteres rúnicos, dos quais provieram os caracteres góticos do alemão moderno. A arte era primitiva, mas já com bons trabalhos feitos de ouro.

Roma retirou da Germânia suas legiões, mas se manteve no controle do Reno desde as nascentes até à foz, e dividiu o majestoso vale em duas províncias, Alta e Baixa Germânia. Esta última incluía a Holanda e a Renânia até Colônia. Conhecida dos romanos como Colonia Agripinensis, esta linda cidade é o berço da colônia fundada em 50 d.C. em honra à mãe de Nero, que lá havia nascido; meio século depois já era o maior centro comercial do Reno. A Alta Germânia seguia o Reno ao sul, através de Moguntiacum (Mogúncia), Acquae Aureliae (Baden-Baden), Argentoratum (Estrasburgo) e Augusta Rauricorum (Augst) até Vindonissa (Windisch). Quase todas estas cidades eram dotadas dos inevitáveis templos, basílicas, teatros e banhos. Muitos dos legionários romanos de guarda no Reno viviam fora do acampamento, desposavam raparigas germânicas e por lá se deixavam ficar como cidadãos depois de findo o tempo de serviço. A Renânia foi provavelmente tão povoada no tempo dos romanos como em qualquer época antes do século XIX.

Entre o Reno e o Danúbio, como vimos, os engenheiros militares de Roma construíram uma estrada fortificada (*limes*), com fortalezas de nove em nove milhas e 300 milhas de muralhas. Esta precaução muito valeu a Roma durante um século, mas tornou-se inútil quando o índice

de natalidade dos romanos caiu muito abaixo do dos germânicos. Ainda mais fraco como linha de fronteira era o Danúbio, que os antigos geógrafos consideravam o maior rio do mundo. Ao sul do Danúbio ficavam as semibárbaras províncias de Noricum, Raetia e Pannonia, mais ou menos o que em nossos dias de escola primária ficamos conhecendo como Áustria, Hungria e Sérvia. No lugar da moderna Augsburg ("Cidade de Augusto") os romanos estabeleceram a colônia de Augusto Vindelicorum, como o posto principal na estrada que, passando pelo Brenner, ia da Itália ao Danúbio. Às margens desse rio ergueram duas cidades-fortalezas, uma em Vindobona, hoje Viena, e outra em Aquincum, no alto do qual a Buda de hoje olha para Pest. A suleste da Panônia sobre o rio Save e a oeste da moderna Belgrado, surgiu a cidade de Sirmium (Mitrovica), que no tempo de Diocleciano iria ser uma das quatro capitais do Império. Ao sul da Panônia, na província da Dalmácia, o espírito comercial dos gregos, romanos e nativos desenvolveu os portos adriáticos de Salona (Espálato), Apolônia (perto de Valona) e Dyrrhachium (Durazzo). Destas províncias ao sul do Danúbio provinham os mais fortes soldados romanos, e também dela saíram no século III os marciais imperadores que por 200 anos iriam barrar a avalancha bárbara. A leste da Panônia ficava a Dácia (Romênia) com sua hoje desaparecida capital Sarmizegetusa; e a sul e leste desta Moesia (partes da Iugoslávia, Romênia e Bulgária) duas cidades floresciam no Danúbio — Singidunum (Belgrado) e Troesmis (Iglitza); uma perto do Isker — Sardica (Sófia); e três no Mar Negro — Istrus, Tomi (Constanza) e Odessus (Varna). Nestes agitados estabelecimentos, a civilização grega e as armas romanas lutaram em vão para manter-se contra os godos, os sármatas, os hunos e outras tribos bárbaras que proliferavam e erravam ao norte do grande rio.

A incapacidade que Roma demonstrou para levar sua civilização a estas províncias ao sul do Danúbio foi a determinante da queda do Império. A empresa mostrou-se muito grande para um povo já a sofrer dos males da velhice; a vitalidade da raça-senhora estava-se esvaindo na esterilidade do luxo, enquanto as tribos do norte cresciam em saúde e inquietação. Quando Trajano subsidiou os sármatas para conseguir paz, isso foi o começo do fim; e quando Marco Aurélio introduziu no Império milhares de germânicos como colonos, isso foi a ruptura do dique. Os soldados germânicos eram bem-vindos no exército romano e galgavam todos os postos militares; famílias germânicas multiplicavam-se na Itália enquanto as famílias italianas extinguiam-se. O processo de romanização foi-se invertendo: e na verdade os bárbaros estavam barbarizando Roma.

Não obstante, foi algo magnífico e precioso que o Ocidente já estivesse conquistado como herdeiro da herança clássica. Pelo menos lá as artes da paz tinham emergido do trabalho da guerra e os homens podiam trocar as espadas pelo arado, em vez de se degradarem na ociosa vida urbana dos cortiços de Roma. Nutrida pelo vigor da Espanha e da Gália, nova civilização iria erguer-se logo que a avalancha bárbara chegasse ao fim; e a semente dos séculos despóticos frutificaria e perduraria nas terras para onde as implacáveis legiões haviam levado a lei de Roma e o iluminador pensamento da Grécia.

CAPÍTULO XXIII

Grécia Romana

I. PLUTARCO

ROMA esforçou-se muito por mostrar-se generosa com a Grécia e não falhou completamente. Não colocou guarnições na nova província da Acaia; dela cobrava menos taxas do que eram cobradas no tempo da independência; as cidades-estado tinham permissão para se governarem pelas próprias constituições e leis; e muitas delas — Atenas, Esparta, Platéia, Delfos e outras — gozavam do *status* de "cidades livres", isentas de todas as restrições, salvo a de promover guerra exterior ou de classe.

Não obstante, saudosa das antigas liberdades e sangrada pelos generais romanos e pelos agiotas, e negociantes hábeis em comprar barato e vender caro, a Grécia aderiu à revolta de Mitrídates e sofreu o mais pesado castigo. Atenas foi submetida a um assédio devastador, e Delfos, Élis e Epidauro foram saqueadas dos tesouros acumulados em seus santuários. Nem bem passou uma geração depois de César e Pompeu, e Antônio e Bruto batem-se em duelo no território grego, recrutam cidadãos gregos, requisitam o ouro e as colheitas gregas, em dois anos cobram por antecipação 20 anos de taxas e deixam as cidades na miséria. Sob Augusto, a Ásia grega restaurou-se, mas a Grécia permaneceu pobre, arruinada não tanto pela conquista romana como pelo sufocante despotismo de Esparta, a caótica liberdade de Atenas, a esterilidade dos homens e da terra. Os elementos de mais ambição desertavam-na, em busca de terras virgens e férteis. O surto de novas potências, Egito, Cartago e Roma, e o desenvolvimento industrial do Oriente helenístico deixaram a pátria do espírito clássico abandonada e esquecida. Roma cumulava a Grécia de cumprimentos e saqueava sua arte: Escauro levou da Grécia três mil estátuas para seu teatro, Calígula ordenou ao marido de sua amante que corresse o pente na Grécia escultural, e só Nero tomou metade das esculturas de Delfos. Até a época de Adriano, Atenas não teve um só sorriso.

O choque da ira romana durante as Guerras Macedônicas recaiu sobre o Epiro; o Senado entregou-o à rapina dos soldados, e foram vendidos como escravos 150.000 epirotas. Augusto construiu-lhe a nova capital em Nicópolis para celebrar seu triunfo em Ácio, que ficava perto; nessa cidade da Vitória viveu Epicteto. A Macedônia não teve sorte tão má quanto seu leal vizinho; era rica em minerais e madeira, e sua vida mercantil foi estimulada com a abertura da Via Egnatia, que ligava Apolônia e Dyrrhachium a Bizâncio. Nesta grande via, ainda em parte conservada, ficavam as principais cidades da província — Edessa, Pela e Tessalonica. Esta última, a Salonica de hoje, também conhecida dos gregos modernos pelo seu antigo nome (Vitória da Tessália), era a capital da província, sede do conselho provincial e um dos grandes

portos do comércio entre os Bálcãs e a Ásia. Mais a leste, a Trácia entregava-se à agricultura, à criação e à mineração; mas possuía cidades de bom tamanho como Sárdica (Sófia), Filipópolis, a capital, Adrianopla, Perinto e Bizâncio (Istambul). Aqui, no Corno de Ouro, os mercadores e peixeiros enriqueciam-se, enquanto os colonos gregos da zona rural cediam diante dos bárbaros; todos os cereais do interior passavam pelas docas de Bizâncio, todo o comércio da Cítia e do Mar Negro pagava ali direitos de trânsito; e os peixes quase que pulavam para dentro das redes, quando em cardumes atravessavam o estreito Bósforo. Breve iria Constantino reconhecer aquele sítio como a cidade-chave do mundo clássico.

Ao sul da Macedônia, a Tessália especializava-se em trigo e belos cavalos. Eubéia, a grande ilha há muito tempo famosa, como a Beócia, pela qualidade de seu gado, foi descrita no século II de nossa era por Díon Crisóstomo[1] como retornando ao barbarismo; o desânimo dos pobres com a concentração das terras nas mãos de umas tantas famílias, o desânimo dos ricos com as taxas e liturgias cada vez mais exigentes, e a queda da natalidade em conseqüência das causas anteriores quase que destruiu toda uma população agrícola, outrora próspera, e o gado entrou a pastar dentro dos muros de Cálcis e Erétria. A Beócia não se restaurou dos desastrosos corolários das campanhas de Sila; "Tebas", diz Estrabão, "está reduzida a apenas uma aldeia" encurralada no que outrora havia sido Cadméia, ou a cidadela. Um século de paz, entretanto, trouxe alguma prosperidade a Platéia; e Queronéia, em cujas planícies Felipe e Sila ganharam impérios, retinha com seus encantos a maioria de seus famosos cidadãos; tornara-se tão pequena, diz Plutarco, que para não torná-la ainda menor ele não a deixava.[2] Na calma carreira e no generoso pensamento de Plutarco encontramos o lado luminoso de uma cena sombria; vemos uma honesta classe média apegada às antigas virtudes, capaz de devotamento cívico, de amizade cordial, de amor familial. Em nossa história do mundo não encontramos individualidade mais encantadora que a de Plutarco de Queronéia.

Lá nasceu Plutarco mais ou menos em 46 de nossa era e lá morreu em mais ou menos 126. Esteve estudando em Atenas ao tempo em que Nero andou colecionando triunfos na Grécia. Devia ser dono de bela fortuna, pois viajou pelo Egito e a Ásia Menor e duas vezes esteve na Itália; fez conferências em Roma e parece ter servido a seu país em algum posto diplomático. Gostava da grande capital e das belas maneiras e honrosa vida da nova aristocracia; admirava-lhe o código estóico e concordava com Ênio em que Roma era um produto da moralidade e do caráter. Contemplando aqueles grandes vivos e os grandes mortos, veio-lhe a idéia de comparar os heróis romanos aos gregos. E propôs-se não só a escrever história e biografia, como também a ensinar virtude e heroísmo por meio de exemplos do passado; mesmo suas *Vidas Paralelas* eram no fundo *Moralia*. Plutarco foi sempre um professor e nunca perdeu o ensejo de ligar a moral a uma anedota; e quem o fez mais graciosamente? Ele nos adverte em seu "Alexandre" de que está mais interessado no caráter do que na história; espera que aproximando e comparando grandes romanos com grandes gregos transmitirá aos leitores algum estímulo moral ou impulso heróico. Com a maior candura confessa que se tornou melhor depois de passar tanto tempo em companhia desses homens notáveis.[3]

Não podemos esperar de Plutarco a precisão de um verdadeiro historiador; abunda sua obra em erros de nomes, lugares e datas, e ocasionalmente (se é que podemos julgar) interpreta mal os acontecimentos; e ainda fracassa nas duas maiores tarefas do biógrafo: mostrar a derivação do caráter e obra dos grandes homens por influência do meio, herança e circunstância, e traçar o desenvolvimento do caráter por força da responsabilidade e da crise. Em Plutarco, do mesmo modo que em Heráclito, o caráter do homem é o seu destino. Mas ninguém que leia as *Vidas* sente esses defeitos, os quais se perdem no vívido da narrativa, nos episódios empolgantes, nas encantadoras

anedotas, nos comentários cheios de sabedoria, nas belezas de um estilo tão nobre. Em todas essas 1.500 páginas não há uma linha supérflua; tudo o que está escrito teve razão de ser escrito. Cem homens eminentes, filósofos, poetas, generais enchem o livro; "é o pasto das grandes almas", disse Mme. Roland.[4] "Dificilmente dispenso o meu Plutarco", disse Montaigne, "é o meu breviário."[5] Dele tirou Shakespeare muitas histórias, e seu modo de considerar Bruto é, através de Plutarco, o mesmo dos aristocratas romanos. Napoleão andava com as *Vidas* por toda parte; e ao lê-la Heine custava a dominar o ímpeto de saltar em um cavalo e ir conquistar a França. A Grécia não nos legou livro mais precioso.

Depois de visitar o mundo mediterrâneo, voltou Plutarco para sua Queronéia, criou quatro filhos e uma filha, fez preleções e escreveu, com ocasionais idas a Atenas; mas a maior parte de sua existência passou-a compartilhando da vida simples da terra natal. Julgava de seu dever conciliar o serviço público e suas investigações eruditas. Seus concidadãos elegeram-no inspetor de obras públicas, depois arconte, depois beotarca — membro do conselho nacional. Presidia às festas e cerimônias municipais e foi também por algum tempo sacerdote do revivido oráculo de Delfos. Considerava desassisado repelir a velha fé por causa de sua incredibilidade intelectual; o essencial não era o credo em si, mas o apoio que ele significava para o homem de moralidade fraca, o laço com que liga os membros de uma família ou de uma sociedade através das gerações. A emoção religiosa era para Plutarco a mais profunda experiência da vida. Tolerante ao mesmo tempo que piedoso, quase fundou a ciência das religiões comparadas com seus estudos sobre os cultos romanos e egípcios.[6] Todas as deidades, diz ele, são aspectos de um ser supremo, eterno, indescritível, e tão afastado das coisas terrenas que espíritos intermediários (*daimones*) precisam criar e regular o mundo. Também há maus espíritos, guiados por um "demônio-chefe" que é a fonte e a alma de toda desordem, irracionalidade e maldade na natureza e no homem. É bom, pensava Plutarco, acreditar na imortalidade pessoal — em um céu de recompensas, em um purgatório de expiação e em um inferno de castigos; e reconfortava-se com a possibilidade de que uma estação no purgatório fosse de molde a purificar até Nero, e que muito poucos estavam sujeitos à danação eterna.[7] Denunciou os terrores da superstição como coisa pior que o ateísmo, mas aceitava a adivinhação, os oráculos, a nigromancia e os sonhos proféticos. Não pretendia ser original como filósofo; do mesmo modo que Apuleio e tantos outros da época, descrevendo-se como apenas um partidário de Platão. Condenava o epicurismo por substituir o medo do inferno pela tristeza da aniquilação completa, e criticava as "repugnâncias" do estoicismo; mas sustentava, com os estóicos, que "seguir Deus e obedecer à razão constituem uma e a mesma coisa".[8]

Suas conferências e ensaios foram reunidos sob o título de *Moralia*, porque geralmente não passam de simples e amáveis prédicas sobre a sabedoria da vida. Neles se discute tudo, desde a conveniência de conservar os velhos cargos públicos, até a prioridade da galinha ou do ovo. Plutarco era muito apegado a sua biblioteca, mas confessa que a boa saúde é mais preciosa que os bons livros:

> Alguns homens, levados pela gulodice, freqüentam as confeitarias como se estivessem acumulando provisões para um assédio. ... Os alimentos mais baratos são sempre os melhores. ... Quando em uma retirada Artaxerxes Mêmnon viu que só tinha para comer pão de centeio e figos, exclamou: "Que prazer comer isto que

> nunca comi até aqui!''... O vinho é a mais benéfica de todas as bebidas, contanto que se combine com a ocasião e a água. ... E em especial fujamos das indigestões, porque no começo nos abatem e depois deixam em nós um pernicioso resíduo. É prática saudável habituar o corpo a não exigir carne. Porque a terra dá em abundância muita coisa, não só para alimento como satisfação e prazer. Mas já que o hábito da carne se tornou uma antinatural segunda natureza, podemos aceitá-la como um adendo a nosso regime; devemos usar outros alimentos... mais em acordo com a natureza e menos entorpecedores de nossa faculdade raciocinante, a qual é amiga dos alimentos leves.[9]

Em matéria feminina, Plutarco segue Platão, querendo que sejam dadas aos dois sexos iguais oportunidades, e cita muitos exemplos de damas cultas (algumas de seu próprio círculo de relações); mas olhava para o adultério por parte do homem com toda a indulgência dos pagãos:

> Se em sua vida particular um homem, incontinente em seus prazeres, comete algum pecadilho com uma namorada ou criada, sua esposa não deve aborrecer-se ou indignar-se, e sim raciocinar que é pelo respeito que ele tem à esposa que exerce sua licenciosidade com outra mulher.[10]

Não obstante, todos nós saímos dos ensaios de Plutarco reconfortados pelo calor humano desse homem essencialmente sadio e completo. Não nos chocamos com a vulgaridade de suas idéias; sua moderação é um benéfico antídoto contra a histeria ideológica de nossos tempos; seu bom senso, seu humor amável, seu empolgante pitoresco arrastam-nos irresistivelmente, mesmo por cima de suas trivialidades. Nada mais agradável do que encontrar um filósofo bastante sábio para ser feliz. Sejamos agradecidos às mercês comuns e graças da vida, aconselha-nos ele, e façamos votos para que seja sempre assim:

> Cumpre não nos esquecermos das bênçãos e satisfações que compartilhamos com tantos mais, nem tão pouco que nós vivemos, que temos saúde, que vemos a luz do sol. ... Não deverá o homem perfeito considerar cada dia uma festa?... Porque o mundo é o mais augusto de todos os templos, e o mais digno de seu Senhor. Nesse templo o homem ao nascer é apresentado não a estátuas feitas por mãos humanas e mortas, mas ao que o Divino Espírito manifestou a nossos sentidos... e mesmo o sol, a lua e as estrelas, e os rios sempre fluindo água fresca, e a terra produzindo frutos... Como esta vida é a mais perfeita iniciação no mais alto dos mistérios, devemos rejubilar-nos, sempre cheios de alegria.[11]

II. VERANICO

Plutarco é o exemplo e paradigma de dois movimentos de sua época: a volta à religião e o passageiro renascimento da filosofia e da literatura gregas. O primeiro movimento era universal; o segundo confinava-se a Atenas e ao Oriente Grego. Seis cidades do Peloponeso prosperaram, mas contribuíram muito pouco para o pensamento grego. O comércio com o Ocidente e uma operosa indústria têxtil conservaram a vitalidade de Patras desde a conquista romana até nossos dias. Olímpia prosperou com a renda do turismo: toda gente vinha ver o *Zeus* de Fídias e assistir aos jogos olímpicos. Um dos mais agradáveis aspectos da vida grega é que essas competições quadrienais tiveram uma continuidade desde 776 a.C. até 394 de nossa era, ano em que Teodósio

lhes pôs fim. Como nos dias de Pródico e Heródoto, filósofos e historiadores vinham arengar à multidão lá reunida para a festa. Díon Crisóstomo fala de autores lendo "suas estúpidas composições" a transeuntes que paravam para ouvir, de poetas a recitarem seus versos, de oradores a trovejarem e de "sofistas em grande número, como vaidosos pavões", que vinham soprar suas vacuidades nos ouvidos dos homens;[12] mas Díon não se mostrou mais silencioso que os demais. Epicteto pinta os espectadores apinhados nas bancadas descobertas, queimados pelo sol ou ensopados pelos aguaceiros, mas esquecidos de tudo no entusiasmo delirante que marcava o fim de cada luta ou corrida.[13] Os velhos jogos nemeanos, ístmicos, píticos e pan-atenaicos prosseguiam; jogos novos sobrevieram, como os pan-helênicos de Adriano; e muitos deles incluíam competições poéticas, oratórias e musicais. "Não podes ouvir música clássica nos grandes festivais?" pergunta um personagem de Luciano.[14] Os combates de gladiadores foram introduzidos na Grécia pela colônia romana de Corinto; de lá se espalhou pelas outras cidades, e por fim até o Teatro de Dionísio foi maculado com o derramamento de sangue. Muitos gregos, como Díon Crisóstomo, Luciano, Plutarco, protestaram contra a profanação; Demonacte, o filósofo cínico, pediu aos atenienses que não permitissem a entrada da inovação antes de derrubarem o altar da Piedade em Atenas;[15] mas os jogos romanos continuaram na Grécia até à predominância do cristianismo.

Esparta e Argos ainda viviam, e Epidauro enriquecera com a romaria dos doentes do corpo e da alma ao santuário de Asclépio. Corinto controlava o comércio no istmo e tornou-se, meio século depois de restaurada por César, a mais rica cidade grega. Sua misturada população de romanos, gregos, sírios, judeus e egípcios, em sua maioria arrancada de sua terra natal e de sua moral consuetudinária, caracterizava-se pelo mercantilismo, o epicurismo no mau sentido e a imoralidade. O velho templo de Afrodite Pandemos fazia um grande negócio como santuário e centro das cortesãs de Corinto. Apuleio descreve suntuoso bailado que viu em Corinto, representando o julgamento de Páris. "Vênus apareceu toda nua, exceto em uma parte do corpo que se cobria com fino avental que o vento libidinoso não deixava quieto."[16] Corinto não se emendou, desde o tempo de Aspásia.

De Megara até a Ática, a paisagem rural era de grande pobreza. O desflorestamento, a erosão e o depauperamento mineral do solo vieram juntar-se à guerra, à emigração, à taxação e ao suicídio da raça, criando ali um dos desertos da paz romana. Só duas cidades da Ática ainda prosperavam: Elêusis, cujos mistérios sagrados mantinham rendosa corrente de romeiros, e Atenas, o centro intelectual e educacional do mundo clássico. Suas antigas instituições — conselho, assembléia e arcontado — ainda funcionavam, e Roma havia restaurado o Areópago em sua primitiva autoridade como sede da justiça e cidadela dos direitos de propriedade. Governantes como Antíoco IV, Herodes, o Grande, Augusto e Adriano rivalizaram com magnatas ao tipo de Herodes Ático nos benefícios feitos à cidade. Herodes reconstruiu o estádio, quase esgotando as jazidas de mármore do Pentélico, e ao pé da Acrópole ergueu um Odeon, ou salão de música. Adriano forneceu fundos para a conclusão do Olímpion; e Zeus, que já estava com um pé na cova, recebeu um templo digno de sua concupiscência.

Entrementes, a fama sem rival de Atenas no campo das letras, filosofia e educação encaminhava para lá uma corrente de moços ricos e de eruditos necessitados. A Universidade de Atenas compunha-se de 10 professores pagos pela cidade ou o impera-

dor, e de uma hoste de professores particulares e conferencistas. Ministrava instrução em literatura, filologia, retórica, matemática, astronomia, medicina e direito — usualmente em ginásios, teatros, às vezes em templos e casas. Exceto na oratória e no direito, o curso não se preocupava do treino do aluno para ganhar a vida; procurava apenas aperfeiçoar-lhe a compreensão e dar-lhe um código moral. O sistema produziu brilhantes intelectos, mas também gerou milhares de aranhas, que transformavam a filosofia e a religião em uma teia de teorias e controvérsias.

Como Atenas dependia muito da renda haurida dos estudantes, tinha para com suas peraltagens a maior paciência. Os "calouros" entregavam-se a brincadeiras de que às vezes até saíam feridos cidadãos; alunos de professores rivais tornavam-se partidários ardentes e atacavam-se em ocasionais encontros nas ruas, como nas outroras chamadas "bengaladas" de nossa mocidade. Alguns estudantes convenciam-se de que as cortesãs da cidade e os jogadores lhes podiam ensinar mais que seus professores; e Alcífron nos conta que essas damas encaravam esses professores como seus tediosos e incompetentes competidores.[17] Mas era muito freqüente a profunda amizade entre alunos e professores, os quais os convidavam para suas casas, guiavam-lhes as leituras, visitavam-nos nas doenças e mantinham seus pais bem informados a respeito dos progressos dos filhos. Muitos desses mestres viviam das matrículas pagas pelos discípulos; menor era o número para os quais o Estado pagava; e os chefes das quatro escolas filosóficas recebiam 10.000 dracmas ($6.000) anuais, pagas pelo Tesouro imperial.

Com esses estímulos, o período da "Segunda Sofística" desenvolveu uma revivescência do orador-filósofo que andava de cidade em cidade fazendo preleções, ensinando discípulos, pleiteando nos tribunais, vivendo nas casas ricas na qualidade de conselheiros espirituais e, às vezes, agindo como honrosos emissários de suas cidades-estado. Esse movimento floresceu em todo o Império, mas sobretudo no mundo grego durante as primeiras centúrias da era cristã; e diz Díon que eram tantos filósofos quantos sapateiros.[18] Os neo-sofistas, como os antigos, não professavam uma doutrina comum; expressavam-se com eloqüência, conseguiam grandes auditórios e muitas vezes alcançavam alta situação social, ou o favor imperial, ou grande riqueza. Diferiam dos velhos sofistas pelo fato de raramente debaterem religião e moralidade; interessavam-se mais no estilo e na técnica oratória do que nas grandes questões que abalavam as crenças do mundo; na realidade os neo-sofistas eram calorosos defensores da fé antiga. Filóstrato preservou-nos a história dos principais da época — e um exemplo nos bastará. Adriano de Tiro estudou retórica em Atenas, e foi elevado à cátedra oficial dessa matéria; abriu a sua preleção inaugural com estas orgulhosas palavras: "Mais uma vez as letras vêm da Fenícia". Ia para suas preleções em um carro com arneses de prata, ricamente vestido, a rebrilhar de gemas. Quando visitou Atenas Marco Aurélio houve por bem colocá-lo à prova, fazendo-o falar de improviso sobre um assunto; mas tão bem se saiu Adriano que o imperador o encheu de honras, prata e ouro, casas e escravos. Promovido para a cadeira de retórica de Roma, suas preleções, embora em grego, revelaram-se muito atraentes; para ouvi-lo, senadores adiavam as sessões, e a populaça desertava as pantomimas.[19] A carreira de Adriano revela a quase-morte da filosofia; tragada pelo oceano da retórica, tinha de parar de pensar, para falar.

No outro extremo ficavam os cínicos. Já os pintamos em outra parte com seus capotes esburacados, a barba e o cabelo maltratados, o cajado e a sacola, a redução da vida

à extrema simplicidade e às vezes à obscenidade. Viviam como irmãos mendicantes, mantendo uma organização hierárquica, com superiores e noviços;[20] evitavam o casamento e o trabalho, desprezavam as convenções e artificialismos da vida civilizada, denunciavam todos os governos como superfluidades e quadrilhas de ladrões, riam-se de todos os oráculos, ''mistérios'' e deuses. Todo mundo os satirizava, e mais que todos Luciano; mas mesmo Luciano admirava Demonacte, o grande cínico que abandonou seus bens para viver em filosófica pobreza. Demonacte consagrou a longa existência (50-150 d. C.) a ajudar o próximo, a reconciliar cidades ou indivíduos; e Atenas, que tudo ridicularizava, poupava-o entretanto. Chamado à barra do tribunal sob acusação de recusa de sacrifícios aos deuses, foi absolvido à simples declaração de que os deuses não tinham necessidade de sacrifício, e a religião consistia na bondade para com todos. Quando a assembléia ateniense se engalfinhava em briga facciosa, bastava a simples presença de Demonacte para restabelecer a paz — e sem dizer uma palavra ele se retirava. Na velhice acostumou-se a entrar em qualquer casa sem ser convidado, comer e dormir lá; e não havia casa em Atenas que não aspirasse a tamanha honra.[21] Luciano fala com menos simpatia de Peregrino, que experimentou a idéia cristã, abandonou-a pela doutrina cínica, denunciou Roma, convocou toda a Grécia para a revolta e assombrou a multidão em Olímpia erguendo e acendendo uma fogueira, saltando dentro e deixando-se consumir pelas chamas (165 d. C.).[22] O desprezo dos cínicos pela vida e as riquezas ia abrindo caminho para os monges medievais.

Quando Vespasiano, Adriano e Marco Aurélio estabeleceram cadeiras de filosofia em Atenas, deixaram de lado os cínicos e os cépticos, reconhecendo somente as outras escolas de pensamento: a Academia platônica, o Liceu Aristotélico, os Estóicos e os Epicuristas. A orgulhosa fé platônica na razão do homem estava diluída na dúvida universal de Carnéades; mas depois da morte de Carnéades sua escola reagiu na direção ortodoxa, e Antíoco de Ascalon, professor de Cícero na Academia (79 a. C.), retornou aos conceitos platônicos da razão, da imortalidade e de Deus. O Liceu devotava-se à ciência natural na tradição de Teofrasto, ou ao piedoso comentário das obras de Aristóteles. A escola de Epicuro estava em declínio; poucos homens nessa época religiosa ousavam professar suas doutrinas sem recorrer a cautelosas reservas diplomáticas. Na maior parte da Ásia grega as palavras *epicurista, ateísta* e *cristão* eram sinônimas, e expressavam horror e profanação.[23]

Já de muito tempo era o estoicismo a filosofia dominante. O rigor de perfeição de suas formas iniciais havia sido amaciado por Panécio e Possidônio, ambos cidadãos de Rodes. De volta a Atenas depois da morte de Cipião, Panécio, agora chefe da Stoa, definiu Deus como um espírito material ou sopro (*pneuma*) que permeava todas as coisas: aparecia nas plantas como poder de crescimento, nos animais como alma (*psyche*), no homem como razão (*logos*). Seus sucessores desenvolveram este vago panteísmo em uma filosofia religiosa mais definida. A teoria estóica da disciplina moral aproximava-se do ascetismo cínico; e como alguém já disse no século II o cinismo só diferia do estoicismo por usar um capote furado. Em Epicteto, como em Marco Aurélio, vemos os dois movimentos marchando rumo ao cristianismo.

III. EPICTETO

Epicteto nasceu em Hierápole, na Frígia, cerca de 50 d. C., filho de uma escrava e portanto escravo também. Teve escassa educação, porque andou passando das mãos

de um senhor para as de outros, até que caiu nas de Epafrodito, poderoso liberto da corte de Nero. Era fraco de saúde e aleijado, ao que parece em virtude da brutalidade de um dos seus donos, o que não o impediu de viver 70 anos. Epafrodito permitiu-lhe assistir às preleções de Musônio Rufo e depois libertou-o. Epicteto deve ter ficado em Roma como professor, porque quando Domiciano baniu os filósofos, seu nome figurava entre os que fugiram. Estabeleceu-se em Nicópolis, onde era procurado por estudantes de várias partes. Um deles foi Arriano da Nicomédia, mais tarde governador da Capadócia; Arriano tomou as palavras de Epicteto, provavelmente estenografadas, e publicou-as como *Diatribai* — "esfregação" ou cópias — hoje na lista dos melhores livros do mundo sob o título de *Discursos*. (Arriano publicou mais tarde uma *Encheiridion*, ou "Manual" sinóptico de Epicteto.) Os *Discursos* não são nenhum tedioso tratado formal, mas um clássico do falar franco e simples, que expressa uma individualidade modesta e bondosa, conquanto vigorosa e aguda: Epicteto aplicava seus sarcasmos aos outros e a si mesmo, imparcialmente, e com alegria caçoava de seu desordenado estilo. Não se queixou quando Demonacte, sabendo que o velho celibatário aconselhava o casamento, foi pedir-lhe a mão de sua filha; desculpou-se dizendo que ensinar a sabedoria é um serviço tão grande como gerar "duas ou três crianças de nariz chato".[24] Mais tarde casou-se para ter quem cuidasse de uma criança enjeitada que recolheu. Por esse tempo já a sua fama enchia o Império e o próprio Adriano contava-o entre seus amigos.

Semelhante a Sócrates nesses e em outros pontos, Epicteto punha de lado a física e a metafísica para armar um sistema de pensamento; seu único tema e sua paixão era a vida perfeita. "Que me importa que todas as coisas sejam formadas de átomos... ou de fogo e terra? Não nos basta que saibamos a verdadeira natureza do bem e do mal?"[25] Filosofia não é ler livros sobre sabedoria, mas sim treino na prática da sabedoria. Um homem deve moldar sua vida e sua conduta de modo que sua felicidade dependa o menos possível das coisas externas. Isto não requer a solidão do eremita; ao contrário, "os epicuristas e indecentes" devem ser condenados por afastarem os homens dos serviços públicos; o homem perfeito há que tomar parte na vida cívica. Mas aceitará com equanimidade todas as vicissitudes da sorte — pobreza, privações, humilhação, escravidão, dor ou morte; aprenderá a "suportar e renunciar".

> Nunca dizer a respeito de nada: "Eu perdi isto", mas somente: "eu restituí". Morre teu filho? Foi restituído. Falece tua mulher? Voltou para a fonte de onde veio. "Tomaram-me a granja." Muito bem; essa granja foi devolvida. Enquanto Deus te der alguma coisa, cuida dela como coisa que não é tua. ... "Ai de mim, que sou aleijado de uma perna!" Escravo! com que então censuras o universo por causa de uma miserável perna? Não a ofertas livremente ao todo?... Estas são as lições que a filosofia deve ensaiar, e escrever diariamente, e praticar. ... Uma plataforma ou um cárcere são lugares, um alto outro baixo; mas o vosso propósito moral deve conservar-se o mesmo nos dois lugares.[26]

O escravo pode ser espiritualmente livre, como Diógenes; o preso pode ser livre, como Sócrates; o imperador pode ser escravo, como Nero.[27] A própria morte é um incidente mínimo na vida do homem perfeito; e ele pode apressar a vinda da morte, se acha que o mal está em proporção com o bem;[28] em qualquer hipótese o homem perfeito recebê-la-á com tranqüilidade, como parte da secreta sabedoria da Natureza.

> Se os grãos de trigo pensassem, deviam rezar para não serem colhidos?... Quero que saibas que não morrer é um castigo. ... O navio naufraga. Que tenho de fazer? No quanto me seja possível, devo afogar-me sem medo, sem me abater nem clamar contra Deus, mas reconhecendo que o que nasceu deve também perecer. Sou parte do todo, como uma hora é parte do dia. Tenho de vir como a hora vem; tenho de ir como a hora vai.[29]... Olha-te como um fio de tantos que formam a tua roupa.[30]... Não procures que as coisas que te acontecem sejam como as desejas, e sim deseja que as coisas que te acontecem sejam como são — e encontrarás a tranqüilidade.[31]

Embora sempre fale da Natureza como força impessoal, freqüentemente Epicteto infunde personalidade, inteligência e amor em sua concepção. O clima de religiosidade dos tempos impregna sua filosofia com uma renúncia semelhante à do imperador estóico que breve iria lê-lo e fazer-se eco de seus pensamentos. Epicteto fala com bela eloqüência da majestosa ordem natural no espaço e no tempo e das evidências do Desígnio na Natureza, mas explica que "Deus criou alguns animais para serem comidos, outros para trabalharem nos campos, outros para produzirem queijo".[32] A mente humana, dizia ele, é instrumento tão maravilhoso que só um divino criador poderia concebê-la; e pelo fato de possuirmos razão, somos partes do Mundo Razão. Se pudéssemos traçar nossa ascendência até o primeiro homem, encontrá-lo-íamos criado por Deus; Deus é portanto o pai de todos nós e todos os homens são irmãos.[33]

> O homem que uma vez observou com compreensão o governo do mundo, e viu que a maior e mais abrangente comunidade é o sistema (*systema*, manter coeso) dos homens e Deus, e que de Deus veio a semente de que brotam todas as coisas e especialmente os seres racionais, porque não há-de esse homem chamar-se cidadão do mundo... mais ainda, filho de Deus?... Se algum homem pudesse entregar-se de corpo e alma a esta doutrina... penso que não abrigaria nenhum pensamento ignóbil ou nada de mau dentro de si... Quando comeis, atentai, pois, em quem é, e a quem estais nutrindo; quando coabitais com uma mulher, atentai em quem é que faz isso... Trazeis Deus convosco, pobres desgraçados, e não o sabeis![34]

Em uma passagem que podia ser assinada por São Paulo, Epicteto exorta seus discípulos não só a confiantemente se submeterem à vontade de Deus, como a se tornarem apóstolos de Deus entre os homens:

> Deus disse: "Ide e dai testemunho de mim."[35] ...Quem ouviu isso pode dizer: "Deus enviou-me ao mundo para ser seu soldado e testemunho, para dizer aos homens que suas aflições e temores são vãos, que ao homem perfeito nenhum mal atinge, quer viva ou morra. Deus manda-me agora para aqui, depois para ali; ele disciplina-me na pobreza e no encarceramento para que eu possa melhor testemunhá-lo entre os homens. Com tal missão a mim confiada, posso eu lá preocupar-me do lugar onde estou, ou de quem são meus companheiros, ou do que dizem em redor de mim? E não devo dar-me totalmente a Deus, a suas leis e mandamentos?"[36]

Epicteto sente-se cheio de respeito e gratidão em face do mistério e esplendor das coisas, e entoa ao Criador um *Magnificat* pagão que é uma das mais sublimes passagens na história de religião:

> Que língua será adequada para cantar o louvor de todas as obras da Providência?... Se tivéssemos senso, que estaríamos nós fazendo em público e em particular senão louvando a Deidade e proclamando seus benefícios? Quando cavamos ou aramos ou comemos acaso não devemos cantar hinos de louvor a Deus?... Que, pois? Desde que a maioria de vós está cega, não deve surgir alguém para fazer isso por vós, e por amor de todos cantar hinos de louvor a Deus?[37]

Embora não exista nenhuma referência à imortalidade e todas as idéias expostas tenham origem nos estóicos e cínicos, encontramos nessas páginas grande paralelismo com muitas atitudes do cristianismo inicial. Epicteto, na realidade, chega às vezes a ir além do cristianismo: condena a escravidão, denuncia a pena de morte e quer que os criminosos sejam tratados como doentes.[38] Advoga um diário exame de consciência[39] e proclama uma espécie de Regra de Ouro: "O que não queres sofrer não faças sofrer aos outros";[40] e acrescenta: "Se te contam que um homem falou mal de ti, não te ofendas mas dize: Ele não conhece todos os meus defeitos, do contrário não teria mencionado só esse."[41] Adverte o homem a pagar o mal com o bem,[42] e a "submeter-se quando injuriado";[43] a jejuar de vez em quando e a "abster-se das coisas que deseja".[44] Às vezes fala do corpo com o blasfemo desprezo de um anacoreta: "O corpo é de todas as coisas a mais desagradável e suja... Nada mais espantoso que amemos uma coisa para a qual todos os dias fazemos tão estranhos serviços. Eu encho este saco e depois o esvazio — que pode haver de mais fastidioso?"[45] Há trechos que lembram a piedade de Agostinho e a eloqüência de Newman: "Usa-me daqui por diante como quiseres, ó Deus; estou integrado em ti. Sou teu. Não quero ser isento de nada que a teus olhos pareça bom. Leva-me para onde quiseres; veste-me do tecido que quiseres."[46] E como Jesus, ele exorta os discípulos a não pensarem no dia de amanhã:

> Ter Deus como nosso pai, nosso criador, nosso guardião — não bastará isto para livrar-nos da aflição e do temor? E onde o dinheiro que preciso para alimentar-me, se não tenho nada?, perguntará alguém. Mas não vês os animais? Não tem cada um o suficiente para viver, sem que lhe falte o alimento próprio e os meios de vida adequados, e ainda em harmonia com a natureza?[47]

É de admirar que cristãos como São João Crisóstomo e Santo Agostinho o tenham louvado, e que seu *Encheiridion* tenha sido adotado, com pequenas mudanças, como guia e regra da vida monástica?[48] Não teria Epicteto lido em qualquer forma os ensinamentos de Jesus e não estaria sem o saber convertido ao cristianismo?

IV. LUCIANO E OS CÉPTICOS

Não obstante, neste último ato da cultura helenística vemos cépticos que revivem todas as dúvidas de Protágoras, e um Luciano que ridiculariza a fé com a insolência de Aristipo e quase o encanto de Platão. A escola de Pirro não estava morta na Alexandria do século I; Enesidemo de Cnosso reformulava as negações pírricas ao propor os famosos "Dez Modos" (*tropoi*) ou "contradições", que tornavam impossível o conhecimento. (Eis aqui alguns dos modos de Enesidemo: 1. Os órgãos dos sentidos [olhos, por exemplo] de diferentes animais e mesmo de diferentes homens variam de

forma e estrutura, e presumivelmente dão diversas imagens do mundo; como sabermos qual a imagem verdadeira? 2. Os sentidos nos transmitem só uma fração do objeto — *v. g.*, uma limitada faixa de cores, sons e cheiros; logo, a concepção que formamos do objeto é parcial e insegura. 3. Um sentido às vezes contradiz outro. 4. Nossa condição física e mental aviva ou atenua nossas percepções — vigília ou sono, mocidade ou velhice, movimento ou repouso, fome ou saciedade, amor ou ódio. 6. A aparência de um objeto varia conforme a condição do meio envolvente — luz, ar, frio, calor, umidade, etc., qual dessas aparências é a "real"? 8. Nada sabemos de modo absoluto, mas sim em relação a outra coisa, *ta pros ti.* 10. As crenças do indivíduo dependem dos costumes, das instituições, da religião e das leis em que esse indivíduo foi criado; nenhum homem pode pensar objetivamente).[49]

Lá pelo fim do século II, não se sabe ao certo onde e quando, Sexto Empírico formulou de modo definitivo a filosofia céptica em diversos volumes destruidores, dos quais só três chegaram até nós. Sexto enfrenta o mundo inteiro como seu inimigo; divide os filósofos em várias espécies e as destrói uma por uma. Escreve com o vigor necessário a um carrasco e com a ordem e clareza características dos filósofos gregos, e ainda com tiradas de humor sarcástico e tremenda lógica.

A cada argumento, diz Sexto, pode-se opor argumento igual, de modo que nada mais inútil que o debate. A dedução não merece fé a não ser que baseada na completa indução; mas a completa indução é impossível, porque nunca podemos dizer quando um "exemplo negativo" vai inverter-se.[50] "Causa" é apenas um antecedente regular (como Hume iria repetir), e todo conhecimento é relativo.[51] Do mesmo modo, não há nenhum bem ou mal objetivo; a moralidade muda ao cruzar as fronteiras,[52] e a virtude tem uma definição diferente em cada época. Todos os argumentos do século XIX a favor ou contra a possibilidade da existência de Deus estão em Sexto Empírico, e todas as contradições entre a onipotência benevolente e os sofrimentos do mundo.[53] Mas Sexto é ainda mais completo agnóstico que os agnósticos, quando afirma não podermos saber que não podemos saber; o agnosticismo é um dogma.[54] Mas consola-nos dizendo que nós não necessitamos da certeza. A probabilidade é suficiente para todos os propósitos práticos do homem, e a suspensão do juízo (*épochê*, hesitação; *aphasia,* não dizer nada) nas questões filosóficas em vez de perturbar o espírito traz-lhe uma descuidosa paz (*ataraxia*).[55] Entrementes, desde que nada é certo, aceitemos as convenções e crenças de nossa época e do lugar em que estamos — e humildemente adoremos nossos antigos deuses.[56]

Luciano teria pertencido à Escola Céptica se fosse dos que se amarram a um rótulo. Como Voltaire, com o qual se assemelha em tudo menos na piedade, escreveu sobre assuntos filosóficos com tanto brilhantismo que ninguém desconfiou que aquilo fosse filosofia. Como que para mostrar a expansão do helenismo, nasceu em Samosata, na remota Comagena: "Sou um sírio do Eufrates", disse ele; sua língua nativa era a síria e seu sangue, provavelmente semita.[57] Foi discípulo de um escultor, mas abandonou a escultura pela retórica. Depois de uma estada em Antioquia como advogado, pôs-se a correr mundo como prelecionista, disso vivendo sobretudo em Roma e na Gália; depois, em 165 d.C. estabeleceu-se em Atenas. Na velhice foi salvo da pobreza pelo piedoso e tolerante Marco Aurélio, que nomeou o irreverentíssimo duvidador de tudo para um cargo no Egito. Lá morreu em data que desconhecemos.

Dele se salvaram 76 "livros", muitos tão frescos e atuais como quando ele os leu ao público há 18 séculos. Luciano experimentou várias formas, e por fim adotou diálo-

go. Os seus *Diálogos das Heteras* eram bastante licenciosos e portanto conseguiam grandes assistências. Mas Luciano interessava-se mais pelos deuses do que pelas cortesãs e nunca os deixou em paz. "Quando eu era menino", diz seu Menipo, "e ouvia as histórias de Homero e Hesíodo sobre os deuses — deuses adúlteros, deuses rapaces, violentos, briguentos, incestuosos — achei tudo muito bem e, de fato, passei a me interessar intensamente. Mas depois que fiquei adulto, vi que as leis contradiziam esses poetas, pois proibiam o adultério e a rapacidade." Perplexo, vai Menipo pedir explicações aos filósofos, mas encontra-os tão ocupados em se refutarem uns aos outros que aquilo ainda mais lhe aumenta a confusão. Constrói então asas e vai ao céu ver as coisas com seus próprios olhos. Recebe-o Zeus magnanimamente e permite-lhe examinar o funcionamento do Olimpo. Zeus estava ouvindo as preces a ele dirigidas e que lhe chegavam por meio "de uma série de aberturas com tampas como as dos poços.

... Os que estavam no mar pediam, uns vento norte, outros vento sul. O lavrador pedia chuva, o oleiro pedia sol. ... Zeus parecia tonto, e não sabendo a que pedido atender, mostrou uma suspensão de juízo verdadeiramente acadêmica, numa reserva digna do próprio Pirro."[58] O grande deus rejeita algumas petições, atende a outra e depois arranja o tempo do dia: chuva para a Cítia, neve para a Grécia, uma tempestade no Adriático e "cerca de mil alqueires de granizo para a Capadócia". Zeus está preocupado com os novos deuses que se insinuaram em seu panteão; e considerando que o Olimpo está apinhado de estrangeiros causadores da elevação do preço do néctar, e que os velhos e verdadeiros deuses estão sendo espremidos, resolve nomear uma comissão de sete membros para atender às reclamações. No "Zeus Reperguntado", um filósofo epicurista indaga se os deuses estão sujeitos ao Fado. "Sim", responde o alegre Jove. "Por que, então, fazem-lhe os homens sacrifícios? Se o Destino governa tanto os homens como os deuses, por que sermos responsabilizados por nossas ações? ações?" "Hum!", resmunga Zeus, "vejo que você anda metido com aquelas pestes dos sofistas."[59] No "Zeus Tragoedus", a divindade está de mau humor porque vê grande multidão reunida em Atenas para ouvir Damis, o Epicurista, negar, e Tímocles, o Estóico, afirmar a existência e a solicitude dos deuses. Tímocles perde a disputa e sai correndo — e Zeus desespera de seu próprio futuro. Hermes o consola: "Ainda há muitos crentes — uma maioria de gregos, a ralé do povo e os bárbaros".[60] Que tais idéias não tenham acarretado a perda de Luciano é prova da extrema tolerância dos tempos ou de que os deuses gregos já estavam no fim.

Mas Luciano era tão céptico da retórica e da filosofia como da velha religião. No *Diálogo dos Mortos* Caronte ordena a um retórico, que em sua barca vai ser transportado para o outro mundo, que "se dispa dessas sentenças e cláusulas e antíteses de que está cheio" senão a barca vai ao fundo.[61] No "Hermotimus" um estudante entra com entusiasmo na escola de filosofia, na esperança de encontrar um substituto da fé; mas impressiona-se com a vaidade e ganância dos professores rivais, e é deixado intelectual e moralmente nu pelas mútuas refutações daqueles mestres; resultado: acaba concluindo que "tem de fugir dos filósofos como quem foge de cachorro louco".[62] Luciano define a filosofia como o esforço para "galgar uma elevação de onde se possa ver em todas as direções".[63] Vista de tal elevação, a vida humana afigura-se-lhe uma confusão grotesca, um coro caótico em que todos se movem e gritam como querem, "até que o empresário os vá retirando um a um do palco".[64] No "Caronte", Luciano pinta um escuro quadro da humanidade vista por olhos sobre-humanos do alto de al-

gum pico celeste: homens arando a terra, trabalhando, disputando, processando-se nas cortes, praticando agiotagens, furtando e sendo furtados, correndo atrás do prazer e do ouro; sobre suas cabeças, uma nuvem de esperança, temores, loucuras e ódios; e acima de tudo, os Fados tecendo a teia da vida de cada átomo humano; um homem é elevado muito acima da massa e depois cai com estrépito; e cada um por sua vez é arrastado da cena por um mensageiro da morte. Caronte vê dois exércitos em luta no Peloponeso: "Loucos", comenta ele, "não sabem que embora cada um ganhe todo um Peloponeso não terá no fim mais que um palmo de chão".[65] Luciano mostra-se imparcial como a natureza; satiriza os ricos por causa da ganância e os pobres por causa da inveja; e os filósofos por causa das teias de aranha e os deuses por não existirem. Por fim conclui, como Voltaire, que o melhor é cultivarmos nosso jardim. Menipo encontra Tirésias no inferno e pergunta-lhe qual a melhor vida. Então velho profeta responde:

> A vida do homem comum é a melhor e a mais prudente escolha que se pode fazer. Deixa a loucura da especulação metafísica e a investigação de origens e fins; admite todo esse hábil jogo de lógica como conversa vã e procura apenas um fim: como fazer o que tuas mãos encontram para fazer, e segue teu caminho sem nunca te entregares a uma paixão e sem deixares de sorrir.[66]

Se fizermos um balanço do pensamento grego dos dois primeiros séculos de nossa era, encontrá-lo-emos, a despeito de Luciano, impregnado de religiosidade. Os homens haviam no começo perdido a fé na fé e agarraram-se à lógica; agora estavam perdendo a fé na lógica e agarravam-se à fé. A filosofia através do cepticismo dos primeiros sofistas, do ateísmo de Demócrito, da cariciosa reconciliação de Platão, do naturalismo de Aristóteles e do panteísmo da Stoa, voltara ao misticismo, à submissão e à piedade. A Academia, através do cepticismo de Carnéades, passara dos mitos utilitários de seu fundador à erudita devoção de Plutarco; e breve culminaria com as celestiais visões de Plotino. Já tinham sido esquecidas as realizações científicas de Pitágoras, mas seu conceito da reencarnação revivera intensamente; os neopitagóricos estavam explorando o misticismo do número, praticando um cotidiano exame de consciência e pedindo que, depois de um mínimo de avatares, eles se fundissem em Deus — ainda que fosse preciso passar pelo Purgatório.[67] O estoicismo deixara de ser orgulhosa filosofia dos aristocratas, e havia encontrado a sua voz suprema em um escravo; sua doutrina da conflagração final do mundo, sua rejeição de todos os prazeres da carne, sua humilde renúncia às mãos de um Deus oculto estavam preparando os homens para a teologia e a moral do cristianismo. O Oriente ia conquistar a cidadela européia.

CAPÍTULO XXIV

Renascimento Helenístico

I. O EGITO ROMANO

O EGITO devia ser a mais feliz das terras, não só por ser abundantemente alimentado pelo Nilo como porque, de todos os países mediterrâneos, era o que mais se bastava a si próprio; rico em cereais e frutas, colhendo três safras por ano, inexcedido na indústria, exportador para centenas de nações e raramente perturbado por guerra civil ou estrangeira. E, no entanto, talvez por força dessas mesmas razões, "os egípcios", como Josefo observa, "parece que nunca em sua história gozaram um dia de liberdade".[1] Sua riqueza tentava os déspotas e conquistadores, e a lassidão tropical fazia com que o povo os suportasse — e assim foi durante 50 séculos.

Roma não classificou o Egito como província, mas como propriedade do imperador; daí o ser governado por um prefeito só responsável perante o imperador. Funcionários gregos administravam as três divisões, Baixo, Médio e Alto Egito, e os 36 "nomos" ou condados; e a língua oficial permaneceu a grega. Nenhum esforço foi feito para urbanizar a população, porque a função do Egito era a de celeiro de Roma. Grandes tratos de terra foram tomados aos sacerdotes e entregues aos capitalistas romanos ou alexandrinos e operados como latifúndios; os felás estavam afeitos à mais impiedosa exploração. O capitalismo de Estado dos Ptolomeus prosseguiu, embora em escala menor. Cada passo no processo agrícola era planejado e controlado pelo governo: a burocracia determinava que plantações fazer e em que quantidade; fornecia cada ano as sementes necessárias, guardava o produto nos armazéns do governo (*thesauroi*, tesourarias), exportava a quota de Roma, cobrava as taxas em espécie e vendia o resto no mercado. Trigo e linho eram monopólios do Estado; e pelo menos em Faium o mesmo se dava com os tijolos, os perfumes e o óleo de sésamo.[2] Permitiam-se empreendimentos particulares em outros campos, mas sempre regulamentados. Todos os recursos minerais pertenciam ao Estado, inclusive as pedreiras de mármore e as pedras preciosas.

A indústria caseira, já velha no Egito, expandia-se nas cidades — Ptolemais, Mênfis, Tebas, Oxirrinco, Sais, Bubástis, Náucratis, Heliópolis; e em Alexandria essa indústria era a metade da vida da trepidante capital. É provável que a indústria do papel houvesse chegado à fase capitalista, porque Estrabão conta como os donos das plantações de papiro limitavam a produção para elevar o preço.[3] Os sacerdotes transformavam os precintos dos templos em fábricas, ou centros de tecelagem para uso próprio ou para o mercado. Fora do serviço doméstico poucos escravos havia no Egito, porque os trabalhadores "livres" eram pagos com base no mínimo que lhes permitia não morrerem de fome. Às vezes esses operários faziam greves (*anachoresis*, secessão) — abandonavam o trabalho e asilavam-se nos templos, de onde saíam movidos pela fome ou atraídos por promessas. Outras vezes obtinham uma elevação de salários; os preços subiam e tudo continuava como antes. Permitiam-se associações operárias, mas o governo as usava como instrumentos de arrecadação de taxas e organização do trabalho forçado em diques, canais e outras obras públicas.

O comércio interno era ativo mas lento. Estradas pobres e transporte terrestre por meio de carregadores, jumentos ou camelos — que então haviam substituído os cavalos na África. Muito tráfico se fazia pelos canais. Um desses canais, de 150 pés de largura, completado no tempo de Trajano, ligava o Mediterrâneo ao Índico através do Nilo e do Mar Vermelho. De Arsínoe, Miosormo e Berenice, portos do Mar Vermelho, diariamente singravam barcos para África e Índia. O sistema bancário, financiador da produção, estava sob o controle do Estado. Cada capital de condado ou nomo tinha seu banco estatal, que agia como recebedor das taxas e repositório de fundos públicos. O governo fazia empréstimos aos agricultores, à indústria e ao comércio; havia ainda os empréstimos feitos pelos sacerdotes com os fundos dos templos, e os das associações de particulares constituídas com esse fim.[4] Tudo era taxado, até os enterros; e taxas adicionais sobrevinham de tempos em tempos, pagáveis em gêneros pelos pobres, e em liturgias pelos ricos. De Augusto a Trajano o Egito prosperou, ou prosperaram os donos do Egito; depois desse zênite, o país sucumbiu à exaustão dos tributos e taxas sem fim, e no letargo da economia dirigida.

Fora de Alexandria e de Náucratis, o Egito permaneceu triste e silenciosamente egípcio; a romanização mal passava da desembocadura do Nilo, e mesmo Alexandria, que fora a maior cidade grega, estava adquirindo no século II as características, o linguajar e o cheiro de uma metrópole oriental. Dos 8.500.000 da população total do Egito, 800.000 almas residiam na capital,[5] a cidade mais populosa depois de Roma (em 1930 tinha 573.000 habitantes) e em indústria, a primeira do mundo. "Toda gente em Alexandria tem ocupação", diz uma carta atribuída a Adriano; "todos têm seu negócio, e mesmo os cegos e aleijados acham o que fazer."[6] Vidro, papel e panos de linho eram lá produzidos em alta escala, em meio de mil outras coisas menores. Alexandria tornou-se o centro têxtil e da moda daqueles tempos; fabricava os tecidos e desenvolvia os estilos. Em seu grande porto estiravam-se nove milhas de cais a serviço da frota mercante. Era também um centro de turismo bem equipado de hotéis, de guias e intérpretes para os que vinham ver as pirâmides e os majestosos templos de Tebas. A principal avenida, com 77 pés de largura, reunia três milhas de colunatas, arcadas e atraentes lojas com todos os produtos da indústria humana. Em muitos cruzamentos havia espaçosos largos ou círculos denominados *plateai*, "praças" — donde o italiano *piazza*, e o *plaza* e *praça*. Imponentes estruturas ornavam a parte central — um grande teatro, um Empório ou bolsa, templos a Possêidon, César e Saturno, o Serapeum ou Templo de Serápis, e o grupo dos edifícios universitários conhecido como Museum — ou a Casa das Musas. Das cinco seções em que se dividia a cidade, uma era quase totalmente ocupada pelos palácios, jardins e edifícios administrativos dos Ptolomeus, agora usados pelo prefeito de Roma. E ali, em um belo mausoléu, jaziam os restos mortais do fundador da cidade, Alexandre, o Grande, preservados em mel e encaixados em vidro.

Gregos, egípcios, judeus, árabes, fenícios, persas, etíopes, sírios, líbios, cilícios, citas, indianos, núbios — quase todos os povos, mediterrâneos ou não, tinham representação demográfica em Alexandria. Formavam uma mistura volátil e inflamável, rixenta e desordeira, intelectualmente requintada e irreverentemente espirituosa, descarada no falar, a um tempo céptica e supersticiosa, frouxa de moral e alegre de modos, fanática por teatro, música e jogos. Díon Crisóstomo descreve a vida alexandrina como "uma perpétua folia... de dançarinos, flautistas e assassinos".[7] As cinco milhas de canais navegáveis enchiam-se de folgazões em gôndolas, a passear à noite, nos subúrbios de Canopo. Os concursos musicais despertavam o mesmo entusiasmo que as corridas de cavalos.

Se acreditarmos em Filo,[8] 40 por cento da população de Alexandria era judaica. A maioria dos judeus alexandrinos empregava-se na indústria e no comércio e vivia em grande pobreza;[9] muitos eram mercadores; menor número, agiotas; e alguns, bastante ricos para obter excelentes lugares no governo. No princípio confinados a um quinto da cidade, passaram a ocupar dois quintos. Eram governados pelas suas próprias leis e pelos mais idosos; Roma confirmou-lhes os privilégios concedidos pelos Ptolomeus de nada ser feito que lhes contrariasse a religião. Gabavam-se da magnífica sinagoga central, uma basílica de tais proporções que foi preciso adotar-se um sistema de sinais para que os fiéis do fundo entendessem as palavras do sacerdote.[10] Segundo Josefo, a vida moral dos judeus alexandrinos era exemplar, comparada com a da população "pagã".[11] Possuíam uma ativa cultura intelectual e muito contribuíam para a filosofia, a historiografia e a ciência. Por várias vezes a hostilidade racial agitou Alexandria; no *Contra Ápion* (um chefe anti-semita), Josefo expõe todas as causas, argumentos e lendas que até hoje perturbam as relações entre judeus e gentios. No ano 38 d.C. um bando de gregos invadiu as sinagogas e insistiu em nelas colocar a estátua de Calígula divinizado. O prefeito romano, Avílio Flaco, anulou a cidadania alexandrina dos judeus e ordenou aos que viviam fora do bairro original que para lá voltassem dentro de poucos dias. Passado o prazo, a populaça grega incendiou 400 casas de judeus e matou ou espancou os encontrados fora do gueto; 38 membros da *gerousia* ou senado judeu foram presos e publicamente flagelados em um teatro. Milhares perderam suas casas, suas economias, seus negócios. Havendo o sucessor de Flaco submetido a matéria ao imperador, duas delegações rivais — cinco gregos e cinco judeus — foram a Roma (40 d.C.) defender as respectivas causas perante Calígula. Mas Calígula morreu antes de decidir a questão. Cláudio restaurou os direitos dos judeus de Alexandria, confirmou-os na franquia municipal e severamente ordenou às duas facções que parassem com a briga.

II. FILO

O chefe da delegação judaica a Calígula era o filósofo Filo, irmão do arabarca, ou gerente do comércio exportador judeu de Alexandria. Eusébio o dá como pertencendo a uma antiga família sacerdotal.[12] Nada mais sabemos de sua vida, mas seu caráter pio e generoso ressalta dos muitos trabalhos que escreveu para expor o judaísmo ao mundo grego. Criado em atmosfera sacerdotal, profundamente dedicado a seu povo apesar de fascinado pela filosofia grega, Filo tomou como alvo supremo a tarefa de reconciliar as Escrituras e os costumes dos judeus com as idéias gregas, e acima de tudo com a filosofia do "sacratíssimo" Platão. Para isso adotou o princípio central de que todos os acontecimentos, personalidades, doutrinas e leis do Velho Testamento têm ao lado do sentido literal outro alegórico, e simbolizam certas verdades morais e psicológicas; baseado nisto, habilitou-se a provar tudo. Escrevia indiferentemente em hebraico ou grego, mas tão bem em grego que seus admiradores diziam: "Platão escreve como Filo."[13]

Mais teólogo do que filósofo, era um místico a pressagiar Plotino e a mentalidade medieval. Para Filo, Deus é o ser essencial do mundo, incorpóreo, eterno, indescritível; a razão pode conhecer-lhe sua existência, mas não lhe pode atribuir qualidades, visto que toda qualidade é uma limitação. Concebê-lo com forma humana é apenas uma concessão à imaginação humana, cuja base é sensorial. Deus está em toda parte;

"que lugar pode descobrir o homem onde não esteja Deus?"[14] Mas Deus não é tudo; a matéria é também incriada e eterna, mas não tem vida, movimento ou forma enquanto não invadida pelo sopro divino. Para criar o mundo e dar forma à matéria, e estabelecer relações com o homem, Deus usou um exército de seres intermediários, chamados anjos pelos judeus, *daimones* pelos gregos e Idéias por Platão. Esses seres podem ser considerados como pessoas, diz Filo, embora só existam de fato na Divina Mente, como os pensamentos e potências de Deus.[15] Juntas essas potências constituem o que os estóicos chamavam o Logos ou a Divina Razão criadora e diretora do mundo. Flutuando entre a filosofia e a teologia, entre idéias e personificações, Filo pensa às vezes no Logos como pessoa; e em um momento poético chama o Logos "o primeiro filho de Deus"[16] — filho de Deus e da virgem Sabedoria,[17] e diz que através do Logos Deus se revelou ao homem. Desde que a alma é parte de Deus, pode pela razão erguer-se a uma visão não propriamente de Deus mas do Logos. E talvez que, se pudermos nos libertar da matéria e dos sentidos e pelos exercícios ascéticos e longa contemplação tornar-nos por um momento puro espírito, consigamos em um momento de êxtase ver o próprio Deus.[18]

O Logos de Filo foi uma das idéias de maior influência na história do pensamento. São óbvios seus antecedentes em Heráclito, Platão e os estóicos; presumivelmente ele conhecia as últimas obras de literatura judaica onde aparece a Sabedoria de Deus como a criadora do mundo; e deve ter-se impressionado com o trecho do livro dos Provérbios, VIII, 22, onde a Sabedoria diz: "O Senhor possuiu-me no começo de seu caminho, antes de suas primeiras obras... fui constituída desde o princípio, antes de existir a terra." Filo foi um contemporâneo de Cristo, de quem aparentemente nunca ouviu falar, e sem o saber tomou parte na formação da teologia cristã. Os rabinos franziam a testa diante de suas interpretações alegóricas, considerando-as como escusas à literal obediência da Lei; encaravam a doutrina do Logos como uma fuga ao monoteísmo; e na paixão de Filo pela filosofia grega viam uma ameaça de assimilação cultural, uma dissolução racial e conseqüente desaparecimento dos judeus da Diáspora. Mas os padres da Igreja admiraram a contemplativa devoção de Filo, usaram largamente de seus princípios alegóricos nas respostas aos críticos das Escrituras Hebraicas e juntaram-se aos gnósticos e neoplatônicos na aceitação da mística visão de Deus como a coroa do empreendimento humano. Filo tentou a mediação entre o helenismo e o judaísmo. Do ponto de vista judaico falhou; do ponto de vista histórico foi bem-sucedido — e temos o resultado no primeiro capítulo do Evangelho de São João.

III. OS PROGRESSOS DA CIÊNCIA

Na ciência, Alexandria manteve-se cabeça do mundo helenístico, sem rival. Cláudio Ptolomeu figura entre os grandes astrônomos da antigüidade; e não obstante Copérnico, o mundo é ainda pragmaticamente ptolomaico. Nascido em Ptolomais, no Nilo, viveu a maior parte da vida em Alexandria, onde fez observações astronômicas de 127 a 151 de nossa era. O mundo honra-lhe o nome principalmente por sua rejeição da teoria de Aristarco de que a Terra gira em torno do Sol. Este erro imortal está enterrado na *Mathematikê Syntaxis,* ou "Arranjo Matemático" das estrelas, de Ptolomeu. Os árabes referiram-se a esta obra com um superlativo grego, *Al-megistê,* "O Maior", nome que a Idade Média corrompeu para *Almagest*, ou seja, *Almajesto* — como ficou sendo conhecida a obra de Ptolomeu. O *Almajesto* ditou as leis do céu até

a revolução de Copérnico. Mas Ptolomeu não visou outra coisa senão sistematizar as observações dos astrônomos anteriores, sobretudo de Hiparco. Descreveu o universo como esférico e dando diariamente volta à Terra imóvel. Por mais estranha que nos pareça esta concepção (embora ninguém possa dizer o que alguns futuros Copérnicos farão de nossos atuais Ptolomeus), a hipótese geocêntrica tornou possível computar, no estado da astronomia daquela época, a posição das estrelas e planetas mais exatamente do que poderia fazê-lo a hipótese heliocêntrica.[19] Ptolomeu sugeriu mais tarde uma teoria da excentricidade para explicar as órbitas dos planetas, e descobriu a evecção, ou aberração orbital da Lua. Mediu a distância entre a Lua e a Terra pelo método da paralaxe ainda em uso, e calculou-a em 59 vezes o raio da Terra. É aproximadamente o que está hoje assente; mas Ptolomeu seguiu Possidônio no cálculo do diâmetro da Terra e errou para menos.

Do mesmo modo que a *Syntaxis* dava forma final às antigas observações astronômicas, assim também o *Apanhado Geográfico* de Ptolomeu resumiu os conhecimentos geográficos do passado. Aqui também suas industriosas tábuas de latitude e longitude para as maiores cidades do globo aparecem viciadas pelas modestas medidas que Possidônio achou para a Terra; mas foi graças a esse erro tão animador que Colombo admitiu a possibilidade de alcançar as Índias em relativamente pouco tempo, velejando para o Ocidente.[20] Ptolomeu aparece como o primeiro a usar na geografia os termos *paralelos* e *meridianos*; e em seus mapas projetou muito satisfatoriamente o esférico sobre o plano. Mas era mais matemático do que astrônomo ou geógrafo; seu trabalho consistia antes de tudo em fixar fórmulas matemáticas. Na *Syntaxis* calculou excelente tábua de cordas. Dividiu o raio da Terra em 60 *partes minutae primae* ("primeiras pequenas partes"), que se tornaram nossos "minutos", e subdividiu-as em 60 *partes minutae secundae* ("segundas pequenas partes"), hoje os nossos "segundos".

Ptolomeu possuía o temperamento e a paciência de um verdadeiro cientista. Procurava apoiar todas as conclusões na observação — mas raramente em suas próprias. Só em um campo fez grande número de experiências: sua *Óptica*, um estudo da refração, foi aclamado como "a mais notável investigação experimental da antigüidade".[21] E é notável que o maior astrônomo, geógrafo e matemático de seu tempo haja escrito também um *Tetrabiblios*, ou "Quatro Livros", sobre o controle da vida humana pelas estrelas.

Entrementes um Arquimedes menor estava dando ao mundo clássico uma segunda possibilidade para o início da revolução industrial. O brilhante inventor e compilador do qual só sabemos o primeiro nome, Hero, publicou em Alexandria uma longa sucessão de tratados de matemática e física, de que se salvaram alguns traduzidos pelos árabes. (É incerta a data dessa publicação. Pauly-Wissowa coloca-a em 50 a.C. mais ou menos; Heiberg, Diels e Heath, em 225 de nossa era.[22]) Lealmente avisa aos leitores que os teoremas e invenções apresentados não eram propriamente seus, mas sim o trabalho dos séculos. Na *Dioptra* descreveu um instrumento semelhante ao teodolito, e formulou os princípios para a medição de distâncias a pontos inacessíveis. Na *Mechanica* estudou os usos e combinações de simples artifícios como a roda, o eixo, a polia, a alavanca, o parafuso, a cunha. Na *Pneumatica* analisou a pressão do ar em 78 experiências, na maior parte simples truques, como, por exemplo, mostrar que água ou vinho podem fluir de um mesmo orifício aberto no fundo de um recipiente, se fe-

charmos uma ou outra de duas entradas de ar no recipiente o qual é dividido por dentro em duas seções, uma com vinho outra com água.

Destes divertimentos foi levado a construir uma bomba com pistão e válvulas, um relógio hidráulico, um órgão de água e uma máquina a vapor. Neste invento, o vapor da água aquecida entrava em um globo por um tubo e escapava por escoadouros opostos, fazendo girar o globo em direção contrária à do vapor expelido. O agudo senso de humor de Hero impediu-o de desenvolver industrialmente sua invenção. Hero empregava o vapor para suster uma bola no ar, em fazer um passarinho mecânico cantar ou uma estátua soprar uma buzina. Na *Catoptrica* estudou a reflexão da luz e mostrou como construir espelhos que nos habilitem a ver-nos de costas, ou aparecermos de cabeça para baixo, ou com três olhos, dois narizes, etc. Ensinou aos mágicos a execução de truques por meio de engenhos secretos. Fazia água jorrar de uma fonte quando uma moedinha era inserida em uma fenda. Construiu um maquinismo oculto por meio do qual a água aquecida transbordava para um recipiente, cujo peso cada vez maior abria as portas do templo por meio de polias. Com essas e centenas de outras geringonças conseguiu Hero fama de taumaturgo — mas deixou de tornar-se um Watt.

Alexandria era já de longo tempo o maior centro de educação médica. Famosas escolas de medicina existiam em Marselha, Lião, Saragoça, Atenas, Antioquia, Cós, Éfeso, Esmirna e Pérgamo; mas de todas as províncias afluíam para a capital do Egito estudantes de medicina. Mesmo no século IV, com o Egito já em declínio, Amiano Marcelino escreveu que "para frisar a habilidade de um médico bastava dizer que estudou em Alexandria".[23] A especialização estava progredindo; "ninguém pode ser um médico universal", disse Filóstrato (*ca.* 225 d.C.); "é preciso que haja especialistas para ferimentos, febres, olhos, tísica".[24] Cadáveres eram dissecados em Alexandria, e parece até que houve casos de vivissecção em criaturas humanas.[25] É possível que no século I a cirurgia estivesse tão desenvolvida lá como depois em qualquer parte da Europa antes do século XIX. Já havia médicas, e não eram raras; uma delas, Metrodora, escreveu um tratado, ainda existente, sobre as moléstias do útero.[26] Grandes nomes adornam a história médica da época: Rufo de Éfeso, que descreveu a anatomia do olho, distinguiu entre nervos motores e sensoriais, e melhorou os métodos para estancar o sangue das operações cirúrgicas; Marino de Alexandria ficou famoso pelas suas operações cranianas; e Antilo, o maior oftalmologista dos tempos. Dioscórides da Cilícia (40-90 d.C.) compôs uma *Matéria Médica* em que descreveu cientificamente 600 plantas medicinais, livro que se manteve como a maior autoridade no assunto até o Renascimento. Recomendava pessários para evitar a concepção;[27] e sua receita de vinho de mandrágora para produzir anestesia cirúrgica foi aplicada com bons resultados em 1874.[28]

Sorano de Éfeso, lá por 116 de nossa era, publicou um tratado sobre moléstias femininas, parto e cuidados com os infantes, obra que só fica abaixo das de Hipócrates e Galeno entre todas as que se salvaram da medicina antiga. Descreve um espéculo vaginal e uma cadeira obstétrica, fornece excelente anatomia do útero e conselhos dietéticos e operantes, como o de banhar com azeite os olhos do recém-nascido;[29] sugere uma centena de processos para evitar a concepção, na maioria por medicação vaginal;[30] e, ao contrário de Hipócrates, permite o aborto quando o parto for perigoso para a vida da mulher.[31] Sorano revelou-se o maior ginecologista da antigüidade e não se fez nenhum outro progresso nesse campo até Ambrósio Paré, 15 séculos mais

tarde. Se todos os seus tratados tivessem chegado até nós, provavelmente o colocaríamos ao lado de Galeno.

O mais famoso médico dos tempos era o filho de um arquiteto de Pérgamo, o qual lhe deu o nome de Galeno, isto é calmo e pacífico, na esperança de que não se parecesse com a mãe.[32] Aos 14 anos o rapaz apaixonou-se pela filosofia e soube ser fiel. Aos 17 volta-se para a medicina e faz estudos na Cilícia, na Fenícia, na Palestina, em Chipre, em Creta, na Grécia e em Alexandria (mobilidade típica dos estudiosos daquele tempo); depois serviu como cirurgião na escola de gladiadores de Pérgamo e praticou por algum tempo em Roma (164-168 d.C.), onde suas curas lhe atraíram muitos clientes ricos e suas preleções reuniam honrosas assistências. De tal forma elevou-se a reputação do novo médico, que de todas as províncias recebia consultas — e confiantemente Galeno receitava pelo correio. Seu bom pai, esquecido dos propósitos do nome dado ao filho, aconselhara-o a não aderir a nenhuma seita ou partido e a sempre dizer a verdade. Galeno obedeceu, mas denunciando a ignorância e a venalidade de muitos médicos de Roma, dentro de pouco tempo teve de fugir dos inimigos que dessa maneira arrumara. Marco Aurélio chamou-o de volta para cuidar do jovem Cômodo (169) e tentou levá-lo em uma das campanhas contra os marcomanos; mas Galeno foi bastante hábil para ficar em Roma. Depois disso nada sabemos dele; só sabemos de sua obra.

Era tão volumosa como a de Aristóteles. Dos 500 volumes a ele atribuídos sobreviveram 118, num total de 20.000 páginas, abarcando todos os campos da medicina e vários da filosofia. São de pouco valor médico atualmente, mas abundam de informes incidentes e lhe revelam o vigor do espírito. Seu interesse pela filosofia deu-lhe o mau hábito de basear largas deduções sobre pequenas induções; a fé que tinha em sua própria ciência levava-o a um dogmatismo inadmissível para a mentalidade científica; e sua grande autoridade prolongou por séculos a vida de erros bastante sérios. Não obstante, foi Galeno o maior observador e o maior experimentalista da antigüidade no campo médico. "Confesso a doença de que sofri toda a minha vida: não confiar em nada antes de experimentar por mim mesmo, se possível."[33] Proibido de dissecar corpo humano vivo ou morto, dissecava e vivissecava animais, e muitas vezes tirou conclusões precipitadas, aplicando à anatomia do homem o que havia verificado na de macacos, cães, vacas e porcos.

A despeito de suas limitações, Galeno contribuiu mais para a anatomia do que qualquer outro observador da antigüidade. Descreveu minuciosamente os ossos do crânio e da espinha dorsal, o sistema muscular e lácteo, os condutos linguais, as glândulas submaxilares e as válvulas do coração. Mostrou que um coração extraído pode continuar a bater fora do corpo; provou que as artérias contêm sangue e não ar como a escola de Alexandria ensinara durante 400 anos. Por pouco não antecipou Harvey; pensou que a maior parte do sangue fluía nas veias para a frente e para trás, enquanto remanescente, misturado com ar nos pulmões, ia e vinha nas artérias. Foi o primeiro a explicar o mecanismo da respiração, e brilhantemente conjecturou que o principal elemento no ar que respiramos é também o que se mostra ativo na combustão.[34] Distinguiu a pleurisia da pneumonia, descreveu o aneurisma, o câncer, a tísica, reconhecendo a natureza infecciosa desta última. E acima de tudo assentou as bases da neurologia experimental. Fez os primeiros cortes na medula espinhal, determinou as funções motoras e sensoriais de cada segmento, compreendeu o sistema simpático, reconheceu sete dos 12 pares de nervos cranianos e provocou a afasia pelo corte do nervo

faríngeo. Mostrou que a lesão em um lado do cérebro produz desarranjos no lado oposto do corpo. Curou a dormência do quarto e quinto dedos da mão esquerda do sofista Pausânias por meio do estímulo plexo braquial em que o nervo ulnário, controlador daqueles dedos, se insere.[35] Revelou-se tão hábil na sintomatologia que preferia diagnosticar sem fazer perguntas ao paciente.[36] Fez muito uso da dieta, dos exercícios e da massagem; também empregava muitas drogas e viajou muito para obter as mais raras. Condenou a prescrição de resíduos e urina, tão popular naquele tempo,[37] recomendou cigarras secas para cólicas, excremento de cabrito para os tumores e deu uma longa lista de doenças curáveis com a teríaca — famosa droga usada por Mitrídates, o Grande, como antídoto e diariamente tomada por Marco Aurélio; era feita de cobras.[38]

Galeno prejudicou-se com a torrente das teorias precipitadas. Ridicularizava a magia e aceitava a adivinhação por meio dos sonhos. Admitia que as fases da lua afetavam a condição dos pacientes. De Hipócrates tomou a noção dos quatro humores (sangue e muco, bílis negra e amarela), ligou-a à doutrina dos quatro elementos de Pitágoras (água, ar, terra e fogo) e procurou reduzir todas as doenças ao desarranjo desses humores ou desses elementos. (Devemos observar que a medicina atual enfatiza as secreções glandulares.) Foi um vitalista convencido de que o *pneuma*, o sopro ou espírito vital penetrava e ativava todas as partes do corpo. A biologia mecanicista era sustentada por vários médicos, entre os quais Asclepíades, o propugnador da fisiologia encarada como um ramo da física; Galeno objetava que enquanto uma máquina não passa da soma de suas partes, um organismo, ao contrário, implica o controle de todas as partes pelo todo, visando uma finalidade. E como só um propósito pode explicar a origem, estrutura e função de órgãos, assim também o universo, dizia Galeno, só podia ser compreendido como instrumento e expressão de algum plano divino. Deus, entretanto, só opera por meio das leis naturais; não há milagres, e a melhor Revelação é a própria Natureza.

A teologia e o monoteísmo de Galeno conquistaram os cristãos, como mais tarde ganhariam os muçulmanos. Perderam-se quase todos os seus escritos originais no caos da invasão dos bárbaros, mas muito se salvou nas traduções árabes, que foram sendo passadas para o latim do século XI em diante. Galeno tornou-se então autoridade acima de qualquer crítica — o Aristóteles da medicina medieval.

O ímpeto criador da ciência grega chegou ao fim com Ptolomeu e Galeno. A experimentação foi encostada; só valia o dogma; a matemática reduziu-se a reafirmações da geometria, a biologia ficou em Aristóteles, a ciência natural, em Plínio; e a medicina marcou passo até ser retomada e renovada na Idade Média pelos médicos árabes e judeus.

IV. POETAS NO DESERTO

Do outro lado do Mar Vermelho ficava a Arábia, a misteriosa península que nem os faraós, nem os aquemênidas, nem os selêucidas, nem os ptolomeus, nem os romanos conseguiram dominar. A *Arábia Deserta* só era percorrida por árabes nômades, mas ao sul uma cadeia de montanhas, com seus cursos de água, permitia boa vegetação na *Arábia Felix*, o Iêmen de hoje. Nesses recessos ocultava-se o minúsculo reino de Sabá, o Sheba da Bíblia, tão rico em incenso e mirra, cássia e canela, aloés e nardo, sene, goma e pedras preciosas, que os sabatianos puderam construir em Mariaba e outros pontos, cidades orgulhosas de seus templos, palácios e colunatas.[39] Os mercadores árabes não somente vendiam produtos locais por altos preços como

também mantinham um tráfico por terra com o noroeste da Ásia e marítimo com a Índia, Pártia e Egito. No ano de 25 a.C. Augusto mandou Aélio Galo à conquista desse reino, mas as legiões não conseguiram tomar Mariaba e voltaram ao Egito dizimadas pelo calor e as doenças. Augusto contentou-se com destruir o porto árabe de Adana (Áden), a fim de assegurar o controle do comércio entre o Egito e a Índia.

A principal estrada de comércio ao norte de Mariaba seguia através da região noroeste da península, conhecida dos antigos como a Arábia Petréia, nome derivado de sua capital Petra, a umas 40 milhas de Jerusalém. Nesse reduto rodeado de escarpas rochosas os árabes nabateus estabeleceram no século II um reino que lentamente se enriqueceu com a passagem das caravanas, e se projetou de Leuce Come, no Mar Vermelho, até Damasco. Sob o rei Aretas IV (9 a.C. — 40 d.C.) o país atingiu o zênite; Petra tornou-se uma cidade helenística — aramaica na língua, grega na arte, alexandrina no esplendor das ruas. A esse tempo pertencem os mais belos dos gigantescos túmulos esculpidos nas rochas fora da cidade — rudes mas poderosas fachadas de colunas gregas em dois andares, às vezes com 100 pés de altura. Depois que Trajano anexou a Arábia Petréia ao Império (106), Bostra passou a ser a capital da Província da Arábia e Petra decaiu quando Bostra e Palmira consolidaram-se como pontos de cruzamento das caravanas do deserto, e os grandes túmulos passaram a "currais das manadas dos nômades".[40]

A mais curiosa feição do grande Império estava na impressionante quantidade de suas cidades. Nunca, até os tempos de hoje, a urbanização fora tão pronunciada. Lúculo, Pompeu, César, Herodes, reis helenísticos e imperadores romanos orgulhavam-se de fundar cidades novas e embelezar as velhas. E assim foram as cidades se sucedendo ao longo da costa mediterrânea, de modo que o viajante não caminhava 20 milhas sem encontrar uma — Raphia (Rafa), Gaza, Ascalão, Joppa (Jafa), Apolônia, Samaria-Sebasta e Cesaréia (Kaisaria). Estas cidades, embora situadas na Palestina, eram por metade gregas na população e predominantemente gregas na língua, na cultura e instituições — cabeças-de-ponte da invasão pagã na Judéia. Herodes despendeu grandes somas para tornar Cesaréia digna de Augusto, a quem fora dedicada; deu-lhe um belo porto, um grande templo, um teatro e um anfiteatro, "suntuosos palácios e muitos edifícios de pedra branca".[41] Longe, no interior, havia outras cidades greco-palestinenses — Livíade, Filadélfia, Gerasa (Djerasch) e Gadara (Katra). Em Gerasa ainda existe uma centena de colunas pertencentes às colunatas da rua principal; e as ruínas dos templos, do teatro, dos banhos bem como do aqueduto proclamam a todos os ventos a opulência daquela cidade no século II.

Gadara, onde as ruínas de dois teatros nos fazem lembrar das peças gregas, tinha fama pelas suas escolas, seus professores e autores. Lá viveu no século III a.C. Menipo, o filósofo cínico e humorista cujas sátiras ensinavam que tudo é vaidade exceto a vida justa, e forneceu um modelo para Lucílio, Varrão e Horácio. E lá Meleagro, 100 anos antes de Cristo, mostrou-se o Anacreonte de seu tempo, escrevendo epigramas a cortesãs e a jovens efebos, extravasando amor em suas obras.

> As taças se levantavam em homenagem ao Amor,
> Desde que a boca de Zenófila aqui iniciou seu doce império.
> Como me extasiavam seus lábios rosados
> E como se esvaía minh'alma em seus longos abraços![42]

Um desses amores, tão breves, calou em sua memória — Heliodora, que ele amou em Tiro.

> Entretecerei violetas brancas e verdes mirtos;
> Narcisos entretecerei e brilhantes lírios;
> E o perfumado açafrão e o jacinto azul;
> E por fim entretecerei rosas, o símbolo do amor,
> Para com tudo formar uma grinalda de beleza
> Para os macios cabelos de minha Heliodora.[43]

Mas o "Hades levou-a e a pó reduziu aquela flor em botão. Ó Mãe Terra, aperta-a de leve em teu seio, peço-te."[44]

Meleagro imortalizou-se com o reunir em uma "guirlanda" (*stephanos*) os versos elegíacos da Grécia, desde Safo até ele — e dessas coleções iria emergir a *Antologia Grega.* (O *Stephanos* de Meleagro combinou-se no século VI com a *Musa Paidikê*, antologia homossexual compilada por Estrabão de Sardes [50 a.C.]. Subseqüentes adições foram feitas, principalmente de versos cristãos; e a *Antologia* adquiriu sua forma atual em Constantinopla, lá pelo ano 920 de nossa era.) Temos aqui o epigrama grego do melhor ao pior, polido como uma jóia ou vazio como uma pose; foi desassisado arrancar estas quatro mil flores de seus ramos para formar esta grinalda murcha. Alguns dos versos comemoram grandes homens esquecidos, ou estátuas famosas, ou parentes mortos; alguns, a bem dizer, são autotáfios, como quando uma mulher que morreu de um parto tríplice exclama lamentosa: "Depois disto, as mulheres que rezem pedindo filhos."[45] Alguns são farpas dirigidas aos médicos, às mulheres de mau gênio, aos armadores, pedagogos, maridos enganados; ou ao avarento desmaiado que volta a si ao lhe fazerem cheirar uma moeda; ou o neto do gramático, que mostrou sucessivamente os três gêneros;[46] ou o pugilista que se aposenta, casa e passa levar mais bofetões do que quantos tomou no ringue; ou o anão que levado por um mosquito julga que está sofrendo o rapto de Ganimedes. Um epigrama celebra "aquela mulher famosa que dormiu só com um homem". Outros dedicam oferendas aos deuses: Laís pendura o espelho por inútil, já que não a mostra mais como ela era; Nícias, depois de servir aos homens durante 50 anos, entrega seu cinto a Vênus. Algumas estâncias glorificam a dilatação arterial do vinho como mais sábia que a sabedoria. Uma honra a incessante monogamia do adúltero que um desabamento soterrou nos braços de sua amante. Algumas são endechas pagãs sobre a brevidade da vida; outras são afirmações cristãs de uma feliz ressurreição. Na maioria, versos que saúdam a beleza da mulher e dos rapazes, e cantam o atormentado êxtase do amor; tudo quanto a literatura posterior disse sobre a comichão amorosa está na *Antologia,* dito de modo breve e pleno. Meleagro faz de um mosquito o seu alcoviteiro, ao encarregá-lo de uma mensagem a seu amor do momento. E seu conterrâneo Filodemo, o filosófico mentor de Cícero, entoa melancolicamente versos à amada Xanto:

Rosto pálido de cera, perfumado seio macio,
Olhos profundos onde as Musas se aninham,
Doces lábios que dão o prazer perfeito —
Canta-me o teu canto, pálida Xanto, canta...
A música é breve, extingue-se depressa. De novo
Repete — repete a triste, a doce ária,
Com os perfumados dedos fere as cordas —
Deleite de amor, ó pálida Xanto, canta.[47]

V. OS SÍRIOS

Para o norte, ao longo da costa, ficavam as antigas cidades da Fenícia, a qual, como a Palestina, fazia parte da província romana da Síria. Seus industriosos trabalhadores, e hábeis mecânicos, e a favorável posição de seus portos, mais o espírito comercial da raça mantiveram-na viva através de todas as vicissitudes durante mil anos. Tito (Sur)

ostentava edifícios ainda maiores que os de Roma[48] e piores cortiços; a cidade cheirava mal em virtude dos estabelecimentos de tinturaria, mas consolava-se com o pensamento de que o mundo inteiro lhe comprava os tecidos de vivas cores, e acima de tudo as sedas purpurinas. Sídon havia talvez descoberto a arte de soprar vidro e especializara-se em vidros e bronze. Berytus (Beirute) distinguia-se por suas escolas de medicina, retórica e direito; e é muito provável que dessa universidade os grandes juristas Ulpiano e Papiniano fossem para Roma.

Nenhuma província do Império sobrepujava a Síria em indústria e prosperidade. Onde hoje três milhões de habitantes vivem com esforço, no tempo de Trajano viviam 10.000.000 de pessoas.[49] Cinqüenta cidades dispunham de água potável, banhos públicos, esgotos, bons mercados, ginásios e palestras, salões de conferência e música, escolas, templos e pórticos, basílicas, arcos e galerias de arte e mais coisas características do século I de nossa era.[50] A mais antiga dessas cidades, Damasco, situada no Líbano e fortificada pelo deserto circundante, transformara-se em um jardim graças a seu sistema fluvial, em que predominava o chamado "rio de ouro". Muitas estradas de caravana convergiam para lá, enchendo-lhe os bazares com produtos de três continentes.

Caminhando para o norte pelas estradas poeirentas de hoje, o viajante moderno espanta-se de encontrar na pequena aldeia de Baalbeck ruínas de majestosos templos e um propileu, outrora o orgulho de Heliópolis, a greco-romano-síria Cidade do Sol. Lá plantou Augusto uma pequena colônia, e a cidade cresceu como o sagrado sólio de Baal, o Deus-Sol, e ponto de encontro das estradas para Damasco, Sídon e Beirute. Sob Antonino Pio e seus sucessores, arquitetos romanos, gregos e sírios ergueram no lugar de velho templo fenício a Baal o imponente santuário de Iuppiter Heliopolitanus. De uma pedreira a uma milha de distância vinham os enormes blocos de pedra; um deles media 62x14x11 pés — material suficiente para a construção de uma casa inteira. Cinqüenta e um degraus de mármore de 150 pés de comprimento levavam ao propileu, um pórtico em estilo coríntio. Para além da colunata do antepátio e do pátio erguia-se a estrutura principal do templo, do qual ainda restam 58 colunas de 62 pés de altura. Perto vemos as ruínas de um templo menor, que uns julgam de Vênus, outros, de Baco ou Deméter; 19 colunas sobrevivem e um belo portal delicadamente esculpido. Resplandescente em sua solitária grandeza sob o céu sem nuvens, as colunas desses templos figuram entre as mais belas da antigüidade. Ali sentimos melhor que na Itália a grandeza que foi Roma, a riqueza e coragem, a habilidade e o bom gosto que a levaram a construir em cidades tão distantes e espalhadas pelo mundo templos maiores e mais majestosos que os da própria capital.

Quadro similar apresenta-se ao viajante que partindo de Homs, a antiga Emesa, vai ter a Tadmor, nome que os gregos traduziram para Palmira, a cidade de uma Miríade de Palmeiras. O solo fértil e a feliz posição junto a duas copiosas fontes nas estradas de Emesa e Damasco ao Eufrates transformaram-na em uma das maiores cidades do Oriente; e a longa distância em que estava de outros centros habilitou-a a manter-se independente a despeito de sua nominal subordinação aos reis selêucidas e imperadores romanos. A grande praça central era flanqueada de pórticos sustentados por 454 colunas; e nos quatro principais cruzamentos de ruas levantavam-se imponentes arcos, dos quais o único que ainda resta nos permite avaliar os demais. A glória da cidade residia no Templo do Sol, dedicado (30 d.C.) à suprema trindade, Bel (Baal), Yarhibol (sol) e Aglibol (a lua). O tamanho do templo continuava as tradições de imensidade dos assírios. Seu pátio, o mais amplo do Império, encerrava uma colunata sem rival, de quatro mil pés de extensão. No pátio e no templo havia esculturas, cujos remanescentes nos levam, em matéria de arte tanto quanto geograficamente, a aproximar Palmira da Pártia.

Uma estrada real que começava em Palmira alcançava o Eufrates em Dura-Europus, onde (100 d.C.) os mercadores dividiam seus lucros com a trindade dos deuses palmirinos, erguendo um santuário meio grego meio indiano; e um pintor oriental adornou as paredes de afrescos que ilustram vivamente a origem oriental da arte bizantina e da primitiva fase cristã.[51] Mais para norte do grande rio, ficavam as importantes cidades de Thapsacus e Zeugma. A oeste de Thapsacus o viajante passava por Beréia (Alepo) e Apaméia, e ia alcançar o Mediterrâneo em

Laodicéia — que conservava seu antigo nome de Latakia e ainda era um porto muito ativo. Entre esse porto e Apaméia o rio Orontes corria para norte, por entre ricas propriedades marginais, até Antioquia (Antakia), capital da Síria. Esse rio e várias estradas levavam a Antioquia os produtos do Oriente, enquanto o porto mediterrâneo de Selêucia Pieria, 14 milhas rio abaixo, trazia-lhe os produtos do Ocidente. A maior parte da cidade ficava em uma encosta, com o Orontes aos pés; situação muito pitoresca, que ajudou Antioquia a rivalizar Rodes como a mais bela cidade do Oriente helenístico. O sistema de iluminação noturna tornava as ruas de Antioquia tão seguras de noite quanto de dia. A avenida principal, de quatro milhas e meia de comprimento, era calçada de pedra e tinha colunatas cobertas dos dois lados, de modo que os transeuntes podiam ir de um extremo da cidade a outro sempre ao abrigo do sol e da chuva. Água pura em abundância em todas as casas. A população de 600.000 almas, composta de sírios, gregos e judeus, era alegre, incansável na procura do prazer, sempre indecisa entre o anfiteatro e o circo, os bordéis e os banhos, e muito amiga de Dafne, o famoso parque suburbano; aquela gente sorria dos pomposos romanos que vinham governá-los. Folia abundante, sempre abençoada por Afrodite. Durante a festa de Brumália, que durava todo o mês de dezembro, a cidade inteira — conta uma testemunha do tempo — parecia uma taverna e à noite as ruas ressoavam de música e alegria.[52] Embora lá houvesse escolas de retórica, medicina e filosofia, Antioquia nunca foi um centro de cultura. O povo vivia no presente e quando precisava de religião procurava os astrólogos, magos, fazedores de milagres e charlatães.

O quadro geral da Síria sob o domínio romano é um quadro de prosperidade mais contínua do que em qualquer outra província. A maioria dos trabalhadores eram homens livres; só no serviço doméstico havia escravos. Classes superiores helenizadas, e as inferiores orientais; na mesma cidade filósofos gregos ombreavam com prostitutas do templo e sacerdotes emasculados; e até mesmo no tempo de Adriano crianças eram de quando em quando oferecidas aos deuses em sacrifício.[53] A escultura e a pintura assumiram um tom semi-oriental, semimedieval. A língua grega prevalecia no governo e na literatura, mas as línguas nativas — sobretudo o aramaico — predominavam entre o povo. Nicolau de Damasco, além de ter sido mentor de Antônio, Cleópatra e Herodes, empreendeu a extenuante tarefa de escrever uma história universal — trabalho, diz ele, que o próprio Hércules tinha evitado.[54]

VI. ÁSIA MENOR

Ao norte da Síria ficava o reino "cliente" — e mais tarde a província — de Comagena, com uma populosa capital em Samosata, a terra de Luciano. Do outro lado do Eufrates, o minúsculo reino do Esrhoene, cuja capital, Edessa (Urfa), Roma fortificou para base de operações contra a Pártia; falaremos novamente dessa cidade nos dias cristãos. A oeste da Síria o viajante entrava na Cilícia (como hoje entra na Turquia) pela cidade de Alexandria Issi (Alexandreta). Esta província, a de Cícero, era altamente civilizada ao sul da costa da Ásia Menor, mas ainda bárbara na zona montanhosa do Taurus. Tarsos (Tersous), a capital, não era nenhuma "cidade humilde", disse seu filho São Paulo, mas um centro afamado por suas escolas e filósofos.

Defronte à Cilícia, no Mediterrâneo, a ilha de Chipre entregava-se desde tempos imemoriais à mineração do cobre, abatia ciprestes, construía barcos e suportava com paciência a sucessão dos conquistadores. As rendosas minas estavam agora nas mãos dos romanos, que as operavam com escravos. Galeno conta que em seu tempo desmoronou uma galeria e soterrou centenas de trabalhadores — incidente periódico na geologia econômica dos homens.

Ao norte da Cilícia ficava a árida e montanhosa Capadócia, rica em minerais, gado, trigo e escravos para exportação. E a oeste da Capadócia, a Licaônia iria entrar para a História com as visitas de São Paulo a Derbe, Listra e Iconium.

Novamente ao norte ficava a Galácia, fundada e batizada pelos gauleses do século III a. C.; seu mais famoso produto foi a Pedra Preta de Pessino mandada a Roma como símbolo de Cibele; e sua principal cidade foi Ancira, capital dos hititas há 3.500 anos e da Turquia hoje. A oeste da Cilícia a província de Pisídia ostentava belas cidades, como Xanthus, que ia revivendo depois do suicídio em massa diante de Bruto, e Aspendus, cujo teatro está tão bem conservado que quem hoje o visita tem a impressão de ouvir Menandro ou Eurípides.

A oeste e norte de Pisídia ficava a província da "Ásia", dividida em várias partes — Frígia, Cária, Lídia e Mísia. Nestas terras, onde a civilização jônica floresceu durante séculos, Filóstrato contou 500 cidades com uma população total maior do que a região pode alimentar hoje. Solo fértil; perícia manual recrescente e portos que se aproveitavam do desenvolvimento dos ricos mercados da Itália, África, Espanha e Gália. A Frígia era montanhosa, mas gabava-se de cidades como Apamea Celaenae — que na "Ásia" Estrabão só colocava abaixo de Éfeso — e Laodicéia, terra de sábios e milionários filantrópicos. Cnido era ainda muito importante para fazer aliança com Roma, mas Halicarnasso declinara, passando de Heródoto a Dionísio — um excelente crítico literário em um historiador sem senso crítico. Mileto já não era o que fora, conquanto permanecesse ativo o seu porto; o oráculo de Apolo no templo da vizinha Dídima continuava a responder com charadas às perguntas propostas, e os contadores de história da região estavam tecendo as picarescas "Histórias Milesianas" que depois apareceram sob a forma de novela grega. Priene era uma pequena cidade, que seus cidadãos insistiam em embelezar com lindos edifícios. No século I a.C. uma mulher foi eleita em Priene para o mais alto cargo municipal; a influência da riqueza e de Roma estava elevando o *status* da mulher nas terras helênicas. Magnésia, às margens do rio Meandro, possuía o que muitos consideravam talvez o mais belo templo da Ásia — dedicado a Ártemis (129 a.C.) e desenhado por Hermógenes, o maior arquiteto dos tempos. Em Micale os *koinon,* ou comuns, ainda se reuniam anualmente no conselho geral da união jônica.

Das ilhas fronteiras à costa da Cária, Cós prosperou com a indústria da seda e sua escola de medicina hipocrática; e Rodes (isto é, a Rosa) permanecia, embora já decadente, a mais bela cidade do mundo grego. Quando depois da Guerra Civil Augusto procurou atenuar a desgraça das cidades orientais com o cancelamento de todas as dívidas, Rodes recusou-se a aceitar o benefício e religiosamente pagou o que devia. Em conseqüência, reconquistou rapidamente sua posição de banco do Mar Egeu, voltando a ser o porto medianeiro da navegação entre a Ásia e o Egito. A cidade de Rodes ficou célebre com seu Colosso caído, suas belas estruturas, as estátuas famosas, as ruas muito limpas, o hábil governo aristocrata e as famosas escolas de retórica e filosofia. Lá Apolônio Molo ensinou a César e a Cícero as artes da composição, que por intermédio deles iriam futuramente influenciar a prosa latina.

O mais famoso personagem da Rodes daquele período foi Possidônio, o último grande espírito sintetizador da antigüidade. Nascido no ano 135 a.C. em Apaméia da Síria, ganhou fama no começo como corredor de resistência. Depois de estudar com Panécio em Atenas foi morar em Rodes e atraiu vultos como Pompeu e Cícero às suas preleções sobre a filosofia estóica. Em 83 mudou-se para Roma, lá falecendo três anos depois. Sua perdida *História Universal* — abrangendo Roma e possessões de 144 a 82 a.C. — foi classificada pelos antigos sábios como obra rival da de Políbio. O relato de sua viagem à Gália e seu tratado *Sobre o Oceano* seriam fontes básicas de Estrabão. O

cálculo de Possidônio sobre a distância da Terra ao Sol — 52.000.000 de milhas — aproxima-se mais das medições modernas do que qualquer outro cálculo antigo. Foi a Cádis estudar as marés, e explicou-as pela ação conjunta do Sol e da Lua. Calculou com erros, para menos, as distâncias atlânticas e predisse que um navio saindo da Espanha chegaria às Índias depois de navegar oito mil milhas. A despeito de sua familiaridade com a ciência natural, aceitava muitas das idéias espiritualistas da época — *daimones,* adivinhação, astrologia, telepatia e a faculdade de elevar-se a alma a uma união mística com Deus, ao qual Possidônio definia como a Vida-Força do mundo. Cícero classificou-o generosamente como o maior dos estóicos; e podemos considerá-lo um precursor dos neoplatônicos, uma ponte entre Zenão e Plotino.

Seguindo a costa asiática ao norte da Cária, o viajante penetrava na Lídia e em sua grande capital, Éfeso, cidade que floresceu como nunca sob o domínio romano. Embora fosse Pérgamo a capital oficial da "Ásia", Éfeso tornou-se a sede do proconsulado romano; era também o principal porto da província e o ponto de reunião da Assembléia provincial. Sua poliglota população de 225.000 almas ia desde os sofistas filantrópicos até a barulhenta e supersticiosa ralé. Suas ruas eram calçadas, iluminadas e sombreadas pelos pórticos. Havia lá os edifícios públicos habituais, alguns desenterrados em 1894: um *museum* ou centro científico, escola de medicina, biblioteca de fachada estranhamente barroca e um teatro para 56.000 espectadores, no qual Demétrio, o fazedor de imagens, iria levantar a populaça contra São Paulo. O verdadeiro centro da cidade (e o banco principal) era o Templo de Ártemis, rodeado de 128 colunas, cada uma presente de um rei. Os sacerdotes eunucos eram ajudados por sacerdotisas virgens e uma legião de escravos; os ritos compunham-se de uma mistura de Grécia e Oriente; e a barbaresca estátua de Artemis tinha duas fileiras de seios extranumerários, simbolizando a fecundidade. O Festival de Ártemis enchia todo o mês de maio com alegria, festividade e jogos.

Esmirna, apesar de seus pescadores, tinha uma melhor atmosfera. Apolônio de Tiana, que tanto viajou, considerava-a "a mais bela cidade sob o sol".[55] Seu orgulho eram as ruas retas, suas colunatas de dois andares, a biblioteca e a universidade. Um de seus mais famosos filhos, Élio Aristides (117-187 d. C.), pintou-a em termos que revelam o esplendor dessas cidades romano-helenísticas:

> Segue de leste a oeste e passarás de um templo a outro, de uma elevação a outra, por uma rua mais bela que seu nome (Via Dourada) Sobe a acrópole: o mar arqueja lá embaixo, os subúrbios te rodeiam, a cidade em três planos que descem enche a taça de tua alma. ... Tudo, a começar da praia, é uma brilhante massa de ginásios, mercados, teatros... banhos — tantos banhos, que o difícil é a escolha... fontes e passeios públicos, e água corrente em todas as casas. A abundância de espetáculos é indizível, e de concursos e exposições, e a variedade de produtos locais. De todas as cidades é a mais adequada a quem quer viver na comodidade, e filosofar em paz.[56]

Élio foi um dos muitos retóricos e sofistas cujas famas atraíam estudantes de toda a Hélade para Esmirna. Seu mestre Polemo foi tão grande (diz Filóstrato) "que falava com cidades como a inferiores, a imperadores como não superiores e aos deuses como a iguais".[57] Quando prelecionou em Atenas, Herodes Ático, seu maior rival em eloqüência, ia ouvi-lo como atento aluno; e em paga desse privilégio, remunerou-o com 150.000 dracmas ($ 90.000); e como Polemo não pronunciasse palavra de agradecimento, Herodes sentiu que havia pago pouco, e mandou-lhe mais 100.000 dracmas; Polemo calmamente as recebeu como coisa devida. Esse filósofo empregava sua fortuna no embelezamento de sua cidade de adoção; tomava parte em seu go-

verno, harmonizava as facções e serviu-a como embaixador. Diz a tradição que atacado de artritismo e considerando insuportáveis as dores, fechou-se no túmulo de seus avós em Laodicéia e deixou-se morrer de inanição aos 56 anos de idade.[58]

Sardes, a velha capital de Creso, era ainda "uma grande cidade" no tempo de Estrabão. Muito se impressionou Cícero com o esplendor de Mitilene, que no século III Longo ia descrever em termos que nos sugerem Veneza.[59] Pérgamo brilhava com o grande altar e os custosos edifícios levantados pelos reis atálidas à custa do tesouro engordado pelo labor dos escravos nas florestas, campos, minas e fábricas. Átalo III antecipou a expansão romana legando seu reino a Roma em 133 a. C. Aristônico, filho de Êumenes II com uma concubina, denunciou o legado como feito à força, levantou em rebelião os escravos e os pobres livres, bateu um exército de Roma (132), tomou muitas cidades e com o auxílio de Blóssio, professor dos Gracos, planejou um Estado socialista. Os reis vizinhos da Bitínia e do Ponto juntaram-se a Roma para suprimir o levante e Aristônico faleceu em um cárcere romano. Esta revolta e as guerras de Mitrídates interromperam por meio século a vida cultural de Pérgamo, e Antônio saqueou sua famosa biblioteca em benefício da de Alexandria, parcialmente queimada no tempo de César no Egito. Pérgamo deve ter-se restaurado sob Vespasiano, porque Plínio, o Velho, considerou-a a mais brilhante cidade da Ásia. Entrou em grande febre de construções no tempo dos Antoninos, e no Asclepieum desenvolveu uma escola médica da qual saiu Galeno para curar o mundo.

Bem ao norte Alexandria Tróade foi sede de uma colônia romana fundada por Augusto em memória da suposta origem troiana de Roma — e o que forneceu aos romanos um bom pretexto para reclamar aqueles territórios. Em um outeiro vizinho (Hissarlik) a velha Tróia foi reconstruída como a nova Ilium, e tornou-se ponto obrigatório de turismo, onde os guias apontavam o lugar exato de cada façanha pintada na *Ilíada*, e a caverna onde Páris pronunciou seu famoso julgamento sobre qual a mais bela das deusas, Hera, Afrodite e Atena. Na Propôntida, Cízico armava navios e manteve uma frota mercante inferior apenas à de Rodes. Lá construiu Adriano um templo a Perséfone, o qual se tornou uma das glórias da Ásia. Suas colunas, diz Dion Cássio, mediam seis pés de diâmetro e 75 de altura, e todas feitas de uma pedra só.[60] Erguido no topo de uma colina, aparecia tão alto que Élio considerava supérfluo o farol do porto.

Do Mar Vermelho ao Mar Negro floresceu uma centena de cidades dentro da *Pax Romana*.

VII. O GRANDE MITRÍDATES

Ao longo das praias do norte da Ásia Menor estendiam-se a Bitínia e o Ponto, montanhosas no interior, mas ricas em madeira e minérios. Aqui uma mistura de trácios, gregos e iranianos envolvia a velha cepa hitita. Uma linha de reis greco-trácios governou a Bitínia, construiu sua capital na Nicomédia (Is-nikmid) e grandes cidades em Prusa e Nicéia (Is-nik). Lá por 302 a.C. um nobre persa, piedosamente chamado Mitrídates, criou para si próprio um reino com as terras da Capadócia e do Ponto, e fundou uma forte dinastia de monarcas helenizantes, com capitais em Comana Pôntica e Sinope. O domínio de Mitrídates aumentou e acabou interferindo com a política de Roma. Nas lutas que se seguiram — as Guerras Mitridáticas — o temível persa uniu a Ásia ocidental e a Grécia européia numa rebelião que se houvesse vencido mudaria a face da História.

Mitrídates tinha 11 anos quando herdou o trono do Ponto. Sua mãe e seus tutores conspiraram para matá-lo. O menino fugiu do palácio, disfarçou-se e por sete anos viveu nas florestas como caçador, vestido de peles. Por volta do ano 115 a. C. um golpe de Estado depôs a rainha e restaurou-o no poder. Receoso das conspirações características das cortes orientais, Mitrídates VI tomou a precaução de ingerir cada dia uma pequena porção de veneno a fim de desenvolver a imunidade contra os venenos mais comuns na época. No decorrer de suas experiências descobriu muitos antídotos; daí seu

interesse pela medicina, campo em que reuniu informações de tal valor que Pompeu as fez verter para o latim. Sua vida selvática e estrênua deu-lhe grande força física e moral; tornou-se fisicamente um gigante; quando mandou para Delfos sua armadura, os peregrinos assombraram-se. Emérito cavaleiro e guerreiro, tinha fama de alcançar um veado na corrida, guiar oito parelhas de cavalos, cavalgar até 120 milhas em um só dia.[61] Gabava-se de comer e beber mais que qualquer outro homem, e de atender a um harém numeroso. Pintam-no os historiadores romanos como homem cruel e traiçoeiro, que matou a mãe, o irmão, três filhos e três filhas;[62] mas Roma não nos transmitiu a versão do outro lado. Tinha sua cultura, podendo falar 22 línguas e nunca precisou de intérprete;[63] estudou letras gregas, era apreciador da música e das artes gregas, embelezou os templos gregos e manteve em sua corte sábios, poetas, filósofos gregos. Colecionava objetos de arte e emitiu moedas de inexcedível beleza. Mas compartilhava da sensualidade e grosseria do ambiente semibárbaro e aceitava as superstições de seu tempo. Mitrídates não se defendeu contra Roma com as esclarecidas manobras de um grande general de larga visão, mas com a coragem intempestiva da fera acuada.

Semelhante homem não podia contentar-se com o pequeno território que lhe coube. Com a ajuda de oficiais gregos e mercenários, conquistou a Armênia e o Cáucaso, transpôs o rio Cubã e o Estreito de Querche na Criméia, arrastando para sua causa todas as cidades gregas das costas do Mar Negro. Como o colapso do poder militar grego as houvesse deixado à mercê dos bárbaros do interior, elas receberam as falanges de Mitrídates como a salvação. Entre tais cidades figuravam Sinope (Sinob), Trapezus (Trebizonda), Panticapaeum (Querche) e Bizâncio; mas o controle do Helesponto (Dardanelos) pela Bitínia deixava o comércio do Ponto no Mediterrâneo à mercê dos reis hostis. Quando morreu Nicomedes II da Bitínia (94 a. C.), a sucessão foi disputada por dois filhos. Um procurou o apoio de Roma; o outro, Sócrates, apelou para o rei do Ponto. Mitrídates aproveitou-se das lutas intestinas na Itália para invadir a Bitínia e colocar Sócrates no trono. Não querendo ver o Bósforo em mãos hostis, Roma impôs que Mitrídates e Sócrates saíssem da Bitínia. O primeiro obedeceu, o segundo não. O governador romano da Ásia o depôs e colocou no trono Nicomedes III. Estimulado pelo procônsul romano Mânio Aquílio, o novo soberano invadiu o Ponto e teve início a Primeira Guerra Mitridática (88-84 a. C.).

Mitrídates percebeu que sua única possibilidade de sobrevivência estava no levante geral do Oriente helenístico; anunciou-se como o libertador da Hélade e mandou tropas levantarem as cidades gregas da Ásia. Encontrando oposição das classes conservadoras, seduziu os partidos democráticos com promessas de reformas semi-socialistas. Entrementes, sua frota de 400 barcos destruía a esquadra romana do Mar Negro, e seu exército de 290.000 homens derrotava as forças de Nicomedes e Aquílio. Para exprimir seu desprezo pela avareza romana,[64] Mitrídates fez derramar ouro em fusão garganta adentro de Aquílio, o qual acabava de chegar da Sicília triunfante da campanha contra os escravos. As cidades gregas da Ásia Menor, não podendo contar com a defesa de Roma, abriram as portas às forças de Mitrídates, e a ele se aliaram; e por sugestão sua mataram em um dia marcado todos os italianos nelas existentes, ao todo 80.000 entre homens, mulheres e crianças (88 a.C.). Diz Apiano:

> Os efésios arrancaram os fugitivos asilados nos templos de Ártemis e que lá se agarravam à imagem da deusa, e trucidaram-nos. Em Pérgamo, os abrigados no

> templo de Esculápio foram abatidos a flechadas. O povo de Adramíteo perseguiu no mar os que tentavam salvar-se e matou-os, e depois afogou as crianças. Os habitantes de Cauno (na Cária) perseguiram os italianos refugiados em torno da estátua de Vesta, mataram as crianças diante dos olhos das mães, depois as mulheres e por fim os homens. ... Tornou-se claro que tanto o ódio aos romanos quanto o medo a Mitrídates os impeliam a essas atrocidades.[65]

As classes mais pobres, sem dúvida as que mais se ressentiam da dominação romana, punham-se à frente dessas trágicas matanças; e as classes conservadoras, sempre protegidas pelo governo romano, apavoravam-se com o vingativo levante. Mitrídates tentou sossegá-las por meio de uma isenção de taxas por cinco anos e da concessão às cidades gregas da mais completa autonomia política. Ao mesmo tempo, entretanto, "proclamou o cancelamento das dívidas", diz Apiano,[66] "libertou os escravos, confiscou muitas propriedades, e redistribuiu as terras". Entre os principais elementos das comunidades fermentou logo uma conspiração; Mitrídates descobriu tudo e matou 1.600 implicados. As classes baixas, ajudadas pelos filósofos professores,[67] tomaram nas mãos o poder em muitas cidades gregas, inclusive Atenas e Esparta, e declararam guerra tanto a Roma como à riqueza. Os gregos de Delos, em um êxtase de liberdade, mataram 20.000 italianos em um dia. A frota de Mitrídates capturou as ilhas Cíclades, enquanto seus exércitos se apossavam de Eubéia, da Tessália, da Macedônia e da Trácia. A defecção da rica província da "Ásia" abalou muito o Tesouro de Roma, e a interrupção da remessa dos lucros do capital romano empatado no Oriente mergulhou a Itália em uma crise financeira, que teve algo que ver com o movimento revolucionário de Saturnino e Cina. A península estava dividida, e os samnitas e lucanianos mandaram propor aliança ao rei do Ponto.

Defrontado pela guerra e diante da disseminação da revolução, o Senado teve de recorrer ao ouro e prata dos templos de Roma para financiamento das tropas de Sila. Não precisamos repetir como Sila tomou Atenas, bateu os exércitos rebeldes, salvou o Império e concedeu a Mitrídates uma paz clemente. Isso fez com que o rei do Ponto se retirasse para suas terras e caladamente organizasse outro exército e outra frota. Murena, o legado romano na Ásia, resolveu atacá-lo antes que o terrível inimigo ficasse mais forte. Mas quando nesta Segunda Guerra Mitridática (83-81) Murena foi derrotado, Sila repreendeu-o por violação do acordo de paz e mandou que as hostilidades cessassem. Seis anos depois Nicomedes III legava a Bitínia a Roma. Mitrídates compreendeu que o reino do Ponto breve seria engolido caso o poder de Roma, que já controlava o Bósforo, alcançasse as fronteiras da Paflagônia e do Ponto. Na Terceira Guerra Mitridática (75-63) fez ele o último esforço; durante 12 anos lutou contra Lúculo e Pompeu, e afinal, traído pelos seus aliados e ajudantes, teve de fugir para a Criméia, onde, já com 69 anos, tentou organizar um exército para cruzar os Bálcãs e invadir a Itália pelo norte. Seu filho Farnaces rebelou-se contra sua autoridade, ao mesmo tempo que o novo exército se recusava a se pôr em movimento — e Mitrídates, sentindo-se só, tentou o suicídio. Mas em virtude da velha imunização o veneno tomado não produziu efeito e sua mão estava muito débil para recorrer à espada. Seus amigos e protegidos, então a mando de Farnaces, tiraram-lhe a vida a golpes de gládio e lançadas.

VIII. PROSA

Depõe a favor de Roma o fato de se restaurarem as cidades da Ásia Menor tão rapidamente da febre intermitente destas lutas. A cidade de Nicomédia tornou-se a capital da província da Bitínia-Ponto e mais tarde a sede imperial de Diocleciano; e Nicéia seria imortalizada pelo mais importante concílio da Igreja Cristã. As duas cidades excederam-se de tal maneira na forma de ereção de monumentos que Trajano teve de mandar Plínio salvá-las da bancarrota. Nicomédia aparece na literatura com Flávio Arriano, que já encontramos a organizar os discursos de Epicteto. Governador da Capadócia durante seis anos e arconte de Atenas por um, mesmo assim achou tempo para escrever muitas histórias, das quais só nos chegaram a *Anábase de Alexandre* e um apêndice da *Índica.* Eram escritas em grego, em estilo muito claro e simples; Arriano havia tomado Xenofonte como modelo tanto na vida como na arte. "Este trabalho", diz ele com a intrépida vaidade dos antigos, "é e tem sido para mim o equivalente de minha terra natal, de minha família e de meu cargo público, e portanto não me considero indigno de figurar entre os maiores autores da língua grega."[68]

Outras cidades do Mar Negro possuíam belos edifícios e famosos sábios. Mirléia tinha 320.000 habitantes;[69] Amástris (Amasra) impressionou Plínio como "cidade limpa e bonita", conhecida pela fama de sua bela madeira de buxo; Sinope florescia como centro de pesca e escoadouro dos produtos da zona; Amiso (Samsun) e Trapezus viviam do comércio marítimo com a Cítia (sul da Rússia); e Amasea (Amásia) foi o berço do mais famoso geógrafo da antigüidade.

Estrabão procedia de família de recursos, aparentada, diz-nos ele, com os reis do Ponto. Sofria de vesguice — ou estrabismo, nome que ele deu ao defeito.[70] Viajou muito, aparentemente em missão diplomática, e não perdia ensejo de reunir informações geográficas e históricas. Sua história em continuação da de Políbio não chegou até nós, mas chegaram-nos 17 "livros" da grande *Geografia* publicada no ano 7 a.C. Como Arriano, ele abre a obra com a proclamação dos seus méritos:

> Peço perdão aos leitores, e que não me censurem pelo que digo sobre mim em vez de dizer sobre o assunto. ... Neste trabalho tenho de não tocar no que é pequeno e só dar atenção ao que é nobre e grande... útil ou memorável ou divertido. E como ao julgar os méritos de uma estátua colossal não examinamos minuciosamente cada uma das partes e só nos interessamos pelo efeito geral... assim também quero que seja julgado meu livro. Porque meu livro é também um trabalho colossal... digno de um filósofo.[71]

Estrabão toma francamente muita coisa de Políbio e Possidônio e com menos franqueza de Eratóstenes, aponta-lhes os erros e sugere que as falhas que existam em sua Geografia devem ser levadas à conta das fontes de que se serviu.[72] Mas sempre as aponta com rara lealdade e em regra as discrimina com muito discernimento. Nota que a extensão do Império Romano dilatou os conhecimentos geográficos, mas acredita que ainda há grandes continentes desconhecidos — possivelmente no Atlântico. Crê que a Terra seja esferoidal (talvez quisesse apenas dizer esférica) e que se alguém navegasse da Espanha no rumo oeste com o tempo chegaria à Índia. Acentua que as costas estão sempre em mudança por força da erosão e das erupções, e conjectura que perturbações subterrâneas podem algum dia cortar o istmo de Suez, ligando os ma-

res. Sua obra constituiu audacioso sumário dos conhecimentos da época e faz jus à colocação entre as maiores realizações da ciência antiga.

Muito mais famoso em sua época do que Estrabão foi Díon Crisóstomo — Díon da Boca de Ouro (40-120 d.C.). De longa data sua família vinha-se distinguindo em Prusa; o avô de Díon despendera a fortuna em donativos à cidade e depois fez outra; seu pai procedeu do mesmo modo e Díon foi nos passos de ambos.[73] Tornou-se orador e sofista; indo a Roma, Musônio Rufo converteu-a ao estoicismo; e por fim se viu banido da Itália e da Bitínia por Domiciano (82). Impedido de utilizar-se de suas rendas, andou 13 anos a errar de terra em terra, como filósofo sem vintém, recusando paga em troca dos discursos e ganhando o pão de cada dia com o trabalho de suas mãos. Quando Nerva substituiu Domiciano, o exílio de Díon transformou-se em honrarias; Nervas e Trajano foram seus amigos, e por sugestões suas muitos benefícios fizeram a Prusza. Voltando à cidade natal, Díon empregou a maior parte de sua fortuna em embelezá-la. Outro filósofo acusou-o de malversar fundos públicos; Díon foi julgado por Plínio e parece ter sido exonerado.

Dele nos chegaram 80 discursos, que para nós, hoje, encerram mais vento do que carne; sofrem de amplificações vazias, de analogias ilusórias e muitos truques retóricos; esticam meia idéia por meio cento de páginas; não nos espanta que um ouvinte cansado se queixasse: "Com tuas intermináveis questões estás fazendo que o sol descambe."[74] Mas Díon possuía grande encanto e eloqüência, do contrário não poderia ter-se tornado o mais famoso orador do século, de tal modo que depois de ouvi-lo os homens desistiram de uma guerra. "Não sei o que significa", disse o honesto Trajano, "mas amo-te como a mim mesmo."[75] Os bárbaros do Borístenes (Dnieper) ouviam-no com tanto prazer como os gregos reunidos em Olímpia ou os excitáveis alexandrinos; um exército prestes a revoltar-se contra Nerva modificou sua atitude depois de um improviso de Díon.

Talvez o que tanto seduzisse o povo não fosse a finura de seu grego da Ática, mas a firmeza de suas denúncias. Só ele em toda a antigüidade pagã condenou a prostituição; e poucos escritores do tempo atacaram tão abertamente a escravatura — o que não o impediu de aborrecer-se quando seus escravos fugiram.[76] O discurso que fez aos alexandrinos foi uma condenação do luxo, da superstição e dos vícios de Alexandria. Escolheu Ílium como palco da oração em que negou a existência de Tróia e afirmou que "Homero não passava do mais intrépido mentiroso da História". Em plena Roma debateu o caso do ruralismo contra o urbanismo, pintou um comovente quadro da pobreza do campo e advertiu a assistência de que as terras de cultura estavam sendo negligenciadas e a base agrícola da civilização ruía. Em Olímpia, em meio a uma multidão de mundanos, condenou os ateístas e epicuristas da época. Embora as concepções populares da divindade pareçam absurdas, disse ele, o homem sensato compreende que os espíritos tacanhos necessitam de idéias simples e representações simbólicas. Na verdade, homem nenhum pode conceber a forma do Ser Supremo, e mesmo a mais nobre estátua de Fídias não passa de uma representação antropomórfica tão identificatória da divindade como entre os primitivos uma árvore ou uma estrela. Não podemos conceber Deus, mas temos a convicção inata de que Deus existe, e sem religião a filosofia é uma coisa árida e sem esperança. A verdadeira liberdade está na sabedoria — isto é, no conhecimento do que é justo e injusto; o caminho da liberdade não é através da política ou da revolução, mas sim através da filosofia; e a verdadeira filosofia não está nas especulações dos livros, porém na prática da honra e da virtu-

de de acordo com os ditames de nossa voz interior, que, em um sentido místico, é a palavra de Deus no coração do homem.[77]

IX. A MARÉ ORIENTAL

A religião, que desde Péricles mergulhara suas raízes no cepticismo reinante, começou a renascer no século II, à proporção que a filosofia, impotente para satisfazer as esperanças humanas, confessava suas limitações e abdicava de sua autoridade. O povo comum jamais perdera a fé; em sua maioria aceitava em linhas gerais a descrição da outra vida feita por Homero,[78] sacrificava piamente antes de empreender uma viagem e continuava a depor um óbolo na boca dos defuntos para o pagamento da passagem na barca de Caronte. A política romana compreendia o valor do apoio dado ao Estado pelo sacerdócio e fomentava a fé do povo com a construção de templos aos deuses locais. Na Palestina, Síria e Ásia Menor a riqueza do clero continuava a crescer. Hadad e Atargátis ainda eram adorados pelos sírios e dispunham de impressionante santuário em Hierápolis; a ressurreição do deus Tamuz ainda continuava nas cidades da Síria a ser saudado com o grito: "Adônis (isto é, o Senhor) ressuscitou", e sua ascensão ao céu era celebrada na última parte do festival.[79] Cerimônias similares comemoravam na Grécia a agonia, a morte e a ressurreição de Dionísio. Da Capadócia a adoração da deusa Ma espalhou-se pela Jônia e Itália; seus sacerdotes (chamados *fanatici* por pertencerem ao *fanum,* ou templo) dançavam vertiginosamente ao som de trombetas e tambores, riscavam-se com facas e aspergiam sangue na deusa e em seus devotos.[80] O aparecimento de novas deidades era contínuo; César e os imperadores foram deificados, em vida ou depois de mortos, bem como Antínoo e outros; deificar significava canonizar. O comércio e a guerra multiplicavam os panteões, e em mil línguas por toda parte erguiam-se aos céus preces a mil deuses. O paganismo não era uma religião, mas uma floresta de credos rivais, que freqüentemente se fundiam em uma confusão eclética.

A adoração de Cibele firmou-se na Líbia, na Frígia, na Itália, na África e por toda parte, com os sacerdotes a se emascularem à imitação do amado Átis. Na festa da deusa, na primavera, seus adoradores jejuavam, rezavam e lamentavam a morte de Átis; os sacerdotes feriam os braços e bebiam o próprio sangue; depois era o jovem deus levado para seu túmulo em solene procissão. Mas no dia seguinte as ruas vibravam aos gritos exultantes do povo a celebrar a ressurreição de Átis e a renovação da terra. "Coragem, ó místicos", exclamavam os sacerdotes, "o deus está salvo; e para cada um de vós também virá a salvação."[81] No último dia da festa, a imagem da Grande Mãe passeava em triunfo pelas ruas — e em Roma a multidão saudava-a como *Nostra Domina,* "Nossa Senhora".[82]

Ainda mais adorada que Cibele era a deusa egípcia Ísis, a mãe dolorosa, a suave reconfortadora, a portadora do dom eterno da vida. Todos os povos do Mediterrâneo sabiam que seu grande esposo Osíris morrera e se erguera dentre os mortos; em quase todas as grandes cidades mediterrâneas comemorava-se essa ressurreição com imponentes procissões e cânticos de alegria: "Encontramos Osíris outra vez."[83] Nas imagens sagradas Ísis aparecia sustendo nos braços seu divino filho Hórus, e as ladainhas saudavam-na como "Rainha do Céu", "Estrela do Mar" e "Mãe de Deus".[84] De todos os cultos pagãos foi o que mais se aproximou do cristianismo na ternura de sua história, no refinamento do ritual, na solenidade e alegre atmosfera dos santuários,

na música emocionante de suas vésperas, na convicção de seus sacerdotes tonsurados e vestidos de branco,[85] nas honras e oportunidades com que seduzia e consolava as mulheres, na universal acolhida que dava a todas as raças e classes. A religião de Ísis passou do Egito para a Grécia durante o século IV a. C., para a Sicília no século III, para a Itália no II, e em seguida para todas as partes do Império; imagens de Ísis foram encontradas no Danúbio, no Reno, no Sena; e um templo de Ísis foi desenterrado em Londres.[86] A alma mediterrânea jamais deixou de adorar a força criadora e a solicitude maternal da mulher.

Entrementes, o culto masculino de Mitras passava da Pérsia para as mais distantes fronteiras de Roma. Na teologia de Zoroastro, Mitras era o filho de Ahura-Mazda, o deus da luz. Também ele um deus da luz — e da verdade, da pureza, da honra; às vezes identificava-se com o sol e chefiava a guerra contra os poderes das trevas; servia de medianeiro entre seu pai e os fiéis, protegendo-os e encorajando-os na luta contra o mal, a mentira, a impureza e outros produtos de Arimã, o príncipe das trevas. Quando os soldados de Pompeu levaram essa religião da Capadócia para a Europa, um artista grego representou Mitras sobre o lombo de um touro, a cravar-lhe um punhal no pescoço — representação que se generalizou. O sétimo dia da semana era consagrado ao deus-sol; e no fim de dezembro seus adoradores celebravam o dia do nascimento de Mitras o "Invencível Sol" que no solstício do inverno obtinha a vitória anual sobre as forças das trevas, e daquele momento em diante iria dar dia a dia mais luz.[87] Tertuliano fala de um sacerdócio de Mitras, dotado de sumo pontífice, clero celibatário e virgens a serviço do deus; também lhe ofereciam diariamente sacrifício em seu altar; os adoradores ingeriam pão e vinho consagrados e o apogeu da cerimônia era assinalado por um toque de sino.[88] Diante da cripta onde o jovem deus figurava matando o touro mantinha-se acesa uma perpétua chama. O mitraísmo pregava alta moralidade, mantendo seus "soldados" em luta sem tréguas contra o mal em todas as suas formas. Depois da morte, diziam os sacerdotes de Mitras, todos os homens serão submetidos a julgamento diante do deus; as almas dos pecadores passam para Arimã, a fim de receber o castigo eterno, enquanto as dos puros elevam-se através de sete esferas, perdendo em cada esfera uma parte dos elementos que ainda contiverem — e assim até serem introduzidas na plena radiância do céu pelo próprio Ahura-Mazda.[89] Nos séculos II e III de nossa era esta mitologia espalhou-se pela Ásia Ocidental e a Europa (exceto a Grécia) e construiu capelas até na Bretanha. Os padres cristãos chocaram-se de tanto paralelismo entre sua religião e a de Mitras, e acusaram tal paralelismo de furtos feitos ao cristianismo, ou artes de Satã (uma forma de Arimã). É difícil dizer qual o credo que se aproveitou do outro; talvez hajam ambos absorvido idéias que naquele momento pairavam no ambiente.

Todos os grandes cultos mediterrâneos tinham "mistérios", em geral cerimônias de purificação, iniciação, revelação, regeneração e sacrifício, centradas na morte e ressurreição do deus. Para serem admitidos no culto de Cibele os candidatos tinham de entrar em um poço sobre o qual sangravam um touro; o sangue que sobre eles caía purificava-os e dava-lhes nova vida espiritual e eterna. Os órgãos genitais do touro, representando sua sagrada fecundidade, eram colocados em um vaso consagrado e dedicados à deusa.[90] O mitraísmo mantinha um rito semelhante, o *taurobolium* ou lançamento do touro. Apuleio descreve em termos extáticos os graus de iniciação no serviço de Ísis — longo noviciado de jejuns, continência e preces, imersão purificadora na água sagrada, e por fim a mística visão da deusa a oferecer a bem-aventurança eter-

na. Em Elêusis o candidato tinha de confessar seus pecados (o que desanimou Neto), abster-se por algum tempo de certas comidas, banhar-se para purificação física e espiritual e depois oferecer um sacrifício, geralmente um porco. Por três dias na festa de Deméter lamentavam o rapto de sua filha Perséfone pelo deus dos infernos, e nesse período só se alimentavam de bolos sagrados e uma mistura mística de farinha, água e menta. Na terceira noite representava-se o drama religioso da ressurreição de Perséfone, com a promessa pelo sacerdote oficiante de igual ressurreição a todas as almas purificadas.[91] Variando o tema sob a influência hindu ou pitagórica, a seita órfica ensinava nas terras gregas que a alma é aprisionada em uma sucessão de corpos pecadores, e só se liberta dessas degradantes encarnações por meio da extática união com Dioniso. Em suas reuniões os membros da irmandade órfica bebiam o sangue de um touro sacrificado a — e identificado com — Dioniso, o Salvador. Depois todos comiam da carne da vítima (característica freqüente destas crenças mediterrâneas) que pela santificação era tida como assimiladora dos poderes do deus — os quais magicamente se passavam para o comungante.[92]

Todas as seitas comparticipavam da magia. Os magos haviam espalhado sua arte pelo Oriente e dado um nome novo à velha impostura. O mundo mediterrâneo vivia cheio de mágicos, fazedores de milagres, astrólogos, ascetas, oráculos, santos e intérpretes científicos dos sonhos. Cada acontecimento fora do comum era apresentado como anúncio divino de coisas futuras. A palavra *askesis,* usada pelos gregos para denotar o treino físico do corpo, passou a significar a sujeição da carne ao espírito; os homens flagelavam-se, mutilavam-se, inaniam-se ou prendiam-se em um poste por meio de correntes; alguns chegavam a morrer nessas autotorturas.[93] No deserto egípcio, junto ao lago Mareótis, um grupo de judeus e não-judeus, homens e mulheres, viviam solitários em cubículos, evitavam as relações sexuais, reuniam-se aos sábados para preces em comum denominavam-se a si mesmos *therapeutae,* ou médicos da alma.[94] Milhões de pessoas acreditavam que os escritos atribuídos a Orfeu, Hermes, Pitágoras ou às sibilas haviam sido ditados ou inspirados por um deus. Pregadores por inspiração divina viajavam de cidade em cidade, aparentemente realizando curas miraculosas. Alexandre de Abonoteico treinou uma serpente a esconder a cabeça sob seu braço e a permitir que uma máscara semi-humana fosse ligada a sua cauda, e anunciou que aquela serpente era o deus Asclépio vindo à terra para servir de oráculo; e fez fortuna com a interpretação dos sons produzidos por palhetas inseridas na cabeça postiça.[95]

Ao lado destes charlatães havia milhares de pregadores sinceros. No princípio do século III Filóstrato descreveu em sua *Vida de Apolônio* de Tiana um homem deste tipo. Aos 16 anos Apolônio adotou as rigorosas regras da irmandade pitagórica, renunciando ao casamento, à carne, ao vinho, e passou cinco anos em completo silêncio.[96] Distribuiu sua fortuna pelos parentes e na maior pobreza peregrinou pela Pérsia, Índia, Egito, Ásia Ocidental, Grécia e Itália. Assimilou o saber dos magos, dos brâmanes e dos ascetas egípcios. Visitou templos de todos os credos, implorou aos sacerdotes que abandonassem o sacrifício de animais, adorou o sol, aceitou os deuses e ensinou que havia atrás deles uma deidade única e suprema. A vida de abnegação e piedade de Apolônio levou seus seguidores a considerá-lo como filho de um deus — embora ele se dissesse apenas filho de Apolônio. A tradição passou a atribuir-lhe muitos milagres: atravessar portas fechadas, entender todas as línguas, expulsar demônios, haver ressuscitado uma rapariga que morrera.[97] Mas Apolônio era mais filósofo do que ma-

go. Conhecia e amava a literatura grega e professava uma moralidade simples e alta. Pedia aos deuses "para lhe darem pouco e não lhe permitirem desejar nada". Perguntado por um rei que presente queria receber, respondeu: "Pão e passas."[98] Pregando a reencarnação, pedia aos homens que não matassem nenhum ser vivo e não comessem carne. Exortou-os a evitar a inimizade, a calúnia, o ciúme, o ódio; "se somos filósofos, não podemos odiar nossos semelhantes".[99] "Às vezes", disse Filóstrato, "Apolônio discutia o comunitarismo e ensinava que os homens devem ajudar-se uns aos outros."[100] Acusado de sedição e feitiçaria, veio espontaneamente a Roma explicar-se perante Domiciano; foi preso, mas escapou. Morreu mais ou menos em 98 d. C., já avançado em anos. Seus seguidores afirmavam que Apolônio lhes aparecera depois da morte e subira ao céu corporalmente.[101]

Que características e qualidades tinham esses credos para conquistarem meia Roma e meio Império? Primeiramente, a fraternidade que pregavam. Acolhiam em seu seio todas as raças humanas, todos os homens livres ou escravos, e não reconheciam desigualdades de nascimento ou riqueza. Tinham os templos bastante espaçosos para receber todo mundo: as pessoas e os deuses. Cibele e Ísis eram deusas-mães que sentiam como todas as mulheres — deuses que podiam compreender o que as deidades romanas jamais compreenderam: os corações vazios dos derrotados. O desejo de acolher-se ao colo materno é mais forte que o impulso para os braços do pai; é o nome da mãe que espontaneamente acode aos lábios das criaturas nos grandes momentos de alegria ou desespero; daí tanto os homens como as mulheres encontrarem refúgio e consolo em Ísis e Cibele. Mesmo hoje em dia no Mediterrâneo o apelo é mais para Maria do que para o Pai ou o Filho, e a oração mais freqüentemente repetida não vai para a Virgem, mas para a Mãe, abençoada no fruto de seu ventre.

As novas religiões não só entravam fundo no coração das criaturas, como falavam à imaginação e aos sentidos com as procissões e cantos e o ritual simbólico, dando novo alento às almas cansadas. Os quadros dos novos sacerdócios não eram preenchidos por homens influentes que se faziam nomear, mas por pessoas de todas as classes sociais, graduadas por meio de um noviciado ascético para o ministério permanente. Graças ao auxílio desses sacerdotes a alma consciente de seus pecados podia ser purificada; o corpo derrubado pela doença podia às vezes ser curado com uma palavra inspiradora ou um ritual; e os mistérios por eles oficiados simbolizavam a esperança que nem a morte pode abater.

Primeiramente, os homens sublimaram o anseio para a grandeza e a continuação na glória e sobrevivência de suas famílias e seus clãs, depois de um Estado em que eram os mesmos clãs tomados coletivamente. Agora, as velhas linhas demarcatórias dos clãs fundiam-se na nova mobilidade da paz; e o Estado imperial era a corporização apenas da classe dominante, não da impotência multitudinária das massas. A monarquia no apogeu, frustrando a participação e fusão do cidadão no Estado, produziu o individualismo no fundo e através da massa. A promessa da imortalidade pessoal e de uma felicidade perpétua no além depois de uma vida de sujeição, pobreza e trabalho foi o irresistível ímã das religiões orientais — e por fim do cristianismo que as resumiu, absorveu e conquistou. Todo mundo parecia conspirar na preparação dos caminhos para o advento de Cristo.

CAPÍTULO XXV

Roma e Judéia

132 a.C. — 135 d.C.

I. PÁRTIA

ENTRE o Ponto e o Cáucaso erguem-se as perturbadas montanhas da Armênia, em cujos cimos, diz a lenda, a arca de Noé pousou. Pelos férteis vales da região correm as estradas que vão da Pártia e Mesopotâmia ao Mar Negro; daí a disputa da Armênia pelos impérios. A população era composta de indo-europeus, aparentada com os hititas e os frígios; raça vigorosa, paciente na agricultura, hábil no trabalho manual, inexcedível no comércio; tirava o melhor partido daquele terreno montanhoso, e se a riqueza criada não permitia a seus reis o poder, permitia-lhes o luxo. Dario I, na inscrição de Behistun (521 a.C.), cita a Armênia entre as satrapias da Pérsia; mais tarde vemo-la nominalmente aliada aos selêucidas, e depois à Pártia e à Roma; mas sua situação geográfica garantia-lhe a independência. Tigranes, o Grande, o maior de seus reis (94-56 a.C.), conquistou a Capadócia, juntou uma segunda capital, Tigranocerta, a Artaxata, e aliou-se a Mitrídates na guerra contra Roma; quando Pompeu aceitou suas escusas, Tigranes deu ao vitorioso general seis mil talentos ($21.600.000), mais 10.000 dracmas (seis mil dólares) a cada centurião e 50 a cada soldado romano.[1] Sob César, Augusto e Nero, a Armênia reconheceu a suserania de Roma, e afinal, sob Trajano, entrou a fazer parte do Império como uma de suas províncias; apesar disso a cultura permaneceu iraniana e a sua orientação voltava-se para a Pártia.

Já de séculos ocupavam os partos a região ao sul do Mar Cáspio, como súditos dos reis aquemênidas e depois dos reis selêucidas. Pertenciam à raça cita-turaniana, isto é, ligavam-se racialmente aos povos do sul da Rússia e do Turquestão. Lá por 248 a.C. um chefe cita, Arsaces, rebelou-se contra a autoridade selêucida, fez da Pártia um reino soberbo e iniciou a dinastia arsácida. Os reis selêucidas, enfraquecidos pela vitória dos romanos sobre Antíoco III (189 a.C.), mostraram-se incapazes de defender o território contra os terríveis e semibárbaros partos, de modo que no fim do século II a.C. toda a Mesopotâmia e a Pérsia estavam incluídas no novo Império Parto. Três capitais, conforme as estações, atendiam à nova realeza: Hecatômpilos na Pártia, Ecbátana na Média e Ctesifonte no baixo Tigre. Diante de Ctesifonte jazia Selêucia, a antiga capital selêucida, a qual por séculos permaneceu uma cidade grega encravada no reino parto. Os governantes arsácidas conservaram a estrutura administrativa criada pelos selêucidas e feudalizada pelos reis aquemênidas. A massa do povo era constituída de escravos e servos da gleba; indústria atrasada, embora lá se produzisse um bom aço e o "fabrico da cerveja fosse muito rendoso".[2] A riqueza do Estado provinha parcialmente do comércio pelos grandes rios e das caravanas que em seu trânsito entre a Ásia e o Ocidente cruzavam a Pártia. De 53 a.C., ano em que os partos derrotaram Crasso na batalha de Carras, a 217 d.C., quando Macrino comprou de Artabano a paz, Roma lutou sem tréguas pelo controle dessas rotas e do Mar Vermelho.

Eram os partos muito ricos ou muito pobres para se darem à literatura. Os aristocratas, como em todos os tempos, preferiam a arte da vida à vida da arte; os servos eram muito incultos, e os artesãos e comerciantes viviam muito ocupados, para produzir uma grande arte ou grandes livros. O povo falava o pálavi e escrevia o aramaico em pergaminho, material que já substituíra a

argila; mas nada escapou da literatura dos partos. Sabemos que as peças gregas eram representadas em Ctesifonte e em Selêucia, porque a cabeça de Crasso representou um papel nas *Bacantes (Bacchae)* de Eurípides. As pinturas e esculturas descobertas em Palmira, Dura-Europus e Assur eram provavelmente obras de artistas iranianos; o cru amálgama dos estilos grego e oriental iria afetar a arte, da China até Bizâncio. Um bom relevo — arqueiro montado — chegou até nós, e sugere que talvez tivéssemos melhor opinião da arte parta se mais documentos a respeito possuíssemos.[3] Em Hatra, perto de Mossul, um árabe feudal, caudatário do rei da Pártia, construiu (88 a.C.?) um palácio de pedra calcária com sete *halls* abobadados e com arcos, em poderoso mas bárbaro estilo. Bons trabalhos dos partos sobreviveram em prataria lavrada e jóias.

Os partos excediam-se na arte favorita dos homens — a do enfeite pessoal. Os dois sexos encrespavam o cabelo; os homens usavam barba frisada e bigodes caídos, e vestiam-se de túnica e calças abombachadas, e manto multicolorido; as mulheres cobriam-se de bordados delicados e usavam flores nos cabelos. Os partos livres divertiam-se com caçadas, comiam e bebiam muito e não andavam a pé quando podiam andar a cavalo. Intrépidos guerreiros e inimigos generosos, tratavam decentemente aos prisioneiros, admitiam gente estranha nos altos cargos, davam asilo aos perseguidos; às vezes, entretanto, mutilavam os inimigos mortos, torturavam testemunhas e castigavam faltas insignificantes com a flagelação. Praticavam a poligamia, mantendo reclusas as mulheres; puniam severamente o adultério feminino. mas havia o divórcio quase que ao alcance dos dois sexos.[4] Quando o general parto Surena enfrentou Crasso, trazia consigo 200 concubinas e mil camelos para a bagagem.[5] No conjunto os partos nos aparecem menos civilizados que os persas aquemênidas e mais cavalheirescos que os romanos. Tolerantes em matéria religiosa, permitiam que gregos, judeus e cristãos praticassem livremente seus cultos. E eles próprios, variando da ortodoxia zoroastriana, adoravam o sol e a lua, preferindo Mitras a Ahura-Mazda, como os cristãos preferiram Cristo a Jeová. Os magos, desprezados pelos últimos reis arsácidas, passaram a fomentar a queda da dinastia.

Por morte de Vologases IV (209 d.C.), seus filhos Vologases V e Artabano IV disputaram o trono. Venceu Artabano, que depois derrotou os romanos em Nísibis. Três séculos de guerra entre os impérios terminaram em uma vitória de certo tipo para a Pártia; nas planícies da Mesopotâmia as legiões romanas não podiam lutar vantajosamente contra a cavalaria dos partos. Mas Artabano foi vítima da guerra civil, e seu vencedor, Ardaxir ou Artaxerxes, senhor feudal da Pérsia, fez-se o Rei dos Reis (227 d.C.) e estabeleceu a dinastia sassânida. A religião de Zoroastro foi restaurada e a Pérsia começou a subir.

II. OS ASMONEUS

Em 143 a.C., aproveitando-se das lutas entre os partos, selêucidas, egípcios e romanos, Simão Macabeu arrancou a Judéia das mãos do rei selêucida. Uma assembléia popular elegeu-o general e sumo sacerdote da segunda República Judaica (142 a.C. - 70 d.C.), tornando este último cargo hereditário na família dos asmoneus. Voltou a Judéia a ser uma teocracia sob o governo dos sumos sacerdotes da dinastia asmoniana. Sempre fora uma característica das sociedades semitas o associarem intimamente o poder espiritual ao temporal na família e no Estado; soberano só reconheciam um — Deus.

Convictos da fraqueza do reino, os asmoneus passaram duas gerações a dilatá-lo pela diplomacia ou pela força. Em 78 a.C. conquistaram e absorveram a Samaria, Edom, Moab, a Galiléia, a Iduméia, a Transjordânia, Gadara, Pela, Gerasa, Ráfia e Gaza, voltando a Palestina ao tamanho que tinha no tempo de Salomão. Os descendentes dos bravos macabeus que haviam lutado pela liberdade religiosa impuseram à força de espada o judaísmo e a circuncisão a seus novos súditos.[6] Ao mesmo tempo iam os asmoneus perdendo o velho zelo religioso e, sob os amargos protestos dos fari-

seus, cedendo aos impulsos helenizantes. A rainha Salomé Alexandra (78-69 a.C.) inverteu a situação, fazendo as pazes com os fariseus; mas mesmo antes de sua morte já seus filhos Hircano II e Aristóbulo II começaram a disputar a sucessão. Os dois partidos submeteram-se ao arbitramento de Pompeu, que por esse tempo (63 a.C.) estava com suas vitoriosas legiões em Damasco. Decidindo-se Pompeu em favor de Hircano, Aristóbulo fortificou-se em Jerusalém. Pompeu sitiou a cidade e ocupou a parte baixa; Aristóbulo refugiou-se no recinto do Templo, onde se manteve por três meses. A piedade daquele homem ajudou Pompeu na luta; percebendo que não lutavam no sábado, o general romano fazia que cada sábado seus homens trabalhassem intensamente nas obras para o assalto do dia seguinte, enquanto, como de praxe, os sacerdotes oficiavam e sacrificavam no Templo. Quando as muralhas afinal caíram, 12.000 judeus foram chacinados; poucos resistiram, nenhum se rendeu, muitos saltaram para a morte de cima das muralhas.[7] Pompeu ordenou que não se tocasse nos tesouros do Templo, mas exigiu uma indenização de 10.000 talentos ($ 3.600.000) pagos pela nação. As cidades que os macabeus haviam conquistado foram transferidas para o poder de Roma; Hircano II subiu ao Sumo Sacerdócio, nominal soberano da Judéia, tutelado por Antípatro, o Idumeu, que tanto havia auxiliado Roma. A monarquia independente chegara ao fim e a Judéia passou a fazer parte do Império Romano, incorporada à província da Síria.

Em 54 a.C. Crasso, a caminho de representar o papel de Penteu em Ctesifonte, entrou em Jerusalém e saqueou o Templo dos tesouros que Pompeu havia respeitado e valeriam uns 10.000 talentos. Quando chegou a notícia da derrota e morte de Crasso entre os partos, os judeus aproveitaram o ensejo para tentar a libertação. Mas Longino, sucessor de Crasso no governo da Síria, abafou a rebelião e vendeu 30.000 judeus como escravos (43 a.C.).[8] No mesmo ano morre Antípatro; os partos atravessam o deserto, entram em Jerusalém e colocam no governo, como rei fantoche, a Antígono, o último dos asmoneus. Antônio e Otávio replicam nomeando rei da Judéia a Herodes, filho de Antípatro, e financiando seu exército judeu com fundos romanos. Herodes expulsa os partos, protege a capital contra a pilhagem, entrega Antígono a Antônio para ser executado, mata os chefes judeus que haviam dado apoio ao rei fantoche — e desse modo tão auspicioso dá começo a um dos reinados mais coloridos da História.

III. HERODES, O GRANDE

O caráter de Herodes era típico de um mundo que tinha produzido tantos homens de inteligência sem moral, da habilidade sem escrúpulo, da coragem sem honra. Herodes era em ponto pequeno o Augusto da Judéia; do mesmo modo que Augusto, Herodes sobrepôs ao caos da liberdade a ordem ditatorial, embelezou Jerusalém com a escultura e a arquitetura gregas, dilatou as fronteiras do reino, deu-lhe prosperidade, realizou mais com a astúcia do que com as armas, teve muitas mulheres, e foi vítima da traição de sua prole. Tudo conseguiu, menos felicidade. Josefo pinta-o como homem de grande bravura física, perfeito manejador do arco e do dardo, valente caçador que em um só dia abateu 40 feras, "guerreiro ao qual ninguém podia resistir".[9] Provavelmente ainda possuía algum encanto pessoal, porque sempre sobrepujou os inimigos que tentavam desmerecê-lo perante Antônio, Cleópatra e Otávio. De cada crise com os triúnviros emergia Herodes mais forte e com mais territórios do que antes, até que Augusto julgou-o "muito grande para tão pequeno domínio" e devol-

veu à Judéia as cidades asmonianas; também manifestou desejo de que Herodes governasse a Síria e o Egito.[10] "O idumeu" era tão generoso quão impiedoso, e os benefícios que fez a seu povo neutralizam-lhe os malefícios.

Herodes foi em parte moldado pelo rancor dos vencidos ou dos parentes de suas vítimas — e pela hostilidade e desprezo de um povo que não se conformava com sua ditadura nem com seu sangue estrangeiro. Herodes subiu ao trono à custa do apoio e do dinheiro de Roma, e até o fim da vida permaneceu amigo e vassalo do poder de que o povo da Judéia dia e noite procurava libertar-se. A modesta economia do país arcava, e por fim arriou, ao peso das taxas impostas pelo luxo da corte e um programa de obras públicas fora de proporção com a riqueza nacional. Inutilmente procurou Herodes apaziguar seus súditos; dispensava as taxas nos maus anos, persuadiu Roma a aliviar o tributo imposto, conseguiu obter privilégios para os judeus no estrangeiro, atendia prontamente à fome do povo e outras calamidades, mantinha a ordem interna e a segurança externa e desenvolvia os recursos naturais do país. Acabou com o banditismo, estimulou o comércio, deu nova vida aos portos e mercados. Mas ao mesmo tempo alienava o sentimento público com a frouxidão de sua moral, a crueldade de seus castigos — e por fim com o "acidental" afogamento no banho de Aristóbulo, neto de Hircano II e legítimo herdeiro do trono. Os sacerdotes, cujo poder ele restringira e cujos chefes ele nomeava, conspiravam; e os fariseus abominavam sua aparente resolução de helenizar a Judéia.

Governando muitas cidades mais gregas que judias em população e cultura, e impressionado com o refinamento e a variedade da civilização helenística, Herodes, que não era judeu de origem nem de convicção, muito naturalmente visava a unidade cultural da Judéia, e uma imponente fachada para seu governo, por meio da adesão a tudo quanto fosse grego. Rodeava-se de sábios gregos, confiava a gregos os altos negócios do Estado e fez de Nicolau de Damasco o seu conselheiro oficial e historiador. Construiu em Jerusalém um grande e custoso teatro e um circo, ornando-os com monumentos em honra de Augusto e outros pagãos, e introduziu o atletismo grego, os concursos musicais e as lutas de gladiadores à romana.[11] Embelezou Jerusalém com edifícios que ao povo pareciam corpos estranhos, e enfeitou praças públicas com estátuas gregas cuja nudez ofendia os judeus, como também os ofendia a nudez dos lutadores nos jogos. Para si próprio construiu um palácio, com certeza grego, e encheu-o de ouro, mármore e custoso mobiliário, rodeando-o de extensos jardins romanos. Herodes arrepiava o povo dizendo que o Templo erguido por Zorobabel cinco séculos atrás era muito pequeno, e que ia derrubá-lo e erguer no lugar outro muito maior. E foi o que fez; apesar de todos os protestos e temores do povo, Herodes ergueu o grande Templo que Tito iria destruir.

Sobre o monte Moriá foi preparada uma área de 750 pés quadrados. Ao redor construíram-se claustros com tetos de cedro "curiosamente entalhados" e sustentados por múltiplas séries de colunas coríntias — monólitos de tal vulto que três homens mal podiam abarcá-los. Ali ficavam as mesas dos cambistas que para conveniência dos peregrinos trocavam moedas estrangeiras pelas aceitas no templo; também ficavam ali as baias com os animais à venda para os sacrifícios e os pórticos onde professores e discípulos se reuniam para estudar o hebraico e a Lei — e também os inevitáveis mendigos do Oriente. Deste "Templo Exterior" uma ampla escadaria levava ao recinto vedado aos não-judeus. Era ali o "Pátio das Mulheres" onde "os homens puros podiam entrar com suas esposas".[12] Deste segundo recinto o fiel galgava outra escadaria e,

através de portas chapeadas de prata e ouro, tinha ingresso no "Pátio dos Sacerdotes"; ficava ali, ao ar livre, o altar em que se queimavam os sacrifícios a Jeová. Nova escadaria levava, através de portas de bonze de 75 pés de altura por 24 de largura, encimadas pela famosa vinha de ouro, ao templo propriamente dito e só acessível aos sacerdotes. Era inteiramente construído de mármore branco, com fachada recessiva e, chapeada de ouro. Uma grande cortina bordada, azul, púrpura e escarlate dividia o recinto. Diante da cortina ficavam o candelabro de ouro de sete ramos, o altar do incenso e a mesa com os pães ázimos mantidos sempre diante de Jeová. Atrás da cortina, o Santuário dos Santuários, que no primeiro templo continha a Arca da Aliança e no novo, diz Josefo, não continha "coisa alguma". Aquele recinto só era pisado por pé de homem uma vez por ano, no Dia da Expiação, e só o Sumo Sacerdote penetrava em seu interior. As obras mestras do segundo Templo (chamado de Templo de Salomão) foram concluídas depois de oito anos de trabalho, mas as acessórias prolongaram-se por 80 — e de ser completadas quando as legiões de Tito invadiram Jerusalém.[13]

O povo judeu orgulhava-se da grande estrutura, uma das maravilhas da era de Augusto; aquele esplendor quase o fazia perdoar as colunas coríntias dos pórticos, e a águia de ouro que, desafiando a proibição judaica de imagens, era o odioso símbolo do poder de Roma impresso na própria fachada do Templo. Além disso, os judeus chegados de viagem contavam das construções em estilo helenista com que Herodes ia refazendo as demais cidades da Palestina; e de como ele gastava os fundos nacionais, e até o ouro (dizia o cochicho), que fora oculto no túmulo de Davi,[14] na construção de um grande porto em Cesaréia e em presentes a cidades estrangeiras, como Damasco, Biblos, Beirute, Tiro, Sídon, Antioquia, Rodes, Pérgamo, Esparta e Atenas. Nada mais claro que Herodes visava tornar-se, mais que rei dos judeus, o ídolo do mundo grego. Mas os judeus viviam para sua religião, exaltados pela crença de que de repente viria Jeová arrancá-los à opressão romana; e o triunfo do espírito helênico sobre o espírito hebraico em Herodes fazia-os prever desastres tão grandes como as perseguições de Antíoco. Conspirações se tramaram contra "o idumeu"; os conspiradores foram descobertos e torturados, e muitas vezes destruídos com toda a família.[15] Herodes espalhou espiões pelo povo; disfarçava-se para ouvir o que as pessoas diziam — e castigava sem dó à menor palavra hostil.[16]

Herodes acabou vencendo todos os seus inimigos, menos sua própria família. Teve 10 esposas, em certo tempo nove juntas; e filhos, 14. Sua segunda mulher, Mariamne, era neta de Hircano II e irmã de Aristóbulo, ambos mortos por ele. Diz Josefo que era uma mulher "casta mas ríspida por natureza, e que tratava imperiosamente ao marido por vê-lo tão apegado a ela como se fosse um escravo. ...Também lhe maltratava abertamente a mãe e a irmã por não serem de sangue real, além de que havia um eterno ódio entre as mulheres" da casa real. Mas a irmã de Herodes, convenceu-o de que Mariamne estava procurando envenená-lo. Herodes denunciou-a aos membros da corte, os quais a condenaram a ser executada, o que foi feito. Incerto, porém, da culpabilidade dela, Herodes passou algum tempo roído de remorsos; vivia chamando-a pelo nome, abandonou os negócios públicos, foi para o deserto "amargamente aflito", e quando o trouxeram de volta parecia louco. A mãe de Mariamne pôs-se a tramar a deposição dele; súbito, Herodes sara e condena à morte os novos conspiradores. Logo depois Antípatro, seu filho com a primeira mulher, apresenta-lhe provas de mais uma conspiração chefiada por Aristóbulo e Alexandre, seus filhos com Mariam-

ne; Herodes expõe o caso a uma assembléia de 150 homens, a qual condena à morte os dois moços (6 a.C.). Dois anos depois Nicolau de Damasco induz Antípatro a substituir seu pai. Herodes chama o filho a sua presença e "começa a chorar, lamentando os infortúnios que lhe tinham vindo por mão de seus filhos".[17] E, abalado, contentou-se com a prisão de Antípatro.

A idade, a doença e os sofrimentos já haviam alquebrado o velho rei. Hidropisia, úlcera, febre, convulsões, mau hálito. E ele que frustrara tantas tentativas contra sua existência, procura suicidar-se e não o consegue. Vindo a saber que Antípatro havia tentado subornar os guardas da prisão para que o soltassem, mandou matá-lo. Cinco dias depois o seguiu (4 a.C.), aos 69 anos de idade, intensamente odiado por todo um povo. "Roubou o trono qual uma raposa, governou qual um tigre e morreu como um cachorro", foi seu epitáfio na boca dos inimigos.[18]

IV. A LEI E SEUS PROFETAS

Em seu testamento Herodes dividiu o reino entre os três filhos restantes. A Filipe coube a zona leste conhecida como Batanéia, com as cidades de Batsaida, Capitólias, Gerasa, Filadélfia e Bostra. A Herodes Antipas coube Peréia (a terra além do Jordão) e ao norte a Galiléia, onde ficavam as cidades de Esdrela, Tiberíades e Nazaré. A Arquelau coube a Samaria, a Iduméia e a Judéia. Nesta última ficavam muitas cidades e burgos famosos, como Belém, Hebron, Beersheba, Gaza, Gadara, Emaús, Jamnia, Jopa, Cesaréia, Jericó e Jerusalém. Algumas destas cidades eram predominantemente gregas, outras sírias; os porcos de Gadarene atestam que Gadara não tinha população judaica. Os pagãos formavam maioria em todas as cidades costeiras, com exceção de Jopa e Jamnia, e na "Decápole", ou 10 cidades do Jordão; no interior as aldeias eram quase que totalmente judias. Esta divisão racial, agradável a Roma, deu origem à desgraça da Palestina.

Temos de recordar os puritanos da Inglaterra para bem compreendermos a repulsa dos piedosos judeus pelo politeísmo e a imoralidade pagã. A religião para os judeus era a fonte da lei, do Estado e a grande esperança de todos; deixá-la dessorar-se na onda do helenismo seria, na opinião deles, o suicídio nacional. Daí o ódio mútuo entre judeus e pagãos, sentimento que conservou o pequenino país em uma perpétua luta racial e política. Ademais, os judeus da Judéia desprezavam os galileus como gente atrasada, como os galileus desprezavam os da Judéia como escravos manietados na teia da Lei. E havia também o perpétuo atrito entre judeus e samaritanos; diziam estes que o monte de Gerizim, não o de Sião, fora escolhido por Jeová para sua morada, e repudiavam todas as Escrituras, exceto o Pentateuco.[19] Mas as várias facções concordavam em um ponto — em odiar o poder de Roma, que as fazia pagar um preço muito pesado pela paz à força.

Havia na Palestina de então uns 2.500.000 habitantes, dos quais talvez 100.000 em Jerusalém.[20] Na maioria falavam o aramaico; os sacerdotes e sábios conheciam o hebreu; os funcionários e estrangeiros, bem como a maioria dos autores, usavam o grego. O povo compunha-se sobretudo de camponeses que lavravam e irrigavam a terra, cuidavam dos pomares, dos vinhedos e do gado. No tempo de Jesus a Palestina chegou a exportar um pouco de trigo;[21] suas tâmaras, uvas e azeitonas, seu vinho e seu óleo eram encontrados em todo o Mediterrâneo. A velha prescrição do pousio, ou descanso do solo de sete em sete anos, ainda era seguida.[22] Os ofícios passavam de

pais a filhos, usualmente organizados em associações. A opinião judaica honrava o trabalho; a maioria dos mestres tinha ofício manual. Escravos, muito menos que em qualquer outra região mediterrânea. Florescia o comércio miúdo, mas ainda havia poucos negociantes judeus abastados e de alta posição social. "Não somos um povo comerciante", disse Josefo; "vivemos em um país (Judéia Oriental) sem mar e não temos inclinação para o comércio exterior."[23] As operações financeiras mantiveram-se como coisa sem importância até que Hillel, talvez por sugestão de Herodes, ab-rogasse a lei do Deuteronômio (XV, I-II) na parte que impunha o cancelamento das dívidas de sete em sete anos. O próprio Templo era o banco nacional.

Havia no Templo o salão Gazit em que se reunia o Sinédrio ou o Grande Conselho dos Anciãos de Israel. É provável que tenha surgido no tempo do governo selêucida (*ca.* 200 a.C.) em substituição do velho conselho sugerido a Moisés e mencionado em Números (XI, 16). Originalmente escolhido pelo sumo sacerdote entre a aristocracia sacerdotal, no tempo dos romanos passou a eleger para seu seio um número cada vez maior de fariseus e uns tantos escribas profissionais.[24] Esses 71 homens sob a presidência do sumo sacerdote autorizavam-se ao exercício do poder supremo sobre os judeus de toda parte, e os judeus ortodoxos de toda parte lhes reconheciam tal poder; mas os asmoneus e, depois, Herodes e Roma passaram a aceitar a autoridade do Sinédrio ou Sinedrium nos casos de violação da lei judaica por um judeu da Judéia. Podia decretar sentença de morte contra os judeus da Judéia por motivo de ofensa religiosa, mas não executá-la antes de confirmação do poder civil.[25]

Nesta assembléia, como de regra, duas facções disputavam a hegemonia — o grupo conservador, liderado pelos sumos sacerdotes, e os saduceus e o grupo liberal, chefiado pelos fariseus e escribas. A maior parte do alto clero e das classes altas compunha-se de saduceus *(zadokim),* nome derivado do fundador da classe, Zadok; eram nacionalistas em política e ortodoxos em religião; propugnavam pela fiel execução do Tora ou Lei escrita, mas rejeitavam as ordenações da tradição oral e as interpretações liberais dos fariseus. Duvidavam da imortalidade; contentavam-se com possuir as coisas boas da terra.

Os fariseus (*perushim,* separatistas) receberam dos saduceus esse nome porque se separavam (como os brâmanes) dos que, por não cumprirem os rituais purificadores, caíam na classe dos impuros.[26] Eram a continuação dos chasidins ou devotos do tempo dos Macabeus, que se mantinham dentro da estrita aplicação da Lei. Josefo, fariseu, definia-os como "o corpo de judeus que professam ser mais judeus que os outros, e explicam a lei com mais precisão".[27] Para isso agregavam à Lei escrita do Pentateuco a tradição oral das interpretações e decisões de reconhecidos mestres. Nos julgamentos realizados pelos fariseus estas interpretações eram necessárias para esclarecer obscuridades do Código de Moisés e especificar suas aplicações a casos particulares, e para ocasionalmente modificar-lhe a letra, no processo de adaptação a novas condições de vida. Eram a um tempo rigorosos e lenientes, amaciando a Lei aqui e ali, como no caso da decisão de Hillel sobre as dívidas, mas exigiam plena observação tanto do Tora como da tradição oral. Unicamente por meio dessa absoluta obediência, admitiam eles, era possível aos judeus escaparem da assimilação e extinção. Reconciliados com o domínio romano, os fariseus procuravam consolo na esperança de uma imortalidade física e espiritual. Viviam com simplicidade, condenavam o luxo, jejuavam freqüentemente e lavavam-se amiúde, tornando-se às vezes irritantes por excesso de admissão de suas virtudes; mas representavam a força moral do judaísmo e gozavam do apoio

da classe média; foi a fé e a rigidez desses homens que os salvaram da desintegração quando a catástrofe sobreveio. Depois da destruição do Templo no ano 70 de nossa era, o sacerdócio perdeu a influência, os saduceus desapareceram, a sinagoga substituiu o santuário destruído e os fariseus, transformados em rabinos, fizeram-se os mestres e pastores do povo disperso, mas não derrotado.

A mais extremada das seitas israelitas era a dos essênios. Derivavam sua piedade do Chasidim, e o nome da seita talvez viesse do caldaico *aschai* (banhista); já a doutrina e a prática procediam da corrente de ascetismo que circulou pelo mundo no último século antes de Cristo; é possível que fossem influenciadas pelas idéias brâmanes, budistas, parsis, pitagóricas e cínicas, trazidas a Jerusalém pelo intercâmbio comercial. Em número de quatro mil na Palestina, organizaram-se em uma ordem que observava com o maior rigor não só a Lei escrita como a oral, e viviam como monges celibatários, lavrando o solo no oásis de Engadi, sito no deserto a oeste do Mar Morto. Moravam em casas comuns a todos, faziam juntos as refeições e em silêncio escolhiam seus chefes, por meio de votação; nada tinham que não fosse comum a todos, em obediência à regra comunitária chasidim: "O meu e o teu te pertencem."[28] Muitos desses homens, diz Josefo, "viviam mais de 100 anos em conseqüência da vida regular e da alimentação simples".[29] Vestiam-se de linho branco, e traziam consigo uma pequena enxada para cobrir "o que deles saía," e em seguida lavavam-se como os brâmanes, considerando sacrilégio evacuar no sábado.[30] Uns tantos casavam-se e viviam nas cidades, mas praticavam a regra de Tolstoi, de só coabitar com a mulher para procriar. Evitavam todos os prazeres sensuais, procurando na meditação e na prece a mística união com Deus. Esperavam que por meio da piedade, da abstinência e da contemplação lhes viessem mágicos poderes de previsão do futuro. Como quase toda gente da época, acreditavam em anjos e demônios, tinham as doenças como maus espíritos encostados nos pacientes e procuravam exorcizá-los por meio de fórmulas mágicas; da "doutrina secreta" desses homens formou-se parte da Cabala.[31] Aguardavam a vinda de um Messias que estabelecesse na terra o comunismo igualitário do Reino do Céu *(Malchuth Shamayim),* no qual só entrassem os homens de vida perfeita.[32] Ardentes pacifistas que eram, recusavam-se a fabricar instrumentos de guerra, mas quando as legiões de Tito atacaram Jerusalém, juntaram-se aos demais na defesa do Templo, perecendo todos na luta. Com a descrição de seus costumes e sofrimentos feita por Josefo, entramos na atmosfera do cristianismo:

> Embora torturados, queimados e despedaçados para que blasfemassem e repudiassem Moisés, ou comessem o que a Lei proibia, não fizeram nem uma coisa nem outra; nem deram a seus torturadores o gosto de derramar uma lágrima. Antes sorriam na maior dor e com desprezo riam-se dos que os supliciavam, rendendo a alma com grande júbilo, certos de recebê-la de novo.[33]

Saduceus, fariseus e essênios eram, uma geração antes de Cristo, as principais seitas religiosas da Judéia. Os escribas (*hakamin,* cultos), que Jesus freqüentemente ligava aos fariseus, não constituíam uma seita e sim uma profissão; eram homens instruídos na Lei, que sobre ela prelecionavam nas sinagogas, que a ensinavam nas escolas, que a debatiam em público ou em particular e a aplicavam no julgamento de casos específicos. Alguns dentre eles eram sacerdotes, muitos eram saduceus e a grande maioria fariseus; correspondiam nos dois séculos anteriores a Hillel ao que os rabinos passaram a ser depois deles. Os verdadeiros *iurisprudentes* da Judéia, cujas opiniões legais, sele-

cionadas pelo tempo e transmitidas verbalmente de professores a discípulos, tornavam-se parte daquela tradição oral que os fariseus honravam conjuntamente com a Lei escrita. Sob a influência dos escribas, o Código de Moisés desdobrou-se em mil preceitos minuciosos, destinados a atender a todas as circunstâncias.

A maior figura antiga destes professores leigos da Lei é Hillel, cujo vulto quase se perde na teia da lenda que a posteridade enredou em torno de seu nome. Dão-no como nascido na Babilônia (75 a.C.?) de família distinta mas empobrecida. Vindo já adulto para Jerusalém, sustentava a mulher e os filhos com seu trabalho manual. Gastava metade do que ganhava no custeio de seus estudos com dois famosos mestres, Xemaia e Abtolim, expositores da Lei. Não podendo certo dia pagar a entrada, ficou de uma janela a ouvir "as palavras do Deus vivo". Enregelado pelo frio, diz a história, tombou na neve, sendo encontrado semimorto na manhã seguinte.[34] Tornou-se por sua vez *rabbi* ou professor, e afamado pela modéstia, paciência e bondade. Um homem apostou que havia de encolerizar Hillel e perdeu.[35] Três princípios estabeleceu para a conduta na vida: amor aos homens, à paz e à Lei — e conhecimento dela. Quando um aspirante lhe pediu para expor a Lei dentro do tempo em que um homem pudesse manter-se em um pé só, Hillel respondeu: "O que te é desagradável não o faças a outrem".[36] (o Talmude menciona as palavras adicionais que Hillel acrescentou a essa resposta: "Esta é toda a Lei, o resto não passa de comentário".)[37] Temos aqui uma cautelosa forma negativa da Regra de Ouro que de longa data já vinha formulada no Levítico sob forma positiva. Hillel também ensinou: "Não julgues teu vizinho antes de te colocares em seu lugar."[38] Procurou serenar as seitas desavindas por meio do estabelecimento de sete regras para a interpretação da Lei. Sua interpretação era liberal, e é digno de nota que ele facilitasse o divórcio e o empréstimo de dinheiro. Hillel foi um pacificador, não um reformador; "não te separes da congregação", aconselhava aos jovens rebeldes de seu tempo. Aceitou Herodes como um mal inevitável e foi por ele nomeado presidente do Sinédrio (30 a.C.). A maioria desse conselho, composta de fariseus, considerava-o tanto que o deixou ficar no cargo até à morte (10 d.C.), e como prova de respeito a sua memória deixou a presidência em sua família durante 400 anos.

O segundo lugar de honra do Grande Conselho coube ao rival de Hillel, Xamai, o rabino conservador. Xamai queria uma aplicação da Lei muito mais rigorosa, repelia o divórcio e não admitia a existência de novas condições de influir na aplicação do Tora. Esta divisão dos mestres judaicos em liberais e conservadores começou um século antes de Hillel e prolongou-se até à destruição do Templo.

V. A GRANDE EXPECTATIVA

A literatura judaica desse período é quase que inteiramente religiosa. Do mesmo modo que aos judeus ortodoxos parecia profanação fazer imagens de deidade ou enfeitar os templos com arte plástica, assim também lhes parecia condenável cultivar a filosofia ou a literatura com outro fim que não louvar a Deus e glorificar a Lei. Havia, sem dúvida, exceções, como nos revela a história da casta Susana. É o caso de uma bela judia falsamente acusada por dois velhos cujas propostas ela repelira, e que se livrou graças à habilidosa inquirição feita por um moço de nome Daniel. Este romance figura em algumas edições do Livro de Daniel.

O Livro de Josué, filho de Sirac, que conhecemos como Eclesiástico, pode pertencer a este remoto período; é um dos muitos livros apócrifos — composições "ocultas" ou falsas, não aceitas pelo cânone judaico do Velho Testamento; rico de beleza e sabedoria, não fazia jus à exclusão de um corpo de escritos onde estão o Eclesiastes e o Livro de Jó. Em seus 24 capítulos encontramos novamente, como no 8º capítulo de Provérbios, a doutrina do Logos ou do Verbo Encarnado: "A Sabedoria é o primeiro produto de Deus, criado no começo do mundo." Entre os anos 130 a.C. e 40 de nossa era, um judeu alexandrino — ou certo número de judeus helenísticos — publicou, ou publicaram, um livro sobre a Sabedoria de Salomão, que, como a obra de Filo, procurava harmonizar o judaísmo e o platonismo, e conclamava os judeus helenizantes a se voltarem para a Lei em uma prosa tão nobre como qualquer outra desde Isaías. Uma obra menor, os *Salmos* de Salomão (*ca.* 50 a.C.), está cheia de antecipação de um Redentor para Israel.

A esperança de, por meio de um divino Redentor, salvar-se das unhas de Roma e dos sofrimentos terrenos transpira em quase toda a literatura judaica da época. Muitas produções tomavam a forma de apocalipses, ou revelações, cujo objeto era tornar o passado inteligível e aceitável como prelúdio a um futuro glorioso revelado por Deus a alguns videntes. O Livro de Daniel, escrito mais ou menos em 165 a.C. para encorajar Israel na resistência a Antíoco Epífanes, ainda estava circulando entre os judeus, os quais não podiam admitir que Jeová pudesse deixá-los por tanto tempo sob o domínio pagão. O Livro de Enoque, provavelmente obra de vários autores realizada entre 170 e 66 a.C., tomou a forma de visões aparecidas ao patriarca que "havia passeado com Deus" (Gênese, V, 24). Contava de novo a queda de Satã e suas coortes, a conseqüente intrusão do mal e do sofrimento na vida humana, a redenção da humanidade por um Messias e o advento do Reino do Céu. Lá por 150 a.C. começaram a aparecer os Oráculos Sibilinos, obra de escritores judeus, em que várias sibilas, ou profetisas, defendiam o judaísmo contra o paganismo, predizendo a vitória final dos judeus sobre seus inimigos.

A idéia de um deus salvador provavelmente tem origem na Pérsia e na Babilônia.[39] No credo de Zoroastro toda história da vida era representada como uma guerra entre as sagradas forças da luz e o diabólico poder das trevas; no fim sobreviria um salvador — Xaosiante ou Mitras — para julgar todos os homens e implantar o reino eterno da justiça e da paz. Para muitos judeus a dominação romana apresentava-se como parte do transitório triunfo do mal. Eles denunciavam a cobiça, a traição, a brutalidade e a idolatria da civilização "gentia", e o "ateístico" hedonismo de um mundo epicurista. Segundo o Livro da Sabedoria

> o ímpio disse: Nossa vida é curta e tediosa, e para a morte não há remédio — nunca ninguém voltou da tumba. ... Porque a respiração em nossas narinas é como a fumaça; e há uma pequena faísca no movimento de nosso coração, a qual sendo extinta, nosso corpo se torna pó e nosso espírito se desvanece como o ar; e nosso nome será esquecido e nossa vida passará como o traço de uma nuvem, como a névoa desfeita pelo sol. ...Vamos, gozemos as coisas boas do presente... não percamos uma flor, uma fonte que passe por nós; coroemo-nos de botões de rosas antes que murchem; deixemos sinais de nossa alegria em toda parte.[40]

Estes epicuristas raciocinam de modo falso, diz o autor; engatam seu carro a uma estrela cadente, já que o prazer é coisa vã e passageira.

> Porque a esperança do ímpio é como a palha que o vento leva, e fina como o floco de neve que a tempestade espalha; passa como a lembrança de um hóspede que só ficou um dia. Mas os justos viverão para sempre, e deles cuidará o Altíssimo. E eles terão um glorioso reino e receberão das mãos do Senhor um diadema de beleza.[41]

De acordo com os livros apocalípticos, o reino do mal chegará ao fim, pela intervenção direta do próprio Deus ou pela de seu filho ou representante, o Messias ou o Ungido. (A palavra *Messias* [hebraico *mahsiah*] aparece com freqüência no Velho Testamento. Os judeus que o verteram para o grego [os Setenta — *ca.* 280 a.C.] traduziram a palavra *mahsiah* pela palavra grega *Christos,* o Ungido, ou aquele sobre o qual foi derramado o óleo sagrado, um crisma.) Um século antes, já Isaías não o tinha predito?

> Porquanto um pequenino nasceu para nós e um filho nos foi dado; e o governo foi posto sobre seus ombros, e ele será chamado Admirável, Conselheiro, Deus Forte, Pai do Século Futuro, Príncipe da Paz.[42]

Muitos judeus concordavam com Isaías (XI, I) na descrição do Esperado como um rei terreno que iria nascer da casa real de Davi; outros, como os autores dos livros de Enoque e Daniel, chamavam-no Filho do Homem, e pintavam-no como descido do céu. O filósofo dos Provérbios e o poeta da Sabedoria de Salomão,[43] talvez influenciados pelas idéias platônicas ou pelo *anima mundi* dos estóicos, viram-no como a Sabedoria Encarnada, o primeiro produto de Deus, o Verbo ou a Razão (*logos*) que iria em breve representar papel tão grande na filosofia do Filo. Quase todos os autores apocalípticos admitiam a rápida vitória do Ungido; mas em uma passagem notável Isaías concebeu-o como

> desprezado e repelido pelos homens, um varão de dores que conheceu o sofrimento. ...Certamente ele suportou nossas aflições e carregou nossas mágoas... foi magoado por causa de nossas transgressões, maltratado por causa de nossas iniqüidades... e com seus vergões nós fomos curados. O Senhor depôs sobre ele a iniqüidade de todos nós. ... Ele foi tirado da prisão e do julgamento e cortado da terra dos vivos. ... Levou sobre si o pecado de muitos e intercedeu pelos transgressores.[44]

Todos, entretanto, concordavam em que no fim o Messias tinha de vencer os pagãos, libertar Israel,[45] fazer de Jerusalém sua capital e levar todos os homens à aceitação de Jeová e da Lei Mosaica.[46] Depois um "Tempo Perfeito" de felicidade sobreviria para o mundo inteiro: a terra toda seria fértil, cada semente se multiplicaria mil vezes, o vinho fluiria em abundância, desapareceria a pobreza, todos os homens gozariam de saúde e seriam virtuosos; e a justiça, a amizade e a paz reinariam sobre a terra.[47] Alguns videntes declaravam que esta idade perfeita seria interrompida, que os poderes das trevas e do mal lançariam um último assalto ao reino da felicidade, e que o mundo se consumiria no caos e na conflagração. No fim, no "Dia de Deus", os mortos levantar-se-iam dos túmulos e seriam julgados pelo "Velho de Dias" (Jeová) ou pelo "Filho do Homem", para o qual o domínio absoluto e eterno seria dado sobre o mundo novo, ou o Reino de Deus. Os maus seriam lançados de cabeça para baixo "no Inferno",[48] e os bons receberiam a eterna bem-aventurança.[49]

Na essência, o movimento ideológico da Judéia emparelhava-se com o da teologia pagã dos tempos: aquele povo que havia ligado seu futuro ao destino nacional per-

deu a confiança no Estado e passou a procurar a salvação individualmente e só nos domínios da espiritualidade. As religiões de mistérios tinham espalhado essa mesma esperança entre milhões de criaturas na Grécia, no Oriente Helenístico e na Itália, mas em parte nenhuma a esperança mostrou-se tão forte quanto na Judéia. Os pobres, oprimidos ou desprezados na terra aguardavam o Redentor que desceria do céu para libertá-los. Breve, diziam os apocalipses, um salvador viria, e com seu triunfo todos os justos seriam levados, mesmo os já mortos, a um paraíso de bem-aventurança eterna. Velhos santos como Simeão, mulheres místicas ao tipo de Ana, filha de Fanuel, passavam a vida ao redor do Templo, jejuando, esperando, implorando a graça de verem o Redentor antes de morrerem. Uma grande expectativa se apoderava dos corações dos homens.

VI. A REBELIÃO

Nenhum povo na História jamais lutou tanto pela liberdade e contra tantas dificuldades como o judeu. De Judas Macabeu a Simeão Bar Cocheba, e ainda nos tempos de hoje, a luta dos judeus pela reconquista da liberdade muitas vezes os dizimou, mas nunca lhes quebrou o ânimo nem lhes matou as esperanças.

Quando Herodes, o Grande, morreu, os nacionalistas, desprezando os pacatos conselhos de Hillel, declararam-se em revolta contra seu sucessor Arquelau e acamparam em tendas ao redor do Templo. As tropas de Arquelau mataram três mil homens, muitos vindos a Jerusalém para a festa da Páscoa (4 a.C.). Na festa seguinte, de Pentecostes, os rebeldes reuniram-se de novo e de novo sofreram grande chacina; os claustros do Templo foram incendiados, os tesouros do santuário saqueados pelas legiões e muitos judeus suicidaram-se de desespero. Bandos de patriotas percorriam o interior, tornando precária a vida de qualquer partidário dos romanos; um desses grupos, chefiados por Judas, o Gaulonita, tomou Séforis, a capital da Galiléia. Varo, o governador da Síria, entrou na Palestina com 20.000 homens, arrasou centenas de aldeias, crucificou dois mil rebeldes e vendeu 30.000 como escravos. Uma delegação de judeus notáveis foi a Roma pedir a Augusto a supressão do governo real na Judéia. Augusto removeu Arquelau e transformou a Judéia em província romana de segunda classe, governada por um procurador responsável perante o governador da Síria (6 d.C.).

Sob Tibério, aquele povo convulso gozou de um momento de paz. Mas entendendo tornar a adoração do imperador extensiva a todo o Império como religião unificadora, Calígula ordenou que todos os cultos incluíssem um sacrifício a sua imagem, e mandou que os funcionários em Jerusalém instalassem sua estátua no Templo. Os judeus tinham-se comprometido, no tempo de Augusto e Tibério, a sacrificar a Jeová em nome do imperador, mas mostravam-se tão visceralmente contrários a admitir no Templo a imagem de um pagão que aos milhares foram pedir ao governador da Síria que antes os matasse a todos ali mesmo do que cumprisse as ordens de Roma.[50] A situação foi inopinadamente resolvida com a morte de Calígula. Impressionado com a figura de Herodes, neto de Agripa, Cláudio fê-lo rei de quase toda a Palestina (41); mas a morte súbita do neto de Agripa desencadeou novamente a desordem, fazendo com que Cláudio restabelecesse o governo por procuradores.

Os homens que os libertos de Cláudio escolheram para esse posto foram em geral incompetentes ou canalhas. Félix, escolhido como procurador pelo seu irmão Palas, "governou a Judéia", diz Tácito, "com os poderes de um rei e a alma de um escravo".[51] Festo governou menos mal, mas morreu logo. Albino, a crermos em Josefo,

abusou à vontade, e fez uma fortuna com a indústria de soltar criminosos a troco de dinheiro; "só permanecia preso quem não lhe dava nada".[52] Floro, diz o mesmo amigo e admirador dos romanos, comportou-se "mais como um carrasco do que como um governador", roubava a cidades inteiras, não só por sua conta como ainda por intermédio de outros que com ele dividissem o saque. Estes informes cheiram muito a propaganda de guerra; com certeza os procuradores queixavam-se de que os judeus eram muito difíceis de ser explorados.

Bandos de "zelotes" e sicários *(sicarii)* tinham-se formado para protestar contra o mau governo. Seus membros juravam destruir todos os judeus desleais, e misturados na multidão apunhalavam as vítimas pelas costas, desaparecendo em seguida.[53] Quando Floro subtraiu 17 talentos ($ 61.200) do tesouro do Templo, o povo reuniu-se diante do santuário e clamou por sua demissão; alguns rapazes andaram com cestas pedindo esmolas para um procurador que sofria de pobreza, o coitadinho. As legiões de Floro dispersaram o povo, saquearam centenas de casas com matança dos ocupantes; os principais rebeldes foram flagelados e crucificados; e segundo Josefo 3.600 judeus perderam a vida nesse dia.[54] Os judeus velhos e os que estavam bem aconselhavam a paciência, alegando que a revolta contra um império tão poderoso equivalia a suicídio; já os moços e os pobres acusavam-nos de covardia. A cidade dividiu-se em dois campos: uma facção ocupou a parte alta, e a outra, a parte baixa — e atacaram-se com as armas que puderam obter. Em 68 travou-se verdadeira batalha entre os dois grupos; os radicais venceram e mataram 12.000 conservadores, inclusive quase todos os abastados;[55] a revolta virou revolução. Uma força rebelde cercou a guarnição romana em Masada, persuadiu-a a desarmar-se e depois matou todos os homens. Nesse dia os pagãos de Cesaréia, a capital da Palestina, levantaram-se e trucidaram 20.000 judeus; milhares de outros foram vendidos como escravos. Em um dia os pagãos de Damasco deceparam a cabeça de 10.000 judeus.[56] Enquanto isso os revolucionários faziam estragos em muitas cidades gregas da Palestina e Síria, arrasando algumas completamente e matando e sendo mortos em grande número. "Era comum", diz Josefo, "encontrar cidades cheias de cadáveres desenterrados, de velhos e crianças, e entre eles mulheres sem nenhuma coberta."[57] Em setembro de 66 a revolução estava vitoriosa em Jerusalém e quase toda a Palestina. E como o partido da paz ficasse desmoralizado, muitos de seus membros aderiram à revolta.

Havia entre eles um sacerdote de nome Josefo, então com 30 anos, enérgico, brilhante, dos que transformam cada desejo em uma virtude. Comissionado pelos rebeldes para fortificar a Galiléia, soube defender Jotopata contra o assédio de Vespasiano até que só restassem 40 judeus vivos, ocultos com ele em uma gruta. Josefo quis render-se; seus homens ameaçaram-no de morte. Já que preferiam a morte à captura, ele os persuadiu a fixarem a ordem em que um seria abatido pela mão do vizinho, e desse modo acabariam todos; mas quando todos caíram menos Josefo e seu vizinho, Josefo induziu-o a render-se também — e assim foi feito. Estavam para ser mandados presos para Roma quando Josefo profetizou que Vespasiano ia subir ao trono. Vespasiano libertou-o e gradualmente o foi aceitando como conselheiro na guerra contra os judeus. Ao tempo em que Vespasiano partiu para Alexandria, Josefo acompanhou Tito em sua marcha contra Jerusalém.

A aproximação das legiões romanas determinou uma fanática mas tardia união entre os defensores. Tácito admite que 600.000 rebeldes estavam reunidos na cidade. "Todos os que podiam pegar em armas", e as mulheres não se mostravam menos be-

licosas que os homens.[58] Das linhas romanas Josefo convidou os sitiados a se renderem, mas os rebeldes acusaram-no de traição e resistiram até às últimas. Grupos de judeus famintos fizeram desesperadas tentativas para varar o assédio em busca de alimentos; milhares foram apanhados pelos romanos e crucificados; "tão numerosa era a multidão dos crucificados", diz Josefo, "que não havia espaço para tantas cruzes nem havia cruzes para tanta gente". Nos últimos dias daquele assédio de cinco meses as ruas de Jerusalém já estavam obstruídas de cadáveres; "vampiros erravam por ali destroçando os mortos"; e conta-se que foram jogados por cima das muralhas 116.000 corpos. Alguns judeus engoliam moedas de ouro e escapavam de Jerusalém; os romanos e sírios capturavam-nos e abriam-lhes o ventre à procura do ouro, ou o procuravam nas evacuações.[59] Havendo tomado metade da cidade, Tito fez propostas, em sua opinião generosas para a rendição do resto; os judeus recusaram-nas. Em vista disso os romanos lançaram archotes contra o Templo, o qual em grande parte era de madeira, e incendiaram-no. Os defensores sobreviventes, diz Díon, bateram-se até o fim, orgulhosos de morrer no sagrado solo do Templo.[60] Grupos matavam-se uns aos outros, e havia os que se arremessavam de peito contra a ponta da espada, e os que se lançavam nas chamas. Os vencedores foram implacáveis; mataram todos os judeus apanhados; capturaram 97.000 fugitivos e os venderam como escravos; muitos morreram como "gladiadores à força" nos jogos triunfais celebrados em Beirute, Caréia Filípica e Roma. Josefo calculou em 1.197.000 o número dos judeus mortos no assédio ou em conseqüência; Tácito reduz esse número a 600.000 (70 d.C.).[61]

A resistência ainda continuou aqui e ali até o ano 73, mas a destruição do Templo marcou o fim da rebelião e do Estado judeu. Houve confisco das propriedades dos que haviam tomado parte no levante. A Judéia ficou sem judeus, e os poucos que escaparam caíram na maior pobreza. Mesmo assim tinham de pagar a um templo pagão em Roma o meio siclo que antes pagavam para a conservação do Templo de Jerusalém. Desapareceu o Sumo Sacerdócio, e com ele o Sinédrio. O judaísmo tomou a forma que até hoje perdura: uma religião sem santuário central, sem um sacerdócio dominante, sem um serviço sacrificial. Os saduceus desapareceram, e os fariseus e rabinos tornaram-se os chefes de um povo sem pátria ao qual nada resta além de suas sinagogas e esperanças.

VII. A DISPERSÃO

A fuga e o escravizamento de tantos judeus acelerou de tal modo sua difusão pelas terras mediterrâneas que seus sábios datam a *Diáspora* da destruição do Templo construído por Herodes. Já vimos que essa dispersão começara 600 anos antes do Cativeiro na Babilônia e se renovara no estabelecimento de Alexandria. Como a fecundidade racial era imperativa e o infanticídio severamente proibido pela Lei, a expansão dos judeus provinha tanto de causas biológicas como econômicas; os hebreus desempenhavam ainda um papel bem insignificante no comércio do mundo. Com exagero anti-semita, Estrabão conta que 50 anos antes da queda de Jerusalém era difícil "encontrar um só pedaço de terra habitável que não tenha recebido essa gente e não esteja nas mãos dela".[62] Filo, 20 anos antes da Dispersão, descreveu "os continentes... cheios de colônias judaicas, e igualmente as... ilhas e quase toda a Babilônia".[63] Em 70, o ano do desastre, havia milhares de judeus na Selêucia e em outras cidades da Pártia; também eram numerosos na Arábia, donde se passaram para a Etiópia, e

abundavam na Síria e na Fenícia; tinham grandes colônias em Tarso, Antioquia, Mileto, Éfeso, Sardes, Esmirna; eram menos numerosos em Delos, Corinto, Atenas, Filipos, Patras, Tessalônica. No Ocidente havia comunidades judaicas em Cartago, Siracusa, Putéolos, Cápua, Pompéia, Roma e até na Venúsia de Horácio. No todo podemos admitir a existência de sete milhões de judeus no Império — 7 por cento da população total, ou o dobro da percentagem de judeus nos Estados Unidos de hoje.[64]

O número dos judeus, a maneira de se vestirem, o regime alimentar que seguiam, a pobreza, a ambição, a prosperidade, o exclusivismo, o horror a imagens e a observação do sábado foram em conjunto os elementos criadores de um anti-semitismo que ia das chalaças nos teatros e das observações de Juvenal e Tácito até às agressões na rua e aos *progroms* em massa. Ápion de Alexandria fez-se o porta-voz desses ataques, aos quais Josefo respondeu com um incisivo panfleto. (Josefo rejubilou-se que um cancro houvesse forçado Ápion a circuncidar-se.[65])

Depois da queda de Jerusalém, Josefo velejou para Roma com Tito e acompanhou o conquistador de seu povo na procissão triunfal que expunha aos olhos da populaça os judeus cativos e mais despojos da guerra. Vespasiano concedeu-lhe a cidadania romana, uma pensão, um apartamento no palácio e boas terras na Judéia.[66] Em retribuição Josefo tomou o nome de Flávio, da família de Vespasiano, e escreveu *As Guerras dos Judeus* (*ca.* 75), para defender a ação de Tito na Palestina e justificar-se a si próprio, bem como desencorajar futuras rebeliões com a demonstração do poder de Roma. Nos últimos anos (*ca.* 93), sentindo muito agudo seu isolamento, escreveu *As Antigüidades dos Judeus,* para reconquistar as boas graças de seu povo com a idéia favorável, que em sua obra dava, das realizações, do caráter e dos costumes judaicos. O estilo de Josefo é claro e forte, e na descrição de Herodes, o Grande, mostra-se um Plutarco, mas sua parcialidade o prejudica. As *Antigüidades* lhe exigiram grande esforço e muito tempo, deixando-o exausto; os últimos quatro "livros", dos 20 que compõem a obra, foram compostos por seus secretários com base nas notas do autor.[67] Estava ele apenas com 56 anos quando a obra apareceu, mas excessivamente gasto pela vida de aventuras, de controvérsia e de solidão moral.

Com sua característica resistência foram os judeus aos poucos reconstruindo a vida econômica e cultural da Palestina. Durante o assédio de Jerusalém um discípulo de Hillel, Joanã ben Zacai, com receio de que a carnificina destruísse todos os mestres e transmissores da tradição oral, fugiu da cidade e estabeleceu uma academia em um vinhedo de Iabne, ou Jamnia, próximo à costa do Mediterrâneo; e depois da queda de Jerusalém organizou em Jamnia um novo Sinédrio, composto não mais de sacerdotes, políticos e ricos, mas de fariseus e rabinos, isto é, professores da Lei. Este *Bet Din,* ou Conselho, não tinha poder político, mas a maioria dos judeus da Palestina reconhecia-lhe a autoridade em todos os assuntos morais e religiosos. O Patriarca que o Conselho escolhia como chefe nomeava os funcionários administrativos da comunidade e tinha o poder de excomungar os recalcitrantes. A severa disciplina de Gamaliel II, o patriarca em função ali pelo ano 100, consolidou o Conselho; depois uniu os judeus de Jamnia, e finalmente os de toda a Palestina. Sob sua liderança, as contraditórias interpretações da Lei transmitidas por Hillel e Xamai foram postas em votação; aprovadas em sua maioria as de Hillel, passaram a ser as de todos os judeus.

Já que a Lei se tornara o indispensável cimento para a imaterial ligação dos judeus sem pátria, o ensino da Lei ficou sendo a ocupação principal das sinagogas na Diáspora; a sinagoga tinha substituído o Templo, a oração substituiu os sacrifícios a Jeová e o rabino, o sacerdote. Os *tannaim,* ou expositores, interpretavam uma ou outra das leis transmitidas oralmente *(Halacha),* que costumavam basear-se em citação das Escrituras, outras vezes a elas acrescentadas e ilustradas com histórias, homílias e outros materiais *(Haggada).* O mais famoso *tannaim* foi o rabino Akiba ben Joseph. Na idade de 40 anos (*ca.* 80) entrou com seu filhinho de cinco anos em uma escola e juntos

aprenderam a ler. Passou a estudar o Pentateuco e breve o recitava inteiro de cor. Depois de 13 anos de estudo abriu uma escola debaixo de uma figueira, num lugarejo perto de Jamnia. Seu entusiasmo idealista, bem como sua alegre coragem faziam perdoar seu dogmatismo e atraíam-lhe muitos estudantes. Quando em 95 correu a notícia de que Domiciano ia lançar novas medidas contra os judeus, Akiba foi escolhido com Gamaliel e dois outros para dirigirem um apelo pessoal ao imperador; e estavam em Roma cuidando disso quando a morte levou Domiciano. Nerva ouviu-os complacentemente e pôs fim ao *fiscus iudaicus* — a taxa sobre eles imposta para a reconstrução de Roma. De retorno a Jamnia, entregou-se Akiba à demorada tarefa de codificar o *Halacha;* seu discípulo, o rabino Meir, e seu sucessor Judas, o Patriarca (*ca.* 200), iriam completar o empreendimento. Mesmo sob essa forma codificada o *Halacha* permaneceu parte da tradição oral, transmitida de uma geração a outra por memorizadores profissionais — verdadeiros livros orais. Os métodos de Akiba eram tão absurdos quanto certas as suas conclusões; ele derivava princípios liberais de uma estranha exegese em que a cada letra do Tora, ou lei escrita, se atribuía uma misteriosa significação. É provável que Akiba houvesse observado que o homem só aceita o que é racional quando lho apresentam sob vestes místicas, ou, pelo menos, sob roupagens místicas. De Akiba proveio a engenhosa organização e exposição que através do Talmude passou para Maimônides e, por último, para os métodos da filosofia escolástica.

Aos 90 anos de idade, já alquebrado e reacionário, Akiba se viu, como na juventude, envolvido por uma revolução. Em 115-116, os judeus de Cirene, Egito, Chipre e Mesopotâmia levantaram-se novamente contra os romanos; a chacina de pagãos por judeus e vice-versa voltou à ordem do dia; 220.000 homens, diz Díon, foram mortos em Cirene e 240.000 em Chipre; estes números parecem incríveis, mas cumpre notar que Cirene jamais se recobrou da devastação, e que séculos depois do massacre nenhum judeu ainda era admitido em Chipre. O levante teve o mesmo destino do anterior, mas os judeus sobreviventes mantiveram-se firmes na esperança do Messias restaurador do Templo e do triunfo judaico em Jerusalém. A estupidez romana veio reanimar a revolta. Em 130 Adriano manifestou a intenção de erguer um santuário a Júpiter no próprio local do Templo destruído; e em 131 lançou um decreto proibindo a circuncisão e a pública instrução da lei judaica.[68] Sob a liderança de Simeão Bar Cocheba, que se proclamara o Messias, os judeus fizeram um último esforço para reaver a terra natal e a liberdade (132). Akiba, que passara a vida a pregar a paz, abençoou o levante com a aceitação de Bar Cocheba como o prometido Redentor. Por três anos os rebeldes resistiram heroicamente às legiões romanas; por fim foram vencidos pela falta de víveres e de tudo. Os romanos destruíram 985 aldeias na Palestina e mataram 580.000 homens; e número ainda maior, dizem, foi o dos que morreram de fome, doença e fogo; a Judéia quase inteira reduziu-se a um deserto. O próprio Bar Cocheba caiu defendendo Bethar; e tantos judeus foram vendidos como escravos que o preço de um homem equiparou-se ao de um cavalo. Milhares ocultavam-se em cavernas subterrâneas; cercados pelos romanos, preferiam morrer de fome a render-se, isso depois de se alimentarem com a carne dos mortos.[69]

Resolvido a destruir a força de recuperação do judaísmo, Adriano proibiu não só a circuncisão e o ritual como a observação do sábado ou qualquer outro dia santo judaico.[70] E sobre eles recaiu uma nova taxa ainda mais pesada que a anterior. Permissão para entrar em Jerusalém só a tinham em um dia fixo do ano, e lá iam chorar diante das ruínas do Templo. No sítio de Jerusalém ergueu-se a cidade pagã de Aelia Capi-

tolina, com santuários a Júpiter e Vênus, palestras, teatros e banhos públicos. O Conselho de Jamnia foi dissolvido e considerado subversivo; só ficou o Conselho menor de Lida; mas a instrução da lei judaica cessou, proibida sob pena de morte. Diversos rabinos incidiram nessa pena por desobediência. Akiba, já com 95 anos, teimou em ensinar a seus discípulos; foi preso por três anos; e como persistisse em ensinar mesmo na prisão, foi julgado e condenado à morte. Morreu com o dogma do judaísmo nos lábios: "Ouve, ó Israel! O Senhor é nosso Deus e é o Deus Único!"[71]

Embora os decretos de Adriano fossem minorados por Antonino Pio, os judeus passaram séculos sem se restaurarem do desastre conseqüente à revolta de Bar Cocheba. A partir daquele momento entraram em sua Idade Média, abandonando toda cultura secular exceto a medicina, renunciando a todas as formas do helenismo e subsistindo unidos e reconfortados unicamente em seus rabinos, em seus poetas místicos e na Lei. Nenhum outro povo jamais conheceu tão longo exílio, nem padeceu mais amargo destino. Privados da Cidade Sagrada, tiveram de render-se primeiro ao paganismo, depois ao cristianismo. Dispersos por todas as províncias romanas e terras vizinhas, condenados à pobreza e à humilhação, mal-vistos até por filósofos e santos, passaram dos negócios públicos para o estudo e o culto privado, preservando apaixonadamente as palavras de seus mestres e preparando-se para afinal codificá-las nos Talmudes da Babilônia e da Palestina. O judaísmo escondeu-se no medo e na obscuridade, enquanto seu filho, o cristianismo, lançava-se à conquista do mundo.

LIVRO V

A JUVENTUDE DO CRISTIANISMO

4 a.C. — 325 d.C.

TÁBUA CRONOLÓGICA

Todas as datas, exceto a primeira, são d.C.; as datas antes de 150 são incertas

a.C. 4: Nascimento de Cristo
d.C. 30: Crucifixão; conversão de Paulo
45-47: Primeira missão de Paulo
50-53: Segunda missão de Paulo
51: Paulo em Atenas
53-57: Terceira missão de Paulo
58-60: Paulo preso por Félix
61-64: Paulo preso em Roma
64: Perseguição de Nero; morte de Pedro e Paulo
65: Lino, bispo de Roma
77: Cleto, bispo de Roma
60-100: Os quatro Evangelhos
89: Clemente I, bispo de Roma
90: Epístolas joaninas
98: Evaristo, bispo de Roma
106: Alexandre I, idem
116: Xisto I, idem
126: Telésforo, idem
137: Higino, idem
141: Pio I, idem
150: Primeira Apologia de Justino
156: Aniceto, bispo de Roma
166: Martírio de Policarpo
175: Eleutério, bispo de Roma
177: Martírios em Lião
178: Irineu, bispo de Lião
190: Vítor I, bispo de Roma
193: Pertinaz e Didio Juliano, imperadores
193-211: Septímio Severo, imperador
194: Montano; Clemente de Alexandria
200: *Liber Apologeticus,* Tertuliano
202: Zeferino, bispo de Roma
203: Arco de Septímio Severo; Orígenes
205-70: Plotino
211-17: Caracala
212: Caracala estende a cidadania
215: Banhos de Caracala; Mani
218: Calisto I, bispo de Roma
218-22: Elagábalo, imperador
222: Urbano I, bispo de Roma
222-35: Alexandre Severo, imperador
228: Assassínio de Ulpiano
235-58: Maximino, imperador
236: Fabiano, bispo de Roma
238-44: Gordiano I, II, III, imperadores
241-72: Sapor (Shapur) I, rei da Pérsia
244-49: Filipe, o Árabe, imperador
248: Cipriano, bispo de Cartago; *Contra Celsum* de Orígenes
249-51: Décio, imperador; Diofanto, matemático
251: Cornélio, bispo de Roma
251-53: Galo, imperador
253-60: Valeriano, imperador
253-68: Galieno, imperador
254: Os marcomanos invadem a Itália
255: Sapor invade a Síria
257: Edito de Valeriano contra os cristãos
259: Godos invadem a Ásia Menor
260: Primeiro edito de tolerância
260-66: Odenato em Palmira
266-73: Zenóbia e Longino em Palmira
268-70: Cláudio II, imperador
270-75: Aureliano, imperador
271: Os bárbaros na Itália
275-76: Tácito, imperador
276-82: Probo, imperador
282-83: Caro, Carino, Numerânio, imperadores
284-305: Diocleciano, imperador
286-305: Maximiano, co-*augustus*
292: Galério e Constantino, césares
295: Banhos de Diocleciano
296: Marcelino, bispo de Roma
301: Edito dos preços, de Diocleciano
303-11: Perseguição de Diocleciano
306: Constantino, césar
307: Maxêncio e Maximiano, *augusti;* basílica de Maxêncio
307-09: Marcelo I, bispo de Roma
307: Latâncio, *Divinae Instit.*
307-13: Constantino e Licínio, *augusti*
309-10: Eusébio, bispo de Roma
312: Batalha da Ponte Mílvia; edito de Milão (?)
313: Eusébio, *História da Igreja*
313-23: Constantino e Licínio dividem o Império
314: Concílio de Arles
314-36: Silvestre I, bispo de Roma
315: Arco de Constantino
323: Licínio batido em Adrianópolis
324-37: Constantino só no trono
325: Concílio de Nicéia
326: Constantino mata o filho, o sobrinho e a mulher
330: Constantinopla, capital
337: Morte de Constantino

CAPÍTULO XXVI

Jesus

4 a.C. — 30 d.C.

I. AS FONTES

EXISTIU Cristo realmente? Não será a história do fundador do cristianismo um produto da aflição, da imaginação e da esperança humana — um mito comparável às lendas de Krishna, Osíris, Átis, Adônis, Diosinio e Mitras? Nos começos do século XVIII a roda de Bolingbroke, chocando ao próprio Voltaire, discutia na intimidade a hipótese da não existência histórica de Jesus. Volney manifestou a mesma dúvida nas *Ruínas do Império*, em 1791. E encontrando-se em 1808 com o sábio alemão Wieland, Napoleão em vez de coisas de guerra e da política perguntou-lhe se acreditava na historicidade de Cristo.[1]

Uma das atividades do espírito moderno de maior projeção foi a "Alta Crítica" da Bíblia — o impetuoso ataque à autenticidade e veracidade desse livro, ao qual se opôs a heróica tentativa de salvar os fundamentos históricos da fé cristã; os resultados podem, com o tempo, mostrar-se ainda mais revolucionários que o próprio cristianismo. O primeiro assalto nesta guerra de 200 anos operou-se em silêncio; por ocasião de sua morte em 1768 foi encontrado nos papéis de Hermann Reimarus, professor de línguas orientais em Hamburgo, um manuscrito de 1.400 páginas sobre a vida de Cristo. Seis anos mais tarde Gotthold Lessing, apesar do protesto de seus amigos, publicou trechos dessa obra no *Wolfenbüttel Fragments*. Reimarus argüía que Jesus não pode ser considerado como o fundador do cristianismo, pois é apenas a figura final e dominante da escatologia mística dos judeus, ou seja: Cristo não pensou em estabelecer um novo credo, mas em preparar os homens para a iminente destruição do mundo e o Juízo Final de todas as almas feito por Deus. Em 1796, Herder assinalou as irreconciliáveis diferenças entre o Cristo de Mateus, Marcos e Lucas e o Cristo do Evangelho de S. João. Em 1828, Heinrich Paulus, resumindo a vida de Jesus em 1.192 páginas, propôs uma interpretação racionalista dos milagres — isto é, aceitá-los como ocorridos, mas produzidos por causas e forças naturais. Em uma *Vida de Jesus* que fez época (1835-36), David Strauss rejeitou essa proposta; os elementos sobrenaturais dos Evangelhos, dizia ele, devem ser classificados como mitos, e a verdadeira vida de Jesus tem de ser reconstruída sem que de nenhuma forma se recorra a esses elementos. Os maciços volumes de Strauss fizeram da crítica da Bíblia o núcleo central do pensamento germânico por uma geração. No mesmo ano Ferdinand Christian Baur atacou as Epístolas de Paulo, rejeitando-as como falsas, com exceção daquelas dirigidas aos gálatas, coríntios e romanos. Em 1840 Bruno Bauer iniciou uma série de obras apaixonadamente críticas, tendentes a mostrar que Jesus era um mito, forma personificada de um culto que no século II emergiu da fusão das teologias judaica, romana e grega. Em 1863 a *Vida de Jesus* de Ernest Renan alarmou milhões de pessoas com seu racionalismo e encantou outros milhões com sua prosa; Renan reunia os resultados da crítica alemã e punha o problema dos Evangelhos diante dos olhos de todo o mundo educado. A escola francesa atingiu seu clímax no fim do século,

quando o padre Loisy submeteu o Novo Testamento a tão rigorosa análise que a Igreja Católica se sentiu compelida a excomungá-lo — a ele e outros "modernistas". Nesse meio tempo a escola holandesa de Pierson, Naber e Matthas levou o movimento ao extremo com a laboriosa negação da realidade histórica de Jesus. Na Alemanha Arthur Drews deu a esta negação sua forma definitiva; e na Inglaterra W. B. Smith e J. M. Robertson concluíram por uma negação semelhante. O resultado de dois séculos de discussão parecia ser a aniquilação de Cristo.

Quais as provas da existência de Cristo? A mais remota referência não-cristã ocorre nas *Antigüidades dos Judeus*, de Josefo (93 d.C.?):

> Nesse tempo viveu Jesus, um homem santo, se homem pode ser chamado, porque fez coisas admiráveis, e ensinou aos homens, e alegremente recebeu a verdade. Era seguido por muitos judeus e muitos gregos. Foi o Messias.[2]

Pode haver verdade nessas estranhas linhas; mas tão alto louvor dado a Cristo por um autor sempre atento em agradar aos romanos e aos judeus — dois povos em guerra contra o cristianismo naquele tempo — torna a passagem suspeita; os eruditos cristãos repelem-na como evidente enxerto.[3] Também há referências a "Yeshua de Nazareth" no Talmude, mas muito tardias e com probabilidades de serem um eco do pensamento cristão.[4] A mais antiga menção de Cristo na literatura pagã temo-la em Plínio, o Moço (*ca.* 110)[5], na carta em que pede o parecer de Trajano sobre o tratamento a ser dado aos cristãos. Cinco anos mais tarde, Tácito[6] descreve a perseguição dos *chrestiani* em Roma feita por Nero, e pinta-os como já (64 d.C.) numerosos em todo o Império; o parágrafo é tão ao estilo de Tácito na força e nos preconceitos, que de todos os críticos da Bíblia só Drews duvidou de sua autenticidade.[7] Suetônio (*ca.* 125) refere-se à mesma perseguição,[8] e conta o banimento (*ca.* 52), no tempo de Cláudio, dos "judeus que, agitados por Cristo *(impulsore Chresto)*, estavam causando perturbações públicas",[9] passagem bem de acordo com os Atos dos Apóstolos quando menciona o decreto de Cláudio mandando que "os judeus deixassem Roma".[10] Estas referências provam mais a existência de cristãos do que de Cristo; mas a não ser que admitamos Cristo, somos levados à improvável hipótese de que Jesus foi inventado em uma geração; além disso, temos de supor que para merecer a atenção de um decreto imperial a comunidade cristã em Roma tinha de ser estabelecida alguns anos antes de 52. Lá pelo meio do século I, um pagão de nome Thallus, em um fragmento preservado por Júlio Africano,[11] opina que a estranha escuridão que acompanhou a morte de Cristo fora um fenômeno puramente natural e uma coincidência; de nenhum modo o argumento põe em dúvida a existência de Cristo. A negação dessa existência parece não ter ocorrido nem mesmo aos mais severos oponentes do novo credo, judeus ou pagãos.

As provas cristãs começam com as cartas atribuídas a São Paulo. Algumas são de autoria incerta; outras, anteriores ao ano 64, são quase universalmente aceitas como genuínas na substância. Ninguém jamais duvidou da existência de Paulo e de seus repetidos encontros com Pedro, Tiago e João; e era com inveja que Paulo admitia terem aqueles homens conhecido Cristo em carne e osso.[12] As epístolas aceitas referem-se freqüentemente à Última Ceia[13] e à crucificação.[14]

A matéria já não é tão simples quando abordamos os Evangelhos. Os quatro que chegaram até nós são os sobreviventes de um número muito maior, que circularam entre os cristãos dos dois primeiros séculos. O termo Evangelho equivale a uma trans-

literação de *euangelion* grego, que é a palavra de abertura do texto de Marcos; significa "boas novas", isto é, que o Messias tinha vindo e o reino dos céus estava à mão. Os Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas são "sinópticos": o conteúdo e os episódios permitem a disposição em colunas paralelas e o "exame juntos". Foram escritos na linguagem cotidiana e comum dos gregos chamada *koiné,* e não eram modelos de acabamento literário: não obstante, a orientação direta e a força daquele estilo simples, o vívido poder das analogias e cenas, a profundidade do sentimento e a intensa fascinação da história dão a esses rudes originais um encanto único. Imensamente realçado para o mundo inglês pela incorreta mas senhoril versão feita para o rei Jaime, os Evangelhos foram alvo de minuciosos e intensos trabalhos de tradução que enriqueceram todas as línguas do universo.

As mais velhas cópias dos Evangelhos que sobreviveram são do século III. As composições originais foram aparentemente escritas entre os anos 60 e 120, ficando, portanto, sujeitas a dois séculos de erros nas transcrições e a possíveis alterações para ajeitamento à teologia ou alvo da seita do copista ou dos tempos. Os escritores cristãos anteriores ao ano 100 citam o Velho, nunca o Novo Testamento. A única referência a um Evangelho cristão antes do ano 150 é a de Pápias, que lá por 135 fala em um desconhecido "João, o Velho", a dizer que Marcos havia composto seu Evangelho com base no que Pedro lhe contara.[15] E Pápias acrescenta: "Mateus transcreveu em hebraico a *Logia*" — aparentemente uma antiga versão aramaica das palavras de Cristo. É provável que Paulo possuísse tal documento, porque embora não mencione nenhum Evangelho, às vezes cita as próprias palavras de Jesus. (Em 1897 e 1903 Grenfell e Hunt descobriram nas ruínas de Oxirrinco, no Egito, 12 fragmentos de *logia* correspondentes a passagens dos Evangelhos. Esses papiros são do século III, mas podem ser cópias de manuscritos mais antigos.) A crítica em geral concorda em dar ao Evangelho de Marcos a prioridade, pondo-o entre os anos 65 e 70. Como repete a mesma matéria sob formas diferentes,[16] parece baseado na *Logia* e sobre outra narrativa anterior que pode ter sido a própria composição original de Marcos. Aparentemente nosso "Evangelho de Marcos" circulava ainda em vida de alguns dos apóstolos, ou de seus primeiros discípulos; parece pois improvável que seja substancialmente diferente das suas recordações e interpretações pessoais.[17] Podemos concluir, com o brilhante mas judicioso Schweitzer, que o Evangelho de Marcos é essencialmente "história".[18]

A tradição ortodoxa põe o Evangelho de Mateus em primeiro lugar. Irineu[19] descreve-o como originalmente composto em "hebreu" — isto é, em aramaico, mas só chegou até nós a forma grega. E desde que nesta forma esse Evangelho aparentemente reproduz Marcos e provavelmente também a *Logia*, a crítica inclina-se a atribuí-lo a um discípulo de Mateus antes que ao próprio "publicano"; e mesmo os mais cépticos analistas admitem-no como feito entre 85-90.[20] Como visasse converter judeus, Mateus confia nos milagres atribuídos a Jesus muito mais que os outros evangelistas, e está sempre ansioso por demonstrar que várias profecias do Velho Testamento foram realizadas em Cristo. Não obstante, é o mais comovente dos quatro Evangelhos e deve ser colocado entre as obras-primas da literatura mundial.

O Evangelho segundo S. Lucas, geralmente posto na última década do século I, revela seu desejo de coordenar e reconciliar anteriores narrativas sobre Jesus, e não visa converter judeus, mas pagãos. Há muita possibilidade de que Lucas tenha sido um pagão, o amigo de Paulo e o autor dos Atos dos Apóstolos. Como Mateus, Lucas toma muita coisa de Marcos.[22] Dos 661 versículos do texto de Marcos, 600 são reproduzidos em Mateus e 350 em Lucas, muitos deles palavra por palavra.[23] Muitas passagens em Lucas que não figuram em Marcos ocorrem em Mateus, de novo quase palavra por palavra; parece que Lucas as tirava de Mateus, ou Lucas e Mateus tomavam-nas de alguma fonte comum, hoje perdida. Lucas compunha com alguma habilidade literária; Renan tinha o Evangelho dele como a mais bela coisa jamais escrita.[24]

O quarto Evangelho não pretende ser uma biografia de Jesus; é a apresentação de Cristo do ponto de vista teológico, como o divino Logos ou Verbo, criador do mundo e redentor da humanidade. Contradiz os Evangelhos sinópticos em uma centena de pontos e na figura geral de

Cristo.[25] O caráter semignóstico desse trabalho e sua ênfase metafísica levaram muitos estudiosos a duvidar de que o autor fosse o apóstolo João.[26] A experiência, entretanto, sugere que uma velha tradição não pode ser rejeitada levianamente; nossos antepassados não eram todos uns tontos. Recentes estudos inclinam-se a colocar o quarto Evangelho em data próxima do fim do século I. Talvez esteja certa a tradição que dá o autor desse Evangelho como o mesmo das "Epístolas de João"; as idéias são as mesmas e o estilo é o mesmo.

Em resumo, é claro que há muitas contradições entre um Evangelho e outro, muitas afirmações históricas dúbias, muita semelhança suspeita com as lendas em curso dos deuses pagãos, muitos incidentes aparentemente prepostos para provar a realização das profecias do Velho Testamento, muitas passagens que talvez visassem estabelecer uma base histórica para posteriores doutrinas ou futuros rituais da Igreja. Os evangelistas compartilhavam com Cícero, Salústio e Tácito da concepção da história como veículo de idéias morais. E presumivelmente as falas reportadas nos Evangelhos estavam sujeitas às deficiências de memórias incultas e a erros e alterações de copistas.

Mas mesmo com todos estes descontos muita coisa resta ainda. As contradições são de pormenores, não de substância; na essência os Evangelhos concordam entre si admiravelmente e proporcionam um coerente retrato de Cristo. No entusiasmo de suas descobertas a Alta Crítica submeteu o Novo Testamento a provas de autenticidade tão severas, que, se as aceitarmos em outros campos, uma centena de verdades históricas — como Hamurabi, Davi, Sócrates — passará para o campo da lenda. (Diz um grande mestre judeu, talvez com exagero: "Se para a história de Alexandre ou César tivéssemos fontes antigas como as dos Evangelhos, não lhe oporíamos nenhuma dúvida." — Klausner, J., *De Jesus a Paulo.*)

A despeito dos preconceitos gerais, e em especial teológicos, dos evangelistas, eles mencionam muitos incidentes que meros inventores teriam ocultado — a competição dos apóstolos por altas posições no Reino de Deus, a fuga depois da prisão de Jesus, a negação de Pedro, o fracasso de Cristo em operar milagres na Galiléia, as referências de alguns ouvintes a sua possível loucura, suas incertezas iniciais quanto à missão, suas confissões de ignorância do futuro, seus momentos de amargura, seus gritos de desespero na cruz; ninguém que leia essas cenas duvida da realidade do protagonista. Seria um milagre ainda mais incrível que apenas em uma geração uns tantos homens simples e rudes (pescadores muitos deles) inventassem uma personalidade tão poderosa e atraente como a de Jesus, uma moral tão elevada e uma tão inspiradora idéia da fraternidade humana. Depois de dois séculos de Alta Crítica as linhas gerais da vida, do caráter e dos ensinamentos de Cristo permanecem razoavelmente claras e constituem o acontecimento mais fascinante da história do homem ocidental.

II. O CRESCIMENTO DE JESUS

Tanto Mateus como Lucas colocam o nascimento de Jesus "nos dias em que era rei da Judéia Herodes"[27] — conseqüentemente antes de 3 a.C. Lucas, entretanto, dá Jesus "com cerca de 30 anos" quando João o batizou "no quinto ano de Tibério"[27a] — isto é, 28-29 d.C.; isto coloca o nascimento de Cristo no ano 2 ou 1 a.C. Lucas acrescenta que "naqueles dias foi lançado um decreto de César Augusto para que todo o mundo fosse recenseado... ao tempo em que era Quirino o governador da Síria". Quirino esteve como legado na Síria entre os anos 6 e 12 de nossa era; Josefo refere-se a um censo de Quirino na Síria, mas coloca-o entre os anos 6 e 7 de nossa era[28]; e não

temos nenhuma outra referência a esse fato. Tertuliano[29] fala em um censo da Judéia feito por Saturnino, governador da Síria em 8 e 7 a.C.; se é este o censo a que Lucas se refere, o nascimento de Cristo deve ser colocado antes de 6 a.C. Nada sabemos do dia certo de seu nascimento. Clemente de Alexandria (*ca.* 200) cita várias opiniões a respeito; alguns cronologistas põem o nascimento de Cristo no dia 19 de abril, outros em 20 de maio; e Clemente, em 17 de novembro do ano 3 a.C. Lá pelo século II, os cristãos orientais celebravam o Natal no dia 6 de janeiro. Em 354 igrejas ocidentais, incluindo as de Roma, celebrava-se o Natal a 25 de dezembro; era uma data erroneamente dada como o solstício do inverno, em que os dias começam a encompridar; data já da festa central do mitraísmo, o *natalis invicti solis*, ou o aniversário do sol invencível. As igrejas orientais permaneceram no 6 de janeiro e acusaram suas irmãs ocidentais de adoração do sol e idolatria, mas no fim do século IV o 25 de dezembro foi também adotado no Oriente.[30]

Mateus e Lucas aceitam Jesus como nascido em Belém, cinco milhas ao sul de Jerusalém; de lá, dizem-nos eles, a família mudou-se para Nazaré, na Galiléia. Marcos não faz menção de Belém mas chama Cristo simplesmente de "Jesus de Nazaré". (Certos críticos suspeitam de que Lucas e Mateus tenham escolhido Belém para fortalecer a pretensão de que Jesus era o Messias e provinha, de acordo com as profecias judaicas, da casa de Davi — cuja família tinha morado em Belém; mas esta suspeita não tem qualquer prova a seu favor.) Seus pais deram-lhe o nome muito vulgar de Yeshua, que significa "o ajudante de Jeová"; os gregos diziam *Iesous,* e os romanos *Iesus.*

Pertencia ao que parece a uma família numerosa, porque seus vizinhos, espantados com o vigor de seus ensinamentos, perguntavam: "Donde lhe vem esta sabedoria e o poder de operar maravilhas? Não é o filho do carpinteiro? Sua mãe não se chama Maria, e não são seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas? E não vivem entre nós suas irmãs?"[31] Lucas conta com alguma arte literária a história da Anunciação e põe na boca de Miriam — Maria — aquele *Magnificat* que é um dos grandes poemas do Novo Testamento.

Depois de seu filho, é Maria a mais comovente figura do drama; cria-o com todas as dores e alegrias da maternidade, orgulhosa de sua sabedoria juvenil; admira-se mais tarde da doutrina de Jesus e deseja afastá-lo da multidão de seguidores; quer trazê-lo para a paz da casa ("teu pai e eu te procuramos aflitos"); por fim, impotente, testemunha sua crucificação e nos braços o recebe morto, descido da cruz; se isto não é história, é algo supremo na literatura, porque as relações entre pais e filhos comportam maiores dramas que os do amor sexual. As histórias que mais tarde circularam, de Celso e outros, sobre Maria e um soldado romano, são por unânime consenso crítico "fabricações grosseiras".[32] Menos grosseiras são as histórias que aparecem nos evangelhos apócrifos, ou não canônicos, sobre o nascimento de Jesus em um estábulo, sobre a adoração dos pastores e reis magos, a matança dos inocentes e a fuga para o Egito; um espírito maduro não se ofende com essa poesia popular. A "imaculada concepção" não vem mencionada em Paulo ou João; e Mateus e Lucas, que dela falam, ligam Jesus a Davi como filho de José; aparentemente a crença no parto da virgem é anterior à crença da filiação à casa de Davi.

Os evangelistas pouco falam da juventude de Cristo. Com oito dias de idade foi circuncidado. Era José um carpinteiro, e de acordo com os costumes teria Jesus por algum tempo seguido essa profissão. Conhecia os artesãos de sua aldeia, os proprietá-

rios, os criados, os inquilinos e escravos das redondezas; a eles refere-se com freqüência. Era muito sensível à beleza natural do campo, à graça e cor das flores, à serena frutificação das árvores. A história de sua disputa com os sábios do templo não é absurda, já que tinha o espírito claro e inquisitivo e no Oriente Próximo um menino de 12 anos é quase um homem feito. Mas Jesus não teve educação formal. "Como é", perguntavam os vizinhos, "que esse homem sabe ler se nunca esteve em escola?"[33] Freqüentava a sinagoga e com evidente gosto ouvia ler as escrituras; os Profetas e os Salmos calaram-lhe fundo na memória e contribuíram para sua formação. Talvez também lesse os livros de Daniel e Enoque, porque em seus últimos ensinamentos aparecem as visões do Messias, do Juízo Final e do próximo Reino de Deus.

Tudo ao redor de Jesus tremia de excitação religiosa. Milhares de judeus aguardavam ansiosos a vinda do Redentor de Israel. Magia e feitiçaria, demônios e anjos, "possessão" e exorcismo, milagres e profecias, astrologia e adivinhação eram coisas aceitas em toda parte; é muito provável que a história dos reis magos tenha sido uma concessão necessária às crenças astrológicas da época.[34] Taumaturgos — operadores de maravilhas — andavam de cidade em cidade. Nas peregrinações anuais que por ocasião da Páscoa todos os bons judeus faziam a Jerusalém, Jesus deve ter aprendido alguma coisa dos essênios e de seu viver semimonástico, praticamente budístico (Açoka tinha mandado seus missionários budistas até o Egito e Cirene;[35] e muito provavelmente ao Oriente Próximo também); talvez também tivesse ouvido falar de uma seita de "nazarenos" existente além do Jordão, em Peréia, que repudiava a adoração no Templo e negava o caráter congregante da Lei.[36] Mas a experiência que despertou o fervor religioso de Jesus foi a pregação de João, o filho de Isabel, prima de Maria.

Josefo conta com minúcias a história de João.[37] Existe a tendência de pintar o Batista como um velho; ao contrário, era mais ou menos da mesma idade de Jesus. Marcos e Mateus descrevem-no em sua testemunha, vivendo de gafanhotos secos e mel e localizado à margem do Jordão, onde conclamava as pessoas ao arrependimento. Cultivava o ascetismo dos essênios, mas diferia deles no achar um só batismo suficiente; seu nome de "Batista" parece equivaler à palavra grega "Essene", ou "aquele que banha".[38] Ao rito essênio de purificação simbólica João acrescentava uma severíssima condenação da hipocrisia e da vida solta, insistia com os pecadores para que se preparassem para o Juízo Final e proclamava o breve advento do Reino de Deus.[39] Se toda a Judéia se arrependesse e se limpasse dos pecados, dizia João, o Messias e o Reino viriam imediatamente.

Logo depois do "quinto ano de Tibério", diz Lucas, Jesus veio ao Jordão para ser batizado. Este passo de um homem com "cerca de 30 anos"[40] atesta a aceitação do ensino do Batista por Jesus; seu ensinamento seria essencialmente o mesmo. Mas o método e o caráter de Jesus eram diferentes: ele não batizava ninguém[41] e não vivia no deserto, mas na sociedade. Logo depois do encontro de Jesus e João, Herodes Antipas, tetrarca ("governador de quatro cidades") da Galiléia, ordenou a prisão do Batista. Os Evangelhos atribuem essa prisão à crítica do Batista ao fato de Herodes divorciar-se de sua mulher e casar-se com Herodíade, estando ainda viva a esposa de seu irmão Filipe. Josefo a atribui ao medo de que sob disfarce de reforma religiosa o Batista estivesse fomentando um levante político.[42] Marcos[43] e Mateus[44] contam a história de Salomé, filha de Herodíade; tão atraentemente ela dançou na presença do rei que o tetrarca lhe ofereceu o que ela quisesse. Por sugestão de Herodíade, Salomé pediu a cabeça de João; Herodes, relutantemente, teve de cumprir a palavra. Nada há nos

Evangelhos sobre o amor de Salomé pelo Batista, e Josefo não se refere à co-participação da jovem na tragédia.

III. A MISSÃO

Depois de João preso, tomou Jesus seu trabalho e começou a pregar o advento do Reino do Céu.[45] "Voltou à Galiléia", diz Lucas, "e ensinou nas sinagogas".[46] Temos um impressionante quadro do jovem idealista a ler para a congregação de Nazaré as Escrituras no livro de Isaías:

> O espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para pregar a boa nova aos pobres; ele me enviou para consolar os aflitos, e pregar a liberdade dos cativos, e fazer recobrar a vista aos cegos, e para libertar os oprimidos.[47]

"Os olhos de todos na sinagoga", acrescenta Lucas, "estavam fixos nele. E ele começou dizendo: 'Esta passagem das Escrituras cumpriu-se hoje, aqui diante de vossos ouvidos.' E todos falavam bem dele e se maravilhavam das palavras cheias de graça que lhe saíam da boca."[48] Quando chegou a notícia de que João fora decapitado e seus seguidores procuravam um novo chefe, Jesus assumiu o encargo e o risco, no começo retraindo-se cauteloso para as mais calmas aldeias, e sempre evitando o debate político, depois insistindo com intrepidez cada vez maior no Evangelho do arrependimento, da fé e da salvação. Alguns dos ouvintes consideravam-no o próprio João ressuscitado.[49]

É-nos hoje difícil ver Jesus de um modo objetivo, não só porque tudo quanto há sobre ele provém dos que o adoravam, como porque nossa própria herança moral e ideal está tão ligada a ele, tão baseada em seus exemplos, que nos sentiríamos mal se encontrássemos uma só falha em seu caráter. A sensibilidade religiosa de Jesus, tão aguda, condenava severamente os que não compartilhavam de sua visão; perdoava todos os pecados, menos a falta de fé. Há nos Evangelhos algumas passagens que desafinam do que nos é ensinado sobre Cristo. Parece que ele havia adotado sem exame as mais cruas noções contemporâneas sobre um inferno em que os incréus e os pecadores impenitentes sofreriam os tormentos do "fogo inextinguível e do verme que não morre".[50] Em uma parábola conta sem protesto como o pobre no céu não podia pingar uma só gota de água na língua do rico lá no inferno.[51] Aconselhava nobremente: "Não julgueis para não serdes julgados", mas amaldiçoou os que não queriam receber seu Evangelho e a figueira que não produzia figos.[52] Também foi áspero com sua mãe.[53] Mostrava mais o zelo puritano do profeta hebraico do que a serenidade do sábio grego. Suas convicções consumiam-no como um fogo; de quando em quando sua indignação movida pela justiça velava-lhe a profunda humanidade, suas falhas eram o preço pago pela fé apaixonada que o habilitou a mover o mundo.

Fora daí era o mais amável dos homens. Não temos seu retrato, nem os evangelistas o descrevem, mas para atrair tantos homens e mulheres Jesus deve ter tido graça física e muito magnetismo pessoal. De esparsas referências podemos apreender[54] que, como outros homens de sua idade e daquela região, ele usava túnica e manto, sandálias e provavelmente um pano à cabeça, caído sobre os ombros, para defendê-la do sol.[55] Muitas mulheres olhavam-no com uma ternura que evoluía para a devoção. O fato de só no Evangelho de João aparecer o caso da adúltera não é argumento contra sua ver-

dade; essa história não coopera para a teologia de João e mostra-se perfeitamente em harmonia com o caráter de Cristo. (João, VII, 52 f. Esse episódio também aparece em alguns velhos manuscritos de Marcos e Lucas; foi suprimido mais tarde, talvez pelo receio de que o perdão da adúltera favorecesse a imoralidade.[56]) De igual beleza, e dificilmente dentro da inventiva dos evangelistas, é a história da cortesã que, comovida com o pronto perdão de Jesus, ajoelhou-se diante dele, ungiu-lhe os pés com a mirra preciosa, lavou-os com suas lágrimas e enxugou-os com seus cabelos; dela disse Jesus que seria perdoada "porque muito amara".[57] As mães levavam-lhe os filhos pequenos para serem por ele tocados, e ele "tomava as crianças nos braços, punha a mão sobre elas e abençoava-as".[58]

Não era ascético ao modo dos profetas, dos essênios ou do Batista. Vemo-lo providenciando a abundância de vinho em uma festa de casamento, vivendo em companhia de "publicanos e pecadores" e recebendo em sua companhia Madalena. Não se mostrava hostil às simples alegrias da vida, embora fosse antibiologicamente duro para com o desejo sexual. Às vezes tomava parte em banquetes nas casas ricas, mas habitualmente vivia entre os pobres, mesmo os intocáveis *amhaarez*, tão desprezados e evitados pelos saduceus e fariseus. Compreendendo que os ricos jamais o aceitariam, Jesus colocou suas esperanças em uma reviravolta que pusesse de cima os pobres e humildes no próximo Reino do Céu. Jesus lembrava César unicamente no tomar posições pró classes baixas, e na generosidade; fora daí, que mundo de interesses e objetivos os separavam! César queria reformar os homens por meio da mudança das instituições e das leis; Jesus queria refazer as instituições e as leis por meio da mudança do homem. César, também capaz de cólera, mantinha suas emoções sempre sob o controle de um clarividente intelecto. Jesus não era destituído de intelecto; respondia às capciosas questões dos fariseus com habilidade quase de chicanista, mas também com sabedoria; ninguém conseguiu confundi-lo, nem mesmo diante da morte. Mas sua força não era a intelectual, não era a que depende do conhecimento e sim a que deriva da agudeza de percepção, da intensidade do sentimento, da unidade de propósito. Jesus não proclamava sua onisciência; podia ser surpreendido pelos eventos; unicamente a honestidade e o entusiasmo o levavam a "errar para mais", como em Nazaré e Jerusalém. Mas que apesar disso seus poderes eram excepcionais, provam-no os milagres que realizou.

Talvez que em muitos casos tais milagres fossem conseqüência da sugestão — a influência de um espírito forte e confiante sobre almas impressionáveis. A presença de Jesus já era em si um tônico; ao seu toque otimista os fracos sentiam-se fortes e os doentes melhoravam. O fato de narrativas semelhantes terem sido feitas de outros personagens da história e da lenda[59] não prova que os milagres de Cristo fossem mitos. Com poucas exceções, não estão fora da credibilidade; fenômenos semelhantes podem ser observados quase todos os dias em Lourdes, e sem dúvida que no tempo de Jesus ocorriam em Epidauro e outros centros de curas psíquicas da antigüidade; os apóstolos também faziam dessas curas. A natureza psicológica do milagre transparece em dois pontos: Cristo não atribuía a cura a si próprio e sim à "fé" dos que ele curava; e não pôde fazer milagres em Nazaré porque lá o povo o via simplesmente como "o filho do carpinteiro" e recusava-se a acreditar em seus poderes excepcionais; daí a observação de que "ninguém é profeta em sua terra e em sua casa".[60] De Maria Madalena "sete demônios foram expulsos"; isto é, Madalena sofria de doenças nervosas e convulsões ou "possuimentos" (a palavra recorda a teoria da "possessão"); isso ces-

sava na presença de Jesus; e ela o amava como a um homem que a tinha restituído à vida e cuja proximidade lhe era indispensável à saúde. No caso da filha de Jairo, Jesus declarou francamente que a moça não estava morta e sim dormindo — talvez em estado cataléptico; no ato de chamá-la ele não o fez em um amável convite, mas com império: "Menina, levanta-te!"[61] Isto não quer dizer que Jesus considerasse seus milagres fenômenos naturais; sua idéia estava em que só podia fazer aquilo com a ajuda do espírito divino. Nós não sabemos se estava errado, nem ainda podemos estabelecer limites aos poderes que em estado potencial jazem na vontade e no pensamento do homem. O próprio Jesus parece ter experimentado exaustão psíquica depois de seus milagres. Relutava em repetir aquelas experiências, proibia seus seguidores de proclamá-las aos quatro ventos, reprovava os homens que pediam um "sinal" e lamentava que até seus apóstolos o aceitassem principalmente por causa das "maravilhas" que ele realizava.

Aqueles homens dificilmente caberiam no molde dos que alguém pudesse escolher para remodelar o mundo. Muito realisticamente os Evangelhos diferenciam o caráter de seus autores e chãmente lhes denunciam os defeitos. Eram todos ambiciosos; para aquietá-los prometeu-lhes Jesus que no Juízo Final sentar-se-iam em 12 tronos e julgariam as 12 tribos de Israel.[62] Quando o Batista foi preso, um de seus seguidores, André, aderiu a Jesus e consigo trouxe seu irmão Simão, ao qual Cristo deu o nome de "Cephas" ou "Kephas" — "a rocha"; os gregos traduziram esse nome para *Petros*. Pedro é uma figura profundamente humana: impulsivo, honesto, generoso, ciumento, às vezes, tímido até ao ponto de uma perdoável covardia. Eram os dois irmãos pescadores no lago da Galiléia, como também Tiago e João, os filhos de Zebedeu; os quatro abandonaram as famílias e tudo mais para seguir Jesus. Mateus era um cobrador de taxas da alfândega na cidade fronteiriça de Cafarnaum, um "publicano", isto é, homem empenhado em negócios do Estado romano e portanto odiado pelos judeus. Judas Iscariotes, ao reverso dos demais, não procedia da Galiléia. Os 12 Apóstolos mantinham em comum seus bens materiais e confiavam a Judas o papel de tesoureiro. Como seguissem Jesus em seu roteiro de missionário, alimentavam-se com o que podiam obter nas terras percorridas e aceitavam a hospitalidade dos amigos e convertidos. Em adição aos 12 nomeou Jesus mais 72 discípulos, aos quais mandava na frente para cada cidade que ia visitar. Pedia-lhes que "não levassem bolsa, nem alforje, nem sapatos".[63] Piedosas e bondosas mulheres aderiram aos discípulos, contribuindo para a manutenção do grupo e realizando todas aquelas solícitas funções domésticas que são o supremo consolo da vida masculina. E com esse pequenino bando, humilde e iletrado, Cristo lançou seu Evangelho ao mundo.

IV. O EVANGELHO

Jesus ensinava com a simplicidade requerida por sua assistência comum, mais por meio de histórias que inoculavam lições do que com argumentação racional; também recorria a semelhanças e metáforas tão brilhantes como as de qualquer literatura. A parábola era forma usual na Ásia e algumas de suas analogias vinham-lhe, talvez, inconscientemente, dos profetas, salmistas e rabinos;[64] não obstante, a objetividade de seu estilo, a cor de suas imagens e o calor de sua sinceridade impregnavam-lhe as falas com a mais nobre poesia. Alguns de seus ditos parecem-nos obscuros; outros injus-

tos,[65] outros travados de sarcasmo e amargor; mas quase todos são modelos de brevidade, clareza e força.

Seu ponto de partida foi o Evangelho de João Batista, o qual por sua vez se ligava a Daniel e Enoque; *historia non facit saltum*. O Reino do Céu estava à mão, dizia ele; breve poria Deus fim ao domínio do mal sobre a terra; o Filho do Homem viria "sobre nuvens do céu" para julgar toda a humanidade, vivos e mortos.[66] O tempo do arrependimento estava a correr; os que se arrependessem, vivessem vida justa, amassem a Deus e pusessem sua fé no mensageiro divino, esses herdariam o Reino, seriam elevados ao poder e à glória, em um mundo afinal liberto de todos os males, sofrimentos e da morte.

Estas idéias eram familiares a seus ouvintes; Cristo não as definia com clareza, de modo que muitas dificuldades nos impedem hoje de ver claro em sua concepção. Que significava ele com a palavra "Reino"? Um céu sobrenatural? Aparentemente não, porque os apóstolos e os primitivos cristãos unanimemente esperavam um reino aqui na terra. Era este o pensamento judaico que ele herdara; Cristo ensinava a seus seguidores a oração ao Pai: "Venha o teu Reino, seja feita tua vontade na terra como no céu." Só depois que esta esperança esmoreceu é que o Evangelho de João faz Jesus dizer: "Meu reino não é deste mundo."[67] Quereria significar uma condição espiritual ou uma utopia terrena? Às vezes fala do Reino como de um estado de alma alcançado pelos puros e os inocentes[68] — "O Reino de Deus está dentro de vós";[69] outras vezes descreve-o como a feliz sociedade futura de que os apóstolos seriam os dirigentes, e na qual os que deram, ou sofreram, por amor de Cristo receberão uma recompensa centuplicada.[70] Parece ter pensado na perfeição moral como preparo e preço para o Reino, e como condição de todas as almas salvas depois que o Reino sobreviesse.[71]

Quando sobreviria o Reino? Brevemente. "Em verdade vos digo que nunca mais beberei do fruto da videira até o dia em que o beberei de novo no Reino de Deus."[72] "...porque não acabareis de percorrer as cidades de Israel", disse ele a seus seguidores, "antes que venha o Filho do Homem."[73] Mais tarde adiou um pouco. "Alguns há aqui que não morrerão antes que vejam o Filho do Homem vir no seu Reino";[74] e "esta geração não passará antes que todas estas coisas aconteçam".[75] Em momentos mais políticos observava aos apóstolos: "Mas daquele dia e daquela hora ninguém sabe, nem os anjos no céu, nem o Filho, só o Pai sabe."[76] Certos sinais precederão o advento: "guerras e rumores de guerra... nação se levantará contra nação... haverá fomes e terremotos... muitos serão ultrajados e... odiar-se-ão uns aos outros. Muitos falsos profetas aparecerão e por eles muitos homens serão transviados; e por se multiplicar a iniqüidade resfriar-se-á o amor da maioria dos homens."[77] Às vezes Jesus fazia o advento do Reino depender ou aguardar a conversão do homem a Deus e à justiça; usualmente fazia-o depender de um ato de Deus, um repentino dom da graça divina.

Muitos críticos interpretam o Reino do Céu como utopia comunista e vêem em Jesus um revolucionário social.[78] Os Evangelhos apóiam de certo modo esta idéia. Obviamente Cristo desprezava o homem cujo principal objetivo é amontoar dinheiro e viver no luxo.[79] Prometeu fome e desgraças ao rico e reconfortou o pobre com a Bem-Aventurança. Ao moço rico que lhe perguntou o que fazer, além de cumprir os mandamentos, respondeu: "Vende tua propriedade, dá o dinheiro aos pobres e... segue-me."[80] Na aparência os apóstolos interpretavam o Reino do Céu como a revolucionária inversão das relações entre ricos e pobres; nós iremos encontrá-los, e aos primeiros

cristãos, formando um grupo comunista, ou que "possuíam todas as coisas em comum".[81] A acusação que determinou a condenação de Cristo foi a de estar conspirando para fazer-se "Rei dos Judeus".

Mas um conservador também pode citar o Novo Testamento em apoio de suas idéias. Cristo fez de Mateus um amigo, sem que Mateus deixasse de ser agente do poder de Roma; não criticava o governo civil, não tomava parte no movimento judaico pela libertação nacional e aconselhava submissão sem nenhum cheiro de revolta política. Ponderou aos fariseus que "dessem a César o que era de César e a Deus o que era de Deus".[82] Sua história do homem que, antes de partir para uma viagem, "chamou os servos e pôs-lhes nas mãos a propriedade"[83] não encerra queixa contra o interesse (juros) ou a escravidão, o que nos leva a crer que Cristo tomava essas instituições como fenômenos naturais, indisputáveis. Aparentemente Cristo aprova a conduta do servo que empatou as 10 minas ($600) que o amo lhe confiara e obteve mais 10 de lucro; e desaprova o servo que deixou improdutiva a mina que recebeu do amo; e põe na boca do amo uma sentença dura: "ao que tem, mais lhe será dado, e ao que não tem, até aquilo que acaso tenha lhe será tomado"[84] — que é em síntese o que sempre aconteceu no mundo. Em outra parábola os trabalhadores "resmungavam do patrão que pagava tanto a um que só trabalhou uma hora quanto ao que trabalhou o dia inteiro"; Jesus leva o patrão a responder: "Não me é lícito fazer o que me apraz do que é meu?"[85] Parece não ter pensado em pôr fim à pobreza: "Ao pobre tereis sempre convosco." Como todos os antigos, toma como assente que o dever do escravo é servir bem ao senhor: "Feliz o servo que o amo de volta encontra no serviço."[86] Jesus não se preocupa em atacar as condições econômicas ou políticas existentes; ao contrário, condena as almas ardentes que "querem tomar à força o Reino de Deus".[87] A revolução que visava era muito mais profunda, e sem ela todas as reformas seriam superficiais e transitórias. Se ela pudesse arrancar do coração humano o egoísmo, a crueldade e a cobiça, a utopia viria por si mesma, e todas as instituições nascidas da violência e da ganância desapareceriam. E como isto seria a mais profunda de todas as revoluções, perto da qual todas as outras não passariam de meros golpes de Estado de uma classe contra outra, Cristo foi, no sentido espiritual, o maior revolucionário da História.

Sua realização não jaz no desenho teórico de um novo Estado, mas no delineamento de uma moralidade ideal. O código ético de Jesus foi pregado para tornar os homens dignos de entrar no Reino. Daí as Bem-Aventuranças, com uma exaltação da humildade, da bondade, da pobreza e da paz jamais vista; daí o conselho de oferecermos a outra face a quem nos esbofeteia e de sermos como as criancinhas (nenhum modelo de virtude!); daí a indiferença pela provisão econômica, a propriedade, o governo, a preferência pelo celibato, o mandamento de abandono de todos os laços de família: não temos aqui regras para a vida comum, mas um regime semimonástico de preparo das criaturas para a entrada no próximo Reino de Deus, no qual não havia lei, nem casamento, nem relações sexuais, nem propriedade, nem guerra. Jesus louvava os que "por amor do Reino do Céu abandonavam casa, ou pais, ou irmãos, ou mulher, ou filhos", mesmo aqueles que "a si mesmos se fazem eunucos";[89] está claro que isto tinha em vista uma pequena minoria de devotos, não toda a sociedade. Era uma ética limitada no propósito mas universal no intento, porque aplicava o conceito da fraternidade e da Regra de Ouro tanto a estrangeiros e inimigos como a vizinhos e amigos. Jesus prefigurava um tempo em que os homens não adorariam Deus

nos santuários, mas "em espírito e verdade", por meio de cada ato, e não com palavras passageiras.

Seriam novas estas idéias morais? Nada nelas é novo, afora o arranjo. O tema central da pregação de Cristo — o advento do Juízo Final e do Reino do Céu — já de um século existia entre os judeus. A Lei no Levítico já inculcava a fraternidade: "Amarás a teu vizinho como a ti próprio"; e "mesmo o estrangeiro que mora entre vós será como um nascido entre vós e tu o amarás como a ti mesmo".[90] No Êxodo manda-se que se faça bem ao inimigo.[91] Jeremias[92] e Isaías[93] aconselharam: Deixai-o oferecer o rosto ao que esbofeteou. Os profetas, igualmente, punham a vida perfeita acima de todo ritual; e Isaías[94] e Oséias[95] começaram a mudar Jeová, de um Deus das Hostes em um Deus de Amor. Hillel, como Confúcio, deu forma à Regra de Ouro. Não podemos culpar Jesus de haver herdado e usado a rica lição moral de seu povo.

Por muito tempo ele se julgou um puro judeu, compartilhando as idéias dos profetas e continuando-lhes a obra; e, como eles, só pregava para os judeus. Quando despachou os discípulos a difundir seu Evangelho, mandou-os unicamente para as cidades judaicas; "não ireis aos gentios, nem entrareis na cidade dos samaritanos";[96] daí os apóstolos, depois da morte de Jesus, terem hesitado em levar a Boa Nova ao mundo pagão.[97] Quando ele encontrou a mulher samaritana no poço, disse-lhe, "a salvação é dos judeus"[98] — embora não possamos julgá-lo com base em palavras postas em sua boca por um que não esteve presente e escreveu 60 anos depois do fato. Quando a mulher cananéia lhe pediu para curar a filha, ele no começo recusou, dizendo: "Não fui enviado senão às ovelhas perdidas de Israel."[99] Ao leproso que ele curou disse para "ir ao sacerdote e... oferecer a dádiva que Moisés prescreveu".[100] "Fazei e observai tudo que os escribas e fariseus disserem, mas não façais como eles fazem."[101] Ao sugerir modificações e mitigações da Lei Judaica, Jesus, como Hillel, não pensava que a estivesse demolindo: "Não vim destruir a Lei de Moisés, mas cumpri-la."[102] "É mais fácil passar o céu e a terra do que um só til da Lei não se cumprir."[103] (Til é o acento de vogal, colocado sobre a consoante, no alfabeto hebreu. — As passagens citadas acima devem ter sido interpoladas pelos cristãos judaicos, ansiosos por desacreditar Paulo;[104] mas não as poderemos aceitar arbitrariamente.)

Não obstante, Jesus transformou tudo com a força de seu caráter e de seus sentimentos. Acrescentou à Lei a injunção de preparar os homens para o Reino do Céu por meio de uma vida de justiça, bondade e simplicidade. Reforçou a Lei em matéria de sexo e divórcio,[105] mas atenuou-a na predisposição para perdoar;[106] e lembrava aos judeus que o sábado era feito para o homem e não vice-versa.[107] Afrouxou o código da alimentação e da purificação, omitindo certos jejuns. Fez com que a religião passasse do ritual para a probidade e condenou os que rezavam espetacularmente e praticavam a caridade ostensivamente e faziam enterros pomposos. Deixava a impressão, às vezes, de que a Lei Judaica iria ser ab-rogada pelo advento do Reino do Céu.[108]

Com exceção dos essênios, judeus de todas as seitas opunham-se a suas inovações e muito em especial se ressentiam de que assumisse o direito de perdoar pecados e falar em nome de Deus. Impressionavam-se mal de vê-lo associado a agentes de Roma, a mulheres de má reputação. Os sacerdotes do Templo e os membros do Sinédrio, suspeitosos, não o perdiam de vista; como Herodes no caso de João, viam naquilo um disfarce de conspiração política e tinham receio de que o procurador romano os acusasse de estarem descurando da manutenção da ordem pública. Também se sentiam algo amedrontados com a promessa de Cristo de destruir o Templo; não tinham a cer-

teza de que fosse apenas uma metáfora. E de sua parte Jesus os apostrofava em termos severos:

> Os escribas e fariseus... põem as pesadas cargas da Lei sobre os ombros dos homens, mas não erguem um dedo para movê-las. Fazem tudo quanto podem para serem vistos pelos homens. Trazem largas tiras de pergaminho com textos das Escrituras e tomam os melhores lugares nos banquetes e os primeiros bancos nas sinagogas... Mas ai de vós, escribas e fariseus hipócritas... guias cegos... loucos!... Pondes de lado as mais poderosas matérias da Lei — justiça, misericórdia, integridade... Limpais o exterior do copo e do prato, mas dentro estão cheios de cobiça e intemperança. ...Escribas e fariseus hipócritas; sois como os sepulcros caiados!... Fora pareceis justos aos homens, mas dentro sois cheios de hipocrisia e iniqüidade. ... Descendeis dos matadores dos profetas. Ide e enchei a medida de vossos criminosos pais! Serpentes! Sangue de serpentes! Como escapareis à condenação ao inferno?... Publicanos e prostitutas entrarão no Reino de Deus, antes que vós.[109]

Jesus teria sido justo com os fariseus? Provavelmente que havia na classe alguns merecedores do castigo, como os inúmeros futuros cristãos que iriam substituir a graça interior pela piedade exterior. Mas também havia muitos fariseus partidários da humanização da Lei.[110] O provável é que grande número de fariseus fossem homens sinceros, razoavelmente honestos e dignos, que achavam que as regras cerimoniais desprezadas por Jesus não deviam ser julgadas por si mesmas, senão como parte de um código que servira para manter os judeus unidos no meio de um mundo adverso. Alguns dos fariseus até simpatizavam com Jesus e vinham preveni-lo das conspirações contra ele tramadas.[111] Nicodemo, um dos defensores de Jesus, era um fariseu rico.

A ruptura final sobreveio em conseqüência da convicção cada vez maior de Jesus, de que ele era o Messias. No começo, seus seguidores olharam-no como o sucessor do Batista; por fim, gradualmente foram-se convencendo de que era o tão esperado Redentor que viria arrancar Israel das unhas de Roma e estabelecer o Reino de Deus na terra. "Senhor", perguntaram-lhe, "ireis agora restabelecer o Reino de Deus a Israel?"[112] Sua resposta foi: "A vós não compete saber os tempos e estações que o Pai fixou"; como também deu resposta vaga aos emissários do Batista que vieram indagar se "ele era aquele que estava para vir?" A fim de afastar seus seguidores da possível concepção de um Messias político, Jesus repudiou sua descendência de Davi.[113] Aos poucos, entretanto, a profunda esperança de seus seguidores e a descoberta em si próprio de poderes psíquicos, parece tê-lo levado à convicção de que de fato fora enviado por Deus, não para restaurar a soberania de Israel, mas para preparar os homens para o reino de Deus na terra. Ele porém não se identificava ou se equiparava ao Pai (nos Evangelhos sinópticos). "Por que me chamas bom? Bom só há um, que é Deus."[114] "Não como quero", orou Jesus no Jardim das Oliveiras, "mas como tu queres."[115] Tomou a expressão "Filho do Homem"[116], que Daniel usava como sinônimo de Messias, e empregou-a no começo em sentido impessoal; depois aplicou-a a si próprio, em afirmações como "O Filho do Homem é dono do sábado",[117] que para os fariseus soou como grande blasfêmia. Dizia às vezes: "Pai" em um sentido geral; ocasionalmente dizia "Meu Pai", aparentemente significando que era filho de Deus de um modo ou grau especial.[118] Por longo tempo não quis que os discípulos o chamassem Messias, mas em Cesaréia de Felipe aprovou que Pedro o reconhecesse como "o Cristo, Filho do Deus vivo".[119] Quando na última segunda-feira antes da morte

Jesus aproximou-se de Jerusalém para um último apelo ao povo, "toda a multidão de seus discípulos" o saudou com as palavras "Bendito seja o *rei* que nos vem em nome do Senhor"; e quando alguns fariseus lhe pediram que reprovasse a saudação, sua resposta foi: "Eu vos digo que se eles silenciarem, as próprias pedras gritarão."[120] O quarto Evangelho conta que a multidão o aclamou como "Rei de Israel".[121] Aparentemente seus seguidores ainda o consideravam um Messias político, destinado a abater o poder de Roma e elevar Israel à situação suprema. Foram essas aclamações que lhe trouxeram a condenação à morte como revolucionário.

V. MORTE E TRANSFIGURAÇÃO

Como a festa da Páscoa estivesse próxima, grande número de judeus se reunia em Jerusalém para a oferta de sacrifícios no Templo. O pátio externo do santuário formigava de vendedores de pombas e outros animais sacrificiais, bem como de cambistas oferecendo dinheiro local em troca dos dinheiros exóticos, com efígies idólatras do Império Romano. Visitando o Templo no dia seguinte ao de sua entrada na cidade, Jesus ficou mal impressionado com aquele barulhento mercantilismo; e num ímpeto de indignação ele e seus seguidores derrubaram as mesas dos cambistas e vendedores de pombas, espalhando as moedas pelo chão, e com açoites os expulsaram do Templo. Por vários dias depois desse incidente Jesus ali ensinou sem embaraços;[122] mas à noite saía de Jerusalém e ficava no Monte das Oliveiras, com receio de prisão ou assassínio.

Os agentes do governo — civil e eclesiástico, romano e judeu — traziam-no de olho talvez desde o tempo em que tomou a si a missão do Batista. Como Jesus jamais congregasse grande multidão de prosélitos, acabaram ignorando-o; mas a entusiástica recepção do povo de Jerusalém fez com que os chefes judaicos temessem um inoportuno e inútil levante contra Roma, do qual só resultasse a supressão das liberdades religiosas ainda existentes na Judéia. Reunindo o Sinédrio, o Sumo Sacerdote expressou o parecer de que "antes pereça um homem do que todo o povo".[123] A maioria concordou e o Conselho deu ordem para a prisão de Cristo.

A notícia desse passo talvez tenha chegado a Jesus por intermédio da minoria do Sinédrio. No décimo quarto dia do mês de Nisan (3 de abril) do ano 30, ele e seus discípulos realizaram o Seder, ou a ceia da Páscoa, na residência de um amigo em Jerusalém. (Há muita controvérsia sobre a duração da missão de Cristo e sobre o ano de sua morte. Lucas põe seu batismo entre os anos 28 e 29. A cronologia de Paulo nas epístolas, a cronologia dos procuradores que o julgaram e a tradição de sua morte no ano 64 aparentemente colocam a conversão de Paulo no ano 31.) Todos esperavam que o Mestre se defendesse com seus miraculosos poderes, mas ao contrário disso Jesus aceitou seu destino, e talvez esperasse ser recebido por Deus como um sacrifício expiatório dos pecados de seu povo.[124] Havia sido informado de que um dos 12 discípulos ia traí-lo, e na última ceia abertamente acusou Judas Iscariotes. (Muitos argumentos se ergueram contra a história de Judas,[125] mas sem base.) De acordo com o ritual judeu, abençoou (em grego *eucharistisae*) o vinho da mesa; e depois cantaram todos juntos o canto ritual do *Hallel*.[127] Disse-lhes Jesus, (conta João) que com eles estaria "apenas um pouco mais. ...Dou-vos um novo mandamento: amai-vos uns aos outros. ...Que vossos corações não se conturbem. Crede em Deus e crede em mim. Na casa de meu Pai há muitas mansões... vou preparar-vos um lugar."[128] Muito aceitável

que em tão solene momento Jesus lhes pedisse a repetição periódica daquela ceia (como o costume judaico requeria), em comemoração dele, Jesus; e não é improvável que, com a força do sentimento oriental, lhes haja sugerido que pensassem no pão ali da mesa como seu corpo e no vinho que bebiam como seu sangue.

Naquela noite o pequenino grupo ocultou-se no Jardim das Oliveiras, fora de Jerusalém. Lá o foi encontrar um destacamento da polícia do Templo e prendeu Jesus. Foi primeiramente levado à casa de Anás, antigo Sumo Sacerdote, e depois à de Caifás; segundo Marcos, o "Conselho" — provavelmente uma comissão nomeada pelo Sinédrio — já estava reunido. Várias testemunhas depuseram contra Jesus, em especial sobre sua ameaça de destruir o Templo. Quando Caifás lhe perguntou se ele era "o Messias, o Filho de Deus", Jesus respondeu que sim.[130] Na manhã seguinte o Sinédrio se reuniu e considerou-o culpado de blasfêmia (então crime capital) e decidiu levá-lo ao procurador de Roma, que viera dar uma olhada na multidão dos peregrinos da Páscoa.

Pôncio Pilatos era um homem duro. Mais tarde seria chamado a Roma sob acusação de extorsão e crueldade[131] e destituído das funções. Não obstante, não teve a impressão de que aquele suave pregador constituísse um sério perigo para o Estado. Quase a brincar perguntou-lhe: "Sois então o Rei dos Judeus?" e segundo Mateus a resposta foi — "Sim". Tais pormenores, presumivelmente fixados por ouvir dizer e muito tempo depois dos fatos, devem ser tidos como suspeitos; mas se aceitarmos os textos, havemos que concluir que Jesus tinha resolvido morrer, e que a teoria de Paulo sobre a expiação baseia-se em alguma coisa. João conta que Jesus acrescentou: "Para isso nasci... para dar testemunho da verdade." "Que é a verdade?" teria perguntado Pilatos[133] — questão talvez oriunda das tendências metafísicas do Evangelho de João, mas bem reveladora do abismo existente entre a cínica filosofia dos romanos e o caloroso e confiante idealismo dos judeus. Em virtude da resposta de Jesus, a lei impunha a condenação — e relutantemente Pilatos pronunciou a sentença de morte.

A crucificação era um suplício romano, não judeu. Usualmente a precediam da flagelação, a qual levada aos extremos deixava o corpo da vítima reduzido a uma sangrenta massa de carne inchada. Os soldados romanos coroaram Cristo de espinhos, para mofar de sua realeza, e colocaram-lhe sobre a cruz uma inscrição em aramaico, latim e grego: *Iesus Nazarathaeus Rex Ioudaeorum*. Fosse ou não Jesus um revolucionário, Roma condenou-o como tal — e foi assim que Tácito encarou o assunto.[134] Pequeno o grupo de pessoas reunidas no pátio de Pilatos para assistir à execução de Jesus; mas ao ser levado para o morro do Gólgota "foi seguido de grande multidão de gente", diz Lucas,[135] e de mulheres que batiam no peito e choravam por ele. Evidentemente a condenação não era aprovada pelo povo judeu.

Todos que desejaram testemunhar o horrível drama tiveram liberdade de o fazer; os romanos, que julgavam indispensável dominar por meio do terror, escolhiam como pena para os crimes capitais dos não-romanos o que Cícero chamava "a mais cruel e hedionda de todas as torturas".[136] As mãos e os pés da vítima eram amarrados (ou pregados) na cruz, e um socalco de madeira saliente suportava-lhe os pés ou as costas; e a não ser que fosse misericordiosamente morta, a vítima ficava dois ou três dias sofrendo a agonia da imobilidade e dos insetos enxameantes sobre a carne, perdendo lentamente a força até que o coração parasse de bater. Os próprios romanos às vezes apiedavam-se das vítimas e davam-lhes a beber algum narcótico. A cruz foi erguida "na hora terceira" — isto é, às nove da manhã. Diz Marcos que dois ladrões foram

crucificados com Jesus e "insultavam-no";[137] Lucas assegura que um deles rezava por Jesus.[138] De todos os apóstolos só João esteve presente; e com ele as três Marias — a mãe de Jesus, sua irmã Maria e Maria Madalena; "também havia algumas mulheres mais a distância".[139] De acordo com o costume, os soldados romanos dividiram entre si as roupas do executado; e como Cristo só tinha uma veste, recorreram à sorte. Talvez haja aqui uma interpretação do Salmo XXII, 18: "Repartem entre si minhas vestes e deitam sortes sobre meu manto." Esse mesmo Salmo começa com as palavras: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" — o mesmo grito humano que Marcos e Mateus atribuem a Cristo moribundo. Será que naquele cruel momento a grande fé que o havia sustentado diante do procurador se esvaísse em dúvida? Em seu Evangelho, Lucas, talvez achando essas palavras muito avessas à teologia de Paulo, substituiu-as por: "Pai, em tuas mãos entrego meu espírito" — palavras que por sua vez são a repetição muito literal do Salmo XXXI, 5.

Um soldado romano, apiedado da sede de Cristo, chegou-lhe à boca uma esponja embebida de vinagre. Jesus sorve-a e diz: "Tudo está consumado." Na nona hora — três da tarde — despede um grito e rende a alma. Lucas acrescenta — novamente revelando as simpatias dos judeus — que "todos que tinham vindo assistir à cena... bateram no peito e voltaram" para a cidade.[141] Dois bondosos e influentes judeus obtiveram de Pilatos permissão para tirar o corpo da cruz; levaram-no, embalsamaram-no com aloés e mirra e deram-lhe enterro.

Estaria Jesus realmente morto? Os dois ladrões com ele crucificados ainda se mantinham vivos, embora já de pernas quebradas pelos soldados, para que todo o peso recaísse sobre as mãos e com o estrangulamento circulatório a morte fosse apressada. Nada disso com Jesus; uma versão o dá como lanceado no peito, donde fluiu sangue e depois linfa. Pilatos admirou-se de que um homem pudesse morrer com apenas seis horas de cruz; e só deu licença para que dela o removessem depois que um centurião testificou a morte.

Dois dias depois Madalena, cujo amor por Cristo tinha a intensidade característica de todos os seus sentimentos, visitou o túmulo acompanhada de "Maria mãe de Tiago e Salomé". Encontraram-no vazio. "Apavoradas, se bem que rejubilantes", correram a dar a grande nova aos discípulos. De caminho encontraram um vulto que lhes pareceu Jesus; diante dele curvaram-se, e abraçaram-lhe os pés. Fácil de imaginar a esperançosa incredulidade com que a notícia foi recebida; a idéia de que Jesus tinha triunfado da morte e assim provado que era o Messias e o Filho de Deus empolgou a fundo os "galileus", tornando-os receptivos para qualquer milagre ou revelação. No mesmo dia correu que Jesus aparecera a dois discípulos na estrada de Emaús, e que com eles comera e falara; por algum tempo "o não puderam reconhecer", mas quando ele "partiu o pão e abençoou-o... seus olhos se abriram e ambos reconheceram Jesus, enquanto se ia esvaindo".[142] Os discípulos voltaram para a Galiléia e logo depois de lá chegados "o viram e curvaram-se diante dele, embora alguns ficassem na dúvida".[143] Outra vez em que estavam na pesca, Jesus lhes apareceu e a colheita de peixe foi grande.[144]

Quarenta dias depois de sua aparição a Maria Madalena, diz o começo do Livro dos Atos, Cristo subiu fisicamente ao céu. A idéia de um santo desse modo transladado

ao céu em corpo e vida era familiar aos judeus; atribuíam igual ascensão a Moisés, a Enoque, a Elias e a Isaías. O Mestre foi-se tão misticamente como veio; mas parece que depois de sua crucificação a maioria dos discípulos realmente se convenceu de que tinha estado com ele em carne. "Voltaram em grande alegria para Jerusalém", diz Lucas,[145] "e estavam constantemente no Templo bendizendo a Deus."

CAPÍTULO XXVII

Os Apóstolos

30 — 95

I. PEDRO

O CRISTIANISMO emanou das revelações apocalípticas ou esotéricas do advento do Reino de Deus; saiu da impetuosa personalidade de Cristo; ganhou força com a fé em sua ressurreição e a promessa de vida eterna; recebeu forma doutrinal na teologia de Paulo; cresceu com a absorção dos credos e ritos pagãos e tornou-se Igreja vitoriosa com a herança da organização e do gênio de Roma.

Os apóstolos acreditavam unanimemente no breve retorno de Cristo a fim de estabelecer o Reino do Céu na Terra.

Nosso principal guia neste período está nos Atos dos Apóstolos. Há geral concordância em que este livro e o terceiro Evangelho são do mesmo autor; mas já há menos acordo em que tenha sido escrito por Lucas, o amigo pagão de Paulo. Os Atos não mencionam a morte de Paulo, tendo sido composto lá pelo ano 63 com o fim de atenuar a hostilidade dos romanos contra o cristianismo e Paulo; mas há muitas probabilidades de ter sido ampliado por um terceiro. O livro abunda em sobrenatural, mas a narrativa básica pode ser aceita como história.[1] No século II vários "Atos" e "Epístolas" apócrifos circularam como sendo a história dos apóstolos depois de Cristo. Esses "Atos" constituíam as novelas históricas da época, não sendo necessariamente fantasia; a Igreja rejeitou-as, mas os homens piedosos aceitaram-nas e cada vez mais as confundiram com história.

Das sete cartas atribuídas aos Doze Apóstolos, a crítica aceita a primeira de Pedro como substancialmente genuína,[2] identifica o autor das epístolas de João com o debatido autor do quarto Evangelho e rejeita as restantes como de duvidosa autenticidade.

"O fim de todas as coisas está próximo", diz a primeira epístola de Pedro; "sede portanto sérios e reservados, e orai."[3] "Filhos", diz a primeira epístola de João, "esta é a última hora. Ouvistes dizer que o Anticristo viria, e muitos anticristos" (Nero, Vespasiano, Domiciano?) "de fato apareceram. De modo que podemos estar certos de que esta é a última hora."[4] A fé na missão messiânica, na ressurreição corporal e na volta de Cristo iria ser o fundamento do cristianismo primitivo. O novo credo não vedava que os apóstolos continuassem a aceitar o judaísmo. "Todos os dias", está nos Atos, "eles regularmente se encaminhavam para o Templo";[5] seguiam o regime alimentar e obedeciam às leis cerimoniais judaicas;[6] e no começo pregavam unicamente aos judeus, com freqüência, nos pátios do Templo.[7]

Acreditavam que tinham recebido de Cristo ou do Espírito Santo miraculosos poderes de inspiração ou terapêuticos. Muitos doentes a eles se dirigiram; alguns foram

curados, diz Marcos,[8] com aplicação de óleo — um tratamento muito comum no Oriente. O autor dos Atos retraça comovente painel do comunismo desses primeiros cristãos:

> Só havia um coração e uma alma na multidão dos que se tornaram crentes, e nenhum deles reclamava como seu o que lhe pertencia, pois compartilhavam com os outros tudo quanto tinham. ... Nenhum entre eles jamais caía em necessidade, porque quem quer que possuísse terras ou casa vendia-as e punha o produto da venda à disposição dos apóstolos, e eles o dividiam com todos na proporção das necessidades.[9]

Como o número de prosélitos aumentasse, os apóstolos, apondo as mãos, ordenaram sete diáconos para administrar os bens da comunidade. Por algum tempo, as autoridades judaicas toleraram a seita, considerando-a muito pequena e inofensiva; mas como em poucos anos os "nazarenos" se multiplicassem de 120 para oito mil,[10] os sacerdotes alarmaram-se. Pedro e outros foram detidos e interpelados pelo Sinédrio; os saduceus quiseram condená-los à morte, mas um fariseu de nome Gamaliel — provavelmente o professor de Paulo — propôs suspensão de julgamento; enquanto contemporizavam, os presos foram flagelados e soltos. Pouco tempo depois (30 d.C.?) Estêvão, um dos diáconos ordenados, teve de comparecer perante o Sinédrio sob acusação de "haver usado linguagem ofensiva a respeito de Moisés e Deus".[11] Sua defesa foi veemente:

> Homens teimosos, pagãos de alma e ouvidos, vós sempre resistis ao Espírito Santo, justamente como vossos pais o fizeram! A qual dos profetas não perseguiram vossos pais? Eles mataram os homens que predisseram a vinda do Justo que vós traístes e matastes — vós que recebestes a Lei das mãos dos anjos e não a seguis![12]

O Sinédrio, furioso, fê-lo arrastar para fora da cidade, onde morreu apedrejado. Um jovem fariseu de nome Saulo cooperou na violência, e depois andou de casa em casa em Jerusalém prendendo adeptos do "Caminho" e levando-os para a cadeia.[13] (As falas de Estêvão, Pedro, Paulo e outros nos Atos podem ter sido inventadas pelo autor do livro, segundo o costume geral dos historiadores daqueles tempos.)

Os convertidos judeus de nome e cultura grega, que tinham Estêvão como chefe, escaparam para Samaria e Antioquia, onde deram início a fortes comunidades cristãs. A maioria dos apóstolos, aparentemente poupada nesta primeira perseguição pelo fato de ainda observarem a Lei, deixou-se ficar em Jerusalém com os Cristãos Judaicos. Enquanto Pedro levava o Evangelho às cidades da Judéia, Tiago "o Justo", "o irmão do Senhor", tornava-se o chefe da agora reduzida e empobrecida igreja em Jerusalém. Tiago praticava a Lei com todo o rigor, rivalizando com os essênios em ascetismo; não comia carne, não bebia vinho, só usava uma veste e não cortava a barba nem o cabelo. Por 11 anos, os cristãos sob sua guarda coisa nenhuma sofreram. Mas por volta do ano 41, outro Tiago, o filho de Zebedeu, foi decapitado e Pedro detido — mas escapou. Em 62, Tiago, o Justo, recebeu a morte. Quatro anos depois, os judeus se revoltavam contra Roma. Os cristãos de Jerusalém, muito convencidos do próximo "fim do mundo" para se preocuparem com a política, deixaram a cidade e estabeleceram-se na pagã e pró-romana cidade de Pela, às margens do rio Jordão. A partir daí o cristianismo e o judaísmo se divorciaram. Os judeus passaram a acusar os cristãos de traidores e covardes, e os cristãos saudavam a destruição do Templo por Tito como a realização da profecia de Jesus. O ódio mútuo inflamou as duas fés e produziu a mais ardente literatura de ambas.

A partir de então o cristianismo judaico começou a diminuir em prestígio e em poder, e mostrou-se condescendente com a nova religião, transformada pelo espírito grego. E, na Galiléia, onde Cristo vivera quase toda sua vida, e onde Madalena e outras mulheres, que foram das primeiras a segui-lo, estavam agora em triste obscurantismo, não se dava ouvidos aos pregadores que proclamassem o Nazareno como o Filho de Deus. Os judeus, que lutaram pela libertação, e que diariamente se recordavam de que "Deus é Um Só", foram repelidos por um Messias que ignorava seus esforços pela liberdade, e se escandalizaram com a notícia de que um deus tinha nascido em uma caverna ou em um estábulo de uma de suas aldeias. O cristianismo judaico sobreviveu por cinco séculos num pequeno grupo de sírios cristãos, chamado *Ebionim* ("os pobres"), que praticavam a pobreza cristã e respeitavam totalmente as Leis Sagradas dos judeus. Ao fim do século II a Igreja condenou-os por heresia.

Enquanto isso os apóstolos e discípulos espalhavam a Boa Nova, sobretudo entre os judeus da Diáspora,[14] de Damasco a Roma. Filipe fez conversos na Samaria e em Cesaréia; João criou uma igreja bem viva em Éfeso, e Pedro multiplicou-se em prédicas nas cidades da Síria. Como a maioria dos apóstolos, Pedro tomou uma "irmã", que levava em suas missões como mulher e ajudante.[15] Curava os doentes em tal quantidade que um mágico da Samaria, Simão Mago, ofereceu-lhe dinheiro em troca do misterioso segredo. Em Jopa arrancou Tábita às garras da morte aparente; em Cesaréia conquistou para o cristianismo um centurião romano. Diz o livro dos Atos que uma visão induziu Pedro a aceitar conversos de qualquer tipo, gentios ou judeus; e daí por diante, com algumas vacilações, contentou-se com batizar, em vez de circuncidar, os prosélitos não-judaicos. Podemos hoje sentir o ardor desses primitivos missionários na primeira epístola de Pedro:

> Pedro, um apóstolo de Jesus Cristo, aos (cristãos judeus) que se acham espalhados no Ponto, na Capadócia, Bitínia, Galácia e Ásia... Deus vos abençoe e vos dê perfeita paz. ... Meus muito amados, a vós eu peço que, como estrangeiros e exilados, vivais vida justa entre os pagãos, de modo que... vendo a retidão de vossa vida eles venham a louvar a Deus. ... Pelo amor do Mestre submetei-vos a todas as autoridades humanas. ... Vivei como homens livres, mas não façais de vossa liberdade uma escusa para a malfeitoria. ... Servos, sede submissos a vossos amos, e perfeitamente respeitosos, não somente para os bons e moderados como também para os perversos. Vós, esposas, também tendes de ser submissas a vossos maridos, de modo que se algum deles se recusa a crer... seja vencido ao ver quão casta e submissa sois. Não deveis adotar enfeites e penteados e jóias; e sim serdes de espírito sereno e meigo. Vós, os maridos, também deveis ter em consideração vossas mulheres; deveis mostrar deferência às mulheres como o sexo mais fraco, que compartilha convosco o dom da vida. ... Não pagueis o mal com o mal. ... E acima de tudo, amai-vos uns aos outros, porque o amor sana uma multidão de pecados.[16]

Não sabemos como Pedro foi parar em Roma. Jerônimo (*ca.* 390) põe sua chegada no ano 42, e a tradição de que ele tenha representado importante papel na difusão do cristianismo em Roma tem sobrevivido a todas as críticas.[17] Lactâncio opina que Pedro veio no tempo de Nero;[18] o provável é que haja visitado a capital diversas vezes. Ele livre e Paulo preso, os dois competiram como rivais na conversão dos gentios em seu redor, até que ambos sofreram o martírio, talvez no mesmo ano, 64.[19] Orígenes reporta que Pedro "foi crucificado de cabeça para baixo a pedido seu",[20] talvez na esperança de que assim a morte fosse mais rápida ou (como querem os fiéis) por julgar-se indigno de morrer do mesmo modo que Cristo. Velhos textos dizem que sua mulher foi

morta ao mesmo tempo, e que ele a viu ser levada para a execução;[21] mais tarde correu a história que punha o lugar de sua morte no circo de Nero, na esplanada do Vaticano. Lá se ergueu mais tarde a Catedral de São Pedro, que alega abrigar os ossos do apóstolo.

Suas missões na Ásia Menor e em Roma devem ter ajudado a manter no cristianismo muitos elementos do judaísmo. Através de Pedro e dos outros apóstolos o novo credo herdou o monoteísmo, o puritanismo e a escatologia judaica. Graças a eles e a Paulo, o Velho Testamento tornou-se a única Bíblia que a cristandade do século I conheceu. Até o ano 70 o cristianismo foi pregado sobretudo nas sinagogas ou entre os judeus. A forma, a cerimônia e as vestes da adoração hebraica passaram para o ritual cristão. O cordeiro pascal dos judeus sublimou-se no *Agnus Dei* — o Cordeiro de Deus expiatório — da Missa católica. A nomeação de anciãos (*presbyteri,* padres) para governar as igrejas foi copiada dos métodos judaicos de dirigir as sinagogas. Muitas festas dos judeus, como a Páscoa e Pentecostes, foram aceitas no calendário cristão, embora em dias diferentes e de conteúdo mudado. A Dispersão favoreceu o rápido desenvolvimento espacial do cristianismo; o constante movimento dos judeus de uma cidade para outra, e suas ligações pessoais pelo Império, tudo ajudado pela atividade comercial, pelas estradas e pela paz romanas, abriram o caminho para a fé cristã. Em Cristo e em Pedro o cristianismo era judaico; em Paulo torna-se pela metade grego; no catolicismo fez-se pela metade romano. No protestantismo o elemento judaico e a ênfase foram restaurados.

II. PAULO

1. *O Perseguidor*

O fundador da teologia cristã nasceu em Tarso, na Cilícia, lá pelo ano 10 de nossa era. Foi seu pai um fariseu que o educou nos fervorosos princípios da seita — e Paulo nunca deixou de considerar-se fariseu, mesmo depois de haver rejeitado a Lei Judaica. Seu pai também era cidadão romano, preciosa franquia que Paulo herdou. Provavelmente o nome Paulo era o equivalente do hebreu Saulo, de modo que os dois nomes lhe cabiam desde a infância.[22] Não recebeu educação clássica porque não era coisa admissível por um pai fariseu — e nenhum homem com educação grega escreveria o mau grego das epístolas. Não obstante, Paulo aprendeu a falar essa língua no grau necessário para dirigir-se ao público de Atenas; ocasionalmente se referia a certas passagens famosas da literatura grega. É possível que algo da teologia e da moral estóicas se passasse do ambiente universitário de Tarso para o cristianismo de Paulo. Daí seu uso do termo estóico *pneuma* (fôlego) para aquilo que os tradutores chamam espírito. Como em muitas cidades gregas, havia em Tarso seguidores dos mistérios órficos e outros; para tais pessoas o deus que adoravam morrera por eles, ressuscitara do túmulo — e os salvaria do Hades, dando-lhes a bem-aventurança eterna, se devidamente cultuado.[23] As religiões de "mistério" prepararam os gregos para Paulo, e Paulo para os gregos.

Depois de haver o jovem Paulo aprendido o ofício de fabricante de tendas e recebido instrução na sinagoga local, seu pai mandou-o para Jerusalém, onde, diz-nos o próprio Paulo, "foi educado aos pés de Gamaliel na estrita maneira da Lei".[24] Gamaliel, neto de Hillel, que o sucedera na presidência do Sinédrio, continuava a interpre-

tar a Lei com a leniência dos que conhecem a fraqueza humana. Os rigorosos fariseus chocavam-se de vê-lo olhar com simpatia até para as mulheres pagãs.[25] Tão erudito ele se revelou que os judeus, sempre prontos a louvar a erudição, apelidaram-no "a Beleza da Lei" e deram-lhe pela primeira vez o título de *rabban*, "nosso mestre", que depois dele só mais seis receberiam. Com ele e outros aprendeu Paulo aquela sutil e às vezes sofística maneira de interpretar a Bíblia, que iria fazê-lo brincar com o Talmude. Apesar de sua iniciação no helenismo, Paulo permaneceu toda vida judaico na mentalidade e no caráter; não enunciava dúvida sobre a inspiração da Tora e orgulhosamente mantinha a divina escolha dos judeus como instrumento da salvação do homem.

Paulo pinta-se a si mesmo como de "insignificante aparência"[26] e acrescenta sem especificar: "Para que eu não me alegrasse muito, penosa afecção física me foi enviada."[27] A tradição descreve-o aos 50 anos recurvo e calvo, rosto pálido e severo, testa ampla, olhos penetrantes; Dürer fixou-o assim em um dos maiores desenhos de todos os tempos; mas em verdade essas representações são literatura e arte, não história.

A mentalidade de Paulo era de um tipo muito comum entre os judeus: penetrante e apaixonado antes que amável e urbano; emotivo e imaginativo antes que objetivo e imparcial; poderoso na ação porque era mentalmente estreito. Mais ainda que Spinoza, era um "homem ébrio de Deus", literalmente consumido pelo entusiasmo religioso — um homem "com um deus dentro". Tinha-se como divinamente inspirado e apto a realizar milagres. Também era um espírito prático, capaz de laboriosa organização, impacientemente paciente no fundar e preservar comunidades cristãs. Como tantos homens, suas virtudes e defeitos completavam-se. Impetuoso e corajoso, dogmático e terminante, energicamente dominador, criador e fanático, orgulhoso diante dos homens e humilde diante de Deus, violentamente colérico e suscetível do mais terno amor. Aconselhava seus seguidores a "abençoar os que os perseguiam", mas esperava que seus inimigos — "o partido da circuncisão" — "fossem além disso e se emasculassem a si mesmos".[28] Conhecia seus próprios defeitos e contra eles lutava, pedindo a seus conversos que "suportassem um pouco a sua loucura".[29] No pós-escrito da primeira epístola aos coríntios diz resumindo: "A saudação escrevo-a eu, Paulo, com minha própria mão. Maldição sobre o que não ama o Senhor! Senhor, vinde depressa! A bênção do Senhor Jesus seja convosco! Meu amor seja com todos vós." Para fazer o que fez, Paulo tinha de ser o que foi.

Começou atacando o cristianismo em nome do judaísmo e acabou rejeitando o judaísmo em nome de Cristo; sempre apóstolo nas duas fases. Chocado com o desprezo de Estêvão pela Lei, faz parte do grupo dos que o mataram, e conduziu a primeira perseguição de cristãos em Jerusalém. Sabendo que a nova fé tinha feito conversos em Damasco, obteve do Sumo Sacerdote licença para ir lá prender todos os "que pertenciam ao Caminho" e trazê-los encadeados a Jerusalém (31 d.C.?).[30] Pode ser que o fervor de sua perseguição fosse devido a secretas dúvidas; ele podia ser cruel, mas não sem remorso; talvez a visão de Estêvão lapidado ou alguma remota recordação do drama do Gólgota lhe perturbasse a memória no dia da jornada para Damasco. Quando ia chegando a essa cidade, contam os Atos,

> uma súbita luz brilhou no céu e caiu sobre a terra. E uma voz foi ouvida a dizer-lhe: "Saulo, Saulo, por que me persegues?" "Quem sois vós, Senhor?", perguntou ele, e a voz respondeu: "Sou Jesus."...Os companheiros de Saulo perderam a

fala, porque ouviram a voz e não viram ninguém. Quando ele apeou e abriu os olhos, nada pôde ver. Tiveram de tomá-lo pela mão e guiá-lo até Damasco. Três dias passou sem ver.[31]

Como tracejarmos o processo natural que presidiu esta prova? O cansaço da longa viagem, a força do sol do deserto, talvez o choque de um relâmpago no céu, tudo atuando sobre um organismo fraco, talvez epiléptico, e um espírito torturado pela dúvida e a culpa podem ter levado a cabo o processo semiconsciente pelo qual o apaixonado negador se transformou no mais hábil pregador do Cristo de Estêvão. Em Tarso, nas rodas gregas, teria ele ouvido falar de um *Soter,* ou Salvador que redimiu a humanidade; seus estudos judaicos disseram-lhe de um *Messias* a vir; como estar seguro de que aquele misterioso e fascinante Jesus, pelo qual os homens estavam prontos para morrer, não fosse o Esperado? Quando, frouxo e ainda cego ao termo da viagem, sentiu sobre o rosto a mão bondosa e consoladora de um judeu converso, "algo como escamas caiu de seus olhos e sua vista se restaurou".[32] Poucos dias depois Saulo entrava nas sinagogas de Damasco e declarava às congregações que Jesus era o Filho de Deus.

2. *O Missionário*

O governador de Damasco, forçado pelos judeus ofendidos, lançou contra ele ordem de prisão, mas seus novos amigos transportaram-no em uma cesta para fora das muralhas e Paulo escapou. Três anos passou a pregar Cristo pelas aldeolas da Arábia. De volta a Jerusalém, obteve o perdão de Pedro e conquistou-lhe a amizade, com ele ficando algum tempo. A maioria dos apóstolos recebeu-o com desconfiança, mas Barnabé, também recentemente convertido, deu-lhe acolhida franca e persuadiu a igreja de Jerusalém a comissionar o ex-perseguidor em arauto da Boa Nova. Os judeus que falavam grego e aos quais Paulo se dirigiu quiseram matá-lo — e os apóstolos, talvez com medo de que tanto ardor os prejudicasse a todos, remeteram-no para Tarso.

Oito anos passa ele lá, ignorado da história; e talvez tenha sentido novamente o influxo da teologia popular da salvação mística entre os gregos. Por fim aparece-lhe Barnabé e convida-o a ministrar na igreja de Antioquia. Trabalhando de comum acordo (43-44?), fizeram os dois tantos conversos que breve possuía Antioquia mais cristãos que todas as outras cidades. Foi lá que pela primeira vez os "Crentes", os "Discípulos", os "Irmãos" ou "Santos", como a si próprios se chamavam, receberam dos pagãos, talvez depreciativamente, o nome de *Christiánoi* — seguidores do Messias ou do Ungido. Também lá, pela primeira vez, começaram os gentios (isto é, homens das *gentes* ou nações) a ser conquistados pela nova fé. Eram em sua maioria os "Tementes a Deus", mulheres sobretudo, que já haviam aceito o monoteísmo e em alguns lugares até o ritual dos judeus.

Os conversos de Antioquia não parecem tão pobres como os de Jerusalém; bom número deles fazia parte da classe comercial. Com o entusiasmo impetuoso dos movimentos novos esses conversos levantaram fundos para a propagação do Evangelho. Os anciãos da igreja "apuseram as mãos" em Barnabé e Paulo, e os remeteram para o que a História, indevidamente esquecendo Barnabé, chama a "primeira missão de São Paulo" (45-47?). Partiram de barco para Chipre, onde foram bem recebidos pelos muitos judeus da ilha. De Pafos embarcaram para Perga na Panfília, e viajaram

pelas perigosas estradas das montanhas, rumo a Antioquia, na Pisídia. A sinagoga local recebeu-os cortesmente; mas quando começaram a pregar também aos gentios, os judeus ortodoxos induziram as autoridades municipais a expulsá-los de lá. As mesmas dificuldades encontraram em Icônio; e em Listra, Paulo chegou a ser apedrejado, arrastado para fora da cidade e lá deixado como morto. Ainda cheios da "alegria do Espírito Santo", Paulo e Barnabé levaram o Evangelho a Derbe. Depois voltaram pelo mesmo caminho a Perga e velejaram para a Antioquia da Síria, onde os defrontou o mais crucial problema da história do cristianismo: teria o cristianismo alguma relação de dependência para com o judaísmo?

Alguns dos principais discípulos de Jerusalém, vindo a saber que eles estavam aceitando gentios sem exigir a circuncisão, foram a Antioquia "para ensinar aos irmãos que a não ser que fossem circuncisos, como mandava Moisés, eles não podiam ser salvos".[33] A circuncisão para os judeus não era tanto um ritual de higiene, como o sagrado símbolo da antiga aliança desse povo com Deus; e o judeu cristão apavorava-se à idéia de romper a aliança. De seu lado Paulo e Barnabé compreendiam que se aqueles emissários realizassem o planejado, o cristianismo jamais seria aceito pela maioria dos gentios; limitar-se-ia a uma "heresia judaica" (como disse Heine) e em um século estaria extinto. Foram então para Jerusalém debater o assunto com os apóstolos, os quais se mantinham como fiéis freqüentadores do Templo. Tiago relutou em dar seu assentimento às idéias de Paulo e Barnabé; Pedro pôs-se do lado dos dois inovadores; ficou por fim assente que aos prosélitos pagãos bastava que se abstivessem da imoralidade e de comer carne de animais sacrificiais ou estrangulados.[34] Aparentemente Paulo facilitou a solução com a promessa de ajuda financeira à empobrecida comunidade de Jerusalém, à custa dos fundos que deviam ser abundantes na igreja de Antioquia.[35]

O assunto, porém, era de muita importância para ser assim tão facilmente resolvido. Um segundo grupo de cristãos — judeus ortodoxos — foi de Jerusalém para Antioquia e lá encontrando Pedro a comer em companhia de pagãos, persuadiu-o a separar-se dos prosélitos não circuncidados, juntamente com os judeus convertidos. Não conhecemos o lado de Pedro neste caso; Paulo conta-nos que em Antioquia "enfrentou Pedro de cara"[36] e acusou-o de hipocrisia; talvez Pedro apenas desejasse, como Paulo, ser "tudo para todos os homens".

É provável que no ano 50 Paulo desse começo a sua segunda missão. Teria rompido com Barnabé, que volta para sua Chipre natal e desaparece da história. Revisitando as igrejas da Ásia Menor, Paulo toma como ajudante um jovem discípulo de nome Timóteo, ao qual iria dedicar profunda afeição. Juntos seguem pela Frígia e a Galácia adentro até Alexandria Tróade. Nesta cidade Paulo trava conhecimento com Lucas, um prosélito circunciso, homem de boa cabeça e bom coração, provavelmente o autor do terceiro Evangelho e dos Atos dos Apóstolos; o destino dos dois homens era apaziguar os conflitos que desde o começo marcaram a história do cristianismo. De Tróade Paulo, Timóteo e Silas, outro auxiliar, velejaram para a Macedônia, e pela primeira vez, pisaram em solo europeu. Em Filipos onde Antônio derrotara Bruto, Paulo e Silas foram presos como perturbadores da ordem, flagelados e encarcerados; mas ao descobrirem que eram cidadãos romanos, foram soltos. De passagem por Tessalonica apresenta-se Paulo à sinagoga, e por três sábados prega aos judeus. Uns tantos se convencem e organizam uma igreja; mas outros levantam contra ele a cidade sob pretexto de andar proclamando um novo rei; seus amigos tiveram de fazê-lo fugir durante a

noite para Beréia, cidade onde "os judeus receberam a mensagem com grande sofreguidão"; mas vindo os tessalonicenses denunciá-lo como inimigo do judaísmo, viu-se forçado a embarcar para Atenas (51?), desanimado e só.

Em Atenas, em pleno coração da filosofia, da ciência e da religião pagã, Paulo viu-se só e sem amigos. Poucos judeus lá para o atenderem; tinha de tomar a palavra na praça do mercado, como os arengadores das nossas cidades modernas, e competir com uma dúzia de rivais, também candidatos aos ouvidos dos transeuntes. Discutiam com ele alguns dos ocasionais ouvintes; outros riam-se dizendo: "Que quererá este parlapatão?"[37] Mas alguns se interessaram e o levaram ao Areópago, ou Monte de Marte, para uma conversa mais sossegada. Disse-lhes Paulo que havia visto em Atenas um altar dedicado "A um Deus Desconhecido"; essa dedicatória, provavelmente expressando o desejo de agradecer, apaziguar ou assegurar a proteção de um deus cujo nome o doador não sabia, Paulo a interpretou como confissão de ignorância relativa à natureza de Deus. E prosseguiu com alta eloqüência:

> O Deus que adorais sem conhecer é o que eu vos anuncio. O Deus que fez o mundo e todas as coisas nele contidas... não mora em templos feitos por mãos humanas. ... É ele que dá vida e respiração a todos os seres. ... E de um só sangue fez todas as nações da humanidade... para que possam procurar Deus, que não está longe de nós; porque nele vivemos e nos movemos e existimos, como até alguns de vossos poetas o têm dito. ... Sendo, pois, geração de Deus não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro ou à prata ou à pedra, esculpidas pela arte e engenho do homem. Não obstante, Deus passou por cima desses tempos de ignorância e agora manda que os homens de toda parte se arrependam, porque já marcou um dia em que fará julgar o mundo... pelo varão que a isso destinou e disso deu certeza a todos, ressuscitando-o de entre os mortos.[38]

Citando o verso do *Hino a Zeus* de Cleanto ou do *Phainomena* de Arato, Paulo realizou heróico esforço para conciliar o cristianismo com a filosofia grega. (Talvez possamos atribuir este discurso ao autor dos Atos, que tinha cultura grega.) Não obstante, Paulo impressionou muito pouca gente; os homens de Atenas estavam por demais recheados de idéias para se entusiasmarem por idéias. Com grande desapontamento ele deixou a cidade e se foi para Corinto, onde a atividade comercial aglomerara considerável núcleo de judeus. Lá ficou 18 meses (51-52?) ganhando a vida como fazedor de tendas e pregando na sinagoga aos sábados. O chefe da sinagoga deixou-se converter e mais outros e outros — tantos, que os judeus, alarmados, denunciaram o pregador perante Gálio, o representante de Roma, como "procurando induzir o povo a adorar a Deus de um modo contrário à lei". Gálio respondeu: "Como é uma questão de palavras e títulos lá da vossa própria lei, arrumai-vos por lá, que eu nada tenho com isso", e despachou os queixosos. As duas facções se atracaram; "mas Gálio não lhes deu nenhuma atenção".[39] Paulo pregou a Boa Nova aos gentios de Corinto, convertendo muitos. O cristianismo devia parecer-lhes uma aceitável variante das "religiões de mistério" em que há um salvador ressuscitado; talvez ao aceitá-lo eles o assimilassem a essas religiões — e induziram Paulo a pregar em termos familiares à mentalidade helenística.

De Corinto foi Paulo para Jesusalém (53?) a fim de "saudar a igreja". Mas não tardou a dar início a sua terceira missão, na qual visitou as comunidades cristãs de Antioquia e da Ásia Menor, e inoculou-as de fervor e confiança. Dois anos passou em Éfeso, e "fez tais maravilhas" que muitos o viam como taumaturgo, e procuravam curar

doentes com o toque de suas roupas. Os fabricantes de imagens de consumo no Templo de Ártemis sentiram a decadência de sua indústria; talvez Paulo repetisse lá a mesma condenação da idolatria feita em Atenas. Um Demétrio, que vivia de fazer miniaturas do templo, muito procuradas pelos peregrinos, organizou um protesto contra Paulo e o novo credo; encheu-se o teatro da cidade com uma multidão cujo *slogan* — "Grande é a Ártemis dos efésios!" — foi repetido durante duas horas. As autoridades locais dissolveram a reunião, mas Paulo achou melhor seguir para a Macedônia.

Meses felizes passou nas pequenas congregações que ele mesmo fundara em Filipos, Tessalonica e Beréia. Vindo a saber que a imoralidade e a dissensão estavam perturbando a igreja de Corinto, Paulo não só as repreendeu em diversas epístolas, como para lá seguiu a fim de enfrentar seus detratores (56?). Tinham-no acusado de aproveitar-se materialmente das pregações; riam-se das visões de Paulo e queriam que todos os cristãos voltassem a obedecer à Lei judaica. Paulo fez ver à turbulenta comunidade que sempre vivera do trabalho de suas mãos; e, materialmente, o que ganhara em suas missões? — Oito sovas, um apedrejamento, três naufrágios e mil perigos passados com salteadores, patriotas e rios que atravessou.[40] No meio daquele tumulto chega-lhe ao conhecimento que o "partido da circuncisão", violando o acordo feito, havia mandado emissários aos gálatas convertidos para induzi-los à aceitação da Lei judaica. Paulo envia aos gálatas uma violenta epístola na qual rompe completamente com os cristãos judaizantes e declara que os homens não seriam salvos pela Lei de Moisés, mas pela fé em Cristo, o Filho de Deus que viera redimir a humanidade. Em seguida, sem suspeitar do que o esperava em Jerusalém, para lá partiu, ansioso por defender-se perante os apóstolos e celebrar na Cidade Santa a festa de Pentecostes. De Jerusalém esperava ir a Roma, talvez também à Espanha, sem descansar enquanto todas as províncias do Império não tivessem ouvido a Boa Nova e a promessa do Cristo ressuscitado.

3. O Teólogo

Os chefes da igreja-mãe deram-lhe "uma cordial acolhida" (57?); mas em particular advertiram-no:

> Bem vês, irmão, quantos milhares de fiéis existem entre os judeus, todos zelosos cumpridores da Lei. Acusam-te, irmão, de que ensinas a todos os judeus que vivem entre os gentios a se afastarem de Moisés, que lhes aconselhas a não circuncidar as crianças, nem observar os velhos costumes. ... Certamente que já sabem que estás aqui. Faze pois o que vamos dizer. Temos aqui quatro homens que fizeram voto. Reúne-os, purifica-te com eles e paga as despesas. ... Desse modo todos compreenderão a falsidade das histórias correntes a teu respeito e verão que observas a Lei.[41]

Paulo recebeu com bom humor o conselho e tomou parte nos ritos de purificação. Mas quando um grupo de judeus o viu no Templo, grande grita se levantou contra "o homem que por toda parte ensina toda gente contra o nosso povo e nossa Lei". E, agarrando-o, arrastaram-no para fora do Templo; e "estavam procurando matá-lo" quando um destacamento de soldados romanos o prendeu, pondo-o desse modo a salvo da fúria popular. Paulo voltou-se para aquela gente e afirmou o seu judaísmo e o seu cristianismo. Morra! Morra! foi a resposta do povo. O comandante dos soldados

de Roma mandou que o flagelassem; mas vindo a saber que era cidadão romano, suspendeu a ordem. No dia seguinte foi o preso levado ao Sinédrio. Lá toma a palavra, proclama-se fariseu e conquista alguns votos; mas seus exaltados contraditores insistem em destruí-lo. O oficial romano levou-o para o quartel. Nessa noite um seu sobrinho vem avisá-lo de que 40 judeus tinham jurado não comer nem beber antes de matarem o preso. Receando um distúrbio que o comprometesse, o oficial remete Paulo ao procurador Félix em Cesaréia.

Cinco dias depois o Sumo Sacerdote e alguns anciãos partem de Jerusalém e vão a Cesaréia acusar Paulo de ser "uma peste, perturbador da paz dos judeus e do mundo". Paulo admite que estava pregando uma nova religião, mas acrescenta: "Estou certo de que tudo que ensino está na Lei." Félix manda embora os acusadores, mas conserva Paulo preso por dois anos (58-60?), na esperança, talvez, de substancial suborno.

Quando Festo vem substituir Félix, decide julgar Paulo em Jerusalém. Paulo receia aquele ambiente hostil, e alegando sua cidadania romana pede para ser julgado pelo imperador. O rei Agripa, de passagem por Cesaréia, quer ouvi-lo e julga-o um "louco de grande erudição", mas inocente; podia ser solto, "se já não houvesse apelado para o imperador". Paulo é embarcado em um navio mercante de marcha tão lenta que teve de enfrentar uma tempestade de inverno antes de chegar à Itália. Durante os 14 dias de perigo deu ele à tripulação e aos passageiros o estimulante exemplo de um homem superior à morte e seguro da salvação. O navio despedaçou-se nos rochedos de Malta, mas sem perda de ninguém. Três meses depois Paulo chegava a Roma (61?).

As autoridades imperiais trataram-no com leniência, aguardando a chegada de seus acusadores da Palestina e a boa vontade de Nero. Foi-lhe permitido morar em casa de sua escolha, com um soldado a guardá-lo; podia movimentar-se livremente e receber quem quisesse. Paulo convida os principais judeus de Roma a virem visitá-lo; esses homens ouvem-no com paciência; mas voltam-lhe as costas ao saber que em sua opinião a observância da Lei não era necessária à salvação; a Lei parecia a todos eles o indispensável apoio e consolo da vida judaica. "Ficai sabendo", disse Paulo, "que esta mensagem da salvação de Deus foi enviada para os gentios. Eles a ouvirão!"[42] Aquela atitude ofendeu também à comunidade cristã de Roma. Esses convertidos, sobretudo os judeus, preferiam o cristianismo que lhes fora trazido de Jerusalém; praticavam a circuncisão e dificilmente Roma os distinguia dos judeus ortodoxos; acolhiam Pedro muito bem, mas mostravam-se avessos a Paulo. Mesmo preso fez Paulo algumas conversões de gentios, e até de gente alta; mas um amargo senso de fracasso turvava a solidão em que vivia.

Consolou-se dirigindo longas e ternas cartas a seus amigos distantes. Já de 10 anos começara com essas epístolas; e muitas mais que as que ele realmente escreveu chegaram até nós como sendo suas. (Podemos considerar como autênticas as epístolas aos gálatas, coríntios e romanos; talvez também as aos tessalonicenses, colossenses e ao povo de Filêmon; e talvez até a epístola aos efésios.[43]) Essas produções não vinham diretamente de sua pena; Paulo as ditava, freqüentemente concluindo-as com um P. S. do próprio punho; aparentemente não as revia, deixando-as cheias de repetições, obscuridades e má gramática. Apesar disso, a profundidade e sinceridade de seu sentimento, sua intensa devoção a uma grande causa e a profusão de nobres e memoráveis falas tornam-nas as mais efetivas e eloqüentes cartas de todas as literaturas; o próprio

encanto das de Cícero empalidece diante de tão apaixonada fé. Há nelas vivas palavras de amor de um homem que defendia suas igrejas com a ferocidade de quem defende filhos; e ataques violentos contra seus inúmeros inimigos; e advertências aos pecadores, desertores e dissidentes, e em todas elas as mais enternecidas exortações.

> Sede agradecidos. Reine em vossos corações a paz de Cristo, fonte da mais abundante sabedoria; ensinai e animai-vos uns aos outros com hinos e cânticos da vida espiritual; fazei música em vossos corações em gratidão a Deus.[44]

E há as grandes frases que toda a cristandade cita e louva: "a letra mata, o espírito vivifica";[45] "más companhias corrompem os bons costumes";[46] "ao puro todas as coisas são puras";[47] "o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males".[48] E temos a leal confissão de suas faltas, e mesmo de suas diplomáticas hipocrisias:

> Fiz-me escravo de todos, para ganhar mais prosélitos. Diante dos judeus fiz-me judeu, para ganhar mais judeus... aos que estão fora da Lei fiz-me como um homem sem lei nenhuma... tornei-me tudo para todos os homens, para que pudesse salvar alguns. E tudo faço por amor do Evangelho, a fim de que comparticipe de suas bênçãos.[49]

Essas epístolas foram preservadas e eram freqüentemente lidas pelas congregações. Lá pelo fim do século I muitas já estavam largamente divulgadas; Clemente de Roma a elas se refere em 97, como Inácio e Policarpo, algum tempo depois, também o fariam; gradualmente foram dando forma à teologia da Igreja. Influenciado, talvez, pela denúncia platônica e estóica do corpo e da matéria como um mal; ecoando, talvez, o velho costume judaico e pagão de sacrificar "um bode expiatório" para resgate dos pecados do povo, Paulo criou uma teologia sem quase nenhum apoio nas palavras de Cristo: que cada homem nascido de mulher herda o pecado de Adão e só pode ser salvo da condenação eterna pela morte expiatória do Filho de Deus.[50] (Os antigos judeus compartilhavam com os cananeus, moabitas, fenícios, cartagineses e outros povos o costume de sacrificar uma criança, mesmo um filho amado, para apaziguar a ira do Céu. Com o tempo a vítima passou a poder ser substituída por um criminoso condenado à morte. Na Babilônia era ele vestido de trajes reais para representar o filho do rei e depois flagelado e enforcado. Coisa semelhante acontecia em Rodes na festa de Crono. A oferta de um cordeiro ou cabrito na Páscoa foi um passo civilizado na mitigação dos velhos sacrifícios humanos. "No dia da expiação", diz Frazer, "o Sumo Sacerdote judaico colocava as mãos sobre a cabeça de um bode, confessava todas iniqüidades dos filhos de Israel e depois de haver assim transmitido ao animal os pecados do povo, soltava-o no deserto."[51]) Eram idéias mais agradáveis aos pagãos do que aos judeus. De longa data haviam o Egito, a Ásia Menor e a Hélade admitido deuses — Osíris, Átis, Dioniso — mortos para redenção da humanidade; a essas deidades aplicavam-se títulos como *Soter* (Salvador) e *Eleutherios* (Libertador); e a palavra *Kyrios* (Senhor) que Paulo aplicava a Cristo era o mesmo termo dado a Dioniso nos cultos greco-sírios.[52] Os pagãos de Antioquia e outras cidades gregas, que jamais haviam visto Jesus em pessoa, só o podiam aceitar à maneira de seus deuses salvadores e redentores. "Atendei", disse Paulo, "eu vos mostro um mistério."[53]

Paulo acrescentou a esta teologia popular e consoladora certas concepções místicas já espalhadas pelo Livro da Sabedoria e pela filosofia de Filo. Cristo, disse ele, é "a sa-

bedoria de Deus,"[54] o primeiro filho nascido de Deus; "ele existe antes de todas as coisas, nele todas as coisas existem... por meio dele todas as coisas foram criadas".[55] Não é o Messias judaico que irá libertar Israel da escravidão; é o Logos cuja morte vai libertar todos os homens. Com essas interpretações podia Paulo pôr de lado a vida real e as palavras de Jesus, às quais não havia ouvido diretamente, e assim ficar em pé de igualdade com os apóstolos; homens que a ele não se equiparavam em matéria de especulação teológica; podia dar à vida de Cristo e à vida do homem altos papéis em magnificente drama que abarcasse todas as almas e toda a eternidade. E podia além disso atender às incômodas questões dos desejosos de saber por que razão Cristo, sendo um deus, se deixara matar pelos homens: Cristo havia morrido para redimir o mundo condenado pelo pecado de Adão; tinha de morrer para romper os laços da morte e abrir as portas do céu a todos que fossem tocados pela graça de Deus.

Dois fatores, disse Paulo, determinam quem será salvo pela morte de Cristo: a graça divina e a fé humilde. Do fundo da eternidade Deus escolhe os que vai abençoar com sua graça e os que vai condenar à danação eterna.[56] Não obstante, Paulo move-se para despertar a fé, esse meio de alcançar a graça de Deus; unicamente pela "fé, que é a substância das coisas esperadas e a prova das coisas não vistas",[57] pode a alma experimentar a profunda mudança que renova o homem, que une o crente a Cristo e lhe permite beneficiar-se com os frutos de sua morte. Boas obras e a prática de todos os 613 preceitos da Lei judaica não bastam, disse Paulo; esses preceitos não podem refazer o interior do homem ou lavar de pecados a alma. A morte de Cristo pôs fim à época da Lei; já agora não há mais judeus e gregos, escravos e homens livres, machos e fêmeas, porque "na união em Cristo sois todos um".[58] Paulo nunca cessou de inculcar as boas obras combinadas com a fé; e são suas as mais famosas palavras ditas sobre o amor:

> Se eu falar as línguas dos homens e dos anjos e não tiver caridade, tenho-me tornado como o bronze que soa, ou como o címbalo que retine. E se eu tiver o dom de pregar e compreender todos os mistérios e possuir todo o conhecimento; se tiver toda a fé a ponto de mover montanhas e não tiver amor, nada sou. E se eu der tudo quanto tenho, e der a mim próprio, mas por orgulho não por amor, isso nada me aproveita. O amor é paciente e bondoso. Não é jactancioso e invejoso. ... Não insiste em seus direitos. ... Nunca falha. Assim, fé, esperança e amor permanecem; e o maior dos três é o amor.[59]

Para o amor sexual e o casamento Paulo mostra-se desalentador. Em certa passagem[60] sugere que foi casado: "Não temos (ele e Barnabé) o direito de levar conosco uma esposa cristã como o resto dos apóstolos, e os irmãos do Senhor e Pedro?" — mas em outra passagem[61] diz-se solteiro. Como Jesus, ele não tinha simpatia pelo desejo carnal.[62] Horrorizava-se quando ouvia falar de promiscuidade e perversões.[63] "Não sabeis", diz ele aos coríntios, "que vosso corpo é um templo do Espírito Santo que habita em vós?... Honrai a Deus com os vossos corpos."[64] A virgindade é melhor que o casamento, mas o casamento é melhor que a concupiscência. Proíbe o casamento dos divorciados, exceto depois de uniões misturadas. As mulheres devem obedecer aos maridos, e os escravos aos senhores. "Todos devem ficar na estação para a qual foi chamado (isto é, convertido ao cristianismo). Se foste chamado sendo escravo, não te incomodes. Mesmo que possas tornar-te livre, faze o melhor que puderes na condição em que estás. Porque um escravo que foi chamado à união com o Senhor é um liberto

no Senhor; do mesmo modo que o que foi chamado, sendo livre, é um escravo de Cristo."[65] Pouco significam liberdade e escravidão em um mundo próximo do fim. E pelas mesmas razões não tinha importância a liberdade nacional. Que "cada alma se submeta aos altos poderes (do Estado), porque não há poder e sim Deus; e os pobres que existem são ordenados por Deus".[66] Poderia, assim, Roma destruir um filósofo tão acomodatício?

4. *O Mârtir*

"Procura vir ter comigo breve", diz a duvidosa segunda epístola a Timóteo,

> porque Demas me abandonou por amor ao mundo... Crescêncio se foi e também Tito; só Lucas está comigo. ... Ninguém esteve a meu lado na minha primeira defesa na corte; todos me desampararam. ... Mas o Senhor esteve comigo e deu-me força, para que eu pudesse dar a mensagem e todos os gentios ouvissem. Assim fui salvo da boca do leão. ... Minha vida já está no fim e o tempo de partir chegou. Tive minha parte na grande luta. Corri minha corrida, defendi a fé.[66a]

Paulo falava com bravura, mas sentia-se desolado. Diz uma antiga tradição que foi solto, dirigiu-se à Ásia e à Espanha, voltou a pregar e mais uma vez se viu preso em Roma. Sem mulher ou filhos para reconfortá-lo, abandonado de todos os amigos menos um, só a fé podia sustentá-lo; e talvez até sua própria fé estivesse abalada. Como os outros cristãos de seu tempo, Paulo vivera na esperança de assistir à volta de Jesus. Aos filipenses escreveu: "Estamos ansiosamente esperando a vinda de um salvador, o Senhor Jesus Cristo. ... O Senhor vem logo."[67] E para os coríntios: "O prazo dado está acabando. De agora em diante os que tiverem mulheres devem viver como se não tivessem... e os que têm coisas, como se não fossem donos de nada. ... Porque a presente forma do mundo está no fim... *Maranatha!* Senhor, vem depressa!"[68] Mas em sua segunda epístola aos tessalonicenses ele os censurou por desleixarem os negócios do mundo em vista do breve advento de Cristo; a vinda será adiada até que o "adversário" — Satã — "apareça e se proclame Deus".[69] De suas últimas cartas deduzimos que muito lutou na prisão para reconciliar sua primitiva fé com a grande demora da *Parousia,* ou Segunda Aparição. Passou a transferir a esperança para além da morte, e para consolo fez o grande reajuste que ia salvar o cristianismo: a transformação da fé na volta de Cristo em esperança de união com Cristo no céu depois da morte. É possível que Paulo haja entrado em novo julgamento e sido condenado; César e Cristo se defrontavam — e César venceu por um dia. Nada sabemos sobre a acusação; provavelmente, como em Tessalonica, por "desobedecer aos decretos do imperador e chamar a Jesus rei".[70] Isso era crime de *maiestas,* punível com a morte. Não nos chegaram peças do seu processo, mas Tertuliano, escrevendo por volta do ano 200, conta que foi decapitado; e Orígenes, lá por 220, depõe que "Paulo sofreu o martírio em Roma no tempo de Nero".[71] É muito provável que sua qualidade de cidadão romano o tenha salvo de ser crucificado com tantos outros, depois do incêndio da capital em 64. A tradição liga-o a Pedro em um martírio simultâneo mas em lugares diversos; e uma tocante lenda descreve os amistosos encontros dos dois grandes "rivais" no caminho para a morte. Um santuário foi erigido na Via Óstia, no sítio onde se supõe que Paulo encontrou a morte. Reconstruído com maior beleza, o primiti-

vo santuário transformou-se na atual basílica de San Paolo Fuori le Mura — São Paulo extramuros.

É um símbolo adequado de sua vitória. O príncipe que condenou Paulo morreu morte de covarde, e breve nada mais subsistia de seus extravagantes monumentos. Mas do derrotado Paulo emergiu a estrutura teológica do cristianismo, como dele e de Pedro brotou a duradoura organização da Igreja. Paulo havia encontrado o sonho da escatologia judaica confinado ao mundinho judeu; libertou-a e alargou-a em uma fé que pôde mover o mundo. Com a paciência de um estadista, entreteceu a ética dos judeus com a metafísica dos gregos e transformou o Jesus dos Evangelhos no Cristo da teologia. Criou um novo mistério, uma nova forma do drama da ressurreição, que iria sobreviver a tudo mais. Como prova da virtude ele substituiu a conduta pela fé — e nesse sentido deu começo à Idade Média. Foi algo trágico, mas talvez a humanidade tenha querido assim; só uns poucos santos podiam imitar Cristo, mas muitas almas podiam elevar-se em fé e coragem com a esperança na vida eterna.

A influência de Paulo não foi imediatamente sentida. As comunidades que ele fundou não passavam de pequenas ilhas em um oceano pagão. A igreja de Roma "era" de Pedro, e permaneceu fiel a sua memória. Um século depois de morto, Paulo já estava quase completamente esquecido. Mas quando as primeiras gerações do cristianismo passaram, e a tradição oral dos apóstolos se esvaiu, e mil heresias passaram a desorientar o espírito cristão, foram suas epístolas o arcabouço do sistema de fé que uniu as congregações esparsas em uma poderosa Igreja central.

Mesmo assim, o homem que destacou o cristianismo do judaísmo era tão essencialmente judaico na força do caráter e na severidade moral, que a Idade Média, transformando o paganismo em um colorido catolicismo, não se sentia ligada a ele; poucas igrejas lhe foram consagradas e raramente esculpiam sua figura ou citavam seu nome. Quinze séculos iriam passar-se antes que Lutero erigisse Paulo no apóstolo da Reforma, e Calvino encontrasse nele os sombrios textos da crença na predestinação. O protestantismo foi o triunfo de Paulo sobre Pedro; o fundamentalismo é o triunfo de Paulo sobre Cristo.

III. JOÃO

Os acidentes da História não impediram que Paulo nos chegasse com relativa clareza, mas deixaram imerso em trevas o apóstolo João. Além de três epístolas, temos mais duas obras com seu nome. A crítica, sem segurança nenhuma, coloca o Livro da Revelação entre os anos 69 e 70,[72] e o atribui a João, "o presbítero", mencionado por Pápias (135).[73] Justino Mártir (135) atribui esse poderoso Apocalipse ao apóstolo "amado";[74] mas nos começos do século IV, Eusébio[75] observou que alguns estudiosos duvidavam de sua autenticidade. O autor do Livro da Revelação deve ter sido homem de muita proeminência, porque se dirige às igrejas da Ásia em tom autoritário. Se foi o apóstolo quem o escreveu (temos provisoriamente de pensar que sim), está explicado o motivo de seu irmão Tiago ter-lhe dado o cognome de *Boanerges,* Filho do Raio. Em Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Sardes e outras cidades da Ásia Menor não era Pedro nem Paulo, e sim João, o chefe supremo da Igreja. A tradição fixada por Eusébio[76] quer que João tenha sido exilado para Patmos por Domiciano, e tenha composto nessa ilha do Mar Egeu o quarto Evangelho e o Apocalipse. Viveu tanto, que a gente de seu tempo se convenceu de que não ia morrer.

Na forma, o Livro da Revelação lembra os de Daniel e Enoque. Semelhantes visões profético-simbólicas constituíam um recurso literário freqüente naquela época; há vários outros apocalipses ("coisas ocultas reveladas"), mas o de João excede a todos na lúgubre eloqüência. Partindo da convicção comum de que o próximo advento do Reino de Deus seria precedido pelo reino de Satã e o apogeu do mal, o autor descreve o principado de Nero como exatamente a era satânica. Na revolta contra Deus, Satã e seus seguidores são batidos pelas hostes do arcanjo São Miguel e lançados sobre a terra, onde encabeçam o mundo pagão no ataque contra o cristianismo. Nero é a Besta e o Anticristo do livro, o Messias de Satã, como Jesus foi o Messias de Deus. Roma é descrita como a "prostituta que se senta nas grandes águas, com a qual os reis da terra praticavam a fornicação"; é a "meretriz da Babilônia", a fonte, o centro e o cume de toda a iniqüidade, imoralidade, perversão, idolatria; nela os blasfemos e sangrentos césares exigem a adoração que os cristãos consagram a Cristo.

Em uma sucessão de visões o autor vê os castigos que caem sobre Roma. Durante cinco meses uma praga de gafanhotos torturará todos os habitantes do Império, exceto os 144.000 judeus que trouxerem na fronte o signo do cristianismo.[77] Anjos esvaziarão sobre a terra os "sete frascos da ira de Deus", infligindo nos homens terríveis feridas e transformando o mar "em sangue como de um homem morto" de modo que "todas as coisas vivas do mar" morrerão. Outro anjo soltará o pleno calor do sol sobre os homens impenitentes; outro cobrirá a terra com a escuridão; quatro anjos chefiarão "duas vezes 10.000 vezes 10.000" cavaleiros na chacina de um terço da humanidade. Quatro cavaleiros galoparão para "matar as gentes com espada, fome, morte e feras".[78] Um grande terremoto deixará o planeta em ruínas; formidáveis chuvas de pedra cairão sobre os sobreviventes e Roma será completamente destruída. Os reis da terra se reunirão nas planícies de Armagedon para a última resistência a Deus; e serão lançados na morte. Derrotado em toda parte, Satã e suas coortes acabarão lançados no inferno. De todas essas calamidades só se salvarão os verdadeiros homens de Cristo; os que por ele sofreram, aqueles que foram "lavados no sangue do cordeiro", receberão copiosa recompensa.[79]

Depois de mil anos será Satã solto para novamente afligir a humanidade; o pecado triunfará em um mundo sem fé; e as forças do mal farão um último esforço para destruir a obra de Deus. E então chegará o Dia do Juízo, quando todos os mortos se erguerão das tumbas, e os afogados se levantarão do fundo dos mares. Nesse terrível dia todos os homens "cujos nomes não estiverem no Livro da Vida" serão "lançados em um lago de enxofre derretido".[80] Os fiéis se reunirão "para o grande banquete de Deus e comerão a carne dos reis, dos ciliarcas, dos poderosos... e o corpo de todos os homens escravos ou livres, grandes ou pequenos"[81] que não atenderam ao chamado de Cristo. Novo céu e nova terra se formarão e uma Jerusalém sairá da mão de Deus para tornar-se o paraíso na terra. Haverá construções de pedras preciosas, edifícios de prata e ouro translúcidos, paredes de jaspe, e porta aberta em uma só pérola; pela nova cidade correrá um "rio de água viva" em cujas margens crescerá a "árvore da vida". O reino do mal chegará ao fim; os homens de Cristo herdarão a terra; "não haverá mais morte, nem noite, nem aflição, nem dor".[82]

A influência do Livro da Revelação foi imediata, duradoura e profunda. Aquela profecias de salvação dos crentes e de castigos para seus adversários tornaram-se o se gredo da resistência da Igreja perseguida. A teoria do "milênio" consolou os que s lamentavam da grande demora da segunda vinda de Cristo. Aquelas imagens tão for

tes entraram a fazer parte da língua falada e escrita do cristianismo. Por 19 séculos os homens interpretaram os acontecimentos da história como realizações das profecias de João; ainda hoje há recessos do mundo nos quais o Apocalipse empresta suas cores sombrias e seu sabor amargo ao credo de Cristo.

Parece incrível que o Apocalipse e o quarto Evangelho sejam do mesmo autor, porque um é poesia judaica e o outro, filosofia grega. Talvez o apóstolo escrevesse o Apocalipse sob a ação da cólera diante da perseguição de Nero, e compusesse o quarto Evangelho já na calma da velhice (90 d.C.?). Suas recordações do Mestre podiam estar por esse tempo apagadas, no quanto era possível esquecer Jesus; e nas ilhas e cidades da Jônia ele teria assimilado os ecos do misticismo e da filosofia dos gregos. Platão estabelecera as Idéias de Deus como os moldes segundo os quais todas as coisas se formavam; os estóicos combinaram essas idéias no *Logos Spermatikos* ou na fecundante sabedoria de Deus; os neopitagóricos fizeram das Idéias uma pessoa divina; e Filo deu-as como o Logos ou Razão de Deus, um segundo princípio divino por meio do qual Deus criou o mundo. Se com estas idéias na cabeça relemos o famoso exórdio do quarto Evangelho, e deixamos o *Logos* do original grego em vez do *Verbo* da tradução, vemos imediatamente que João coincide com os filósofos:

> No princípio era o Logos e o Logos estava com Deus e o Logos era Deus. ... Todas as coisas foram feitas pelo Logos; e nada do que foi feito, foi feito sem ele. Foi por ele que todas as coisas tiveram existência. ... E o Logos se fez carne e viveu entre nós.

Do mesmo modo que Filo, conhecedor da especulação filosófica dos gregos, admitiu a necessidade de mudar a roupa ao judaísmo, vestindo-o de modo aceitável aos gregos amigos da lógica, assim também João, já de tantos anos envolto pelo ambiente helenístico, procurou dar um toque filosófico à mística judaica da Sabedoria de Deus como um ser vivo,[83] e à doutrina cristã de Cristo como o Messias. Conscientemente ou não, o autor do quarto Evangelho continuou a obra de Paulo, de separar o cristianismo do judaísmo. Cristo já não era apresentado como judeu que vivesse mais ou menos sob a Lei judaica; é dado como se dirigindo aos judeus com o pronome "vós", e a falar na Lei judaica, como "vossa lei"; não era mais o Messias mandado para "salvar as desgarradas ovelhas de Israel", e sim como o coeterno Filho de Deus; não simplesmente o futuro juiz da humanidade, mas o Criador do universo. Com estas idéias, a vida judaica do Jesus-homem esfuma-se ao longe e quase passa a transformar-se em heresia gnóstica; e o Jesus-Deus incorpora-se às tradições religiosas e filosóficas da mentalidade helenística. E dessa maneira o mundo pagão, e até mesmo anti-semítico, podia francamente aceitar Cristo.

O cristianismo não destruiu o paganismo; adotou-o. O moribundo espírito grego ressurgiu na teologia e liturgia da Igreja; a língua grega, depois de reinar durante séculos sobre a filosofia, tornou-se o veículo da literatura e do ritual cristão; os mistérios gregos passaram-se para os mistérios da missa. Outras culturas pagãs também contribuíram para esse sincretismo. Do Egito vieram as idéias da divina trindade, do Juízo Final e da imortalidade pessoal com recompensas e castigos; também de lá vieram a adoração da Mãe e do Filho e a mística teosofia que produziu o neoplatonismo e gnosticismo e obscureceu o credo cristão; e de lá ainda os germes do monasticismo cristão. Da Frígia veio a adoração da Grande Mãe. Da Síria, o drama da ressurreição

de Adônis. Da Trácia talvez tenha vindo o culto de Dioniso, o deus que morre para salvar os homens. Da Pérsia veio a idéia do Milênio, as "idades do mundo", a "conflagração final", o dualismo Deus-e-Satã, Luz-e-Trevas; já no quarto Evangelho Cristo é a "Luz que brilha nas trevas e que as trevas nunca apagaram".[84] O ritual de Mitras assemelha-se tanto ao sacrifício da missa que os padres cristãos acusavam o diabo de inventar essas semelhanças com o fim de desnortear os espíritos fracos.[85] O cristianismo foi a última grande obra do velho mundo pagão.

CAPÍTULO XXVIII

O Crescimento da Igreja

96 — 305

I. OS CRISTÃOS

REUNIAM-SE em recintos privados ou pequenas capelas e organizavam-se segundo o modelo da sinagoga.[1] A congregação recebia o nome de *ekklesia* — palavra grega para significar as reuniões do governo municipal. Os escravos eram bem-vindos, como nos cultos de Ísis e de Mitras; nenhuma tentativa se fazia para libertá-los, mas reconfortavam-nos com a promessa de um Reino em que seriam livres. Entre os primeiros convertidos predominavam os proletários, com alguns elementos das classes médias e lá um ou outro da classe alta. Não obstante, longe estavam de ser a "escória da sociedade" como disse Celso; em sua maioria viviam industriosamente, financiavam as missões, levantavam fundos para as comunidades mais pobres. Pouco esforço se fazia para conquistar a gente dos campos; a população rural veio por último, e daí o nome de *pagani* (aldeões, camponeses) que começou a ser aplicado aos habitantes dos Estados mediterrâneos anteriores aos cristãos.

As congregações admitiam as mulheres, que eram encarregadas de pequenos papéis; mas a Igreja exigia que elas envergonhassem os pagãos com o exemplo de suas vidas de modesta submissão e recolhimento. Deviam comparecer aos serviços religiosos com a cabeça coberta por um véu, porque seus cabelos eram considerados extremamente sedutores e capazes de distrair até os anjos;[2] São Jerônimo desejava que elas os cortassem completamente.[3] Também evitavam cosméticos e jóias, e sobretudo cabelos postiços; porque a bênção do padre caindo sobre os cabelos de um morto colocados sobre os de um vivo trazia confusão: a qual os dois estaria abençoando?[4] Paulo dá severas instruções a respeito:

> As mulheres devem conservar-se quietas na igreja, ocupando lugares discretos. Se querem saber de qualquer coisa, que perguntem aos maridos em casa, porque é feio para uma mulher falar na igreja. ... Um homem não deve trazer nada na cabeça, porque ele é a imagem de Deus e reflete a glória de Deus, enquanto a mulher é um reflexo da glória do homem. Porquanto o homem não foi feito da mulher, mas a mulher do homem; e o homem não foi criado para a mulher e sim a mulher para o homem. Por isso a mulher deve usar na cabeça qualquer coisa que simbolize sujeição.[5]

Esta idéia da mulher nunca foi romana e sim grega e judaica; talvez represente a reação contra o desregramento com que algumas mulheres rebaixavam a liberdade adquirida. Destas verdadeiras fulminações podemos concluir que, apesar da falta de

jóias e perfumes, e com a ajuda dos véus, as mulheres cristãs conseguiram mostrar-se atraentes e exercer sua velha ação sobre o homem. Para as solteiras e viúvas havia muitas tarefas na igreja. Eram organizadas como "irmãs", entregavam-se a serviços de administração ou caridade e deram origem a várias ordens de freiras, cuja dedicação é uma das mais nobres vitórias do cristianismo.

Luciano (160) descreveu "aqueles imbecis", os cristãos, como "desdenhosos dos bens terrenos e querendo que todas as coisas sejam comuns a todos".[6] Uma geração mais tarde Tertuliano declarava que "nós" (os cristãos) "temos todas as coisas em comum, exceto nossas mulheres", e acrescentou com sua característica mordacidade: "a ponto de dissolvermos nossa sociedade precisamente onde o resto do mundo a faz efetiva."[7] Não podemos tomar esta passagem ao pé da letra; e em outro ponto Tertuliano[8] sugere que comunismo quer dizer contribuição de cada um, de acordo com suas posses, para o fundo comum da congregação. A esperança do breve fim da ordem de coisas existentes facilitava essa atitude; persuadidos da proximidade do Juízo Final os mais ricos não desejavam ser apanhados nos braços de Mamon. Muitos concordavam com os essênios em que o homem próspero que não reparte o que tem de sobra é um ladrão.[9] Tiago, "irmão do Senhor", atacava a riqueza com palavras de revolucionário:

> Eia, agora vós, ricos, chorai e urrai por causa das desgraças que hão de cair sobre vós. Vossas riquezas estão podres, vossas vestes roídas pela traça, vosso ouro e vossa prata enferrujados... e essa ferrugem devorará vossa carne porque acumulastes fogo para os últimos dias. Os salários que defraudastes aos trabalhadores que ceifaram vossos campos clamaram, e as vozes dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos Exércitos. ... Não escolheu Deus os pobres do mundo para possuírem o Reino?[10]

Nesse Reino, acrescenta Tiago, o rico murchará como a flor sob o sol escaldante.[11]

Havia comunismo nas refeições. Como todos os grêmios classistas gregos e romanos se reuniam em certas ocasiões para um jantar comum, assim também aqueles cristãos tinham o *agapê,* a festa do amor, usualmente na tarde dos sábados. A refeição começava e terminava com preces e leituras dos livros sagrados; o pão e o vinho recebiam a bênção do padre — pão e vinho que para os fiéis eram, ou representavam, o corpo e o sangue de Cristo;[12] os adoradores de Dioniso, Átis e Mitras revelavam igual fé nos banquetes em que comiam coisas magicamente simbólicas dos seus deuses.[13] O derradeiro ritual do *agapê* era o "beijo do amor" em algumas congregações só de homem para homem e de mulher para mulher; em outras não havia distinção. Muitos participantes sentiam um prazer nada teológico nessa agradável cerimônia; e Tertuliano e outros a denunciaram como de fundo sexual.[14] A Igreja recomendou que os lábios não se abrissem no beijo; e que o beijo não fosse repetido, se dava prazer.[15] No século III o *agapê* foi gradualmente desaparecendo.

Apesar desses episódios e das diatribes dos pregadores conclamando os fiéis à perfeição, temos de admitir a velha crença de que a moral dos cristãos era um exemplo condenatório do mundo gentio. Depois que o enfraquecimento das velhas crenças privou a vida moral do fraco apoio que elas lhe davam, e que a tentativa de uma moral natural só deu resultado entre os melhores homens, uma nova ética sobrenatural realizou, à custa da liberdade do intelecto, a tarefa de conter os instintos grosseiros do homem. A esperança do Reino trazia consigo a crença em um juiz que via todos os

atos das criaturas, conhecia-lhes todos os pensamentos, e não podia ser enganado. A esta fiscalização divina temos de acrescentar o policiamento social; naqueles pequenos grupos dificilmente podia o pecado esconder-se, e a comunidade publicamente repreendia os membros violadores do novo código moral. O aborto e o infanticídio, que andavam a dizimar a sociedade pagã, eram vedados como equivalentes do homicídio;[16] em muitos casos os cristãos recolhiam as crianças expostas, batizavam-nas e criavam-nas com os recursos do fundo comum.[17] Com menos eficácia a Igreja proibiu a seus fiéis a freqüência aos teatros e circos, e também que tomassem parte nas festividades pagãs.[18] O cristianismo continuava e exagerava a severidade moral dos judeus. Fazia do celibato e da virgindade um ideal; tolerava o casamento unicamente como dique à promiscuidade e grotesco meio de perpetuar a espécie, mas os cônjuges tinham de refrear as relações sexuais.[19] Divórcio só era permitido quando um pagão queria anular seu casamento com uma convertida. Casamento de viúvas e viúvos desaconselhado; e o homossexualismo era condenado com uma severidade rara no mundo antigo. "Em matéria de sexo", diz Tertuliano, "os cristãos contentam-se com as mulheres."[20]

Muita coisa deste difícil código moral provinha do tão esperado e próximo retorno de Cristo. À medida que essa esperança foi murchando, a voz da carne foi-se erguendo — e a moral cristã afrouxou; um panfleto anônimo *O Pastor de Hermas* (*ca.* 110) ataca o reaparecimento entre os cristãos da avareza, da desonestidade, do ruge, dos cabelos tingidos, das pálpebras pintadas, da bebedeira e do adultério.[21] Não obstante, o quadro geral da moralidade cristã nesse período é um panorama de piedade, lealdade mútua, fidelidade conjugal e a calma felicidade dos crentes. Plínio, o Moço, foi obrigado em seu relatório a Trajano a declarar que os cristãos levavam vida pacífica e exemplar.[22] Galeno descreveu-os como "tão avançados em disciplina pessoal e... intenso desejo de alcançar a excelência ética que de nenhum modo são inferiores a verdadeiros filósofos".[23] O senso do pecado aumentava cada vez mais com a crença de que todo o gênero humano estava maculado pela queda de Adão e que breve o mundo chegaria ao fim, depois de um julgamento divino em que as sentenças seriam do céu ou do inferno. Muitos cristãos esforçavam-se por se apresentarem limpos perante o terrível tribunal; viam armadilhas de Satã em todos os prazeres sensuais, denunciavam o "mundo e a carne", procuravam abafar os desejos à força de jejuns e variados castigos do corpo. Olhavam com maus olhos para a música, o pão branco, os vinhos estrangeiros, os banhos quentes, o barbear-se — pois cortar a barba era interferir com a evidente vontade de Deus.[24] Mesmo para os cristãos comuns a vida era mais sombria que a do pagão comum, exceto nos ocasionais "apotropaicos" apaziguamentos das divindades subterrâneas. A austeridade do sábado judaico fora no século II transferida para o domingo cristão.

Nesse *dies Domini*, ou Dia do Senhor, os cristãos se congregavam para o rito semanal. Seus sacerdotes liam as Escrituras, guiavam-nos nas orações e pregavam sermões doutrinais, de exortação moral ou controvérsia sectária. No começo os membros da congregação, especialmente as mulheres, tinham licença de "profetizar" — isto é, "falar adiante" — quando em estado de transe ou êxtase, emitindo palavras suscetíveis de interpretação piedosa. Mas como esse "profetizamento" começasse a produzir o caos teológico, a Igreja o refreou e finalmente o suprimiu. O clero tinha de estar sempre impedindo o surto da superstição e a controlá-la.

No fim do século II essas cerimônias semanais tomaram a forma da missa cristã. Baseada em parte nos serviços do Templo de Jerusalém, e em parte nos mistérios gregos da purificação, sacrifício indireto e da participação pela comunhão nos poderes da deidade, a missa formou-se com uma congérie de orações, salmos, leituras, sermões, antífonas e sobretudo o simbólico sacrifício expiatório do "Cordeiro de Deus", que no cristianismo iria substituir os sacrifícios sangrentos das religiões antigas. O pão e o vinho, outrora colocados como oferendas diante do deus, passaram a ser concebidos como símbolos do corpo e do sangue de Cristo; no ato da consagração o oficiante apresentava-os a Deus como uma repetição do auto-sacrifício de Cristo na cruz. E então, em uma intensa e comovente cerimônia, os fiéis compartilhavam da vida e substância de seu Salvador. Era uma concepção de há muito santificada pelo tempo; a mente pagã não precisou ser catequizada para recebê-la e corporificá-la no "mistério da missa" — e o cristianismo tornou-se a última e a maior das "religiões de mistério". Tratava-se de um costume humilde na origem[25] e belo no desenvolvimento; sua adoção mostra a alta sabedoria com que a Igreja ajustava-se aos símbolos da época e às necessidades do povo; nenhuma outra cerimônia fortaleceu tanto as almas por essência solitárias, habilitando-as a enfrentar um mundo hostil. (Nos mistérios de Mitras os adoradores recebiam o pão e a água consagrados.[26] Os *conquistadores* admiraram-se de encontrar um rito semelhante entre os aborígines do México e do Peru.[27])

A eucaristia, ou "abençoamento" do pão e do vinho, tornou-se um dos sete "sacramentos" cristãos — ou rituais sagrados por meio dos quais o fiel admite receber a graça divina. Aqui também recorreu a Igreja à poesia dos símbolos para dignificar e consolar a vida do homem, e renovar a cada passo, na odisséia humana, o toque fortalecedor da divindade. No século I só encontramos três cerimônias concebidas como sacramentos — o batismo, a comunhão e as ordens sagradas; mas já emergiam em germe as demais. Havia entre os primeiros cristãos a prática de acrescentar ao batismo a "imposição das mãos", pela qual o apóstolo ou o sacerdote introduzia o Espírito Santo no convertido.[28] No decorrer do tempo foi esta ação separada do batismo e tornou-se o sacramento da confirmação.[29] Como o batismo dos infantes fosse gradualmente substituindo o dos adultos, estes sentiram necessidade de qualquer forma de purificação espiritual; o reconhecimento público do pecado passou a reconhecimento confidencial ao padre, o qual alegava ter recebido dos apóstolos ou seus sucessores episcopais o direito de "atar e desatar" — de impor penitências e perdoar os pecados.[30] O sacramento da penitência era uma instituição suscetível de abusos devido à facilidade do perdão, mas dava ao pecador a força necessária para reformar-se, poupando a certo tipo de almas as neuroses do remorso. Naqueles séculos o casamento ainda era uma cerimônia civil; mas com a exigência da sanção da Igreja passou de contrato a voto inviolável e sagrado. Já no ano 200 a "aposição de mãos" tomou forma de "ordens sagradas", com que os bispos assumiam o exclusivo direito de ordenar sacerdotes capazes de administrar validamente os sacramentos. E por último a Igreja extraiu da Epístola de Tiago (V, 14) o sacramento da "extrema-unção", ou última benção; o sacerdote ungia os órgãos dos sentidos e as extremidades do cristão moribundo, limpando-o dos pecados e preparando-o para apresentar-se ao seu Deus. Seria rematada tolice julgar essas cerimônias ao pé da letra; valem como estímulos e inspiração, ou preciosos medicamentos da alma.

O enterro cristão passou a constituir a honra culminante da vida cristã. Como a nova fé proclamava a ressurreição tanto da alma como do corpo, o defunto recebia todos

os cuidados; um sacerdote oficiava no enterro e cada corpo recebia um túmulo próprio. Lá pelo ano 100 os cristãos de Roma, segundo as tradições sírias e etruscas, começaram a enterrar os mortos em catacumbas — talvez mais por economia de espaço e despesas do que com o sentido de ocultamento. Abriam extensas galerias subterrâneas de vários níveis em que os defuntos eram superpostos nas paredes laterais. Pagãos e judeus seguiam o mesmo costume, talvez por conveniência das sociedades funerárias. Certas catacumbas pareciam propositadamente tortuosas, donde a idéia de abertas para refúgio durante o período das perseguições. Depois da vitória do cristianismo o sistema de catacumbas desapareceu; as criptas tornaram-se objetos de veneração e peregrinação; no século IX já estavam bloqueadas e esquecidas, e só por mero acidente foram descobertas em 1578.

O que resta da primitiva arte cristã resume-se, em sua maioria, nos frescos e relevos das catacumbas. Neles aparecem os símbolos que iam prevalecer na nova religião: a pomba, representando a alma livre da prisão corporal; a fênix, renascendo das próprias cinzas; e o peixe, escolhido pela razão da palavra grega *i-ch-th-u-s* ser formada com as iniciais da frase *Iesous Christos theou uios soter* — "Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador". Também aparece o famoso tema do Bom Pastor, francamente exposto em uma estátua de Tânagra representando Mercúrio a conduzir um cabrito. Às vezes, os desenhos das catacumbas deixam transparecer uma certa graça pompeana, como nas flores, nas vinhas ou trepadeiras e nas aves que decoram o teto do túmulo de Santa Domitila; em regra esses desenhos eram feitos por humildes artesãos, que misturaram a clareza clássica às obscuridades orientais. Andou o cristianismo nesses séculos tão absorvido com o outro mundo que não tinha nenhum interesse em adornar este. Prosseguiu nas tradições judaicas de aversão à escultura, confundindo estatuária com idolatria e condenando-a, como também à pintura, por glorificar a nudez; em conseqüência, quanto mais se alçava o cristianismo mais decaíam as artes plásticas. O mosaico manteve-se com mais popularidade; paredes e pavimentos de basílicas e batistérios recebiam representação em mosaico de folhagens e flores, do Cordeiro Pascal e cenas dos Testamentos. Também nos sarcófagos aparecem tais cenas em rudes relevos. Entrementes iam os arquitetos adaptando a basílica greco-romana às necessidades do culto cristão. Os pequenos santuários dos antigos deuses não forneciam bons modelos para templos, destinados a comportar congregações inteiras; a espaçosa nave de basílica prestava-se melhor ao propósito, com a abside naturalmente preparada para constituir o santuário. Nesses novos templos a música sacra herdou desconfiadamente a notação grega, os modos e escalas. Muitos teólogos refranziram o sobrecenho contra o canto das mulheres na igreja ou mesmo em qualquer lugar público; porque a voz feminina pode provocar algum interesse profano no macho sempre excitável.[31] Não obstante, com freqüência as congregações expressavam em hinos a sua esperança, a sua alegria e os seus agradecimentos a Deus; e a música passou a ser um dos mais belos e sutis ornamentos da fé cristã.

Tomada em conjunto, nenhuma religião mais atraente ainda surgira na humanidade. Oferecia-se sem restrições a todos os homens, a todas as classes e povos. Não se limitava a uma só nação, como o judaísmo, nem só aos homens livres, como os cultos oficiais da Grécia e de Roma. Fazendo todos os homens herdeiros da vitória de Cristo sobre a morte, o cristianismo anunciou a igualdade fundamental de todos os homens, e fez com que as diferenças sociais não passassem de coisas terrenas e temporárias. Para os miseráveis, aleijados, aflitos, desalentados e humilhados trouxe a nova virtude da compaixão e uma nobilitante dignidade; deu-lhes a inspiradora figura, e o drama e a moral de Cristo, estimulou a vida com a esperança do advento do Reino do Céu e a felicidade eterna além-túmulo. Mesmo aos maiores pecadores prometeu perdão e plena admissão na comunidade dos salvos. Aos embaraçados com o insolúvel proble-

ma da origem e do destino, do mal e da dor, ofereceu um sistema de doutrinas divinamente reveladas, no qual as almas singelas podem encontrar o repouso mental. Aos homens e mulheres escravizados pela pobreza e o trabalho trouxe a poesia dos sacramentos e da missa, um ritual que fez de cada um dos maiores acontecimentos da vida uma cena do comovente drama de Deus e do Homem. No vazio moral de um paganismo moribundo, na frieza do estoicismo e na corrupção do epicurismo em um mundo farto de brutalidade, crueldade, opressão e caos sexual, em um império pacificado que parecia já não necessitar das virtudes viris ou de deuses da guerra, o cristianismo trouxe uma nova moral de fraternidade, bondade, decência e paz.

Assim moldada às necessidades humanas, a nova fé espalhou-se com fluida rapidez. Quase todos os convertidos tornavam-se ardentes propagandistas. As estradas, os rios e as rotas e facilidades de tráfico do Império foram determinando as linhas de penetração do cristianismo. A leste de Jerusalém, para Damasco, Edessa, Dura, Selêucia e Ctesifonte; a sul, para a Arábia, através de Bostra e Petra; a oeste, para o Egito, através da Síria; para Corinto e Tessalonica, através do Egeu, de Éfeso e da Tróade; para Brundísio, através do Adriático; para Putéolos e Roma, ultrapassando Sila e Caríbdis; ao norte da África, através da Sicília; para a Espanha e a Gália, por cima do Mediterrâneo e dos Alpes: lentamente a cruz seguia o fáscio, com as águias romanas abrindo caminho para Cristo. A Ásia Menor foi nesses séculos o reduto do cristianismo; no ano 300 a maior parte da população de Éfeso e Esmirna era cristã.[32] A nova fé foi bem acolhida no norte da África; Cartago e Hipona tornaram-se importantes centros de ensino e controvérsia cristã; deles saíram grandes padres da Igreja — Tertuliano, Cipriano, Agostinho; e foi neles que o texto da missa e a primeira tradução latina da Bíblia tomaram forma. Lá pelos fins do século III a comunidade cristã em Roma somava 100.000 membros e estava em situação de ajudar financeiramente outras congregações; por longo tempo os cristãos de Roma reclamaram para seus bispos a suprema autoridade da Igreja. Por essa época (*ca.* 300) um quarto da população do Oriente helenístico já se tinha cristianizado, o mesmo acontecendo à vigésima parte do Ocidente. "Os homens proclamam", disse Tertuliano (*ca.* 200), "que nós estamos bloqueando o Estado. Gente de todas as idades, condições e posição social se dirige para nós. Somos de ontem, mas já enchemos o mundo."[33]

II. O CONFLITO DE CREDOS

Seria de surpreender que em uma multidão de centros de cristianismos, relativamente autônomos e sujeitos a diferentes tradições e ambientes, não se desenvolvesse uma variação de credos e costumes. E em particular estava o cristianismo grego destinado a encher-se de heresias em virtude do espírito crítico dos gregos. O cristianismo só pode ser bem compreendido à luz dessas heresias, porque mesmo suprimindo-as tomava alguma coisa de sua cor ou forma.

Uma mesma fé unia as congregações esparsas: Cristo, o filho de Deus, voltaria à terra para estabelecer seu Reino, e todos os crentes seriam no Juízo Final recompensados com a Bem-Aventurança eterna. Mas os cristãos divergiam quanto à data do Segundo Advento. Quando Nero morreu, depois quando Tito arrasou o Templo e mais tarde quando Adriano destruiu Jerusalém, muitos cristãos encararam essas calamidades como sinais do Segundo Advento. Quando nos fins do século II o caos ameaçou o Império, Tertuliano e outros julgaram chegado o fim do mundo;[34] um bispo sírio le-

vou seu rebanho para o deserto a fim de receber Cristo no meio do caminho, e um bispo do Ponto desorganizou a vida da comunidade com o anúncio da volta de Jesus dentro de um ano.[35] Como todos os sinais falhassem e Cristo não aparecesse, os cristãos de maior descortino procuraram atender ao desapontamento com uma nova interpretação da data da Vinda. Ele viria, sim, mas dali a mil anos, dizia uma epístola atribuída a Barnabé;[36] ele viria, declaravam os mais cautelosos, quando a "geração" ou raça dos judeus já se achasse totalmente extinta, ou depois que o Evangelho tivesse sido pregado a todos os gentios; ou ele mandaria em seu lugar o Espírito Santo, o Paráclito, como anunciara o Evangelho de João. E afinal o Reino foi transferido da terra para o céu — dos anos de nossa vida para um éden além-túmulo. Mesmo a fé no milênio — na volta de Cristo depois de mil anos — foi contrariada pela Igreja e por fim condenada. Essa fé no Segundo Advento de Cristo estabeleceu o cristianismo; a esperança do céu preservou-o. (Milhares de cristãos, inclusive muitos que realmente praticam o cristianismo, interpretam as perturbações de nosso tempo como anúncios da próxima volta de Cristo. Milhões de cristãos, não-cristãos e ateus ainda crêem em um iminente paraíso terreal em que a guerra e a maldade cessem. Historicamente a crença no céu e a crença na utopia são baldes compensatórios em um poço: se um desce outro sobe. Quando as religiões clássicas começaram a decair, a agitação comunista encheu Atenas (430 a.C.) e a revolução estalou em Roma (133 a.C.); quando esses movimentos fracassaram, sobreveio a fé na ressurreição, que culminou no cristianismo; quando no século XVIII a fé cristã começou a enfraquecer, o comunismo reapareceu. Este jogo assegura o futuro da religião.)

Unânimes nestes pontos básicos, os cristãos dos primeiros três séculos separavam-se em cem outros. Nós erraríamos na concepção da história — meio de iluminar o presente com a luz do passado — se fôssemos esmiuçar as variedades de fés religiosas que tentaram capturar a nova Igreja e que ela teve de condenar uma depois da outra como heresias desintegrantes. O gnosticismo — a procura do conhecimento divino (*gnosis*) por meios místicos — não era tanto uma heresia como um rival; vinha de antes do cristianismo, e havia proclamado o *Soter* ou Salvador ainda antes de Jesus ter nascido.[37] Aquele mesmo Simão Mago da Samaria, que Pedro repeliu por "simonia", talvez fosse o autor da *Grande Exposição*: uma congérie de noções orientais sobre os complicados passos que podiam levar o homem à divina compreensão de todas as coisas. Em Alexandria as tradições órfica, neopitagórica e neoplatônica, fundindo-se com a filosofia do Logos de Filo, levaram Basilides (117), Valentino (160) e outros a arquitetarem estranhos sistemas de emanações divinas e "aeons" personificados do mundo. Em Edessa, Bardesanes (200) criou o siríaco literário com a descrição desses aeons em prosa e verso. Na Gália o gnóstico Marco ofereceu-se para revelar às mulheres os segredos de seus anjos da guarda; suas revelações foram lisonjeitas e bem recompensadas.[38]

O maior dos primeiros heréticos não era totalmente gnóstico, mas influenciado pela mitologia dos gnósticos. Lá por 140 um jovem de Sinope, Márcion, veio a Roma dedicar-se à complementação do trabalho de Paulo no divórcio entre o cristianismo e o judaísmo. O Cristo dos Evangelhos, dizia Márcion, descreveu como seu pai um Deus de ternura, perdão e amor; mas o Jeová do Velho Testamento era um deus duro, justiçador implacável, tirânico e belicoso. Que deus bom, perguntava Márcion, teria condenado toda a humanidade à miséria só porque alguém comeu uma maçã, ou desejou saber, ou amou uma mulher? Jeová existe e é o criador do mundo; mas fez de matéria a carne e os ossos do homem e portanto deixou a alma presa em mau invólucro. Para libertar a alma do homem um deus maior mandou seu filho à terra: Cristo apareceu já com 30 anos de idade em um corpo fantasmagórico e irreal, e com sua morte conquistou para os homens bons o privilégio de uma ressurreição puramente espiritual. Homens bons, disse Márcion, são os que, seguindo Paulo, renunciam a Jeová e à Lei judaica, repelem as

escrituras israelitas, fogem do casamento e de todos os prazeres sensuais, e dominam a carne por meio de severo ascetismo. Para propagar estas idéias lançou Márcion um Novo Testamento baseado no Evangelho de Lucas e nas cartas de Paulo. A Igreja excomungou-o e devolveu-lhe o dinheiro que ele lhe doara quando veio a Roma.

Enquanto as seitas gnóstica e marcionita espalhavam-se pelo Oriente e o Ocidente, novo heresiarca apareceu em Mísia. Montano (*ca.* 156) denunciou a crescente mundanidade dos cristãos e a autocracia cada vez maior dos bispos na Igreja; pediu o retorno à primitiva simplicidade e austeridade e restaurou para os membros das congregações o direito de profetizar. Duas mulheres, Priscila e Maximila, caíram em transe — e o que disseram tornou-se o oráculo da seita. O próprio Montano profetizou com tanta eloqüência que seus seguidores frígios — no mesmo entusiasmo religioso que anteriormente havia gerado Dioniso — deram-no como o Paráclito prometido por Cristo. Anunciou Montano que o Reino do Céu estava à mão e que a Nova Jerusalém do Apocalipse breve desceria do céu sobre uma planície vizinha. Para essa planície levou tanta gente que algumas cidades se despovoaram. Como nos primeiros dias cristãos, todos viviam em comunismo, absortos no preparo da alma para receber Cristo.[39] Quando em 190 o procônsul romano Antônio passou a perseguir o cristianismo na Ásia Menor, centenas de montanistas, ansiosos pelo éden, encheram o tribunal, reclamando o martírio. Antônio não pôde atender a todos; executou alguns e despediu a maioria com estas palavras: "Miseráveis criaturas! Se quereis morrer por que não procurais cordas e precipícios?"[40] A Igreja baniu o montanismo como heresia, e no século VI Justiniano ordenou a extinção da seita. Muitos adeptos se fecharam em suas igrejas e incendiaram-nas, morrendo queimados.[41]

E não havia fim para as heresias menores. Os Encratitas abstinham-se de carne, vinho e sexo; os Abstinentes praticavam a automortificação e condenavam o casamento como pecado; os Docetistas ensinavam a ver o corpo de Cristo como astralidade, não como carne humana; os Teodotianos consideravam-no apenas um homem; os Adopcionistas e os seguidores de Paulo de Samosata sustentavam que ele nascera homem mas alçara-se à divindade por meio da perfeição moral; os Modalistas, os Sabelianos e os Monarquianos reconheciam uma só pessoa no Pai e no Filho, os Monofisitas uma só natureza, os Monotelistas uma só vontade. A Igreja dominou-as graças a sua superior organização, a sua tenacidade doutrinal e melhor compreensão da psicologia e das necessidades dos homens.

No século III levantou-se novo perigo no Oriente. Na coroação de Sapor I (242), um jovem místico persa, Mani de Ctesifonte, proclamou-se Messias mandado à terra pelo Verdadeiro Deus para reformar a vida moral e religiosa da humanidade. Tomando elementos do zoroastrismo, do mitraísmo, do judaísmo e do gnosticismo, Mani dividiu o universo em dois reinos rivais, de Trevas e Luz; a terra pertencia ao reino das Trevas, com o homem criado por Satã. Mas sub-repticiamente os anjos do Deus da Luz haviam introduzido na humanidade alguns elementos da luz — espírito, inteligência, razão. As próprias mulheres, dizia Mani, tinham em si algumas faíscas de luz; mas a mulher constituía a obra-prima de Satã, seu principal agente no arrastar o homem ao pecado. Se o homem abandonasse o sexo, a idolatria e a feitiçaria, e conduzisse um viver ascético de vegetarianismo e jejuns, os elementos de luz nele existentes dominariam seus impulsos satânicos e o levariam à salvação. Após 30 anos de bem-sucedida pregação Mani acabou crucificado por sugestão dos sacerdotes da Magia, e sua pele foi pendurada a uma das portas de Susa. Os martírios levavam a fé aos maiores delírios de entusiasmo; o Maniqueísmo espalhou-se pela Ásia ocidental e o norte da África, imperou em Agostinho durante uma década, sobreviveu às perseguições de Diocleciano e conquistas do Islã, e manteve-se por mil anos, até a vinda de Gengis Khan.

As velhas religiões ainda estavam em maioria no Império. O judaísmo reunia seus esparsos e empobrecidos exilados nas sinagogas, em redor dos Talmudes. Os sírios continuavam a adorar os vários Baals sob nomes helenísticos e os sacerdotes egípcios mantinham fielmente seu panteão zoológico. Cibele, Ísis e Mitras continuaram com adeptos até o fim do século IV; e sob Aureliano um mitraísmo modificado conquistou a Roma oficial. Oferendas às divindades clássicas ainda enchiam os templos; ini-

ciados e candidatos continuavam a fluir para Elêusis, e por todo o Império cidadãos ambiciosos realizavam as práticas do culto imperial. Mas a vida desertara os credos clássicos. A não ser aqui e ali, eles já não davam origem à fervorosa devoção que anima as religiões. Não que os gregos e romanos abandonassem esses credos, outrora tão belos ou austeros; é que estavam perdendo a vontade de viver; pela excessiva limitação da família, ou por exaustão fisiológica, ou por causa das guerras devastadoras, o número de gregos e romanos reduzia-se tanto que os templos foram perdendo seus cultivadores, do mesmo passo que a terra.

Em 178, estando Marco Aurélio em luta contra os marcomanos no Danúbio, o paganismo fez um vigoroso esforço para defender-se. Conhecemos o fato unicamente através do livro de Orígenes, *Contra Celso*, onde *A Palavra Verdadeira* de Celso é amiúde citada. Este segundo Celso que aparece em nossa história era mais mundano que filósofo especulativo; sentia que a civilização existente estava na dependência da velha fé romana nos deuses; e resolveu defender essa fé por meio do ataque ao cristianismo, seu maior inimigo. Celso fez tão profundo estudo da nova religião que chegou a espantar o erudito Orígenes. Atacou a credibilidade das Escrituras, o caráter de Jeová, a importância dos milagres de Cristo, a incompatibilidade entre sua morte e sua divindade. Riu-se da fé na conflagração final, no Dia do Juízo e na ressurreição do corpo:

> Tolice supor que quando Deus, como um cozinheiro, acender o fogo, o resto da humanidade será assada e só os sectários de Cristo irão escapar — e não apenas os vivos, mas também os já de longo tempo mortos, os quais se erguerão da tumba com a mesma carne que tiveram em vida. É a esperança dos vermes!... Só aos simplórios, aos insensatos, podem os cristãos persuadir — escravos, mulheres e crianças, remendões, a gente comum mais ineducada... ou os loucos.[42]

Celso sentia-se alarmado com a expansão do cristianismo e com o desprezo dos cristãos pelo paganismo, o serviço militar e o Estado; como ia o Império proteger-se contra as incursões dos bárbaros em tantas fronteiras, se sua gente se entregava a esse credo pacifista? Um bom cidadão, dizia ele, deve conformar-se com a religião de seu país e de sua época e não criticar-lhe publicamente os absurdos; não importam os absurdos; o que importa é a fé unificadora que dá alicerce ao caráter e à lealdade cívica. Depois, esquecido dos insultos que lhes lançou em cima, Celso faz um apelo aos cristãos para que voltem aos velhos deuses, adorem o *genius* guardião do Imperador, e se juntem na defesa do Estado em perigo. Ninguém lhe deu atenção; a literatura pagã nem sequer o menciona, e Celso estaria completamente esquecido, se Orígenes não o houvesse refutado. Constantino foi mais psicólogo; compreendeu que uma fé morta não podia salvar Roma.

III. PLOTINO

Celso estava em desacordo com os templos; pedia aos homens que se comportassem como cépticos justamente quando eles estavam mergulhando em um mundo místico que fazia de cada homem um deus. Esta consciência dos poderes supersensíveis, base da religião, começava a prevalecer universalmente sobre o materialismo e o determinismo de uma idade mais orgulhosa. A filosofia abandonava a interpretação das experiências sensoriais, que é do domínio da ciência, para devotar-se ao estudo do mun-

do invisível. Os neopitagóricos e os neoplatônicos desenvolviam a teoria da transmigração de Pitágoras e a das Idéias Divinas de Platão dentro de um ascetismo que procurava aguçar a percepção espiritual por meio do aniquilamento dos sentidos, a fim de tornar a subir, com a autopurificação, os degraus que a alma descera na passagem do céu para o homem.

Plotino marcou o ponto culminante desta teosofia mística. Nascido em Licópolis no ano 203, era um egípcio copta de nome romano e educação grega. Aos 28 anos descobriu a filosofia, pula insatisfeito de professor em professor e por fim encontra em Alexandria o que procurava. Amônio Sacas, um cristão apóstata, estava tentando reconciliar o cristianismo com o platonismo, como fizera seu discípulo Orígenes. Depois de estudar com Amônio durante 10 anos, Plotino juntou-se a um exército que seguia para a Pérsia, na esperança de aprender a sabedoria dos magos e brâmanes. Da Mesopotâmia voltou para Antioquia, e de lá partiu para Roma (244) donde nunca mais saiu. Tão na moda esteve sua escola de filosofia que o Imperador Galieno fê-lo favorito da corte, e concordou em ajudá-lo a estabelecer na Campânia uma Platanópolis ideal, segundo os princípios da *República*, do grande filósofo; se mais tarde retirou o consentimento, talvez tenha sido para poupar a Plotino uma ignominiosa decepção.

Plotino restaurou a reputação da filosofia com sua vida de santo no meio do desregramento de Roma. Não cuidava do corpo; e na realidade, como disse Porfírio, "envergonhava-se de que sua alma tivesse um corpo".[43] Recusava sentar-se diante de um retratista porque o corpo era a parte menos importante de seu eu — uma sugestão à arte para que procure pintar a alma das criaturas. Não comia carne; só comia pão e pouco; era simples nos hábitos e bondoso em tudo. Evitava as relações sexuais, embora não as condenasse. Sua modéstia ficava bem a um homem que via a parte na perspectiva do todo. Quando Orígenes aparecia em sua classe, Plotino corava e queria pôr ponto final na preleção, dizendo: "O prazer de falar esmorece quando o prelecionista sente que seus ouvintes já nada têm a aprender com ele."[44] Não era um professor eloqüente, mas seu devotamento ao assunto e sua profunda sinceridade valiam pela melhor eloqüência. Relutantemente e só no fim da vida lançou no papel suas doutrinas. Nunca reviu os borrões, e, a despeito das correções de Porfírio, *Enéades* permanecem os mais desordenados e difíceis trabalhos da história da filosofia. (Porfírio dispôs os 54 tratados de Plotino em grupos de nove [*ennea*] sob fundamento de que na teoria de Pitágoras 9 é o número perfeito, como o quadrado de três, que é a trindade da completa harmonia[45].)

Plotino era um idealista que reconhecia a existência da matéria. Mas a matéria em si, argumentava ele, não passava da informe possibilidade da forma. Cada forma que a matéria assume provém da energia interior ou alma (*psyche*). A Natureza é o total da energia da alma, e produz a totalidade das formas existentes no mundo. A realidade mais baixa não produz a mais alta; o ser mais alto, "alma", produz o mais baixo — "forma corporal". O desenvolvimento do indivíduo desde seus começos no útero, com a lenta formação de um órgão depois do outro até a plena maturidade, é o trabalho da *psyche* ou do princípio vital dentro do indivíduo; o corpo vai-se moldando gradualmente por influxo do desejo e das diretrizes da alma. Tudo tem alma — uma energia interior que cria a forma exterior. A matéria é um mal enquanto não recebe a forma exterior madura; é um desenvolvimento interrompido; e o mal é a possibilidade do bem.

Só conhecemos a matéria por meio da idéia — através da sensação, da percepção, do pensamento; o que chamamos matéria é (como iria dizer Hume) um feixe de idéias; no máximo é alguma coisa ilusória e hipotética que toca nossas extremidades nervosas (a "permanente possibilidade de sensação" de Stuart Mill). As idéias não são materiais; a noção de extensão no espaço, ou de ocupar um lugar no espaço, obviamente lhes é inaplicável. A capacidade de ter e usar idéias é a razão (*nous*); e a razão é o cume da tríade corpo, alma e mente. A razão é determinada na exata medida de sua dependência da sensação; e é livre na mais alta forma da alma criadora, moldadora da matéria.

O corpo é tanto o órgão como o cárcere da alma. A alma sabe que ela é uma espécie de realidade mais alta que o corpo; sente sua afinidade com alguma alma de mais vastidão, alguma vida ou poder cósmico criador; e na perfeição do pensamento aspira a juntar-se de novo a essa suprema realidade espiritual da qual parece ter saído em alguma catástrofe ou desgraça primeva. Plotino rende-se aqui, palavrosamente, ao gnosticismo que ele professa rejeitar e descreve a descida da alma, por sucessivos planos, do céu ao homem corpóreo; geralmente prefere a noção hindu de que a alma transmigra da mais baixa à mais alta ou da mais alta à mais baixa forma de vida, de acordo com os vícios ou virtudes em cada encarnação. Às vezes mostra-se alegremente pitagórico: os que muito apreciam a música vão no próximo avatar tornar-se pássaros canoros, e os filósofos superespeculativos aparecerão como águias.[46] Quanto mais desenvolvida a alma, tanto mais persistentemente procura sua fonte divina, como a criança transviada de seus pais, ou o peregrino saudoso de sua casa. Se é capaz de virtude ou verdadeiro amor, da devoção às Musas ou paciente filosofia, encontrará a escada pela qual desceu e de novo subirá até seu Deus. Deixai, pois, que a alma se purifique, deixai-a desejar apaixonadamente a ignora essência, deixai-a meditar; subitamente, talvez em algum momento em que os sentidos estejam adormecidos e a matéria pare de bater nas portas da mente, a alma se sinta absorvida no oceano do ser, a espiritual e final realidade. ("Às vezes", escreveu Thoreau flutuando à deriva no lago Walden Pond, "eu deixo de viver e começo a existir.") "Quando isto acontece", diz Plotino,

> A alma vê a divindade no quanto lhe é permitido. ... E ver-se-á iluminada, cheia de luz intelectual; ou, antes, perceber-se-á como luz pura, leve, ágil, tornando-se deus.[47]

Mas que é Deus? "Ele" também é uma tríade — unidade (*hen*), razão (*nous*) e alma (*psyche*). "Além do Ser há o Um":[48] através do aparente caos da multiplicidade do mundo flui uma vida unificante. Dele (o Um) quase nada sabemos, a não ser que existe; qualquer determinação ou qualificação injustificadamente o limita; só podemos apelidá-lo Um e Primeiro, e considerá-lo Bom, como objeto de nosso supremo desejo. Desta Unidade emana o Mundo-Razão, correspondente às Idéias de Platão, os modelos formativos e as leis de todas as coisas; são, por assim dizer, os pensamentos de Deus, a Razão no Um, a ordem e a racionalidade do mundo. Desde que estas Idéias persistem enquanto a matéria se mostra um caleidoscópio de formas passageiras, são elas a única verdadeira e duradoura realidade. Mas a Unidade e a Razão, embora mantenham coeso o universo, não o criam; isso é função do terceiro aspecto da divindade — o vitalizante princípio que enche todas as coisas e lhes dá seu poder e a forma predestinada. Cada coisa, dos átomos aos planetas, possui uma alma ativante, que faz parte do Mundo-Alma; cada *Atman* é *Brahman*. A alma individual só é eter-

na como vitalidade ou energia, não como personalidade distinta.[49] A imortalidade não é a sobrevivência da personalidade; é a absorção da alma nas coisas imortais.[50]

Virtude é o movimento da alma para Deus. Beleza não é mera proporção e harmonia, como Platão e Aristóteles pensaram; mas a alma viva ou a invisível divindade nas coisas; é a predominância da alma sobre o corpo, da forma sobre a matéria, da razão sobre a coisa; e a arte é a translação dessa beleza racional ou espiritual para outro *medium*. A alma pode ser treinada para elevar-se da procura da beleza nas formas materiais ou humanas à investigação da beleza na alma oculta da Natureza e de suas leis, na ciência e na sutil ordem que a ciência revela, e finalmente na divina Unidade que liga todas as coisas, mesmo as que estão em conflito, em uma sublime e maravilhosa harmonia.[51] No fim, a beleza e a virtude se confundem — a unidade e a cooperação da parte com o todo.

> Recolhe-te em ti mesmo e olha. E se não te vires belo, procede como o escultor de uma estátua... ele desbasta aqui, amacia ali, torna esta linha mais leve, estoutra mais pura, até que um rosto cheio de beleza saia da pedra. Faze também assim: desbasta o que é excessivo, endireita o que está torto... e nunca pares de cinzelar tua estátua até que... vejas a perfeita graça no santuário imaculado.[52]

Nesta filosofia pagã sentimos a mesma atmosfera espiritual do cristianismo contemporâneo — a deslocação do interesse cívico para a religião realizada pelas almas ternas; uma fuga do Estado para Deus. Não foi por mero acidente que Plotino e Orígenes se travaram de amizade e Clemente desenvolveu em Alexandria um platonismo cristão. Plotino figura na história como o derradeiro grande filósofo do paganismo, e como Epicteto e Marco Aurélio é um cristão sem Cristo. Daí o cristianismo tê-lo aceitado quase que integralmente, linha por linha, e de muitas páginas de Agostinho ecoarem os êxtases do supremo místico. Através de Filo, João, Plotino e Agostinho, Platão conquistou Aristóteles e penetrou na mais profunda teologia da Igreja. O hiato entre a filosofia e a religião estava próximo, e pelo espaço de mil anos a razão consentiria em ser a serva da teologia.

IV. OS DEFENSORES DA FÉ

A Igreja havia conquistado alguns dos mais finos espíritos do Império. Inácio, bispo de Antioquia, deu começo à poderosa dinastia dos "Padres" pós-apostólicos que deram filosofia ao cristianismo e venceram seus adversários à força de argumentos. Condenado a ser lançado às feras por não abjurar suas crenças (108), na ida para Roma, Justino escreveu diversas cartas cuja devoção mostra como aqueles homens enfrentavam a morte:

> A todos os homens advirto que vou morrer voluntariamente por amor de Deus, se não mo impedirem. Rogo-vos que não tenhais por mim uma inoportuna benevolência. Deixai que eu seja comido pelas feras e desse modo alcance Deus. ... Antes tentar as feras para que se tornem meu túmulo e não deixem traço do meu corpo, porque assim depois que cair no meu sono não incomodarei ninguém. ... Anseio pelas feras que foram preparadas para mim. ... Que venham sobre mim o fogo e a cruz (crucifixão), lutas com animais ferozes, despedaçamento das carnes, tortura dos ossos, mutilação dos membros, esmagamento de meu corpo inteiro, todos os cruéis suplícios do diabo, se desse modo eu alcanço Jesus Cristo![53]

Quadratus, Atenágoras e muitos outros escreveram "Apologias" em favor do cristianismo, em geral dirigidas ao imperador. Minúcio Félix, em um diálogo que lembra Cícero, faz com que seu Cecílio defenda com muita habilidade o paganismo, mas seu Otávio responde com tanta cortesia que quase o persuade a se converter. Justino da Samaria vem a Roma no tempo de Antonino, abre lá uma escola de filosofia cristã e em duas eloqüentes "Apologias" procura convencer ao imperador e a "Verissimo, o Filósofo", de que os cristãos eram leais cidadãos, pagavam as taxas prontamente e, se tratados amigavelmente, podiam tornar-se valioso suporte do Estado. Por alguns anos conduziu sua escola sem ser molestado; mas a mordacidade de sua língua criou-lhe inimigos, e em 166 um filósofo rival fez com que as autoridades o prendessem e o condenassem à morte com mais seis adeptos. Vinte anos mais tarde Irineu, bispo de Lião, desfechou poderoso golpe em prol da unidade da Igreja no seu *Adversus Haereses,* lançado contra todos os heréticos. O único meio de salvar o cristianismo da desintegração em mil seitas, disse Irineu, era todos os cristãos aceitarem humildemente uma autoridade doutrinal — os decretos dos conselhos episcopais da Igreja.

O mais rijo lutador em prol do cristianismo nessa fase foi Quinto Septímio Tertuliano, de Cartago. Nascido por volta de 160, filho de um centurião romano, estudou retórica na mesma escola cursada por Apuleio; e durante anos advogou em Roma. Já em plena maturidade foi convertido ao cristianismo, desposou uma cristã, renunciou a todos os prazeres pagãos, e (diz Jerônimo) ordenou-se padre. Todas as artes e recursos que aprendera da retórica e da advocacia ele os pôs a serviço do cristianismo e com o ardor do convertido. O cristianismo grego era teológico, metafísico e místico; Tertuliano criou um cristianismo grego ético, jurídico, prático. Possuía o vigor e a virulência de Cícero, a veia satírica de Juvenal e, às vezes, rivalizava com Tácito na ácida concentração do estilo. Irineu havia escrito em grego; com Minúcio e Tertuliano, a literatura cristã no Ocidente se torna latina, e a literatura latina se faz cristã.

No ano 197, enquanto os magistrados romanos em Cartago julgavam os cristãos por crime de deslealdade ao Império, Tertuliano dirigiu a um tribunal imaginário a mais eloqüente de suas obras — o *Apologeticus.* Nele assegura que os cristãos "andam sempre rezando por todos os imperadores... por uma sólida dinastia, bravos exércitos, um Senado fiel e um mundo calmo".[54] Exaltou a grandeza do monoteísmo e apontou em escritores pré-cristãos passagens que o previam. *O testimonium animae naturaliter christianae!*, exclamou numa frase feliz — "Vede o testemunho da alma naturalmente cristã!"[55] Um ano mais tarde, passando da defesa persuasiva ao ataque violento, lançou o *De Spectaculis,* desdenhosa denúncia dos teatros romanos como cidadelas da obscenidade, e dos anfiteatros como a culminância da desumanidade. E conclui com uma severa ameaça:

> Outros espetáculos virão — e o último será o Dia do Juízo... quando todo este velho mundo e suas gerações serão consumidos pelo fogo. Que tremendo não será o espetáculo nesse dia! Como me regalarei, como me rirei e me rejubilarei de ver tantos reis — supostamente recebidos no céu — gemendo nas profundezas das trevas! — e os magistrados que perseguiram o nome de Jesus derretendo-se em fogo mais violento que o que eles acenderam contra os cristãos! — sábios e filósofos vexando-se diante de seus discípulos enquanto ardem juntos!... e atores trágicos urrando agora a sua própria tragédia, e lépidos foliões mais lépidos agora no fogo, e corredores de carro ardendo em carros de fogo![56]

Semelhante violência de imaginação não conduz à ortodoxia. Com o mesmo ímpeto com que na mocidade procurava o prazer, Tertuliano no começo da velhice volta-se

para a feroz denúncia de todas as consolações que não fossem as da fé e esperança. Tratava a mulher da maneira mais rude, como a "porta por onde os demônios entram", e dizia "que por causa delas Jesus morrera".[57] Anos antes entregara-se à filosofia e escrevera obras como *De Anima,* na qual aplicava ao cristianismo a filosofia estóica; agora renunciava a todo raciocínio que não estivesse ligado à Revelação, e rejubilava-se da incredibilidade de seu credo. "O filho de Deus morreu: isso é crível justamente porque é absurdo (*ineptum*). Foi enterrado e ressurgiu: isso é certo justamente porque é impossível."[58] Mergulhado em melancólico puritanismo, aos 58 anos repudiou a Igreja ortodoxa como muito profana e abraçou o montanismo como mais próximo dos ensinamentos de Cristo. Condenou todos os cristãos que se tornavam soldados, artistas ou funcionários públicos; todos os pais que não impunham o véu às filhas; todos os bispos que chamavam à comunhão pecadores arrependidos; e finalmente acusou o papa de *pastor moechorum* — "pastor de adúlteros".[59]

A despeito de Tertuliano, a Igreja prosperou na África. Bispos hábeis como Cipriano tornaram a diocese de Cartago quase tão rica e influente como a de Roma. Já no Egito foi mais moroso o crescimento da Igreja, e seus princípios se perderam para a história; é de súbito, já nos fins do século II, que ouvimos falar de uma "Escola Catequista" em Alexandria, que casou o cristianismo com a filosofia grega e produziu dois grandes padres da Igreja. Clemente e Orígenes eram muito versados na literatura pagã, que amavam à sua moda; se houvesse prevalecido o espírito de ambos, a cisão entre o cristianismo e a cultura clássica teria sido menos destruidora.

Andava Orígenes Adamâncio nos 17 anos (202) quando seu pai foi preso como cristão e condenado à morte. Orígenes quis acompanhá-lo no martírio e para retê-lo sua mãe teve de esconder toda a sua roupa. Mandou então cartas de encorajamento ao pai: "Cuidado! Não mude de idéias por nossa causa."[60] Decapitado o chefe da família, coube ao jovem Orígenes tomar conta da viúva e seis crianças. Os muitos martírios que viu exaltaram-lhe a piedade e fizeram-no adotar a vida ascética. Jejuava muito, dormia pouco e no chão nu, andava descalço, sujeitava-se ao frio e à quase nudez; por fim, em conseqüência de rigorosa interpretação de uma passagem de Mateus (XIX, 12), emasculou-se. ("A prática de Orígenes era alegorizar as Escrituras", diz Gibbon, "e foi pena que só neste caso tomasse em sentido literal o que leu."[61]) Em 203 sucedeu a Clemente como chefe da Escola Catequista. Embora apenas com 18 anos, sua cultura e sua eloqüência atraíam muitos discípulos, tanto cristãos como pagãos, e a fama do jovem mestre espalhou-se pelo Império.

Muitos informantes da época admitem que seus "livros" chegaram ao número de seis mil, na maioria, sem dúvida, pequenos opúsculos; mesmo assim Jerônimo perguntou: "Quem pode ler tudo quanto ele escreveu?"[62] Apaixonado da Bíblia, que em menino tanto decorou que a teve integrada em seu cérebro, Orígenes despendeu 20 anos, ajudado por um corpo de estenógrafos e copistas, a dispor em colunas paralelas o texto hebraico do Velho Testamento, uma versão grega literal, e as traduções gregas dos Septuaginta, de Aquila, Símaco e Teodósio. (Desta *Hexapla* [six-folio] só se salvaram fragmentos. Também se perdeu o *Tetrapla* que continha as quatro traduções gregas.) Comparando essas diversas variantes e recorrendo a seu conhecimento do hebraico, Orígenes deu à Igreja uma tradução dos Septuaginta correta. E não contente ajuntou comentários, alguns de grande desenvolvimento, a cada livro da Bíblia. No *Peri archon,* "Primeiros Princípios", realizou a primeira exposição ordenada e filosófica da doutrina cristã. Em uma "Miscelânea" (*Stromateis*) empreendeu demons-

trar todos os dogmas cristãos com os escritos dos filósofos clássicos, e para aligeirar a tarefa recorreu ao método alegórico com o qual os filósofos pagãos tinham feito Homero fazer as pazes com a razão, e Filo reconciliara o judaísmo com a filosofia grega. A significação literal da Escritura, argumentava Orígenes, esconde dois profundos sentidos, o moral e o espiritual — que só uns poucos homens de cultura esotérica alcançam. Daí pôr em dúvida a interpretação literal do Gênesis; Orígenes explicava como símbolos os desagradáveis aspectos de Jeová em suas relações com Israel; e descartava como lendas históricas tais como a de Satã levando Jesus para o alto da montanha e oferecendo-lhe o mundo.[63] Às vezes as narrativas bíblicas eram inventadas como meio de carrear alguma verdade espiritual.[64] "Que homem sensato", dizia ele,

> suporá que o primeiro, segundo e o terceiro dia, e a tarde e a manhã existiram antes de existir o sol, a lua e as estrelas? Quem é tão tonto que creia que Deus, como um hortelão, plantasse um jardim no Éden e nele colocasse uma árvore da vida... para que quem provasse de seu fruto obtivesse a vida?[65]

À proporção que Orígenes se desenvolve torna-se claro que é um estóico, um neopitagórico, um platônico e um gnóstico fundidos em um deliberado cristão. Teria sido muito pedir a um homem que abandonasse a fé em prol da qual publicou mil volumes e se podou da virilidade. Como Plotino, havia Orígenes estudado com Amônio Sacas, de modo que às vezes torna-se difícil distinguir a filosofia dos três. Deus em Orígenes não é Jeová, é o Primeiro Princípio de todas as coisas. Cristo não é a figura humana descrita no Novo Testamento, é o Logos ou Razão que organiza o mundo; e como tal foi criado por Deus, o Pai, ao qual se subordinava.[66] Em Orígenes, como em Plotino, a alma antes de chegar a Deus passa por uma sucessão de fases. Mesmo as mais puras sofrem por algum tempo no Purgatório; mas no fim todas as almas se salvam. Depois da "conflagração final" sobrevirá outro mundo com sua comprida história, e depois outro e mais outro... Cada mundo representará um aperfeiçoamento em relação ao anterior, e toda a vasta seqüência lentamente realizará o desígnio de Deus.[67]

Não nos admiramos que Demétrio, bispo de Alexandria, olhasse com alguma dúvida para o brilhante filósofo que adornava sua diocese e se correspondia com imperadores. Demétrio recusou-se a ordenar Orígenes sob pretexto de que a emasculação o desqualificava; mas durante uma viagem pelo Oriente Próximo dois bispos da Palestina ordenaram-no. Demétrio protestou como prejudicado em seus direitos e reunindo um sínodo de padres anulou a ordenação de Orígenes e o baniu de Alexandria. Orígenes mudou-se para Cesaréia, continuando seu trabalho de professor. Lá escreveu a famosa defesa do cristianismo *Contra Celsum* (248). Equanimemente admitiu a força dos argumentos de Celso; mas respondeu que para cada dificuldade e improbabilidade na doutrina cristã havia incredibilidades muito piores no paganismo. E não concluiu que ambas as crenças eram absurdas. Mas sim que a fé cristã oferecia um caminho mais nobre que o proporcionado por um credo idólatra moribundo.

Em 250 a perseguição de Décio atingiu Cesaréia. Orígenes, então com 65 anos, foi preso, submetido à tortura e com cadeias e coleira de ferro ao pescoço conservado no cárcere por muitos dias. Nesse ínterim morre Décio e ele recobra a liberdade. Só viveu mais três anos; porém a tortura havia afetado mortalmente um corpo já enfraquecido pelo ascetismo. Finou-se tão pobre como quando começou a ensinar — e com a fama

do maior cristão de seu tempo. Quando suas heresias começaram a divulgar-se, a Igreja achou de bom aviso repudiá-lo; em 400 o Papa Anastácio condenou suas "blasfemas opiniões", e em 553 o Concílio de Constantinopla excomungou-o. Não obstante, quase todos os sábios cristãos dos séculos seguintes muito aprenderam com ele e muito recorreram a suas obras; e sua defesa do cristianismo impressionou os pensadores pagãos como nenhuma "apologia" o tinha feito antes. Com Orígenes o cristianismo deixou de ser apenas uma fé reconfortadora; tornou-se uma filosofia amadurecida, escorada pelas Escrituras mas orgulhosamente alicerçada na razão.

V. A ORGANIZAÇÃO DA AUTORIDADE

A Igreja pode ser desculpada da condenação de Orígenes: o princípio da interpretação alegórica, método de Orígenes, não só permitia provar todas as coisas como também de um golpe arrasava as narrativas das Escrituras e a vida terrena de Jesus; ele restaurava o livre exame individual ao mesmo tempo que se propunha a defender a fé. Defrontada pela hostilidade de um governo poderoso, a Igreja sentia a urgência da unidade; não podia deixar-se dividir em cem partes fracas, ficando ao sabor de todos os ventos do intelecto, dos heréticos desleais, dos profetas extáticos ou de seus mais brilhantes filhos. O próprio Celso havia sarcasticamente observado que os cristãos "se dividiam em muitas facções, cada um desejando ter o seu próprio partido".[68] Lá por 187 Irineu colecionou 20 variedades de cristianismo; em 384 Epifânio contou 80. Por toda parte idéias estrangeiras estavam parasitando a fé cristã, e os cristãos deixavam-se atrair pelas novas seitas. A Igreja sentiu que sua juventude experimental chegara ao fim e aproximava-se a maturidade; era preciso definir seus termos e proclamar as condições a que tinham de sujeitar-se os fiéis. Três passos eram indispensáveis e todos difíceis: o estabelecimento de uma Escritura-padrão, a fixação da doutrina e a organização da autoridade.

A literatura cristã no século II abundou em evangelhos, epístolas, apocalipses e "atos". Largamente diferiam os fiéis na aceitação dessas fontes, cada qual se orientando por suas preferências pessoais. As igrejas do Ocidente aceitavam o Livro da Revelação; as igrejas do Oriente geralmente o rejeitavam; quanto ao Evangelho segundo os hebreus e as Epístolas de Tiago dava-se o inverso — o Oriente os aceitava e o Ocidente não. Clemente de Alexandria cita como escritura sagrada uma obra aparecida no fim do século I, *O Ensino dos Doze Apóstolos*. A publicação de um Novo Testamento por Márcion forçou a mão da Igreja. Não sabemos quando os livros de nosso atual Novo Testamento foram determinados como canônicos, isto é, como autênticos e inspirados; só podemos dizer que um fragmento latino descoberto por Muratori em 1740, assinalado como escrito por volta de 180, faz-nos ver que por esse tempo os cânones já estavam fixados.

No século II os concílios eclesiásticos ou sínodos entraram a reunir-se com progressiva freqüência, mas no século III já se limitavam aos bispos, os quais no fim desse século foram reconhecidos como os árbitros finais da fé "católica", isto é, do cristianismo universal. A ortodoxia sobreviveu à heresia porque satisfez à necessidade de um credo definido que pudesse moderar a disputa e acalmar a dúvida, e porque era sustentada pelo poder da Igreja.

O problema da organização dependia da determinação do centro do poder da Igreja. Depois do enfraquecimento da sede *mater* em Jerusalém, as congregações individuais, não filiais ou protegidas por outras eram autônomas. Mas a igreja de Roma alegava ter sido fundada por Pedro e citava as palavras de Jesus: "Tu és Pedro (hebraico, *Cephas*; grego, *Petros*) e sobre esta pedra (hebraico, *cephas*; grego, *petra*) construirei a minha igreja, e as portas do inferno não

prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus; o que ligares sobre a terra será ligado nos céus; e o que desligares na terra será desligado nos céus."[69] Essa passagem é tida como enxerto, um puro trocadilho como os de Shakespeare, mas há a probabilidade de que se não foi Pedro quem estabeleceu a colônia cristã em Roma, pelo menos nela pregou e nomeou seus bispos.[70] Informa Irineu (187) que Pedro "cometeu às mãos de Lino o ofício do episcopado"; Tertuliano (200) confirma esta tradição; e Cipriano (252), bispo de Cartago, a grande rival de Roma, incitava todos os cristãos a aceitarem o primado da sé de Roma.[71]

Os primeiros ocupantes do "trono de S. Pedro" não deixaram marcas na história. O terceiro, o Papa Clemente, aparece como o autor de uma carta escrita mais ou menos em 96 à igreja de Corinto, conclamando seus membros a manter a ordem e a harmonia;[72] nessa carta o bispo de Roma fala autoritariamente aos cristãos de uma remota igreja. Os outros bispos, embora reconhecendo o "primado" do bispo de Roma, amiúde lhe desafiavam o poder de revogar suas decisões. (A palavra *papa*, "pai", era nos primeiros três séculos aplicada a qualquer bispo cristão.) As igrejas orientais celebravam a Páscoa no dia 14 do mês judaico de Nisan, em qualquer dia da semana que caísse; as igrejas ocidentais adiavam a festa para o próximo domingo. Policarpo, bispo de Esmirna, ao visitar Roma por volta do ano 156 tentou convencer Aniceto, bispo de Roma, a adotar no Ocidente a data da Páscoa usada no Oriente; em represália à recusa rejeitou o convite de Aniceto para que o Oriente aceitasse a data do Ocidente. O Papa Vítor (190) repetiu o convite de Aniceto mas autoritariamente; os bispos da Palestina obedeceram, os da Ásia Menor não. Vítor mandou cartas às congregações cristãs excomungando as igrejas recalcitrantes; muitos bispos, mesmo no Ocidente, protestaram contra a severidade da medida e aparentemente o Papa não insistiu.

Seu sucessor Zeferino (202-18) era um "homem simples e analfabeto".[73] Para auxiliá-lo na administração elevou ao arquidiaconato um homem de mais inteligência que moralidade. Calisto, dizem seus adversários, começou como escravo, chegou a banqueiro, dissipou os fundos a ele entregues e foi condenado a trabalhos forçados; depois de solto promoveu um tumulto em uma sinagoga, foi condenado às minas da Sardenha, fugiu por meio da inserção de seu nome na lista dos perdoados e viveu 10 anos difíceis em Âncio. Quando Zeferino o encarregou do cemitério papal, Calisto o transferiu para a Via Ápia, para a catacumba que traz seu nome; e quando por morte de Zeferino, Calisto subiu ao papado, Hipólito e outros padres o denunciaram como incompetente e estabeleceram um papado rival (218). Diferenças doutrinais vieram acentuar o cisma: Calisto desejava readmitir na Igreja todos os que depois do batismo haviam cometido pecados mortais (adultério, homicídio, apostasia) mas tinham professado sua penitência. Hipólito, considerando calamitosa tal leniência, escreveu uma *Refutação de Todas as Heresias*, com especial atenção a essa. Calisto excomungou-o e vigorosamente afirmou a autoridade suprema da sé romana sobre toda a cristandade.

O cisma de Hipólito terminou em 235, mas sob o Papa Cornélio (251-53) a heresia renasceu com Novato em Cartago e Novaciano em Roma — os quais estabeleceram igrejas cismáticas dedicadas à terminante exclusão dos pecadores pós-batismais. O Concílio de Cartago, sob Cipriano, e o de Roma, sob Cornélio, excomungaram os dois grupos. O apelo de Cipriano em prol de Cornélio fortaleceu o papado; mas quando o Papa Estefânio I (254-57) estabeleceu que os heréticos reconvertidos não necessitavam de novo batismo, Cipriano chefiou um sínodo de bispos africanos que repeliu o decreto. Estefânio, como novo Catão, excomungou-os nessa Guerra Púnica eclesiástica; sua morte prematura foi providencial: arrefeceu a briga e impediu a divisão da poderosa igreja africana.

A despeito desses avanços e recuos, a sé romana foi gradualmente aumentando seu poder. A riqueza de que já dispunha e suas caridades ecumênicas exaltavam-lhe o prestígio; de todas as partes do mundo cristão lhe vinham consultas sobre pontos de importância; e a igreja de Roma tomou a si o repúdio e o combate das heresias e a fixação canônica das Escrituras. Faltavam-lhe elementos como Tertuliano, Cipriano, Orígenes, e por esse motivo dava mais atenção à organização do que à teoria; passou a construir e a governar enquanto as outras escreviam e falavam. Cipriano rebelou-se;

mas fora ele que em seu *De Catholicae Ecclesiae Unitate* aclamou a sé ou sede de Pedro (*cathedra Petri*) como centro e o vértice da cristandade e proclamou ao mundo aqueles princípios de solidariedade, unanimidade e persistência que têm sido a força da Igreja Católica.[74] Lá pelo meio do século III a posição e os recursos do papado já eram tão fortes, que Décio confessou preferir como rival um imperador romano a um papa.[75] A capital do Império tornou-se naturalmente a capital da Igreja.

Como a Judéia havia dado ao cristianismo a ética e a Grécia lhe dera a teologia, Roma agora lhe estava dando a organização; tudo isto, com uma dúzia de credos rivais absorvidos, entrava na síntese cristã. A igreja não se limitou a tomar algumas formas e costumes religiosos da Roma pré-cristã — a estola e outras vestes sacerdotais, o uso do incenso e da água benta nas purificações, os círios e a luz perpetuamente acesa nos altares, a veneração dos santos, a arquitetura da basílica, a lei romana como base da lei canônica, o título de *Pontifex Maximus* para o Supremo Pontífice, e no século IV o latim como a língua oficial da Igreja. O grande legado de Roma à Igreja foi uma vasta estrutura de governo, que quando a autoridade secular desabou veio a tornar-se a estrutura do governo eclesiástico. Em breve os bispos, em vez dos prefeitos romanos, seriam a fonte da ordem e a sede do poder nas cidades, os metropolitanos, ou arcebispos, iriam sustentar, senão suplantar, os governadores provinciais; e o sínodo dos bispos sucederia à Assembléia provincial. A Igreja Romana seguiu nas pegadas do Estado Romano; conquistou as províncias, embelezou a capital e estabeleceu a disciplina e a unidade de fronteira a fronteira. Roma faleceu ao dar nascimento à Igreja; a Igreja amadureceu com a herança e aceitação das responsabilidades de Roma.

CAPÍTULO XXIX

O Colapso do Império

193 — 305

I. UMA DINASTIA SEMÍTICA

A 1º de janeiro de 193, poucas horas depois do assassínio de Cômodo, o Senado reuniu-se exultante, e escolheu como imperador um de seus mais respeitados membros, cuja a administração como prefeito da cidade se mantivera dentro das mais puras tradições dos Antoninos. Pertinaz aceitou sem relutância a dignidade tão alta quanto perigosa. Comportou-se no poder "como um homem comum", diz Herodiano,[1] assistia a conferências de filósofos, estimulava a literatura; encheu o tesouro, apesar de reduzir as taxas, com a venda em leilão dos objetos de ouro e prata, os bordados, as sedas e as belas escravas com que Cômodo enchera o palácio imperial; "de fato fez tudo", diz Dion Cássio, "que um bom imperador deve fazer".[2] Os libertos, que com aquelas economias tinham perdido suas achegas, passaram a conspirar com a Guarda Pretoriana, também mal satisfeita com o restabelecimento da disciplina. A 28 de março, 300 soldados, forçando a entrada no palácio, atacaram e mataram o imperador e levaram-lhe a cabeça para o acampamento na ponta de uma lança. O povo e o Senado afligiram-se e encolheram-se.

Lá no acampamento os chefes da Guarda anunciaram que dariam a coroa a quem por ela oferecesse maior lance. Didio Juliano foi persuadido pela mulher e a filha a interromper a refeição que fazia para entrar na disputa. Correndo ao acampamento encontrou um candidato a oferecer a cada soldado cinco mil dracmas ($3.000) em troca do trono. Os leiloeiros da Guarda passavam de um milionário a outro, estimulando os lances. Juliano chegou até 6.250 dracmas — e os pretorianos lhe entregaram o trono.

Indignado com aquela indignidade, o povo de Roma apelou às legiões na Bretanha, na Síria e na Panônia. E as legiões, também indignadas de não terem sido incluídas no jogo, saudaram seus respectivos generais com o título de imperador, e marcharam para Roma. O comandante panoniano, Lúcio Septímio Severo Geta, ganhou o Principado à força de intrepidez, experiência e suborno. Comprometeu-se a dar a cada soldado 12.000 dracmas depois da acessão; levou-os em um mês do Danúbio até 70 milhas de Roma; conquistou a adesão das forças mandadas contra ele, e a dos pretorianos, com a promessa de perdão em troca da entrega dos chefes. Violou os precedentes entrando na cidade com todas as suas tropas em armas, mas atenuou o feito aparecendo em trajes civis. Um tribuno encontrou Juliano em lágrimas no palácio, apavorado; levou-o ao banheiro e decapitou-o (2 de junho de 193).

A África, que por esse tempo fornecia ao cristianismo seus mais hábeis defensores, também dera o nascimento (146) a Septímio. Oriundo de família fenícia, estudou literatura e filosofia em Atenas e advogou em Roma. Apesar do sotaque semítico de seu latim, figurava entre os romanos mais bem-educados da época; e gostava de rodear-se de poetas e filósofos. Mas não deixava que a filosofia interferisse com suas guerras, nem que os poetas lhe amolentassem o caráter. Era homem de belo físico, forte, simples no vestir, de grande resistência, hábil na estratégia, intimorato na batalha e impiedoso na vitória. Conversava com espírito, julgava com penetração, mentia sem escrúpulos, punha o dinheiro acima da honra e governou com crueldade e competência.[3]

O Senado cometera o erro de declarar-se pelo seu rival Albino; Severo rodeou a casa com 600 homens e forçou-o a confirmar seu acesso ao poder; depois condenou à morte dezenas de senadores e confiscou tantas propriedades da aristocracia que se viu o dono de metade da península. Reformou o Senado com elementos de sua nomeação, tomados sobretudo do Oriente monárquico. Os grandes legistas da época — Papiniano, Ulpiano, Paulo — acumularam argumentos em defesa do poder absoluto. Septímio ignorava o Senado, exceto quando lhe remetia ordens; assumiu o pleno controle das várias tesourarias, baseou seu governo abertamente no exército e fez do Principado uma monarquia militar hereditária. Aumentou as forças e a paga dos soldados, tornando-a um dreno exaustivo dos fundos públicos. Tornou o serviço militar obrigatório, mas proibido aos habitantes da Itália; dali por diante as legiões provincianas iriam escolher os imperadores de uma Roma que já havia perdido a força para governar.

Este guerreiro realista acreditava em astrólogos e primava na interpretação de portentos e sonhos. Quando seis anos depois de sua acessão lhe morreu a primeira esposa, desposou uma opulenta dama síria, cujo horóscopo lhe assinalava um trono. Júlia Domna era filha de um sacerdote do deus Elagábalo, em Êmesa. Já de longo tempo havia caído nessa cidade um meteorito que a população abrigou em suntuoso templo e adorava como símbolo ou o próprio corpo da deidade. Júlia subiu ao trono prometido e deu a Septímio dois filhos, Caracala e Geta. Era mulher de muita beleza para manter-se monógama, e Septímio vivia muito ocupado para ter ciúmes. Júlia formou a seu redor uma corte de homens de letras e artistas, e persuadiu Filóstrato a escrever e enfeitar a vida de Apolônio de Tiana. A influência e o caráter forte dessa mulher aceleraram a asiatização da monarquia, fazendo com que o Principado culminasse moralmente em Elagábalo e politicamente em Diocleciano.

De seus 18 anos como imperador, Septímio deu 12 à guerra. Destruiu seus rivais em campanhas rápidas e ferozes; arrasou Bizâncio depois de um assédio de quatro anos — e desse modo destruiu uma das barreiras à expansão dos godos; invadiu a Pártia, tomou Ctesifonte, anexou a Mesopotâmia e precipitou a queda dos reis arsácidas. Na velhice, já a sofrer da gota mas receoso que seu exército amolecesse com os cinco anos de paz, chefiou uma expedição à Caledônia. Depois de custosas vitórias contra os escoceses, retrocedeu à Bretanha e recolheu-se a York para morrer (211). "Fui tudo", disse ele, "e nada vale a pena."[4] Conta Herodiano que Caracala "muito se aborreceu com a lentidão do fim de seu pai... e pediu aos médicos que o despachassem como pudessem".[5] Septímio censurara o grande Aurélio por haver entregue as rédeas do governo a Cômodo, e agora os legava a Caracala e Geta com um conselho

cínico: "Enriquecei vossos soldados e não vos incomodeis com mais nada."[6] Foi o último imperador que durante 80 anos iria morrer na cama.

Caracala, do mesmo modo que Cômodo, parece ter vindo ao mundo como demonstração de que a quota de energia de um homem raramente lhe permite ser por igual grande na vida e na semente. (O nome Caracala deriva da longa túnica à moda gaulesa que usava; seu verdadeiro nome era Bassiano; como imperador chamou-se Marco Aurélio Antonino Caracala.) Gentil na juventude, depois da virilidade tornou-se um bárbaro maníaco de caçadas e guerras. Capturava javalis ferozes, lutou peito a peito com um leão; tinha sempre leões a seu redor no palácio, um deles como ocasional companheiro de mesa e cama.[7] Muito apreciava a companhia de gladiadores e soldados; esquecia senadores a criar bolor nas antecâmaras enquanto ele preparava comidas e bebidas para tais companheiros. Não querendo que seu irmão compartilhasse do Império, mandou assassiná-lo em 212; Geta foi morto nos braços de sua mãe, que teve suas vestes manchadas de sangue. Informam-nos de que Caracala condenou à morte 20.000 amigos de Geta, além de numerosos cidadãos e quatro Virgens Vestais por ele acusadas de impuras.[8] Entrando o exército a murmurar por causa do assassínio de Geta, ele o silenciou com um donativo equivalente à soma de todo o dinheiro que Septímio reunira no tesouro. Favoreceu os soldados e os pobres à custa das classes ricas e aristocráticas; mas cumpre advertir que estas histórias nós as tomamos de Dion Cássio, vingativo senador. Ansioso por mais dinheiro, elevou o imposto de transmissão a 10 por cento; e notando que essa taxa recaía apenas sobre os cidadãos romanos, estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império (212); desse modo adquiriram a franquia exatamente quando ela impunha o máximo de obrigações e outorgava o mínimo de poder. Caracala contribuiu para o embelezamento da capital com o arco em honra de Septímio Severo, que ainda existe, e banhos públicos monumentais. Sua mãe detinha as rédeas do poder civil; a ele cabiam as campanhas.

Caracala fizera Júlia Domna secretária *a libellis* e *ab epistulis* — de petições e correspondência. Figurava com ele, ou o substituía, nas recepções dos altos membros do Estado ou embaixadores; e à boca pequena corria que ela o controlava por processos incestuosos; eram Jocasta e Édipo, diziam as más línguas de Alexandria. Parte por causa desses insultos, parte por temer que o Egito se revoltasse enquanto ele estivesse na Pártia, Caracala visitou Alexandria e presidiu a matança (dizem-nos) de todos os alexandrinos capazes de pegar em armas.[9]

Não obstante, o fundador daquela cidade sempre fora seu modelo e sua inveja. Caracala organizou com 16.000 homens sua "falange de Alexandre", equipada com as armas antigas da Macedônia, e sonhou com a conquista da Pártia ao modo como Alexandre conquistara a Pérsia. Procurava ser bom soldado, compartilhava da alimentação e dos trabalhos de seus homens, ajudando-os na construção de trincheiras e pontes; comportava-se valentemente nas refregas, muitas vezes desafiando o inimigo para combate singular. Mas seus homens não se mostravam tão empenhados na campanha da Pártia; preferiam despojos à luta; e em Carras, onde Crasso perecera, foi Caracala apunhalado em 217. Macrino, o prefeito da Guarda Pretoriana, proclamou-se imperador e ordenou ao relutante Senado que promovesse Caracala a deus. Júlia Domna foi banida para Antioquia; privada de tudo depois de seis anos de grandeza — Império, marido e filhos — recusou qualquer alimentação e deixou-se morrer.[10]

Domna possuía uma irmã, Júlia Mesa, de tantas capacidades quanto as suas. Voltando a Êmesa esta segunda Júlia encontrou lá dois netos muito promissores. O pri-

meiro, filho de sua filha, Júlia Soemias, era um jovem sacerdote de Baal, de nome Vário Avito — o futuro Elagábalo — o "deus criador". (Erradamente transformado pelos escritores latinos em Heliogábalo — "o deus-sol".) O outro, filho de sua outra filha, Júlia Maméia, era um menino de 10 anos de nome Alexiano — o futuro Alexandre Severo. Embora Vário fosse filho de Vário Marcelo, Mesa espalhou o boato de que ele era filho natural de Caracala e deu-lhe o nome de Bassiano; o Império valia a reputação de sua filha — e Marcelo foi morto. Os soldados romanos na Síria, já meio conquistados pelos cultos locais, sentiam um piedoso respeito pelo sacerdotezinho de 14 anos; além do que Mesa sugeriu que se eles pusessem Elagábalo no trono ela os presentearia regiamente. Foi aceito o acordo. E o dinheiro de Mesa também venceu o exército contra ela enviado. Quando Macrino em pessoa apareceu com uma respeitável força e os mercenários sírios vacilaram, Mesa e Soemias saltaram de seus carros e conduziram o vacilante exército à vitória. Os homens da Síria eram mulheres e as mulheres, homens.

Na primavera de 219 entrou Elagábalo em Roma vestido de seda púrpura bordada a ouro, com as faces pintadas de carmim, os olhos artificialmente dilatados, braceletes nos braços, colar de pérolas ao pescoço, e uma brilhante coroa em sua cabeça de menino. Lado a lado, sua avó e sua mãe, cavalgando pomposamente. Em sua primeira aparição no Senado o novo soberano pediu que sua mãe ali se sentasse com ele e atendesse às deliberações. Soemias teve o bom senso de retirar-se e contentar-se com presidir o *Senaculum*, ou o pequeno Senado de mulheres que Sabina, a esposa de Adriano, havia constituído e só tratava de coisas femininas — modas, jóias, precedências, etiquetas. A vovó Mesa iria governar o Estado.

O imperador-menino era dotado de certo encanto. Não lançou mão de represálias contra os seguidores de Macrino. Gostava de música, tocava órgão e trompa, e cantava bem. Como fosse muito criança para governar o Império, só pedia permissão para gozá-lo. O Prazer, não Baal, era o seu deus — e mostrou-se resolvido a adorá-lo em todos os seus gêneros e formas. Convidava toda gente a visitar o palácio e muitas vezes bebeu e comeu com os visitantes e com eles se divertiu; brindava-os com prêmios de rifa que iam de uma casa mobiliada a um punhado de moscas. Gostava de pregar peças nos hóspedes: fazê-los sentar em coxins inflamados que subitamente estouravam; embriagá-los e deixá-los errar sem armas entre leões, ursos e panteras. Lamprídio assegura que Elagábalo nunca despendeu menos de 100.000 sestércios ($10.000) — certas vezes chegou até três milhões — nos banquetes dados aos amigos. Misturava moedas de ouro na ervilha, gemas nas lentilhas, pérolas no arroz, âmbar nas vagens; presenteava os hóspedes com cavalos, carros ou eunucos; freqüentemente fazia com que cada hóspede levasse os talheres e copos de prata que tinham usado. E para seu uso próprio, só o que houvesse de melhor no mundo. A água de suas piscinas tinha de ser perfumada com essência de rosas; as torneiras de seus banheiros eram de ônix e em sua mesa só apareciam as mais caras raridades; seu vestuário cintilava de pedras preciosas; e diziam no palácio que nunca usava o mesmo anel duas vezes. Quando saía de Roma, eram precisos 600 carros para a sua bagagem. Prevenido por um adivinho de que ia acabar de morte violenta, preparou cuidadosos e preciosos meios de suicídio — cordas de seda macia, espadas de ouro, venenos encerrados em safiras e esmeraldas.[11] Acabou sendo morto em uma latrina.

Provavelmente seus inimigos da classe senatorial inventaram, ou muito exageraram, estas histórias; e as relativas a sua depravação sexual excedem os limites do crível.

O certo é que perfumava seu sexualismo com a piedade, e planejou difundir entre os romanos o culto de seu Baal sírio. Fez-se circuncidar e pensou até em emascular-se em honra do deus. De Êmesa trouxe a pedra negra de forma cônica que ele adorava como o emblema de Elagábalo; ergueu um templo para abrigá-la; e o meteorito cravejado de gemas para lá foi conduzido em uma carreta puxada por seis cavalos brancos, com o jovem imperador caminhando atrás em muda adoração. Mas Elagábalo reconhecia todas as outras religiões; favoreceu o judaísmo e até propôs-se a legalizar o cristianismo. Apenas insistia, com admirável lealdade, que sua pedra caída do céu fosse o maior dos deuses.[12]

Sua mãe, sempre absorvida em amores, olhava com indulgência para aquela farsa priápica; mas Júlia Mesa, não podendo controlá-lo, resolveu prevenir a derrocada que faltamente poria termo àquela notável dinastia de mulheres sírias — e persuadiu o neto a adotar seu primo Alexandre como sucessor e César. E juntamente com Maméia treinaram o menino para o ofício, enquanto habilmente iam induzindo o Senado e o povo a considerar Alexandre uma boa alternativa para o sátiro sacerdotal, que tanto ofendia Roma com a subordinação do culto de Júpiter ao de Baal. Soemias descobriu a conspiração e acirrou os pretorianos contra sua irmã e o sobrinho; mas Mesa e Maméia foram mais persuasivas. A Guarda matou Elagábalo e sua mãe, e arrastou o corpo do jovem imperador pelas ruas antes de lançá-lo ao Tibre; em seguida proclamou, e o Senado aceitou, a elevação de Alexandre como imperador.

Marco Aurélio Alexandre Severo também subiu ao trono aos 14 anos. Com singular devoção cuidara sua mãe do treino do corpo, do caráter e da mente do menino. Alexandre fortaleceu-se fisicamente com trabalhos e exercícios; tomava meio litro de água antes das refeições; nadava uma hora diariamente, comia pouco e só comidas simples. Desenvolveu-se um belo rapaz, alto e rijo, perito em todos os esportes e nas artes da guerra. Estudou a literatura grega e latina, e só moderou seu entusiasmo cultural por insistência de Maméia, que lhe citava os versos em que Virgílio convidava os romanos a deixarem as graças da cultura aos outros povos e a se prepararem para a organização e governo do Estado mundial. Alexandre pintava e cantava "com perfeição", e tocava órgão e lira, mas sem permitir que estranhos o ouvissem. Vestia-se e comportava-se com modesta simplicidade, "sempre moderado no gozo do amor e nada queria com os ganimedes".[13] Mostrava alto respeito pelo Senado, tratando seus membros em pé de igualdade, recebendo-os no palácio e muitas vezes visitando-os em suas residências. Bondoso e afável, também visitava os doentes sem nenhuma distinção de classe, e recebia de bom grado qualquer cidadão decente; perdoava a oposição e não derramou nenhum sangue civil em seus 14 anos de reinado.[14] Sua mãe censurou-lhe a extrema afabilidade, dizendo: "Fizeste teu governo muito macio e a autoridade do Império menos respeitada"; ao que ele respondeu: "Sim, mas tornei-a mais segura e duradoura."[15]

Alexandre reconheceu o absurdo do primo na tentativa de substituir Júpiter por Elagábalo e cooperou com sua mãe na restauração dos templos e ritos romanos. Mas parecendo-lhe a seu espírito filosófico que todas as religiões eram apenas diversidades da adoração de um poder supremo, propôs-se a honrar todos os credos honestos; em sua capela particular havia imagens de Júpiter, Orfeu, Apolônio de Tiana. Abraão e Cristo. Freqüentemente citava o conselho cristão: "Não faças aos outros o que não queres que te façam"; tinha essas palavras gravadas nas paredes de seu palácio e em muitos edifícios públicos. Alexandre Severo recomendava ao povo romano a moral

dos judeus e cristãos. Os espirituosos de Antioquia e Alexandria davam-no como "o chefe da sinagoga". Sua mãe favoreceu os cristãos, protegeu Orígenes e convidou-o a vir explicar-lhe sua flexível teologia.

Havendo Júlia Mesa morrido pouco depois da subida ao trono de Alexandre, Maméia e Ulpiano, seu tutor, determinaram a política e planejaram as reformas da administração de Alexandre. Júlia governou com sabedoria e comedimento; e zelando mais pelo triunfo da dinastia do que pela ostentação do poder, deixou que todo o crédito das realizações coubesse a Alexandre. Ele e Ulpiano escolheram 16 senadores dos mais notáveis para servir como o Conselho Imperial, sem cuja aprovação nenhuma medida importante era posta em vigor. Maméia controlava tudo, menos seu amor pelo filho. Quando este se casou e passou a mostrar certa parcialidade pela esposa, Maméia fê-la banir, e Alexandre, forçado a escolher, teve de decidir-se por sua mãe. Com a idade foi tomando parte mais ativa na administração. "Começava a trabalhar pela manhãzinha", diz seu biógrafo, "e prosseguia até hora avançada, sem nunca mostrar-se cansado ou irritado."[16]

A política básica de Alexandre consistiu em enfraquecer o predomínio do exército por meio da restauração do prestígio do Senado e da aristocracia; o governo pelo nascimento parecia-lhe a única alternativa para os governos do dinheiro, do mito ou da espada. Com a cooperação do Senado fez grandes economias na administração, demitiu o pessoal extranumerário do palácio, do governo e das províncias. Vendeu a maior parte das jóias imperiais e depositou o dinheiro no tesouro. Talvez com menos aprovação do Senado, encorajou e reorganizou as associações operárias e mercantis, e "permitiu-lhes ter advogados escolhidos entre seus próprios membros".[17] Impondo severa censura moral, ordenou a prisão das prostitutas e a deportação dos homossexuais. E, apesar de reduzir as taxas, restaurou os banhos de Caracala e o Coliseu, construiu uma biblioteca pública, um aqueduto de 14 milhas, um novo banho municipal e financiou a construção de muita obra pública pelo Império afora. A fim de forçar a baixa dos juros, que estavam dificultando os devedores, ele emprestou fundos públicos a quatro por cento, e adiantou dinheiro aos pobres, sem juros, para compra de terras agrícolas. Todo o Império o aplaudiu e prosperou; o divino Marco Aurélio parecia de novo no trono.

Mas os persas e germânicos, que se tinham aproveitado do filósofo-rei, aproveitaram-se agora do imperador-santo. Em 230 Ardaxir, fundador da dinastia sassânida na Pérsia, invadiu a Mesopotâmia e ameaçou a Síria. Alexandre enviou-lhe uma carta filosófica em que censurava a violência e argüía que "todos devem satisfazer-se com os próprios domínios".[18] Julgando-o um fraco, Ardaxir respondeu exigindo toda a Síria e a Ásia Menor — e lá partiu o jovem imperador para a guerra, acompanhado de sua mãe; nela se conduziu com mais coragem do que sutileza. A história é obscura quanto a suas vitórias e derrotas; mas Ardaxir retirou-se da Mesopotâmia, talvez para enfrentar ataques em sua frente oriental; e as moedas romanas do ano 233 figuravam Alexandre coroado pela Vitória, com o Tigre e o Eufrates a seus pés.

Enquanto isso, os germânicos e marcomanos, vendo as guarnições do Reno e do Danúbio desfalcadas em prol das legiões na Síria, irromperam pelo *limes* romano e devastaram a Gália oriental. Depois da celebração de seu triunfo persa, Alexandre, de novo com Maméia a seu lado, foi juntar-se ao exército do norte e conduziu-o até Mogúncia; mas aconselhado por sua mãe negociou com o inimigo, oferecendo-lhe

uma soma anual em troca de se manterem quietos. Suas tropas condenaram-lhe a fraqueza e amotinaram-se; e como também não lhe perdoavam a economia, a disciplina e sua subordinação ao Senado e à vontade de uma mulher, aclamaram como imperador C. Júlio Maximino, comandante das legiões da Panônia. Os soldados de Maximino forçaram a tenda de Alexandre e lá o mataram, com sua mãe e seus amigos (235).

II. ANARQUIA

Não foi por um capricho da História que lá pelo século III o exército se tornou supremo em Roma; causas internas haviam enfraquecido o Estado em todas as fronteiras. A parada na expansão depois de Trajano, e de novo depois de Septímio, foi o sinal para o ataque; e do mesmo modo que Roma conquistara as nações dividindo-as, os bárbaros agora iam conquistá-la, unindo-se em assaltos simultâneos. A necessidade da defesa exaltou o poder das armas e o prestígio militar; generais substituíram filósofos no trono, e o predomínio da aristocracia cedeu ao revivido governo da força.

Maximino foi um bom soldado e nada mais, o robusto filho de um camponês da Trácia; media oito pés de altura, tinha o polegar tão grosso que podia usar como anel o bracelete de sua mulher. Educação nenhuma — e desprezava-a, invejando-a. Nos três anos que viveu como imperador nunca foi a Roma; preferia a vida de acampamento no Danúbio ou no Reno. Para custear suas campanhas e satisfazer às tropas lançou tais taxas que em breve uma revolta se formou contra seu governo. Gordiano, o rico e ilustrado procônsul da África aceitou o trono que seu exército lhe oferecia, mas estando com 80 anos associou seu filho ao perigoso encargo; não pôde, entretanto, resistir às forças contra ele mandadas por Maximino; o filho foi morto em combate e ele teve de suicidar-se. O vencedor vingou-se com proscrições e confiscos que quase arrasaram a aristocracia. "Era espetáculo de todos os dias", declara Herodiano, "ver os mais opulentos de ontem transformados nos mendigos de hoje."[19] Valentemente resistiu o Senado que Alexandre Severo havia recomposto; declarou Maximino fora da lei e escolheu como imperadores dois de seus membros, Máximo e Balbino. Máximo chefiou um improvisado exército contra Maximino, que havia transposto os Alpes e sitiado Aquiléia. Maximiano era melhor general e dispunha de superioridade de forças, de modo que o destino do Senado e da classe rica parecia selado; mas um grupo de soldados do gigante, vítimas de seus ferozes castigos, assassinou-o em sua tenda. Máximo voltou triunfalmente, para ser também assassinado pela Guarda Pretoriana, juntamente com Balbino. A Guarda fez imperador um terceiro Gordiano e o Senado confirmou a escolha.

Não vamos desfiar com sangrentos detalhes os nomes, as batalhas e mortes destes imperadores da anarquia. Nos 35 anos entre Alexandre Severo e Aureliano, 37 homens foram proclamados imperadores. Gordiano III caiu morto por suas tropas quando lutava contra os persas (244); seu sucessor Filipe, o Árabe, foi batido e morto em Verona por Décio (249), um ilírio de bastante cultura, cuja devoção a Roma muito mereceu o que dele disse a história antiga. Entre as campanhas contra os godos conduziu Décio um ambicioso programa de restauração do caráter, da moral e da velha religião romana, e deu ordem para a destruição do cristianismo; depois voltou ao Danúbio, enfrentou os godos, viu seu filho cair a seu lado, gritou para as tropas vacilantes que a perda de um homem não era coisa de importância, atirou-se contra o ini-

migo e sucumbiu em uma das piores derrotas romanas (251). Foi sucedido por Galo, breve morto por suas tropas (253), o qual foi sucedido por Emiliano, também logo assassinado por suas tropas (253).

O novo imperador, Valeriano, já sessentão e às voltas com os francos, alemânis, marcomanos, godos, citas e persas, pôs seu filho Galieno para governar o Império Ocidental, tomou a si o Oriental e marchou com um exército para a Mesopotâmia. Estava muito velho para a empresa e sucumbiu. Galieno, então com 35 anos, era homem de coragem e inteligência, e de uma cultura que parecia deslocada naqueles tempos barbarescos. Reformou a administração civil; e conduzindo vitoriosamente seus exércitos contra todos os inimigos de Roma, ainda achou tempo para cultivar a filosofia e a literatura, e promover um breve renascimento das artes clássicas. Mas mesmo seu gênio poliforme foi esmagado pelas excessivas calamidades da época.

Em 254 os marcomanos invadiram a Panônia e o norte da Itália. Em 255 os godos entraram na Dalmácia e na Macedônia, os citas, na Ásia Menor e os persas, na Síria. Em 257 os godos capturaram a frota do Bósforo, destruíram as cidades da costa do Mar Negro, incendiaram Trapezus e lhe escravizaram a população, depois penetraram no Ponto. Em 258 tomaram as cidades de Calcedônia, Nicomédia, Prusa e Nicéia; no mesmo ano os persas conquistaram a Armênia, e Póstumo declarou-se o soberano da Gália. Em 259 os alemânis irromperam na Itália, mas foram derrotados por Galieno em Milão. Em 260 Valeriano viu-se sobrepujado pelos persas em Edessa e morreu cativo em tempo e lugar ignorados. Shapur I, com suas nuvens de cavaleiros, avançou através da Síria para Antioquia, surpreendeu a população em festas, saqueou a cidade, matou milhares de pessoas e levou as que pôde como escravos. Tarso foi tomada e devastada, a Cilícia e a Capadócia foram invadidas, e Shapur voltou à Pérsia carregado de despojos. No breve espaço de um decênio três ignominiosas tragédias esmagaram Roma: pela primeira vez um imperador era morto na derrota e outro caía prisioneiro do inimigo, e a unidade do Império teve de ser sacrificada a fim de atender aos ataques em diversas frentes. Sob o impacto de tantos golpes e com a desordenada acessão e queda dos imperadores militares, o prestígio imperial entrou em colapso; as forças psicológicas, que o tempo consagra em autoridade indiscutida, já não agiam sobre os inimigos de Roma, nem mesmo sobre os súditos e cidadãos romanos. Revoltas irrompiam em toda parte: na Sicília e na Gália os camponeses oprimidos levantaram-se em selvagens *jacqueries*; na Panônia, Ingênuo proclamou-se soberano das províncias orientais. Em 263 os godos metem-se pela costa jônica, saqueiam Éfeso e incendiam o famoso Templo de Diana. Todo o Oriente Helenístico foi colhido pelo terror.

Uma ocorrência inesperada salvou o Império no Oriente. Odenato, que governava Palmira como vassalo de Roma, varre com os persas da Mesopotâmia, derrota-os em Ctesifonte (261) e declara-se rei da Síria, Cilícia, Arábia, Capadócia e Armênia. Foi assassinado em 266; seu filho, ainda muito jovem, sucedeu-o no título e sua viúva no poder. Como Cleópatra, da qual se dizia descendente, a rainha Zenóbia casava beleza com capacidade política e cultura. Havia estudado filosofia, aprendera o latim, o siríaco, o egípcio e escreveu uma história do Oriente. Em matéria de relações sexuais, só as necessárias para a maternidade.[20] Afez-se às fadigas e trabalhos rudes, recreava-se nos perigos da caça e marchava milhas a pé à frente das tropas. Zenóbia governou com sabedoria e severidade; fez do filósofo Longino o seu ministro de Estado, reuniu em redor de si estudiosos, poetas, artistas, e embelezou Palmira com palácios cujas

ruínas surpreendem os viajantes de hoje. Sentindo o Império no fim, planejou nova dinastia e novo reino, submeteu a Capadócia, a Galácia e a maior parte da Bitínia, criou uma grande esquadra e conquistou o Egito, tomando Alexandria depois de um assédio que custou a vida à metade da população. A sutil "Rainha do Oriente" pretendia estar agindo em nome do poder romano; mas não havia quem não sentisse que suas vitórias não passavam de um ato no grande drama do colapso do Império.

Percebendo a fraqueza de Roma, os bárbaros derramaram-se nos Bálcãs e na Grécia. Enquanto os sármatas novamente pilhavam as cidades do Mar Negro, um ramo dos godos atravessou o Helesponto em 500 navios e entrou no Egeu, tomou as ilhas uma por uma, ancorou no Pireu e saqueou Atenas, Argos, Esparta, Corinto e Tebas (267). Os navios levaram parte dos saqueadores de volta ao Mar Negro enquanto os restantes voltavam por terra. Galieno os enfrentou no rio Nesto, na Trácia, e venceu-os com dificuldades; no ano seguinte era assassinado pelas tropas. Em 269 outra horda goda desceu para a Macedônia, sitiou Tessalonica e pilhou a Grécia, as ilhas de Rodes, Chipre e a costa jônica. O Imperador Cláudio II salvou Tessalonica, e lançou os godos para o vale do Vardar e, com grande morticínio, derrotou-os em Naisso, a moderna Nish (269). Se não fosse essa vitória, nada impediria a invasão da Itália pelos godos.

III. O DECLÍNIO ECONÔMICO

A anarquia política acelerou a desintegração econômica e o declínio econômico trouxe a decadência política; uma coisa era causa e efeito da outra. A política romana jamais conseguiu um saudável equilíbrio econômico para a Itália; as pouco dilatadas planícies da península nunca ofereceram base sólida para os grandes sonhos do Estado italiano. A produção de cereais era prejudicada pela competição do trigo barato vindo da Sicília e da África, e os grandes vinhedos perdiam os mercados que o vinho das províncias ia conquistando. Queixavam-se os agricultores de que as altas taxas consumiam seus lucros tão precários, impedindo-os de conservar os canais de drenagem e irrigação; os canais iam-se obstruindo e os pântanos ganhando terreno, com irradiação da malária. Grandes extensões de terra arável foram retiradas do cultivo para formar propriedades residenciais. Os donos dos latifúndios, sempre longe de suas terras, exploravam-nas até ao extremo limite da tolerância, e absolviam-se com suntuosas dádivas às cidades; a arquitetura urbana e os jogos públicos aproveitavam, mas os campos transformavam-se em desertos. Muitos camponeses proprietários e trabalhadores livres deixavam o campo pela cidade, e a agricultura italiana desse modo foi-se transformando em agricultura latifundiária, conduzida por escravos indiferentes. Mas o próprio latifúndio estava-se arruinando em conseqüência da *Pax Romana,* ou cessação das guerras de conquista nos séculos I e II, bem como a conseqüente escassez de escravos novos e elevação de preço dos velhos. Forçados a atrair para suas terras trabalhadores livres, os proprietários dividiam os latifúndios em pequenas unidades e as arrendavam a *coloni,* "cultivadores"; cobravam desses colonos uma pequena renda ou um décimo da produção e mais uns dias de trabalho sem paga. Em muitos casos achavam de mais proveito libertar os escravos e transformá-los em *coloni.* No século III os donos de terras, atropelados pelas invasões e revoluções nas cidades, passaram a viver cada vez mais em suas vilas; e as foram fortificando — o que deu origem aos castelos medievais.

O "colonato" parece ter tomado vulto quando Marco Aurélio fixou os cativos germânicos em terras imperiais (172) e deu-lhes posse hereditária mediante pagamento de uma taxa anual, serviço militar quando fossem convocados, e obrigação de não abandonarem o lote de terra sem permissão do Estado. Eram as mesmas condições impostas aos veteranos romanos que recebiam terras nas fronteiras, especialmente nos *agri decumates* — "campos que pagavam dízimo" — ao longo do Danúbio e do Reno.[21] Sob Septímio Severo houve grande expansão do colonato; esse imperador dividiu as terras que conquistou em lotes ocupados por colonos. Do mesmo modo que Septímio imitou os Ptolomeus, os proprietários comuns também o imitaram; o colonato começou com monarcas e a expansão desse sistema de distribuição de terras deu origem ao feudalismo que iria derrubar a monarquia.

A falta de escravos fortaleceu por algum tempo a posição do trabalho livre tanto na agricultura como na indústria. Mas se a riqueza do rico era devorada pela guerra e o governo, a pobreza do pobre não podia decrescer.[22] Os salários romanos equivaliam de 7 a 11 por cento dos salários dos Estados Unidos de 1945; e os preços equivaliam a 33 por cento dos nossos.[23] A luta de classes estava-se tornando mais violenta, porque o exército, recrutado justamente nas províncias mais pobres, freqüentemente aderia ao ataque contra a riqueza, e considerava que seus serviços ao Estado justificavam a taxação quase confiscatória para donativos — ou a pilhagem do abastado.[24] A indústria sofria e o comércio declinava. A exportação da Itália caía à proporção que as províncias foram passando de freguesas a competidoras; as incursões dos bárbaros e a pirataria tornaram o comércio marítimo tão inseguro como nos tempos antes de Pompeu; a depreciação da moeda e a flutuação dos preços não estimulavam empresas que não fossem de rendimento imediato. Cessando a expansão das fronteiras, a Itália já não podia prosperar à custa dos constantes acréscimos, como antes. Aquele que drenava todo o ouro das terras conquistadas e assim se enriquecera com o roubo estava agora vendo esse ouro emigrar para as províncias helenísticas mais industriosas; a Itália empobrecia-se à proporção que a Ásia Menor se enriquecia — e era de lá agora que vinha o capital para Roma. A indústria italiana tinha de contentar-se com o mercado interno, mas encontrava-o com poder aquisitivo muito baixo.[25] O comércio interno via-se perturbado pelos salteadores, as taxas sempre maiores e a deterioração das estradas em conseqüência da escassez da mão-de-obra servil. As "vilas" da zona rural tornavam-se cada vez mais autônomas graças à indústria caseira, e a troca de produtos competia com a compra comercial. A produção em larga escala cedia diante do regime dos pequenos produtores para o consumo local.

E começaram as dificuldades financeiras. Veio a escassez de metais preciosos: as minas de ouro da Trácia e as de prata da Espanha haviam reduzido a produção; e a Dácia com seu ouro teve de ser abandonada por Aureliano. Muito metal precioso fora consumido pela arte e os ornamentos. Diante da escassez metálica os imperadores, de Septímio Severo em diante, repetidamente quebraram o padrão da moeda a fim de enfrentar as despesas do Estado. Sob Nero, o teor de liga do denário era de 10 por cento; sob Cômodo subiu a 30 por cento; sob Septímio, a 50 por cento. Caracala substituiu o denário pelo *antoninianus*, com 50 por cento de prata; no ano 260 esses 50 por cento estavam reduzidos a 5 por cento.[26] O governo emitia quantidades nunca vistas de dinheiro sem valor metálico; em muitos casos compelia mesmo a aceitação dessas moedas pelo valor nominal, mas exigia que as taxas fossem pagas em ouro ou em espécie.[27] Os preços elevavam-se rapidamente; na Palestina subiram 1.000 por cento entre o século I e o III;[28] no Egito a inflação foi tamanha que a medida de trigo

que no século I custava oito dracmas passou a custar 120.000 no fim do século III.[29] Outras províncias sofreram menos; mas em quase todas a inflação arruinou grande parte da classe média, fez com que desaparecesse o capital das fundações de caridade e assistência, tornou todos os negócios terrivelmente precários e destruiu uma considerável parte do capital de movimento ou empatado, dos quais a vida econômica do Império dependia.

Depois de Pertinaz os imperadores não viam com maus olhos os atritos de aristocratas com a *burguesia.* Aqueles imperadores militares sentiam a hostilidade da classe senatorial e dos grandes negociantes em virtude da origem estrangeira e o despotismo marcial de todos eles e das exações; foi reiniciada a guerra entre o Senado e o imperador, interrompida de Nerva a Marco Aurélio; e por meio de donativos ao povo, obras públicas e assistência, os imperadores deliberadamente procuravam firmar-se no exército, no proletariado e entre os agricultores.

O Império sofria quase tanto como a Itália. Cartago e o norte da África, livres que se viam dos invasores, prosperavam; mas o Egito decaiu devorado pelo facciosismo, pelo massacre de Caracala, pela conquista de Zenóbia, pelas taxas excessivas, o trabalho forçado, o anual tributo em trigo pago a Roma. A Ásia Menor e a Síria haviam suportado invasão e pilhagem, mas suas antigas indústrias pacientemente sobreviveram a todas as tribulações. A Grécia, a Macedônia e a Trácia tinham sido devastadas pelos bárbaros, e Bizâncio não se erguera do assédio de Septímio. Como a guerra houvesse levado guarnições romanas para as fronteiras germânicas, novas cidades foram surgindo à beira dos rios — Viena, Karlsburg, Estrasburgo, Mogúncia. A Gália estava em desordem e desanimada com os ataques germânicos; 60 de suas cidades tinham sido saqueadas, e muitas se encolhiam dentro de novas muralhas, e abandonavam as largas ruas retas do urbanismo romano pelas ruas estreitas e irregulares, mais adequadas à defesa; esse urbanismo iria caracterizar a Idade Média. Também na Bretanha as cidades estavam-se tornando menores e as aldeias maiores;[30] a guerra de classes e a excessiva taxação tinham destruído a riqueza quando não a encurralavam no campo para melhor ocultar-se. O Império começou com urbanização e civilização; estava terminando com ruralização e barbarismo.

IV. CREPÚSCULO DO PAGANISMO

O gráfico da cultura do século III segue a curva descendente da riqueza e do poder de Roma. Não obstante, nesses anos trágicos vimos surgir muita coisa: a notação algébrica, os mais altos nomes da jurisprudência romana, os mais belos exemplos da crítica literária antiga, muita arquitetura majestosa, as mais recuadas novelas românticas e os maiores filósofos místicos.

A *Antologia Grega* resume a vida de Diofanto de Alexandria (250 d.C.) com algébrico humor: sua meninice durou um sexto de sua vida, sua barba cresceu durante um doze avos mais, ele se casou depois de outro sétimo, seu filho nasceu cinco anos mais tarde e viveu a metade da idade de seu pai, e o pai morreu quatro anos depois da morte do filho — isto é, na idade de 84 anos.[31] De suas obras a principal sobrevivente é a *Arithmetica* — um tratado de álgebra. Diofanto resolve equações determinadas do primeiro e segundo graus e indeterminadas até o sexto grau. Para marcar a quantidade desconhecida que marcamos com o *x* e que ele chamava *arithmos* (o número), ele empregava o sigma grego; e para as outras potências usava as letras do alfabeto grego. Já surgira antes dele uma álgebra sem símbolos: Platão recomendava para treino

e divertimento de meninos problemas como a distribuição de maçãs em certas proporções entre diversas pessoas.[32] No século III a.C. Arquimedes havia proposto *puzzles* semelhantes; e tanto os egípcios quanto os gregos resolviam problemas geométricos por meio da álgebra sem notação simbólica. É provável que Diofanto haja sistematizado métodos já familiares entre seus contemporâneos;[33] sua obra teve a sorte de salvar-se; e, através dos árabes, descobrimos que foi ele o autor daquele intrépido simbolismo esotérico que aspira reduzir a fórmulas todas as relações quantitativas do mundo.

Papiniano, Paulo e Ulpiano, o grande trio da Lei Romana, aparecem no reinado de Septímio Severo; prefeitos todos da Guarda Pretoriana, funcionaram como primeiros-ministros do governo; e todos justificavam a monarquia absoluta sob fundamento de que o povo delegava ao imperador a sua soberania. As *Quaestiones* e *Responsa* eram tão notáveis pela clareza, a humanidade e a justiça, que as coleções de Justiniano deixaram-nas transparecer claramente. Depois que matou Geta, Caracala pediu a Papiniano que lhe escrevesse a defesa; Papiniano recusou, dizendo que "era mais fácil cometer um fratricídio do que justificá-lo". Caracala fê-lo decapitar a machado em sua presença. Domício Ulpiano continuou a obra de Papiniano como jurista e humanitarista. Seus pareceres legais defendiam os escravos como livres por natureza, e as mulheres como capazes dos mesmos direitos dos homens.[34] Como a maior parte das obras capitais na história do direito, os escritos de Ulpiano eram essencialmente a coordenação de trabalhos anteriores; mas suas decisões lhe saíam tão definitivas, que, pelo menos, um terço delas foi incorporado ao *Digesto* de Justiniano. "Foi por ter governado sempre de acordo com o parecer de Ulpiano", disse Lamprídio, "que Alexandre Severo se revelou um tão grande imperador."[35] Ulpiano, entretanto, opinou pela morte de alguns dos seus oponentes; em 228 seus inimigos na Guarda Pretoriana o mataram, com menos legalidade e igual efeito. Diocleciano estimulou e financiou a criação de escolas de direito, deixou a legislação anterior a Trajano codificada no *Codex Gregorianus*. Depois disso a jurisprudência hibernou até Justiniano.

No século III a pintura se manteve nas linhas de Pompéia e Alexandria; o pouco que sobreviveu apresenta-se-nos muito crua e oriental. A escultura floresceu, porque muitos imperadores tinham de ser estatuados; os bustos eram sempre de frente, mas ótimos, como vemos no carrancudo brutamontes de cabelos crespos do Caracala do Museu de Nápoles. Duas obras desse período, o *Touro Farnese* e o *Hércules Farnese*, ambos exagerados e desagradavelmente tensos, mostram muita segurança de técnica. Dos singelos relevos do sarcófago de Alexandre Severo e no Sarcófago Ludovisi vemos ainda a acentuada predominância e toda a beleza do estilo clássico; mas os relevos do arco de Septímio Severo em Roma trocam a simplicidade e a graça helênicas pela pitoresca e grosseira virilidade prenunciadora da rebarbarização da Itália — era já um sinal dos tempos.

A arquitetura em Roma continuava a visar a sublimidade à força de tamanho. Septímio ergueu no Monte Palatino o último dos palácios imperiais, com uma ala de sete andares — o *Septizonium*. Júlia Domna proveu os recursos para a construção do Atrium Vestae e do belo templo de Vesta, ainda subsistente no Fórum. Caracala construiu o imenso santuário de Serápis, marido de Ísis, do qual restam belos fragmentos; e os banhos que trazem seu nome e foram concluídos por Alexandre Severo figuram entre as mais impressionantes ruínas de hoje. Nada acrescentavam à arte de construir, seguiam as linhas essenciais dos banhos de Trajano; mas aquela tremenda massa expressa muito bem o caráter do matador de Geta e Papiniano. O corpo principal de tijolo e concreto cobria 270.000 pés quadrados — mais que as Casas do Parlamento em Londres e o Pátio de Westminster juntos. Uma escada em caracol levava ao alto das paredes; lá de cima Shelley compôs o *Prometeu Libertado*. Interior ornado de uma multidão de estátuas, com 200 colunas de granito, alabastro e pórfiro; o mármore do chão e das paredes, embrechados de mosaicos; a água jorrava de bocas de prata em piscinas onde 1.600 pessoas podiam banhar-se ao mesmo tempo. Galieno e Décio também construíram banhos assim; no de Décio o domo circular repousava sobre a estrutura decagonal, escorada por contrafortes nos ângulos do decágono — novo expediente que iria ter muito futuro. Em 95 Maximiano iniciou a maior de todas as termas imperiais e com singular modéstia deu-lhe o nome de Termas de Diocleciano. Havia facilidades para o banho simultâneo de 3.600 pessoas, e ginásios, e salões de concertos e conferências; de uma das seções desses banhos, o *tepidarium*, fez Miguel

Ângelo a igreja de Santa Maria degli Angeli — a maior de Roma depois da de São Pedro. Estruturas quase equivalentes ergueram-se nas províncias. Diocleciano construiu muito na Nicomédia, em Alexandria e Antioquia; Maximiano enriqueceu Milão; Galério enriqueceu Sírmio; e Constâncio, Trèves.

Já a literatura floresceu menos, porque raramente podia beneficiar-se com as riquezas acumuladas nas mãos dos imperadores. As bibliotecas cresceram em número e tamanho; a de um médico do século III continha seis mil volumes, e a Biblioteca Ulpiana era famosa por seus arquivos históricos. Diocleciano mandou técnicos a Alexandria encarregados de transcrever textos clássicos para as bibliotecas de Roma. Abundavam os mestres e gozavam de popularidade; Filóstrato rememora-os em suas *Vidas dos Sofistas*. Porfírio continuou na senda de Plotino, atacou o cristianismo e pregou ao mundo o vegetarianismo. Jâmblico tentou harmonizar o platonismo com a teologia pagã e conseguiu inspirar o Imperador Juliano. Diógenes Laércio reuniu em fascinante anedotário as vidas e as opiniões dos filósofos. Ateneu de Náucratis derramou seu quimo no *Deipnosophistae* — "Os Sofistas à Mesa" — monótono diálogo sobre comidas, molhos, cortesãs, filósofos e palavras, avivado aqui e ali por alguma revelação de costume antigo ou reminiscência de grande homem. Longino, talvez natural de Palmira, compôs um polido ensaio "Sobre o Sublime" — *Perihypsus*; o prazer da leitura (diz o argumento) decorre do "elevar-se" (*ekstasis*) do leitor em virtude da eloqüência de um autor, sua força de convicção e sinceridade de caráter. (Os mais velhos manuscritos atribuem esse ensaio ora a "Dionysius Longinus", ora a "Dionysius ou Longinus", sem nenhuma outra indicação. O único homem de letras da antigüidade com o nome de Longinus era Cássio Longinus, primeiro-ministro de Zenóbia. Tornou-se famoso em todo o Império por sua erudição; Eunápio apelidava-o "biblioteca viva", e Porfírio tinha-o como "o primeiro dos críticos".[36]) Dion Cássio Coceiano da Nicéia Bitiniana, depois de uma vida gasta no *cursus honorum*, começou aos 55 anos a *História de Roma* (210?); como viveu 74 anos, pôde completá-la, embora a conduzisse de Rômulo até o tempo em que viveu. De seus 80 "livros" menos de metade sobrevivem e enchem oito alentados volumes. É um trabalho de nobre escopo, antes que de alta qualidade. Encerra narrativas muito animadas, e discursos reveladores bem como digressões filosóficas de bastante mérito. Mas como Tito Lívio, Dion Cássio está muito desfigurado como "portentos"; como Tácito, reflete muito a oposição do Senado; e como todos os historiadores romanos, insiste demais nas vicissitudes da política e da guerra, como se no decurso de mil anos a vida da humanidade não passasse de taxas e morte.

Mais significativo para o historiador moderno é o aparecimento da novela romântica. O gênero já tivera longa preparação na *Cyropaideia* de Xenofonte, nos poemas de amor de Calímaco, nas lendas acumuladas em torno de Alexandre e nos "Contos Milesianos" narrados por Aristides e outros no século II e depois. Essas histórias de aventuras e amor agradavam ao povo jônio, tão clássico na tradição, mas muito oriental na alma e já também no sangue. Petrônio em Roma, Apuleio na África, Luciano na Grécia e Jâmblico na Síria desenvolveram de vários modos o romance picaresco sem nenhum toque de amor. Nos primeiros séculos cristãos, talvez atendendo a um público feminino cada vez maior, a novela de aventuras fundiu-se com a novela de amor.

O melhor que desse tempo nos resta é a *Aethiopica*, ou "Contos Egípcios", de Heliodoro de Êmesa; há muita disputa quanto à data em que foi escrita, mas provisoriamente podemos pô-la no século III. Abre em um estilo hoje clássico:

> O dia começava a sorrir alegremente e o sol já iluminava o topo dos montes, quando um bando de homens armados, com aparência de piratas, havendo subido ao alto de uma colina de onde se avista a boca heracleótica do Nilo, entreparou e inspecionou o mar. Não vendo vela que lhes prenunciasse presa, voltaram os olhos para a praia que se estendia diante deles; e eis o que viram.[37]

E o leitor trava conhecimento com o jovem Teágenes e a bela e chorosa princesa Caricléia, capturados pelos piratas; e acontece uma tal quantidade de aventuras, desentendimentos, equívocos, combates, crimes e coisas que daria para encher vários romances modernos. En-

quanto em Petrônio e Apuleio a castidade das moças não é assunto que interesse, aqui é a essência e o pivô da história; Heliodoro preserva a virgindade de Cariciéia em 20 passos difíceis, e escreve convincentes homilias sobre a beleza e a virtude femininas. Talvez já haja aqui influência cristã; e na realidade a tradição nos mostra o autor, mais tarde, como bispo da Tessalonica. A *Aethiopica* deu origem a inúmeras imitações; serviu de modelo ao *Persiles y Sigismunda* de Cervantes, à história de Clorinda na *Jerusalém Libertada* de Tasso e aos romanos de Mme. de Scudéry; nela aparecem os filtros de amor, os sinais, os desmaios, os gemidos e o feliz arremate de um milhão de romances; lá aparece a *Clarissa Harlowe* 1.500 anos antes de Richardson.

A mais famosa história de amor da antigüidade é *Dáfnis e Cloe*. De seu autor só conhecemos o nome, Longus, e por hipótese o localizamos no século III. Dáfnis, um enjeitado recolhido por um pastor, a seu turno também vira pastor. Excelentes passagens descritivas sugerem que Longus, como seu rival poético Teócrito, havia "descoberto" o campo depois de longa residência na cidade. Dáfnis apaixona-se por uma camponesinha que também fora enjeitada e recolhida; ambos cuidam dos carneiros, em encantadora camaradagem, banham-se nus na maior inocência e estranhamente se excitam com beijos. Um velho vizinho explica-lhes donde vem aquela febre e conta sua própria experiência quanto à moléstia do amor romântico. "Eu não pensava em comer, nem em beber. Não tinha repouso, não podia dormir. Minha alma estava pesada de tristeza, meu coração batia apressado, um terrível frio me tomava as pernas."[38] No fim da história os pais de Dáfnis e Cloe, agora ricos, descobrem os filhos enjeitados e os enriquecem; mas os dois não querem saber de riquezas e retornam a sua modesta vida de pastores. A história está contada com simplicidade e muita arte. Traduzida no francês de Amyot (1559) tornou-se o modelo do *Paulo e Virgínia* de Saint-Pierre e inspirou inúmeros poemas, pinturas e composições musicais.

Do mesmo tipo é o fragmento poético *Pervigilium Veneris*, "A Véspera de Vênus". Ninguém sabe quem o escreveu, nem quando;[39] o tema é o mesmo da apóstrofe de Lucrécio e do idílio de Longus: a deusa do amor, inflamando todas as coisas vivas com a chama do desejo, é a real criadora do mundo:

> Amanhã ele amará a quem nunca amou;
> Amanhã ele amará a quem antes amou.
> A primavera veio e canta seus cantos de amor;
> O mundo renasce de novo, e o amor primaveril
> Impele as aves à união, e todas as árvores
> Da floresta desdobram suas comas às chuvas do céu.
> Amanhã ele amará a quem nunca amou,
> E amará a quem já antes amou.

E aqueles versos fluem límpidos, mostrando o trabalho do amor na chuva fertilizadora, na forma das flores, nos cantos das festas alegres, nas acanhadas tentativas do desejo nascente, nos tímidos encontros nos recessos das matas; e depois de cada estância, a expressiva promessa em estribilho: *Cras amet qui numquam amavit, quique amavit cras amet*. Neste grande poema lírico da alma pagã ouvimos a cadência trocaica dos hinos medievais e uma melodiosa premonição dos trovadores.

V. A MONARQUIA ORIENTAL

Quando Cláudio II foi levado pela peste que dizimava os godos e romanos (270), o exército deu-lhe como sucessor o filho de um campônio da Ilíria. Domício Aureliano subiu do mais baixo ao mais alto à força de vontade; seu apelido era *Manu ad ferrum* — "mão na espada". Em um ímpeto de bom senso, o exército escolheu um homem que exigia dos outros a mesma dura disciplina que impunha a si mesmo.

Sob a chefia de Aureliano os inimigos de Roma foram expulsos de todas as partes do Império, com exceção do Danúbio. Ali Aureliano cedeu a Dácia aos godos, na es-

perança de que constituíssem uma barreira entre o Império e as hordas do norte. Mas talvez estimulados por essa fraqueza os alemânis e os vândalos invadiram a Itália; em três batalhas Aureliano derrotou-os e expulsou-os. Pressentindo futuras campanhas e receando que em sua ausência os bárbaros assaltassem Roma, convenceu o Senado a financiar e as corporações de pedreiros a construírem novas muralhas ao redor da cidade. Havia um geral movimento de ereção de muralhas em torno das cidades do Império, sinal de enfraquecimento do poder imperial e fim da paz romana.

Preferindo a ofensiva à defensiva, Aureliano determinou-se restaurar o Império, primeiramente atacando Zenóbia no Oriente, e depois Tétrico, que havia sucedido a Póstumo como soberano da Gália. Enquanto seu general Probo retomava o Egito ao filho de Zenóbia, Aureliano marchava através dos Bálcãs, atravessava o Helesponto, derrotava o exército da rainha em Êmesa e sitiava a capital. Zenóbia tentou fugir com intenção de fazer a Pérsia entrar na luta do seu lado, mas foi presa; a capital entregou-se e nada lhe aconteceu — mas Longino foi condenado à morte (272). Enquanto o imperador recruzava o Helesponto, já de volta, Palmira levantou-se e trucidou a guarnição romana. Aureliano volta com a rapidez de César, sitia, toma a cidade e abandona-a ao saque de suas tropas; depois arrasa-a, desvia os caminhos de tráfico e deixa-a transformada na aldeia deserta que ainda é hoje. Presa em correntes de ouro, Zenóbia figurou no triunfo de Aureliano em Roma, mas teve permissão para viver em relativa liberdade em Tívoli.

Em 274 Aureliano derrotou Tétrico em Châlons e reintegrou no Império as províncias da Bretanha, da Espanha e da Gália. Feliz com aquele desfecho, Roma o saudou como o *Restitutor Orbis*, o restaurador do mundo. Devolvido às funções da paz, Aureliano restabeleceu em parte a ordem econômica, por meio da reforma da moeda, e reorganizou o governo com a aplicação da mesma severa disciplina que empregava no exército. Atribuindo o caos moral e político à desunião religiosa e impressionado com os serviços políticos da religião no Oriente, pensou em unir os velhos credos às novas fés, na adoração monoteísta do deus-sol e do imperador como seu vigário na terra. Declarou ao exército e ao Senado que fora o deus, e não eles, que o havia feito imperador; construiu em Roma um resplandecente Santuário do Sol onde o Baal de Êmesa e Mitras se fundissem. A Monarquia e o Monoteísmo avançavam lado a lado, cada qual procurando fazer do outro um auxiliar. A política religiosa de Aureliano mostrou que o poder do Estado ia em declínio e o da religião crescia; os reis o eram agora por graça de Deus. Esta era a concepção oriental de governo, já tão velha no Egito, na Pérsia, na Síria; em aceitando-a, Aureliano forçava aquela orientalização da monarquia que começara com Elagábalo e iria completar-se com Diocleciano e Constantino.

Em 275, estando o imperador a atravessar com seus exércitos a Trácia para ajustar contas com a Pérsia, um grupo de oficiais receosos de seus próprios crimes pediu ao Senado que nomeasse o sucessor. Ninguém queria ser o escolhido para uma honra cujo desfecho era sempre trágico; por fim, Tácito, já com 75 anos, consentiu em servir. Alegou ser descendente do historiógrafo e possuir todas as virtudes pregadas por seu acônico ascendente; mas morreu de exaustão ao cabo de seis meses de coroa. Os soldados, já arrependidos de seu arrependimento, retomaram a escolha dos soberanos e aclamaram Probo em 276.

Excelente foi a escolha, como merecido era o nome desse homem, porque Probo aliava a integridade à coragem. Expeliu da Gália os germânicos, varreu da Ilíria os vândalos, construiu uma muralha entre o Reno e o Danúbio, assustou os persas com

uma palavra e firmou a paz em todo o Império. Em seguida proclamou ao povo que não haveria mais armas, nem exercícios, nem guerras e que o reino da lei se espalharia sobre todo o orbe. E como prelúdio dessa utopia colocou o exército para drenar pântanos, a derrubar florestas e a trabalhar em outras obras públicas. Mas o exército, ressentido com essa sublimação, assassinou-o em 282; depois lamentou-o e ergueu um monumento em sua memória.

Foi então escolhido como imperador um Diocles, filho de um liberto dálmata. Diocleciano, como dali por diante iria ser chamado, tinha, por força de seu talento e de sua flexibilidade, subido ao consulado, ao proconsulado e a comandante das guardas do palácio. Era um homem de gênio, menos hábil na guerra do que na política. Ocupou o trono depois de um período de anarquia pior que o entre os Gracos e Antônio; e, como Augusto, pacificou todas as facções, protegeu todas as fronteiras, estendeu os poderes do governo e baseou-o no apoio e na sanção religiosa. Augusto criou o Império; Aureliano salvou-o; Diocleciano ia reorganizá-lo.

Sua primeira decisão vital revelou o desprestígio da cidade de Roma. Diocleciano deixou-a e estabeleceu residência em Nicomédia, na Ásia Menor, a pouca distância ao sul de Bizâncio. O Senado ainda se reunia em Roma, os cônsules lá desempenhavam suas funções, os jogos públicos não cessavam, as ruas romanas ainda pululavam de gente, mas o poder e a direção já haviam emigrado daquele centro de decadência moral e econômica. Diocleciano baseou sua mudança na necessidade militar; a Europa e a Ásia precisavam ser defendidas e não podiam ser defendidas de uma cidade tão ao sul dos Alpes. E para ajudá-lo nomeou como seu "colega" um general de grande valor, Maximiano (286), ao qual atribuiu a defesa do Ocidente. Maximiano situou-se em Milão e não em Roma. Seis anos mais tarde, a fim de facilitar a administração e a defesa, cada um dos dois imperadores escolheu um "césar" como ajudante e sucessor; a escolha de Diocleciano recaiu em Galério, que se estabeleceu em Sírmio (Mitrovica, no Save) e se responsabilizou pelas províncias do Danúbio; e a de Maximiano em Constantino Cloro (o Pálido), que estabeleceu sua capital em Augusta Trevirorum (Trèves). Cada *Augustus* comprometia-se a depois de 20 anos de governo entregá-lo a seu "césar", o qual então nomearia outro "césar" para a futura sucessão. E cada *Augustus* dava sua filha em casamento a seu "césar", para acentuar ainda mais os laços que os uniam. Desse modo esperava Diocleciano evitar guerras de sucessão e manter continuidade no governo, conservando o Império de prontidão em quatro pontos estratégicos, tanto contra a rebelião interna como a agressão externa. Esse brilhante arranjo possuía todas as virtudes, menos unidade e liberdade.

A monarquia foi dividida, mas era absoluta. Cada lei de cada "augusto" saía em nome dos quatro, sendo válida em todo o Império, e não requeria a sanção do Senado em Roma. Todos os funcionários eram de nomeação dos governantes — e formou-se então uma gigantesca burocracia. Para fortalecer ainda mais o sistema, Diocleciano desenvolveu o culto do *genius* do Imperador em adoração de sua pessoa como a personalização terrena de Júpiter, enquanto Maximiano modestamente consentia em personificar Hércules; a sabedoria e a força tinham descido do céu para restaurar a paz e a ordem na terra. Diocleciano adotou um diadema — uma larga faixa branca recamada de pérolas — e vestes de seda e ouro; seus sapatos eram um engaste de gemas preciosas; mantinha-se a distância em seu palácio; os visitantes, depois de passar pelos cerimoniosos eunucos e os nobres camaristas, ajoelhavam-se diante dele e beijavamlhe a fímbria do manto. Tratava-se de um homem fino e que sem dúvida lá no íntimo

sorria dessas formalidades; mas como ao trono faltasse a legitimidade do tempo, ele esperava fortalecê-lo desse modo, refreando a turbulência da populaça e as revoltas do exército com aquelas aparências de divindade. "Chamava-se a si próprio *dominus*", disse Aurélio Vítor, "mas comportava-se como um pai."[40] Esta adoção do despotismo oriental pelo filho de um escravo, esta identificação do deus e do rei significavam a última derrota das instituições republicanas na antigüidade, a rendição final de todas as conquistas de Maratona; era a volta, como no caso de Alexandre, às formas e teorias das cortes aquemênidas e egípcias, dos reis ptolomaicos, partos e sassânidas. Desta monarquia orientalizada saiu a estrutura dos reis bizantinos e europeus que perdurou até a Revolução Francesa. Só lhe restava ligar a monarquia oriental a uma religião oriental. O bizantinismo começou com Diocleciano.

VI. O SOCIALISMO DE DIOCLECIANO

Com energia de César, Diocleciano prosseguiu na reforma de todos os ramos do governo. Reformou a aristocracia, com a elevação de muitos funcionários civis e militares, transformando-a em uma casta hereditária com aquela gradação oriental de dignidades, numerosos títulos e complexa etiqueta. Eles e seus colegas redividiram o Império em 96 províncias, agrupadas em 72 dioceses e 4 prefeituras, e nomearam os dirigentes militares e civis. Era um Estado francamente centralizado, que considerava a autonomia local, bem como a democracia, como luxos dos tempos de segurança e paz, e justificava a ditadura com as necessidades da guerra sempre iminente. E as guerras de Diocleciano foram bem-sucedidas; Constâncio dominou a Bretanha rebelada e Galério bateu os persas de um modo tão decisivo que eles entregaram a Mesopotâmia e cinco províncias além do Tigre. Por uma geração os inimigos de Roma foram mantidos a distância.

Nos anos de paz, Diocleciano e seus colegas enfrentaram os problemas do declínio econômico. Para sanar a depressão e impedir a revolução substituíram a lei da oferta e da procura pela economia dirigida.[41] Diocleciano estabeleceu um regime monetário sadio, garantindo às moedas de ouro um peso e uma pureza fixos e que perdurou até 1453. Distribuiu víveres aos pobres gratuitamente ou por metade dos preços correntes, e empreendeu grandes obras públicas para dar trabalho aos desempregados.[42] A fim de assegurar o suprimento da cidade e do exército, submeteu muitos ramos de indústria ao controle estatal, começando com a importação de trigo. Persuadiu os armadores, os negociantes e as tripulações empenhadas nesse comércio a aceitarem o controle do Estado em troca da segurança em emprego e lucro.[43] Já de muito tempo o Estado possuía as minas, as pedreiras, os depósitos de sal; Diocleciano proibiu a exportação de sal, ferro, ouro, vinho, cereais e óleo da Itália, e regulou estritamente a importação desses artigos.[44] Passou a controlar os estabelecimentos abastecedores do exército, da administração e da corte. Das fábricas de munições, de tecidos e padarias o governo exigia um mínimo de produtos, determinava o preço de suas compras e fazia as associações de manufatureiros responsáveis pela execução das ordens e pelo respeito às especificações. Se este sistema não se revelou adequado, pelo menos nacionalizou as fábricas e proveu-as de trabalho obrigatório.[45] Gradualmente, nos reinados de Aureliano e Diocleciano, a maioria dos estabelecimentos industriais e associações obreiras da Itália caíram sob o controle do Estado corporado. Carniceiros, padeiros, pedreiros, construtores, sopradores de vidro, serralheiros, gravadores submetiam-se às

minuciosas regulamentações oficiais.[46] As "várias corporações", diz Rostovtzeff, "funcionavam mais como inspetores de suas próprias empresas por conta do governo do que donas do negócio; eram subordinadas aos chefes dos vários departamentos e aos comandantes das diferentes unidades militares."[47] As associações de comerciantes e artesãos receberam vários privilégios do governo e freqüentemente exerciam pressão sobre a política oficial; em compensação serviam como órgãos da administração pública, ajudavam a arregimentar o trabalho e a arrecadar taxas entre seus membros.[48] Similares métodos de controle governamental foram nos séculos III e IV estendidos às províncias. "Em cada província", diz Paul-Louis, "*procuratores* especiais superintendiam as atividades industriais. Em cada cidade de vulto o Estado se tornou um poderoso patrão... a cujos ombros não chegavam os industriais comuns, sempre esmagados pelos impostos."[49]

Tal sistema não poderia operar sem o controle dos preços. Em 301 Diocleciano e seus colegas emitiram o *Edictum de pretiis*, fixando o máximo legal dos preços e salários dos artigos e serviços mais importantes do Império. No preâmbulo atacava os açambarcadores que, em uma "economia de escassez", desviavam do mercado produtos, a fim de forçar a alta dos preços:

> Quem haverá... tão destituído de sentimentos que não veja que os preços excessivos se generalizaram nos mercados de nossas cidades, e que a paixão do lucro não arrefece nem com abundância de suprimentos nem com os anos fecundos? — de modo que... os maus homens se julgam prejudicados se a abundância vem. Homens há cuja mira é restringir a prosperidade geral... para obter lucros de usurários. ... A avareza impera no mundo... Para onde quer que se dirijam nossos exércitos, compelidos pela segurança comum, os aproveitadores lhes extorquem preços não raramente quatro ou oito vezes o normal, mas além do concebível. Às vezes o soldado tem de empatar todo o seu salário e sua bonificação em uma compra, de modo que a contribuição de todo o mundo para a manutenção dos exércitos vai para as unhas desses abomináveis ladrões.[50]

Alguns dos "máximos" estabelecidos no Edito mostram o nível dos preços e salários no ano 301. Trigo, lentilhas e ervilhas, $3,50 a fanga (36 litros); centeio, cevada, feijões, $2,10 idem; vinho, 21-26 o *pint* (568 g); óleo de oliva, 10 e meio *cents* o *pint*; carne de porco, 10 *cents* e meio a libra; carne de carneiro 7 *cents*; galinhas, 2 por 52,5 *cents*; arganazes, 10 por 35 *cents*; alface e repolho, 5 cabeças por 3-5 *cents*; cebolas 25 por 3-5 *cents*; caracóis, 20 por 3-5 *cents*; maçãs grandes ou pêssegos, 20 por 3-5 *cents*; figos, 25 por 3-5 *cents*; cabelo, 5 *cents* a libra; sapato, de 62 *cents* a $1,38 o par. Salário de trabalhador agrícola, 23-46 *cents* por dia a molhado; pedreiros, carpinteiros, ferreiros, 46 *cents* a molhado; barbeiros, $1,75; escribas, 23 *cents* por 100 linhas; professores primários, 46 *cents* por aluno e por mês; professores secundários, $1,84 idem; advogado, defesa de uma causa, $7,36.[51]

Esse Edito foi até nosso tempo o mais famoso caso das tentativas de substituir as leis econômicas por decretos governamentais. O fracasso foi completo e instantâneo. Os negociantes passaram a ocultar suas mercadorias, tornando a carestia ainda maior que antes; o próprio Diocleciano foi acusado de conivência com a alta;[52] ocorreram tumultos e o Edito teve de ser afrouxado para permitir que a produção e a distribuição se restaurassem.[53] Constantino afinal o revogou.

A fraqueza desta economia dirigida estava no custo de sua administração. Tão grande era a burocracia exigida que Lactâncio, com exagero, está claro, calculava-a em metade da população.[54] Os burocratas verificaram ser tarefa grande demais para a integridade humana, e a fiscalização muito esporádica para o engenho evasivo dos homens. A fim de custear tamanha burocracia, mais a corte, o exército, o programa de obras públicas e a assistência à populaça, a taxação foi elevada a picos nunca antes sonhados. Como o governo ainda não havia descoberto o sistema de empréstimos públicos a longo prazo, o custeio da operação tinha de ser feito com a renda anual. Para evitar pagamento de taxas com moeda depreciada, Diocleciano ditou que, onde possível, as taxas fossem pagas em espécie: os contribuintes haviam de transportar suas quotas para os armazéns do governo e teve de ser arquitetada uma laboriosa organização para levar os produtos desses armazéns aos pontos de destino.[55] Em cada municipalidade os *decuriones*, ou funcionários municipais, eram financeiramente responsáveis pelo *quantum* da arrecadação que sua comunidade tinha de produzir.[56]

Como os contribuintes procuravam fugir à taxação que sobre eles incidia, o Estado organizou uma força especial de policiamento para o exame das propriedades e renda de cada homem; e empregava-se a tortura para obrigar as donas-de-casas, as crianças e os escravos a revelarem as coisas ocultas; e penalidades severas castigavam a evasão.[57] Lá pelo fim do século III, e ainda mais no IV, a fuga às taxas tornou-se quase epidêmica por todo o Império. Os abastados escondiam suas riquezas, os aristocratas locais reclassificavam-se como *humiliores* a fim de escapar à eleição para os cargos municipais, os artesãos abandonavam seus ofícios, camponeses proprietários abandonavam suas terras supertaxadas para se tornarem proletários urbanos, muitas aldeias e algumas cidades (como Tiberíades na Palestina) foram abandonadas pela população por causa do excesso dos impostos;[58] e por fim, no século IV, milhares de cidadãos transpuseram as fronteiras em busca de refúgio entre os bárbaros.[59]

Foi talvez para obstar a tudo isto e assegurar o suprimento das cidades e dos exércitos que Diocleciano recorreu às medidas que, na realidade, estabeleceram a servidão nos campos, nas fábricas e nas associações. Tendo, por meio das taxas em espécie, feito o dono das terras responsável pela produtividade dos seus rendeiros, o governo determinou que o rendeiro era obrigado a ficar na terra até que suas dívidas e dízimos em atraso fossem pagos. Não conhecemos a data deste decreto histórico; mas em 332 uma lei de Constantino o confirmou, e tornou o rendeiro *adscriptitius*, "atado por escrito" ao solo que lavrava; não podia abandoná-lo sem o consentimento do dono; e se a terra fosse vendida, ele e sua casa se incluíam na venda.[60] Não houve protesto da classe dos rendeiros, pelo menos que chegasse até nós; talvez a lei lhes fosse apresentada como uma garantia de segurança, como na Alemanha de hoje. Deste e de outros modos a agricultura do século III passou da escravidão à liberdade e desta à servidão — e assim entrou na Idade Média.

A mesma coisa na indústria. O operário era "congelado" em sua tarefa, proibido de passar de uma oficina a outra sem licença do governo. Cada *collegium* ou associação ficava atado a seu negócio e à tarefa atribuída, não podendo ninguém abandonar a associação em que fora colocado.[61] Todas as pessoas empenhadas no comércio e na indústria tinham compulsoriamente de pertencer a uma associação ou outra; e o filho tinha de seguir a profissão do pai.[62] Quando um homem desejava mudar de lugar ou de ocupação, o Estado fazia-o ver que a Itália estava sitiada pelos bárbaros e a cada homem cumpria permanecer em seu posto.

No ano 305, em impressionantes cerimônias na Nicomédia e em Milão, Diocleciano e Maximiano abdicaram do poder, e Galério e Constantino Cloto tornaram-se *Augusti*, respectivamente imperadores do Oriente e do Ocidente. Com apenas 55 anos de idade Diocleciano deixou-se ficar em seu imenso palácio de Espálato, onde passou os oito anos que ainda iria viver; e sem nenhuma interferência assistiu ao desabar da tetrarquia por ele criada. Quando Maximiano insistiu com ele para que voltasse ao poder e pusesse término à guerra civil, sua resposta foi que se Maximiano pudesse ver os belíssimos repolhos que estavam crescendo em sua horta não lhe pediria que trocasse seu contentamento pelos cuidados do poder.[63]

Sim, Diocleciano fazia jus àqueles repolhos e ao descanso. Havia posto fim a meio século de anarquia e restabelecido o governo e a lei; restaurara a estabilidade da indústria e a segurança do comércio; havia domado a Pérsia e afastado os bárbaros; e apesar de uns tantos homicídios fora um juiz justo e um legislador sincero. É verdade que estabeleceu dispendiosa burocracia e deu cabo da autonomia local; puniu duramente a oposição, e perseguiu a Igreja que podia ser sua preciosa aliada nos trabalhos de restauração; e também transformou a população do Império em uma sociedade fechada, com a casta dos camponeses analfabetos de um lado e a monarquia de outro. Mas as condições que Roma defrontava não permitiam nenhum liberalismo; Marco Aurélio e Alexandre Severo experimentaram-no e falharam. Rodeada de inimigos de todos os lados, Roma fez o que todas as nações são forçadas a fazer nas guerras cruciais: aceitou a ditadura de um chefe de pulso forte, impôs a maior taxação possível e sacrificou a liberdade individual para assegurar a coletiva. Diocleciano repetiu a realização de Augusto, sob circunstâncias muito piores e de modo muito mais caro. Seus contemporâneos e sua posteridade, conscientes dos perigos de que escaparam, deram-lhe o nome de "Pai da Idade de Ouro". Constantino iria entrar na casa que Diocleciano construiu.

CAPÍTULO XXX

O Triunfo do Cristianismo

306 — 325

I. A GUERRA ENTRE A IGREJA E O ESTADO

64 — 311

NOS dias pré-cristãos o governo romano sempre mostrou para com os credos rivais do paganismo ortodoxo uma tolerância equivalente à que esses credos tinham para com os cultos oficiais. Nada era pedido aos aderentes das novas religiões afora alguns ocasionais gestos de adoração dos deuses de Roma e do chefe do Estado. Os imperadores ressentiam-se de ver que de todos os heréticos sob seu governo só os cristãos e judeus se recusavam a honrar-lhes o *genius*. A queima de incenso diante da estátua do imperador tornou-se um sinal de afirmação de lealdade ao Império — como o juramento de lealdade exigido hoje na concessão da nacionalidade. Por seu lado a Igreja ressentia-se da idéia romana de religião subordinada ao Estado; via na adoração do imperador um ato de politeísmo e idolatria, e mandava que seus fiéis resistissem. Disso concluiu o governo romano ser o cristianismo um movimento radical, talvez comunista, sutilmente destinado a derrubar a ordem estabelecida.

Antes de Nero as duas forças ainda conseguiam viver lado a lado sem choques. A lei havia isentado os judeus da adoração do imperador, e os cristãos, que a princípio se confundiam com os judeus, gozavam do mesmo privilégio. Mas a execução de Pedro e Paulo e a queima de cristãos para iluminar os divertimentos de Nero transformaram aquela mútua tolerância em guerra aberta. Não nos admiramos de que depois de tais provocações os cristãos se voltassem contra Roma, denunciassem a imoralidade e a idolatria, ridicularizassem seus deuses, se rejubilassem com as calamidades,[1] que lhe caíam em cima e predissessem a breve queda do Império. No ardor de uma fé tornada intolerante por causa da intolerância, os cristãos declararam que os que tinham tido ensejo de aceitar Jesus e o não fizeram seriam condenados a tormentos eternos; e muitos predíziam o mesmo destino a todos os pré-cristãos ou a todo o mundo não-cristão; alguns excetuavam Sócrates. Em resposta, os pagãos tratavam os cristãos de "escória do povo", "bárbaros insolentes", e acusavam-nos de "odiar a raça humana", atribuindo todas as desgraças do Império à cólera das deidades pagãs contra a brandura usada para com esses inimigos.[2] E mil difamações e calúnias surgiam dos dois lados. Os cristãos eram acusados de magia infernal, de imoralidades secretas, de beber sangue humano na festa da Páscoa[3] e de adorar um asno.

O conflito era profundo. A civilização romana fundava-se no Estado; a civilização cristã baseava-se na fé. Para o romano a religião fazia parte da estrutura e operação do governo, e a moralidade culminava no patriotismo; para o cristão a fé era qualquer coisa à parte e superior à sociedade política; a mais alta lealdade não pertencia a

César, sim a Jesus. Tertuliano estabeleceu um princípio revolucionário: nenhum homem é obrigado a obedecer a uma lei que considere injusta.[4] Os cristãos reverenciavam seus bispos, e mesmo seus padres, muito mais que à magistratura romana; e de preferência submetiam seus casos às autoridades da Igreja, em vez de fazê-los aos funcionários do Estado.[5] O desapego dos cristãos pelas coisas terrenas parecia aos romanos uma fuga aos deveres civis, com enfraquecimento da fibra e da vontade nacional. Tertuliano aconselhou os cristãos a se recusarem ao serviço militar; e que bom número de cristãos aceitou o conselho, temos prova em Celso, em seu apelo para que cessassem de sabotar o Estado romano, e na resposta de Orígenes de que embora os cristãos não lutassem pelo Império, rezariam por ele.[6] Os cristãos eram aconselhados por seus chefes para evitar os não-cristãos, a fugir de seus jogos como bárbaros e de seus teatros como sensuais e obscenos.[7] O casamento com cônjuge não-cristão era proibido pela Igreja. Os escravos cristãos eram acusados de introduzir a discórdia na família por meio da conversão das mulheres e crianças; o cristianismo estava sendo acusado de destruir o lar.[8]

A oposição ao novo credo vinha antes do povo que do governo. Os magistrados eram em regra homens de cultura e tolerância; mas a massa da população pagã ressentia-se dos ares de superioridade e distância, e da certeza dos cristãos, e os denunciavam às autoridades para que fossem punidos esses "ateístas" que insultavam os deuses. Tertuliano nota "o ódio geral que há contra nós".[9] A partir do tempo de Nero a lei parece ter marcado a profissão da fé cristã como crime capital;[10] mas sob a maioria dos imperadores esta ordenação foi negligenciada.[11] Quando se via acusado, o cristão podia livrar-se queimando incenso diante da estátua do imperador; e feito isso era deixado em sossego na prática de sua fé.[12] Os que a isto se recusavam podiam ser presos, chibatados, exilados, condenados às minas ou executados. Domiciano parece ter banido de Roma alguns cristãos; "mas sendo em certo grau humano", disse Tertuliano, "breve interrompeu o que havia começado e suspendeu o banimento".[13] Plínio executou a lei com a oficiosidade de um amador (111), a julgar por uma de suas cartas a Trajano:

> O método que observei para com os que me eram denunciados como cristãos era este: eu os interrogava, indagando se eram realmente cristãos; se confessavam que sim, eu repetia mais duas vezes a pergunta, ameaçando-os de morte; se mesmo assim perseveravam, eu dava ordem para que fossem executados. ... Os templos que tinham ficado quase desertos começam de novo a ser freqüentados... e há uma generalizada procura de animais sacrificiais, que pouco tempo antes andavam sem compradores.

Ao que Trajano respondeu:

> O método que tendes seguido, meu caro Plínio, no caso dos denunciados como cristãos é eminentemente próprio. ... *Nenhuma busca deve ser dada nessa gente*; quando denunciados e provado que são culpados, devem ser punidos; mas quando negam que são cristãos e dão prova disso... adorando nossos deuses, devem ser perdoados. ... Informação não subscrita pelo informante não pode ser aceita contra ninguém.[14]

A frase em itálico sugere que era a contragosto que Trajano fazia executar a velha lei contra os cristãos. Não obstante, dois preeminentes mártires emergem de seu Prin-

cipado: Simeão, chefe da igreja de Jerusalém, e Inácio, bispo de Antioquia; e com certeza houve outros de menor renome.

Adriano, um céptico de todas as idéias, mandava que seus agentes tratassem os cristãos cepticamente.[15] Já Antonino Pio, religioso que era, permitiu maior perseguição. A populaça de Esmirna pediu ao "asiarca" Filipe que pusesse a lei em vigor; Filipe atendeu; mandou que se executassem 11 cristãos no anfiteatro (155). A sede de sangue da multidão aumentou com o espetáculo e fê-la exigir a morte do bispo Policarpo, um santo patriarca de 86 anos, com fama de na mocidade haver conhecido São João. Soldados romanos encontram-no em um retiro suburbano e levam-no à presença do asiarca nos jogos. Filipe intima-o: "Presta o juramento, renega esse Cristo e te deixarei ir embora." Policarpo, segundo os *Atos dos Mártires*, responde: "Por 86 anos fui seu servo e ele não me fez nenhum mal; como posso blasfemar contra meu Rei que me salvou?" A multidão exigiu que fosse queimado vivo. As chamas, diz o piedoso documento, recusaram-se a queimá-lo, "mas ele estava dentro delas como um pão no forno; e sentimos como um cheiro de incenso e outras resinas odoríferas. Por fim aqueles brutos mandaram que um carrasco o apunhalasse. Quando isso foi feito, uma pomba voou e o copioso sangue jorrado apagou o fogo, o que muito maravilhou a multidão."[16]

As perseguições foram renovadas no reinado do santo Marco Aurélio. Quando a fome, a peste, as inundações e a guerra caíram sobre um reinado até então feliz, espalhou-se a idéia de que esses males eram devidos à falta de veneração dos deuses romanos. Aurélio compartilhou dessa impressão, ou cedeu diante dela e em 177 promulgou um escrito ordenando a punição das seitas que causavam perturbações porque "excitavam os homens de espírito mal equilibrado" com novos ventos de doutrina. Nesse mesmo ano em Viena e Lião a populaça ergueu-se furiosa contra os cristãos e apedrejou os que ousaram sair de casa. O legado imperial ordenou a prisão dos principais da cidade. O bispo Potino, com 90 anos, morreu por efeito da tortura. Um mensageiro foi mandado a Roma saber do imperador que tratamento dar aos outros presos. Marco Aurélio respondeu que fossem soltos os que renegassem o cristianismo e tratados como mandava a lei os que o professassem.

A Augustália anual ia ser celebrada em Lião, com a presença de delegados de toda a Gália. No meio da festa são trazidos os cristãos presos para o interrogatório. Os que se desdisseram foram soltos; 48 que se mantiveram firmes receberam a morte com uma variedade e crueldade de tortura que só iria ser igualada pela futura Inquisição. Átalo, a figura logo abaixo de Potino na comunidade cristã de Lião, foi forçado a sentar-se e assar-se em uma cadeira de ferro em brasa;[17] Blandina, uma jovem escrava, recebeu torturas o dia inteiro e depois foi lançada à arena em um saco para ser estraçalhada por um touro. Diante de sua fortaleza silenciosa muitos cristãos admitiram que Jesus tornava seus mártires insensíveis à dor; o mesmo resultado podia vir do êxtase ou do medo. "Os cristãos", disse Tertuliano, "ainda quando condenados à morte dão graças."[18] (Nossas informações sobre os fatos de Lião procedem de uma carta " dos servos de Cristo em Lugdunum e Viena, na Gália, aos irmãos da Ásia e Frígia", reproduzida na *História Eclesiástica* de Eusébio, v. I. Talvez haja algum exagero.)

No reinado de Cômodo as perseguições cessam. Septímio Severo renova-as e até do batismo faz um crime. Em 203 muitos cristãos sofreram o martírio em Cartago. Um deles, uma jovem mãe de nome Perpétua, deixou a comovente narrativa de sua prisão e das súplicas de seu pai para que ela renegasse o cristianismo. Com mais uma compa-

nheira foi escorneada por um touro; em sua última pergunta, temos a indicação do efeito anestésico do medo ou do transe. "Quando vamos ser lançados ao touro?" Conta a história como Perpétua guiou para sua garganta a ponta da adaga do relutante gladiador que teve de matá-la.[19] A imperatriz síria, que sucedeu a Septímio e pouco se preocupava com os deuses romanos, deu aos cristãos uma folga; e no reinado de Alexandre Severo parece que se estabeleceu uma trégua entre as duas religiões rivais

Com a renovação dos ataques dos bárbaros a paz foi interrompida. Para compreendermos a perseguição no reinado de Décio (ou de Aurélio) temos de nos figurar uma nação no pleno tumulto da guerra, amedrontada com graves derrotas e a esperar a invasão. Em 249 uma onda de sentimento religioso varreu o Império; homens e mulheres apinhavam os templos e assediavam os deuses com preces. Pois bem: no meio dessa febre de patriotismo e medo os cristãos permaneciam de lado, sempre hostis ao serviço militar,[20] com desprezo pelos deuses e interpretando os desastres do Império como o profetizado prelúdio da destruição da "Babilônia" e da volta de Cristo. Querendo utilizar-se do estado de alma do povo para fortalecer a unidade nacional e levantar o entusiasmo, Décio promulgou um edito mandando que se fizesse uma grande propiciação aos deuses de Roma. Aparentemente não foram os cristãos intimados a abjurar sua fé, mas simplesmente mandados se juntarem à universal *supplicatio* às deidades que, na crença da população, já várias vezes haviam salvo Roma do perigo. A maioria dos cristãos acedeu; em Alexandria, segundo o bispo Dionísio, "a apostasia foi geral";[21] a mesma coisa em Cartago e Esmirna; é muito possível que esses cristãos considerassem a *supplicatio* uma simples formalidade. Mas os bispos de Jerusalém e Antioquia morreram na prisão e os de Roma e Tolosa foram executados (250). Centenas de cristãos romanos encheram as masmorras; alguns pereceram decapitados, outros queimados na fogueira, e uns tantos lançados às feras do circo. Ao cabo de um ano a perseguição arrefeceu e lá pela Páscoa de 251 estava encerrada.

Seis anos mais tarde Valeriano, em outra crise de invasão e terror, deu ordem para que "todas as pessoas se conformassem com os cerimoniais romanos" e proibiu qualquer assembléia de cristãos. Como o Papa Sisto II resistisse, foi executado com quatro dos seus diáconos. O bispo Cipriano de Cartago foi executado e o de Tarragona queimado vivo.

Em 261, depois que os persas afastaram Valeriano da cena, Galieno lançou o primeiro edito de tolerância, no qual reconhecia o cristianismo como religião permitida e ordenava a restituição das propriedades confiscadas aos cristãos. Perseguições menores ainda ocorreram durante os 40 anos seguintes, mas foram no geral décadas de calma e expansão cristã sem precedentes. No caos e terror do século III os homens, deixando o Estado enfraquecido para se refugiarem nas consolações religiosas, encontravam mais consolo no cristianismo do que nos credos rivais. A Igreja converteu muita gente rica, ergueu catedrais e foi permitindo que seus adeptos compartilhassem das alegrias do mundo. O *odium theologicum* arrefeceu entre o povo; os cristãos misturavam-se mais livremente com os pagãos, e até havia casamentos entre pagãos e cristãos. A monarquia oriental de Diocleciano parecia destinada a consolidar tanto a paz política como a religiosa.

Galério, entretanto, que via no cristianismo o último obstáculo ao governo absoluto, acentuou para Diocleciano a necessidade de completar a restauração romana com a restauração dos velhos deuses. Diocleciano hesitou; era avesso a correr riscos desnecessários e compreendia melhor do que Galério a magnitude de sua tarefa. Mas um

dia, em um sacrifício imperial, os cristãos fizeram o sinal-da-cruz para afastar os demônios; e quando os áugures não descobriram no fígado dos animais sacrificados base para suas interpretações, deram como causa do fracasso a presença ali de pessoas incrédulas. Diocleciano ordenou que toda a assistência oferecesse sacrifício aos deuses ou seria flagelada, e que no exército fizessem a mesma coisa os soldados ou seriam desligados (302). O estranho deste incidente está em que os escritores cristãos concordam com os áugures romanos: "as orações dos cristãos", diz Lactâncio;[22] "mantinham os deuses romanos a distância"; e o bispo Dionísio havia afirmado a mesma coisa uma geração antes. Galério não perdeu ensejo de insistir no assunto, até que Diocleciano concordou. Em fevereiro de 303 decretaram os quatro governantes a destruição de todas as igrejas cristãs, a queima dos livros cristãos e dissolução das congregações e o confisco de seus bens, a exclusão dos cristãos dos cargos públicos e o castigo dos encontrados em assembléia religiosa. Um bando de soldados inaugurou o decreto com o incêndio da catedral de Nicomédia.

Mas os cristãos já eram bastante numerosos para retaliar. Um movimento de revolta irrompeu na Síria; e na Nicomédia grupos de incendiários por duas vezes deitaram fogo ao palácio de Diocleciano. Galério atribuiu o crime aos cristãos e estes o atribuíram a Galério; centenas de cristãos foram presos e torturados, mas a culpa nunca estabelecida. Em setembro Diocleciano ordenou que fossem soltos os que homenageassem os deuses romanos e submetidos às maiores torturas os que não o fizessem. Enfurecido com a resistência e o desprezo dos recalcitrantes, ordenou a todas as autoridades que usassem de todos os meios para forçar aquela gente a apaziguar os deuses. E depois, talvez para deixar a triste façanha a cargo de outrem, resignou.

Maximiano pôs em execução o edito na Itália, com todo o rigorismo militar; e Galério, que já era *Augustus*, acentuou a perseguição no Oriente. A lista dos mártires cresceu em todas as partes do Império, exceto na Gália e na Bretanha, províncias em que Constâncio se limitou a queimar algumas igrejas. Assegura-nos Eusébio, provavelmente com a hipérbole da indignação, que os homens eram flagelados até a carne despegar-se dos ossos, ou que a carne era raspada dos ossos com conchas; e que deitavam sal e vinagre nas feridas; ou iam picando as vítimas aos pedacinhos para alimentar animais ali à espera; ou, amarrados em cruzes, eram deixados devorar por feras famintas. Algumas vítimas sofreram a tortura de palhetas metidas sob as unhas; outras tiveram os olhos arrancados; outras foram suspensas por um pé ou um braço; a outras despejaram garganta abaixo metal em fusão; outras morriam crucificadas, ou bastonadas; outras eram rasgadas ao meio pela súbita volta ao natural de ramos de árvores vergados.[23] Não temos nenhuma versão pagã sobre o assunto.

A chacina continuou durante oito anos e levou à morte aproximadamente 1.500 cristãos, ortodoxos ou heréticos; inúmeros outros sofreram horrores. Subia a milhares o número dos que renegaram seu credo; diz a tradição que até Marcelino, bispo de Roma, abjurou sob tortura. Mas em sua maioria permaneceram firmes; e a contemplação ou o conhecimento de tão heróica fidelidade em meio aos tormentos fortaleceu a fé dos vacilantes e conquistou novos adeptos às congregações perseguidas. Com a reincidência das brutalidades avultavam as simpatias da população pagã; e muitos cidadãos de peso tiveram a coragem de protestar contra aquele horror que iria ser o maior acesso de ferocidade da história romana. No começo o povo pedira ao governo a destruição do cristianismo; agora o povo se mantinha afastado do governo, e muitos foram os pagãos que arriscaram a vida para esconder ou proteger os perseguidos até

que a tempestade passasse.[24] Em 311 Galério, atacado de uma doença mortal, convenceu-se do fracasso da política perseguidora e pediu à esposa que promovesse sua reconciliação com o invencível Deus dos cristãos; promulgou um edito de tolerância, reconheceu o cristianismo como legal e rogou a prece dos cristãos em paga de "nossa altíssima clemência".[25]

A perseguição de Diocleciano foi a maior prova por que passou a Igreja — e o seu triunfo. Por algum tempo enfraqueceu o cristianismo com a natural defecção de adeptos ou de nascidos nele durante o meio século de paz anterior. Mas não tardou que os abjurantes se penitenciassem e voltassem para o rebanho. Narrativas sobre a lealdade dos que por amor à fé haviam morrido na tortura entraram a circular de cidade em cidade; e esses *Acta Martyrum* ou *Martyrologium*, intensificados pelo exagero e enfeitados pela lenda, tiveram papel de muita importância no avivar e disseminar o cristianismo. "O sangue dos mártires é semente de cristãos", disse Tertuliano.[26] Não existe maior drama na história do que a vista de um punhado de cristãos desprezados ou oprimidos por uma série de imperadores, suportando todas as provas com sublime tenacidade multiplicando-se calmamente, construindo uma ordem enquanto seus inimigos geravam o caos, opondo a palavra à espada, a esperança à brutalidade e, afinal, derrotando o Estado mais poderoso que a História conhece. César e Cristo tinham-se defrontado na arena, e Cristo vencera.

II. A ELEVAÇÃO DE CONSTANTINO

Lá do seu calmo palácio assistiu Diocleciano ao duplo fracasso da perseguição e da tetrarquia. Talvez nunca haja o Império testemunhado tanta confusão como a que se seguiu a sua retirada. Galério persuadiu Constâncio a nomear Severo e Maximino Daza como "césares" (305). Imediatamente o princípio da hereditariedade levantou a cabeça: Maxêncio, filho de Maximiano, quis suceder a seu pai, e o mesmo desejo apoderou-se de Constantino.

Flávio Valério Constantino nasceu em Naisso, na Mésia (272?), filho de Constâncio com sua concubina Helena, uma espécie de garçonete da Bitínia.[27] Ao ser escolhido como "césar", Diocleciano exigiu que ele se separasse de Helena e desposasse Teodora, enteada de Maximiano. Constantino havia recebido escassa educação. Muito cedo entrou para o exército e provou o seu valor nas guerras contra o Egito e a Pérsia. Depois que Diocleciano deixou o trono, Galério conservou o rapaz junto de si como refém pela boa conduta de Constâncio; e quando este pediu a devolução do filho, Galério procrastinou manhosamente; mas Constantino escapou à vigilância dos guardas e fugiu; e cavalgando noite e dia pela Europa afora foi reunir-se a seu pai em Boulogne e tomar parte em uma campanha na Inglaterra. O exército gaulês, profundamente leal ao generoso Constâncio, encheu-se de amor por aquele rapaz, belo, valente e decidido; e quando seu pai faleceu em York (306), as tropas aclamaram-no não apenas "césar", mas *Augustus* — imperador. Constantino aceitou o título menor, justificando-se com a insegurança de sua vida caso não tivesse a apoiá-lo a força. Galério, muito distante para intervir, relutantemente reconheceu aquele "césar" imposto pelos soldados. Constantino lutou vitoriosamente contra a invasão dos francos, e nos anfiteatros gauleses alimentou as feras com a carne de reis bárbaros.

Entrementes, a Guarda Pretoriana, ansiosa pela restauração de Roma como capital do Império, aclamou Maxêncio como imperador (306). Severo desceu de Milão a fim

de atacá-lo; para deter a confusão e a pedido do filho, Maximiano reassumiu o poder e entrou na luta; diante disso os soldados de Severo abandonaram-no e por fim o mataram (307). Com o escopo de ajudar no combate ao caos cada vez maior, o idoso Galério nomeou novo *Augustus* — Flávio Licínio; ao saber disso, Constantino assumiu também essa dignidade (307). Um ano mais tarde Maximino Daza adotava o mesmo título, de modo que em lugar dos dois *Augustus* do plano de Diocleciano, havia agora seis, pois nenhum se contentara de ser apenas "césar". Havendo Maxêncio brigado com seu pai, Maximiano segue para a Gália em busca do apoio de Constantino, mas enquanto este lutava contra os povos germânicos no Reno, Maximiano procurou substituí-lo no comando dos exércitos estacionados na Gália; Constantino voltou, sitiou Marselha, prendeu o intruso e cortesmente lhe permitiu que se suicidasse (310).

A morte de Galério (311) veio remover a última barreira entre a intriga política e a guerra. Maximino conspirava com Maxêncio para derrubar Licínio e Constantino, os quais, por sua vez, conspiravam para derrubar Maximino e Maxêncio. Tomando a iniciativa, Constantino cruzou os Alpes, derrotou um exército próximo de Turim e avançou contra Roma com a rapidez de César depois de atravessado o Rubicão. A 27 de outubro de 312 defrontou o exército de Maxêncio em Saxa Rubra (Pedras Vermelhas), nove milhas ao norte de Roma; e com alta estratégia compeliu Maxêncio a lutar de costas para o Tibre, sem outro caminho para a retirada além da Ponte Mílvia. Na tarde anterior à batalha, diz Eusébio, [28] Constantino viu no céu uma cruz de fogo sobre as palavras gregas *en toutoi nika* — "com este sinal vencerás". (Ou em latim: *In hoc vince,* ou *In hoc signo vinces.* Eusébio, único autor que fala disto, era confessadamente um propagandista, [29] "mas vendo", diz ele, "que o imperador me jurou como verdadeiro o fato, quando mo contou, a mim, que pretendia escrever sua história... quem pode dele duvidar?"[30])

Bem cedo na manhã seguinte (segundo Eusébio e Lactâncio),[31] Constantino sonhou que uma voz lhe mandava traçar no escudo de seus homens um X cortado ao meio por um traço recurvo no topo — símbolo de Cristo. Constantino levanta-se e obedece ao recomendado — e dá começo à luta marchando à frente do exército sob um estandarte (daí por diante conhecido como *lábaro*) com as iniciais de Cristo entretecidas com a cruz. Maxêncio ostentava a bandeira de Aureliano, signo de Mitras, o invencível Sol. O choque iria assinalar uma das esquinas ou viradas da História. A cruz de Cristo não chocava os adoradores de Mitras incorporados ao exército de Constantino, porque já haviam lutado sob um pavilhão trazendo a cruz de fogo de Mitras.[32] Constantino, depois de ganhar a batalha da Ponte Mílvia, na qual Maxêncio pereceu afogado no Tibre com milhares de seus soldados, entrou em Roma como o bem-vindo e o indisputado senhor do Ocidente.

Em começos de 313 teve um encontro com Licínio em Milão a fim de coordenar o governo; e lançaram o "Edito de Milão" que confirmava a tolerância religiosa concedida por Galério, estendia-a a todos os credos e ordenava a restituição dos bens confiscados aos cristãos durante as últimas perseguições. Depois desta histórica declaração, significativa da derrota do paganismo, Constantino volta para a Gália enquanto Licínio segue para leste a fim de enfrentar Maximino (313). A morte de Maximino logo depois veio resolver parte da crise, deixando Constantino e Licínio como os indisputados regentes do Império. Licínio desposa uma irmã de Constantino — e o povo, exausto de lutas, rejubila-se com as perspectivas de paz.

Mas nenhum dos dois "augustos" havia abandonado a esperança de eliminar o outro e ficar o único. Em 314 dá-se o rompimento. Constantino invade a Panônia, bate Licínio, e exige a submissão de todo o Império, com exceção da Trácia. Licínio vinga-se nos cristãos, renovando a perseguição na Ásia e no Egito, excluindo-os de seu palácio em Nicomédia, requerendo que todos os seus soldados adorassem os deuses pagãos, proibindo a co-freqüência dos serviços religiosos cristãos pelos dois sexos, e por fim vedando a realização desses serviços dentro dos muros da cidade. Os cristãos desobedientes perdiam suas posições, a cidadania, a propriedade, a liberdade e em certos casos até a vida. Constantino aguardava um ensejo não só de socorrer os cristãos do Oriente como anexar o Oriente a seu governo. Esse ensejo ocorreu quando os bárbaros invadiram a Trácia e Licínio não pôde desbaratá-los. Constantino acudiu e expulsou-os; mas Licínio protestou contra sua entrada na Trácia — e irrompeu a guerra civil. O defensor do cristianismo, à frente de 130.000 homens, atacou os 160.000 homens do defensor do paganismo, primeiramente em Adrianópolis e depois em Crisópolis (Scutari); venceu-os e fez-se o único imperador (323). Licínio entregou-se mediante a promessa de perdão; mas no ano seguinte foi executado sob acusação de estar conspirando. Os cristãos no exílio puderam voltar e reentrar na posse de tudo que lhes fora confiscado. Constantino proclamou a plena liberdade religiosa, declarou-se cristão e convidou seus súditos a abraçarem a nova fé.

III. CONSTANTINO E O CRISTIANISMO

Seria sincera tal conversão, um ato de fé religiosa, ou um golpe de habilidade política? Esta hipótese é a mais aceitável.[33] Helena, sua mãe, voltara-se para o cristianismo quando Constâncio a abandonou; e presumivelmente instruíra o filho nas excelências do caminho cristão; e Constantino também havia de ter-se impressionado com a sucessão de suas vitórias sob a bandeira de Cristo. Mas só um céptico teria feito um tão sutil uso dos sentimentos religiosos da humanidade. A *Historia Augusta* atribui-lhe esta frase: "É *Fortuna* quem faz um homem imperador"[34] — embora haja aqui mais um rapapé à modéstia do que à sorte. Em sua corte gaulesa vivia ele rodeado de filósofos e sábios pagãos.[35] Depois de convertido raramente se conformou com as exigências da adoração cristã. Suas cartas aos bispos mostram como pouco lhe interessavam as diferenças teológicas em curso — embora desejasse suprimir as dissensões no interesse da unidade imperial. Durante seu reinado tratou os bispos como auxiliares políticos; convocava-os, presidia-lhes os conselhos e punha em vigor o que o conclave formulava. Um verdadeiro crente teria sido antes de tudo cristão e só depois estadista. Constantino foi o contrário. O cristianismo significava para ele um meio, não um fim.

Durante sua vida já tinha assistido ao fracasso de três perseguições sem que a marcha do cristianismo arrefecesse. Os cristãos ainda constituíam minoria, mas uma minoria unida, forte, brava, ao passo que a maioria pagã se separava em muitos credos, com um peso morto de almas simples sem nenhuma convicção ou influência. No governo de Maxêncio os cristãos mostravam-se especialmente numerosos em Roma, o mesmo se dando no Oriente no governo de Licínio; apoiando o cristianismo, Constantino ganhava uma dúzia de legiões em sua guerra contra esses dois homens. Também o impressionava a comparativa ordem e moralidade da conduta cristã, a beleza incruenta do ritual cristão, a obediência dos cristãos a seu clero, aquela humilde acei-

tação das desigualdades com a esperança da felicidade na vida futura; talvez que essa nova religião melhorasse a moral romana, regenerasse o casamento e a família e abatesse a febre da guerra de classes. Apesar das perseguições os cristãos raramente se revoltavam contra o Estado; seus mestres imbuíam-lhes a submissão ao poder e ensinavam-lhes que os reis o eram por direito divino. Constantino aspirava a monarquia absoluta, forma de governo que se beneficiaria do apoio religioso; a disciplina hierárquica e a autoridade ecumênica da Igreja talvez proporcionassem um correlativo espiritual à monarquia. Talvez que aquela maravilhosa organização de bispos e padres pudesse tornar-se um instrumento de pacificação, unificação e governo.

Mas em um mundo preponderantemente pagão cumpria-lhe ser cauteloso. Constantino continuou a usar uma vaga linguagem monoteísta que qualquer pagão aceitaria. Durante os primeiros anos prestou-se pacientemente ao cerimonial dele exigido como *pontifex maximus* do culto tradicional; restaurou templos pagãos, fez que fossem tomados auspícios. Na dedicação de Constantinopla recorreu aos ritos cristãos como aos pagãos. Para proteger colheitas e curar doenças, empregava formas mágicas do paganismo.[36]

Aos poucos, à medida que seu poder se consolidava, passou a favorecer mais abertamente o cristianismo. Depois de 317 as moedas foram-se descartando dos símbolos pagãos, substituídos por inscrições neutras. Um texto legal de seu reinado (questionável mas não improvável) atribui aos bispos cristãos a autoridade de juízes nas dioceses;[37] outras leis isentavam a Igreja da taxação,[38] davam personalidade jurídica às associações cristãs, permitiam-lhes possuir terras e receber legados e atribuía à Igreja a propriedade dos mártires sem testamento.[39] Constantino auxiliou com dinheiro as congregações necessitadas, construiu diversas igrejas em Constantinopla e outros pontos e proibiu na nova capital a adoração de imagens. Esquecendo o Edito de Milão, proibiu reuniões de seitas heréticas e por fim ordenou a destruição de seus conventículos.[40] A seus filhos deu uma educação cristã ortodoxa e financiou as caridades cristãs de sua mãe. A Igreja exultava, pois nunca imaginou semelhante vitória. Eusébio exalta-se em orações que são verdadeiros hinos de gratidão e louvor; e por todo o Império os cristãos se reuniam em festas de ação de graças pelo triunfo de Cristo.

Três nuvens atenuavam o brilho desse "dia sem nuvens": a secessão monástica, o cisma donatista e a heresia ariana. No intervalo entre a perseguição de Décio e a de Diocleciano, a Igreja tornara-se a mais opulenta organização do Império e conseqüentemente já havia atenuado seus ataques contra a riqueza. Cipriano queixava-se de serem seus paroquianos loucos por dinheiro, das cristãs pintarem o rosto, de haver bispos ocupando rendosos lugares no Estado, fazendo fortuna, dando dinheiro a juros de usurário e negando sua fé ao menor sinal de perigo.[41] Eusébio lamentava que os padres tanto brigassem na competição pelas promoções eclesiásticas.[42] Enquanto o cristianismo convertia o mundo, o mundo convertia o cristianismo, fazendo-o mostrar o natural paganismo do homem. O monasticismo cristão surgiu como um protesto contra esse acordo entre a carne e o espírito. Uma minoria desejava evitar tudo quanto agradasse à carne, permanecendo naquela atitude inicial de absorção nos pensamentos da vida eterna. E seguindo a praxe dos filósofos cínicos, alguns desses ascetas renunciavam a todas as posses mundanas, vestiam o burel dos filósofos e viviam de esmolas. Outros, como Paulo, o Eremita, afundavam no deserto egípcio para viver uma vida solitária. Lá por 275 o egípcio Antônio começou uma vida de solidão que iria durar 25 anos, primeiro em uma tumba, depois em um castelo abandonado na

montanha, por fim em uma baiúca aberta na pedra. Ali lutava ele à noite com terríveis visões e sonhos tentadores, e vencia-os; sua fama de santidade encheu o mundo afinal — e aquele deserto se povoou de eremitas desejosos de solidão. Em 325 Pacômio, sentindo o egoísmo daquele viver, juntou todos os anacoretas em uma abadia em Tabeno no Egito, e criou o impulso monástico que iria ter a maior influência no desenvolvimento da Europa. A Igreja opôs-se-lhe por algum tempo, mas por fim o aceitou como indispensável contrapeso a sua crescente preocupação com o governo.

Um ano depois da conversão de Constantino foi a Igreja vítima de uma cisão que quase a arruína na hora do triunfo. Donato, bispo de Cartago, assistido por um padre do mesmo temperamento, insistia em que os bispos cristãos que durante as perseguições se tinham submetido à política pagã não podiam continuar como bispos; que os batismos e mais atos de tais bispos eram írritos e nulos; e que a validade dos sacramentos dependia em parte do estado espiritual do ministrante. Quando a Igreja se recusou a adotar este rigoroso critério, os donatistas nomearam bispos rivais para as cidades em que os existiam do tipo condenado. Constantino, sempre pensando no novo credo como instrumento de unificação, impressionou-se com o caos iminente e a possível aliança dos donatistas com movimentos radicais entre os camponeses africanos. Reuniu um concílio de bispos em Arles (314), confirmou a condenação episcopal dos donatistas, ordenou aos dissidentes que reentrassem na igreja e acenou aos recalcitrantes com a perda dos direitos civis e das propriedades (316). Cinco anos depois, em um momentâneo retorno ao Edito de Milão, iria ele revogar essas medidas e conceder aos donatistas uma condescente tolerância. O cisma de Donato persistiu até ao tempo em que os sarracenos varreram com os cristãos do norte da África.

Por essa mesma época gerou-se na África a mais grave heresia de toda a história da Igreja. Lá por 318 um padre da cidade egípcia de Báucalis espantou o bispo de sua diocese com estranhas opiniões e propósitos da natureza de Cristo. Um historiador católico descreve-o com estas palavras:

> Ario... era um homem alto e magro, de olhar triste e aspecto geral revelador de sua austeridade. Todos o sabiam asceta, como deixava ver de seus trajes — túnica sem mangas, um pano a servir de manto. Falava suavemente e possuía a palavra persuasiva. As virgens consagradas, tão numerosas em Alexandria, tinham-no em grande estima; e contava com muito apoio no alto clero.[43]

Cristo, dizia Ario, não se confunde com o Criador; é sim o Logos, o primeiro e mais alto de todos os seres criados. O bispo Alexandre protestou; Ario insistiu. Se o Filho foi gerado pelo Pai, argumentava ele, isso se deu em tempo; o Filho, portanto, não pode ser coeterno com o Pai. E se Cristo foi criado, deve ter sido tirado do nada, não da substância do Pai; Cristo não era "consubstancial" com o Pai.[44] O Espírito Santo foi gerado pelo Logos e ainda era menos Deus que o Logos. Nesta doutrina vemos a continuidade das idéias de Platão que, através dos estóicos, de Filo, Plotino e Orígenes, chegavam até Ario; o platonismo, que tão profundamente influenciara a teologia cristã, estava agora em conflito com a Igreja.

O bispo Alexandre impressionava-se não só com essas idéias como com sua rápida expansão entre os padres. Reunindo em Alexandria um concílio de bispos egípcios, convenceu-os a destituir Ario e mandou aos outros bispos um relato das decisões. Alguns objetaram; muitos padres se simpatizavam com Ario; pelas províncias asiáticas clérigos e leigos estavam divididos sobre o ponto e faziam tal "barulho e desordem",

diz Eusébio, "que a religião cristã dava um alegre assunto aos pagãos, mesmo em seus teatros".[45] Quando, depois de derrubar Licínio, Constantino veio a Nicomédia, teve oportunidade de ouvir toda a história da boca do bispo da diocese e mandou a Alexandre e Ario um convite para que, imitando a calma dos filósofos, reconciliassem pacificamente suas diferenças ou pelo menos não as debatessem em público. Essa carta, preservada por Eusébio, mostra ausência de teologia em Constantino e trai a intenção política de sua conduta religiosa.

> Eu me propus a fixar em uma só forma as idéias que toda gente possui a respeito da deidade; porque sinto fortemente que se pudesse unir os homens nesse ponto, a condução dos negócios públicos ficaria muito facilitada. Mas ai! Vim a saber que há mais disputas aqui do que recentemente na África. E a causa parece-me insignificante e indigna de tão feroz debate. Tu, Alexandre, quiseste saber o que os padres de tua diocese pensavam sobre um ponto de lei, em uma parte que em si não tem qualquer importância; e tu, Ario, se tiveste tais pensamentos devias ter guardado silêncio. ... Não havia nenhuma necessidade de tornar públicas essas questões... desde que não passam de problemas que só a vadiação sugere e só servem para ginástica mental... são coisas tolas, próprias de crianças sem experiência e não de padres e homens razoáveis.[46]

Nenhum efeito produziu a carta. Para a Igreja o ponto da "consubstanciação" (*homoousia*) contra a mera similaridade (*homoiousia*) do Filho e do Pai era vital, tanto à luz da teologia como da política. Se Cristo não era Deus, toda a estrutura da doutrina cristã estava ameaçada; e se fosse permitido que os fiéis se dividissem nesse ponto, a confusão poderia destruir a unidade e a autoridade da Igreja e, portanto, seu valor como suporte do Estado. Como a controvérsia se espalhasse, incendiando todo o Oriente grego, resolveu Constantino convocar o primeiro congresso ecumênico — isto é, universal — da Igreja. Convidou todos os bispos a se reunirem em Nicéia da Bitínia, perto da cidade de Nicomédia, e proveu fundos para os gastos. Compareceram nada menos de 318 bispos, "auxiliados", diz um deles, "por grande concurso de padres menores";[47] esta afluência mostra como já estava desenvolvida a Igreja. A maioria dos bispos provinha das províncias orientais; muitas das dioceses ocidentais ignoravam a controvérsia; o Papa Silvestre I, não podendo comparecer por motivo de doença, fez-se representar por alguns sacerdotes.

Reuniu-se o Concílio em um salão do palácio imperial. Constantino precedeu à abertura dos debates com uma breve alocução em que pedia aos bispos que restaurassem a unidade da Igreja. "Ele ouvia pacientemente os debates", conta Eusébio, "moderava a violência dos contendores",[48] e também tomava parte na discussão. Ario reafirmou seu conceito de que Cristo era um ser criado, "divino por participação", mas não igual ao Pai. Hábeis argumentadores levaram-no a admitir que se Cristo fosse uma criatura e tivesse tido começo, nesse caso podia mudar; e se podia mudar, podia passar da virtude ao vício. As respostas foram lógicas, honestas e suicidas. Atanásio, o eloqüente e belicoso arcediago que o bispo Alexandre trouxera consigo como uma espada teológica tornou claro que se Cristo e o Espírito Santo não eram da mesma substância que o Pai, então o politeísmo triunfaria. Admitiu a dificuldade de representar três pessoas distintas em um só Deus, mas argumentou que a razão devia curvar-se diante do mistério da Trindade. Com exceção de 17, todos os bispos concordaram e assinaram uma declaração a respeito. Os adeptos de Ario propuseram-se a

assinar, se pudessem acrescentar um "i" à palavra *homoousion*, transformando-a em *homoiousion*. O Concílio recusou, e de acordo com o imperador emitiu o seguinte credo:

> Creio em um Deus, o Pai Todo-Poderoso, que fez todas as coisas visíveis e invisíveis; e em um Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus gerado... não feito, sendo da mesma essência (*homoousion*) que o Pai... que para nós homens e para nossa salvação desceu e se fez carne, se fez homem, sofreu, levantou-se de novo no terceiro dia, subiu ao céu e julgará os vivos e os mortos...[49]

O texto acima difere do "Credo de Nicéia" hoje em uso e produto da revisão feita em 362. Unicamente cinco bispos, e em seguida dois apenas, deixaram de assinar. Foram juntamente com Ario excomungados pelo Concílio e exilados pelo imperador. Um edito imperial determinou que todos os livros de Ario fossem queimados, sendo punidos com a morte quem os ocultasse. (O Concílio também decretou que todas as igrejas celebrassem a Páscoa no mesmo dia, o qual seria anunciado cada ano pelo bispo de Alexandria de acordo com uma regra astronômica a ser promulgada pelo bispo de Roma. Na questão do celibato dos padres o Concílio inclinou-se a requerer a continência dos padres casados; mas Pafúncio, bispo de Alta Tebas, persuadiu seus pares a não tocar no costume estabelecido, que era proibir o casamento depois da ordenação mas permitir que os já casados antes da ordenação coabitassem com suas mulheres.[50])

Constantino festejou o encerramento do Concílio com um banquete e depois despediu-se dos bispos com um apelo para que não se despedaçassem uns aos outros.[51] Enganara-se em dois pontos: acreditar que a divergência estivesse encerrada e que ele próprio não mudaria de idéia; mas acertara em um terceiro: na eficiência do golpe dado a favor da unidade da Igreja. O Concílio acentuou a convicção da maioria do clero: que a organização e a sobrevivência da Igreja requeriam uma certa fixidez de doutrina. O Concílio de Nicéia realizou aquela unanimidade fundamental da fé que iria dar à Igreja Medieval o nome de "católica". E ao mesmo tempo assinalou a substituição do paganismo pelo cristianismo como expressão religiosa do Império, tornando definitiva a aliança do imperador com a fé triunfante. Uma nova civilização, baseada em uma nova religião, iria agora erguer-se das ruínas de uma cultura exausta e de um credo moribundo. A Idade Média começava.

IV. CONSTANTINO E A CIVILIZAÇÃO

Um ano depois do Concílio, Constantino inaugurou, com grande tristeza de Bizâncio, a cidade de Nova Roma que os pósteros iriam chamar Constantinopla. Em 330 deu o imperador as costas a Roma e a Nicomédia e proclamou a nova capital. Nela se rodeou da ostentosa pompa das cortes orientais, sentindo que sua influência psicológica sobre o exército e o povo faria com que o custo da magnificência redundasse em economia para o governo. Manobrou o exército com hábil diplomacia, temperou o despotismo com generosos decretos e deu apoio às artes e letras. Muito estimulou as escolas de Atenas; e em Constantinopla fundou uma universidade em que professores gregos, pagos pelo Tesouro, ensinavam o grego e o latim, literatura e filosofia, retórica e direito, e treinavam funcionários para o Império.[52] Confirmou e ampliou os privilégios dos médicos e professores em todas as províncias. Fez com que os governadores provinciais abrissem escolas de arquitetura e por meio de privilégios e prêmios

para elas atraíssem estudantes. Os artistas foram isentos das obrigações cívicas, de modo a disporem de bastante tempo para se aperfeiçoarem nas artes e transmitirem-nas aos filhos. E os tesouros do Império começaram a ser atraídos para a nova capital.

Em Roma as obras arquitetônicas daquele período foram inauguradas por Maxêncio. Maxêncio começou (306) e Constantino concluiu a imensa basílica assinaladora do apogeu da arquitetura clássica no Ocidente. Adaptando a estrutura dos grandes banhos, este edifício abarcava uma área de 330 pés por 250. A nave central, de 114 pés por 82, era coberta por três abóbadas de concreto conjugadas, a 120 pés de altura, parcialmente sustentadas por oito alentados pilares com colunas coríntias na frente, de 60 pés de altura. Pavimento de mármore colorido; vãos de janelas povoados de estátuas; as paredes desses vãos prolongavam-se acima do teto para servirem de contrafortes às abóbadas centrais. Os arquitetos do Renascimento aprenderam muita coisa nessas abóbadas e contrafortes. Ao desenhar a planta da catedral de São Pedro, Bramante planejou "erguer o Panteão sobre a Basílica de Constantino"[53] — isto é, coroar uma espaçosa nave com um domo maciço.

O primeiro imperador cristão construiu muitas igrejas em Roma, incluindo provavelmente a estrutura original de São Lourenço extramuros. Para celebrar a vitória da Ponte Múlvia ergueu em 315 o arco que ainda domina a Via dei Trionfi. É uma das velharias mais bem conservadas de Roma, com a majestade das linhas gerais não prejudicadas pelos estragos parciais. Quatro fustes muito bem proporcionados erguem-se de uma base escultural, dividem os três arcos e suportam o entablamento. Ornamentação com relevos e estátuas tomados dos monumentos de Aurélio e Trajano e os medalhões entre as colunas procedem de alguma construção do tempo de Adriano. Dois dos relevos parecem trabalho dos artistas de Constantino. As rudes figuras atarracadas, umas de perfil e pés para a frente, e a grosseira superposição de cabeças para substituir a perspectiva traem um regresso na técnica e no gosto; mas há um bom tratamento de luz e sombra, dando impressão de profundidade e espaço; e os episódios são apresentados com vitalidade como se a arte italiana tivesse regressado às suas fontes. A colossal figura de Constantino no Palazzo dei Conservatori leva esse primitivismo ao extremo; parece incrível que o homem que tão elegantemente presidiu o Concílio de Nicéia se assemelhasse àquele terrível bárbaro — a não ser que o artista quisesse antecipadamente ilustrar o cínico resumo de Gibbon: "Eu descrevi o triunfo do barbarismo e da religião."[54]

No começo do século IV uma nova arte surgiu — a "iluminação" de manuscritos com miniaturas. Nas letras, o cristianismo já predominava. Com eloqüência Lúcio Firmiano Lactâncio expôs a doutrina cristã no *Divinae Institutiones* (307), e no *De Mortibus Persecutorum* (314) descreveu com venenos cicerônicos as agonias finais dos imperiais perseguidores. "A religião", diz ele, "deve por sua própria natureza ser livre, desembaraçada de entraves, nunca imposta"[55] — uma heresia que não viveu muito tempo. Mais famoso que Lactâncio foi Eusébio Panfílio, bispo de Cesaréia. Começou a carreira como escriba e bibliotecário de seu predecessor, o bispo Pânfilo, que ele amou a ponto de lhe tomar o nome. Panfílio havia comprado a biblioteca de Orígenes e a desenvolvera na maior coleção de livros cristãos que já se vira. Vivendo ali em meio daqueles volumes tornou-se Eusébio o clérigo mais erudito de seu tempo. Pânfilo perdeu a vida na perseguição de Galério (310) e Eusébio foi mais tarde muito perseguido com perguntas sobre como pudera sobreviver. Fez muitos inimigos com o tomar uma posição média entre Ario e Alexandre, o que o não impediu de tornar-se o Bossuet da corte de Constantino, o qual o comissionou para escrever-lhe a biografia. Parte da pesquisa erudita de Eusébio entrou em sua *História Universal* — a mais completa das antigas cronologias. Ali dispôs as histórias sagrada e profana em colunas paralelas, divididas por uma sincronização de datas, e procurou fixar a época de cada acontecimento importante, de Abraão até Constantino. Todas as cronologias posteriores apóiam-se neste "cânone".

Pondo carne em tais ossos, Eusébio publicou em 325 a *História Eclesiástica* em que descreve o desenvolvimento da Igreja desde os começos até o Concílio de Nicéia. No primeiro capítulo,

de novo servindo de modelo a Bossuet, aparece a mais antiga filosofia da história — prefigurando o tempo como o campo de batalha de Deus e Satã, e todos os acontecimentos como correlacionados ao triunfo de Cristo. Um livro mal-arranjado, mas bem escrito. As fontes foram examinadas conscientemente, e a exposição é cuidadosa como em geral nos historiadores antigos; e a cada passo Eusébio se torna indispensável à posteridade, em virtude da transcrição de importantes documentos, que de outro modo se teriam perdido. Sua erudição era enorme; o estilo, vibrante, com alternativas de eloqüência e ódio teológico. Eusébio francamente exclui o que não possa "edificar" seus leitores cristãos ou fortalecer sua filosofia; basta dizer que procurou escrever a história do grande Concílio sem mencionar os nomes de Ario e Atanásio. A mesma honesta desonestidade faz de sua *Vida de Constantino* mais um panegírico que uma biografia. Começa com oito inspirados capítulos sobre a piedade e as boas obras do imperador, e diz como "ele governou divinamente o Império durante 30 anos".[56] Ninguém ao ler esse livro imagina que o imperador possa ter matado seu filho, seu sobrinho e sua mulher.

Tal qual Augusto, Constantino dirigiu tudo muito bem, menos sua própria família. Suas relações com Helena foram felizes. Aparentemente por sugestão do filho foi ela para Jerusalém e arrasou o templo de Afrodite, construído, ao que se dizia, em cima do túmulo de Cristo. Conta Eusébio que depois disso o Santo Sepulcro emergiu à luz do dia, com a verdadeira cruz em que Cristo foi pregado. Constantino mandou construir ali a Igreja do Santo Sepulcro com as relíquias preservadas em um santuário especial. Do mesmo modo que nos dias clássicos o mundo pagão havia adorado as relíquias da guerra de Tróia, orgulhando-se do *palladium* de Atena, assim o mundo cristão, mudando a superfície e renovando a essência de uma imemorial feição da vida humana, começou a juntar e adorar as relíquias de Cristo e dos santos. Helena ergueu uma capela no sítio tradicional em que nasceu Jesus Cristo em Belém, modestamente serviu as freiras que nele ministravam e depois de tudo voltou a Constantinopla para morrer nos braços do filho.

Constantino casou-se duas vezes: primeiro com Minervina, de quem teve um filho, Crispo; e depois com Fausta, filha de Maximiano, da qual teve três filhos e três filhas. Crispo tornou-se excelente soldado e muito auxiliou seu pai nas campanhas contra Licínio — mas em 326 foi por ele condenado à morte. Quase ao mesmo tempo Constantino decretou a morte de Liciniano, filho de sua irmã Constância e Licínio; e logo depois mandou matar Fausta. Não conhecemos as razões deste estranho caso. Assegura Zósimo que Crispo se apaixonara por Fausta, a qual denunciara isso ao imperador; e que Helena, loucamente apaixonada por Crispo, vingara-se persuadindo o imperador de que sua esposa o traíra com o filho.[57] O mais provável é que Fausta tenha planejado afastar Crispo do caminho do trono, no qual desejava colocar seus próprios filhos; e Liciniano pode ter sido morto por conspirar para suceder seu pai na direção de uma parte do Império.

Os sonhos de Fausta foram realizados depois de sua morte, porque em 335 Constantino legou o Império aos filhos sobreviventes e aos sobrinhos. Dois anos mais tarde, pela Páscoa, iria ele celebrar com grandes festas o 30º aniversário da ascensão ao poder. Depois, sentindo a proximidade do fim, foi provar os banhos quentes de uma estação próxima, Aquírion. Como a doença se agravasse, chamou um sacerdote para lhe administrar o sacramento do batismo, que muito deliberadamente diferira até aquele momento, na esperança de por esse modo limpar-se de todos os pecados de sua vida tão cheia. Em seguida, o cansado imperador, aos 64 anos, despiu-se da púrpura, envergou o traje branco dos neófitos e cerrou os olhos.

Constantino foi um grande general, um notável administrador, um habilíssimo estadista. Herdou e completou o trabalho de restauração de Diocleciano; graças a ambos o Império viveu mais 1.150 anos. Constantino prosseguiu nas formas monárquicas

de Aureliano e Diocleciano, parte por ambição na vaidade, parte por acreditar que o caos dos tempos exigia o governo absoluto. Seu maior erro foi dividir o Império entre os filhos; com certeza previu que eles iriam lutar pela supremacia como ele próprio o havia feito, mas lembrou-se também de que lutariam ainda mais se um terceiro fosse colocado no trono; aquilo era o preço da monarquia. Não podemos julgar suas execuções porque nada sabemos das provocações; sobrecarregado com os problemas do governo é possível que o ciúme e o medo hajam momentaneamente confundido sua razão; e há sinais de pesados remorsos nos últimos anos de sua vida. O seu cristianismo, que começara como mero recurso político, parece ter-se sublimado em sincera convicção. Tornou-se o mais insistente catequista do Império, perseguiu as heresias e não dava passo sem associar-se a Deus. Mais sábio que Diocleciano, rejuvenesceu o velho Império consociando-o a uma nova religião e dando-lhe vigorosa organização, sadia moralidade. Graças a seu concurso fez-se o cristianismo tanto a Igreja como o Estado que durante 14 séculos iriam moldar a vida e o pensamento da Europa. Talvez que, com exceção de Augusto, a Igreja agradecida tenha razão de considerá-lo o maior dos imperadores.

Epílogo

I. POR QUE ROMA CAIU

"OS dois grandes problemas da História", diz um brilhante mestre de nossos tempos, "consistem em explicar de que modo Roma se ergueu e por que caiu."[1] Aproximar-nos-emos da resposta se admitirmos que a queda de Roma, do mesmo modo que sua ascensão, não teve uma causa, mas muitas, e não foi um súbito acontecimento, mas sim um processo que durou 300 anos. Algumas nações não duraram tanto tempo quanto levou Roma para cair.

Uma grande civilização não é conquistada pelos inimigos de fora antes de estar destruída por dentro. As causas essenciais do declínio de Roma residem em seu povo, em sua moral, na luta de classes, na decadência do comércio, no despotismo burocrático, nas taxas asfixiantes, nas guerras consumidoras. Os escritores cristãos viam perfeitamente esta decadência. Tertuliano, lá pelo ano 200, proclamou com muito prazer o *ipsa clausula saeculi* — literalmente o *fin de siècle,* ou fim de uma era — como o prelúdio da destruição do paganismo. Respondendo à acusação de serem os sectários de Cristo a causa das desgraças do Império, Cipriano atribuiu a decadência a causas naturais:

> É preciso ver que o mundo ficou velho e não conserva o seu primitivo vigor. Mostra todos os sinais de decadência. As chuvas estão diminuindo e o calor do sol não é o mesmo; os metais estão esgotados, quase no fim; os agricultores desmedram nos campos.[2]

As incursões dos bárbaros e séculos de exploração das minas mais ricas haviam sem dúvida desfalcado a existência de metais preciosos em Roma. Na Itália central e do sul o desflorestamento, a erosão e o desleixo dos canais de irrigação, em virtude da falta de braços e da desordem no governo, tinham deixado a Itália mais pobre do que antes. A causa da decadência, entretanto, não era a exaustão do solo nem a mudança de clima, mas a negligência e a esterilidade dos homens atormentados e desanimados.

Os fatores biológicos revelam-se fundamentais. Um grave declínio da população acentua-se no Ocidente depois de Adriano. Há quem o ponha em dúvida, mas a grande importação de bárbaros feita por Aurélio, Valentiniano, Aureliano, Probo e Constantino sustentam a hipótese.[3] Para preencher os claros de suas legiões Aurélio engajou escravos, gladiadores, polícia, criminosos; ou a crise era maior que antes ou a população livre era menor; e não há dúvida sobre a queda em número da população escrava. Tantas propriedades agrícolas caíram em abandono, sobretudo na Itália, que Pertinaz as ofereceu de graça a quem quisesse cultivá-las. Uma lei de Septímio Severo fala em *penuria hominum* — escassez de homens.[4] O despovoamento da Grécia já vinha de longe. Em Alexandria, que se gabara de ter grande população, o bispo Dionísio calculou-a em metade do que tinha sido. E Dionísio lamentava-se de ver "a raça humana diminuindo e constantemente se perdendo".[5] Só os bárbaros e os orientais aumentavam demograficamente, fora e dentro do Império.

Qual a causa desta queda de população? Acima de tudo, a limitação da família. Praticada primeiramente pelas classes altas, desceu à classe proletária, assim chamada justamente por ter muita prole;[6] e lá pelo ano 100 d. C. já os camponeses também limitavam o número de filhos como o deduzimos do uso do *alimenta* imperial, destinado a estimular a proliferação entre os agricultores; no século III a limitação já havia conquistado as províncias do Ocidente e já baixava a população da Gália.[7] Embora classificado de crime, o infanticídio aumentava com o aumento da pobreza.[8] Os excessos sexuais talvez hajam reduzido a fecundidade humana; o celibato ou a protelação do casamento tiveram igual efeito, e a produção de eunucos aumentou com a avançada onda oriental sobre o Ocidente. Planciano, prefeito da Guarda, fez emascular 100 rapazes e deu-os de presente à filha no dia de seu casamento.[9]

Depois vinham as devastações da guerra, das revoluções e das pestes. Grandes epidemias dizimaram a população no tempo de Marco Aurélio, Galieno e Constantino. Na peste de 260-265 quase todas as famílias do Império foram atacadas; em Roma, ao que nos dizem, houve cinco mil mortes por dia durante muitas semanas.[10] Os mosquitos estavam vencendo na guerra contra os invasores humanos da Campânia; a malária abatia pobres e ricos no Lácio e na Toscana. Os holocaustos da guerra e da revolução, e talvez também o aborto e o infanticídio, produziam efeito não só numérico como disgênico: os melhores homens casavam-se mais tarde, geravam menos e morriam mais cedo. A assistência alimentar enfraquecia o pobre, o luxo enfraquecia o rico; e a longa paz privou todas as classes da península de suas qualidades e artes mavórticas. Os germânicos, que agora povoavam o norte da Itália e enchiam o exército, apresentavam-se física e moralmente superiores aos homens de cepa indígena; se tivesse havido tempo para uma lenta assimilação, teriam eles absorvido a cultura clássica e revigorado o sangue italiano. Mas não houve tempo. Ademais a população da Itália já vinha de longo tempo se misturando com raças orientais fisicamente inferiores ao tipo romano, embora superiores no mental. Os germânicos, tão fecundos, não podiam compreender a cultura clássica, não a aceitavam, não a transmitiam; e os orientais, igualmente fecundos, eram seus naturais destruidores; os romanos detentores dessa cultura sacrificavam-na em troca do comodismo da esterilidade. Roma não foi conquistada pelos bárbaros de fora, mas pelos bárbaros que se multiplicavam dentro de seus domínios.

A decadência moral contribuiu para a dissolução. O caráter viril formado na árdua simplicidade dos começos de Roma e na fé religiosa afrouxou ao sol da riqueza e na liberdade de crença; os homens tinham agora, nas classes alta e média, todos os meios de ceder à tentação e só a conveniência os determinava. O congestionamento urbano aumentava os contatos e frustrava a fiscalização; e a imigração misturou uma centena de culturas cujas diferenças se foram desgastando na indiferença. Os padrões estéticos e morais baixaram ao nível das massas; e o sexo desembestava enquanto a liberdade política decaía.

O maior dos historiadores sustentou que a causa da queda de Roma foi o cristianismo.[11] Porque esta religião, disse ele, tinha destruído[12] a velha fé que dava caráter à alma romana e estabilidade ao Estado Romano. O cristianismo declarara guerra à cultura clássica — à ciência, à filosofia, à literatura, à arte. Havia incrustado de misticismo oriental o estoicismo realista da vida romana; e desviara os homens das tarefas deste mundo para enervante preparação para alguma catástrofe cósmica; e levava-os a procurar a salvação no ascetismo e nas devoções, em vez de na dedicação ao Estado. Rom-

peu a unidade do Império que os imperadores-soldados lutavam por conservar; induzia seus adeptos a não colaborarem nos serviços públicos e a evitarem o serviço militar; praticava a ética da não resistência e da paz, em um tempo em que a sobrevivência do Império exigia a vontade de guerra. A vitória de Cristo equivaleu à derrota de Roma.

Há aqui alguma verdade. O cristianismo involuntariamente teve parte no caos de credos que contribuiu para aquele mosaico de valores morais que tanto favoreceu a decadência de Roma. O crescimento do cristianismo foi mais efeito do que causa da decadência romana. A ruína da velha religião vinha já de muito antes de Cristo; há em Ênio e Lucrécio mais ataques aos deuses do que em qualquer autor pagão posterior. A desintegração moral começa com a conquista da Grécia e culmina no reinado de Nero; daí por diante a moral romana melhora; a influência do cristianismo foi largamente sadia. O cristianismo cresceu com tanta rapidez justamente porque Roma estava morrendo. Os homens perderam a fé no Estado não porque o cristianismo dele os afastasse, mas porque o Estado defendia a riqueza contra a pobreza, fazia guerras para obter escravos, taxava o trabalho para alimentar o luxo, e não soube proteger o povo contra a fome, a peste, a invasão, a penúria; e logicamente o povo se voltava de César, o homem da guerra, para Cristo, o homem da paz; passava da mais incrível brutalidade a uma caridade sem precedentes, da vida sem esperança nem dignidade à fé que lhe consolava a pobreza e lhe honrava a humanidade. Roma não foi destruída pelo cristianismo nem pela invasão dos bárbaros; já era uma casca vazia quando o cristianismo se levantou e os bárbaros entraram.

As causas econômicas do declínio de Roma já as vimos nas reformas de Diocleciano. Basta um sumário aqui. A precária dependência alimentar em que vivia Roma; o colapso do abastecimento de escravos novos e os latifúndios; a deterioração dos transportes e os perigos do comércio; a perda dos mercados das províncias; a inabilidade da indústria italiana em exportar tanto quanto importava e a conseqüente emigração do ouro para o Oriente; a destruidora guerra entre os ricos e os pobres; o custo cada vez maior dos exércitos, da assistência alimentar, das obras públicas, da burocracia crescente e da corte parasitária; a depreciação da moeda; a falta de estímulo ao talento e a destruição do capital por força das taxas confiscatórias; a emigração do dinheiro e do operário; a camisa-de-força da servidão na agricultura e o sistema de casta nos ofícios: tudo isso conspirava para minar as bases materiais da vida italiana — e o poder de Roma foi-se transformando em um fantasma político sobrevivente à morte econômica.

As causas políticas da decadência tinham raízes em um fato: o despotismo crescente destruía o senso cívico dos cidadãos, estancando o estadismo em suas fontes. Impossibilitado de exprimir sua vontade política por outro meio que não a violência, o romano desinteressou-se do governo e absorveu-se nos negócios, nos divertimentos, em sua legião ou na salvação individual. Patriotismo e religião pagã nasceram e cresceram juntos e agora juntos decaíam.[13] O Senado, cada vez com menos prestígio desde Pertinaz, caiu na indolência, na subserviência, na venalidade, desaparecendo assim a última barreira que podia salvar o Estado da anarquia e do militarismo. Os governos locais, dominados pelos corretores e exatores imperiais, já não atraíam nenhum homem de primeira classe. A responsabilidade dos funcionários municipais quanto à taxa-quota de sua jurisdição, as despesas desses cargos sem remuneração, as liturgias, as beneficências e os jogos públicos que eles tinham de prover por conta própria, e os perigos inerentes à invasão ou guerra de classes tornavam a fuga a esses cargos equivalente à fuga às taxas na indústria e na agricultura. Os homens rebaixa-

vam-se de categoria social a fim de se tornarem inelegíveis; outros mudavam-se de cidade, ou sumiam-se nos campos, ou faziam-se monges. Como em 313 Constantino isentasse o clero de diversas taxas e do serviço público municipal, obrigações que sempre recaíram no sacerdócio pagão, a Igreja foi assaltada por candidatos ao sacerdócio, e muitas cidades se queixaram da queda das rendas e da falta de senadores. Constantino viu-se obrigado a determinar que nenhum homem elegível para as funções municipais podia ser admitido na classe dos sacerdotes.[14] A política imperial perseguia os que fugiam às honras municipais do mesmo modo como caçava os que fugiam às taxas ou ao serviço militar; levavam-nos de volta às suas cidades e obrigavam-nos a ter a honra de servir;[15] por fim sobreveio o decreto da herança compulsória do *status* social do pai e da aceitação forçada dos cargos para que fossem eleitos. Uma servidão pública decorrente da servidão econômica dentro da casta.

Receoso da revolta do Senado, Galieno excluiu do exército os senadores, e isso veio acentuar o declínio militar da península. O levantamento nas províncias de exércitos mercenários, e o esmagamento dos pretorianos promovidos por Septímio Severo, bem como a ascensão de generais provincianos que vinham apossar-se do trono destruíram a liderança, e mesmo a independência da Itália muito antes da queda do Império no Ocidente. Os exércitos de Roma já não eram exércitos romanos; compunham-se sobretudo de provincianos e largamente de bárbaros; não lutavam pelos seus lares e altares mas pela paga, pelos motivos e pelos despojos. Assaltavam e saqueavam cidades do Império com mais prazer do que atacavam o inimigo; eram na maioria filhos de camponeses que detestavam os ricos e os centros urbanos, vendo neles exploradores dos pobres e dos campos; e como as guerras civis lhes davam ensejo, saqueavam as cidades tão a fundo que nada deixavam para o invasor de fora.[16] Quando os problemas militares sobrepujaram os negócios internos, as cidades próximas das fronteiras tornaram-se sedes do governo; Roma passou a palco dos triunfos, um verdadeiro circo imperial, o museu das antigüidades políticas. A multiplicação das capitais e a divisão do poder rompeu a unidade administrativa. O Império tornara-se muito vasto para que seus estadistas o governassem e seus exércitos o defendessem — e começou a desintegração. Deixadas sozinhas contra os germânicos e escoceses, a Gália e a Bretanha escolheram seus próprios *imperatores* e tornaram-se soberanas; Palmira separou-se no tempo de Zenóbia, e a Espanha e a África sem resistência cederam à conquista bárbara. No reinado de Galieno 30 generais governaram 30 regiões do Império, praticamente independentes do governo central. No terrível drama de um grande Estado que se despedaça, as causas internas funcionavam como protagonistas invisíveis; os bárbaros só entraram quando a fraqueza lhes abriu as portas e onde o fracasso do estadismo político, biológico, moral e econômico deixou o terreno preparado para o caos, o desânimo e a ruína.

Externamente, a queda do Império Romano Ocidental foi apressada pela expansão migratória dos Hsiung-nu, ou Hunos, no noroeste da Ásia. Derrotados em seu avanço para leste pelos chineses e pela Muralha Chinesa, os hunos voltaram-se para o oeste e lá por volta do ano 355 atingiram o Volga e o Oxo. A pressão desses asiáticos forçou os sármatas da Rússia a mudarem-se para os Bálcãs; e os godos foram novamente empurrados para as fronteiras romanas. Atravessando então o Danúbio estabeleceram-se na Mésia (376); e ali, maltratados pelos funcionários romanos, revoltaram-se, bateram um grande exército romano em Adrianopla (378) e por algum tempo ameaçaram Constantinopla. No ano 400 Alarico atravessou os Alpes à frente dos visigodos e penetrou na Itália; em 410 tomava e saqueava Roma. Em 429 Genserico chefiou os

vândalos na conquista da Espanha e da África, e em 455 também tomou e saqueou Roma. Em 451 Átila conduziu os hunos ao ataque da Gália e da Itália; derrotado em Châlons, invadiu a Lombardia. Em 472 Orestes, general panoniano, colocou seu filho no trono com o nome de Rômulo Augústulo. Quatro anos depois os mercenários bárbaros, dominantes no exército romano, depuseram o "pequeno Augusto" e aclamaram o próprio chefe Odoacro rei da Itália. Odoacro reconheceu a supremacia do imperador romano em Constantinopla e foi por ele aceito como um rei vassalo. O Império Romano do Oriente iria durar até 1453. O Império Romano do Ocidente tinha chegado ao fim.

II. A REALIZAÇÃO ROMANA

É mais fácil explicar a queda de Roma do que sua longa sobrevivência. Esta foi a realização essencial de Roma: depois de vencido o mundo mediterrâneo, adotou sua cultura, por 200 anos deu-lhe ordem, prosperidade e paz, manteve o barbarismo a distância por mais 200 anos e antes de morrer transmitiu ao Ocidente a herança clássica.

Roma não teve rival na arte do governo. O Estado romano cometeu mil crimes políticos; construiu-se sobre o alicerce de uma oligarquia egoísta e um sacerdócio obscurantista; realizou uma democracia de homens livres e depois a destruiu com a corrupção e a violência; explorou suas conquistas para sustentar a península parasitária — e quando não pôde prosseguir na exploração desabou. Aqui e ali, a leste e a oeste, criou um deserto e deu-lhe o nome de paz. Mas no meio de todos esses males construiu um majestoso sistema de leis que deram a toda a Europa, dos decênviros a Napoleão, a segurança da vida, da propriedade e da continuidade industrial. Moldou um governo de poderes legislativo e executivo separados, cujo equilíbrio inspirou os criadores das constituições revolucionárias da América e da França. Por algum tempo fundiu democracia, monarquia e aristocracia de maneira tão feliz que obteve aplausos de filósofos, historiadores, súditos e inimigos. Administrou seu Império a princípio com avidez e crueldade, depois com tal tolerância e justiça que essa grande área do mundo jamais gozou de situação igual. Fez o deserto florir em civilização e resgatou-se de seus pecados com o milagre de uma paz duradoura. Nosso grande esforço de hoje consiste em reviver a *Pax Romana* para este nosso mundo em desordem.

Dentro deste arcabouço Roma desenvolveu uma cultura grega na origem, mas romana na aplicação e no resultado. Viveu muito preocupada com o governo para no campo intelectual produzir à maneira dos gregos; mas soube absorver com critério e preservar com tenacidade a herança intelectual, técnica e artística de Cartago, do Egito, da Grécia e do Oriente. Não contribuiu para o avanço da ciência nem da técnica industrial, mas enriqueceu o mundo com o tráfego marítimo e a rede de estradas arteriais do Império. Ao longo dessas estradas e através de cem mil belas pontes, Roma transferiu para a Idade Média e para o mundo moderno as antigas técnicas da agricultura, dos ofícios, da arte e da ciência arquitetônica monumental, os processos bancários e de financiamento, a organização da medicina e dos hospitais militares, o serviço sanitário urbano e muitas espécies de frutas ou plantas ornamentais do Oriente. Mesmo a arte do aquecimento central das casas desenvolveu-se no sul calmoso, dali passando para o norte glacial. O sul criou as civilizações, o norte as conquistou e destruiu — quando não as copiou.

Roma não inventou a educação, mas desenvolveu-a em escala até então desconhecida, deu-lhe o apoio do Estado e fixou o currículo que até hoje atormenta nossos estu-

dantes. Não inventou o arco, a abóbada, ou a cúpula, mas empregou-os com tal audácia e magnificência que em certos setores a arquitetura romana ainda não foi igualada; na verdade todos os elementos da catedral gótica aparecem nas basílicas. Não inventou o retrato escultural, mas deu-lhe um cunho realista raramente alcançado pelos gregos, tão idealizadores. Não inventou a filosofia, mas foi em Lucrécio e Sêneca que o epicurismo e o estoicismo chegaram às formas últimas. Não criou os tipos da literatura, nem mesmo os da sátira; mas quem pode negar a influência de Cícero na oratória, no ensaio e na prosa; ou a de Virgílio em Dante, Tasso, Mílton... de Tito Lívio e Tácito em nossos historiadores, ou de Horácio e Juvenal em Dryden, Swift e Pope?

Por meio de uma admirável corrupção a língua romana desdobrou-se nos idiomas da Itália, da Romênia, da França, da Espanha, de Portugal e da América Latina; a metade da raça branca fala hoje alguma língua de origem latina. E até o século XVIII foi o latim o esperanto da ciência, da erudição e da filosofia na Europa; dele saiu a terminologia internacional zoológica e botânica; e sobrevive no sonoro ritual e nos documentos oficiais da Igreja Romana; também nele ainda se escrevem receitas médicas, e muito impregnada de latim ainda é a linguagem da lei. Por direta apropriação e por meio das línguas românicas (*regalis, regal, royal; paganus, pagan, peasant*) realça a flexibilidade da língua inglesa. Milhares de vezes por dia nossa herança romana se trai em nossa vida comum.

Quando o cristianismo conquistou Roma, a estrutura eclesiástica da igreja pagã, o título e as vestes do *pontifex maximus*, a adoração da Grande Mãe e de uma multidão de divindades reconfortadoras, o senso de presenças supersensíveis espalhadas por toda parte, a alegria ou a solenidade dos velhos festivais e procissões passaram como um sangue maternal para a nova religião — e a vencida Roma capturou o seu conquistador. As rédeas do governo foram transmitidas por um governo moribundo a um papado forte; o perdido poder da espada renasceu na força da palavra reconfortadora; os exércitos foram substituídos pelos missionários da Igreja em marcha por todas as estradas imperiais; e as províncias revoltadas, aceitando o cristianismo, de novo reconheceram a soberania de Roma. Através das longas lutas da Idade da Fé a autoridade da antiga *urbs* persistiu e cresceu; e no Renascimento, quando a cultura clássica emergiu do túmulo, a cidade imortal tornou-se novamente o centro da riqueza, da vida e da arte do mundo. Quando em 1936 Roma celebrou o 2.689º aniversário de sua fundação, podia olhar para trás e ver em perspectiva a mais impressionante continuidade de governo e civilização da História. E possa ela erguer-se novamente.

OBRIGADO, PACIENTE LEITOR

Bibliografia

Livros referidos no texto ou em Notas

O asterisco indica os volumes recomendados para um estudo posterior.

ABBOTT, F., The Common People of Ancient Rome, N. Y., 1911.
ACTON, LORD, The History of Freedom, London, 1907.
ALCIPHRON, Letters, London, n.d.
ANDERSON, W., and SPIERS, R., The Architecture of Greece and Rome, London, 1902.
APOCRYPHA AND PSEUDEPIGRAPHA OF THE OLD TESTAMENT, Oxford, 1913. 2v.
APPIAN, Roman History, Loeb Classical Library. 4v.
APULEIUS, The Golden Ass, tr. W. Adlington, N. Y., 1927.
ARISTOTLE, Physics, Loeb Library. 2v.
*ARISTOTLE, Politics, Everyman Library.
ARNOLD, W., Roman System of Provincial Administration, Oxford, 1914.
ARRIAN, Anabasis of Alexander, London, 1893.
ATHENAEUS, The Deipnosophists, London, 1854, 3v.
AUGUSTINE, ST., The City of God, London, 1934.
AUGUSTINE, ST., Select Letters, Loeb Library.
AUGUSTUS, *Res gestae*, Loeb Library.

BAILEY, C., The Legacy of Rome, Oxford, n.d.
BALL, W. W., Short History of Mathematics, London, 1888.
BALSDON, J., The Emperor Gaius, Oxford, 1934.
*BARNES, H. E., History of Western Civilization, N. Y., 1935. 2v.
BARON, S., Social and Religious History of the Jews, N. Y., 1937. 3v.
BATTIFOL, L., The Century of the Renaissance, N. Y., 1935.
BEARD, M., History of the Business Man, N. Y., 1938.
BEVAN, E., The House of Seleucus, London, 1902. 2v.
BEVAN, E., The Legacy of Israel, Oxford, 1927.
*BIBLE, Revised, Version of the King James Translation.
BIEBER, M., History of the Greek and Roman Theater, Princeton, 1939.
BIGG, C., Neoplatonism, London, 1935.
BOISSIER, G., L'Afrique romaine, Paris, 1935.
*BOISSIER, G., Cicero and His Friends, N. Y., n.d.
BOISSIER, G., La fin du paganisme, Paris, 1894.
BOISSIER, G., L'oppositon sous les Césars, Paris, 1875.
BOISSIER, G. La réligion romaine, Paris, 1909, 2v.
BOISSIER, G., Rome and Pompeii, London, 1896.
BOISSIER, G., Tacitus and Other Roman Studies, London, 1906.
BOOKS OF ENOCH AND WISDOM, cf. Apocrypha.
BOUCHIER, E., Life and Letters in Roman Africa, Oxford, 1913.
BREASTED, J., Ancient Times, Boston, 1916.
BREASTED, J., Oriental Forerunners of Byzantine Painting, Chicago, 1924.
BRECCIA, E., Alexandrea ad Aegyptum, Bergamo, 1922.
BRITTAIN, A., Roma Women, Philadelphia, 1907.

BUCHAN, J., Augustus, N. Y., 1937.
BUCKLAND, W., Textbook of Roman Law, Cambridge U. P., 1921.
BURCKHARDT, J., Die Zeit Constantins des Grossen, Phaidon Verlag. Wien, n.d.
BURY, J., History of the Roman Empire, N. Y., n.d.
BURY, J., History of Freedom of Thought, N. Y., n.d.

CAESAR, J., De bello civili, Loeb Library.
CAESAR, J., De bello Gallico, Loeb Library.
CAMBRIDGE ANCIENT HISTORY N. Y., 1924f. 12v.
CAMBRIDGE MEDIEVAL HISTORY, N. Y., 1924f. 8v.
CAPES, W., University Life in Ancient Athens, N. Y., 1922.
CARPENTER, EDW., Pagan and Christian Creeds, N. Y., 1920.
CARTER, T., The Invention of Printing in China, N. Y., 1925.
*CASTIGLIONE, A., History of Medicine, N. Y., 1941.
CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, N. Y., 1913, 16v.
CATO M., De agri cultura, Loeb Library.
CATULLUS, Poems, tr. Horace Gregory, N. Y., 1931.
*CATULLUS, Tibullus, and Pervigilium Veneris, Loeb Library.
CHARLESWORTH, M., Trade Routes and Commerce of the Roman Empire, Cambridge U.P., 1926.
CICERO, Academica, Loeb Library.
CICERO, De divinatione, Loeb Library.
CICERO, De finibus, Loeb Library.
CICERO, De legibus, Loeb Library.
CICERO, De natura Deorum, Loeb Library.
CICERO, De officiis, Everyman Library.
CICERO, De re publica, Loeb Library.
*CICERO, De senectute and De amicitia, Loeb Library.
CICERO, Disputationes Tusculanae, Loeb Library.
CICERO, Letters, tr. Melmoth; cf. Middleton.
CICERO, Pro Milone and Other Speeches, Loeb Library.
CLEMENT OF ALEXANDRIA, Writings and Opinions, ed. Kaye, London, n.d.
COLLINGWOOD, R., and MYRES, N., Roman Britain, Oxford, 1937.
COLUMELLA, De re rustica, Loeb Library.
CONYBEARE, W. J., and Howson, J. S., Life, Times, and Travels of St. Paul, N. Y., 1869, 2v.
COULANGES, F. DE, The Ancient City, Boston, 1901.
CUMONT, F., Oriental Religious in Roman Paganism, Chicago, 1911.
CUNNINGHAM, W. C., Western Civilization in Its Economic Aspects, Cambridge U.P., 1900. 2v.

DAVIS, W. S., Influence of Wealth in Imperial Rome, N. Y., 1913.
DAVIS, W. S., and WEST, W. M., Readings in Ancient History, Boston, 1912.
DECLAREUIL, J., Rome the Law-Giver, N. Y., 1926.
DENNIS, G., Cities and Cemeteries of Etruria, Everyman Library. 2v.
*DILL, SIR S., Roman Society from Nero to Marcus Aurelius, London, 1911.
DIO CASSIUS, History of Rome, Troy, N. Y., 1905. 8v.
DIO CHRYSOSTOM, Orations, Loeb Library. 3v.
DIODORUS SICULUS, Library of History, Loeb Library. 10v.
DIONYSIUS OF HALICARNASSUS, Roman Antiquities, London, 1758. 4v.
DOUGHTY, G., Travels in Arabia Deserta, N. Y., 1923. 2v.
DUCHESNE, MON. L., Early History of the Christian Church, London, 1933. 3v.
DUFF, J., Literary History of Rome, London, 1909.
DUFF, J., Literary History of Rome in the Silver Age, N. Y., 1930.
DURUY, V., History of the Roman People, Boston, 1883. 8v.

EDERSHEIM, A., Life and Times of Jesus the Messiah, N. Y., n.d. 2v.
ENCICLOPAEDIA BRITANNICA, 14th ed. 24v.
*EPICTETUS, Works, Loeb Library. 2v.
EPICTETUS, Encheiridion, Girard, Kan, n.d.
EUSEBIUS PAMPHILUS, Ecclesiastical History, N. Y., 1839.
EUSEBIUS PAMPHILUS, Historical View of the Council of Nice, in preceding.
EUSEBIUS PAMPHILUS, Life of Constantine, in Ancient Ecclesiastical Histories, London, 1650.
EUSEBIUS PAMPHILUS, Praeparatio Evangelica, Oxford, 1843.

FATTORUSCO, J., Wonders of Italy, Florence, 1930.
FERRERO, G., Ancient Rome and Modern America, N. Y., 1914.
*FERRERO, G., Greatness and Decline of Rome, N. Y., 1909. 5v.
FERRERO, G., The Ruin of Ancient Civilization, N. Y., 1921.
FERRERO, G., The Women of the Caesars, N. Y. n.d.
FINKELSTEIN, L., Akiba, N. Y., 1936.
*FLAUBERT, G., Salammbo, Modern Library.
FLICK, A. C., Rise of the Medieval Church, N. Y., 1909.
FOAKES-JACKSON, F., and LAKE, K., Beginnings of Christianity, London, 1920. 5v.
FOWLER, W. W., Religious Experience of the Roman People, London, 1933.
FOWLER, W. W., Roman Festivals of the Period of the Republic, N. Y., 1899.
FOWLER, W. W., Social Life at Rome, N. Y., 1927.
FRANK, T., Economic History of Rome, Baltimore, 1927.
FRANK, T., Roman Imperialism, N. Y., 1914.
FRANK, T., Economic Survey of Ancient Rome, Baltimore, 1933f. 5v.
FRAZER, SIR J., Adonis, Attis, and Osiris, London, 1907.
FRAZER, SIR J., The Magic Art, N. Y., 1935. 2v.
FRAZER, SIR J., The Scapegoat, N. Y. 1935.
FRAZER, SIR J., Spirits of the Corn and Wild, N. Y., 1935. 2v.
*FRIEDLANDER, L., Roman Life and Manners under the Roman Empire, London, 1928. 4v.
FRONTINUS, Stratagems and Aqueducts, Loeb Library.
FRONTO, M., Correspondence, Loeb Library.

GAIUS, Elements of Roman Law, ed. Poste, Oxford, 1875.
GALEN, On the Natural Faculties, Loeb Library.
GARDINER, E., Athletics of the Ancient World, Oxford, 1930.
GELLIUS, AULUS, Attic Nights, Loeb Library. 3v.
GARRISON, F., History of Medicine, Phila, 1929.
GATTESCHI, G., Restauri della Roma Imperiale, Rome, 1924.
GEST, A., Roman Engineering, N. Y., 1930.
GIBBON, E., Decline and Fall of the Roman Empire, Everyman Library. 6v.
Ed. Bury, J. B., London, 1900. 7v. Only when so specified.
GLOVER, T. R., The Conflict of Religions in the Early Roman Empire, London, 1932.
GOGUEL, M., Life of Jesus, N. Y., 1933.
GOODSPEED, E. J., The New Testament, an American Translation, Univ. of Chicago, 1937.
GRAETZ, H., History of the Jews, Phila., 1891. 6v.
GREEK ANTHOLOGY, Loeb Library.
GUHL, E., and KONER, W., Life of the Greeks and the Romans, N. Y., 1876.
GUIGNEBERT, C., Christianity Past and Present, N. Y., 1927.
GUIGNEBERT, C., Jesus, N. Y., 1935.
GUMMERE, R., Seneca the Philosopher, Boston, 1922.

HADZSITS, G., Lucretius and His Influence, London, 1935.
HAGGARD, H., Devils, Drugs, and Doctors, N. Y., 1929.
HALLIDAY, W. R., The Pagan Background of Early Christianity, London, 1925.

HAMMERTON, J., Universal History of the World, London, n.d. 8v.
HARRISON, JANE, Prolegomena to the Study of Greek Religion, Cambridge U.P., 1922.
HASKELL, H., The New Deal in Old Rome, N. Y., 1939.
HASTINGS, J., Encyclopedia of Religion and Ethics, N. Y., 1928. 12v.
HATCH, E., Influence of Greek Ideas and Usages upon the Christian Church, London, 1890.
HAVERFIELD, F., The Romanization of Roman Britain, Oxford, 1923.
HAVERFIELD, F., The Roman Occupation of Britain, Oxford, 1924.
HEATH, SIR T., History of Greek Mathematics, Oxford, 1921. 2v.
HEINE, H., Memoirs, London, 1910. 2v.
HEITLAND, W., Agricola, Cambridge U.P., 1921.
HELIODORUS, Longus, etc., Greek Romances, London, 1901.
HENDERSON, B., Life and Principate of the Emperor Hadrian, N. Y., n.d.
HENDERSON, B., Life and Principate of the Emperor Nero, Phila., 1903.
HERODIAN, History of Twenty Caesars, London, 1629.
*HERODOTUS, History, ed. Rawlinson, London, 1862. 4v.
HIMES, N., Medical History of Contraception, Baltimore, 1936.
HISTORIAE AUGUSTAE, Loeb Library, 2v.
HOLMES, T. R., The Architect of the Roman Empire, Oxford, 1928. 2v.
HOMO, L., Primitive Italy, London, 1927.
HOMO, L., Roman Political Institutions, N. Y., 1930.
*HORACE, Odes and Epodes, Loeb Library.
HORACE, Satires and Epistles, Loeb Library.
HOWARD, C., Sex Worship, Chicago, 1909.

INGE, DEAN W. R., The Philosophy of Plotinus, London, 1929. 2v.
IRENAEUS, Adversus haereses, Oxford, 1872.

JEROME, Select Letters, Loeb Library.
JONES, A., Cities of the Eastern Roman Provinces, Oxford, 1937.
JONES, H., Companion to Roman History, Oxford, 1912.
JONES, W., Malaria and Roman History, Manchester U.P., 1909.
JOSEPHUS, Works, tr. Whiston, Boston, 1811, 2v.
JULLIAN, C., Histoire de la Gaule, Paris, 1908. 6v.
JUSTINIAN, Digest; cf. Scott, S. P.
*JUVENAL AND PERSIUS, Satires, Loeb Library.
JUVENAL, PERSIUS, SULPICIA AND LUCILIUS, Satires, tr. Gifford, London, 1852.

KALTHOFF, A., Rise of Christianity, London, 1907.
KAUTSKY, K., Ursprung des Christentums, Vienna, 1908.
KLAUSNER, J., From Jesus to Paul, N. Y., 1943.
KLAUSNER, J., Jesus of Nazareth, N. Y., 1929.
KOHLER, C., History of Costume, N. Y., 1928.

LACTANTIUS, Works, in Ante-Nicene Christian Library, vols. XXI-II, London, 1881.
LAKE, K., ed., The Apostolic Fathers, Loeb Library. 2v.
LANCIANI, R., Ancient Rome, Boston, 1899.
LANG, P., Music in Western Civilization, N. Y., 1941.
LEA, H. C., Historical Sketch of Sacerdotal Celibacy, Boston, 1884.
LACKY, W., History of European Morals, N. Y., 1926. 2v.
LESLIE SHANE, The Greek Anthology, N. Y., 1929.
LIVINGSTONE, R. W., The Legacy of Greece, Oxford, 1924.
LIVY, T., History of Rome, Everyman Library, 6v.
LONGINUS ON THE SUBLIME, Loeb Library.
LOT, FERDINAND, End of the Ancient World, N. Y., 1931.

LUCAN, Pharsalia, Loeb Library.
*LUCIAN, Works, tr. Fowler, Oxford, 1905, 4v.
*LUCRETIUS, De rerum natura, Loeb Library.

MACGREGOR, R., The Greek Anthology, London, n.d.
MACKENNA, STEPHEN, The Essence of Plotinus, N. Y., 1934.
MACROBIUS, Works, French tr., Paris, 1827. 2v.
MACROBIUS, Opera, London, 1694.
MAHAFFY, J., The Silver Age of the Greek World, Chicago, 1906.
MAINE, SIR H., Ancient Law., Everyman Library.
MAIURI, A., Les fresques de Pompeii, Paris, n.d.
MAIURI, A., Pompeii, Rome, n.d.
MANTZIUS, K., History of Theatrical Art., N. Y., 1937. 6v.
*MARCUS AURELIUS, Meditations, tr. Long, Boston, 1876.
MARTIAL, Epigrams, Loeb Library. 2v.
MATTHEWS, B., Development of the Drama, N. Y., 1921.
MAU, A., Pompeii, N. Y., 1902.
MERIVALE, C., History of the Romans under the Empire, London, 1865, 8v.
MIDDLETON, C., Life of Marcus Tullius Cicero, London, 1877.
MINUCIUS, FELIX, Octavius, in Tertullian, Apologeticus, Loeb Library.
MOMIGLIANO, A., Claudius, Oxford, 1934.
MOMMSEN, T., History of Rome, London, 1901, 5v.
MOMMSEN, T. The Provinces of the Roman Empire, N. Y., 1887, 2v.
MONROE, P., Source Book of the History of Education for the Greek and Roman Period N. Y., 1932.
MONTESQUIEU, CHARLES DE, Grandeur et Décadence des Romains, Paris, 1924.
MOORE, G. F., Judaism in the First Centuries of the Christian Era, Cambridge, Mass., 1932. 2v.
MÜLLER-LYER, F., Evolution of Modern Marriage, N. Y., 1930.
MURRAY, G., Five Stages of Greek Religion. Oxford, 1930.

NEPOS, CORNELIUS, Lives, N. Y., 1895.

OVID, Ars amatoria, Loeb Library.
OVID, Fasti, Loeb Library.
OVID, Heroides and Amores, Loeb Library.
OVID, Love Books of, tr. May, N. Y. 1930.
OVID, Metamorphoses, Loeb Library, 2v.
OVID, Tristia and Ex Ponto, Loeb Library.
OWEN, JOHN, Evenings with the Sceptics, London, 1881. 2v.

PATER, WALTER, Marius the Epicurean, N. Y., n.d.
PAUL-LOUIS, Ancient Rome at Work, N. Y., 1927.
PFUHL, E., Masterpieces of Greek Drawing and Painting, London, 1926.
PHILO, Works, Loeb Library, 9v.
PHILOSTRATUS, Life of Apollonius of Tyana, Loeb Library. 2v.
PHILOSTRATUS AND EUNAPIUS, Lives of the Sophists, Loeb Library.
PLAUTUS, Comedies, London, 1889.
PLINY THE ELDER, Natural History, London, 1855. 6v.
PLINY THE YOUNGER, Letters, Loeb Library.
PLOTINUS, Select Works, London, 1912.
PLUTARCH, De Iside et Osiride, French tr., Paris, 1924.
PLUTARCH, De tranquillitate animi, tr. Harvard U.P., 1931.
PLUTARCH, Lives, Everyman Library, 3v.

PLUTARCH, Moralia, Loeb Library.
PLUTARCH, Quaestiones Romanae, tr. Holland, London, 1892.
POLYBIUS, Histories, Loeb Library, 6v.
POPE, A. U., Survey of Persian Art, London, 1938. 6v.
PORPHYRY, Life of Plotinus, in MacKeanna, S., The Essence of Plotinus, N. Y., 1934.
PROPERTIUS, Poems, Loeb Library.

QUINTILIAN, Institutes of Oratory, Loeb Library. 4v.

RAMSAY, W. M., The Church in the Roman Empire, N. Y., 1893.
RANDALL-MACIVER, D., The Etruscans, Oxford, 1927.
RAWLINSON, G., The Sixth Great Oriental Monarch. N. Y., n.d.
REID, J., Municipalities of the Roman Empire, Cambridge U.P., 1913.
REINACH, S., Apollo, a History of Art. N. Y., 1917.
REINACH, S., A Short History of Christianity, N. Y., 1922.
RENAN, E., Antichrist, London, n.d.
RENAN, E., The Apostles, London, n.d.
RENAN, E., The Christian Church, London, n.d.
RENAN, E., Lectures on the Influence of Rome on Christianity, London, 1884.
RENAN, E., Life of Jesus, N. Y., n.d.
RENAN, E., Marc Aurèle, Paris, n.d.
RENAN, E., St. Paul, Paris, n.d.
ROBERTSON, J. M., Short History of Freethought, London, 1914. 2v.
RODENWALDT, G., Die Kunst der Antike: Hellas und Rom, Berlin, 1927.
ROSTOVTZEFF M., History of the Ancient World, Oxford, 1928. 2v.
ROSTOVTZEFF, M., Mystic Italy, N. Y., 1927.
ROSTOVTZEFF, M., Social and Economic History of the Hellenistic World, N. Y., 1942. 3v.
ROSTOVTZEFF, M., Social and Economic History of the Roman Empire, Oxford, 1926.

SACHAR, A., History of the Jews, N. Y., 1932.
SALLUST, Works, Loeb Library.
SANDYS, SIR J., Companion to Latin Studies, Cambridge U. P., 1925.
SARTON, G., Introduction to the History of Science, Baltimore, 1930. Vol. I.
SCHÜRER, E., History of the Jewish People in the Times of Jesus, N. Y., 1890. 6v.
SCHWEITZER, A., The Quest of the Historical Jesus, London, 1926.
SCOTT, E. F., First Age of Christianity, N. Y., 1935.
SCOTT, S. P., The Civil Law of Rome, Cincinnati, 1932. 17v.
SENECA, Epistulae Morales, Loeb Library, 2v.
SENECA, Moral Essays, Loeb Library, 3v.
SENECA, Quaestiones naturales, tr. in. Clarke, Physical Science in the Time of Nero, London, 1910.
SENECA, Tragedies, Loeb Library. 2v.
SEXTUS EMPIRICUS, Work, Loeb Library. 3v.
SEXTUS EMPIRICUS, Opera, Leipzig, 1840. 2v.
SHOTWELL, J., Introduction to the History of History, N. Y., 1936.
SHOTWELL, J., and LOOMIS, L., The See of Peter, Columbia U. P., 1927.
SIDONIUS APOLLINARIS, Poems, Loeb Library.
SIMPSON, F., History of Architectural Development, London, 1921. Vol.I.
SMITH, R. B., Carthage and the Carthaginians, N. Y., 1908.
SMITH, WM., Dictionary of Greek and Roman Antiquities, Boston, 1859.
SELLAR, W., Horace and the Elegica Poets, Oxford, 1937.
SELLAR, W., Roman Poets of the Augustan Age: Virgil, Oxford, 1877.
SELLAR, W., Roman Poets of the Republic, Oxford, 1881.
SOCRATES, Ecclesiastical History, London, 1892.

STATIUS, Poems, Loeb Library. 2v.
STRABO, Geography, Loeb Library, 8v.
STRONG, E., Art in Ancient Rome, N. Y., 1928. 2v.
SUETONIUS, Works, Loeb Library. 2v.
* SUMNER, W. G., Folkways, Boston, 1906.
SUMNER, W. G., War and Other Essays, Yale U.P., 1911.
SYME, R., The Roman Revolution, Oxford, 1939.
SYMONDS, J. A., Studies of the Greek Poets, London, 1920.

* TACITUS, Annals, Loeb Library.
* TACITUS, Histories, Loeb Library.
TACITUS, Works, tr. Murphy, London, 1830.
TAINE, H., Essai sur Tite Live, Paris, 1874.
TAINE, H., Modern Regime, N. Y., 1890, 2v.
TALMUD, Babylonian, tr. London, 1935f. 24v.
TARN, W. W., Hellenistic Civilization, London, 1927.
TAYLOR, H., Cicero, Chicago, 1916.
TERENCE, Comedies, London, 1898.
TERTULLIAN, Apologeticus, etc., Loeb Library.
THIERRY, A., Histoire de la Gaule sous l'administration romaine, Paris, 1840. 3v.
THOMPSON, SIR E., Introduction to Greek and Latin Paleography, Oxford, 1912.
THORNDIKE, L., History of Magic and Experimental Science, N. Y., 1929. 2v.
THUCYDIDES, History of the Peloponnesian War, Everyman Library.
TIBULLUS, Poems, cf. Catullus.
TOUTAIN, J., Economic Life of the Ancient World, N. Y., 1930.
TOYNBEE, A. J., A Study of History, Oxford, 1935. 3v.
TRENCH, R., Plutarch, London, 1874.

UEBERWEG, F., History of Philosophy, N. Y., 1871. 2v.
USHER, A., History of Mechanical Inventions, N. Y., 1929.

VALERIUS MAXIMUS, Factorum et dictorum, Berlin, 1854.
VARRO, M., Rerum rusticarum, Loeb Library.
* VIRGIL, Poems, Loeb Library. 2v.
VITRUVIUS, De architectura, Loeb Library.
VOGELSTEIN, H., Rome, Phila., 1940.
VOLTAIRE, Philosophical Dictionary, N. Y., 1901.

WARD, C. O., The Ancient Lowly, Chicago, 1907. 2v.
WATSON, P. B., Marcus Aurelius Antoninus, N. Y., 1884.
WIGALL, A., The Paganism in Our Christianity, N. Y., 1928.
WISE, O., Language and Character of the Roman People, London, 1909.
WESTERMARCK, E., Origin and Development of the Moral Ideas, London, 1917. 2v.
WHITE, E. L., Why Rome Fell, N. Y., 1927.
WICKHOFF, F., Roman Art, London, 1900.
WILLIAMS, H., History of Science, N. Y., 1909. 5v.
WINCKELMANN, J., History of Ancient Art, Boston, 1880. 2v.
WRIGHT, F., History of Later Greek Literature, N. Y., 1932.

ZEITLIN, S., The Jews, Phila., 1936.
ZEITLIN, S., The Pharisees and the Gospels, N. Y., 1938.

Notas

Algarismos romanos maiúsculos, exceto no índice de uma nota, indicarão sempre volumes seguidos dos números de páginas; algarismos romanos minúsculos indicarão "livros" (divisões principais) de um texto clássico, seguidos dos números de capítulos ou versículos, e, algumas vezes, em adição, vêm também números de seção ou de parágrafo.

CAPÍTULO I

1. Plínio, *Natural History*, xxxvii, 77.
2. Virgílio, *Georgics*, ii, 149.
3. Ibid., ii, 198.
4. Estrabão, *Geography*, v, 4. 8.
5. Políbio, *History*, i, 2. 15.
6. Em Taine, *Modern Regime*, 17.
7. Aristóteles, *Physics*, 1329b.
8. Tucídides, *Peloponnesian War*, vi, 18.2.
9. Homo, *Primitive Italy*, 32; Toutain, *Economic Life of the Ancient World*, 207.
10. Dennis, *Cities and Cemeteries of Etruria*, I, 36.
11. Heródoto, *Histories*, v. 94; Estrabão, v, 1. 2; Tácito, *Annals*, iv, 55; Apiano, *Roman History*, viii, 9. 66; etc. Dionísio de Halicarnasso, i, 30, considerava os etruscos como autóctones da Itália; assim também Mommsen, *History of Rome*, I, 155. Dennis, I, 17. Frank, *Economic History of Rome*, 16, Randall-MacIver, *Etruscans*, 23, e Rostovtzeff, *History of the Ancient World*, II, 180, aceitaram a tradição.
12. Dennis, I, 39.
13. Paul-Louis, *Ancient Rome at Work*, 66; Toutain, 211.
14. Dennis, I, 329.
15. Ateneu, *Deipnosophists*, xii, 3.
16. Garrison, *History of Medicine*, 119.
17. Castiglione, *History of Medicine*, 192.
18. Aristóteles, em Ateneu, i, 19; Dennis, I, 321.
19. Ibid., 21.
20. *Cambridge Ancient History*, IV, 415.
21. Frazer, Sir J., *Magic Art*, II, 287.
22. Escolástica de Juvenal, vi, 565.
23. Frazer, l.c.
24. CAH, IV, 420-I: Mommsen, I, 232-3; Dennis, II, 168.
25. *Enc. Brit.*, VIII, 787.
26. Anderson e Spiers, *Architecture of Greece and Rome*, 121; Strong. E., *Art in Ancient Rome*, 21; CAH, VII, 386.
27. Plínio, xxxv, 6.
28. Rodenwaldt, G., *Die Kunst der Antike: Hellas*, 509.
29. Ovídio, *Fasti*, iii, 15.
30. Tito Lívio. *History of Rome*, i, 9-13.
31. Frazer, II, 289.
32. Tito Lívio, i, 19.
33. Tácito, *Annals*, iii, 26.
34. Cícero, *De re publica*, ii, 14.
35. Tito Lívio, i, 22.
36. Ibid., 27.
37. Dion Cássio, *History of Rome*, fragmentos, vii.
38. Estrabão, v, 2. 2.
39. Tito Lívio, i, 35.
40. Pais, E., *Ancient Legends of Roman History*, 38.
41. Cícero, *De republica*, ii, 21.
42. Tito Lívio, i, 46.
43. Pais, 137-8.
44. Dion Cássio, iii, 7, e frag. x, 2.
45. Tito Lívio, i, 56-7.
46. Syme, R., *The Roman Revolution*, 85n.
47. Cícero, *De republica*, i, 39; Coulanges, F., *The Ancient City*, 384.
48. Tácito, *Histories*, iii, 72.
49. Mommsen, I, 414.
50. Dennis, I, 26.
51. Duff, J. W., *Literary History of Rome*, 6; CAH, IV, 407.
52. Tito Lívio, i, 8; Estrabão, v, 2. 2; Dennis, II, 166.
53. CAH, VII, 384.
54. Tito Lívio, i, 8.
55. CAH, VIII, 387; Hammerton, J., *Universal History of the World*, II, 1158.
56. Estrabão, v, 2. 2.

CAPÍTULO II

1. Tito Lívio, i, 8.
2. Aulo Gélio, *Attic Nights*, vi, 13.
3. Tito Lívio, ii, 56; CAH, VII, 456.
4. Aulo Gélio, xx, 1. 45-51; Dion Cássio, frag. xvi, 4.
5. Tito Lívio, ii, 23-30; Dion Cássio, iv, 7 e

frag. xvi, 6; Dionísio, vi, 45; Plutarco, "Coriolanus".
6. Tito Lívio, iv, 13; Dion Cássio, vi, 7.
7. Tito Lívio, iii, 52.
8. Dion Cássio, v, 7.
9. Ibid.
10. Tito Lívio, i, 43.
11. Frank, *Economic History*, 20; Smith, W., *Dictionary of Greek and Roman Antiquities*, s. v. *exercitus*.
12. Mommsen, III, 60.
13. Plutarco, "Pyrrhùs".
14. Coulanges, 244.
15. Dion Cássio, iv ,7.
16. Doze Tábuas, iv, 1-3, em Monroe, P., *Source Book*, 337.
17. Doze Tábuas, iii, 1-6.
18. Ibid., viii, 3.
19. Ibid., 21-26.
20. Cícero, *Pro Roscio Amerino*, 25-6.
21. Políbio, iii, 6.
22. Tito Lívio, vii, 24.
23. Vitrúvio, *De Architectura*, ii, 12.
24. Políbio, vi, 37.
25. Frontino, *Stratagems and Aqueducts*, iv, 1.
26. Frank, *Economic History*, 338; Id., *Economic Survey of Ancient Rome*, V, 160; Fowler, W. W., *Social Life at Rome*, 32; Edwards, H. J., Apêndice a *Gallic War* de César.
27. Dion Cássio, vi, 95.
28. Tito Lívio, ii, 34; Dionísio, vii, 50; Dion Cássio, v, 7 e frag. xvii, 2; Apiano, *Roman History*, ii, 5; Plutarco, "Coriolanus".
29. Políbio, ii, 15-20.
30. Tito Lívio, v, 42.
31. Dion Cássio, vii, 7.
32. Coulanges, 494.
33. Plutarco, "Sayings of Great Commanders", em *Moralia*, 184C.

CAPÍTULO III

1. Mommsen, II, 138.
2. Smith, R. B., *Carthage*, 29.
3. Apiano, viii, 95.
4. Políbio, vi, 56.
5. Plutarco, *De re publica ger.*, iii, 6.
6. Frazer, *Adonis, Attis, Osiris*, I, 114.
7. Diodoro Sículo, *Library of History*, xx, 14.
8. Santo Agostinho, *Letters*, xvii, 2.
9. Apiano, viii, 127.
10. Aristóteles, *Politics*, 1272b.
11. Ibid., 1273a.
12. Políbio, iii, 22.
13. Estrabão, xvii, 1. 19.
14. Políbio, i, 20-1.
15. Cícero, *De Officiis*, iii, 26; *In Pisonem*, 43.
16. Gélio, vii, 4.
17. Políbio, i, 80.
18. Smith, R. B., *Carthage*, 151.
19. Políbio, i, 87. Flaubert conta a história com perfeição em *Salammbo.*
20. Mommsen, ii, 223.
21. Dion Cássio, frag. iii, 2.
22. Tito Lívio, xxi, 4.
23. Mommsen, II, 243.
24. Tito Lívio, xxi, 22.
25. Plutarco, *Moralia*, 195D.
26. Tito Lívio, xxii, 57.
27. Políbio, ii, 75, 118.
28. Tito Lívio, xxii, 50.
29. Tito Lívio, xxviii, 12.
30. Diodoro, xxvii, 9; Apiano, vii, 59.
31. Ibid., viii, 134.
32. Tito Lívio, xxxix, 51.

CAPÍTULO IV

1. Doze Tábuas, iv, 1.
2. Santo Agostinho, *City of God*, vi, 9.
3. Horácio, *Satires*, i, 8, 35; Müller-Lyer, F., *Evolution of Modern Marriage*, 55; Castiglione, 195; Howard, C., *Sex Worship*, 65, 79; *Enc. Brit.*, 11th ed., XVII, 467; XXI, 345.
4. Plínio, xxviii, 19.
5. Tito Lívio, xxiii, 31.
6. Virgílio, *Georgics*, ii, 419; Horace, *Odes*, i, 1.25.
7. Frazer, *Magic Art*, II, 190; a derivação é posta em dúvida por Fowler, W. W., *Roman Festivals of the Republic*, 99.
8. Virgílio, *Aeneid*, vii, 761; Ovídio, *Fasti*, vi, 753; *Metamorphoses*, xv, 497; Estrabão, v, 3.12; Plínio, xxx, 12-13; Frazer, *Magic Art*, I, 11.
9. Boissier, G., *La rêligion romaine*, I, 27.
10. Tito Lívio, v, 21-2; vi, 29; Coulanges, 199.
11. Ovídio, *Metam.*, xv, 626.
12. Tito Lívio, viii, 15; Lanciani, R., *Ancient Rome*, 143.
13. Fowler, W. W., *Religious Experience of the Roman People*, 337.
14. Mommsen, III, 11.
15. Cícero, *Pro Archia*, 4; Fowler, op. cit., 30. A derivação não é certa; Cícero dá outra em *De natura deorum*, ii, 28.
16. Reinach, S., *Apollo*, 109.
17. Tito Lívio, vii, 5.
18. Plínio, xxviii, 10.

19. Harrison, J., *Prolegomena to the Study of Greek Religion*, 35.
20. Plauto, *Curculio*, 33-8.
21. Ovídio, *Fasti*, iii, 523.
22. Howard, 66.
23. Athenaeus, xiv, 44.
24. Westermarck, E., *Origin and Development of the Moral Ideas*, I, 430; Cícero, *Pro Caelio*, 20.
25. Brittain, A., *Roman Women*, 135-6.
26. Coulanges, 63.
27. Plutarco, "Numa and Lycurgus".
28. Gélio, x, 23.
29. Abbott, F., *Common People of Ancient Rome*, 87.
30. Catulo, *Poems*, xxv.
31. Plínio, xxxiii, 16.
32. Fowler, W. W., *Social Life at Rome*, 50-1, 270.
33. Políbio, xxxi, 26.
34. Ibid., vi, 56.
35. Cf. Apiano, vi, *passim*.
36. Políbio, vi, 58.
37. Plutarco, *Quaestiones Romanae*, 59.
38. Tito Lívio, iii, 38.
39. Heine, H., *Memoirs*, I, 12.
40. Thompson, Sir E., *Greek and Latin Paleography*, 5.
41. Schlegel, A. W., *Lectures on Dramatic Art and Literature*, 202.
42. Tito Lívio, vii, 2; Bieber, N., *History of the Greek and Roman Theater*, 307.
43. Em Duff, J., *Literary History of Rome*, 130.
44. Castiglione, 106.
45. Lanciani, R., *Ancient Rome*, 53.
46. Glover, T. R., *Conflict of Religions in the Early Roman Empire*, 13; Friedländer, L., *Roman Life and Manners under the Early Empire*, III, 141.
47. Doze Tábuas, x, 9.
48. Plínio, xxix, 6.
49. Frank, *Economic Survey*, I, 12; CAH, VII, 417; em contrário cf. Mommsen, *History*, I, 193, 238.
50. Plínio, xviii, 3.
51. Virgílio, *Georgics*, i, 299.
52. Guhl, E., e Koner, W., *Life of the Greeks and Romans*, 503.
53. Catão, *De agri cultura*, viii; Varrão, *Rerum rusticarum libri tres*, pref.
54. Cícero, *Letters*, vii, 1.
55. Plínio, xxxiii, 13.
56. CAH, VIII, 345.
57. Mommsen, *History*, III, 75.
58. CAH, X, 395; Frank, *Economic History of Rome*, 340. Para outros preços comparativos cf. ibid., 66.
59. Doze Tábuas, viii, 18; Tácito, *Annals*, vi, 16.
60. Tito Lívio, vii, 19-21, 42.
61. Paul-Louis, 118.
62. Frank, *Economic History*, 119; Para opinião contrária cf. Ward, C. O., *The Ancient Lowly*, 208-9.
63. Tito Lívio, viii, 12; Dionísio de Halicarnasso, ix, 43.
64. Mommsen, *History*, I, 248-9; Paul-Louis, 47.
65. 77% entre 200 e 150 a.C. Frank, *Economic Survey*, I, 146.
66. Ibid., 41; CAH, VIII, 344; Paul-Louis, 102; Mommsen, *History*, II, 55.
67. Plínio, xxxvi, 24.
68. *Enc. Brit.*, XIX, 466.
69. Rickard, T., *Man and Metals*, I, 280.
70. Doze Tábuas, x, 4.
71. E.g., em Plauto, *Captives*, 998.
72. Luciano, *Dialogues of the Dead*, xxv.

CAPÍTULO V

1. Tito Lívio, iv, 302.
2. Plutarco, "Flamininus."
3. Tito Lívio, xliv, 22.
4. Apiano, vi, 9-10; Mommsen, *History*, III, 220.
5. Tito Lívio, xxxix, 7; Mommsen, 201.
6. Políbio, vi, 17.
7. Davis, W. S., *Influence of Wealth in Imperial Rome*, 74; 77; Mommsen, III, 83.
8. Políbio, xxxi, 25; Mommsen, III, 127; Sellar, W. Y., *Roman Poets of the Republic*, 234.
9. Mommsen, III, 40.
10. Políbio, xxxi, 25.
11. Guhl, 490.
12. Plutarco, "Cato the Elder."
13. Tito Lívio, xxxiv, 1.
14. Brittain, 95.
15. Políbio, xxx, 14.
16. Mommsen, III, 21, 127.
17. Ibid., 44, 294, 301-2.
18. CAH, VIII, 359.
19. Plutarco, "Marcellus".
20. Anderson, 137.
21. Cícero, *De divinatione*, ii, 24.52.
22. Políbio, vi, 56.
23. Tito Lívio, xxxix, 8.
24. Cícero, *De re publica*, ii, 19.
25. Horácio, *Epistles*, ii, 1. 156.
26. Cícero, *De senectute*, viii, 26.
27. Cf. Livro II da *Republic*.
28. Apiano, vi, 9.53.
29. Ênio, *Telamo*, frag. em Duff, 141.
30. Cícero, *De div.*, ii, 50.
31. Ênio, frag. em Gélio, xii, 4.
32. Ênio, em Cícero, *Disp. Tusc.*, ii, 1.1.

33. Collins, W. L., *Plautus and Terence*, 33-4; Matthews, B., *Development of the Drama*, 98.
34. Cícero, *De republica*, iv, 10.
35. Collins, 45.
36. Plauto, *Amphitryon*, iii, 2, 4.
37. Batiffol, L., *Century of the Renaissance*, 164.
38. Suetônio, *On Poets*, "Terence", ii.
39. Terêncio, *Heauton Timoroumenos*, prólogo.
40. Terêncio, *Adelphi*, prólogo.
41. Suetônio, l. c.
42. Plutarco, *Moralia*, 198E, 199C.
43. Plínio, vii, 28.
44. Tito Lívio, xxxix, 42; Plutarco, "Cato the Elder".
45. Fowler, *Social Life*, 191.
46. Plínio, viii, 11.
47. Plutarco, l. c.
48. Ibid., Plínio, xxix, 7.
49. Apiano, viii, 14.
50. Estrabão, xvii, 3.15.

CAPÍTULO VI

1. Mommsen, *History*, III, 306.
2. Tito Lívio, xli, 28; xlv, 34.
3. Ibid., xxxix, 29.
4. Heitland, W., *Agricola*, 161; Ward, I, 121.
5. Dion Cássio, xxxiv, frag. ii, 23; Tito Lívio, Epítome do livro xc.
6. Plutarco, "Tiberius Gracchus".
7. Ibid.
8. Apiano, *Civil Wars*, i, 1.
9. Plínio, xxxiii, 14.
10. Apiano, *Civil Wars*, i, 3.
11. Júlio Filipe em Cícero, *De off.*, ii, 21.
12. Apiano, *Civil Wars*, i, 4.
13. Plutarco, "Marius".
14. Salústio, *Jugurthine War*, xiii, xx-xxviii.
15. Plutarco, l. c.
16. Ibid.
17. Plutarco, "Sylla".
18. Salústio, xcv.
19. Ibid., xcvi.
20. Mommsen, IV, 142.
21. Apiano, *Civil Wars*, i, 8.
22. Plutarco, l. c.
23. Ibid.
24. Ibid.

CAPÍTULO VII

1. Plutarco, "Caesar".
2. Davis, 13-14.
3. Cícero, *Ad Atticum*, iv, 15.
4. Plutarco, "Pompey".
5. Cícero, *Ad Quintum*, ii, 5.
6. Cícero, *Letters*, ii, 29.
7. Cícero, *Ad Quintum*, iii, 2.
8. Mommsen, V, 349.
9. Plutarco, "Cícero".
10. Cícero, *I In Verrem*, 13.
11. Frank, *Economic History*, 295.
12. Mommsen, IV, 173.
13. Frank, 289.
14. Cícero, *De off.*, i. 8.
15. Plutarco, l. c.da *History* , 238.
16. Nepos, "Atticus".
17. Plutarco, "Lucullus".
18. Frank, *Economic Survey*, I, 354.
19. Macróbio, *Saturnalia*, iii, 13.
20. Varrão, iii, 16; Cícero, *Letters*, ix, 18; Mommsen, V, 387.
21. Cícero, *Letters*, vii, 26.
22. Plínio, xxxvi, 24.
23. L. c.
24. *Historiae Augustae*, "Alex. Severus", 33; Tito Lívio, xxxix, 8f; Mommsen, V, 384; Ward, I, 406.
25. Em Boissier, G., *Cicero and His Friends*, 164.
26. Cícero, *Pro Caelio*.
27. Plutarco, "Cato the Younger".
28. Cícero, *Ad Atticum*, ii, 1; Plutarco, l. c., e "Phocien".
29. Apiano, *Roman History*, vi, 16.
30. Plutarco, "Crassus".
31. Ibid.
32. Plutarco, "Sertorius".
33. Plutarco, "Pompey".
34. Cícero, *De lege Manilia*, vii, 18-19.
35. Cícero, *Pro Caelio*, 16.
36. Cícero, *Pro Sexto Roscio*.
37. Salústio, *The War of Catiline*, xv.
38. Ibid.; Plutarco, "Cícero".
39. Haskell, H., *The New Deal in Old Rome*, 125.
40. Salústio, *Catiline*, xx, 7-13.
41. Cícero, *III In Catilinam*, vii.
42. Haskell, 167.
43. Salústio, xxxiii, 1.
44. Cícero, op. cit., viii.
45. Ibid., i.
46. Cícero, *In Pisonem*, vi-vii.

CAPÍTULO VIII

1. Lucrécio, *De rerum naturo*, iii, 1053f; tr. W. D. Rouse.
2. Ibid., iv, 1045-71.
3. Mommsen, IV, 207.
4. Fowler, *Religious Experience of the Roman People*, 391.
5. Lucrécio, i, 1-40.
6. Ibid., i, 101.
7. V, 1202.
8. I, 73.

9. II, 646.
10. II, 1090.
11. VI, 35.
12. I, 430.
13. II, 312.
14. IV, 834.
15. V, 419.
16. V, 837.
17. II, 8.
18. V, 1116.
19. II, 29.
20. IV, 1052.
21. V, 925f.
22. II, 79.
23. II, 1148.
24. II, 576.
25. Shotwell, *Introduction*, 221.
26. Apiano, ii, 2.
27. Lucrécio, v, 564.
28. VI, 1093.
29. Em Eusébio, *Chronicles* em Hadzsits, G., *Lucretius and His Influence*, 5.
30. Sellar, *Poets of the Republic*, 277.
31. Voltaire, *Lettres de Memmius à Ciceron*, em Hadzsits, 327.
32. Apuleio, *Apology*, em Sellar,411.
33. Catulo, *Poems*, li.
34. Id., ii.
35. V.
36. XI.
37. LXXXV.
38. LXX.
39. CI.
40. XXXI.
41. XXXVIII.
42. XCVIII.
43. Varrão, pref.
44. Ibid., ii, 10.
45. Santo Agostinho, *City of God*, iv, 27.
46. Ibid., vii, 5.
47. Salústio, *Jug. War*, lxxxv.
48. Gélio, xvii, 18.1.
49. Plínio, xiv, 17.
50. Em Weise, O., *Language and Character of the Roman People*, 86.
51. Nepos, "Atticus", xvi.
52. Cf. a carta a Trebácio, em Cícero, vii, 10.
53. Cf. a carta a Lêntulo, em Cícero, i, 7. com o discurso *Pro Balbo*, 27.
54. *Ad Atticum*, vii, 1.
55. *Letters*, XV, 4, para Catão.
56. Boissier, *Cicero*, 84; Frank, *Economic Survey*, I, 395.
57. *Ad Atticum*, i, 18.
58. Ibid., i, 7.
59. *Pro Archia*, vii.
60. *De div.*, i, 2.1; ii, 2.4-5.
61. *De off.*, ii, 17.
62. *De natura deorum*, 1, 2, 8.
63. *De div.*, ii, 12.28.
64. *Academica*, ii, 41.
65. *De natura deorum*, i, 5.
66. *De div.*, ii, 47-97.
67. *De natura deorum*, iii, 16.
68. Ibid., ii, 37.
69. Ibid., i, 1; *De legibus*, ii, 7; *De off.*, ii, 72.148.
70. *De legibus*, i, 7.
71. *De re publica*, i, 2.
72. Ibid., i, 44.
73. III, 22.
74. *De legibus*, i, 15.
75. *De amicitia*, xii, 40.
76. *De senectute*, xi, 38.
77. *Disp. Tusc.* i.
78. *De legibus*, i, 2.

CAPÍTULO IX

1. Suetônio, Suplemento, i, 3.
2. Suetônio, "Julius". 49.
3. Ibid., 4; Plutarco, "Caesar".
4. Suetônio, "Julius". 52.
5. Plutarco, "Cato the Younger."
6. Quintiliano, *Institutes*, x, 1.114.
7. Salústio, *Cataline*, ii.
8. Apiano, *Civil Wars*, II, 2.
9. Ferrero, G., *Greatness and Decline of of Rome*, I, 261.
10. Boissier, *Tacitus*, 215f.
11. Mommsen, V, 132.
12. César, *Gallic War*, i, 44.
13. Mommsen, V, 34.
14. Ibid., 38.
15. Cícero, l. c., 81.
16. Mommsen, V, 100.
17. Plutarco, "Pompey", "Crassus", "Cato the Younger".
18. Homo, L., *Roman Political Institutions*, 184; Mommsen, V, 166.
19. Ibid., 385.
20. Apiano, *Civil Wars*, ii, 3.
21. Cícero, *Pro Sextio*, 35; Mommsen, V, 108f. 370; Ferrero, I, 313; Boissier, *Cicero*, 213; Fowler, *Social Life*, 58.
22. Dion Cássio, xl, 57.
23. Platão, *Republic*, 562f.
24. Suetônio, "Julius", 77.
25. Apiano, *Civil Wars*, ii, 5; Ferrero, II, 187.
26. Suetônio, "Julius", 32; Apiano, l.c.
27. Syme, 89.
28. Cícero, *Ad Atticum*, viii, 16.
29. Ferrero, II, 212.
30. Cícero, *Letters*, xvi, 12, a Tiro, 49 a. C.
31. Cf., e.g., *De bello civile*, i, 43-52.
32. Ibid., i, 53; Apiano, ii, 15.
33. César, *Bello civile*, iii, 1.
34. Plutarco, "Caesar"; Apiano, ii, 8.

35. César, iii, 10.
36. Ibid., iii, 53.
37. Cícero, *Letters*, vii, 3 a Marco Mário, 46 a. C.; *Ad Atticum*, xi, 6.
38. Apiano, ii, 10.
39. Plutarco, "Pompey".
40. Plutarco, "Marcus Brutus".
41. César, iii, 88.
42. Plutarco, "Pompey".
43. Apiano, ii, 13.
44. Mahaffy, J., *Silver Age of the Greeck World*, 199.
45. CAH, X, 37; Buchan, *Augustus*, 117.
46. Suetônio, "Julius", 52.
47. Ibid.
48. Plutarco, "Caesar".
49. Dion Cássio, xlii, 49.
50. Apiano, ii, 13.
51. Suetônio, "Julius", 80.
52. Plínio, xxviii, 2.
53. Frank, *Economic History*, 351.
54. Plutarco, "Caesar".
55. Cícero, *Pro Marcello*, 6-10.
56. Cf. *ad Familiares*, viii, 14, 22-5; ix, 11.
57. Em Cícero, *Ad Atticum*, xiv, 1.
58. Dion Cássio, ii, 44.
59. Plutarco, "Brutus".
60. Apiano, ii, 16.
61. Plutarco, l. c.
62. De uma duvidosa carta de Bruto em Boissier, *Cicero and His Friends*, 334.
63. Cícero, *Ad Atticum*, v, 21; vi, 1-9.
64. Apiano, ii, 16.
65. Suetônio, "Julius", 79.
66. Ibid., 81-87; Plutarco, "Caesar"; Apiano, ii, 16-21.
67. Suetônio, 82.
68. Apiano, l. c.

CAPÍTULO X

1. Ferrero, II, 226.
2. Boissier, *Cicero*, 192.
3. Apiano, *Civil Wars*, ii, 2; Dion Cássio, xlv, 2.
4. Apiano, iv, 11.
5. Ibid., 2-6; Plutarco, "Antony".
6. Bruto a Cícero, *ad Familiares*, xi, 20.
7. Plutarco, "Cicero"
8. Apiano, iv, 4; Plutarco, "Antony".
9. Filo, *Quod omnis probus*, 118-20; Apiano, iv, 8-10.
10. Plutarco, "Antony"; Apiano, v, 1.
11. Ibid.; Ateneu, iv, 29.
12. CAH, X, 79.
13. Suetônio, 17, Rostovtzeff, *Social and Economic History of the Roman Empire*, 29, considera falso o testamento; CAH, X, 97, aceita-o como verdadeiro.
14. Dion Cássio, li, 35.
15. Ibid., 6.
16. Ibid.
17. Ibid., Suetônio, 17.

CAPÍTULO XI

1. Suetônio, "Augustus", 33.
2. Dion Cássio, liv, 17.
3. Ibid., lv, 4.
4. Suetônio, 40.
5. Gibbon, E., *Decline and Fall of the Roman Empire*, ed. Bury, I, 65.
6. Suetônio, 23; Dion Cássio, lvi, 17.
7. Plutarco, *Moralia*, 207D.
8. Charlesworth, M., *Trade Routes and Commerce of the Roman Empire*, 8.
9. Suetônio, 41.
10. Díon Cássio, lix, 18.
11. Suetônio, 28.
12. Ibid., 42.
13. Augusto, *Res gestae*, iii, 21.
14. Dion Cássio, lv, 25.
15. Suetônio, 58.
16. Plínio, xii, 5.
17. Cf. Himes, N., *Medical History of Contraception*, 85f e 188.
18. Dion Cássio, liv, 19.
19. Tácito, *Annals*, xv, 19.
20. Ibid., iii, 25.
21. Horácio, *Odes*, iii, 24.
22. Davis, *Influence of Wealth*, 304.
23. Gélio, x, 2.2.
24. Ibid.
25. Dion Cássio, lvi, 1.
26. Ovídio, *Ars amatoria*, 637.
27. Augusto, *Res gestae*, ii, 10.
28. Buchan, 286.
29. Suetônio, 76-83.
30. Ibid., 81; Dion Cássio, iii, 30.
31. Suetônio, 76.
32. Ibid., 84.
33. Ibid., 90-2.
34. Ferrero, IV, 175.
35. Plutarco, *Moralia*, 207C.
36. Suetônio, 53.
37. Dion Cássio, lvii, 2.
38. Suetônio, 64.
39. Macróbio, *Saturnalia*, ii, 5, *ad finem*: "Nunca tomo um passageiro a menos que o barco já esteja cheio."
40. Sêneca, *Moral Essays*, III, vi, 32-1.
41. Suetônio, 99.

CAPÍTULO XII

1. Macróbio, ii, 4.
2. Horácio, *Epistles*, ii, 1.117.
3. Juvenal, *Satires*, i, 2; iii, 9.
4. Martial, *Epigrams*, i, 67, 118; Friedländer, III, 37.

5. Lanciani, *Ancient Rome*, 183.
6. Ovídio, *Tristia*, i, 1. 105.
7. Tácito. *De oratoribus*, 13.
8. Virgílio, *Eclogues*, i, 46.
9. Ibid., i, ix.
10. Suetônio, *On Poets*, "Virgil", 9.
11. Virgílio, *Georgics*, iii, 284.
12. Ibid., i, 145.
13. II, 490.
14. Em Duff, *Literary History of Rome*, 455.
15. *Georgics*, iii, 46.
16. *Aeneid*, vi, 860f; Suetônio, "Virgil", 31.
17. *Aeneid*, ii, 293.
18. Ibid., iv, 331-61.
19. VI, 126.
20. VI, 852.
21. IV, 508.
22. Suetônio, 23.
23. Ibid., 43.
24. Voltaire, *Philosophical Dictionary*, art. *Epic Poetry*.
25. Suetônio, *On Poets*, "Horace".
26. Horácio, *Odes*, iii, 2.
27. *Epodes*, ii, 2.41.
28. *Satires*, i, 1.
29. *Epistles*, i, 16; Rostovtzeff, *Social and Economic of the Roman Empire*, 61.
30. Horácio, *Satires*, ii, 5.
31. Ibid., ii, 7.105.
32. Ibid., 23.
33. I, 1.69.
34. *Odes*, II, 10.
35. *Satires*, i, 1.105.
36. Ibid., ii, 1.1.
37. *Odes*, iii, 29. 12.
38. *Satires*, ii, 6. 60.
39. *Odes*, iii, 16.29.
40. *Epodes*, ii, 1.
41. Petrônio, *Satyricon*, 118.
42. *Odes*, ii, 11.
43. I, 9.
44. I, 28.
45. I, 35.
46. III, 30.
47. *Ars poetica*, 139.
48. Ibid., 343.
49. Ibid., 102.
50. *Epistles*, i, 6.1.
51. *Odes*, ii, 3.
52. Ibid., ii, 10.
53. *Satires*, ii, 7.83.
54. *Odes*, iii, 3.
55. *Epistles*, i, 4.16; cf. i, 17.
56. *Satires*, ii, 6.93.
57. *Epistles*, ii, 2.55.
58. *Odes*, ii, 14.
59. *Satires*, i, 1.117.
60. *Epistles*, ii, 2.214.
61. *Odes*, ii, 17.
62. Taine, H., *Essai sur Tite Live*, 1.
63. Plínio, *Natural History*, dedicatória.
64. Taine, l. c., 10.
65. E.g., Tito Lívio, ii, 48.
66. E.g., cf. Tito Lívio, xlv, 12 com Políbio, xxix, 27; ou Tito Lívio, xxiv, 34; com Políbio, viii, 5.
67. Plínio, *Letters*, ii, 3.
68. Tibulo, i, 1.
69. Ibid., i, 6.
70. I, 3, 10.
71. Propércio, ii, 34, 57.
72. Ibid., ii, 6.
73. I, 8.
74. Ovídio, *Tristia*, iv. 10.
75. Ovídio, *Ars amatoria*, 157.
76. Ibid., 99.
77. Ibid., 171.
78. *Amores*, ii, 4.
79. Ibid., i, 1; ii, 18.
80. II, 1.
81. I, 4.
82. II, 5.
83. II, 10.
84. III, 7; ii, 10.
85. *Ars amatoria*, 97.
86. *Remedia amoris*, 183.
87. Ibid., 194.
88. *Heroides*, iv.
89. *Tristia*, ii, 103.
90. *Ex Ponto*, IV, 6.41.
91. *Tristia*, i, 1; iii, 8.
92. Ibid., iii, 3.15; *Ex Ponto*, i, 4.47.

CAPÍTULO XIII

1. Em Holmes, *Architect of the Roman Empire*, 108.
2. Suetônio, "Tiberius", 68.
3. Ibid., 69.
4. Tácito, *Annals*, i, 11.
5. Suetônio, 23.
6. Dion Cássio, lvii, 18.
7. Ibid., 6; Suetônio, 30; Tácito, *Annals*, iv, 6.
8. Suetônio, 27.
9. Tácito, l.c.
10. Suetônio, 32.
11. Ferrero, G., *Women of the Caesars*, 136.
12. Tácito, ii, 50.
13. Ibid., iv, 57.
14. Dion, Cássio, lvii, 11.
15. Ferrero, *Women*, 140.
16. Tácito, iv, 57; Suetônio, 42-4.
17. CAH, X, 638.
18. Tácito, iv, 58.
19. Suetônio, 60.
20. Tácito, iv, 70.
21. Ibid., vi, 50.

22. Mommsen, T., *Provinces of the Roman Empire*, II, 187.
23. Josefo, *Antiquities*, xix, 1.15.
24. Suetônio, "Gaius", 50-1.
25. Ibid.
26. Dion Cássio, lix, 5.
27. Suetônio, "Gaius," 29, 32.
28. Dion Cássio, lix, 26.
29. Suetônio, 24.
30. Ibid.
31. Sêneca *Ad Helviam*, x, 4.
32. Suetônio, 40.
33. Ibid., 38.
34. Ibid., 30.
35. Díon Cássio, lix, 3.
36. Suetônio, 27.
37. Para defesa de Calígula cf. Balsdon, *The Emperor Gaius*, 33, etc.
38. Dion Cássio, lix, 28.
39. Balsdon, 161.
40. Ibid., 168.
41. Dion Cássio, lix, 29.
42. Suetônio, "Claudius", 29.
43. Dion Cássio, lx, 10.
44. Suetônio, 21.
45. Sêneca, *Apocolocyntosis*, 3.
46. Tácito, xii, 53.
47. Suetônio, 28.
48. Brittain, 244.
49. Suetônio, 37; Dion Cássio, lx, 14.
50. Suetônio, 50.
51. Dion Cássio, lx, 18.
52. Tácito, xi, 12.
53. Ibid., 25.
54. Dion Cássio, lxi, 31.
55. Ferrero, *Women*, 226.
56. Buchan, 247.
57. Tácito, xi, 25.
58. Plínio, *Nat. Hist.*, ix, 117.
59. Tácito, xiii, 43.
60. Dion Cássio, lxi, 34.
61. Ibid., 2.
62. Suetônio, "Nero", 52.
63. Dion Cássio, lxi, 3.
64. Tácito, xiii, 4.
65. Henderson, B., *Life and Principate of the Emperor Nero*, 75.
66. Tácito, xv, 48.
67. Suetônio, 56.
68. Ibid., 27.
69. Tácito, xvi, 18.
70. Dion Cássio, lxii, 15; lxi, 7; Suetônio, 26.
71. Dion Cássio, lxii, 14; Tácito, xiv, 5, acrescenta que alguns escritores põem em dúvida a história.
72. Tácito, xiv, 10.
73. Ibid., xiii, 3.
74. Suetônio, 20.
75. Ibid., 41; Dion Cássio, lxiii, 26.
76. Suetônio, 52.
77. Ibid., 11.
78. Tácito, xiv, 60.
79. CAH, X, 722.
80. Tácito, xv, 44.
81. Ibid., xvi, 6; Suetônio, 25.
82. Díon Cássio, lxii, 27; Suetônio, 27.
83. Tácito, xvi, 18.
84. Suetônio, 22.
85. Ibid.
86. Dion Cássio, lxiii, 23.
87. Suetônio, 43
88. Ibid., 57.
89. Suetônio, "Galba", 23.
90. Tácito, *Histories*, i, 49.
91. Suetônio, "Otho", 5.
92. Tácito, *Hist.*, iii, 67.
93. Suetônio, "Vitellius", 17.
94. Suetônio, "Vespasian", 13.
95. Ibid., 16.
96. Dion Cássio, lxv., 14.
97. Suetônio, 18.
98. Ibid., 21.
99. Tácito, *Hist.*, ii, 2.
100. Suetônio, 23-4.
101. Suetônio, "Titus", 8.
102. Suetônio, "Domitian", 18.
103. Dion Cássio, lxvi, 26.
104. Suetônio, 22; Dion Cássio, lxvii, 6.
105. Frank, *Economic Survey*, V, 56.
106. Dion Cássio, lxvii, 14.
107. Suetônio, 10.

CAPÍTULO XIV

1. Luciano, *Pharsalia*, ii, 67.
2. Ibid., i, 128.
3. Petrônio, *Epigrams*, frag. 22 em Robertson, J. M., *Short History of Freethought*, I, 211.
4. Petrônio, *Satyricon*, 11.
5. Ibid., 48.
6. 71.
7. 35, 40, 47.
8. 74.
9. Sêneca em Boissier, G., *La réligion romaine*, II, 204.
10. Tácito, *Annals*, xiv, 59; xvi, 34.
11. Luciano, *Icaromenippus*, 4.
12. Sêneca, *Epistulae Morales*, xii; *Moral Essays*, III, vii, 11.1.
13. Monroe, *Source Book*, 401.
14. Quintiliano *Institutes*, x, 1.125.
15. Dion Cássio, lxii, 2.
16. Friedländer, III, 238.
17. Tácito, *Annals*, xiii, 42.
18. Sêneca, *De vita beata*, xvii-xviii.
19. Davis, *Influence of Wealth*, 154.
20. Sêneca, *Epist.*, xv.

21. *De vita beata*, xviii.
22. *De clementia*, i. 3.
23. *Epist.*, vii.
24. Tácito, *Annals*, xiii, 2.
25. Boissier, *Tacitus*, 11.
26. Sêneca, *Epist.*, lxxvi.
27. Sêneca, *Epist.*, lxxv.
28. Ibid., vil 8
29. XXVI.
30. *De providentia*, ii, 6.
31. *Epist.*, xli.
32. *De providentia*, v. 8.
33. *Epist.*, xxxi.
34. Ibid., cii; *Ad Marciam*, xxiv, 3.
35. Em Henderson, *Nero*, 309
36. *Epist.*, lxxii e iii.
37. Ibid., lxxii.
38. XXXIII.
39. *De brevitate vitae*, xiv.
40. *Epist.*, lxix.
41. Ibid., ii.
42. VII; XXV.
43. XXIII.
44. LXX.
45. *De ira*, v, 15.
46. *Epist.*, lviii.
47. Ibid., lxi.
48. *De ira*, ii, 34.
49. *Epist.*, i, lxi.
50. Tertuliano, *De anima*, xx.
51. Em Acton, Lord, *History of Freedom*, 25.
52. *Epist.*, xxxi.
53. Gummere, R. M., *Seneca the Philosopher*, 131.
54. Sêneca, *Medea*, 364.
55. *Quaestiones naturales*, vii, 30-33.
56. Ibid., vii, 25, 30.
57. Plínio, xxxvi, 15.
58. Ibid., ii, 5.
59. Plutarco, "Sertorius".
60. Plínio, *Letters*, iii, 5.
61. Plínio, *Nat Hist.*, iii, 6.
62 Ibid., ii, 5.
63. II, 30.
64. II, 33.
65. II, 6, 64.
66. II, 90-92.
67. II, 63.
68. XXXIV, 39.
69. XXXVII, 27.
70. XIX, 4.
71. XVIII, 76.
72. XXV, 110.
73. XXXVIII, 52.
74. XXVIII, 80.
75. VII, 5.
76. XXVIII, 16.
77. VII, 3.
78. XXV, 13.
79. Castiglione, 214.
80. Plínio, ii, 5, 117.
81. XXXIII, 13.
82. II, 5.
83. VII, 56.
84. XXVIII, 7.
85. VIII, 13.
86. VII, 13.
87. XVIII, 78f.
88. II, 57.
89. Jones, W. H. S., *Malaria and Greek History*, 61.
90. Plínio, *Letters*, i, 12.
91. Castiglione, 237.
92. Tácito, *Hist.*, iv, 81; Suetônio, "Vespasian", 7.
93. Dill, Sir S., *Roman Society from Nero to Marcus Aurelius*, 92.
94. Plínio, *Nat. Hist.*, xxix, 8.
95. Luciano, "To an Illiterate Book-Fancier", 29.
96. Plínio, xxvi, 7-8; Castiglione, 200; Garrison, *History of Medicine*, 106.
97. Castiglione, 233, 240.
98. Ibid., 226.
99. Sorano em Friedländer, I, 171.
100. Castiglione, 237; Garrison, 118.
101. Bailey, C., *Legacy of Rome*, 291; Williams, H. S., *History of Science*, I, 274.
102. Plínio, xxix, 5.
103. Ibid., 8.
104. Garrison, 119.
105. Plínio, xxxv, 94.
106. Ibid., xxix, 5.
107. Friedländer, I, 180-1.
108. Castiglione, 234; Friedländer, I, 178; Duff, J., *Literary History of Rome in the Silver Age*, 121; Plínio, xxviii, 2.
109. Frank, *Economic Survey*, I, 381.
110. Bailey, 284.
111. Quintiliano, vi, pref.
112. I, 12.17.
113. I, 10.36.
114. X, 3.9, 19.
115. X, 4.1.
116. II, 12.7.
117. II, 5.21.
118. Juvenal, vii, 82.
119. Marcial, xi, 43, 104.
120. II, 53.
121. IV, 49.
122. I, 16.
123. X, 4.
124. IV, 4.
125. IX, 37.
126. I, 32; III, 65.
127. I, 32.
128. E.g., ix, 27.
129. XI, 16.
130. III, 69.
131. Plínio, *Letters*, iii, 21.

CAPÍTULO XV

1. Columela, *De re rustica*, i. 3, 12.
2. Em Davis, *Influence of Wealth*, 144.
3. Plínio, *Nat. Hist.*, xviii, 4; Heitland, 224; Frank, *Economic Survey*, V, 175.
4. Columela, iii, 3.
5. Estrabão, v, 4-3.
6. Frank, V, 158.
7. Plínio, xv, 68-83.
8. Columela, iii, 8.
9. Rostovtzeff, *Roman Empire*, 182-3.
10. Suetônio, "Domitian.", 7.
11. Catão, *De agri cultura*, 144.
12. Plínio, xix, 2.
13. Paul-Louis, 274-6.
14. Tácito, *Agricola*, 12.
15. Plínio, ii, 108-9.
16. Amiano Marcelino, xxiii, 4.15.
17. *Encyclopaedia Britannica*, V, 868.
18. Paul-Louis, 287.
19. Frank, V, 229.
20. Rostovtzeff, *Roman Empire*, 252.
21. Haskell, H. J., *New Deal in Old Rome*, 24-6.
22. Scott, S. P., *Civil Law*, Fragmentos de Ulpiano em Justiniano, *Digest*, iii, 2.4.
23. Friedländer, I, 289-91.
24. Gibbon, Everyman Lib. ed., I, 50; Bailey C., *Legacy of Rome*, 158.
25. Sêneca *Ad Helviam*, vi.
26. Plutarco, *Moralia*, "On Exile", 604A.
27. Halliday, W. R., *Pagan Background of Early Christianity*, 88.
28. Juvenal, xiv, 287.
29. Ateneu, ii, 239.
30. Josefo, *Life*, p. 511.
31. Mommsen, *Provinces*, II, 278.
32. Friedländer, I, 286.
33. Plínio, xix, 1, 4.
34. Ibid., ii, 57.
35. Cf. o guindaste representado no túmulo dos Haterii no Museu Lateran de Roma, em Wickhoff, E., *Roman Art*, p. 50; cf. também Gest, 60, e Bailey, 462.
36. Reid, *Municipalities*, 28.
37. Gest, 110-131.
38. Plínio, xxxvi, 24.
39. Bailey, 290.
40. Frontino, *Stratagems*, iii, 1.
41. Frontino, *Aqueducts*, ii, 75.
42. Ibid., i, 16.
43. Em Friedländer, I, 13.
44. Carter, T. F., *Invention of Printing*, 86; Gibbon, Everyman ed., I, 55.
45. Tarn, W. W., *Hellenistic Civilization*, 206.
46. CAH, X, 417.
47. Estrabão, xvii, 1.3.
48. Plínio, vi, 26, computa o pagamento anual de Roma à Índia em 550 milhões de sestércios, mas é uma soma provavelmente exagerada, pois em outra parte (xii, 41) calcula a perda anual de Roma à India, China e Arábia em 100.000.000 de sestércios a cada uma.
49. Halliday, 97.
50. Tácito, *Annals*, vi, 16-17; Suetônio, "Tiberius", 48; Davis, *Influence of Wealth*, 1. Renan, em *Lectures on the Influence of Rome on Christianity*, 25, e *The Apostles*, 170, compara as medidas de auxílio tomadas por Tibério às do Crédit Foncier da França em 1852; e Haskell confronta a situação com o período conhecido nos Estados Unidos pelo nome de "dinheiro fácil", 1923-9, a crise de 1929 e a Reconstruction Finance Corporation, (*The New Deal in Old Rome*, 183, 188).
51. Ovídio, *Fasti*, i, 191.
52. Em Toynbee, A., *Study of History*, I, 41n.
53. Davis, 242.
54. Beard, M., *History of the Business Man*, 47.
55. Ateneu, vi, 104.
56. Sêneca, *De clementia*, i, 24.
57. Sandys, Sir J., *Companion to Latin Studies*, 354.
58. Plínio, vii, 40.
59. Friedländer, II, 221.
60. Boissier, *La réligion romaine*, II, 330.
61. Sêneca, *De ira*, iii, 3.
62. Juvenal, vi, 474.
63. Ovídio, *Ars amatoria*, 235, *Amores*, i, 14.
64. Em Holmes, *Archictet of the Roman Empire*, 132.
65. Dill, 116.
66. Estácio, *Silvae*, ii, 6.
67. Sêneca, *Epist.*, xlvii, 13.
68. Dill, 117.
69. Rostovtzeff, *Roman Empire*, 105; Reid, 323, 521.
70. Toutain, 304.
71. Frank, *Economic History*, 280.
72. Frank, *Economic Survey*, V, 235.
73. Petrônio, 44.
74. Rostovtzeff, 172; Declareuil, J., *Rome the Law-Giver*, 269.
75. Plínio, xiii, 23.

CAPÍTULO XVI

1. Sêneca em Friedländer, II, 321.
2. Tito Lívio, xxiv, 9; Plínio, *Letters*, viii, 17; Tácito, *Annals*, i, 70.
3. Estrabão, v, 3. 8.
4. Juvenal, iii, 235-244.
5. Ibid., v, 268.
6. Marcial, cxvii, 7.

7. Friedländer, I, 5.
8. Plínio, xxxv, 45.
9. Friedländer, II, 317, 330.
10. Mau, A., *Pompeii*, 231; Rostovtzeff, *Roman Empire*, 135; Gest, 96.
11. Vitrúvio, *De architectura*, ii, 21.
12. Sêneca, *Epist.*, cxxii.
13. Juvenal, iii, 223.
14. Plínio, *Letters*, ii, 17; v, 6.
15. Suetônio, "Nero", 39.
16. Em Boissier, *Rome and Pompeii*, 119.
17. Plínio, *Nat. Hist.*, xxxiii, 45.
18. Boissier, *Tacitus*, 223.
19. N. Y. *Times*, Abril, 27, 1943.
20. Mau, 414.
21. Plínio, xxxv, 66; Estrabão xvi, 25.
22. Winckelmann, J., *History of Ancient Art*, II, 312.
23. Reid, 278.
24. Cf. Strong, *Art in Ancient Rome*, II, fig., 341.
25. Valério Máximo, *Factorum et dictorum*, viii, 14.
26. Plínio, xxxv, 37.
27. Cf. Maiuri, A., *Les fresques de Pompeii*, Table, XXXIII.
28. Cf. Rostovzeff, *Mystic Italy, passim.*
29. Plínio, xxxv, 40.
30. Duff, *Literary History of Rome*, 632.
31. Vitrúvio, ii, 4.
32. Ibid., i, I.
33. Ibid., X, 9.
34. Friedländer, II, 191.
35. Sêneca, *Epistles*, lxxxviii.
36. Kirstein, L., *The Dance*, 49.
37. Lucrécio, ii, 416; Ovídio, *Ars*, i, 103.
38. Plínio, xxxvi, 24.

CAPÍTULO XVII

1. Juvenal, v, 141.
2. Petrônio em Henderson, *Nero*, 326.
3. Sêneca, *Ad Marciam*, xix, 2.
4. Juvenal, vi, 367.
5. Fridländer, I, 238.
6. Cf. Plínio, xxiv, 11: "Dizem que se o órgão masculino for esfregado com (óleo ou goma de) cedro pouco antes do coito evitará a fecundação." Cf. também Himes, 85f, 186.
7. Juvenal, vi, 592.
8. Gatteschi, G., *Restauri della Roma Imperiale*, 64.
9. Gibbon, I, 42; Friedländer, I, 17; Sandys, 355-7; Davis, 195; Paul-Louis, 15, 227.
10. Tácito, *Annals*, xiii, 27.
11. Vogelstein, H., *Rome*, 10.
12. Cícero, *Pro L. Flacco*, 28.
13. Edersheim, A., *Life and Times of Jesus the Messiah*, I, 67.
14. Tácito, *Annals*, ii, 85; Suetônio, "Tibério", 36.
15. Dion Cássio lvii, 18; Schürer, *History of the Jewish People*, Div. II, Vol. II, 234.
16. Vogelstein, 17.
17. Ibid., 31, 33; Renan, *Lectures*, 50.
18. Tácito, *Annals*, ii, 85; Amiano, xxii, 5.
19. Dill, 83-4.
20. Dion Cássio, lx, 33.
21. Marcial, vii, 30.
22. Juvenal, iii, 62.
23. Em Bailey, 143.
24. Tácito, xiv, 42, 60.
25. Juvenal, xiv, 44.
26. Gélio, xii, 1.
27. *Enc. Brit*, X, 10.
28. Horácio, *Satires*, i, 6.75.
29. Plínio, *Letters*, ii. 3.
30. Petrônio, 1.
31. Plínio, *Letters*, iv, 3.
32. Ovídio, *Ars amatoria*, 98.
33. Juv., ix, 22.
34. Minúcio Félix, *Octavius*, 67; Tertuliano, *Apology*, 15.
35. Horácio, *Epodes*, xi.
36. Marcial, viii, 44; xi, 70, 88, etc; Juv., ii, vi, ix.
37. Em Friedländer, I, 234.
38. Sêneca, o Velho, *Controversiae*, em Friedländer, I,241.
39. Sêneca, *Ad Helviam*, xvi, 3; *Ad Marciam*, xxiv, 3.
40. Ovídio, *Amores*, i, 8.43; iii, 4.37.
41. Friedländer, I, 241.
42. Juv., vi, 228.
43. Ibid., 281.
44. I, 22.
45. Boissier, *La réligion romaine*, II, 197.
46. Juv., vi, 248.
47. Marcial, *De spectaculis*, vi.
48. Estácio, *Silvae*, i, 6.
49. Sêneca, *Moral Essays*, i. 9.4.
50. Ovídio, *Ars amatoria*, 113.
51. Marcial, x, 35.
52. Ibid., i, 14.
53. Tácito, *Annals*, xvi, 10.
54. Friedländer, I, 265.
55. Tácito, xiv, 5.
56. Marcial, vi, 57.
57. Catulo, lxxxvi.
58. Ovídio, *Ars*, 158; Kohler, K., *History of Costume*, 118; Pfuhl, E., *Masterpieces of Greek Drawing*, fig. 117.
59. Tibulo, i. 8.
60. Juv., vi, 502.
61. Plínio, xxviii, 12.
62. Guhl e Konar, 498.
63. Marcial, ix, 37.
64. Ovídio, *Ars*, 160.
65. Plínio, ix, 63.

66. Ibid., xxxviii, 12.
67. IX, 58.
68. Friedländer, II, 181.
69. Plínio, xxxiii, 18.
70. Sêneca, *Epist.*, lxxxvi.
71. Plínio, viii, 74.
72. Quintiliano, vi, 3.
73. Galeno em Friedländer, II, 227. O resto deste capítulo é baseado no consciencioso acúmulo de costumes romanos por Friedländer.
74. Juv., vii, 178.
75. Jones, H. S., *Companion to Roman History,* 116; Friedländer, I, 12.
76. Sêneca, *Epist.*, lxxxvi.
77. Ker, W. C., em Marcial, I. 244n.
78. Gardiner, E. N., *Athletics of Ancient World,* 230.
79. Plínio, xxviii, 51.
80. *Journal of the American Medical Association*, Ago. 1, 1942, 1089.
81. Ovídio, *Ars,* 165; *Tristia*, ii, 477-80.
82. Plínio, viii, 51, 77.
83. Ibid., ix, 30, 31.
84. Ibid. 39.
85. VIII, 82.
86. VIII, 77.
87. Sêneca, *Ad Helviam*, x, 9.
88. Ibid., 3.
89. Sandys, 502.
90. Mantzius, K., *History of Theatrical Art,* I, 217.
91. Suetônio, "Vespasiano", 19.
92. Mantzius, I, 218.
93. Boissier, *La réligion romaine,* II, 215.
94. Cícero, *Pro Murena*, 6.
95. Lang. P. N., *Musio in Western Civilization*, 35.
96. Amiano, xiv, 6.
97. Marcial, v, 78.
98. Amiano, xiv, 6.
99. Sêneca, *Epist.*, lxxxviii.
100. Filóstrato, *Life of Apollonius of Tyana*, v, 21.
101. Lang, 33.
102. Virgílio, *Aeneid*, v, 362f.
103. Friedländer, II, 30.
104. Dion Cássio, lxi, 33.
105. Lecky, W. E., *History of European Morals,* I, 280.
106. Friedländer, II, 72.
107. Plínio, viii, 70.
108. Friedländer, II. 5.
109. Boissier, *Tacitus*, 246.
110. Marcial, *De spectaculis*, vii.
111. Friedländer, II, 43.
112. Ibid., 49.
113. Epicteto, *Discourses*, i, 29.37.
114. Sêneca, *Epist.*, lxx.
115. Friedländer, II, 61.
116. Juv., iii, 36.
117. Plínio, II, *Panegyricus*, xxxiii.
118. Tácito, *Annals*, xiv, 44.
119. Cícero, *Letters*, vii, a Marcos Mário, 55 a.C.
120. Sêneca, *Epist.*, vii, xcv.
121. Em Sto. Agostinho, *City of God.*, vi, 10.
122. Tertuliano, *Apology*, 15.
123. Juv., xiii, 35.
124. Abbott, *Common People of Ancient Rome*, 88; Dill, 498.
125. Friedländer, III, 283.

CAPÍTULO XVIII

1. Bury, J. B., *History of the Roman Empire,* 527.
2. Justiniano, *Digest,* i, 1, em Scott, *The Civil Law.*
3. Gaio, *Institutes*, i, 8.
4. Maine, Sii F., *Ancient Law*. Esta generalização foi posta em dúvida, mas parece ter fundo verídico.
5. Justiniano, *Codex*, vii, 16.1.
6. Gaio, i, 144.
7. Ibid., 145, 194.
8. Buckland, W. W., *Textbook of Roman Law*, 113.
9. Gaio, i, 114.
10. Friedländer, I, 236.
11. Suetônio, "Vespasiano", 3; *Hist. Aug.*, "Antônio", 8; "Aurélio", 29.
12. Castiglione, 227.
13. Gaio, comentário, p. 66.
14. Ibid., p. 64.
15. Gaio, i, 56.
16. Davis, *Influence of Wealth*, 211.
17. Tácito, xiv, 41.
18. Renan, *Marc Aurèle,* 24.
19. Ulpiano, em *Digest*, L, 17.32.
20. Lecky, I, 295.
21. Gaio, iii, 40-1.
22. Cícero, *ad Familiares,* viii, 12, 14.
23. Gaio, ii, 157; iii, 2.
24. Maine, 117.
25. Buckland, 64.
26. Gaio, iii, 189; iv, 4.
27. Ibid., iv, 11.
28. Em Friedländer, I, 165.
29. Amiano, xxx, 4.
30. Ulpiano, em *Digest*, L, 13.1.
31. Quintiliano, xii, 1.25.
32. Plínio, *Letters*, v, 14.
33. Marcial, vii, 65.
34. Plínio, *Letters*, ii, 14.
35. Tácito, *Annals*, , xi, 5.
36. David, 125.
37. Plínio, *Letters*, vi, 33.
38. Juv., xvi, 42.

39. Apuleio, *Golden Ass*, p. 245.
40. Salmos, cxvi, 11; São Paulo, Epístola aos Romanos, iii, 4.
41. Em Taylor, H, Cícero, 77.
42. Quintiliano, v, 7.26.
43. Ibid., vi, 1.47.
44. *Codex Theodosius*, ix, 35, em Gibbon, II, 120.
45. Gélio, xx, 1.13.
46. Salústico, *Catiline*, 55.
47. Cícero, *De re publica*, iii, 22; cf. *De officiis*, i, 23; *De legibus*, i, 15.
48. Gaio, i, 1.

CAPÍTULO XIX

1. Ker, W., em Marcial, II, 54n.
2. Dion Cássio, lxviii, 13.
3. Renan, *Marc Aurèle*, 479.
4. Dion Cássio, lxviii, 15.
5. Mahaffy, J., *Silver Age of the Greek World*, 307.
6. Em CAH, XI, 201, 855.
7. Plínio, II, *Panegyricus*, 50.
8. Justiniano, *Digest*, xlviii, 19.5.
9. Bury, *Roman Empire*, 437.
10. Brittain, 366.
11. Wickhoff, 113.
12. Dion Cássio, lxix, 1.
13. *Hist. Aug.*, "Adriano", i, 4.
14. Ibid., xxvi, 1.
15. Ibid.
16. XIV, 1.
17. Marcial, viii, 70; ix, 26.
18. *Hist. Aug.*, "Adriano", xv, 10.
19. Ibid., xx, 7.
20. Henderson, *Hadrian*, 207.
21. Eusébio, *Ecclesiastical History*, iv, 9.,
22. Dion Cássio, lxix, 6.
23. Front, M., *Correspondence*, 162 d.C., II, 4.
24. *Hist. Aug.*, "Adriano", x, 1.
25. Winckelmann, I, 327.
26. Bevan, E. R., *House of Seleucus*, II, 15.
27. *Hist. Aug.*, viii, 3.
28. Simpson, F. M., *History of Architectural Development*, 123.
29. Dion Cássio, lxix, 4; cf. Henderson, 247.
30. Dion Cássio, lxix, 8.
31. *Hist. Aug.*, xxiv, 8.
32. Merivale, C., *History of the Romans under the Empire*, VIII, 255.
33. Marco Aurélio, *Meditations*, 16.
34. *Hist. Aug.*, "Antonino", iv, 8.
35. Ibid., viii, 1.
36. IX, 10.
37. Apiano, prefácio, 7.
38. Bury, 566.
39. Renan, *The Christian Church*, 159.
40. Renan, *Marc Aurèle*, 2.
41. Gibbon, I, 76.
42. Marcos, i, 17.
43. Ibid., 1.
44. I, 14.
45. I, 15.
46. I, 14.
47. VII, 70.
48. *Hist. Aug.*, "Marcos", xxiii, 4.
49. Friedländer, III, 191.
50. Watson, P. *Marcus Aurelius Antoninus*, 297.
51. Castiglione, 244.
52. Galeno, em Friedländer, I, 28.
53. Dion Cássio, 14.
54. Amiano, xxv, 4.
55. Williams, H., I, 280.
56. Renan, *Marc*, 469.
57. Marcos, i, 17.
58. Bury, 547.
59. *Hist. Aug.*, "Marcos", xix, 7.
60. Marcos, x, 10.
61. Mommsen, *Provinces*, I, 253.

CAPÍTULO XX

1. Boissier, *Tacitus*, 2.
2. Tácito, *Agricola*, 9.
3. Plínio, *Letters*, ii, 1; vi, 16.
4. *Agricola*, fim.
5. *Germania*, 25, 27.
6. *Annals*, iii, 65.
7. *Historiae*, i, 1.
8. *Agricola*, 4.
9. *Germania*, 34.
10. *Annals*, xvi, 33.
11. Ibid., iii, 18; vi, 22.
12. *Germania*, i, 33.
13. *Agricola*, 46.
14. *Annals*, vi, 17.
15. *Agricola*, 3.
16. *Diálogos sobre Oradores*, 40.
17. *Historiae*, iii, 12, 64.
18. *Agricola*, 18.
19. *Historiae*, i, 16.
20 Ibid
21. Juvenal, i, 147.
22. X, 81.
23. VI, 652.
24. 434.
25. 448.
26. III.
27. XIV, 316.
28. X, 356.
29. Sêneca, *De beneficiis*, i, 10; *Epist.*, xcvii.
30. Plínio, *Letters*, iii, 19.
31. V, 3.
32. 8.
33. I, 17.
34. VI, 32.
35. V, 16.

36. I, 16.
37. VII, 19.
38. VII, 20; IX, 23.
39. Boissier, *Tacitus*, 19.
40. Gibbon, I, 57.
41. Plínio, *Letters*, iii, 12.
42. Strong, II, fig, 435
43. Marcos, ii, 11.
44. VII, 75.
45. Ibid., 9; iv, 40, 27.
46. IV, 10.
47. II, 17.
48. III, 2.
49. X, 8.
50. IV, 23.
51. II, 17.
52. VII, 12.
53. XI, 1.
54. VIII, 10.
55. IV, 42, 48; viii, 21.
56. VII, 3.
57. II, 1.
58. IX, 38; vii, 26.
59. VI, 48.
60. 44.
61. XI, 18.
62. IV, 49; viii, 61; ii, 5.
63. IV, 21; viii, 18; ii, 17.
64. IV, 14, 48; ix, 3.
65. Dion Cássio, lxxii, 2-3.
66. *Hist. Aug.*, "Cômodo", 2, 14, 15.
67. Dion Cássio, lxxiii, 19.
68. *Hist. Aug.*, 13.
69. Ibid., 2, 10, 11.
70. Paul-Louis, 215.

CAPÍTULO XXI

1. Plínio, *Nat. Hist.*, iii, 6.
2. Dill, 239.
3. Fattorusso, J., *Wonders of Italy*, 473.
4. Heródoto, i, 196.
5. Estrabão, v, 1.7.
6. Varrão, *Rerum rust.*, i, 2.
7. Plínio, iii, 6.
8. Estrabão, v, 4.5.
9. Varrão, *Sat. Men.*, frag. 44, em Friedländer, I, 338.
10. Boissier, *Cicero*, 168.
11. Sêneca, *Epist.*, li.
12. Estrabão, v, 4.3.
13. Reid, 3.
14. Dion Cássio lxvi, 22.
15. Plínio, *Letters*, vi, 16.
16. Ibid., 20.
17. Rostovtzeff, *Mystic Italy*, 52.
18. Mau, 491; Boissier, *Rome and Pompeii*, 430
19. Id., *La rêligion romaine*, II, 296.
20. Mau, 226, 148.
21. Ibid., 16.
22. Rqostovtzeff, *Roman Empire*, 142; Dill, 194; Frank, *Economic Survey*, V, 98; Friedländer, II, 254.
23. CAH, XI, 587; Friedländer, II, 228.
24. Como em Âncio, Lanúvio, Tívoli, Arícia.

CAPÍTULO XXII

1. Cícero, II, *In Verren*, iii, 207.
2. Tácito, *Annals*, xii, 31.
3. Cícero, *Pro lege Manilia*, 6.
4. Plutarco, *De reip. ger.*, 32.
5. Mommsen, *History*, II, 205.
6. Tito Lívio, xxv, 29.
7. Reid, 288.
8. Toutain, 269.
9. Bouchier, E., *Life and Letters in Roman Africa*, 73.
10. Sto. Agostinho, *Letters*, 185.
11. Friedländer, I, 312.
12. Boissier, *L'Afrique romaine*, 181-2; Davis, 200.
13. Bouchier, 33.
14. Juvenal, vii, 148.
15. Apuleio. 41; um belo exemplo da tradução deleitante de Adlington (1566).
16. Livro XI.
17. Livros IV-VI.
18. Estrabão, iii, 4.16.
19. Ibid., 3.7.
20. Ibid., 4.W16-18.
21. Buchan, 310.
22. Gest, 201.
23. César, *De Bello Gallico*, ii, 30.
24. Plínio xxxviii, 5
25. Apiano, iv, 7.
26. Estrabão, iv, 4.5.
27. Ibid.
28. César, v, 34.
29. Amiano, xv, 12.
30. César, vi, 14; Val. Max; ii, 6; Hammerton, Jqq., *Universal History of the World*, III, 1524.
31. César, vi, 14.
32. Arnold, W. P., *The Roman System of Provincial Administration*, 142.
33. Plínio, xviii, 72.
34. Frank, *Economic Survey*, V, 133f.
35. Plínio, xxxiv, 18.
36. Ibid., iii, 5.
37. Sidônio Apollinaris, *Poems*, xxiii, 37.
38. Julian, C., *Histoire de la Gaule*, V, 35n.
39. Em Mommsen, *Provinces*, I, 118.
40. Ver a exposição do seu caso em Barnes, H. E., *History of Western Civilization*, I, 434.
41. Mommsen, *History*, V, 100.
42. César, V, 12.

43. Tácito, *Annals*, xiv, 29.
44. Tácito, *Agricola*, 21.
45. Haverfield, F., *The Roman Occupation of Britain*, 213.
46. Id., *The Romanization of Britain*, 62; Colligwood e Myres, *Roman Britain*, 197; ·Home, G., *Roman London*, 93.
47. Estrabão, iv, 5.2.
48. CAH, XII, 289.
49. *Time*, Mar. 17, 1941.
50. Tácito, *Germania*, 14.
51. Estrabão, vii, 1.2.
52. Sêneca, *De ira*, v, 10.
53. *Germania*, 22.
54. Sumner, W. G., *Folkways*, 380.
55. Ibid., 316.
56. *Germania*, 20.

CAPÍTULO XXIII

1. Díon Crisóstomo, *Orat.*, vii.
2. Plutarco, "Demosthenes".
3. Em Trench, R. C., *Plutarch*, 40.
4. Ibid., 41.
5. Em Glover, T. R., *Conflict of Religions in the Early Roman Empire*, 85.
6. Plutarco, *Quaestiones Romanai; De Iside et Osiride.*
7. Plutarco, *Moralia*, intrd., I, 15.
8. Ibid., 37.
9. Ibid., vol. II, pp. 123, 128, 131-2, 173.
10. Ibid., 140B.
11. *De tranq. an.*, ix, 20.
12. Díon Crisóstomo, *Orat.*, xii.
13. Epicteto, *Discourses*, i, 6.26.
14. Luciano, "Sobre Pantomima", 2.
15. Id., "Demonax", 57.
16. Apuleio, livro X.
17. Alcifron, *Letters*, vi, p. 175.
18. Díon Crisóstomo, *Orat.*, lxxxii.
19. Filóstrato, *Lives of the Sophists*, 223f.
20. Renan, *Christian Church*, 167.
21. Nossa única fonte para Demonax é um ensaio duvidosamente atribuído a Luciano, e provavelmente ficção.
22. Luciano, "Peregrinus Proteus".
23. Renan, *Christian Church*, 166.
24. Luciano, "Demonax", 55; Epicteto, *Discourses*, iii, 22.
25. Id., frag. 1.
26. I, 12, 21; vi, 25.
27. IV, 1.
28. I, 24.
29. II, 5.
30. I, 2.
31. *Encheiridion*, 8.
32. *Discourses*, i, 6.
33. Ibid., 9.
34. 3, 9; ii, 8.
35. I, 29.
36. III, 24; ii, 6.
37. I, 16.
38. I, 18, 19; frag. 43.
39. III, 10.
40. Frag. 42.
41. *Encheir.* — 33.
42. *Discourses*, ii, 10.
43. III, 12.
44. 13.
45. Frags. 54, 94.
46. *Discourses*, ii, 16.
47. I, 9.
48. Ibid., introd., xxviif.
49. Em Sexto Empírico, *Hypotyposes Pyrr.*, 1; 36f, e Gélio, xi, 5.6. Para detalhes cf. Owen, J., *Evenings with the Sceptics*, I, 323-5.
50. Sexto, *Hyp. Pyrr.*, ii, 204.
51. III, 29; i, 135-8.
52. III, 210.
53. *Adv. Dogmaticos*, i. 148; *Hyp. Pyrr.*, iii, 9-11.
54. Ibid., i, 7.
55. Ibid., i, 8, 25.
56. III, 235; *Adv. Dogm.*, i, 49.
57. CAH, XII, 449.
58. Luciano, "Icaromenippus", 25.
59. "Zeus Interrogado", 2-18.
60. "Zeus Tragoedus", 53.
61. *Dialogues of the Dead*, x.
62. "Hermotimus", fim.
63. "Charon", 2.
64. "Icaromenippus", 17.
65. "Charon", 24.
66. "Menippus", 21.
67. Inge. W.. *Philosophy of Plotinus*. 1. 82

CAPÍTULO XXIV

1. Josefo, *Contra Apion*, ii, p. 480.
2. Charlesworth, 26; Frank, *Economic Survey*, II, 330.
3. Ibid., 337.
4. 445; Rostovtzeff, *Social and Economic History of the Hellenistic World*, 1288.
5. Josefo, *Guerras*, ii, 16.4; Frank, V, 245.
6. Breccia, E., *Alexandria and Aegyptum*, 41.
7. Díon Crisóstomo, xxxii, 69.
8. Em Frank, V, 247; Mommsen, *Provinces*, II, 177.
9. Baron, S. W., *Social and Religious History of the Jews*, I, 196-7.
10. Edersheim, I, 61.
11. Josefo, *Contra Apion*, ii, p. 489.
12. Eusébio, *História Eclesiástica*, ii, 4.
13. Graetz, H., *History of the Jews*. II, 186.
14. Filo, *Quod Deus sit immutabilis*, 12.
15. Filo, *De Mundi opificio*, i, 4; Inge, I, 98.

16. Filo, *De confusione linguarum*, 28.
17. Em Sachar, A., *History of the Jews*, 110.
18. Filo, *De vita contemplativa*.
19. Usher, A., *History of Mechanical Inventions*, 40.
20. Bailey, 314.
21. Sarton, G., Introduction to the History of Science, I, 274.
22. Ibid., 202; Heath, Sir, T., *History of Greek Mathematics*, II, 306.
23. Amiano, xxii, 16-19.
24. Filóstrato, em Friedländer, I, 171.
25. Bailey, 283.
26. Sarton, 283.
27. Himes, 86.
28. Garrison, 30, 110.
29. Sarton, 282; Castiglione, 202.
30. Ibid.; Himes, 90.
31. Haggard, H., *Devils, Drugs, and Doctors*, 23.
32. Galeno, *Sobre as Faculdades Naturais*, introd., xv.
33. Galeno, em Thorndike, L., *History of Magic and Experimental Science*, I, 117, 152.
34. Ibid., 143.
35. Williams, I, 278.
36. Em Friedländer, I, 174.
37. Castiglione, 225.
38. Thorndike, I, 171.
39. Estrabão, xvi, 4.
40. Doughty, C., *Travels in Arabia Deserta*, I, 40.
41. Josefo, *Antigüidades*, xv, 9.
42. MacGregor, R., *Greek Anthology*, v, 171.
43. Tr. por Goldwyn Smith em Symonds, J. A., *The Greek Poets*, 521.
44. Leslie, S., *Greek Anthology*, vii, 476.
45. Ibid., p. 17.
46. Ibid., ix, 489.
47. *Greek Anthology*, ix, 570.
48. Estrabão, xv, 2.23.
49. Frank, IV, 158.
50. Rostovtzeff, *Roman Empire*, 135; CAH, II, 634.
51. Breasted, J. H., *Oriental Forerunners of Byzantine Painting*, pref.
52. CAH, XI, 638.
53. Ibid., 646.
54. Em Mahaffy, *Silver Age*, 211.
55. Filóstrato, *Apolônio*, iv, 7.
56. Élio Aristides, *Orat.*, xvii, 8, em Frank, IV, 750.
57. Filóstrato, *Vidas dos Sofistas*, i, 25.
58. Ibid.
59. Longus, *Daphnis and Chloe, ad init.*, em Heliodoro, *Romances Gregos*.
60. Dion Cássio, lxx, 4.
61. Apiano, *Roman History*, xiv, 16.
62. Ibid.
63. Plínio, xxv, 3.
64. Ibid., xxxiii, 14.
65. Apiano, xii, 4.
66. Ibid., 7.
67. Ferrero, I, 83.
68. Arriano, *Anábase de Alexandre*, i, 12.
69. Reid, 376.
70. Williams, I, 255.
71. Estrabão, i, 1.22-3.
72. Ibid., 3.5.
73. Díon Crisóstomo, xlvi, 3.
74. Ibid., x, 21.
75. Em Bigg, C., *Neoplatonism*, 70.
76. Ibid., 73.
77. Díon Crisóstomo, xii, 10; xiii, 28; xiv, 18; xxiii, 7.
78. Friedländer, III, 299.
79. Frazer, *Adonis, Attis, and Osiris*, 157.
80. Cumont, F., *Oriental Religions in the Roman Empire*, 53.
81. Ibid., 55.
82. Frazer, 306; Boissier, *La réligion romaine*, I, 383; Dill, 549f.
83. Plutarco, *De Iside*; Dill, 577; Halliday, W., *Pagan Background of Early Christianity*, 240.
84. Tarn, 296; Dill, 582.
85. Cumont, 41, 93.
86. Breasted, J., *Ancient Times*, 660; Weigall, A., *The Paganism in Our Christianity*, 129.
87. Dill, 610.
88. Ibid., 601, 623.
89. Cumont, 158.
90. Guignebert, C., *Christianity, Past and Present*, 71.
91. Hatch, E., *Influence of Greek Ideas upon the Christian Church*, 283.
92. Frazer, *Adonis*, 229; Halliday, 317.
93. Hatch, 147.
94. Filo, *De vita contemplativa*, 18-40.
95. Luciano, "Alexandre o Oráculo".
96. Filóstrato, *Apolônio*, i, 14.
97. Ibid., 19; iv, 45.
98. I, 33-4.
99. Apolônio, epístolas xliii e xiv em Filóstrato.
100. Filóstrato, iv, 3.
101. Ibid., viii, 29-31.

CAPÍTULO XXV

1. Apiano, *História Romana*, xii, 15.
2. Frank, IV, 197.
3. No Museu do Estado, Berlim, reproduzido em Pope, A., *Persian Art*, IV, 134A.
4. Rawlinson, G., *Sixth Great Oriental Monarchy*, 423.
5. Plutarco, "Crasso".

6. Sachar, 105.
7. Josefo, *Antigüidades*, xiv, 2.9; Estrabão xvi, 2.40.
8. Josefo, xiv, 11.
9. Id., *Guerras*, i, 21.
10. *Antigüidades*, xv, 7; xvi, 5.
11. Ibid., xv, 8.
12. Ibid., 11.
13. Ibid., *Guerras*, v, 5; Foakes-Jackson e Lake, *Beginnings of Christianity*, I, 5-7; Schürer, Div. I, Vol. I, 280.
14. *Antigüidades*, xvi, 7.
15. Nossa única autoridade para isso é Josefo, *Ant.*, xv, 8.1.
16. Ibid., 10.
17. XVII, 5.
18. Klausner, J., *Jesus of Nazareth*, 145.
19. Moore, G., *Judaism*, I, 23.
20. Baron, I, 131.
21. Ibid., 192-3.
22. *Antigüidades*, iv, 10.
23. *Contra Apion*, p. 456.
24. Finkelstein, L., *Akiba*, 33.
25. Schürer, Div., II, Vol. I, 162; Moore, I, 82; Goguel, M., *Life of Jesus*, 471; Graetz, II, 54-5.
26. Zeitlin, S., *The Jews*, 43; id., *The Pharisees and the Gospels*, 237; CAH, IX, 408.
27. Josefo, *Guerras*, i, 8.14.
28. Filo, *Quod omnis homo*, 86; *Hypothetica*, 11.4. e 12; Josefo, *Antiqüidades, xviii, I.*
29. *Josefo, Guerras*, ii, 8.
30. Ibid., 9.
31. Graetz, II, 29; Ueberweg, F., *History of Philosophy*, I, 228.
32. Klausner, 231; Graetz, II, 145.
33. Josefo, *Guerras*, ii, 8.
34. Em Moore, I, 313.
35. Hastings, J., *Encyclopedia of Religion and Ethics*, s.v., Hillel.
36. Filo, em Eusébio,. *Praeparatio evangelica*, viii, 7.
37. Talmude Babilônico, Abot, i, 42, Shab, 31a.
38. Abot, ii, 4.
39. Foakes-Jackson, 134; CAH, IX, 420.
40. Livro da Sabedoria, ii.
41. Ibid., v.
42. Isaías, ix, 6.
43. Livro da Sabedoria, xviii, 13f.
44. Isaías, liii.
45. Daniel, ii, 44; vii, 13f; Cântico de Salomão, xvii.
46. Oráculos Sibelinos, iii, 767f em Klausner, *From Jesus to Paul*, 159.
47. Isaías, ii, 4; xi, 6; Livro de Enoque, i-xxvi; Or. Sib., ii, 303f em Klausner, 150.
48. Livro da Sabedoria, iv; Enoque, cviii.
49. Livro da Sabedoria, ii-iii.
50. Finkelstein, 263.
51. Tácito, *Histories*, v, 9.
52. Josefo, *Guerras*, ii, 14.
53. Graetz, II, 239.
54. Josefo, l.c.
55. Ibid., v, 1f; Tácito, v, 12.
56. Josefo, ii, 14.
57. Ibid., ii, 18.
58. Tácito, v, 13.
59. Josefo, v, 11.
60. Dion Cássio, lxv, 4.
61. Josefo, ix, 3; Tácito, v, 13.
62. Estrabão em Josefo, *Antigüidades*, xiv, 7.
63. Filo, *Legatio ad Caium*, 36.
64. Baron, I, 132-3; Bevan, E. R., *Legacy of Israel*, 29.
65. Josefo, *Contra Apion*, ii, 3.
66. Josefo, *Vida de Flávio Josefo*, p. 540.
67. Finkelstein, 141.
68. Baron, I, 191.
69. Dion Cássio, lxix, 12f; Renan, *The Christian Church*, 106.
70. Moore, *Judaism*, I, 93.
71. Finkelstein, 276.

CAPÍTULO XXVI

1. Reinach, S., *Pequena História do Cristianismo*, 22; Guignebert, *Jesus*, 63.
2. Josefo, *Antigüidades*, xviii, 3.
3. Scott, E., *First Age of Christianity*, 46; Shürer, I, 143. Esta conclusão se aplica também à versão eslavônica de Josefo; cf. Guignebert, op. cit., 148
4. Klausner, *Jesus*, 46; Goguel, 71.
5. Plínio, o Jovem, v, 8.
6. Tácito, *Annals*, xv, 44.
7. Goguel, 94; Klausner, 60.
8. Suetônio, "Nero", 16.
9. Id., "Claudio", 25.
10. Atos dos Apóstolos, xviii, 2. As citações do Novo Testamento são tiradas na maioria das traduções de E.J. Goodspeed.
11. Em Goguel, 9, 184.
12. E.g., Galatianos, i, 19; I Coríntios, ix, 5.
13. I Cor., xi, 23-6.
14. Ibid., xv, 3; Gal., ii, 20.
15. Eusébio, *E. H.*, iii, 39.
16. E.g., vi, 30-45; viii, 1-13, 17-20.
17. Klausner, *From Jesus to Paul*, 260.
18. Schweitzer, A., *Quest of the Historical Jesus*, 335.
19. Irineu, *Contra Hareses*, ii, 1.3.
20. Guignebert, *Jesus*, 30; CAH, XI, 260.
21. Guignebert, 467.
22. Foakes-Jackson e Lake, *Beginnings of Christianity*, I, 268.
23. *Enc. Brit.*, X, 537.

24. Ibid., XIV, 477.
25. Em parte enumerada na *Enc. Brit.*, XIII, 95.
26. Scott, *First Age*, 217; *Enc. Brit.*, XIII, 98; Goguel, 150; CAH, XI, 261.
27. Mateus, ii, 1; Lucas, i, 5.
27a. Lucas, iii, 1-23.
28. Josefo, *Guerras*, ii, 8.
29. Tertuliano, *Adv. Marcionem*, iv, 19.
30. *Enc. Brit.*, V, 642; III, 525.
31. Mateus, xiii, 55; Marcos, vi, 2.
32. Guignebert, *Jesus*, 127; Klausner, 23.
33. João, vii, 15; Marcos, vi, 2.
34. Thorndike, 471.
35. *Enc. Brit.*, XIII, 26.
36. Guignebert, *Christianity*, 58.
37. Josefo, *Antigüidades*, xiii, 5. Sobre a autenticidade da passagem cf. Foakes-Jackson e Lake, I, 101.
38. Graetz, II, 145.
39. Mateus, iii, 11-12.
40. Ibid., 23.
41. João, iv, 2.
42. Josefo, *Antigüidades*, xviii, 5.
43. Marcos, vi, 14-29.
44. Mateus, xiv, 1-12.
45. Marcos, i, 14; Mateus, iv, 12.
46. Lucas, iv, 14.
47. Isaías, lxi, 1-2.
48. Lucas, iv, 19.
49. Lucas, vi, 14.
50. Marcos, ix, 48; Mateus, xiii, 37.
51. Lucas, xvi, 25.
52. Marcos, xi, 12-14.
53. Mateus, xii, 46; Lucas, viii, 19.
54. Marcos, i, 7; Mateus, v, 40; Lucas, vi, 29.
55. Guignebert, *Jesus*, 186.
56. Klausner, 69.
57. Lucas, vii, 36-59.
58. Marcos, x, 16.
59. Cf. Robertson, J. M., *Christianity and Mythology*.
60. Mateus, xiii, 57.
61. Marcos, v, 35f.
62. Mateus, xix, 28.
63. Lucas, x, 1-4.
64. Guignebert, *Jesus*, 52, 253; Goguel, 282, 287.
65. E.g., Mateus, xx, 1-16.
66. Mateus, xxiv, 30.
67. João, xviii, 36.
68. Marcos, iv, 11, 30; xii, 34.
69. Lucas, xvii, 20.
70. Mateus, xix, 29.
71. Cf. Schweitzer, 212; Guignebert, 341.
72. Marcos, xiv, 25.
73. Mateus, x, 23.
74. Mateus, xvi, 28.
75. Lucas, xiii, 30.
76. Marcos, xiii, 32.
77. Mateus, xxiv, 6-12.
78. E.g., Kautsky, K., *Ursprung des Christentums*; Kalthoff, A., *Rise of Christianity*.
79. Marcos, x, 23; Mateus, vi, 25; xix, 24; Lucas, xvi, 13.
80. Mateus, xix, 15.
81. Atos, ii, 44-5.
82. Mateus, xxii, 21.
83. Mateus, xxv, 14.
84. Lucas, xix, 26.
85. Mateus, xx, 15.
86. Mateus, xxiv, 46; Lucas, xvii, 7-10.
87. Mateus, xi, 12.
88. Marcos, i, 14-15; vi, 12; Mateus, x, 7.
89. Lucas, xviii, 29; xiv, 26; Mateus, viii, 21f; x, 34; xix, 12.
90. Levítico, xix, 17-18, 34.
91. Êxodo, xxiii, 4-5.
92. Lamentações, iii, 30.
93. Isaías, i, 6.
94. Ibid., i, 2.
95. Oséias, ii, 1.
96. Mateus, x, 5.
97. Atos, x-xi.
98. João, iv, 22.
99. Mateus, xv, 24f; Marcos, vii, 27.
100. Mateus, viii, 4.
101. Mateus, xxiii, 1.
102. Mateus, v, 17.
103. Lucas, xvi, 17; Mateus, v, 18.
104. Foakes-Jackson e Lake, I, 316.
105. Mateus, v, 31-2.
106. Mateus, v, 21-2.
107. Marcos, ii, 25.
108. Lucas, xvi, 16; Mateus, v, 18.
109. Mateus, xxiii, 1-34; xxi, 31.
110. Cf. Marcos, xxii, 32-3, e Klausner, *Jesus*, 113.
111. Lucas, xiii, 31-3.
112. Atos, i, 6.
113. Marcos, xii, 35-7.
114. Mateus, xix, 17.
115. Mateus, xvi, 39.
116. Daniel, vii, 13.
117. Mateus, xii, 8.
118. Mateus, xi, 27; Lucas, x, 22.
119. Mateus, xvi, 16f.
120. Lucas, xix, 37.
121. João, xii, 13.
122. Marcos, xiv, 49; Lucas, xxi, 1; xxi, 37.
123. João, xi, 50.
124. Marcos, x, 45; xiv, 24.
125. E. g., Guignebert, *Jesus*, 454; Brandes, G., *Did Jesus Exist?*, 104.
126. Cf. Goguel, 497.
127. Marcos, xiv, 26; Klausner, 326.
128. João, xiii, 33.
129. Marcos, xiv, 43.
130. Marcos, xvi, 61; Mateus, xxvi, 63.

131. Filo, *Legatio*, 38.
132. Mateus, xxvii, 11.
133. João, xviii, 38.
134. Tácito, *Annals*, xv, 44.
135. Lucas, xxiii, 26.
136. Cícero, *V in Verrem*, 64.
137. Marcos, xv, 32.
138. Lucas, xxiii, 39-43.
139. João, xix, 25; Marcos, xv, 37.
140. Justiniano, *Digest*, xlviii, 20.6.
141. Lucas, xxiii, 48.
142. Lucas, xxiv, 13-32.
143. Mateus, xxviii, 16-17.
144. João, xxi, 4.
145. Lucas, xxiv, 52.

CAPÍTULO XXVII

1. Foakes-Jackson e Lake, II, *passim*, e particularmente, 305-6; Scott, *First Age*, 110; CAH, XI, 257-8; Klausner, *From Jesus to Paul*, 215; Ramsay,. W. M., *The Church in the Roman Empire*, 6-8; Renan, *Apóstolos*, p. v.
2. Shotwell, J., e Loomis, L., *The See of Peter*, 56-7.
3. I Pedro, iv, 7.
4. I João, ii, 18.
5. Atos, ii, 16.
6. Ibid., xi, 8.
7. V, 20.
8. Marcos, vi, 13.
9. Atos, iv, 32-6; ii, 44-5.
10. IV, 4.
11. VI, 11.
12. VII, 51-3.
13. VIII, 2-3.
14. XI, 19.
15. I Cor., ix, 5; Clemente de Alexandria, *Stromata*, vii, 11; Eusébio, *E. H.*, iii, 30.
16. I Pedro, i, i-iv, 8.
17. Shotwell e Loomis, 64-5.
18. Lactâncio, *De Mortibus Persecutorum*, 2.
19. Eusébio, ii, 25.
20. Ibid., iii, 1.
21. Renan, *Anticristo*, 93.
22. Atos, xiii, 9; Coneybeare e Howson, *Life, Times, and Travels of St. Paul*, I, 46, 150.
23. Guignebert, *Christianity*, 75-6; Livingstone, R. W., *The Legacy of Greece*, 33, 54.
24. Atos, xxi, 3.
25. Renan, *Jesus*, 167.
26. II Cor., x, 9.
27. Ibid., xii, 7.
28. Gal., v, 12.
29. II Cor, xi, 1.
30. Atos, ix, 1.
31. IX, 3-9.
32. IX, 18.
33. XV, 1.
34. XV, 27-9. A narrativa nos Atos condiz mais ou menos bem com a narração de Paulo em Gal. ii.
35. Gal. ii, 10.
36. Ibid., ii, iii.
37. Atos, xvii, 18.
38. XVII, 22.
39. XVIII, 12.
40. II Cor., ii, 16.
41. Atos, xxi, 21-4.
42. XXVIII, 28.
43. Guignebert, *Christianity*, 65; Goguel, 105; CAH, XI, 257; Klausner, *Jesus*, 63.
44. Coloss., iii, 15.
45. II Cor., iii, 6.
46. I Cor., xv, 33.
47. Tito, i, 15.
48. I Timóteo, vi, 10. As cartas a Tito e Timóteo, entretanto, são de autenticidade duvidosa.
49. I Cor., ix, 19; x, 33.
50. Romanos, v, 12.
51. Frazer, Sir J., *The Scapegoat*, 210, 413; Weigall, 70f.
52. Guignebert, *Christianity*, 88.
53. I Cor., xv, 51
54. Ibid., i, 24.
55. Coloss., i, 15-17.
56. Rom., ix 11, 18; xi, 5
57. Hebreus, xi, 1. Provavelmente não é de Paulo.
58. Gal., ii, 24f.
59. I Cor., xiii.
60. Ibid., ix, 5.
61. VII, 8.
62. Rom., xiii, 14.
63. Ibid., i, 26.
64. I Cor., vi, 15.
65. Ibid., vii, 20f.
66. Rom., xiii, 1.

66a. II Tim., iv, 9, 6.

67. Filipenses, iii, 20.
68. I Cor., vii, 29; cf. I Tessalonicenses, iv, 15.
69. Tessalonicenses, ii, 1-5.
70. Atos, xvii, 7.
71. Eusébio, *E. H;.*, iii, 1.
72. Cf. Revelação, xvii, 10.
73. Renan, *Anticristo*, 95; CAH, X, 726.
74. Duchesne, Mon. L., *História Antiga da Igreja Cristã*, I, 99.
75. Eusébio, iii, 25.
76. Ibid., iii, 33.
77. Rev., vii, 4; xiv, 1.
78. Ibid., vi, 2-8.
79. VII, 14.
80. XX, 15; xxi, 8.
81. XIX, 18.
82. XXI.
83. Provérbios, viii, 22-31.

84. João, i, 5.
85. Justino, *Apologia*, i, 66; Tertuliano, *De Baptismo*, 5; Halliday, 9.

CAPÍTULO XXVIII

1. Duchesne, I, 38.
2. Tertuliano, *Contra Marcionem*, v, 8.
3. Jerônimo, *Letters*, xciii.
4. Clemente de Alexandria, *Paedagogus*, iii, 11.
5. Paulo, I Cor., xi, 3.
6. Luciano, *Peregrinus Proteus.*
7. Tertuliano, *Apologeticus*, xxxix, 11-12.
8. Ibid., 5.
9. Renan, *Marc Aurèle*, 600.
10. Tiago, v, 1; ii, 5.
11. Ibid., i, 10.
12. Renan, *St. Paul*, 402.
13. Klausner, *From Jesus to Paul*, 113-4.
14. Tertuliano, *De jejuniis*, i, 17; Duchesne, II, 253; Renan, *Igreja Cristã*, 211; Robertson, *History of Freethought*, I, 244.
15. Clemente de Alex., *Paedag.*, iii, 11; Renan, *Marc Aurèle*, 520.
16. Tertuliano, *Apol.*, ix, 8.
17. Gibbon, I, 480.
18. Tertuliano, *De spectaculis*, 1, 3.
19. Sumner, W. G., *War and Other Essays*, 54-5.
20. Tertuliano, *Apol.*, xlvi, 10.
21. Friedländer, III, 204; Tertuliano, *De exhort. castitatis*, 13; Lea, H. C., *Historical Sketch of Sacerdotal Celibacy*, 41; Robertson, *History of Freethought*, I, 244.
22. Plínio, o Jovem, x, 97.
23. Galeno em Hammerton, IV, 2179.
24. Tertuliano, *De spect.*, 23.
25. Talvez antropofágico; cf. Sumner, *Folkways*, 451.
26. Renan, *St. Paul*, 268.
27. Frazer, Sir J., *Spirits of the Corn and Wild*, II, 92-3; Carpenter, Edw., *Pagan and Christian Creeds*, 65-7.
28. Atos, viii, 14-17; xix, 1-6.
29. *Catholic Encyclopedia*, IV, 217-8.
30. Mateus, xvi, 18; João, xx, 23.
31. Friedländer, II, 364.
32. Renan, *Marc Aurèle*, 449.
33. Tertuliano, *Apol.*, xxxvii, 4.
34. Id., *Ad uxorem*, i, 5; Renan, *Marc*, 551; Glover, *Conflict of Religions*, 341.
35. CAH, XII, 456.
36. Lake, K., *Apostolic Fathers*, I, 395.
37. Murray, Sir G., *Five Stages of Greek Religion*, 196.
38. Renan, *Marc*, 292.
39. Duchesne, I, 196.
40. Friedländer, III, 192.
41. CAH, XII, 459.
42. Orígenes, *Contra Celsum*, em Glover, 252; Carpenter, 220.
43. Plotino, *Eneidas*, xliii.
44. Porfírio, *Vida de Plotino*, 14.
45. MacKenna, Stephen, *Essence of Plotinus*, 11n.
46. Plotino, *Eneidas*, iii, 4.
47. Ibid., vi, 9.
48. V, 1.
49. IV, 1; Inge, *Philosophy of Plotinus*, II, 21-4, 92.
50. Plotino, v, 1; iii, 7.
51. Ibid., v, 11.
52. MacKenna, introd., xx.
53. Em Lake, *Apostolic Fathers*, I, 23.
54. Tertuliano, *Apol.*, xxx, 4.
55. Ibid., xvii, 6.
56. Id., *De spect.*, 30.
57. Id., *De cultu feminarum.*
58. Em Ueberweg, I, 803.
59. CAH, XII, 593.
60. Eusébio, vi, 2.
61. Gibbon, I, 467.
62. Jerônimo, *Letters*, xxxiii.
63. Shotwell, *Introduction*, 292.
64. Orígenes, *De principiis*, i, 15-16, em Hatch, 76.
65. Orígenes, op. cit., iv, 1, em Hatch, 76.
66. Duchesne, I, 255f.
67. Inge, *Plotinus*, II, 19, 102.
68. Em Watson, *Marcus Aurelius*, 305.
69. Mateus, xvi, 18.
70. Shotwell e Loomis, 64-5.
71. Ibid., 60-1, 84-6.
72. Lake, I, 121.
73. Duchesne, I, 215.
74. CAH, XII, 198, 600.
75. Cartas de Cipriano em Inge, *Plotinus*, I, 62.

CAPÍTULO XXIX

1. Herodiano, *História dos Vinte Césares*, II, 83.
2. Dion Cássio, lxxiv, 5.
3. Herodiano, II, 100, 103; III, 155.
4. *Historia Augusta*, "Septimius Severus", xviii, 11.
5. Herodiano, III, 139.
6. Lot, F., *End of the Ancient World*, 10.
7. Dion Cássio, lxxix, 7.
8. Ibid., lxxviii, 16.
9. Herodiano, IV, 210; Dion Cássio, lxxviii, 22.
10. Dion Cássio, lxxix, 23.
11. *Historia Augusta*, "Elagabalus", 19-32; Dion Cássio, lxxx, 13; Herodiano, IV, 253.
12. Dion Cássio, lxxix, 14; Gibbon, I, 141.

13. *Historia Augusta*, "Severus Alexander", 30, 39.
14. Herodiano, VI, 5.
15. *Hist. Aug.*, "Severus Alexander", 20.
16. Ibid., 29.
17. Ibid., 33.
18. Herodiano, VI, 8.
19. Em Rostovtzeff, *História Social e Econômica do Império Romano*, 399.
20. Gibbon, I, 294.
21. Maine, *Ancient Law*, 177.
22. West, L., "Economic Collapse of the Roman Empire", no *Classical Journal*, 1932, p. 106.
23. Abbott, *Common People*, 174.
24. Rostovtzeff, op. cit., 424, 442-8.
25. Ibid., 305.
26. Frank, *Economic History*, 489.
27. Ferrero, *Ruína da Civilização Antiga*, 58; Rostovtzeff, *História do Mundo Antigo*, II, 317.
28. Frank, *Economic Survey*, IV, 220.
29. Rostovtzeff, *Império Romano*, 419.
30. Collingwood e Myres, 206.
31. Heath, II, 448.
32. Platão, *Leis*, 819.
33. Ball, W. W., *Short History of Mathematics*, 96.
34. Justiniano, *Digest*, i, 1.4.
35. *Hist. Aug.*, "Severus Alexander", 51.
36. Roberts, W. R., introd. a "*Longinus*", *on the Sublime*, Loeb Library.
37. Heliodoro, *Greek Romances*, 1.
38. Ibid., 289.
39. Em *Catullus, Tibullus*, etc., p. 343.
40. Em Burckhardt, J., *Die Zeit Constantins*, 54.
41. CAH, XII, 273; Frank, *Economic Survey*, III, 633.
42. Ferrero, *Roma Antiga e América Moderna*, 88.
43. Toutain, 326.
44. West, l. c., 102.
45. Rostovtzeff, *Mundo Antigo*, II, 329.
46. Toutain, 326; CAH, XII, 271; *Cambridge Medieval History*, I, 52.
47. Rostovtzeff, *Império Romano*, 474.
48. Cunninggham, W. C., *Western Civilization in Its Economic Aspects*, I, 191-2.
49. Paul-Louis, 283-5.
50. Tradução baseada na de Elsa Glaser em Frank, *Economic Survey*, V, 312.
51. Ibid. Os preços são calculados no valor do ouro a $35 a onça nos Estados Unidos de 1944.
52. Frank, *Survey*, III, 612.
53. Lactâncio, *De Mortibus Persecutorum*, vii.
54. Ibid., vii, 3.
55. Charlesworth, 98.
56. West, 105; Ferrero, *Ruína da Civilização Antiga*, 106.
57. Cunningham, I, 188.
58. Frank, *Survey*, II, 245; IV, 241.
59. Reid, *Municipalidades*, 492; Arnold, 265.
60. Heitland, 382.
61. Davis, W. S., 233.
62. Frank, *Economic History*, 404; Rostovtzeff, *Império Romano*, 409.
63. Gibbon, I, 377.

CAPÍTULO XXX

1. Renan, *Marc*, 592.
2. Tertuliano, *Apol.*, xl, 1.
3. Minúcio Félix, *Octavius*, ix, 5, em Tertuliano, *Apol.*
4. Guignebert, *Christianity*, 164.
5. I Cor., vi, 1; Renan, *Marc*, 597.
6. Orígenes, *Contra Celsum*, viii, 69, em Halliday, 27.
7. Tertuliano, *Apol.*, xv, 1-7; Duchesne, I, 34.
8. Friedländer, III, 186.
9. Tertuliano, *Apol.*, iv, 1.
10. Ramsay, 253; CAH, X, 503.
11. Duchesne, I, 82.
12. Bury, J., *History of Freedom of Thought*, 42.
13. Tertuliano, *Apol.*, v, 4; Eusébio, iii, 17.
14. Plínio, o Jovem, x, 96-7.
15. Reescrito de Adriano em Eusébio, iv, 9. Para uma defesa de sua autenticidade cf. Ramsay.
16. De um relato que dizem ter sido enviado às igrejas cristãs em Esmirna, em Lake, *Apostolic Fathers*, II, 321.
17. Renan, *Marc*, 331.
18. Tertuliano, *Apol.*, xlv, 14.
19. *Memoirs of St. Perpetua*, em Davis e West, *Readings in Ancient History*, 287.
20. Rostovtzeff, *Mundo Antigo*, II, 349.
21. Duchesne, I, 267.
22. Lactâncio, *De Mortibus Persecutorum*, x.
23. Eusébio, viii, 1f.
24. Gibbon, II, 57.
25. Eusébio, viii, 17.
26. Tertuliano, *Apol.*, 1, 13.
27. Ambrose na *Enc. Brit.*, VI, 297.
28. Eusébio, *Vida de Constantino*, i, 28.
29. Eusébio, *E. H.*, viii, 2.
30. Id., *Vida de Constantino*, I, 28.
31. Lactâncio, *De Mortibus*, xliv, 5.
32. *Cambridge Medieval History*, I, 4.
33. Para provas detalhadas cf. Burckhardt, 252f.
34. *Hist. Aug.*, "Elagabalus", xxxiv, 4.
35. Lot, 29.
36. Flick, A. C., *Rise of the Medieval Church*, 123-4.

37. Duruy, V., *History of the Roman People*, VII, 510.
38. Kalthoff, 172; Lot, 98.
39. Eusébio, *Vida*, ii, 36.
40. Ibid., iii, 62f.
41. Duchesne, I, 290.
42. Eusébio, *E. H.*, viii, 1.
43. Duchesne, II, 99.
44. Eusébio, *Vista Histórica do Concílio de Nicéia*, 6.
45. Ibid.
46. Eusébio, *Vida*, II, 63, 70.
47. Eusébio, *Nicéia*, 6.
48. Ibid., 15.
49. *Cambridge Medieval History*, I, 121.
50. Sócrates, *Ecclesiastical History*, i, 8.
51. Duchesne, II, 125.
52. Ferrero, *Ruína*, 170.
53. Gatteschi, 24; Reinach, *Apollo*, 89.
54. Gibbon, VI, 553.
55. Lactâncio, *Divinae Institutiones*, v, 19.
56. Eusébio, *Vida*, i, I.
57. *Cambridge Medieval History*, I, 15.

EPÍLOGO

1. Reid, J. S., em *Cambridge Medieval History*, I, 54.
2. Cipriano, *Ad Demetrium*, 3, em Inge, *Plotinus*, I, 25.
3. Cf. West, op. cit., 103.
4. Frank, *Survey*, III, 575.
5. Em Eusébio, *E. H.*, vii, 21.
6. Rostovtzeff, *Império Romano*, 424.
7. Frank, *Survey*, III, 74.
8. Gibbon, I, 421.
9. Davis, *Influence of Wealth*, 214.
10. Gibbon, I, 274.
11. Id., chap. xvi, etc.
12. Renan, *Marc*, 589; Ferrero, *Ruína*, 7, 74; White, E. L., *Why Rome Fell*, *passim*.
13. Montesquieu, *Grandeur et décadence des Romains*, 36.
14. *Cambridge Medieval History*, I, 10.
15. Abbott, 201.
16. Rostovtzeff, *Império Romano*, 445.

Sobre os Autores

WILL DURANT nasceu em North Adams, Estado de Massachusetts, em 1885. Cursou escolas paroquiais católicas em sua cidade natal, em Kearny, Estado de Nova Jersey, e posteriormente a faculdade jesuíta St. Peter's College, de Jersey City, Nova Jersey, bem como a Universidade Colúmbia, em Nova York. Trabalhou um verão como repórter no *Journal*, de Nova York, em 1907, mas, por temperamento, não conseguiu adaptar-se ao trabalho e passou a lecionar (1907-11) Latim, Francês, Inglês e Geometria no Seton Hall College, em South Orange, Nova Jersey. Entrou no seminário no Seton Hall em 1909, saindo dois anos depois por motivos que ele descreveu no seu livro *Transição*. Passou da tranqüila vida de seminarista para os círculos mais radicais de Nova York e tornou-se (1911-13) professor da Ferrer Modern School, onde se fazia uma experiência em educação livre. Em 1912 viajou pela Europa a convite e por conta de Alden Freeman, de quem se tornara amigo, e começou a alargar seus horizontes de cultura.

Voltando a Ferrer School, apaixonou-se por uma de suas alunas, demitiu-se do cargo e tomou-a como esposa (1913). Durante quatro anos fez estudos de pós-graduação na Universidade Colúmbia, especializando-se em Biologia e Filosofia. Recebeu o seu Ph.D. em 1917 e lecionou Filosofia um ano em Colúmbia. Em 1914, numa igreja presbiteriana de Nova York, Durant começou a pronunciar palestras bissemanais sobre História, Literatura e Filosofia, que se estenderam por 13 anos e lhe proporcionaram a base inicial para seus trabalhos posteriores.

O inesperado sucesso de *A História da Filosofia* (1926) permitiu-lhe aposentar-se do magistério. Daí em diante, com exceção da publicação de ocasionais ensaios, o casal Durant empregou a maior parte de seu tempo de trabalho (oito a quatorze horas diárias) ao livro *A História da Civilização*. Para se prepararem melhor para a obra, Will Durant e a mulher viajaram pela Europa em 1927, deram a volta ao mundo em 1930, para estudar o Egito, o Oriente Próximo, Índia, China e Japão, e novamente circularam a Terra em 1932, para visitar o Japão, a Manchúria, Sibéria, Rússia européia e Polônia. Essas viagens deram o *background* para o livro *Nossa Herança Oriental* (1935), como primeiro volume de *A História da Civilização*. Várias outras visitas à Europa serviram de preparo para o Volume II, *Nossa Herança Clássica* (1939), e Volume III, *César e Cristo* (1944). Em 1948, seis meses passados na Turquia, Iraque, Irã, Egito e continente europeu forneceram a perspectiva necessária para o Volume IV, *A Idade da Fé* (1950). Em 1951, o casal Durant voltou à Itália para acrescentar um mundo de conhecimentos adquiridos laboriosamente para o preparo e publicação (1953) do Volume V, *A Renascença*; e em 1954, estudos posteriores na Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra abriram novas vistas para o Volume VI, *A Reforma* (1957).

A participação da Sra. Durant no preparo desses volumes tornara-se, a cada ano, tão substancial que no caso do Volume VII, *Começa a Idade da Razão*, por justiça, seu nome juntou-se, na página-título, ao do marido como co-autora. O nome Ariel, de sua mulher, foi pela primeira vez usado por Will Durant no seu romance *Transição* (1927) e no seu livro *Mansões da Filosofia* (1929), republicado como *Os Prazeres da Filosofia*.

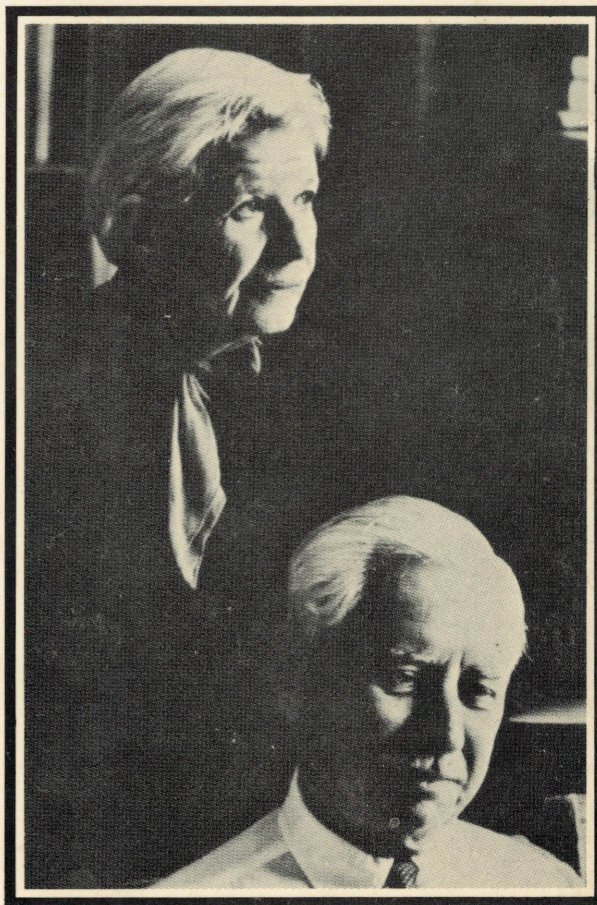
Com a publicação do Volume XI, *A Era de Napoleão*, os Durant concluíram uma obra que abrangeu mais de quatro décadas de trabalho.

— apogeu sob Aureliano, e finalmente mergulha numa mediocridade burocrática.

❧❧❧ *César e Cristo* revela muitos paralelos com a história moderna, e o Dr. Durant os apresenta com clareza. Ele acredita que uma leitura de acontecimentos passados deve iluminar o presente. Nas lutas de classe e manobras pelo poder, que tipificam a história romana desde os Gracos até César, há uma analogia com os acontecimentos na Europa e América, da Revolução Francesa até nossos dias. Ele nos recorda que os ditadores sempre usaram os mesmos métodos. Conta-nos que há mais de um século antes de Cristo já era conhecida a prática do subsídio governamental e que o primeiro sindicato trabalhista romano foi organizado no ano 600 a.C. Fala-nos de falências bancárias, de fundos destinados a melhoramentos com fins políticos, depressão econômica, projetos e regulamentações governamentais, socialismo do Estado, planos prioritários de tempo de guerra, corrupção eleitoral, grupos de pressão, associações de classe e outros fenômenos da antiga Roma, que nos nossos dias dariam facilmente manchetes de primeira página.

❧❧❧ *César e Cristo* é o Volume III do monumental levantamento histórico realizado pelo Dr. Durant. Ele iniciou esse trabalho anos antes de alcançar fama com *The Story of Philosophy*, que precedeu de 20 anos a publicação do Volume I de *A História da Civilização, Nossa Herança Oriental.* Os demais volumes foram dados ao público a intervalos de quatro e cinco anos até à conclusão, com o Volume XI, da grandiosa obra que se constitui num vasto e épico panorama histórico.

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de
WILL e ARIEL DURANT

I. *Nossa Herança Oriental*
II. *Nossa Herança Clássica*
III. *César e Cristo*
IV. *A Idade da Fé*
V. *A Renascença*
VI. *A Reforma*
VII. *Começa a Idade da Razão*
VIII. *A Era de Luís XIV*
IX. *A Era de Voltaire*
X. *Rousseau e a Revolução*
XI. *A Era de Napoleão*

III

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

CÉSAR E CRISTO

28823-3